

# INDICE

DOS

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

### 1896

Págs.

N. 2211 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 800:000\$, para despesas com o lazareto de Tamandaré.....	1
N. 2212 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1896 — Eleva de 50 a 100 réis os emolumentos que percebem o presidente e os deputados da Junta Commercial do Districto Federal pela rubrica em livros commerciaes e de 1\$ a 2\$ os dos officios do secretario da mesma Junta.....	2
N. 2213 — GUERRA — Decreto de 9 de janeiro de 1896 — Approva o regulamento para o serviço de fornecimento de viveres e forragens aos corpos do Exército.....	2
N. 2214 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1896 — Concede authorisação a Roberto J. Kinsman Benjamin, para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação — Sociedade Coopérativa Nacional.....	54
N. 2215 — MARINHA — Decreto de 13 de janeiro de 1896 — Approva a tabela de vencimentos dos officiaes marinheiros e equiparados, para execução da lei n. 304, de 10 de outubro de 1895.....	60
N. 2216 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1896 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo e seus preparados.....	62
N. 2217 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de janeiro de 1896 — Publica a adhesão do Reino da Servia ao accordo relativo á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.....	70

	Pag.
N. 2218 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1896 — Prorroga por dois annos o prazo concedido á <i>Ceará Harbour Corporation</i> para a conclusão das obras do porto da Fortaleza.....	71
N. 2219 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1896 — Estabelece o formato, valores e signaes característicos do sello da taxa judiciaria do Districto Federal, creado pelo decreto legislativo n. 225, de 30 de novembro de 1894.....	72
N. 2220 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1896 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Rio Grande do Sul.....	73
N. 2221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1896 — Approva os estatutos da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.....	73
N. 2222 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 30:7808438 á verba — Justiça do Districto Federal (Corte de Appellação) — do actual exercicio.....	92
N. 2223 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 97:7875596 á verba — Justiça Federal (Supremo Tribunal) — do actual exercicio.....	93
N. 2224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de janeiro de 1896 — Approva o regulamento do Corpo de Bombeiros da Capital Federal.....	93
N. 2225 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1896 — Designa as loterias que devem ser extrahidas em 1896...	126
N. 2226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1896 — Approva os estatutos das faculdades de direito da Republica.....	128
N. 2227 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 3 de fevereiro de 1896 — Dá providencias sobre fabricas de assucar que não gosam de garantia de juros..	153
N. 2228 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1896 — Prorroga até 31 de dezembro de 1896 o prazo concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras do porto de Jaraguá, no Estado de Alagoas.....	155
N. 2229 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1896 — Prorroga até 31 de dezembro de 1896 o prazo concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras de melhoramento da barra e porto da Laguna, no Estado de Santa Catharina.....	156
N. 2230 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1896 — Approva o regulamento dos Correios federaes.....	156

N. 2231 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de quinhentos contos de réis (500:000\$) para favorecer a civilização dos selvicolas nos Estados do Pará e Amazonas e fundar colonias nas fronteiras, mandando pelo mesmo credito construir linhas telegraphicas e estradas que facilitem as communicações para essas colonias.....	271
N. 2232 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.122:641\$ para custear o serviço de introdução de imigrantes e despesas inherentes, durante o 1º trimestre do actual exercicio.....	273
N. 2233 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1896 — Altera a condição 4ª da clausula 21ª do decreto n. 1791 de 4 de setembro de 1894.....	273
N. 2234 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de fevereiro de 1896 — Approva o plano para os uniformes do Corpo de Bombeiros do Districto Federal.....	274
N. 2235 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de fevereiro de 1896 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Belém do Descalvado, no Estado de São Paulo.....	280
N. 2236 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1896 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Bomfim, no Estado da Bahia.....	280
N. 2237 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1896 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca do rio Bagagem, no Estado de Minas Geraes.....	281
N. 2238 — GUERRA — Decreto de 5 de março de 1896 — Crea duas officinas no Arsenal de Guerra de Matto Grosso....	281
N. 2239 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de março de 1896 — Approva os estudos e orçamento para a construcção do ramal ferreo ligando a estação maritima da Gambôa ás linhas geraes da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	282
N. 2240 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1896 — Approva as plantas para construcção de uma estação no logar denominado « Capão Bonito », da Estrada de Ferro Sorocabana e Ituana.....	282
N. 2241 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de março de 1896 — Substitue os arts. 16, 17, 18, 24, 26, 27 e 28 do regulamento approved pelo decreto n. 1875 de 5 de novembro de 1894.....	283
N. 2242 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de março de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 32:000\$ para pagamento da differença da subvenção á	

	Companhia de Navegação do Maranhão, elevada a 200:000\$ no exercício de 1895.....	284
N. 2243	— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1896 — Rectifica a publicação do decreto legislativo n. 79, de 23 de agosto de 1892, feita na respectiva collecção de leis e decretos.....	285
N. 2244	— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1896 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Saranhá, no Estado de São Paulo.....	285
N. 2245	— FAZENDA — Decreto de 23 de março de 1896 — Approva, com alterações, os estatutos da Sociedade de Seguros Mutuos sobre a vida « Equitativa dos Estados Unidos do Brazil » e autorisa a mesma a funcionar....	286
N. 2246	— RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de março de 1896 — Publica a accessão do Governo Portuguez á Convenção Telegraphica Internacional de São Petersburgo, de 22 de junho de 1895, quanto ás suas colonias.....	287
N. 2247	— INDÚSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de março de 1896 — Approva o regulamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	290
N. 2248	— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1896 — Eleva seis companhias o 141.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Caeteté, no Estado da Bahia. ....	325
N. 2249	— RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de março de 1896 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 8:95\$478, ao cambio de 27, para as despesas da rubrica — Extraordinarias no exterior — no exercício de 1895.....	325
N. 2250	— FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 279:747\$960 a verba — Juiz dos depositos das Caixas Economicas e montes de Soccorro, para attender ao pagamento e despesas da referida verba, relativas ao 2.º semestre do exercício de 1895.....	327
N. 2251	— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de abril de 1896 — Concede ao Gymnasio de S. Paulo as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.....	328
N. 2252	— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de abril de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 102:593\$200, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, durante o primeiro semestre do corrente anno.....	328
N. 2253	— FAZENDA — Decreto de 6 de abril de 1896 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de bebidas fabricadas no paiz.....	330
N. 2254	— FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1896 — Consente na mudança do nome do Banco de Credito Predial Urbano para o de Sociedade de Credito Urbano e approva as alterações feitas nos estatutos do mesmo banco.....	336

Pags.

N. 2255 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de abril de 1896 — Publica a inclusão do território do Bechuanaland britânico na União Postal Universal.....	337
N. 2256 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1896 — Eleva a Consulado o Vice-Consulado em Fiume.....	338
N. 2257 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1896 — Commette ao archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores a guarda das estampilhas de emolumentos consulares e dá instruções para esse serviço.....	339
N. 2258 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 13 de abril de 1896 — Approva, com modificações, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Petrolina ao Piauí, do trecho comprehendido entre o Porto da Armação e o Saco de S. Francisco, no Estado do Piauí.....	340
N. 2259 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1896 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores um credito supplementar à verba — Socorros Públicos, de exercício de 1896, na importância de quinhentos contos de réis (500:000\$000).....	341
N. 2260 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1896 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 43:983\$700 para concluir as obras do edificio destinado à Alameda de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.....	342
N. 2261 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1896 — Manda executar em todas as Alfândegas e Mesas de Rendas habilitadas da Republica a nova tarifa e suas disposições preliminares.....	343
N. 2262 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 20 de abril de 1896 — Approva os desenhos dos typos de trilhos e accessorios que devem ser empregados na Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy, nas renovações da actual linha e na via permanente da nova linha.....	344
N. 2263 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 20 de abril de 1896 — Approva os projectos e orçamento para augmento de varios desvios, linhas telegraphicas e construcção de dependencia, na Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.....	345
N. 2264 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 29 de abril de 1896 — Approva os projectos e orçamentos para augmento da estação de passageiros e o armazem de cargas de S. Bernardo e construcção de um armazem provisorio de cargas na estação de Agua Branca, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.....	345
N. 2265 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 20 de abril de 1896 — Approva o projecto e orçamento dos novos desvios a construir na estação de Pary, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.....	346
N. 2266 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 20 de abril de 1896 — Approva os projectos e	

orçamentos para o augmento de varios desvios nas estações de Cubatão, Pilar, Belém e Campo Limpo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.....	346
N. 2267 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.148:683\$ para occorrer ás despesas da introdução, transporte e localisação de immigrants durante o segundo trimestre do actual exercicio.....	347
N. 2268 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1896 — Publica a adhesão do Governo Francez á Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo, de 22 de julho de 1875, quanto á colonia da Nova Caledonia.	349
N. 2269 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1896 — Manda executar o tratado de commercio e navegação celebrado entre o Brazil e a Republica do Perú, em 10 de outubro de 1891.....	350
N. 2270 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1896 — Declara caduca a concessão constante do decreto n. 373, de 6 de junho de 1891, para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Ouro Preto a Peganha.....	360
N. 2271 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1896 — Concede autorisação á <i>Chemins de Fer Orientaux du Brésil</i> para funcionar na Republica.....	361
N. 2272 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1896 — Concede autorisação á Companhia Estrada de Ferro Espirito Santo e Minas para funcionar na Republica.....	382
N. 2273 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1896 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial da Ipuca.....	400
N. 2274 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1896 — Concede autorisação á sociedade em commandita por acções Cervejaria Brahma — George Maschket & Comp., para reformar os seus estatutos.....	403
N. 2275 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 89:484\$430 destinado ao pagamento de reclamações tratada por via diplomatica...	403
N. 2276 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de maio de 1896 — Approva a planta dos trabalhos da mina adoptada pelo concessionario engenheiro Guilherme de Capanema, entre os rios Parí e Gurupy, nos termos da clausula 4ª do decreto n. 10.284, de 30 de julho de 1889.....	404
N. 2277 — GUERRA — Decreto de 7 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de sete contos e duzentos mil réis ( 7:200\$ ) ao § 2º — Supremo Tribunal Militar — do exercicio de 1896, para	

attender ao augmento de vencimentos dos juizes togados do referido Tribunal.....	405
N. 2278 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de maio de 1896 — Crea um Consulado na Republica de Nicaragua.....	406
N. 2279 — FAZENDA — Decreto de 14 de maio de 1896 — Manda fazer algumas rectificações na Tarifa das Alfandegas.....	406
N. 2280 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 386:593\$333, para occorrer ás despesas extraordinarias com as hospedarias de immigrants de Pinheiro e da Ilha das Flores, durante o corrente exercicio.....	407
N. 2281 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1896 — Concede autorisação á Companhia <i>Minas and Goyaz, limited</i> , para funcionar na Republica.....	408
N. 2282 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1896 — Crea um Consulado na Republica do Salvador.....	433
N. 2283 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1896 — Estabelece dous Vice-Consulados no Perú, fixa-lhes as sedes, e applica-lhes as disposições dos arts. 2º, 3º e 4º do decreto n. 2194 de 16 de dezembro de 1895....	433
N. 2284 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 6:333\$340 para pagamento do pessoal do expediente da Delegacia de Terras e Colonisação no Estado de Minas Geraes.....	434
N. 2285 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 115:100\$ para occorrer ás despesas da verba — Agencia Central de Immigração, n. 3 do art. 6º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.....	434
N. 2286 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1896 — Declara que as porcentagens do regulamento de 15 de junho de 1859 relativas aos curadores deverão ser cobradas e escripturadas como renda dos Consulados brasileiros, quando os respectivos consules exercerem funcção idêntica á dos mesmos curadores.....	434
N. 2287 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva a tabella de preços complementar aos orçamentos approvados por decretos ns. 32 e 874, de 3 de dezembro de 1889 e 18 de outubro de 1890, e bem assim os projectos e orçamentos de edificios e obras diversas das linhas de Tatuhy a Itararé e Botucatu a Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.....	435
N. 2288 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva os estudos, planos e orçamento das obras de melhoramento do porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo.....	436

	Pags.
N. 2289 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva os projectos e orçamentos para installações telegraphicas e semaphoricas em diversas estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.....	436
N. 2290 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva os projectos e orçamento para construção de novos desvios nas estações de Campo Grande a Jundiahy e outras despesas, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.....	437
N. 2291 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1896 — Approva, com alterações, as instruções de 10 de dezembro de 1895, expedidas pelo director das Rendas Publicas do Thesouro Federal sobre o serviço de descarga no porto de Santos e o encaminhamento das mercadorias para a Alfandega de S. Paulo, e dá outras providencias.....	437
N. 2292 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1896 — Declara que os agentes consulares do Brazil em Portugal e suas colonias e os de Portugal no Brazil tem direito ás porcentagens e taxas das tabellas dos respectivos Governos nos processos de heranças, segundo o decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851.....	438
N. 2293 — FAZENDA — Decreto de 1 de junho de 1896 — Abre á verba — Exercícios findos, do corrente exercício, um credito supplementar de 21:810\$366, para occorrer ás despesas que foram liquidadas com o serviço quarentenario de Santa Catharina durante o anno de 1893.....	439
N. 2294 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de junho de 1896 — Publica a adhesão do Governo Britannico á Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo pela colonia de Queensland (Australia).....	440
N. 2295 — FAZENDA — Decreto de 11 de junho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercício, o credito supplementar de 5:182\$757 á verba — Exercícios findos, para effectuar o pagamento do vencimento do lente da Faculdade de Direito do Recife, arcediogo Dr. Luiz Francisco de Souza.....	441
N. 2296 — FAZENDA — Decreto de 11 de junho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercício, o credito supplementar de 9:301\$930 á verba — Exercícios findos, para effectuar o pagamento do vencimento do lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos.....	441
N. 2297 — MARINHA — Decreto de 18 de junho de 1896 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 25:000\$, para despendir com o estabelecimento de um pharol de 5ª classe no porto de Macapá, no Estado do Pará.....	442
N. 2298 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1896 — Concede ao cidadão Orozindo Montiz Barreto autorisação para ligar a Capital Federal ás capitães dos Estados do Espirito Santo, Bahia e Pernambuco por meio de linhas ou cabos telephonicos.	442

N. 2299 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de junho de 1896 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional.....	444
N. 2300 — FAZENDA — Decreto de 22 de junho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de cento e vinte e oito contos oitocentos e vinte oito mil e quinhentos réis (128:828\$500) á verba 32 <sup>a</sup> do art. 7 <sup>o</sup> da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1891, para occorrer ás despesas com o fabrico de moedas de nickel e bronze...	446
N. 2301 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1896 — Concede ao Lyceo Parahybano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.....	447
N. 2302 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de duzentos contos de réis (200:000\$) para completar o auxilio concedido ao Estado da Parahyba pela lei n. 120 de 8 de novembro de 1892.....	447
N. 2303 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 600:000\$ á verba — Exercicios findos, do corrente exercicio, para attender ao pagamento das despesas relativas ás aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei.....	448
N. 2304 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1896 — Approva o regulamento da navegação de cabotagem.....	448
N. 2305 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de julho de 1896 — Approva o projecto e orçamentos para installação de guindastes moveis nas casas de machinas fixas, da Serra e serviços de alimentação de agua ás machinas fixas dos planos inclinados ns. 1 e 4 da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.....	467
N. 2306 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de julho de 1896 — Approva o projecto e orçamento para construcção de um armazem provisorio de cargas na estação de Ribeirão Pires, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.....	467
N. 2308 (*) — FAZENDA — Decreto de 13 de julho de 1896—Providencia sobre o modo de pagar os juros das apolices ao portador, emittidas em virtude do decreto n. 1976 de 25 de fevereiro de 1895.....	468
N. 2309 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1896 — Crea Delegacias fiscaes nas capitães dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.....	468
N. 2310 — RELAÇÕES ENTERRIORES —Decreto de 20 de julho de 1896 — Crea um Consulado na Palestina.....	470
N. 2311 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1896 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2.220:000\$ para indemnizar prejuizos consequentes da revolta de uma parte da Armada Nacional.....	471

(\*) O decreto n. 2307 não foi publicado.

N. 2312 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1896 — Approva o projecto para modificação da linha entre as estacas 18 e 20, situadas no aterro denominado Rabicho, da Estrada de Ferro Barão de Araruama.....	471
N. 2313 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1896 — Approva as bases para organização das novas tarifas da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.....	472
N. 2314 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1896 — Proroga os prazos fixados para conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca.....	476
N. 2315 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1896 — Abre á verba — Exercícios findos — do Ministerio da Fazenda o credito de 350:000\$ para pagar a Galeano y Soto e outros, carregadores dos navios <i>Centauro</i> e <i>Celina</i> .....	476
N. 2316 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1896 — Altera o numero e os vencimentos dos empregados das Delegacias fiscaes de S. Paulo, Minas Geraes, Cuyabá, Curitiba, Therezina e Goyaz.....	477
N. 2317 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.591:070\$ para occorrer ás despesas da introdução, transporte e localisação de immigrants durante o terceiro trimestre do actual exercicio.....	479
N. 2318 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1896 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Silveira, no Estado de S. Paulo.	482
N. 2319 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de julho de 1896 — Approva o projecto e orçamentos para mudança das officinas dos Reis para Cabedello, no prolongamento da Estrada de Ferro da Parahyba á Alagôa Grande.....	482
N. 2320 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1896 — Autorisa os inspectores das Alfandegas e delegados fiscaes a reconhecerem as firmas dos agentes consulares brasileiros, cobrando o sello devido.....	483
N. 2321 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 186:467680, supplementar a diversas rubricas do art. 2º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.....	484
N. 2322 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1896 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado de Goyaz.....	485
N. 2323 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1896 — Approva os novos estatutos do Banco Hypothecario e Commercial do Maranhão.....	485

N. 2324 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1896 — Approva os projectos e orçamentos para construcção de desvios nas estações de Ribeiro Pires, S. Caetano, Braz, Taipas e Perús e Jequery, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy...	486
N. 2325 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1896 — Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre Ribeirão de Faria e a cidade de Pecanha, na extensão de 93 <sup>k</sup> , 213, da Estrada de Ferro de Pecanha ao Araxá.....	486
N. 2326 — MARINHA — Decreto de 10 de agosto de 1896 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$ para acudir ás despesas com os estudos e acquisição de terrenos para a mudança do Arsenal de Marinha da Capital Federal .....	487
N. 2327 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1896 — Publica a declaração do Governo da China de que, tando intenção de associar-se á União Postal Universal, admittirá sem taxa supplementar, desde o dia 1 de janeiro de 1897, as correspondencias franqueadas com as taxas da União para determinadas localidades chinezas.....	487
N. 2328 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva o convenio celebrado em 17 de outubro de 1895 entre os Estados de Pernambuco e Alagoas para a boa fiscalisação e cobrança dos direitos nas estações limitrophes dos referidos Estados.....	488
N. 2329 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas.....	492
N. 2330 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva o projecto e orçamentos para construcção de um galpão e desvios no pateo das officinas, em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.....	493
N. 2331 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Autorisa a construcção de uma linha telegraphica entre os pontos extremos da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.....	494
N. 2332 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva as plantas e orçamentos para installação de um poste telegraphico e um desvio no kilometro 6 da Estrada de Ferro Minas e Rio .....	494
N. 2333 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1896 — Approva o projecto e orçamentos para installações de appparelhos telegraphicos em todas as estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, para regularidade do movimento de trens.....	495
N. 2334 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de agosto de 1896 — Approva o regulamento da Estrada de Ferro de S. Francisco.....	495

N. 2335 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1896 — Sujeita a jurisdição da Alfandega de Florianópolis, no Estado de Santa Catharina, a Mesa de Rendas de Ita- jahy, no mesmo Estado, e marca-lhe as respectivas atri- buições.....	528
N. 2336 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1896 — Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.....	528
N. 2337 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Fazenda o credito especial de trezentos contos de réis (300:000.000), para completar o auxilio concedido ao Estado do Piahy pela lei n. 120, de 8 de novembro de 1892.....	530
N. 2338 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1896 — Approva os estudos definitivos e a tabella de preços para execução das obras de duplicação da linha ferrea de Santos a Jundiahy, in- clusive a dos planos inclinados, e dá outras providencias.....	531
N. 2339 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de setem- bro de 1896 — Publica a adhesão da Noruega á Con- venção Internacional para a publicação das tarifas adua- neiras.....	532
N. 2340 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De- creto de 14 de setembro de 1896 — Abre o credito de oito mil e quinhentos contos de réis (8.500.000\$) ao Mi- nistério dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.....	533
N. 2341 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De- creto de 17 de setembro de 1896 — Declara caduca a concessão do privilegio para construção, uso e gozo do ramal ferreo do Cruzeiro a Santa Cruz, feita pelo decreto n. 436 E, de 4 de julho de 1891.....	533
N. 2342 — MARINHA — Decreto de 17 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 31:000\$, supplementar á verba 17 <sup>a</sup> do art. 4 <sup>o</sup> da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895.....	534
N. 2343 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 123:950\$ ne- cessario para aquisição de moveis, trilhos, apparelhos, embarcações, etc., destinados á Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.....	534
N. 2344 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 336:018\$428, supplementar á verba 17 <sup>a</sup> do art. 7 <sup>o</sup> da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895.....	535
N. 2345 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 5.522:817\$682 á verba — Reposições e restituições — para pagamento da divida da União para com o Estado de S. Paulo.....	535
N. 2346 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça	

e Negocios Interiores o credito extraordinario de 102:500\$200, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, durante o segundo semestre do corrente anno.	536
N. 2347 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Concede ao Gymnasio da Bahia as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.	537
N. 2348 — FAZENDA — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 7:707\$ á verba — Alfandegas, art. 7º, n. 12 do organimento de 1895, para occorrer a despesa da Alfandega do Estado do Espirito Santo.	538
N. 2350 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria.	538
N. 2351 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.	539
N. 2352 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — subsidio aos senadores — e 477:000\$ á verba Subsidio aos deputados.	539
N. 2354 (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1896 — Concede ao Lyceo Maranhense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.	540
N. 2355 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1896 — Autorisa a elevação, até o maximo de £ 200.000, do capital fluctuante a que se refere a clausula 13ª do accordo celebrado a 6 de novembro de 1873 com a <i>S. Paulo Railway Company, limited</i> .	541
N. 2356 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1896 — Approva as despesas realizadas pela <i>S. Paulo Railway Company, limited</i> , com a Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, de 1 de janeiro de 1892 a 16 de julho de 1896, na importancia de £ 233-008* 3-4.	541
N. 2357 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de outubro de 1896 — Concede autorização á <i>The Nacional Brazilian Har-bour Company, limited</i> , para funcionar na Republica.	542
N. 2358 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1896 — Publica a adhesão das Colonias Britannicas da Ascensão e de Santa Helena á Convenção Postal Universal.	575

(\*) Os decretos ns. 2349 e 2353 não foram publicados.

N. 2359 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1896 — Abre á verba — Exercícios findos, do orçamento vigente e pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 649:644\$864 para pagamento de garantia de juros á Companhia União Sorocabana e Ituana, concessionaria das linhas ferreas de Botucatu a Tibagy e de Tatuhy a Itararé.....	575
N. 2360 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1896 — Altera as escalas das linhas de Macapá e Purús, da <i>Amazon Steam Navigation Company</i> .....	576
N. 2361 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1896 — Prorroga por quatro annos o prazo fixado na clausula 4. <sup>a</sup> das que acompanham o decreto n. 436 P, de 4 de julho de 1891.....	576
N. 2363 (*) — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1896 — Crea um Consulado na ilha de Jamaica.....	577
N. 2364 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1896 — Transfere á <i>The National Brazilian Harbour Company, limited</i> , a concessão constante do decreto n. 904, de 18 de outubro de 1890, relativa ás obras de melhoramento do porto de Jaraguá.....	577
N. 2365 — MARINHA — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 668:200\$8, supplementar a diversas rubricas do orçamento em vigor, para execução da lei n. 304 de 10 de outubro de 1895....	578
N. 2366 — GUERRA — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 661:658\$842 para pagamento á Companhia Lloyd Brasileiro por fretamento dos vapores <i>Irix</i> e <i>Aymoré</i> .....	578
N. 2367 — GUERRA — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Altera o plano de uniformes mandado adoptar por decreto n. 1729 A, de 11 de junho, modificado pelo de n. 1834, de 4 de outubro de 1894.....	579
N. 2368 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1896 — Concede authorisação á <i>Société Anonyme d'Exploitation aux Etats Unis du Brésil des Bréets J. Reuss</i> , para funcionar na Republica.....	580
N. 2369 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1896 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de S. Paulo do Muriahé, no Estado de Minas Geraes.....	596
N. 2370 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1896 — Reorganisa a Guarda Nacional do municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco..	597
N. 2371 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1896 — Crea um commando superior	

(\*) O decreto n. 2332 não foi publicado.

Pags.

de Guardas Nacionais no municipio da villa do Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.....	597
N. 2372 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.324:436\$670, para occorrer ás despesas de introdução, transporte e localisação de imigrantes, durante o 4º trimestre do actual exercicio.....	593
N. 2373 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores e 477:000\$ á verba — subsidio aos deputados.....	600
N. 2374 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 76:200\$, sendo: 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	601
N. 2375 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1896 — Approva, com modificação, os novos Estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos.....	602
N. 2376 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1896 — Modifica as tarifas approvadas pelo decreto n. 1881, de 7 de novembro de 1894, em vigor na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.....	609
N. 2377 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 23:592\$827, para pagamento das despesas feitas em execução das leis ns. 266 de 24 de dezembro de 1894, 348 de 9 e 360 de 30 de dezembro de 1895.....	636
N. 2378 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de..... 6.521:426\$606 supplementar á verba — Exercicios findos, n. 32 do art. 7º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, para pagamento de dividas de exercicios findos dos diversos Ministerios.....	637
N. 2379 — GUERRA — Decreto de 17 de novembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 2:693\$952, para occorrer ao pagamento das etapas a que tem direito o capitão-tenente Tancredo de Castro Jaufret, como instructor do Collegio Militar, no exercicio corrente.....	637
N. 2380 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1896 — Manda executar os protoccollos ns. I, e III, firmados na Conferencia de Madrid em abril de 1891, para a protecção da propriedade industrial.....	638
N. 2381 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1896 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Espirito Santo.....	661

N. 2382 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1896 — Abre ao actual exercício ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito extraordinário de 200:000 para occorrerás despesas com a continuação dos estudos da nova capital no Planalto Central. ....	662
N. 2383 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1896 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1896, o crédito suplementar de 40:640\$, sendo 17:973\$333 à verba — Secretaria do Senado — e 22:666\$667 à verba — Secretaria da Câmara dos Deputados. ....	662
N. 2384 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1896 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1896, o crédito suplementar de 330 000\$, sendo 75:0 08\$ à verba — Subsídio aos senadores, e 254:490\$ à verba — Subsídio aos deputados. ....	663
N. 2385 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1896 — Dá nova organização à Guarda Nacional da comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes. ....	663
N. 2386 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 27 de novembro de 1896 — Autorisa, por excepção, a cobrança de fretes por distancias percorridas pelos trens, na Estrada de Ferro de Caxias a Capaeiras, para o transporte das canas e lenha destinadas à usina « Engenho d'Água ». ....	664
N. 2387 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 27 de novembro de 1896 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito especial de 37:938\$975, para pagamento da indemnisação ao Dr. José Antonio de Pinho Borges, de conformidade com a sentença do Supremo Tribunal Federal, de 25 de fevereiro de 1895. ....	664
N. 2388 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1896 — Abre ao Ministério da Fazenda, no corrente exercício, o crédito especial de 3:410\$858, para pagamento dos vencimentos dos membros do Tribunal de Contas, desde 14 de outubro a 31 de dezembro deste anno. ....	665
N. 2389 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1896 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 1.115:208\$500, suplementar à verba — Exercícios findos — do orçamento em vigor, para pagamento de igual somma devida pela Estrada de Ferro de Baturité a Boris Freres, Guilherme Rocha & Comp. e Reinaldo Porto. ....	665
N. 2390 — GUERRA — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito da quantia de 2.500:280\$714, suplementar a diversas rubricas do art. 5º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895. ....	666
N. 2391 — MARINHA — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministério da Marinha o crédito de 1.787:802\$270 suplementar a diversas rubricas do orçamento em vigor. ....	668

N. 2392 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Autorisa a transformação da sociedade anonyma — Cooperativa Quatorze de Julho — em sociedade em commandita por acções, sob a firma Malhonado & Companhia.....	669
N. 2393 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Altera o art. 11 das instrucções regulamentares approvadas pelo decreto n. 9023 de 29 de novembro de 1883.....	679
N. 2394 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Concede authorisação á <i>Société Anonyme Belge d'Industrie au Brésil</i> para funcionar na Republica.....	680
N. 2395 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Concede authorisação á <i>Manchester Fire Assurance Company</i> para funcionar.....	694
N. 2396 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1896 — Concede authorisação á Companhia Contra os Riscos de Transportes e Accidentes de toda natureza « La Foncière » para funcionar.....	769
N. 2397 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1896 — Manda executar o Accordo firmado em 19 de novembro de 1896 com o Ministro de Sua Magestade o Rei da Italia sobre as reclamações italianas.....	786
N. 2398 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 206:250\$, sendo 47:250\$ á verba — Subsidio aos senadores — e 159:000\$ á verba — Subsidio aos deputados.....	788
N. 2399 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 29:000\$, sendo 12:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 17:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	788
N. 2401 (*) — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 4.000:000\$, em moeda nacional, para execução do Accordo firmado em 19 de novembro proximo passado com o Ministro de Sua Magestade o Rei de Italia sobre as reclamações italianas.....	789
N. 2402 — MARINHA — Decreto de 10 de dezembro de 1896 — Aceita as modificações adoptadas pelo Governo de Sua Magestade Britannica e o dos Estados Unidos da America sobre as regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamentos no mar.....	790

---

(\*) O decreto n. 2400 não foi publicado.

	Pags.
N. 2403 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1896 — Prorroga, por quatro annos, o prazo fixado na clausula 3 <sup>a</sup> do decreto n. 155, de 13 de abril de 1891, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo.....	792
N. 2404 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 70:000\$, supplementar á verba n. 13 do art. 2 <sup>o</sup> da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.....	793
N. 2405 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1896 — Regula a substituição dos <i>bonus</i> do Banco da Republica do Brazil por notas do Thesouro Nacional.....	793
N. 2406 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1896 — Declara que a União assume a responsabilidade das emissões bancarias e extingue a faculdade emissora concentrada no Banco da Republica do Brazil.....	794
N. 2407 — FAZENDA — Decreto de 19 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de 1:071\$000 á verba — Exercícios findos, para pagamento das etapas a que tem direito o capitão-tenente Pancrêdo de Castro Jauffret.....	
N. 2408 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1896 — Institue uma comissão de cinco membros, sob a presidencia do presidente do Banco da Republica do Brazil, para apresentar um plano de revisão dos estatutos do mesmo banco e elucidar esclarecimentos acerca dos bens e propriedades do banco que possam ser uteis ao serviço publico.....	796
N. 2409 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1896 — Approva o regulamento do Tribunal de Contas.....	797
N. 2410 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1896 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 20:000\$, ao cambio de 27, para as despezas da rubrica — Extraordinarias no exterior — no exercicio de 1896.....	841
N. 2411 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1896 — Autorisa a Companhia Docas de Santos a fazer a dragagem e desobstrução do poro de Santos, de conformidade com o disposto no art. 6 <sup>o</sup> § 11 da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896...	841
N. 2412 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1896 — Providencia sobre o resgate do papel-moeda em circulação e sobre o serviço dos juros e amortisação da divida externa.....	843
N. 2413 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1896 — Estabelece as bases para o arrendamento das estradas de ferro pertencentes á União.....	845
N. 2415 (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1896 — Crea os logares de supplen-	

(\*) O decreto n. 2414 não foi publicado.

tes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado de Sergipe.....	847
N. 2416 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1895 — Prorroga, até 31 de dezembro do corrente anno, o prazo fixado na clausula 2ª do decreto n. 10.153, de 5 de janeiro de 1889, para apresentação dos estudos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha.....	848
N. 2417 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1895 — Manda observar na Estrada de Ferro Central do Brazil o regulamento modificado pela lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896 e faz extensiva tal modificação ás demais estradas de ferro da União, no que lhe for applicavel.....	848
N. 2418 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1895 — Modifica o regulamento sobre a venda de bilhetes das loterias estaduais no Districto Federal, mandando observar pelo decreto n. 1941, de 17 de janeiro de 1895, e providencia sobre as loterias federaes de accordo com os arts. 1.º n. 29 e 24 da Lei n. 423, de 10 de dezembro de 1896.....	881
N. 2419 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1896 — Transfere para o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o Observatorio do Rio de Janeiro.....	887
N. 2420 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1896 — Approva o regulamento para a cobrança do imposto do consumo de fumo.....	887
N. 2421 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1896 — Approva o regulamento para a cobrança do imposto do consumo de bebidas alcoolicas.....	903
N. 2422 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1896 — Approva os estudos definitivos da 2ª e 3ª seções da Estrada de Ferro da Victoria a Peçanha.....	917

# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## 1896



DECRETO N. 2211 — DE 6 DE JANEIRO<sup>y</sup> DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 800:000\$, para despezas com o lazareto de Tamandaré.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 2º § II n. 1 da lei n. 360, de 30 de dezembro do anno passado resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 800:000\$, para occorrer ás despezas e mas obras de construção do lazareto de Tamandaré, no Estado de Pernambuco, sendo 100:000\$ para as que estão por pagar, effectuadas no exercicio de 1895 e 700:000\$ para continuação das que se realizarem no corrente exercicio de 1896.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

*Antônio Gonçalves Ferreira*

## DECRETO N. 2212 — DE 6 DE JANEIRO DE 1896

Eleva de 50 a 100 réis os emolumentos que percebem o presidente e os deputados da Junta Commercial do Districto Federal pela rubrica em livros commerciaes e de 1\$ a 2\$ os dos officios do secretario da mesma Junta.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo art. 2º § 2º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, decreta :

Art. 1.º E' elevado de 50 a 100 réis o emolumento da rubrica em livros commerciaes que, pela tabella annexa ao decreto n. 596, de 19 de junho de 1890, compete repartidamente ao presidente e deputados da Junta Commercial do Districto Federal.

Paragrapho unico. A importancia da metade desse augmento será distribuida pelos empregados da secretaria da mesma Junta.

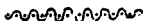
Art. 2.º O secretario perceberá 2\$ pelos seus officios sobre matricula de commerciantes e mais especies, ficando assim elevado o emolumento de 1\$, que lhe foi fixado no § 2º da referida tabella.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2213 — DE 9 DE JANEIRO DE 1896

Approva o regulamento para o serviço de fornecimento de viveres e forragens aos corpos do Exercito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 5º n. V da lei n. 360, de 30 de dezembro do anno proximo passado, resolve approvar o regulamento que com este baixa, assignado pelo Marechal Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, para o serviço de fornecimento de viveres e forragens aos corpos do Exercito.

Capital Federal, 9 de janeiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*

Regulamento para o serviço de fornecimento de viveres e forragens aos corpos do Exercito, de que trata o decreto n. 2213 desta data.

## CAPITULO I

### DO CONSELHO ECONOMICO

Art. 1.º Em cada um dos corpos do Exercito haverá um conselho denominado—Economico—, composto do commandante, do fiscal, dos commandantes de companhias, baterias ou esquadrões e do capitão-ajudante ou, na falta deste, do subalterno mais graduado.

Art. 2.º Ao conselho economico compete a gerencia e fiscalização da receita e despesa dos dinheiros provenientes das seguintes verbas :

1ª, rancho geral das praças ;

2ª, forragens ;

3ª, ferragem ;

4ª, contractos da musica e concerto do instrumental bellico :

5ª, economias licitas de qualquer proveniencia, sem prejuizo dos fins a que forem destinados os fundos de que ellas provierem e assim tambem todas as mais quantias que porventura forem recebidas pelo corpo, para qualquer outro fim differente dos mencionados nos numeros precedentes.

Art. 3.º O fiscal do corpo será o do conselho e um dos outros membros do conselho, o thesoureiro.

O secretario do corpo fará a escripturação. Um subalterno effectivo do corpo será o agente encarregado das compras que o conselho determinar.

Nos corpos de cavallaria e artilharia de campanha, que tiverem almas em argola, haverá dous agentes, um incumbido do serviço do rancho e o outro do da forragem.

Art. 4.º O thesoureiro e o agente serão nomeados por escala: o primeiro trimestralmente e o segundo mensalmente, no antepenultimo dia do fim do mez e sel-o-hão tambem quando fallecerem os que estiverem em exercicio, quando tiverem transferencia de corpo, quando por qualquer eventualidade de molestia ou do serviço o conselho reconhecer necessidade da substituição e, finalmente, quando desmerecerem da confiança do conselho, devendo o thesoureiro ser nomeado pelo presidente e o agente pela casa da ordem do corpo.

Art. 5.º Os fundos das economias licitas e diversas quantias recebidas, de que trata o n. 5.º do art. 2.º, serão applicados no que for conveniente ao bem-estar das praças e ao arranjo interno do corpo, sob juizo e deliberação do conselho.

Art. 6.º Para a contabilidade administrativa do rancho e da forragem e ferragem, haverá dous livros em que se lançarão as contas correntes da receita e despesa, tanto de dinheiro, como

de generos e bem assim um outro para a mesma escripturação relativa á musica e a tudo o mais que não se relacionar com o rancho das praças e a forragem e ferragem dos animaes.

As actas das sessões do conselho serão inscriptas em um só livro especial e nellas se lançará tudo quanto constar das contas correntes das diversas especialidades e assim tambem as deliberações que o conselho tomar em relação aos objectos da sua administração. Estes livros e documentos que o conselho tiver de archivar, serão rubricados pelo fiscal e serão escripturados de accordo com os modelos.

Art. 7.º Os agentes dos corpos serão dispensados de todo o serviço de escala, desde o dia da nomeação até o dia da reunião do conselho, para prestação de suas contas.

Art. 8.º As economias licitas poderão provir da redução da etapa de praças presas em cellula, das sobras de generos ou forragens que se possam dar, dos contractos das musicas para tocadas particulares, da venda de estrume, das multas em que incorrerem os fornecedores e de artigos dados em consumo, que não tenham de ser aproveitados como materia prima ou ter qualquer outra proveniencia, contanto que seja justificavel e claramente escripturada nos respectivos livros. Taes economias serão representadas pelos saldos verificados nas diversas contas correntes.

Art. 9.º As sessões do conselho terão logar ordinariamente uma vez por mez, depois que tiverem sido recebidos os vencimentos das praças e, extraordinariamente por convocação do presidente, sempre que circumstancias de momento o exigirem. Nas sessões mensaes proceder-se-ha ao exame e ajuste das contas do mez anterior e de tudo que occorrer se lavrará uma acta, que será assignada por todos os membros do conselho, cujas deliberações serão sempre tomadas pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 10. A Repartição de Quartel-Mestre General organisará annualmente uma tabella fixando a qualidade e o maximo da quantidade dos generos que devem constituir as refeições das praças, tendo em consideração o clima e os recursos das zonas em que estacionarem os corpos e bem assim uma outra da forragem dos animaes.

Art. 11. Os commandantes dos districtos militares remetterão directamente á Contadoria Geral da Guerra os preços das propostas mais vantajosas dos dous ultimos semestres das diversas guarnições sob sua jurisdição, assim como os preços correntes nos mercados das mesmas guarnições, dous mezes antes de terminado o semestre, afim de que aquella repartição proceda ao calculo para determinação dos valores das etapas no semestre seguinte, de accordo com a tabella de distribuição de generos para as refeições das praças, organizada pela Repartição de Quartel-Mestre General. Do mesmo modo que os commandantes de districtos, procederá a Repartição de Quartel-Mestre General, com relação á guarnição da Capital Federal e outras que estiverem immediatamente subordinadas ao ajudante general.

Art. 12. Tanto o calculo do valor da etapa como a tabella de que tratam os dous artigos antecedentes serão submettidos á approvação do Ministro da Guerra.

Art. 13. Quando os elementos necessarios ao calculo do valor da etapa não chegarem a tempo, será elle fixado tomando-se para base a média dos valores dos dous ultimos semestres.

## CAPITULO II

### DO PRESIDENTE DO CONSELHO ECONOMICO

Art. 14. Ao presidente, como commandante do corpo, cabe a maior responsabilidade na gerencia do conselho economico, devendo por isto ser incansavel em fiscalisar os actos de todos os seus membros.

Art. 15. Compete-lhe :

§ 1.º Convocar o conselho, não só ordinariamente como extraordinariamente.

§ 2.º Remetter annualmente, dentro do mez de janeiro, á Repartição de Quartel-Mestre General, um balancete geral de todo o movimento de receita e despeza do conselho economico.

## CAPITULO III

### DO FISCAL

Art. 16. O fiscal é o responsavel pela exacção das contas apresentadas pelo agente, razão por que deverá conferil-as antes de pôr o seu—*visto*.

Art. 17. Deve empregar toda a vigilancia e zelo na fiscalisação dos diversos ramos da administração do conselho, incumbindo-lhe :

§ 1.º Assistir ás entradas quinzenaes dos generos para a arrecadação, afim de que possa responder pela qualidade e quantidade delles, fazendo-se substituir pelo seu immediato quando estiver impedido de comparecer.

§ 2.º Assistir frequente e inesperadamente á sahida dos generos da arrecadação para as refeições diarias.

§ 3.º Assistir, sempre que puder, ás refeições das praças e á distribuição de forragem aos annuaes, examinando tudo e providenciando sobre qualquer falta ou irregularidade que encontrar.

§ 4.º Ler as actas das sessões do conselho, escriptas pelo secretario, antes de assignadas, afim de verificar si o que está relatado nellas concorda com os documentos de receita e despeza, com as contas correntes e com as deliberações que o conselho houver tomado.

## CAPITULO IV

## DO THESOUREIRO

Art. 18. O thesourero terá sob sua guarda immediata os dinheiros e documentos existentes no cofre e compete-lhe:

§ 1.º O exame de todos os papeis e documentos referentes a dinheiros que tenham de ser recolhidos ao cofre ou retirados delle.

§ 2.º O pagamento, em vista das contas devidamente legalizadas, aos fornecedores ou a quaesquer outros credores do conselho.

## CAPITULO V

## ATTRIBUIÇÕES DO AGENTE

Art. 19. Os agentes dos corpos terão a seu cargo os generos pertencentes ao rancho das praças de pret e a forragem dos annaes, escripturando-os convenientemente, de accordo com os modelos.

Art. 20. Ao agente incumbe :

§ 1.º Apresentar, no fim de cada quinzena, uma nota do balanço que será feito, na presença do fiscal do corpo e do official de estado-maior, para verificar qual a quantidade de generos que fica existindo em arrecadação e tem de passar para a quinzena seguinte.

§ 2.º Arrecadar os generos recebidos, acondicionando-os bem e ser por elles responsavel.

§ 3.º Apresentar no fim de cada mez ao fiscal do corpo um mappa demonstrativo dos generos entrados durante o mez anterior, para o rancho das praças, com declaração do consumo havido e dos generos que porventura passarem do mez anterior.

§ 4.º Fazer com a necessaria antecedencia, de 15 em 15 dias, para ser satisfeito pelo fornecedor, o pedido dos generos calculados para o fornecimento do corpo, tendo em attenção a quantidade dos que ficarem existindo em arrecadação.

§ 5.º Fazer diariamente o pedido especial de pão, carne verde, verduras e sobremesa, e bem assim a entrega á côpa. em presença do official de estado-maior, dos generos que tiverem de ser fornecidos pela arrecadação para as refeições das praças, em vista dos pedidos diarios das companhias.

§ 6.º Fiscalisar a cozinha, affim de que todos os generos recebidos entrem para a caldeira e que a comida se faça com todo o asseio.

§ 7.º Não consentir que da caldeira se tire comida antes da hora marcada para o rancho e assistir com o official de estado a distribuição do mesmo rancho, para que esta se faça com regularidade e caiba a cada praça a sua ração exacta.

§ 8.º Apresentar ao conselho pedido de todos os utensilios indispensaveis ao rancho, cozinha, despensa, arrecadação e cavalarias afim de ser comprado por conta das economias das respectivas caixas e ter o necessario cuidado para que tudo se conserve no maior asseio possivel.

§ 9.º Preparar os papeis relativos ao rancho, que tenham de ser presentes ao conselho economico, para submittel-os ao exame e ao visto do fiscal.

Art. 21. Nos corpos montados, quando houver agente encarregado do fornecimento de forragens, etc., terá elle iguaes attribuições em relação á sua especialidade; devendo entregar diariamente aos officiaes de dia as baterias ou esquadroes, com assistencia do official de estado-maior, os generos necessarios á alimentação dos animaes, em vista dos vales dos respectivos commandantes.

Art. 22. O agente terá, para seus auxiliares, uma ou duas praças graduadas, que serão nomeados *peis* do mesmo agente, pelo corpo, e que se encarregarão de auxiliar-o na escripturação e no serviço da fiscalisação.

## CAPITULO VI

### DOS CONTRACTOS E PROPOSTAS

Art. 23. Os contractos para fornecimento, não só dos generos alimenticios as praças dos corpos, fortalezas e estabelecimentos militares, mas tambem das forragens para a cavallada, serão celebrados semestralmente pelos conselhos economicos dos corpos, estabelecimentos e fortalezas, segundo as normas estabelecidas neste regulamento. Os contractos serão publicados em ordem do dia dos corpos.

Art. 24. A retirada definitiva ou temporaria de um corpo da guarnição não importa a rescisão do contracto com o fornecedor, caso, em substituição ao mesmo corpo, venha outro para a mesma guarnição.

Art. 25. Nenhum contracto será effectuado sem que precedam annuncios publicados, na Capital Federal, pelo *Diario Official* e em outro jornal de maior circulação e, nos Estados, pelas folhas que publicarem os actos do Governo, convidando os concurrentes a apresentarem suas propostas no dia designado nos mesmos annuncios, que serão repetidos quatro vezes, em dias intercalados, e mencionarão a quantidade, qualidade e especie dos generos e as condições basicas do contracto.

Art. 26. Os annuncios serão assignados pelos secretarios dos conselhos economicos e publicados com a devida antecedencia, para poder ter lugar a reunião do conselho na época marcada, correndo a despesa por conta dos saldos.

Art. 27. No dia e hora designados nos annuncios, reunido o conselho economico, proceder-se-ha, em presença dos concurrentes, tanto a escolha das amostras, como á abertura e leitura

das propostas, que deverão ser feitas com clareza e sem omissão, emenda ou rasura e em dupla via, sendo uma sellada.

Art. 28. Na ausencia do proponente, ou do seu representante, devidamente habilitado com procuração, a proposta não será lida; e então o secretario declarará em uma nota lançada no alto da mesma proposta e rubricada pelo presidente do conselho, o motivo por que deixou ella de ser tomada em consideração.

Art. 29. As propostas deverão conter a declaração expressa de caueionar o proponente 5 % da importancia provavel dos viveres a fornecer durante o semestre, tomando-se para base a importancia do fornecido no semestre anterior, e de sujeitar-se a uma multa no valor dessa importancia si deixar de comparecer para assignar o respectivo contracto, dentro do prazo que for notificado pelos annuncios, publicados nas folhas, conforme o art. 25; não devendo o mesmo prazo exceder de tres dias uteis.

Esta caução não poderá ser levantada antes de feito o fornecimento de viveres para o primeiro mez.

A proposta conterá tambem a indicação da casa commercial do proponente.

Art. 30. Si na apuração das propostas encontrarem-se duas ou mais em identicas condições de preços e qualidade de um mesmo artigo, o conselho preferirá a do concorrente que, na mesma secção e reservadamente, propuzer o maior abatimento, exigindo para isso declarações por escripto, para proceder-se a nova apuração e decidir-se sobre a preferéncia.

Si ainda apresentarem-se propostas com as mesmas reduções, o conselho preferirá o proponente que já estiver fornecendo e, si este não tiver concorrido, preferirá o que julgar mais idoneo.

Art. 31. Só poderá concorrer aos fornecimentos annunciados pelo conselho, quem habilitar-se exhibindo:

1.<sup>o</sup>, documento de haver pago em seu nome, ou no da firma social de que fizer parte, o imposto da respectiva casa ou escriptorio commercial, relativo ao ultimo semestre vencido, e dahi em diante todos os semestres que se forem vencendo, dentro do prazo de dous mezes seguintes;

2.<sup>o</sup>, documentos que provem possuir bens de raiz, moveis ou semoventes, mercadorias, dinheiro ou titulos de valores que importem em somma nunca menor do que o valor do fornecimento pretendido, salvo si apresentar fiador idoneo, que se responsabilise pelo pagamento das multas em que possa incorrer, no caso que seus bens não sejam bastantes para tornal-o effectivo.

Art. 32. Aos contractantes será imposta a obrigação da venda dos generos contractados, pelos preços dos contractos, aos officiaes da guarnição.

Art. 33. Os proponentes, além da condição expressa no art. 29, sujeitar-se-hão tambem a multas impostas pelo conselho, por infracção de clausulas dos contractos, multas cujos valores deverão ser fixados, tendo-se em vista a importancia dos generos fornecidos e as reincidencias das infracções, que poderão tambem determinar a rescisão dos contratos.

Art. 34. Para concorrer ao fornecimento, não será necessario que seja negociante matriculado, bastando que, além do exigido no art. 31, sejam garantia da execução do contracto as importancias dos fornecimentos que forem sen-lo successivamente feitas e das quaes será abatida a importancia das multas impostas ao fornecedor.

Art. 35. Quando não houver proponentes ao fornecimento de algum ou alguns generos, o conselho determinará do melhor modo a aquisição por compra administrativamente. Da mesma fórma procederão as administrações dos hospitaes e enfermarias, de que trata o art. 58.

## CAPITULO VII

### MODO COMO SE DEVE REALIZAR O FORNECIMENTO

Art. 36. O recobimento dos generos para a arrecadação será feito com assistencia do fiscal, do medico de serviço, do official de estado-maior, do agente e de mais um qualquer membro do conselho, designado pelo fiscal, depois de escriptuloso exame, afim de verificar-se si estão nas condições estipuladas no contracto e na quantidade pedida.

Art. 37. Nos casos de marchas ou diligencias por logares onde não haja fornecedores, ou quando pelas exigencias do serviço não possam elles acompanhar a força, ou que destaque esta para logar onde, pela distancia, não possa ser fornecida pelo respectivo corpo, será a mesma força alimentada pelo seu commandante, que para esse fim receberá do conselho economico, adeantadamente, uma quantia sufficiente; e caso o conselho não pos-a fazer o adeantamento, por deficiencia de saldos, o commandante do corpo, na Capital Federal, por intermedio do quartel-mestre general, requisitará da Contadoria Geral da Guerra, e, nos Estados, por intermedio do commandante do districto ou guarnição, da Delegacia fiscal ou da Alfandega, o supprimento necessario, que será levado em conta no primeiro ajuste de contas.

Art. 38. Os fornecedores deverão satisfazer os pedidos dentro dos prazos marcados nos respectivos contractos, entregando os generos nos quartéis ou nos estabelecimentos a que forem destinados.

Art. 39. Os dias para entrada dos generos serão marcados pelo conselho economico.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 40. O quartel-mestre general, na Capital Federal, os commandantes dos districtos e de guarnições, nos Estados, inspecionarão, por todos os meios a seu alcance, o serviço do fornecimento, afim de que, não só as praças mas tambem a cavallada, sejam bem tratadas e alimentadas.

Art. 41. A tabella da distribuição diaria das tres refeições

(almoço, jantar e ceia) para cada corpo será organizada semestralmente, tendo por base a tabella geral organizada pela Repartição de Quartel-Mestre General e submettida à approvação, na Capital Federal, do quartel-mestre general e, nos Estados, dos commandantes de districtos e de guarnições, afim de haver a maior harmonia no fornecimento e distribuições.

Art. 42. As praças desarranchadas perceberão a respectiva etapa em generos ou em dinheiro, conforme preferirem.

Art. 43. Não se abonarão às praças de pret rações atrasadas, que por qualquer eventualidade deixarem de ser fornecidas no devido tempo.

Art. 44. Só será permittido o desarranchamento, e nisto o commandante terá o mais rigoroso escrupulo, ás praças nas seguintes condições :

- 1ª, casadas, tendo a mulher em sua companhia ;
- 2ª, tendo em sua companhia filhos, mãe ou irmãs orphãs a quem sirva de arrimo ;
- 3ª, cadetes, enquanto os houver e inferiores ;
- 4ª, ordenanças e bagageiros effectivos ;
- 5ª, praças empregadas fóra do corpo ;
- 6ª, praças de bom comportamento, que vivam em companhia de seus paes.

Art. 45. Para methodisar-se e haver completa regularidade na escripturação a cargo do agente, todos os vales, mappas, etc. serão impressos e tirados de livros de talões, ficando archivados nos corpos os talões para servirem nas inspecções dos mesmos corpos e tambem nas conferencias mensaes.

Art. 46. As disposições relativas aos agentes dos corpos são extensivas aos almoxarifes das fortalezas.

Art. 47. As bandas de musica não tocarão fóra do serviço publico, sinão mediante contracto préviamente autorisado pelo ajudante general e pelos commandantes dos districtos ou de guarnições ; e do producto das tocatas em festas e actos particulares entrará para a caixa um terço e os outros dous terços serão divididos proporcionalmente pelos musicos.

Art. 48. Os generos extraordinarios só serão fornecidos nos dias de festa nacional.

Art. 49. O primeiro fornecimento de utensilios para o rancho, aos corpos que ainda não os tiverem, será feito pela Intendencia da Guerra e sua renovação pelo coíre do conselho economico.

Art. 50. Os fornecedores apresentarão com antecedencia ao fiscal, para o devido exame, suas contas documentadas com os vales assignados pelo agente e nos quaes o mesmo agente deverá ter passado recibo dos generos recebidos.

Art. 51. Os fornecedores serão pagos pelo conselho economico, por occasião da sua reunião mensal para a tomada de contas, e nessa mesma sessão os commandantes de companhias, baterias ou esquadroes recolherão ao coíre a importancia das etapas das praças arranchadas.

Art. 52. Não será permittido desconto algum no soldo das praças de pret sob o pretexto de economias, de dous gratuitos

ou de deficiencia de fundos do cofre da administração economica do corpo.

Art. 53. Todos os membros do conselho são solidarios na responsabilidade dos dinheiros e generos confiados á sua administração.

Art. 54. Sem autorisação do conselho ou ordem positiva do respectivo presidente, expedida sob sua responsabilidade e por escripto, em casos urgentes, não se fará despeza de quantia alguma; e a que contrariamente se fizer, não será, como tal levada em conta.

Art. 55. Os fundos mencionados no art. 5.<sup>o</sup> só poderão ser distrahidos de uma para qualquer das outras especialidades, quando houver deficiencia de saldo nessas outras.

Art. 56. Para guardar os dinheiros destinados aos fins mencionados no art. 2.<sup>o</sup> haverá um cofre, cujos clavicularios serão o presidente do conselho, o fiscal e o thesoureiro.

O cofre só se abrirá em presença do conselho reunido em sua maioria.

Art. 57. Nos arsenaes, escolas militares, escolas praticas e quaesquer outros estabelecimentos onde vigorarem os conselhos economicos, serão observadas as disposições do presente regulamento, em tudo que não for contrario ás disposições dos regulamentos especiaes, pelos quaes se regerem esses estabelecimentos.

Art. 58. Nos hospitaes e nas enfermarias autonomas, o serviço de contractos para fornecimentos de dietas será feito pelas respectivas administrações, constituídas em conselho, da fórma seguinte:

I, na Capital Federal — dos directores e vice-directores dos hospitaes e do medico immediato em gradução ao director do hospital que não tiver vice-director, servindo de secretario o secretario do hospital central;

II, nos hospitaes de 2.<sup>a</sup> classe dos Estados, — do chefe do serviço sanitario, do director do hospital e do medico mais graduado depois do director, servindo de secretario o 1.<sup>o</sup> escripturario;

III, nas enfermarias autonomas dos Estados, — do chefe do serviço sanitario, do encarregado da enfermaria e do medico immediato em gradução a este, servindo de secretario o amanuense;

IV, nas enfermarias autonomas, que tiverem suas sedes em logares onde não residir o chefe do serviço, — do encarregado da enfermaria, do medico mais graduado depois deste, sendo o terceiro membro o medico immediato e, na falta deste, o encarregado da pharmacia.

Paragrapho unico. Na falta ainda de um ou de dous dos officiaes do serviço sanitario nas enfermarias, será o conselho completado com um ou dous officiaes da guarnição, requisitados pelo encarregado da enfermaria.

Art. 59. Determinado o valor da dieta, de accordo com as tabellas e os preços do contracto, será elle submittido a approvação do Ministro da Guerra, por intermedio da Inspectoria Geral do serviço sanitario do Exercito.

Art. 60. Para a escripturação do conselho serão adoptados os livros e documentos seguintes:

## LIVROS

*Do conselho*

- Das actas das sessões—Modelo n. 1.
- Da receita e despeza do rancho—Modelo n. 2.
- Da receita e despeza da forragem—Modelo n. 3.
- Da receita e despeza da musica—Modelo n. 4.

*Do agente*

- Das entradas e sahidas dos generos para o rancho—Modelo n. 5.
- Das entradas e sahidas dos generos para forragem—Modelo n. 6.
- Da carga e descarga dos utensilios—Modelo n. 7.
- De talões para os vales quinzenaes ou extraordinarios—Modelo n. 7 A.
- De talões para os vales diarios—Modelo n. 7 B.
- De talões para sahida de generos—Modelo n. 7 C.

## DOCUMENTOS

*Dos commandos de baterias, esquadções ou companhias*

- Relação numerica das praças arranchadas e desarranchadas—Modelo n. 8.
- Relação numerica dos cavallos em argola—Modelo n. 9.

*Do inspector da musica*

- Entrega dos dinheiros que houver recebido por tocatas da musica—Modelo n. 10.
- Conta das gratificações distribuidas aos musicos—Modelo n. 11.

*Do agente*

- Mappa dos generos entrados e consumidos com o rancho—Modelo n. 5.
- Mappa dos generos entrados e consumidos com a alimentação dos animaes—Modelo n. 6.
- Conta geral da despeza feita com a caixa do rancho—Modelo n. 12.
- Conta geral da despeza feita com a caixa da forragem—Modelo n. 13.
- Conta geral da despeza feita com a caixa da musica—Modelo n. 14.

*Do quartel-mestre*

- Entrega da consignação recebida para a caixa da musica—Modelo n. 15.

Art. 61. A escripturação relativa ao fornecimento de cada especialidade (etapa, forragem, etc.) será feita em livros e talões peculiares, obedecendo aos modelos estabelecidos, modificando-se convenientemente os dizes correspondentes a cada uma.

Art. 62. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de janeiro de 1896.—*Bernardo Vasques.*

Rubrica do fiscal

## MODELO N. 1

## 2º REGIMENTO DE ARTILHARIA

## 3º

Livro das actas da sessão do conselho  
economico do mesmo Regimento

Teve principio em        de        de 189

**Observações**

1.<sup>a</sup> Este livro, assim como todos os outros, não comprehendidos os de talões, terão as seguintes dimensões: 0<sup>m</sup>,42 em todo o comprimento da pagina e 0<sup>m</sup>,28 em toda a largura.

2.<sup>a</sup> O numero de folhas dos livros, assim como as dimensões, poderão ser maiores ou menores do que os indicados no respectivo modelo, quando não for possível tel-os exactamente, ficando essa alteração ao criterio de cada commandante.

3.<sup>a</sup> Para a confecção dos diversos documentos será empregado o papel almaço commum, paulado ou liso, conforme a natureza do assumpto, de 0<sup>m</sup>,24 em todo o comprimento da pagina e 0<sup>m</sup>,22 de largura.

4.<sup>a</sup> Qualquer mappa ou relação poderá conter observações geraes, desde que haja razão para isto.

Contém este livro cento e cinquenta folhas, comprehendidas a primeira do titulo e esta em que me assigno, as quaes se acham todas numeradas e foram por mim rubricadas com a rubrica..... de que uso.

Quartel em (tal logar) ,....de.....de 189....

F.....(o nome por inteiro)

Major fiscal.

N. B.— O livro podera ter cem ou duzentas folhas, conforme houver no mercado.

Logar da rubrica do major

MODELO N. 2

1º BATALHÃO DE ARTILHARIA

2.º

Livro de receita e despesa do rancho geral das  
praças do mesmo batalhão

Teve principio em.... de..... de 189...

Conta corrente da receita e despesa do rancho geral das praças

**RECEITA**

Dinheiro que ficou existindo em caixa, por saldo da receita e despesa do mez de..... de 189...	\$
termo n. ....	2.
Importancia dos 400 rs. diarios para o fundo do rancho, vencidos de 1º a 31 de.....	\$
Reis.....	\$

Logar da rubrica do major

do 1º batalhão de artilharia, no mez de..... de 189....

**DESPEZA**

QUALIDADE DOS GENEROS COMPRADOS NO DITO MEZ		UNIDADES	NUMERO DAS UNIDADES	PREÇO DE CADA UMA UNIDADE	IMPORTANCIA
TERMO N.	Carne secca.....				
	Toucinho.....				
	Etc.....				
	Importancia das rações de etapa, paga a dinheiro ás praças não arranchadas.....				9
	Dinheiro que fica existindo em caixa, por saldo da receita e despeza do mez de..... de 189.....				9
	Réis.....				9

Contém este livro cento e cinquenta folhas, comprehendidas a primeira, do titulo, e esta em que me assigno, as quaes se acham todas numeradas e foram por mim rubricadas com a rubrica..... de que uso.

Quartel em (tal logar)... de..... de 189...

F..... (o nome por inteiro)

Major.

Logar da rubrica do major

MODELO N. 3

1º REGIMENTO DE CAVALLARIA

1.º

Livro da receita e despesa de forragens, ferragens,  
pastagem e curativo de cavallos

Teve principio em.....de.....de 189...

## Conta corrente da receita e despesa das forragens, ferragens, remonta e curativo

**RECEITA**

Dinheiro que ficou existindo na caixa de forragens por saldo da receita e despesa do mez de..... de 189.....	\$
Importancia dos 600 réis diarios para forragens dos cavallos, vencidos de 1º a 31 de.....de 189..	\$
Idem dos 38 réis diarios para ferragem dos cavallos, vencidos do 1º a 31 do dito mez e anno.....	\$
Idem dos 60 réis diarios para pastagem dos cavallos, vencidos do 1º a 31 do dito mez e anno.....	\$
Réis.....	\$

dos cavallos do 1º regimento de cavallaria em...de.....de 189...

**DESPEZA**

QUALIDADE DOS GENEROS COMPRADOS NO DITO MEZ		UNIDADES	NUMERO DE UNIDADES	PREÇO DE CADA UMA UNIDADE	IMPORTANCIA
TERMO N.º	Alfafa.....	Kilog.			
	Capim.....	Talhas	2.000	300	600\$000
	Milho.....	Kilog.	400	4.000	1:600\$000
	Farelo.....	»			
	Ferraduras.....	Duzia			
	Pastagem dos cavallos....				
	Medicamentos para cura- tivo dos cavallos.....				
	Dinheiro que fica existindo na caixa de ferragens, por saldo da recsita e despeza.....				562\$000
	Réis.....				\$

Contém este livro cento e cinquenta folhas, comprehendidas a primeira do titulo e esta em que me assigno, as quaes se acham todas numeradas e foram por mim rubricadas com a rubrica.....de que uso.

..... Quartelem (tal lugar)..... de..... de 189....

F.... (o nome de.... por inteiro)

Majer.

Logar da rubrica do major

## MODELO N. 4

### 1.º BATALHÃO DE INFANTARIA

#### 1.º

#### Livro da receita e despesa feita por conta da caixa da musica e outras proveniencias

Teve principio em..... de..... de 189....

N. B.— Neste livro serão escripturadas todas as mais quantias que, porventura, tenham de ser recebidas pelo corpo para qualquer outro fim, que não seja privativo da caixa do rancho ou da de forragem.

Conta corrente da receita e despesa occorrida na caixa da musica

**RECEITA**

Importancia do saldo da extincta caixa do instrumental bellico, que passa á receita desta, em virtude da reforma da escripturação dos corpos do exercito.....	\$
Idem do saldo da extincta caixa de economias licitas, que passa a receita desta pelo mesmo motivo.....	\$
Importancia da consignação do mez de.....recebida da pagadoria das tropas, para concerto e substituição do instrumental bellico.....	\$
Importancia dada por F..... que contratou a musica do batalhão para tocar no dia 24 do dito mez em um coreto.....	\$
Reis.....	\$

Lugar da rubrica do major

do 1º batalhão de infantaria no mez de... de..... de 189....

**DESPEZA**

NÚMERO DOS DOCUMENTOS	DESIGNAÇÃO DA DESPEZA	IMPORTANCIA
1	Compra de um ophcleide.....	\$
2	Concerto de uma requinta.....	\$
3	Compra de papel para a musica.....	%
5	Gratificação dada aos musicos pelo contrato effe- ctuado no dia 24.....	\$
	Somma.....	\$
	Dinheiro que fica existindo em caixa, por saldo da receita e despesa.....	%
Termo n.		
	Réis .....	\$

Contém este livro cem folhas, comprehendidas a primeira do  
título e esta em que me assigno, as quaes se acham todas nume-  
radas e foram por mim rubricadas com a rubrica.....de que uso.

Quartel em (tal lugar).....de.....de 189....

P'....(o nome por inteiro)

Major.

MODELO N. 5

CORPO DE TRANSPORTE

Livro de conta corrente das entradas e sahidas dos  
generos para o rancho geral das praças

Teve principio em..... de..... de 189....







## MODELO N. 6

## 9.º REGIMENTO DE CAVALLARIA

**Livro de conta corrente das entradas e sahidas dos  
generos para a forragem, ferragem e curativo  
dos animaes em argola**

Teve principio em.... de..... de 189..





## MODELO N. 7

## 1º REGIMENTO DE CAVALLARIA

Livro da carga e descarga da agencia do rancho  
do mesmo regimento

Teve principio em....de.....de 189...

N. B.— 1.º Nos corpos montados haverá identico livro para o agente da forragem, embora seja o proprio do rancho.

2.º No caso do agente ser substituido antes de finalizar o mez será encerrado o mappa de accordo com o presente modelo.

3.º Neste caso será designado na primeira casa da carga «Recebi do meu antecessor».

4.º Nenhum objecto será descarregado do mappa e nem passará á casa de bom para a de máo estado, sem ordem por escripto.

## 1º REGIMENTO

Carga e descarga dos utensilios e mais objectos a cargo do agente

CLASSIFICAÇÃO		CARGA							
		Passa a de mes anterior		Apropriado pela agência em.....	Em 30.....			Somma	
		Em bom estado	Em mau estado					Em bom estado	Em mau estado
NA ARRECAÇÃO									
NO REPERTÓRIO									
NA COZINHA									

Visto

Quarto em (tal lugar)....

Fiscal

Concorda com a carga



Contém este livro cento e cincoenta folhas, comprehendidas a primeira do titulo de abertura e esta em que me assigno, as quaes se acham todas numeradas e foram por mim rubricadas.

Quartel em (tal logar)...de.....de 189...

F..... (nome por inteiro)

Major fiscal.

## MODELO N. 7 A

Entraram conforme o pedido (ou faltou...)

F..... Major fiscal.

F..... Capitão, membro do conselho.

F..... Official de estado-maior.

F..... Medico de serviço.

**189.....**

BATALHÃO DE INFANTARIA N. 2

O fornecedor F..... forneça para.... dias:

Farinha, seiscentos e quarenta litros..... 640

Carne secca, quatrocentos kilogrammas..... 400

Arroz, duzentos litros..... 200

Banha, duzentos kilogrammas..... 200

Etc.

Rio de Janeiro, ... de ... de 189...

O AGENTE,

*F. F. F.*

Visto

*F.....*

MAJOR FISCAL.

**189.....**

BATALHÃO DE INFANTARIA N.

O fornecedor F..... forneça para.... dias:

Farinha, seiscentos e quarenta litros..... 640

Carne secca, quatrocentos kilogrammas..... 400

Arroz, duzentos litros..... 200

Banha, duzentos kilogrammas..... 200

Etc.

Rio de Janeiro, ... de .... de 189...

Recebi os generos constantes deste pedido (faltando, etc.)

O AGENTE,

*F. F. F.*

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## MODELO N. 7 B

Entraram os generaes conforme o pedido (ou tallaram)

F.....

Official de estado-maior.

F.....

Medico de serviço.

Visto.

F.....

Maior used.

189.....

189.....

(MEZ)

## BATALHÃO DE INFANTARIA X.....

O fornecedor F..... fornece para o dia.....

Carne verde, quinhentos kilogrammas..... 500

Pães, quinhentos, pesando..... grammas cada um..... 500

Verduras, quinhentas rações..... 500

Bananas,

&amp;

&amp;

Rio de Janeiro..... de..... de 189...

F.....

Alfres agente,

## BATALHÃO DE INFANTARIA X.....

O fornecedor F..... fornece para o dia.....

Carne verde, quinhentos kilogrammas..... 500

Pães, quinhentos, pesando..... grammas cada um..... 500

Verduras, quinhentas rações..... 500

Bananas,

&amp;

Rio de Janeiro..... de..... de 189 ..

F.....

Alfres agente,

Recebida conforme o pedido

ou faltando.....

F..... agente,

# MODELO N. 7 C

Saíram conforme o pedido.

F....

Official do estado-maior.

189.....

( MEZ )

## BATALHÃO DE INFANTARIA N....

Generos sahidos para as refeições do dia....

Carne secca, mil e duzentos kilogrammas.....

Arroz, oitocentos litros.....

Feijão, mil e quinhentos litros.....

Toucinho, mil kilogrammas.....

Etc.

....Rio de Janeiro,....de.....de 181....

O AGENTE.

F. F. F.

189.....

( MEZ )

## BATALHÃO DE INFANTARIA N....

Generos sahidos para as refeições do dia....

Carne secca, mil e duzentos kilogrammas.....

Arroz, oitocentos litros.....

Feijão, mil e quinhentos litros.....

Toucinho, mil kilogrammas.....

Etc.

Os quaes sahiram em perfeito estado e com o peso e medida da lei.

Rio de Janeiro,....de.....de 189....

O AGENTE.

F. F. F.

Observação — Esta nota será entregue ao official de estado, que a apontará á sua parte ao deixar o serviço.

folha original em branco



## Recapitulação

75 rações de praças arranchadas nesta guarnição, a \$500.	37\$500
12 » de praças arranchadas no curato de Santa Cruz, a \$500.....	7\$200
6 rações de praças arranchadas no Campo Grande, a \$600.	3\$600
20 » de praças desarranchadas, a \$500.....	14\$500
	<hr/>
Réis.....	62\$800

Importa a presente conta na quantia de sessenta e dous mil e oitocentos réis, de accordo com a somma da relação geral de vencimentos.

As praças arranchadas nesta guarnição foram alimentadas pela agencia, de conformidade com a tabella em vigor.

Para pagamento das praças desarranchadas, recebi do cidadão capitão thesoureiro do conselho economico a quantia de quatorze mil e quinhentos réis.

Quartel em (tal lugar),.....de.....de 189...

P.....

Capitão commandante do 1º esquadão.



## MODELO N. 10

## .....º BATALHÃO DE INFANTARIA

Visto

P'....

Fiscal

Entregue no cofre do conselho economico a quantia de..... (por extenso) proveniente da gratificação dada por F..... festeiro de..... por haver a musica do batalhão tocado em uma corêto da dita festa no dia.....

Quartil no campo da Acclamação, em.... de..... de 189...

P'.....

Inspector da musica.

## MODELO N. 11

Visto	1º batalhão de infantaria
F....	
Major fiscal	Conta da gratificação distribuida aos musicos pela tocata que fizeram em tal logar no dia... de..... de 189..

Mestre de musica F.....,	\$
Musico F.....	\$
Dito F.....	\$
Dito F.....	\$
Somma	\$

Importa a conta supra na quantia de..... a qual recebi do  
Sr. F... capitão thesoureiro do conselho economico, para pagar aos  
musicos nella contemplados.

Quartel..... em... de ..... de 189...

F....

Inspector da musica.

## MODELO N. 12

Visto.	1º regimento de cavallaria
P'....	Conta das despesas feitas com os generos comprados para o rancho geral das praças arranchadas do dito regimento, em todo o mez de..... de 189..
Major fiscal.	

QUALIDADE DOS GENEROS	UNIDADES	NUMERO DAS UNIDADES	PREÇO DE CADA UNIDADE	IMPORTANCIA
Carne secca, documento junto n.				
Farinha, idem n.				
Bacalhão, idem n.				
Etc., idem n.				
Summa.....				

Importa a conta supra na quantia de (por extenso), a qual recebi do cofre do conselho economico da receita e despesa do rancho geral das praças arranchadas do regimento, por mão do Sr. capitão F..... thesoureiro do mesmo conselho.

Quartel em ( tal lugar)..... de ..... de 189...

Assignatura do agente.

## MODELO N. 13

Viso F.... Maj. fiscal.	1º regimento de cavallaria Conta das despesas feitas com os cavallos do mesmo regimento em o mez de.....de 189... como abaixo se declara			
QUALIDADE DOS GENERES COMPRADOS EM O MES DE	UNIDADES	NUMERO DE UNIDADES	PREÇO DE CADA UNIDADE	IMPORTANCIA
Alfafa, documento n. ....		450	\$000	200\$000
Capim, dito n. ....	Rações.	1.500	\$200	480\$000
» dito n. ....	Ditos.	1.200	\$300	360\$000
Milho, dito n. ....	Lítros.	400	4\$00	1.600\$000
Farelo, dito n. ....	Ditos.	400		
Ferragens, dito n. ....				
Pastagem do cavallos, documento junto n. ....				
Medicamentos para curativos dos cavallos, dito n. ....				
SOMA.....				31520\$000

Importa a compra supra na quantia de tres centos quinhentos e vinte mil e seiscentos réis, a qual recobi do cofre do conselho economico, da receita e despesa feita com os cavallos do regimento, por mão do Sr. capitão F...., thesoureiro do mesmo conselleiro.

Quartel em (tal lugar) .....de .....de 189...

F...

Agente.

## MODELO N. 14

VISTO. F..... Major fiscal	1º batalhão de infantaria Conta das despesas feitas por conta da caixa de musica do batalhão em o mez de.....de 189.....	
DESIGNAÇÃO DA DESPEZA		IMPORTANCIA
Compra de um ophcleylede (documento junto) n..		\$
Concerto de uma requinta, idem, n.....		\$
Somma.....		\$

Importa a conta supra, da despesa feita no mez de.....  
do corrente anno, com a compra dos diversos objectos acima  
mencionados, na quantia de.....por mim recebida do  
Sr. capitão F...., thesoureiro do mesmo conselho.

Quartel em (tal logar) ..... de ..... de 189...

F....

Alferes agente.

## MODELO N. 15

## 1º BATALHÃO DE INFANTARIA

Visto.

*F*.....

Major fiscal

Entrego no cofre do conselho economico a quantia de vinte mil réis, recebida da Contadoria Geral da Guerra (ou...) da consignação mensal do mez de ..... de corrente anno, para concerto e substituição do instrumental.

Quartel em (tal logar) ..... de ..... de 189...

*F*.....

Alferes quartel-mestre.



## DECRETO N. 2214 — DE 9 DE JANEIRO DE 1896

Concede autorização a Roberto J. Kinsman Benjamin para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação — Sociedade Cooperativa Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu Roberto J. Kinsman Benjamin, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorização a Roberto J. Kinsman Benjamin para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação—Sociedade Cooperativa Nacional, com os estatutos que apresentou ; ficando, porém, obrigado a satisfazer as formalidades exigidas pela legislação vigente.

Capital Federal, 9 de janeiro de 1896, 8.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olynho dos Santos Pires.*

## Estatutos da Sociedade Cooperativa Nacional

## CAPITULO I

## CONSTITUIÇÃO E FINS DA SOCIEDADE

Art. 1.º Fica constituída uma sociedade anonyma cooperativa intitulada Sociedade Cooperativa Nacional.

Art. 2.º O fim desta sociedade é fornecer ás classes média e operaria todos os artigos de primeira necessidade por preços summamente modicos, estabelecendo por este fim as dependencias seguintes :

- 1.º Armazem de comestiveis e bebidas ;
- 2.º Açougues com rezes procedentes ou não dos campos de criação da sociedade ;
- 3.º Aves, ovos e leite procedentes das chacaras da sociedade ;
- 4.º Hortaliças, legumes, etc., da mesma procedencia ;
- 5.º Carvão e lenha fabricados pela sociedade ;
- 6.º Roupas confeccionadas nas officinas da sociedade ;
- 7.º Drogarias, pharmacias e padarias.

Art. 3.º Estabelecerá em diferentes pontos da cidade restaurantes modelo «Daval» onde os socios encontrarão um serviço esmerado e luxuoso por preços mais modicos do que os actualmente cobrados. O serviço será permanente durante todas as horas do dia.

Art. 4.º Em cada restaurante haverá à disposição dos socios um gabinete de leitura.

Art. 5.º A sociedade ficará autorizada a adquirir terrenos adequados para a criação e produção dos fins enumerados no art. 2º.

Art. 6.º No escriptorio central da sociedade se estabelecerá uma caixa economica para os socios com sujeição ás praticas geraes que se seguem nas instituições bancarias da Republica.

## CAPITULO II

### DURAÇÃO E DOMICILIO DA SOCIEDADE

Art. 7.º A duração da sociedade é fixada em 25 annos a contar do dia de sua instalação. Este prazo poderá ser prorogado mediante resolução da assembléa geral dos accionistas expressamente convocada para esse fim.

Art. 8.º A sociedade terá seu domicilio legal na cidade do Rio de Janeiro, Capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

## CAPITULO III

### CAPITAL DA SOCIEDADE

Art. 9.º O capital da sociedade será de 1.000:000\$ dividido em 50.000 acções (cincoenta mil) de 20\$ cada uma, podendo ser augmentado por decisão da assembléa geral dos accionistas, ordinaria ou extraordinaria.

Art. 10. O pagamento das entradas das acções realizar-se-ha da forma seguinte :

2\$ no acto da assignatura e o resto por entradas semanaes de 2\$ cada uma.

Art. 11. Si algum socio depois de haver feito a primeira entrada correspondente á subscrição quizer pagar a importancia total da acção ou acções que houver assignado, não lhe será abonado juro algum pela quantia que adeantar.

## CAPITULO IV

## DAS ACÇÕES

Art. 12. As acções são indivisíveis e cada acção unicamente dará direito a uma pessoa a gosar das vantagens que proporciona a sociedade.

Art. 13. Todas as pessoas sem distincção de sexo podem ser accionistas.

Art. 14. Para que o pedido de acções seja attendido, é condição indispensavel vir acompanhado da importancia de 2\$ por acção.

Art. 15. As acções são transferíveis. O novo possuidor ficará obrigado a realizar a sua inscripção no registro da sociedade, para poder gosar dos seus direitos como socio.

Art. 16. Logo que as acções ficarem integralisadas a directoria da sociedade expedirá os titulos definitivos ao portador ou nominaes, segundo a vontade do possuidor.

Art. 17. Os accionistas que deixarem de realizar as entradas das acções que tiverem subscripto ou lhes forem cedidas nos prazos fixados nas respectivas chamadas ou até 30 dias depois com a multa de 1 %, perderão em beneficio da sociedade todas as entradas anteriores, sendo suas acções declaradas em commisso, attendendo-se a um caso de força maior justificado perante a directoria.

## CAPITULO V

## DOS SOCIOS, SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Art. 18. Para pertencer á sociedade e gosar dos seus beneficios é necessario ser accionista, bastando para este fim a posse de uma acção.

Art. 19. A posse de dez acções dará direito a tomar parte nas deliberações das assembléas geraes com voz e voto.

Art. 20. A posse de mais de dez acções nunca dará direito a mais de um voto, qualquer que seja o seu numero.

Art. 21. As mulheres não poderão assistir pessoalmente ás assembléas geraes, e o farão por meio de mandatarios a que darão autorisação por carta dirigida ao presidente da sociedade para este unico effeito, antes da inscripção de dez acções no registro competente.

Art. 22. Todo o socio terá direito a formular por escripto ao presidente da sociedade as queixas que julgar justas, a respeito da qualidade dos artigos que comprarem nos armazens da sociedade, e das faltas que notarem nos serviços de seus empregados.

## CAPITULO VI

## DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 23. As assembléas geraes da sociedade serão constituídas pelos accionistas que possuirem pelo menos dez acções, as quaes devem ter sido inscriptas no registro da sociedade um mez antes da reunião.

Art. 24. Para constituir as assembléas geraes é necessario que esteja representada, no minimo, a quarta parte das acções emittidas.

Art. 25. Si no dia e hora aprazados não comparecerem, por si ou procuradores, accionistas em numero sufficiente para constituirem assembléa geral, será por annuncios nos jornaes convocada nova reunião e esta deliberará validamente, qualquer que seja a somma de capital representado.

Art. 26. Quando a convocação tiver por objecto a reforma dos estatutos, augmento de capital ou liquidação da sociedade, a assembléa geral só poderá deliberar achando-se representados pelo menos dous terços do capital.

1.º Si nem na primeira nem na segunda reunião comparecer o numero requerido de accionistas, far-se-ha terceira convocação por annuncios, declarando-se que a assembléa poderá deliberar validamente, qualquer que seja o capital representado pelos accionistas que comparecerem.

2.º Os annuncios para 2ª e 3ª reuniões serão feitos com cinco dias de antecedencia.

Art. 27. Durante os oito dias que precederem ao da reunião da assembléa geral ficarão suspensas as transferencias.

Art. 28. A assembléa geral será presidida pelo presidente da sociedade e servirão de secretarios dous accionistas que forem para isso convidados pelo presidente.

Art. 29. Haverá annualmente uma assembléa geral ordinaria que deverá effectuar-se no mez de fevereiro. As extraordinarias terão logar nos casos previstos pela lei.

Art. 30. Nas reuniões ordinarias serão apresentados ao exame e deliberação da assembléa os relatorios e contas da administração e o parecer do conselho fiscal. Depois de julgadas as contas, seguir-se-ha a eleição do conselho fiscal.

Nas assembléas extraordinarias sómente se tratará do assumpto especial que tiver occasionado a convocação.

Art. 31. Os directores e os fiscaes não podem tomar parte nas votações relativas a contas ou actos administrativos, nem podem na qualidade de mandatarios representar outros accionistas.

Art. 32. Todas as resoluções da assembléa geral serão tomadas por maioria de votos dos accionistas presentes possuidores de dez ou mais acções.

As votações referentes à reforma dos estatutos, augmento do capital ou liquidação da sociedade serão sempre por escrutínio.

Art. 33. Os accionistas que possuírem menos de dez acções não teem direito de votar nem concorrer para a formação da assemblea geral, mas podem discutir e propor o que entenderem conveniente.

Art. 34. Nas attribuições da assemblea geral se comprehende o direito de reformar os estatutos, ficando porém a reforma dependente da approvação do Governo; augmentar ou reduzir o capital social; julgar as contas annuaes e dar ou negar quitação aos mandatarios; eleger os directores e marcar-lhes os vencimentos, eleger o conselho fiscal; alterar as quotas destinadas ao fundo de reserva; deliberar sobre a approvação do prazo e duração, dissolução e liquidação da sociedade, de conformidade com a legislação vigente, e finalmente tomar conhecimento e resolver sobre todos os interesses da sociedade.

Art. 35. A approvação da assemblea geral, das contas annuaes e actos administrativos fica entregue completamente á responsabilidade dos mandatarios.

## CAPITULO VII

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 36. A administração da sociedade se comporá de tres directores que dentre si elegerão o presidente, director-gerente e secretario. O presidente será substituido em suas faltas pelo director-gerente.

Art. 37. A primeira directoria funcçãoará por espaço de cinco annos, podendo ser reeleita.

Art. 38. No caso de divergencia entre os directores será convocado o conselho fiscal que decidirá por maioria de votos.

Art. 39. No caso de impedimento de um dos directores será substituido por um accionista escolhido pelos dous outros.

Art. 40. O director que deixar de exercer o cargo por mais de tres mezes entende-se que o resignou, salvo motivo justificado.

Art. 41. Cada director será remunerado com a quantia estipulada pela assemblea geral.

Art. 42. A caução de cada director, na forma da lei, será de cem acções.

Art. 43. Compete á directoria dirigir, gerir, administrar e assumir responsabilidades pela sociedade sem limitação de poderes, nos quaes se consideram comprehendidos os de constituir mandatarios no fóro ou fóra delle e os em causa propria.

Art. 44. O presidente é o órgão da directoria e como tal fará executar as deliberações desta e representará a sociedade em

juízo e fôrza d'elle, assignando contractos, procurações, e toda a especie de documentos que envolvam ou não responsabilidade para a sociedade.

Art. 45. Os directores são eleitos pela assemblea geral por scrutinio secreto e maioria absoluta de votos de cinco em cinco annos.

## CAPITULO VIII

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 46. Haverá na sociedade um conselho fiscal eleito annualmente em assemblea geral ordinaria, composto de tres membros effectivos e tres supplentes, aos quaes competem os direitos e deveres estabelecidos por lei.

O cargo será remunerado com a quantia designada pela assemblea geral.

Art. 47. O conselho fiscal, sem embargo das reuniões que por virtude da lei lhe incumbe celebrar, reunir-se-ha regularmente uma vez por semana para tomar conhecimento dos negocios da sociedade, lavrando-se acta especial do que occorrer.

Art. 48. Incumbe mais ao conselho fiscal preparar e apresentar em tempo o seu parecer submittido á assemblea geral, entregando-o á administração para que este o faça publicar com antecedencia.

1.º No parecer que apresentar, além do juízo sobre os negocios e operações do anno cumpre ao conselho fiscal denunciar os erros, faltas ou fraudes que por ventura possa descobrir, expor a situação da sociedade e suggerir as providencias que entender de utilidade para o estabelecimento.

2.º Para seu maior esclarecimento terá o conselho fiscal o direito de examinar os livros, verificar o estado da caixa e da carteira, exigir da administração todas as informações de que precisar.

3.º Convocar extraordinariamente a assemblea geral quando entenda que occorrem motivos urgentes e graves.

4.º Quando qualquer membro do conselho fiscal resignar o cargo, deixar de comparecer em mais de quatro sessões consecutivas ou fallecer, convocar-se-ha para o substituir o supplente immediato em votos. A nenhum dos membros é permittido deixar de exercer por mais de seis mezes as funcções do seu cargo, e quando se realize esta hypothese entender-se-ha tel-o resignado.

## CAPITULO IX

### DO FUNDO DE RESERVA

Art. 49. Haverá um fundo de reserva exclusivamente destinado a reparar as perdas que soffra o capital da sociedade. Será

constituído com uma quota até 10 % dos lucros líquidos verificados semestralmente.

A quota marcada poderá ser elevada si os lucros da sociedade o permittirem, e cessará quando a sua importancia attingir a 25 % do capital realizado.

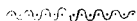
## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 50. Os casos omissos nestes estatutos serão regidos pelas leis em vigor.

Art. 51. Dos lucros líquidos, deduzida a parte necessario para o fundo de reserva, abonar-se-ha uma porcentagem que será determinada na primeira assembléa geral ao fundador da sociedade o Sr. Roberto J. Kinsman Benjamin, cuja porcentagem ser-lhe-ha paga annualmente depois da tiragem do balancete annual.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1895. — O fundador da Sociedade Cooperativa Nacional, *R. J. Kinsman Benjamin*.



### DECRETO N. 2215 — DE 13 DE JANEIRO DE 1896

Approva a tabella de vencimentos dos officiaes marinheiros e equiparados, para execução da lei n. 304 de 10 de outubro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar a tabella annexa, de vencimentos dos officiaes marinheiros e equiparados, a que se refere a lei n. 304 de 10 de abril de 1895, e assignada pelo Almirante Elisario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, que o fará executar.

Capital Federal, 13 de janeiro de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*

Tabella de vencimentos a que se refere o decreto n. 2215 desta data

GRADUAÇÕES	CORPOS		BRIGADAS				VENCIMENTOS			
	Officiaes marinheiros	De machinistas	De fideis	De artífices militares	De enfermeiros navaes	De escreventes	Soldos	Gratificações		
								Em emprego de terra, navios de reserva, em fabrico ou desarmados.	Em navios armados	Em navios armados em comissão.
Sargentos-ajudantes	Mestre.....	Sub-ajudante.	.....	De 1ª classe..	.....	.....	100\$000	150\$000	157\$500	165\$000
1ºs sargentos.....	Contra-mestre	Praticantes .	De 1ª classe..	» 2ª » ..	Enfermeiros..	.....	90\$000	130\$000	133\$500	143\$000
2ºs » .....	Guardiães....	.....	» 2ª » ..	» 3ª » ..	.....	Escreventes	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000

Observação

A percentagem de que tratam os §§ 1º e 2º da lei n. 301 de 10 de outubro de 1895 está incluída no calculo das gratificações mensaes nas columnas correspondentes.

Secretaria da Marinha, 13 de janeiro de 1896. — *Elisario José Barbosa.*

## DECRETO N. 2216 — DE 16 DE JANEIRO DE 1896

Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo e seus preparados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo art. 15 da lei n. 359 de 30 de dezembro de 1895, tendo em vista o art. 1º n. 41 e o art. 12 e seu parographo da mesma lei, e attendendo a necessidade de algumas outras alterações indicadas pela pratica no regulamento que acompanhou o decreto n. 1626 de 29 de novembro de 1893 para o lançamento, arrecadação e fiscalização do imposto de consumo do fumo, resolve que, desta data em diante, se observe o regulamento que com este baixa; ficando revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de janeiro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

Regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo, a que se refere o decreto n. 2216 desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO DE CONSUMO DO FUMO

Art. 1.º O imposto de consumo do fumo e seus preparados, de que trata a lei n. 359 de 30 de dezembro de 1895, será cobrado de accordo com o art. 2º deste regulamento e recahirá tanto sobre o fumo e o papel e semelhantes que for importado do estrangeiro e que já tenha pago os respectivos direitos de importação, ou venha preparado ou em bruto, como sobre o preparado que for produzido pelas fabricas em qualquer parte do territorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

§ 1.º Serão equiparados as fabricas, para os fins deste artigo, os depositos que ellas tiverem com machinas ouapparelhos de qualquer especie, e em geral todas as casas ou estabelecimentos que produzirem preparados de fumo, ou seja pelo emprego de machinas e apparelhos ou de qualquer outro modo, em quantidade superior á capacidade de uma pessoa ou de uma familia, nos termos do parographo seguinte.

§ 2.º São isentos do pagamento do imposto os particulares que fabricarem cigarros e charutos em suas residencias por conta propria e tiverem até dous aprendizes, não se considerando taes a mulher, filhos e mais pessoas da familia, vivendo em commum e sob a mesma economia.

§ 3.º Os que derem a particulares fumo para ser manipulado ficam sujeitos ao arbitramento, si não tiverem a escripta de que trata o art. 11.

Art. 2.º As taxas do imposto serão as seguintes :

Cem réis por 500 grammas ou fracção desta unidade de fumo em bruto de procedencia estrangeira ;

Dez réis por 25 grammas ou fracção desta unidade de fumo picado, migado ou desfiado, inclusive o manufacturado em cigarros de produção nacional ;

Quarenta réis por 25 grammas ou fracção desta unidade de fumo picado, migado ou desfiado de produção estrangeira ;

Cem réis por charuto de fabrico estrangeiro ;

Cinco réis por charuto de fabrico nacional ;

Dez réis por 125 grammas ou fracção desta unidade de rapé de fabrico nacional ;

Sessenta réis por 125 grammas ou fracção dessa unidade de rapé de fabrico estrangeiro ;

Trinta réis por maço de 20 cigarros e por qualquer fracção excedente de 20, de produção estrangeira ;

Os cigarros de mortalha ou capa de fumo, de procedencia estrangeira, pagarão sessenta réis ;

O papel para cigarros e semelhantes pagará : em folhas cu rolos quinhentos réis por kilogramma, em livrinhos ou mortaltas de arroz ou milho dous mil e quinhentos réis por kilogramma.

O meio da cobrança de todas as taxas referidas continuará a ser o ora adoptado, emquanto o contrario não for resolvido.

## CAPITULO II

### DO LANÇAMENTO E FISCALISAÇÃO

Art. 3.º Para o serviço serão nomeados pelo Ministro da Fazenda até 12 fiscaes para a Capital Federal e tres para os municipios de Nitheroy e S. Gonçalo, sujeitos todos a Recebedoria.

Art. 4.º Nos Estados a fiscalisação será feita pelas Delegacias e pelas Alfandegas, conforme se acharem as fabricas e os depósitos nas circumscripções destas, por empregados designados pelo respectivo chefe, não devendo ser de categoria superior à de segundo escriptuario, e que serão substituidos de seis em seis mezes. Nos logares onde não houver taes repartições a fiscalisação será feita por pessoa idonea, designada ou proposta pelo chefe da Repartição Fiscal ou pelo agente fiscal na localidade, por intermedio da Delegacia ou da Alfandega, com informação

destas, sujeita á approvação do Ministro da Fazenda. Taes fiscaes ficarão subordinados aos chefes das repartições ou agentes que os propuzerem.

Art. 5.º Não será nomeado fiscal para a localidade onde não houver fabrica ou deposito cuja renda atinja a 3:000\$; competindo ás Mesas de rendas geraes ou aos agentes fiscaes, encarregados da arrecadação da renda da União, o serviço da arrecadação, concessão das licenças e fiscalização.

Art. 6.º Os delegados fiscaes, e, onde não houver Delegacias, os inspectores das Alfandegas, dividirão cada Estado em tantas circumscripções quantas forem convenientes para a boa fiscalização, ou separando districtos e freguezias nas Capitães de maior produção, ou isolando municipios, ou contemplando diversos dos que mais proximos se acharem, de modo que haja facilidade e promptidão no serviço do fiscal; contando que não haja circumscripção sem fabrica ou deposito.

Para os municipios nos quaes, como na Capital Federal, Estado da Bahia e outros em iguaes condições, houver tão consideravel numero de fabricas ou depositos que torne-se preciso mais de um fiscal, serão nomeados tantos quantos forem necessarios, tendo em attenção o disposto no art. 9º.

Art. 7.º Os chefes das repartições fiscaes, toda vez que entenderem necessario, ou por falta de fiscal ou de agente, ou porque estes não preencham as funcções de que são encarregados, nomearão um empregado do quadro dos funcionarios de suas repartições para proceder a exame minucioso na escripturação das fabricas e depositos, com assistencia do respectivo fiscal ou agente, si houver, abonando-se-lhe uma gratificação para a despesa de transporte, a qual sera tirada do deposito creado pelo art. 17 e não excedente de cento e cincoenta mil réis mensaes, conforme a distancia, sem direito a qualquer outra remuneração.

Logo que assim procederem communicarão o facto justificando-o, ficando entendido que si dessa fiscalização resultar culpabilidade para o fiscal ou agente será proposta a exoneração dos mesmos acompanhada de designação de quem os deva substituir.

Art. 8.º A gratificação dos fiscaes será fixada sobre proposta dos chefes das respectivas repartições, entre os limites de 200\$ a 300\$ mensaes na Capital Federal e de 100\$ a 200\$ nos Estados, podendo nestes ser elevada a 250\$ para as circumscripções já formadas que tiverem mais de 10 fabricas ou depositos, ou que comprehenderem mais de tres municipios com fabricas e depositos.

Art. 9.º As gratificações serão arbitradas de modo que nunca possam absorver mais de metade da renda.

Art. 10. Os fiscaes deverão apresentar nos primeiros 10 dias de cada mez um mappa da produção das fabricas e depositos que lhes estiverem subordinados, e no decurso dos mezes de janeiro e julho um minucioso relatorio da sua inspecção, acompanhado do resumo da produção semestral, entregando-o ao chefe da

repartição a que estiverem subordinados, que o transmittirá á Directoria de Rendas no Thesouro, devidamente informado.

Esse relatório deve ser acompanhado de um mappa estatístico que demonstre : o numero de fabricas e depositos com os nomes de seus proprietarios, data da sua fundação, fundo capital, valor da materia prima, importancia dos machinismos, força da producção por quantidades e especies, numero de operarios e importancia do consumo ; e bem assim o numero de casas de negocio com os nomes dos seus donos e a declaração de serem especiaes ou mixtas.

Os chefes das repartições designarão um empregado para examinar todos esses trabalhos, afim de serem immediatamente tomadas as providencias convenientes á fiscalisação e boa ordem dos serviços.

Art. 11. Os donos ou administradores das fabricas e depositos farão organizar escripta em livros especiaes, pela qual se possa conhecer, de prompto e diariamente, não só as quantidades que produzirem do fumo e que receberem em papel para cigarros e seus semelhantes, mas também as sahidas para consumo por especies, quer de fumo quer de papel, afim de serem por ella conferidos os boletins que os mesmos donos ou administradores de fabricas ou depositos ficam obrigados a remetter mensalmente á repartição, em cuja circumscripção forem situadas as fabricas ou depositos.

§ 1.º Esses livros serão sellados e rubricados ou authenticatedos nas respectivas repartições locaes.

§ 2.º A escripturação fiscal da fabrica poderá comprehender a do deposito ou depositos pertencentes á mesma firma ou razão social, desde que o deposito seja na mesma localidade, e então será sufficiente um livro de entradas e sahidas ; o que não isenta o deposito da fiscalisação.

Si o deposito ou depositos forem em logares differentes cada um terá sua escripturação, o o exame versará sobre ambos, podendo ser simultaneo.

§ 3.º Taes livros serão examinados pelos fiscoes do imposto do fumo ou por empregados que o chefe da repartição designar, e, quando esses tiverem duvida sobre a exactidão da escripta especial, pedirão o exame da escripturação geral do estabelecimento.

§ 4.º Na escripturação deve figurar discriminadamente a parte relativa á venda do fumo por qualquer forma preparado, de maneira a facilitar o exame de que trata este artigo.

Art. 12. O calculo da producção annual para o lançamento assentará no que a fabrica ou o deposito tiver produzido no anno anterior.

§ 1.º Si os donos ou administradores recusarem os livros para o exame, si se reconhecer que são inexactas as informações por elles prestadas ou si do exame da escripturação não se puder chegar ao conhecimento da verdadeira producção, proceder-se-ha ao lançamento por arbitramento, fazendo-se disso declaração.

§ 2.º No caso do paragrapho precedente o arbitramento assentará sobre a capacidade productora das machinas, ou sobre o

numero de operarios do estabelecimento, attribuindo-se a cada operario a possibilidade de produzir diariamente 150 charutos, contados no anno 300 dias.

§ 3.º O primeiro lançamento será sempre por arbitramento e rectificado tres mezes depois pela repartição fiscal.

Art. 13. Todo o individuo que fabricar cigarros será obrigado a empregar rotulos com o seu nome, e nestes deverá haver a declaração da rua e do numero da casa onde for o producto manipulado.

Art. 14. Os que desacatarem por qualquer maneira ou injuriarem os encarregados da fiscalisação no exercicio de suas funções serão punidos na fórma do Código Criminal.

Para esse fim o chefe da repartição enviara ao promotor publico o auto, que será lavrado pelo empregado offendido e acompanhado do rol das testemunhas.

## CAPITULO III

### DAS LICENÇAS

Art. 15. Todos os fabricantes, administradores de depositos e mercadores de fumo, em bruto ou por qualquer modo preparado, tirarão licença annual, até 31 de janeiro de cada anno, para cada casa que tiverem empregada nesse trafego. Só a patente de licença lhes dará direito a esse negocio, seja de importação, exportação, consignação ou varejo.

Art. 16. A cobrança das licenças para o commercio de fumo será dividida em quatro classes, a saber :

- |   |          |
|---|----------|
| 1) Fabricantes de preparados de fumo, donos ou administradores de estanques e mercadores por grosso ou em grande escala.....  | 100\$000 |
| 2) Mercadores exclusivamente de fumos e seus preparados, vulgarmente chamados charuteiros :   |          |
| Com fabrico.....  | 50\$000  |
| Sem fabrico.....  | 30\$000  |
| 3) Mercadores com diversos ramos de negocio, como sejam : lotequias, billares, casas de pasto, de generos alimenticios e outros identicos, que vendam fumos e seus preparados como additivo ao seu commercio..... | 20\$300  |
| 4) Mercadores ambulantes e particulares que fabriquem por conta propria ou alheia.....  | 20\$000  |

*Os plantadores de fumos não estão sujeitos a imposto de consumo, e não precisam de licença para venderem os productos de sua colheita.*

Art. 17. A arrecadação dessas quantias será escripturada como deposito e dellas se formará, na repartição arrecadadora,

um registro que, para base do lançamento, indique todas as casas que negociarem em fumo e seus preparados em grande ou pequena escala.

As licenças deverão estar extrahidas até a vespera do dia marcado para começo da cobrança á bocca do cofre.

Art. 18. A importância das licenças será applicada ao pagamento dos fiscaes e auxilio do pagamento e mais despezas com a execução deste regulamento, sendo no fim do exercicio convertido em renda da União o saldo existente.

Art. 19. Quem deixar de negociar em fumos e seus preparados é obrigado a fazer a devida declaração á repartição fiscal, no prazo de 30 dias, sob pena da multa do art. 29.

§ 1.º Si a casa que findou o seu negocio antes de terminar o exercicio estiver lançada com a produção do anno anterior e não se mostrar quite desse exercicio, não lhe será dada a baixa solicitada.

§ 2.º Nenhuma transferencia de estabelecimentos poderá ser feita sem que o vendedor prove estar quite, ficando o comprador responsavel por toda a divida existente.

§ 3.º As licenças são transferiveis e serão cobradas integralmente em qualquer tempo que sejam tiradas.

Art. 20. Ninguém poderá negociar em fumo e seus preparados sem que tenha previamente pedido á repartição competente a respectiva licença e arbitramento.

## CAPITULO IV

### DA COBRANÇA DO IMPOSTO

Art. 21. A cobrança do imposto será feita á bocca do cofre na Recebedoria e nas Delegacias, Alfândegas e Agencias fiscaes, a saber:

Em uma só prestação, no mez de abril, si a quota não exceder de 500\$ na Capital Federal, de 200\$ nas Capitães da Bahia e Pará e cidades da Cachoeira, S. Felix e Santo Amaro, e de 100\$ nas demais localidades;

Em duas prestações iguaes, em abril e setembro, si exceder daquellas quantias.

Art. 22. As casas abertas dentro do exercicio pagarão pela produção correspondente ao tempo em que no mesmo exercicio funcionarem.

Art. 23. Quando o lançamento houver sido feito por arbitramento, para o fim de ser dada a licença para taes casas funcionarem, conforme o art. 12, e reatificado pela informação do fiscal respectivo ou pela do empregado nomeado pelo chefe da repartição arrecadadora, será paga a differença ou restituída a quantia que de mais tiver sido paga.

Art. 24. Não se admittirá o pagamento da quota do segundo semestre estando em divida a do primeiro.

## CAPITULO V

## DAS MULTAS

Art. 25. A recusa ao exame da escripturação do estabelecimento, a inexactidão nas informações, ou si a escripturação for feita de modo a não se poder conhecer a verdadeira produção, sujeitará o infractor ao pagamento do imposto por arbitramento e mais á multa correspondente ao dobro da importancia do excesso entre a produção arbitrada e a manifestada, não excedendo a 5:000\$000.

Art. 26. Ficam sujeitos á multa de 200\$ a 500\$ todos os estabelecimentos em que for encontrada, pelos fiscaes ou pelo empregado nomeado pelo chefe, a escripturação atrasada, devendo ser em acto continuo rubricada e encerrada e communicado o facto ao respectivo chefe, que imporá a multa. Si dentro de 15 dias, contados da data da intimação, não for ella satisfeita será a cobrança feita executivamente.

Art. 27. Os que não tiverem a escripta em livros organizada de accordo com o art. 11 e os que não empregarem os rotulos designados no art. 13 ficam sujeitos: os primeiros á multa de 1:000\$ a 5:000\$ e os segundos á de 200\$ a 1:000\$000.

Art. 28. Os que deixarem de impetrar a licença de accordo com os arts. 15 e 20 incorrerão nas seguintes multas:

Os comprehendidos no n. 1 do art. 16, de 500\$ a 1:000\$000;

Idem no n. 2 do mesmo artigo, de 200\$ a 400\$000;

Idem nos ns. 3 e 4, de 100\$ a 200\$000.

Paragrapho unico. Estas multas serão elevadas ao dobro si não forem satisfeitas dentro de 15 dias, contados da data da intimação, tornando-se as disposições deste artigo extensivas aos que até 31 de janeiro não tiverem pago as licenças.

Art. 29. Os que deixando de negociar em fumo não fizerem a declaração de que trata o art. 19 incorrerão na multa de 20\$ a 100\$, a juizo do chefe da repartição, tendo em vista a classificação no art. 16.

Art. 30. Os que deixarem de pagar o imposto nos prazos fixados e pela maneira indicada no art. 21 incorrerão na multa de 10 %, elevada a 15 % si demorarem o pagamento além de 20 de março do trimestre adicional do exercicio. Estas multas só comprehendem os negociantes sujeitos ao imposto do fumo de que tratam o art. 1º e seus paragraphos.

Art. 31. Os infractores do art. 20, isto é, os que não pedirem arbitramento, ficam sujeitos á multa de um semestre de imposto não excedente de 2:500\$, além do pagamento que devido for. Si no prazo de 15 dias, contados da data da intimação, não for paga a multa será ella cobrada em dobro, executivamente, podendo dar-se apprehensão e perda em caso de reincidencia, de acordo com o art. 15 da lei n. 359 de 30 de dezembro de 1895.

Art. 32. Os que deixarem de satisfazer as disposições do art. 43, quanto às escripturas, ficam sujeitos à multa de 200\$ e mais ao pagamento do prejuizo que tiver a Fazenda Nacional.

Art. 33. Os infractores de que tratam o art. 44 e seus paragraphos ficam sujeitos: no primeiro caso à multa do valor do imposto sonogado, e no segundo à estabelecida no art. 31.

Art. 34. Com as multas estabelecidas neste capitulo proceder-se-ha do mesmo modo indicado para as licenças no art. 18.

## CAPITULO VI

### DOS RECURSOS

Art. 35. Das decisões das repartições arrecadoras, quanto ao lançamento e multas, haverá recurso, interposto pelos prejudicados no prazo de 30 dias contados da data da decisão, por meio de requerimento ao Ministro da Fazenda, transmittido com o respectivo processo e informação pela repartição que houver proferido a decisão recorrida.

Art. 36. O recurso é voluntario ou *ex-officio*.

§ 1.º O recurso voluntario será interposto pelos que se julgarem prejudicados.

§ 2.º O recurso *ex-officio* será interposto pelos encarregados da cobrança nos Estados, quando houverem proferido despacho favoravel à parte, por intermedio das repartições a que forem subordinados, no prazo de 15 dias, com effeito suspensivo.

Art. 37. O recurso sobre imposição de multa não poderá ser acceito sem que previamente seja depositada a respectiva importância na repartição fiscal.

Art. 38. O recurso perempto não será encaminhado à instancia superior e o que for indevidamente encaminhado não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 39. O presente regulamento começará a ser executado nesta Capital e nos Estados de accordo com o decreto n. 546 de 5 de julho de 1890.

Art. 40. Os estabelecimentos em que houver a fabricação de cigarros não ficam sujeitos ao imposto pelo cigarro, mas sim pelo fumo empregado na manipulação dos mesmos, desde que o fumo tenha sido picado, migado ou desfiado nos mesmos estabelecimentos.

Parapho unico. As disposições dos arts. 11 e 13 abrangem os estabelecimentos em que houver a manipulação dos cigarros.

Art. 41. Para o primeiro lançamento do imposto sobre charutos de fabrico nacional serão acceitas as declarações e informações dos que tiverem de ser collectados, segundo o que as suas fabricas tiverem produzido em 1895.

Paragrapho unico. Si as verificações feitas no 1º semestre de 1896 indicarem que não foram exactas as bases offerecidas pelos collectados, ficarão estes sujeitos ao pagamento do imposto por arbitramento e mais á multa correspondente ao dobro da importância que a mais se reconhecer devida.

Art. 42. A importância que não for paga, quer do imposto quer das multas, esta no prazo de 15 dias e aquella depois de findo o semestre a que se refere, será cobrada executivamente.

Art. 43. Nas escripturas, cartas de arrematação e outros titulos de transferencia de dominio, sujeito ao imposto de consumo do fumo, far-se-ha menção da quitação, que será previamente requerida á repartição competente.

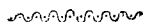
Art. 44. São admittidas denuncias contra as fabricas que clandestinamente procurarem defraudar a Fazenda Nacional, e uma vez provada a denuncia cabe ao denunciante metade da multa que for por este motivo imposta.

§ 1.º São motivos de denuncia :

- 1) o facto de ser manipulado preparado de fumo em uma fabrica e ser escripturada em seus livros producção menor ;
- 2) a montagem da fabrica de preparados de fumo sem a competente licença ou sem escripta.

Art. 45. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de janeiro de 1896.— *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 2217 — DE 16 DE JANEIRO DE 1896

Publica a adesão do Reino da Servia ao accordo relativo á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão do Reino da Servia ao accordo relativo á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas concluido em Vienna a 4 de julho de 1891, segundo a communicação do Conselho Federal Suizo de 23 de dezembro de 1895 ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 16 de janeiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

Tradução — Berna, 23 de dezembro de 1895 — Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 18 de novembro ultimo, o Ministerio dos Negocios Estrangeiros do Reino da Servia deu-nos conhecimento da adhesão de seu Governo ao accordo relativo à intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periódicas concluído em Vienna a 4 de julho de 1891.

Apressamo-nos a notificar esta adhesão a V. Ex., de conformidade com o art. 13 do referido accordo e aproveitamos esta ocasião para renovar-vos, Sr. Ministro, as seguranças da nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suíço — O Presidente da Confederação, *Zemp*. — O Chanceller da Confederação, *Ringier*.

A S. Ex. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil, no Rio de Janeiro.



DECRETO N. 2218 — DE 16 DE JANEIRO DE 1896

Proroga por dous annos o prazo concedida á *Ceará Harbour Corporation*, para a conclusão das obras do porto da Fortaleza.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização constante do art. 6º § 11 n. 13 da lei n. 369 de 13 de dezembro de 1895, decreta :

Artigo unico. Fica prorogado por dous annos o prazo concedido á *Ceará Harbour Corporation*, para a conclusão das obras do porto da Fortaleza, de que trata a clausula 7ª do decreto n. 1022 de 23 de agosto de 1892.

Capital Federal, 16 de janeiro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olinto dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2219 — DE 18 DE JANEIRO DE 1896

Estabelece o formato, valores e signaes caracteristicos do sello da taxa judiciaria do Districto Federal, creado pelo decreto legislativo n. 225 de 30 de novembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 3.<sup>o</sup> do decreto legislativo n. 225 de 30 de novembro de 1894 e de accordo com o art. 10 do decreto n. 2163 de 9 de novembro do anno proximo findo, resolve decretar:

Art. 1.<sup>o</sup> O sello da taxa judiciaria do Districto Federal será adhesivo, de forma rectangular, com as dimensões de 0<sup>m</sup>,034 de altura sobre 0<sup>m</sup>,022 de largura e terá os seguintes signaes caracteristicos:

Entre duas columnas destaca-se, dentro de uma figura oval, o symbolo da justiça representado por uma mulher apoiada num gladio e sustentando na mão direita uma balança ao nivel.

Por cima das columnas estão as iniciaes *E. U.*; e, em um arco de circulo, sobre a figura oval e em letras pretas, a inscripção *do Brazil*.

Sob o symbolo da justiça acham-se em uma almofada as palavras *Taxa Judiciaria*, em fundo branco e letras pretas; e, logo abaixo, na base das columnas, uma fita transversal com as palavras *Districto Federal*, em fundo preto e letras brancas.

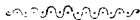
Sobre o fundo e na base do sello está a indicação do valor, em tinta vermelha.

Art. 2.<sup>o</sup> O sello de que trata o artigo antecedente terá os seguintes valores: \$050, \$100, \$200, 1\$, 5\$, 10\$ e 50\$000.

Capital Federal, 18 de janeiro de 1896, 8.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2220 — DE 23 DE JANEIRO DE 1896

Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

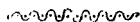
Art. 1.º Ficam creados no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 3º § 1º da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional em cada uma das oito circumscripções federaes em que se dividirá a respectiva secção, das quaes comprehenderá a 1ª as comarcas do Rio Grande, Santa Victoria do Palmar e S. João Baptista do Camaquã; a 2ª as de Pelotas, Jaguarão, Bagé e Piratiny; a 3ª as de Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Angelo, S. Luiz e Lagoa Vermelha; a 4ª as de Sant'Anna do Livramento e São Gabriel; a 5ª as de Uruguayana, Alegrete, Itaqui e S. Borja; a 6ª as de Rio Pardo, Cachoeira, Santa Maria da Bocca do Monte, Caçapava e Encruzilhada; a 7ª as de Taquary e S. Jerônimo, e a 8ª as de S. Leopoldo, S. Sebastião do Cabý, S. João de Montenegro, Taquara do Mundo Novo e Santo Antonio da Patrulha—e cujos limites serão os das comarcas que as compoem.

Art. 2.º Em cada uma destas circumscripções, confor e os arts. 4º e 5º da citada lei, terá o procurador da Republica um ajudante e haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 23 de janeiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2221 — DE 23 DE JANEIRO DE 1896

Approva os estatutos da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 364, de 6 de janeiro corrente, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados, para a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, os estatutos que a este acompanham assignados pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 23 de janeiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

# Estatutos da Escola Polytechnica

## TITULO I

### DA ORGANISAÇÃO SCIENTIFICA

#### CAPITULO I

##### DOS CURSOS

Art. 1.º A Escola Polytechnica se comporá de um curso geral e dos seguintes cursos especiaes:

- 1º, Curso de engenharia civil;
- 2º, Curso de engenharia de minas;
- 3º, Curso de engenharia industrial;
- 4º, Curso de engenharia mecanica;
- 5º, Curso de engenharia agronomica.

Os estudos dos cursos geral e especiaes serão assim distribuidos:

##### *Curso Geral*

##### 1º anno

1ª Cadeira — Geometria analytica. Calculo differencial e integral.

2ª Cadeira — Geometria descriptiva.

3ª Cadeira — Physica experimental. Meteorologia.

Aula — Desenho geometrico. Desenho de aguadas e sua applicação ás sombras.

##### 2º anno

1ª Cadeira — Calculo das variações. Mecanica racional.

2ª Cadeira — Topographia. Legislação de terras e principios geraes de colonisação.

3ª Cadeira — Chimica geral. Chimica inorganica. Processos geraes de analyse chimica.

Aula — Desenho topographico.

##### 3º anno

1ª Cadeira — Trigonometria espherica. Astronomia theorica e pratica. Geodesia.

2ª Cadeira — Mecanica applicada ás machinas: cinematica e dynamica applicadas.

3ª Cadeira — Mineralogia e geologia.

Aula — Desenho de cartas geodesicas e de mecanismos.

*Curso de Engenharia Civil*

## 1º anno

1ª Cadeira — Estudo dos materiaes de construcção. Technologia das profissões elementares. Resistencia dos materiaes. Estabilidade das contrucções. Grapho-statica.

2ª Cadeira — Hydraulica: liquidos e gazes. Abastecimento de agua. Esgotos. Hydraulica agricola.

3ª Cadeira — Geometria descriptiva applicada.

Aula — Trabalhos graphicos de abastecimento de agua, esgotos e hydraulica agricola.

## 2º anno

1ª Cadeira — Estrada de ferro e de rodagem. Pontes e viaductos.

2ª Cadeira — Navegação interior. Portos de mar. Pharões.

3ª Cadeira — Economia politica e finanças.

Aula — Trabalhos graphicos de estradas, pontes e construcções hydraulicas.

## 3º anno

1ª Cadeira — Architectura. Hygiene dos edificios. Saneamento das cidades.

2ª Cadeira — Machinas motrizes e operatrizes, precedidas do estudo dos motores e industrias mecanicas correspondentes.

3ª Cadeira — Direito constitucional. Direito administrativo e estatistica e suas applicações á engenharia.

Aula — Desenho de architectura.

*Curso de Engenharia de Minas*

## 1º anno

O 1º anno do curso de engenharia civil.

## 2º anno

1ª Cadeira — Exploração de minas.

2ª Cadeira — Chimica analytica.

3ª Cadeira — A 3ª do 2º anno de engenharia civil: Economia politica e finanças.

Aula — Trabalhos graphicos relativos a côrtes geologicos e á exploração de minas.

## 3º anno

1ª cadeira — Metallurgia geral e especial.

2ª cadeira — A 2ª do 3º anno de engenharia civil: **Machinas** motrizes e operatrizes, precedidas do estudo dos motores e industrias mecanicas correspondentes.

3ª Cadeira — A 3ª do 3º anno de engenharia civil: **Direito** constitucional. Direito administrativo e estatistica e suas applicações á engenharia.

Aula — Trabalhos graphicos concernentes a fornos e appa-  
relhos metallurgicos.

*Curso de Engenharia Industrial*

## 1º anno

1ª Cadeira — A 1ª do 1º anno de engenharia civil: **Estudo dos** materiaes de construcção. **Technologia** das profissões elementares. **Resistencia** dos materiaes. **Estabilidade** das construcções. **Grapho-**  
**statica.**

2ª Cadeira — A 2ª do 1º anno de engenharia civil; **Hydrau-**  
**lica**: liquidos e gases. **Abastecimento** de agua. **Esgotos.** **Hydrau-**  
**lica agricola.**

3ª Cadeira — **Chimica organica.**

Aula — A aula do 1º anno de engenharia civil: **Trabalhos**  
graphicos de abastecimento de agua, esgotos e hydraulica agri-  
cola.

## 2º anno

1ª Cadeira — **Physica industrial.**

2ª Cadeira — A 2ª do 2º anno de engenharia de minas: **Chi-**  
**mica analytica.**

3ª Cadeira — A 3ª do 2º anno de engenharia civil: **Economia**  
politica e finanças.

Aula — **Desenho industrial.**

## 3º anno

1ª Cadeira — **Chimica industrial.**

2ª Cadeira — A 2ª do 3º anno de engenharia civil: **Machinas**  
motrizes e operatrizes, precedidas do estudo dos motores e indus-  
trias mecanicas correspondentes.

3ª Cadeira — A 3ª do 3º anno de engenharia civil: **Direito**  
constitucional. Direito administrativo e estatistica e suas applica-  
ções á engenharia.

Aula — **Trabalhos** graphicos relativos a fabricas e estabeleci-  
mentos industriaes.

*Curso de Engenharia Mecânica*

## 1º anno

O 1º anno do curso de engenharia civil.

## 2º anno

1ª Cadeira — A 1ª do 2º anno de engenharia industrial: Physica industrial.

2ª Cadeira — A 2ª do 2º anno de engenharia de minas : Chimica analytical.

3ª Cadeira — A 3ª do 2º anno de engenharia civil : Economia politica e finanças.

Aula — Projectos e construcção de órgãos de machinas.

## 3º anno

1ª Cadeira — A 1ª do 3º anno de engenharia de minas : Metallurgia geral e especial.

2ª Cadeira — A 2ª do 3º anno de engenharia civil : Machinas motrizes e operatrizes, precedidas do estudo dos motores e industrias mechanicas correspondentes.

3ª Cadeira — A 3ª do 3º anno de engenharia civil : Direito constitucional. Direito administrativo e estatistica e suas applicações á engenharia.

Aula — Projectos e construcção de machinas motrizes e operatrizes.

*Curso de Engenharia Agronomica*

## 1º anno

O 1º anno do curso de engenharia industrial.

## 2º anno

1ª Cadeira — Botanica.

2ª Cadeira — Zoologia.

3ª Cadeira — A 3ª do 2º anno de engenharia civil : Economia politica e finanças.

Aula — Desenho organographico.

## 3º anno

1ª Cadeira — Agricultura, zootechnia, veterinaria.

2ª Cadeira — A 2ª do 2º anno de engenharia de minas : Chimica analytical.

3ª Cadeira — A 3ª do 3º anno de engenharia civil: Direito constitucional. Direito administrativo e estatistica e suas applicações á engenharia.

Aula — Trabalhos graphicos de machinas agricolas e construcções ruraes.

Art. 2.º Os estudos serão dirigidos por vinte e sete lentes cathedraticos, nove substitutos e nove professores.

Art. 3.º Cada cadeira será regida por um lente cathedratico. As cadeiras communs a diversos cursos especiaes serão regidas por um mesmo lente cathedratico.

Art. 4.º As cadeiras formarão as seguintes secções, havendo para cada secção um substituto :

#### *Curso Geral*

1ª Secção: As 1<sup>as</sup> cadeiras dos 1º e 2º annos e a 2ª do 3º anno.

2ª Secção: As 2<sup>as</sup> cadeiras dos 1º e 2º annos e a 1ª do 3º anno.

3ª Secção: As 3<sup>as</sup> cadeiras dos 1º, 2º e 3º annos.

#### *Curso de Engenharia Civil*

1ª Secção: As 1<sup>as</sup> cadeiras dos 1º e 3º annos e a 3ª do 1º anno.

2ª Secção: As 2<sup>as</sup> cadeiras dos 1º e 3º annos e a 1ª do 2º anno.

3ª Secção: As 3<sup>as</sup> cadeiras dos 2º e 3º annos e a 2ª do 2º anno.

#### *Curso de Engenharia de Minas*

Uma secção : As 1<sup>as</sup> cadeiras dos 2º e 3º annos e a 2ª do 2º anno.

#### *Curso de Engenharia Industrial*

Uma secção : As 1<sup>as</sup> cadeiras dos 2º e 3º annos e a 3ª do 1º anno.

#### *Curso de Engenharia Agronomica*

Uma secção : As 1<sup>as</sup> cadeiras dos 2º e 3º annos e a 2ª do 2º anno.

Art. 5.º Os professores serão assim distribuidos :

Um para a aula do 1º anno do curso geral.

Um para a aula do 2º anno do curso geral.

Um para a aula do 3º anno do curso geral.

Um para as aulas dos 1º e 2º annos de engenharia civil.

Um para a aula do 3º anno de engenharia civil.

Um para as aulas dos 2º e 3º annos de engenharia de minas.

Um para as aulas dos 2º e 3º annos de engenharia industrial.

Um para as aulas dos 2º e 3º annos de engenharia mecanica.

Um para as aulas dos 2º e 3º annos de engenharia agronomica.

As aulas communs a diversos cursos especiaes serão regidas por um mesmo professor.

## CAPITULO II

DO PROVIMENTO DOS LOGARES DO CORPO DOCENTE E SEUS  
AUXILIARES

Art. 6.º As provas de concurso para o preenchimento das vagas de substituto serão as seguintes:

1ª, these e dissertação; 2ª, prova escripta; 3ª, prelecção oral; 4ª, prova pratica.

As provas para preenchimento das vagas de professor constarão de: 1ª, execução de épuras e respectivo relatorio; 2ª, prelecção oral; 3ª, prova pratica.

Serão observadas nestas provas as prescripções geraes consignadas no codigo annexo ao decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892, e approvedo pelo decreto legislativo n. 230 de 7 de dezembro de 1894, e mais as seguintes, quanto à prova pratica:

*Da prova pratica*

Art. 7.º No segundo dia depois da prova oral reunir-se-ha a congregação afim de tratar da prova pratica.

Os lentes da secção a que pertencer a vaga, organisarão os pontos sobre cada uma das cadeiras da secção, procedendo-se a tal respeito do mesmo modo que para os pontos das outras provas.

Em seguida a congregação elegerá uma commissão de tres lentes cathedrauticos, incumbida de fiscalisar a prova.

Serão logo depois admittidos os candidatos a tirar ponto, o que será feito pelo primeiro na ordem de inscripção. O director lerá o ponto em voz alta, e o secretario entregará uma cópia à commissão da prova pratica.

Em acto continuo, a commissão formulará as questões relativas ao ponto, as quaes serão as mesmas para todos os candidatos.

Art. 8.º A prova pratica se verificará em uma ou mais sessões, a juizo da commissão dentro do limite determinado no programma especial, que a respeito do modo pratico de proceder for pela congregação organizado, dando-se d'elle conhecimento aos interessados.

Art. 9.º A prova pratica será feita pelos candidatos simultaneamente, providenciando-se de fôrma que os concurrentes não tenham communicação entre si ou com quem quer que seja, sendo-lhes, porém, facultada a consulta de livros e notas.

Art. 10. Todos os documentos resultantes desta prova serão no acto da entrega rubricados pela commissão e pelos candidatos.

e, depois do exame feito pela commissão, lacrados e guardados na secretaria, afim de serem exhibidos com o parecer da mesma commissão no acto do julgamento.

Art. 11. A primeira prova de concurso para a vaga de professor será a execução de épuras sobre problemas de geometria descriptiva e suas applicações.

Sobre as outras provas de concurso serão observadas as mesmas prescripções que para as identicas do concurso á vaga de lente substituto.

Art. 12. Na organização dos pontos para a primeira prova de concurso á vaga de professor, respectiva realização e seu encerramento serão observadas as mesmas disposições que para o caso da prova pratica.

### *Auxiliares do ensino*

Art. 13. Os auxiliares do ensino são: os preparadores, os conservadores e os auxiliares de gabinete ou de laboratorio.

Art. 14. O cargo de preparador será provido mediante concurso; o de auxiliar de gabinete ou laboratorio por nomeação do director, sob proposta do lente da cadeira.

Art. 15. Os candidatos á vaga de preparador deverão mostrar-se approvados nos preparatorios para a matricula no 1º anno do curso geral e pelo menos na materia do ensino da cadeira.

Art. 16. O concurso constará de tres provas: escripta, oral de arguição e pratica.

Essas provas serão prestadas perante uma commissão examinadora, composta do lente da cadeira, ou, no caso de vaga ou impedimento deste, do substituto ou de um dos lentes da secção a que a cadeira pertencer, e de dous lentes eleitos pela congregação no dia do encerramento das inscripções.

Sobre as inscripções seguir-e-ha o mesmo processo, que para as vagas de lente substituto, no que lhes for applicavel.

Art. 17. Verificadas as habilitações dos candidatos ao concurso, a commissão organizará immediatamente o respectivo programma, designando os dias e horas em que deverão ter logar as provas, sendo a primeira posterior ao terceiro dia util depois do encerramento, e as outras nunca antes do segundo dia util depois da precedente.

Art. 18. Para cada uma das provas a commissão organizará em sessão prévia no dia, em que tenha ella de ser prestada, uma lista de vinte pontos, que collocará numa urna para serem tirados á sorte pelos concurrentes.

Art. 19. Os pontos para as provas escripta e pratica serão os mesmos para todos os candidatos; o da prova oral será um para cada candidato.

Na prova oral, a commissão tambem poderá arguir em generalidades da materia da cadeira.

Art. 20. A duração das provas e outras condições a ellas referentes serão determinadas de conformidade com o disposto para o concurso à vaga de lente substituto.

Art. 21. A função de preparador é vitalicia, salvo os casos seguintes:

1.º Falta de cumprimento dos deveres a seu cargo, ou outra circumstancia especial allegada pelo cathedratico ou substituto, e apóz inquerito julgada provada pela congregação, que levará o facto ao conhecimento do Governo por intermedio do director.

2.º Faltas não justificadas por mais de 30 dias.

Art. 22. Será considerada sem effeito a nomeação do preparador que não entrar em exercicio dentro do prazo de dous mezes a contar da data da mesma nomeação, sem motivo justificado a juizo do Governo.

Art. 23. Aos preparadores incumbe:

1.º Comparecer diariamente antes da hora das aulas, afim de dispor, segundo as determinações dos lentes cathedratico e substituto, tudo quanto for necessario para as demonstrações, trabalhos e exercicios praticos.

2.º Demorar-se no gabinete, laboratorio ou observatorio o tempo preciso para o cabal desempenho dos serviços a seu cargo.

3.º Assistir às aulas theoricas e praticas, realizando as demonstrações experimentaes determinadas pelo cathedratico ou substituto.

4.º Dispor quanto lhes for determinado para as investigações do cathedratico ou substituto, e executar os trabalhos praticos que lhes forem designados, mesmo no periodo de férias.

5.º Exercitar os alumnos no manejo dos appparelhos e instrumentos, guial-os nos trabalhos praticos, segundo as instrucções do cathedratico ou substituto, e fiscalisar os trabalhos que os alumnos tiverem de executar, por ordem dos lentes, no respectivo gabinete, laboratorio ou observatorio.

6.º Zelar pelo asseio do gabinete, laboratorio ou observatorio, bem como pela conservação dos instrumentos e appparelhos, sendo obrigados a substituir os que se inutilisarem por negligencia ou erro de officio.

Art. 24. Os preparadores organisarão em livro especial, rubricado pelo director, uma relação de todos os objectos pertencentes ao gabinete, laboratorio ou observatorio, e registrarão em outro livro, tambem rubricado pelo director, os pedidos declarando a data do pedido, da entrada e da descarga.

Art. 25. Os preparadores farão a relação dos objectos que se inutilisarem, e a apresentarão ao director afim de que este mande dar a respectiva descarga.

Art. 26. Os conservadores ficam sujeitos às obrigações constantes dos arts. 24 e 25 e, no que lhes for applicavel, às do art. 23.

## TITULO II

## DO REGIMEN ESCOLAR

## CAPITULO I

## DO ANNO LECTIVO E DAS INSCRIÇÕES

Art. 27. O anno lectivo da Escola Polytechnica se contará de 1 de abril a 31 de março do anno seguinte. A abertura dos cursos far-se-ha no dia 1 de abril e o encerramento no dia 14 de novembro.

O restante do tempo será destinado aos exames, exercicios praticos e férias, sendo estas contadas entre o encerramento dos exames da 1ª época e tres dias antes do começo dos da 2ª época.

Art. 28. Para os cursos haverá inscripção de matriculas, de exames e de exercicios praticos.

*1ª parte — Da inscripção de matricula*

Art. 29. A inscripção de matricula começará no dia 1 de março e terminará no dia seguinte aquelle em que finalisarem os exames da 2ª época.

Fôra desse prazo, só a congregação poderá admittir à matricula os candidatos que allegarem motivo attendivel, antes, porém, de decorridos quarenta dias uteis.

Art. 30. Para ser admittido à matricula no 1º anno do curso geral ou em qualquer cadeira, aula ou exercicio pratico do mesmo anno, será necessario requerimento ao director, e provar por documentos:

1º, ter pago a taxa de 40\$000;

2º, a identidade de pessoa;

3º, ter sido vaccinado com bom resultado;

4º, ter os estudos secundarios, ou titulo de bacharel de accordo com os arts. 38 e 39 do decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890 e art. 181 doCodigo das disposições communs às instituições de ensino superior.

Art. 31. Para a matricula em qualquer outro anno dos cursos geral ou especiaes, e bem assim em qualquer de suas cadeiras, aulas ou exercicios praticos, será mister o respectivo requerimento, e

1º, estar approvado em todas as materias do anno anterior, inclusive exercicios praticos;

2º, apresentar conhecimento de haver pago a taxa de 40\$000.

Art. 32. A taxa de matricula só dá direito a esta no anno lectivo em que houver sido paga.

*2ª parte — Da inscripção de exames*

Art. 33. Haverá na Escola Polytechnica duas épocas de exames: a 1ª, a partir do terceiro dia posterior ao encerramento das aulas; a 2ª, a começar no dia 1 de março do anno seguinte, devendo terminar, salvo caso de força maior, durante esse mez.

Art. 34. A inscripção para os exames da 1ª época se effectuará de 1 a 20 de outubro e a inscripção para os exames da 2ª época de 1 a 20 de fevereiro do anno seguinte, não sendo absolutamente permittida inscripção de exame fóra das épocas mencionadas.

Art. 35. As inscripções para os exames das duas épocas deverão ser annunciadas com quinze dias de antecedencia pela imprensa e por editaes affixados no edificio da Escola.

Art. 36. As pessoas que quizerem inscrever-se para exame de qualquer anno, cadeira, aula ou exercicio pratico, deverão dirigir requerimento ao director, e satisfazer ás seguintes condições:

1ª, habilitação nas materias do anno anterior, inclusive exercicios praticos, ou tratando-se do 1º anno do curso geral ou de cadeira, aula ou exercicio pratico desse anno, approvação nos preparatorios exigidos para a matricula no mesmo anno;

2ª, provar a identidade de pessoa;

3ª, ter pago a importancia da taxa, que será de 40\$ por anno, cadeira, aula ou exercicio pratico para os que tiverem pago a de matricula, e de 80\$ para os que não se houverem matriculado;

4ª, apresentar attestado de vaccina.

Art. 37. Os alumnos já matriculados em qualquer anno, cadeira, aula ou exercicio pratico de accordo com o art. 30, ou o art. 31, sómente serão obrigados, quando requererem o exame, ao pagamento da taxa de 40\$, sendo dispensados das outras condições.

Art. 38. A inscripção para exame de uma cadeira dá direito á dos exercicios praticos correspondentes.

Art. 39. Nenhum exame de exercicios praticos poderá ser prestado sem prévia approvação na cadeira.

Art. 40. A inhabilitação numa cadeira nos exames da 2ª época, ou a não prestação do exame da cadeira na mesma época, importa a perda dos exercicios praticos a ella relativos.

Art. 41. O pagamento da taxa de exame só dá direito a esta na época em que tiver sido requerido, qualquer que seja o motivo allegado para o contrario.

*3ª parte — Da inscripção de exercicios praticos*

Art. 42. São considerados inscriptos para os exercicios praticos de qualquer anno ou cadeira os alumnos que tiverem pago a matricula nesse anno ou cadeira, mesmo quando na primeira época sejam inhabilitados, ou deixem de fazer ou completar o exame do anno ou cadeira a que se referirem os exercicios praticos.

Art. 43. Fôra deste caso só poderá ser permittida a frequencia, como ouvinte, em qualquer dos exercicios praticos, aos alumnos que o requererem depois dos exames da primeira época, e que tenham approvação em todas as cadeiras do anno anterior.

## CAPITULO II

### DAS LIÇÕES, INSTRUÇÃO PRÁTICA E EXAMES

Art. 44. Os alumnos matriculados terão direito a frequentar, dentro do respectivo anno lectivo, todos os trabalhos escolares concernentes ás lições, instrução pratica das cadeiras, trabalhos graphicos das aulas e exercicios praticos a quo referir-se a matricula.

Será permittido, entretanto, ao alumno que assim o prefira ou que não esteja nas condições exigidas para a matricula, e tambem desde que pague taxa igual á da matricula, a qualquer pessoa extranha á Escola, frequentar como ouvinte os trabalhos das cadeiras e aulas, mediante requerimento ao director, dentro do prazo marcado para as matriculas e até quarenta dias depois da terminação d'elle de accordo com o disposto no art. 9, ficando o ouvinte sujeito a mesma disciplina dos alumnos matriculados.

Fôra destes casos, não será permittida a pessoa alguma a frequencia aos trabalhos praticos de qualquer cadeira ou aos trabalhos graphicos das aulas.

Art. 45. Haverá em cada uma das cadeiras da Escola lição oral pelo lente cathedratico respectivo, nos dias e horas marcados no horario que a congregação approvar; lição que será rigorosamente feita segundo o programma tambem approvado pela congregação.

Art. 46. O professor de trabalhos graphicos fará igualmente as suas lições nos dias e horas marcados no horario e executará o programma approvado pela congregação, adoptando o methodo de ensino que maior aproveitamento possa trazer aos alumnos.

Art. 47. Haverá tambem para os alumnos e sob a direcção dos lentes cathedraticos, segundo o horario e os programmas approvados pela congregação, instrução pratica em todos os laboratorios e gabinetes da Escola, assim como pratica de astronomia no observatorio astronomico dependente da Escola.

Do mesmo modo haverá, sob a direcção dos substitutos, por indicação dos cathedraticos, recordações oraes, desenvolvimento das materias dadas pelo lente cathedratico, ou cursos complementares theoricos ou praticos relativos á cadeira.

Art. 48. A inscripção pratica será feita com tal desenvolvimento, que todas as medidas, calculos, verificações, analyses, ensaios, observações, trabalhos graphicos e quaesquer outras operações sejam realizadas com regularidade e de modo com-

pleto. Taes trabalhos poderão effectuar-se fóra do gabinete ou laboratorio, na Capital Federal, si o lente cathedratico julgar necessario, e assim for autorizado pelo director.

Art. 49. Dos dias marcados no horario para a instrucção pratica poderão ser mensalmente designados pelo lente cathedratico um ou dous destinavos exclusivamente a nellos realizarem-se arguições oraes, exercicios escriptos ou graphicos e concursos sobre assumptos theoricos ou praticos já ensinados e relativos á cadeira.

Os alumnos matriculados ou ouvintes que comparecerem ficarão obrigados a tomar parte nos referidos trabalhos escolares, cabendo aos lentes cathedraticos o direito de arguil-os e de exigir quer a apresentação dos exercicios escriptos ou graphicos e concursos, quer a realização dos trabalhos praticos, bem assim o de proceder ao respectivo julgamento.

Art. 50. Os professores procederão do mesmo modo quanto aos trabalhos graphicos executados por cada alumno durante o anno.

Art. 51. Cabe ao lente ou professor o direito de considerar como realizado o trabalho que lhe competir em qualquer dia do horario, quando deixar de fazê-lo devido a falta de auditorio.

Art. 52. Os exames serão prestados por cadeira perante uma comissão de tres lentes nomeados pelo director, da qual deverá, sempre que for possível, fazer parte o lente que tiver regido a cadeira sobre a qual versar o exame.

Art. 53. O exame de cada cadeira constará de uma prova escripta e de uma oral, bem como das provas praticas que forem precisas, feitas estas simultaneamente com a prova escripta ou oral.

A prova escripta será common para todos os alumnos da mesma cadeira; a oral será prestada por turnas de quatro a seis alumnos.

As provas praticas versarão sobre a instrucção pratica a que se refere o art. 47.

Todas estas provas effectuar-se-hão sobre pontos designados pela sorte uma hora antes de começar o exame, para a prova escripta, e duas horas para a oral, e constantes da tabella organizada pelo lente cathedratico e approvada pela congregação.

Art. 54. O prazo marcado para a prova escripta não excederá de quatro horas, sendo expressamente vedado aos examinandos durante a prova, communicar-se entre si, e, salvo sendo permitido pelo lente da cadeira e comissão examinadora, consultar livros ou notas.

O alumno que infringir esta disposição será chamado á ordem pela comissão examinadora, e, no caso de reincidencia, perderá o direito de prestar exame nessa época.

Ao entregarem as suas provas os alumnos assignarão, perante a comissão examinadora, um termo desse acto.

Art. 55. A arguição de cada examinador na prova oral durará, no maximo, trinta minutos, excepto si o examinando não tiver tomado parte nos trabalhos escolares a que se refere o

art. 49, em cujo caso o prazo maximo de arguição para cada examinador será elevado a uma hora.

O presidente do acto tambem poderá arguir; quando lhe seja necessario para bem ajuizar das habilitações do examinando.

Nesta prova poderá a commissão examinadora arguir o examinando nas generalidades da cadeira, as quaes sob o nome de parte vaga deverão vir consignadas em anexo á tabella de pontos de que trata o art. 53.

A arguição sobre generalidades da cadeira será obrigatoria em relação aos examinandos que não tenham tomado parte nos trabalhos escolares constantes do art. 49.

Art. 56. No julgamento dos exames finaes prestados pelos alumnos que tiverem tomado parte nos trabalhos escolares a que se refere o art. 49, serão levadas em conta as notas obtidas nos mesmos trabalhos escolares; no dos demais alumnos ter-se-ha unicamente em consideração as provas dadas nos exames finaes.

Art. 57. Concluida a prova oral de cada dia, e em acto continuo, a commissão examinadora procederá por escrutinio secreto a uma primeira votação, para decidir si o examinando deverá ou não ser approvado. No caso affirmativo, procederá tambem por escrutinio secreto a uma segunda votação, para indicar a qualidade da approvação, que será plena, si houver unanimidade de votos, e simples na hypothese contraria.

No caso de approvação plena, si qualquer dos examinadores, incluído o presidente, o requerer, se procederá ainda a uma terceira votação e si ainda obtiver o examinando totalidade de espheras brancas, terá a nota — approvado com distincção.

Art. 58. Os exames de trabalhos graphicos serão prestados em turmas de quatro a oito alumnos perante uma commissão de tres professores, da qual fará parte, sempre que for possivel, o da aula, tomando por base os originaes executados pelos alumnos durante o anno, os quaes serão apresentados á commissão examinadora pelo respectivo professor no acto do exame, e constarão mais de uma arguição oral sobre as materias ensinadas na aula.

Para os alumnos que não tenham effectuado trabalhos graphicos durante o anno, haverá, antes do exame oral, uma prova graphica commum, realizada no minimo de seis e no maximo de doze sessões de quatro horas cada uma, a juizo da commissão examinadora, sobre ponto sorteado dentre os da tabella organisaada pelo respectivo professor e approvada pela congregação.

Art. 59. Terminados em qualquer cadeira ou aula todos os exames da mesma turma, a commissão examinadora dará o grão que cada alumno merecer, sendo para distincção o grão 10, para plenamente o grão 6 a 9, para simplesmente o grão 1 a 5, e para inhabilitado o grão 0.

Art. 60. Nenhum alumno será chamado mais de duas vezes para tirar o ponto de exame oral em qualquer cadeira ou aula numa mesma época de exames; si faltar á prova escripta ou as duas chamadas para a prova oral, só poderá ser-lhe concedido o exame na mesma época, justificando perante o director motivo de molestia provada, ouvida a commissão examinadora.

Art. 61. O alumno que, salvo justificação apresentada ao director e aceita pela commissão examinadora, depois de tirar o ponto, não comparecer ao exame respectivo, ou que, tendo comparecido, pretextar motivo para não prestar o acto, ou não terminal-o, será considerado como não tendo mais direito a novo exame na mesma época.

Nesta ultima hypothese cabe à commissão examinadora, si assim o entender, o direito de julgar o alumno.

Art. 62. Os pontos dos exames serão tirados em presença de um lente, de preferencia o da cadeira, sendo o numero e o objecto do ponto da prova oral consignados em uma nota rubricada pelo secretario ou por quem suas vezes fizer.

Art. 63. Os exercicios praticos serão executados durante as férias, e durarão dous mezes, de accordo com o regulamento especial, que a tal respeito a congregação organizar.

Art. 64. Os exercicios praticos serão dirigidos pelos membros do corpo docente, de conformidade com os arts. 4º § 17 e 28 § 2º do Codigo do ensino superior.

Art. 65. Os programmas destes exercicios serão organizados pelos lentes das respectivas cadeiras e approvados pela congregação, assim como executados pelos directores dos exercicios, nos logares que estes indicarem, de accordo com os respectivos programmas e com o director da Escola.

Art. 66. Estes exercicios constarão de trabalhos de campo na Capital Federal, ou fóra da Capital; de excursões, observações e pratica em estabelecimentos publicos ou particulares; de projectos, plantas ou planos, e de um relatorio em que serão feitas descrições circumstanciadas dos trabalhos e resolvidas questões numericas ou graphicas propostas pelos directores das turmas sobre assumpto relativo aos mesmos trabalhos.

Art. 67. Cada director de turma terá direito à gratificação mensal constante da tabella dos vencimentos annexa ao Codigo de ensino superior, além das passagens e de uma ajuda de custo proporcional ao numero de dias de excursões fóra da Capital Federal, assim como de uma quantia fixa para transporte dos instrumentos e do servente ou guarda.

Art. 68. Aos alumnos inscriptos para exercicios praticos serão dadas todas as despesas de transporte. Será, outrossim, posta à disposição do director da turma uma quantia variavel segundo o numero de alumnos e de dias de excursão fóra da Capital Federal, destinada a auxiliar as despesas dos alumnos inscriptos que assim o necessitarem.

Art. 69. Ao director da Escola, a fim de percorrer os trabalhos de exercicios praticos, serão dadas todas as vantagens dos directores de turma, quanto à gratificação mensal e à ajuda de custo.

Art. 70. Ao preparador que tiver de acompanhar nas excursões a turma de alumnos, a fim de augmentar as collecções dos respectivos gabinetes ou laboratorios, serão dadas as passagens e uma ajuda de custo dependente das circumstancias e fixada pelo director da Escola.

Art. 71. Os exames de exercicios praticos serão prestados por turmas de seis a dez alumnos e julgados de conformidade com o estatuido para os das cadeiras por uma commissão de tres lentes cathedromaticos ou substitutos, da qual fará parte o director da turma, á vista dos trabalhos exhibidos pelo alumno e de arguição oral sobre os mesmos.

Art. 72. A falta de comparecimento por parte do alumno a todos os exercicios praticos de uma cadeira determina a sua exclusão do respectivo exame e julgamento.

Art. 73. Terminados todos os exames de exercicios praticos da mesma turma, a commissão examinadora procederá de accordo com o art. 59 e além disso escolherá os trabalhos de mais merecimento para serem encadernados e depositados na bibliotheca, de sorte a prestarem-se á consulta.

Os outros trabalhos ficarão depositados no archivo da secretaria, até que os alumnos terminem o curso e obtenham o respectivo titulo, em cujo caso serão dados ao consumo ou entregues aos alumnos que os reclamarem.

Art. 74. O resultado diario do julgamento dos exames em cada cadeira, aula ou exercicios praticos será immediatamente lavrado sem rasuras, emendas e entrelinhas com as respectivas notas escriptas por extenso, pela commissão examinadora, em caderneta especial devidamente paginada e com o termo de abertura e encerramento assignado pelo director da Escola.

Será depois apregoado pelo guarda respectivo, e mandado publicar na imprensa diaria, sem a declaração, porém, dos nomes dos alumnos inhabilitados e dos que não compareceram ou se retiraram do exame.

Art. 75. Terminados todos os exames da cadeira, aula ou exercicios praticos, a mesma commissão organizará a classificação final com as respectivas notas e grãos, e a lavrará na caderneta de que trata o artigo precedente, extrahindo a secretaria uma cópia para ser affixada na portaria da Escola e outra para ser publicada no *Diario Official*, observada nesta a disposição final do artigo anterior.

Art. 76. O sub-secretario lavrará o termo desta classificação em livro especial da secretaria, por meio de cópia fiel do que registrarem as cadernetas, e o secretario assignará o termo, confirmando a sua exactidão.

Art. 77. Para as pesquisas scientificas, o ensino experimental e a instrucção pratica dos alumnos, quer durante o periodo das lições, quer dos exames e exercicios praticos, todas as cadeiras dos cursos geral e especiaes da Escola terão gabinetes ou laboratorios, havendo além disso para o estudo pratico de astronomia um observatorio annexo ao respectivo gabinete.

Para os estudos praticos de astronomia e geodesia, de magnetismo e meteorologia poderão ser estabelecidas succursaes na Capital Federal ou nos Estados, de accordo com os regulamentos organisados pelos respectivos lentes e approvados pela congregação e dentro das verbas consignadas annualmente para esse fim.

## CAPITULO III

## DO TEMPO DOS TRABALHOS E EXERCÍCIOS ESCOLARES

Art. 78. O horario das lições e trabalhos de gabinete, laboratorio, ou observatorio da Escola Polytechnica, bem como dos trabalhos graphicos, será marcado de fôrma a terem o desenvolvimento previsto de accordo com o assumpto de cada cadeira ou aula.

Art. 79. As lições das cadeiras e aulas durarão uma hora; a pratica dos laboratorios, gabinetes e observatorio e a execução dos trabalhos graphicos nas aulas durarão o tempo preciso para seu necessario desenvolvimento.

Art. 80. A' hora marcada no horario começarão os trabalhos, e, si, dentro do primeiro quarto de hora, não comparecer o respectivo lente ou professor, o guarda fará a declaração de sua ausencia na caderneta destinada a este fim e a entregará immediatamente na secretaria.

Art. 81. Durante os trabalhos da cadeira ou aula, o guarda tomará nota do numero dos assistentes, afim de o consignar na caderneta respectiva, e ao terminarem os mesmos trabalhos entregará a caderneta ao lente ou professor para verificar e rubricar a parte feita.

Art. 82. A presença dos preparadores será verificada pela sua assignatura na caderneta da cadeira, compareça ou não o respectivo lente, em cada dia de trabalho, quer durante os cursos, quer durante os exames e os exercicios praticos, neste ultimo caso quando assim for pelo lente julgado necessario para os trabalhos dos alumnos.

Art. 83. Entre os actos que determinam o desconto das gratificações dos membros do corpo docente serão incluídas as ausencias da sede da Escola, no periodo das férias, salvo prévia comunicação official ao director.

## CAPITULO IV

## DOS GRÃOS, TITULOS, CARTAS E DEFESA DE THESES

Art. 84. Os alumnos que terminarem o curso geral terão direito ao titulo de agrimensor.

Art. 85. Os que terminarem qualquer dos cursos especiaes terão direito ao titulo de engenheiro civil, engenheiro de minas, engenheiro industrial, engenheiro mecanico e engenheiro agronomo, conforme a especialidade do curso cujos estudos tiverem concluído.

Art. 86. Os engenheiros que tiverem obtido approvações plenas ou com distincção em todas as cadeiras, aulas e exercicios praticos do curso geral e do curso especial em que for passado o titulo, terão direito ao grão de bacharel em sciencias physicas e mathematicas, tratando-se dos quatro primeiros cursos especiaes e ao de bacharel em sciencias physicas e naturaes, tratando-se do ultimo curso especial.

Art. 87. Os bachareis em sciencias physicas e mathematicas ou em sciencias physicas e naturaes que defenderem these e forem nella approvados, terão direito ao grão de doutor nas mesmas sciencias.

Art. 88. As theses versarão sobre doutrinas importantes relativas ás sciencias do grão e escriptas sobre pontos escolhidos pelo candidato dentre os que forem com antecedencia organisados e approvados pela congregação.

No programma marcar-se-ha o prazo concedido para escrever e entregar impressa a these.

Art. 89. O bacharel que pretender defender these o requererá ao director, instruindo o requerimento com a sua carta de bacharel, ou respectiva publica-fôrma.

Art. 90. A defesa de these terá logar em sessão publica da congregação, sendo o doutorando arguido por uma commissão de quatro lentes, segundo a ordem crescente de sua antiguidade, sob a presidencia do director, a quem caberá igualmente o direito de arguir.

Art. 91. O julgamento será feito logo depois de terminada a arguição, em sessão da congregação, por votação nominal dos membros presentes e por processo semelhante ao estatuido no art. 57.

Art. 92. O bacharel que for inhabilitado na defesa de these, não poderá defender nova these sinão depois de decorridos tres annos.

Art. 93. A collação do grão de bacharel será feita com solem-nidade em sessão publica da congregação, em dia marcado para esse fim, de accordo com o programma adoptado pela congregação, sendo no acto por parte dos bacharelados prestado o respectivo compromisso.

Art. 94. O grão de doutor será conferido com a maior solem-nidade em presença da congregação, na fôrma do programma especial por ella approvado.

Art. 95. Conferirá o grão quer de bacharel, quer de doutor o lente mais antigo que estiver presente, não sendo director.

Art. 96. O titulo de engenheiro será conferido pelo director em presença de uma commissão de tres lentes.

Art. 97. O titulo de agrimensor será conferido sem formalidade alguma.

Art. 98. O bacharel formado, além da respectiva carta, receberá o annel distinctivo e a borla.

O doutor, além da respectiva carta, receberá o annel, a borla e o capello.

A pedra do annel será a saphira, cravada em ouro com o dis-

distinctivo na cravação que a congregação aprovar e variavel conforme o grão.

Estes distinctivos serão entregues pelo candidato ao director da Escola, para lhe serem conferidos no acto da collação do grão.

Art. 99. O engenheiro formado terá o direito de usar do anel de saphira com o distinctivo correspondente ao curso e que pela congregação for approved.

Art. 100. As cartas de bacharel e doutor, e os titulos de engenheiro, impressos em pergaminho, terão o mesmo formato e serão assignados pelo director, pelo lente mais antigo da Escola, ou do curso especial, conforme se tratar de carta ou titulo, pelo secretario e pelo proprio diplomado.

O titulo de agrimensor, impresso em papel, será de formato differente e mais simples e assignado unicamente pelo director e pelo secretario da Escola.

Todos estes documentos serão registrados em livros especiaes.

Art. 101. Aos lentes cathedrauticos e substitutos, logo que tomem posse do cargo, será, em virtude da these defendida em concurso, conferido o grão de doutor em sciencias physicas e mathematicas ou em sciencias physicas e naturaes, conforme o curso a que pertencerem.

## CAPITULO V

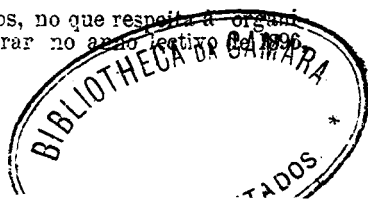
### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 102. O certificado de estudos secundarios ou o titulo de bacharel a que se refere o art. 30 destes estatutos só será exigido para a matricula no anno de 1898.

Paragrapho unico. Até essa época os preparatorios indispensaveis serão: portuguez, francez, inglez ou allemão, geographia, historia universal, historia e chorographia do Brazil, arithmetica, algebra, geometria, trigonometria rectilinea, algebra superior, physica e chimica, historia natural e desenho linear e elemental.

A approvação de que trata o paragrapho antecedente deverá ser obtida em exame feito no Gymnasio Nacional ou em qualquer outro estabelecimento de instrucção cujos exames sejam validos para a matricula nos cursos superiores da Republica, com excepção dos de algebra, geometria, trigonometria rectilinea, algebra superior e desenho linear e elemental, que, tambem até a mesma época, serão feitos em qualquer das escolas militares, na Escola Naval, na de Minas de Ouro Preto ou na propria Escola Polytechnica, juntamente com os exames da 1ª e 2ª épocas, ou finalmente em qualquer outro estabelecimento de instrucção em que taes exames possam ser equiparados aos precedentes.

Art. 103. Os presentes estatutos, no que respeita a organização do ensino, começarão a vigorar no anno lectivo de 1896.



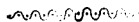
salvo com relação aos actuaes alumnos dos cursos geral e especiaes, que poderão terminar seus estudos sob o regimen em que se matricularam.

Art. 104. O Governo, por proposta da congregação, distribuirá os actuaes lentes cathedraes e professores effectivos da Escola Polytechnica pelas differentes cadeiras e aulas, do modo que mais conveniente for ao ensino, mediante apostilla nos respectivos titulos, no caso de mudança de cadeira ou aula; e bem assim nomeará os actuaes lentes substitutos effectivos para as cadeiras vagas, para cujo preenchimento forem propostos pela congregação.

Art. 105. Serão abertos desde já, na forma das disposições em vigor e regulamentos especiaes organisados pela congregação e approvados pelo Governo, os concursos para preenchimento das vagas existentes em cada uma das secções dos cursos geral e especiaes, medeando nesses concursos entre o encerramento das respectivas inscrições o prazo de dous mezes e sendo a ordem do provimento das vagas fixada pela congregação.

Art. 106. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de janeiro de 1896. — *Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



#### DECRETO N. 2222 — DE 27 DE JANEIRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 30:780\$438, á verba — Justiça do Districto Federal (Côrte de Appellação) do actual exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, de accordo com o art. 3º do decreto n. 363, de 6 do corrente, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 30:780\$438, á verba — Justiça do Districto Federal (Côrte de Appellação) do exercicio em vigor, para occorrer ao pagamento do accrescimento de vencimentos dos membros da Côrte de Appellação, a partir de 6 deste mez.

Capital Federal, 27 de janeiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2223 — DE 27 DE JANEIRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito sup-  
plementar de 97:787\$596 á verba — Justiça Federal (Supremo Tri-  
bunal), do actual exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, de accordo com o art. 3º do Decreto legislativo n. 363, de 6 do corrente, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 97:787\$596 á verba — Justiça Federal (Supremo Tribunal), do exercicio em vigor ; sendo 88:790\$310 para occorrer ao pagamento do acrescimo de vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 6 deste mez, e 8:997\$286 para o dos empregatos da Secretaria daquelle Tribunal, a contar da mesma data.

Capital Federal, 27 de janeiro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2224 — DE 29 DE JANEIRO DE 1896

Approva o regulamento do Corpo de Bombeiros da Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a lei n. 390, de 30 de dezembro ultimo, que fixou a despesa geral da Republica no exercicio de 1896, dispõe no art. 2º, n. 40, sobre a criação de novos logares, bem como de mais uma companhia, no quadro effectivo do Corpo de Bombeiros desta Capital ;

Considerando que, em consequencia do augmento de pessoal assim havido, torna-se indispensavel a promulgação de novo regulamento, virtualmente autorizado pelo Poder Legislativo, visto que, além de achar-se modificada a organização do dito Corpo de Bombeiros, é ainda necessario determinar as attribuições e deveres inhorentes aos logares ora creados ;

Attendendo outrossim á conveniencia de serem consolidadas as disposições attinentes a este ramo do serviço publico ; e

Usando da authorisação conferida pelo art. 48, n. 1, da Constituição :

Resolve decretar que o Corpo de Bombeiros da Capital Federal seja regido pelo regulamento anexo, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 29 de janeiro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

## Regulamento para o Corpo de Bombeiros da Capital Federal, a que se refere o decreto n. 2224 desta data

### CAPITULO I

#### DO FIM E ORGANIZAÇÃO DO CORPO

Art. 1.º Incumbe ao Corpo de Bombeiros da Capital Federal o serviço de extinção de incendios na cidade do Rio de Janeiro e seus suburbios.

Paragrapho unico. O Governo, em caso de guerra, poderá empregar-o como corpo de sapadores ou pontoneiros, dando-lhe a organização de batalhão de engenheiros e alistando provisoriamente pessoal que o substitua no serviço de que trata este regulamento.

Art. 2.º Compôr-se-ha o Corpo de Bombeiros da Capital Federal de um estado-maior, outro menor e do numero de companhias que forem necessarias, conforme as exigencias do serviço. O estado-maior e o menor serão incluídos na 1ª companhia.

Paragrapho unico. Cada companhia terá quatro officiaes e 115 praças.

### CAPITULO II

#### DO PESSOAL, SUA NOMENAÇÃO, ALISTAMENTO E O VENCIMENTO

Art. 3.º O pessoal do corpo constará do quadro annexo sob letra A, com as gradações ali especificadas.

Paragrapho unico. As companhias serão divididas pelas estações e postos, segundo as necessidades do serviço, a juizo do commandante, com approvação do Ministro.

Art. 4.º Far-se-hão por decreto e carta-patente as nomeações dos officiaes, observando-se o seguinte :

§ 1.º O commandante e o inspector geral serão escolhidos dentre o sofficiaes de um dos corpos do Exército, de capitão para cima, e terão : o 1º o posto de coronel ou tenente-coronel e o 2º o de major, um dos quaes deve ter um dos cursos scientificos.

§ 2.º O major-fiscal do material e contador, capitães, tenentes e alferes, serão promovidos dentre o pessoal do corpo, observando-se sempre a antiguidade e o merecimento.

§ 3.º O serviço sanitario será feito por seis medicos e um pharmaceutico, sendo tres 1.ªs cirurgiões com a patente de major, tres 2.ªs com a de capitão, e o pharmaceutico com a de tenente.

O mais antigo será o inspector deste serviço. As vagas serão sempre preenchidas por accesso, observando-se unicamente o principio de antiguidade.

§ 4.º A promoção dos officiaes será feita mediante proposta do commandante, que sujeitara ao Ministro as razões justificativas do accesso.

Art. 5.º Os inferiores serão nomeados por acto do commandante, sendo preferivel que preceia a proposta dos commandantes de companhias.

O accesso, porém, será gradual e successivo desde o posto de cabo de esquadra ao de 1.º sargento e do de alferes ao de major.

Os alferes serão escolhidos dentre os sargentos do corpo, desde que tenham quatro annos de effectivo serviço no mesmo e as necessarias habilitações e merecimento.

Art. 6.º O quadro do corpo será preenchido por alistamento voluntario, sob as seguintes condições :

1.ª Engajamento por quatro annos ;

2.ª Só serão admittidos os maiores de 18 e menores de 30 annos, que, além de agildade e robustez verificadas pelos medicos do corpo, provarem moralidade ;

3.ª Serão preferidos, em igualdade de condições, os individuos que souberem ler e escrever, os que tiverem officio aproveitavel para o serviço do corpo, as ex-praças do Exercito, da Armada e dos corpos policiaes, finalmente, os que provarem ter servido em navio da marinha mercante.

Art. 7.º As praças que tiverem bom procedimento e houverem mostrado aptidão para o serviço, poderão, terminado o tempo do engajamento, ser reengajadas por mais dous annos, percebendo, a titulo de gratificação, a 5ª parte do soldo de bombeiro, além dos vencimentos que lhes couberem.

Art. 8.º A praça que servir seis annos, e quizer retirar-se do corpo, receberá baixa com a qual se exima do alistamento militar, sendo somente obrigada a fazer parte da reserva, na forma da lei n. 2556 de 24 de setembro de 1874, art. 1.º § 2.º, e regulamento de 27 de fevereiro de 1875, art. 4.º § 3.º.

Art. 9.º Os vencimentos dos officiaes e praças são os especificados na tabella B.

Art. 10. A's praças que, além dos serviços proprios do corpo, desempenharem outros especiaes, serão abonadas, a arbitrio do commandante, gratificações mensaes, segundo a importancia desses serviços e habilitações technicas das ditas praças.

Art. 11. Para execução do disposto no artigo precedente, ficam creadas cinco categorias de gratificações, sendo de :

30\$000 para artifices de.....	1ª classe
20\$000 » » » .....	2ª »
15\$000 » » » .....	3ª »
10\$000 » » » .....	4ª »
5\$000 » » » .....	5ª »

Estas gratificações não deverão exceder no total a quantia de 800\$000 mensaes.

Art. 12. Ao inferior ou commandante de posto será abonada mais uma gratificação, *pro labore*, de 20\$000.

### CAPITULO III

#### DAS ATRIBUIÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Art. 13. Ao commandante compete :

§ 1.º Providenciar de conformidade com este regulamento e as ordens do Ministro sobre tudo quanto pertencer ao material, ás despesas do corpo, ao serviço, ensino e direcção do pessoal; dar as convenientes instrucções a seus subordinados para o exacto cumprimento dos deveres de cada um, e requisitar as medidas que julgar necessarias e não couberem em suas attribuições.

§ 2.º Propor ao Ministro tudo quanto a experiencia for aconselhando para o melhoramento do serviço.

§ 3.º Transmittir ao Ministro, sempre com seu parecer por escripto, os requerimentos, reclamações e queixas de seus subordinados.

§ 4.º Autorisar, nos limites das rubricas do orçamento, as despesas necessarias á manutenção e conservação do serviço a seu cargo.

§ 5.º Designar substitutos que preencham os cargos na ausencia temporaria dos serventuários effectivos, dando conta do seu acto ao Ministro, sempre que houver alteração de vencimentos.

Art. 14. O inspector geral terá a seu cargo :

§ 1.º Coadjuvar o commandante no cumprimento das obrigações mencionadas no § 1.º do artigo precedente.

§ 2.º Conferir e fiscalisar todos os papeis, distribuir o serviço que devem prestar quotidianamente os officiaes e praças do corpo, e executar as ordens do commandante.

§ 3.º Informar sobre a idoneidade e procedimento das praças propostas pelos commandantes das companhias para os postos inferiores, e bem assim sobre todos os requerimentos que forem dirigidos ao commandante.

§ 4.º Transmittir as ordens do commandante, e fazer chegar ao conhecimento deste todas as alterações e occurrencias havidas no corpo, bem como as petições, requisições ou reclamações de seus subordinados.

Art. 15. Para auxiliar o inspector geral no cumprimento de suas obrigações, haverá dois amanuenses, praças do corpo, os quaes receberão, além dos vencimentos que lhes competirem, a gratificação mensal de 20\$000.

Art. 16. Ao fiscal do material e contador compete :

§ 1.º Dirigir os trabalhos a cargo da contadoria.

§ 2.º Solicitar do commandante do corpo por intermedio do inspector geral e do inspector do serviço sanitario as informa-

ções e esclarecimentos necessários para a solução e quaesquer assumptos da competencia da contadoria.

§ 3.º Conferir e rubricar todo o expediente da contadoria.

§ 4.º Prestar as informações que forem exigidas pelo commandante do corpo ou pelo inspector geral.

§ 5.º Distribuir pelos outros empregados o serviço que não seja peculiar a cada um pelo presente regulamento.

§ 6.º Propor, quando entender necessario, medidas tendentes ao melhoramento da escripturação e contabilidade.

§ 7.º Conferir as guias dos pagamentos que devem ser feitos pelo thesoureiro e bem assim as entregas de dinheiro de que ao mesmo se faça carga.

§ 8.º Formular pedidos do que for necessario para o seu expediente, segundo as autorisações do commandante do corpo.

§ 9.º Lançar a nota de confere para pagamento das contas de despesas que estiverem devidamente processadas pelos seus auxiliares, não devendo mandar effectuar pagamento algum sem o *pague-se* do commandante.

§ 10.º Informar sobre todas as despesas a fazerem-se, as quaes só poderão ser realizadas dentro das respectivas verbas consignadas no orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

§ 11.º Igualmente informar não só a respeito das pretensões que, por sua natureza, disserem respeito às suas attribuições, como ainda acerca de quaesquer assumptos ou negocios cujo exame lhe for commettido ou ordenado pelo commandante do corpo.

§ 12.º Comunicar ao commando do corpo, por intermedio do inspector geral, todas as entradas de dinheiro feitas pelo thesoureiro, as quaes serão publicadas no detalhe do mesmo commando.

§ 13.º Apresentar mensalmente o balancete da receita e despesa do corpo.

§ 14.º Indicar as praças que devem ser nomeadas amanuenses da contadoria.

§ 15.º Assistir ao pagamento da folha dos officiaes, fazendo-os assignal-a.

§ 16.º Designar o amanuense que deve encarregar-se do archivo.

Art. 17.º Ao assistente do inspector geral incumbe :

§ 1.º Vigiar pessoalmente o que occorrer no corpo, providenciando logo sobre o que estiver em suas attribuições e dando parte immediata do que necessitar da intervenção do inspector geral ou do commandante.

§ 2.º Detalhar todo o serviço das companhias.

§ 3.º Assistir às paradas e dividil-as, fazendo com que a força de serviço compareça convenientemente uniformisada.

§ 4.º Instruir as praças do corpo nos diversos exercicios e trabalhos de apprelhos.

§ 5.º Providenciar sobre o cumprimento das ordens expelidas, dar parte das faltas encontradas ao inspector geral, a quem coadjuvará em tudo quanto for relativo ao serviço.

§ 6.º Receber do inspector geral as ordens para os detalhes de serviço do dia, inclusive o nome dos officiaes que entram de

serviço ; proceder á respectiva leitura em reunião dos officiaes sob a presidencia do inspector geral e fazel-a copiar pelos inferiores a quem será dictada, em sua presença, pelo sargento ajudante.

§ 7.º Organisar uma escala dos officiaes, afim de que possa indicar algum para qualquer serviço urgente, no caso de não estar presente o inspector geral, dando logo parte ao mesmo inspector, das providencias adoptadas em sua ausencia.

Art. 18. O thesoureiro será escolhido dentre os capitães ou promovido dentre os tenentes, mediante proposta do commandante.

Paragrapho unico. Quando o thesoureiro for escolhido dentre os capitães, sua nomeação será feita por portaria do Ministro.

Art. 19. Ao thesoureiro compete:

§ 1.º Receber mensalmente no Thesouro Nacional todas as quantias destinadas ao corpo, as quaes serão recolhidas ao cofre respectivo, do qual serão clavicularios, além d'elle thesoureiro, o contador e o inspector geral.

§ 2.º Apresentar ao contador guias, em duplicata, dos dinheiros recebidos do Thesouro Nacional.

§ 3.º Passar recibo de todas as quantias que lhe forem entregues.

§ 4.º Escripturar em receita no livro respectivo, não só as importancias que receber do Thesouro Nacional para pagamento das despezas do corpo, mas tambem quaesquer outras que lhe forem entregues.

§ 5.º Effectuar, mediante ordem e á vista de documentos devidamente legalizados, os pagamentos que forem autorizados, sem o que não entregará quantia alguma.

§ 6.º Apresentar diariamente ao contador, por occasião de abrir-se o expediente, uma nota da receita e da despesa occorrida no dia anterior.

§ 7.º Verificar semanalmente, com os demais clavicularios, o estado do cofre, de modo que, pela revisão immediata dos recibimentos e pagamentos effectuados, se conheça o respectivo saldo.

§ 8.º Coadjuvar o serviço de verificação da carga e descarga do material e qualquer outro compativel com o seu cargo e que for determinado pelo contador.

§ 9.º Apresentar ao contador os conhecimentos das importancias de que houver feito entrega ao Thesouro ou a outras quaesquer repartições.

§ 10. O thesoureiro poderá, por nomeação do commandante, accumular estas funcções na caixa de beneficencia.

§ 11. Além dos vencimentos que lhe competirem, terá mais para quebras a quantia de 30\$000 mensaes.

Art. 20. Ao secretario incumbe :

§ 1.º Fazer a escripturação da secretaria do corpo e dos livros de registro da correspondencia do commandante, bem como dos assentamentos e alterações dos officiaes e praças.

§ 2.º Extrahir e authenticar as certidões e outros documentos passados pela secretaria.

§ 3.º Trazer sempre em boa ordem o archivo da secretaria, a bibliotheca do corpo e todos os documentos que lhe forem confiados.

§ 4.º Lavrar os contractos para os fornecimentos do corpo e assignal-os com o commandante e o inspector.

Art. 21. Para o desempenho das funcções indicadas nos paragraphos acima, terá o secretario dous amanuenses, praças do corpo, os quaes, além dos respectivos vencimentos, perceberão a gratificação de 20\$ mensaes.

Os sargentos ajudante e quartel-mestre perceberão a gratificação de 30\$000.

Art. 22. Ao quartel-mestre incumbe :

§ 1.º Ter sob sua guarda e vigilancia a arrecadação, e devidamente acondicionadas todas as pertenças e sobresalentes do material, fardamento e armamento do corpo.

§ 2.º Conservar em boa ordem os livros e objectos que forem removidos do archivo geral da secretaria do corpo ou das companhias para a arrecadação.

§ 3.º Extrahir do livro de talões os pedidos de material e objectos de que carecer o corpo.

§ 4.º Requisitar do commandante, por intermedio do inspector e com a devida antecedencia, tudo quanto faltar na arrecadação para as necessidades ordinarias do corpo.

Art. 23. O quartel-mestre prestará uma fiança de 2:000\$ no Thesouro Nacional para garantia do material sob sua guarda. Esta fiança será realizada por descontos mensaes de 20 % feitos em seus vencimentos, cessando taes descontos logo que se complete a dita quantia, que poderá ser substituida por apolices da divida publica.

Art. 24. Compete ao chefe do serviço sanitario :

§ 1.º Dirigir e distribuir todo o serviço concernente ao tratamento dos officiaes e praças recolhidos ao hospital e visitar diariamente o quartel.

§ 2.º Presidir a junta sanitaria, que será composta do mesmo chefe e dos demais cirurgiões.

§ 3.º Inspeccionar repetidas vezes o hospital e enfermarias, prisões e mais dependencias do quartel, solicitando do commando do corpo tudo que for a bem da hygiene e do serviço sanitario.

§ 4.º Assignar todo o expediente do hospital, com excepção dos papeis cuja assignatura competir a outrem pelo presente regulamento e que sómente rubricará.

§ 5.º Propor as praças que devem exercer os logares de amanuense e enfermeiros.

§ 6.º Apresentar annualmente um relatorio circunstanciado do estado do hospital e seu movimento, de todas as necessidades, indicando o que for util ao serviço sanitario em geral e ao bem-estar dos doentes e economia do respectivo serviço.

**Art. 25.** Compete aos demais cirurgiões :

§ 1.º Fazer dia no hospital alternadamente.

§ 2.º Tratar nas respectivas residencias os officiaes e praças doentes e suas familias, quando para isso recebam ordens do commandante.

§ 3.º Passar a visita nas respectivas enfermarias.

§ 4.º Acompanhar o corpo nas occasiões de incendio, quando estiverem de dia, para prestar os socorros de sua profissão, para o que haverá uma ambulancia provida dos principaes medicamentos eapparelhos.

**Art. 26.** Ao pharmaceutico compete :

§ 1.º Zelar pela boa guarda e conservação de todo o material da pharmacia, sendo o unico responsavel pelos extravios ou estragos que se derem por motivo de incuria.

§ 2.º Aviar com pontualidade todo o receitauario constante do livro respectivo do hospital e as receitas que, em folhas avulsas, sejam prescriptas pelos medicos do corpo a officiaes, praças ou a pessoas de sua familia, em tratamento fóra do hospital.

§ 3.º Apresentar annualmente um mappa do movimento do receitauario e semestralmente um balanço de todo o material, vasilhame, utensilios e drogas existentes na pharmacia, o qual conferido pelo inspector do serviço sanitario, será entregue ao inspector geral para avaliação da carga.

§ 4.º Requisitar por intermedio do inspector do serviço sanitario tudo quanto se torne preciso para o serviço da pharmacia, assim como solicitar exame e consumos.

§ 5.º Proceder ás analyses qualitativas das substancias cujo exame lhe for determinado, para o que haverá na pharmacia uma caixa completa de reactivos.

§ 6.º Trazer sempre em dia todos os livros de escripturação da pharmacia, os quaes serão rubricados pelo inspector sanitario. As receitas para tratamento externo deverão ser visadas pelo inspector geral ; levando o recibo do responsavel pelo proprio punho si souber escrever, ou assignado a seu rogo pelo commandante de companhia si for analphabeto.

§ 7.º Extrahir mensalmente as contas dos officiaes e praças que se tenham utilizado dos medicamentos da pharmacia. Essas contas, rubricadas pelo inspector sanitario, serão entregues ao inspector geral, para providenciar sobre o pagamento.

§ 8.º Archivar por companhia em ordem chronologica as baixas e talões das altas.

**Art. 27.** O pharmaceutico poderá ter uma praça de sua confiança para o serviço de amanuense e archivista.

§ 1.º A pharmacia funcionará todos os dias das 8 horas da manhã ás 4 da tarde, afim de aviar todo o receitauario do hospital, bem como o dos officiaes e praças que della se queiram utilizar.

§ 2.º Fóra das horas acima mencionadas, só serão aviadas para fóra do hospital as receitas que trouxerem a nota de urgente.

**Art. 28. Aos commandantes de companhias compete :**

§ 1.º Conservar em boa ordem e estado tudo quanto for pertencente à sua companhia.

§ 2.º Propor, por intermedio do inspector geral, os 1.ªs sargentos, 2.ªs ditos, forrisis e cabos de esquadra para as suas companhias.

§ 3.º Transmittir, devidamente informados, ao commandante, por intermedio do inspector geral do corpo, os requerimentos dos inferiores e praças de sua companhia.

§ 4.º Instruir, quando for para isso designado, os officiaes e praças nos exercicios, quer parciaes, quer geraes, tanto no manejo e uso dosapparelhos e machinas a cargo do corpo, como nas manobras da escola de pelotão. Nas occasiões de incendio, dirigirá o serviço de extincção no posto que lhe for designado.

§ 5.º Providenciar para que seus commandados não falem às formaturas e exercicios determinados pelo commandante do corpo, dando parte dos delinquentes, para serem punidos.

§ 6.º Ter em boa ordem o material, alojamento das praças, arrecadação de sobresalentes e tudo mais quanto pertencer à companhia.

§ 7.º Conservar em dia, com asseio e clareza, todos os livros da companhia, registro de mappas, carga de material, relações de pagamento ao pessoal da mesma e livros de fardamento.

§ 8.º Detalhar as praças da companhia pedidas para o serviço pela casa da ordem.

Art. 29. Os commandantes de companhia prestarão fiança de 1:000\$, no Thesouro Nacional, para garantia do material a seu cargo. Esta fiança será realizada na forma estabelecida no art. 23 e tambem poderá ser substituida por apolices da divida publica.

**Art. 30. Aos tenentes coadjuvantes compete :**

Paragrapho unico. Substituir os commandantes de companhia nos seus impedimentos e coadjuvar-os em todos os trabalhos a seu cargo.

**Art. 31. Aos alferes commandantes de estação incumbio :**

§ 1.º Permanecer dia e noite na estação e tel-a na melhor ordem, não podendo dali afastar-se sem permissão do commandante do corpo.

§ 2.º Requisitar do commandante da companhia a que pertencer tudo quanto necessitar para a estação.

§ 3.º Dar immediatamente parte ao commandante do corpo de qualquer incendio que tiver logar no districto de sua jurisdicção, mencionando, além das circumstancias especificadas no modelo para taes documentos fornecidos pela secretaria do corpo, todas as outras que julgar convenientes.

§ 4.º Dirigir exclusivamente o trabalho de extincção de incendio no seu districto, até que se apresente um official do corpo mais graduado, a quem passara a direcção do serviço desde logo, dando conta do que houver occorrido e das providencias tomadas.

§ 5.º Instruir as praças da estação no cumprimento de seus deveres, e especialmente no manejo das machinas eapparelhos de que usar.

Art. 32. O sargento ajudante será tirado dentre os primeiros sargentos, por proposta do assistente do inspector geral ao commandante do corpo, e é assistente immediato daquelle.

Cumpre-lhe :

§ 1.º Ser responsavel em relação ao assistente pela instrucção de todos os officiaes inferiores, aos quaes sua conducta e apparencia deve servir de exemplo, e ser muito exacto em vigiar o bom comportamento daquelles, com os quaes evitará ter qualquer familiaridade ; tratá-os-ha, entretanto, com benignidade, ao mesmo tempo que insistirá sobre a sua obediencia, diligencia e actividade, sempre notando as suas faltas e participando-as áquelle, quando julgar conveniente.

§ 2.º Procurar ter conhecimento das habilitações e defeitos dos mesmos inferiores.

§ 3.º Ter perfeito conhecimento de todos os detalhes do corpo e trazer sempre consigo uma escala dos officiaes inferiores, cabos e cornetas, para os casos extraordinarios.

§ 4.º Fazer chegar á fórma e passar revista a todos os destacamentos, guarda e piquete antes de os entregar ao assistente.

Art. 33. O sargento quartel-mestre será tirado dentre os sargentos por proposta do quartel-mestre ao commandante do corpo, que poderá ou não conformar-se com ella.

Art. 34. O sargento quartel-mestre ficará á immediata disposição do quartel-mestre e obrigado ao serviço que por este lhe for destinado.

Art. 35. E' essencial que o sargento quartel-mestre saiba contar bem.

Art. 36. O 1.º sargento, chefe de serviço, terá a seu cargo a escripturação e o detalhe do serviço de sua companhia, sob a responsabilidade e fiscalisação do respectivo commandante.

Art. 37. Os 2.ºs sargentos, forrieis, cabos de esquadra e mais praças devem prestar todos os serviços que lhes forem determinados por seus superiores legaes, e obedecer-lhes em tudo quanto tiver relação com a economia, ordem, moralidade e disciplina do corpo, esforçando-se cada um para que não haja falta, omissão ou incuria no cumprimento de suas obrigações.

Art. 38. A precedencia entre officiaes da mesma graduação regular-se-ha pela data de suas nomeações, e, quando estas forem iguaes, pelas dos postos anteriores, recorrendo-se depois á do alistamento no corpo, á idade e finalmente á sorte.

Art. 39. Nenhum official ou praça poderá dirigir qualquer representação ou requerimento, sem ser por intermedio de seu commandante de companhia, e este por intermedio do inspector geral do corpo.

Art. 40. Nenhum official ou praça poderá recusar-se ao serviço para que for designado, ainda que entenda que não lhe

compete ; cabe-lhe, entretanto, o direito de reclamar em termos convenientes, depois de prestal-o. Desta reclamação terá sciencia o superior contra quem for dirigida, e será encaminhada pelos tramites estabelecidos neste regulamento.

Art. 41. Serão substituidos :

O commandante do corpo pelo inspector geral e este pelo fiscal do material e contador, que, por sua vez, sel-o-ha por um dos capitães previamente nomeado pelo commandante, com approvação do Ministro.

O commandante de companhia pelo respectivo coadjuvante, o este pelo alferes mais antigo da mesma companhia.

O secretario pelo official ou inferior que o commandante designar, e o quartel-mestre pelo sargento quartel-mestre, quando este for de sua inteira confiança, e mediante prévia annuencia do commandante, ou por um official para esse fim nomeado ;

O commandante da estação por um sargento designado pelo commandante do corpo ;

Os inferiores e mais praças serão substituidos, transferidos de companhias e classes e empregados, segundo suas habilitações e a conveniencia do serviço, a juizo do commandante do corpo.

#### CAPITULO IV

##### DA CONTADORIA E DO MOVIMENTO DO COFRE

Art. 42. A contadoria tem a seu cargo :

§ 1.º O exame de toda a receita e despesa, o processo de legalisação das respectivas contas e pagamentos, inclusive a folha dos officiaes, organisada pelo quartel-mestre, e a das praças pelos commandantes de companhias, conferidas pelo inspector geral.

O pagamento das praças será feito em formatura da companhia, com assistencia do inspector geral.

§ 2.º A escripturação da carga e descarga de todo o material.

§ 3.º A organização do orçamento que annualmente deve ser apresentado ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e que acompanhará o relatorio do commandante do corpo.

§ 4.º A demonstração da necessidade de creditos supplementares ou extraordinarios, com exhibição das competentes tabellas justificativas.

§ 5.º A organização e processo dos papeis concernentes ao recebimento de dinheiros, devendo nelles ser lançadas as notas explicativas dos artigos da lei do orçamento que consignaram as diversas verbas.

§ 6.º A contadoria funcionará todos os dias uteis durante as horas do expediente do quartel, salvo caso urgente e extraordinario, em que seja necessario prolongar os trabalhos ou determinar que esses tenham logar em dia feriado.

§ 7.º A contadoria terá dous amanuenses praças do corpo, nomeados pelo commandante, sob proposta do maior contador, os quaes perceberão a mesma gratificação dos da secretaria, fixada no art. 21.

Art. 43. O cofre permanecerá na contadoria, onde se postará uma sentinella, e não poderá ser aberto sinão na presença do commandante, e pelos proprios clavicularios, que serão responsáveis por quaesquer differenças que forem encontradas.

Paragrapho unico. Para as despezas de natureza urgente haverá sempre em poder do thesoureiro a quantia de 1:000\$, da qual prestará contas mensalmente.

## CAPITULO V

### DAS PENAS, RECOMPENSAS E LICENÇAS

Art. 44. O Governo poderá demittir ou reformar os officiaes que, por seu mau procedimento, prejudicarem a boa ordem e a disciplina do corpo, conforme a gravidade das faltas, verificadas por um conselho de investigação, composto de officiaes extranhos ao mesmo corpo.

Art. 45. As faltas mencionadas no artigo precedente, sendo commettidas pelos inferiores, artífices e mais praças, serão punidas pelo commandante com as seguintes penas, que poderão ser applicadas isoladamente ou combinadas, segundo a gravidade do delicto :

§ 1.º Desconto de vencimentos de um a quinze dias.

§ 2.º Serviço de castigo de um a quinze dias.

§ 3.º Prisão solitária ou em commun, de um a vinte e cinco dias.

§ 4.º Baixa do posto temporaria ou indefinida.

§ 5.º Baixa definitiva do posto, mediante parecer de um conselho de disciplina composto dos commandantes de companhias, sob a presidencia do inspector geral, não fazendo, porém, parte desse conselho o commandante da companhia a que pertencer o delinquente.

§ 6.º Expulsão.

Art. 46. Quando, pela maior gravidade do delicto, entender o commandante que a punição deva ser mais severa, pedirá permissão ao Ministro para remetter o delinquente para uma fortaleza pelo tempo que julgar conveniente, por periodo não excedente de 60 dias.

§ 1.º Neste caso ficará o delinquente sujeito à disciplina alli estabelecida, e perceberá os vencimentos marcados para as praças do batalhão de engenheiros.

§ 2.º Aggravará os crimes a circumstancia de serem commettidos em acto de serviço ou em razão deste e no interior dos quartéis e corpos de guarda.

Art. 47. O commandante poderá impor a pena de prisão até oito dias, no quartel, aos officiaes, por faltas que julgar de leve punição, independente de as levar ao conhecimento do Ministro.

Não se dará, neste caso, perda de vencimento, salvo, porém, na hypothese de tratar-se de capitão commandante de companhia, que deixará o commando, quando preso.

Paragrapho unico. Si o delicto, porém, for de natureza grave, proceder-se-ha de accordo com o art. 45, e o Ministro poderá mandar prender o delinquente no quartel ou em uma fortaleza pelo tempo que julgar conveniente, não excedente de 60 dias, perdendo a gratificação, si a prisão for em fortaleza.

Art. 48. Serão considerados desertores as praças que, sem licença, deixarem de comparecer no quartel por espaço de 10 dias.

Art. 49. A praça reengajada que desertar poderá ser readmittida no corpo, com a categoria de aprendiz.

Art. 50. O commandante imporá ao desertor, conforme as circumstancias que aggravarem a deserção, até o duplo das penas estabelecidas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 45, podendo tambem applicar as do art. 46.

Art. 51. Quando os delictos commettidos não forem dos mencionados nos artigos precedentes, ou de natureza semelhante, e devam ser punidos pela legislação commum, serão os delinquentes expulsos do corpo, e postos pelo commandante á disposição da autoridade competente, com uma exposição circumstanciada do facto criminoso.

Art. 52. O official que, em occasião de incendio, prestar serviços extraordinarios, será, conforme a importancia delles, premiado com uma ou mais remunerações seguintes:

§ 1.º Dispensa do serviço por 15 dias com todos os vencimentos.

§ 2.º Elogio em ordem do dia.

§ 3.º Elogio em nome do Governo e transcripto em ordem do dia.

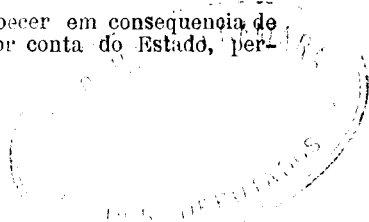
§ 4.º A medallha de distincção, de ouro ou prata, creada pelo decreto n. 58, d. 14 de dezembro de 1889, a juizo do Governo, e segundo a natureza do serviço prestado.

Art. 53. Si, em vez de official, o individuo que prestar taes serviços for praça, terá, além de qualquer das distincções mencionadas no artigo precedente, mais a graduação em um dos postos de inferior ou uma gratificação, a juizo do commandante.

Art. 54. Para as remunerações de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 52, o commandante do corpo dará uma parte especial ao Ministro, mencionando os nomes dos officiaes e praças que, a seu juizo, se distinguiram, quaes os serviços prestados, sua natureza e importancia.

Paragrapho unico. As outras remunerações serão conferidas por acto do commandante.

Art. 55. O official ou praça que adoecer em consequencia de desastre em serviço, será tratado por conta do Estado, per-



cebendo todos os vencimentos como si estivesse em effectivo serviço e contando-se-lhe, para todos os effectos, o tempo da molestia.

Art. 56. Os officiaes e praças gosarão de todas as isenções, vantagens e regalias concedidas aos da Brigada Policial da Capital.

Art. 57. O tempo de serviço prestado pelos officiaes do Exército no Corpo de Bombeiros será contado na fôrma do art. 9º paragrapho unico da lei n. 3169, de 14 de julho de 1883; vencendo estes officiaes o soldo de suas patentes pelo Ministerio da Guerra, de accordo com o art. 5º do decreto n. 946 A, de 1 de novembro de 1890.

Art. 58. Os officiaes e praças do Corpo de Bombeiros terão direito à reforma nos seguintes casos :

1º, quando contarem 20 annos de serviço, vencendo neste caso o soldo por inteiro de sua patente ;

2º, si contarem mais de 25 annos terão a graduação e o soldo do posto immediato ;

3º, si o official ou praça ficar impossibilitado de continuar no corpo, por molestias adquiridas, a reforma lhe será concedida, vencendo tantas vigesimas partes quantos forem os annos de serviço. Exceptua-se a impossibilidade por desastre em acto de serviço, caso em que vencerá o soldo por inteiro, nos termos das resoluções de 6 e 13 de outubro de 1869, que lhes serão applicaveis.

Art. 59. Para a concessão de licenças aos officiaes do Corpo de Bombeiros serão observadas as seguintes disposições:

1ª, para tratamento de saude por inspecção abonar-se-hão o soldo e etapa ;

2ª, por outros motivos descontar-se-ha, até dous mezes, 1/5 do soldo e da etapa ; de dous a quatro mezes, 1/3 ; de mais de quatro mezes até um anno, 2/3.

Por mais de um anno, a licença será sem vencimento algum.

Para os officiaes, porém, que só percebem gratificação, considerar-se-hão como ordenado 2/3 desta e sobre tal base se praticará o que acima ficou estabelecido ;

3ª, as praças só terão licença com vencimento, por motivo de molestia prova-la por inspecção ; nos outros casos tel-a-hão sem vencimento algum.

Taes licenças poderão ser concedidas pelo commandante do corpo, salvo quando for para fóra da Capital, que será o Ministro ;

4ª, o commandante do corpo poderá tambem conceder dispensa do serviço aos seus subordinados até 15 dias, com todos os vencimentos.

Art. 60. O official, que substituir a outro de maior categoria, terá, além dos respectivos vencimentos, mais a gratificação do substituido, comtanto que não exceda a totalidade dos vencimentos deste.

## CAPITULO VI

## DO MODO POR QUE O PESSOAL DO CORPO DEVE DESEMPENHAR SEUS DEVERES NOS INCENDIOS

Art. 61. A extincção de incendios será exclusivamente feita pelo Corpo de Bombeiros e dirigida pelo commandante do mesmo corpo ou por quem suas vezes fizer, quaesquer que sejam as autoridades civis ou militares que se acharem presentes.

Sómente em circumstancias especiaes se admittirá o concurso de pessoas extranhas que, neste caso, serão requisitadas pelo commandante ou quem suas vezes fizer, pagando-se-lhes o salario que for previamente ajustado, si tanto exigirem.

Art. 62. São considerados auxiliares, e como taes subordinados no logar e occasião de incendio ao commandante do corpo, os contingentes de bombeiros existentes nos arsenaes de marinha e guerra e os que para o futuro se organisarem, em qualquer estabelecimento publico ou particular, para o serviço de extincção de incendios.

Art. 63. Além das autoridades policiaes e outras que comparecerem com seus distinctivos, só terão ingresso no cordão das sentinellas as pessoas que apresentarem um cartão assignado pelo commandante do Corpo de Bombeiros.

Art. 64. Si durante o incendio comparecerem forças estrangeiras, o commandante ou quem suas vezes fizer, si dellas precisar, as requisitará dos respectivos commandantes. Sómente neste caso as mesmas forças poderão occupar-se no trabalho de extincção, sendo dispensadas logo que cessar a urgencia do serviço.

Art. 65. O primeiro cuidado dos officiaes e praças do Corpo de Bombeiros, em qualquer incendio, será salvar as pessoas que estiverem em perigo, empregando ao mesmo tempo os meios precisos para que o serviço de extincção se faça com a maior rapidez e o menor perigo possivel.

Art. 66. Si durante o incendio for julgada necessaria a demolição de uma parede ou casa inteira, poderá o commandante, ou o official que dirigir o serviço, ordenal-a, dando ao Ministro parte circumstanciada do facto e dos motivos que lhe aconselharam aquella providencia extraordinaria.

Art. 67. Nas occasiões de incendio fica expressamente prohibido aos officiaes e praças do corpo receberem ordens, pedidos ou incumbencia de qualquer natureza, a não ser por intermedio do director do serviço de extincção.

Art. 68. O commandante officiará ao Ministro dando conta de todas as occurrencias havidas na extincção de cada incendio; as causas sabidas ou presumiveis; os soccorros recebidos e por quem prestados; as autoridades que, presentes, houverem directa ou indirectamente auxiliado o serviço de extincção.

Art. 69. A marcha do trem do Corpo de Bombeiros, quando chamado para incendio, será pelo caminho mais curto e com a maior celeridade possível. Para dar signal de sua passagem trarão as viaturas fortes campas, tocando seguidamente em todo o trajecto, maxime no cruzamento das ruas.

Não se tratando, porém, deste serviço urgente, serão observadas as medidas policiaes e municipaes a respeito de vehiculos pelas ruas da cidade.

## CAPITULO VII

### DO MATERIAL

Art. 70. O material do Corpo de Bombeiros constará das machinas, apparatus, utensilios e animaes de tiro necessarios ao bom desempenho do serviço que lhe está confiado. O commandante solicitará do Ministro a substituição do material que se for tornando imprestavel, e este se fará promptamente, adoptando-se os modelos mais aperfeçoados, segundo indicação do mesmo commandante.

§ 1.º Além daquelle material, ficam á disposição do Corpo de Bombeiros os registros assentados nos encanamentos publicos e destinados ao fornecimento de agua nas occasiões de incendio, podendo o corpo fazer uso, na falta daquelles registros, dos outros que se prestarem ao fim desejado.

Será augmentado, nos encanamentos publicos, o numero dos registros destinados a fornecer agua ao corpo, de modo que, em cada 100 metros de extensão, haja pelo menos um destes apparatus, os quaes, quando exigirem concertos, serão com urgencia reparados pela Inspectoria Geral das Obras Publicas ou pela repartição a que for entregue o serviço das aguas.

§ 2.º O corpo terá tambem á sua disposição os apparatus e linhas telegraphicas assentados para o serviço dos avisos de incendios. As interrupções, defeitos ou desarranjos que se derem nos apparatus e linhas serão immediatamente reparados pela Repartição Geral dos Telegraphos.

## CAPITULO VIII

### DA ESCRIPTURAÇÃO

Art. 71. Além dos mappas diarios e relações de vencimentos dos officiaes e praças, partes diarias e mais papeis já adoptados e dos que forem de ora em diante exigidos pelo commandante

e inspector geral, a escripturação do corpo constará dos seguintes livros:

*Estado-maior*

I. Livro da porta.

Neste livro se fará a escripturação diaria de todas as entradas de objectos comprados, fornecidos ou concertados e de quasquer outras despesas effectuadas, bem como da sahida do material, quer para concerto, quer em consequencia de vendas ou cessões autorisadas pelo Ministro. Os lançamentos ficarão a cargo, e sob a responsabilidade dos officiaes do estado-maior de corpo, sendo completados, na parte relativa as entradas de material, com o recibo do responsavel a quem forem entregues os objectos.

O inspector geral rubricará os lançamentos do livro da porta, feitos pelo official de estado-maior.

*Secretaria*

I. Livro de mappa de despeza.

Nos primeiros dias de cada mez, o commandante do corpo apresentará ao Ministro um mappa organizado em duplicata pelo contador, rubricado pelo inspector geral e extrahido do livro de contas, comprehendendo todas as despezas effectuadas no mez anterior, com discriminação das importancias dos respectivos documentos e das rubricas a que se referirem.

As segundas vias desses mappas enadernados semestralmente e archivados na secretaria do corpo constituirão este livro.

II. Livro de mappas de incendios.

Terá por fim registrar, em mappas annuaes, todos os incendios a que comparecer o Corpo de Bombeiros, ou qualquer de seus postos, mencionando-se as circumstancias: mez, dia, hora e procedencia do aviso, a localidade onde se tiverem dado os incendios, o nome dos proprietarios dos predios e dos inquilinos, bem assim o da companhia ou companhias em que se acharem seguros os predios e os negocios nestes estabelecidos, origem ou causa presumivel dos incendios, accidentes desastrosos e prejuizos materiais resultantes, duração do trabalho do corpo e o numero e extensão total das linhas de mangueiras empregadas.

III. Livros mestres.

Em um destes livros serão escripturados os assentamentos das praças, a saber: nomes, numeros e signaes individuaes, engajamentos e reengajamentos, demissões ou exclusões do corpo, penas e recompensas, baixas ao hospital e deserções.

Em outros livros especiaes serão feitos os assentamentos dos officiaes, desde a sua promoção, sendo os assentamentos em tudo identicos aos das praças.

IV. Livros de ordens do dia do commando do corpo.

V. Livro dos officios dirigidos pelo commandante.

Este livro será formado pela encadernação semestral ou annual das respectivas minutas, sem rasuras nem emendas.

#### VI. Protocollo.

Neste livro se registrarão todos os papeis que subirem á apreciação ou despacho do commandante, fazendo-se menção da data, natureza, assumpto e destino.

#### VII. Livro de partes sobre fardamento e alterações de carga.

Servirá este livro para os seguintes lançamentos:

a) Das partes dos commandantes de companhias sobre o fiel cumprimento que houverem dado a tudo quanto dispõe o art. 28 deste regulamento.

b) De todas as alterações de carga ou transferencia de material que occorrerem, durante o mez, entre as companhias e arrecadação geral.

c) Dos pedidos de descarga mensalmente apresentados pelos commandantes de companhias e quartel-mestre.

d) Das partes das commissões nomeadas semestralmente pelo commando do corpo para dar balanço na carga dos commandantes de companhias e quartel-mestre.

Nos diversos lançamentos deste livro baseará o commando as ordens do dia e lembranças, que deverá publicar sempre que se effectuar qualquer providencia relativa a fardamento, cargas e descargas do material.

### *Contadoria*

I. De carga e descarga de todos os dinheiros recebidos do Theouro Nacional.

II. De contas correntes da receita e despeza do corpo.

III. De carga e descarga de todo o material do corpo.

Este livro será mensalmente conferido pelo inspector geral com os semelhantes existentes na arrecadação geral e nas companhias.

IV. Do movimento do cofre.

### *Arrecadação geral*

#### I. Livro de contas.

Será escripturado pelo quartel-mestre, a quem compete extrahir mensalmente do livro da porta as contas de todas as despezas ali lançadas, depois de verificadas e distribuidas na contadoria pelas rubricas respectivas, que serão apresentadas ao inspector geral para conferencia final com o livro da porta e as contas dos fornecedores.

#### II. Livros de mappas de carga e descarga.

A arrecadação geral terá um destes livros para o extracto de todas as alterações que mensalmente occorrerem no material a seu cargo, sendo taes alterações sempre documentadas com as ordens do dia do commando do corpo.

*Cada companhia*

## I. Livro de mappa, carga e descarga.

Nelle se lançarão todas as alterações que mensalmente occorrerem no material a seu cargo, sendo taes alterações sempre documentadas com as ordens do dia do commando do corpo.

## II. Livro de fardamento.

Neste livro o commandante de companhia notará as distribuições de fardamento que fizer as suas praças, em virtude das instrucções estabelecidas no capitulo III deste regulamento.

Taes lançamentos serão documentados com a publicação feita, em ordem do dia, pelo commandante do corpo, na mesma data das distribuições.

III. Livro especial para registro de fardamento arrecadado, de que tratam os arts. 73 e seguintes deste regulamento.

## IV. Livro de registro de folhas de pagamento ás praças.

*Pharmacia*

I. Livro de receptuario da enfermaria (escripto pelos medicos que receitarem).

a) Livro de entrada, onde serão escripturados todos os medicamentos e mais objectos recebidos com os respectivos preços. Estes lançamentos devem ser rubricados pelo chefe do serviço sanitario.

b) Livro de receitas do serviço externo, no qual serão transcriptas pelo pharmaceutico todas as receitas formuladas pelos medicos do corpo, para os officiaes, praças e pessoas de suas familias, que se acharem em tratamento fóra do hospital. Estes lançamentos serão rubricados pelo medico de dia (e extra-hidos do livro da porta ou feitos á vista da factura quando comprados a dinheiro pela receita da enfermaria).

c) Livro de movimento de receita e despeza da pharmacia, em que será feito o lançamento de toda a receita proveniente de fornecimento de medicamentos a officiaes e praças não recolhidos ao hospital, e bem assim a despeza com a compra do material para a manutenção da pharmacia.

*Estações e postos*

I. Livro do extracto de todas as occurrencias havidas diariamente no pessoal e material.

## CAPITULO IX

## DO FARDAMENTO

Art. 72. Os officiaes do Corpo de Bombeiros usarão do uniforme que for marcado pelo Governo.

Art. 73. Far-se-hão annualmente tres distribuições geraes de fardamento ás praças do Corpo de Bombeiros, em 1 de janeiro, 1 de maio e 1 de setembro, comprehendendo-se em cada distribuição as seis peças cuja duração é fixada em quatro mezes na tabella C annexa ao presente regulamento.

Paragrapho unico. As outras quatro peças de fardamento, mencionadas na mesma tabella, serão distribuidas quando estiverem vencidos os prazos alli designados para cada uma.

Art. 74. O individuo engajado receberá um capacete e 10 peças de fardamento de quatro mezes de duração da tabella C. Após dous mezes de serviço no corpo, entrará nas distribuições geraes que dahi em diante se fizerem, e, logo que passe a prompto da escola de recruta, receberá e começará a vencer as tres peças de panno azul.

Paragrapho unico. A praça que se engajar, já tendo servido anteriormente, terá direito a todas as peças de fardamento.

Art. 75. A praça que inutilisar alguma das peças do seu fardamento, em incendio ou em qualquer serviço extraordinario, receberá outra semelhante, sem prejuizo da que lhe competir na primeira distribuição geral; começando, porém, a contar novo prazo de vencimento, si a peça inutilisada for alguma das do paragrapho unico do art. 73.

Art. 76. A praça que extraviar ou inutilisar qualquer peça do seu fardamento, antes de vencido o respectivo prazo, receberá em substituição outra semelhante, cujo valor pagará integralmente. Este fornecimento, pelo facto da indemnisação, etc. nada alterará o prazo de vencimento da peça perdida.

De modo identico se procederá em relação á praça que extraviar ou inutilisar peças de fardamento de seus companheiros.

Art. 77. A divida de fardamento de uma praça, em qualquer tempo, será o valor correspondente ao tempo de serviço que faltar em suas peças de fardamento, para que fiquem vencidos os prazos de duração marcados na tabella C. Para pagamento desta divida, a praça que for excluida do corpo entregará á arrecadação de sua companhia as peças não vencidas, ou pagará os respectivos valores, si taes peças se acharem inuteis ou não forem apresentadas.

Neste ajuste de contas, será a praça indemnizada de qualquer prejuizo que tenha soffrido em consequencia de distribuições demoradas, do mesmo modo que se lhe fará carga dos estragos, por deleixo ou máo trato, que deprecie o valor das peças arrecadadas.

Art. 78. Com a praça que desertar proceder-se-lia do mesmo modo que no artigo precedente, arrecadando-se as peças deixadas no quartel e fazendo-se carga, nos vencimentos do desertor, da differença entre o valor destas peças e a importancia total da sua divida de fardamento. Regressando o desertor, ou sendo capturado, receberá outra vez um fardamento completo; mas, para que possa tomar parte na primeira distribuição geral que se seguir a sua reentrada no corpo, será de mister que indemnisce em dinheiro o que lhe faltar em tempo de serviço para ter vencidas as peças de fardamento na data da distribuição.

Art. 79. As peças de fardamento arrecadadas nos termos dos arts. 77 e 78 serão de preferencia escolhidas para fornecimentos a desertores e substituições de peças extraviadas ou inutilizadas, levando-se em conta a depreciação a que estiverem sujeitas.

Art. 80. Todo fardamento de praça que for promovida a official ou que fallecer, será considerado vencido, recolhendo-se, como espolio, as peças que forem encontradas no quartel, na segunda hypothese.

Paragrapho unico. O official ou praça que fallecer no serviço activo, terá direito ao funeral por conta do Estado, sendo de 4ª classe para os primeiros e de 6ª para os ultimos.

## CAPITULO X

### DOS AUXÍLIOS POLICIAES E DA FORÇA PUBLICA

Art. 81. As autoridades policiaes prestarão ao commandante do Corpo de Bombeiros, ou a quem suas vezes fizer, todo o auxilio que dellas depender e especialmente:

I. Providenciarão para que a marcha do trem do corpo não seja embaraçada, obrigando todos os vehiculos que este encontrar em seu trajecto a cederem-lhe o passo.

Na falta de agentes policiaes para compellir os omissoes ou recalcitrantes, o commandante do corpo, ou quem suas vezes fizer, tomará as medidas que de momento o caso exigir, no sentido de evitar qualquer demora; do seu acto dará parte opportunamente ao Ministro.

II. Legalisarão a invasão do domicilio ou propriedade pelo pessoal do Corpo de Bombeiros, quando o commandante ou quem suas vezes fizer julgar conveniente a entrada e esta lhe for negada pelos proprietarios, inquilinos ou domiciliados.

Na ausencia da autoridade policial, ou recusa de sua parte, o commandante, ou quem suas vezes fizer, ordenará o arrombamento das portas e a entrada do pessoal do corpo, dando de tudo conta ao Ministro.

III. Farão retirar as pessoas extranhas ao Corpo de Bombeiros que não se acharem empregadas pelo commandante, ou por quem suas vezes fizer, no trabalho da extincção do incendio.

IV. Manterão a ordem e darão plenas garantias à propriedade.

V. Providenciarão sobre a arrecadação e guarda dos objectos salvos do incendio.

VI. Mandarão transportar e soccorrer os feridos.

VII. Darão as ordens necessarias para que os moradores proximos do predio incendiado removam suas mobilias, quando o commandante, ou quem suas vezes fizer, julgar conveniente esta precaução.

VIII. Mandarão fechar as tavernas e casas de bebidas alcoolicas proximas ao local do incendio.

IX. Auxiliarão o pessoal do corpo, mandando fornecer-lhe agua, trabalhadores, transportes, instrumentos e quaesquer recursos que lhe forem requisitados pelo commandante ou por quem suas vezes fizer.

X. Tomarão conhecimento das causas do incendio, afim de proceder na fórma da lei contra os culpados.

XI. Mandarão intimar o dono do predio incendiado, ou quem suas vezes fizer, de accordo com os agentes fiscaes da Intendencia Municipal, para que faça proceder, no prazo marcado pelo commandante, ao desentulho das ruinas e demolição das paredes que ameacarem desabar.

Art. 82. A força publica que se apresentar no lugar do incendio ficará ás ordens da autoridade policial mais graduada que alli se achar, satisfazendo esta as requisições que forem dirigidas pelo commandante, ou por quem suas vezes fizer.

Art. 83. Em casos especiaes, o commandante requisitará directamente, em nome do ministro, dos commandantes dos corpos o chefes de estabelecimentos publicos, civis ou militares, o auxilio de que necessitar, e este lhe será prestado com urgencia.

## CAPITULO XI

### DOS SIGNAES DE INCENDIO

Art. 84. A pessoa que primeiro souber da existencia de um incendio, e o participar á estação ou posto de bombeiros que se achar mais perto, ou á repartição da Policia, com todas as indicações necessarias, receberá, si o exigir, gratificação correspondente á importancia do caso, a arbitrio do commandante do corpo e entre os limites de 5\$ a 20\$000.

Art. 85. Os commandantes das guardas, rondas e patrullhas, que tiverem aviso de incendio, são obrigados a avisar a estação ou posto de bombeiros mais proximo, dando o signal na primeira caixa telegraphica que encontrarem, ainda mesmo que não esteja collocada na área de seu districto, ou jurisdição policial. Podendo, porém, acontecer que a linha, por qualquer circumstancia, se ache interrompida, a pessoa que passar o aviso pela caixa seguirá até á estação do Corpo de Bombeiros, para prevenir o

mal resultante da interrupção, e, em todo caso, para indicar ao conductor do carro da frente do trem de soccorro o ponto de incendio.

Na falta de caixa de aviso ou do aparelho telephonico, será a noticia levada sem demora á estação de bombeiros mais proxima á rua e predio em que o fogo se tiver manifestado. Incorrerá nas penas da lei a autoridade ou agente desta que demorar taes avisos.

Art. 86. O individuo que der, de má fé, falsa noticia de um incendio, será punido com a pena de 20\$ a 200\$ ou com a de prisão de oito a trinta dias, conforme as circumstancias.

§ 1.º Quando a falsa noticia de um incendio for transmittida pelo telephone de qualquer casa particular ou do commercio, morador ou commerciante, verificando-se que este foi connivente no facto, soffrerão as mesmas penas.

§ 2.º Quando se verificar que a falsa noticia teve por fim desviar a attenção do Corpo de Bombeiros do ponto em que se houver manifestado incendio, para demorar o serviço da extincção, serão os responsaveis punidos com a pena de multa de 400\$ ou com a de 30 dias de prisão.

Art. 87. O empregado da Policia que se achar de serviço na respectiva secretaria, logo que receber o aviso do incendio, deverá transmittir-o, com a maior presteza, ao quartel do Corpo de Bombeiros, ao Chefe de Policia e á Brigada Policial.

Art. 88. Si não estiver presente na Secretaria de Policia o empregado de que trata o artigo precedente, deverá o estacionario fazer por si mesmo as convenientes communicações telegraphicas ao quartel e autoridades indicados no artigo antecedente.

Art. 89. Qualquer autoridade que receber a noticia de um incendio deverá transmittir-a immediatamente, em primeiro logar ao Corpo de Bombeiros, em seguida á Secretaria de Policia, a qual se encarregará de dar parte ás demais autoridades.

A Brigada Policial ou qualquer corpo de 1ª linha da guarnição da Capital, tendo noticia de incendio, enviará, sem demora, uma guarda commandada por official ou inferior (sargento) para manter o socego e executar as ordens que lhe forem dadas pela autoridade policial mais graduada que estiver no local do incendio.

## CAPITULO XII

### DA CAIXA DE BENEFICENCIA

Art. 90. Fica instituida uma Caixa de Beneficencia para attender á invalidez permanente dos officiaes e praças. Occorrer ás despezas com os funeraes dos mesmos e soccorrer as suas viuas e filhos.

Art. 91. Esta caixa será formada com a deducção de um dia de soldo, em cada mez, dos officiaes e praças do Corpo de Bom-

beiros, das multas impostas por faltas disciplinares, da reversão dos vencimentos quando se tratar de licenças concedidas sem esse favor, e de quaesquer donativos particulares ou legados.

Paragrapho unico. Aos officiaes que servirem em commissão no corpo não será permittido concorrer para a Caixa de Beneficencia, respeitando-se, porém, os que já teem direitos adquiridos.

Art. 92. Tem direito à pensão o official ou praça que, depois de quatro annos, como contribuinte, se reformar ou invalidar-se em serviço do corpo.

O attestado de invalidez será passado pelos medicos do corpo, em junta de inspecção.

§ 1.º B' permittido ao official ou praça contribuir de uma só vez com a quota relativa aos quatro annos de que trata a primeira parte deste artigo, no posto que tiver, tendo logo direito ao beneficio da caixa; no caso de promoções pagará o official a joia de 20\$ em cada posto de accesso.

§ 2.º Si o contribuinte vier a fallecer, reverterá metade para a viuva e a outra metade, repartidamente, para as filhas solteiras, filhos menores e interdictos.

§ 3.º A' medida que os filhos attingirem a idade de 18 annos, perderão a quota, que percebiam, em favor dos outros pensionistas, e as filhas, quando se casarem. A viuva perde direito à pensão, si contrahir segundas nupcias, passando, neste caso, aos filhos do primeiro matrimonio a respectiva quota; o mesmo se dará pelo seu fallecimento.

Art. 93. A pensão será sempre proporcional à quota com que cada um concorrer para a formação da Caixa de Beneficencia e calculada na razão de 15 vezes essa quota, conforme a tabella annexa a este regulamento, sob a letra D.

Paragrapho unico. As despesas com o funeral ou luto serão reguladas do seguinte modo: para os officiaes 100\$, para as praças de pret 30\$000.

Art. 94. A caixa será administrada por um conselho composto do commandante do corpo como presidente, do inspector geral, do contador, do assistente do inspector geral, do thesoureiro, dos commandantes das companhias, do secretario e do quartel-mestre. Um dos commandantes de companhia ou o thesoureiro da contadoria será nomeado thesoureiro, e, como tal, servirá por espaço de um anno.

Art. 95. Este conselho, sempre que se reunir, fará lavrar acta pelo secretario, em livro especial e assignado por todos os membros presentes, na qual se inencionarão as occurrencias havidas em sessão.

As deliberações do conselho serão tomadas por maioria de votos, decidindo o commandante em caso de empate.

O commandante do corpo remetterá trimensalmente ao Ministro um balancete do estado geral das finanças da caixa, e em officio explicará quaes as pensões concedidas, sua natureza e importancia, bem assim quaes as que cabiram em commisso e o motivo.

Art. 96. Os descontos a que se refere o art. 91 serão effectuados na folha do pagamento, de accordo com a tabella D, e entregues pelo quartel-mestre, com uma guia visada pelo inspector geral, ao thesoureiro da caixa.

Essas quantias serão depositadas em uma cadorneta da Caixa Economica, garantida pelo Governo, vencendo os respectivos juros, até que possam ser applicadas na compra de apolices da divida publica.

Proceder-se-ha do mesmo modo com quaesquer quantias de outras origens.

Art. 97. Todo o movinmento da caixa constará de livros especiaes, rubricados pelo commandante do corpo, sendo um para lançamento das actas, outro para as entradas e sahidas de dinheiro, e o terceiro, finalmente, para os recibos das pensões pagas.

Art. 98. O thesoureiro, devidamente autorizado pelo conselho, representará a Caixa de Beneficencia na compra das apolices e recebimento de seus juros; bem assim nas entradas e retiradas dos dinheiros da Caixa Economica.

Art. 99. Nenhum titulo pertencente á Caixa de Beneficencia poderá ser alienado, sem autorisação do Ministro.

Art. 100. Para haver a pensão, basta requerer ao conselho, instruindo-se a petição com os necessarios documentos.

A viuva apresentará a certidão do obito do seu marido, a do casamento e a de baptismo ou de registro civil de nascimento de todos os seus filhos.

Art. 101. As pensionistas apresentarão de 12 em 12 mezes certidão de vida, passada pela autoridade policial.

Art. 102. O official ou praça que for excluido do serviço do corpo, perderá, em favor da caixa, todas as entradas com que houver contribuido. Não as perderá, entretanto, si a demissão houver sido solicitada, e si, neste caso, quizer continuar os pagamentos a que era obrigado quando pertencia ao corpo; não beneficiando, porém, a si, mas á viuva e aos filhos, na forma dos paragraphos do art. 92.

Paragrapho unico. Não realizando pontualmente esse pagamento, incorrerá o official ou praça na multa de 20 % sobre as quantias em debito no 1º trimestre, multa que se elevará a 50 % no 2º, e no 3º perderá o direito de contribuir e as quotas que já houver pago.

Art. 103. O conselho será solidario nas faltas commettidas na gerencia dos dinheiros da Caixa de Beneficencia, e por ellas responderá no fôro commum, sem prejuizo das penas administrativas de que o Ministro julgar passiveis os responsaveis.

## CAPITULO XIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 104. O Corpo de Bombeiros será aquartelado, logo que for possível, em edificio proprio, com accomodações para moradia

do commandante e mais officiaes, arrecadação geral do material, alojamento para as praças, salas para a secretaria, estado-maior, enfermaria e rancho, pateo comapparelhos gymnasticos e convenientemente espaçoso para os exercicios das bombas e outras machinas, officinas diversas e cocheira.

Art. 105. A enfermaria será estabelecida no quartel, ou em outro qualquer lugar, quando o Ministro julgar conveniente, cessando então a pratica de serem os doentes pensados em estabelecimento particular.

Art. 106. As praças são obrigadas a pernoitar no quartel, ainda estando de folga, salvo si obtiverem licença do commandante do corpo, que concederá este favor sómente áquellas que o merecerem.

Aos officiaes, porém, só quando estiverem de serviço, se exigirá a permanencia no quartel á noite. Uns e outros, entretanto, não poderão afastar-se para logar em que não seja ouvido o toque de reunir, sem licença especial do commandante.

Art. 107. O commandante é competente para conceder baixa às praças que a requererem, justificada a pretensão com allegações que lhe pareçam procedentes; bem assim às que soffrerem de molestia incuravel, verificada por inspecção medica, e às que se mostrarem sem aptidão para o serviço de bombeiro.

Art. 108. Qualquer tempo de licença, sem ser por inspecção, não será contado para effeito algum.

Art. 109. O fornecimento de rancho e dieta das praças se fará por meio de contracto approvedo pelo Ministro, tendo-se muito em attenção a qualidade, quantidade e preparação dos generos.

Descontar-se-ha a cada praça, na folha de pagamento, a importancia do alimento consumido, para ser entregue aos fornecedores pelo quartel-mestre, de accordo com as notas conferidas pelo inspector geral. O commandante desarranchará aquellas praças que, sendo casadas ou de bom comportamento, o solicitarrem, comtanto que dahi não resulte prejuizo ao serviço.

Art. 110. O Governo providenciará no sentido de regularisar o serviço de protecção contra incendios nos theatros e outros edificios em que haja reunião de pessoas, expedindo opportunamente as necessarias instrucções.

Art. 111. O Governo promoverá pelos meios a seu alcance a adopção de medidas de natureza municipal relativas às construcções dos predios de modo que haja facil accessos aos telhados, os madeiramentos fiquem isolados de um a outro predio, por meio de paredes de fogo, e as tacaniças ou empenas fiquem cobertas, para evitarem-se as frequentes propagações de incendio por este ponto.

E bem assim :

1.º Sobre a guarda e commercio das substancias explosivas e de facil combustão, marcando-se as quantidades que, de cada uma, podem ser conservadas nas casas commerciaes ou mesmo em deposito.

2.º Acerca da mais rigorosa fiscalisação para que os trapiches, pontes e cães deem facil accesso às bombas, de modo que nas

ocasiões de incendio se possa estabelecer, com urgencia, o serviço das mesmas bombas o mais proximo do mar que for possível.

Art. 112. Os officiaes de fileira teem direito a casa para si e suas familias, no quartel ou nas suas immedições.

Art. 113. Os infractores do presente regulamento, quando para o caso não houver comminação de pena especial, ficarão sujeitos ás penas em que incorrerem segundo a legislação vigente.

Art. 114. Nos casos omissos neste regulamento, concernentes á economia e disciplina do Corpo de Bombeiros, serão dadas pelo Ministro as instrucções necessarias.

Capital Federal, 29 de janeiro de 1896. — Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira*.

## TABELLA A — Discriminação do pessoal, conforme o art. 3º

<b>Estado maior</b>	
Coronel ou tenente-coronel commandante.....	1
Major inspector geral.....	1
Major fiscal do material e contador.....	1
Capitão assistente do inspector geral.....	1
Capitão ajudante do material e thesoureiro.....	1
Major inspector do serviço sanitario.....	1
Majores 1. <sup>as</sup> cirurgições.....	2
Capitães 2. <sup>as</sup> cirurgições.....	3
Tenente pharmaceutico.....	1
Secretario.....	1
Quartel-mestre.....	1
<b>Estado menor</b>	
Sargento ajudante.....	1
Sargento quartel-mestre.....	1
1. <sup>o</sup> sargento 4. <sup>o</sup> machinista.....	1
1. <sup>o</sup> sargento telegraphista.....	1
1. <sup>o</sup> sargento mestre da lancha.....	1
1. <sup>o</sup> sargento ferreiro.....	1
1. <sup>o</sup> sargento corneteiro-mór.....	1
1. <sup>o</sup> sargento ferrador.....	1
2. <sup>as</sup> sargentos 2. <sup>as</sup> machinistas.....	3
Forrieis 3. <sup>as</sup> machinistas.....	6
<b>Officiaes</b>	
Capitães.....	5
Tenentes.....	5
Alferes.....	10
<b>Inferiores</b>	
1. <sup>as</sup> sargentos.....	5
2. <sup>as</sup> sargentos.....	10
Forrieis.....	10
<b>MANDADORES</b>	
2. <sup>as</sup> sargentos.....	10
Forrieis.....	5
Cabos de esquadra.....	40
Bombeiros.....	415
Aprendizes.....	80
<b>Total</b>	
Dos officiaes.....	34
Das praças.....	592
Grande total.....	626

**Cada companhia**

Capitão	OFFICIAES		INFERIORES			MANDADORES		CABOS DE ESQUADRA	BOMBEIROS	APRENDIZES	TOTAL		GRANDE TOTAL
	Tenente	Alfere	1º SARGENTO	2º SARGENTOS	FORRIEL	2º SARGENTOS	Forriels				Dos officiaes	Das praças	
1	1	2	1	2	2	2	4	2	83	16	4	115	119

Capital Federal, 29 de janeiro de 1893.—Dr. *Antonio Gonçalves Pereira*.

TABELLA B — Vencimentos dos officiaes

CARGOS		GRADUAÇÕES
Estado-maior	Commandante.....	Coronel ou tenente-coronel..
	Inspector geral.....	Major.....
	Fiscal do material e contador.....	Major.....
	Assistente do inspector geral.....	Capitão.....
	Ajudante do material e thesoureiro.....	Capitão.....
	Inspector do serviço sanitario.....	Major.....
	1. <sup>as</sup> cirurgições.....	Major.....
	2. <sup>as</sup> ditos.....	Capitão.....
	Pharmaceutico.....	Tenente.....
	Secretario.....	Tenente ou alferes.....
	Quartel-mestre.....	Tenente ou alferes.....
Estado-menor	Sargento-ajudante.....	Sargento ajudante.....
	Sargento quartel-mestre.....	Sargento quartel-mestre.....
	1. <sup>o</sup> machinista.....	1. <sup>o</sup> sargento.....
	Telegraphista.....	1. <sup>o</sup> sargento.....
	Mestre da lancha.....	1. <sup>o</sup> sargento.....
	Ferreiro.....	1. <sup>o</sup> sargento.....
	Corneteiro-mór.....	1. <sup>o</sup> sargento.....
	Ferrador.....	1. <sup>o</sup> sargento.....
	2. <sup>as</sup> machinistas.....	2. <sup>as</sup> sargentos.....
	3. <sup>as</sup> machinistas.....	Forriel.....
	Commandante de companhia.....	Capitão.....
	Coadjuvante.....	Tenente.....
	Chefe de estação.....	Alferes.....
Fleiteira		1. <sup>o</sup> sargento.....
		2. <sup>o</sup> sargento.....
		Forriel.....
		Cabo.....
		Bombeiro.....
		Aprendiz.....

**Obser**

Além dos vencimentos desta tabella, o thesoureiro terá para quebras a corpo serio tirados os conductores, corneteiro e artífices, percebendo mais a etapa das praças será marcada semestralmente pelo Ministerio da Justiça.

Aos officiaes promovidos ao primeiro posto de cada classe, isto é, o capitão o commandante do corpo mandar abonar pelo cofre, si o seu estado o per Quando houver alteração de uniformes o commandante poderá igualmente podendo, porém, exceder das estipuladas acima.

A indemnisação desses abonos será feita por descontos mensaes da 5.<sup>a</sup> parte 4068 para os demais, e da 3.<sup>a</sup> parte quando exceder dessas quantias.

O inspector do serviço sanitario continuará a perceber a gratificação men a que tem direito.

Capital Federal, 29 de Janeiro de 1895. — Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

e praças, de que trata o art. 9º

VENCIMENTO DIÁRIO		VENCIMENTO ANNUAL		Escala
Soldo	Gratificação	Soldo	Gratificação	
.....	.....	.....	9:600\$000	8 ou 7
.....	.....	.....	7:200\$000	6
.....	.....	3:300\$000	3:000\$000	6
.....	.....	2:400\$000	2:400\$000	5
.....	.....	2:400\$000	1:440\$000	5
.....	.....	3:300\$000	3:000\$000	6
.....	.....	3:300\$000	2:280\$000	6
.....	.....	2:400\$000	1:440\$000	5
.....	.....	1:680\$000	1:200\$000	4 1/2
.....	.....	1:680\$ ou 1:440\$	1:080\$000	4 1/2 ou 4
.....	.....	1:680\$ ou 1:440\$	1:080\$000	4 1/2 ou 4
2\$700	.....	.....	.....	1
2\$700	.....	.....	.....	1
2\$700	2\$000	.....	.....	1
2\$700	1\$500	.....	.....	1
2\$700	1\$500	.....	.....	1
2\$700	1\$500	.....	.....	1
2\$700	1\$500	.....	.....	1
2\$700	1\$500	.....	.....	1
2\$300	1\$350	.....	.....	1
2\$200	\$950	.....	.....	1
.....	.....	2:400\$000	1:080\$000	5
.....	.....	1:600\$000	600\$000	4 1/2
.....	.....	1:440\$000	600\$000	4
2\$700	.....	.....	.....	1
2\$300	.....	.....	.....	1
2\$200	.....	.....	.....	1
2\$100	.....	.....	.....	1
2\$000	.....	.....	.....	1
1\$500	.....	.....	.....	1

### vações

quantia mensal de 30\$, os 108 sargentos a de 20\$. Dentro o pessoal das gratificações marcadas no art. 11 a juizo do commandante do corpo, sempre de accordo com a da Brigada Policial, a major e o sargento maiores, que não deverem á Fazenda Nacional, poderá mittir, a importancia de 600\$ aos primeiros e 400\$ aos segundos. mandar abonar aos officiaes que requererem uma quantia a seu juizo, não

do soldo, quando a divida for menor d 30\$ para os officiaes superiores e do sal de 190\$, até que o Poder Legislativo conceda o credito para o augmento

## TABELLA C — Fardamento a que se refere o Cap. IX

PEÇAS DE FARDAMENTO	TEMPO DE DURAÇÃO	PREÇOS DE UNIDADE
Blusa de brim pardo.....	4 mezes.	A média dos preços pagos nos fornecimentos do exercício anterior.
Calça de brim pardo.....	4 » .....	
Camisa de morim.....	4 » .....	
Camisa de flanela.....	4 » .....	
Cravata de seda preta.....	4 » .....	
Botinas de bezerro.....	4 » .....	
Calça de brim branco.....	1 anno .....	
Capacete.....	1 » .....	
Blusa de panno.....	2 annos.....	
Calça de panno.....	2 » .....	
Jaquetão de panno.....	4 » .....	

Capital Federal, 29 de janeiro de 1896.— Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

## TABELLA D — Indicação da contribuição mensal para a Caixa de Beneficencia a que se referem os arts. 9 e seguintes

GRADUAÇÕES	CONTRIBUIÇÃO MENSAL	PENSAO MENSAL
Coronel ou tenente-coronel.....	10\$000	150\$000
Major.....	9\$334	140\$000
Capitão.....	6\$537	100\$000
Tenente.....	4\$557	70\$000
Alferes.....	4\$000	60\$000
1º sargento.....	2\$700	40\$500
2º sargento.....	2\$300	34\$500
Forriel.....	2\$200	33\$000
Cabo de esquadra.....	2\$100	31\$500
Bombeiro.....	2\$000	30\$000
Aprendiz.....	1\$500	22\$500

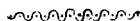
Capital Federal, 29 de janeiro de 1896.—Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

TABELLA E — Indicação da área pertencente a cada estação de que trata o parágrafo unico do art. 3º

ESTAÇÕES	ÁREAS
Norte.....	Este districto comprehenderá a área que vai desde a praia Formosa, Sacco do Alferes, Saude e Prainha, até a praça 28 de Setembro; a sua estação é na rua da Gambôa, próximo da estação maritima da Estrada de Ferro Central.
Este.....	Comprehenderá a área desde o Arsenal de Marinha, rua do Conselheiro Saraiva, seguindo até a dos Ourives, por esta até encontrar a da Ajuda, praia de Santa Luzia, Arsenal de Guerra e Alfândega, onde está a sua estação.
Central.....	A estação será o actual quartel do corpo, sua área comprehende a parte da cidade não especificada para as outras estações. Em caso, porém, de necessidade, acudirá a qualquer ponto em auxilio das estações dos districtos.
Oeste.....	Tem sua estação na rua de S. Christovão, e sua área se estenderá além da rua do Machado Coelho e abrangerá os bairros de S. Christovão, Rio Comprido e Engenho Velho. Será ligada á Estrada de Ferro Central e ás linhas de carris que servem os suburbios desse lado.
Sul.....	Estende-se do largo dos Leões ao caes da Gloria e tem sua estação no largo de S. Salvador, ligada ás linhas de carris desse bairro.
Noroeste .....	Comprehende toda a zona suburbana desde a rua Oito de Dezembro, até onde puder chegar.
Sudoeste.....	Presta os seus soccorros na zona comprehendida desde a praia de Botafogo até o largo dos Leões.

#### Observações

Nos grandes incendios o commandante do corpo tem competencia para reunir em um só ponto as estações de que precisar.



## DECRETO N. 2225 — DE 30 DE JANEIRO DE 1896

Designa as lotarias que devem ser extrahidas em 1896.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto do art. 2º, § 8º, da lei n. 1099, de 18 de setembro de 1860:

Decreta que se observe na extracção das loterias federaes no corrente anno de 1896 a ordem em que vão numeradas na relação que a este acompanha assignada pelo Ministro do Estado dos Negocios da Fazenda, a quem incumbe a execução.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

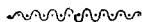
Relação das loterias concedidas por leis geraes e a que se refere o decreto n. 2225 desta data, e que devem ser extrahidas no corrente anno.

- 1 — 1ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 2 — 1ª loteria ordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877.
- 3 — 2ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 4 — 1ª loteria ordinaria a favor da Santa Casa da Misericordia e annexos. Decreto de 23 de maio de 1821 e portaria de 12 de maio de 1826.
- 5 — 3ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 6 — 2ª loteria ordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877.
- 7 — 4ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 8 — 3ª loteria ordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877.
- 9 — 5ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.

- 10 — 1.<sup>a</sup> loteria ordinaria para as obras do Hospital da Santa Casa da Misericordia. Decreto n. 92 de 25 de outubro de 1839.
- 11 — 6.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 12 — 4.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877.
- 13 — 7.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 14 — 8.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 15 — 2.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor da Santa Casa da Misericordia e annexos. Decreto de 23 de maio de 1821 e portaria de 12 de maio de 1826.
- 16 — 9.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 17 — 10.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 18 — 5.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877.
- 19 — 11.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 20 — 12.<sup>a</sup> loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869.
- 21 — 1.<sup>a</sup> loteria extraordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.
- 22 — 1.<sup>a</sup> loteria extraordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864, lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.
- 23 — 1.<sup>a</sup> loteria extraordinaria a favor da Santa Casa da Misericordia e annexos. Decreto de 23 de maio de 1821, portaria de 12 de maio de 1826 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.
- 24 — 2.<sup>a</sup> loteria extraordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.
- 25 — 2.<sup>a</sup> loteria extraordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864, lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.

- 26 — 2ª loteria extraordinaria a favor da Santa Casa da Misericórdia e annexos. Decreto de 23 de maio de 1821, portaria de 12 de maio de 1826 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.
- 27 — 3ª loteria extraordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.
- 28 — 3ª loteria extraordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864, lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.
- 29 — 4ª loteria extraordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.
- 30 — 4ª loteria extraordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864, lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1896.— *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 2226 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1896

Approva os estatutos das Faculdades de Direito da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo art. 11 da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados, para as Faculdades de Direito da Republica, os estatutos que a esto acompanham, assignados e) (Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

Estatutos para as Faculdades de Direito da Republica, a que se refere o decreto n. 2226 desta data.

## TITULO I

### DA ORGANISAÇÃO SCIENTIFICA DAS FACULDADES

#### CAPITULO I

##### DA INSTITUIÇÃO DAS FACULDADES

Art. 1.º Cada uma das Faculdades de Direito da Republica será designada pelo nome da cidade em que tiver a respectiva sede, e reger-se-ha pelo Código das disposições communs às Instituições do ensino superior na parte que lhes é referente, observadas as modificações e additamentos constantes do decreto legislativo n. 230 de 7 de dezembro de 1894 e da lei n. 314 de 30 de outubro de 1895, incorporata ao presente regulamento complementar.

#### CAPITULO II

##### DO CURSO

Art. 2.º O ensino nas Faculdades de Direito será feito em cinco annos.

Art. 3.º O curso integral comprehenderá as seguintes disciplinas:

- I. Historia do direito e especialmente do direito nacional;
- II. Philosophia do direito;
- III. a) Direito internacional publico;  
b) Diplomacia;
- IV. a) Direito publico;  
b) Direito constitucional;
- V. a) Economia politica;  
b) Sciencia das finanças;  
c) Contabilidade do Estado;
- VI. a) Sciencia da administração;  
b) Direito administrativo;

- VII. Medicina publica;
- VIII. Direito romano;
- IX. Direito criminal;
- X. Direito civil;
- XI. Direito commercial;
- XII. a) Theoria do processo civil, commercial e criminal;
- b) Pratica forense;
- XIII. Legislação comparada sobre o direito privado.

Art. 4.º Para o ensino destas materias haverá 19 lentes cathedra-ticos, distribuidos, na ordem dos respectivos annos, pelas seguintes cadeiras, sendo tres de direito civil, duas de direito criminal, duas de direito commercial, duas de economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado, duas de theoria do processo e pratica forense, e uma de cada uma das outras disciplinas:

1º anno

- 1ª cadeira — Philosophia do direito.
- 2ª cadeira — Direito romano.
- 3ª cadeira — Direito publico e constitucional.

2º anno

- 1ª cadeira — Direito civil (1ª parte).
- 2ª cadeira — Direito criminal (1ª parte).
- 3ª cadeira — Direito internacional publico e diplomacia.
- 4ª cadeira — Economia politica.

3º anno

- 1ª cadeira — Direito civil (2ª parte).
- 2ª cadeira — Direito criminal, especialmente direito militar e regimen penitenciario (2ª parte).
- 3ª cadeira — Sciencia das finanças e contabilidade do Estado (continuação da 4ª cadeira do 2º anno).
- 4ª cadeira — Direito commercial (1ª parte).

4º anno

- 1ª cadeira — Direito civil (3ª parte).
- 2ª cadeira — Direito commercial, especialmente direito maritimo, fallencia e liquidação judicial (2ª parte).
- 3ª cadeira — Theoria do processo civil, commercial e criminal.
- 4ª cadeira — Medicina publica.

5º anno

1ª cadeira — Prática forense (continuação da 3ª cadeira do 4º anno).

2ª cadeira — Sciencia da administração e direito administrativo.

3ª cadeira — Historia do direito e especialmente do direito nacional.

4ª cadeira — Legislação comparada sobre o direito privado.

Art. 5.º As cadeiras formarão sete secções, havendo para a 1ª secção dous substitutos, e um para cada uma das outras, distribuidas as materias pela seguinte fórma :

1ª secção : Philosophia do direito, direito publico e constitucional, direito internacional e diplomacia, e historia do direito e especialmente do direito nacional (1ª e 3ª cadeiras do 1º anno, 3ª do 2º e 3ª do 5º).

2ª secção : Economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado, sciencia da administração e direito administrativo (4ª cadeira do 2º anno, 3ª do 3º e 2ª do 5º).

3ª secção : Medicina publica (4ª cadeira do 4º anno).

4ª secção : Direito romano, direito civil e legislação comparada (2ª cadeira do 1º anno, 1ª do 2º, 1ª do 3º, 1ª do 4º e 4ª do 5º).

5ª secção : Direito criminal (2ª cadeira do 2º anno e 2ª do 3º).

6ª secção : Direito commercial (4ª cadeira do 3º anno e 2ª do 4º).

7ª secção : Theoria do processo civil, commercial e criminal, e pratica forense (3ª cadeira do 4º anno e 1ª do 5º).

Art. 6.º Os substitutos de direito romano, direito publico e constitucional, direito commercial (na 2ª cadeira do 4º anno) e medicina publica, farão sempre cursos complementares sobre a parte do programma que lhes for determinada pela congregação, de accordo com o professor da respectiva cadeira (Codigo, art. 29 § 2º e lei n. 314 de 30 de outubro de 1895, art. 1º § 2º).

§ 1.º Estes cursos começarão quando o entender conveniente a congregação ; nunca, porém, depois de tres mezes da abertura das aulas.

§ 2.º Os demais substitutos sómente farão cursos complementares das outras materias, quando assim julgar preciso a congregação e em virtude de solicitação do professor da cadeira.

Art. 7.º Os lentes das cadeiras de direito civil, commercial, criminal, theoria do processo e pratica forense, economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado deverão proseguir até terminar o curso respectivo.

Art. 8.º Os lentes substitutos, que não estiverem incumbidos da regencia de cadeiras, poderão assistir ás sessões da congregação, para as quaes serão convidados, e tomar parte na discussão dos assumptos que constituirem objecto da reunião ; não

lhes sendo permittido, porém, intervir nas votações, por não fazerem parte da mesma congregação, em vista do disposto no art. 7.º do Código do ensino.

Art. 9.º Os professores particulares ou das Faculdades Livres, quando encarregados, na forma do art. 283 do Código, da regencia de qualquer cadeira da Faculdade, tomarão assento na congregação, sem terem, porém, voto nas deliberações concernentes ao provimento das cadeiras e suas substituições.

Art. 10. Quando taes professores tomarem parte na votação, esta principiará por elles, regulando a antiguidade a ordem da sua designação para a regencia das cadeiras.

### CAPITULO III

#### DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DA CADEIRA DE MEDICINA PUBLICA

Art. 11. Vago o logar de substituto da cadeira de medicina publica, proceder-se-ha a concurso, observando-se as regras geraes estabelecidas na secção II do Cap. IV do Tit. I do Código do ensino com as modificações seguintes:

§ 1.º O concurso será feito perante um jury de sete membros, sendo tres professores da respectiva Faculdade, eleitos pela congregação, e quatro doutores em medicina, nomeados pelo Governo, podendo ser para tal fim escolhidos professores das Faculdades officiaes.

§ 2.º A eleição de que trata o paragrapho anterior se effectuará em reunião da congregação, que será convocada para o decimo dia anterior á terminação do prazo marcado para o concurso. As nomeações que competem ao Governo serão feitas com antecedencia de 20 dias.

§ 3.º O director da Faculdade presidirá ao concurso, sem todavia ter voto na escolha do candidato.

§ 4.º Os pontos a que se referem os arts. 95, 96 e 104 do Código do ensino serão formulados pelo lente da cadeira e approvados ou substituidos pelo jury.

§ 5.º Terminado o concurso, serão o processo e acta do julgamento submittidos, para apresentação official do candidato, á congregação, que, motivando o seu parecer, poderá divergir do voto emitido pelo jury. O Governo escolherá entre os dous candidatos assim apresentados. Na hypothese da congregação não considerar habilitado o candidato ou candidatos, o Governo resolverá homologando ou não a decisão proferida pelo jury.

Art. 12. Ao concurso poderão ser admittidos os doutores em medicina.

Paragrapho unico. Em igualdade de condições serão preferidos os bachareis ou doutores em direito.

Art. 13. Na prova pratica de que trata o art. 81 n. 4 do Codigo do ensino será observado o seguinte processo:

§ 1.º No dia immediato ao da prova de prolecção reunir-se-ha o jury; e o lente de que trata o art. 11 § 4.º submeterá ao juizo do jury uma lista de 10 pontos sobre a respectiva materia. Em seguida o jury elegera uma commissão de tres membros incumbida de fiscalisar a prova pratica.

§ 2.º Serão logo depois admittidos os candidatos a tirar ponto, o que será feito pelo primeiro na ordem da inscripção.

§ 3.º O director da Faculdade, presidente do concurso, lerá o ponto em voz alta e o secretario entregará uma cópia á commissão da prova pratica. Em acto continuo a commissão formulará as questões relativas ao ponto, as quaes serão as mesmas para todos os candidatos.

§ 4.º A prova pratica se effectuara em uma ou mais sessões, a juizo da commissão, por programma especial que, a respeito do modo pratico de proceder, for pelo jury organizado, dando-se delle conhecimento aos interessados, com antecedencia de 24 horas, pelo menos.

§ 5.º A prova pratica será feita pelos candidatos simultaneamente, providenciando-se de forma que os concurrentes não tenham communicação entre si ou com quem quer que seja.

§ 6.º Todos os documentos resultantes desta prova serão no acto da entrega rubricados pela commissão, lacrados e guardados na Secretaria, a fim de serem exhibidos com o parecer da commissão no acto do julgamento.

Art. 14. Nos concursos das cadeiras de pratica forense observar-se-hão as disposições do artigo anterior, competindo, porém, as funcções do jury á congregação, a apresentação dos pontos e do programma especial e a fiscalisação aos lentes das respectivas cadeiras.

## TITULO II

### DO REGIMEN ESCOLAR

#### CAPITULO I

##### DA INSCRIPÇÃO PARA MATRICULA

Art. 15. As matriculas para o curso se farão do 1.º a 15 de março, e nos termos dos arts. 180, 184, 185 e 187 a 195 do Codigo do ensino.

Art. 16. Para matricula é necessario o certificado de estudos secundarios ou titulo de bacharel, de accordo com os arts. 38 e 39 do decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, e art. 181 doCodigo do ensino.

Art. 17. Nenhum alumno será admittido a matricular-se num anno sem apresentar certidão de approvação do anno anterior. O alumno, porém, reprovado sómente em uma das materias do anno, poderá matricular-se no anno immediato e prestar exame das disciplinas deste na primeira ou segunda época, sendo previamente aprovado na materia do antecedente.

## CAPITULO II

### DO TEMPO DOS TRABALHOS E EXERCICIOS ESCOLARES

Art. 18. Os trabalhos das Faculdades de Direito principiarão a 1 de março e terminarão para cada anno no dia em que se fizer o ultimo exame.

Art. 19. As aulas serão abertas no dia 15 de março e encerradas a 15 de novembro.

Art. 20. Para verificação da frequencia nas aulas haverá um livro especial, no qual inscreverão os alumnos os seus nomes na entrada da aula, sob a fiscalisação do guarda respectivo e á vista do professor.

Paragrapho unico. Este livro ficará sob a guarda do lente da cadeira, o qual o transmittirá no fim de cada mez ao secretario, que extrahirá as respectivas notas para o reconhecimento do numero de faltas dadas pelos alumnos; affixando-se edital no edificio em que funcionar a Faculdade, atim de que possam ser feitas perante o lente ou a congregação as reclamações que forem justas.

Art. 21. A prelecção durará uma hora, em dias alternados, podendo o lente ouvir qualquer dos alumnos.

Art. 22. Duas vezes por mez, em dias previamente marcados pelo lente, haverá exercicios praticos e de argumentação sobre as materias leccionadas.

Art. 23. Os substitutos, encarregados dos cursos complementares na fórma do art. 6º, darão tres lições por semana em dias alternados com as lições dos cathedraticos respectivos; podendo ouvir os alumnos sobre ellas e marcando os exercicios praticos duas vezes por mez.

Art. 24. Fóra do periodo que decorrer entre o encerramento dos trabalhos e o dia de sua abertura no anno seguinte, serão sómente feriados os dias de festa ou luto nacional, os de fallecimento ou enterramento do director ou de qualquer lente cathedratico ou substituto effectivo ou jubilado, os dias de carnaval e o dia 11 de agosto.

Art. 25. O horario das aulas, approved no principio do anno lectivo, só poderá ser alterado pela congregação, si assim o exigirem as conveniências do ensino.

Art. 26. Haverá um laboratorio para os exercicios praticos de medicina publica.

Art. 27. No laboratorio o ingresso será permittido exclusivamente, nas horas destinadas aos trabalhos praticos, aos alumnos da cadeira respectiva e áquelles que, tendo sido approved nas materias da referida cadeira, obtiverem para este fim autorisação do cathedratico.

Art. 28. Os alumnos são obrigados á frequencia do laboratorio, assistindo ao curso pratico, tomando parte nos exercicios e respondendo ás arguições do lente.

Art. 29. O laboratorio terá por director o lente da respectiva cadeira, ao qual ficará immediatamente subordinado o pessoal.

Art. 30. As funções de preparador serão exercidas pelo substituto da cadeira de medicina publica, logo que vagar o lugar, actualmente provido, de preparador das cadeiras de medicina legal e hygiene.

Art. 31. Nenhum objecto poderá ser retirado do laboratorio sem expressa autorisação escripta do director da Faculdade e mediante recibo.

### CAPITULO III

#### DOS EXAMES

##### *Secção I*

##### *Dos épocas de exame e transferencia de alumnos*

Art. 32. Haverá duas épocas de exames: a 1ª logo depois de encerradas as aulas, e a 2ª quinze dias antes de começar o anno lectivo.

Art. 33. Na primeira época sómente serão admittidos a exame os alumnos matriculados, os quaes serão chamados por lista previamente organisada e publicada em edital affixado á porta do edificio em que funcionar a Faculdade e inserta no jornal de maior circulação.

Art. 34. As inscripções para os exames da 2ª época serão abertas a 10 e encerradas a 25 de fevereiro. Os exames começarão quatro dias depois do encerramento das inscripções e terminarão a 14 de março. Si este tempo for insufficiente, continuarão os exames em horas que não prejudiquem as aulas.

Art. 35. Na época a que se refere o artigo anterior serão admittidos :

a) o alumno que em qualquer das aulas do anno que frequentar, comprehendidas as dos cursos complementares, der 40 faltas, o qual por esse motivo não poderá ser admittido a exame na 1.<sup>a</sup> época ;

b) os alumnos de cursos particulares, comprehendidos nesta classe todos os que não forem matriculados ;

c) os reprovados na 1.<sup>a</sup> época e os de que tratam os arts. 58 e 65, paga por estes nova taxa integral da matricula ;

d) os alumnos matriculados, que por motivo justificado não tiverem feito exame na época anterior ou não o tiverem completado na fórma do art. 37. São motivos justificados molestia durante o periodo dos exames e ausencia por força imperiosa.

§ 1.<sup>o</sup> O exame na 2.<sup>a</sup> época versará sobre pontos que a commissão examinadora formular no acto.

§ 2.<sup>o</sup> Exceptuam-se os alumnos de que trata o art. 35 d), os quaes serão examinados sobre os pontos que tiverem sido formulados na 1.<sup>a</sup> época.

Art. 36. Em nenhuma das épocas poderá o alumno ser examinado nas materias de mais de um anno.

Paragrapho unico. O alumno que tiver prestado exame das materias de um anno na 1.<sup>a</sup> época não poderá ser admittido a exame das materias do anno subsequente na 2.<sup>a</sup> época, salvo o caso previsto no art. 17, 2.<sup>a</sup> parte.

Art. 37. As provas escripta e oral deverão ser feitas na mesma época, annullando-se a prova escripta, si por qualquer motivo o alumno não completar o exame.

Art. 38. O alumno só poderá ter guia de uma para outra Faculdade depois de haver prestado o exame do anno.

## Secção II

### Da habilitação

Art. 39. No dia seguinte ao do encerramento das aulas reunir-se-ha a congregação não só a fim de julgar as habilitações dos alumnos para serem chamados a exames, mas tambem para designar os examinadores e a ordem em que devem ser feitos os mesmos exames.

Art. 40. As commissões julgadoras serão constituídas pelos lentes cathedromaticos do anno ou por quem os substituir na regencia das cadeiras.

Art. 41. Cada commissão será presidida pelo cathedratico mais antigo.

Art. 42. Tanto na prova escripta como na oral nenhum lente será obrigado a examinar mais de uma turma por dia, podendo, porém, fazel-o, si o quizer, a convite do director.

Art. 43. Para os impedimentos que ocorrerem no decurso dos exames o director determinará a substituição.

Art. 44. Em falta de lentes, cathedricos ou substitutos, poderá o director nomear para os exames os professores particulares que forem necessarios.

Art. 45. O secretario remetterá á Mesa examinadora diariamente a relação dos que devam ser chamados de accordo com o preceito do art. 33; essa relação será acompanhada de outra supplementar, contendo igual numero de nomes a seguir, afim de preencherem as faltas dos que não responderem á chamada.

Art. 46. São prohibidas as trocas de logares para exames entre os estudantes.

Art. 47. O exame constará de duas provas — escripta e oral, accrescendo a — pratica — nas materias das cadeiras de medicina publica e pratica forense.

Paragrapho unico. A prova oral será publica e a escripta feita a portas fechadas.

Art. 48. O exame começará pela prova escripta, á qual serão admittidos examinandos por turmas, cujo numero será regulado, tendo-se em attenção não só a capacidade das salas e exigencias de severa fiscalisação, mas tambem o tempo necessario para o julgamento.

Art. 49. Cada turma, porém, não poderá ter mais de 30 alumnos, nem menos de 10, salvo si for menor o numero dos habilitados para o exame.

Paragrapho unico. O examinando não fará mais de duas provas e scriptas por dia, observando-se na chamada a ordem de numeração das cadeiras em cada anno.

Art. 50. No dia designado para a prova escripta collocar-se-hão em tantas urnas quantas as materias, em tiras de papel convenientemente dobradas, os numeros correspondentes aos artigos do programma das cadeiras sobre que versar o exame.

Art. 51. O primeiro alumno da turma, tirando da urna uma tira de papel, a entregará ao presidente, e este em voz alta lendo os numeros, verificará successivamente os correspondentes artigos do programma da cadeira que fizer objecto do exame de toda a turma.

Art. 52. Os assumptos sorteados serão transcriptos pelo lente da cadeira em uma taboa preta, collocada á vista de todos os examinandos.

Art. 53. Feito o sorteio, e chamado cada examinando pelo presidente da Mesa, este lhe entregará uma folha de papel rubricada pelo director da Faculdade, afim de nella escrever o ponto sobre que tenha de dissertar.

Art. 54. É vedado aos examinandos levar consigo cadernos, escriptos ou livros (salvo os volumes de legislação), e communicarem-se entre si durante o trabalho das provas. No caso de precisarem sahir da sala do exame, poderão fazel-o com licença do presidente da Mesa, o qual os mandará acompanhar por pessoa de confiança.

Art. 55. O trabalho das provas escriptas será feito sob a vigilancia da Mesa, incumbindo ao director fiscalisar todas as provas.

Art. 56. O examinando terá duas horas para as provas escriptas de cada materia do anno ; e concluidas estas, ou no estado em que se acharem no fim do prazo, o examinando as entregará á commissão examinadora.

Art. 57. Em acto continuo passarão os membros da Mesa a examinal-as. Cada um dará por escripto o seu parecer e o assignará.

Paragrapho unico. As provas terão a seguinte classificação : *optima, boa, soffrivel e má.*

Art. 58. Serão considerados reprovados os que forem sorprendidos a copiar a prova de qualquer papel, livro, caderno ou objecto que levem ou recebam de outrem, ou não escreverem, ou o fizerem sobre assumpto diverso do ponto, ou cuja prova for julgada má.

Art. 59. Dos que forem habilitados para a prova oral organisar-se-ha uma lista, que será affixada em lugar conveniente e publicada no jornal de maior circulação.

Art. 60. Terminada a prova escripta de todos os examinandos, passar-se-ha no dia seguinte á prova oral.

Art. 61. Na prova oral, bem como na pratica, que tambem será publica, cada um dos examinadores arguirá o examinando durante 20 minutos no maximo sobre o artigo do programma tirado á sorte.

Art. 62. Os examinandos serão arguidos segundo a ordem da chamada.

Art. 63. Arguirá em primeiro lugar o lente cathedratico mais moderno, ou o substituto, si funcionar.

Art. 64. O alumno que não comparecer á prova escripta ficará esperado para a 2.<sup>a</sup> época, observadas as prescrições do art. 35 *o*). Si a falta se der na prova oral, será chamado depois de esgotada a lista, e não comparecendo será equiparado ao de que trata o paragrapho unico do artigo seguinte.

Art. 65. Si o alumno retirar-se do exame escripto antes de terminal-o, prevalecerão para julgamento a prova ou provas que, não obstante a interrupção, a Mesa considerar concluidas.

Paragrapho unico. Si a interrupção se verificar no exame oral o alumno será considerado reprovado, excepto si justificar perante a congregação superveniencia de molestia e for attendido, sendo neste caso readmittido depois de esgotada a lista de chamada.

Art. 66. A justificação a que se refere o artigo antecedente deverá ser até ao seguinte dia util apresentada ao director, que a submeterá á congregação.

Art. 67. Cada turma de examinandos, nas provas oral e pratica, não excederá de seis alumnos.

Art. 68. Terminadas as provas de todos os alumnos da turma, a commissão julgadora, tendo presentes as provas escriptas

dos mesmos alumnos, procederá em seguida ao julgamento, que se fará por votação nominal e separadamente sobre cada cadeira.

Art. 69. A qualificação do julgamento se fará do seguinte modo:

1º, será considerado reprovado o que não tiver maioria de votos favoráveis; no caso de empate dar-se-ha o alumno como approved;

2º, será approved plenamente aquelle que, tendo obtido unanimidade de votos favoráveis, merecer igual resultado em segunda votação, a que immediatamente se procederá;

3º, approved com distincção, o que for proposto por algum dos membros da commissão julgadora e em nova votação alcançar todos os votos favoráveis. Nos demais casos de julgamento a nota será — approved simplesmente.

Art. 70. O alumno approved simplesmente, na 1ª época, poderá inscrever-se de novo na 2ª para o mesmo exame, que prestará na ultima turma; mas a nota do segundo exame prevalecerá, quer seja de approvação, quer de reprovação.

Art. 71. O resultado do julgamento será escripto e assignado pelos membros da commissão julgadora, e tudo será reduzido a termo no livro competente.

Art. 72. As regras estabelecidas nesta secção serão observadas nos exames da 2ª época, com as restricções constantes dos arts. 32 a 38.

### TITULO III

DA DEFESA DE THESES, DA COLLAÇÃO DOS GRÃOS E DA  
HABILITAÇÃO DOS DIPLOMADOS EM FACULDADES ES-  
TRANGEIRAS

#### CAPITULO I

DA DEFESA DE THESES PARA O GRÃO DE DOUTOR

Art. 73. O bacharel em sciencias juridicas e sociaes, por alguma das Faculdades federaes ou a estas equiparadas, que quizer obter o grão de doutor requererá ao director que o mande inscrever para defender theses.

Para este fim instruirá o seu requerimento :

1º, com a carta de bacharel, ou com a publica-fôrma desta, justificando a impossibilidade da apresentação do original;

2º, com folha corrida no logar do seu domicilio.

Art. 74. Os diplomas de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, conferidos em qualquer época pelas Faculdades de Direito da Republica, habilitam á inscripção para defesa de theses, bem como para concurso.

Art. 75. As defesas de theses far-se-hão dentro dos primeiros 15 dias posteriores á abertura dos trabalhos.

Art. 76. A respeito dos doutorandos que pretendam prestar a defesa de theses fóra da época marcada no artigo antecedente, observar-se-ha o que for resolvido em congregação.

Art. 77. No principio do anno lectivo os lentes em exercicio enviarão ao director uma lista contendo 10 questões sobre as materias de suas cadeiras.

§ 1.º Estas questões, depois de approvadas pela congregação e lançadas na acta da sessão em que forem adoptadas, serão pelo secretario numeradas e escriptas em livro especial, que será em qualquer tempo franqueado aos candidatos ao doutoramento.

§ 2.º Dentre as ditas questões escolherá o doutorando aquellas sobre que pretenda escrever as proposições e a dissertação.

Art. 78. O requerimento para a inscripção será entregue ao secretario, e este passará recibo delle ao portador, declarando o nome do pretendente, os documentos apresentados e o dia em que foram entregues.

Art. 79. Feita a inscripção, o director marcará o dia e a hora em que se ha de reunir a congregação, afim de designar quando deva ter logar a apresentação das theses e nomear a commissão que as tem de examinar e approvar, composta de tres lentes.

Art. 80. As theses consistirão em tres proposições, pelo menos, sobre cada uma das materias do curso e em uma dissertação.

Art. 81. A commissão a que se refere o art. 79 deverá, no prazo de tres dias, contados do recebimento das theses, interpor e remetter o seu parecer por escripto ao director, afim de que este o faça constar ao doutorando.

Art. 82. Si o doutorando não se conformar com o parecer da commissão, poderá recorrer por meio de requerimento ao director. Este immediatamente convidará os dous lentes mais antigos entre os que não tiverem feito parte da primeira commissão, e com elles tomará conhecimento do recurso, resolvendo a questão definitivamente.

Art. 83. Approvadas as theses, serão impressas a expensas do doutorando, o qual entregará ao secretario 50 exemplares, no prazo de 20 dias. O frontespicio deve conter simplesmente o seu objecto, fim e nome do autor.

Art. 84. Recebidas as theses pelo secretario e communicado por elle immediatamente o seu recebimento ao director, será convocada a congregação para se proceder em sessão publica ao sorteio dos lentes que devem compor a commissão examinadora. Esta commissão constará do director, dos cinco lentes sorteados, um de cada anno, e do de medicina publica.

Art. 85. Além das theses, o doutorando apresentará uma dissertação sobre assumpto importante, á sua livre escolha, de qualquer das cadeiras do curso.

A dissertação será lida pelo doutorando, na primeira hora do dia marcado para defesa das theses, e entregue logo ao presidente do acto; e sobre ella arguil-o-ha o lente mais antigo.

Será além disto impressa à custa do mesmo doutorando, no caso de ter sido approvada, e distribuida por todos os lentes antes do dia da collação do grão.

Art. 86. O director da Faculdade marcará o dia ou dias e a hora da defesa de theses, cujo acto presidirá.

Art. 87. Cada examinador arguirá por meia hora, começando pelo mais moderno.

Art. 88. Si as theses, depois de impressas, não combinarem em doutrina com o original approved, o director não consentirá que sejam defendidas e mandará intimar o seu autor para reformal-as, reimprimindo-as à sua custa.

Art. 89. Si as alterações indicarem má fé, o director levará o facto ao conhecimento da congregação, a qual, além do que fica disposto, poderá resolver que o doutorando seja reprehendido pelo mesmo director perante ella, ou adiar a defesa das theses pelo prazo de tres mezes a um anno, conforme a natureza e gravidade das alterações.

Art. 90. Si forem dous ou mais os doutorandos, logo que se concluir o sorteio dos lentes para arguirem o primeiro, proceder-se-ha ao sorteio para a commissão examinadora do segundo, pelo modo determinado nos artigos antecedentes, e assim por diante.

Art. 91. Concluidos os trabalhos determinados nos artigos anteriores, o director mandará logo affixar, no lugar do costume e publicar pela imprensa, edital em que se declare o dia da defesa das theses de cada um dos candidatos e distribuil-as por todos os membros da commissão.

Paragrapho unico. A defesa das theses se fará no oitavo dia depois do sorteio dos examinadores, ou no immediato, si aquelle for feriado.

Art. 92. No dia e hora determinados para a defesa das theses, os lentes que estiverem em effectivo exercicio, precedidos do director, se dirigirão à sala dos actos sollemnes, com as insignias do seu grão, e subindo ao doutoral, o director tomará o primeiro assento, seguindo-se os lentes cathedrauticos e substitutos, na ordem da antiguidade.

Art. 93. Logo que os lentes tiverem tomado assento no doutoral, o candidato será introduzido na sala pelo porteiro; e recebido à porta pelo secretario, este o acompanhará ao lugar que lhe é reservado, ao lado direito da mesma sala, perto do doutoral, onde estará uma mesa convenientemente ornada, irá depois sentar-se no lado opposto, junto de outra mesa, sobre a qual haverá uma ampulheta de meia hora para regular o tempo da argumentação de cada examinador.

Art. 94. Acabadas as defesas das theses, sairão da sala os doutorandos e os assistentes, e, fechadas as portas, os examinadores e o presidente do acto procederão ao julgamento, por votação nominal, cujo resultado o secretario lançará no respe-

ctivo livro, por termo, que será assignado pelos examinadores e pelo presidente. Na declaração do resultado final o secretario usará sempre de uma destas formulas:— *Approvado com distincção* — *Approvado plenamente* — *Approvado simplesmente* — *Reprovado* — conforme o numero e a qualidade dos votos.

Art. 95. No dia seguinte ao da defesa das theses do primeiro doutorando, ou no immediato, si aquelle for feriado, será arguido e julgado o segundo, si o houver, e assim por deante, até o ultimo, observando-se a respeito de cada um as formalidades acima declaradas.

Art. 96. No caso de não serem as theses approvadas pela commissão, não será o doutorando admittido a acto, sinão depois de um prazo de seis mezes a um anno, marcado pela congregação, o mediante apresentação de novas theses que mereçam approvação.

Art. 97. O doutorando que for approvado deverá, antes de receber o grão, entregar na Secretaria da Faculdade 80 exemplares impressos de suas theses.

Art. 98. O director remetterá ao Governo, pelo menos, quatro exemplares das ditas theses, e á outra Faculdade de Direito um numero sufficiente para que possam ser distribuidas por todos os lentes e fiquem alguns exemplares archivados na respectiva bibliotheca.

Art. 99. A approvação simples não impellirá a collação do grão. Fica, todavia, salvo ao doutorando a faculdade de apresentar novas theses, e nesse caso prevalecerá a nota do segundo julgamento.

Art. 100. O que for reprovado, somente poderá ser admittido a novo acto um anno depois.

## CAPITULO II

### DOS GRÃOS CONFERIDOS PELAS FACULDADES

Art. 101. Aos que tiverem sido approvados em todas as materias do curso será conferido o grão de bacharel em sciencias juridicas e sociaes.

Art. 102. O grão de bacharel habilita para a advocacia, magistratura e officios de justiça, e para os logares do corpo diplomatico e consular.

Art. 103. O distinctivo do grão de bacharel em sciencias juridicas e sociaes é um anel de ouro e rubi; os bachareis podem usar de uma beca, cujo figurino será dado por aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 104. Aos approvados em theses ou habilitados em concurso será conferido o grão de doutor em sciencias juridicas e sociaes.

Art. 105. Os distinctivos do grão de doutor em sciencias juridicas e sociaes são, além do anel de ouro e rubi, a borla e o capello. Podem tambem usar de beca, igual á dos bachareis.

### CAPITULO III

#### DA COLLAÇÃO DO GRÃO DE BACHAREL

Art. 106. Publicada na Secretaria da Faculdade e pela imprensa a relação das pessoas que tiverem de tomar o grão de bacharel, comparecerão ellas no dia immediato, ás 10 horas da manhã, na sala destinada para a collação do grão, na qual serão admittidas pelo secretario, que fará chamada de todos, declarando os nomes dos que se acharem presentes.

Art. 107. Este acto será presidido pelo director, a quem compete conferir o grão na presença de todos os lentes, revestidos das insignias doutoraes, e na do secretario, que lavrará o competente termo, o qual será assignado pelos ditos lentes.

Art. 108. Feita a chamada, o graduando mais antigo, acompanhado do secretario, pedirá ao director, em seu nome e no dos outros graduandos, o grão de bacharel, promettendo cumprir os deveres inherentes ao mesmo grão.

Cada um dos outros, pela ordem dos actos do ultimo anno, se approximarão da mesa em que estiver o referido livro, e repetirão a seguinte formula: — Assim prometto.

Art. 109. Em seguida, o director chamará os graduandos e lhes conferirá o grão, pondo sobre a cabeça do primeiro a borla da Faculdade e usando da seguinte formula: — *Em virtude da autoridade que me concedem os Estatutos desta Faculdade, confiro ao Sr. F. o grão de bacharel em sciencias juridicas e sociaes.* Chamará depois o segundo e os que se lhe seguirem, até o ultimo, e collocando a borla sobre a cabeça de cada um delles, dirá: — *e ao Sr. F.*

Art. 110. Feita a collação do grão, um dos graduandos, que houver sido escolhido por seus companheiros, recitará um discurso analogo á solemnidade, o qual deverá ser previamente apresentado ao director, que só consentirá na sua leitura, si nada tiver de inconveniente. A este discurso responderá o director em uma breve allocução e dará por terminada a cerimonia.

Art. 111. Será permittido aos graduandos mandarem, a expensas suas, ornar a sala do grão e collocar bandas de musica na mesma sala e em suas immediações.

Art. 112. Durante a collação do grão, os lentes e os espectadores conservar-se-hão de pé e guardarão o maior silencio.

Art. 113. Ao bacharelado, que o requerer, allegando motivo attendivel, será conferido o grão immediatamente depois da approvação. Nesta hypothese, a collação do grão far-

se-ha, sem solemnidade nem discursos, na presença do director e do secretario.

Art. 114. A collação do grão poderá tambem realizar-se sem a presença da congregação ou qualquer outra solemnidade, quando o director assim o julgar conveniente.

#### CAPITULO IV

##### DA COLLAÇÃO DO GRÃO DE DOUTOR

Art. 115. Na collação do grão de doutor observar-se-hão as seguintes formalidades:

Art. 116. Designado o dia pelo director, se dará aviso á congregação e aos doutorandos, e se expedirão cartas de convite aos doutores que constar existirem na cidade, aos chefes de repartições e pessoas gradas, para que compareçam a esta solemnidade.

Art. 117. O doutorando escolherá um lente para lhe servir de paronympho, o qual o acompanhará em todos os actos desde a sua chegada.

Art. 118. Ao chegar á porta principal, será o doutorando recebido pelo porteiro e guardas que o acompanharão até uma sala, onde esperará pela hora marcada para a collação do grão.

Art. 119. A' hora designada dirigir-se-hão para esta sala o director e todos os lentes, precedidos do secretario, porteiro, e guardas da Faculdade. O doutorando os virá encontrar á porta e ahi reunidos seguirão para a sala dos grãos. Nesta sala haverá, no logar que for mais conveniente, uma mesa e cadeira de espadar para o director; ao lado esquerdo serão collocadas duas cadeiras, sendo uma para o doutorando e outra para o paronympho, que lhe dará sempre a direita.

Art. 120. Os doutores das Faculdades federaes ou a estas equiparadas, das academias e universidades estrangeiras, que comparecerem com as respectivas insignias, tomarão assento promiscuamente logo abaixo do lente substituto mais moderno, si entre elles não houver algum ou alguns que sejam lentes de qualquer das Faculdades; estes os precederão sempre, guardando entre si a ordem da respectiva antiguidade.

Art. 121. Na mesma sala, além dos bancos ou cadeiras para os estudantes e espectadores, haverá assentos especiaes para os convidados.

Art. 122. Tendo todos tomado assento, fará o secretario a leitura do termo de approvação; em seguida o doutorando recitará um discurso analogo á solemnidade e terminará pedindo o grão que lhe deve ser conferido. Este discurso será previamente apresentado ao director e a sua leitura só poderá realizar-se depois de julgada conveniente.

Art. 123. Findo o discurso, o paranympho do doutorando o apresentará ao director. Este, depois de ouvir a promessa constante da fórmula annexa aos presentes estatutos, lhe ornará o dedo com o anel competente e lhe conferirá o grão, pondo-lhe a borla sobre a cabeça e revestindo-o do capello. A fórmula da collação do grão de doutor será a mesma que a do grão de bacharel, com differença do nome do grão.

Art. 124. Em seguida o doutorando cumprimentará o director e todos os lentes, e irá sentar-se logo abaixo do lente mais moderno. O paranympho dirigir-lhe-ha um discurso congratulando-se pelo resultado feliz de seus esforços, e mostrando-lhe a importancia do grão que acaba de receber e o uso que na sociedade deve fazer de suas letras.

Art. 125. Concluido este discurso, o director declarará finda a cerimonia, e o novo doutor será acompanhado até á porta do edificio da Faculdade pelo mesmo prestito com que tiver ido da sala de espera para a dos grãos.

Art. 126. De tolo este acto se lavrará um termo, que será assignado pelo director, pelo paranympho do doutor e pelo secretario.

Art. 127. Será permittido aos doutorandos mandarem, á expensas suas, ornar a sala do grão e collocar bandas de musica na mesma sala e em suas immediações.

Art. 128. Si concorrer mais de um doutorando no mesmo dia, serão todos recebidos pela mesma maneira que o primeiro, na sala de espera, á proporção que forem chegando, e dali irão juntamente para a sala dos grãos.

Art. 129. Neste caso o discurso de que trata o art. 122 será recitado pelo doutorando, que para este fim for escolhido pelos outros, o qual pedirá o grão para todos os graduandos.

O mais antigo fará a promessa por extenso, dizendo os outros simplesmente — *Assim o prometto* —, como se manda praticar na collação do grão de bacharel, e o grão de doutor será conferido successivamente a cada um delles pela ordem da antiguidade da defesa das theses.

Art. 130. Dada a hypothese dos artigos antecedentes, proferirá o discurso de que trata o art. 124 o paranympho que for escolhido pelos doutorandos.

Art. 131. A'solemnidade da collação do grão de doutor são applicaveis as disposições dos arts. 113 e 114.

## CAPITULO V

### DA HABILITAÇÃO DOS GRADUADOS OU TITULADOS POR ESTABELECIMENTOS SCIENTIFICOS ESTRANGEIROS

Art. 132. Os formados ou diplomados por instituições estrangeiras, reconhecidas pelos respectivos Governos, só poderão exercer no paiz profissões, cargos ou funcções que dependam do

grão de doutor ou de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, habilitando-se previamente perante alguma das Faculdades da Republica.

§ 1.º Para os que tiverem o diploma de doutor, a habilitação consistirá na defesa de theses, nos termos do capitulo I deste titulo, verificando-se a collação do grão na conformidade do capitulo IV do mesmo titulo.

§ 2.º Para os bachareis ou possuidores de diplomas analogos, a habilitação se fará mediante a prestação, em dias successivos, dos exames das materias do curso, observadas, no que for applicavel, as disposições destes estatutos.

Art. 133. Para serem admittidos á inscripção em ambos os casos do artigo anterior deverão os candidatos apresentar ao director os documentos seguintes :

§ 1.º Diplomas ou titulos originaes, e, na falta destes, devida a motivo de força maior, justificado perante a congregação, documentos authenticos que lhes sejam equivalentes.

§ 2.º Prova de identidade de pessoa, feita por meio de documento firmado pelo Governo, pelo Ministro ou pelo consul do paiz a que pertencerem.

§ 3.º Prova de moralidade.

§ 4.º Os titulos ou documentos que exhibirem os candidatos deverão estar reconhecidos pelos representantes do Brazil no paiz em que tiverem sido passados.

§ 5.º A falta desse reconhecimento poderá ser supprida por informações officiaes dos agentes diplomaticos ou consulares da respectiva nação, residentes no Brazil, declarando a legalidade e o valor dos titulos exhibidos.

Art. 134. Reconhecida a authenticidade do titulo e verificada a identidade da pessoa pelo director da Faculdade, o secretario passará guia ao pretendente para o pagamento da respectiva taxa ; satisfeita esta, o director marcará dia para o exame, nas épocas proprias.

Art. 135. Não se admittirá exame feito por intermedio de interprete, nem poderão os lentes examinar em lingua estrangeira.

Art. 136. Os candidatos comprehendidos nos artigos antecedentes pagarão por serie de exame a mesma taxa que pagam os alumnos da Faculdade.

Art. 137. Os candidatos, apesar de reprovados por mais de uma vez, poderão ser admittidos a novo exame, sempre que o requererem, pagando a respectiva taxa de accordo com a primeira parte do art. 134.

Art. 138. Aos candidatos que forem approvados se passará diploma, como aos alumnos da Faculdade. O diploma será registrado em livro especial e ficará sujeito ao pagamento dos mesmos direitos a que estão obrigados por seus diplomas os alumnos da Faculdade.

Art. 139. Tanto no caso de approvação como no de reprovação o director de uma Faculdade communicará immediatamente ao da outra o occorrido, para seu conhecimento e governo.

Art. 140. Os professores effectivos ou jubilados de Faculdades ou Escolas de sciencias juridicas e sociaes do estrangeiro, reconhecidas pelos respectivos Governos, e os simples diplomados ou titulados por taes Faculdades ou Escolas, que, a juizo da congregação de uma das Faculdades juridicas federaes, gosarem de merecida fama de saber e se tiverem tornado recommendaveis por trabalhos e publicações importantes na especialidade que professarem, poderão ser dispensados de qualquer prova de habilitação.

Paragrapho unico. A dispensa será concedida por acto do Governo Federal, mediante proposta da congregação, de que serão pagos os emolumentos correspondentes ao titulo e de que trata a tabella n. 2 annexa ao Codigo do ensino.

## TITULO IV

### CAPITULO I

#### DA REVISTA

Art. 141. Será publicada em cada uma das Faculdades uma *Revista Academica*.

Paragrapho unico. Esta *Revista* será redigida por uma comissão de cinco lentes, nomeada pela congregação na primeira sessão de cada anno.

Art. 142. A *Revista* se imprimirá em oitavo francez, com o numero de paginas sufficientes para formar um volume de 400 paginas, pelo menos.

Art. 143. Cada numero será publicado annualmente.

Art. 144. A comissão de redacção nomeará entre si o redactor principal. A acceitação deste cargo será obrigatoria.

Art. 145. A comissão de redacção se entenderá com o bibliothecario da Faculdade, afim de enviar a *Revista* às redacções dos periodicos da mesma natureza na Europa e nos Estados da America, e às academias scientificas mais importantes, e receber em troca as suas publicações.

Art. 146. O preço da assignatura para os alumnos será de metade da quantia que for estipulada pelo director da Faculdade, de accordo com a comissão.

Paragrapho unico. Cada alumno não poderá tomar mais de uma assignatura.

Art. 147. Todo exemplar destinado a alumno da Faculdade terá o nome deste.

## CAPITULO II

## DA MEMORIA HISTORICA

Art. 148. Na sessão de abertura dos trabalhos academicos a congregação nomeará um lente que apresentará na mesma data do anno seguinte uma *Memoria historica*, em que se relatem os acontecimentos notaveis do anno academico.

§ 1.º Nesta *Memoria* será especificado o grão de desenvolvimento a que for levada nesse mesmo periodo a exposição das doutrinas, tanto nos cursos publicos como nos particulares, e para isso cada lente dará ao relator da *Memoria historica* as informações precisas ácerca da materia que tiverem ensinado, a fim de serem appensas á mesma *Memoria*.

§ 2.º Todos estes trabalhos serão impressos e publicados depois de approvados pela congregação, que para aquelle fim os remetterá ao Ministro.

Art. 149. O lente que for eleito redactor da *Memoria historica* não poderá, salvo caso de força maior, recusar-se a acceitar esse encargo, nem deixar de apresental-a, sob pena de ser o facto levado ao conhecimento do Governo.

Art. 150. Os actos do Governo e os da directoria, no que diz respeito á parte economica e administrativa, não constituem materia da *Memoria historica*, e serão supprimidas quaesquer considerações que neste sentido forem inseridas pelo redactor, antes da remessa a que se refere o art. 148 § 2º.

## TITULO V

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 151. O certificado de estudos secundarios ou o titulo de bacharel a que se refere o art. 16 destes estatutos só será exigido para matricula nos cursos de sciencias juridicas e sociaes no anno de 1898. Até essa época os preparatorios indispensaveis serão: portuguez; francez; inglez ou allemão (à vontade do candidato); latim; arithmetica; algebra; geometria; trigonometria; geographia, especialmente do Brazil; historia universal, especialmente do Brazil; elementos de physica e chimica; elementos de historia natural.

Art. 152. Logo que forem publicados estes estatutos, as congregações tratarão de organizar todos os programmas e instruções especiaes necessarias para a boa execução das disposições dos mesmos estatutos.

Art. 153. Os cursos especiaes abolidos pelo art. 3º da lei n. 314 de 30 de outubro de 1895 continuarão:— o de sciencias juridicas por mais tres annos, o de sciencias sociaes por dous e o de notariado por um, si nelles houver alumnos matriculados e que pretendam concluil-os.

Art. 154. Nestes cursos será observado o regimen estabelecido nos presentes estatutos.

§ 1.º Os horarios das aulas serão organizados de modo que attendam, durante os periodos mencionados no artigo anterior, á frequencia dos alumnos dos cursos especiaes provisionarios.

§ 2.º Para os exames desses alumnos haverá bancas especiaes, effectuando-se o pagamento das taxas de inscripção respectiva, assim como das de matricula, segundo o plano estabelecido no artigo que se segue.

Art. 155. O plano de estudos de que trata o artigo antecedente será o seguinte :

#### *Curso de sciencias juridicas*

I. Os alumnos da 2ª serie cursarão successivamente nos annos de 1896 a 1898 as seguintes cadeiras :

A) direito romano, direito civil, commercial e criminal, 1ª parte.

B) a parte da medicina legal — na medicina publica, e direito civil, commercial e criminal, 2ª parte.

C) direito civil, 3ª parte, theoria do processo civil, commercial e criminal, pratica forense, historia do direito, na parte do direito nacional, e sciencia da administração e direito administrativo.

II. Os da 3ª serie em 1896 e 1897 as seguintes :

A) a parte da medicina legal — na medicina publica, direito civil e commercial, 2ª parte, e sciencia da administração e direito administrativo.

B) direito civil, 3ª parte, theoria do processo civil, commercial e criminal e pratica forense, e historia do direito, na parte do direito nacional.

III. Os da 4ª serie em 1896 as seguintes : theoria do processo civil, commercial e criminal, pratica forense, historia do direito, na parte do direito nacional, e sciencia da administração e direito administrativo.

*Curso de sciencias sociaes*

I. Os alumnos da 2ª serie cursarão successivamente nos annos de 1896 e 1897 as seguintes cadeiras:

A) direito internacional publico e diplomacia, economia politica e hygiene publica — como parte da medicina publica.

B) sciencia de administração e direito administrativo, sciencia das finanças e contabilidade do Estado e legislação comparada.

II. Os da 3ª em 1896 as seguintes: sciencia da administração e direito administrativo, sciencia das finanças e contabilidade do Estado e legislação comparada.

*Curso de notariado*

Os alumnos deste curso frequentarão as aulas de theoria do processo civil, commercial e criminal, e pratica forense.

Art. 156. Na conformidade do artigo antecedente são applicaveis aos alumnos dos cursos transitorios as disposições do art. 36.

Art. 157. Os alumnos dos cursos especiaes que, por qualquer motivo, não os terminarem dentro dos periodos de que trata o art. 153, ficarão sujeitos a seguir o plano de estudos estabelecido no art. 4º pela fórmula abaixo prescripta :

I. No curso de sciencias juridicas:

A) Os alumnos da 2ª serie se inscreverão no 2º anno, prestando previamente na respectiva época o exame de direito romano.

B) Os da 3ª serie se inscreverão no 2º e 3º annos para cursar as cadeiras de direito internacional publico e diplomacia, economia politica, direito civil, 2ª parte, e sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

C) Os da 4ª serie se inscreverão no 2º, 3º e 4º annos para cursar as cadeiras de direito internacional publico e diplomacia, economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado, theoria do processo civil, commercial e criminal, e medicina publica.

Estes ultimos alumnos estão isentos do curso da cadeira de direito civil, 3ª parte.

II. Os alumnos do curso de sciencias sociaes, quer os da 2ª, quer os da 3ª serie, se inscreverão no 2º anno, prestando previamente na respectiva época o exame de direito romano.

III. A ordem de estudos estabelecida neste artigo servirá tambem para os alumnos dos cursos especiaes que preferirem de ora em diante seguir o curso geral.

IV. Nenhum alumno de qualquer serie dos cursos especiaes será obrigado a repetir exame de materia ou cadeira que já

tenha feito, qualquer que seja a diversidade de collocação dellas entre o programma actual e o anterior ; ficando dispensado dos exames das novas cadeiras creadas por desdobramento das antigas, em que já tenha sido approvado.

Art. 158. Será permittido aos actuaes alumnos dos cursos de sciencias juridicas ou sociaes, que quizerem adoptar o novo regimen, a prestação de exames, em qualquer das épocas, das materias distribuidas pelas series anteriores, si assim o requererem.

Art. 159. Os bachareis em sciencias juridicas não poderão inscrever-se para defesa de theses, nem concorrer ao magisterio das Faculdades, sem que tenham sido approvados nas materias correspondentes ao curso de sciencias sociaes, e vice-versa.

Art. 160. As mesas examinadoras serão organisadas com os lentes que houverem leccionado as materias sobre que versarem os exames, na conformidade dos arts. 153, 154, 155 e seguintes.

Art. 161. Os lentes das cadeiras extinctas e os actuaes substitutos serão transferidos para as novas cadeiras e para os logares de substitutos, creados pela lei n. 314 de 30 de outubro de 1895, precedendo proposta da congregação respectiva. Os actuaes professores de philosophia e historia do direito e de direito nacional continuarão a exercer: o primeiro, a cadeira de philosophia do direito, e o segundo a de historia, especialmente do direito nacional.

Paragrapho unico. O lente cathedratico que não for aproveitado ficará, todavia, gosando de todas as suas regalias, até que, vagando qualquer cadeira, seja encarregado do ensino da materia nella comprehendida.

Art. 162. Enquanto o Poder Legislativo não resolver sobre a reorganisação dos cursos annexos às Faculdades, serão observadas as disposições dos arts. 445 e seguintes do regulamento n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891.

Art. 163. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1896.—*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

## FORMULA

Para a collação dos grãos de bacharel ou doutor

Prometto cumprir fielmente os deveres inherentes ao grão de bacharel ou doutor em sciencias juridicas e sociaes.

## MODELO DOS DIPLOMAS

## De doutor

*No alto* — Em nome do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

*Mais abaixo* — Faculdade de..... da cidade de.....

*No corpo da carta* — Eu F..... (o nome do director e seus titulos), director da Faculdade:

Tendo presente o termo de aptidão ao grão de doutor em sciencias juridicas e sociaes, que obteve o Sr. F....., natural de ....., filho de...., nascido a....., e o de collação do grão que recebeu no dia... de..... de..., depois de ter sido approvado (declarando-se a nota da approvação) em defesa de theses ; e usando da autoridade que me conferem os estatutos desta Faculdade, mandei passar ao dito Sr. F..... o presente diploma de Doutor em sciencias juridicas e sociaes, para que possa gosar de todos os direitos e prerogativas concedidas pelas leis da Republica.

(Sello.)

ASSIGNATURA DO DOUTOR

O LENTE MAIS ANTIGO O DIRECTOR DA FACULDADE,  
DA COMMISSÃO JULGADORA,

(Assignatura)

(Assignatura)

O SECRETARIO DA FACULDADE,

(Assignatura)

(O diploma terá pendente o grande sello da Faculdade.)

## De bacharel

Os diplomas de bacharel serão passados nos mesmos termos dos de doutor, *mutatis mutandis*, e supprimidas as palavras: depois de ter sido approvado em defesa de theses.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1896.— *Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2227 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1896

Dá providencias sobre fabricas de assucar que não gosam de garantia de juros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que convem, para a regularidade da Administração, sujeitar á fiscalisação do Governo as fabricas de assucar pertencentes a companhias, emprezas ou particulares que não gosam de garantia de juros, mas que recebem da União outros favores, decreta:

Art. 1.º As emprezas, companhias ou particulares, proprietarios de fabricas de assucar estabelecidos independentes de concessão do Governo, mas que deste obtenham quaesquer favores, taes como os especificados no art. 8º, ns. II, III, IV e V do regulamento approvado pelo decreto n. 10.393, de 9 de outubro de 1889, ficam obrigados:

a) a prestar com promptidão á fiscalisação dos engenhos centraes os dados e esclarecimentos que officialmente lhes forem requisitados;

b) a permittir que o engenheiro fiscal do respectivo districto visite os estabelecimentos e percorra as lavouras, sempre que for necessario.

Art. 2.º Na falta do cumprimento destas obrigações ficam as ditas emprezas, companhias ou particulares, sujeitos ás penas comminadas no art. 28 do citado regulamento.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve que, no exercicio de suas funcções, os engenheiros fiscaes dos engenhos centraes observem as instrucções que com esta baixam e vão assignadas pelo director geral interino da Industria.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1896.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Instrucções a que se refere a portaria desta data e que devem ser observadas pelos engenheiros fiscaes dos engenhos centraes no exercicio de suas funcções

Art. 1.º Os engenheiros fiscaes residirão na séde do respectivo districto e informarão sobre todos os assumptos concernentes não só á lavoura da canna, como aos engenhos centraes estabelecidos ou que o tiverem de ser, e que gosem de quaesquer

favores da União, devendo ser por seu intermedio dirigidos ao Governo não só os planos e orçamentos que as empresas, companhias ou particulares tiverem de apresentar, como quaesquer outras petições relativas aos estabelecimentos de sua propriedade.

Paragrapho unico. Não havendo inconveniente para o serviço da fiscalisação, o Governo poderá permittir que os engenheiros fiscaes residam temporariamente nas proximidades de um engenho central.

Art. 2.º Os engenheiros fiscaes assistirão à construcção e collocação dosapparelhos e machinismos das fabricas novas, informando minuciosamente ao Governo, de todas as occorrencias.

Na occasião em que as fabricas estiverem funcionando e sempre que as circunstancias o exigirem, visitarão demoradamente os engenhos centraes do seu districto, mencionando em communicação especial, si se tratar de caso urgente, ou no relatório annual, o resultado do exame que houver feito.

Art. 3.º Esse exame comprehenderá não só o estado das machinas e apparelhos e suas funcções, como tambem as condições em que se achar a lavoura da canna e melhoramentos que nelle se tenham introduzido.

Paragrapho unico. Para as empresas ou companhias que gozarem de garantia de juros, comprehenderá mais esse exame as operações que tiverem effectuado, a execução dos contractos celebrados, o cumprimento dos ajustes feitos com os proprietarios agricolas e fornecedores de cannas.

Art. 4.º Por todo o mez de dezembro de cada anno os engenheiros fiscaes apresentarão um relatório desenvolvido e circumstanciado sobre todas as occorrencias que se tiverem dado nos engenhos centraes do seu districto durante o anno da safra terminado em 1 de julho anterior, mencionando e discutindo as operações feitas, a quantidade e qualidade da canna empregada, os processos seguidos para a fabricação do assucar, a receita e despesa realizadas, a porcentagem dos lucros produzidos, e finalmente o estudo das machinas e apparelhos empregados, estado geral da fabrica e suas dependencias, conforme tiver verificado no exame de que se trata no art. 2º, indicando e propondo ao mesmo tempo as medidas que julgar necessarias, quer para a boa marcha, regularidade e melhoramentos do serviço sob sua fiscalisação, quer para corrigir qualquer falta em que tenham incorrido ou estejam incorrendo os engenhos centraes.

Art. 5.º Em suas relações com os engenhos particulares que gosem apenas de quaesquer favores do Governo, menos a garantia de juros, aos engenheiros fiscaes façam observar o disposto no decreto n. 2227, de 3 de fevereiro do corrente anno.

Em suas relações com as empresas ou companhias cujas fabricas foram estabelecidas com concessão do Governo, farão rigorosamente observar todas as disposições dos regulamentos em vigor, conforme o respectivo decreto de concessão.

Art. 6.º Os engenheiros fiscaes perceberão, quando se acharem fóra da séde do districto, além do respectivo vencimento, mais

uma diaria, até ao prazo não excedente de tres mezes; tendo tambem passagem por conta do Governo nos paquetes e estradas de ferro que se dirigirem para as localidades onde se acharem situados os engenhos centraes; assim como serão indemnizados das despezas que fizerem, em serviço, de animaes, carros, etc., para as localidades para onde não haja outros meios de locomoção, de accordo com os recibos que apresentarem.

Art. 7.º Da verba de 7:600\$, concedida para a fiscalisação de cada um dos tres districtos dos engenhos centraes, os engenheiros fiscaes poderão despende annualmente até 200\$ com a assignatura de jornaes ou revistas que se publiquem especialmente sobre a industria assucareira, e si houver margem ainda, com a compra de livros de reconhecida importancia sobre o mesmo assumpto, com prévio conhecimento e expressa autorisação do Governo.

Os jornaes ou revistas assignados e os livros que forem comprados ficarão pertencendo ao archivo da fiscalisação, de onde os engenheiros fiscaes não os poderão retirar, sob pena de indemnisação.

Art. 8.º Em todos os demais casos não previstos nas presentes instrucções, os engenheiros fiscaes se entenderão com o Governo para o fim de se estabelecerem regras fixas e adequadas ás necessidades ou duvidas que surgirem.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1896.—O director geral interino, *Augusto Fernandes*.



#### DECRETO N. 2228 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1896

Proroga até 31 de dezembro de 1896 o prazo concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras do porto de Jaraguá, no Estado de Alagôas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação constante do art. 6º § 11 n. 13 da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, decreta:

Artigo unico. Fica prorogado até 31 de dezembro de 1896 o prazo concedido á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para iniciar as obras do porto de Jaraguá, no Estado de Alagôas, de que trata o decreto n. 904 de 18 de outubro de 1890.

Capital Federal, 6 de fevereiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2229 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1896

Proroga até 31 de dezembro de 1896 o prazo concedido à Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas para iniciar as obras de melhoramento da barra e porto da Laguna, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação constante do art. 6º § 11 n. 13 da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, decreta :

Artigo unico. Fica prorogado até 31 de dezembro de 1896 o prazo concedido à Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas para iniciar as obras da barra e porto da Laguna, no Estado de Santa Catharina, de que trata o decreto n. 1034 de 14 de novembro de 1890.

Capital Federal, 6 de fevereiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2230 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1896

Approva o regulamento dos Correios Federaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 272 B, de 10 de junho de 1895, decreta:

Artigo unico. Os serviços dos Correios Federaes se regerão pelo regulamento que a este acompanha, assignado pelo Engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires, Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Regulamento dos Correios a que se refere o decreto n. 2230 desta data

### PRIMEIRA PARTE

#### Do Correio federal e seus serviços

### TITULO I

#### DO SERVIÇO POSTAL

#### CAPITULO I

A QUEM COMPETE O SERVIÇO DOS CORREIOS — A CARGO DE QUEM  
ESTÁ — O QUE COMPREHENDE — MONOPOLIO DA UNIÃO — O QUE  
ESTÁ EXCLUIDO DO MONOPOLIO — O QUE OS CORREIOS EXPEDEM E  
O QUE DEIXAM DE EXPEDIR

Art. 1.º O serviço dos Correios federaes na Republica dos Estados Unidos do Brazil compete à União e está a cargo do Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas.

Art. 2.º O serviço dos Correios federaes comprehende:

1º, a recepção, transmissão, distribuição e o registro de cartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes, manuscritos, impressos, amostras de mercadorias e pequenas encomendas, permutados dentro do territorio da Republica;

2º, a recepção, transmissão e o registro de cartas, bilhetes postaes, cartas-bilhete, manuscritos, impressos e amostras de mercadorias, destinados ao exterior da Republica, e a sua distribuição, quando procedentes de paizes estrangeiros;

3º, a permutação de numerario;

4º, a cobrança, por conta de terceiros, de titulos pagaveis á vista;

5º, a recepção de assignaturas para jornaes e outras publicações periodicas;

6º, o serviço das caixas economicas postaes;

7º, os serviços que derivem de convenções ou tratados.

Art. 3.º A União tem monopólio:

1º, do transporte e distribuição de cartas-missivas, fechadas, e de correspondência de qualquer natureza, fechada como carta;  
2º, do fabrico, emissão e venda de sellos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre-cartas, cintas estampilhadas e de quaesquer outras formulas em que houver estampilhas postaes.

Art. 4.º Estão excluidas do monopólio de transporte pelo Correio:

1º, as cartas abertas;

2º, as cartas franqueadas e carimbadas nos Correios de origem e as que já tenham transitado pelo Correio conduzidas por qualquer pessoa;

3º, as que forem transportadas entre dous pontos, onde não haja serviço postal;

4º, as que forem levadas a uma caixa ou repartição postal;

5º, as que forem transportadas no recinto das cidades, villas e povoações onde não haja serviço de caixas para collecta de correspondencias e distribuição domiciliaria, e as que nas cidades, villas e povoações, onde houver caixas para collecta e distribuição domiciliaria, qualquer pessoa fizer transportar por servidores seus;

6º, as cartas fechadas relativas a serviço das estradas de ferro, das companhias de navegação e de transporte, em transitio nos trens, carros ou embarcações, com endereço a suas respectivas estações ou agencias.

Art. 5.º O Correio não expede nem distribue:

1º, objecto cuja manipulação possa ser damnosa ao pessoal ou às correspondencias;

2º, carta, pacote ou qualquer objecto de correspondencia que contenha artigos de ouro, prata, bronze ou nickel, ou de qualquer outro metal de valor, moedas que estiverem em circulação, joias, pedras finas, objectos preciosos ou sujeitos a direitos de alfandega, excepto as encomendas registradas com declaração de valor;

3º, papel-moeda, titulos e valores ao portador, pagaveis à vista ou a prazo, bilhetes de loteria, excepto em carta registrada com valor declarado;

4º, vales ou cheques-postaes, excepto em carta registrada com ou sem valor declarado;

5º, artefactos, desenhos e publicações obscenas;

6º, objectos com endereço ou dizeres injuriosos, ameaçadores ou indecentes;

7º, animaes vivos ou mortos, quando inconvenientemente preparados ou acondicionados;

8º, plantas vivas e outros órgãos de plantas, taes como — estacas, enxertos, folhas, ramos, flores e raizes de plantas ou sementes, cujo transporte, por suspeita de alguma molestia ou praga, tenha sido prohibido pelo Governo;

9º, todo e qualquer objecto de correspondencia, cujo peso, volume e condições de recebimento não estiverem de accordo com as regras estabelecidas neste regulamento.

## CAPITULO II

## DA RESPONSABILIDADE DA UNIÃO

Art. 6.º A União é responsável :

1º, pelos valores declarados em carta e encomendas registradas ;

2º, pelas quantias confiadas ao Correio para a emissão de vales ou cheques ;

3º, pelas quantias cobradas, por intermedio do Correio e por conta de terceiros, de titulos, letras e obrigações pagaveis á vista ;

4º, pelas importancias recebidas para assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas ;

5º, pelos valores a que se referem os casos previstos nos accordos e convenios internacionaes.

Art. 7.º A União paga :

§ 1.º Ao remettente ou destinatario de carta registrada com valor declarado ou de encomenda com declaração de valor :

1º, no caso de extravio ou perda total, a importancia integral do valor declarado e tambem das respectivas taxas pagas, quando a indemnisação tiver de ser feita ao remettente ;

2º, no caso de extravio ou perda parcial, a importancia correspondente ao valor que faltar até ao limite da declaração.

§ 2.º As importancias recebidas por cobrança de letras, titulos e obrigações ou o valor dos titulos, nos limites da declaração, no caso de perda ou extravio, deduzidas as despesas effectuadas, e bem assim as importancias destinadas á assignatura de jornaes e outras publicações periodicas, quando não entregues aos editores, gerentes, administradores ou emprezarios das referidas publicações ; como tambem as dos vales e cheques emittidos pelo Correio, quando extraviados ou não pagos.

Art. 8.º Quando convier ao Correio, a indemnisação de encomendas de que trata o n. 1 do art. 7º será feita por objecto igual ao que se tiver perdido ou extraviado.

Art. 9.º A União fica subrogada nos direitos dos remettentes ou destinatarios de cartas ou encomendas com valor declarado e titulos a cobrar, logo que pague a respectiva indemnisação.

Art. 10. A responsabilidade da União cessa :

1º, quando as correspondencias, vales e cheques postaes e outras importancias tenham sido entregues, mediante a prova de recibo, aos destinatarios ou seus representantes legais ;

2º, quando a reclamação for feita depois do prazo marcado, para esse fim, no § 1º, salvo, porém, o caso de impossibilidade material, por parte do reclamante, de apresentar sua reclamação dentro desse prazo, motivada por serviço publico ou por qualquer das causas de que trata o § 2º desse artigo ;

3º, nos casos de força maior.

§ 1.º O direito à reclamação por valores perdidos ou extraviados prescreve, decorrido um anno, a contar da data em que foram elles confiados ao Correio ou da ultima reclamação a respeito.

§ 2.º São casos de força maior : guerra civil ou estrangeira, incendio, inundação, naufragio, desastre em estradas de ferro, do qual resulte perda ou destruição das malas ou das correspondencias, tomada ou roubo, á mão armada, de malas, correspondencias e valores nellas contidos, do poder dos empregados, conductores ou estafetas.

§ 3.º Não são considerados casos de força maior a tomada, roubo ou subtração de malas, de correspondencias e dos valores nellas contidos, praticados por empregados do Correio ou encarregados de serviço postal, por cujas mãos tenham passado as malas, correspondencias e valores e a cuja guarda estiverem confiados.

Art. 11. A União não é responsavel:

1º, pelos valores não declarados, incluidos em cartas e outros objectos de correspondencias registradas ou não ;

2º, pelas consequencias da demora na transmissão ou na cobrança de titulos, motivada por erros ou omissões commettidas pelos remetentes ;

3º, pela interrupção ou suspensão da publicação dos jornaes, revistas e periodicos, cujas assignaturas tenham sido pagas ;

4º, pelos prejuizos resultantes de avarias nas correspondencias e encomendas por accidentes de transporte ou de manipulação ;

5º, pelas cartas e objectos de correspondencia ou quantias que os particulares entregarem a empregados do Correio, não encarregados do serviço do registro ou de emissão de vales, para registrar, com valor declarado, converter em vales ou applicar a outro serviço, ou aos proprios encarregados do serviço, quando estiverem fóra do recinto das repartições ou logares destinados á execução de taes serviços.

Art. 12. Os empregados do Correio são pessoalmente responsaveis por todas as faltas, irregularidades ou crimes que praticarem no desempenho de suas funcções.

### CAPITULO III

#### DO SIGILLO DA CORRESPONDENCIA

Art. 13. Em observancia do direito garantido aos cidadãos pelo art. 72, §18, da Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, o segredo das correspondencias entregues ao Correio é inviolavel ; nenhuma autoridade ou poder publico poderá devassallo, qualquer que seja o pretexto ou fundamento allegado.

Art. 14. Nenhuma autoridade extranha ao serviço do Correio poderá nelle intervir, salvo o caso em que a intervenção seja requisitada por empregado daquelle serviço ou nos delictos por

elles e contra elles praticados dentro das repartições, limitando-se a autoridade aos actos exclusivos e concernentes ás diligencias do processo.

Art. 15. A nenhuma autoridade é permittido abrir ou fazer abrir cartas, maços, malas, saccos ou caixas do Correio, quer dentro das repartições ou fóra dellas, em poder de empregados ou encarregados de serviço, sob qualquer pretexto.

Art. 16. A obrigação de guardar e de fazer guardar o sigillo das correspondencias é o primeiro e o mais sagrado dever dos empregados do Correio, qualquer que seja a categoria ou classe o que pertençam, e, no desempenho de suas funcções, são obrigados, dentro dos limites da competencia de cada um, a tomar todas as providencias para que seja effectiva aquella garantia constitucional.

Art. 17. Constitue violação do sigillo da correspondencia por empregados do Correio, para os effeitos penaes:

1º, a abertura, por qualquer meio, de carta fechada ou objecto fechado como carta, endereçado a outrem, para conhecer-lhe o conteúdo ;

2º, a subtracção ou suppressão, nas estações postaes, de pacotes, malas, saccos do Correio, cartas fechadas ou abertas, bilhetes postaes, ou quaesquer outros objectos de correspondencia equiparados á carta ;

3º, a divulgação, no todo ou em parte, do assumpto ou texto das correspondencias mencionadas nos numeros antecedentes ou das de que tiverem conhecimento em razão de seu officio ;

4º, a divulgação, no todo ou em parte, do assumpto ou texto de correspondencia official, reservada ou não, de cujo expediente estiver encarregado ;

5º, a divulgação de que pessoas mantem entre si relações pelo Correio.

## CAPITULO IV

### DOS SELLOS E OUTRAS FORMULAS

Art. 18. Para os effeitos deste regulamento chama-se *sello* a estampilha *adhesiva* ou *fixa*, especialmente destinada a demonstrar o pagamento das taxas postaes devidas pelas correspondencias.

Art. 19. Os sellos dividem-se em:

1º, *fixos* — os estampados no corpo das formulas postaes ;

2º, *adhesivos* — os representados por estampilhas postaes avulsas, para serem adheridos aos objectos de correspondencia ou em formulas impressas ;

3º, *ordinarios* — os applicados ao franqueamento da correspondencia em geral ;

4º, *especiales* — os destinados a certo e determinado fim ou a certa e determinada correspondencia.

Art. 20. Os sellos e formulas estampilhadas são dos valores seguintes:

§ 1.º *Ordinarios* :

1º, adhesivos — 10, 20, 50, 100, 200, 300, 500, 700 réis, 1\$ e 2\$000.

§ 2.º *Fixos* :

a) sobrecarta — 100, 200, 300 e 500 réis ;

b) carta-bilhete — 100 réis ;

c) bilhete-postal — 40 réis (simples), 80 réis (com resposta paga);

d) cintas — 20, 40 e 60 réis.

§ 3.º *Especiaes* :

Taxa devida — 10, 20, 50, 100, 200, 300, 500, 700 réis, 1\$ e 2\$000.

Art. 21. Os sellos e formulas estampilhadas ou de franquia serão fabricados em estabelecimentos publicos ou particulares nacionaes ou estrangeiros, mediante contracto, em que sejam resguardados os interesses da União, e prévia autorisação do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 22. Os modelos, fórmulas, cores, tanto das sobre-cartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes e cintas, como dos sellos adhesivos, ordinarios ou especiaes, serão determinados pelo director geral dos Correios.

Art. 23. Cada emissão de sellos ou de formulas de franquia será annunciada 30 dias antes, na Capital Federal e nas Capitales dos Estados, com uma descripção minuciosa dos mesmos.

Art. 24. As correspondencias, para transitarem no Correio, só podem ser franqueadas com formulas e sellos válidos.

Art. 25. São válidos:

1º, os sellos e formulas emittidos de accordo com os arts. 19, 20, 21 e 22 ;

2º, os que estiverem em circulação ;

3º, os applicados ás correspondencias para que são destinados ;

4º, os que possam ser obliterados em quasi toda a sua superficie estampada.

Art. 26. São nullos :

1º, os sellos e formulas que já tiverem servido em outra correspondencia ou tenham sido obliterados ;

2º, os cortados ou rasgados ;

3º, os sujos ou desbotados, de modo a não se distinguir seus dizeres e valores ;

4º, os que forem collados de maneira que não apresentem á obliteração sua superficie estampada quasi completa ;

5º, os que tiverem caracteres ou signaes estampados ou feitos á mão ;

6º, os que houverem sido cobertos com qualquer substancia ;

7º, os falsos ou falsificados ;

8º, os retirados da circulação ;

9º, os que forem applicados a fins diversos daquelles a que são destinados ;

10, os fixos, que tenham sido cortados das sobre-cartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes e cintas ;

11, as estampilhas federaes ou estadoaes, destinadas á cobrança do sello do papel ou de taxa de qualquer outro imposto ou contribuição ;

12, os sellos postaes estrangeiros.

13, os que por qualquer circumstancia tenham erro de fabrico.

Art. 27. As correspondencias postais com formulas ou sellos nulos são consideradas como não franqueadas.

Art. 28. Em todas as repartições postaes da Republica haverá sellos e formulas de franquia a venda para supprimento do publico.

Art. 29. Os particulares, commerciantes e industriaes, devidamente autorizados, poderão concorrer na venda de formulas e sellos, e, em taes casos, os comprarão a dinheiro, com um abatimento, que não poderá exceder de 5 %.

Art. 30. O director geral dos Correios poderá, com authorisação do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, fazer recolher os sellos e formulas de franquia que, por conveniencia do serviço publico, devam ser substituidos ou retirados da circulação, e para esse fim marcará, por annuncio, em todas as repartições postaes, e estas por todos os meios de publicidade, o prazo de tres mezes, depois do qual taes sellos não poderão ser utilizados, sendo remettidos pelas agencias as sub-administrações a que estiverem subordinadas, pelas sub-administrações as respectivas administrações e por estas á Directoria Geral.

## CAPITULO V

### CLASSIFICAÇÃO DA CORRESPONDENCIA, SUAS TAXAS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO

Art. 31. A correspondencia em geral denomina-se :

1º, *official*, quando emana da das repartições ou das autoridades da União ou dos Estados e relativa a assumptos de serviço publico ;

2º, *postal*, quando originaria das repartições e autoridades do Correio e concernente ao serviço postal ;

3º, *particular*, quando trocada entre particulares sobre assumpto de interesse privado ;

4º, *nacional*, quando procedente de qualquer localidade da Republica ;

5º, *internacional*, quando originaria de qualquer dos paizes que formam a União Postal Universal ;

6º, *estrangeira*, quando proveniente de paizes que não fazem parte da União Postal Universal ;

7º, *ordinaria*, a permutada por via do Correio sem nenhuma formalidade especial ;

8º, *registrada*, quando recebida e entregue pelo Correio mediante recibo ;

9º, *de valor declarado*, a carta ou encomenda registrada contendo valores, manifestados pelo remettente ao entregal-a no Correio ;

10, *franqueada*, quando postada apresentando, adheridos ou estampados, sellos válidos, na importancia integral das taxas estabelecidas ;

11, *insufficiente*, quando postada apresentando, adheridos ou estampados, sellos válidos, porém em importancia menor das taxas devidas ;

12, *não franqueada*, quando postada sem selto algum válido ;

13, *de ultima hora*, quando postada depois do prazo fixado para o começo do fechamento das malas e dentro de um periodo annuciado ;

14, *domiciliaria*, quando entregue pelo Correio na residencia do destinatario ;

15, *de assignantes*, quando apartada da que tem de ser distribuida nos domicilios, a fim de ser entregue aos destinatarios ou a seus committentes, mas somente no recinto das repartições postaes em caixas especiaes ;

16, *de posta restante*, quando mandada conservar no Correio pelo remettente, para ser entregue em mão ou quando é ignorada a residencia do destinatario ;

17, *urbana*, quando tem de ser distribuida pela propria repartição onde é postada ;

18, *expressa*, quando deva ser entregue por portador especial, logo que chegue ao Correio de destino ;

19, *de transito*, quando recebida de uma repartição postal a fim de ser reexpedida para outra ou quando expedida para uma repartição postal, a fim de ser por esta remettida ao seu destino ;

20, *mal encaminhada*, quando não expedida pelas vias postaes devidas ;

21, *devolvenda*, a que o Correio de destino tem de devolver ao Correio de origem, por não ter podido entregal-a ao destinatario ;

22, *devolvida*, quando entrada de novo no Correio de procedencia, por não haver sido entregue ao destinatario ;

23, *a reexpedir ou reexpedida*, quando, sem ter sido aberta, deva ser ou seja de novo enviada ao mesmo destinatario, porém em local diverso do indicado primitivamente pelo remettente ;

24, *retida*, a que no Correio de origem não pôde ser expedida nem entregue ao destinatario por infracção de disposições regulamentares ;

25, *de refugo*, quando depois das necessarias diligencias não pôde ser entregue ao destinatario nem ao remettente, ou quando, embora da especie da *retida*, não possa ser restituída ao remettente ;

26, *apprehendida*, quando contém fraudulentamente valores prohibidos ;

27, *avulsa*, quando conduzida em mão pelos commandantes, capitães ou mestres de navios, e as de simples recommendação, entregues ao Correio, trazidas por passageiros de navios ou trens de estrada de ferro ;

28, *a descoberto*, a que segue englobada com a de outra estação postal, para ser por esta encaminhada a seu destino.

Art. 32. Chama-se *carta* a todo papel cerrado, cujo conteúdo não se puder verificar sem violação, com sobrescripto indicando o destinatario e o logar do destino.

Art. 33. As cartas, quaesquer que sejam as distancias a percorrer, por terra ou mar, dentro do territorio da Republica, pagam a taxa uniforme de 100 réis por 15 grammas ou fração desse peso.

Art. 34. As cartas não franqueadas ou insufficientes serão expedidas pelo Correio, cobrando-se do destinatario o dobro da taxa devida, que será representada por sellos especiaes.

A mesma taxa dupla será cobrada do remetente no caso de restituição.

Art. 35. Não haverá limites de peso ou dimensão para as cartas.

Art. 36. *Carta-bilhete* — é um cartão de determinadas dimensões, com sello postal fixo, que se dobra e se fecha pelas margens, destinado a receber na parte interna o texto e em uma das faces externas o respectivo endereço. Seu peso não poderá ser superior a 15 grammas.

Art. 37. As cartas-bilhete são da taxa de 100 réis cada uma, circulam em todo o territorio da Republica e podem ser utilizadas na correspondencia internacional. Neste ultimo caso são consideradas — cartas — ficando sujeitas à respectiva taxa, que póde ser completada por meio de sellos adhesivos.

Art. 38. As cartas-bilhete que, pela inclusão de qualquer papel ou objecto permittido, excederem o peso de 15 grammas, ficam sujeitas à taxa das cartas insufficientes.

Art. 39. *Bilhete-postal* — é um cartão de dimensões determinadas, com sello postal fixo, destinado a receber em uma das faces o endereço e na outra o texto.

Art. 40. Os bilhetes-postaes são da taxa de 40 réis os simples, e de 80 réis os duplos ou com resposta paga.

Art. 41. Os bilhetes-postaes devem ser postados a descoberto e não enrolados ou mettidos em sobre-cartas ou acondicionados de modo a occultar parte de sua superficie ou a modificar a natureza ostensiva desta especie de correspondencia.

Art. 42. A' excepção de sellos adhesivos, e de uma etiqueta impressa ou fabricada por qualquer outro processo mecanico, carimbo ou chancela, indicando o nome do remetente, sua residência, firma social, qualidade e profissão, não é permittido ligar aos bilhetes postaes papel ou qualquer outra substancia com o fim de augmentar o espaço destinado ao texto, nem juntar-lhes amostras de qualquer especie.

Art. 43. Os bilhetes postaes que não satisfizerem as condições dos artigos anteriores serão taxados como cartas não franqueadas.

Art. 44. As cartas, cartas-bilhete e bilhetes postaes de *ultima hora* pagam o dobro da taxa respectiva.

Paragraphe unico. Não são considerados de ultima hora as cartas, cartas-bilhete e bilhetes postaes apresentados nos carros

dos correios ambulantes ou a bordo, até ao momento da partida dos trens e vapores.

Art. 45. As cartas avulsas, mesmo selladas, que os commandantes, capitães ou mestres de navios estrangeiros entregarem ao Correio, pagarão a taxa de 200 réis por 15 grammas ou fracção deste peso, pagavel por meio de sellos especiaes.

Paragrapho unico. Serão consideradas franquendas as cartas cujos sellos tiverem sido obliterados nos Correios de origem e as selladas em alto mar, segundo a taxa e sellos do paiz a que pertencer ou de que depender o navio, e bem assim as selladas e carimbadas, recebidas em mão, no ultimo porto de partida.

Art. 46. *Manuscripto*—: toda a peça ou documento, escripto ou desenhado, no todo ou em parte, sem caracter de communicacão actual e pessoal, como sejam:

- a) os autos judiciaes ;
- b) os actos de qualquer especie lavrados por funcionarios publicos ou tabelliães ;
- c) as guias de cargas ou conhecimentos ;
- d) as facturas ;
- e) os differentes documentos de serviço das companhias de seguros ;
- f) as cópias ou extractos de escripturas de particulares e outros documentos desta natureza ;
- g) as partituras ou folhas de musica manuscriptadas ;
- h) os manuscriptos de obras expedidas isoladamente ;
- i) quaesquer papeis impressos, gravados ou lithographados que contenhão espaços preenchidos com caracteres traçados ou feitos à mão ;
- j) as cartas de data antiga e anterior a mais de um anno, enviadas abertas ;

k) em regra, qualquer objecto manuscriptado, que não apresente caracter de correspondencia actual e pessoal.

Art. 47. Os manuscriptos estão sujeitos à taxa integral e obrigatoria de 100 réis por 50 grammas ou fracção de 50 grammas.

Art. 48. Cada maço de manuscriptos não pôde exceder ao peso de douskilogrammas, nem apresentar em qualquer dos lados dimensão superior a 45 centimetros, excepto si forem autos judiciaes, caso em que não terão limite de dimensão ou peso.

Quando os manuscriptos forem apresentados em forma de cylindro ou rolo, o diametro não pôde exceder de 10 centimetros nem o comprimento ser maior de 75 centimetros.

Art. 49. *Impressos* — são reproduções feitas em papel, pergaminho, panno, tela, cartão, chapa, lamina ou bloco por meio da typographia, lithographia, photographia, autographia, gravura, ou por quaesquer outros processos mecanicos, facéis de reconhecer, como : chromographia, polygraphia, hectographia, papyrographia, velocigraphia e a polycopia.

§ 1.º Os impressos feitos por estes ultimos processos devem ser apresentados em numero, pelo menos, de 20 exemplares perfeitamente identicos, de cada vez.

§ 2.º Excluem-se da categoria de impressos as reproduções obtidas por meio da decalcographia, da prensa de copiar e da machina de escrever.

Art. 50. Estão comprehendidos nesta categoria de correspondencias:

a) os jornaes, revistas e outras publicações periodicas, impressos no estrangeiro;

b) os livros impressos, encadernados, brochados ou em fasciculos;

c) os papeis de musica, cartões de visita, de endereço, de pezames, de parabens, de felicitações e de estabelecimentos commerciaes, impressos, e sem o caracter de comunicação actual e pessoal;

d) as participações de casamento, nascimento e obito;

e) os convites para enterramento, jantar, baile e reunião;

f) as provas de impressão ou de imprensa, com ou sem os autographos ou originaes;

g) as gravuras, photographias, desenhos, planos e mappas geographicos;

h) os catalogos, pregos correntes, circulares e prospectos, annuncios e avisos diversos, impressos, gravados, lithographados ou autographados;

i) os papeis com signaes em relevo para uso dos cegos.

Art. 51. Não serão considerados impressos:

a) os sellos postaes e outras formulas estampilhadas, oblitteradas ou não;

b) as estampilhas federaes ou estadoaes;

c) os bilhetes de loteria, corrida ou por correr;

d) as letras, coupons ou quaesquer outros papeis impressos, representativos de valor;

e) os impressos cujo conteúdo tenha o caracter de correspondencia actual e pessoal.

Art. 52. Os impressos pagam a taxa integral e prévia de 20 réis por 50 grammas ou fracção desse peso.

Art. 53. Os maços de impressos não podem exceder o peso maximo de dous kilogrammas, nem apresentar em qualquer dos lados dimensão superior a 45 centimetros, excepto quando forem expedidos em rolo, caso em que o comprimento não excederá de 75 centimetros, não sendo o diametro superior a 10 centimetros.

Art. 54. Os manuscriptos e impressos devem ser postados sob cinta, em rolo, entre cartões, ou em estojo aberto de um lado ou nas extremidades, em envoltorio aberto, ou simplesmente dobrados, de modo a não dissimular a natureza da remessa, ou finalmente amarrados com barbante facil de desatar-se.

§ 1.º Os cartões de endereço e todos os impressos com a forma e consistencia de um cartão não dobrado, podem ser expedidos sem cinta, envoltorio, atadura ou dobra.

§ 2.º Os manuscriptos e impressos não podem ser expedidos em sobre-carta fechada, ainda mesmo com o canto cortado.

§ 3.º E' prohibido incluir nos manuscriptos e impressos quaesquer outros objectos de correspondencia, assim como traçar-lhe as margens notas com o caracter de correspondencia actual e pessoal.

Art. 55. Não serão expedidos nem distribuidos os maços de manuscriptos e impressos que não preencham as condições geraes do seu acondicionamento, salvo si pagarem a taxa de cartas.

Art. 56. Os manuscriptos e impressos, não ou insufficientemente franqueados, encontrados nas caixas serão retidos, e os que em taes condições chegarem ao Correio de destino só poderão por excepção ser entregues, si os destinatarios pagarem o triplo da respectiva taxa, quaesquer que sejam as importancias representadas nos sellos que tiverem.

Art. 57. Para o effeito especial da redução de taxas são considerados:

1.º *Jornaes e revistas* — as publicações impressas diarias ou periodicas, de um certo formato, em folhas avulsas ou brochadas, destinadas a diffundir informações de interesse geral, sobre factos e sobre assumptos politicos, litterarios, scientificos, economicos, industriaes e artisticos, distribuidas, pelo menos, uma vez por trimestre, com titulo especial, repetido em cada publicação, feitas em dia certo ou prazo antecipadamente fixo, em folhas não encadernadas, em cartão, panno, couro ou qualquer outra materia resistente, tiradas em uma officina de impressão, para serem distribuidas por meio de venda avulsa ou por lista de assignantes.

2.º *Supplementos* — os impressos cujos textos, da mesma natureza que os jornaes e publicações periodicas a que se referem, por falta de espaço, tempo ou por commodidade, deixando de sahir no corpo das ditas publicações, são tirados em folhas destacadas, mas constituindo continuação das folhas principaes, com o titulo — *Supplemento* — guardando a mesma fórma, titulos, data da publicação e formato, pelo menos igual, mas nunca superior ao das publicações de que fizeram parte integrante.

Art. 58. Não são considerados jornaes, para o effeito da redução de taxas, as publicações periodicas ou não, destinadas exclusivamente a annuncios com circulação gratuita ou preço puramente nominal.

Art. 59. Os jornaes, revistas e outros periodicos, impressos no Brazil, estão sujeitos á taxa prévia obrigatoria e integral de 10 réis por 100 grammas ou fracção desse peso.

Art. 60. Os jornaes enviados pelos editores ou seus representantes podem ser incluídos em saccos, mas de modo que o conteúdo possa ser verificado, com endereço exterior a uma repartição postal ou a agentes da administração dos mesmos jornaes.

Quando a distribuição tiver de ser feita pelo Correio, cada sacco ou maço de jornaes deverá ser acompanhado de uma relação nominal dos assignantes, si os jornaes não estiverem sobrescritados.

*Paragrapho unico.* Os editores teem o direito de remetter os jornaes, embora incluídos em sacco ou maço destinado a uma

repartição postal, com endereço traçado em cada um dos ditos jornaes sobre a cinta ou a margem.

Art. 61. Não serão expedidos nem distribuidos os jornaes que não reunirem qualquer das condições estabelecidas para o seu recebimento, ou estiverem não ou insufficientemente franqueados.

Art. 62. Os supplementos expedidos isoladamente não serão considerados jornaes.

Art. 63. Nos manuscritos, assim como nos impressos, são autorisadas as seguintes notas :

1º, a assignatura do remettente, a designação do seu nome ou firma social, sua qualidade e profissão, logar de procedencia ou de domicilio, data da remessa, endereço ao destinatario, tudo escripto á mão ou por outro qualquer processo ;

2º, a dedicatória ou homenagem do autor nos livros, papeis de musica, gravuras, jornaes, photographias e a factura relativa á propria obra ;

3º, os traços ou signaes, feitos ou não á mão, nos trechos do texto, para os quaes se deseja chamar a attenção ;

4º, os traços ou riscos em certos trechos de um texto impresso, para tornal-os illegiveis ;

5º, o nome do convidado, logar, data, hora e fim da reunião nos cartões de convite e de convocação ;

6º, o endereço do remettente, seu titulo ou iniciaes convencionaes, feitos á mão, nos cartões de visita impressos ;

7º, as annotações ou correções feitas nas provas de imprensa, de musica, gravura, desenho, mappas e outras impressões, com relação ao texto ou á execução da obra ;

8º, palavras, signaes ou cifras, escriptos nas circulares depois da tiragem e reproduzidos uniformemente em todos os exemplares entregues ao Correio ;

9º, as correções de erros typographicos ou manuscritos ;

10, as modificações ou adições necessarias nos textos das provas de imprensa, ou em retalho de papel em separado, relativas á correção, forma e impressão, quando nas provas não houver logar para fazel-as ;

11, a data final das assignaturas dos jornaes ;

12, as facturas e contas que se referirem aos impressos ;

13, os algarismos feitos á mão, accrescentados ás cotações ou preços correntes dos mercados ou praças commerciaes e tambem o nome do viajante e a data de sua passagem ;

14, a indicação escripta á mão, da data da sahida dos navios, nos respectivos avisos ;

15, a indicação nos catalogos e boletins impressos e abertos, de offerta e encomenda de livros, por meio de traços ou sublinhas, feitos á mão, das obras pedidas ou offerecidas, e bem assim os traços e sablinhas, no todo ou em parte, feitos no averso dos ditos boletins e catalogos, para chamar a attenção sobre as communicações impressas ;

16, o colorido nas cartas geographicas e topographicas, planos, plantas e figurinos ;

17, as notas manuscriptas ou impressas, relativas ao serviço dos jornaes, aos preços da assignatura, á data final das mesmas ou outras concernentes á remessa, como —*gratuita*, — *por troca*, — *como specimen*, etc.

Art. 64. *Amostras* — são os fragmentos de artigos e os objectos desirmanados ou incompletos, destinados a mostrar o todo, de que fazem parte, ou a qualidade e typo de um producto; contando que não representem valor mercantil, ou que o tenham perdido por meio de inutilisação.

Consideram-se tambem como *amostras* as materias filamentosas, os grãos, sementes, farinhas, liquidos, sabões ou artigos semelhantes, quando remettidos em tão pequena quantidade que não possam ser um objecto de commercio.

Art. 65. As amostras pagam a taxa integral e prévia de 100 réis por 50 grammas ou fracção desse peso.

Art. 66. As amostras não podem pesar mais de 250 grammas, nem terem dimensões superiores a 30 centimetros de comprimento, 20 de largura e 10 de altura. Si o volume tiver a forma de cylindro ou rolo, os limites serão de 30 centimetros de comprimento e 15 de diametro.

Art. 67. *Encommendas* — são pequenos objectos com valor mercantil.

Art. 68. As encommendas pagam a taxa integral e prévia de 100 réis por 50 grammas, ou fracção desse peso, além da taxa fixa de registro, que é obrigatoria.

Art. 69. As encommendas não podem ter peso superior a tres kilogrammas, nem dimensões excedentes a 40 centimetros de comprimento, 22 de largura e 16 de altura.

Si apresentarem a forma de cylindro ou rolo poderão ter 30 centimetros de comprimento e 15 de diametro.

Art. 70. As amostras e encommendas devem ser collocadas em saccos de panno, couro, lona, encerado ou papel, estojos ou caixas não fechadas ou fechadas de modo que o conteúdo possa ser facilmente verificado, em cylindro ou metal, madeira ou cartão forte, em frascos, etc.

Art. 71. Nas amostras e encommendas só são permittidas, nos proprios objectos ou nas etiquetas que os acompanharem, além do nome e residencia do destinatario, as seguintes notas manuscriptas ou feitas por qualquer outro processo:

1º, assignatura do remettente, sua firma social, sua qualidade, residencia, marca de fabrica ou de commercio e a data da remessa;

2º, numero da ordem e preços;

3º, qualidade do objecto, seu peso, volume, dimensões, quantidade produzida, diaria, mensal ou annual, e a disponivel nos depositos.

Paragrapho unico. Quando consistirem em sementes, é permittido fazer-se, na parte exterior do involucre, ao lado do endereço ou etiqueta, á mão ou por outro meio, as indicações da familia da planta, do nome ou da residencia do plantador, a epocha da plantação e da colheita, o preço do producto e os mercados de consumo.

Art. 72. Não serão expedidas nem distribuídas as amostras não ou insufficientemente franqueadas ou que não reunirem as condições geraes ou especiaes de seu acondicionamento. Igualmente não serão expedidas as encomendas encontradas nas caixas postaes.

Paragrapho unico. As amostras não ou insufficientemente franqueadas que chegarem aos Correios de destino só poderão por excepção ser entregues, si os destinatarios pagarem o triplo da respectiva taxa, quaesquer que sejam as importancias representadas nos sellos que tiverem.

Art. 73. A taxa das correspondencias de diversa natureza, reunidas em um só volume, será regulada para todas pela correspondencia que a tiver maior. Si no volume houver encomenda o registro será obrigatorio.

Art. 74. Estão isentas do pagamento de nova taxa as correspondencias reexpedidas, devolvidas ou de refugo, enquanto não forem entregues ao destinatario ou na sua residencia, ou restituídas aos remetentes.

Art. 75. São classificados como correspondencias officiaes os officios, maços, pacotes e quaesquer outros objectos provenientes de repartições publicas, de autoridades federaes ou estadoaes, competentes para se communicarem sobre assumpto de serviço publico, como sejam os expedidos e recebidos, entre si, pelas autoridades e funcionarios da União; os expedidos e recebidos pelas autoridades e funcionarios estadoaes dentro dos limites de cada Estado; os recebidos e expedidos pelas autoridades da União e dos Estados; e os expedidos e recebidos pelas autoridades e funcionarios de um e outro Estado, todos relativos ao serviço publico federal ou estadual, em razão do assumpto funcções, qualidades e competencias das ditas autoridades ou funcionarios.

Art. 76. São tambem classificados objectos de correspondencia official — os autos crimes, em que for parte a justiça e que por ella sejam remettidos de uns para outros tribunaes; os autos de recursos remettidos pelos escrivães ou secretarios dos tribunaes, com a declaração de serem os réos pessoas miseraveis; os autos relativos ao alistamento de eleitores; e, em geral, os processos e recursos eleitoraes; os exemplares do *Diario Official*, da União e dos Estados, onde os houver, remettidos aos assignantes e autoridades; os de revistas, brochuras, leis, relatorios, boletins e regulamentos impressos em estabelecimentos publicos, por conta ou ordem do Governo; os avisos, maços, pacotes, relativos ao serviço postal ou telegraphico, que aos empregados ou a particulares remetterem os respectivos chefes e os remettidos pelos Ministros e chefes de repartições federaes e estadoaes, e bem assim a correspondencia remettida pelos Ministros, secretarios e chefes das repartições federaes e estadoaes.

Art. 77. A correspondencia official deverá conter no sobrescripto: a indicação da repartição ou autoridade remetteente, da destinataria e deve ser apresentada cintada ou fechada e, sempre que for possivel, com o sello das armas nacionaes ou estadoaes.

Art. 78. As correspondencias officiaes não podem conter cartas fechadas ou abertas, manuscriptos, impressos ou quaesquer outros objectos de correspondencia de character particular e cuja inclusão seja prohibida nesta classe de correspondencia.

Art. 79. As correspondencias officiaes, que não satisfizerem as condições e requisitos estabelecidos nos artigos anteriores, serão classificadas como correspondencias particulares e sujeitas ás taxas para taes correspondencias, sendo punidos aquelles que incompetentemente usarem da correspondencia official ou abusarem della para defraudar os direitos da União.

Art. 80. A correspondencia official está isenta do pagamento das taxas de franquia.

Art. 81. Não ha limites de peso ou dimensões para a correspondencia official.

Art. 82. A correspondencia official será sempre entregue no Correio aos empregados encarregados desse serviço, acompanhada de duas guias, datadas e competentemente assignadas, uma das quaes ficará archiva-la na repartição, ou por meio de protocollo.

Art. 83. O director geral dos Correios adoptará medidas em ordem a cohibir efficazmente os abusos oriundos da franquia official, as quaes serão submittidas á approvação do Governo.

Art. 84. Annualmente, no mez de janeiro, será publicada pelo Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas, uma lista das autoridades e repartições que podem se utilizar da franquia official na sua correspondencia de serviço publico. As autoridades não comprehendidas nessa lista não gozarão dessa regalia.

Art. 85. É vedado aos Estados tributar, por qualquer forma, a correspondencia e outros objectos que transitarem pelas repartições postaes federaes.

Art. 86. A correspondencia *expressa* pagará a taxa integral e prévia de 500 réis por objecto, além das outras a que estiver sujeita, conforme sua natureza.

§ 1.º Não serão entregues por expresso as correspondencias não ou insufficientemente franqueadas, embora tenham pago a taxa de 500 réis.

§ 2.º O director geral dos Correios determinará quaes as localidades em que se deva estabelecer o serviço de distribuição por expressos.

Art. 87. Em regra geral, todas as taxas das correspondencias serão representadas por sellos ou a equivalente formula estampilhada.

## CAPITULO VI

### DO REGISTRO DAS CORRESPONDENCIAS

Art. 88. Todos os objectos de correspondencia particular ou official podem ser recebidos, transmittidos e distribuidos no territorio da Republica, mediante as formalidades do *registro*.

Art. 89. O registro é *facultativo* para as cartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes, manuscriptos, impressos, jornaes e amostras de

mercadorias ; é *obligatorio* para as cartas com valor declarado e encomiendas com ou sem declaração de valor, vales e cheques postaes e para as correspondencias officiaes com valor declarado.

Paragrapho unico. Os jornaes submittidos ás formalidades de registro ficam sujeitos á taxa dos impressos.

Art. 90. As cartas com valor declarado só poderão conter notas do Thesouro ou de bancos, papeis representativos de valor, letras e ordens de pagamento, titulos de divida publica, acções e obrigações do companhias, bancos, empresas ou sociedades, sellos do Correio e suas formulas estampilhadas, estampilhas do Thesouro da União ou dos Estados, bilhetes de loteria e quaesquer outros titulos pagaveis á vista ou ao portader.

Paragrapho unico. Nas cartas sem declaração de valor é prohibido incluirem-se taes objectos.

Art. 91. As formalidades para o registro das correspondencias são:

1º, a inscripção nominal e sob numero de ordem do objecto registrado ;

2º, entrega, em acto seguido, ao remetente de um certificado do registro ;

3º, a passagem da correspondencia, desde o momento do registro, da mão de um para outro empregado, far-se-ha sempre mediante recibo, até o acto da entrega ao destinatario.

Art. 92. As correspondencias que tiverem de ser registradas estão sujeitas ás mesmas condições de limite de peso, dimensões, acondicionamento e de notas autorisadas para cada classe de correspondencia, devendo além disso o endereço ser escripto a tinta ou impresso em caracteres legiveis, com o nome do destinatario e lugar de destino por extenso, sem qualquer vicio no involucro que possa dar logar á suspeita de violação, sem o que não serão taes correspondencias recebidas e submittidas áquellas formalidades.

§ 1.º O recebimento desta classe de correspondencia fica sujeito ao horario antecipadamente annuciado e determinado para cada localidade pelos administradores, sub-administradores e agentes, de accordo com os interesses do publico e as conveniencias do serviço postal.

§ 2.º As correspondencias registradas, sem declaração de valor, além da taxa relativa á classe e ao peso do objecto, estão sujeitas a um premio fixo de 200 réis de cada registro.

Art. 93. As cartas com valor declarado, além da taxa relativa á classe e ao peso do objecto e do premio fixo de 200 réis de cada registro, pagam mais 2 % de valor nellas incluido, nas seguintes proporções:

Ató 10\$.....	200 réis
De 10\$ a 15\$.....	300 »
» 15\$ a 20\$.....	400 »
» 20\$ a 25\$.....	500 »

e assim por deante, accrescendo sempre 100 réis por 5\$ ou menos de 5\$000.

Paragrapho unico. O valor maximo a declarar nas correspondencias registradas não poderá exceder de 300\$, quaesquer que sejam os objectos permittidos, incluidos nesta classe de correspondencias.

Art. 94. A taxa de porte e o premio fixo das correspondencias registradas sem valor declarado e bem assim a taxa, o premio fixo e a porcentagem das com declaração de valor, serão pagos em sellos pelos remittentes.

Art. 95. A collocação dos sellos nas correspondencias com valor declarado será feita exclusivamente pelo empregado encarregado do serviço, em presença do interessado depois de fechado e lacrado o objecto e de modo que fique descoberta quasi toda a superficie do sobrescripto, afim de não occultar qualquer rotura do envoltorio; nas cartas registradas sem declaração de valor os sellos devem ser collocados pelo remittente ou pelo portador da correspondencia.

Art. 96. Para que nas correspondencias registradas possam ser remittidas notas do Thesouro ou de banco, bilhetes de loteria premiados ou não, documentos ou quaesquer outros objectos, valores ou titulos pagaveis à vista ou ao portador, mencionados no art. 90, é indispensavel que o remittente escreva do lado e por cima do fecho da carta ou no involucre da encomenda — *Vale tanto* . . . . — (quantia por extenso) date, rubrique a declaração e, ao entregal-as ao Correio, mostre ao empregado o objecto cujo valor é declarado, afim de que em presença do portador sejam fechadas e lacradas.

§ 1.º Si o objecto for dinheiro, isto é, notas do Thesouro ou do banco, só poderá ser acceito quando não houver serviço de emissão de vales, para o Correio destinatario, e, neste caso, a quantia incluída na carta deve ser exactamente a declarada, nos limites do paragrapho unico do art. 93.

§ 2.º Si o objecto consistir em bilhetes de loteria, premiados ou não, ou em quaesquer outros titulos representativos de valor ou de valor estimativo, a declaração poderá ser de importancia menor, porém nunca maior do que o valor real nos limites do paragrapho unico do art. 93.

§ 3.º Si os objectos registrados consistirem em documentos estão sujeitos às condições do paragrapho anterior, accrescentando-se, porém, a declaração respectiva do valor as palavras — *Em documentos*.

Art. 97. As importancias da taxa do porte, do premio e da porcentagem das correspondencias registradas, com ou sem valor declarado, serão descriptas e rubricadas no talão e no certificado pelo empregado que registrar as correspondencias.

Art. 98. Aos empregados do Correio, encarregados do serviço de registro de correspondencias com valor declarado, é terminantemente prohibido fornecer lacre, sinete, escrever o sobrescripto e a declaração do valor, devendo em presença dos interessados fechal-as, lacral-as e franqueal-as.

Art. 99. As cartas registradas com valor declarado, relativas a rotestos de letras, saques, falta de pagamento de contas

assignadas ou de titulos de igual natureza, poderão ser acompanhadas de um aviso de recepção com a declaração daquella circumstancia, a data e o numero do registro, entregando o empregado ao remettente uma duplicata em tudo identica ao que acompanhar a carta, pagando mais o remettente, pela duplicata assignada pelo empregado, uma taxa fixa representada por um sello de 100 réis.

Art. 100. As reclamações de pagamento dos valores, que se extraviarem ou forem subtraídos, poderão ser feitas em qualquer repartição postal, devendo, porém, a ellas ser junto, como formalidade substancial, o certificado do registro, sem o que não serão ellas attendidas.

Paragrapho unico. As indemnisações por valores subtraídos, extraviados ou desencaminhados, serão feitas ao remettente ou ao destinatario, no logar onde se acharem, por intermedio da repartição local, mediante as formalidades regulamentares, depois de verificada a subtracção, extravio ou desencaminho e de autorisação escripta do administrador, a que estiver subordinada a repartição onde for feito o pedido de indemnisação.

Art. 101. Si o remettente de qualquer objecto registrado, com ou sem valor declarado, exigir aviso de recepção (*recibo do destinatario*), pagará para este fim mais 100 réis em sello, que será adherido á respectiva formula impressa.

Art. 102. As encomendas, com declaração de valor, satisfeitas as condições de limites de peso, dimensões, acondicionamento e notas autorizadas, devem ser apresentadas ao registro no Correio, abertas para serem verificadas, fechadas em seguida e lacradas em presença do remettente ou portador, observando-se todas as demais formalidades estabelecidas para as cartas registradas com valor declarado.

Art. 103. As encomendas com declaração de valor ficam sujeitas, além da taxa de porte e do premio fixo de 200 réis, á commissão de 5 % do valor declarado, não devendo nunca a dita commissão ser inferior a 500 réis, do modo seguinte :

Até 10\$.....	\$500
» 15\$.....	\$750
» 20\$.....	1\$000
» 25\$.....	1\$250
» 30\$.....	1\$500
» 35\$.....	1\$750
» 40\$.....	2\$000

e assim por deante, accrescendo sempre 250 réis por 5\$, ou fracção de 5\$000.

Paragrapho unico. O valor maximo a declarar nas encomendas não poderá exceder de 300\$ em cada uma, podendo esse valor ser inferior, mas nunca superior ao valor intrinseco dos objectos nellas contidos.

Art. 104. As correspondencias officiaes podem ser registradas com ou sem valor declarado, desde que satisfaçam as mesmas condições exigidas para o registro das correspondencias parti-

culares e que este seja requisitá-lo oficialmente, excepto quando, nas remessas urgentes de valores sujeitos a taes formalidades, não puderem estas ser preenchidas na hora do registro, devendo em taes casos ser aceita a declaração official assignada pelo remetente.

Para as correspondencias officiaes com valor declarado não haverá limite de quantia.

Art. 105. São sujeitas ao registro obrigatorio as correspondencias de serviço postal, contendo :

1º, valores encontrados em carta, ou caixas do Correio ;

2º, objectos de correspondencia franqueados com sellos servidos, falsos ou falsificauos ;

3º, correspondencias suspeitas de contorem objectos prohibidos, ou sujeitos a direitos de Alfandega ;

4º, autos lavrados nas repartições postaes em virtude de falta de objectos registrados, das listas que deviam acompanhar os ditos objectos ou de facturas das correspondencias ordinarias ;

5º, avisos de recepção de objectos registrados, devolvidos ás repartições de origem ;

6º, saldos ou *deficits* das repartições postaes, sellos e formulas estampilhadas.

Art. 106. As cartas e objectos de correspondencia ordinaria que transitarem no Correio, sob registro de serviço postal, quando tiverem sido regularmente franqueados, não ficam sujeitos a nova taxa ou supplemento de taxa.

Art. 107. Si nas repartições de destino chegarem quaesquer correspondencias registradas, não ou insufficientemente franqueadas, ou acondicionadas de modo contrario ao disposto neste regulamento ou em quaesquer instrucções, serão entregues aos respectivos destinatarios, lavrando-se auto do occorrido para punição do responsavel pela irregularidade.

Art. 108. As correspondencias officiaes, em casos identicos, quando revestidas de todas as condições exigidas para serem como taes consideradas, não perdem o privilegio da franquia.

## CAPITULO VII

### DA RECEPÇÃO, CONFERENCIA, DISTRIBUIÇÃO, EXPEDIÇÃO, DEVOLUÇÃO, REEXPEDIÇÃO DE CORRESPONDENCIAS E MALAS

Art. 109. A recepção da correspondencia ordinaria poderá ser feita em qualquer hora do dia ou da noite em caixas postaes, que serão collocadas :

1º, em todas as repartições postaes sedentarias e ambulantes ;

2º, em ruas das cidades e outras localidades onde houver serviço urbano ; na área dos districtos ruraes, onde houver agencia ou ponto de venda de sellos e nos edificios e estabelecimentos publicos e estações das estradas de ferro com indicação das horas das respectivas collectas ;

3º, nos paquetes em que houver agente embarcado ;

4.º, em todos os pontos onde as necessidades do serviço e as conveniências publicas o exigirem.

Paragrapho unico. Além das caixas de que trata este artigo, haverá no interior das repartições postaes de maior movimento as caixas necessárias para facilitar a collecta das correspondencias.

Art. 110. De accordo com as conveniências do commercio e do publico em geral, serão marcadas pelos administradores, sub-administradores e agentes as horas durante as quaes as repartições postaes estarão abertas.

Art. 111. Em todas as repartições do Correio serão affixados annuncios com indicação dos dias e horas das partidas e chegadas das malas e bem assim da procedencia e destino das mesmas.

Art. 112. A falta de malas ou a existencia de indicio de violação das mesmas e das correspondencias, assim como a falta de factura, desde que na mala não seja encontrado objecto registrado acompanhado de lista e que a totalidade dos objectos registrados não confira com a menção da factura, dará logar a lavrar-se auto circunstanciado, para o que todas as repartições terão livro especial.

Art. 113. Fóra dos casos previstos no artigo anterior, a falta de factura, lista, guia etc., dará logar não só a lavrar-se auto como a confecção de facturas, listas e guias subsidiarias, sem prejuizo do boletim de rectificação, que deverá ser expedido sempre que houver inexactidão ou não forem observadas quaesquer formalidades.

Art. 114. A distribuição das correspondencias será feita nas repartições ou nos domicilios.

§ 1.º Serão distribuidas nas repartições:

1º, as dos assignantes ;

2º, as de posta restante ;

3º, as registradas com valor declarado, salvo o disposto no art. 126.

§ 2.º Nos domicilios — nos districtos urbanos e suburbanos:

1º, as urbanas ;

2º, as do interior e exterior da Republica, ordinarias e registradas ;

3º, as expressas.

§ 3.º Nos districtos ruraes :

1º, as urbanas ;

2º, as do interior e exterior da Republica, ordinarias e registradas.

Art. 115. Será considerado assignante do Correio aquelle que pagar a assignatura de uma caixa especial, para nella ser exclusivamente lançada a sua correspondencia, sob a firma commercial de que fizer parte ou seu nome individual.

Art. 116. As assignaturas de caixa para esse fim serão tomadas no Correio, por trimestres pagos adeantadamente e pela forma seguinte :

Na administração do Districto Federal, 9\$ ; nas outras administrações de 1ª classe e nas agencias tambem de 1ª classe, 7\$500 ;

nas outras administrações, nas sub-administrações e nas agencias onde houver distribuição domiciliaria, 4\$000.

Paragrapho unico. Nas caixas dos assignantes nenhuma outra correspondencia será lançada além da da respectiva firma commercial ou de cada um dos socios individualmente.

Art. 117. Para os effeitos de recepção de correspondencia registrada com valor declarado, consideram-se representantes legaes do destinatario:

1º, os procuradores, para este fim especialmente autorizados ;  
2º, os syndicos, administradores e liquidantes de massas fallidas, para as correspondencias commerciaes do fallido ;

3º, o cabeça de casal sobrevivente e na falta deste o inventariante, enquanto durar o inventario, para as correspondencias do fallecido ;

4º, os pais, para as correspondencias dos filhos menores ;

5º, os tutores e curadores, para as correspondencias dos interdictos, em virtude de sentença, motivada por incapacidade mental.

Paragrapho unico. Para a entrega da correspondencia registrada com valor declarado, as repartições das localidades, onde houver distribuição domiciliaria, expedirão avisos aos destinatarios para virem recebê-la no Correio.

Art. 118. Os destinatarios, no acto de receberem as correspondencias registradas com valor declarado, deverão examinar o estado do fecho das cartas ou encomendas, abri-las sem dilacionar-as, em presença do empregado ou agente de quem as receberem, e, verificando-se que o valor foi, no todo ou em parte, subtrahido, lavrar-se-ha immediatamente um auto, do qual constará tambem si havia ou não indicios de violação e quaes, juntando-se ao mesmo auto o involuero do objecto. O auto será assignado pelo empregado ou agente, pelo destinatario e por uma ou mais testemunhas, si as houver na occasião, cumprindo além disto ao destinatario mencionar no recibo a falta do valor no todo ou em parte.

Art. 119. Nas administrações o succursaes de grande movimento de correspondencia, as distribuições de correspondencia urbana serão feitas logo que for possível por carteiros privativos de tal serviço, em horas certas e conhecidas do publico e sempre em numero correspondente ao das collectas, afim de não ser demorada a entrega.

Art. 120. Não haverá nas outras localidades carteiros privativos para a distribuição da correspondencia urbana, a qual será feita conjunctamente com a demais correspondencia, sendo em tal caso as collectas das caixas feitas a horas de poder aproveitar as subilas dos carteiros para a distribuição da correspondencia em geral.

Art. 121. A correspondencia será levada aos domicilios em todos os logares cuja população exceder de 5.000 habitantes e para isso, diariamente, haverá na Capital Federal e seus subúrbios e nas Capitães dos Estados, ao menos tres distribuições e duas nas outras localidades, todas em horas certas e previamente conhecidas do publico.

Paragrapho unico. Para regularidade da distribuição a área de cada localidade será dividida em districtos postaes.

Art. 122. Nas administrações e succursaes de grande movimento, onde houver distribuição urbana por carteiros privativos, a da correspondencia do interior e exterior, no caso de affluencia de entrada de correspondencia, poderá ser demorada até meia hora além da marcada, affim de que não fique para a distribuição seguinte.

Art. 123. Nos quartéis, hospitaes, prisões, asylos, estabelecimentos publicos e particulares e, em geral, em qualquer parte onde o accesso for defeso, a distribuição será feita lançando-se a correspondencia em uma caixa, que para tal fim esses estabelecimentos deverão ter na porta ou saguão de entrada.

Quando os chefes, directores, administradores ou proprietarios dos indicados estabelecimentos se recusarem collocar uma caixa para aquelle fim, a correspondencia ficará no Correio até ser reclamada pelos destinatarios.

Art. 124. Nas localidades onde não houver serviço de distribuição nos domicilios, a correspondencia será classificada em ordem alphabetica para ser entregue a quem devidamente a reclamar e nunca mediante chamada dos destinatarios ou relação à disposição do publico.

Art. 125. A correspondencia simplesmente registrada poderá ser entregue no Correio ou nos domicilios, mas aos proprios destinatarios, a seus representantes legaos ou pessoas a quem para isso elles autorizarem por escripto.

Art. 126. As cartas e encommendas com valor declarado poderão tambem ser distribuidas nos domicilios dos destinatarios, nas localidades determinadas pelo director geral dos Correios.

Art. 127. Em todas as repartições postaes haverá indicadores em que qualquer pessoa possa fazer inscrever seu nome e indicar seu domicilio, affim de facilitar a distribuição da correspondencia.

Art. 128. A expedição das correspondencias será feita pela linha mais accelerada, salvo o caso em que venha indicada outra por onde deseje o remettente se envie a sua correspondencia, e essa indicação só deixará de ser respeitada quando o navio ou qualquer outro vehiculo citado não sahir ou não conduzir malas.

Art. 129. As administrações, sub-administrações e agencias de 1ª classe, nas malas endereçadas a outra repartição, expedirão as correspondencias nos seguintes maços:

1º, destinadas à distribuição domiciliaria no logar do destino da mala;

2º, correspondencia expressa;

3º, correspondencia de transito;

4º, correspondencia não e insufficientemente franqueada;

5º, correspondencia devolvenda;

6º, correspondencia de refugio.

Art. 130. Serão devolvidas ás repartições de procedencia :

1º, as correspondencias officiaes que não puderem ser entregues nas localidades de destino ás autoridades a quem tiverem sido dirigidas ;

2º, as correspondencias particulares que, por qualquer motivo, não puderem ou não devam ser distribuidas ou reexpedidas, e as com endereços incompletos ou errados, a lapis, ou em iniciais, excepto quando estes ultimos indicarem o destino, rua e numero da casa ou o nome do destinatario ou caixa onde deva ser entregue ;

3º, as correspondencias recusadas pelos destinatarios por qualquer motivo, excepto o de suspeita de violação ;

4º, as correspondencias com endereço a individuos que se achem ausentes em logar desconhecido ;

5º, os avisos de recepção, na primeira mala, desde que se achem devidamente assignados pelos destinatarios das correspondencias.

Art. 131. Todas as correspondencias devolvidas serão immediatamente entregues aos remetentes, quando nas sobre-cartas, cintas, endereços ou notas autorizadas, houver indicação de seus nomes.

Art. 132. Serão reexpedidas as correspondencias officiaes, particulares, ordinarias ou registradas, com ou sem valor declarado, remettidas para autoridades ou individuos ausentes, si as localidades em que estiverem ou suas novas residencias forem conhecidas.

Art. 133. A devolução e a reexpedição das correspondencias registradas ou não, e das cartas com valor declarado, serão gratuitas, excepto :

1º, para as que, tendo sido entregues nos domicilios indicados nas mesmas, voltarem ao Correio dirigidas a outro destino, as quaes serão novamente franqueadas e, quando não o tenham sido, serão consideradas como não franqueadas ;

2º, para as correspondencias ordinarias ou registradas e para as cartas e encommendas com valor declarado, quando, tendo sido apresentadas com endereço incompleto ou errado e depois de entregues aos remetentes, forem de novo confiadas ao Correio, com o endereço completo ou rectificado, as quaes ficam sujeitas a novo franqueamento e taxas de registro.

Art. 134. A expedição, devolução e reexpedição das correspondencias serão feitas em malas directas, de transito ou a descoberto.

## CAPITULO VIII

### DA PROPRIEDADE DA CORRESPONDENCIA E DO REFUGO

Art. 135. A correspondencia postal de qualquer natureza ou classe constitue materia de uma propriedade *sui generis* desde o momento em que é postada nas caixas ou estações do Correio, durante a estada e o transito nas repartições e nas malas, até ao

acto da entrega ao destinatario e ainda depois de cahida em refugio, até o momento do consumo ou da prescripção.

Art. 136. Todo e qualquer objecto de correspondencia, depois de postado e emquanto não for entregue ao destinatario, pertence ao remettente.

Art. 137. Ao remettente assiste o direito, provada a sua identidade e mediante formalidades e condições de garantia do sigillo da correspondencia, de retirar-a do Correio, suspender a expedição ou a entrega ao destinatario, alterar ou rectificar os respectivos endereços e reclamar-a do refugio, até o momento de ser consumida ou emquanto não estiver prescripta.

Art. 138. O serviço denominado de refugio comprehende o processo das correspondencias *devolvendas*, *devolvidas*, *retidas* e de *refugio definitivo*.

Art. 139. Não ha refugio official. A correspondencia desta natureza, quando não possa ser entregue aos destinatarios, será immediatamente enviada ás autoridades ou repartições remettentes, com declaração expressa do motivo da devolução.

Art. 140. Os objectos de correspondencia podem cahir em refugio nas repartições de origem ou nas de destino.

Art. 141. Cahem em refugio nas repartições de origem as correspondencias que não possam ou não devam ser expedidas ou distribuidas, por conterem objectos prohibidos, não estarem acondicionadas do modo estabelecido neste regulamento ou em quaesquer instrucções ou por trazerem endereços incompletos, illegiveis, injuriosos ou obscenos.

Paragrapho unico. Taes correspondencias são denominadas—*retidas*.

Art. 142. As correspondencias retidas serão :

1º, *restituidas aos remettentes* — as que e possam ser, quando tenham seus nomes externamente indicados ou quando provem a sua propriedade pelo modo que for estabelecido ;

2º, *inutilisadas* — quando contenham substancias explosivas, inflammaveis, fetidas ou nauseabundas, desenhos, artefactos ou publicações obscenas e ainda as com endereços ou dizeres injuriosos, indecentes ou ameaçadores ;

3º, *apprehendidas e multadas* — quando contenham valores não permittidos.

Art. 143. Cahem em refugio nas repartições de destino as correspondencias endereçadas a pessoas ausentes ou fallecidas, as que não sejam reclamadas dentro do prazo regulamentar, as recusadas pelos destinatarios e as dirigidas a firmas commerciaes ou sociedades extinctas, e ainda as que, apezar da vigilância do Correio de origem, hajam sido expedidas, sem reunir as condições geraes ou especiaes de seu acondicionamento ou outras estabelecidas neste regulamento ou em quaesquer instrucções.

Art. 144. As correspondencias de que trata o artigo antecedente serão :

1º, *devolvidas aos Correios de origem* — as que não possam por qualquer motivo ser entregues aos respectivos destinatarios (*são as devolvendas*) ;

2ª, *inutilisadas*— as que contenham substancias explosivas, inflammaveis, fetidas ou nauseabundas, desenhos ou publicações obscenas e as com endereços ou dizeres ameaçadores, injuriosos ou indecentes ;

3ª, *apprehendidas e multadas*— as que contenham valores não permitidos.

Art. 145. O *refugo definitivo* só pôde existir nos Correios de origem das correspondencias, e será constituido pelos objectos retidos ou devolvidos, que não tenham podido ou não devam ser restituídos aos remettentes. Taes objectos ficarão tres mezes nos Correios de origem.

Paragrapho unico. Nas administrações e sub-administrações serão, entretanto, incorporados aos refugos definitivos, para os fins do consumo, os objectos que devam ser ali inutilisados.

Art. 146. As correspondencias devolvidas, quando chegarem aos Correios de procedencia, serão restituídas aos remettentes, cujos nomes estiverem exteriormente indicados ou si provarem a sua propriedade pelos meios que forem estabelecidos.

Art. 147. No principio de cada trimestre as agencias e succursaes enviarão ás administrações ou sub-administrações a que estiverem subordinadas os objectos de *refugo definitivo*, que tiverem ali permanecido durante tres mezes.

Nas administrações e sub-administrações taes objectos serão submettidos a exame de empregados escolhidos especialmente para este serviço.

Art. 148. As correspondencias cahidas em refugo, não ou insufficientemente franqueadas, não serão entregues aos remettentes sem que estes paguem, em dobro, o não franqueamento ou o dobro da insufficiencia.

Art. 149. As correspondencias de franqueamento obrigatorio e integral, que estiverem não ou insufficientemente franqueadas, poderão, quando retidas, ser expedidas a seu destino, si os remettentes completarem de prompto as taxas devidas.

Art. 150. Aos remettentes de correspondencias de franqueamento obrigatorio, quando estiverem ellas não ou insufficientemente franqueadas, de correspondencias com dimensões e peso superiores aos estabelecidos e das que não preencherem as condições geraes ou especiaes do seu acondicionamento, e bem assim de encomendas encontradas nas caixas postaes, enviara o Correio um aviso para que venham retirar-as, e si no prazo de tres mezes não forem reclamadas, serão consumidas ou vendidas segundo o caso, ficando o producto liquido, deduzidas as taxas a pagar, à disposição dos remettentes durante um anno.

Art. 151. As correspondencias que os remettentes retirarem ou as que não preencherem as condições geraes ou especiaes de seu acondicionamento, e bem assim as encomendas encontradas nas caixas postaes, só poderão ser de novo recebidas no Correio, si preencherem as condições de seu recebimento e si os remettentes pagarem integralmente nova taxa e premio como si fossem postadas pela primeira vez.

Art. 152. Nos ultimos dias dos mezes de junho e dezembro de

cada anno, nas administrações e sub-administrações, e por uma comissão designada pelo administrador ou sub-administrador, serão os — *refugos definitivos* — do trimestre anterior tratados do modo seguinte :

1º, as cartas e cartas-bilhete, ordinarias ou registradas, com ou sem valor, depois de abertas e não lidas, serão, bem como os bilhetes postaes, consumidos, excepto as que contiverem valores ou documentos, as quaes serão novamente fechadas, tomando-se nota do nome do remettente, afim de ser convidado a recebê-las mediante recibo, pagas por elle as multas a que estiverem sujeitas taes correspondencias ;

2º, os manuscritos serão apartados ; os de importancia ficarão archivados durante um anno e os outros consumidos ; si, depois daquelle prazo os manuscritos archivados não forem reclamados, pertencerão à União ;

3º, os impressos, jornaes, amostras e encomendas serão igualmente apartados ; os que tiverem valor venal serão vendidos por meio de concorrência publica e os que não o tiverem serão consumidos.

Art. 153. O direito de propriedade do remettente prescreve decorrido o prazo de um anno, a contar da data do edital convidando-o para retirar suas correspondencias e valores cahidos em refugio ; os valores e bem assim o producto liquido da venda das encomendas, não reclamado naquelle prazo, serão escripturados como renda extraordinaria da União.

Art. 154. O producto liquido da venda das encomendas, deduzidas as quantias devidas à Fazenda Nacional, ficará durante um anno à disposição de quem de direito for, e, findo esse prazo, será escripturado como receita extraordinaria da União.

## CAPITULO IX

### DAS RECLAMAÇÕES

Art. 155. As reclamações ou queixas contra o serviço postal ou contra os empregados do Correio serão obrigatoriamente recebidas, quando forem apresentadas por algum dos meios seguintes :

1º, escriptas, assignadas e datadas, em livro especial de reclamações, que haverá em todas as repartições do Correio, à disposição de quem quizer fazer qualquer reclamação ou queixa ;

2º, em carta datada e assignada, registrada, si não for possível entregal-a em mão ao director geral, administradores, sub-administradores e chefes de serviço.

Art. 156. Si os reclamantes tiverem de entregar quaesquer documentos ao chefe da repartição ou do serviço, e bem assim quando apresentarem testemunhas para fundamentar suas reclamações ou queixas e facilitar as averiguações, entregarão

o documento ou documentos, dos quaes lhe serão dados recibos, e indicarão os nomes das testemunhas, suas profissões e residencias.

Art. 157. As reclamações ou queixas devem ser fundamentadas com todos os esclarecimentos e particularidades que facilitem as averiguações e sua prompta solução.

Art. 158. Si o reclamante não souber ou não puder escrever, poderá alguém fazer a reclamação escripta no livro ou por carta a seu rogo, comtanto que não seja empregado do Correio ou encarregado de serviço postal.

Art. 159. As reclamações ou queixas feitas por carta particular ou pela imprensa, na parte editorial dos jornaes e nas publicações solicitadas, assignadas pelos reclamantes ou queixosos, serão tomadas em consideração, segundo a natureza, verosimilhança e gravidade do facto.

As queixas ou reclamações anonymas, de qualquer ordem, não serão attendidas.

Art. 160. Com os esclarecimentos fornecidos pelos reclamantes serão immediatamente iniciadas as averiguações, sendo, quando necessario, remettidas cópias authenticas das reclamações ou queixas, dos documentos, si os houver, e informações colhidas, si for conveniente, ás repartições ou empregados interessados na solução dellas, quer se trate de correspondencias ou valores, quer de queixas contra o pessoal na execução de serviços.

O resultado, infructifero ou não, será communicado ao reclamante, quando conhecida a residencia.

Art. 161. São informações obrigatorias :

1ª, indicação dos nomes dos empregados que executaram os serviços, sobre quem recaiam as reclamações ou queixas ;

2ª, declaração do conceito em que são tilos os citados empregados ;

3ª, referencia de ter ou não occorrido facto igual ou reclamações de outra natureza contra os empregados de que se tratar.

Art. 162. Nenhum empregado é dispensado, sob qualquer pretexto, de dar expediente prompto ás reclamações ou queixas, quaesquer que sejam os fundamentos destas, ou esquivar-se do mesmo modo de dar as informações que lhe forem ordenadas, e em termos convenientes, sob pena de desobediencia formal.

Art. 163. No principio de cada mez, todas as repartições postaes organisarão uma relação das reclamações nellas havidas durante o mez anterior, sem ou com solução e qual, e a remetterão ás administrações ou sub-administrações, quando feitas nas agencias a ellas subordinadas, a fim de que aquellas organisem por sua vez o quadro estatistico mensal das reclamações ou queixas havidas, resolvidas ou não, e o remettam tambem mensalmente á Directoria Geral dos Correios, para que esta organise o quadro geral e annual da estatistica deste serviço.

## CAPITULO X

## DA CONDUÇÃO DE MALAS

Art. 164. O transporte de malas do Correio será feito :

§ 1.º Nas linhas terrestres :

1º, por estafetas a pé ou a cavallo ;

2º, em carros especiaes ou em vagões ordinarios de estrada de ferro, por conductores.

§ 2.º Nas linhas fluviaes e maritimas :

1º, pelas embarcações brasileiras de qualquer classe, subvencionadas ou não, à vela ou a vapor, mercantes ou de guerra ;

2º, pelos vapores estrangeiros pertencentes a empresas ou companhias, subvencionadas ou não pelo Governo da União ou dos Estados e que tiverem contractado qualquer serviço ou fizerem viagens regulares entre os portos do Brazil e os de paizes estrangeiros ;

3º, pelos vapores estrangeiros que obtiverem patentes de paquete e viajarem regularmente entre portos brasileiros.

Art. 165. No caso do n. 1º do § 1º do artigo antecedente o serviço será pago pela União, contractado por linhas, mediante concorrência publica ou feito por administração, conforme mais convier ao interesse das repartições postaes ; e no caso do n. 2, do referido paragrapho e artigo, o transporte de malas será gratuito e obrigatorio, sem limite de peso e dimensões, nas estradas de ferro nacionaes e nas que tenham garantias de juros da União ou dos Estados, que serão obrigados a fornecer carros necessarios e especiaes para os correios ambulantes, excepto nas pertencentes a empresas particulares sem aquelle favor, as quaes, comtudo, deverão dar transporte gratuito em carros ordinarios às malas e seus conductores e bem assim aos empregados do Correio, quando em serviço da repartição.

Paragrapho unico. O director geral dos Correios terá passe de livre transito em todas as linhas ferreas, nas de carris, de navegação e outras do Governo ou por este subvencionadas.

Art. 166. Nos casos nos ns. 2 e 3 do § 2º o transporte de malas será gratuito e obrigatorio, sem limites de peso e dimensões.

Art. 167. Além das obrigações acima estabelecidas para as estradas de ferro de empresas particulares sem garantia de juro, são estas ainda obrigadas, quando o Governo ou o director geral julgar conveniente, a estabelecer em suas linhas o serviço postal ambulante, a dar tracção gratuita e obligatoria aos carros do Correio que, em taes casos, serão fornecidos à custa da União.

Art. 168. A guarda e responsabilidade das malas nas linhas fluviaes e maritimas cabe :

1º, nos navios de guerra, aos commissarios ;

2º, nos paquetes e vapores brasileiros, aos commandantes, quando a bordo não houver agentes embarcados ;

3º, nos paquetes e vapores estrangeiros, aos commandantes, quando a bordo não houver agentes embarcados encarregados especialmente deste serviço;

4º, nos navios mercantes à vela, aos capitães ou mestres.

Art. 169. Os donos, agentes ou consignatarios, capitães ou mestres de navios mercantes, à vela ou a vapor, brazileiros ou estrangeiros, que tiverem de sahir de uns para outros portos do Brazil, participarão à repartição postal da localidade até ao meio-dia da vespera da partida ou em prazo mais curto, quando a demora nos portos for de menos de 24 horas, entre a chegada e a partida, a hora em que tiverem de sahir no dia seguinte e indicarão quaes os portos de destino e os de escala.

Art. 170. Igual declaração, e pela mesma fôrma, deverão fazer os commissarios dos navios de guerra nacionaes, quando tiverem de partir de uns para outros portos do Brazil, excepto quando levarem — *carta de prego* — ou não mediarem mais de 24 horas entre a ordem da partida e a hora fixada para sahida do navio.

Art. 171. Quando o navio que conduzir malas voltar, por causa de força maior, ao porto de onde sahiu, deverá o mestre, capitão, commandante ou commissario, si o navio for de guerra, entregal-as immediatamente ao Correio da localidade, si o mesmo navio não as puder mais transportar ou si a transmissão dellas puder ser feita por outro, com menos demora.

Art. 172. Os agentes e consignatarios de empresas estrangeiras de navegação, que se incumbirem do transporte de malas, deverão comunicar ao Correio, com a maior antecedencia possible, a data provavel da chegada dos vapores e, logo que elles cheguem ao porto, o dia e a hora da partida, observada a disposição do art. 170.

Art. 173. A entrega das malas poderá ser feita a bordo ou nas repartições, aos commandantes, capitães, mestres ou agentes embarcados, mediante recibo.

Art. 174. As malas conduzidas por paquetes, vapores, navios mercantes à vela, nacionaes ou estrangeiros, só poderão ser entregues, mediante recibo, a bordo, aos empregados do Correio encarregados de recebel-as e conduzil-as para terra, ou serão directamente entregues ás repartições, tambem mediante recibo, sem que transitem pelas agencias, escriptorio de empresas de navegação ou de consignaçaõ de navios ou por quaesquer outros logares extranhos ao Correio.

Art. 175. As malas transportadas por navios de guerra brazileiros serão entregues directamente ao Correio pelos respectivos commissarios.

Art. 176. As malas transportadas por navios à vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros, que chegarem aos portos do Brazil e ficarem impedidos por motivo de quarentena ou de molestia a bordo, serão entregues aos empregados da Inspectoria de Saude dos Portos, os quaes providenciarão sobre o desembarque dellas, para, nos lazaretos ou estações da Inspectoria, serem abertas e desinfectadas as correspondencias que contiverem e entregues depois ao Correio.

Paragrapho unico. As malas a que se refere este artigo não poderão ser abertas, sem que esteja presente, pelo menos, um empregado do Correio.

Art. 177. Os conductores de malas e estafetas, a pé ou a cavallo, não poderão, por motivo algum, ser embarçados no seu transito, e quando commetterem crime, pelo qual devam ser presos, a autoridade que decretar a prisão, si no logar não houver repartição postal, providenciará com urgencia para que as malas sigam com segurança e presteza até a agencia mais proxima, que do mesmo modo deverá providenciar para que ellas cheguem ao seu destino.

Art. 178. Os estafetas poderão andar armados e receberão das autoridades dos logares por onde passarem todo o auxilio, inclusive o pecuniario, por conta do Correio, quando necessario para o desempenho de seus deveres.

Art. 179. As autoridades civis e militares, nos casos de accidente no transporte de malas, são obrigadas a prestar todo auxilio aos empregados do Correio ou encarregados deste serviço, sempre que por elles o auxilio lhes seja requisitado.

Art. 180. Os empregados do Correio encarregados do serviço maritimo de recebimento de malas a bordo de paquetes, navios à vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros, tem o direito de entrar nas ditas embarcações simultaneamente com a visita da Alfandega.

## CAPITULO XI

### PERMUTAÇÃO DE FUNDOS

Art. 181. O Correio encarrega-se do serviço de permutação de fundos por meio de *vales e cheques postaes*.

Art. 182. Os vales postaes dividem-se em — *nominaes* — *ao portador* e — *de serviço*.

§ 1.º *Nominaes* — são os emitidos em favor de certo e determinado individuo, designado pelo nome proprio, ou de certa e determinada corporação, estabelecimento, empresa ou sociedade, nomeadamente designada.

§ 2.º *Ao portador* — os emitidos sem designação de individuo, corporação, estabelecimento, empresa ou sociedade, para serem pagos a quem os apresentar.

§ 3.º *De serviço* — os emitidos para transferencia de fundos entre repartições publicas da União e dos Estados, pagamento de vencimentos, ajudas de custo, despesas com transporte de malas e das resultantes de caso de força maior, que tenham sido ou devam ser pagas por empregados do Correio.

Art. 183. O valor maximo dos vales postaes nominaes será de 1:000\$, quando tiverem de ser pagos nas administrações de 1ª e 2ª classes; de 500\$, quando o tiverem de ser nas outras administrações, sub-administrações e agencias de 1ª classe, e de

200\$, quando o pagamento tiver logar nas agencias de 2ª e 3ª classes, cujas rendas comportarem esse serviço e forem para isso autorisadas pela Directoria Geral dos Correios.

Art. 184. Para os vales postaes ao portador o valor maximo será de 200\$, quando tiverem de ser pagos nas administrações de 1ª e 2ª classes; de 100\$, nas outras administrações, sub-administrações e agencias de 1ª classe, e de 50\$, nas agencias de 2ª e 3ª classes, observadas as condições estabelecidas no artigo anterior.

Art. 185. São encarregados da emissão e pagamento de vales, nas administrações, sub-administrações e agencias de 1ª classe, os respectivos thesoureiros; nas de 2ª e 3ª classes, os proprios agentes.

Art. 186. Os tomadores de vales — *nominaes* — ou — *ao portador* — pagarão um premio, na fórmula da seguinte tabella:

Até	25\$.....	\$300
»	50\$.....	\$600
»	100\$.....	1\$000
»	150\$.....	1\$500
»	200\$.....	2\$000
»	300\$.....	2\$500
»	400\$.....	3\$000
»	500\$.....	3\$500
»	600\$.....	4\$000
»	700\$.....	4\$500
»	800\$.....	5\$000
»	900\$.....	5\$500
»	1:000\$.....	6\$000

Art. 187. Si os vales forem expedidos com a nota — *urgente* — para que sejam entregues nas cidades ou povoações, onde estejam situadas as administrações, sub-administrações ou agencias destinatarias e houver distribuição a domicilio, por portador *expresso*, pagarão mais os tomadores o premio fixo de 500 réis; e si exigirem que, em tempo opportuno, se lhes dê um certificado do aviso de recepção, pagarão ainda o premio fixo de 100 réis, tudo em sellos do Correio.

Art. 188. Os premios dos vales e as demais despezas com a emissão serão pagos pelos tomadores, no acto de apresentarem a requisição, e ficarão pertencendo à União.

Paragrapho unico. Os vales — *de serviço* — ficam isentos de qualquer taxa ou premio.

Art. 189. Os vales, logo depois de emittidos, serão immediatamente registrados por conta dos tomadores, aos quaes se entregará um certificado de registro, e, enquanto não forem pagos, competo-lhes o direito de modificar-lhes o endereço, sustar a entrega, ou pagamento delles.

Art. 190. Não é permittida a emissão de vales a favor de individuos designados por letras iniciaes ou nome que não individualise ou determine de modo certo o destinatario; podem, porém, ser emittidos a favor de empresas, corporações, redacções

ou administrações de jornaes, estabelecimentos publicos ou particulares e firmas commerciaes.

Art. 191. Si o tomador de um vale nominal ou ao portador não quizer declarar o seu nome ou appellidos, serão taes indicações substituidas por letras iniciaes ou pela palavra — *Anonymo*—, podendo, entretanto, deixar na repartição a declaração de seu nome e residencia, a qual será escripta sómente na requisição e no recibo, para o effeito de reembolso, a que não terá direito si recusar-se a fazer taes declarações.

Art. 192. Os vales postaes emittidos de umas para outras repartições do Correio, serão válidos sómente até ao ultimo dia do terceiro mez, a contar da data da emissão; terminado este prazo, só poderão ser pagos depois de revalidados, a pedido do tomador ou do destinatario.

Paragrapho unico. Os avisos dos vales comprehendidos neste artigo serão devolvidos ás repartições emissoras na primeira mala, depois de expirado o prazo supracitado, salvo o caso de constar, no Correio do destino, pedido de revalidação.

Art. 193. A revalidação dos vales postaes consiste na concessão de um novo periodo de validade igual ao primeiro, o qual pôde ser successivamente renovado, enquanto os vales não estiverem prescriptos, mediante novo premio pago pelo tomador ou destinatario, na repartição emissora ou na de destino, por meio de sellos ordinarios, adheridos no verso do vale, no acto da revalidação.

Art. 194. A revalidação dos vales será feita nas repartições emissoras ou de destino mediante requerimento dos tomadores ou destinatarios.

Art. 195. As importancias dos vales não pagos prescrevem em favor da Fazenda Nacional, no fim de um anno, a contar da data da emissão.

Este prazo, porém, fica interrompido pelos processos ou reclamações escriptas, a respeito dos mesmos vales, para os quaes o novo prazo de prescripção começará a ser contado da data da sentença final ou do despacho definitivo.

Art. 196. O Governo poderá, em circumstancias extraordinarias, mediante representação motivada do director geral dos Correios, sem prejuizo do reembolso :

1º, suspender temporariamente a emissão e o pagamento de vales em qualquer repartição postal ou em todas as repartições postaes da Republica ;

2º, reduzir temporariamente o valor maximo dos vales.

Art. 197. As requisições dos vales ficarão archivadas nas repartições de origem, durante o prazo de tres annos, findo o qual as agencias as remetterão ás administrações e sub-administrações, para serem verificadas e em seguida destruidas; os talões dos vales, porém, serão remettidos pelas agencias ás administrações e sub-administrações, logo depois de realizada a emissão e a entrega do ultimo vale do respectivo livro.

Art. 198. Os vales de serviço serão emittidos em virtude de requisição especial e em formula tambem especial com a declaração

do fim a que se destinam as respectivas importancias, data e assignatura da autoridade requisitante.

Paragrapho unico. Só podem fazer taes requisições as autoridades e funcionarios competentes para usarem da franquía official.

Art. 199. Aos tomadores de vales serão entregues recibos das quantias que depositarem, podendo os mesmos tomadores em qualquer tempo exigir que lhes seja declarado si os ditos vales foram ou não pagos ; para esse fim haverá uma formula impressa na qual se escreverá a data da emissão e o nome do individuo a quem devia ser effectuado o pagamento, afim de ser immediatamente remettida á repartição encurregada de pagar o vale, que a deverá logo devolver informada, sob registro de serviço.

Art. 200. No caso de perda, extravio ou inutilisação de um vale postal nominal, terá o tomador direito ao reembolso, mediante requerimento e apresentação do recibo da emissão e será o mesmo effectuado depois da declaração do Correio de destino de que o pagamento não foi feito e não será effectuado, devolvendo o aviso na primeira mala.

§ 1.º Nos mesmos casos o destinatario terá direito ao pagamento do vale, tambem mediante requerimento, verificada a existencia do aviso na repartição de destino.

§ 2.º Si a perda, extravio ou inutilisação do vale for devida ao Correio, ficará o destinatario isento do pagamento de novo premio, e no caso contrario será este pago por meio de sellos ordinarios, adheridos ao respectivo requerimento.

§ 3.º Para os vales ao portador comprehendidos neste artigo, só poderá haver o reembolso.

Art. 201. Quando o tomador de um vale requerer o reembolso em repartição que não seja a emissora, ficará sujeito ao onus de que trata o art. 200 § 2º.

Art. 202. Os tomadores de vales postaes poderão ser reembolsados nas repartições emissoras, mediante apresentação do proprio vale, desde que ali estejam os respectivos avisos.

Art. 203. Quando um vale for tomado sob a declaração — *Anonymo* — ou com a indicação das iniciais do nome do tomador, si tiver de ser reembolsado, além do que fica estabelecido, juntará este ao proprio vale o recibo de emissão e o reembolso se effectuará sem mais formalidades, si o aviso estiver na repartição emissora, observada a condição final do art. 200.

Si, porém, ali não estiver ainda o aviso, a requisição, com o recibo de emissão e o proprio vale, será submettida a despacho para autorisação do reembolso, na forma do art. 200.

Art. 204. Quando, no caso da ultima hypothese do artigo anterior, houver urgencia no reembolso do vale, a repartição emissora, por meio de telegramma de serviço expellido á repartição destinatária e em vista das informações transmittidas em resposta, autorisará ou não o reembolso.

Art. 205. Si o tomador ou o destinatario de um vale requerer, na forma já estabelecida, que o pagamento seja feito em loca-

lidade diversa da primitiva, pagará para esse fim todas as despesas, como si tivesse de ser feita uma nova emissão.

Art. 206. Os vales postaes — *nominaes* — podem ser transferidos por meio de — *endosso* — e, neste caso, não serão mais pagos aos primitivos destinatarios, excepto em virtude de novo endosso.

§ 1.º As pessoas, em favor de quem se effectuarem os endossos, passarão no acto do pagamento os respectivos recibos no proprio vale.

§ 2.º As firmas dos endossantes, quando não conhecidas, devem ser authenticadas por tabelliães ou consules, ou abonadas perante os empregados incumbidos do pagamento dos vales, por qualquer dos meios permittidos em direito.

Art. 207. Os tomadores de vales postaes teem o direito de requerer, juntando o recibo do vale, a rectificação do nome do destinatario, ou pedir que o pagamento seja feito a outra pessoa.

Art. 208. Os vales serão pagos mediante recibo — assignado:

1.º, nas *administrações* — dentro de 24 horas depois da sua apresentação, não se contando os dias feriados;

2.º, nas *sub-administrações* e *agencias de 1.ª classe* — dentro do prazo de oito dias de vista e nas outras *agencias* no de 15 dias.

Art. 209. Os vales *nominaes* serão pagos, mediante recibo assignado:

1.º, ás pessoas a favor de quem forem emittidos ou endossados, indicadas por seus nomes, ou a seus representantes legais;

2.º, aos representantes de casas commerciaes ou empresas, aos administradores, gerentes e proprietarios de jornaes, aos funcionarios e directores ou administradores de estabelecimentos publicos ou particulares, quando os vales tiverem sido emittidos ou endossados a favor dessas entidades.

Art. 210. Os vales ao portador serão pagos a quem os apresentar, sem outra formalidade além do recibo do apresentante.

Art. 211. Os empregados incumbidos do pagamento de vales postaes *nominaes*, quando tiverem duvidas ou não reconhecerem a identidade dos individuos em favor de quem forem os vales emittidos, poderão exigir essa prova pelos meios seguintes: abonação de consul, de duas testemunhas conhecidas dos empregados ou de representante de qualquer firma social.

Art. 212. Quando, nos casos do artigo antecedente, as assignaturas dos recibos forem de representantes de firmas commerciaes, de praças do Exercito, da Armada ou da Policia, de funcionarios publicos e empregados de estabelecimentos particulares, devem taes assignaturas ser acompanhadas de marcas de chancellia, carimbos ou sinetes de que usarem as firmas commerciaes, corporações, empresas ou repartições a que pertencerem os abonadores; de abonação dos commandantes de corpos, majores, capitães ou commandantes de companhia ou chefes de qualquer estabelecimento militar, quando forem de praças do Exercito ou de Policia; de commandantes de navios, capitães do porto ou chefes de quaesquer estabelecimentos navaes, quando se tratar de praças da Armada; dos directores ou chefes de repar-

tições publicas ou estabelecimentos particulares, quando se tratar de funcionarios ou de pessoas empregadas em taes repartições ou estabelecimentos e a quem interessem os vales.

Art. 213. Quando os recibos dos vales forem assignados por procurações, deverão estas ou seus traslados authenticos ficar archivados nas repartições onde se effectuarem os pagamentos; e, si o destinatario não souber ou não puder escrever, o recibo será passado por qualquer pessoa a seu rogo, devendo o acto do pedido do rogante e assignatura do rogado ser legalizados por tabellião, consul ou duas testemunhas.

Art. 214. Não serão pagos os vales:

1º, que contiverem alterações no texto, rasura, entrelinha, palavra ou palavras accrescentadas, emendadas ou riscadas;

2º, que tiverem discordancias essenciaes entre o vale e o aviso;

3º, quando houver differença de quantia entre a escripta por extenso e a representada por algarismos;

4º, depois de expirado o prazo da validade ou das revalidações.

Art. 215. O pagamento dos vales, nas condições do artigo antecedente, só poderá ser feito depois das devidas syndicancias, correndo as despesas de taes syndicancias, por conta de quem tiver dado causa ás irregularidades.

Art. 216. Os vales postaes não estão sujeitos ao imposto do sello, e os de serviço estão isentos de qualquer taxa ou premio.

Art. 217. Os empregados incumbidos do pagamento de vales são responsaveis para com a repartição pelas quantias que tenham sido por elles indevidamente pagas a outras pessoas, que não sejam os verdadeiros destinatarios.

Art. 218. *Cheques-postaes* — são vales sem aviso de emissão, de importancia fixa, pagaveis ao portador em todas as administrações, sub-administrações e agencias autorizadas para emittir e pagar vales.

Paragrapho unico. Este serviço ficará a cargo dos funcionarios encarregados do serviço de vales.

Art. 219. Os cheques-postaes serão das seguintes importancias fixas:

1\$, 2\$, 5\$, 10\$ e 20\$000.

§ 1.º Serão impressos no estabelecimento encarregado do fabrico de sellos e formulas de franquia para o Correio e terão o formato, typo, dizeres e as côres determinadas pelo director geral.

§ 2.º Serão postos em circulação precedendo as mesmas formalidades estabelecidas para emissão de sellos.

§ 3.º Cada categoria de cheques-postaes terá uma numeração seguida a começar de um, indefinidamente, de modo que cada cheque-postal, como signal distinctivo em sua categoria, tenha um numero de ordem que lhe seja propria, reproduzido no talão de onde for destacado. A repetição desse numero será reputada uma falsificação de vale.

§ 4.º Os cheques-postaes serão emittidos na ordem numerica rigorosa dos talões respectivos, sendo expressamente prohibido interromper a serie dos numeros dos cheques a emittir.

Art. 220. Os tomadores de cheques-postaes pagarão em numero, pela emissão de cada cheque, o premio estabelecido na seguinte tabella :

De 1\$ a 5\$.....	100 réis
» 10\$.....	200 »
» 20\$.....	300 »

Paragrapho unico. Os tomadores de cheques-postaes terão direito a aviso de pagamento, pagando previamente mais 100 réis representados em sello adherido ao angulo esquerdo inferior do cheque, e, neste caso, o empregado que fizer a emissão escreverá no talão do cheque o nome e o domicilio do tomador.

Art. 221. Quando qualquer pessoa pedir um ou mais cheques, o empregado encarregado da emissão escreverá de modo muito legivel de seu proprio punho e por extenso em cada cheque a data da emissão, applicando depois com todo o cuidado o carimbo de data no cheque e no talão, destacando em seguida o cheque para entregal-o ao comprador mediante o pagamento do mesmo cheque e do premio devido.

§ 1.º Os cheques logo depois de emitidos serão immediatamente registrados por conta dos tomadores com a declaração do valor, não sendo este sujeito a nova porcentagem.

§ 2.º E' permittido a cada tomador comprar sem limites os cheques de cada categoria de que necessitar.

Art. 222. O pagamento dos cheques-postaes só será effectuado em vista da apresentação do proprio cheque.

Art. 223. Os cheques-postaes deverão ser apresentados a pagamento no prazo de tres mezes a contar da data da emissão. Passado este prazo taes cheques só serão pagos com o desconto de 50 %, dentro de mais tres mezes e, terminado este segundo prazo, perderão o respectivo valor, que será escripturado como renda da União.

Art. 224. Os cheques-postaes apresentados a pagamento devem ser minuciosamente examinados, afim de verificar-se a sua authenticidade.

Os empregados examinarão especialmente as côres, as vinhetas, a forma e dimensão dos numeros e outros caracteristicos dos cheques-postaes.

Art. 225. Em caso de suspeita de fraude o empregado sustará o pagamento, retendo o cheque-postal e dando um recibo ao portador do mesmo, afim de remetter o cheque com urgencia e sob registro à repartição emissora acompanhado das observações em que se fundarem as suspeitas.

Art. 226. Serão retidos do mesmo modo afim de serem remetidos à repartição emissora os cheques deteriorados de modo a tornar-se impossivel a verificação do numero de ordem, ou o valor do mesmo cheque-postal e bem assim os manchados ou rasgados, que não possam ser admittidos como documento valioso para o effeito da contabilidade.

Art. 227. Quando os cheques-postaes apresentados a pagamento estiverem nas condições do artigo anterior, o portador

é obrigado a fazer de seu proprio punho uma declaração contendo :

- 1º, o nome e o endereço da pessoa que lhe remetteu o cheque ;
- 2º, as condições em que o cheque lhe chegou às mãos ;
- 3º, por quem o cheque foi estragado ou alterado.

Paragrapho unico. Si o portador não souber ler, não souber ou não puder escrever, poderá fazer redigir suas declarações por um terceiro e attestar a sinceridade dellas por duas testemunhas conhecidas do empregado, as quaes assignarão a declaração ; o cheque-postal e a declaração serão remettidos sem demora à repartição emissora e sob registro de serviço, afim de que a mesma autorise ou não o pagamento.

Art. 228. O cheque postal que apresentar qualquer irregularidade por culpa da repartição emissora tal como falta do carimbo de data ou da data escripta a mão, discordancia entre a data do carimbo e a data escripta à mão, impressão illegivel do carimbo de data ou a data escripta à mão incompleta, deverá ser pago ao portador, e depois remettido sob registro de officio ao Correio de procedencia para as devidas responsabilidades e punições.

Art. 229. Os cheques-postaes serão immediatamente carimbados, não só com o carimbo de data da repartição em que se effectuar o pagamento, mas tambem com um carimbo vasado para inutilisal-os.

Art. 230. Nos dias 1 e 16 de cada mez as repartições encarregadas do pagamento de cheques postaes enviarão às repartições emissoras uma relação dos cheques pagos durante a quinzena com discriminação do anno da emissão, numero e importancia do cheque de cada categoria.

Paragrapho unico. No caso em que uma repartição autorisada para pagamento de cheques não tenha feito pagamento algum durante a quinzena enviará relação negativa e, mensalmente, serão trocadas entre as mesmas repartições as relações dos cheques postaes emittidos.

## CAPITULO XII

### DO SERVIÇO DE COBRANÇAS

Art. 231. As administrações e agencias autorisadas a emittir e a pagar vales postaes são tambem encarregadas de effectuar, por conta de terceiros, o serviço de cobrança de recibos, letras, titulos, facturas, obrigações, e, em geral, de todos os valores commerciaes e de quaesquer outros, taes como — dividendos de companhias e de bancos, juros de apolices da divida publica, geral ou estadual, pagaveis à vista e sem despeza.

Art. 232. Os valores a cobrar serão apresentados em qualquer estação postal autorisada a recebê-os, descriptos em duplicata, em uma formula impressa, para cada documento, e depois in-

cluidos em sobre-carta fornecida pelo Correio, para serem expedidos mediante registro, por conta do remetente.

Art. 233. O limite maximo das importancias de cada titulo a cobrar será o mesmo estabelecido para emissão de vales postaes nas administrações e agencias.

Art. 234. As formulas impressas relativas a cada documento, além da descripção dos mesmos, devem conter :

1º, a quantia a cobrar escripta por extenso ;

2º, a indicação do domicilio do devedor.

Art. 235. Além da formula impressa, acompanhará cada documento um recibo datado, assignado e legalmente sellado pelo remetente, excepto quando se tratar de documento para cuja cobrança não haja necessidade desse recibo.

Art. 236. Das importancias cobradas o Correio descontará:

1º, a commissão de 2%, paga em sellos, sobre a importancia de cada documento, na seguinte fôrma:

Até 25\$.....	\$500
De 25\$ a 50\$.....	1\$000
» 50\$ a 75\$.....	1\$500

e assim por deante, accrescendo sempre 500 réis por 25\$ ou fração desta quantia ;

2º, o premio do vale representando o producto liquido da cobrança.

Art. 237. O Correio não recebe pagamento parcial ; cada titulo deverá ser pago de uma só vez e em moeda corrente.

Art. 238. Si no prazo de 15 dias depois de recebidos os documentos pelo Correio, a cobrança não estiver realzada, o pagamento será havido como recusado e os documentos devolvidos ao remetente, não tendo o Correio nestes casos direito à commissão.

Art. 239. O Correio, no serviço de cobranças, não é obrigado a processo algum judicial, nem a provar, por qualquer fôrma, a falta do pagamento.

Art. 240. Os vales para remessa dos productos liquidados das cobranças ficam em tudo sujeitos às disposições relativas aos vales postaes de permutação de fundos.

### CAPITULO XIII

#### DA ASSIGNATURA DE JORNAES, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIODICAS

Art. 241. Todas as repartições postaes da Republica poderão receber dinheiro para assignaturas de jornaes, revistas e outras publicações periodicas, feitas no Brazil, ficando aquelle serviço a cargo dos empregados incumbidos da emissão de vales postaes nas repartições para esse fim autorizadas, e dos agentes do Correio, onde não houver serviço de vales.

Art. 242. As assignaturas de jornaes só poderão ser tomadas por periodos certos e fixa los nas publicações a que ellas se referirem.

Art. 243. Pela assignatura de jornaes e outras publicações periodicas pagar-se-ha adeantadamente:

1º, o preço integral da assignatura correspondente a periodo determinado ;

2º, o premio de 2% sobre essa importancia ;

3º, a commissão de 1 % para transferencia do dinheiro.

Paragrapho unico. O premio e a commissão de que tratam os ns. 2 e 3 deste artigo serão pagos em sellos ordinarios, adheridos no officio de requisição da assignatura e obliterados na repartição de origem.

Art. 244. Si a repartição onde for tomada a assignatura não emittir nem pagar vales, será a importancia della remettida em officio e sob registro de serviço, com valor declarado e acompanhado das indicações necessarias á repartição postal da séde da publicação a que se referir o pedido, alim de que esta promova a assignatura.

Art. 245. O Correio não assume responsabilidade alguma pelas obrigações dos editores, redactores, gerentes ou administradores de jornaes e publicações periodicas, e bem assim não se obriga a reembolso algum no caso de cessar ou ser interrompida a publicação dos jornaes ou revistas, durante o periodo da respectiva assignatura.

Art. 246. As repartições do Correio obrigam-se a dar andamento, sem despesa alguma para o assignante, a quaesquer reclamações fuudadas, relativas ás demoras ou irregularidades no serviço de assignatura e remessa das alludidas publicações.

Art. 247. Si, por qualquer motivo, não se realizar a assignatura pedida, a quantia para esse fim entregue ao Correio será devolvida em vale ou em officio de serviço, com valor declarado, para restituição della ao assignante, menos a commissão e o premio pagos na repartição de origem.

Art. 248. Si os editores, gerentes, redactores ou administradores de jornaes e outras publicações periodicas quizerem servir-se do Correio como intermediario de assignaturas, a commissão de 2 % de que trata o n. 2 do art. 243 será deduzida do preço da assignatura, e para esse fim enviarão elles á repartição postal da séde de taes publicações, para serem registradas e remettidas ás administrações e agencias de 1ª, 2ª e 3ª classes, as seguintes declarações competentemente assignadas:

1ª, titulo da publicação ;

2ª, localidade onde é feita e onde tem sua séde, gerencia ou administração ;

3ª, preço da assignatura por mez, trimestre, semestre, anno, ou da publicação avulsa, por fasciculo ou por volume ;

4ª, que a commissão de 2 % será deduzida do preço da assignatura ;

5ª, nome do individuo, firma social, ou empresa a quem deve ser enviada a importancia da assignatura ;

6ª, condições especiaes da publicação.

Art. 249. Em cada repartição postal será feito o registro de jornaes, revistas e outros periodicos publicados na séde ou na zona dependente da repartição, e no mez de dezembro de cada anno será remetida uma cópia á administração, que, por sua vez, organizando o registro dos jornaes e revistas publicadas em sua circumscripção, o remetterá por cópia á directoria para que esta possa fazer o registro geral de todos os jornaes, revistas e outros periodicos publicados no Brazil.

## CAPITULO XIV

### DAS CAIXAS ECONOMICAS POSTAES

Art. 250. O Correio encarregar-se-ha do serviço de caixas economicas postaes nas administrações, sub-administrações e agencias, depois de regulamentadas pelo Ministerio da Fazenda.

## CAPITULO XV

### DAS CONTRAVENÇÕES, PENALIDADES E RECURSOS

Art. 251. *Contravenção* — no serviço postal, é o facto, voluntario ou não, declarado punivel, contrario á observancia deste regulamento ou quaesquer instrucções.

Art. 252. Na punição das contravenções não influirão nem as causas nem a intenção do contraventor, mas unicamente o facto que as constituir, de modo que a boa fé não dirimirá, nem justificará a contravenção.

Art. 253. A reincidencia, que consistirá na violação da mesma disposição deste regulamento ou quaesquer instrucções, depois de passada em julgado a sentença ou despacho condemnatorio por contravenção anterior e da mesma natureza, dará logar á applicação, em dobro, da pena antecedentemente comminada.

Art. 254. No julgamento o punição das contravenções o director geral dos Correios e os administradores poderão transigir antes ou depois da sentença final e ainda em grau de recurso, excepto nos casos em que, tratando-se de um facto de character penal, couber no processo e julgamento a intervenção do ministerio publico.

Art. 255. Ter, sem autorisação, caixa ou deposito para receber, expedir ou distribuir cartas fechadas ou objectos fechados como carta, ou desse serviço se encarregar por qualquer modo: pena de multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 256. Transportar de uma para outra localidade, entre as quaes haja serviço postal, carta fechada ou objecto cerrado como carta, sem que seja regularmente franqueado; pena de multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 257. A multa de que trata o artigo anterior será applicada em dobro, si os contraventores forem — commandante, capitão, mestre, tripolante ou passageiro de paquetes ou navios á vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros e bem assim quaesquer empregados de estradas de ferro ou dos correios ambulantes, agentes embarcados, fiscaes de bordo, contractantes de condução de malas, conductores ou estafetas que não entregarem ao Correio, na primeira repartição postal ou a bordo, si ahi houver quem a represente, as correspondencias avulsas que trouxerem, embora regularmente franqueadas. A reincidencia, commettida por empregado do Correio ou encarregado do serviço postal, será punida com a pena de demissão ou rescisão do contracto.

Art. 258. As disposições dos dous artigos anteriores são extensivas aos empregarios de qualquer genero de transportes terrestres e aos donos, agentes e consignatarios de embarcações de qualquer especie, aos funcionarios civis e militares de terra ou mar, de qualquer classe ou categoria, que transportarem, a descoberto ou não, cartas fechadas ou objectos fechados como carta, que não tenham transitado pelo Correio ou não tenham satisfeito as condições dos dous artigos antecedentes.

Art. 259. Vender habitualmente, sem autorisação, sellos e formulas de franquia: multa equivalente ao dobro do valor dos sellos apprehendidos, além da perda destes.

Art. 260. Na multa de 25\$ incorrerá aquelle que, autorizado a vender sellos e formulas de franquia, effectuar a venda por preços superiores ou inferiores ás respectivas taxas, além de ser cassada para sempre a autorisação concedida.

Art. 261. Os objectos de correspondencia transportados fraudulentamente que, quando apprehendidos, forem reclamados pelos remetentes ou destinatarios, serão a elles entregues depois de pagarem em sellos uma taxa igual ao quadruplo do porte que cada objecto, segundo a sua classe, deveria pagar, si fosse regularmente franqueado, sem prejuizo da multa em que tiver incorrido.

Art. 262. Os donos, agentes e consignatarios de navios e quaesquer outras embarcações serão solidariamente responsaveis pelas multas impostas, quando não forem pagas pelos commandantes, capitães e mestres.

Art. 263. O emprego ou uso, conscientemente feito, a venda ou a tentativa de venda de sellos ou formulas de franquia, falsos ou falsificados, assim como os que já tenham servido no franqueamento de outra correspondencia, para franqueal-a de novo, excepto o commercio delles para collecções, dará logar á imposição de uma multa de 200\$000.

Art. 264. O fabrico, sem autoridade legitima ou a falsificação de sellos adhesivos e outras formulas de franquia, vales postaes ou quaesquer outros papeis do Correio que representem valor, será punido na fórma dos arts. 240 e 247 do Código Penal.

Art. 265. O fabrico, sem autoridade legitima ou a falsificação de sinetes ou carimbos postaes destinados a authenticar nos sellos

o formulas de franquia, nas formulas impressas ou correspondencias, ou a certificar taxas pagas ou a pagar, datas ou quaesquer outras indicações relativas ao serviço postal ou actos officiaes, dará logar á imposição das penas do art. 246 do Codice Penal.

Art. 266. Incluir nos objectos de correspondencia ordinaria ou registrada, sem valor declarado, ouro, prata, joias, pedras finas ou quaesquer outros objectos preciosos; incluir em cartas não registradas ou registrados sem valor declarado, notas do Thesouro ou de bancos, cheques visados, *coupons* de dividendo ou de juros, bilhetes de loteria premiados ou não, sellos do Correio ou formulas de franquia, estampilhas do Thesouro ou dos Estados e bem assim quaesquer outros titulos pagaveis á vista ou ao portador, vencidos ou não; incluir em objectos de correspondencia ordinaria ou registrada sem valor declarado, artigos ou effeitos de commercio sujeitos a direitos de Alfandega: multa de 25 % sobre a importancia total dos valores dos objectos e titulos incluído nas correspondencias.

Paragrapho unico. Os objectos, sujeitos a direitos de Alfandega, serão remettidos á repartição competente mais proxima para a cobrança dos referidos direitos, depois de satisfeita a multa de que trata este artigo.

Art. 267. Na applicação da multa de que trata o artigo antecedente, serão observadas as seguintes regras:

1ª, os bilhetes de loteria por correr, ou não premiados, e letras hypothecarias sorteadas, pagarão a multa sobre o valor nominal e inscripto dos mesmos bilhetes;

2ª, os bilhetes de loteria e documentos congêneres, premiados, pagarão a multa sobre a importancia do premio, correspondente ao bilhete ou fracção do mesmo;

3ª, as letras ao portador, vencidas ou não, pagarão a multa sobre seu valor nominal e inscripto;

4ª, o dinheiro estrangeiro pagará a multa sobre seu valor real ou nominal, ao cambio do dia da apprehensão.

Art. 268. Incurrerá na multa de 50\$ a 100\$ o empregado postal que permittir a inclusão de objectos prohibidos em cartas com valor declarado ou em encommendas com ou sem declaração de valor.

Art. 269. O mestre, capitão ou commandante de paquete ou navio, á vela ou a vapor, nacional ou estrangeiro, que não for ou mandar buscar ou entregar ao Correio as malas que lhe devam ser entregues, incorrerá na multa de 200\$000.

Art. 270. Os commandantes, capitães, mestres de navio á vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros, e bem assim os commissarios de navio de guerra nacionaes que não entregarem com as malas do Correio, depois da chegada nos portos do destino ou de escala, e após a visita, as correspondencias avulsas que trouxerem e as encontradas nas caixas de bordo, quando não collectadas por empregados do Correio, incorrerão na multa de 200\$000.

Art. 271. Os mestres, capitães ou commandantes de navios mercantes, nacionaes ou estrangeiros, á vela ou a vapor, que

sahirem sem — *passé* — do Correio ou, pelo menos, sem declaração escripta e assignada pela competente autoridade postal do lugar de que os ditos navios se acham desembarcados pelo Correio, incorrerão na multa de 200\$000.

Art. 272. Os donos, agentes ou consignatarios, capitães ou mestres de navios, à vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros, que não fizerem ao Correio, por escripto, até as 12 horas da tarde do dia anterior, participação da hora da sahida do navio, seu destino e portos de escala, salvo o caso do art. 170, incorrerão na multa de 200\$000.

Art. 273. Os donos, agentes e consignatarios de navios são solidariamente responsaveis por todas as infracções ou irregularidades commettidas no serviço postal pelos mestres, capitães ou commandantes das respectivas embarcações.

Art. 274. Embarçar propositalmente, por meio violento ou não, o giro das malas, a transmissão ou a distribuição das correspondencias, para que as mesmas não cheguem em tempo a seu destino, multa 500\$000.

Si o embaraço for causado propositalmente, por empregado do Correio e para o mesmo fim, a pena será a de demissão.

Art. 275. Deixar em abandono malas do Correio depois de as haver recebido para transportar:

1º, ao mestre, capitão ou commandante de navio à vela ou a vapor, nacional ou estrangeiro: multa de 500\$000 ;

2º, ao contractante, conductor ou estafeta, além da rescisão do contracto ou demissão, si o serviço for feito por administração: multa de 200\$000 ;

3º, ao empregado do Correio ambulante, ou agente embarcado, além da suspensão de um a oito dias: multa de 100\$ e demissão no caso de reincidência.

Paragrapho unico. Além das penas estabelecidas neste artigo, os contraventores são também responsaveis pelos valores contidos nas malas roubadas, furtadas, perdidas, extraviadas, estragadas ou inutilizadas.

Art. 276. Destruir ou damnificar, propositalmente ou por inadvertencia, caixas postaes, saccoes, malas, bolsas, chapas ou taboletas do Correio, carimbos ou quaesquer outros utensilios do serviço: multa de 25\$, além do pagamento da despeza de reparação, si a houver, ou da importancia do custo do objecto damnificado ou destruido.

Art. 277. Impedir ou embaraçar com opposição ou violencia, depois do competente aviso por escripto, a collocação de caixas postaes para o deposito e collecta de correspondencias: multa de 50\$000.

Art. 278. Maltratar os carteiros com actos ou palavras, na occasião de receberem correspondencias em suas casas, ou fóra dellas: pena de suspensão do direito à distribuição no domicilio de 10 a 30 dias; maltratar com actos ou palavras empregados do Correio, no recinto das repartições, em exercicio de suas funções, ou fóra das mesmas, quando commissionedos em serviço relativo ao Correio: no primeiro caso, a multa de 50\$, e no

segundo, a repartição provocará perante a autoridade competente o processo crime ou policial que no caso couber.

Art. 279. Todas as contravenções serão constatadas por meio de autos para serem apresentados às autoridades competentes afim de que sejam punidos os contraventores, salvo o caso de ser paga a multa.

Art. 280. Quando a pena de contravenção consistir em multa, e o contraventor se recusar a pagá-la, será esta circumstancia mencionada no auto e este remetido à autoridade competente para, por despacho, impor a pena, publicando-o em jornal official ou por edital, afim de, esgotado o prazo para o recurso, ter logar o processo da cobrança judicial.

Art. 281. O producto das multas, segundo os casos, será dividido em duas partes iguaes, sendo uma dellas recolhida aos cofres do Correio e a outra entregue ao apprehensor ou informante, logo depois de passada em julgado a decisão ou depois do não provimento do recurso.

Art. 282. São competentes para fazer apprehensão de cartas, fraudulentamente transportadas ou de qualquer outro contrabando postal, os empregados do Correio ou encarregados de seu serviço, os da Alfandega, de Saude dos Portos e quaesquer outros individuos ou agentes autorizados a fiscalisar a cobrança de impostos e a apprehender objectos de contrabando aduaneiro.

Art. 283. As informações sobre contravenções, para os effectos deste regulamento, podem ser prestadas por qualquer cidadão, em carta assignada ou verbalmente, para serem tomadas por termo e servirem de base a quaesquer pesquisas ou diligencias.

Art. 284. As autoridades ou funcionarios da União ou dos Estados que, em qualquer remessa official ou de serviço, incluirem cartas ou quaesquer outros objectos prohibidos ou que sejam estranhos ao serviço de que as ditas autoridades ou funcionarios se acharem encarregados ou sobre o qual não tenham competencia para se corresponder com outras autoridades, funcionarios ou particulares, incorrerão na multa de 100\$000.

Art. 285. São competentes para a imposição de multas e outras penas estabelecidas neste capitulo o director geral, os administradores, os sub-administradores e os agentes.

Art. 286. Dos despachos de imposição de multas haverá recurso para o director geral, quando proferidos pelos administradores; para os administradores, quando proferidos pelos sub-administradores e agentes seus subordinados; para os sub-administradores, quando proferidos pelos agentes que lhes forem immediatamente subordinados e para o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas dos proferidos pelo director geral dos Correios.

Art. 287. O prazo para interposição dos recursos, de que trata o artigo anterior, sera de 10 dias, contados da data da publicação dos despachos no *Diario Official*, na Capital Federal, ou nos jornaes que nos Estados publicarem o expediente do Governo, ou

em qualquer outro jornal, na falta daquelles, publicado na sêde da administração, sub-administração ou agencia, e na falta de qualquer órgão de publicidade, da data do edital affixado na porta da repartição ou contado da data do conhecimento que da portaria tiverem os individuos multados.

Art. 288. A effectividade das multas impostas aos contraventores, quando se recusarem pagal-as e depois de esgotados os recursos, será realizada por meio de cobrança executiva.

## SEGUNDA PARTE

### Das repartições e seu pessoal

## TITULO II

### ORGANISAÇÃO DAS REPARTIÇÕES

#### CAPITULO XVI

##### DAS REPARTIÇÕES EM GERAL

Art. 289. O serviço dos Correios federaes fica a cargo de uma — Directoria Geral dos Correios — immediatamente subordinada ao Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, constituida como repartição central, incumbida da direcção, inspecção e fiscalisação do serviço postal em toda a Republica.

Art. 290. O serviço local será desempenhado por administrações, sub-administrações, succursaes e agencias.

#### CAPITULO XVII

##### DA DIRECTORIA GERAL

Art. 291. A Directoria Geral dos Correios funcionará na Capital Federal, podendo ser em edificio diverso do da administração local.

Art. 292. A Directoria Geral dos Correios terá tres divisões denominadas — *Sub-Directoria*, *Contadoria Geral* e *Almoxarifado*.

Art. 293. A Sub-Directoria, sob a immediata direcção do sub-director, incumbê:

1º, o preparo de toda a correspondencia com o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas e diversas autoridades, com os directores geraes dos Correios estrangeiros, Secretaria Inter-

nacional de Berne e com os administradores e sub-administradores, devendo abrir logo e distribuir a recebida, excepto quando confidencial e reservada ;

2º, o exame das propostas e celebração dos contractos para transporte marítimo de malas, aquisições de formulas de franquia, material para o serviço e quaesquer outros celebrados por concorrência publica ;

3º, a informação e preparo de papeis para despacho do director geral ;

4º, o exame e preparo de papeis relativos a concurso, nomeação, distribuição, licença, castigos, recompensas, promoção, aposentadoria e matricula geral do pessoal da Directoria, das administrações, das sub-administrações e das agencias ;

5º, o exame das reclamações contra a execução do serviço em toda a Republica ;

6º, as instruções para o serviço interno, elaboração de projectos e ordens do director geral ;

7º, o registro de horarios, itinerarios e organização de mappas geographico-postaes ;

8º, a elaboração do relatorio annual da Directoria Geral, guia e boletins postaes ;

9º, a classificação, guarda e conservação da correspondencia, livros e documentos que devam constituir o archivo ;

10, a guarda e conservação da bibliotheca e do museu postal ;

11, o exame das propostas para criação, suppressão, restabelecimento de agencias e linhas postaes, augmento e diminuição do numero de viagens ;

12, o exame dos contractos para o serviço de condução de malas, afin de serem ou não approvados pelo director geral ;

13, o estudo e exame dos projectos de convenções postaes internacionaes, formulados pelas administrações estrangeiras ou pela Secretaria Internacional de Berne ;

14, o registro geral das linhas postaes, indicando as datas de sua criação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica e si a condução das malas é feita por contracto ou administração, nome do contractante ou do estafeta e o custo do serviço ;

15, o registro geral de todos os jornaes, revistas e outras publicações periodicas feitas na Republica ;

16, o registro geral das administrações, sub-administrações, succursaes e agencias, indicando a data de sua criação, classificação, categoria da localidade e, quanto ás agencias, o municipio ou districto a que pertencem, nomes dos empregados, data da nomeação, da exoneração, etc. ;

17, o assentamento geral do pessoal dos Correios da Republica, com todos os esclarecimentos relativos a cada empregado ;

18, a estatística geral das reclamações ;

19, o exame dos papeis relativos a classificação das administrações ;

20, o preparo de projectos de instruções para o serviço internacional, de tarifas e de propostas para as modificações das convenções e accordos postaes.

Art. 294. A' contadoria geral, sob a direcção do contador geral, incumbem:

- 1º, o orçamento da receita e despesa do Correio Federal ;
- 2º, os trabalhos para a abertura de creditos supplementares, sua distribuição e escripturação ;
- 3º, os balanços mensaes e geraes dos Correios da Republica ;
- 4º, o relatorio annual da parte financeira do serviço postal ;
- 5º, a estatistica geral da correspondencia postada, distribuida, expedida e em transitio ;
- 6º, a organização para verificação e para cobrança ou pagamento das contas de transitio maritimo e terrestre das correspondencias permutadas com os Correios da União Postal Universal ;
- 7º, a requisição para o supprimento de sellos e outras formulas de franquia, assim como cheques-postaes ao deposito da Directoria Geral ; escripturação e inventario dos ditos sellos e formulas ;
- 8º, a requisição de material e formulas impressas necessarias ao serviço, para o supprimento do almoxarifado, e bem assim a fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do que for supprido ;
- 9º, a liquidação dos vales e cheques postaes internos, emitidos, pagos, reembolsados, revalidados, substituidos ou prescriptos ; conta corrente de cada repartição postal incumbida deste serviço ;
- 10, o preparo do processo de fiança dos empregados a ella sujeitos ;
- 11, a liquidação das importancias recebidas e pagas dos vales internacionaes e das contas correntes, não só das respectivas repartições postaes, incumbidas desse serviço, como as de cada um dos paizes que permutarem fundos com os Correios do Brazil ;
- 12, as propostas para classificação de administrações e de agencia e fixação dos vencimentos do respectivo pessoal ;
- 13, o preparo de papeis e documentos para prestação de contas finaes ao Thesouro Federal ;
- 14, a tomada de contas ás administrações e ao almoxarifado ;
- 15, a escripturação relativa ao montepio dos empregados postaes ;
- 16, o exame das contas relativas a fornecimentos e dos balanços mensaes e annuaes das administrações ;
- 17, o preparo de documentos de despesas, assim como das guias para expedição de sellos e outras formulas de franquia, cheques postaes, e bem assim de formulas impressas, objectos de expediente, utensilios e material ;
- 18, a organização dos modelos para os livros, balanços, balancetes e outras formulas que tenham de ser adoptadas no serviço de contabilidade do Correio, assim como as propostas de quaesquer alterações que forem julgadas necessarias no systema de escripturação e contabilidade postal, para que sejam uniformes ;
- 19, a conta corrente dos devedores à Fazenda Nacional por imposto de sello e multas ;
- 20, a organização das folhas para pagamento do pessoal da Directoria ;
- 21, o preparo de instrucções para o serviço de contabilidade e fiscalisação do serviço de contabilidade em todas as repartições postaes.

Art. 295. O almoxarifado fica sob a fiscalização da contadoria geral e terá a seu cargo o recebimento, guarda e acondicionamento de todos os impressos, objectos de expediente, material e utensilios e remessa para o supprimento da Directoria e administrações, e bem assim o acondicionamento e remessa de sellos e formulas de franquia que receber dos clavicularios para esse fim.

Art. 296. Fica também sob a fiscalização da contadoria o deposito geral de sellos, formulas de franquia e cheques postaes, sob a guarda de tres clavicularios, que serão o almoxarife e dous empregados designados pelo director geral.

## CAPITULO XVIII

### DAS ADMINISTRAÇÕES

Art. 297. Na Capital Federal e nas Capitaes dos Estados da Republica, excepto na do Estado do Rio de Janeiro, haverá uma administração de Correio, dirigida por um administrador.

Art. 298. As administrações terão a seguinte classificação:

#### 1ª classe

Districto Federal ;  
S. Paulo ;  
Minas Geraes ;  
Rio Grande do Sul ;  
Pernambuco ;  
Bahia ;  
Pará.

#### 2ª classe

Paraná ;  
Ceará ;  
Amazonas ;  
Maranhão.

#### 3ª classe

Alagôas ;  
Santa Catharina ;  
Espirito Santo.

#### 4ª classe

Parahyba do Norte ;  
Rio Grande do Norte ;  
Sergipe ;  
Goyaz ;  
Piauhy ;  
Matto Grosso.

Art. 299. A Administração dos Correios do Districto Federal superintende tambem os correios do Estado do Rio de Janeiro e divide-se em oito secções, com as seguintes denominações:

1ª, expediente — sob a immediata direcção do ajudante do administrador ;

2ª, contadoria — dirigida pelo contador ;

3ª, thesouraria — dirigida pelo thesoureiro ;

4ª, conferencia, estatística e refugio ;

5ª, recepção de correspondencias e expedição de malas ;

6ª, correspondencia registrada ;

7ª, distribuição das correspondencias e serviço urbano ;

8ª, correios ambulantes e transportes.

Paragrapho unico. Cada uma das cinco ultimas secções será dirigida por um chefe de secção.

Art. 300. Cada uma das oito secções tem a seu cargo os seguintes serviços :

§ 1.º A 1ª secção incumbe :

1º, preparo de toda a correspondencia com as autoridades do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, com o director geral, com outros administradores, com os sub-administradores e encarregados das succursaes e com os agentes do Correio, devendo logo abrir e distribuir a recebida, excepto quando confidencial e reservada ;

2º, recebimento, exame de propostas e contractos para o serviço de condução de malas e outros autorizados pela Directoria ;

3º, preparo de papeis para despacho do administrador ;

4º, processo de concursos, nomeação, distribuição do pessoal, licenças, castigos, recompensas, promoções, aposentadoria e matricula do pessoal da administração e suas agencias, com indicação das datas de entrada, promoção, remoção, aposentadoria, fallecimento ou exoneração ;

5º, recebimento, entrada e processo das reclamações contra a execução do serviço no Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro ;

6º, organização de horarios e itinerarios dos correios ambulantes e linhas postaes ;

7º, preparo dos elementos para o relatorio annual dos serviços a cargo da administração ;

8º, classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis que devam constituir o archivo e a bibliotheca ;

9º, propostas para criação, supressão ou restabelecimento, de agencias, de linhas postaes e augmento ou diminuição de numero de viagens ;

10, registro das linhas postaes do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, indicando as datas de sua criação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica, e, si a condução das malas é feita por contracto ou por administração, nome do contractante ou do estafeta e o preço do serviço ;

11, registro de todos os jornaes e publicações periodicas feitas no Districto Federal e no Estado do Rio de Janeiro ;

12, assentamento do pessoal da administração e agencias do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, com todos os esclarecimentos sobre o mesmo pessoal;

13, registro das agencias do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, indicando as datas de sua criação, classificação, categoria da localidade, municipio a que pertence, nome do empregado, data da nomeação, da exoneração, etc.;

14, organização da tabella de partida e chegada das malas á Capital Federal e a cada uma das estações postaes do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, com a indicação das horas da distribuição domiciliaria, onde a houver.

§ 2.º A' 2ª secção incumbe :

1º, escripturação da receita e despeza da administração e da entrada e sahida de sellos e outras formulas de franquia;

2º, tomada de contas e contas correntes com as agencias;

3º, exame das contas que tiverem de ser pagas pela administração;

4º, preparo dos documentos de despezas, assim como das guias para expedição de sellos e outras formulas de franquia, de material, objectos de expediente e utensilios;

5º, registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da administração;

6º, orçamento annual;

7º, balanços mensaes e annuaes;

8º, fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do material a cargo da 3ª secção;

9º, conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro por sellos e outras formulas de franquia;

10, conta corrente dos devedores á Fazenda Nacional, por imposto do sello, multas ou extravio de valores;

11, preparo de documentos de *deficit* de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despezas com o material;

12, serviço de vales postaes de e para o interior e exterior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço;

13, fiscalisação, exame e escripturação relativa ao serviço, não só de recibos, letras e obrigações por conta de particulares, como de assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas;

14, processo das fianças ou cauções dos empregados a ellas sujeitos;

15, relatorio annual da parte financeira do serviço postal, para servir de base á elaboração do relatorio do administrador.

§ 3.º A' 3ª secção incumbe :

1º, arrecadar e pagar;

2º, serviço da venda de sellos adhesivos, cartas-bilheto, bilhetes postaes, sobre-cartas e cintas estampilhadas;

3º, serviço de emissão e pagamento de vales e cheques postaes de e para o interior e exterior;

4º, serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura para jornaes e outras publicações periodicas;

5º, recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre-cartas e cintas estampilhadas ;  
6º, recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções, succursaes e agencias ;

7º, recebimento, no Thesouro Federal, do supprimento necessario para occorrer ás despezas ;

8º, o relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á elaboração do relatorio do administrador.

§ 4.º A' 4ª secção incumbem :

1º, recepção, abertura e conferencia das malas do interior e exterior ; manipulação da correspondencia ordinaria contida nessas malas e sua remessa ás outras secções ;

2º, organização dos documentos de debito pelas correspondencias não franqueadas ou de franquia insufficiente ;

3º, remessa, em protocollo, á 6ª secção de todos os volumes de objectos registrados ;

4º, remessa, em protocollo, á 5ª secção, de todas as malas, bolsas e saccos vazioes recebidos do interior e exterior, e á 6ª secção, dos saccos que a ella pertencerem ;

5º, fiscalisação da recepção de malas e correspondencias a cargo dos empregados designados para o serviço do mar ;

6º, apprehensão das correspondencias transportadas fraudulentamente ;

7º, organização da estatistica das correspondencias, não só postadas nas repartições do Correio do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, como das distribuidas e em transitio, de modo que ao mesmo tempo se conheça o movimento de cada estação postal ;

8º, recepção, manipulação, distribuição, entrega, devolução e consumo das correspondencias cabidas em refugio nas repartições postaes do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro ;

9º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á elaboração do relatorio do administrador.

§ 5.º A' 5ª secção incumbem :

1º, preparo e expedição de malas para o interior e exterior da Republica ;

2º, collecta da caixa geral da repartição ;

3º, recebimento dos jornaes e outras publicações periodicas ;

4º, apprehensão de correspondencias postadas fraudulentamente ;

5º, annuncios de fechamento de malas ;

6º, escripturação da sahida das malas, bolsas e saccos ;

7º, refugio diario do serviço a seu cargo ;

8º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á elaboração do relatorio do administrador.

§ 6.º A' 6ª secção incumbem :

1º, registro de todas as correspondencias ;

2º, recepção e abertura dos volumes de correspondências registradas procedentes da Republica ou de paizes estrangeiros ;

3º, conferencia, marcação, manipulação e lançamento dessas correspondências, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicilios, por carteiros privativos ;

4º, preparo e entrega à 5ª e 8ª secções, remessa às succursaes, dos volumes de correspondências registradas que tiverem de ser expedidas e distribuidas ;

5º, classificação e devolução da que não tiver podido ser distribuida ;

6º, apprehensão das correspondências recebidas ou transportadas fraudulentamente ;

7º, classificação da que cahir em refugo ;

8º, escripturação da sahida das malas, bolsas e saccoes ;

9º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base à elaboração do relatorio do administrador.

§ 7.º A' 7ª secção incumbe:

1º, distribuição da correspondencia ordinaria na área central da cidade ;

2º, recepção, abertura, conferencia e remessa das malas de e para as succursaes ; remessa da correspondencia às outras secções ;

3º, recepção das correspondências urbanas, sua marcação, apartação e distribuição na área central da cidade, e remessa às succursaes ;

4º, registro, nos indicadores, das mudanças de domicilios ;

5º, classificação e guarda das correspondências que não tiverem podido ser entregues ;

6º, escolha e classificação das correspondências cahidas em refugo e a fiscalização dos serviços de distribuição domiciliaria e de collecta das caixas urbanas ;

7º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base à elaboração do relatorio do administrador.

§ 8.º A' 8ª secção incumbe:

1º, superintendencia e fiscalização de todos os serviços dos correios ambulantes e de transporte de malas do Correio no Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro ;

2º, manipulação, nos carros-correios, das correspondências ordinarias recebidas na hora da partida dos trens, preparo e entrega das malas destinadas às localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

3º, recepção e abertura das malas, pelos correios ambulantes, destinadas à administração do Correio da Capital Federal, conferencia, marcação e apartação das correspondências contidas nessas malas ;

4º, recepção e entrega, nos carros-correios, das malas de ou para localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

5º, escripturação da sahida de todas as malas, bolsas e saccoes ;  
 6º, apprehensão das correspondencias recebidas ou transportadas fraudulentamente ;  
 7º, entrega, à 6ª secção, dos volumes de correspondencia registrada contidos nas malas que forem abertas e conferidas nos correios ambulantes, e à 7ª secção, das malas organisadas nos mesmos correios ambulantes, contendo, já divididas, as correspondencias ordinarias endereçadas à *posta restante*, assignantes e districtos, a cargo da mesma secção ou das succursaes, e bem assim da que tiver de ser expedida pela 5ª secção ;

8º, o refugio diario do serviço a seu cargo ;

9º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base à elaboração do relatorio do administrador.

Art. 301. A Administração dos Correios de S. Paulo fica dividida em seis secções :

1ª, expediente, sob a immediata direcção do administrador ;

2ª, contadoria, estatistica, refugos e contabilidade, dirigida pelo contador ;

3ª, thesouraria, dirigida pelo thesoureiro ;

4ª, recebimento e distribuição da correspondencia ordinaria ;

5ª, expedição de malas, serviços ambulantes e transportes ;

6ª, registrados — recebimento para registrar e importação, distribuição e expedição desta classe de correspondencia.

As tres ultimas serão dirigidas, cada uma, por um chefe de secção.

§ 1.º A 1ª secção incumbe :

1º, toda correspondencia com as autoridades do Estado, com o director geral, com os outros administradores e com os agentes, devendo logo abrir, dar entrada e distribuir a recebida, excepto quando confidencial e reservada, que será aberta pelo administrador ;

2º, preparo de papeis para despacho do administrador ;

3º, processo de concurso, nomeação, distribuição, licenças, castigos, recompensas, promoções e aposentadorias do pessoal ;

4º, exame das reclamações contra a execução do serviço no Estado ;

5º, organização de horarios e itinerarios de correios ambulantes e linhas postaes ;

6º, preparo dos elementos do relatorio annual dos serviços a cargo da administração ;

7º, classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis, que devam constituir o archivo e a bibliotheca ;

8º, registro das linhas postaes do Estado, indicando as datas de sua criação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica e, si a condução das malas é feita por contracto ou por administração, nome do contractante ou do estafeta e o preço do serviço ;

9º, registro de todos os jornaes e publicações periodicas do Estado ;

10, assentamento do pessoal da administração e agencias do Estado, contendo todos os esclarecimentos sobre o mesmo pessoal ;

11, registro das agencias do Estado, indicando as datas de sua criação, classificação, categoria da localidade, municipio a que pertence, nome do empregado, data da nomeação, da exoneração, etc. ;

12, organização da tabella de partida e chegada das malas a S. Paulo e a cada uma das estações postaes do Estado, com indicação das horas de distribuição domiciliaria, onde houver ;

13, recebimento, exame de propostas e contractos para o serviço de condução de malas e outros autorisados ;

14, exame e informação das propostas para criação, supressão e restabelecimento de agencias e linhas postaes, augmento e diminuição do numero de viagens ;

15, matricula do pessoal da administração e suas agencias, indicando as datas de entrada, promoção, nomeação, aposentadoria e fallecimento ou exoneração ;

16, expedição de ordens do administrador, quer sejam em solução de duvidas e conflictos, quer não.

§ 2.º A' 2ª secção incumbê :

1º, escripturação da receita e despeza da administração e da entrada e sahida de sellos e outras formulas de franquia ;

2º, tomada de contas e contas correntes com as agencias ;

3º, exame das contas que tiverem de ser pagas pela administração ;

4º, preparo dos documentos de despeza, assim como das guias para expedição de sellos e outras formulas de franquia, de material, objectos de expediente e utensilios ;

5º, registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da administração ;

6º, orçamento annual ;

7º, balanços mensaes e annuaes ;

8º, fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do material a cargo da 3ª secção ;

9º, fiscalisação, exame e escripturação relativa ao serviço, não só de recibos, letras e obrigações por conta de particulares, como de assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas ;

10, conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro, por sellos e outras formulas de franquia ;

11, conta corrente dos devedores à Fazenda Nacional, por imposto de sello, multas ou extravio de valores ;

12, preparo de documentos de *deficit* de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despezas com o material ;

13, serviço de vales e cheques-postaes de e para o interior e exterior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço ;

14, processo das fianças ou cauções dos empregados a ellas sujeitos ;

15, organização da estatistica das correspondencias, não só postadas nas repartições postaes do Estado, como distribuidas e

em transito, de modo que ao mesmo tempo se conheça o movimento de cada estação postal ;

16, recepção, manipulação, devolução e consumo das correspondencias cahidas em refugo nas repartições postaes do Estado ;

17, relatorio annual da parte financeira do serviço postal, assim como da estatística e refugos, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 3.º A' 3ª secção incumbem:

1º, arrecadar e pagar ;

2º, serviço de venda de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre-cartas e cintas estampilhadas ;

3º, serviço de vales e cheques postaes de e para o interior e exterior ;

4º, serviço de cobrança do recibos, letras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura de jornaes e outras publicações periodicas ;

5º, recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas, cintas estampilhadas ;

6º, recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções e agencias ;

7º, recebimento, na respectiva repartição de fazenda, do supprimento necessario para occorrer ás despezas da administração ;

8º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 4.º A' 4ª secção incumbem :

1º, recepção e abertura das malas do interior e exterior ;

2º, conferencia, marcação e manipulação das correspondencias ordinarias contidas nas malas e sua distribuição na cidade ;

3º, organização dos documentos de debito pelas correspondencias não franqueadas ou de franquia insufficiente ;

4º, recepção das correspondencias urbanas, sua marcação, apartação e distribuição ;

5º, remessa, á 6ª secção, de todos os volumes de objectos registrados ;

6º, apprehensão das correspondencias transportadas fraudulentamente ;

7º, registro nos indicadores das mudanças de domicilio ;

8º, classificação e guarda das correspondencias que não tiverem podido ser entregues ;

9º, escolha e classificação das correspondencias cahidas em refugo e a fiscalização dos serviços de distribuição domiciliaria e de collecta das caixas urbanas ;

10, remessa em protocollo, á 5ª secção, de todas as malas, bolsas e saccos vãos recebidos do interior e exterior, e á 6ª secção, dos que a ella pertencerem ;

11, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 5.º A' 5ª secção incumbem:

1º, preparo e expedição das malas para o interior e exterior da Republica ;

2º, collecta da caixa geral da repartição ;

3º, recebimento dos jornaes e outras publicações periodicas ;

4º, apprehensão de correspondencias postadas fraudulentamente ;

5º, annuncios de fechamento de malas ;

6º, escripturação da sahida das malas, bolsas e saccos ;

7º, refugio diario do serviço a seu cargo ;

8º, superintendencia dos serviços dos correios ambulantes e transporte de malas do Correio no Estado de S. Paulo ;

9º, manipulação, nos carros-correios, das correspondencias ordinarias recebidas na hora da partida dos trens, preparo e entrega das malas destinadas ás localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

10, recepção e abertura das malas pelos correios ambulantes destinadas á Administração do Correio de S. Paulo, conferencia, marcação e apartação das correspondencias contidas nessas malas ;

11, recepção e entrega, nos carros-correios, das malas de ou para localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

12, entrega, á 6ª secção, dos volumes de correspondencias registradas contidos nas malas que forem abertas e conferidas nos correios ambulantes, e á 4ª secção, das malas organisadas pelos mesmos correios ambulantes, contendo a correspondencia ordinaria endereçada á Capital do Estado ;

13, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 6.º A' 6ª secção incumbem:

1º, registro de todas as correspondencias ;

2º, recepção e abertura dos volumes de correspondencias registradas procedentes da Republica ou de paizes estrangeiros ;

3º, conferencia, marcação, manipulação e lançamento dessas correspondencias, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicilios, por carteiros privativos ;

4º, preparo e entrega, á 5ª secção, dos volumes de correspondencias registradas que tiverem de ser expedidos ;

5º, classificação e devolução da que não tiver podido ser distribuida ;

6º, apprehensão de correspondencias recebidas ou transportadas fraudulentamente ;

7º, classificação da que cahir em refugio ;

8º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

Art. 302. As administrações dos Correios dos Estados de Minas Geraes, S. Pedro do Sul, Pernambuco, Bahia, Pará e

todas que vierem a pertencer á 1.<sup>a</sup> classe, se dividirão em cinco secções cada uma:

1.<sup>a</sup>, expediente, sob a immediata direcção do administrador;

2.<sup>a</sup>, contadoria, estatística, refugos e contabilidade, dirigida pelo contador;

3.<sup>a</sup>, thesouraria, dirigida pelo thesoureiro;

4.<sup>a</sup>, recebimento e distribuição das correspondencias ordinarias, expedição de malas e serviços ambulantes, si os houver, e de transporte — dirigida por um chefe de secção;

5.<sup>a</sup>, recebimento, importação, distribuição e expedição de correspondencias registradas—tambem dirigida por um chefe de secção.

§ 1.<sup>o</sup> A' 1.<sup>a</sup> secção incumbe:

1.<sup>o</sup>, toda correspondencia com as autoridades do Estado, com o director geral, com os outros administradores e com os agentes, devendo logo abrir, dar entrada e distribuir a recebida, excepto quando confidencial e reservada, que será aberta pelo administrador;

2.<sup>o</sup>, preparo de papeis para despacho do administrador;

3.<sup>o</sup>, processo de concurso, nomeação, distribuição, licenças, castigos, recompensas, promoções e aposentadoria do pessoal;

4.<sup>o</sup>, matricula do pessoal da administração e suas agencias, indicando as datas de entrada, promoção, nomeação, aposentadoria e fallecimento ou exoneração;

5.<sup>o</sup>, exame das reclamações contra a execução do serviço no Estado;

6.<sup>o</sup>, organização de horarios e itinerarios de correios ambulantes e linhas postaes;

7.<sup>o</sup>, preparo dos elementos do relatorio annual dos serviços a cargo da administração;

8.<sup>o</sup>, classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis, que devem constituir o archivo e a bibliotheca;

9.<sup>o</sup>, exame e informação das propostas para criação, supressão e restabelecimento de agencias e linhas postaes, augmento e diminuição do numero de viagens;

10, registro das linhas postaes do Estado, indicando as datas de sua criação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica e si a condução das malas é feita por contracto ou por administração, nome do contractante ou do estafeta e o preço do serviço;

11, registro de todos os jornaes e publicações periodicas do Estado;

12, assentamento do pessoal da administração e agencias do Estado, contendo todos os esclarecimentos sobre o mesmo pessoal;

13, registro das agencias do Estado, indicando as datas de sua criação, classificação, categoria da localidade, municipio a que pertence, nome do empregado, data da nomeação, da exoneração, etc.

14, organização da tabella da partida e chegada das malas á administração e a cada uma das estações postaes do Estado, com indicação das horas de distribuição domiciliaria, onde houver;

15, recebimento, exame e propostas de contractos para o serviço de condução de malas e outros;

16, expedição de ordens do administrador, quer sejam em solução de duvidas e conflictos, quer não.

§ 2.º A' 2ª secção incumbe :

1º, escripturação da receita e despeza, e da entrada e sahida de sellos e outras formulas de franquia ;

2º, tomada de contas e contas correntes com as agencias, excepto, no Estado de Minas, as agencias subordinadas ás respectivas sub-administrações ;

3º, exame das contas que tiverem de ser pagas pela administração ;

4º, preparo dos documentos de despeza, assim como das guias para expedição de sellos e outras formulas de franquia, material, objectos de expediente e utensilios ;

5º, registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da administração ;

6º, orçamento annual ;

7º, balanços mensaes e annuaes ;

8º, fiscalização e escripturação da entrada e sahida do material a cargo da 3ª secção ;

9º, fiscalização, exame e escripturação relativa ao serviço, não só de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares, como de assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas ;

10, conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro, por sellos e outras formulas de franquia ;

11, conta corrente dos devedores á Fazenda Nacional, por imposto do sello, multas ou extravio de valores ;

12, preparo de documentos de *deficit* de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despezas com o material ;

13, serviços de vales e cheques postaes de e para o interior e exterior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço ;

14, processos das fianças ou cauções dos empregados a ellas sujeitos ;

15, organização da estatistica das correspondencias, não só postadas nas repartições postaes do Estado, como distribuidas e em transito, de modo que ao mesmo tempo se conheça o movimento de cada estação postal ;

16, recepção, manipulação, devolução e consumo das correspondencias cahidas em refugio nas repartições postaes do Estado ;

17, relatorio annual da parte financeira do serviço postal, assim como da estatistica e refugos, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 3.º A' 3ª secção incumbe :

1º, arrecadar e pagar ;

2º, o serviço de venda de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre-cartas, cintas estampilhadas ;

3º, serviço de emissão e pagamento de vales e cheques postaes para o interior e exterior;

4º, serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura para jornaes e outras publicações periodicas;

5º, recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre-cartas, cintas estampilhadas e cheques postaes;

6º, recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções e agencias;

7º, recebimento, na respectiva repartição de fazenda, do supprimento necessario para occorrer ás despesas da administração;

8º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 4.º A' 4ª secção incumbe:

1º, recepção e abertura das malas do interior e exterior;

2º, conferencia, marcação e manipulação das correspondencias ordinarias, contidas nas malas, e sua distribuição na cidade;

3º, organização dos documentos de debito pelas correspondencias não franqueadas ou de franquia insufficiente;

4º, recepção das correspondencias urbanas, sua marcação, apartação e distribuição;

5º, remessa em protocollo á 5ª secção de todos os volumes de objectos registrados e dos saccoes, etc., que a ella pertencerem;

6º, apprehensão das correspondencias transportadas fraudulentamente;

7º, fiscalisação da recepção de malas e correspondencias a cargo dos empregados designados para o serviço do mar, onde o houver;

8º, registro nos indicadores das mudanças de domicilios;

9º, classificação e guarda das correspondencias que não tiverem podido ser entregues;

10, escolha e classificação das correspondencias cahidas em refugio e a fiscalisação dos serviços de distribuição domiciliaria e de collecta das caixas urbanas e geral;

11, preparo e expedição das malas para o interior e exterior da Republica;

12, recebimento dos jornaes e outras publicações periodicas;

13, annuncios do fechamento de malas;

14, escripturação da sahida de malas, bolsas, saccoes, etc.;

15, superintendencia dos serviços dos correios ambulantes e transportes de malas do Correio no Estado;

16, manipulação nos carros-correios, das correspondencias ordinarias de ultima hora, preparo e entrega das malas destinadas ás localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro;

17, recepção e abertura das malas, pelos correios ambulantes, destinadas á administração, a conferencia, marcação e apartação das correspondencias contidas nessas malas;

18, recepção e entrega, nos carros-correios, das malas de ou para localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

19, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 5.º A' 5ª secção incumbe:

1ª, registro de todas as correspondencias;

2ª, recepção e abertura dos volumes das correspondencias registradas procedentes da Republica ou de paizes estrangeiros ;

3ª, conferencia, marcação, manipulação e lançamento dessas correspondencias, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicilios ;

4ª, preparo e entrega á 4ª secção, dos volumes de correspondencias registradas que tiverem de ser expedidas ;

5ª, classificação e devolução da que não tiver podido ser distribuída ;

6ª, apprehensão das correspondencias recebidas ou transportadas fraudulentamente ;

7ª, classificação da que cahir em refugio ;

8ª, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

Art. 303. A' administração dos Correios do Estado de Minas Geraes, porém, attendendo á sua organização especial, incumbirá mais o seguinte:

1ª, na 1ª secção, matricula, assentamento e registro do pessoal das sub-administrações ;

2ª, na 2ª secção, tomada de contas ás sub-administrações.

Art. 304. As administrações dos Correios de 2ª classe dos Estados do Paraná, Ceará, Amazonas e Maranhão ; as de 3ª classe dos Estados de Alagoas, Santa Catharina e Espirito Santo e as de 4ª classe da Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goyaz, Piahy e Matto Grosso se dividirão em quatro secções:

1ª, expediente, sob a immediata direcção do administrador ;

2ª, contadoria, estatística, refugos e contabilidade, dirigida pelo contador ;

3ª, thesouraria, dirigida pelo thesoureiro ;

4ª, recebimento, importação, conferencia, distribuição e expedição das correspondencias tanto ordinarias como registradas sem valor declarado, e expedição de malas, serviços ambulantes, si os houver, e transportes, dirigida por um official.

§ 1.º A' 1ª secção incumbe:

1º, toda a correspondencia com as autoridades do Estado, com o director geral, com os outros administradores e com os agentes, devendo logo abrir, dar entrada e distribuir a recebida, excepto quando confidencial e reservada, que será aberta pelo administrador ;

2º, preparo de papeis para despacho do administrador ;

3º, processo de concurso, nomeação, distribuição, licenças, castigos, recompensas, promoções e aposentadoria do pessoal ;

4º, matrícula do pessoal da administração e suas agencias, indicando as datas de entrada, promoção, nomeação, aposentadoria e fallecimento ou exoneração ;

5º, exame das reclamações contra a execução do serviço no Estado ;

6º, organização de horarios e itinerarios de correios ambulantes e linhas postaes ;

7º, preparo dos elementos do relatorio annual dos serviços a cargo da administração ;

8º, classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis, que devem constituir o archivo e a bibliotheca ;

9º, propostas para criação, suppressão e restabelecimento de agencias e linhas postaes, augmento e diminuição do numero de viagens ;

10, registro das linhas postaes do Estado, indicando as datas de sua criação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica e si a condução das malas é feita por contracto ou por administração, nome do contractante ou do estafeta e o custo do serviço ;

11, recebimento, exame de propostas de contractos para o serviço de condução de malas e outros autorizados ;

12, registro de todos os jornaes e publicações periodicas do Estado ;

13, assentamento do pessoal da administração e agencias do Estado, contendo todos os esclarecimentos sobre o mesmo pessoal ;

14, registro das agencias do Estado, indicando as datas de sua criação, classificação, categoria da localidade, municipio a que pertence, nome do empregado, data da nomeação, da exoneração, etc. ;

15, organização da tabella da partida e chegada das malas à administração e a cada uma das estações postaes do Estado, com indicação das horas de distribuição domiciliaria onde houver ;

16, expedição de ordens do administrador, quer sejam em solução de duvidas e conflictos, quer não.

§ 2.º A' 2ª secção incumbem :

1º, escripturação da receita e despeza e da entrada e sahida de sellos, e outras formulas de franquia ;

2º, tomada de contas e contas correntes com as agencias ;

3º, exame das contas que tiverem de ser pagas pela administração ;

4º, preparo dos documentos de despeza, assim como das guias para expedição de sellos e outras formulas de franquia, de material, objectos de expediente e utensilios ;

5º, registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da administração ;

6º, orçamento annual ;

7º, balanços mensaes e annuaes ;

8º, fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do material, a cargo da 3ª secção ;

9º, fiscalisação, exame e escripturação, relativa ao serviço, não só de cobranças de recibos, letras e obrigações, por conta de particulares, como de assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas ;

10. conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro, por sellos e outras formulas de franquia ; .

11, conta corrente dos devedores à Fazenda Nacional, por imposto do sello, multas ou extravio de valores ;

12, preparo de documentos de *deficit* de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despesas com material ;

13, serviço de vales e cheques postaes de e para o interior e exterior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço ;

14, processo das fianças ou cauções dos empregados a ellas sujeitos ;

15, organização da estatistica das correspondencias, não só postadas nas repartições postaes do Estado, como distribuidas e em transitio, de modo que ao mesmo tempo se conheça o movimento de cada estação postal ;

16, recepção, manipulação, devolução e consumo das correspondencias cabidas em refugio nas repartições postaes do Estado ;

17, relatorio annual da parte financeira do serviço postal, assim como da estatistica e refugos, para servir de base a confecção do relatorio do administrador.

§ 3.º A' 3ª secção incumbe:

1º, arrecadar e pagar ;

2º, o serviço de venda de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre-cartas, cintas estampilhadas ;

3º, serviço de emissão e pagamento de vales e cheques postaes, de e para o interior e exterior ;

4º, serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações, por conta de particulares, e o de assignatura de jornaes e outras publicações periodicas ;

5º, recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre-cartas, cintas estampilhadas ;

6º, registro das correspondencias com valor declarado recebidas para esse fim ;

7º, recebimento, da 4ª secção, das correspondencias registradas com valor declarado, para effectuar a entrega e a remessa, à mesma secção, da que tiver de ser expedida, reexpedida e devolvida ;

8º, recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções e agencias ;

9º, recebimento, da respectiva repartição de fazenda, do supprimento necessario para occorrer às despesas da administração ;

10, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base à confecção do relatorio do administrador.

§ 4.º A' 4ª secção incumbem :

- 1.º, recepção e abertura das malas do interior e exterior;
- 2.º, conferencia, marcação, manipulação e distribuição das correspondencias ordinarias contidas nas malas;
- 3.º, organização dos documentos de debito pelas correspondencias não franqueadas ou de franquia insufficiente;
- 4.º, recepção das correspondencias urbanas, sua marcação, apartação e distribuição;
- 5.º, remessa em protocollo, à 3ª secção, dos objectos registrados com valor declarado para a entrega respectiva;
- 6.º, registro das correspondencias registradas sem valor declarado;
- 7.º, abertura dos volumes de correspondencias registradas procedentes da Republica ou de paizes estrangeiros;
- 8.º, conferencia, marcação, manipulação, lançamento, expedição e reexpedição dessa correspondencia, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicilios;
- 9.º, classificação, guarda e devolução das correspondencias que não tiverem podido ser distribuidas;
- 10, escolha e classificação das correspondencias cahidas em refugio;
- 11, apprehensão das correspondencias recebidas ou transportadas fraudulentamente;
- 12, fiscalisação dos serviços de distribuição domiciliar e de collectas das caixas urbanas e geral;
- 13, recebimento dos jornaes e outras publicações periodicas;
- 14, fiscalisação da recepção de malas e correspondencias a cargo dos empregados designados para o serviço do mar, onde o houver;
- 15, annuncios de horas de fechamento de malas;
- 16, registro nos indicadores de mudança de domicilios;
- 17, preparo e expedição de malas para o interior e exterior da Republica;
- 18, superintendencia de todos os serviços dos correios ambulantes onde os houver, e de transporte de malas do Correio no Estado;
- 19, manipulação, nos carros-correios, das correspondencias ordinarias da ultima hora e preparo e entrega das malas destinadas às localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro;
- 20, recepção e abertura das malas pelos correios ambulantes, destinadas à administração, conferencia, marcação e apartação das correspondencias contidas nessas malas;
- 21, recepção e entrega de malas de ou para localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro;
- 22, escripturação da sahida de malas, bolsas e saccos;
- 23, relatorio annual da parte relativa aos serviços a cargo da secção, para servir de base à confecção do relatorio do administrador.

Art. 305. As administrações, mantida a actual classificação, poderão passar das classes inferiores para as superiores, preenchendo as seguintes condições :

As de 4ª classe passarão à de 3ª, quando apresentarem, no período de tres annos, renda superior a 25:000\$000.

As de 3ª classe para 2ª, quando, no mesmo período, apresentarem renda superior a 75:000\$000.

As de 2ª passarão à 1ª classe, quando em igual período apresentarem renda superior a 150:000\$000.

Paraphrasso unico. Tambem poderão ser elevadas de classe quando tiverem movimento de correspondencia pelo menos igual ao da que tiver maior entre as outras repartições da classe superior.

## CAPITULO XIX

### DAS SUB-ADMINISTRAÇÕES

Art. 306. Haverá, no territorio do Estado de Minas Geraes, tres sub-administrações do Correio, immediatamente subordinadas à administração dos Correios do mesmo Estado, as quaes terão por sêde as cidades da Campunha, Diamantina e Uberaba.

Paraphrasso unico. Estas repartições postaes terão, quanto ao serviço e ao pessoal, a mesma organização das administrações de 4ª classe, attribuições e deveres constantes deste regulamento, e superintenderão certo numero de agencias, que lhes serão immediatamente subordinadas.

Art. 307. O director geral, sobre proposta do administrador, determinará quaes as agencias que devam ficar directamente subordinadas à administração e a cada uma das sub-administrações, attendendo à facilidade de communicações entre as agencias e as repartições a que ficarem subordinadas, às ligações e dependencias de linhas de correio e outras conveniencias do serviço.

Art. 308. As sub-administrações do Estado de Minas Geraes se dividirão em quatro secções :

1ª, expediente, sob a immediata direcção do sub-administrador ;

2ª, contadoria, estatistica, refugos e contabilidade, dirigida pelo contador ;

3ª, thesouraria, dirigida pelo thesoureiro ;

4ª, recebimento, importação, conferencia, distribuição e expedição das correspondencias, tanto ordinarias como registradas sem valor declarado, e expedição de malas, serviços ambulantes, si os houver, e transportes — dirigida por um official.

§ 1.º A 1ª secção incumba :

1º, toda a correspondencia com as autoridades do respectivo Estado, com os administradores, com os outros sub-administra-

dores e com os agentes, devendo logo abrir, dar entrada e distribuir a recebida, excepto quando confidencial e reservada, que será aberta pelo sub-administrador ;

2º, o preparo de papeis para despacho ;

3º, o processo de concursos do pessoal ;

4º, a matricula do pessoal da sub-administração e agencias a ella subordinadas ;

5º, o exame das reclamações contra a execução do serviço na circumscripção postal ;

6º, a organização de horarios e itinerarios de correios ambulantes e linhas postaes ;

7º, organizar os elementos para o relatorio annual dos serviços a cargo da sub-administração ;

8º, a classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis que devem constituir o archivo e a bibliotheca ;

9º, as propostas para criação, suppressão e restabelecimento de agencias e linhas postaes, e augmento e diminuição do numero de viagens ;

10, o registro das linhas postaes da circumscripção ;

11, o registro de todos os jornaes e publicações periodicas da circumscripção ;

12, o assentamento do pessoal e das agencias da circumscripção, contendo todos os esclarecimentos ;

13, o registro e organização da tabella da partida e chegada das malas ;

14, a expedição de ordens.

§ 2.º A 2ª secção incumbê :

1º, a escripturação da receita e despeza e da entrada e sahida de sellos, e outras formulas de franquia e cheques postaes ;

2º, a tomada de contas e contas correntes com as agencias ;

3º, o exame das contas que tiverem de ser pagas pela sub-administração ;

4º, o preparo dos documentos de despeza, assim como das guias para expedição de sellos e outras formulas de franquia, cheques postaes, material, objectos de expediente e utensilios ;

5º, o registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da sub-administração e das agencias da circumscripção ;

6º, os balanços mensaes e annuaes ;

7º, a fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do material a cargo da 3ª secção ;

8º, a fiscalisação, exame e escripturação relativa ao serviço, não só de cobrança de recibos, letras e obrigações, por conta de particulares, como de assignatura de jornaes e outras publicações periodicas ;

9º, a conta corrente dos devedores à Fazenda Nacional, por imposto do sello, multas ou extraviio de valores ;

10, a conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro, por sellos e outras formulas de franquia e cheques postaes ;

11, a escripturação relativa ao monte-pio dos funcionarios ;

12, o preparo dos documentos de *deficit* de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despesas autorizadas ;

13, o processo das fianças ou cauções dos empregados a ellas sajeitos ;

14, o serviço de vales e cheques postaes de e para o interior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço ;

15, a organização da estatística das correspondencias, não só postadas nas agencias a seu cargo, como distribuidas e em transito, de modo que ao mesmo tempo se conheça o movimento de cada estação postal ;

16, a recepção, manipulação, devolução e consumo das correspondencias cahidas em refugio na sub-administração e agencias a seu cargo ;

17, o relatorio annual da parte financeira do serviço postal, assim como da estatística e refugos, para servir de base á confecção do relatorio do sub-administrador.

§ 3.º A' 3ª secção incumbe :

1º, arrecadar e pagar ;

2º, o serviço da venda de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre-cartas e cintas estampilhadas ;

3º, o serviço de emissão e pagamento de vales e cheques postaes de ou para o interior e exterior ;

4º, o serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura de jornaes e outras publicações periodicas ;

5º, a recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre-cartas, cintas estampilhadas e cheques postaes ;

6º, o registro das correspondencias com valor declarado recebidas para esse fim ;

7º, o recebimento, da 4ª secção, das correspondencias registradas com valor declarado, para effectuar a entrega e a remessa, á mesma secção, da que tiver de ser expedida, reexpedida e devolvida ;

8º, o recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções e agencias da circumscricção ;

9º, receber o supprimento de fundos enviado pela administração para occorrer ás despesas da sub-administração ;

10, o relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção para servir de base á confecção do relatorio do sub-administrador.

§ 4.º A' 4ª secção incumbe :

1º, a recepção e abertura de malas ;

2º, a conferencia, marcação, manipulação e distribuição das correspondencias ordinarias contidas nas malas ;

3º, a organização dos documentos de debito pelas correspondencias não franqueadas ou de franquia insufficiente ;

4º, a recepção das correspondências urbanas, sua marcação, apartação e distribuição ;

5º, a remessa em protocollo, à 3ª secção, dos objectos registeados com valor declarado para a entrega respectiva ;

6º, o registro das correspondências sem valor declarado recebidas para esse fim ;

7º, a abertura dos volumes de correspondências registradas recebidas ;

8º, a conferencia, marcação, manipulação, lançamento, expedição e reexpedição desses correspondências, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicílios ;

9º, classificação, guarda e devolução das correspondências que não tiverem podido ser distribuídas ;

10, a escolha e classificação das correspondências cabidas em refugio ;

11, apprehensão das correspondências recebidas ou transportadas fraudulentamente ;

12, a fiscalização dos serviços de distribuição domiciliar e de collecta das caixas urbanas e geral ;

13, o recebimento dos jornaes e outras publicações periodicas ;

14, os annuncios das horas de fechamento de malas ;

15, o registro, nos indicadores, de mudança de domicílios ;

16, o preparo e expedição de malas ;

17, a Superintendencia de todos os serviços de correios ambulantes, si os houver, e de transporte de malas do Correio na circumscripção ;

18, a escripturação da sahida de malas, bolsas e saccoes ;

19, o relatório annual da parte relativa aos serviços a cargo da secção, para servir de base à confecção do relatório do sub-administrador.

## CAPITULO XX

### DAS SUCCURSAES

Art. 309. Na Capital Federal haverá — *succursaes* — da respectiva administração dos correios, que serão estabelecidas nos pontos mais convenientes, a juizo do director geral, tendo cada uma a seu cargo os seguintes serviços:

1º, venda de sellos e outras formulas ;

2º, registro de correspondências sem valor para qualquer localidade, e com valor declarado sómente para aquellas contra as quaes a administração não emittir vales ;

3º, recepção, marcação e manipulação das correspondências ;

4º, expedição, em malas fechadas, das correspondências para a administração e para as outras succursaes ;

5º, collecta e distribuição na respectiva área ;

6º, quaesquer outros serviços postaes que, para conveniencia do publico e do Correio, sejam autorisados pelo director geral ;

7º, relatório annual da parte relativa ao serviço a seu cargo.

Art. 310. As succursaes serão servidas por empregados da administração, dirigidas por um official, servindo de thesoureiro o mesmo da administração, representado por um fiel.

Art. 311. O director geral, sob proposta do administrador, marcará os limites da área de cada uma das succursaes e os da parte central da cidade em que os serviços de collecta e distribuição ficarão a cargo da propria administração.

## CAPITULO XXI

### DAS AGENCIAS

Art. 312. Nas cidades, villas, povoações, estações de estradas de ferro e outras localidades da Republica, haverá agencias do Correio, immediatamente subordinadas ás administrações e sub-administrações dos Correios do Estado a que pertencerem.

Art. 313. As agencias do Correio serão divididas em quatro classes, do modo seguinte :

§ 1.º A' 1ª classe pertencerão as agencias de Nitheroy, Campos e Petropolis no Estado do Rio de Janeiro ; Juiz de Fora, no de Minas Geraes ; Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos do Pinhal, Sorocaba, Rio Claro e Taubaté, no de S. Paulo ; as das cidades do Rio Grande e Pelotas, no do Rio Grande do Sul, e as que satisfizerem qualquer das seguintes condições :

1ª, renda superior a 15:000\$ em tres annos consecutivos ;

2ª, centros importantes e especiaes de permuta de malas, com estações postaes do interior e exterior.

§ 2.º A' 2ª classe pertencerão as agencias que satisfizerem qualquer das condições seguintes :

1ª, renda superior a 8:000\$ em tres annos consecutivos ;

2ª, centros importantes de permutação de malas com outras estações postaes ou pela distribuição de correspondencias, mediante carteiros rurais.

§ 3.º A' 3ª classe pertencerão as agencias que satisfizerem qualquer das condições que se seguem :

1ª, renda superior a 2:000\$ em tres annos consecutivos ;

2ª, centro importante de permuta de malas e correspondencias.

§ 4.º A' 4ª classe pertencerão todas as outras agencias.

Art. 314. Renda, para os effeitos da primeira condição dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo antecedente, considera-se a importancia de sellos vendidos na agencia.

Art. 315. As agencias serão creadas pelo director geral, mediante proposta justificativa dos administradores, e só serão installadas depois de verificada a existencia de saldo sufficiente na consignação orçamentaria votada pelo Congresso Nacional.

§ 1.º A proposta dos administradores para a criação de uma agencia deverá conter o numero approximado de habitantes da

localidade, na extensão de cinco kilometros, a categoria da localidade, e a despesa a fazer-se com o serviço de condução de malas e a instalação da agencia.

Art. 316. A bordo dos paquetes das mais importantes companhias nacionaes de navegação, quer sejam subvencionadas ou não pela União ou por um ou mais Estados, entre portos da Republica, ou entre estes e os de paizes estrangeiros, na America ou em qualquer outro continente, haverá agencias postaes a cargo de empregados pertencentes ás administrações dos Correios dos portos iniciais ou terminaes das linhas de navegação, quer seja maritima ou fluvial.

§ 1.º Nos vapores ou nas linhas de vapores de navegação interna, maritima ou fluvial, de pequeno curso, subvencionadas ou não, quando houver, a juizo do director geral ou dos administradores, necessidade de reprimir e fiscalisar o contrabando postal ou o serviço de transporte de malas, serão designados, pelos administradores, empregados para esse fim.

§ 2.º As companhias nacionaes de navegação, subvencionadas ou não, terão a bordo de seus paquetes acommodações especiaes e reservadas exclusivamente ao serviço das agencias do Correio e darão passagem e comedorias aos empregados embarcados, mediante accordo com o Governo e na forma por que taes obrigações estiverem previstas nas leis de creação, concessão de privilegios ou subvenção ás ditas companhias.

Art. 317. Nos vapores, ou nas linhas de vapores da navegação interna, maritima ou fluvial, de que trata o § 1º do artigo antecedente, as companhias, seus agentes ou consignatarios, darão passagem, comedia e beliche aos empregados incumbidos da fiscalisação postal, mediante accordo com os administradores, na forma pela qual taes obrigações estejam previstas nos respectivos contractos de navegação ou decretos, si os houver, de concessão de privilegios ou subvenções.

Art. 318. Aos agentes embarcados incumbe:

1º, a venda de sellos e outras formulas de franquia, e collecta das caixas de bordo;

2º, o registro de correspondencias com e sem valor declarado;

3º, a recepção, marcação e manipulação das correspondencias;

4º, a entrega, nas estações postaes dos portos de escala ou de destino, das malas, que serão organisadas, contendo não só as correspondencias destinadas áquellas estações, como as que por alli devam transitar;

5º, a recepção e entrega das malas nas estações postaes dos portos de escala ou que por ellas tenham de transitar;

6º, a troca de malas com outros agentes embarcados;

7º, providenciar, em caso de accidente na viagem, tanto quanto as circumstancias permittirem, no sentido de acautelar os valores e malas do Correio e da mais prompta e segura expedição das correspondencias;

8º, a apprehensão do contrabando postal;

9º, quaesquer outros serviços postaes de que possam ser encarregados.

Art. 319. Aos fiscaes embarcados incumbem :

- 1.º, a collecta das caixas de bordo ;
- 2.º, a fiscalisação do recebimento e entrega de malas ;
- 3.º, a venda de sellos e outras formulas de franquia, a bordo ;
- 4.º, a apprehensão do contrabando postal.

Art. 320. Os commandantes devem prestar, quando requisitados pelos agentes e fiscaes embarcados, todo o auxilio, ainda pecuniario, em casos extraordinarios, no interesse do serviço postal.

Art. 321. Na Capital Federal, nas capitães dos Estados e nas cidades mais importantes poderá haver, para commodidade do publico, agencias urbanas, estabelecidas nas estações iniciais das estradas de ferro e nos pontos mais convenientes ; só podendo taes agencias, em regra, trocar malas com as administrações e succursaes a que estiverem subordinadas e, em casos excepcionaes, com outras estações postaes, si para isso forem autorisadas.

§ 1.º Taes agencias terão os mesmos encargos das que se acham estabelecidas nas outras localidades ; não poderão, porém, aceitar dinheiro para ser enviado em cartas com valor declarado, dirigidas a localidades para onde a repartição a que forem subordinadas emitir vales postaes.

§ 2.º Poderão ser elevadas até 1.ª classe as da Capital Federal e as das Capitães dos Estados e até 2.ª classe as das outras cidades, desde que satisfaçam as condições de renda de que trata o art. 313, §§ 2º e 3º, pela forma estabelecida no artigo que se segue.

Art. 322. As agencias só poderão ser elevadas á cathogoria superior, quando preencherem as condições para isso necessarias e mediante proposta do director geral ao Ministro, no mez de março de cada biennio, para classificação de agencias e gratificação fixa aos serventuarios, que vigorará nos respectivos exercicios.

Art. 323. Deverão ser supprimidas as agencias de 4.ª classe, quando não haja quem nellas queira servir pela gratificação estabelecida, ou quando o seu rendimento não chegue para o respectivo custeio, salvo circumstancias especiaes.

Art. 324. Nas revisões de classificação, para o effeito de elevação ou redução de vencimentos na mesma classe, ter-se-ha em vista, não só a renda da agencia no biennio anterior, como o movimento de correspondencias expedidas e distribuidas, e de malas expedidas e em transitio.

Art. 325. Não só as agencias de 1.ª e 2.ª classes, como tambem as de 3.ª, cujo movimento for importante, funcionarão, na falta de edificio publico, em casas para esse fim alugadas por contracto, nas quaes, sempre que for possivel, os agentes deverão morar. As agencias de 4.ª classe, em regra, funcionarão nas casas dos respectivos agentes.

Art. 326. Nas capitães e nas cidades, villas e quaesquer localidades onde houver caixas urbanas, poderão os administradores autorisar a pessoas idoneas que se incumbam de vender sellos em suas casas de negocio, percebendo de commissão até 5 % dos

que mensalmente comprarem a dinheiro, para esse fim e na seguinte proporção :

Até 1:000\$, 5 % ;

Do excedente até 2:000\$, 2 % ;

» » de 2:000\$, 1 %.

Paragrapho unico. Igual autorisação poderá ser dada a pessoas idoneas estabelecidas nas localidades em que houver serviço rural e caixas de collecta, com as vantagens da disposição anterior.

## CAPITULO XXII

### CORREIOS AMBULANTES — POSTA RURAL — SERVIÇO NO MAR

Art. 327. Os correios ambulantes funcionarão em carros especiaes de estradas de ferro, com as accomodações necessarias, e a execução do serviço ficará a cargo de empregados do Correio.

Paragrapho unico. Aos correios ambulantes incumbe :

1º, a manipulação das correspondencias ordinarias collectadas na hora da partida dos trens ;

2º, o preparo e entrega das malas destinadas ás localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

3º, a recepção e entrega de malas de ou para as ditas localidades ;

4º, a recepção e abertura das malas que lhes forem dirigidas e ás administrações de que dependerem ;

5º, a conferencia, apartação, marcação e reexpedição das correspondencias contidas nessas malas ;

6º, a venda de sellos e outras formulas de franquia ;

7º, quaesquer outros serviços postaes de que sejam encarregados.

Art. 328. Haverá correios ambulantes em linhas, trechos ou ramaes de estradas de ferro da União, dos Estados ou de empresas particulares, com ou sem garantia de juros da União ou dos Estados, mediante proposta fundamentada dos administradores ao director geral e deste ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, para autorisação das despezas necessarias.

Paragrapho unico. O pessoal dos correios ambulantes deverá ser dividido em turmas e cada turma será dirigida por um official, nos trechos ou ramaes de estradas de ferro, e por um 1º ou 2º official, nas linhas mais importantes ; e na sua falta, pelo empregado designado pelo chefe da secção.

Art. 329. Nos carros dos correios ambulantes pessoa alguma extranha ao serviço postal, nem mesmo autoridade, poderá viajar nem ter entrada.

Art. 330. Mediante accordo com as administrações das estradas de ferro, poderão collocar-se em qualquer ponto dessas estradas, onde não pararem os trens,apparelhos destinados ao recebimento e á entrega das malas do Correio.

Art. 331. Nas localidades em que houver ou for levado o serviço rural, haverá carteiros privativos e supplentes para o mesmo serviço, incumbindo-lhes :

- 1º, a recepção e distribuição de correspondencias ;
- 2º, a venda de sellos, cartas-bilheto e bilhetes postaes ;
- 3º, os avisos de cobrança de recibos, lettras e obrigações por conta de particulares ;
- 4º, as collectas das caixas do Correio situadas nos districtos ruraes ;
- 5º, a condução das malas expedidas pelas agencias centraes para a principal de cada districto ;
- 6º, quizesquer outros serviços postaes, de que sejam encarregados.

Paragrapho unico. Esses carteiros percorrerão a cavallo os districtos a seu cargo, sem se desviarem do itinerario marcado, embora não haja correspondencia a distribuir ; partirão o regressarão ás agencias a que estiverem immediatamente subordinados, a horas previamente marcadas e conhecidas do publico.

Art. 332. Nas administrações e nas agencias de 1ª classe situadas em portos maritimos ou fluviaes, poderão os navios entrados ser visitados por empregados do Correio, para o fim de fiscalisarem o transporte das correspondencias e o contrabando postal, sem prejuizo do serviço da entrega das malas ao Correio pelos respectivos commandantes, capitães ou mestres.

Paragrapho unico. A esses empregados in sumbe, além do disposto neste regulamento :

1º, apprehender as correspondencias transportadas fraudulentamente, lavrando os respectivos autos, para os effeitos estabelecidos neste regulamento ;

2º, dar diariamente, logo que terminarem as visitas dos navios, uma parte circumstanciada das entradas dos mesmos naquella dia, declarando seus nomes e os dos respectivos commandantes ou mestres, os portos de onde sahiram e os de escala, os dias de viagem e si trouxeram ou não malas, cartas e outros objectos de correspondencia ; e bem assim, si o transporte de correspondencias ou malas foi ou não feito regularmente.

## TITULO III

### DO PESSOAL

#### CAPITULO XXIII

##### NUMERO E VENCIMENTOS DO PESSOAL

Art. 333. As denominações, numero e vencimentos dos empregados da Directoria Geral dos Correios, da administração do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro e das outras admi-

ministrações e sub-administrações do Estado de Minas Geraes, são os das seguintes tabellas:

N. 1 — DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Numero	Denominações	Vencimento annual
1	Director geral.....	15:000\$000

O director geral poderá escolher em qualquer repartição postal um ou dous empregados, que servirão no seu gabinete, em commissão.

Além desses auxiliares, poderá o director geral ter outros da sub-directoria, sem direito porém a gratificação extraordinaria.

§ 1º — Sub-Directoria

1	Sub-director.....	12:000\$000
3	1ºs officiaes a.....	6:000\$000
3	2ºs ditos a.....	4:800\$000
3	3ºs ditos a.....	3:600\$000
3	Amanuenses a.....	2:600\$000
6	Praticantes a.....	2:200\$000
3	Continuos a.....	1:400\$000
2	Serventes, diaria 4\$000.	

§ 2º — Contadoria

1	Contador geral.....	10:000\$000
1	Ajudante do contador.....	7:200\$000
2	1ºs officiaes a.....	6:000\$000
2	2ºs ditos a.....	4:800\$000
2	3ºs ditos a.....	3:600\$000
8	Amanuenses a.....	2:600\$000
16	Praticantes a.....	2:200\$000
1	Continuo.....	1:400\$000
1	Servente, diaria 4\$000.	

§ 3º — Almozarifado

1	Almozarife.....	6:000\$000
1	Fiel.....	3:600\$000
2	Praticantes a.....	2:200\$000
1	Continuo.....	1:400\$000
2	Serventes, diaria 4\$000.	

§ 4º — Portaria

1	Porteiro.....	3:600\$000
---	---------------	------------

N. 2 — ADMINISTRAÇÃO DO DISTRICTO FEDERAL E ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1 Administrador.....	12:000\$000
1 Ajudante do administrador.....	8:400\$000
1 Contador.....	8:400\$000
1 Thesoureiro.....	7:600\$000
5 Chefes de secção a.....	7:200\$000
17 1 <sup>as</sup> officiaes a.....	6:000\$000
22 2 <sup>as</sup> ditos a.....	4:800\$000
35 3 <sup>as</sup> ditos a.....	3:600\$000
6 Fieis do thesoureiro a.....	3:600\$000
1 Porteiro.....	3:800\$000
2 Ajudantes de porteiro a.....	3:000\$000
100 Amanuenses a.....	2:600\$000
200 Praticantes a.....	2:200\$000
90 Carteiros de 1 <sup>a</sup> classe a.....	2:400\$000
180 Ditos de 2 <sup>a</sup> classe a.....	2:200\$000
29 Ditos ruraes a.....	2:400\$000
6 Continuos a.....	1:400\$000
50 Collectores a.....	1:400\$000
22 Carimbadores, diaria 4\$000.	
45 Serventes, diaria 4\$000.	

Conductores e estafetas, diarias diversas, conforme as distancias e o serviço.

N. 3 — ADMINISTRAÇÃO DE S. PAULO

1 Administrador.....	10:500\$000
1 Contador.....	7:200\$000
1 Thesoureiro.....	6:400\$000
3 Chefes de secção a.....	6:000\$000
4 1 <sup>as</sup> officiaes a.....	5:400\$000
8 2 <sup>as</sup> ditos a.....	4:500\$000
12 3 <sup>as</sup> ditos a.....	3:600\$000
3 Fieis do thesoureiro a.....	3:600\$000
1 Porteiro.....	3:600\$000
1 Ajudante de porteiro.....	2:400\$000
36 Amanuenses a.....	2:600\$000
72 Praticantes a.....	2:200\$000
25 Carteiros de 1 <sup>a</sup> classe a.....	2:400\$000
50 Ditos de 2 <sup>a</sup> classe a.....	2:200\$000
1 Continuo.....	1:200\$000
15 Serventes, diaria 3\$500.	
6 Carimbadores, diaria 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 4 — ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAES

1	Administrador.....	8:400\$000
1	Contador.....	6:000\$000
1	Thesoureiro.....	5:000\$000
2	Chefes de secção a.....	4:800\$000
2	1 <sup>os</sup> officiaes a.....	4:200\$000
4	2 <sup>os</sup> ditos a.....	3:600\$000
8	3 <sup>os</sup> ditos a.....	3:000\$000
1	Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1	Porteiro.....	3:000\$000
8	Amanuenses a.....	2:200\$000
16	Praticantes a.....	1:800\$000
6	Carteiros de 1 <sup>a</sup> classe a.....	2:000\$000
12	Ditos de 2 <sup>a</sup> classe a.....	1:800\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
7	Serventes, diaria 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 5 — ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

1	Administrador.....	8:400\$000
1	Contador.....	6:000\$000
1	Thesoureiro.....	5:000\$000
2	Chefes de secção a.....	4:800\$000
2	1 <sup>os</sup> officiaes a.....	4:200\$000
4	2 <sup>os</sup> ditos a.....	3:600\$000
6	3 <sup>os</sup> ditos a.....	3:000\$000
1	Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1	Porteiro.....	3:000\$000
7	Amanuenses a.....	2:200\$000
14	Praticantes a.....	1:800\$000
8	Carteiros de 1 <sup>a</sup> classe a.....	2:000\$000
16	Ditos de 2 <sup>a</sup> classe a.....	1:800\$000
4	Ditos ruraes a.....	2:000\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
6	Serventes, diaria 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 6 — ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO

1	Administrador.....	8:400\$000
1	Contador.....	6:000\$000
1	Thesoureiro.....	5:000\$000
2	Chefes de secção a.....	4:800\$000
2	1 <sup>os</sup> officiaes a.....	4:200\$000
4	2 <sup>os</sup> ditos a.....	3:600\$000
6	3 <sup>os</sup> ditos a.....	3:000\$000

1 Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1 Porteiro.....	3:000\$000
10 Amanuenses a.....	2:200\$000
20 Praticantes a.....	1:800\$000
9 Carteiros de 1ª classe a.....	2:000\$000
18 Ditos de 2ª classe a.....	1:800\$000
1 Continuo.....	1:200\$000
4 Serventes, diaria 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

#### N. 7 — ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA

1 Administrador.....	8:400\$000
1 Contador.....	6:000\$000
1 Thesoureiro.....	5:000\$000
2 Chefes de secção a.....	4:800\$000
2 1 <sup>as</sup> officiaes a.....	4:200\$000
4 2 <sup>as</sup> ditos a.....	3:600\$000
6 3 <sup>as</sup> ditos a.....	3:000\$000
1 Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1 Porteiro.....	3:000\$000
10 Amanuenses a.....	2:200\$000
20 Praticantes a.....	1:800\$000
9 Carteiros de 1ª classe a.....	2:000\$000
18 Ditos de 2ª classe a.....	1:800\$000
1 Continuo.....	1:200\$000
4 Serventes, diaria 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

#### N. 8 — ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ

1 Administrador.....	8:400\$000
1 Contador.....	6:000\$000
1 Thesoureiro.....	5:000\$000
2 Chefes de secção a.....	4:800\$000
2 1 <sup>as</sup> officiaes a.....	4:200\$000
4 2 <sup>as</sup> ditos a.....	3:600\$000
8 3 <sup>as</sup> ditos a.....	3:000\$000
1 Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1 Porteiro.....	3:000\$000
16 Amanuenses a.....	2:200\$000
2 Praticantes a.....	1:800\$000
19 Carteiros de 1ª classe a.....	2:000\$000
8 Ditos de 2ª classe a.....	1:800\$000
1 Continuo.....	1:200\$000
3 Serventes, diaria 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 9 — ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

1 Administrador.....	6:000\$000
1 Contador.....	4:000\$000
1 Thesoureiro.....	3:000\$000
2 1 <sup>as</sup> officiaes.....	3:000\$000
3 2 <sup>as</sup> ditos.....	2:400\$000
1 Fiel do thesoureiro.....	2:000\$000
1 Porteiro.....	2:000\$000
4 Amanuenses a.....	2:000\$000
8 Praticantes a.....	1:800\$000
9 Carteiros a.....	1:800\$000
1 Continuo.....	1:200\$000
4 Serventes, diaria 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 10 — ADMINISTRAÇÃO DO AMAZONAS

1 Administrador.....	6:000\$000
1 Contador.....	4:000\$000
1 Thesoureiro.....	3:000\$000
2 1 <sup>as</sup> officiaes a.....	3:000\$000
3 2 <sup>as</sup> ditos a.....	2:400\$000
1 Fiel do thesoureiro.....	2:000\$000
1 Porteiro.....	2:000\$000
3 Amanuenses a.....	2:000\$000
6 Praticantes a.....	1:800\$000
14 Carteiros a.....	1:800\$000
1 Continuo.....	1:200\$000
2 Serventes, diaria 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 11 — ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ

1 Administrador.....	6:000\$000
1 Contador.....	4:000\$000
1 Thesoureiro.....	3:000\$000
2 1 <sup>as</sup> officiaes a.....	3:000\$000
3 2 <sup>as</sup> ditos a.....	2:400\$000
1 Fiel do thesoureiro.....	2:000\$000
1 Porteiro.....	2:000\$000
3 Amanuenses a.....	2:000\$000
6 Praticantes a.....	1:800\$000
8 Carteiros a.....	1:800\$000
1 Continuo.....	1:200\$000
2 Serventes, diaria 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 12 — ADMINISTRAÇÃO DO MARANHÃO

1 Administrador.....	6:000\$000
1 Contador.....	4:000\$000
1 Thesoureiro.....	3:000\$000
2 1 <sup>as</sup> officiaes a.....	3:000\$000
3 2 <sup>as</sup> ditos a.....	2:400\$000
1 Fiel do thesoureiro.....	2:000\$000
1 Porteiro.....	2:000\$000
4 Amanuenses a.....	2:000\$000
8 Praticantes a.....	1:800\$000
9 Carteiros a.....	1:800\$000
1 Continuo.....	1:200\$000
4 Serventes, diaria 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.	

## N. 13 — ADMINISTRAÇÃO DAS ALAGOAS

1 Administrador.....	5:000\$000
1 Contador.....	3:400\$000
1 Thesoureiro.....	2:400\$000
1 1 <sup>o</sup> official.....	2:400\$000
2 2 <sup>as</sup> ditos a.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
3 Amanuenses a.....	1:600\$000
6 Praticantes a.....	1:400\$000
16 Carteiros a.....	1:400\$000
6 Serventes, diaria 3\$000.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.	

## N. 14 — ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATHARINA

1 Administrador.....	5:000\$000
1 Contador.....	3:400\$000
1 Thesoureiro.....	2:400\$000
1 1 <sup>o</sup> official.....	1:400\$000
2 2 <sup>as</sup> ditos a.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
2 Amanuenses a.....	1:600\$000
4 Praticantes a.....	1:400\$000
7 Carteiros a.....	1:400\$000
1 Servente, diaria 3\$000.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.	

## N. 15 — ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

1 Administrador.....	5:000\$000
1 Contador.....	3:400\$000
1 Thesoureiro.....	2:400\$000
1 1º official.....	2:400\$000
2 2ºs ditos a.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
2 Amanuenses a.....	1:600\$000
4 Praticantes a.....	1:400\$000
6 Carteiros a.....	1:400\$000
1 Servente, diaria 3\$000.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.	

## N. 16 — ADMINISTRAÇÃO DE GOYAZ

1 Administrador.....	4:000\$000
1 Contador.....	3:000\$000
1 Thesoureiro.....	2:000\$000
1 Official.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
2 Amanuenses a.....	1:600\$000
4 Praticantes a.....	1:400\$000
3 Carteiros a.....	1:400\$000
1 Servente, diaria 2\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.	

## N. 17 — ADMINISTRAÇÃO DA PARAÍHYBA DO NORTE

1 Administrador.....	4:000\$000
1 Contador.....	3:000\$000
1 Thesoureiro.....	2:000\$000
1 Official.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
3 Amanuenses a.....	1:600\$000
6 Praticantes a.....	1:400\$000
9 Carteiros a.....	1:400\$000
1 Servente, diaria 3\$000.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.	

## N. 18 — ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

1 Administrador.....	4:000\$000
1 Contador.....	3:000\$000
1 Thesoureiro.....	2:000\$000

1 Official.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
1 Amanuense.....	1:600\$000
2 Praticantes a.....	1:400\$000
5 Carteiros a.....	1:400\$000
1 Servente, diaria 3\$000.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

#### N. 19 — ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

1 Administrador.....	4:000\$000
1 Contador.....	3:000\$000
1 Thesoureiro.....	2:000\$000
1 Official.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
1 Amanuense.....	1:600\$000
2 Praticantes a.....	1:400\$000
4 Carteiros a.....	1:400\$000
1 Servente, diaria 2\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

#### N. 20 — ADMINISTRAÇÃO DE MATTO GROSSO

1 Administrador.....	4:000\$000
1 Contador.....	3:000\$000
1 Thesoureiro.....	2:000\$000
1 Official.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
1 Amanuense.....	1:600\$000
2 Praticantes a.....	1:400\$000
3 Carteiros a.....	1:400\$000
1 Servente, diaria 2\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

#### N. 21 — ADMINISTRAÇÃO DO PIAUHY

1 Administrador.....	4:000\$000
1 Contador.....	3:000\$000
1 Thesoureiro.....	2:000\$000
1 Official.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
1 Amanuense.....	1:600\$000
2 Praticantes a.....	1:400\$000
3 Carteiros a.....	1:400\$000
1 Servente, diaria 2\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

N. 22 — SUB-ADMINISTRAÇÕES DE MINAS GERAES, NAS CIDADES DE CAMPANIA, DIAMANTINA E UBERABA

1 Sub-administrador.....	4:000\$000
1 Contador.....	3:000\$000
1 Thesoureiro.....	2:000\$000
1 Official.....	1:800\$000
1 Porteiro.....	1:600\$000
1 Amanuense.....	1:600\$000
2 Praticantes a.....	1:400\$000
2 Carteiros a.....	1:400\$000
1 Servente, diaria 2\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

Paragrapho unico. Os thesoureiros das administrações, além dos vencimentos marcados, terão uma gratificação para quebras, sendo 800\$ para o do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro; 600\$ para o de S. Paulo; 400\$ para os das outras administrações, sub-administrações e agencias de 1ª classe;

Art. 334. A terça parte dos vencimentos fixados nas tabellas anteriores será considerada gratificação *pro labore*.

Art. 335. Os carteiros perceberão, além dos seus vencimentos, uma gratificação adicional relativa ao tempo de effectivo serviço postal, que será considerado para todos os efeitos como parte dos mesmos vencimentos, a saber:

Mais de 15 annos.....	10 %
» » 20 » .....	20 %
» » 25 » .....	30 %
» » 30 » .....	40 %

Paragrapho unico. A gratificação adicional será abonada de 1º de janeiro do anno seguinte áquelle em que o carteiro tiver completado o tempo de serviço que motive a melhoria de seus vencimentos.

Art. 336. Os serventes, collectores e carimbadores que tiverem mais de 10 annos de effectivo serviço postal, perceberão uma diaria adicional equivalente a uma sexta parte da fixada nas respectivas tabellas.

Art. 337. No calculo das antiguidades de que tratam os artigos anteriores será excluido o anno em que o empregado tiver dado mais de 30 faltas, seguidas ou interpoladas, por qualquer motivo, ou áquelle em que soffrer alguma pena disciplinar de multa ou suspensão.

Paragrapho unico. As gratificações additionaes por antiguidade serão, para todos os efeitos, consideradas como augmento de vencimentos.

Art. 338. Na Directoria, administrações, sub-administrações e agencias de 1ª classe, o director geral e os administradores poderão nomear, mediante concurso, supplentes de praticante e de carteiro, e supplentes de continuos, conductor, collector carimbador e de servente, sem aquella exigencia.

Art. 339. Os supplentes serão pagos *pro rata* com as sobras do credito distribuido para as despesas do pessoal em geral, quaesquer que sejam os motivos que determinem as ditas sobras, não devendo, de modo algum, perceber mais do que os effectivos, nem ser em numero que exceda um terço dos mesmos.

Art. 340. O pessoal dos correios ambulantes, do serviço no mar e os agentes embarcados perceberão uma gratificação adicional de 20 % para os 1.<sup>as</sup> e 2.<sup>as</sup> officiaes, de 25 % para os 3.<sup>as</sup> e de 30 % para os amanuenses, praticantes, conductores e serventes. Esta gratificação não será abonada aos que faltarem ao serviço, por motivo justificado ou não, e para o praticante supplente será calculada, não sobre a quota que lhe tocar, mas sim sobre o vencimento que lhe poderia caber como praticante effectivo.

§ 1.º Aos empregados das secções de manipulação de correspondencias e ambulantes que trabalharem à noite mais de duas horas além da marcada pelo regimento interno, para os serviços ordinarios, será abonada a mesma gratificação de que trata o artigo precedente.

§ 2.º A mesma gratificação tambem será abonada aos empregados que, tendo trabalhado durante as horas regulamentares nos serviços de que estiverem encarregados, forem, por deficiência de pessoal ou affluencia de serviço, chamados a dobrar o tempo de trabalho, fixado no respectivo regimento interno.

§ 3.º Esta mesma gratificação poderá ser abonada annualmente, a juizo do director geral, — nas repartições de maior movimento, — aos empregados incumbidos da expedição e conferencia de registrados, que não tenham dulo logar a qualquer reclamação relativa ao mesmo serviço, nem que hajam soffrido qualquer pena disciplinar.

§ 4.º As gratificações deste artigo não serão abonadas aos empregados que, sob qualquer pretexto, se retirarem do serviço.

Art. 341. Aos empregados incumbidos de qualquer commissão, dentro ou fóra do Estado onde tiverem exercicio, serão abonadas passagens para si, uma ajuda de custo até tres mezes de vencimento e uma diaria até 5 % do seu vencimento mensal.

§ 1.º Ao director geral e aos administradores compete fixar a ajuda de custo e a diaria.

§ 2.º Os empregados incumbidos de inspecionar agencias do Estado a que pertençam, não terão direito a ajuda de custo.

§ 3.º Por uma mesma commissão não poderá ser abonada mais de uma ajuda de custo.

Durante o mesmo exercicio financeiro cada empregado só poderá receber até duas ajudas de custo, qualquer que seja o numero de commissões desempenhadas.

Art. 342. O director geral terá direito a conducção especial para uso diario, no intuito de evitar demoras ao expediente a seu cargo ; e, quando em serviço, fóra da Capital Federal, o que ficará a seu arbitrio, conforme a necessidade da inspecção e fiscalisação, perceberá as vantagens do artigo antecedente, sendo a ajuda de custo e diaria, determinadas pelo Ministro, de accordo com o mesmo art. 341.

Art. 343. Os empregados promovidos ou removidos, quando tiverem por isso de mudar de residencia, terão passagem gratuita para si e suas familias e uma ajuda de custo correspondente a um mez do vencimento mensal dos logares que forem occupar, quando a mudança for para outro ponto do mesmo Estado ou ao vencimento de dous mezes, quando para Estado diverso.

§ 1.º Considera-se familia do empregado sua mulher, seus filhos e sua mãe e pae invalidos, ou quando forem sustentados pelo empregado no domicilio deste e seus famulos até dous.

§ 2.º Os empregados removidos ou promovidos terão direito, dentro do prazo que lhes for marcado pelo director geral, ao vencimento dos logares que occuparam, até que assumam o exercicio dos cargos para que foram promovidos ou removidos, embora tenham sido preenchidas as vagas que deixarem.

Os empregados, porém, removidos a pedido, não terão direito à ajuda de custo nem às passagens e sómente perceberão o vencimento do logar que tiverem occupado durante o prazo que lhes for fixado.

§ 3.º Os empregados que forem mandados addir a outras repartições, por conveniencia do serviço publico, não terão direito sinão aos seus vencimentos durante o prazo que lhes for marcado para se apresentarem nas repartições onde devam servir.

Os empregados que, por attendivel conveniencia particular forem mandados addir, não terão direito a passagens nem perceberão a gratificação *pro labore*, durante o prazo que lhes for fixado para se apresentarem à outra repartição.

Art. 344. Os empregados que substituirem a outros empregados perceberão os vencimentos de accordo com as seguintes regras :

1ª, si a substituição se der por motivo de achar-se vago o logar, o substituto perderá os seus vencimentos e passará a perceber os do logar vago ;

2ª, si a substituição se der por outros motivos, caberá ao substituto além de seus vencimentos a gratificação do substituido.

Em caso algum o vencimento do substituto poderá ser superior ao do logar do empregado substituido.

Art. 345. O pessoal das agencias terá os vencimentos constantes das seguintes tabellas :

#### A

##### Agencias de 1ª classe

###### Vencimento annual

Agente.....	3:000\$ a 6:000\$000
Ajudante do agente.....	3/4 do vencimento do agente
Thesoureiro.....	3/4 do vencimento do agente
Praticantes.	
Carteiros.	
Collector, diaria.	
Servente, diaria.	
Estafetas, diarias diversas.	

## B

Agencias de 2<sup>a</sup> classe

Vencimento annual

Agente.....	1:800\$ a 3:000\$000
Ajudante do agente.....	3/4 do vencimento do agente
Carteiros.	
Serventes, diaria.	
Estafetas, diarias diversas.	

Paragrapho unico. A casa e todas as despesas das agencias de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classes serão pagas por conta da União.

## C

Agencias de 3<sup>a</sup> classe

Vencimento annual

Agente.....	480\$ a 1:800\$000
Ajudante (facultativo).....	1/2 do vencimento do agente
Carteiros (facultativo).	
Estafeta, diaria.	

§ 1.º O auxilio para aluguel de casa será facultativo, não podendo exceder a 25 % da gratificação do agente.

§ 2.º Os objectos de expediente, de escriptorio e utensilios serão fornecidos à custa da União.

## D

Agencias de 4<sup>a</sup> classe

Vencimento annual

Agente.....	180\$ a 480\$000
-------------	------------------

§ 1.º Os objectos de expediente e os utensilios serão fornecidos à custa da União, e bem assim os objectos de escriptorio.

§ 2.º Em regra, nenhum agente de 4<sup>a</sup> classe perceberá menos de 360\$ annuaes, desde que a renda annual da agencia atinja a quantia despendida com o seu custeio.

Art. 346. Para execução do artigo antecedente, o director geral submeterá à approvação do Ministro, no mez de março de cada biennio, uma tabella de classificação de agencias, seu pessoal, gratificações fixas e vencimentos que devem perceber os agentes e seus ajudantes durante o biennio seguinte.

Paragrapho unico. O director geral, mediante representação motivada dos administradores, e dentro do biennio da classificação das agencias, proporá ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas a elevação de classe de uma agencia e a elevação da gratificação do respectivo agente, quando circumstancias extraordinarias ou especiaes de serviço postal assim o exigirem.

Art. 347. Os praticantes, carteiros e serventes das agencias de 1ª classe terão os vencimentos, onus e vantagens estabelecidos para empregados da mesma categoria das repartições postaes a que as agencias estiverem directamente subordinadas, inclusive o direito á promoção, quanto aos praticantes e carteiros.

Art. 348. Os carteiros e serventes das agencias de 2ª classe terão os vencimentos e vantagens até tres quartos, e os das outras agencias até tres quintos dos estabelecidos para empregados de igual categoria nas repartições postaes, a que essas agencias estiverem directamente subordinadas.

## CAPITULO XXIV

### ATTRIBUIÇÕES E DEVERES

Art. 349. O director geral dirige superiormente o serviço postal em toda a Republica, podendo nelie intervir directamente, sempre que julgar opportuno, e recebe ordens do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Compete-lhe, além do disposto neste regulamento :

1º, corresponder-se directamente com o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas e com todas as autoridades, excepto os outros Ministros ;

2º, autorisar, por escripto, as despezas dentro das verbas votadas no orçamento, ouvida a contadoria geral ;

3º, propor ao Ministro a distribuição dos creditos para as administrações, em cada exercicio, e o augmento delles, quando isso for indispensavel ;

4º, celebrar contractos para os serviços a cargo da Directoria, ficando dependentes de approvação do Ministro os que excederem de 10:000\$000 ;

5º, informar motivadamente sobre aposentação dos empregados em geral e sobre a nomeação, promoção, demissão e remoção dos de nomeação do Governo, e remover os de sua nomeação ;

6º, dar posse aos empregados e licenciar aos de sua nomeação, na forma deste regulamento, bem como aos de nomeação dos administradores, além de 15 dias ; e até tres mezes durante o anno, com ou sem ordenado, aos de nomeação do Governo ;

7º, advertir, multar e suspender até 30 dias, nos termos deste regulamento e demittir os de sua nomeação ;

8º, nomear examinadores para os concursos na Directoria ;

9º, designar os empregados que devam ter exercicio em cada uma das divisões da Directoria ou mudal-os de uma para outra dessas divisões ;

10, designar empregados da Directoria ou das administrações para as inspecções que, pelo menos uma vez por anno, deverão ser feitas ás administrações ;

11, ordenar, em casos extraordinarios, as inspecções de quaesquer agencias, por empregados das respectivas administrações ou da Directoria ;

12, resolver todas as duvidas que se suscitarem na execução dos serviços, e decidir os conflictos que surgirem entre os diferentes empregados no exercicio de suas attribuições ;

13, expedir ordens, instrucções e regimentos, e tomar todas as providencias necessarias ao rapido andamento dos trabalhos ;

14, crear uniformes para os empregados dos correios ambulantes e do mar, agentes embarcados, carteiros, conductores, collectores, carimbadores, serventes e estafetas ;

15, autorisar a criação de serviço rural nas localidades em que as conveniencias publicas o exigirem, em vista de proposta fundamentada dos administradores ;

16, adoptar o systema do material fixo ou ambulante necessario ao serviço ;

17, suspender até 15 dias os administradores que não remetterem as informações a que são obrigados ou as que lhes forem exigidas ;

18, impor multas de 2\$ a 25\$ aos empregados da Directoria pelos erros ou omissões que commetterem no desempenho de suas obrigações ;

19, impor multas a quaesquer pessoas extranhas ao Correio por infracção das disposições deste regulamento ou de contractos ;

20, prender em flagrante delicto, nos casos previstos neste regulamento, e solicitar das respectivas autoridades a prisão de empregados e de outras pessoas delinquentes e de responsaveis para com a Fazenda Nacional, nos casos permitidos por lei ;

21, propor biennialmente ao Ministro, no mez de março, gratificação fixa aos agentes e seus ajudantes e nova classificação de agencias ; e annualmente o estabelecimento ou suppressão de correios ambulantes e o augmento, quando indispensavel, do numero de officiaes, amanuenses, praticantes, continuos, carteiros, conductores e serventes para a Directoria Geral, administrações, sub-administrações e agencias ;

22, apresentar ao Ministro, até 15 de fevereiro, orçamento, balanço e relatorio concernentes ao serviço postal ;

23, designar dous empregados da Directoria que, com o almoxarife, sirvam de clavicularios do deposito de sellos ;

24, autorisar, por escripto, o fornecimento de sellos e outras formulas de franquia e cheques postaes para o respectivo deposito, e a remessa para os Correios estrangeiros, bem assim a aquisição do material para o almoxarifado ;

25, autorisar do mesmo modo o supprimento a credito de sellos e outras formulas de franquia e cheques postaes ás administrações, e bem assim o supprimento de formulas impressas, objectos de expediente, utensilios e mobilia, não só para a Directoria, como para as administrações ;

26, julgar e approvar ou annullar os concursos para 3º official e praticante da Directoria e officiaes das administrações e sub-administrações.

Art. 350. Ao sub-director, além do disposto neste regulamento, compete :

1º, dirigir e fiscalisar os serviços da Sub-Directoria e informar sobre todos elles ;

2º, presidir os concursos na Directoria ;

3º, advertir os empregados que lhe estiverem subordinados, por faltas commettidas, communicando logo ao director geral ;

4º, requisitar o supprimento do material e formulas para a Sub-Directoria ;

5º, prender em flagrante delicto, á ordem do director geral ;

6º, requisitar o numero de officiaes e amanuenses, praticantes, continuos, e serventes necessarios para o desempenho do serviço ;

7º, assignar, autorisado pelo director geral, o expediente que por affluencia do serviço não o puder ser por aquella autoridade ;

8º, despachar, quando o director geral estiver ausente em viagem de inspecção, o expediente de natureza urgente.

Art. 351. Ao contador geral, além do disposto neste regulamento, compete :

1º, dirigir e fiscalisar os serviços incumbidos á contadoria e sobre elles prestar informações ;

2º, advertir os empregados da contadoria por faltas commettidas, dando logo conhecimento ao director geral ;

3º, prender em flagrante delicto, á ordem do director geral ;

4º, requisitar os officiaes e amanuenses, praticantes, continuos, e serventes que forem necessarios ao desempenho do serviço.

Art. 352. Ao ajudante do contador, além do disposto neste regulamento, incumbe auxiliar o contador na direcção e execução de todos os serviços a cargo da contadoria, e especialmente dos que se referem ao almoxarifado e ao deposito de sellos.

Art. 353. Ao almoxarife, além do disposto neste regulamento, incumbe :

1º, receber e guardar o material sob sua responsabilidade ;

2º, prestar as informações que lhe forem exigidas pelo director geral, sub-director e contador geral ;

3º, organizar o relatório annual dos serviços a seu cargo ;

4º, responder pelo material que estiver sob sua guarda ;

5º, propor a nomeação e demissão de seu fiel ;

6º, manter o almoxarifado em perfeita ordem e asseio, dirigindo a arrumação e acondicionamento dos artigos sob sua responsabilidade, zelando a sua conservação e limpeza, e devendo, no caso de deterioração casual, dar immediatamente parte ao contador, para que a Directoria resolva a respeito. A falta do cumprimento destes deveres sujeita o almoxarife á indemnisação do valor do material deteriorado ou inutilizado ;

7º, assistir ao exame e verificação da qualidade, peso, quantidade e medida do material que entrar ou sair do almoxarifado, observando nos exames as estipulações dos respectivos contractos ou especificação das encomendas, dos pedidos e das amostras ou modelos ;

8º, assignar os termos, declarações ou verbas, que devem constituir a sua responsabilidade, bem como dar recibo aos fornecedores dos artigos por elles suppridos;

9º, ter um livro auxiliar, que lhe será privativo, em que lance chronologicamente as entradas e sahidas dos artigos recebidos ou entregues;

10, organizar e fazer organizar os pedidos para aquisição do material, de modo que os depositos se conservem sempre providos dos artigos necessarios para o consumo ordinario;

11, satisfazer com promptidão todos os pedidos e ordens devidamente legalisados, para o fornecimento e entrega do material;

12, requisitar do contador os annuaes, praticantes, continuos e serventes necessarios ao desempenho do serviço;

13, dirigir e assistir ao acondicionamento e preparo das remessas de material;

14, examinar e avaliar o material inservivel recolhido ao almoxarifado, requisitar concerto para o que estiver no caso de poder ser depois novamente fornecido, e pedir authorisação para venda, mediante concorrência publica, do que for imprestavel ou não tiver applicação no Correio;

15, receber do deposito geral os sellos e outras formulas de franquia e cheques postaes que tiverem de ser expedidos; dirigir e assistir ao respectivo acondicionamento e entrega para o registro com valor.

Art. 354. Ao fiel do almoxarife, além do que fica disposto, incumbe coadjuvar o almoxarife em todos os serviços a seu cargo, especialmente no desempenho das obrigações estabelecidas nos ns. 6, 9, 10, 11 e 13 do artigo antecedente.

Art. 355. Aos clavicularios, além do que fica disposto neste regulamento, incumbe:

1º, a responsabilidade do deposito de sellos;

2º, o recebimento, conferencia e guarda dos sellos e outras formulas de franquia e cheques postaes fabricados no paiz ou no exterior;

3º, a entrega ao almoxarife, mediante as formalidades legais, dos sellos e outras formulas com valor e cheques postaes destinados a serem remettidos para supprimento às administrações.

Art. 356. Aos administradores, além do que fica disposto, compete:

1º, corresponder-se directamente, sobre assumpto de sua competência, com todas as autoridades do respectivo Estado, com o director geral, com os outros administradores, sub-administradores e agentes, e cumprir as ordens que, sobre o serviço, lhes forem dadas pelo director geral;

2º, autorisar, por escripto, as despezas, dentro do credito distribuido à respectiva administração, ouvida a respectiva contadoria;

3º, requisitar da repartição competente, com informação escripta do contador, supprimentos de fundos para pagamento de vales postaes e outras despezas da administração;

4º, autorisar o supprimento, a credito, de sellos e outras formulas de franquia e cheques postaes às sub-administrações e

agencias, assim como o supprimento de formulas impressas, objectos de expediente, utensilios, modelos e material para a execução dos serviços;

5º, celebrar contractos, submettendo á approvação do director geral os que excederem de 2:000\$000;

6º, informar motivadamente sobre nomeação, promoção, aposentação e demissão de empregados;

7º, dar posse aos empregados, advertil-os, punil-os, suspender-os até 15 dias, na forma deste regulamento e licenciar até 15 dias em um anno;

8º, demittir os empregados de sua nomeação na forma deste regulamento;

9º, nomear examinadores de concurso;

10, distribuir o pessoal pelas secções, podendo mudal-o quando julgar conveniente, contanto que o da thesouraria seja sempre da confiança do thesoureiro;

11, propor á Directoria, no mez de janeiro de cada biennio, nova classificação de agencias, assim como a gratificação fixa dos respectivos agentes, para vigorar no biennio seguinte;

12, communicar á Directoria as nomeações, demissões e vagas que se derem no quadro do pessoal;

13, designar o pessoal que deve servir nos correios ambulantes e dispensal-o quando julgar conveniente;

14, propor á Directoria a criação ou supprissão de correios ambulantes e de outras linhas postaes, o augmento ou diminuição do numero de viagens, e bem assim o augmento de officiaes e amanuenses, praticantes, carteiros, continuos, conductores (collectores e carimbadores, onde os houver), serventes e estafetas;

15, marcar horarios dos serviços, assim como itinerarios de estafetas e conductores de malas;

16, designar e autorisar aos sub-administradores a designar empregados, quando julgar necessario, para inspecionar agencias, não podendo em caso algum ser excedido o credito distribuido para as despesas deste serviço;

17, decidir todas as duvidas e conflicts que se suscitarem entre os empregados, no desempenho das suas funções;

18, tomar providencias extracurriculares para restabelecer as communicações interrompidas;

19, resolver sobre queixas e reclamações, depois de feitas as pesquisas necessarias para esclarecel-as;

20, impor multas de 2\$ a 25\$ aos empregados da administração, pelos erros e omissões que commetterem no desempenho de suas obrigações; aos agentes no respectivo Estado, a mesma multa, pelos erros e omissões que commetterem na recepção, distribuição e expedição de correspondencias, ou serviços que se referirem a valores; e quando, no devido tempo, não remetterem o balanceto ou saldo, ou não derem as informações que lhes forem exigidas; finalmente a quaesquer pessoas extranhas ao Correio, por infracção das disposições deste regulamento ou de clausulas de contractos;

21, fazer a divisão dos districtos postaes para collecta e distribuição das correspondencias nas áreas urbana, suburbana e rural ;

22, propor ao director geral, sempre que as conveniencias publicas exigirem, a creação, divisão ou mudança e supressão de succursaes, o estabelecimento do serviço rural, devendo fundamentar a proposta ;

23, prender em flagrante delicto, solicitar das respectivas autoridades a prisão dos delinquentes e requisitar a prisão administrativa dos responsaveis para com a Fazenda Nacional ;

24, participar ao director geral todas as occorrencias extraordinarias e as difficuldades que encontrar na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções ;

25, organizar e mandar executar, depois de approvados pelo director geral, os regimentos internos para a execução dos serviços das administrações e agencias ;

26, julgar, approvar ou annullar os concursos de praticantes e carteiros da administração e os de praticantes e carteiros das sub-administrações e agencias ;

27, apresentar ao director geral relatorio circumstanciado, em janeiro de cada anno, segundo um plano uniforme da Directoria, sobre o estado dos serviços a seu cargo.

Paragrapho unico. Ao administrador dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro compete, além do disposto nos numeros do artigo antecedente, corresponder-se directamente, sobre assumpto de sua competencia, com todas as autoridades do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, excepto com os Ministros.

Art. 357. Aos sub-administradores, além do disposto neste regulamento, compete :

1º, corresponder-se directamente, sobre assumpto de sua competencia, com todas as autoridades do Estado, excepto as da Capital do respectivo Estado, com os administradores, com os outros sub-administradores e com os agentes ;

2º, ordenar o pagamento das despesas autorisadas pela administração ;

3º, requisitar da administração, com informação escripta do contador, o supprimento de fundos para pagamento de vales postaes e outras despesas autorisadas ;

4º, autorisar o supprimento, a credito, de sellos e outras formulas de franquia e cheques postaes ás agencias a seu cargo, assim como o supprimento de formulas impressas, material, objectos de expediente, utensilios e modelos necessarios ao serviço, quando autorisados ;

5º, dar á administração esclarecimentos circumstanciados a respeito de todos os contractos ;

6º, informar motivadamente á administração sobre nomeação, promoção, aposentadoria e demissão de empregados ;

7º, nomear examinadores dos concursos ;

8º, distribuir o pessoal pelas secções, podendo mudal-o quando julgar conveniente, contando que o da thesouraria seja sempre da confiança do thesoureiro ;

9º, propor ao administrador, até 15 de janeiro de cada biennio, nova classificação de agencias, assim como a gratificação fixa dos respectivos agentes, para vigorar no biennio seguinte;

10, propor ao administrador as nomeações e demissões de agentes de 3ª e 4ª classes e informar sobre a nomeação e demissão dos de 1ª e 2ª classes;

11, designar o pessoal que deva servir nos correios ambulantes, si os houver, e dispensal-o quando julgar conveniente;

12, propor ao administrador, para os fins convenientes, a criação e supressão de correios ambulantes e de linhas postaes e o augmento ou diminuição do numero de viagens, e bem assim o numero de amanuenses, praticantes, carteiros, continuos, conductores, serventes e estafetas;

13, marcar horarios de serviços, assim como itinerarios de estafetas e conductores de malas;

14, designar empregados para inspecções de agencias, quando autorisadas pelo administrador, nos termos deste regulamento;

15, resolver todas as duvidas que se suscitarem entre os empregados, no desempenho do serviço;

16, tomar providencias extraordinarias em casos urgentes para restabelecer as communicações interrompidas, submettendo seus actos á approvação do administrador;

17, tomar conhecimento das queixas e reclamações, e fazer as pesquisas necessarias para esclarecel-as;

18, dar posse aos empregados, admoestal-os, suspendel-os até cinco dias, na forma deste regulamento, impor multas de 2\$ a 25\$ aos empregados da sub-administração, pelos erros e omissões que commetterem no desempenho de suas obrigações, e de 2\$ a 20\$ aos agentes seus subordinados, pelos erros e omissões que commetterem na recepção, distribuição e expedição de correspondencias, e quando no devido tempo não remetterem o balance ou saldo, ou não derem as informações que lhes forem exigidas; finalmente, a quaesquer pessoas extranhas ao Correio, por infracção das disposições deste regulamento e de clausulas de contracto, com recurso para o administrador, nos casos em que couber, communicando tudo ao administrador;

19, prender em flagrante delicto e solicitar das respectivas autoridades a prisão dos delinquentes;

20, participar ao administrador todas as occurrencias extraordinarias e as difficuldades que encontrar na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções;

21, apresentar ao administrador, no mez de janeiro de cada anno, segundo plano uniforme da Directoria, relatorio circumstanciado sobre o estado dos serviços a seu cargo;

22, presidir os concursos.

Art. 358. Ao ajudante do administrador do Correio da Capital Federal, além do que fica disposto, incumbe:

1º, dirigir e fiscalisar os serviços da secção do expediente e informar sobre todos elles;

2º, admoestar os empregados da secção a seu cargo por faltas commettidas;

3º, prender em flagrante delicto, á ordem do administrador;  
4º, requisitar os amanuenses, praticantes, continuos e serventes que forem necessarios ao desempenho do serviço;

5º, levar, por escripto, ao conhecimento do administrador, as occurrencias extraordinarias que se derem e as difficuldades que surgirem na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções;

6º, presidir os concursos.

Art. 359. Aos contadores das administrações e sub-administrações, além do disposto neste regulamento, incumbe:

1º, executar e fazer executar os serviços a cargo da contadoria e sobre elles prestar informações;

2º, admoestar aos empregados da contadoria por faltas commettidas;

3º, prender em flagrante delicto, á ordem do administrador ou do sub-administrador;

4º, requisitar os amanuenses, praticantes, continuos e serventes que forem necessarios ao desempenho do serviço;

5º, prestar as informações exigidas pelos administradores e sub-administradores;

6º, levar, por escripto, ao conhecimento do administrador ou do sub-administrador as occurrencias extraordinarias que se derem e as difficuldades que surgirem na execução deste regulamento ou de quaesquer instrucções;

7º, presidir os concursos, excepto na administração do Districto Federal e nas sub-administrações.

Art. 360. Aos thesoureiros das administrações e sub-administrações, além do que fica disposto, incumbe:

1º, guardar todos os valores;

2º, propor a nomeação e demissão de seus fleis;

3º, prestar as informações exigidas pelo administrador ou sub-administrador e pelo contador;

4º, entrar para a repartição competente, até ao dia 10 de cada mez, com o saldo do mez anterior, salvo quando este for necessario para as despesas da administração ou sub-administração. Neste caso, deverá o administrador ou sub-administrador, no officio de remessa do balanço mensal, fazer essa declaração;

5º, prender em flagrante delicto;

6º, admoestar aos empregados da thezouraria por faltas commettidas;

7º, requisitar os amanuenses, praticantes, continuos e serventes necessarios ao desempenho do serviço;

8º, responder pelo material que estiver a seu cargo;

9º, dirigir a arrumação e acondicionamento dos artigos sob sua responsabilidade, zelando a sua conservação, o devendo, no caso de deterioração casual, dar immediatamente parte ao administrador ou sub-administrador, para que este resolva a respeito. A falta de cumprimento destes deveres sujeita o thesoureiro á indemnisação do valor do material deteriorado ou inutilizado;

10, assistir ao exame e verificação da qualidade, peso, quantidade e medida do material que entrar ou sair, observando nos exames a especificação das encomendas de pedidos e de amostras ou modelos;

11, assignar os termos, declarações ou verbas que devam constituir a sua responsabilidade, bem como dar recibo dos artigos suppridos;

12, ter um livro auxiliar, que lhe será privativo, em que lance, chronologicamente, as entradas e sahidas dos artigos recebidos, expedidos ou entregues;

13, organizar e fazer organizar os pedidos para aquisição do material, de modo que os depositos se conservem sempre providos dos artigos necessarios para o consumo ordinario;

14, satisfazer com promptidão todos os pedidos e ordens, devidamente legalizados, para o fornecimento e entrega de sellos e outras formulas de franquia e cheques postaes e do material, objectos de expediente e utensilios;

15, dirigir e assistir ao acondicionamento e preparo das remessas de taes objectos;

16, mandar examinar e avaliar o material inservivel recolhido á thesouraria, requisitar concerto para o que estiver no caso de poder ser depois novamente fornecido, e pedir autorisação para venda, mediante concorrência publica, do que for imprestavel ou não tiver applicação no Correio.

Art. 361. Aos fleis do thesoureiro, além do disposto neste regulamento, incumbe coadjuvar o thesoureiro em todos os serviços a seu cargo, especialmente no desempenho das obrigações estabelecidas nos ns. 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15 do artigo antecedente.

Art. 362. Aos chefes de secção, além do que fica disposto, incumbe:

1º, dirigir e fiscalisar os serviços da secção respectiva e sobre elles informar;

2º, requisitar os amanuenses, praticantes, continuos, carteiros, conductores e serventes necessarios para o prompto desempenho do serviço;

3º, levar, por escripto, ao conhecimento do administrador as occorrencias extraordinarias que se derem e as difficuldades que surgirem na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções;

4º, admoestar os empregados, quando deixarem de cumprir seus deveres;

5º, prender em flagrante delicto, á ordem do administrador;

6º, pedir e prestar informações aos outros chefes de secção, sobre objecto de serviço;

7º, fazer inspecionar, por empregado de confiança, sempre que o julgar necessario, os serviços de collecta e distribuição das correspondencias, nas secções dos mesmos incumbidas, sem prejuizo de outras inspecções ordenadas pelos administradores ou sub-administradores.

Art. 363. Aos officiaes encarregados das succursaes, além do disposto neste regulamento, incumbe:

1º, dirigir e fiscalisar os serviços da succursal e sobre elles informar;

2º, requisitar o pessoal necessario para o prompto desempenho do serviço;

3º, levar, por escripto, ao conhecimento do administrador as occurrencias extraordinarias que se dorem e as difficuldades que surgirem na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções;

4º, prender em flagrante delicto;

5º, pedir e prestar informações ás outras succursaes e ás secções da administração, sobre objecto de serviço;

6º, redigir a acta diaria dos trabalhos da succursal;

7º, fazer inspecionar, por empregados de confiança, sempre que o julgar necessario, os serviços de collecta e distribuição das correspondencias, sem prejuizo das que forem ordenadas pelos administradores;

8º, observar e fazer observar todas as disposições do respectivo regimento interno.

Paragrapho unico. Os officiaes encarregados de succursaes não podem delegar suas attribuições aos seus subordinados, sem prévia autorisação do administrador, excepto em casos urgentes ou excepcionaes de molestia, ou qualquer outro motivo grave, e são obrigados a residir nos predios em que funcionarem as succursaes.

Art. 364. Aos porteiros, além do que fica disposto, incumbe :

1º, abrir e fechar as portas do edificio em que funcionem as repartições, não só nas horas marcadas, como naquellas em que para isso receba ordem superior;

2º, cuidar da limpeza interna e externa do edificio, e da conservação, guarda e limpeza dos moveis da repartição;

3º, fazer as despezas miudas da repartição, apresentando mensalmente, ou quando lhe for determinado, uma conta documentada das effectuadas;

4º, requisitar os serventes necessarios para o prompto desempenho do serviço;

5º, executar quaesquer outros serviços da repartição que as circumstancias exigirem, inclusive a compra de objectos miudos, que não puderem ser fornecidos pelo almoxarifado da Directoria Geral, nem adquiridos por meio de concorrência publica.

Art. 365. Aos ajudantes do porteiro das administrações do Districto Federal e do S. Paulo, além do disposto neste regulamento, incumbe coadjuvar o porteiro em todos os serviços a seu cargo, e com elle alternarem nas horas de serviço, de modo a estar sempre presente ou o porteiro ou um seu ajudante.

Art. 366. Aos agentes, além do disposto neste regulamento, incumbe :

1º, corresponder-se directamente, sobre assumpto de sua competencia, com o respectivo administrador, sub-administrador a

que estiverem immediatamente subordinados, contador, thesoureiro, e com as autoridades locais, e, sempre que for necessario, com outras repartições postaes ;

2º, fazer as despesas para que estiverem autorisados ;

3º, dar á administração ou sub-administração os esclarecimentos por ellas exigidos ;

4º, impor multas e prender em flagrante, nos termos deste regulamento ;

5º, participar ao administrador ou sub-administrador todas as occorrencias extraordinarias havidas na agencia ou com o pessoal a ella subordinado ;

6º, remetter á administração ou sub-administração, até ao dia 10 de cada mez, o balancete do mez anterior ;

7º, recolher, no mesmo prazo, á repartição competente o saldo da agencia ;

8º, propor a nomeação e demissão de seus ajudantes ;

9º, dar posse aos empregados da agencia e suspendel-os até cinco dias.

Art. 367. Aos ajudantes dos agentes, além do que fica disposto, incumbe coadjuvar o agente na execução dos serviços a seu cargo, especialmente no da escripturação e contabilidade da agencia.

Art. 368. Aos thesoureiros das agencias de 1ª classe, além do que já se acha disposto, incumbe:

1º, arrecadar e pagar ;

2º, a recepção e guarda de todos os valores ;

3º, o serviço da venda de sellos adhesivos e formulas estampilhadas ;

4º, o serviço de vales e cheques postaes de e para o interior e exterior ;

5º, o serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura de jornaes e outras publicações periodicas ;

6º, o registro das correspondencias com valor declarado, recebidas para esse fim ;

7º, o recebimento das correspondencias com valor declarado, para effectuar a distribuição e a entrega a quem de direito, da que tiver de ser expedida, reexpedida e devolvida ;

8º, prestar as informações exigidas pelo agente e pelo ajudante ;

9º, entrar para a repartição competente, nas épocas que lhes forem determinadas, com o saldo da agencia :

10, requisitar do agente, em caso de necessidade, um ou mais praticantes que o coadjuvem no serviço a seu cargo.

Art. 369. Os agentes de 2ª, 3ª e 4ª classes e os thesoureiros das agencias de 1ª classe, quando exonerados, entregarão a quem os substituir, por meio de inventario em triplicata, os sellos e outros valores, cartas, correspondencias, talões, recibos, formulas, impressos e todos os objectos em seu poder, devendo um destes termos ficar com o substituto, outro com o exonerado e o terceiro ser por este remettido á administração respectiva, juntamente com o balancete, para ser liquidada a sua responsabilidade.

Art. 370. O agente de estrada de ferro que servir de agente do Correio, quando for transferido para outra estação, poderá entregar, sob sua responsabilidade, ao seu successor os sellos e outros valores, cartas e quaesquer objectos em seu poder, por meio de inventario, do modo estabelecido no artigo antecedente.

Art. 371. Extincta uma agencia, deverá o ex-agente recolher a administração ou sub-administração a que estiver subordinado, os sellos e quaesquer valores, cartas e mais objectos em seu poder, mediante inventario, lavrado em duas vias, ficando uma em poder do ex-agente, que remetterá a outra junto ao balancete, para prestação final de suas contas.

Paragrapho unico. Si, por qualquer motivo, não convier que os objectos a que se refere este artigo sejam remittidos logo directamente á administração ou sub-administração, serão os ditos objectos recolhidos pelo ex-agente á agencia que lhe for indicada, e, nesse caso, o inventario será lavrado em tres vias, ficando uma dellas nessa agencia.

Art. 372. Nenhum empregado do Correio entrará em exercicio do logar para que for nomeado, promovido ou removido, sem apresentação do respectivo titulo ou do *Diario Official* e mediante o compromisso de bem servir, sob pena de nullidade dos actos que praticar, além dos declarados no Codigo Penal.

Esta solemnidade constituirá tambem o acto de posse, da qual datará o direito á percepção do vencimento que lhe competir.

§ 1.º Os administradores tomarão posse perante o director geral dos Correios, ou juiz seccional do respectivo Estado, ou seu substituto legal, e no impedimento destes perante qualquer autoridade federal.

§ 2.º Os sub-administradores e agentes tomarão posse perante a autoridade local que lhes for designada, ou lavrarão termo do acto que será assignado por duas testemunhas, enviando-se o original, depois de registrado em livro competente, á administração ou sub-administração.

§ 3.º O director geral adoptará a formula do compromisso.

§ 4.º Lavrar-se-ha termo em livro competente de cada acto de posse, o qual será assignado pela autoridade que empessar e pelo empregado, ou pelas testemunhas no caso do § 2º.

§ 5.º O acto de posse só se effectuará na repartição em que o empregado tiver ou for ter exercicio, salvo o caso do empregado ser promovido estando em viagem de commissão, em que lhe será permittido tomar posse perante o chefe superior da repartição em que se achar, enviando-se cópia do termo á repartição a que pertencer o empregado.

§ 6.º Os empregados nomeados, promovidos ou removidos devem entrar em exercicio do logar, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da nomeação no *Diario Official*, sob pena de perda do logar, salvo o caso de força maior devidamente provada, no qual será concedida uma dilação por 30 dias sómente.

Art. 373. Aos empregados removidos ou mandados addir a outras repartições deve ser logo marcado prazo razoavel, nunca

excedente de 30 dias, para que se apresentem á repartição em que devam servir, sob pena de perda do logar.

Art. 374. Nas repartições postaes de grande movimento, em que a venda de sellos e mais formulas de franquia não possa ser feita directamente pelos thesoureiros ou seus fideis, os praticantes, designados para tal serviço pelos administradores, servirão sob responsabilidade propria e prestarão contas diariamente.

Art. 375. Os porteiros das repartições postaes deverão residir, sempre que for possível, nos edificios em que funcionarem as mesmas repartições.

Art. 376. Todos os empregados do Correio são hierarchicamente subordinados entre si, na ordem de sua classe ; estão, porém, immediatamente subordinados á autoridade superior da repartição onde tiverem exercicio e, mais directamente, ao chefe do serviço que desempenharem.

Art. 377. Os empregados encarregados de dirigir um serviço são responsaveis pela execução d'elle, sem prejuizo da responsabilidade individual pela execução do que lhe tenha sido confiado.

Art. 378. Aos funcionarios que dirigirem secções e succursaes, e aos agentes do Correio cabe responder pelos moveis, utensilios e demais objectos do uso e serviço da secção, succursal ou agencia a seu cargo, e indicar, no caso de extravio ou danno, qual o responsavel, afim de que se torne effectiva a devida indemnisação.

Art. 379. Igualmente cabe aos funcionarios que dirigirem secções e succursaes, e aos agentes de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes apresentar ao administrador respectivo, até o dia 15 de janeiro de cada anno, o relatório do serviço a seu cargo, relativo ao anno findo, e o inventario dos moveis e utensilios da secção, succursal ou agencia a seu cargo.

Art. 380. Os empregados dos correios ambulantes, os do serviço postal no mar, os agentes embarcados, os carteiros, continuos, conductores (collectores e carimbadores, onde os houver), serventes e estafetas usarão, sempre que se acharem em serviço, do uniforme pelo qual sejam conhecidos, sob pena de multa ou suspensão.

## CAPITULO XXV

### NOMEAÇÕES, CONCURSOS, FIANÇAS E SUBSTITUIÇÕES

Art. 381. O pessoal do Correio será nomeado do seguinte modo:  
§ 1.<sup>o</sup> Por decreto do Presidente da Republica :

1.<sup>o</sup> Na *Directoria Geral* :

Director geral ;

Sub-director ;

Contador geral.

2.<sup>o</sup> Nas *administrações* ;

Administradores.

§ 2.º Por portaria do Ministro :

1.º Na *Directoria Geral, administrações e sub-administrações* :

Ajudante do contador geral ;  
Ajudante do administrador da Capital Federal ;  
Contadores das administrações ;  
Almoxarife ;  
Sub-administradores ;  
Thesoureiros ;  
Chefes de secção.  
Officiaes.

§ 3.º Por portaria do director geral :

1.º Na *Directoria Geral* :

Amanuenses ;  
Fiol do almoxarife ;  
Praticantes ;  
Porteiro ;  
Continuos ;  
Serventes.

2.º Nas *administrações* :

Fieis de thesoureiros.

3.º Nas *agencias* de 1ª classe :

Agentes ;  
Ajudantes ;  
Thesoureiros.

§ 4.º Por portaria dos administradores serão nomeados todos os mais empregados das administrações, sub-administrações e agencias ; precedendo autorização do director geral, nos casos de remoção ou transferencia.

Art. 382. São de livre escolha e demissão os cargos de director geral, sub-director, administradores, ajudante do do Districto Federal, sub-administradores, contadores, almoxarife e thesoureiros, porteiros e ajudantes.

Art. 383. Esses cargos poderão ser exercidos em comissão, por empregados do Correio, que não perderão por isso o direito aos accessos que lhes competirem. Cessada a comissão, voltarão a occupar o cargo que exerciam, o qual não poderá ser provido, enquanto durar a mesma comissão.

Art. 384. Serão providos exclusivamente por accesso os logares de ajudante do contador geral e de chefes de secção, prevalecendo na escolha somente o merecimento, comprovado por serviços e comissões importantes ou notavel aptidão profissional. A proposta demonstrará desenvolvimento os fundamentos da indicação.

Parapho unico. O accesso poder-se-ha dar de umas para outras repartições postaes, mas os promovidos deverão sempre pertencer, durante tres annos pelo menos, a uma classe, que perceba vencimentos immediatamente inferiores aos do logar

vago, excepto o almoxarife, thesoureiros, fleis, agentes e ajudantes de agentes, que não poderão concorrer.

Art. 385. Os logares de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> officiaes da Directoria Geral e administrações de 1.<sup>a</sup> classe e os de 1.<sup>a</sup> officiaes nas de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classes serão também de accesso, preenchidas duas vagas por merecimento e uma por absoluta antiguidade, de accordo com as seguintes regras :

1.<sup>a</sup> Nas promoções por merecimento serão escolhidos os empregados que estejam no caso por suas habilitações, serviços e zelo, manifestados em commissões e trabalhos importantes, que serão mencionados nas propostas, em aptidão e assiduidade comprovadas, e contem pelo menos tres annos de exercicio na respectiva classe;

2.<sup>a</sup> Nas promoções por antiguidade a nomeação recahirá no empregado da classe immediatamente inferior, da repartição em que se der a vaga, que contar maior antiguidade no serviço postal;

3.<sup>a</sup> Perderá o direito á promoção por antiguidade o empregado que, no momento da nomeação, esteja licenciado sem ser por motivo de molestia, ou suspenso disciplinar ou preventivamente, bem como aquelle que, nos 12 mezes anteriores á data da vaga, tiver soffrido qualquer pena disciplinar de suspensão ou de multa, ou interrompido o exercicio por faltas ou licenças, sem ser por molestia, superiores a 90 dias, seguidas ou interpoladas;

A promoção neste caso caberá ao seu immediato, que não esteja em identicas circumstancias.

4.<sup>a</sup> As duas primeiras vagas que se derem em cada classe, depois de entrar em execução o presente regulamento, serão preenchidas por merecimento, a terceira por antiguidade, a quarta e a quinta por merecimento e assim por diante, alternando-se sempre duas por merecimento e uma por antiguidade;

5.<sup>a</sup> As reintegrações serão consideradas promoções por merecimento, para os effeitos da regra 4.<sup>a</sup>;

6.<sup>a</sup> Nas promoções por merecimento o accesso pôde dar-se de umas para outras repartições postaes, respeitado o disposto no paragrapho unico do artigo antecedente.

Art. 386. Os logares de amanuense e carteiro de 1.<sup>a</sup> classe são de accesso e serão providos, quanto possivel, por antiguidade de serviço postal, de accordo com as regras 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> do artigo antecedente.

Os logares de praticantes, carteiros de 2.<sup>a</sup> classe e ruraes, serão providos por absoluta antiguidade entre os respectivos supplentes, quando os haja e já tenham sido approvados em concurso sempre da repartição onde se der a vaga.

Art. 387. Para todos os effeitos a antiguidade será contada no serviço postal e nunca na respectiva classe, salvo o disposto no art. 399.

Art. 388. Dentro do prazo improrogavel de 10 dias, depois de dar-se qualquer vaga, será a mesma provida, si tiver de ser por antiguidade, ou proposto o empregado que a deva preencher, si a nomeação não competir ao chefe da repartição em que se der a vaga.

As propostas devem ser acompanhadas de cópia do assentamento dos indicados, além de todas as informações necessárias à justificação completa da escolha, e bem assim da nota das suas faltas durante os tres ultimos annos.

Art. 389. O primeiro anno de exercicio de quaesquer funcionarios effectivos recém-admittidos será considerado de *noviciado*, durante o qual podem ser livremente demittidos, si não revelarem aptidão ou zelo para o cargo ou si assim convier ao serviço postal.

Paragrapho unico. Consideram-se recém-admittidos os empregados que exerçam cargo de confiança, e os supplentes, quando sejam promovidos ou nomeados para outro logar do quadro.

Art. 390. Serão logares de concurso os de 3º official, na Directoria Geral e administrações de 1ª classe, os de 2º official nas administrações de 2ª e 3ª classes, e os de official nas administrações de 1ª classe e sub-administrações, e bem assim os de praticantes e carteiros.

Paragrapho unico. Aos candidatos aos logares de concurso é applicavel a regra 3ª do art. 335.

Art. 391. Para os logares de fiel do almoxarife, na Directoria Geral, e fiéis dos thesoureiros nas administrações e ajudantes de agentes as propostas serão feitas pelo almoxarife e pelos thesoureiros e agentes respectivos.

Paragrapho unico. Nenhuma nomeação será feita sem a proposta de que trata este artigo.

Art. 392. Para os logares de agentes de 3ª e 4ª classes poderão ser nomeadas senhoras, preferindo-se as viúvas, esposas, filhas ou irmãs dos empregados dos Correios, que para isso reünam as condições necessárias.

Art. 393. Os continuos, conductores, collectores, carimbadores, serventes e estafetas só serão nomeados depois de provarem ser maiores de 18 e menores de 40 annos de idade, que estão vacinados, que teem a necessaria robustez para o serviço, bom procedimento e que saibam bem ler e escrever.

Art. 394. Nos concursos observar-se-hão as seguintes regras:

1ª, serão annunciados 30 dias antes ;

2ª, serão presididos, na Directoria Geral, pelo sub-director ; nas administrações, pelos contadores, excepto na do Districto Federal que serão presididos pelo ajudante do administrador ; nas sub-administrações pelos sub-administradores e nas agencias de 1ª, 2ª e 3ª classe pelos respectivos agentes.

§ 1.º Para os logares de 3º official na Directoria Geral e administrações de 1ª classe, de 2º official nas de 2ª e 3ª classes, e de official nas de 4ª classe e sub-administrações, serão admittidos a concurso os amanuenses que tiverem pelo menos um anno de effectivo serviço do Correio e só na falta delles os praticantes, tambem nas mesmas condições, e da repartição em que se der a vaga, mantidos os direitos adquiridos de antigos amanuenses e praticantes já habilitados em concursos anteriores, que terão preferencia.

§ 2.º As provas para o concurso serão escriptas e oraes, e versarão sobre respostas, não só de legislação postal interna e da Convenção Postal Universal, como tambem de provas pra-

ticas sobre a execução dos serviços da secção em que o candidato tiver exercicio.

§ 3.º Para os logares de praticante e supplente os candidatos deverão ter de 18 annos a 30, gosar boa saude e estar vacinados, ter bom procedimento e conhecer as linguas portugueza e franceza, a geographia geral, com desenvolvimento quanto ao Brazil, arithmetica até a theoria das proporções inclusive, sendo motivo de preferencia o conhecimento de alguma ou algumas das seguintes materias : desenho linear, escripturação mercantil, inglez e allemão.

§ 4.º Os candidatos aos logares de carteiro e supplente de carteiro, deverão ter de 18 annos a 30, gosar boa saude e estar vacinados, ter bom procedimento, saber ler e escrever correctamente, e conhecer as quatro operações fundamentaes da arithmetica.

Os continuos, conductores, collectores, carimbadores, onde o houver, e serventes que concorrerem a esses logares, serão preferidos, em caso de igualdade de condições.

§ 5.º Os processos dos concursos realizados nas administrações e sub-administrações para os logares de officiaes deverão ser enviados á Directoria Geral, e os dos realizados nas sub-administrações e agencias, para os logares de praticantes e carteiros, deverão ser enviados á respectiva administração, acompanhados das informações necessarias, afim de serem julgados definitivamente pelo director geral ou pelos administradores.

§ 6.º Os concursos em geral serão válidos por um anno, a contar da data da ultima prova. Só serão approvados os candidatos que tiverem nota boa, pelo menos, na maioria das provas, bastando nota má para inhabilitar-os.

§ 7.º Os candidatos reprovados ou não classificados só poderão de novo concorrer depois de um anno, contado da data da terminação de todas as provas.

§ 8.º Os concursos nas repartições postaes se effectuarão no dia em que o director geral designar, desde que haja vagas a preencher.

Art. 395. O almoxarife e os thesoureiros nomeados desta data em deante não poderão entrar em exercicio sem que tenham prestado a fiança que lhes competir, segundo a tabella seguinte:

Na Directoria Geral.....	10:000\$000
Na administração do Districto Federal.....	40:000\$000
Nas outras administrações de 1ª classe.....	25:000\$000
» administrações de 2ª classe.....	10:000\$000
» de 3ª classe.....	8:000\$000
» de 4ª classe.....	4:000\$000
» sub-administrações do Estado de Minas.....	4:000\$000
» agencias de 1ª classe com renda superior a 40:000\$000.....	10:000\$000
» agencias de 1ª classe com renda superior a 20:000\$000.....	8:000\$000
» agencias de 1ª classe com renda até 20:000\$...	5:000\$000
» agencias de 2ª classe o equivalente aos vencimentos do agente em um anno.	

Paragrapho unico. Essas fianças serão prestadas no Thesouro Federal ou nas respectivas repartições de fazenda, dentro de um prazo nunca excedente a 60 dias, fixado pelo director geral.

Art. 396. Os carteiros das administrações prestarão a caução de 100\$ e os carteiros das agencias a de 50\$; taes empregados não poderão continuar em exercicio enquanto não completarem suas cauções, quando das mesmas tenham de ser deduzidas quaesquer importancias para satisfação de responsabilidades por valores ou multa.

Art. 397. Quando, para garantir interesses da Fazenda Nacional, não for bastante determinar, ou que os agentes de 3ª e 4ª classes entrem para as administrações ou sub-administrações respectivas, em prazos mais ou menos curtos, com os saldos das respectivas agencias, ou que não lhes sejam fornecidos sellos, a credito, desde que nessas entradas não haja a devida regularidade, os administradores e sub-administradores poderão exigir que qualquer desses agentes preste caução equivalente á importancia da gratificação annual que lhes competir.

Paragrapho unico. Taes cauções poderão ser prestadas em apolices da divida publica, ou em cadernetas da Caixa Economica, ou mediante termo assignado por uma ou duas pessoas idoneas, que se declarem solidariamente responsaveis pela importancia de qualquer debito, dentro do limite marcado.

Art. 398. Na Directoria Geral serão substituidos em seus impedimentos :

O director geral, pelo sub-director effectivo e, na falta deste, pelo contador geral effectivo ;

O sub-director, pelo contador geral effectivo ;

O contador geral, pelo ajudante effectivo, e, na falta deste, pelo 1º official mais antigo da Contadoria, salvo designação posterior do director geral ;

O ajudante do contador geral, pelo 1º official mais antigo da contadoria, salvo designação posterior do director geral ;

O almoxarife, pelo seu fiel e, na falta deste, por pessoa por elle designada, de accordo com o contador, e por escripto que tenha força de escriptura publica.

Art. 399. Nas administrações e sub-administrações serão substituidos em seus impedimentos :

O administrador da Capital Federal, pelo seu ajudante e, na falta deste, pelo contador ;

Os administradores e sub-administradores, pelos contadores e na falta destes pelos empregados mais graduados e na ordem de antiguidade, excepto os thesoureiros ;

O ajudante do administrador na Capital Federal, pelo chefe de secção designado pelo administrador ;

Os contadores, pelos empregados mais graduados da repartição na ordem de antiguidade, excepto os thesoureiros ;

Os thesoureiros, por seus fiéis mais antigos, no caso de não haver prévia designação, e na falta destes por pessoa de sua confiança, mediante approvação escripta de seus fiadores, que será registrada no livro de termos de fiança e archivada na

contadoria da repartição e que tenha força de escriptura publica ;

Os chefes de secção, pelo 1º official mais antigo da respectiva secção, e, na falta deste, pelo 1º official que o administrador designar ;

Os porteiros, pelos seus ajudantes, onde os houver, e, na falta destes, por continuos ou carteiros que na Directoria, administrações e sub-administrações forem designados pelo director geral, administradores e sub-administradores.

Art. 400. Nas agencias serão substituidos em seus impedimentos:

Os agentes de 1ª classe, pelos seus ajudantes e, na falta destes, pelos praticantes para este fim previamente designados pelos agentes ;

Os ajudantes, pelos praticantes mais antigos :

Os thesoureiros, por praticantes de sua confiança, ou outra pessoa idonea, mediante approvação escripta do respectivo fiador, a qual será registrada no livro de termos de fiança e archivada na agencia e que tenha força de escriptura publica ;

Os agentes de 2ª e 3ª classes, pelos seus ajudantes, e na falta destes, por pessoa idonea indicada pelo agente, sob sua responsabilidade ;

Os ajudantes das agencias de 2ª e 3ª classes, ainda por pessoa idonea indicada pelo agente, sob sua responsabilidade.

Art. 401. Na falta do thesoureiro, não havendo pessoa affiançada que o substitua, os administradores e agentes poderão designar provisoriamente empregados idoneos da repartição para servirem, independentemente de fiança.

Art. 402. Os substitutos dos thesoureiros, não designados por estes, servirão sob responsabilidade propria e só tomarão conta da thesouraria ou a entregarão mediante balanço e inventario a que se procederá na sua presença.

Art. 403. Quando vagar qualquer logar de agente, que não tenha ajudante, a autoridade local mais graduada providenciará para que o serviço da agencia continue a ser feito com a mesma regularidade, nomeando provisoriamente um substituto de agente e communicando com urgencia ao administrador respectivo.

## CAPITULO XXVI

### COMPARECIMENTO, PONTO, JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS E DESCONTOS

Art. 404. Na Directoria Geral, o trabalho ordinario será de seis horas, nos dias uteis, podendo o director geral, nos casos de trabalho urgente ou extraordinario, prorogar as horas do serviço e determinar que o mesmo seja executado em domingos ou dias feriados.

Art. 405. Nas administrações, nas sub-administrações, succursaes e agências durará o trabalho, quer nos dias uteis quer nos domingos e feriados, as horas do dia ou da noite exigidas pelo serviço, devendo para este fim, sempre que for possível, dividir-se o pessoal em turmas.

Paragrapho unico. As secções do expediente e contabilidade das administrações, porém, não funcionarão nos domingos e dias feriados, salvo o caso de necessidade urgente dos respectivos serviços.

Art. 406. Nas administrações e nas sub-administrações o administrador ou sub-administrador, sempre que julgar necessario, poderá determinar que os empregados de umas secções coadjuvem os serviços das outras.

Art. 407. Haverá na sub-directoria, na contadoria geral e no almoxarifado, em cada secção das administrações de 1ª classe, em cada administração de 2ª, 3ª e 4ª classes, nas sub-administrações, succursaes e agencias de 1ª e 2ª classes, um livro de ponto em que os empregados assignarão os seus nomes ás horas marcadas para começar e terminar o trabalho e que deverá ser encerrado:

Na sub-directoria, pelo 1º official mais antigo ; na contadoria, pelo ajudante do contador geral ; no almoxarifado, pelo almoxarife e na 1ª secção da administração do Districto Federal, pelo ajudante do administrador ; na 1ª secção das outras administrações de 1ª classe, pelo 1º official designado pelos administradores ; nas outras secções das administrações de 1ª classe, pelos respectivos chefes ; nas administrações de 2ª, 3ª e 4ª classes e nas sub-administrações, pelos respectivos contadores ; nas succursaes, pelos officiaes que as dirigirem e nas agencias, pelos agentes.

Paragrapho unico. A' excepção do director geral, do sub-director, do contador geral, dos administradores e sub-administradores, todos os empregados estarão sujeitos ao ponto.

Art. 408. O empregado que faltar ao serviço soffrerá desconto ou perda dos seus vencimentos, conforme as regras seguintes:

1ª, o que faltar sem causa justificada, perderá todo o vencimento ;

2ª, o comparecimento, sem causa justificada, depois de encerrado o ponto, importará perda de todo o vencimento ;

3ª, o comparecimento, com causa justificada, dentro da primeira hora depois de encerrado o ponto e sómente duas vezes em cada mez, importará desconto de metade da gratificação ;

4ª, o que faltar ao serviço dous dias seguidos, sem ser por motivo de molestia, deverá declarar por escripto ao seu chefe, no primeiro dia em que comparecer á repartição, a causa do não comparecimento, sob pena de perda do vencimento, no dobro ;

5ª, o que faltar sem motivo justificado, em dia de trabalho extraordinario ou urgente, conhecido com antecedencia, perderá todo o vencimento do dia, sem prejuizo da multa em que tiver incorrido ;

6.<sup>a</sup>, aquelle que se retirar do trabalho sem licença do chefe immediato, ou sem participar a este que a obteve do chefe superior, perderá todo o vencimento além da multa em que incorrer ;

7.<sup>a</sup>, o que faltar por motivos justificados perderá sómente a gratificação, sendo taes motivos :

- a) molestia do empregado, até oito dias ;
- b) nojo por fallecimento de paes, filhos, avós, netos e esposa — oito dias ;
- c) obito de sogro, sogra, genro, nora, tios, irmãos e cunhados — tres dias ;
- d) gala do casamento — oito dias.
- e) molestia grave de pessoa de familia, devidamente comprovada — tres dias.

A molestia será provada com attestado medico, si as faltas excederem a tres dias e até oito dias sómente, devendo dentro deste ultimo periodo requerer licença si continuar doente.

§ 1.º As faltas serão justificadas pelo director geral, administradores, sub-administradores e chefes de repartições postaes, si o empregado que adoecer enviar parte por escripto, dentro de 24 horas.

§ 2.º Igual comunicação deverão fazer os empregados impedidos de comparecer por qualquer dos outros motivos justificaveis, e essa comunicação justificará as faltas durante os dias determinados neste regulamento.

§ 3.º O desconto por faltas interpoladas recabirá sómente nos dias em que ellas se derem ; mas, si as faltas forem successivas, o desconto se estenderá tambem nos dias que, não sendo de serviço, se acharem comprehendidos no periodo das faltas.

§ 4.º Nenhum desconto se fará ao empregado que não comparecer á hora marcada, ou não assignar o ponto :

1.<sup>o</sup>, enquanto estiver em serviço da repartição fóra della ;

2.<sup>o</sup>, nos dias em que votar, salva a restricção do art. 410 ;

3.<sup>o</sup>, nos dias em que estiver fóra da repartição em serviço publico obrigatorio.

§ 5.º Não serão justificadas as faltas dadas entre a data da concessão ou da publicação da licença e aquella em que o empregado entrar no goso da mesma.

§ 6.º Nos casos de que trata o parographo antecedente, far-se-ha a devida anotação no livro do ponto.

§ 7.º Das decisões dos sub-administradores e chefes de repartições ou de serviços postaes, competentes para encerrar o ponto e resolver sobre a justificação das faltas, haverá dentro de 10 dias, a contar da data do despacho, recurso para os administradores, e das decisões do sub-director, contador geral e administradores, para o director geral, e das deste para o Ministro.

Art. 409. Os empregados que durante o anno não tiverem dado mais de dez faltas justificadas nem hajam soffrido qualquer pena disciplinar, poderão, no anno seguinte, gosar até 15 dias seguidos ou intercalados de ferias.

O empregado em ferias, nas condições deste artigo, terá direito a todos os vencimentos.

Art. 410. Os empregados, em dia de eleição, depois de exercerem o direito do voto, voltarão às repartições e aos seus trabalhos, sempre que for determinado pelos chefes superiores.

Esse trabalho será considerado extraordinário e conhecido com antecedência.

## CAPITULO XXVII

### LICENÇAS, APOSENTADORIA, MONTEPIO

Art. 411. As licenças poderão ser concedidas aos empregados, ou por molestia provada que os iniba de exercerem os cargos, ou qualquer outro motivo justo e attendivel.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito à percepção de ordenado até seis mezes, e de metade do ordenado por mais de seis mezes até 12.

§ 2.º A licença, por motivo que não seja molestia, importa o desconto da quarta parte do ordenado até tres mezes; da metade por mais de tres até seis; de tres quartas partes por mais de seis até nove, e de todo o ordenado dali por deante.

§ 3.º Em nenhuma hypothese a licença dará direito à percepção da gratificação de exercicio.

Art. 412. O tempo da licença prorogada ou de novo concedida dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto ao da antecedente ou antecedentes, afim de fazer-se o desconto de que trata o artigo anterior.

Art. 413. Para formar o maximo de seis mezes, de que trata o art. 411, § 1º, deverá ser levado em conta o tempo das licenças concedidas pelo director geral e pelos administradores.

Art. 414. Esgotado o tempo de um anno, maximo dentro do qual podem as licenças ser concedidas com ordenado, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 411, só se concederá nova licença com ordenado ou parte d'elle, depois que tiver decorrido um anno contado do termo da ultima, tendo o empregado voltado ao exercicio de suas funcções.

Art. 415. Toda a licença entender-se-ha concedida com a clausula de poder ser gosada onde aprouver ao licenciado dentro do paiz. Quando for fóra do paiz, a licença especificará.

Art. 416. Não se concederá licença ao empregado que ainda não tiver entrado no exercicio do logar.

Art. 417. A licença será contada da data em que for pago o respectivo sello ou da em que o empregado se tiver ausentado da repartição, depois de ter requerido a licença.

Art. 418. Ficará sem effeito a licença, si o empregado que a tiver obtido não entrar no goso della dentro do prazo de um mez, a contar da data da sua publicação no *Diario Official*, sendo na Capital Federal; nos Estados, o prazo correrá do dia em que constar oficialmente na repartição a licença.

Art. 419. É permittido ao empregado, que se acha no gozo de licença, renuncial-a pelo resto do tempo, contanto que reassuma o exercicio do seu logar.

Art. 420. O disposto nos artigos antecedentes terá applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação ou cujo vencimento for de uma só natureza, do qual duas terças partes somente serão consideradas como ordenado.

Art. 421. Não se considerarão renunciadas as licenças cuja interrupção provenha de serviço determinado por ordem superior, ou de qualquer outro motivo independente da vontade do empregado.

Art. 422. Ainda quando apresente parto de doente não tem direito a vencimento algum o empregado que, depois de findo o prazo da licença com ordenado ou sem elle, permanecer fora do exercicio do logar.

Art. 423. No caso de continuar impossibilitado de reassumir o exercicio, deverá pedir nova licença, que só lhe será concedida si justificar as faltas correspondentes ao tempo que houver excedido o da anterior.

Art. 424. O empregado nomeado ou removido, que não tiver tido exercicio de seu cargo durante seis mezes pelo menos, só poderá ter licença sem ordenado, qualquer que seja o motivo.

Art. 425. Si a molestia do empregado resultar de um acto humanitario ou de dedicacão á causa publica, ou for consequencia de lucta ou conflicto sustentado no exercicio de suas funcções, ou de accidente grave resultante, notoriamente, do cumprimento de seus deveres, terá direito a perceber seus vencimentos sem desconto algum durante o tratamento ou até ser aposentado.

Art. 426. O empregado do Correio victima de qualquer desastre ou accidente em serviço postal perceberá, a titulo de vantagem, uma quantia proporcional á despesa do seu primeiro tratamento, transporte e estadia até ser recolhido á sua residencia, sem prejuizo do disposto no artigo antecedente.

Art. 427. Os agentes de 3ª classe que não tiverem ajudantes, os ajudantes das agencias que não tiverem carteiros, os agentes de 4ª classe e os carteiros das de 2ª e 3ª só poderão ter licença com ordenado, si indicarem pessoa que sirva sob sua responsabilidade, a quem será abonada apenas a gratificação do licenciado. No caso contrario, a licença será sempre sem ordenado.

Art. 428. Os empregados postaes só poderão ser aposentados quando se invalidarem no serviço da Republica, por molestia ou idade avançada, nos termos do decreto legislativo n. 117, de 4 de novembro de 1892.

Art. 429. Perderá a aposentadoria o empregado quando, por sentença passada em julgado, ficar provado ter durante o exercicio de algum dos empregos commettido os crimes de peita e de suborno, ou praticado qualquer acto de traição, abuso de confiança ou revelação de segredo.

Art. 430. O montepio dos empregados será regulado pelo decreto n. 1045 de 21 de novembro de 1890, enquanto pelo Poder Legislativo não for revista a materia.

## CAPITULO XXVIII

## DAS PENAS DISCIPLINARES E DOS RECURSOS

Art. 431. Os empregados do Correio e os individuos encarregados do serviço postal, os quaes são considerados empregados publicos para o effeito da punição por crimes, contravenções ou faltas por elles commettidas, estão sujeitos a penas disciplinares, sem prejuizo das que o Poder Judiciario ou autoridades policiaes lhes possam impor em virtude de infracção de disposições do Codigo Penal.

Art. 432. As penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados do Correio e os encarregados do serviço postal são:

- 1ª, admoestação particular ;
- 2ª, advertencia publica ;
- 3ª, multa de 2\$ a 25\$000;
- 4ª, suspensão do exercicio do emprego ;
- 5ª, demissão.

Art. 433. A pena de admoestação particular ou de advertencia publica, segundo a gravidade da falta, será imposta em casos de:

- 1º, negligencia e pouca assiduidade no serviço a seu cargo ;
- 2º, insubordinação leve, pequenos erros e incorrecto comportamento na repartição ;
- 3º, máos tratos por gestos ou palavras, praticados por superiores contra inferiores.

Art. 434. A admoestação particular pódo ser feita pelo director geral, sub-director, contador geral, administradores, sub-administradores, ajudante de administrador, contadores, almoxarife, thesoureiros, chefes de secção, agentes de 1ª e 2ª classes e encarregados de succursaes aos empregados que lhes forem immediatamente subordinados. Desta pena não haverá recurso.

Art. 435. A pena de advertencia publica será imposta, sempre por portaria, pelo director geral, administradores, sub-administradores e agentes de 1ª, 2ª e 3ª classes.

Paragrapho unico. Desta pena haverá recurso no prazo de 10 dias, a contar da data do conhecimento que della tiver o empregado, das autoridades inferiores para as superiores até ao director geral.

Ar. 436. A pena de multa de 2\$ a 25\$ de cada vez será imposta :

- 1º, á negligencia culposa no desempenho do serviço, que dê motivo a irregularidades, reclamações, queixas ou prejuizos á repartição ou ao publico ;
- 2º, a faltas não justificadas em dias de trabalho extraordinario, urgente ou conhecido com antecedencia ;
- 3º, a faltas ao serviço, habitualmente, sem justificação, mais de duas em cada mez e no decurso de um trimestre ;
- 4º, á retirada da repartição, depois de ter assignado o ponto

e durante as horas de serviço, sem licença do chefe a quem estiver immediatamente subordinado ;

5º, á cobrança para o Correio, na entrega de qualquer correspondencia ou execução de serviço de quantia superior á devida.

Art. 437. A pena de multa será imposta por portaria do director geral, administradores, sub-administradores e agentes de 1ª, 2ª e 3ª classes, e della haverá recurso com effeito suspensivo, no prazo de 10 dias, contados da data do lançamento no livro do ponto da portaria, para as autoridades immediatamente superiores, até o director geral, e deste para o Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas.

Art. 438. A pena de suspensão será imposta :

1º, ao empregado pronunciado definitivamente em qualquer crime, desde a intimação do despacho e enquanto o mesmo despacho subsistir ;

2º, á reincidencia em falta não justificada em dia de trabalho extraordinario ;

3º, ao que faltar ao serviço sem justificação cinco dias consecutivos ou que faltar habitualmente mais de dous dias por mez, depois de advertido e multado ;

4º, ao rixoso na repartição, ou que maltratar as pessoas que tenham nella qualquer dependencia ;

5º, ao que extraviar, por descuido ou omissão, qualquer objecto de correspondencia registrada ou não, com ou sem valor ;

6º, á desobediencia formal e voluntaria a ordens de superiores hierarchicos, em objecto ou materia de serviço ;

7º, ao desrespeito, quer seja ou não com palavras ou expressões injurias, offensivas, ou gestos affrontosos a seus superiores.

Art. 439. O tempo de pena de suspensão será de um dia a um mez quando imposta pelo director geral ; de um a quinze dias, pelos administradores ; de um a cinco dias, pelos sub-administradores e agentes de 1ª, 2ª e 3ª classes.

Art. 440. Da pena de suspensão haverá recurso, quando imposta pelos agentes de 1ª, 2ª e 3ª classes e sub-administradores, para os administradores ; da imposta pelos administradores, para o director geral ; e quando imposta por este, para o Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas.

Art. 441. O prazo para o recurso de que trata o artigo anterior será de 10 dias, a contar da data do lançamento da portaria no livro do ponto, sendo fornecida, quando pedida pelo interessado dentro das primeiras 48 horas, cópia dos documentos ou peças em que for fundada a imposição da pena.

Art. 442. São effeitos da pena de suspensão :

1º, a privação do exercicio do emprego ;

2º, a perda de todos os vencimentos.

Art. 443. Si a suspensão for motivada em virtude de despacho de pronuncia definitiva de que trata o n. 1 do art. 438, deixará o empregado de receber, não só a gratificação *pro labore* como a metade do ordenado até ser afinal condemnado ou absolvido, sendo-lhe, nesta segunda hypothese, restituída a outra metade do ordenado que deixou de perceber durante o tempo

da suspensão; si a pena for preventiva para a responsabilidade do empregado, deixará de perceber sómente a gratificação.

Art. 444. A pena de demissão será imposta, além de outros casos previstos na lei:

1º, ao empregado ou encarregado de serviço postal condemnado por crime de prevaricação, peita, suborno, concussão, abuso ou excesso de autoridade, falsidade, peculato, moeda falsa, furto, roubo, estellionato, homicidio e nos outros crimes previstos no Código Penal, e bem assim em penas correccionaes, que envolvam participação e manifestações de perturbação contra a ordem publica, ou falta de probidade;

2º, ao que se constituir procurador de partes em negocios que directa ou indirectamente digam respeito ao Correio, excepto nos interesses de ascendentes e descendentes, irmãos ou cunhados durante o cunhadio, fóra dos casos de serem taes negocios por elles despachados ou expedidos;

3º, ao que tomar parte, por si ou por interposta pessoa, em qualquer contracto, tanto na repartição em que exercer o emprego, como em qualquer outra repartição postal;

4º, ao que commetter irregularidades repetidas que se referirem a valores de qualquer ordem ou faltas graves, no serviço, devidamente provadas;

5º, á revelação, directa ou indirecta, de negocios confidentiaes e reservados ou não e ao abuso de confiança em materia de serviço publico, devidamente comprovados;

6º, ao que exigir para si, de qualquer correspondencia que deva ser franqueada, expedida, distribuida ou registrada, na emissão e pagamento de vales, no serviço de cobrança de assignaturas de jornaes, qualquer importancia em numerario, sellos ou formulas estampilhadas;

7º, ao que durante 30 dias faltar 15 dias sem motivo justificado, sejam ou não consecutivas as faltas;

8º, á indisciplina aggravada com offensas ao decore da repartição ou desobediencia formal e voluntaria a ordens superiores, acompanhada de injurias verbaes ou escriptas, ameaças, gestos affrontosos ou indecentes, vozeria ou assuada;

9º, ao que tiver impedimento permanente, physico ou moral, esgotado o tempo legal de licença, para o exercicio do emprego, quando não estiver em condições de ser aposentado;

10, ao que desviar ou subtrahir qualquer correspondencia ou valor, e bem assim ao que violar o sigillo de correspondencia;

11, á incontinencia publica e escandalosa, vicios de jogo prohibido, embriaguez repetida, inaptidão notoria ou desidia habitual no desempenho de funcções ou cumprimento de deveres.

Art. 445. Nenhum empregado, excepto no caso previsto no n. 1 do artigo anterior, pôde ser demittido sem que tenha sciencia da accusação, ou por meio de inquerito em que será ouvido; podendo-se-lhe fornecer cópias authenticas dos documentos a peças de accusação, afim de apresentar no prazo de 10 dias, e contar da data do lançamento no livro do ponto da portaria que determinou a audiencia do empregado, sua justificação ou defesa.

Paragrapho unico. Exceptuam-se dessa regra os empregados que exercerem cargo de livre escolha do Governo e os de confiança de outros funcionarios, como sejam fleis, ajudantes de agentes, uma vez que seja proposta sua demissão.

Art. 446. São competentes para demittir, o Chefe do Poder Executivo, o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, o director geral e os administradores, cada um em relação aos empregados de sua nomeação.

Paragrapho unico. Das demissões feitas pelos administradores poderá haver recurso para o director geral e das deste para o Ministro, no prazo de 15 dias a contar da data da publicação do despacho podendo taes recursos ser encaminhados directamente à autoridade para quem se recorrer, a qual ouvirá sempre a autoridade recorrida.

Art. 447. A reincidencia aggravará sempre a punição com o dobro da pena, ou na pena immediatamente mais grave quando aquella em que tiver de novo incorrido o delinquente não puder ser applicada em grão mais forte.

Art. 448. Os empregados ou encarregados de serviço postal serão presos em flagrante por quaesquer outros empregados :

1º, quando encontrados commettendo os crimes do n. 1 do art. 444 ;

2º, quando forem encontrados em actos ou gestos affrontosos, injurias, verbaes, expressões offensivas ou obscenas, gritos, vozeria ou assuada dirigidos a seus superiores hierarchicos ;

3º, quando dentro das repartições travarem luctas ou rixas e dellas não desistirem depois de chamados à ordem.

Art. 449. Em qualquer dos casos de prisão referidos nos artigos anteriores, será immediatamente lavrado o respectivo auto do que houver occorrido, sendo depois assignado pelo chefe do serviço ou da repartição, por quem o tiver escripto, pelos empregados que houverem effectuado a prisão e por duas testemunhas, para ser remettido com o empregado delinquente, ou sem elle, em caso de fuga, à autoridade competente.

Art. 450. Os empregados do Correio e os encarregados de serviço postal estão sujeitos à prisão administrativa, nos casos do decreto n. 657, de 5 de dezembro de 1849, e do art. 36 da lei n. 628, de 17 de dezembro de 1851 ; e em taes casos são competentes para requisitar a prisão o director geral dos Correios e os administradores.

Art. 451. Nenhuma das penas disciplinares prejudica ou isenta o empregado ou encarregado do serviço postal da indemnização dos valores por elles ou por culpa delles desviados ou subtrahidos.

Art. 452. Os empregados do Correio e encarregados de serviço são civilmente responsaveis para com os particulares pelas consequencias da recusa illegal da recepção, registro, transmissão e distribuição de correspondencias, podendo ser contra elles intentadas acções por prejuizos, perdas e damnos.

Art. 453. Para as faltas de menos gravidade, erros, omissões e irregularidades na execução de serviços que os officiaes, fleis de

thesoureiro e de almoxarife, porteiro e seus ajudantes, amanuenses, praticantes, carteiros, continuos, conductores, collectores, serventes e estafetas, e quaesquer outros auxiliares possam commetter, o director geral organisará um regulamento disciplinar em que a pena seja a de multa pecuniaria, nunca menor de 2\$, nem superior a 25\$, que será submittido á approvação do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

## CAPITULO XXIX

### DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 454. A receita e despesa com pessoal e material que correm pela verba — *Correio Federal* — devem effectuar-se directamente pelas administrações, salvo as que são pagas pelas repartições de fazenda e as que se referirem a exercicios já encerrados, cumprindo neste caso ás repartições postaes expedir as necessarias guias, quando se tratar de transacções de despesa, o emquanto os documentos se acharem nessas repartições.

Parapho unico. A despesa da Directoria Geral, porém, será effectuada pelos cofres da administração do Districto Federal.

Art. 455. Quando as administrações e as agencias não tiverem fundos para occorrer ás despesas que lhes competirem, serão suppridas — a administração do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro pelo Thesouro Federal; as demais administrações pelas repartições de fazenda competentes, e as sub-administrações e agencias pela respectiva administração.

Art. 456. Do saldo em dinheiro, verificado nas administrações e sub-administrações em 31 de dezembro de cada anno, ficarão nellas as quantias necessarias para occorrer ás despesas do exercicio no trimestre adicional, mas em 31 de março, ou no antecedente dia util, o saldo do exercicio a encerrar-se será imprateavelmente recolhido ao Thesouro Federal ou ás respectivas repartições de fazenda.

Art. 457. A receita do Correio será arrecadada, tanto quanto for possível, por meio de talões.

Art. 458. As despesas com o material effectuadas pelos thesoureiros das administrações e sub-administrações serão comprovadas por documentos passados em triplicata.

Art. 459. O pagamento ou entrega de quantias ou valores em deposito deverá ser feito, ainda depois de encerrado o exercicio, pelas mesmas repartições onde o deposito se tiver realizado.

Art. 460. Em casos graves ou urgentes, quando o emprego do Correio for prejudicial ao serviço, poderão corresponder-se por meio de telegrammas de *officio* o director geral, o sub-director, o contador geral, os administradores, sub-administradores, contadores, chefes de secção, agentes, chefes de correios ambulantes e empregados incumbidos de inspecções.

Art. 462. As thesourarias das administrações postaes deverão

soffrer, pelo menos tres vezes por anno, o almoxarifado uma vez no mesmo periodo, em épocas incertas, designadas pelo director geral, e as sub-administrações e agencias de 1ª classe, sempre que os administradores respectivos julgarem necessario, um inventario minucioso dos valores a cargo dos thesoureiros e do almoxarife, sem prejuizo dos inventarios a que os administradores mandarão proceder nas administrações, quando julgarem necessario.

Paragrapho unico. Procederão a esse inventario os empregados para esse fim commissiõados pelo director geral, administradores e sub-administradores.

Art. 462. As formulas impressas, objectos de expediente e utensilios serão fornecidos às administrações pela Directoria, às sub-administrações e succursaes pelas administrações de que dependerem e às agencias pelas administrações e sub-administrações.

Art. 463. Os administradores, sub-administradores e agentes serão responsaveis pelo valor dos saccoes de couro ou de panno que não devolverem aos Correios de onde esses objectos houverem sido enviados.

Art. 464. Os titulos de nomeação, licença, etc., expedidos pela Directoria ou pelas administrações, serão authenticados por meio do sello adoptado pela Directoria e collocado ao lado da assignatura do director geral ou do administrador, aos quaes compete a guarda do mesmo sello.

Art. 465. Os empregados do Correio serão dispensados do serviço do Jury, quando requisitados por seus chefes, e, nos termos da lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874, do serviço do Exército e da Armada em tempo de paz, bem como do serviço activo da Guarda Nacional, nos termos da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850.

Art. 466. Será publicado annualmente um guia postal do Brazil, e mensalmente um boletim postal.

Art. 467. A Directoria Geral, as administrações, sub-administrações e succursaes funcçãoarão em proprios nacionaes, e, na falta destes, em casas para esse fim alugadas mediante contracto.

Art. 468. Ao museo da Directoria Geral serão recolhidos os varios e differentes objectos, artefactos antigos e modernos, curiosidades e quaesquer specimens concernentes ao serviço do Correio, especialmente ao do Brazil, que atestem o seu desenvolvimento e documentem a historia do serviço postal no paiz.

Art. 469. Na Directoria Geral e nas administrações e sub-administrações haverá uma bibliotheca contendo obras concernentes ao serviço postal, jornaes, boletins, annuarios, tanto nacionaes como estrangeiros, que se possam adquirir.

Art. 470. Na Directoria Geral e demais repartições postaes todos os livros, talões, officios, ordens, circulares e mais papeis de importancia serão archivados de modo a poderem ser consultados facilmente.

Paragrapho unico. De dous em dous annos será nomeada uma commissão para escolher e retirar dos archivos das repartições

postaes, os papeis que devam ser consumidos pelo fogo, conservando-se nas respectivas bibliothecas os que tiverem valor historico.

Art. 471. O director geral expedirá com a brevidade possivel as necessarias instrucções para a execução deste regulamento com todos os modelos, nas quaes tambem estabelecerá um systema de escripturação e contabilidade, simplificando quanto for possivel o actual, sem contudo prejudicar a clareza indispensavel á fiscalisação.

Art. 472. Serão considerados legislação subsidiaria dos Correios:

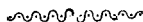
1º, as leis e regulamentos anteriores na parte não expressamente revogada ;

2º, as disposições da ultima Convenção Postal e os accordos internacionaes e os seus regulamentos, no que for applicavel ao respectivo serviço do paiz.

Art. 473. O presente regulamento será desde já posto em execução, excepto na parte relativa a novos serviços, dependente de instrucções ou de approvação do Congresso Nacional.

Art. 474. Ficam revogadas as disposições em contrario ás do presente regulamento.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1896. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 2231 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de quinhentos contos de réis (500:000\$000) para favorecer a civilisação dos selvicolas nos Estados do Pará e Amazonas e fundar colonias nas fronteiras, mandando pelo mesmo credito construir linhas telegraphicas e estradas que facilitem as communicações para essas colonias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação constante da lei n. 360 de 30 de dezembro ultimo e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de quinhentos contos de réis (500:000\$000) para favorecer a civilisação dos selvicolas nos Estados do Pará e Amazonas, e fundar colonias nas fronteiras, mandando pelo mesmo credito construir linhas telegraphicas e estradas que facilitem as communicações para essas colonias.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Demonstração do credito necessario para occorrer ao pagamento das despezas, durante o 1º trimestre de 1896, por consignações não attendidas pelo Congresso e decorrentes da introdução de immigrants nos Estados da União

## SERVIÇOS DIVERSOS

Transporte de 15.000 immigrants da Europa, sendo :			
12.000 passagens a £ 6-15-0 ao c. de 10.	1.944:000\$000		
1.500 » a £ 3-7-6 » » » 10.	121:500\$000		
900 » a £ 1-13-9 » » » 10.	36:450\$000	2.101:950\$000	
600 » gratuitas.....			
Gratificação aos consules por vistos lançados em documentos de immigrants, ao cambio de 10.....			
		6:671\$000	
Vencimentos, diarias e mais despezas de dous commissarios fiscaes do contracto do exterior, em Genova e Lisboa.....			
		6:000\$000	

## AGENCIAS NOS ESTADOS

## S. PAULO - SANTOS

*Pessoal*

1 Agente .....	750\$000	
1 Escriptuario.....	600\$000	1:350\$000

*Material*

Expediente, aluguel de casa e eventuaes.....	1:250\$000	2:600\$000
--	------------	------------

## PARANÁ - PARANAGUÁ

*Pessoal*

1 Agente .....	750\$000	
1 Escriptuario interprete.	600\$000	
1 Porteiro-continuo....	360\$000	1:710\$000

*Material*

Expediente, aluguel de casa e eventuaes.....	1:000\$000	2:710\$000
--	------------	------------

## SANTA CATHARINA - FLORIANOPOLIS

*Pessoal*

1 Agente .....	750\$000	
1 Escriptuario-interprete.	600\$000	
1 Porteiro-continuo.....	360\$000	1:710\$000

*Material*

Expediente, aluguel de casa e eventuaes .....	1:000\$000	2:710\$000
---	------------	------------

Rs..... 2.122:644\$000

Directoria Geral da Industria, 10 de fevereiro de 1896. — Augusto Fernandes, director geral interino. — Visto, F. Silva.



## DECRETO N. 2232 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.122:611\$ para custear o serviço de introdução de imigrantes e despesas inherentes, durante o primeiro trimestre do actual exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a disposição do § 3º, n. 3, art. 6º da lei de orçamento vigente autorizou o Poder Executivo a transferir aos Estados da União ou rescindir o contracto firmado em 2 de agosto de 1892 com a Companhia Metropolitana, para introdução de imigrantes ;

Considerando que o Governo não pôde, sem acarretar novos onus para a União, paralisar semelhante serviço enquanto não ficar estabelecida definitivamente a transferencia ou a rescisão do alludido contracto ;

Considerando que pelo mesmo contracto os pagamentos delle consequentes tem prazo certo ;

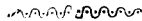
Considerando que o Tribunal de Contas declarou poder ser aberto o respectivo credito ;

Resolve, usando da attribuição que lhe confere a lei n. 360, de 3 de dezembro de 1895, n. 4, § II, capitulo II, art. 6º, abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.122:641\$000 para custear o serviço de introdução de imigrantes e despesas inherentes, durante o primeiro trimestre do corrente exercicio.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2233 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1896

Altera a condição 4ª da clausula 21ª do decreto n. 1791, de 4 de setembro de 1894.

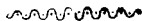
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz a Companhia Pernambucana de Navegação, resolve que a condição 4ª da clausula 21ª do decreto n. 1791, de 4 de setembro de 1894, fique alterada da seguinte forma:

Pelo serviço de rebocagem, a empresa tem o direito de cobrar as taxas de 900 réis por tonelada metrica ou sua equivalente, si outra for a do registro da embarcação rebocada na saída, e de 800 réis na entrada.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2234 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1896

Approva o plano para os uniformes do Corpo de Bombeiros do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Commandante do Corpo de Bombeiros do Districto Federal, resolve approvar o plano para os uniformes do mesmo Corpo, que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

Plano de uniformes para o Corpo de Bombeiros do  
Districto Federal, approvado pelo decreto n. 2234  
desta data

OFFICIAES

*1º uniforme*

Chapéu armado, sobrecasaca preta, gravata de laço, dragonas, calça azul com galão, banda, talim de cadarço sobre a banda, espada, fiador dourado, luvas de pellica branca, botinas de verniz.

*2º uniforme*

Kepi com pennacho, dolman, dragonas, calça azul sem galão, talim de couro, espada e fiador do 1º uniforme, luvas de pellica preta, botinas de bezerro com polainas brancas.

*3º uniforme*

Kepi, capa branca ou de olhado, dolman, calça azul, sem galão, ou branca, talim de couro, espada, fiador de retroz, botinas de bezerro e luvas de pellica preta.

*1º uniforme*

Blusa azul ou parda, calça azul, branca ou parda, capacete sem capa ou com capa branca, cinto gymnastico, botinas de bezerro.

## PRAÇAS

*1º uniforme*

Capacete com pennacho, blusa azul com braçadeiras, calça azul, cinto gymnastico, botinas com polainas.

*2º uniforme*

Capacete com capa branca ou sem ella, blusa azul, calça azul ou branca, cinto gymnastico, botinas com polainas ou sem ellas.

*3º uniforme*

Capacete, blusa e calça de brim pardo, cinto gymnastico, botinas.

*4º uniforme*

Gorro oval, gandolla de brim branco ou de algodão azul, cinto gymnastico, calça branca ou de algodão azul, botinas.

## OBSERVAÇÕES

Fôra do serviço pôde ser usada a sobrecasaca do 1º uniforme, desabotoada, com o collete azul ou branco, calça azul sem galão ou branca e kepi sem pennacho.

Fôra do serviço de incendio podem os officiaes usar a blusa de brim branco, do mesmo feitiço das de brim pardo, sendo os botões dourados, do uniforme.

Os medicos e pharmaceuticos usarão do me-mo uniforme, substituindo-se o velludo azul pelo carmezim e o emblema do Corpo pelos emblemas respectivos.

As divisas dos inferiores serão de panno carmezim, forradas de azul e em fôrma de fitas da largura de 0<sup>m</sup>,02.

Os machinistas, foguistas, telegraphistas, mestre, marinheiros da lancha, ferreiros, corneta-mór e cornetas, ferradores, conductores, ordenanças effectivas e aprendizes usarão sobre o ante-braco esquerdo os distinctivos de sua classe, bordados a retroz nas blusas de brim, e a fio de ouro na blusa azul, conforme o modelo.

*Distinctives*

Os dos officiaes serão os mesmos dos do Exercito.

Sargento ajudante, quartel-mestre : esphera armillar, o 1º no braço direito e o 2º no braço esquerdo ; 1ºs sargentos: cinco fitas no braço esquerdo e acima dellas o distinctivo da classe que tiverem ; 2ºs sargentos, quatro fitas ; forrieis, tres fitas ; e cabos de esquadra, duas fitas.

Machinistas: usarão de uma roda dentada, atravessada por uma lima, um martello e uma tenaz.

Telegraphistas: trarão um raio atravessado por uma setta.

Mestres e marinheiros da lancha: uma ancora bordada.

Ferreiros: um compasso aberto sobre uma esquadria.

Corneteiro-mór e cornetas: usarão duas cornetas entrelaçadas.

Ferradores: uma ferradura atravessada por um martello e uma torquez.

Conductores: uma ferradura atravessada por um chicote.

Ordemancas: um emblema do Corpo.

Aprendizes: uma estrella.

Estes distinctivos serão usados no ante-braco esquerdo, acima das divisas si a praça for graduada.

Os sargentos mandadores usarão das divisas no braco direito.

Todos os sargentos usarão banda de lã encarnada sob o cinto gymnastico.

## ESPECIFICAÇÕES

### *Chapéu armado*

De pello, completamente liso e com ambas as abas apunhadas; sobre o lado direito o tope nacional de contas miudas dispostas circularmente com a estrella de 0<sup>m</sup>,035 de raio, bordada a fio de ouro, presilha sob o tope nacional inclinada de baixo para cima e de deante para trás, formada por tres canotões de 0<sup>m</sup>,006 de diametro e com um botão grande do uniforme na volta que ficará na parte inferior; borlas cobertas de galão de esteira de 0<sup>m</sup>,042 de diametro com franja de canotão dobrado para os officiaes superiores, e de canotillo para os demais officiaes; estas borlas serão presas a tiras de galão de cordão com 0<sup>m</sup>,025 de largura, pregadas sobre o chapéu até á copa. O canotão, canotillo e galões serão de ouro.

### *Sobrecozaca*

De panno azul ferrete escuro com golla deitada e duas ordens de oito botões dourados com virola, tendo no centro o emblema do Corpo, a gola terá no centro a largura de 0<sup>m</sup>,035; manga apertada proporcionalmente para o extremo inferior, sem abertura, mas com tres botões de 0<sup>m</sup>,01 de diametro e da forma dos outros, aba sem tranzeio com o comprimento do braco estendido até o extremo do deco maior, tendo duas cancelas com tres botões grandes em cada uma. Passadeira de velluto azul orlada com uma espiguiha de 0<sup>m</sup>,003, tendo no centro o emblema do Corpo e de cada lado uma estrella bordada a ouro, de 0<sup>m</sup>,008 de raio.

*Dragonas*

Com pala e palmatoria de metal dourado e brilhante, forradas de panno azul ferrete; a pala terá quatro ordens de escamas, sendo a largura desta 0<sup>m</sup>,015, seu comprimento sera 0<sup>m</sup>,1 e sua largura 0<sup>m</sup>,04, guarnecida de dous frisões de 0<sup>m</sup>,002 de largura, em relevo e lavradas em fôrma de canotilho, direita e terminada na parte superior com os angulos cortados; palmatoria de fôrma elliptica com a superficie convexa e contornada por uma cannelura em relevo com 0<sup>m</sup>,013 de largura na base, até um e outro lado da pala, onde remata em fôrma circular; o eixo menor no prolongamento da pala e o maior da largura do hombro, circulado por uma serrilha brilhante de 0<sup>m</sup>,002 e uma roca de fio fosco e brilhante de 0<sup>m</sup>,008 superposta a outra de 0<sup>m</sup>,002; franjas de canotão torcido em duas ordens, sendo a exterior de 0<sup>m</sup>,01 e a inferior de 0<sup>m</sup>,006 para os officiaes superiores, e de canotilho em tres ordens para os officiaes subalternos e capitães, tendo para todos 0<sup>m</sup>,070 de comprimento.

*Calça*

De panno azul ferrete, direita e de largura regular, tendo ao longo das costuras exteriores galão de ouro de quatro cordões e com 0<sup>m</sup>,03 de largura e avivado com seda azul.

Calça de panno azul ferrete com um cadarço igual ao do dolman em cada perna.

Calça de brim branco do modelo usual.

Calça de panno azul ferrete do modelo usual.

Calça de brim pardo do modelo usual.

*Banda*

De malha portugueza do retroz de seda encarnada com borlas em fôrma de pêra, a fio de ouro, tendo 0<sup>m</sup>,055 de comprimento e 0<sup>m</sup>,03 no seu maior diametro; acima da pêra e a igual altura irá um botão de 0<sup>m</sup>,01 de diametro; o remate sera feito em uma maçaneta conica de 0<sup>m</sup>,04 de diametro na base de 0<sup>m</sup>,015, na parte superior, coberta de cordão de ouro fosco e brilhante de 0<sup>m</sup>,002 de diametro; franjas de retroz encarnado tecido e de canotão de ouro na parte exterior, sendo o canotão de 0<sup>m</sup>,006 para os officiaes superiores; de canotilho e do mesmo retroz semelhantemente dispostos para os officiaes subalternos e capitães, tendo para todos 0<sup>m</sup>,25 de comprimento.

*Talim*

Com a cinta de cadarço de seda azul claro de 0<sup>m</sup>,03 de largura, dividido em sete fachas iguaes, sendo tres tecidas de ouro, forrado de velludo azul claro, abotoado por meio de um fecho de metal todo lavrado, a excepção da chapa circular de 0<sup>m</sup>,03 que consti-

tue o macho, a qual será lisa e brilhante e terá sobre o centro o distintivo do Corpo, o fecho desancará sobre uma pala forrada de velludo azul claro; passadores de metal lavrado de fôrma rectangular com 0<sup>m</sup>,035 de altura e 0<sup>m</sup>,012 de largura e na parte inferior alças onde serão presas as guias por meio de pequenos botões do uniforme, guias de cordão dobrado, sendo este de 0<sup>m</sup>,007 de diametro e coberto de tecido de retroz azul claro e fio de ouro; as guias terão nas extremidades alças de mola por cujo olhal passará o cordão, depois de atravessar as duas aberturas de um passador de metal chato lavrado. Todas as peças de metal serão douradas.

Talim de couro da Russia, com guias, tendo as ferragens douradas e na chapa o emblema do Corpo.

#### *Espada*

De bainha de couro sem copes com 0<sup>m</sup>,61 de comprimento, tendo a parte do punho metálica, as braçadeiras, o olhal, a cruzeta e a ponteira prateados, as armas da Republica na cruzeta e o punho de pelle de arraia.

#### *Fiador*

De cordão de ouro com 0<sup>m</sup>,004 de diametro, tendo suspensa uma bola em fôrma de péra encanastrada de fio de ouro, medindo 0<sup>m</sup>,35 de comprimento e 0<sup>m</sup>,02 de diametro em sua maior grossura; em cima desta um botão de ouro espigado de 0<sup>m</sup>,01 de altura e de igual diametro; o remate será feito em uma maçaneta de fôrma cônica de 0<sup>m</sup>,02 de comprimento e 0<sup>m</sup>,03 de diametro na base; a franja terá 0<sup>m</sup>,06 de comprimento e será de canotão de 0<sup>m</sup>,006 para os officiaes superiores e de canotilho para os subalternos e capitães.

Fiador de retrozes preto e azul, iguaes quanto às dimensões e fôrma aos usados no primeiro uniforme.

#### *Lucas*

De pellica branca ou preta.

#### *Botinas*

Inteiças de verniz ou de lезerze.

#### *Kepi*

De panno azul ferrete, tendo 0<sup>m</sup>,12 de altura em toda a volta, capa de diametro igual ao da cabeça, cinta de velludo azul de 0<sup>m</sup>,04 de altura entre vivos daquelle panno, tendo sobre ella tantas tranças de 0<sup>m</sup>,002 de largura dispostas parallelamente quanto os accessos de postos já obtidos; os quartos guarnecidos

de tres das mesmas tranças e no fundo um enfeite tambem da mesma trança em tres ordens parallelas entre si, sendo estas de 0<sup>m</sup>,001; na frente sobre velludo azul o distinctivo do Corpo dentro de uma cercadura formada por dous ramos de louro e carvalho com 0<sup>m</sup>,04 de altura e a largura maxima de 0<sup>m</sup>,055, encimado de uma estrella de 0<sup>m</sup>,01 de diametro, a cercadura e a estrella bordadas a ouro e o distinctivo a prata; pala de sola debruada e envernizada de preto, bastante inclinada sobre os olhos affectando a fôrma de telha e com 0<sup>m</sup>,058 de largura no meio, tendo na parte superior um cordão de ouro de 0<sup>m</sup>,005 de diametro com dous nós e presos nas extremidades por dous botões pequenos do uniforme.

#### *Dolman*

De panno azul escuro, sem bolsos externos, abotoando no centro e interiormente por botões pretos, guarnecido na frente, em volta e nas costuras lateraes das espaduás, de cadarço de seda trançado em losango, tendo de comprimento o comprimento do braço estendido até o meio da palma da mão com abertura do lado esquerdo para a espada quando suspensa no gaúcho do talim.

Golla de velludo azul com o distinctivo igual ao modelo, bordado a ouro de um e outro lado da frente.

Alamares de cadarço de seda igual á guarnição do dolman, formados de dous ramos separados por velludo azul e terminados em ponta. Dezeses botões collocados nas pontas dos alamares de um e outro lado do peito formando coraça. Botões dourados com orlados brilhantes, tendo no centro o distinctivo do Corpo, carcellas de velludo azul com tres botões do uniforme em tamanho menor.

#### *Blusa*

De panno azul ferrete e adolmada, tendo oito botões do uniforme, golla virada.

#### *Cinto gymnastico*

Encarnado com listra azul no centro.

#### *Platinas*

De velludo azul orladas de metal dourado e em fôrma trapezoidal, como o modelo, tendo no centro o emblema do Corpo prateado e um botão de uniforme em uma das extremidades, na outra uma barra tambem de metal dourado escamada.

#### *Capacete*

De couro da Russia, com duas palas, tendo no espelho de carneira branca o distico — Corpo de Bombeiros — em relevo e mais abaixo o emblema do Corpo, tudo de metal dourado.

*Blusa*

De brim pardo e calça de dito do mesmo feitiço do precedente, sem vivo e com oito botões de massa preta com o distinctivo do Corpo; nessa blusa os galões serão substituídos por cadarço de lã preta.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1896. — Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira*.



DECRETO N. 2235 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1896

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Belem do Descalvado, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Belem do Descalvado, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 30º, 70º e 71º batalhões de infantaria e 12º da reserva, com quatro companhias cada um, e do 14º regimento de cavallaria com igual numero de esquadroes, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de fevereiro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira*.



DECRETO N. 2236 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1896.

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Bomfim, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

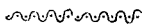
Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Bomfim, no Estado da Bahia, se comporá dos actuaes 82º, 83º e 223º batalhões de infantaria e 20º da reserva, com quatro companhias cada um, e do 7º esquadrao avulso elevado a regimento de cavallaria com

igual numero de esquadões e a designação de 66<sup>a</sup>, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de fevereiro de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2237 — DE 2 DE MARÇO DE 1896

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, na comarca do Rio Bagagem, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Bagagem, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 253<sup>a</sup>, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de março de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2238 — DE 5 DE MARÇO DE 1896

Crea duas officinas no Arsenal de Guerra de Matto Grosso.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, dando execução ao disposto no art. 5<sup>o</sup>, n. 7, da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, resolve crear no Arsenal de Guerra de Matto Grosso duas officinas, uma de latoeiros e fundidores, e outra de correeiros e selleiros, tendo cada uma o seguinte pessoal: um mestre, um operario de 1<sup>a</sup> classe, um dito de 2<sup>a</sup>, um de 3<sup>a</sup>, dous de 4<sup>o</sup>, um aprendiz de 1<sup>a</sup> classe, um dito de 2<sup>a</sup> e dous de 3<sup>a</sup>, os quaes perceberão os vencimentos marcados na supracitada lei.

Capital Federal, 5 de março de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 2239 — DE 9 DE MARÇO DE 1896

Approva os estudos e orçamento para a construção do ramal ferreo ligando a estação marítima da Gambôa ás linhas geraes da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos e orçamento, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Viação da respectiva Secretaria de Estado para a construção de um ramal ferreo ligando a estação marítima da Gambôa ás linhas geraes da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Capital Federal, 9 de março de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2240 — DE 12 DE MARÇO DE 1896

Approva as plantas para construção de uma estação no lugar denominado « Capão Bonito », da Estrada de Ferro Sorocabana e Ituana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Sorocabana e Ituana, decreta :

Artigo unico. Ficam approvadas as plantas que com este baixam rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da industria, Viação e Obras Publicas para construção de uma estação, armazens e dependencias, no lugar denominado « Capão Bonito », kilometro 316 e 750 da linha que se dirige a Tibagy, devendo, porém, vigorar para a referida construção os preços do orçamento já approvedo pelo decreto n. 32 de 3 de dezembro de 1889.

Capital Federal, 12 de março de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2241 — DE 16 DE MARÇO DE 1896

Substitue os arts. 16, 17, 18, 24, 25, 27 e 28 do regulamento approved pelo decreto n. 1875 de 5 de novembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe expoz o Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a conveniencia de tornar mensal a remessa dos saldos da renda dos emolumentos consulares á Delegacia do Thesouro Federal em Londres para facilitar o pagamento dos vencimentos dos empregados do Corpo Consular, harmonisados o regulamento approved pelo decreto n. 1875 de 5 de novembro de 1894 e o decreto n. 2146 de 28 de outubro de 1895,

Decreta:

Artigo unico. Ficam substituidos pelos que com este decreto se publicam, assignados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, os arts. 16, 17, 18, 24, 25, 27 e 28 do regulamento para a cobrança e escripturação dos emolumentos consulares por meio de estampilhas, approved pelo decreto n. 1875 de 5 de novembro de 1894.

Capital Federal, 16 de março de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

## Artigos a que se refere o decreto n. 2241 desta data

Art. 16. Esse livro deverá ter todas as folhas rubricadas pelo consul do districto, que lavrará tambem os termos de abertura e encerramento, e delle extrahirá o funcionario consular mensalmente um mappa da receita e da despesa (modelo n. 5).

Art. 17. O mappa dos Vice-Consulados será remettido em duplicata ao respectivo consul nos cinco primeiros dias depois de findo o mez de que elle tratar; e o dos Consulados á Secretaria das Relações Exteriores, em uma só via dentro do referido mez. Este ultimo será acompanhado de um exemplar dos primeiros, dos quaes só mencionará a somma da receita e da despesa.

Art. 18. Si no prazo fixado no artigo antecedente não estiverem no Consulado as contas de todos os Vice-Consulados delle dependentes, o consul remetterá as que tiver recebido e justificará a falta das outras, que enviará depois, mas sempre antes do fim do mez seguinte, acompanhada de outra sua, em additamento á primeira, da qual só mencionará as sommas da receita e despesa já apuradas.

Art. 24. Antes de findo o segundo mez de cada anno, os consules remetterão á Secretaria das Relações Exteriores um

balancete geral resumido da receita e despesa do seu Consulado e dos Vice-Consulados delles dependentes durante o anno anterior.

Art. 26. Nos cinco primeiros dias de cada mez, os consules remetterão á Delegacia do Thesouro Federal em Londres o saldo da renda dos emolumentos, na sôde do Consulado no mez anterior.

Art. 27. No mesmo prazo os vice-consules remetterão aos respectivos consules os saldos dos emolumentos por elles cobrados, dos quaes só poderão deduzir sem authorisação expressa da Secretaria das Relações Exteriores a metade, que lhes competir por lei, e mais as despesas indispensaveis ao expediente.

Art. 28. Estes ultimos saldos serão remettidos pelos consules á referida Delegacia no principio do mez seguinte, conjuntamente com o seu do ultimo mez.

Capital Federal, 16 de março de 1896.— *Carlos Augusto de Carvalho.*



#### DECRETO N. 2242 — DE 16 DE MARÇO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito de 32:000\$ para pagamento da differença da subvenção á Companhia de Navegação do Maranhão, elevada a 200:000\$ no exercicio de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que pela disposição do § 4º n. 11 art. 6º da lei de orçamento n. 266 de 24 de dezembro de 1894 foi o Governo autorisado a additar contracto com a companhia que faz o serviço de navegação de cabotagem entre o Ceará e Pará, estabelecendo uma viagem mensal redonda ao porto da Amarração e outra aos de Guimarães e Cururutajera, podendo por isso elevar a respectiva subvenção a 200.000\$000;

Considerando que em virtude dessa disposição celebron-se contracto com aquella companhia para a execução do mencionado serviço, *ex-vi* do decreto n. 2015 de 25 de abril de 1895;

Considerando que o Tribunal de Contas declarou poder ser aberto o credito necessario para attingir á importancia a que foi elevada a subvenção:

Resolve abrir ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito de 32:000\$, necessario ao pagamento no exercicio de 1895 da differença da subvenção a Companhia de Navegação do Maranhão.

Capital Federal, 16 de março de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olimpio dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2243 — DE 19 DE MARÇO DE 1896

Rectifica a publicação do decreto legislativo n. 79, de 23 de agosto de 1892, feita na respectiva collecção de leis e decretos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando :

Que tendo-se verificado, pelo confronto do autographo da resolução do Congresso Nacional, sancionada pelo decreto n. 79, de 23 de agosto de 1892, que na respectiva collecção de leis e decretos houve erro no principio do § 2º do art. 1º, que altera substancialmente o sentido da disposição legislativa; e

Que no *Diário Official* de 27 daquelle mez e anno sahiu publicado o mesmo decreto de accordo com o autographo da referida resolução :

Resolve declarar que o principio do alludido paragrapho é do theor seguinte:

Este direito é *extensivo* — e não — Este direito é *exclusivo*, como se acha na mencionada collecção de leis.

Capital Federal, 19 de março de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2244 — DE 19 DE MARÇO DE 1896

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Sarapuhy, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para a execução da lei n. 2395 de 10 de setembro de 1873 e decreto n. 5573 de 21 de março de 1874,

Decreta:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Sarapuhy, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 91º regimento de cavallaria, transformado em corpo com quatro esquadrões, 119º batalhão de infantaria do serviço activo, elevado a seis companhias, que só completarão com as 1ª e 2ª do 200º batalhão da mesma arma, ora extincto, o do 104º batalhão do

serviço de reserva, igualmente elevado a seis companhias, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos municipios da referida comarca.

Art. 2.º Revogam-se o decreto n. 1719 de 28 de maio de 1894 e mais disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



# DECRETO N. 2245 — DE 23 DE MARÇO DE 1896

Approva, com alterações, os estatutos da Sociedade de Seguros Mutuos sobre a vida « Equitativa dos Estados Unidos do Brazil » e autorisa a mesma a funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os cidadãos brasileiros bacharel Franklin Ferreira Sampaio e Dr. Antonio Augusto de Azevedo Sodré, decreta :

Art. 1.º Ficam approvados os estatutos da Sociedade de Seguros Mutuos sobre a Vida—Equitativa dos Estados Unidos do Brazil—com as seguintes alterações :

a ) ao art. 4º—acrescentem-se os seguintes paragraphos :

§ 5.º Não fará qualquer outra operação que não seja directamente relativa ao seu fim capital, sob pena de lhe ser cassada a authorisação para funcionar.

§ 6.º E' expressamente vedado re-segurar os seus seguros em companhias estrangeiras, dentro ou fora do paiz.

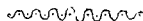
b ) ao art. 26—acrescento-se, *in fine*, o seguinte:—respeitadas as disposições da lei n. 177 A, de 15 de setembro de 1893.

Art. 2.º Fica a sociedade authorizada a funcionar, logo que apresente ao Ministerio da Fazenda os nomes de directoria e do conselho fiscal a que se referem os arts. 10 e 15, paragrapho unico, dos seus estatutos.

Capital Federal, 23 de março de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2246 — DE 23 DE MARÇO DE 1896

Publica a accessão do Governo portuguez á Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo, de 22 de julho de 1875, quanto ás suas colonias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a accessão do Governo portuguez á Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo de 22 de julho de 1875, quanto ás suas colonias, segundo communicação da Legação Franceza de 12 do corrente ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 23 de março de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

TRADUÇÃO — Legação da Republica Franceza no Brazil — Rio de Janeiro, 12 de março de 1896.

Sr. Ministro — Em execução do art. 18 da Convenção telegraphica de S. Petersburgo, de 22 de julho de 1875, o Governo portuguez, por intermedio do seu representante em Pariz, notificou ao Governo da Republica a sua accessão a esse acto internacional quanto ás suas colonias seguintes :

Provincia de Moçambique.

Provincia de Cabo Verde.

Districto militar autonomo do Guiné.

Provincia de S. Thomé e Príncipe.

Provincia d'Angola.

Estado da India portugueza (comprehendidos Damão e Diu).

Provincia de Macao e Timor.

O Governo de Lisboa declarou ao mesmo tempo que essas colonias deveriam ser consideradas como constituindo um grupo independente da Metropole.

O Governo francez deu fé dessa accessão ao representante do Portugal em Pariz, em nome das potencias que fazem parte da União telegraphica, e apressa-se a trazer-a ao Governo brasileiro.

O quadro que V. Ex. encontrará aqui annexo, contém a designação das colonias portuguezas a que se applica a notificação do Governo de Lisboa e as informações que a sua entrada na União comporta. Elle dá a conhecer especialmente, em execução dos §§ 22 e seguintes do regulamento internacional do serviço telegraphico revisto em Pariz em 1890, a importancia das taxas telegraphicas terminaes e de transitio nestas colonias, como tambem o valor do franco na moeda usual do paiz.

Queira aceitar, Sr. Ministro, as seguranças da minha mui alta consideração. — *P. Bounardet.*

A S. Ex. o Sr. Carlos de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores.

Quadro das colonias portuguezas com a designação dos pontos especiaes, suas taxas terminaes e de transito e o valor do

NOMES DAS COLONIAS	PONTOS DE JUNCÇÃO COM A REDE TELEPHONICA INTERNACIONAL	REDES ESPECIAES COM INDICAÇÃO DAS ESTAÇÕES QUE AS COMPOEM
1	2	3
Oriental—Mogambique (Pro- vincia de) (1).....	Mogambique..... Lourenço Marques...	..... Lourenço Marques..... Ressano Garcia.....
Cabo Verde (Provincia de). Guiné (Districto militar au- tonomo de).....	S. Vicente (ilha)..... S. Thiago (ilha)..... Bissão..... Bolama.....	..... ..... ..... .....
S. Thomé e Príncipe (Pro- vincia de).....	S. Thomé (ilha)..... Príncipe (ilha).....	..... .....
Angola (Provincia de)....	Loanda..... Benguela..... Mossamedes (5).....	Loanda..... Cabiri e Calunguambo.. Cassualala, Dondo, Ca- cullo e Haut Golungo.
India (Estado da), compre- hendidos Damão e Diu...	Gôa.....	Vasco da Gama, Gôa, Mormugão, Causalim, Majorda, Margão Chan- der, Sanvordem, Kalay, Collem, Dud-Sagor.....
Macão e Timor (Provincia de).....	Macão (ilha).....	Macão (ilha)..... Taipa (ilha).....

(1) No districto do Zambeze, já existe uma linha com a extensão de 1.029

(2) A linha do districto de Lourenço Marques conta quatro outras estações permittirem e o serviço publico o exigir.

(3) A taxa dos telegrammas officiaes continúa a ser cobrada á razão de e as Companhias « Eastern and South African Telegraph » e « West African

(4) As taxas dos telegrammas não são cobradas á razão de 240 réis por um cobradas segundo o estado do cambio, de accordo com o contracto assignado Telegraph ».

(5) Neste districto faz-se uma linha composta de quatro estações que serão

(6) Estas taxas serão cobradas conjunctamente pela Administração das

que as unem á rede telegraphica internacional, suas redes franco com relação á moeda em uso em cada uma dellas

TAXAS		VALOR DO FRANCO COM RELACÃO À MOEDA EM USO EM CADA COLONIA	OBSERVAÇÕES	
Terminaes	De transitio			
4	5	6	7	
0.05 (A)	(A) (B)	240 réis (3)	(A) Para os telegrammas que se servem do cabo francez de Moçambique a Majunga, a taxa terminal de Moçambique é fixada em 0.10 e a taxa de transito em 0.15. Estas duas taxas são reduzidas de 50 por 100 para os telegrammas de Estado francezes e para os telegrammas de imprensa.	
0.05 (A)	(A) (B)			
0.15 (A)	(A) (B)			
0.075	0.125	(4)		(B) A taxa applicavel aos telegrammas trocados entre os cabos submarinos da Companhia « Eastern and South African » e a fronteira do Transvaal ainda não está fixada.
0.075 (C)	0.10			
0.10	0.10 (D)			
0.10	0.10 (D)			
0.10	0.10 (D)			
0.10	0.10 (D)			
0.10	0.10 (D)			
0.20	.....			(C) Esta taxa não se applica aos telegrammas trocados entre Portugal e a ilha de S. Thiago.
(6)	(ii)	075 de rupia.	(D) Esta taxa não é cobrada pelos telegrammas trocados com as estações portuguezas da costa occidental. Para os demais telegrammas só é applicada uma vez ainda quando elles passam por mais de uma estação desta costa.	
.....	.....	Telegrammas para Europa 0.275 de dollars		
.....	.....	Telegrammas para a India 0.30 de dollars.		
.....	.....	Telegrammas para outros paizes 0.10 de dollars.		

kilometros e composta de 20 estações.

que serão abertas para o serviço internacional logo que as circumstancias o

240 réis por um franco, valor fixado nos contractos concluidos entre o Governo Telegraph ».

franco, até 31 de dezembro de 1895. A partir de 1 de janeiro de 1896 serão em 16 de agosto de 1895 entre o Governo e a Companhia « Eastern

approximadamente ligadas á rede internacional.

Indias Britannicas.

## DECRETO N. 2247 — DE 26 DE MARÇO DE 1896

Approva o regulamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pela lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, em seu art. 6º, § II, n. 10, decreta :

Artigo unico. Os serviços da Estrada de Ferro Central do Brazil se regerão pelo regulamento que a este acompanha, assignado pelo engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires, Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 26 de março de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Regulamento a que se refere o decreto n. 2247 desta data

### CAPITULO I

#### DA ORGANISAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 1.º O serviço a cargo da Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil comprehende a direcção e administração da estrada em trafego.

Será dirigido por um director de livre escolha do Governo, immediatamente subordinado ao Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, auxiliado por quatro sub-directores, nomeados pelo dito Ministro, sob indicação ou proposta do director.

Paragrapho unico. O director reunirá os sub-directores em conselho consultivo, quando julgar conveniente ouvir o parecer dos mesmos em collectividade, cabendo-lhe, todavia, exclusiva responsabilidade pelas resoluções que adoptar.

### CAPITULO II

#### DA DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 2.º O serviço da estrada distribuir-se-ha pelas cinco divisões, que vão indicadas na ordem e com as denominações seguintes:

- 1.ª Administração central.
- 2.ª Trafego.
- 3.ª Contabilidade.
- 4.ª Locomoção.
- 5.ª Via-permanente e edificios.

Art. 3.º A primeira divisão fica sob a immediata direcção do director.

Cada uma das outras divisões será dirigida por um sub-director com a denominação correspondente.

Art. 4.º E' da exclusiva competencia do director:

§ 1.º A superintendencia e direcção geral de todos os serviços;

§ 2.º A nomeação de todos os empregados da estrada, que por este regulamento não competir ao Ministro e propôr os que por este tenham de ser nomeados;

§ 3.º A organização ou approvação dos regulamentos e instrucções para os diversos serviços da estrada;

§ 4.º A autorisação das despesas dentro dos creditos destinados aos serviços a seu cargo;

§ 5.º A interpretação das tarifas e as providencias relativas ao desenvolvimento da renda da estrada;

§ 6.º A decisão das reclamações concernentes ao serviço da estrada;

§ 7.º A celebração de contractos de serviços, cessões, fornecimentos e ajustes com particulares;

§ 8.º A celebração de contractos ou ajustes com as companhias e empresas de transportes, para estabelecimento de tráfego mutuo, uso commum de estações, permutas e outras;

§ 9.º A imposição de penas e concessão de licenças aos empregados, de conformidade com as disposições deste regulamento;

§ 10. A adopção de quaesquer medidas tendentes a disciplina, segurança, economia e desenvolvimento do tráfego da estrada;

§ 11. A fixação do horario dos trens, seu numero, velocidade e pontos de parada;

§ 12. A representação ao Governo sobre as medidas que julgar necessarias para o regular funcionamento do serviço da estrada, quando escapem ás suas attribuições ou não estiverem previstas neste regulamento;

§ 13. A promoção perante as autoridades constituidas dos processos de responsabilidade do pessoal da estrada, nos casos previstos em lei, para garantir a segurança do tráfego, a manutenção da ordem no serviço e a arrecadação da respectiva renda;

§ 14. A expedição de ordens para o fiel cumprimento deste regulamento e do que for determinado pelo Governo concernente ao serviço.

Art. 5.º São attribuições dos sub-directores:

§ 1.º Superintender e dirigir o serviço da respectiva divisão, tomando as providencias necessarias para mantel-o em condições satisfactorias, propondo ao director as que não estiverem ao seu alcance ou não forem de sua alçada;

§ 2.º Distribuir o pessoal sob suas ordens, regular suas attribuições e fazer observar rigorosamente os regulamentos relativos ao serviço da respectiva divisão;

§ 3.º Fiscalisar, como chefe, todos os trabalhos que se executarem na divisão, que forem de sua competencia, de modo que se façam com a necessaria economia e presteza;

§ 4.º Fiscalisar a execução dos contractos concernentes ao respectivo serviço;

§ 5.º Dar posse, admittir, dispensar, licenciar e punir os empregados da divisão nos casos previstos neste regulamento e que couberem em sua alçada;

§ 6.º Informar ao director sobre todas as occurrencias do respectivo serviço e apresentar-lhe mensalmente um relatorio resumido sobre a marcha do serviço da divisão, com os dados precisos para que possa formar seguro juizo a respeito e resolver sobre os casos occorrentes;

§ 7.º Cumprir e fazer cumprir as ordens e instrucções do director concernentes ao mesmo serviço;

§ 8.º Prestar ao director o seu concurso, quando exigido, para elucidação das questões, sobre que houver este de deliberar, com relação ao serviço da estrada.

### CAPITULO III

#### PRIMEIRA DIVISÃO

##### *Da Administração central*

Art. 6.º A Administração central comprehende o expediente concernente a todos os serviços de exclusiva competencia do director, quer em suas relações externas, quer internas; a arrecadação das rendas da estrada e de todas as quantias que se destinarem ao seu custeio e melhoramentos; a applicação de umas e outras nesse objecto e prestação de contas ao Thesouro Federal; a acquisição de todo o material preciso ao serviço da estrada.

Sublvidir-se-ha pelas seguintes secções:

- 1.ª Secretaria.
- 2.ª Thesouraria.
- 3.ª Pagadoria.
- 4.ª Intendencia.

Art. 7.º A secretaria será dirigida por um secretario, incumbindo-lhe:

- § 1.º O expediente official da Directoria;
- § 2.º O lançamento dos contractos e ajustes, o assentamento dos empregados e o registro de toda a correspondencia official da Directoria;
- § 3.º O inventario dos proprios da estrada;
- § 4.º A guarda e a conservação do archivo central;
- § 5.º A organização das folhas de pagamento do pessoal da Administração central.

Art. 8.º A thesouraria ficará a cargo de um thesoureiro, que terá sob sua guarda a caixa, por cujos valores e operações é responsável; competindo-lhe:

§ 1.º Receber e fazer escripturar diariamente no livro-caixa a receita ordinaria, extraordinaria e eventual da estrada;

§ 2.º Entregar no Thesouro Federal, por ordem do director, a renda liquida da estrada e a importancia cobrada dos direitos e impostos;

§ 3.º Fazer por si ou por seus auxiliares, devidamente autorisados, todos os pagamentos da estrada, excepto do pessoal, que será effectuado pela pagadoria, á qual prestará os fundos precisos, precedendo ordem do director, e aquelles que, em virtude de contractos existentes ou que se fizerem, tenham de ser effectuados em outra repartição publica;

§ 4.º Arrolar todos os documentos de receita e despesa, que devam ser remettidos ao Thesouro Federal, na conformidade do decreto n. 10.145 de 5 de janeiro de 1889.

Art. 9.º O exame e escripturação dos documentos comprobativos da receita e despesa ficam a cargo de um escrivão, que depois de competente exame deverá rubricar-os.

O escrivão é responsável pela legalidade de todos os papeis que servirem de documentos da escripturação.

Art. 10. A pagadoria ficará a cargo de um pagador, a quem compete:

§ 1.º Effectuar o pagamento de todo o pessoal da estrada, por si ou por seus auxiliares, autorisados legalmente, recebendo do thesoureiro, mediante autorisação do director, os fundos precisos, de que prestará provisoriamente contas mensalmente, recolhendo os saldos á thesouraria;

§ 2.º Fazer escripturar toda a despesa concernente a esse serviço e arrolar os respectivos documentos, afim de serem em devido tempo remettidos ao Thesouro Federal para liquidação de contas finais.

Art. 11. Ficam reunidos em uma só repartição, sob a denominação de intendencia, os serviços do almoxarifado, da agencia de compras, dos despachos, da carga e descarga, e de impressão.

Art. 12. A intendencia terá como chefe o intendente, que será auxiliado por um ajudante, cabendo-lhe:

§ 1.º Propor ao director as providencias necessarias para aquisição de todo o material e mais objectos necessarios ao custeio da estrada, quer tenham de ser directa ou indirectamente importados do estrangeiro, quer por compra no mercado;

§ 2.º Fiscalisar a entrada do que for adquirido para o fim indicado, quanto á qualidade e quantidade e dar o conveniente destino;

§ 3.º Fazer armazenar classificadamente os materiaes e mais objectos que convenha adquirir para ter em deposito, de modo que os supprimentos se façam a tempo e com opportuidade, quando requisitados;

§ 4.º Fazer despachar os pedidos autorisados pela Directoria para supprimento das obras e de todo o serviço da estrada;

§ 5.º Fazer manter os depositos em boa ordem e a respectiva escripturação, de modo a facilitar, tanto quanto possível, o conhecimento do que nelles existir, para evitar que se façam acquisições desnecessarias ;

§ 6.º Assignar todos os documentos de entradas e salidas que constituem a sua responsabilidade ;

§ 7.º Fazer examinar e avaliar o material inservivel que existir ou for recolhido à intendencia, requisitar o concerto do que puder ser de novo fornecido ou que deva ser vendido em leilão por imprestavel ou que não tenha applicação na estrada ;

§ 8.º Apresentar à Directoria, até o dia 15 de cada mez, um mappa dos fornecimentos feitos às diversas secções de serviço no mez precedente e, até o fim de fevereiro de cada anno, uma demonstração geral do movimento do material do anno anterior e um inventario geral do material em ser ; trabalhos estes que deverão ser organisados pelo escrivão.

Art. 13. O director expedirá regulamentos espeziaes, dando conveniente organização aos differentes serviços comprehendidos na primeira divisão, definindo as attribuições do respectivo pessoal, comprehendido na tabella n. 1 e estabelecendo os livros, modelos e processos que deverão ser adoptados na escripturação e contabilidade respectivas.

## CAPITULO IV

### SEGUNDA DIVISÃO

#### *Trafego*

Art. 14. A segunda divisão tem a seu cargo o serviço do trafego, comprehendendo o despacho e transporte de cargas o o movimento de passageiros, bem como a applicação das medidas usuaes que garantem a segurança e regularidade na circulação dos trens e a ordem no mesmo serviço.

Art. 15. O serviço da segunda divisão distribuir-se-ha por um escriptorio central e por quatro inspectorias, tres das quaes, sob a denominação de « Inspectorias de trafego », se applicarão ao serviço do trafego propriamente dito, e a 4.ª, sob a de « Inspectoria do telegrapho e da iluminação », referir-se-ha aos serviços accessorios, concernentes ao mesmo trafego.

Art. 16. O sub-director do trafego superintende o serviço da segunda divisão, ficando sob sua immediata direcção o escriptorio central, que fará :

§ 1.º O expediente geral da divisão ;

§ 2.º A organização dos horarios dos trens ;

§ 3.º A expedição de ordens de serviço, concernentes ao trafego ;

§ 4.º A organização dos relatorios mensaes e annuaes concernentes ao serviço do trafego ;

§ 5.º A organização das folhas de pagamento do respectivo pessoal;

§ 6.º A organização e conservação do archivo especial da divisão;

§ 7.º O registro resumido dos contractos relativos ao serviço do tráfego;

§ 8.º Os assentamentos do pessoal da divisão que constituem a fê de officio do mesmo pessoal;

§ 9.º O registro das fianças;

§ 10. O processo das reclamações provenientes do serviço do tráfego;

§ 11. A organização da estatística do tráfego;

§ 12. A distribuição geral do pessoal da divisão;

§ 13. O processo das irregularidades no serviço dos trens e das estações.

Art. 17. Para o serviço do tráfego será a estrada dividida em tres districtos, a cargo de outros tantos inspectores subordinados ao sub-director da divisão, sob cujas ordens e instrucções exercerão as seguintes attribuições:

§ 1.º Fiscalisar o movimento dos trens nas respectivas circumscripções;

§ 2.º Fiscalisar o serviço das estações comprehendidas nos respectivos districtos, não só quanto à organização, manobras e despacho dos trens, como em relação à recepção e despacho das mercadorias e serviço de passageiros;

§ 3.º Processar as irregularidades que se derem no serviço do districto a seu cargo, tomando as providencias precisas para sanal-as ou propondo ao sub-director as que não estiverem a seu alcance;

§ 4.º Fazer proceder às indagações necessarias para descobrimento das mercadorias que se extraviarem, de modo a obter os dados precisos para o respectivo processo;

§ 5.º Providenciar nos casos de accidentes, não só quanto ao restabelecimento do serviço, como em relação à segurança e commodidade dos passageiros e arrecadação das mercadorias sujeitas a extravio;

§ 6.º Propor os empregados do districto que devam concorrer para o preenchimento das vagas que se derem; impor penas disciplinares aos empregados sob suas ordens, ou propol-as ao sub-director quando não couberem em sua alçada, e distribuil-os segundo as conveniencias do serviço;

§ 7.º Organisar a estatística do movimento no respectivo districto.

Art. 18. Aos inspectores de tráfego é immediatamente subordinado todo o pessoal das estações comprehendidas nos respectivos districtos, e o dos trens que ali circularem.

Art. 19. Os inspectores de tráfego serão auxiliados por sub-inspectores, cujo numero será fixado pelo director segundo as necessidades do serviço.

Art. 20. O serviço telegraphico, da iluminação e outros accessorios do tráfego será dirigido immediatamente por um

engenheiro com a denominação de inspector do telegrapho e da illuminação e comprehenderá: o serviço telegraphico, electrico, telephonic, chronometrico e de illuminação, tanto dos trens como das estações, competindo-lhe:

§ 1.º A instalação, reparação e inspecção das linhas eapparelhos telegraphicos, telephonicos, de *block system* e qualquer applicação da electricidade;

§ 2.º Instalação e conservação da illuminação das estações e dos trens;

§ 3.º A fiscalisação do serviço chronometrico;

§ 4.º O processo das irregularidades que se derem no serviço de transmissão pelosapparelhos electricos, recepção e entrega de telegrammas e quaesquer outras que se derem no serviço telegraphico;

§ 5.º A distribuição dos telegraphistas pelas estações, de conformidade com o quadro approved;

§ 6.º A imposição de penas disciplinares aos empregados sob suas ordens nos limites prescriptos neste regulamento, bem como propor ao sub-director as que não estiverem em sua alçada;

§ 7.º A proposta das nomeações dos empregados sob suas ordens para preenchimento das vagas que se derem;

§ 8.º A organização da estatística e de toda a escripturação concernente ao respectivo serviço.

Art. 21. O inspector do serviço telegraphico e de illuminação será auxiliado por sub-inspectores, em numero que será fixado pelo director, segundo as necessidades do serviço.

Art. 22. Os inspectores prestarão ao sub-director todas as informações que lhes forem exigidas, cabendo-lhes propor qualquer medida que for conveniente adoptar para a regularidade, boa ordem e melhoramento dos serviços a seu cargo, cumprindo e fazendo cumprir as ordens e instrucções que receberem.

Art. 23. Para a regularidade dos trabalhos a cargo da divisão serão organisados pelo sub-director regulamentos especiaes para cada serviço, os quaes só terão vigor depois de approveds pelo director.

## CAPITULO V

### TERCEIRA DIVISÃO

#### *Contabilidade*

Art. 24. O serviço da contabilidade comprehende a fiscalisação e escripturação da receita e despeza da estrada no que não ficar por este regulamento directamente subordinado á primeira divisão, bem como o estudo das tarifas ou de suas modificações, que tenham de ser submettidas á approvação do Governo.

Art. 25. O serviço da contabilidade será dirigido pelo sub-director respectivo e subdividir-se-ha por duas secções:

1.<sup>a</sup> Da receita;

2.<sup>a</sup> Da despesa e contabilidade geral.

Art. 26. Ao sub-director, além da superintendencia de todo o serviço da divisão, compete a direcção immediata dos trabalhos de organização ou revisão das tarifas, a expedição de instrucções para a applicação das mesmas e para todo o serviço da divisão.

Art. 27. A 1.<sup>a</sup> secção será dirigida por um contador, a quem compete :

§ 1.<sup>o</sup> Verificar os documentos de receita propria ou alheia, fazendo os calculos e applicações das tarifas;

§ 2.<sup>o</sup> Escripturar discriminadamente, em livros especiaes, a receita arrecadada e por arrecadar com designação das procedencias e dos responsaveis;

§ 3.<sup>o</sup> Organisar mappas quinzenaes dos passageiros, as demonstrações dos passageiros, fretes e impostos por conta dos Ministerios, dos Estados, repartições, emprezas, companhias ou particulares, que tenham contractes ou accordos com a estrada; as contas correntes da receita de todos os serviços discriminadamente; as estatisticas parcial e geral da receita e todas as demonstrações sob esta rubrica, que tenham de servir de base aos trabalhos da 2.<sup>a</sup> secção;

§ 4.<sup>o</sup> Organisar os processos dos responsaveis da renda da estrada, providenciando sobre sua instauração, proseguimento, conclusão e remessa, para os devidos effeitos, ficando todos registrados;

§ 5.<sup>o</sup> Extrahir guias de reposição e de restituição por multas, fretes deficientes ou excedentes, indemnisações por extravios ou consumo, armazenagens, estadias, sendo todas registradas;

§ 6.<sup>o</sup> Extrahir certificados de despachos, cópias de notas de expedição e de quaesquer documentos de receita, que forem requeridos por interessados ou requisitados pela 2.<sup>a</sup> secção ou por qualquer das divisões da estrada;

§ 7.<sup>o</sup> Escripturar os livros da fô de officio dos empregados da divisão;

§ 8.<sup>o</sup> Organisar os resumos mensaes de ponto e as folhas de pagamento do pessoal, as tabellas dos vencimentos e diarias, e ordens em vigor;

§ 9.<sup>o</sup> Imprimir os bilhetes de passagens, fornecel-os, bem como cadernetas de coupons e passes temporarios para quaesquer applicações de transito pela estrada, provendo as estações, tanto delles, como dos livros-talões de receita, numerados e carimbados, levando tudo á conta dos respectivos requisitantes;

§ 10. Requisitar directamente da 2.<sup>a</sup> secção e, por intermedio do sub-director, das estações ou das outras divisões, quaesquer esclarecimentos de que careça para o serviço proprio, assim como prestar os que lhe forem reclamados para o serviço que lhes pertence;

§ 11. Archivar, convenientemente classificados e coordenados, todos os documentos de receita e papeis pertencentes aos serviços até que sejam dados em consumo ou recolhidos ao Thesouro Federal.

Art. 28. A 2ª secção, que será dirigida por um guarda-livros, compete :

§ 1.º Redigir e expedir a correspondencia commercial da estrada, e as encomendas do material que se tiverem de fazer dentro ou fóra do paiz e registrar os respectivos preços;

§ 2.º Examinar, verificar, processar todas as contas de despesas, competentemente documentadas, conforme os pedidos e contractos autorisados ;

§ 3.º Formular todas as contas dos Ministerios, empresas ou particulares, que forem devidas à estrada, iniciando a sua cobrança pelos meios competentes ;

§ 4.º Confeccionar as contas correntes mensaes da estrada com os Governos Estadocaes, empresas e companhias em trafego mutuo, por impostos e fretes, e extrahir cheques dos saldos, que lhes competirem, para serem pagos na fórma dos respectivos contractos ;

§ 5.º Extrahir guias de credito e debito da thesouraria e proceder à escripturação clara e precisa dos documentos, que se lhe referir, para a tomada de contas do thesoureiro, as quaes deverão ser demonstradas em balancetes mensaes apresentados ao director até 15 do mez subsequente ;

§ 6.º Organisar :

a) as synopses e os balancetes mensaes, estes da receita e despesa do trafego e aquelles da receita e despesa effectiva da estrada, que devem ser remettidos ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas e ao Thesouro Federal ;

b) a demonstração dos creditos e classificação dos titulos de despesas por exercicio ;

c) o balanço definitivo do exercicio financeiro para ser remettido ao Thesouro Federal ;

d) o relatorio annual da divisão, que deve ser remettido ao director, acompanhado do balanço geral do exercicio findo e annexos referentes e do orçamento geral da receita e despesa da estrada para o exercicio seguinte.

§ 7.º Escripturnar as despesas de todas as divisões do serviço da estrada e regular as contas entre os diversos serviços ;

§ 8.º Escripturnar nos livros *diario, razão e auxiliares* toda a receita e despesa da estrada, cingindo-se às instrucções e modelos fornecidos pelo Thesouro Federal ;

§ 9.º Requisitar directamente da 1ª secção e das outras divisões, por intermedio do sub-director, todos os esclarecimentos que forem precisos para execução dos serviços, assim como prestar os que lhe forem pedidos por aquellas para os trabalhos que lhes competem ;

§ 10. Archivar, convenientemente classificados e coordenados, todos os documentos e papeis relativos aos serviços, afim de serem opportunamente recolhidos ao Thesouro Federal ou dados em consumo.

Art. 29. O sub-director da divisão organizará regulamentos especiaes para a boa direcção dos serviços a cargo de cada uma das secções da mesma, os quaes só vigorarão precedendo approvação do director.

## CAPITULO VI

### QUARTA DIVISÃO

#### *Locomoção*

Art. 30. A 4.<sup>a</sup> divisão, que será dirigida pelo sub-director da locomoção, incumbe todo o trabalho mecanico, a fabricação, conservação e reparação de todo o material rodante (locomotivas, carros e vagões) e a execução de qualquer obra metallica necessaria ao serviço da estrada.

Art. 31. O serviço da 4.<sup>a</sup> divisão distribuir-se-ha por um escriptorio central e tres secções :

- 1.<sup>a</sup> Da tracção.
- 2.<sup>a</sup> De officinas de machinas.
- 3.<sup>a</sup> De officinas de carros.

Art. 32. O sub-director, além da superintendencia de todos os serviços da divisão, terá sob sua immediata direcção os trabalhos do escriptorio central, ao qual incumbe :

- § 1.<sup>o</sup> Fazer o expediente geral da divisão ;
  - § 2.<sup>o</sup> Expedir instrucções e ordens para todos os serviços a cargo da divisão ;
  - § 3.<sup>o</sup> Organisar os planos geraes e de execução, orçamentos e especificações para as encommendas do trem rodante e de seus accessorios, quer tenham de ser executados nas officinas da estrada, quer em outras do paiz ou do estrangeiro ;
  - § 4.<sup>o</sup> Fazer os pedidos de tudo que for necessario para o serviço da divisão, fiscalisar e verificar o fornecimento dos materiaes requisitados, quer para ter applicação immediata, quer para o abastecimento dos depositos ;
  - § 5.<sup>o</sup> Organisar as estatisticas, escripturação e contabilidade concernentes ao serviço da divisão ;
  - § 6.<sup>o</sup> Confeccionar os relatorios, tanto mensaes, como annuaes, que tem de ser remettidos à Directoria ;
  - § 7.<sup>o</sup> Processar as folhas de pagamento do pessoal e as contas de fornecimento de material para o serviço da divisão.
- Art. 33. São dependencias da locomoção :
- 1.<sup>o</sup> As officinas para reparação de machinas ;
  - 2.<sup>o</sup> As officinas para a fabricação e reparação dos carros e vagões ;
  - 3.<sup>o</sup> Os depositos e armazens para a conservação das machinas, carros e vagões, de combustivel, lubrificantes, sobressalentes e de todo o material necessario para o consumo, devendo-se manter

onde for conveniente um pequeno laboratorio para ensaio e exame das substancias que houverem de ser empregadas no serviço.

Art. 34. Os depositos de materiaes de consumo da locomoção deverão conter o indispensavel para dous mezes e os sobresalentes necessarios para a reparação do material rodante.

Art. 35. A 1.<sup>a</sup> secção tem a seu cargo o serviço da tracção e será dirigida immediatamente por um dos ajudantes com a respectiva denominação ; competindo-lhe :

§ 1.<sup>o</sup> A distribuição das machinas no serviço do trafego ;

§ 2.<sup>o</sup> A distribuição do pessoal applicado ao serviço das machinas ;

§ 3.<sup>o</sup> A fiscalisação do serviço dos depositos de machinas e de carros e do trabalho de conservação do material rodante ;

§ 4.<sup>o</sup> A verificação do fornecimento aos depositos parciaes de combustivel e lubrificantes, e fiscalisação do respectivo consumo, mantendo os depositos em condições de satisfazer as exigencias do trafego ;

§ 5.<sup>o</sup> A manutenção da ordem e da disciplina nos serviços a seu cargo pelos meios facultados neste regulamento ;

§ 6.<sup>o</sup> A obtenção dos dados estatísticos concernentes ao serviço das machinas e mais material rodante ;

§ 7.<sup>o</sup> A confecção das folhas de pagamento do respectivo pessoal.

Art. 36. As duas outras secções, ás quaes incumbe o trabalho das officinas de machinas e material de transporte, ficarão a cargo immediato de cada um dos dous outros ajudantes com a respectiva denominação ; competindo-lhes :

§ 1.<sup>o</sup> Dirigir os trabalhos das respectivas officinas, de conformidade com as ordens e instrucções que receber do sub-director ;

§ 2.<sup>o</sup> Distribuir o pessoal correspondente e fiscalisar o trabalho ;

§ 3.<sup>o</sup> Manter a ordem e a disciplina nas officinas, impondo ou propondo ao sub-director as penas em que incorrerem os operarios e as recompensas de que se fizerem merecedores ;

§ 4.<sup>o</sup> Fazer os pedidos do material preciso com as especificações necessarias e fiscalisar o respectivo recebimento e applicação ;

§ 5.<sup>o</sup> Organisar os dados estatísticos sobre os trabalhos das officinas para serem presentes ao sub-director ;

§ 6.<sup>o</sup> Prestar ao sub-director todas as informações que por este forem exigidas, concernentes ao serviço, e propor as medidas necessarias á boa marcha dos trabalhos a seu cargo ;

§ 7.<sup>o</sup> Organisar as folhas de pagamento do respectivo pessoal ;

§ 8.<sup>o</sup> Cumprir e fazer cumprir por seus subordinados todas as ordens que receber do sub-director, com relação aos serviços sob sua immediata direcção.

Art. 37. A contabilidade e estatistica da locomoção serão organisadas de fórma que se conheça :

a) para cada locomotiva e serie de vehiculos :

1.<sup>o</sup> O numero, natureza e importancia dos reparos que tiverem soffrido ;

2.º O consumo e despesa kilometrica em combustivel e lubrificantes ;

3.º O percurso feito ;

b) para as officinas:— o trabalho util dos operarios, machinas eapparelhos e o custo em material e mão de obra das construções e reparos.

Art. 38. Será organizado um inventario descriptivo de todo o material rodante, fixo e das officinas.

Este inventario será revisto e conferido semestralmente pelo sub-director da locomoção.

Art. 39. As officinas poderão, sem prejuizo do serviço da estrada, executar quaesquer trabalhos particulares, precedendo autorização da Directoria, levando-se a importancia ajustada pelo sub-director á conta da renda eventual da estrada.

Art. 40. Annexa á locomoção funcionará uma escola de primeiras lettras e de noções scientificas, cujo conhecimento for indispensavel aos empregados das officinas mecanicas e aos machinistas que dirigem as locomotivas.

O director fará organizar o respectivo programma de ensino, que será submettido á approvação do Governo, ficando sua applicação sob a immediata fiscalisação do sub-director da divisão.

## CAPITULO VII

### QUINTA DIVISÃO

#### *Via-permanente e edificios*

Art. 41. A superintendencia da 5ª divisão fica a cargo do sub-director da via-permanente e edificios. O serviço respectivo será distribuido por um escriptorio central e tantas residencias quantas forem as linhas em trafego subdivididas.

Art. 42. O escriptorio central, sob a immediata direcção do sub-director, comprehenderá duas secções, uma technica, outra administrativa ; sendo o sub-director auxiliado por um ajudante.

Art. 43. No escriptorio central serão executados os seguintes trabalhos, além de outros occorrentes:

§ 1.º O expediente da divisão;

§ 2.º A organização dos projectos, orçamentos e especificações para todas as obras de conservação e de melhoramentos ;

§ 3.º A escripturação dos depositos devidamente classificada, segundo a natureza das obras, discriminando-se o que for propriamente conservação e custeio do que constituir construcções novas ;

§ 4.º A expedição de ordens concernentes ao serviço da divisão ;

§ 5.º A organização de relatorios mensaes e annuaes, que devem ser apresentados ao director, de conformidade com as instrucções que serão indicadas no regulamento especial da divisão;

§ 6.º O inventario de todo o material e utensilios da via-permanente;

§ 7.º Os pedidos de tudo que for necessario para o serviço da divisão;

§ 8.º O processo das folhas de pagamento de todo o pessoal da divisão.

Art. 44. O serviço da via-permanente comprehende a conservação, reparação e melhoramentos da via-permanente e execução das obras novas que se tornarem necessarias.

Na superintendencia deste serviço sera o sub-director auxiliado por outro ajudante, com a denominação de ajudante da via-permanente.

Art. 45. O serviço da via-permanente se subdividirá em districtos de residencia com a extensão que for conveniente, ficando cada districto a cargo de um engenheiro residente, a quem competirá:

§ 1.º Fiscalisar o trabalho das turmas de conservação da linha e obras de reparação dos edificios comprehendidos na residencia;

§ 2.º Dirigir a execução de obras novas que nellas tenham de ser executadas administrativamente, ou fiscalisar-as si forem feitas por contracto;

§ 3.º Indicar ou propor ao sub-director as medidas que forem necessarias para a regularidade do serviço e para manter em perfeito estado de conservação a linha e edificios comprehendidos na residencia;

§ 4.º Fazer pedidos do que for necessario ao respectivo serviço;

§ 5.º Organisar os pontos para as folhas de pagamento do respectivo pessoal;

§ 6.º Cumprir e fazer cumprir as ordens que receber do sub-director, concernentes ao serviço;

§ 7.º Fornecer ao mesmo todos os dados precisos para confeção dos relatorios no que disser respeito á residencia.

Art. 46. Nas residencias, em que se der a accumulção de trabalhos, os engenheiros residentes serão auxiliados por ajudantes de residencia, sem caracter permanente.

Art. 47. As obras de reparação ordinaria serão feitas por administração, cabendo ao sub-director admittir o pessoal preciso e marcar-lhe os vencimentos dentro dos limites prescriptos pelo director.

Para esse fim serão estabelecidos, nos logares convenientes, depositos de material, com o indispensavel para os supprimentos occorrentes.

Art. 48. As construcções novas e reparações de custo consideravel serão executadas, sempre que for possivel, por empreitadas de series de preço ou em globo, a juizo do director.

## CAPITULO VIII

## DO PESSOAL

*Nomeações, demissões, substituições e accessos*

Art. 49. O cargo de director só será confiado a engenheiro nacional que se recomende pela sua experiencia e capacidade profissional, demonstrada na pratica de serviços congeneres, anteriormente prestados ao paiz.

Art. 50. Só poderão ser nomeados para os logares de sub-directores engenheiros nacionaes, que além de satisfazerem as prescripções da lei n. 3001 de 9 de outubro de 1880, tenham revelado na pratica de trabalhos profissionais aptidão especial para o exercicio do cargo.

Art. 51. Os cargos de inspectores do trafego, os de ajudantes de divisão e de residentes serão preenchidos por engenheiros, que, satisfazendo as condições da lei supracitada, tenham pelo menos tres annos de pratica na propria estrada ou em outras congeneres.

Para ajudantes de residencia exigir-se-hia somente que satisfazam a primeira daquellas condições, preferindo-se, porém, os que já tenham praticado na estrada durante um anno, pelo menos.

Art. 52. Serão nomeados por decreto do Presidente da Republica : o director ; e, por portaria do Ministro, sob proposta do director, os sub-directores, os inspectores, ajudantes de divisão, o secretario, o thesoureiro pagador e o intendente.

Art. 53. Serão nomeados pelo director, por proposta dos sub-directores ou dos respectivos chefes, os engenheiros residentes, os ajudantes dos residentes e os demais empregados titulados indicados nas tabellas annexas.

Art. 54. A admissão e demissão do pessoal não titulado é da competencia dos sub-directores, sob cujas ordens servirem.

Art. 55. O director designará o seu substituto em suas faltas ou impedimentos temporarios ; cabendo ao Ministro, ouvindo o mesmo director, designar o substituto interino dentre os sub-directores, si o impedimento prologar-se por mais de trinta dias.

Art. 56. O sub-director da 2ª divisão será substituido pelos inspectores, e o das outras pelos respectivos ajudantes, todos na ordem de antiguidade ; na falta destes, por quem o director designar.

Art. 57. O thesoureiro e pagador serão substituidos pelos fiéis, conservando sempre a responsabilidade.

Art. 58. No impedimento dos demais funcionarios, aos quaes pela natureza do cargo e responsabilidade que este acarrete for indispensavel dar substitutos, mas somente nestes casos, a sub-

stituição se fará por indicação do sub-director, sob cujas ordens servirem, respeitando-se, tanto quanto possível, a ordem hierarchica.

Art. 59. Todo o empregado que substituir o outro em seu impedimento temporario, nos casos previstos no artigo anterior, perceberá a gratificação deste, perdendo a do cargo que exercer effectivamente.

Art. 60. O provimento dos logares que vagarem, cuja nomeação competir ao director e sub-directores, se fará sempre por accesso dos cargos immediatamente inferiores, prevalecendo o merecimento comprovado pelos antecedentes.

§ 1.º A' admissão na primeira categoria, qualquer que seja a natureza do serviço, precederá sempre o concurso com liberdade de inscripção, respeitadas somente as disposições de lei.

§ 2.º Serão isentos de concurso os cargos de feis, que serão admittidos por indicação dos funcionarios, sob cuja responsabilidade servirem, e os cargos que não exigirem habilitações especiais.

### *Vencimentos, licenças e tempo de trabalho*

Art. 61. Competem aos empregados os vencimentos marcados nas cinco tabellas e observações annexas, parciaes e geraes.

A palavra « empregados » deve ser entendida somente em relação aos titulados; as vantagens de que gosam extraordinariamente não são applicaveis aos que sem titulos exercerem qualquer profissão no serviço da estrada e os jornaleiros.

Art. 62. O empregado que exercer interinamente logar vago perceberá todos os vencimentos deste.

Art. 63. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada perderá todos os vencimentos.

Si justificar as faltas, ser-lhe-ha descontada somente a gratificação correspondente aos dias que faltar.

§ 1.º A ausencia do serviço por mais de oito dias só poderá ser justificada por licença concedida por quem competir.

§ 2.º A justificação das faltas poderá ter logar por simples allegação, si a ausencia não exceder de tres dias, devendo comproval-a com attestado medico si exceder de tres até oito dias, ficando sujeito em qualquer dos casos a julgamento do director ou seus immediatos auxiliares, a quem delegar essa attribuição.

Art. 64. O desconto por faltas, justificadas ou não, será correspondente aos dias em que ellas se derem; quando consecutivas, serão tambem descontados os dias feriados comprehendidos neste periodo.

Art. 65. São causas justificativas de faltas:

- 1.º Molestia do empregado ;
- 2.º Nojos ;
- 3.º Gala de casamento.

Art. 66. As licenças aos empregados serão concedidas até 90 dias pelo director, as que excederem a esse prazo pelo Ministro, precedendo audiencia do director e de accordo com as disposições do decreto n. 4484 de 7 de março de 1870.

Art. 67. As licenças serão concedidas com ou sem ordenado, não se abonando em caso algum as gratificações de exercicio.

§ 1.º Só por motivo de molestia provada se concederá licença por um anno, podendo ser com o ordenado inteiro até seis mezes e de então em diante com metade do ordenado.

§ 2.º Por qualquer outro motivo justificado a licença não excederá de seis mezes ; e, sendo com ordenado, ficará sujeita ao seguinte desconto:

Da quinta parte, sendo a licença até dous mezes.

Da terça parte, sendo por mais de dous até quatro mezes.

De duas terças partes, sendo por mais de quatro mezes.

Art. 68. O tempo de licenças concedidas com ordenado, suas prorogações dentro de um anno, a contar do dia em que o empregado entrar no goso da primeira que obtiver, será somnado para o fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo antecedente.

Art. 69. Em todo caso, findo o prazo maximo da licença, nada mais perceberá o empregado, nem será aquella renovada ou prorogada, sem que este volte ao effectivo exercicio de seu cargo e neste permaneça por tempo pelo menos igual ao da ausencia determinada pelo goso da licença.

Art. 70. Ficarã sem effeito a licença concedida, si o empregado, que a tiver obtido, não entrar no goso della dentro do prazo de um mez, contado do dia em que o acto da concessão for publicado no *Diario Official* ou lhe for communicado.

Art. 71. O disposto nos artigos antecedentes terá applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação, considerando-se como ordenado duas terças partes de seus vencimentos.

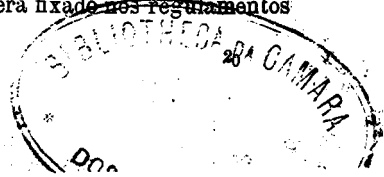
Art. 72. As licenças com vencimentos só poderão ser concedidas a empregados que tenham pelo menos seis mezes de exercicio na estrada ou emprego de que tenham sido para ella removidos.

Art. 73. Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado sem que tenha sido registrada a licença na secretaria da estrada, com a declaração do dia em que começou a gosal-a e sem que se achem satisfeitas as exigencias prescriptas nas leis fiscaes.

Art. 74. O empregado, que sem causa justificada faltar seguidamente mais de quinze dias, será considerado demittido.

Art. 75. As horas de trabalho serão fixadas nos regulamentos especiaes que forem expedidos pelas sub-directorias, com approvação do director.

Art. 76. Todo o trabalho do pessoal operario, jornaleiro, executado além das horas do seu respectivo serviço ordinario, será retribuido com um acrescimo, que será fixado nos regulamentos especiaes de cada divisão.



Art. 77. Poderá o director mandar abonar até 2/3 dos vencimentos ao operario de qualquer categoria, que por motivo de accidente em serviço ficar impossibilitado de trabalhar enquanto durar o impedimento,

Art. 78. Os empregados que durante o anno não tiverem dado mais de 10 faltas justificadas, nem hajam soffrido qualquer pena disciplinar, poderão no anno seguinte gosar até 10 dias seguidos ou intercallados, de fêrias.

O empregado em fêrias, nas condições deste artigo, terá direito a todos os vencimentos.

#### *Penas e recompensas extraordinarias*

Art. 79. As faltas disciplinares commettidas por empregados, que não constituirem crime definido na legislação vigente, serão punidas, segundo a gravidade, com as seguintes penas :

- 1.<sup>a</sup> Simple advertencia;
- 2.<sup>a</sup> Reprehensão em ordem de serviço;
- 3.<sup>a</sup> Multa até um mez de vencimentos;
- 4.<sup>a</sup> Suspensão até 30 dias;
- 5.<sup>a</sup> Demissão.

§ 1.<sup>o</sup> O director poderá impôr qualquer das penas designadas no artigo antecedente aos empregados de sua nomeação e as de advertencia e suspensão aos de nomeação do Ministro, a quem dará conhecimento immediato.

§ 2.<sup>o</sup> Os sub-directores poderão impor aos empregados seus subordinados as penas de advertencia, reprehensão em ordem de serviço, multa até oito dias e suspensão até quinze dias, sendo licito aos inspectores, ajudantes de divisão e engenheiros residentes impôr a de advertencia, multa até tres dias e de suspensão até oito.

§ 3.<sup>o</sup> Das penas comminadas neste artigo poderá haver recurso para o superior immediato.

Art. 80. O producto resultante da applicação das multas aos empregados será recolhido aos cofres da thesouraria e constituirá um fundo para ser applicado em recompensas extraordinarias, auxilios aos empregados para seu tratamento, quando victimas de accidentes no serviço, enterramentos dos que fallecerem por identico motivo e em auxilio á Associação Geral de Auxilios Mutuos da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Paragrapho unico. Em regulamento especial, approved pelo Ministro, se prescreverão instrucções para applicação desse fundo e fiscalisação do respectivo serviço.

Art. 81. Poderão ser concedidas pelo director, independente da applicação do fundo das multas, precedendo, porém, autorização do Ministro, gratificações extraordinarias, como premio ou recompensa de provado zelo, actos de coragem e previsão nos casos de accidentes ou quando estes forem imminentes, proce-

dimento irreprehensivel ou melhoramentos notaveis propostos e adoptados no serviço de que estiver encarregado o empregado e por trabalhos-extraordinarios, não previstos nos regulamentos.

### *Aposentadorias*

Art. 82. E' applicavel aos empregados da estrada a lei n. 117 de 4 de novembro de 1892, que regula as aposentadorias dos funcionarios publicos federaes.

Art. 83. Fora das condições exigidas nessa lei, os mesmos empregados só poderão ser aposentados extraordinariamente, quando em consequencia de molestia adquirida ou accidentes occorridos no exercicio do respectivo cargo se tornem incapazes para todo o serviço.

Paragrapho unico. A aposentadoria extraordinaria, concedida de conformidade com este artigo, dá direito á percepção de uma parte do ordenado proporcional ao numero de annos de serviço effectivo, considerando-se que o ordenado por inteiro corresponde a vinte e cinco annos e sendo o abono minimo correspondente a dez, qualquer que seja o numero de annos de serviço inferior a este minimo.

Art. 84. Os empregados não titulados gosarão do direito da aposentadoria extraordinaria, nas mesmas condições do artigo precedente.

## CAPITULO IX

### DA RECEITA E DESPEZA

Art. 85. A receita da estrada, constituida principlmente pela renda de seu trafego, abrange tambem qualquer renda extraordinaria ou eventual resultante do proprio serviço.

Art. 86. A despesa da estrada é constituida pelos vencimentos e salarios, pagos ao respectivo pessoal, pelo custo dos materiais que forem adquiridos para o respectivo serviço, acquisição de terreno e em geral todo o pagamento devidamente autorizado por lei ou por deliberação do Governo.

Art. 87. A escripturação da receita e despesa far-se-ha por exercicios, sendo organisa da de accordo com as instruções e normas adoptadas pelo Thesouro Federal.

Art. 88. Em caso algum o systema de escripturação e contabilidade da estrada se afastará das regras prescriptas pela legislação de fazenda.

Art. 89. As guias, conhecimento e outros papeis justificativos da receita e despesa da estrada, serão remettidos ao Thesouro Federal, na conformidade do decreto n. 10.115 de 5 de janeiro de 1889.

Art. 90. As contas, folhas de pagamento e outros documentos de despesa que não forem satisfeitos até ao encerramento do respectivo exercício, não o serão por conta do exercício seguinte, mas enviados ao Thesouro Federal para o competente processo e liquidação.

Art. 91. Deixarão de ser attendidas as reclamações sobre extravio ou avarias de mercadorias, bagagens e encomendas transportadas pela estrada ou do excesso de frete cobrado por qualquer motivo, si não forem apresentadas á mesma estrada dentro do prazo de um anno, contado de conformidade com o art. 449 § 2º do Código Commercial. As que, porém, forem apresentadas dentro desse prazo, depois de processadas, serão immediatamente pagas, lançando-se a despesa á conta do exercício em que se effectuar o pagamento.

Art. 92. O director enviara mensalmente ao Thesouro Federal a synopse da receita e despesa do trafego e da despesa por conta de creditos especiaes, relativos ao mez anterior, fazendo reolher os saldos liquidos que se verificarem ou requisitando os supprimentos necessarios para se effectuarem os pagamentos ainda não satisfeitos.

Paragrapho unico. Em balanços definitivos, que do mesmo modo serão annualmente remettidos ao Thesouro Federal, se fará a demonstração do resultado entre a receita e despezas da estrada, correspondentes ao anno anterior.

Art. 93. O pagamento do pessoal será feito mensalmente nos logares do trabalho, salvo autorisação especial do director.

Art. 94. As contas de fornecimentos e qualquer outra despesa serão pagas na thesouraria ou, excepcionalmente e por ordem do director, em qualquer outro ponto da estrada.

Art. 95. Nenhum pagamento será effectual sem que o respectivo documento tenha sido previamente processado e conforido pela divisão da contabilidade e tenha o «pague-se» do director.

Art. 96. O fornecimento ou compra de material e de quaisquer objectos necessarios para as obras da estrada e custeio do respectivo serviço, quer para terem applicação immediata, quer para supprimento dos armazens do almoxarifado, se effectuarão por ordem do director e em concorrência publica, de preferencia.

Art. 97. A compra de objectos em pequena quantidade, que for necessario adquirir de prompto, sera feita por compra no mercado, a dinheiro, para o que se farão ao intendente os adiantamentos precisos pela thesouraria, precedendo ordem do director.

Destes adiantamentos o intendente prestará conta mensalmente.

Art. 98. As despesas da intendencia serão escripturadas e figurarão com a rubrica propria em todas as demonstrações e balanços das despesas da estrada.

Art. 99. Dentro da competente verba da lei do orgamento serão deduzidas da receita bruta as despesas da estrada em trafego, com excepção das que estiverem incluídas em creditos especiaes, das que provierem de obras novas extraordinarias ou de augmento de material fixo e rodante, encomendado fóra das

officinas da estrada, despezas estas que serão levadas à conta do capital empregado na construção da estrada.

Art. 100. As tarifas e regulamentos que interessarem ao publico só terão execução depois de publicados com antecedencia de oito dias, pelo menos, e affixados nos recintos das estações.

Exceptuam-se os casos de interpretação de tarifas ou de decisões nos casos omissos, nos quaes o que for decidido pelo director terá immediata execução.

Art. 101. A arrecadação das taxas de transporte deverá ser feita de accordo com a exacta e rigorosa applicação das tarifas em vigor, recalhando sobre o empregado ou empregados culpados a responsabilidade pelas differenças verificadas, quer em relação à receita propria da estrada, quer à arrecadada para outras vias-ferreas.

Art. 102. As notas de expedição, folhas, boletins, conhecimentos, relações, outros impressos e papeis justificativos da receita, movimento e mais serviço da estrada, serão queimados, desde que estejam devidamente escripturados nos livros competentes e encerradas pelo chefe da respectiva divisão as contas e escripturação de cada anno. Os livros, contas e recibos serão conservados pelo tempo fixado em lei para a guarda de taes documentos.

## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 103. O director, ouvidos os chefes de serviço, expedirá as instruções ou regimentos internos indispensaveis à boa marcha de cada um dos serviços.

No regulamento especial de cada divisão, que será organizado sobre proposta do respectivo chefe, se fará a distribuição dos seus empregados, definindo as attribuições de cada classe e se indicarão os processos e modelos a adoptar para a escripturação, contabilidade e estatisticas correspondentes.

Art. 104. Cada uma das divisões terá um registro das nomeações, penas e demissões dos respectivos empregados.

Art. 105. O director verificará uma vez por mez, ou sempre que entender conveniente, a caixa e a escripturação central.

Art. 106. O director fará examinar annualmente por um ou mais empregados que designar, a escripturação da intendencia e respectivo almoxarifado, dando-se balanco no material existente e providenciando no destino que deva ter o que não for applicavel ao serviço da estrada ou achar-se inutilizado, encerrando-se definitivamente as contas até a data em que se ultimar o mesmo exame.

Por igual modo procederá em relação à escripturação e depósitos de todas as divisões de serviço.

Art. 107. Todos os empregados que arrecadarem dinheiro, ou tiverem objectos ou valores sob sua guarda, prestarão uma fiança correspondente à importância da responsabilidade :

§ 1.º O thesoureiro prestará a fiança de.....	60:000\$000
§ 2.º O pagador, de.....	50:000\$000
Os fideis de thesoureiro e pagador	10:000\$000
§ 3.º O intendente, de.....	40:000\$000
§ 4.º O ajudante do intendente..	10:000\$000
§ 5.º O almoxarife, de.....	10:000\$000
§ 6.º Os fideis de almoxarife....	5:000\$000
§ 7.º Os ajudantes de fideis.....	3:000\$000
§ 8.º Os guardas.....	500\$000

Para os mais empregados serão as fianças fixadas pelo director.

Art. 108. Nos casos de insufficiencia do pessoal dos quadros para attender ás exigencias do serviço, poderá o director autorisar a admissão de auxiliares, que só perceberão gratificações que o mesmo fixar, sobre proposta dos chefes de serviço.

Art. 109. O thesoureiro, o pagador e o intendente requisitarão do director os auxiliares de que carecerem, quando os respectivos serviços assim exigirem, por não ser sufficiente o pessoal das tabellae.

Art. 110. Todos os agentes e empregados da estrada no serviço das estações, dos trens e da via-permanente usarão de uniforme, que será marcado pelo director.

Art. 111. Todos os empregados deverão communicar logo a seus chefes immediatos, e a quem caiba providenciar de prompto, quaesquer accidentes ou occorrencias extraordinarias, que se derem na estrada e suas dependencias.

Art. 112. Nenhum empregado da estrada poderá ser distrahido para commissão ou serviço alheio ao da mesma estrada, salvo os que são obrigatorios por lei.

Art. 113. Nenhum transporte, quer de passageiros, quer de mercadorias, poderá ser concedido a titulo gratuito, quando for extranho ao serviço da estrada.

As concessões feitas com esse caracter serão levadas á conta da repartição ou autoridade que as requisitar.

Parapho unico. Exceptuam-se desta disposição os transportes autorisados pelo Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas, como auxilio a emprezas ou a particulares, os concedidos em virtude de contractos feitos com a directoria da estrada e os que pela mesma forem facultados aos engenheiros nacionaes ou estrangeiros que pretenderem visitar as obras da estrada.

Art. 114. Os empregados, quando viajarem em serviço da estrada, e os empreiteiros na forma de seus contractos, terão passes livres, concedidos estes pelo director e aquelles pelos chefes das divisões respectivas.

Estes passes serão recolhidos e conferidos com os demais bilhetes.

Art. 115. Aos empregados da estrada, quando em viagem de seu interesse particular, poderá o director conceder passes com abatimento de 50 % sobre os preços respectivos, nos carros de 1.<sup>a</sup> ou 2.<sup>a</sup> classe, segundo sua categoria.

§ 1.<sup>o</sup> Para os empregados residentes na Capital e nos subúrbios serão emitidas assignaturas especiaes com o abatimento de 50 % sobre o preço das passagens.

Essas assignaturas serão nominaes e darão direito à passagem em qualquer trem e tantas vezes quantas for preciso ao empregado.

§ 2.<sup>o</sup> Gozarão do beneficio das mesmas reduções de preço, quer em viagem nos trens do interior, quer nos dos subúrbios, as pessoas da familia do empregado que residirem sob o mesmo tecto e às suas expensas.

Art. 116. O director poderá conceder passagem livre ao empregado ou pessoas da familia do empregado nas condições do artigo precedente, para viagens motivadas por molestia provada.

Art. 117. Os filhos e as pessoas de familia do empregado que residirem debaixo do mesmo tecto e sob sua economia, terão transporte gratuito para a escola e aprendizagem nas fabricas, officinas, etc.

Art. 118. As requisições de passagens para transporte do serviço publico só serão attendidas quando regularmente feitas por autoridade competente, sendo a importancia das passagens e fretes levada à conta do Ministerio respectivo, ou do Governo do Estado em cujo nome for feita a requisição, devendo figurar como renda da estrada.

Art. 119. Para a applicação das penas estabelecidas no regulamento annexo ao decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857, contra pessoas extranhas à administração da estrada, terá o director, por seus empregados, a autoridade conferida naquelle regulamento aos engenheiros fiscaes.

Art. 120. Todo combustivel, material fixo, rodante ou de consumo, que tenha de ser importado do estrangeiro, será contractado pelo director, precedendo autorisação do Ministro. Si o contracto tiver de effectuar-se na Europa ou America, sel-o-ha por intermedio do agente especial do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas incumbido desso serviço.

Art. 121. Até o dia 15 de fevereiro o director apresentará ao Ministro relatorio resumido do anno anterior, no qual exporá com o possivel desenvolvimento o serviço feito e trabalhos executados, o estado da estrada sob todos os aspectos, indicando as medidas necessarias para manter o respectivo trafego em condições satisfactorias, bem como o orçamento detalhado das despesas provaveis para o anno financeiro seguinte. Até 30 de abril apresentará o relatorio geral que será acompanhado:

1.<sup>o</sup> Do balanço geral.

2.<sup>o</sup> Da discriminacão da receita e despesa por estações, por productos, por divisões e por kilometros.

3.<sup>o</sup> Dos quadros estatisticos de todos os ramos do serviço da estrada e do quadro do pessoal.

4.º Finalmente, de quaesquer outras informações que possam interessar ao serviço.

Art. 122. O director poderá admittir para praticar nos diferentes ramos do serviço da estrada engenheiros, que tenham completado o respectivo curso nas escolas profissionais do paiz, abonando-lhes como auxilio uma gratificação mensal até o maximo de 300\$000.

Art. 123. O director poderá contractar para o serviço de inspecção dos empregados, que por motivo de saude requererem licença e para occorrer ao primeiro tratamento dos que forem victimas de accidentes, medicos de sua confiança. Poderá igualmente admittir, mediante contracto, um advogado, de notoria competencia, para o exame das questões attinentes á applicação da legislação civil e criminal e para promover e acompanhar os processos de responsabilidade, que forem intentados nos casos previstos no presente regulamento.

Art. 124. Os empregados que occuparem cargos supprimidos no presente regulamento continuão como addidos, percebendo a respectivas vantagens e devendo ser preferidos para o preenchimento das vagas que se forem.

Art. 125. O director, dentro de suas attribuições, providenciará provisoriamente nos casos omissos do presente regulamento, quando a urgencia do serviço o exigir, e representará immediatamente ao Ministro para que este providencie definitivamente.

Art. 126. Ficam revogados todos os regulamentos e disposições em contrario.

O director da estrada na organização do serviço alterado por este regulamento fará no prazo de 30 dias as reduções precisas para que o augmento de vencimentos não importe em augmento da despesa actualmente feita.

Capital Federal, 26 de março de 1893.— *Antonio Olympio dos Santos Pires.*

## TABELLA N. 1

1.<sup>a</sup> Divisão — Administração central

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VINCIMENTOS	TOTAES
Director.....	1	16:000\$	8:000\$	24:000\$	24:000\$
<b>Secretaria</b>					
Secretario.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Official.....	1	3:800\$	1:000\$	5:700\$	5:700\$
Escripturarios de 1. <sup>a</sup> classe.....	2	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
Ditos de 2. <sup>a</sup> classe.....	2	2:800\$	1:100\$	4:200\$	8:400\$
Ditos de 3. <sup>a</sup> classe.....	3	2:100\$	1:200\$	3:600\$	10:800\$
Ditos de 4. <sup>a</sup> classe.....	3	1:800\$	900\$	2:700\$	8:100\$
Archivista.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Continuos.....	2	1:200\$	600\$	1:800\$	3:600\$
Auxiliares de escripta.....	..	\$	\$	\$	\$
<b>Thesouraria</b>					
Thesoureiro.....	1	5:600\$	2:800\$	8:400\$	8:400\$
Escrivão.....	1	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Fieis.....	3	3:000\$	1:500\$	4:500\$	13:500\$
Ajudantes de fiel.....	3	2:400\$	1:200\$	3:600\$	10:800\$
Ajudante do escriptão.....	1	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Escripturarios de 4. <sup>a</sup> classe.....	2	1:800\$	900\$	2:700\$	5:400\$
Continuo.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
<b>Pagadoria</b>					
Pagador.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Escrivão.....	1	2:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Fieis.....	3	3:000\$	1:500\$	4:500\$	13:500\$
Ajudantes de fiel.....	3	2:400\$	1:200\$	3:600\$	10:800\$
Ajudante do escriptão.....	1	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Escripturarios de 4. <sup>a</sup> classe.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Continuo.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
Auxiliares de escripta.....	..	\$	\$	\$	\$

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
<b>Intendencia</b>					
Intendente.....	1	8:000\$	1:000\$	12:000\$	12:000\$
Ajudante de intendente.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Almoxarife.....	1	4:000\$	2:000\$	6:000\$	6:000\$
Escrivão do almoxarifado.....	1	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Encarregado da carga e descarga.....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Despachante.....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Encarregado da typographia....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Mestre da officina typographica..	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Armazenista.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Fieis.....	2	3:000\$	1:500\$	4:500\$	9:000\$
Ajudante de escrivão.....	1	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Ajudantes de fiel.....	2	2:100\$	1:200\$	3:300\$	7:200\$
Ajudantes do encarregado da carga e descarga.....	2	2:000\$	1:000\$	3:000\$	6:000\$
Escripturarios de 3ª classe.....	3	2:400\$	1:200\$	3:600\$	10:800\$
Dito de 4ª classe.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	10:800\$
Continuo.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
Auxiliares de escripta.....	..	..	..	..	..

## OBSERVAÇÕES

## 1ª

O director perceberá para despesas de representação, annualmente, a quantia de 6:000\$, que será paga por prestações mensaes.

## 2ª

O thesoureiro, o pagador, os fieis do thesoureiro e do pagador o seus ajudantes perceberão, além de seus vencimentos, uma gratificação correspondente a 15 % para quebras, quando em exercicio de seus cargos.

## 3ª

O numero de auxiliares de escripta, dos guardas da administração central e o dos feitores, serventes e trabalhadores da intendencia será fixado pela directoria, segundo as necessidades do serviço, podendo abonar aos primeiros uma diaria até o maximo de 8\$000.

## 4ª

Aos empregados da thesouraria e pagadoria, encarregados de fazerem pagamentos fóra da Capital Federal, se abonará a diaria de 6\$ durante o tempo em que se acharem ausentes.

Capital Federal, 26 de março de 1896. — *Antonio Olympio dos Santos Pires.*

## TABELLA N. 2

## 3ª Divisão — Trafego

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Sub-director.....	1	10:000\$	5:000\$	15:000\$	15:000\$
<b>Escriptorio central</b>					
Official.....	1	3:800\$	1:900\$	5:700\$	5:700\$
Chefes de secção.....	3	3:400\$	1:700\$	5:100\$	15:300\$
Desenhista.....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Escripturarios de 1ª classe.....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	19:200\$
Ditos de 2ª classe.....	4	2:800\$	1:400\$	4:200\$	16:800\$
Ditos de 3ª classe.....	4	2:400\$	1:200\$	3:600\$	14:400\$
Ditos de 4ª classe.....	6	1:800\$	900\$	2:700\$	16:200\$
Arquivista.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Continuos.....	2	1:200\$	600\$	1:800\$	3:600\$
Auxiliares de escripta.....	..	\$	\$	\$	\$
<b>Inspectorias do trafego</b>					
Inspectores do trafego.....	3	8:000\$	4:000\$	12:000\$	36:000\$
Sub-inspectores do trafego.....	..	4:000\$	2:000\$	6:000\$	\$
Escripturarios de 2ª classe.....	3	2:800\$	1:400\$	4:200\$	12:600\$
Ditos de 3ª classe.....	3	2:400\$	1:200\$	3:600\$	10:800\$
Ditos de 4ª classe.....	3	1:800\$	900\$	2:700\$	8:100\$
Auxiliares de escripta.....	..	\$	\$	\$	\$
<b>Inspectoria do telegrapho</b>					
Inspector do telegrapho.....	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Sub-inspectores do telegrapho.....	..	4:000\$	2:000\$	6:000\$	\$
Chefe de secção.....	1	3:400\$	1:700\$	5:100\$	5:100\$
Escripturario de 1ª classe.....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Ditos de 2ª classe.....	1	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Ditos de 3ª classe.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Ditos de 4ª classe.....	2	1:800\$	900\$	2:700\$	5:400\$
Auxiliares de escripta.....	..	\$	\$	\$	\$
Continuo.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
Mestre de 1ª classe.....	1	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Armazenista.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Machinistas (3ª classe).....	..	2:100\$	1:200\$	3:600\$	\$

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAIS
Serviço telegraphico das estações					
Telegraphistas de 1ª classe.....	..	2:800\$	1:400\$	4:200\$	21.660\$
Ditos de 2ª classe.....	..	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Ditos de 3ª classe.....	..	1:760\$	880\$	2:640\$	
Ditos de 4ª classe.....	..	1:200\$	600\$	1:800\$	
Movimento dos trens					
Conductores de 1ª classe.....	..	3:200\$	1:600\$	4:800\$	20.400\$
Ditos de 2ª classe.....	..	2:800\$	1:400\$	4:200\$	
Ditos de 3ª classe.....	..	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Ditos de 4ª classe.....	..	1:200\$	600\$	1:800\$	
Estações					
Agentes de E. especial.....	..	3:800\$	1:900\$	5:700\$	21.500\$
Ditos de 1ª classe.....	..	3:200\$	1:600\$	4:800\$	
Ditos de 2ª classe.....	..	2:800\$	1:400\$	4:200\$	
Ditos de 3ª classe.....	..	2:100\$	1:200\$	3:300\$	
Ditos de 4ª classe.....	..	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Ditos de 5ª classe.....	..	1:800\$	900\$	2:700\$	
Ajudantes de E. especial.....	..	3:000\$	1:500\$	4:500\$	
Ditos de E. de 1ª classe.....	..	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Fieis recebedores.....	..	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Ditos de armazens de E. especial..	..	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Ajudantes de fieis de armazens..	..	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Fieis de armazens do interior...	..	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Bilheteiros.....	..	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Conferentes de 1ª classe.....	..	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Ditos de 2ª classe.....	..	1:600\$	800\$	2:400\$	
Ditos de 3ª classe.....	..	1:200\$	600\$	1:800\$	

## OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup>

O numero de agentes, de conductores de trem, telegraphistas, de cada classe, será fixado pelo director, sobre proposta do sub-director do trafego e segundo exigirem as necessidades do serviço.

2.<sup>a</sup>

O numero e diaria dos auxiliares de escripta, do pessoal jornaleiro, dos operarios e aprendizes das officinas electrica e de illuminação serão fixados pelo director, sobre proposta do sub-director do trafego, podendo abonar aos primeiros uma diaria até o maximo de \$5000.

3.<sup>a</sup>

Os bilheteiros e feis recebedores perceberão, além dos seus vencimentos, uma gratificação correspondente a 15 % para quebras, quando em exercicio de seus cargos.

4.<sup>a</sup>

Os agentes e conferentes que accumularem as funcções de telegraphista perceberão, além de seus vencimentos, a gratificação mensal de 100\$000.

5.<sup>a</sup>

Aos agentes e seus ajudantes de estação central e de qualquer outra em que ainda não possue a estrada casas para as respectivas residencias, poderá o director mandar abonar mensalmente uma quantia para aluguel de casa, segundo a importancia da estação e da localidade.

6.<sup>a</sup>

Aos telegraphistas, quando tiverem exercicio na estação Central, se abonará uma gratificação mensal de 80\$000.

7.<sup>a</sup>

O sub-director perceberá, além dos respectivos vencimentos, a diaria de 10\$ para despesa de viagem; os inspectores a de 7\$000.

8.<sup>a</sup>

Os empregados de estações, quando removidos temporariamente por conveniencia do serviço, terão uma diaria de 4\$, quando dahi não lhes resultar vantagens mais elevadas e da differença, si as vantagens que resultarem da remoção forem menos elevadas.

Capital Federal, 26 de março de 1896.— *Antonio Olytho dos Santos Pires.*

## TABELLA N. 3

## 3ª Divisão — Contabilidade

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	ORÇAMENTOS	VENCIMENTOS	TOTAES
Sub-director.....	1	10:000\$	5:000\$	15:000\$	15:000\$
<b>Escriptorio</b>					
Official.....	1	3:800\$	1:900\$	5:700\$	5:700\$
Escripturario de 3ª classe.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Dito de 1ª classe.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Continuo.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
Auxiliares de escripta.....	..	..	..	..	..
<b>1ª Secção</b>					
Contador.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Ajudante do contador.....	1	3:400\$	1:700\$	5:100\$	5:100\$
Escripturarios de 1ª classe.....	8	3:200\$	1:600\$	4:800\$	38:400\$
Ditos de 2ª classe.....	10	2:800\$	1:400\$	4:200\$	42:000\$
Ditos de 3ª classe.....	12	2:400\$	1:200\$	3:600\$	43:200\$
Ditos de 4ª classe.....	25	1:800\$	900\$	2:700\$	67:500\$
Auxiliares de escripta.....	..	..	..	..	..
Archivista.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Impressor de bilhetes.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Ajudantes do impressor.....	3	1:600\$	800\$	2:400\$	7:200\$
Continuos.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
<b>2ª Secção</b>					
Guarda-livros.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Ajudantes do guarda-livros.....	2	3:100\$	1:700\$	5:100\$	10:200\$
Encarregado do monte-pio.....	1	3:100\$	1:700\$	5:100\$	5:100\$
Escripturarios de 1ª classe.....	2	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
Ditos de 2ª classe.....	2	2:800\$	1:400\$	4:200\$	8:400\$
Ditos de 3ª classe.....	2	2:100\$	1:200\$	3:600\$	7:200\$
Ditos de 4ª classe.....	2	1:800\$	900\$	2:700\$	5:400\$
Auxiliares de escripta.....	..	..	..	..	..
Continuo.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$

## OBSERVAÇÕES

1<sup>a</sup>

Aos empregados da contabilidade, que tiverem de ausentar-se da Capital Federal em serviço da mesma, será abonada, enquanto se conservarem ausentes, além dos vencimentos, uma diaria que será fixada pelo director segundo as circumstancias, até o maximo de \$5000.

2<sup>a</sup>

O numero e diaria dos auxiliares de escripta e carimbadores, bem como do pessoal jornalheiro, será fixado pelo director, sobre proposta do sub-director, podendo abonar aos primeiros uma diaria até o maximo de \$5000.

Capital Federal, 26 de março de 1896.— *Antonio Olyntho dos Santos*  
*Pires.*

## TABELLA N. 4

## 4.ª Divisão — Locomoção

CATEGORIAS	NÚMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Sub-director.....	1	10:000\$	5:000\$	15:000\$	15:000\$
Escriptorio central					
Official.....	1	3:800\$	1:000\$	5:700\$	5:700\$
Escripturarios de 1.ª classe.....	4	3:200\$	1:600\$	4:800\$	19:200\$
Ditos de 2.ª classe.....	1	2:800\$	1:400\$	4:200\$	16:800\$
Ditos de 3.ª classe.....	5	2:400\$	1:200\$	3:600\$	18:000\$
Ditos de 4.ª classe.....	5	1:800\$	90\$	2:700\$	13:500\$
Auxiliares de escripta.....	2	2:000\$	200\$	2:200\$	2:200\$
Desenhistas de 1.ª classe.....	2	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
Ditos de 2.ª classe.....	2	2:800\$	1:400\$	4:200\$	8:400\$
Ditos de 3.ª classe.....	2	2:000\$	1:000\$	3:000\$	6:000\$
Encarregado do deposito geral....	1	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Ajudante idem.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Continues.....	2	1:200\$	600\$	1:800\$	3:600\$
Tracção					
Ajudante da divisão.....	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Chefes de deposito de machinas.....	1	4:000\$	2:000\$	6:000\$	2:000\$
Auxiliares de escripta.....	2	2:000\$	200\$	2:200\$	2:200\$
Armazenistas.....	2	2:000\$	1:000\$	3:000\$	3:000\$
Machinistas de 1.ª classe.....	3	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Ditos de 2.ª classe.....	2	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Ditos de 3.ª classe.....	2	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Ditos de 4.ª classe.....	2	2:000\$	1:000\$	3:000\$	3:000\$
Officinas de machinas					
Ajudante de divisão.....	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Chefe de officinas.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Mestre idem.....	1	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Ajudantes idem.....	2	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Officinas de carros					
Ajudante de divisão.....	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Chefes de officinas.....	2	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Mestres idem.....	2	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Ajudantes idem.....	2	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Escola profissional					
Professora de 1.ªs lettras.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Professores de ensino profissional.....	2	2:000\$	1:000\$	3:000\$	3:000\$

## OBSERVAÇÕES

**1<sup>a</sup>**

O sub-director perceberá, além de seus vencimentos, a diaria de 10\$ a título de despesas de viagem, e o ajudante da tracção a de 7\$000.

**2<sup>a</sup>**

O numero de mestres de officina e seus ajudantes e de machinistas das differentes classes, de encarregados de depositos e armazenistas, será fixado pelo director, sobre proposta do sub-director.

**3<sup>a</sup>**

O numero e diaria dos auxiliares de escripta, dos foguistas e graxeiros, carvoeiros, aprendizes de officina, trabalhadores e serventes serão igualmente determinados pelo director, sobre proposta do sub-director, podendo abonar aos primeiros a diaria até o maximo de 8\$000.

**4<sup>a</sup>**

Aos machinistas e foguistas, que não soffrerem punições durante o trimestre, será concedida uma gratificação segundo o numero de kilometros de percurso, de conformidade com uma tabella organisaada pelo sub-director e approvada pelo director.

Capital Federal, 26 de março de 1896.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## TABELLA N. 5

## 3ª Divisão — Via-permanente e edificios

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Sub-director.....	1	10:00\$	5:00\$	15:00\$	15:00\$
Escriptorio central					
Ajudante tecnico .....	1	8:00\$	1:00\$	12:00\$	12:00\$
Official.....	1	3:80\$	1:90\$	5:70\$	5:70\$
Escripturarios de 1ª classe.....	3	3:20\$	1:60\$	1:80\$	14:40\$
Ditos de 2ª classe.....	4	2:80\$	1:40\$	4:20\$	16:80\$
Ditos de 3ª classe.....	5	2:40\$	1:20\$	3:60\$	18:00\$
Ditos de 4ª classe.....	6	1:80\$	90\$	2:70\$	16:20\$
Desenhistas de 1ª classe.....	2	3:20\$	1:60\$	4:80\$	9:60\$
Ditos de 2ª classe.....	4	2:80\$	1:40\$	4:20\$	16:80\$
Ditos de 3ª classe.....	4	2:00\$	1:00\$	3:00\$	12:00\$
Arquivista.....	1	1:80\$	90\$	2:70\$	2:70\$
Continuos.....	2	1:20\$	60\$	1:80\$	3:60\$
Auxiliares de escripta.....	..	\$	\$	\$	\$
Conservação da linha					
Ajudante de divisão.....	1	8:00\$	1:00\$	12:00\$	12:00\$
Engenheiros residentes.....	..	6:40\$	3:20\$	9:60\$	\$
Ajudantes de engenheiro resi- dente .....	..	4:00\$	2:00\$	6:00\$	\$
Mestres de linha de 1ª classe...	..	2:80\$	1:40\$	4:20\$	\$
Ditos de 2ª classe.....	..	2:20\$	1:10\$	3:30\$	\$
Ditos de 3ª classe.....	..	2:00\$	1:00\$	3:00\$	\$
Armazenistas de 1ª classe.....	..	2:40\$	1:20\$	3:60\$	\$
Ditos de 2ª classe.....	..	2:00\$	1:00\$	3:00\$	\$
Encarregado da conservação dos signaes Saxby.....	..	3:20\$	1:60\$	4:80\$	4:80\$

## OBSERVAÇÕES

## 1ª

O sub-director perceberá, além de seus vencimentos, a diaria de 10\$ a titulo de despesas de viagem. O ajudante da via-permanente a de 7\$000.

## 2ª

O numero de residentes, de ajudantes de residentes, de mestres de linha das differentes classes e de armazenistas será fixado pelo director, sobre proposta do sub-director.

## 3ª

O numero e diaria dos auxiliares de escripta, dos feitores, operarios, guindas, trabalhadores e serventes serão fixados pelo director, sobre proposta do sub-director, podendo abonar aos primeiros a diaria até o maximo de 8\$000.

## 4ª

Os mestres de officios vencerão pelo tempo de trabalho o que for previamente ajustado.

Capital Federal, 26 de março de 1896.—Antonio Olympio dos Santos Pires.

## OBSERVAÇÕES GERAES

1<sup>a</sup>

Os empregados comprehendidos nas tabellas de ns. 1 a 5, que durante cada trimestre não tiverem commettido faltas que prejudiquem ao serviço, ou soffrido punições por negligencia e irregularidade de comportamento e impontualidade no serviço ou outro motivo de gravidade, a juizo do director, ouvidos os chefes de serviço, terão direito a uma gratificação equivalente a 10 % sobre os vencimentos dos tres mezes.

Não se comprehende nesta disposição o pessoal technico, os machinistas ou os que gosarem de outras vantagens permanentes e especiaes.

2<sup>a</sup>

Os empregados que contarem mais de 20 annos de effectivo serviço, descontadas as faltas justificadas ou não, perceberão mais como gratificação a 5<sup>a</sup> parte dos vencimentos.

3<sup>a</sup>

Todos os empregados, quer titulados, quer jornaleiros, das estações de Belém, Macacos, Oriente e Sant'Anna perceberão mais 25 % dos vencimentos que lhes competirem em razão da insalubridade desses logares.

Iguaes vantagens poderá conceder o director aos empregados que em circumstancias extraordinarias forem servir fóra da Capital Federal em pontos atacados por epidemias e durante o tempo epidemico.

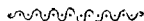
4<sup>a</sup>

O empregado que servir como auxiliar de gabinete junto aos chefes de divisão perceberá, além de seus vencimentos, a gratificação mensal de 50\$000.

5<sup>a</sup>

Além do que está indicado nas observações de cada quadro, poderá o director mandar gratificar com diarias qualquer funcionario que for incumbido de serviço extraordinario fóra do lugar de sua residencia.

Capital Federal, 26 de março de 1895.—Antonio Olyntho dos Santos Pires.



## DECRETO N. 2248 — DE 28 DE MARÇO DE 1896

Eleva a seis companhias o 141º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução da lei n. 2395, de 10 de setembro de 1873,

Decreta :

Artigo unico. Fica elevado a seis companhias o 141º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Caeteté, no Estado da Bahia ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de março de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2249 — DE 30 DE MARÇO DE 1896

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 8:935\$478, ao cambio de 27, para as despesas da rubrica — Extraordinarias no exterior — no exercicio de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Achando-se autorizado pela lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, art. 9º n. 1, e tendo observado o que dispõe o art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892,

Decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 8:935\$478, ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por mil réis, para ser applicado á rubrica — Extraordinarias no exterior — do orçamento do exercicio de 1895.

Capital Federal, 30 de março de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

Sr. Presidente — A 5ª rubrica do orçamento deste Ministerio para o exercicio de 1895 tem apenas o saldo de 93\$305, havendo ainda contas a satisfazer na importancia de 9:028\$783, como se vê das demonstrações juntas sob ns. 1 e 2.

Ha pois um deficit verificado de 8:935\$478, para supprir o qual torna-se urgente a abertura de um credito supplementar.

Tendo já ouvido a esse respeito o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, e tendo elle emittido parecer favoravel, submetto á vossa assignatura o incluso decreto, pelo qual é aberto o referido credito.

Capital Federal, 30 de março de 1896. — *Carlos de Carvalho.*

**N. 1 — Demonstração das despesas effectuadas por conta da 5ª rubrica — Extraordinarias no exterior, do art. 3º do orçamento de 1895**

**Despesas effectuadas e determinadas:**

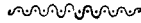
Commissão aos agentes financeiros. Quantia distribuida para Londres.....	2:000\$000
Telegrammas expedidos pelas diversas legações na Europa e America.....	15:124\$293
Ajudas de custo de regresso a dous inspectores de Consulados.....	4:713\$700
Imprensa, legações em Pariz, Londres, Bruxellas e Roma.....	18:000\$000
Alugueis de casas de Legações dirigidas por encarregados de negocios, incluindo o salario de porteiro ou serventes.....	4:709\$655
Passagens e soccorros a brazileiros desvalidos, concedidos por diversos Consulados.....	4:815\$876
Taxa estrangeira dos telegrammas expedidos pelo Ministerio no 1º trimestre.....	3:475\$140
Gratificações concedidas por serviços extraordinarios aos vico-consules no Salto e Passo dos Livres .....	2:600\$000
Commissão paga ao Banco Italiano de Montevideo para effectuar um saque.....	1:875\$000
Despesas com a trasladação do corpo do enviado extraordinario e ministro plenipotenciario Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, de Washington para Lisboa.....	752\$020
Compra de um cofre de ferro para o Consulado de Rotterdam.....	106\$667
Acquisição de cópias e documentos pela Legação em Lisboa.....	520\$160
Despesas com o processo do <i>Petit Journal</i> , feitas pela Legação em Buenos-Aires.....	798\$850
Idem com a inspecção do Consulado em Napoles..	169\$852
Idem com a admissão do Ministerio como socio remido da « Societé de Legislation Comparée ».	88\$889
Despesas feitas por um 2º secretario na gerencia do Consulado Geral em Antuerpia.....	74\$045
Remessa de volumes e do archivo do Vice-Consulado em Argel.....	62\$438
Telegrammas expedidos pela agencia « Havas ».	220\$110
	<hr/>
	59:906\$695
Credito.....	60:000\$000
	<hr/>
Reserva.....	93\$305

4ª Secção, 30 de março de 1896. — O director, *Luis Leopoldo Fernandes Pinheiro*.

**N. 2 — Demonstração dos pagamentos a effectuar por conta da 5ª rubrica — Extraordinarias no exterior, do art. 3º do orçamento de 1895**

Ao ministro em Washington, Salvador de Mendonça, indemnisação de telegrammas.....	1:131\$049
Ao ministro em La Paz, Henrique de Miranda, indemnisação de telegrammas.....	241\$777
Ao ex-consul em Cayena, Gustavo de Vasconcellos, indemnisação de telegrammas.....	284\$447
A' Repartição Geral dos Telegraphos, conta do 2º trimestre.....	2:871\$345
A' mesma Repartição, conta do 3º trimestre.....	4:500\$165
	<hr/>
	9:028\$783

4ª Secção, 30 de março de 1896. — O director, *Luis Leopoldo Fernandes Pinheiro*.



**DECRETO N. 2250 — DE 30 DE MARÇO DE 1896**

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 279:747\$960 á verba — Juros dos depositos das Caixas Economicas e Montes de Soccorro, para attender ao pagamento de despezas da referida verba, relativas ao 2º semestre do exercicio de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida ao Poder Executivo no art. 9º n. 1 da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894 e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, decreta :

Artigo unico. Fica aberto á verba n. 24 do art. 7º da referida lei n. 266, — Juros dos depositos das Caixas Economicas e Montes de Soccorro, — o credito supplementar de duzentos setenta e nove contos setecentos quarenta e sete mil novecentos e sessenta réis (279:747\$960) para satisfazer ao pagamento de despezas da referida verba, relativas ao segundo semestre do exercicio de 1895.

Capital Federal, 30 de março de 1896, 8º da Republica.

**PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.**

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2251 — DE 6 DE ABRIL DE 1896

Concede ao Gymnasio de S. Paulo as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmas de ensino e modo por que são executados no Gymnasio de S. Paulo, resolve conceder a este estabelecimento de instrucção, na forma do disposto no decreto n. 1389, de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891 e 38 paragrapho unico do de n. 981, de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 6 de abril de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2252 — DE 6 DE ABRIL DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 102:599\$200, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, durante o primeiro semestre do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que até a presente data não foi possivel dar inteira execução ao art. 3º da lei n. 266, de 3 de dezembro de 1894;

Considerando que ainda existem no presidio de Fernando de Noronha cerca de 500 presos que, até terem conveniente destino, não podem deixar de ser mantidos pela União;

Considerando finalmente que a lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, não incluiu credito algum para o seu custeio:

Resolve, tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1116, de 17 de dezembro de 1892, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 102:599\$200, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha durante o primeiro semestre do corrente anno.

Capital Federal, 6 de abril de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

Sr. Presidente da Republica — Não tendo sido possível até a presente data dar inteira execução ao art. 3º da lei n. 266, de 3 de dezembro de 1894, que autorizou o Governo a reconduzir aos Estados a que pertencessem, os presos recolhidos ao presidio de Fernando de Noronha, e

Considerando que ainda alli existem cerca de 500 que, até terem destino, não podem deixar de ser mantidos pela União, e bem assim que a lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, não incluiu credito algum para as respectivas despesas, torna-se necessario a abertura do credito extraordinario de 102:599\$200, para o custeio do referido presidio durante o primeiro semestre do corrente anno.

Submetto, pois, á vossa assignatura o decreto junto.

Capital Federal, 4 de abril de 1896.— Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

*Demonstração do credito para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, durante o primeiro semestre do corrente anno*

*Pessoal*

Para pagamento dos vencimentos do pessoal .....	6:599\$200
---	------------

*Material*

Sustento para 500 presos, na razão de 1\$ diários para cada um (183 dias).....	91:500\$000	
Gratificação a sentenciados operários.....	2:000\$000	
Medicamentos e dietas.....	2:500\$000	96:000\$000
Somma.....		102:599\$200

Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, 6 de abril de 1896.— José Carlos de Souza Bordini.



## DECRETO N. 2253 — DE 6 DE ABRIL DE 1896

Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de bebidas fabricadas no paiz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento do disposto no art. 1º, n. 42, da lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895, resolve que a cobrança do imposto de consumo das bebidas fabricadas no paiz seja feita de accordo com o regulamento que com este baixa.

Capital Federal, 6 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

Regulamento para a cobrança do imposto de consumo de bebidas fabricadas no paiz, a que se refere o decreto n. 2253 desta data.

## CAPITULO I

## DO IMPOSTO

Art. 1.º O imposto de consumo das bebidas fabricadas no paiz, creado pelo art. 1º, n. 42, da lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895, será cobrado sobre a producção das fabricas estabelecidas no Brazil e pelas taxas estabelecidas no art. 2º.

Paragrapho unico. Serão considerados fabricas os estabelecimentos em que taes bebidas forem preparadas por meio de machinismos e appparelhos de qualquer especie.

Art. 2.º As taxas do imposto serão :

60 réis por litro ou 40 réis por garrafa de cerveja nacional ;

300 réis por litro de licores communs ou doces de qualquer qualidade (classe 9ª, n. 126, da tarifa) ;

50 réis por kilo de absynthio, onealypsyntio, kirsch, alcool, brandy, cognac, rum, whisky, aguardente, excepto o alcool e a aguardente fabricados nos engenhos centraes e outros estabelecimentos agricolas, e genebra (classe 9ª, n. 127, da tarifa) ;

1\$ por garrafa das demais bebidas fermentadas, que possam ser assimiladas ao vinho de uva, aos vinhos espumosos e aos champagnes, e cujo fabrico seja autorisado pelo Governo ;

50 réis por kilo de aguas mineraes artificiaes, gazosas ou não.

## CAPITULO II

## DO LANÇAMENTO E FISCALISAÇÃO

Art. 3.º O calculo para o lançamento assentará no que a fabrica tiver produzido no anno anterior.

Paragrapho unico. O primeiro lançamento será arbitrado em vista das declarações dos donos das fabricas, devendo ser rectificado tres mezes depois pela capacidade das caldeiras, lagares, machinas, alambíques, e quaesquer outros instrumentos eapparelhos usados na fabricação. De accordo com o disposto pelo decreto n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, o lançamento não deverá ser em caso algum inferior a 500 litros.

Art. 4.º Para os fins determinados nos artigos antecedentes haverá nas fabricas escripturação em livros especiaes, sellados, rubricados ou authenticados nas repartições fiscaes da circumscripção em que funcionarem, discriminando diariamente, de accordo com as diversas taxas do art. 2º, as bebidas fabricadas, as sahidas para consumo e as consumidas nas mesmas fabricas.

§ 1.º Os donos ou administradores das fabricas ficam obrigados a remetter, mensalmente, a repartição em cuja circumscripção ellas funcionarem, um boletim contendo todas essas especificações.

§ 2.º Si a fabrica tiver succursal ou depositos em outras localidades, haverá tambem em cada uma delles escripturação que jogue com a daquella.

§ 3.º A escripturação poderá ser examinada pelos empregados incumbidos da fiscalisação sempre que elles o exigirem, e o exame estender-se-ha à escripturação geral do estabelecimento; quando for preciso solver duvidas encontradas na especial.

Art. 5.º Além do caso previsto no art. 3º usar-se-ha do arbitramento:

a) na falta de escripturação organizada de accordo com as disposições deste regulamento ;

b) quando não forem prestados os esclarecimentos julgados precisos pela fiscalisação ;

c) si do confronto da escripturação especial com a geral surgirem duvidas sobre a verdadeira produção da fabrica ;

d) no caso da fabrica funcionar depois de começar o exercicio, caso em que deverá ser feita a rectificação tres mezes depois.

Art. 6.º As fabricas não deixarão sair os productos da sua manufactura sem levarem, em tinta indelevel, a marca e o nome da fabrica ou da localidade e do estado em que funcionarem, sob pena de serem os artigos incursos em contrafacção, e sujeitos os productores ás penas dos arts. 353 e 354 do Codigo Penal, accrescidos da apprehensão dos productos (art. 30 da lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895).

Art. 7.º Será tambem considerada contrafacção, sujeita ás penas do mesmo Codigo e á apprehensão, a fabricação e importação de rotulos e marcas de productos estrangeiros, que se

prestem á falsificação de bebidas ou productos nacionaes para serem vendidos como estrangeiros com a marca ou com o rotulo fabricado no paiz (art. 31 da lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895).

Art. 8.º A fiscalisação nesta Capital e nos Estados será exercida pelos fiscaes do imposto de consumo do fumo, sempre que for possivel, e pelo modo prescripto nos arts. 3º a 7º e 10 do regulamento expedido pelo decreto n. 2216, de 16 de janeiro do corrente anno, arbitrando-se-lhes, pelo acrescimo de serviço, uma gratificação adicional até 50 % da que actualmente recebem, não excedendo em caso algum á metade da renda do imposto.

Art. 9.º Incurrão nas penas do Código Criminal os que por qualquer modo desaeatarem os fiscaes no exercicio de suas funcções.

O empregado offendido lavrará o auto de infracção que, pelo chefe da repartição a que estiver subordinado, será transmittido ao promotor publico, acompanhado do rol das testemunhas.

Paragrapho unico. Quando solicitadas, as autoridades prestarão aos encarregados da fiscalisação o auxilio de que carecerem para cumprimento dos seus deveres.

### CAPITULO III

#### DAS LICENÇAS

Art. 10. Todos os fabricantes das bebidas de que se trata tirarão licença annual, no decurso do mez de janeiro de cada anno, para cada casa que tiverem empregada nesse trafego, e só a patente da licença lhes dará direito a negociar.

Paragrapho unico. Da disposição acima são exceptuados os engenhos centraes e estabelecimentos agricolas que fabricarem sómente alcool ou aguardente.

Art. 11. As licenças serão divididas em duas classes, conforme a maior ou menor producção, tendo-se em vista o lançamento para o imposto de industrias e profissões e cobrando-se as seguintes taxas :

#### 1ª classe:

Jurisdicção da Capital Federal, comprehendendo o Estado do Rio de Janeiro, e as capitães dos Estados da Bahia, Pernambuco, Pará, S. Paulo e cidade de Santos.....	200\$000
Capitães dos outros Estados.....	150\$000
Outras localidades.....	100\$000

#### 2ª classe :

No 1º dos casos da classe 1ª.....	100\$000
No 2º » » » .....	80\$000
No 3º » » » .....	50\$000

Art. 12. As quantias arrecadadas serão escripturadas como deposito, e pelas licenças concedidas se organizará na repartição arrecadadora um registro indicativo de todos os estabelecimentos que explorarem a industria de que se trata, com designação da classe a que pertencerem.

Paragrapho unico. As licenças deverão ser extrahidas até a vespera do dia marcado para começo da cobrança.

Serão transferiveis, nas pagas integralmente, qualquer que seja o tempo para que forem tiradas.

Art. 13. A importancia das licenças será applicada ao pagamento das despesas de fiscalisação e outras determinadas pela execução deste regulamento, sendo escripturado como renda da União o saldo liquidado no encerramento do exercicio.

Art. 14. A cessação do negocio deverá ser communicada á repartição fiscal competente, dentro do prazo de 30 dias.

§ 1.º Não será concedida a baixa si a casa requerente estiver lançada com a producção do anno anterior, e não mostrar-se quito do imposto desse exercicio.

§ 2.º Não se admittirá a transferencia do negocio sem que o vendedor prove estar quito do imposto, sendo o comprador responsavel por qualquer divida dessa origem que se venha a liquidar.

Art. 15. Ninguem poderá começar o negocio sem que tenha obtido licença e arbitramento.

## CAPITULO IV

### DA COBRANÇA DO IMPOSTO

Art. 16. O imposto será pago na repartição fiscal da respectiva circumscripção, de accordo com este regulamento e pela fórmula seguinte:

Em uma só prestação no mez de maio, si a quota não exceder de 1:000\$ na Capital Federal e sua jurisdicção, de 500\$ nas capitães dos Estados da Bahia, Pernambuco, Pará, S. Paulo e cidade de Santos, e de 200\$ nos outros Estados e localidades.

Em duas prestações iguaes, em maio e outubro, si exceder dessas quantias.

Art. 17. Os estabelecimentos abertos no correr de um exercicio pagarão pela producção correspondente ao tempo do mesmo exercicio em que funcionarem.

Art. 18. Quando o lançamento tiver sido feito pelo arbitramento de que trata o n. 4 do art. 5º, será arrecadada ou restituída a importancia que a rectificação indicar ter sido a menos ou a mais cobrada.

Art. 19. Não será cobrada a quota do segundo semestre sem que tenha sido satisfeita a do primeiro.

## CAPITULO V

## DAS MULTAS

Art. 20. Os infractores das disposições deste regulamento incorrerão nas seguintes multas:

os do art. 4º, de 2:000\$ a 5:000\$000 ;

os donos dos estabelecimentos em que a escripturação for encontrada em atraso, caso em que o encarregado da fiscalização deverá encerrá-la, e, rubricando os livros, levar o facto ao conhecimento do chefe da repartição a que estiver subordinado, de 500\$ a 1:000\$000 ;

os do art. 5º letras *a*, *b* e *c*, ao pagamento do imposto por arbitramento e mais a multa correspondente ao dobro da importância do excesso entre a produção arbitrada e a manifestada, não excedendo, porém, de 5:000\$000 ;

os dos arts. 6º e 7º, de 1:000\$ a 5:000\$000 ;

os dos arts. 10 e 15, de 1:000\$ a 3:000\$000 ;

os do art. 14, de 200\$ a 500\$000 ;

os do art. 16, de 10 %/, elevados a 15 %/ si demorarem o pagamento além de 20 de março do trimestre adicional do exercício ;

os do art. 20, de 1:000\$ a 3:000\$000 ;

os do art. 30, de 200\$ e mais o pagamento do prejuizo que derem à Fazenda Nacional ;

os do art. 31 e seus paragraphos, no primeiro caso a multa do valor do imposto sonegado e no segundo a multa de um semestre do imposto não excedente de 2:500\$, além do pagamento que devido for.

Si no prazo de 15 dias, contados da data da intimação, não for paga, a multa será cobrada em dobro executivamente, podendo dar-se apprehensão e perda no caso de reincidência.

Art. 21. Todas essas multas serão cobradas no maximo na primeira reincidência, accrescendo a apprehensão si no caso couber.

Art. 22. Da imposição das multas, exceptuada a do art. 16, serão notificados os infractores, e si não forem satisfeitas dentro de 15 dias a cobrança será feita executivamente.

Art. 23. Com as multas estabelecidas neste capitulo proceder-se-ha do mesmo modo indicado para as licenças no art. 12.

## CAPITULO VI

## DOS RECURSOS

Art. 24. Os que se julgarem prejudicados com as decisões sobre lançamento e multa poderão recorrer dentro do prazo de 30 dias, contados da data em que forem proferidas, por meio de

requerimento transmittido ao Ministro da Fazenda, com o processo e informação pela repartição que houver proferido a decisão recorrida.

Art. 25. Haverá também recurso *ex-officio* das decisões proferidas pelos encarregados da cobrança nos Estados em favor das partes interessadas.

O recurso será interposto no prazo de 15 dias da data das decisões e seguirá por intermedio das repartições a que estiverem subordinados os empregados incumbidos da cobrança.

Art. 26. O recurso por imposição de multa só será acceito sendo previamente depositada a importância na repartição competente.

Art. 27. Não se tomará conhecimento dos recursos interpostos fóra dos prazos referidos, nem dos que forem irregularmente encaminhados.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 28. O presente regulamento entrará em execução, nesta Capital e nos Estados, 30 dias depois do publicado na respectiva folha official ou na de maior circulação na falta daquella.

Art. 29. Para o primeiro lançamento em virtude deste regulamento os donos ou administradores de fabricas manifestarão á estação fiscal da sua circumscripção, dentro do prazo de 30 dias, contados da data da respectiva publicação, a produção do anno de 1895, por taxas, de accordo com o art. 2º, declarando mais o numero e a capacidade das caldeiras, machinas, toneis e outros appparelhos ou instrumentos que empregarem no fabrico.

Art. 30. Nos titulos de transferencia de dominio da fabrica far-se-ha menção da quitação do imposto passada pela repartição competente.

Art. 31. São admittidas denuncias contra os que procurarem defraudar a Fazenda Nacional, cabendo ao denunciante metade da multa que por tal motivo for imposta nos seguintes casos :

1º, quando as quantidades produzidas forem maiores do que as escripturadas ;

2º, quando a fabrica funcionar sem licença ou sem escripturação.

Art. 32. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de abril de 1896, 8º da Republica.— *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2254 — DE 9 DE ABRIL DE 1896

Consente na mudança do nome do Banco de Credito Predial Urbano para o de Sociedade de Credito Urbano e approva as alterações feitas nos estatutos do mesmo banco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu o Banco de Credito Predial Urbano, resolve consentir na mudança do nome para o de Sociedade de Credito Urbano, e approvar as alterações seguintes, feitas nos estatutos do mesmo banco:

Art. 1.º Substitua-se:

A Sociedade de Credito Urbano, em que fica convertido o Banco de Credito Predial Urbano, fundado em virtude do accórdão do Tribunal Civil e Criminal, de 5 de março, e organizado de conformidade com as resoluções do Ministerio da Fazenda, de 15 de maio e do Ministerio da Justiça, de 17 de junho do anno corrente, é uma instituição de credito real destinada a fazer operações com garantia de predios situados no Districto Federal.

Artigo additivo:

A sociedade realiza seus fins pela carteira hypothecaria, podendo tambem emprestar para compra de predios.

Art. 2.º Substitua-se:

Por carteira especial poderá a sociedade:

1º, realizar as operações permittidas pelos arts 140 e seguintes do Tit. VI do Código Commercial;

2º, fazer emprestimos a fabricas industriaes.

Art. 5.º Substitua-se:

O capital social é de 2.000:000\$ dividido por 20.000 acções de 100\$ cada uma.

Art. 6.º Substitua-se:

Os actuaes accionistas receberão em acções com 50 % a importancia que tiverem realizado, as quaes serão integradas na conformidade do art. 64.

Arts. 7º e 8º, Eliminem-se.

Art. 32. Elimine-se a 2ª parte.

Art. 55. Em vez de — cinco membros — diga-se: tres membros, e depois da palavra — secretario — diga-se — e o thesoureiro. Elimine-se o restante.

Art. 56, paragrapho additivo:

Os actuaes directores contam o prazo de sua administração da data da installação da sociedade.

Art. 58. Eliminem-se as palavras — tendo além disso — até o final.

Art. 61. Em vez de — quatro fiscaes — diga-se — tres fiscaes — e elimine-se a 2ª parte.

Art. 64. Substitua-se :

Em todos os semestres a directoria, de accordo com o conselho fiscal, procederá á divisão dos lucros liquidos deste modo :

20 % para o fundo de reserva ;

70 % para a integração das acções ;

10 % para os directores.

Art. 65. Substitua-se :

Integradas as acções, a divisão dos lucros será esta :

30 % para dividendo aos accionistas ;

25 % para o fundo de reserva ;

15 % para os directores.

Art. 67. Substitua-se :

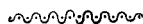
O fundo de reserva destina-lo a reparar perdas de capital será empregado na compra de letras hypothecarias da sociedade.

Arts. 74 e 75. Eliminem-se.

Capital Federal, 31 de março de 1896, 8ª da Republica:

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



# DECRETO N. 2255 — DE 9 DE ABRIL DE 1896

Publica a inclusão do território do Bechuānaland britannico na União Postal Universal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publicá a inclusão do territorio do Bechuānaland britannico na União Postal Universal, segundo a communicacão do Conselho Federal Suizo de 6 de março proximo passado ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal; 9 de abril de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

TRADUCÇÃO — Berna, 6 de março de 1896. — Sr. Ministro — Temos a honra de communicar a V. Ex. que, por nota datada de 22 de fevereiro findo, a Legação britannica em Berna nos informou que o territorio do Bechuānaland britannico foi incorporado, desde 16 de novembro ultimo, á colonia do Cabo da Boa

Esperança. Aquella Legação pediu-nos, pois, que providenciassemos além de que este novo territorio seja considerado como incluído na União Postal Universal.

Em consequencia da declaração e do pedido precedentes, temos a honra de notificar a V. Ex. que as disposições da Convenção Postal Universal são applicaveis ás relações postaes com o territorio do Bechuanaland britannico.

Aproveitamos esta occasião para renovar a V. Ex. as seguranças de nossa alta consideração.

O Presidente da Confederação,

*Lachenal.*

O Chanceller da Confederação,

*Ringier.*

A' Sua Excellencia

O Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil no Rio de Janeiro.



DECRETO N. 2256 — DE 13 DE ABRIL DE 1896

Eleva a Consulado o Vice-Consulado em Fiume.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da authorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322 de 8 de novembro de 1895,

Decreta :

Artigo unico. E' elevado a Consulado em Fiume, cabendo ao respectivo serventuario a metade dos emolumentos que arrecadar, não podendo exceder essa remuneração de 4:000\$ annuaes.

Capital Federal, 13 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2257 — DE 13 DE ABRIL DE 1896

Commette ao archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores a guarda das estampilhas de emolumentos consulares e dá instrucções para esse serviço.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que fiquem sob a guarda e responsabilidade do archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores as estampilhas de emolumentos consulares, cumprindo-se as instrucções que se publicam com este decreto, assignadas pelo respectivo Ministro de Estado.

Capital Federal, 13 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

Instrucções a que se refere o decreto n. 2257  
desta data

Art. 1.º O archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores terá sob sua guarda e responsabilidade, em cofre apropriado, as estampilhas de emolumentos consulares.

Art. 2.º Em livro devidamente rubricado, denominado — conta corrente — será escripturado pela 4ª secção o movimento de entrada e sahida de estampilhas, com especificação da importancia destas segundo o seu valor nominal.

Art. 3.º Os lançamentos fôr-se-hão em acto continuo áquellas operações, sendo os de debito assignados pelo archivista e os de credito rubricados pelo director da referida secção.

Art. 4.º Constituem documentos justificativos :

Dos lançamentos de entrada, os officios em que o director da Casa da Moeda communicar a entrega das estampilhas que o Ministro lhe tiver requisitado, ou as respectivas guias ;

Dos lançamentos de sahida : a) as portarias do director geral, autorisando o fornecimento aos Consulados, as quaes serão tantas quantos forem estes ; b) as proprias requisições dos Consulados, despachadas pelo mesmo director, em substituição ás portarias ; c) os termos de consumo a que se refere o art. 10.

Art. 5.º Os documentos, depois de averbados com o numero de ordem e a data das partidas de debito e credito, serão archivados na 4ª secção.

Art. 6.º A escripturação corresponde ao anno financeiro, findo o qual, dar-se-ha balanço no cofre das estampilhas, e o saldo que houver, accusado pela conta corrente, passará para o anno seguinte, ficando assim encerradas as operações do anterior.

Paraphrasso unico. A escripturação do corrente anno será iniciada com o saldo em estampilhas que houver na secretaria, demonstrado em relação organisa da pela 4ª secção, sendo esse o documento justificativo da primeira partida do debito da conta corrente.

Art. 7.º Ao archivista é facultado o exame da conta corrente para comparar o saldo ali demonstrado com o do cofre a seu cargo.

Art. 8.º O mesmo empregado receberá as estampilhas na Casa da Moeda, passando recibo no aviso de requisição ou na guia por ella expellida.

Art. 9.º Na hypothese de se tornarem inserviveis, por deterioração, as estampilhas em cofre, o archivista levará o facto ao conhecimento do director da 4ª secção que, depois de verificar a sua procelencia, organizará uma relação contendo o numero, valor nominal e importancia das estampilhas, e a enviará em representação ao director geral.

Art. 10.º O director geral, obtida a autorisação do Ministro, mandará proceder á incineração das estampilhas em presença de dous empregados que designar, os quaes assignarão um termo desse acto com todas as referencias contidas na relação de que trata o art. 9º.

Capital Federal, 13 de abril de 1896. — *Carlos Augusto de Carvalho.*



#### DECRETO N. 2258 — DE 13 DE ABRIL DE 1896

Approva, com modificações, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Petrolina ao Piahy, do trecho comprehendido entre o Porto da Armação e o Sacco de S. Francisco, no Estado do Piahy.

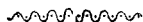
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Petrolina e Parnahyba, successora da Companhia Estrada de Ferro Nordeste do Brazil, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Petrolina ao Piahy, do trecho comprehendido entre o Porto da Armação e o Sacco de S. Francisco, no Estado do Piahy; observadas, porém, as modificações feitas entre as estacas 1471 a 1785, 2200 a 2469 e 3520 a 3644 e indicadas a tinta azul nas plantas que com este baixam rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 13 de abril de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olympio dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2259 — DE 16 DE ABRIL DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito supplementar á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1896, na importancia de quinhentos contos de réis (500:000\$000).

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que expoz o Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores sobre a necessidade de habilitar o respectivo Ministerio com os meios precisos a occorrer ás despezas com os diversos serviços relativos á saude publica, visto achar-se exgotado o credito ordinario da verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1896, resolve, usando da faculdade conferida pelo art. 8º § 1º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, abrir á referida verba, por conta do mesmo exercicio, um credito supplementar na importancia de quinhentos contos de réis (500:000\$), que se torna necessario para pagamento das despezas constantes da demonstração junta.

Capital Federal, 16 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

. Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

Demonstração da despesa feita pela verba — Soccorros Publicos — do exercicio de 1896

## FOLHAS DE PESSOAL

Do vapor *Paula Candido* empregado na condução dos doentes de febre amarella para o Hospital de S. Sebastião:

Em janeiro.....	1:736\$000	
» fevereiro.....	1:624\$000	
» março.....	1:736\$000	5:096\$000

Do Hospital de S. Sebastião:

Em janeiro.....	2:648\$044	
» fevereiro.....	5:055\$824	7:703\$868

Do Hospital de Santa Barbara:

Em janeiro.....	1:427\$417	
» fevereiro.....	1:036\$550	2:463\$967

Do Hospital de Santa Isabel:

Em janeiro.....	584\$514	
» fevereiro.....	1:230\$684	1:815\$198

Do Lazareto da Ilha Grande:

Em janeiro e fevereiro.....	8:350\$000	25:429\$033
-----------------------------	------------	-------------

## FORNECIMENTOS

De lubrificantes, etc., ao vapor <i>Paula Candido</i> , em janeiro.....	1:220\$900	
De generos alimenticios e outros ao Hospital de S. Sebastião, em janeiro.....	20:509\$360	
De 350 pipas de agua para o Hospital de Santa Barbara.....	525\$090	
De generos ao Hospital de Santa Isabel, em janeiro.....	20\$000	
De diversos artigos para o Almoarifado do Lazareto da Ilha Grande.....	865\$200	23:320\$460
Alugueis:		
Oito dias da lancha <i>Capital</i> durante o impedimento da <i>Treze de Março</i> , ao serviço do hospital de Santa Barbara.....	1:280\$000	
Das duas catraias ao serviço do Lazareto da ilha Grande em janeiro.....	2:480\$000	3:760\$000
Remoção das estufas e outros objectos que se achavam na estação maritima da Estrada de Ferro Central do Brazil para o deposito da praia de D. Manoel.....		330\$000
Quantia mandada entregar ao commandante do corpo de Bombeiros, coronel Francisco de Abreu Lima, sendo 1:308\$ para gratificar ao pessoal do dito Corpo que trabalhou na occasião do desmoronamento do morro do Castello e 990\$350, para indemnisação de fardamento e concertos em um cano estragado no referido serviço.....		2:298\$350
Creditos aos Estados:		
Pará.....	26:777\$780	
Pernambuco.....	3:000\$000	
Bahia.....	7:600\$000	
Rio Grande do Sul.....	210\$000	37:587\$780

*Despesas por pagar e cujos documentos se acham na Secretaria*

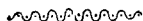
Diversos fornecimentos para o Lazareto da ilha Grande, Hospital de Santa Isabel e ao vapor <i>Paula Candido</i> ..	3:913\$620
Credito solicitado pelo inspector de saude do porto de Paranaguá para supprir o Lazareto, e pagar enfermeiros, dietas, medicamentos e desinfectantes, compra de uma pequena embarcação para condução de doentes.	15:000\$000
Terceira e ultima prestação devida á Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros, pela construcção do rebocador <i>Republica</i> para o serviço do Lazareto da ilha Grande.	31:000\$000
Pela acquisição de uma estufa para o serviço de desinfecção da Inspectoria de Saude do Porto do Estado do Rio Grande do Sul.....	8:839\$600
Reparos necessarios ás duas enfermarias fluctuantes que fazem parte do material da Inspectoria Geral, de accordo com a proposta apresentada por Santos & Irmão.....	15:000\$000
	171:418\$843
Credito da lei do orçamento.....	100:000\$000
Deficit.....	71:418\$843

Despezas calculadas approximadamente:

*Folhas de pessoal extraordinario até o fim do exercicio*

Do Hospital de S. Sebastião.....	33:200\$000	
Do Hospital de Santa Isabel.....	9:250\$000	
Do Lazareto da ilha Grande.....	41:750\$000	
Do vapor <i>Paula Candido</i> .....	15:288\$000	104:488\$000
Para o aluguel das duas catraias ao serviço do Lazareto da ilha Grande.....		26:800\$000
Despezas calculadas com os diversos fornecimentos aos hospitaes acima declarados, inclusive ao Lazareto da ilha Grande e aos destinados ao cruzador italiano <i>Lombardia</i> , cujas contas ainda não foram apresentadas, bem assim creditos aos Estados e outras imprevistas.....		297:293\$157
Credito preciso.....	500:000\$000	

Segunda Secção da Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, 16 de abril de 1896. — *Flores Junior*.  
—Visto, *Pedro Guedes*, director da secção. — Visto, *J. Bordini*, director geral.



DECRETO N. 2260 — DE 16 DE ABRIL DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 43:933\$700 para concluir as obras do edificio destinado à Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.

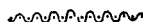
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo no art. 8º, § 5º, da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 35 do regulamento annexo do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito na importancia de quarenta e tres contos novecentos oitenta e tres mil e setecentos réis (43:983\$700) para a conclusão das obras do edificio destinado à Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.

Capital Federal, 16 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2261 — DE 20 DE ABRIL DE 1896

Manda executar em todas as Alfandegas e Mesas de Rendas habilitadas da Republica a nova tarifa e suas disposições preliminares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução ao disposto no art. 2º n. 3 da lei n. 359 de 30 de dezembro de 1895, decreta:

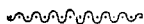
Art. 1.º Será executada em todas as Alfandegas e Mesas de Rendas habilitadas da Republica a tarifa e suas disposições preliminares, que accompapham este decreto.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2262 — DE 20 DE ABRIL DE 1896

Approva os desenhos dos typos de trilhos e accessorios que devem ser empregados na Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, nas renovações da actual linha e na via permanente da nova linha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, Limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os desenhos, que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, dos typos dos trilhos e accessorios que devem ser empregados na Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, na actual linha e via permanente da nova linha.

Capital Federal, 20 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2263 — DE 20 DE ABRIL DE 1896

Approva os projectos e orçamentos para augmento de varios desvios, linhas telegraphicas e construcção de dependencias, na Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para augmento de varios desvios, linhas telegraphicas e construcção de dependencias, na Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

Capital Federal, 20 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2264 — DE 20 DE ABRIL DE 1896

Approva os projectos e orçamentos para augmento da estação de passageiros e o armazem de cargas de S. Bernardo e construcção de um armazem provisorio de cargas na estação de Agua Branca, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, Limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para augmento da estação de passageiros e o armazem de cargas de S. Bernardo, e construcção de um armazem provisorio de cargas na estação de Agua Branca, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

Capital Federal, 20 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2265 — DE 20 DE ABRIL DE 1896

Approva o projecto e orçamento dos novos desvios a construir na estação de Pary, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

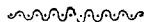
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, Limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e o orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construcção de novos desvios na estação de Pary, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

Capital Federal, 20 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2266 — DE 20 DE ABRIL DE 1896

Approva os projectos e orçamento para augmento de varios desvios nas estações de Cubatão, Pilar, Belém e Campo Limpo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, Limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios de Industria, Viação e Obras Publicas, para augmento de desvios nas estações de Cubatão, Pilar, Belem e Campo Limpo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

Capital Federal, 20 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2267 — DE 23 DE ABRIL DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.118:683\$ para occorrer ás despesas da introdução, transporte e localisação de immigrants durante o segundo trimestre do actual exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil : Considerando que a lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, que fixou a despeza geral da Republica para o actual exercicio, no art. 6º, § 11, ns. 3 e 4, autorizou o Poder Executivo: 1º, a transferir aos Estados por ajuste, ou rescindir, mediante accordo, o contracto celebrado com a Companhia Metropolitana, para a introdução de immigrants; 2º, a abrir creditos para occorrer ao pagamento das despesas provenientes da introdução, transporte e localisação de immigrants, até a transferencia ou rescisão do respectivo contracto;

Considerando que ainda não se realisou a transferencia ou rescisão desse contracto :

Resolve, sendo ouvido o Tribunal de Contas, abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito de dous mil cento e quarenta e oito contos, seiscentos e oitenta e tres mil réis (2.148:683\$), para custear, durante o segundo trimestre do corrente exercicio, as despesas provenientes de introdução, transporte e localisação de immigrants, de accordo com a demonstração junta, assignada pelo respectivo Ministro.

Capital Federal, 23 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Demonstração do credito necessario para occorrer ao pagamento das despesas durante o 2º trimestre de 1896, por consignações não attendidas pelo Congresso e decorrentes da introdução de immigrants nos Estados da União

*Scrções diversos*

Transporte de 15.000 immigrants da Europa, sendo :			
12.000 passags. a c 6—15—0	ao c. de 10.	1.944:000\$000	
1.500 » a c 3—7—6	» » ».	121:500\$000	
900 » a c 1—13—9	» » ».	36:450\$000	2.110:950\$000
600 » gratuitas.		—	
Gratificação aos consules por <i>vistos</i> lançados em documentos de immigrants, ao cambio de 9. ....			
Vencimentos, diarias e mais despesas de dous commissarios fiscaes do contracto do exterior, em Genova e Lisboa, incluída a differença de cambio. ....			20:013\$000
			18:000\$000

## AGENCIA NOS ESTADOS

## S. PAULO-SANTOS

*Pessoal*

1 Agente .....	750\$000	
1 Escripturario.....	600\$000	
1 Auxiliar de escripta.....	450\$000	1:800\$000
	<u>          </u>	

*Material*

Expediente, aluguel de casa e eventuaes.	<u>1:500\$000</u>	3:300\$000
--	-------------------	------------

## PARANÁ-PARANAGUÁ

*Pessoal*

1 Agente .....	750\$000	
1 Escripturario-interprete....	600\$000	
1 Porteiro-continuo.....	360\$000	1:710\$000
	<u>          </u>	

*Material*

Expediente, aluguel de casa e eventuaes.	<u>1:000\$000</u>	2:710\$000
--	-------------------	------------

## SANTA CATHARINA-FLORIANOPOLIS

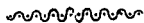
*Pessoal*

1 Agente .....	750\$000	
1 Escripturario-interprete....	600\$000	
1 Porteiro-continuo.....	360\$000	1:710\$000
	<u>          </u>	

*Material*

Expediente, aluguel de casa e eventuaes.	<u>1:000\$000</u>	<u>2:710\$000</u>
		2.148:683\$000

Capital Federal, 23 de abril de 1896.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires*.—Visto, *F. Silva*.



## DECRETO N. 2268 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Publica a adesão do Governo Francez à Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo, de 22 de julho de 1875, quanto à colonia da Nova Caledonia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão do Governo Francez à Convenção telegraphica internacional de 22 de julho de 1875, quanto à colonia da Nova Caledonia, segundo a communicação da Legação Franceza de 17 do corrente ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este accompanha.

Capital Federal, 27 de abril de 1896, 8.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

Traducção — Legação da Republica Franceza no Brazil — Rio de Janeiro, 17 de abril de 1896.

Senhor Ministro — O Governo da Republica Franceza resolveu adherir, no que diz respeito à colonia da Nova Caledonia, à Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo de 22 de julho de 1875.

Por applicação das disposições dos paragraphos 22 e seguintes do regulamento internacional do serviço telegraphico revisto em Pariz em 1890, tenho a honra de levar ao conhecimento do Governo Brasileiro as indicações seguintes :

1.º A taxa terminal da Nova Caledonia é fixada em 0,20 francos por palavra e reduzida de 50 % para os telegrammas da imprensa.

2.º A moeda em uso nessa colonia é a franceza.

Queira aceitar, Sr. Ministro, as seguranças de minha alta consideração.

*S. Pichon.*

À S. Ex. o Sr. Dr. Carlos de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores.



## DECRETO N. 2269 — DE 30 DE ABRIL DE 1896

Manda executar o tratado de commercio e navegação celebrado entre o Brazil e a Republica do Perú, em 10 de outubro de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Tendo o Congresso Nacional approvado, pelo decreto n. 203 de 20 de agosto de 1894, o tratado de commercio e navegação, concluido nesta Capital, em 10 de outubro de 1891, entre o Brazil e a Republica do Perú, que foi igualmente approvado pelo Poder Legislativo dessa Republica, sendo trocadas as respectivas ratificações na cidade de Lima, em 18 de março ultimo, decreta que seja observado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Capital Federal, 30 de abril de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

#### Tratado de commercio e navegação

As Republicas dos Estados Unidos do Brazil e do Perú, igualmente animadas do desejo de facilitar o commercio e navegação fluvial em suas regiões amazonicas e mutuas fronteiras, estreitando ao mesmo tempo seus vinculos de confraternização, resolveram ajustar, em um tratado especial, os principios e bases desse commercio e navegação, e para esse fim nomearam seus Plenipotenciarios, a saber:

S. Ex. o Sr. Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ao Sr. Dr. Justo Leite Chermont, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

S. Ex. o Sr. coronel Remigio Morales Bermudez, Presidente da Republica do Perú, ao Sr. Dr. Guillermo A. Seoane, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto ao Governo do Brazil.

Os quaes, depois de exhibidos os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, convieram nas seguintes estipulações :

#### I

A navegação dos rios communs ao Brazil e ao Perú e a do Javary e

#### Tratado de comercio y navegación

Las Republicas de los Estados Unidos del Brasil y del Perú, igualmente animadas del deseo de facilitar el comercio y navegación fluvial en sus regiones amazonicas y mutuas fronteras, estrechando a la vez sus vinculos de fraternidad, resolvieron ajustar en un Tratado especial los principios y bases de aquel comercio y navegación; y con tal proposito nombraron Plenipotenciarios, a saber:

S. E. el Señor Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente de la Republica de los Estados Unidos del Brasil, al Señor Doctor Justo Leite Chermont, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

S. E. el Señor coronel Remijo Morales Bermudez, Presidente de la Republica del Perú, al Señor Dr. Guillermo A. Seoane, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario cerca del Gobierno del Brasil.

Quienes, despues de exhibidos sus plenos poderes que hallaron en buena y debida forma, convinieron en las siguientes estipulaciones :

#### I

La navegación de los rios comunes al Brasil y al Perú y la del Ja-

affluentes deste, é livre para as embarcações brasileiras ou peruanas, ficando sujeitas aos regulamentos estabelecidos ou que se estabelecerem nos dous paizes.

## II

Esses regulamentos devem ser os mais favoráveis á navegação e commercio e guardar nas duas Republicas a possível uniformidade.

## III

Serão consideradas brasileiras nos portos do Perú e peruanas nos portos do Brazil as embarcações que forem possuidas e tripuladas segundo as leis do respectivo paiz.

## IV

As Republicas dos Estados Unidos do Brazil e do Perú conveem em declarar livres de todo e qualquer imposto as communicações entre si não só pelas vias fluviaes como também pelas terrestres que deem passagem de um a outro territorio, respeitadas os regulamentos fiscaes e de policia que estabelecer cada Governo dentro de sua jurisdicção.

## V

Quando, na falta de linha directia do Atlantico para o Perú ou do Perú para o Atlantico, se torne necessaria a baldeação, em qualquer porto alfandegado brasileiro, de mercadorias navegadas com manifestos directos, não se exigirá no dito porto de transito o desembarque ou abertura dos volumes, que, assim como na dita linha directia, ficam isentos de todo imposto.

## VI

Quando, na falta de baldeação, houver que deter-se o transito das mercadorias em alguns dos portos brasileiros ou peruanos da via fluvial, se depositarão em armazens especiaes marítimos ou terrestres.

vary y sus afluentes es libre para las embarcaciones brasileñas y peruanas, quedando sujeta á los reglamentos establecidos ó que se establecieren en ambos países.

## II

Eses reglamentos deben ser lo mas favorables á la navegación y comercio y guardar en las dos Republicas la posible uniformidad.

## III

Serán consideradas brasileñas en los puertos del Perú y peruanas en los puertos del Brasil, las embarcaciones que fueren poseidas y tripuladas, según las leyes del respectivo país.

## IV

Las Republicas de los Estados Unidos del Brasil y del Perú convienen en declarar libres de todo y cualquier impuesto las comunicaciones entre si, no solo por las vias fluviaes sino tambien por las terrestres que déen paso del uno al otro territorio, respetandose los reglamentos fiscaes y de policia que estableciere cada Gobierno dentro de su jurisdicción.

## V

Quando á falta de linea directa del Atlantico para el Perú ó del Perú para el Atlantico, se haga necesario el trasbordo en cualquier puerto aduanero brasileño de mercadorias despachadas con manifestos directos, no se exigirá en dicho puerto de tránsito el desembarque ni apertura de los bultos que, así como en dicha linea directa, quedan exentos de todo impuesto.

## VI

Quando, por falta de trasbordo, tuvierá que detenerse el tránsito de las mercadorias en alguno de los puertos brasileños ó peruanos de la via fluvial, se depositarán en almacenes especiales marítimos ó terrestres.

Neste caso, a Alfandega respectiva cobrará o imposto da armazenagem e capatazias como até agora, conforme a legislação de cada paiz.

## VII

Para que continue o transitio das mercadorias depositadas, o consignatario dellas apresentará uma relação especificada dos respectivos volumes, de accordo com o manifesto por carregamentos integraes correspondentes á mesma pessoa, sem subdividi-los, salvo o caso de o solicitar o interessado, sendo isso necessario para sua boa accommodação.

Esta relação mencionará os numeros, marcas e contra-marcas, peso bruto, capacidade e conteúdo de cada volume. Os volumes subdivididos terão as mesmas marcas, contra-marcas e numeros do principal, acrescentando-se a elles uma letra do alphabeto, por sua ordem.

## VIII

Preenchidas as formalidades da clausula anterior e assignado pelo consignatario ou expedidor das mercadorias em transitio o termo de responsabilidade para garantia dos respectivos direitos fiscaes, no caso de não chegarem ao seu destino, dar-se-lhes-ha sahida.

A baixa da responsabilidade referida se realizará em vista de certificado da Alfandega a que é destinada a mercadoria, o qual deverá ser authenticado pela autoridade consular.

Para este fim se consignará no termo de responsabilidade o prazo equitativo, dentro do qual será exhibida a prova da chegada ao seu destino das mercadorias despachadas em transitio.

## IX

Ficem dispensados dos termos de responsabilidade os consignatarios das mercadorias, em transitio, que as fizerem transportar directamente para os portos do Perú em embarcação que não toque em qualquer outro porto intermediario, excepto os de Manaos e Tabatinga.

En este caso la aduana respectiva cobrará el impuesto de almacenaje y peonaje, como hasta ahora, conforme a la legislación de cada país.

## VII

Para que continue el tránsito de las mercaderias depositadas, el consignatario presentará una relacion especificada de los respectivos bultos, de acuerdo con el manifesto por cargamentos integros, correspondientes á la misma persona, sin subdividirlos, salvo el caso de solicitarlo el interesado, si fuere necesario para su buena acomodación.

Esa relación mencionará los numeros, marcas y contra-marcas, peso bruto, capacidad, y contenido de cada bulto. Los bultos subdivididos tendrán las mismas marcas, contra-marcas y numeros de los principales, agregandoseles una letra por su orden de alfabeto.

## VIII

llenadas las formalidades de la anterior cláusula y suscrita por el consignatario ó expedidor de las mercadorias en tránsito la fianza en garantía de los derechos fiscales respectivos para el caso de que no llegaren á su destino, se les dará salida.

Dejará de tener efecto la fianza respectiva, en vista del certificado de la aduana a que está destinada la mercaderia, el cual estará legalizado por la autoridad consular.

Con tal fin, se indicará en la fianza el plazo equitativo dentro del cual se haya de exhibir la prueba del arribo a su destino de las mercaderias despachadas en tránsito.

## IX

Quedan exentos de fianza los consignatarios de las mercaderias en tránsito que las hicieron transportar directamente para los puertos del Perú en embarcación que no toque en ningún otro puerto intermediario, salvo los de Manaos y Tabatinga.

Ficam igualmente dispensados do termo de responsabilidade os consignatarios que conseguirem o transporte das mercadorias em embarcações que, embora toquem em outros portos intermediarios, as conduzam em repartimentos especiaes lacrados pela autoridade aduaneira. Estes repartimentos só poderão ser abertos na Alfandega recebedora em presença da autoridade consular brasileira.

Em ambos estes casos fica dispensada a apresentação da relação a que se refere a clausula anterior, bastando para o despacho a indicação do numero dos volumes com as suas marcas e contra-marcas.

## X

As embarcações occupadas no commercio de transito conduzirão empregados fiscaes de ambas as Republicas, conforme as exigencias do serviço aduaneiro, afim de verificarem o destino das mercadorias.

## XI

Na exportação directa que do Perú se fizer para o Atlantico com baldeação ou deposito nos portos brasileiros de transito, se observará o estipulado nas clausulas anteriores referentes á importação, quanto aos documentos probatorios de sua procedencia quando for preciso depositar a mercadoria nos entrepostos ou depositos terrestres ou maritimos, omitindo cada Governo as diligencias que lhe competirem e forem consideradas desnecessarias.

## XII

Para que continue o transito dos artigos de exportação acima especificados, o consignatario promoverá, em vista das respectivas guias aduaneiras e do manifesto, o despacho de saída.

## XIII

Salvo o uso de papel sellado ou do sello de estampilhas, não se cobrará direito algum pela documentação relativa ao despacho de transito da mercadoria armazenada.

Quedam igualmente exentos de fianza de responsabilidade los consignatarios que consiguieren el transporte de las mercaderias en embarcaciones que, sin embargo de tocar en otros puertos intermediarios, los conduzcan en bodegas especiales selladas por la autoridad aduanera.

Sólo podrán ser abiertas esas bodegas en la aduana recibidora, en presencia de la autoridad consular brasileña.

Queda en ambos casos dispensada la presentación de la relación a que se refiere la clausula anterior, bastando para el despacho la indicación del numero de bultos con sus marcas y contra-marcas.

## X

Las embarcaciones empleadas en el comercio de transito conducirán empleados fiscaes de ambas Republicas, según las exigencias del servicio aduanero, afim de comprobar el destino de las mercaderias.

## XI

En la exportación directa que del Perú se hiciere para el Atlantico, con trasbordo ó deposito, en los puertos brasileños del transito, se observará lo estipulado en las clausulas anteriores referentes á la importación, respecto de los documentos probatorios de su procedencia cuando fuere preciso depositar la mercaderia en los *entrepostos* ó almacenes terrestres ó maritimos, omitiendo cada Gobierno las diligencias que le competieren y considerase innecesarias.

## XII

Para que continúe el tránsito de los articulos especificados de exportación, el consignatario promoverá, en vista de las respectivas guias aduaneras y manifesto, el despacho de salida.

## XIII

Salvo el uso del papel sellado ó sello de timbres, no se cobrará derecho alguno por la documentación relativa al despacho de tránsito de la mercaderia almacenada.

## XIV

Os productos brasileiros que se importarem no Perú, e os peruanos que se importarem no Brazil pelo Amazonas e seus afluentes communs, ficam isentos de todos e quaesquer direitos.

## XIV

Los productos brasileños que se importe en el Perú y los peruanos que se importe en el Brasil por el Amazonas y sus afluentes comunes, quedan exentos de todos y cualquiera derechos.

## XV

Não ha nacionalisação de mercadorias e, por conseguinte, as mercadorias estrangeiras que do Brazil forem exportadas para o Perú ou do Perú para o Brazil pagarão os direitos estabelecidos nas respectivas Alfandegas receptoras.

## XV

No hay nacionalización de mercaderías y por consiguiente las mercaderías extranjeras que del Brasil fueren exportadas para el Perú ó del Perú para el Brasil, pagarán los derechos establecidos en las respectivas aduanas receptoras.

## XVI

As Alfandegas remetterão relação das mercadorias em transito, além do manifesto respectivo que é de estylo enviar, sempre que for exigida pelos seus inspectores.

## XVI

Las aduanas se remitirán una relación de las mercaderías en transito, a mas del manifesto respectivo que es de estilo enviar, siempre que la exigiren sus administradores.

## XVII

O commercio de importação o exportação do rio Javary, margem brasileira ou peruana, fica sujeito a direitos aduaneiros inteiramente iguaes, sob as bases e formalidades adiante especificadas.

## XVII

El comercio de importación del rio Javary, margen brasileña ó peruana, queda sujeto a derechos aduaneros enteramente iguales, bajo las bases y formalidades que en seguida se especifica.

## XVIII

Em caso de algum contracto com embarcações ou companhias de navegação sobre diminuição de fretes para o commercio do rio Javary, essa diminuição será commum a ambos os paizes, além de que haja no transporte a mesma igualdade que na percepção dos direitos.

## XVIII

En caso de algun contracto con embarcaciones ó compañías de navegación, sobre rebaja de fretes para el comercio del rio Javary, dicha rebaja será comun a ambos países afin de que haya en el transporte la misma igualdad que en la percepción de derechos.

## XIX

As mercadorias ou productos de transito destinados ou procedentes do rio Javary trarão manifestos distinctos dos das demais cargas.

## XIX

Las mercaderías ó productos de tránsito destinados al Javary ó procedentes de dicho rio, llevarán manifestos distinctos de los de las demás cargas.

## XX

A gomma elastica procedente da região do rio Javary pagará, no acto de sua sahida, o imposto de dez por

## XX

La gomma elastica procedente de la región del rio Javary, pagará, en el acto de su salida, el impuesto de

cento (10 %) calculado sobre o seu valor official e sete por cento (7 %) os demais productos que da dita região ferem exportados.

## XXI

Este valor official será calculado sobre o das ultimas cotações dos ditos generos ou productos na praça de Manãos, que é a mais importante e a mais proxima do rio Javary.

## XXII

As mercadorias de importação (não brasileiras ou peruanas), com destino á região do Javary e para qualquer de suas margens, ficam sujeitas aos direitos que actualmente pagam pela legislação do Brazil enquanto o Congresso brasileiro não autorisar constitucionalmente o Governo a fazer uma redução especial para a Alfandega mixta, proposta por uma commissão mixta que attenderá á grande distancia e as condições do commercio daquella região.

## XXIII

As differenças de qualidade ou quantidade verificadas por occasião dos despachos e conferencia aduaneira serão sujeitas ao pagamento de direitos dobrados, afim de evitar ou reprimir o abuso.

## XXIV

Para a fiel execução do que fica estipulado com referencia ao commercio de *importação e exportação* do rio Javary, á sua fiscalisação e á arrecadação dos direitos aduaneiros, as Altas Partes Contractantes resolvem estabelecer em Tabatinga uma Alfandega mixta.

## XXV

Os empregados desta Alfandega serão nomeados pelo Governo do Brazil, constituindo o Governo do Perú uma agencia fiscal, ou interventor consular, que acompanhará

dez por ciento (10 %) calculado sobre su valor official y abonarán el siete por ciento (7 %) los demas productos que de la dicha región se exportaren.

## XXI

Se calculará ese valor official según las ultimas cotizaciones de los dichos artículos ó productos en la plaza de Manãos, por ser la de mayor importancia en la proximidad del rio Javary.

## XXII

Las mercaderias de importación (no brasileiras ni peruanas) con destino á la región del Javary y cualquiera de sus márgenes, quedan sujetas a los derechos que actualmente pagan segun la legislación del Brasil, mientras el Congreso brasileiro no autorice constitucionalmente el Gobierno á una reducción especial para la aduana mixta, propuesta por una comision mixta, que tendrá en cuenta la gran distancia y condiciones del comercio de aquella región.

## XXIII

Las diferencias de calidad ó cantidad encontradas en el despacho y confrontación aduanera, quedarán sujetas al pago de derechos dobles, afín de evitar ó reprimir el abuso.

## XXIV

Para el fiel cumplimiento de lo que estipulado queda, con referencia al commercio de *importación y exportación* del rio Javary, su fiscalización y recaudación de derechos aduaneros, las Altas Partes Contractantes resuelven establecer una aduana mixta en Tabatinga.

## XXV

Los empleados de esa aduana serán nombrados por el Gobierno del Brasil, constituyendo el de Perú una agencia fiscal ó interventor consular para las operaciones de los ma-

o serviço dos *manifestos, facturas, conhecimentos e guias* de entrada de mercadorias e saídas de productos, bem assim aos exames e diligencias nos armazens terrestres ou marítimos da Alfandega mixta.

## XXVI

Uma commissão mixta confeccionará um regulamento para ser observado na Alfandega mixta, depois de approvado pelos dous Governos.

## XXVII

Os actos da agencia fiscal ou do interventor consular prevalecerão para todos os effeitos aduaneiros no commercio de *importação e exportação* perante as Alfandegas brasileiras.

## XXVIII

As sommas provenientes dos direitos aduaneiros de importação ou exportação destinada ou procedente do Perú, arrecadadas na Alfandega mixta, serão entregues mensalmente á Alfandega de Iquitos, na especie recebida.

## XXIX

As embarcações que tiverem recebido *passé* em algum dos portos aduaneiros do Brazil com destino directo a *Iquitos* ou a qualquer outro porto do rio *Maranhão* ou *Amazonas peruano*, bem como as que dalli procederem destinadas a portos brasileiros ou estrangeiros, ficam isentas de dar *entrada* na Alfandega mixta de Tabatinga; só haverá visita fiscal e de policia nas ditas embarcações si tiverem de deixar ou receber passageiros.

## XXX

E' indispensavel o *passé*, concedido gratuitamente, da Alfandega mixta para que entrem as embarcações no rio Javary; e, uma vez despachados nessa Alfandega os productos dalli procedentes, seguirão as cargas a seu destino livres de quaesquer exames, onus ou impostos.

*nifestos, facturas, conocimientos y guias* de ingreso de mercaderias y salidas de los productos, asi como tambien para las diligencias y exámenes en los almacenes terrestres ó marítimos de la aduana mixta.

## XXVI

Una comisión mixta proyectará un reglamento que, despues de aprobado por ambos Gobiernos, regirá en la aduana mixta.

## XXVII

Los actos de la agencia fiscal ó del interventor consular prevalecerán para todos los efectos aduaneros en el comercio de *importación y exportación* ante las aduanas brasileñas.

## XXVIII

La cuantia de los derechos aduaneros de importación y exportación correspondientes al Perú, recaudada en la aduana mixta, se entregará mensualmente á la aduana de Iquitos, en la especie recibida.

## XXIX

Las embarcaciones que hubieren recibido *pase* en alguno de los puertos aduaneros del Brasil con destino directo para *Iquitos* ó cualquier otro puerto del rio *Marañon* ó *Amazonas peruano* y los que de estos últimos puntos del Perú procedieren con destino para puertos *brasileños* ó *extranjeros*, quedan exentos de dar *entrada* en la aduana mixta de Tabatinga: solo habrá visita fiscal y de policia en dichas embarcaciones si dejaren ó recibieren pasajeros.

## XXX

Es indispensable el *pase*, otorgado á titulo gratuito por la aduana mixta, para que entren las embarcaciones en el rio Javary; y, una vez despachados en esa aduana los productos de alli procedentes, seguirá la carga su destino, libre de todo examen, gabela ó impuesto.

## XXXI

Para melhor exercer-se a fiscalisação aduaneira e facilitar as relações commerciaes entre as Republicas do Brazil e Perú na região do Javary, o Governo do Brazil compromette-se a prolongar sua linha telegraphica até Tabatinga e o Perú a continualla da dita fronteira até Iquitos, onde funciona actualmente a principal Alfandega peruana limitrophe.

## XXXII

Quando, por haver-se infringido os regulamentos de policia concernentes ao livro transito fluvial, se tiverem embargado mercadorias, ou os navios ou embarcações menores que as conduzam, as duas Altas Partes Contractantes estipulam que se levantará tal embargo mediante a prestação de uma fiança ou caução sufficiente para assegurar o valor dos objectos detidos.

Do mesmo modo, quando a infracção não incorrer simão em pena de multa, permittir-se-ha ao infractor a continuação de sua viagem, assegurando a importancia da dita multa e seu effectivo pagamento dentro de um prazo conveniente.

## XXXIII

Si algum navio das Altas Partes Contractantes naufragar, soffrer avaria, ou for abandonado nas margens dos rios da outra, dor-se-hão ao dito navio e á sua tripulação a assistencia e protecção possiveis e o navio, qualquer parte delle, todo o seu apparelho e pertences e todos os effectos e mercadorias que se salvarem ou o seu producto, si se venderem, serão fielmente entregues a seus donos ou agentes devidamente autorizados.

Na falta destes ultimos, entregar-se-hão ao consul ou vice-consul respectivo, pagando unicamente as despesas occasionadas pela conservação da propriedade ou outras que se paguem em iguaes casos por navios nacionaes naufragados; o permittir-se-ha no dito caso de naufragio ou avaria descarregar, si for

## XXXI

Para ejercer mejor la fiscalización aduanera y facilitar las relaciones comerciales entre ambas Republicas, en la región del Javary, el gobierno del Brasil se compromete á prolongar su linea telegráfica hasta Tabatinga; y el Perú á continualla desde la dicha frontera hasta Iquitos donde funciona actualmente la principal aduana peruana limitrofe.

## XXXII

Quando por habersa infringido los reglamentos de policia concernientes al libro tránsito fluvial, se hubiere embargado mercaderias ó los buques ó embarcaciones menores que las conduzcan, las dos Altas Partes Contratantes estipulan que se alzará tal embargo, mediante la prestación de una fianza ó caución suficiente para asegurar el valor de los objectos detenidos.

Del mismo modo, cuando la infracción no meraciore sino la pena de multa, si permittirá al infractor la continuación de su viaje, asegurando el importe de dicha multa y su efectivo pago dentro de un plazo conveniente.

## XXXIII

Si algún buque de las dos Altas Partes Contratantes naufragase, sufriendo averia ó fuese abandonado en las márgenes de los rios de la otra, se dará a dicho buque y a su tripulación la asistencia e protección posibles y el buque, cualquiera parte de el, todo su aparejo y pertenencias y todos los efectos y mercaderias, que se salvaren, ó su producto si se vendieren, serán fielmente entregados á sus dueños ó agentes debidamente autorizados.

A falta de estos últimos se entregarán al respectivo consul ó vice-consul, pagando únicamente los gastos ocasionados en la conservación de la propiedad u otros que se paguen en iguales casos por buques nacionales naufragados; y se permittirá en dicho caso de naufragio ó averia descargar, si fuere necesario,

necessario, as mercadorias, ou effectos, que se achem a bordo, sem exigir por isto nenhum direito, salvo si se destinarem á venda ou consumo no paiz em que forem desembarcadas.

## XXXIV

Cada uma das duas Republicas substituirá em seus portos da via fluvial os antigos direitos denominados de pharol e balizas em beneficio da navegação pelo direito unico de tonelagem, recommendado pelo Congresso de Washington, o qual será cobrado sobre a tonelagem bruta, isto é, sobre a capacidade total do navio; o dito imposto só gravará ás embarcações que directamente se dirigirem aos seus portos ou que nelles entrarem por escala (salvo os casos de força maior) e quando carregarem ou descarregarem.

## XXXV

O direito de tonelagem será no maximo:

De 40\$ no Brazil e de 20 soles no Perú para os navios até de 200 toneladas;

De 60\$ no Brazil e de 30 soles no Perú para os navios até de 400 toneladas;

De 80\$ no Brazil e de 40 soles no Perú para os navios até de 700 toneladas;

De 100\$ no Brazil e de 50 soles no Perú para os navios de mais de 700 toneladas.

## XXXVI

São isentos do pagamento do direito de tonelagem:

1º, os transportes ou navios de guerra;

2º, os que medirem menos de 25 toneladas;

3º, os navios, que por qualquer causa imprevista ou irresistivel, se virem compellidos a arribar ao porto desviando-se do seu rumo.

4º, os hiates e demais embarcações de recreio.

las mercaderias ó efectos que se hallen á bordo, sin exigir por esto ningun derecho, salvo que se destinen á la venta ó consumo en el país en que se hubieren desembarcado.

## XXXIV

Ambas Repúblicas sustituyen en sus puertos de la via fluvial los antiguos derechos llamados de faros y balizas en beneficio de la navegación, con el derecho *único* de tonelaje recomendado por la conferencia de Washington, el cual se cobrará sobre el tonelaje bruto, es decir, sobre la capacidad total de la nave; dicho impuesto solo gravará á los buques que directamente se dirijan á sus puertos ó á los que en ellos entren por escala (salvo los casos de fuerza mayor), si estos allí cargaren ó descargaren.

## XXXV

El derecho maximum de tonelaje será:

De 40.000 réis en el Brasil y de 20 soles en el Perú para los buques hasta de 200 toneladas;

De 60.000 réis en el Brasil y de 30 soles en el Perú para los buques hasta de 400 toneladas;

De 80.000 réis en el Brasil y de 40 soles en el Perú para los buques hasta de 700 toneladas;

De 100.000 réis en el Brasil y de 50 soles en el Perú para los buques de mas de 700 toneladas.

## XXXVI

Quedan exentos del pago de derecho de tonelaje:

1º, los transportes ó buques de guerra;

2º, los que miden menos de veinticinco toneladas;

3º, los que por cualquiera causa imprevista e irresistible se vean obligados a arribar al puerto, desviándose de su rumbo;

4º, los yates y demás embarcaciones de paseo.

## XXXVII

A' excepção dos direitos de capatazias e armazenagem permittidos pela clausula VI a respeito das mercaderias depositadas e da tonelagem com que grava os navios a clausula XXXIV, o de estampilhas ou papel sellado a que se refere a clausula XIII, o transito fluvial não poderá ser gravado directa ou indirectamente com imposto algum, seja qual for a sua denominação e objecto.

## XXXVIII

As Republicas dos Estados Unidos do Brazil e do Perú obrigam-se respectivamente a não permitir que os indigenas sejam arrebatados e conduzidos do territorio de uma para o de outra Nação; e os que forem levados deste modo violento serão restituídos ás respectivas autoridades da fronteira, logo que forem reclamados.

## XXXIX

Fica sem effeito a convenção fluvial de 22 de outubro de 1858, a que substitue este tratado.

## XL

O presente tratado durará cinco annos e entrará em vigor aos noventa dias da troca das ratificações. Concluidos os cinco annos continuará, até que uma das Altas Partes Contratantes notifique á outra seu desejo de pôr-lhe termo; e cessará em todos os seus effeitos doze mezes depois da data desta notificação.

## XLI

O Governo do Brazil promoverá a approvação de todas as clausulas deste tratado, que pela Constituição Federal são da exclusiva competencia do Congresso do Estado do Amazonas.

Só depois de approvadas aquellas clausulas por esse Congresso, será o presente tratado ratificado, conforme a legislação de cada paiz, sendo

## XXXVII

Fuera de los derechos de peonaje y almacenaje que permite la cláusula VI respecto de las mercaderias depositadas, el de tonelaje con que grava á las naves la cláusula XXXIV, el de timbre ó papel sellado que indica la cláusula XIII, el tránsito fluvial no podrá ser gravado directa ni indirectamente con impuesto alguno, sea cual fuere su denominación y objeto.

## XXXVIII

Las Repúblicas de los Estados Unidos del Brasil y del Perú se obligan respectivamente á no permitir que los indigenas sean arrebatados y conducidos del territorio de la una al de la otra, y los que fueren llevados de ese modo violento serán restituídos á las respectivas autoridades de la frontera así que sean reclamados.

## XXXIX

Queda sin efecto la convención fluvial de 22 de octubre de 1858 que sustituye este tratado.

## XL

El presente tratado durará cinco años y entrará en vigor á los noventa dias del canje de las ratificaciones. Concluido el quinquenio, continuará hasta que una de las Altas Partes Contratantes notifique á la otra su deseo de ponerle término; y cesará en todos sus efectos doce meses despues de la fecha de esta notificación.

## XLI

El Gobierno del Brasil promoverá la aprobación de todas las cláusulas deste tratado que, según la Constitución Federal, son de exclusiva competencia del Congreso del Estado de Amazonas.

Solo despues de aprobadas aquellas clausulas por ese Congreso, será ratificado el presente tratado en conformidad con la legislación de

as ratificações trocadas em Lima, Rio de Janeiro ou outro lugar que opportunamente se designe.

cada país, siendo las ratificaciones canjeadas en Lima, Rio de Janeiro u otro punto que oportunamente se designe.

Em fé do que os Plenipotenciarios das Republicas do Brazil e do Perú o firmaram e sellaram.

En fé de lo cual, los Plenipotenciarios de las Republicas del Brasil y del Perú lo firmaron y sellaron.

Feito no Rio de Janeiro, aos 10 dias do mez de outubro de 1891.

Hecho en Rio de Janeiro a los diez dias del mes de octubre de mil ochocientos noventa y uno.

(L. S.) *Justo Leite Chermont.*

(L. S.) *Justo Leite Chermont.*

(L. S.) *Guillermo A. Scoane.*

(L. S.) *Guillermo A. Scoane.*



### DECRETO N. 2270 — DE 30 DE ABRIL DE 1896

Declara caduca a concessão constante do decreto n. 373, de 6 de junho de 1891, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Ouro Preto a Peçanha.

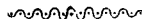
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representa o Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas na exposição que a este acompanha, decreta :

Artigo unico. E' declarada caduca a concessão feita pelo decreto n. 373, de 6 de junho de 1891, á Companhia de Obras Publicas e Empreza do Estado de Minas Geraes, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Ouro Preto a Peçanha, por falta de cumprimento de seu contracto.

Capital Federal, 30 de abril de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES-BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2271 — DE 2 DE MAIO DE 1896

Concede autorização á *Compagnie des Chemins de Fer Orientaux du Brésil* para funcceionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie des Chemins de Fer Orientaux du Brésil*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação á *Compagnie des Chemins de Fer Orientaux du Brésil* para funcceionar na Republica dos Estados Unidos do Brazil, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando a mesma companhia obrigada a cumprir as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 2 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2271 desta data**

I

A *Compagnie des Chemins de Fer Orientaux du Brésil* é obrigada a ter um representante no Brazil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com particulares.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente autorisação.

III

A companhia não poderá funcceionar em quanto não depositar no Thesouro Nacional a quantia de 20:000\$ (vinte contos de réis), em apolices da divida publica, para garantir o pagamento de futuros direitos e obrigações.

## IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia com a declaração do fim a que é destinado e de que não poderá ser levantado sinão por ordem do presidente da Junta Commercial da Capital Federal.

## V

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha que fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a licença para funcçãoar na Republica si infringir esta clausula.

## VI

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de 1:000\$ a 5:000\$ (um conto a cinco contos de réis).

Capital Federal, 2 de maio de 1896. — *Antonio Olynho dos Santos Pires.*

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro:

Certifico que me foi apresentado um exemplar do *Moniteur Belge* (jornal official do Governo Belga) com um annexo datado de 13 de fevereiro de 1896, no qual se achavam insertos os estatutos da *Compagnie des Chemins de Fer Orientaux du Brésil* (Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil), escriptos em francez, os quaes, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e dizem o seguinte, a saber:

## TRADUÇÃO

*Estatutos da Sociedade Anonyma sob a denominação de Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil (Compagnie des Chemins de Fer Orientaux du Brésil.)*

Perante M. Maurice Auguste Léon De Doncker, notario, residente em Bruxellas, compareceram:

1º, o Sr. Jean Gaulmin, proprietario, residente em Pariz, avenida Carnot n. 7;

2º, o Sr. Visconde do Guahy (Joaquim), banqueiro, residente no Rio de Janeiro (Brazil), agindo tanto no seu nome pessoal como no nome e como responsavel pela Companhia Estrada de Ferro Alto Tocantins, sociedade anonyma, cuja séde é no Rio de Janeiro ;

3º, o Sr. Ivo Bosch, banqueiro, residente em Pariz, rua de la Paix n. 10 ;

4º, o Sr. Charles Georges Paul, Barão Millin de Grandmaison, proprietario, residente em Pariz, boulevard de Latour Maubourg n. 41 bis, representado pelo Sr. Pedro Coll, aqui em seguida nomeado, seu procurador, em virtude de procuração particular datada em Pariz, de 22 de janeiro corrente ;

5º, o Sr. Lucien Du Bost, engenheiro, residente em Pariz, rua de la Beotie n. 5 ;

6º, o Sr. Paul Normandin, proprietario, residente em Pariz, rua Milton n. 24 ;

7º, o Sr. Pedro Coll, proprietario, residente em Pariz, rua de Berne n. 21 ;

8º, o Sr. Charles Faure Biguet, proprietario, residente em Pariz, rua de Sfax n. 8 ;

9º, o Sr. Leonce Lesueur, proprietario, residente em Pariz, boulevard Emile Augier n. 8 ;

10, o Sr. Henri Bonduel, banqueiro, residente em Pariz, rua d'Aumale n. 10 ;

11, o Sr. Eugène Vincent, negociante, residente em Pariz, rua do Louvre n. 3, representado pelo Sr. Charles Faure Biguet, acima nomeado, seu procurador, em virtude de procuração particular datada de Pariz, de 23 de janeiro corrente ;

12, o Sr. Gustave Allaimbi, proprietario, residente em Constantinopla, rua Dervisch n. 11, residente actualmente em Pariz, rua de Châteaudun n. 30, representado pelo Sr. Henri Bonduel, acima nomeado, seu procurador, em virtude de procuração particular datada em Pariz, de 23 de janeiro corrente ;

13, o Sr. Leopold La Croix, proprietario, residente em Pariz, avenida Wagram n. 24, representado pelo Sr. Leonce Lésueur, acima nomeado, seu procurador, em virtude de procuração particular datada em Pariz, de 23 de janeiro corrente ;

14, o Sr. João Soares de Oliveira, negociante, residente em Pariz, rua des Petites Ecuries n. 50, representado pelo Sr. Visconde do Guahy, acima nomeado, seu procurador, em virtude de procuração particular datada em Pariz, de 24 de janeiro corrente ; e

15, o Sr. Edouard Martin, negociante, residente em Pariz, rua des Petites Ecuries n. 50, representado pelo Sr. Visconde do Guahy, acima nomeado, seu procurador, em virtude de procuração particular datada em Pariz, de 24 de janeiro ultimo.

Os originaes das seis procurações supravisadas ficaram aqui annexos depois de annotação para serem sujeitos ao mesmo tempo á formalidade do registro.

Os quaes comparecentes, agindo os dous primeiros como fundadores e todos os outros por si e por seus contribuintes, como

subscriptores, pediram ao notario abaixo assignado que redigisse os estatutos de uma sociedade anonyma, que elles declaram formar como segue:

## TITULO I

### DENOMINAÇÃO, SÉDE, OBJECTO E DURAÇÃO

Art. 1.º Fica constituida uma sociedade anonyma sob a denominação de *Compagnie des Chemins de Fer Orientaux du Brésil* (Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil).

Esta sociedade será regida pelas disposições da lei belga e pelas dos presentes estatutos.

Art. 2.º A séde social é em Bruxellas ou na circumscripção bruxellense.

Será estabelecida uma séde administrativa em Pariz e uma outra no Rio de Janeiro.

A sociedade poderá ter agencias em outra qualquer parte, segundo for necessario e por simples decisão do conselho de administração.

Art. 3.º A sociedade tem por objecto :

A construcção e a exploração, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, de uma linha de estrada de ferro que partindo de Catalão dirija-se, por Palmas, para um ponto que vá dar á parte navegavel do rio Maranhão, no Estado de Goyaz;

Pôr em execução todas as vantagens e privilegios inherentes á dita concessão;

A construcção e a exploração dos prolongamentos desta linha que possam ser concedidos ulteriormente;

Todos os contractos e tratados commerciaes ou industriaes que directa ou indirectamente se relacionem com o objecto da sociedade.

A sociedade poderá tomar ou adquirir quaesquer novas concessões ou explorações de estradas de ferro no Brazil, com junções, no caso de necessidade, aos paizes limitrophes, receber quaesquer entradas ou cessões, fazer fusão ou alliar-se com outras sociedades ou fazer fusão ou entrar, sob uma forma qualquer, com as ditas concessões e explorações.

Art. 4.º A duração da sociedade é fixada em 30 annos, a contar desta data.

A dita sociedade póde ser successivamente prorogada por qualquer época ou dissolvida por antecipação, por deliberação da assembléa geral dos accionistas.

## TITULO II

### FUNDO SOCIAL, ACÇÕES, ENTRADAS

Art. 5.º O fundo social é fixado em vinte e cinco milhões de francos, dividido em cincoenta mil acções de 500 francos cada uma.

Art. 6.º Os Srs. Gaulmin e do Guahy, este ultimo em nome da sociedade que representa, entram para a presente sociedade com o seguinte:

1º, todos os seus direitos á concessão dada pelo Governo dos Estados Unidos do Brazil em 16 de outubro de 1890, de uma linha do estrada de ferro que partindo de Catalão dirija-se para Palmas, e indo dar a um ponto, que será determinado, da parte navegavel do rio Maranhão, no Estado de Goyaz, a qual concessão comporta além disso:

a) a garantia de 6 % ao anno de juros sobre 30:000\$ por kilometro, pagaveis ao cambio fixo de 27 d. esterlinos por 1\$ ou 353 réis por franco, isto é, em moeda franceza 85.000 francos por kilometro durante um prazo de 30 annos, á proporção e á medida que os trabalhos forem executados e recebidos;

b) a cessão gratuita dos terrenos devolutos, assim como dos denominados sesmarias, ou dos occupados, com a clausula para estes ultimos, de indemnisação a quem do direito, a tomar em uma zona maxima de 20 kilometros de cada lado, com a condição de que a superficie total desses terrenos não exceda de 10 kilometros de cada lado da linha;

c) a isenção de direitos de importação sobre os trilhos, materiais e instrumentos destinados á construcção das ditas linhas, assim como sobre o carvão necessario para o trafego da estrada de ferro;

d) o direito de preferencia, em igualdade de condições, para explorar as minas situadas na zona privilegiada;

2º, os estudos e accessorios relativos aos mesmos devidamente aceitos e approvados pelo Governo brasileiro, concernentes á linha do Catalão a Ribeirão do Iberuassú, isto é, cerca de 100 kilometros;

3º, um contracto de construcção das obras de infraestructura da dita estrada de ferro sobre uma extensão de 200 kilometros, segundo o traçado, os estudos e as convenções estipuladas;

Esta entrada ou contribuição é feita com a clausula eventual do que a sociedade das Estradas de Ferro Orientaes da Brazil, ora constituída, pagará á sociedade denominada Companhia Estrada de Ferro Alto Tocantins a quantia de 1.800 francos por kilometro á medida e á proporção que a linha se construir.

Em consequencia destas entradas ou contribuições, todos os direitos, obrigações e encargos que derivarem ou possam derivar da dita concessão e das convenções que della são consequentes, são transferidos e pertencem á presente sociedade com o mesmo titulo, como si ella os tivesse obtido directamente, de sorte que a sociedade presentemente constituída é subrogada pelo simples facto do presente instrumento em todos os direitos e obrigações dos concessionarios e ella deverá executar no seu logar e suas vezes, fazendo todos os onus impostos quer pelos contractos de concessão, quer pelas convenções subseqüentes.

Os subscriptores reconhecem que os Srs. Gaulmin e do Guahy, fundadores, deram-lhes conhecimento do conjunto das condições relativas tanto á concessão como á construcção da linha e os

ditos fundadores obrigam-se a depositar nos archivos da sociedade todos os documentos justificativos que estiverem em seu poder.

Em remuneração dessas entradas ou contribuições, são attribuidas aos Srs. Gaulmin e do Guahy, nos ditos nomes, que as distribuirão a quem de direito, segundo as suas convenções particulares, 49.500 acções integralisadas da presente sociedade.

Art. 7.º As 500 acções que formam o excedente do capital social são subscriptas pelos comparecentes, como segue :

O Sr. Ivo Bosch, subscriptor de 50 acções.....	50
O Sr. Lucien du Bost subscreve 50 acções.....	50
O Sr. Paul Normandin subscreve 20 acções.....	20
O Sr. Barão Millin de Grandmaison subscreve 20 acções.....	20
O Sr. Charles Faure Biguet subscreve 30 acções..	30
O Sr. Leonco Lesueur subscreve 10 acções.....	10
O Sr. Pedro Coll, subscriptor de 20 acções.....	20
O Sr. Jean Gaulmin subscreve 95 acções.....	95
O Sr. Bonduer subscreve 50 acções.....	50
O Sr. Eugène Vincent subscreve 25 acções.....	25
O Sr. Gustave Allaimbi, subscriptor de 20 acções..	20
O Sr. Leopold La Croix, subscriptor de 10 acções..	10
O Sr. Visconde do Guahy, no seu nome pessoal, subscriptor de 50 acções.....	50
O Sr. João Soares de Oliveira, subscriptor de 20 acções.....	20
O Sr. Edouard Martin, subscriptor de 30 acções...	30

Total das acções subscriptas..... 500

Foi paga na presença do notario e das testemunhas abaixo assignadas, sobre cada uma destas 500 acções subscriptas, uma entrada de dez por cento por acção, de forma que o pagamento total eleva-se a vinte e cinco mil francos.

Esta somma foi entregue ao Sr. Ivo Bosch, comparecente que a depositará na caixa social por conta da sociedade.

Art. 8.º A sociedade pôde augmentar ou reduzir o seu capital por decisão da assembléa geral.

Art. 9.º Nenhuma acção pôde ser emittida abaixo do par.

O direito de subscrever ao par quaesquer acções novamente emittidas é reservado aos accionistas em nome, na proporção do seu interesse social; estes deverão, sob pena de o perderem, fazer uso desse direito dentro do prazo de 15 dias, a contar da publicação feita no *Moniteur Belge*, pelo euidado do conselho de administração, da deliberação da assembléa geral autorisando a emissão.

Art. 10. A sociedade pôde crear obrigações, cuja emissão, taxa de juros e amortisação serão determinadas pelas assembléas geraes.

Art. 11. As chamadas de fundos serão feitas pelo conselho de administração por cartas registradas um mez, pelo menos, antes da exigibilidade do pagamento.

Todo o pagamento em atraso produzirá de pleno direito em proveito da sociedade juros á taxa de seis por cento ao anno, a contar do dia em que for exigível até o do pagamento.

Si o pagamento das entradas não for effectuado dentro dos 30 dias, o conselho de administração terá o direito, oito dias depois de uma simples publicação no *Moniteur Belge*, de fazer proceder na Bolsa de Bruxellas, pelo intermedio de um corretor, á venda das acções com entradas em atraso, por duplicata, por conta e risco dos retardatarios.

Os titulos das acções assim vendidas tornar-se-hão nulos de pleno direito e serão entregues aos adquirentes titulos novos, tendo os mesmos numeros que os antigos.

O preço proveniente da venda, deduzidas as despezas, pertencerá á sociedade e será imputado sobre o que for devido pelo accionista desapossado, o qual ficará responsavel pela differença para menos, assim como aproveitará do excedente, si o houver.

A faculdade de vender os titulos não obstará á que a sociedade lance mão do exercicio simultaneo dos meios ordinarios de direito.

Os accionistas terão em todo caso, mesmo na ausencia de chamadas de fundos, o direito de integralisar os seus titulos.

Art. 12. As acções são nominativas ou ao portador, á escolha do proprietario.

Conservam-se nominativas até a sua integralisação.

As condições e as despezas das conversões de acções nominativas em acções ao portador e de acções ao portador e em acções nominativas são determinadas pelo conselho de administração.

Art. 13. Na séde social existirá um registro das acções nominativas.

A propriedade de acção nominativa estabelece-se por uma inscripção neste registro.

A cessão realisa-se por uma declaração de transferencia feita no mesmo registro, datada e assignada pelo cedente e pelo cessionario ou seus procuradores.

Os certificados que provarem a inscripção serão passados aos accionistas ; esses certificados são assignados por dous administradores.

Uma das assignaturas pôde ser firmada por meio de chancela.

A sociedade não intervem sinão para regularisar a transferencia no registro das acções nominativas ou a conversão de acções.

Ella não é responsavel nem pela capacidade nem pela individualidade das partes, nem pelas consequencias da transferencia ou da conversão.

Art. 14. A acção ao portador é assignada por dous administradores.

Uma das duas assignaturas pôde ser firmada por meio de chancellia.

A cessão da acção ao portador realisa-se pela simples tradição do titulo.

Art. 15. Os accionistas não são responsaveis sinão pela importância das suas acções na sociedade.

Art. 16. Os direitos e obrigações inherentes à acção seguem o titulo, quaesquer que sejam as mãos por que passem.

Si houver diversos proprietarios de uma acção, a sociedade pôde suspender o exercicio dos direitos a ella inherentes, até que uma só pessoa seja designada como sendo proprietaria da acção.

A posse de uma acção importa adhesão aos estatutos sociaes e às deliberações da assembleáa geral.

Os herdeiros ou credores de um accionista não podem, sob qualquer pretexto que seja, provocar a opposição de sellos sobre os bens e valores da sociedade, nem ter, por fórma alguma, ingerencia na sua administração.

Eles, para o exercicio dos seus direitos, conformam-se com os balanços sociaes e com as decisões da assembleáa geral.

### TITULO III

#### ADMINISTRAÇÃO, FISCALISAÇÃO, DIRECÇÃO

Art. 17. A sociedade é administrada por um conselho cujo numero de membros, que não poderá ser inferior a tres, será determinado pela assembleáa geral de accionistas.

Art. 18. A fiscalisação da sociedade é confiada a um, dous ou tres commissarios, tambem nomeados pela assembleáa geral e por ella revogaveis.

Art. 19. Cada administrador deve affectar por privilegio 50 acções da sociedade à garantia de sua gestão.

A caução que cada commissario terá de fornecer é fixada em vinte acções da sociedade.

O proprietario das acções fará menção dessas cauções no registro dos accionistas para as acções nominativas.

As acções ao portador são depositadas nas caixas da sociedade ou em poder de terceiro e designado pela assembleáa geral.

Art. 20. O primeiro conselho de administração e o collegio dos commissarios deixarão as suas funcções no dia da assembleáa geral ordinaria que encerrar o quinto exercicio.

A partir dessa época cada anno, um administrador e um commissario são sujeitos a reeleição.

Todavia, si o numero dos administradores for de mais de seis a substituição alternada é feita de maneira que por uma ou mais salidas de duas pessoas o mandato de cada administrador seja limitado a seis annos.

A ordem de sahida será regulada pela sorte.

Os mandatos cessam no dia seguinte ao dia da assembléa geral annual.

Os administradores ou commissarios que se retirarem são reelegiveis.

No caso de vaga de um logar de administrador o conselho geral tem o direito de preencher-a provisoriamente.

Neste caso a assembléa geral, na occasião da sua primeira reunião, procede á eleição definitiva.

Si o numero dos commissarios ficar reduzido em consequencia do fallecimento ou por outra causa, de mais de metade, o conselho de administração deve convocar immediatamente a assembléa geral para prover a substituição dos commissarios que faltarem.

O administrador ou o commissario eleito em substituição de um membro demissionario ou que deixar por outra qualquer causa de fazer parte da administração ou da fiscalização, completa o periodo daquelle a quem substitue.

Art. 21. Os administradores recebem a titulo de remuneração um tanto dos lucros, como está estipulado no art. 47 aqui em seguida.

Este tanto é repartido entre elles pela maneira que for estabelecida pelo conselho da administração.

A assembléa geral dos accionistas pôde conceder aos administradores e aos commissarios indemnisações fixas a mais dos tantos de lucros determinados no art. 47.

Os administradores e os commissarios tem além disso direito ao reembolso das despesas de viagem feitas por elles no interesse da sociedade.

A assembléa geral fixa os emolumentos dos commissarios nos limites da lei.

Art. 22. O conselho de administração elege entre os seus membros um presidente, um vice-presidente, e no caso de impedimento um administrador é designado para substitui-los.

O conselho elege um secretario, que poderá ser escolhido fóra dos seus membros.

Art. 23. O conselho de administração se reúne por convocação do presidente, do vice-presidente ou do administrador que os substituir tantas vezes quantas o interesse da sociedade o exigir, em Bruxellas ou em Pariz.

Os membros do conselho que habitarem no Rio de Janeiro, terão, fica bem entendido, o direito de se fazer representar nas sessões do dito conselho.

O conselho deve ser convocado quando a maioria dos administradores o exigir.

As convocações, salvo o caso de urgencia, serão feitas com oito dias, pelo menos, de antecedencia.

Art. 24. O conselho de administração não pôde deliberar si a maioria dos seus membros não estiver presente ou representada, as suas decisões serão tomadas pela maioria de votos, no caso de igualdade de votos o voto do presidente ou daquelle que o substituir é preponderante.

No caso em que um administrador tenha um interesse opposto ao da sociedade, em uma operação sujeita à approvação do conselho de administração, elle não poderá tomar parte nessa deliberação e as resoluções devem ser tomadas em conselho de administração reunindo a maioria dos outros membros.

Os poderes de um administrador para se fazer representar no seu logar e suas vezes fazendo não poderão ser dados sinão a um dos seus collegas; nenhum administrador poderá exercer mais de um desses mandatos e não poderá reunir mais de dous votos, um por si e outro pelo seu constituinte.

Art. 25. As deliberações do conselho de administração constarão de actas inscriptas em um registro especial archivado na séde da sociedade.

As actas são assignadas pelos membros que tomarem parte na deliberação.

As cópias e extractos são assignados pelo presidente ou por dous outros membros do conselho de administração.

Art. 26. O conselho de administração é investido, sem limitação, dos poderes os mais amplos para a gestão dos negocios sociaes.

Póde, por consequinte, autorisar e consentir todos os actos e operações comprehendidos no objecto social ou que a elle sejam concernentes, assim como quaesquer convenções e contractos com outras companhias ou sociedades, ou com particulares.

Trata, transige e compromette sobre todos os negocios sociaes.

Faz quaesquer aquisições e alienações de immoveis, assim como de valores moveis, fundos publicos e de outra natureza, consente quaesquer transferencias e onus hypothecarios, exerce quaesquer acções judiciais, proseguiimentos e diligencias do conselho de administração, do vice-presidente, do membro que os substituir ou do director, renuncia a quaesquer direitos de privilegio e de hypotheca e dá levantamento de quaesquer inscripções, tanto antes como depois do pagamento.

Póde igualmente entrar em ajuste, acceitar e passar ou celebrar qualquer especie de contractos de construcções de estradas de ferro.

Póde tambem contrahir, tanto na Europa como no Brazil, emprestimos com ou sem hypotheca sobre os bens de sociedade, quer por via de obrigações, quer por outra fórma.

Representa a sociedade em Juizo e perante a administração publica com toda a plenitude dos seus poderes.

Nomeia, suspende, revoga e despede os agentes e os empregados da sociedade, fixa os seus honorarios, salarios, gratificações e indemnisações.

Regularisa as contas que tenham de ser sujeitas á assembléa geral.

Fixa provisoriamente os dividendos a distribuir.

A enumeração destes poderes não é limitativa, mas simplesmente enunciativa; tudo quanto não é expressamente reservado pelos estatutos ou pela lei á assembléa geral é da competencia do conselho de administração.

Art. 27. O conselho de administração pôde, para fins determinados, delegar todos ou parte dos seus poderes em um ou mais dos seus membros e constituir mandatarios para fins especiaes.

Poderá dar a um ou mais dos seus membros o título de administrador delegado.

Decidirá si ha lugar de conceder-lhes indemnizações especiaes, quer regulares, quer temporarias, que serão prelevadas sobre as despesas geraes.

Art. 28. O conselho de administração pôde nomear um director escolhido fóra do conselho e tem o direito de o revogar e substituir.

Art. 29. Os poderes do director são determinados pelo conselho de administração.

Elle é especialmente encarregado de executar as decisões do conselho de administração. Presta-lhe contas de todos os negocios. Submette-lhe todas as propostas que o interesse da sociedade reclamar.

Art. 30. Os papeis de gestão diaria são assignados por um administrador delegado para este fim ou pelo director, si o houver.

Todos os outros papeis ou documentos que obrigarem a sociedade são assignados por dous administradores, tanto na Europa como no Brazil, ou por um administrador e o director.

Art. 31. Os commissarios tem, quer collectivamente quer individualmente, um direito illimitado de fiscalisação sobre as operações da sociedade.

Podem tomar conhecimento, sem removerem os documentos, dos livros, da correspondencia, das actas e em geral de toda a escripturação da sociedade.

Os commissarios devem sujeitar á assembleá geral o resultado da sua missão com as propostas que julgarem convenientes, e dar-lhe a conhecer a maneira pela qual verificaram os balanços.

Art. 32. Os administradores e os commissarios reunidos formam o conselho geral.

O conselho geral procede á nomeação dos administradores que faltarem no caso previsto no § 7º do art. 20 supra, e em geral delibera sobre todas as propostas que lhe são submettidas pelo conselho de administração.

O presidente do conselho de administração, o vice-presidente ou um membro do conselho designado para substituil-os presidem o conselho geral.

As actas dessas sessões são lavradas e assignadas como fica dito no art. 25.

As cópias ou extractos são assignados pelo presidente ou por dous administradores.

## TITULO IV

### ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 33. A assembleá geral dos accionistas tem os poderes os mais amplos para fazer ou ratificar os actos que interessem a sociedade.

Ella representa a universalidade dos accionistas e as suas decisões, regularmente tomadas, são obrigatorias, mesmo para os ausentes e os dissidentes.

Ella tem o direito de introduzir modificações nos estatutos, mas sem poder mudar o objecto essencial da sociedade.

Art. 34. Em cada anno, em Bruxellas ou na circumscripção bruxellense, na quarta segunda-feira do mez de maio, ás 2 horas da tarde reunir-se-ha uma assembléa geral ordinaria dos accionistas da sociedade.

O conselho de administração e os commissarios podem convocar assembléas geraes extraordinarias.

Elles devem convocar-as a requerimento de accionistas que representem a quinta parte do capital social, pelo menos.

Art. 35. As convocações para qualquer assembléa geral contem a ordem do dia e são feitas por annuncios insertos duas vezes, com oito dias de intervallo, pelo menos, e oito dias antes da assembléa no *Moniteur Belge*, em um jornal de Bruxellas e em um jornal encarregado dos annuncios legais em Pariz.

Cartas missivas são dirigidas, oito dias antes da assembléa, aos accionistas em nome, mas sem que seja justificado o preenchimento desta formalidade.

Si todas as acções forem nominativas, as convocações poderão ser feitas unicamente por cartas registradas.

Art. 36. A assembléa geral se compõe de todos os accionistas. Cada accionista tem tantas acções quantos votos possuir.

Art. 37. Os accionistas inscriptos em nome cinco dias, pelo menos, antes da assembléa, serão recebidos, apresentando o seu certificado nominativo.

Os proprietarios de acções ao portador devem, para serem admittidos na assembléa, apresentar um certificado de deposito dos seus titulos, cinco dias pelo menos, antes da assembléa, na séle social ou em poder de um dos banqueiros que será designado nos avisos de convocação.

Art. 38. Ninguém póde representar um accionista na assembléa geral, sem que seja elle proprio accionista.

As procurações, cuja fórmula poderá ser determinada pelo conselho de administração, deverão ser depositadas na séle social, tres dias, pelo menos, antes da época fixada para a reunião; a mesa da assembléa poderá, todavia, por decisão unanime, admittir derogações no prazo marcado para o deposito dessas procurações.

Art. 39. A assembléa delibera sobre a approvação das contas annuaes depois de ter ouvido os relatorios do conselho de administração e do collegio dos commissarios.

Ella determina o numero dos membros do conselho de administração e do collegio dos commissarios, procede á sua nomeação e fixa os emolumentos annuaes relativos a essas funcções, afóra as percentagens beneficiarias fixadas no art. 47.

Art. 40. A assembléa geral é regularmente constituida, qualquer que seja o numero das acções representadas e as deliberações são tomadas pela maioria de votos.

No entanto, quando se tratar de deliberar sobre a prorrogação da duração ou da dissolução antecipada da sociedade, sobre o aumento ou a redução do capital social, sobre a criação e a emissão de obrigações, sobre modificações a introduzir nos estatutos, sobre a nomeação dos liquidantes e os poderes a conferir-lhes, a assembléa não estará validamente constituída sinão si os membros que assistirem à reunião representarem, pelo menos, a metade do capital social.

Si esta condição não for preenchida, uma nova convocação será necessaria e a nova assembléa deliberará validamente qualquer que seja a parte do capital representada pelos accionistas presentes e representados.

Tanto em um como em outro caso, proposta alguma é admittida si não reunir tres quartas partes dos votos dos accionistas presentes e representados.

Art. 41. A mesa da assembléa compõe-se dos membros do conselho de administração.

A assembléa é presidida pelo presidente ou vice-presidente do conselho de administração ou por um outro membro deste conselho, que será designado pelos seus collegas.

A mesa designa o secretario e no caso de votação chama dous accionistas para escripta-lores.

No caso de ausencia do presidente ou do vice-presidente do conselho de administração, ou de um outro membro deste conselho delegado para presidir a assembléa geral, esta assembléa designa ella propria o presidente, o secretario e os escripta-dores.

Uma lista de presenca indicando os nomes dos accionistas e o numero de acções que representam devera ser assignada por cada um d'elles e antes de entrar para a assembléa.

O escriptinio secreto tem logar si for pedido por accionistas possuindo a vigesima parte do capital social: é obrigatorio para todos os casos de nomeação ou de revogação.

No caso de nomeação, si a maioria não for obtida no primeiro escriptinio, proceder-se-ha a uma votação por espheras entre os dous candidatos que tiverem obtido mais votos e no caso de igualdade de suffragios o mais velho será proclamado.

Art. 42. As actas das assembléas geraes são assignadas pelos membros da mesa.

As cópias ou extractos dessas actas são assignados por dous administradores.

## TITULO V

### INVENTÁRIOS, BALANÇOS E DIVIDENDOS

Art. 43. O anno social começa em 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro. O primeiro exercicio comprehende o periodo de tempo a decorrer desde a data da constituição da sociedade até 31 de dezembro de 1896.

Art. 44. Cada anno, em 31 de dezembro, as contas da sociedade são regularisadas e a administração organisa um inventario contendo a indicação dos valores activos e do passivo da sociedade com um annexo contando, em resumo, todos os seus compromissos.

A administração organisa o balanço e a conta de lucros e perdas nos quaes teem de ser feitas as amortisações necessarias.

Ella entrega os documentos, com um relatorio sobre as operações da sociedade um mez pelo menos antes da assemblea geral ordinaria, aos commissarios, que devem fazer um relatorio contendo as suas propostas.

Quinze dias antes da assemblea geral, o balanço, a conta de lucros e perdas, assim como a lista dos accionistas indicando o numero das suas acções e o seu domicilio, estarão na sede social para a inspecção destes ultimos.

O balanço e a conta de lucros e perdas são enviados aos accionistas em nome, ao mesmo tempo que a convocação, assim como o relatorio dos commissarios, si elle não concluir pela adopção completa do balanço.

Art. 45. A assemblea geral annual toma conhecimento dos relatorios dos administradores e dos commissarios e discute o balanço.

O conselho de administração tem o direito de prorogar, no correr da sessão, a assemblea por tres semanas.

Esta prorrogação annulla qualquer decisão tomada. A segunda assemblea tem o direito de encerrar definitivamente o balanço.

Art. 46. O balanço e a conta de lucros e perdas são publicados na quinzena que se seguir á sua approvação, a expensas da sociedade e pelo cuidado dos administradores, de conformidade com a maneira determinada pelo art. 10 da lei de 18 de maio de 1873.

Art. 47. O excedente activo do balanço, deduzidas as despezas geraes, as despezas de exploração, os onus de emprestimos para juros e amortisações, assim como as amortisações por diminuição de valor, constitue o lucro liquido da sociedade.

Sobre o lucro liquido far-se-ha annualmente uma retirada de 5 % pelo menos que será affecta á formação de um fundo de reserva, esta retirada deixa de ser obrigatoria quando o fundo de reserva attingir á decima parte do capital social.

Será em seguida prelevada a quantia sufficiente para distribuir ás acções um primeiro dividendo de 5 % sobre a importância paga ou integralisada.

O excedente, si houver logar, será repartido como segue :

1º, dez por cento aos administradores;

2º, o restante ás acções integralisadas indistinctamente, a titulo de segundo dividendo.

Art. 48. Os dividendos são pagos nas épocas que serão fixadas pelo conselho de administração.

Todos os dividendos não recebidos nos cinco annos da sua exigibilidade prescrevem e tornam-se propriedade da sociedade.

Serão elles entregues para o fundo de reserva.

## TITULO VI

## DISSOLUÇÃO-LIQUIDAÇÃO

Art. 49. Conforme se declara no art. 40, a sociedade pôde a todo tempo ser dissolvida por deliberação da assembléa geral dos accionistas.

No caso de perda de metade do capital social os administradores devem submeter à assembléa geral a questão da dissolução da sociedade.

Si a perda attingir às tres quartas partes do capital, a dissolução poderá ser pronunciada pelos accionistas possuindo a quarta parte das acções representadas na assembléa.

Art. 50. A dissolução deve ser pronunciada a requerimento de qualquer interessado, quando decorrerem seis mezes desde a época em que o numero dos associados ficar reduzido a menos de sete.

Art. 51. Ao expirar o prazo da sociedade ou no caso de dissolução antecipada, a assembléa geral tem os direitos os mais amplos para escolher os liquidantes e para determinar os seus poderes.

Art. 52. No caso de liquidação depois do pagamento das dividas e encargos da sociedade, prelevar-se-ha, si o caso se der, a quantia necessaria para pagar às acções integralisadas, a differença entre o seu valor nominal e a importancia já chamada ou a chamar, como se declara no paragrapho seguinte sobre as acções não integralisadas.

No caso de insufficiencia do activo, os pagamentos sobre estas ultimas acções deverão ser completados até a devida concorrência para perfazer o reembolso de que se trata.

O saldo do haver social será repartido entre todas as acções indistinctamente.

## TITULO VII

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 53. O numero dos commissarios da sociedade é fixado em dous para a primeira vez.

São chamados para exercer essas funcções os Srs. Barão Charles, Georges Paul, Barão Millin de Grandmaison e o Sr. Paul Normandin, com as qualidades supra especificadas.

Fica entendido que no caso de impedimento de um dos dous commissarios, por qualquer motivo que seja, o relatorio sobre as coutas, assim como tudo quanto diz respeito ao mandato dos commissarios para o exercicio de 1896, poderão ser apresentados por um só commissario.

Art. 54. Logo depois da constituição da presente sociedade os accionistas, sem outra convocação, se reunirão para deliberar sobre as materias seguintes :

- 1.º Fixar o numero dos membros do conselho de administração.
- 2.º Proceder à sua nomeação e à fixação dos emolumentos dos administradores e dos commissarios.
- 3.º Poderes a dar ao conselho de administração para emitir obrigações, fixar a taxa de juros e de amortisação das mesmas e regular as condições de emissão.
- 4.º E tomar quaesquer decisões sobre as questões de ordem.

## TITULO VIII

### DOMICILIO DOS ACCIONISTAS

Art. 55. Qualquer accionista em nome, não domiciliado na Belgica, será obrigado a eleger ahi domicilio para tudo quanto for concernente à execução do presente instrumento e estatutos.

Na falta de eleição de domicilio, este será de pleno direito considerado como eleito em Bruxellas.

### DISPOSIÇÃO ADDICIONAL

Art. 56. Para representar o pagamento dos 1.800 francos por kilometro que a Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil deverá eventualmente pagar à Companhia Estrada de Ferro Alto Tocantins, à medida que for construida a linha de Catalão a Palmas prevista pelo art. 6º supra, esta ultima companhia terá o direito de crear um numero de titulos ou vales, cuja quantidade e valor nominal serão deixados à sua escolha e pela forma que lhe convier.

A Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil reconhecerá esses titulos como valiosos depois da sua creação e pagará a seu tempo e a cada titulo a parte que lhe cabe sobre os 1.800 francos por kilometro à medida que os trabalhos progredirem.

Do que se lavrou o presente, lido aos comparecentes, feito sob modelo, feito e passado em Bruxellas no anno de 1896, aos 25 de janeiro, na presença de Guillaume Joseph Vanhememelryck e de Leopold Duquesne, ambos residentes em Bruxellas, testemunhas.

E depois de leitura os comparecentes, as testemunhas e o notario assignaram. — *Yvo Bosch.* — *Visconde do Guahy.* — *J. Gaulmin.* — *P. Normandin.* — *Pedro Coll.* — *Charles Faure Biquet.* — *L. Lesneur.* — *H. Bonduel.* — *L. Du Bost.* — *Vanhemeltryck.* — *L. Duquesne.* — *M. de Doncker.*

Registradas dez folhas de papel sellado, e 16 chamadas em Bruxellas (Norte) aos 30 de janeiro de 1896, vol. 654, fl. 4.º. casa 7. Recebi pelo contracto da sociedade, sete francos. — O recebedor *Valcke.*

## ANNEXOS

1. Eu abaixo assignado, Charles Georges Paul, barão Millin de Grandmaison, residente em Pariz, boulevard de Latour Maubourg n. 41 bis, dou procuração ao Sr. Pedro Coll, proprietario em Pariz, rua de Berne n. 21, para subscrever 20 acções da Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil, cujos estatutos vão ser redigidos por M. de Doncker, notario em Bruxellas, comparecer ao acto na minha qualidade de subscriptor, assignar e fazer sobre as minhas acções subscriptas as entradas exigidas pela lei, fixar a sêde, o objecto e a duração da sociedade, o capital social e as outras disposições dos estatutos.

Para os fins supra passar e assignar quaesquer documentos, eleger domicilio e fazer o necessario.

Pariz, 22 de janeiro de 1896.

Vale por procuração, *Bardo Millin de Grandmaison*.

Annexo a uma escriptura passada em 15 de janeiro de 1896, perante o notario De Doncker em Bruxellas abaixo assignado, na presença das testemunhas, igualmente abaixo assignadas, *Wanhemeltrych, L. Duquesne, M. de Doncker*.

Registrado em Bruxellas (Norte) em 30 de janeiro de 1896, vol. 75, fls. 30 v., c. 4.— Recebi 2 franc. 40 c/m. O recebedor, *Walche*.

2. O abaixo assignado, Eugène Vincent, negociante, residente em Pariz, rua du Louvre n. 3, declara constituir seu procurador especial, o Sr. Charles Faure Biguet, proprietario, residente em Pariz, rua de Sfax n. 8, a quem dá poderes para por elle e no seu nome concorrer para a constituição de um sociedade anonyma que terá por denominação Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil e que deverá ser sujeita às leis em vigor na Belgica, fixar a sêde, o objecto e a duração da sociedade, o capital social e outras disposições dos estatutos, fazer quaesquer entradas, subscrever 25 acções da sociedade, fazer sobre essas acções subscriptas as entradas prescriptas pela lei e pelos estatutos.

Tomar parte em quaesquer nomeações e deliberações e decisões que forem consequência dessas nomeações e dos estatutos e tomar parte para esse fim em quaesquer assembléas de fundadores.

Passar e assignar quaesquer documentos, eleger domicilio, subestabelecer e em geral fazer tudo quanto for util e necessario para o cumprimento deste mandato.

Feito em Pariz, em 23 de janeiro de 1896.

Vale por procuração.— *E. Vincent*. (Estava registrada.)

3. O abaixo assignado, Gustave Allaimbi, proprietario, residente em Constantinopla, rua Dervisch n. 11, habitando em Paris, rua de Chateaudun n. 30, declara constituir como seu procurador especial o Sr. Henri Bonduel, banqueiro, residente em Paris, a quem dá procuração para por elle e no seu nome concorrer para a constituição de uma sociedade anonyma que terá por denominação Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil e que deverá ser sujeita ás leis em vigor na Belgica, fixar a séde, o objecto e a duração da sociedade, o capital social e outras disposições, subscrever 20 acções, fazer as entradas prescriptas pela lei e pelos estatutos.

Tomar parte nas nomeações, deliberações e decisões da sociedade.

Passar e assignar quaesquer documentos, eleger domicilio, substabelecer e em geral fazer o que for util e necessario.

Feito em Paris aos 23 de janeiro de 1896. — *Gustave Allaimbi*, (Estava registrada.)

4. O abaixo assignado, Léopold La Croix, proprietario, residente em Paris, avenida Wagram n. 24, declara constituir seu procurador especial o Sr. Leonce Lesueur, proprietario, residente em Paris, a quem dá poderes para por elle e no seu nome concorrer para a constituição de uma sociedade que terá a denominação de Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil e deverá ser sujeita ás leis em vigor na Belgica, fixar a séde, o objecto e a duração da sociedade, o capital social e outras disposições dos estatutos, assignar 10 acções da companhia, fazer as entradas exigidas pela lei e por estes estatutos.

Tomar parte em nomeações, deliberações e decisões, eleger domicilio, substabelecer e em geral fazer o necessario.

Feito em Paris, 23 de janeiro de 1896. — *L. La Croix*. (Estava registrada.)

5. O abaixo assignado, João Soares de Oliveira, negociante, residente em Paris, declara constituir seu procurador especial o Sr. Visconde do Guahy, a quem dá poderes para por elle e no seu nome concorrer para a constituição da Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil e que deverá ficar sujeita ás leis em vigor na Belgica, fixar a séde, o objecto e a duração da sociedade, o capital social e outras disposições, subscrever vinte acções da sociedade, fazer as entradas exigidas pela lei.

Tomar parte na nomeação dos commissarios, em quaesquer deliberações e decisões, eleger domicilio, substabelecer e fazer o necessario.

Feito em Paris em 24 de janeiro de 1896 — *João Soares de Oliveira*.

6. O abaixo assignado, Edouard Martin, negociante, residente em Paris, declara constituir seu procurador especial o Sr. Visconde do Guahy, a quem dá procuração para por elle e no seu

nome concorrer á constituição de uma sociedade anonyma que terá a denominação de Companhia das Estradas de Ferro Orientaes do Brazil e que deverá ser sujeita ás leis em vigor na Belgica, subscrever 30 accções, fazer as entradas exigidas pela lei.

Tomar parte na nomeação de commissarios e administradores, em deliberações e decisões, eleger domicilio, substabelecer e fazer o necessario.

Feito em Pariz em 24 de janeiro de 1896.—*E. Martin*. (Estava registrada.)

#### SOCIEDADE ANONYMA DAS ESTRADAS DE FERRO ORIENTAES DO BRAZIL

##### *Nomeação dos administradores*

Acta da assembléa geral extraordinaria dos accionistas, que teve logar depois da constituição da sociedade, perante M. de Doncker, notario em Bruxellas, na presença de Guillaume Joseph Vanhemelryck e de Leopold Duquesne, ambos residentes em Bruxellas, testemunhas, hoje 25 de janeiro de 1896, no cartorio do dito M. de Doncker, praça de Brouckère n. 30 em Bruxellas.

A sessão é aberta sob a presidencia do Sr. Paul Normandin, proprietario, residente em Pariz, rua Milton n. 26, um dos commissarios nomeados pelos estatutos.

Acham-se presentes ou representados todos os accionistas da sociedade, a saber :

1º, o Sr. Jean Gaulmain, proprietario, residente em Pariz, avenida Carnot n. 7 ;

2º, o Sr. Visconde do Guahy (Joaquim), banqueiro, residente no Rio de Janeiro (Brazil) ;

3º, o Sr. Ivo Bosch, banqueiro, residente em Pariz, rua de la Paix n. 10 ;

4º, o Sr. Charles George Paul, Barão Millin de Grandmaison, proprietario, residente em Pariz, representado pelo Sr. Pedro Coll, seu procurador em virtude de procuração particular passada em Pariz em 22 de janeiro corrente, cujo original ficou aqui annexo ;

5º, o Sr. Lucien du Bost, engenheiro, residente em Pariz, rua de la Beotie n. 5 ;

6º, o Sr. Paul Normandin ;

7º, o Sr. Pedro Coll, proprietario, residente em Pariz, rua de Berne n. 21 ;

8º, o Sr. Charles Faure Biguet, residente em Pariz, rua de Sfax n. 8 ;

9º, o Sr. Léonce Lesneur, proprietario, residente em Pariz, Boulevard Emile Augier n. 8 ;

10, o Sr. Henri Bonduel, banqueiro, residente em Pariz, rua d'Aumale n. 10 ;

11, o Sr. Eugène Vincent, negociante, residente em Pariz, rua du Louvre n. 3, representado pelo Sr. Charles Faure Biguet, seu procurador, em virtude de procuração passada em Pariz em 23 do corrente ;

12, o Sr. Gustave Allaimbi, proprietario em Constantinopla, residente actualmente em Pariz, rua de Chateaudun n. 30, representado pelo Sr. Henri Bonduel, seu procurador, em virtude de procuração passada em Pariz em 23 de janeiro corrente ;

13, o Sr. Leopold La Croix, proprietario, residente em Pariz, avenida de Wagram n. 24, representado pelo Sr. Léonce Lesueur, seu procurador, em virtude de procuração passada em Pariz em 23 de janeiro corrente ;

14, o Sr. João Soares de Oliveira, negociante, residente em Pariz, representado pelo Sr. Visconde do Guahy, seu procurador, em virtude de procuração particular datada em Pariz, de 23 do corrente.

Os originaes das seis ultimas procurações ficaram annexos à minuta da escriptura de constituição da sociedade, lavrada pelo notario abaixo assignado, nesta data.

Deliberando de conformidade com os arts. 17 e 20 dos estatutos, a assembléa fixa para a primeira vez o numero dos administradores em quatro e da do conselho de administração os poderes de chamar ainda tres administradores de fôrma a elevar o numero dos membros do dito conselho até sete, sob reserva de ratificação pela proxima assembléa geral.

Esta resolução é unanimemente adoptada.

A assembléa por unanimidade nomeia para as funções de administrador:

1º, o Sr. Visconde do Guahy, proprietario, residente no Rio de Janeiro (Brazil);

2º, o Sr. Yvo Bosch, banqueiro, residente em Pariz, rua de la Paix n. 10 ;

3º, o Sr. Lucien du Bost, engenheiro, residente em Pariz, rua de la Beotie n. 5 ;

4º, o Sr. Jean Gaulmain, proprietario, residente em Pariz, avenida Carnot n. 7.

Deliberando em seguida sobre a emissão de obrigações, a assembléa decide por unanimidade dar ao conselho de administração os poderes necessarios affin de emittir obrigações, por conseguinte ella autorisa o dito conselho a crear 20.000 obrigações de seis por cento, de 500 francos cada uma, produzindo os juros annuaes de 30 francos, pagaveis por trimestres vencidos ou, si o julgar preferivel para o interesse da sociedade, 100.000 obrigações de seis por cento, de 100 francos cada uma, produzindo o juro annual de seis francos, pagaveis por trimestres vencidos.

Estes titulos serão amortisavos ao par e dentro de um prazo de 30 annos segundo um quadro que será organizado ao cuidado do conselho de administração.

O pagamento dos coupons no vencimento, assim como o reembolso das acções amortisadas, terá logar em Bruxellas, Pariz,

Rio de Janeiro e em qualquer outro logar que possa ser fixado pelo conselho de administração.

A assembléa autorisa o conselho a collocar essas obrigações pela melhor forma para os interesses da sociedade afim de obter os fundos necessarios para as operações sociaes e para os pagamentos da construcção e exploração da linha.

Estas resoluções, postas a votos, são unanimemente approvadas.

A sessão continúa.

De tudo que o notario lavrou a presente acta no logar supra indicado.

E depois da leitura, os membros da assembléa, as testemunhas e o notario assignaram. — *J. Bosch.* — *J. Gaulmain.* — *Pedro Coll.* — *L. Du Bost.* — *Visconde do Guahy.* — *C. Fuure Biguet.* — *P. Normandin.* — *L. Lesueur.* — *H. Bonduel.* — *Vanhemelryck.* — *L. Duquesne.* — *M. de Doncker.*

Registrado em Bruxellas (Norte) em 30 de janeiro de 1896, vol. 656, fl. 3 r. casa 6, recebi 2 fr. 40 c. — O recebedor, *Valche.*

Depositado na secretaria do Tribunal de Commercio de Bruxellas em 6 de fevereiro de 1896.

O abaixo assignado, agente commercial dos Estados Unidos do Brazil, attesta que o *Moniteur Belge* é o jornal official do governo belga para a publicação dos contratos da sociedade.

Bruxellas, 17 de fevereiro de 1896. — Pelo vice-consul do Brazil. — O agente commercial, *Lechien.*

(Sello do Vice-Consulado do Brazil.)

(Estavam colladas e devidamente inutilisadas estampilhas no valor de 1\$870.)

A firma do Sr. agente commercial do Brazil estava legalisada no Ministerio do Exterior nesta capital, em 1 de abril corrente.

Nada mais continham ou declaravam os ditos estatutos que bem e fielmente traduzi do original impresso em francez no *Moniteur Belge* ao qual me reporto.

Em fê do que passo o presente que assignei e selloi com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro no dia 1 de abril do anno de 1896. — *Carlos Alberto Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.



## DECRETO N. 2272 — DE 2 DE MAIO DE 1896

Concede autorização á Companhia Estrada de Ferro Espirito Santo e Minas para funcçãoar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Espirito Santo e Minas, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á Companhia Estrada de Ferro Espirito Santo e Minas para funcçãoar na Republica dos Estados Unidos do Brazil, ficando a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.  
Capital Federal, 2 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro :

Certifico que me foi apresentado um exemplar do *Moniteur Belge*, jornal official belga, de 13 de dezembro de 1895 (65º anno, n. 347), com um annexo, no qual achavam-se publicados em idioma francez os estatutos da Companhia das Estradas de Ferro do Espirito Santo e Minas, os quaes, a pedido da parte, traduzi literalmente para o idioma nacional e dizem o seguinte, a saber :

**Tradução — Companhia das estradas de ferro do  
Espirito Santo e Minas — Sociedade Anonyma  
estabelecida em Bruxellas**

**I — ESTATUTOS**

Perante Mr. Alphonse Delefortrie, notario em Bruxellas, servindo no impedimento de seu collega M. Charles Paul Marie Van Halteren, notario no mesmo logar de residencia,

Compareceram :

1. O Sr. Visconde do Gualhy ( Joaquim ), banqueiro, residente no Rio de Janeiro ( Brazil ), agindo :

A — Tanto no seu nome pessoal como por um grupo de pessoas residentes tanto na Europa como no Brazil, pelo qual elle responde e que comprehende principalmente :

Manoel Gonçalves Duarte,  
Vicente A. de Paula Pessoa,  
Carlos Pereira Leal,  
José Maria Leitão da Cunha,

Barão de Sampaio Vianna,  
Pedro Gomes de Athayde,  
João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho,  
Benedicto A. Bueno,  
Guilherme Pereira da Silva Porto,  
F. Süsskind.

Todos proprietarios, residentes no Rio de Janeiro.

B — Como procurador de :

a) João Soares de Oliveira, negociante, residente em Pariz, rua des Petits Ecuries n. 50, em virtude de procuração particular datada de 12 de novembro corrente ;

b) Edouard Martin, negociante, residente em Pariz, rua des Petits Ecuries n. 50, em virtude de procuração particular datada de 12 de novembro corrente.

2. O Sr. Henri Bonet, empreiteiro de obras publicas, residente em Corneilles-en-Parisis (Seine-et-Oise) agindo tanto no seu nome pessoal como por um grupo pelo qual responde.

3. Paul Dansette, banqueiro, residente em Saint Gilles-des-Bruxelles, Calçada de Charleroi n. 81.

4. João Teixeira Soares, engenheiro, residente no Rio de Janeiro, agindo:

A — No seu nome pessoal ;

B — Como procurador do Sr. Pedro Betim Paes Leme, engenheiro, residente em Pariz, boulevard Malesherbes n. 20, em virtude de procuração particular datada de 23 de novembro corrente ;

C — Como responsavel pelo Sr. Arthur Alvim, engenheiro, residente no Rio de Janeiro.

5. O Sr. Hector Legru, banqueiro, residente em Pariz, rua Louis le Grand n. 11, agindo:

A — Tanto no seu nome pessoal como por um grupo pelo qual se responsabilisa, e que comprehende principalmente:

A *Société Générale pour favoriser le commerce et l'industrie en France*, sociedade anonyma estabelecida em Pariz, rua de Provence n. 56 ;

O Sr. William Strauss, director do banco, residente em Pariz, rua Quatre de Septembre n. 12 ;

Os Srs. Gault e Gregoirs, banqueiros, residentes em Pariz, rua Richelieu n. 104 ;

O Sr. Eugène Pecher, proprietario, residente em Bruxellas, avenida Louise n. 80.

B — Como procurador de :

Auguste Lemoine, corretor, residente em Pariz, rua de la Pompe n. 10, em virtude de procuração particular datada de 23 de novembro corrente ;

George Filleul-Brohy, industrial, residente em Pariz, rua Victor Hugo n. 3, em virtude de procuração particular datada de 26 de novembro corrente ;

George Genebrias de Fredaigues, secretário geral da *Société Générale* em Pariz, residente em Pariz, rua de Provence n. 56, em virtude de procuração particular datada de 23 de novembro corrente.

C — Como responsabilizando-se pelo Sr. Emile Maillard, industrial, residente em Pariz, rua de Berne n. 11.

6. O Sr. Henri Samuel, corretor, residente em Saint-Josseten-Nood, avenida de l'Astronomie n. 11.

7. O Sr. James Dorion, proprietario, residente em Pariz, rua de Compiègne n. 4.

As procurações supra-mencionadas ficarão aqui annexas.

Os quaes comparecentes pediram ao notario abaixo-assignado que lavrasse um instrumento dos estatutos de uma sociedade anonyma, que declaram formar como segue:

## CAPITULO I

### DENOMINAÇÃO — SEDE — OBJECTO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.º E' formada pelos presentes estatutos uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia das Estradas de Ferro do Espirito Santo e Minas, sociedade anonyma.

A sua sede será em Bruxellas, terá no Brazil uma representação official.

Art. 2.º A sociedade tem por fim a aquisição das concessões feitas pelo Estado de Minas Geraes em 21 de agosto de 1893 e pelo Estado do Espirito Santo em 2 de outubro de 1894, assim como a construcção e a exploração das linhas que constituirem o seu objecto.

A concessão versa sobre uma rede de estradas de ferro a estabelecer nos Estados de Minas Geraes e do Espirito Santo e encontrando-se nas fronteiras respectivas dos dous Estados. Esta rede comportará uma extensão approximada de 800 kilometros, dos quaes cerca de 700 no Estado de Minas Geraes e cerca de 100 no do Espirito Santo. Ella deve ser construida com a bitola de um metro entre trilhos.

Estas concessões teem uma duração perpetua.

Ellas foram dadas com as vantagens seguintes:

A — No Estado de Minas Geraes, sobre os 700 kilometros, pouco mais ou menos:

1.º O privilegio, durante um prazo de 30 annos, do gozo de uma zona de 30 kilometros de cada lado do eixo das linhas.

2.º A garantia de um minimo de juros de 6 % ao anno durante um prazo de 30 annos sobre o capital empregado na construcção tal qual será estabelecido como aqui em seguida será declarado.

3.º O adiantamento, a título de empréstimo, não produzindo juros, de um capital representando os quatro quintos das quantias a despendar para a construção das linhas, segundo os orçamentos approvados.

4.º A opção de tomar ao Estado de Minas, durante um periodo de sete annos da exploração das linhas, as obrigações que forem entregues representando essas quatro quintas partes, tendo desde então garantia de juros do Estado, como acima se declara.

B — No Estado do Espirito Santo, para cerca de 100 kilometros:

1.º A cessão gratuita dos terrenos do dominio do Estado, assim como dos terrenos comprehendidos nas sesmarias e posses (salvo as indemnisações de direito) para o estabelecimento da via, das estações, armazens e outras obras ou trabalhos especificados nos estudos definitivos.

2.º A garantia de um minimo de juros de 6 % ao anno durante um prazo de 30 annos sobre o capital de construção, como abaixo se estipula.

3.º O direito de se servir gratuitamente das madeiras e outros materiais existentes nas terras de dominio do Estado e que forem uteis para a construção da estrada de ferro.

4.º O adiantamento a título de empréstimo não produzindo juros de um capital representando a metade da somma a despendar para a construção das linhas segundo os orçamentos approvados.

Os dous Estados de Minas Geraes e do Espirito Santo tinham avaliado o capital sobre o qual devia ser applicada a garantia de minimo de juros e sobre o qual devia ser calculado o adiantamento de 80% consentido pelo primeiro e de 50% consentido pelo segundo, em 50:000\$ por kilometro, o que faz ao par (aqui indicado somente para representar em francos o valor desses 50:000\$) uma somma de cerca de 141.650 francos e ao cambio 12 dinheiros, cerca de 63.000 francos. Porém esses Estados aceitaram supprir o maximo assim fixado e fornecer em dinheiro um para os 700 kilometros e outro para os 100 kilometros a differença entre 50:000\$ e a importancia dos estudos determinados pelos orçamentos approvados.

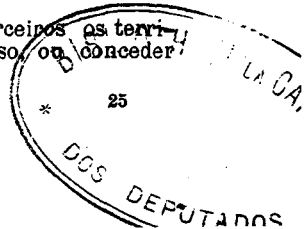
O Sr. Visconde do Guahy declara neste acto ter já obtido esta modificação do Estado de Minas Geraes.

A presente sociedade poderá adquirir, construir e explorar quaesquer outras estradas de ferro que formem prolongamento ou ramal das linhas de que acima se trata, quer no territorio do Estado de Minas Geraes, quer do Espirito Santo, quer fóra dos limites destes territorios.

Ella poderá tambem adquirir, estabelecer e explorar quaesquer outras empresas de transporte de pessoas e de mercadorias.

Poderá ceder ou arrendar a exploração das linhas dessas redes.

Poderá explorar por ella propria ou por terceiros os territorios sobre os quaes ella tem o privilegio de gosar, ou conceder direitos sobre esses terrenos.



Ella poderá, em summa, fazer quaesquer operações commerciaes, industriaes, financeiras ou de thesouraria, que possam de uma maneira principal ou accessoria directa ou indirectamente, quer no todo quer em parte, tornar mais economica a construcção ou a exploração dessas redes ou facilitar e desenvolver o seu objecto social.

Art. 3.º A sociedade é formada por um prazo de 30 annos, que começarão a decorrer a partir desta data, mas ella pôde tomar compromissos por um prazo que exceda esta duração e poderá ser successivamente prorogada para que a sua duração fique em relação com a das concessões que tiver adquirido ou obtido.

A sociedade poderá tambem ser dissolvida anticipadamente, mas em todo caso depois da dissolução ella será reputada como existindo de conformidade com a lei, para a sua liquidação.

## CAPITULO II

Art. 4.º O capital social é fixado na quantia de doze milhões e quinhentos mil francos. Pôde ser augmentado ou reduzido. Elle é representado por acções de quinhentos francos cada uma, conferindo todas os mesmos direitos e vantagens.

As 25.000 acções que constituem o capital de doze milhões e quinhentos mil francos são subscriptas em numerario, pela forma seguinte:

O Sr. Visconde do Gualhy (Joaquim), tanto no seu nome pessoal como por um grupo de pessoas residentes tanto na Europa como no Brazil, e pelo qual torna-se responsavel, e comprehendendo principalmente: Os Srs. Manoel Gonçalves Duarte, Vicente A. de Paula Pessca, Carlos Pereira Leal, José Maria Leitão da Cunha, Barão de Sampaio Vienna, Pedro Gomes de Athayde, João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho, Benedicto A. Bueno, Guilherme Pereira da Silva Porto e F. Süsssekind, todos proprietarios, residindo no Rio de Janeiro, 15,925 acções.

Sr. João Soares de Oliveira, 25 acções.

Sr. Etouard Martin, 50 acções.

Sr. Henri Bonnet, tanto no seu nome pessoal como por um grupo pelo qual é responsavel, 4,625 acções.

Sr. Paul Dansette, 300 acções.

Sr. João Teixeira Soares, no seu nome pessoal, 500 acções.

Sr. Pedro Betim Paes Leme, 100 acções.

O Sr. Hector Degru, tanto no seu nome pessoal como por um grupo pelo qual é responsavel, comprehendendo principalmente a *Société générale pour favoriser le commerce et l'industrie en France*, sociedade anonyma estabelecida em Pariz, rua de Provence n. 56; o Sr. William Strauss, director de banco, residente em Pariz, rua Quatre Septembre n. 12; o Sr. Philippe Schneider, secretario geral de banco, residente em Pariz, rua Quatre Septembre n. 12; Srs. Gault e Gregoire, banqueiros, residentes

em Pariz, rua Richelieu n. 104 e o Sr. Eugène Pecher, proprietário, residente em Bruxellas, avenida Louise n. 80, 3.000 acções.

Sr. Auguste Lemoine, 50 acções.

Sr. George Filleul-Brohy, 150 acções.

Sr. Georges Guebrias de Frélaigues, 25 acções.

Sr. Emile Maillard, 100 acções.

Sr. Henri Samuel, 100 acções.

Sr. James Dorion, 20 acções.

Sr. Arthur Alvim, 30 acções.

Total 25.000 acções.

Sobre cada uma das acções subscriptas foi feita na presença do notario e das testemunhas abaixo assignadas uma entrada de 50 francos e a importancia dessas entradas elevando-se à quantia de um milhão duzentos e cincoenta mil francos foi entregue ao Sr. James Dorion, commissario, para depositar-a ao credito da sociedade ao presente constituida na *Caisse Général de sports et dépôts* em Bruxellas.

As entradas ultteriores serão chamadas pelos cuidados do conselho de administração e por cartas registradas.

O accionista terá o direito de integralisar as acções antecipadamente.

O accionista que se atrasar nas entradas deverá pagar um juro de seis por cento ao anno sobre as entradas chamadas e que não tiverem sido feitas no vencimento.

No caso de atraso, a sociedade poderá, à sua escolha, ou fazer executar os titulos em falta a partir do trigesimo dia que se seguir á data do vencimento da chamada de fundos ou proceder, para o pagamento, contra o accionista remisso, ou então recorrer a qualquer outro meio para haver as sommas devidas.

A execução dos titulos poderá ser feita na expiração deste prazo de 30 dias, sem intimação nem formalidade de justiça ou outra qualquer, pelo intermedio do corretor, na Bolsa de Bruxellas.

Art. 5.º As acções ficam nominativas até a sua integralisação; serão então convertidas em titulos ao portador.

Os titulos ao portador são assignados por dois administradores, uma das assignaturas pode ser firmada por meio de chancella.

Art. 6.º A sociedade não reconhece sinão um proprietario por acção.

Os co-proprietarios, os que tiverem a sua propriedade e usufructuarios, os credores e devedores com penhor deverão entender-se para fazerem representar os seus direitos por uma só pessoa.

### CAPITULO III

#### PODERES SOCIAES E SUAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 7.º Os poderes sociaes são exercidos pela assembléa geral, o conselho de administração e o collegio dos commissarios, e por cada um delles nos limites dos presentes estatutos.

Art. 8.º A assembléa geral tem as attribuições seguintes :

Delibera sobre a approvação das contas annuaes depois de ter tomado conhecimento dos relatorios do conselho de administração e do collegio dos commissarios, e fixa os dividendos a distribuir.

Determina o numero dos membros do conselho de administração, que não pôde ser inferior a tres, determina ou modifica o numero dos commissarios, que será fixado pela primeira vez em um só membro; proceêe ás nomeações de administradores, de commissarios e de liquidantes e fixa, si o caso se der, os emolumentos annuaes inherentes a essas funcções, afóra os tantos de lucros marcados no art. 20.

Estatue, finalmente, sobre as questões de modificações nos estatutos, de fusão com outras sociedades, de augmento ou de redução do capital social, de prorrogação ou de dissolução antecipada da sociedade.

Art. 9.º O conselho de administração exerce todos os poderes que não são reservados á assembléa geral.

Principalmente, faz quaesquer acquisições das concessões cuja realização constitue o objecto social, assim como quaesquer outras, celebra quaesquer contractos, ajustes e empreitadas para a construção e exploração das reles da sociedade, assim como quaesquer compras e alienações de valores moveis e immoveis, e quaesquer constituições de hypothecas; faz quaesquer emprestimos e decreta quaesquer emissões de obrigações ao portador sem que no emtanto o serviço das obrigações que elle emittir possa exceder ás garantias concedidas pelos Estados de Minas Geraes e do Espirito Santo, compromette e transige sobre todos os interesses sociaes, representa a sociedade para com terceiros e tem o uso da assignatura social; executa as decisões dos outros poderes.

Pôde delegar os seus poderes em parte ou por um periodo determinado em um ou mais membros ou em terceiros.

Fixa as suas attribuições e os emolumentos inherentes a essas delegações.

A menos de delegação especial e salvo os actos do serviço diario, os instrumentos ou papeis que obrigarem á sociedade são assignados no seu nome por dous administradores.

Estes não tem de justificar-se por deliberação especial do conselho, mesmo quando se tratar de compra ou de alienação de immoveis, de constituição de direitos reaes ou de renuncia a esses direitos ou de annullação de inscripções hypothecarias, com ou sem pagamento.

Art. 10. O collegio dos commissarios fiscalisa e verifica as operações do conselho de administração.

Elle tem os poderes que lhe são conferidos pela lei para exercer esta missão.

## CAPITULO IV

## ORGANISAÇÃO E DELIBERAÇÕES DOS DIFFERENTES PODERES

Art. 11. A assembléa geral para deliberar validamente deve reunir as condições seguintes :

1.º Ter lugar em Bruxellas no lugar indicado pelo conselho de administração.

A assembléa geral que deve ter lugar, nos termos da lei, em cada anno, para o exame das contas, reunir-se-ha de direito na terceira quinta-feira do mez de maio ás tres horas da tarde e pela primeira vez em 1897.

2.º Ter sido convocada pelo conselho de administração ou pelo collegio dos commissarios ou á requisição de um grupo de accionistas que justifique a posse da quinta parte do numero total das acções.

3.º Ter sido convocada por cartas dirigidas aos accionistas nominativos e para os possuidores de acções ao portador por avisos insertos no *Moniteur Belge* e dous jornaes de Bruxellas, repetidos duas vezes differentes, pelo menos, e com oito dias de intervallo pelo menos, a segunda vez oito dias antes da data da reunião.

Todavia, não se deverá em caso algum justificar a convocação dos accionistas nominativos por meio de cartas nem mesmo as convocações pela imprensa, quando a assembléa reunir a unanimidade dos accionistas.

4.º Ser constituida de accionistas que tiverem depositado os seus certificados nominativos ou suas acções ao portador, cinco dias pelo menos antes da data da reunião, nas caixas designadas pelos avisos de convocação e que tiverem retirado contra este deposito um recibo, dando-lhes o direito de entrarem na assembléa.

Os accionistas podem fazer-se representar por um accionista admittido na assembléa, comtanto que os poderes tenham sido dados pela fórma determinada pelo conselho de administração, e que tenham sido depositados na séde social tres dias pelo menos antes da assembléa.

5.º Ser presidida pelo presidente do conselho de administração ou, na sua falta, por um administrador escolhido pelo conselho.

O presidente para completar a mesa designa um secretario e dos escrutadores entre os accionistas presentes.

6.º E, quando se tratar de deliberar sobre questões de modificações nos estatutos, de fusão com outras sociedades, de augmento ou de redução de capital, de prorrogação ou de dissolução anticipada da sociedade reunir a metade das acções pelo menos.

Si, na primeira convocação esta condição não for preenchida, proceder-se-ha a novas convocações e a assembléa então reunida deliberará validamente qualquer que seja a parte do capital representado.

Em todos os outros casos, a assembléa deliberará qualquer que seja o *quorum* reunido.

Art. 12. As decisões da assembléa reunida regularmente são validas e obrigam os accionistas, mesmo ausentes ou dissidentes:

1.º Si versarem unicamente sobre as materias constantes da ordem do dia da reunião nos avisos de convocação.

Para este fim, quando a reunião é provocada por accionistas possuindo a quinta parte do capital social, estes devem ter dado a conhecer ao conselho de administração as materias sobre as quaes querem provocar uma decisão da assembléa geral em tempo sufficientemente util para que o conselho tenha podido inscrevel-as nos avisos de convocação.

2.º Si cada accionista não tiver sido admittido sinão pelo numero de votos que possa possuir cada acção, dando direito a um voto e ninguem podendo tomar parte na votação por um numero de acções que exceda a quinta parte do numero total das acções ou ás duas quintas partes das acções pelas quaes elle tomou parte na votação.

Os votos são recolhidos por votação symbolica, no caso de duvidas por chamada nominal.

O escrutinio secreto não é obrigatorio sinão si for requerido pelo terço dos accionistas presentes.

O voto do presidente é, si o caso se der, preponderante.

As deliberações da assembléa geral constarão de actas assignadas sómente pelos membros da mesa.

3.º Si as decisões tiverem sido tomadas pela maioria de votos, salvo nos casos previstos pelo n. 6 do art. 11, que precede, caso em que a maioria de tres quartos dos votos é requerida, assim como o caso previsto na segunda parte do art. 72 da lei sobre as sociedades, caso em que a quarta parte das acções presentes ou representadas póde votar a resolução.

Art. 12 *bis*. O conselho de administração deve, para deliberar validamente, ser composto da maioria dos membros deste conselho. Estes administradores deverão, dentro dos prazos legais, ter depositado cincoenta acções como garantia da gestão.

Todo o administrador poderá fazer-se substituir no seio do conselho por um dos seus collegas para votar no seu lugar.

Nenhum administrador poderá exercer mais do que um desses mandatos.

O membro representado será contado como presente.

Art. 13. Para serem validas as decisões do conselho de administração devem ter sido tomadas pela maioria dos votos presentes ou representados.

Ellas constarão de actas que devem ser assignadas pelo menos pela maioria dos membros do conselho.

As cópias ou extractos dessas actas que tiverem de ser produzidas em Juizo ou em outra parte são assignadas para certificação por um administrador. O mesmo se fará com as cópias ou extractos das actas de assembléa geral.

Art. 14. O conselho de administração escolhe presidente entre os seus membros.

No caso de ausencia ou impedimento deste, o conselho designará um dos seus membros para substituí-lo. O voto do presidente é preponderante sempre.

Art. 15. O conselho de administração que for nomeado para a primeira vez ficará em funções até a assembleia geral annual de 1901.

Nesta época proceder-se-ha á sua renovação pela assembleia geral e, successivamente, em cada anno sahirá um administrador.

A ordem de sahida será determinada pela sorte.

Si houver mais de seis administradores esta ordem será determinada de fórma que por uma ou mais de uma sahida dupla o mandato de cada administrador não exceda a duração de seis annos.

Todo o membro que sahir é reelegivel.

O administrador nomeado em substituição de outro completa o tempo do mandato daquelle a quem substitue.

Art. 16. Os arts. 12 bis, 13, 14 e 15 dos presentes estatutos são applicaveis ao collegio dos commissarios, salvo quando a sua fiança é fixada em vinte accõs.

Art. 17. No caso de vagar um logar de administrador, aquelle que tiver sido nomeado pelos administradores restantes e os commissarios reunidos tomará parte nas deliberações e votações do conselho, como si tivesse sido nomeado pela assembleia geral e isto até que tenha estatuido sobre a nomeação definitiva.

Art. 18. As cauções ou fianças de administradores e de commissarios são restituiveis depois da approvação das contas do exercicio durante o qual as funções tiverem sido exercidas.

## CAPITULO V

### BALANÇOS E DISTRIBUIÇÕES

Art. 19. Em 31 de dezembro de cada anno e pela primeira vez em 1896 a escripturação social será encerrada e o conselho de administração organisará o balanço.

Elle tem a mais absoluta liberdade de determinar o valor de tudo quanto constitue o haver social e formúla as suas avaliações pela maneira que julgar preferivel para assegurar o exercicio regular das funções da sociedade.

Submette esse balanço aos commissarios nos prazos fixados pela lei ; estes nos prazos legais fazem um relatório sobre os resultados das suas investigações e sobre a maneira por que se acham constituídos os arrolamentos.

Art. 20. O lucro é constituído pelo excesso favoravel do balanço, deducção feita das despesas geraes, do serviço de juros e amortisações dos emprestimos e das depreciações e diminuição e valor que forem decididos pelo conselho de administração.

Desses lucros serão primeiramente prelevados 5 % para a contribuição da reserva legal. Esta retirada deixa de ser obrigatória quando attingir a um decimo do capital.

Prelevar-se-ha depois a quantia necessaria para servir ás acções um juro ou dividendo de 6 % sobre a importancia liberada.

O excesso, depois de attribuidos 1 1/2 % a cada administrador e 1/2 % a cada commissario, é repartido entre os accionistas a titulo de segundo dividendo.

## CAPITULO VI

### LIQUIDAÇÃO

Art. 21. No caso de liquidação por expiração de prazo, de dissolução anticipada ou por outra qualquer causa, a liquidação será feita ao cuidado do conselho de administração então em exercicio, a menos que a assembléa geral designe um ou mais liquidantes, determinando as suas attribuições.

Art. 22. O haver social liquido, depois de amortisação das obrigações e apuramento dos outros encargos, é distribuido proporcionalmente entre todas as acções.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 23. Qualquer accionista, administrador ou commissario, actual ou futuro, faz eleição de domicilio na Municipalidade de Bruxellas onde quaesquer communicações, intimações, citações e notificações podem ser-lhe validamente feitas.

Art. 24. É feita attribuição de jurisdicção aos tribunaes brazileiros para todas as operações feitas no Brazil pela sociedade.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 25. É chamado pela primeira vez para exercer as funções de commissario o Sr. James Dorion, proprietario em Pariz, acima nomeado.

Art. 26. Uma assembléa geral reunir-se-ha, sem outra convocação, logo depois de constituida a presente sociedade, para proceder á fixação do numero dos membros do primeiro conselho de administração, assim como a sua nomeação, determinar nesse caso os emolumentos annuaes a conceder aos administradores e aos commissarios e estatuir sobre todos os objectos que ella julgar util mencionar na sua ordem do dia.

Por derogação aos arts. 11 e 12 dos presentes estatutos, esta assembléa será reputada regularmente constituida e apta para

tomar resoluções valiosas, comtanto que todos os comparecentes do presente instrumento estejam presentes ou representados.

Do que se lavrou o presente, feito e passado em Bruxellas, em 25 de novembro de 1895, na presença dos Srs. François Rouneau, residente em Saint Josseten-Noode e Georges Duvivier, testemunhas requeridas.

Depois da leitura os comparecentes assignaram com as testemunhas e o notario.

(Seguem as assignaturas.) Registrado em Bruxellas (Sul) em 4 de dezembro de 1895, vol. 906, fl. 44 retro, casa 9 e 9 folhas de papel sellado e 6 chamadas.

Recebi 7 francos.

O recebedor, *Guillaume*.

#### *Theor dos annexos*

I. Eu abaixo assignado, João Soares de Oliveira, negociante residente em Pariz, rua des Petites Ecuries n. 50, dou pelo presente procuração ao Sr. Visconde do Guahy para representar-me no acto constitutivo da sociedade anonyma Companhia de Estradas de Ferro do Espirito Santo e Minas, a constituir em Bruxellas, ahi declarar a minha subscrição de 25 acções, fazer quaesquer entradas legaes, assignar quaesquer documentos e tomar parte nas deliberações da assemblea geral que se seguirem á constituição da sociedade, dar quaesquer votos.

Pariz, 12 de novembro de 1895.

Vale por procuração. — *J. S. de Oliveira*.

Registrada uma folha de papel sellado, sem chamada, em Bruxellas (centro), em 29 de novembro de 1895, vol. 356, fl. 98 retro, casa 6.

Recebi 2 francos e 40 centimos.— O recebedor, *Bogaert*.

II. Eu abaixo assignado, Edouard Martin, negociante, residente em Pariz, rua des Petites Ecuries n. 50, dou, pelo presente, procuração ao Sr. Visconde do Guahy para representar-me no acto constitutivo da sociedade anonyma Companhia de Estradas de Ferro do Espirito Santo e Minas, a constituir em Bruxellas, ahi declarar a minha subscrição de 50 acções, fazer quaesquer entradas legaes, assignar documentos e tomar parte nas deliberações de assemblea geral que se seguirem á constituição da sociedade, dar quaesquer votos.

Pariz, 12 de novembro de 1895.

Vale por procuração.— *E. Martin*.

Registrada em uma folha de papel, sem chamada, em Bruxellas (centro) em 29 de novembro de 1895, vol. 356, fl. 98 retro, casa 8.

Recebi 2 francos e 30 centimos.—O recebedor, *Bogaert*.

III. Eu abaixo assignado, Pedro Betim Paes Leme, residente no Boulevard Malesherbes n. 20, Pariz, pelo presente dou procuração ao Dr. João Teixeira Soares para representar-me no acto constitutivo da sociedade anonyma Companhia de Estradas de Ferro do Espirito Santo e Minas, a constituir em Bruxellas, ali declarar a minha subscrição de 100 acções, fazer quaesquer entradas legais, assignar quaesquer documentos e tomar parte em quaesquer deliberações de assembléa geral que se seguirem a constituição da sociedade, dar quaesquer votos.

Aos 23 de novembro de 1895.

Vale por procuração. — *Pedro Betim Paes Leme.*

Registrada em uma folha de papel sellado, sem chamada, em Bruxellas (centro), em 29 de novembro de 1895, vol. 356, fl. 98 retro, casa 7.

Recebi dous francos e 40 centimos. — O recebedor, *Bogaert.*

IV. Eu abaixo assignado, Augusto Lemoine, residente em Pariz, dou pelo presente instrumento procuração ao Sr. Hector Legru, para representar-me no acto constitutivo da sociedade anonyma Companhia de Estradas de Ferro do Espirito Santo e Minas, a constituir em Bruxellas, ali declarar a minha subscrição de 50 acções, fazer quaesquer entradas legais, assignar quaesquer documentos e tomar parte nas deliberações da assembléa geral que se seguirem a constituição da sociedade, dar quaesquer votos.

Pariz, 23 de novembro de 1895.

Vale por procuração. — *A. Lemoine.*

Registrada em uma folha de papel sellado em Bruxellas (centro), em 29 de novembro de 1895, vol. 356, fl. 98 retro, casa 9.

Recebi dous francos e 40 centimos. — O recebedor, *Bogaert.*

V. Eu abaixo assignado, Georges Filleul Brohy, residente em Pariz, avenida Victor Hugo n. 3, pelo presente dou poderes ao Sr. Hector Legru, para representar-me no acto constitutivo da Companhia de Estradas de Ferro do Espirito Santo e Minas, a constituir em Bruxellas, ali declarar a minha subscrição de 25 acções, fazer quaesquer entradas legais, assignar quaesquer documentos e tomar parte nas deliberações da assembléa geral que se seguirem a constituição da sociedade, dar quaesquer votos.

Pariz, 23 de novembro de 1895.

Vale por procuração. — *G. Filleul Brohy.*

Registrada em uma folha de papel sem chamada, em Bruxellas, em 29 de novembro de 1895, vol. 356, fl. 98 verso, casa n. 1.

Recebi dous francos e 40 centimos. — O recebedor, *Bogaert.*

VI. En abaixo assignado, Georges Genebrius de Fredaigues, residente na rua de Provence n. 56, dou pelo presente procuração ao Sr. Hector Legru, para representar-me no acto constitutivo da sociedade anonyma Companhia de Estradas de Ferro Espirito Santo e Minas, a constituir em Bruxellas, ahi declarar a minha subscrição de 25 accções, fazer quaesquer entradas legaes, assignar quaesquer documentos e tomar parte nas deliberações da assembléa geral que se seguirem á constituição da sociedade, dar quaesquer votos.

Pariz, 29 de novembro de 1895.

Vale por procuração. — *Genebrius de Fredaigues*.

Registrada em uma folha de papel em Bruxellas, em 29 de novembro de 1895, vol. 356 fl. 93 verso, casa 2.

Recebi dous francos e 40 centimos. — O recebedor, *Bogaert*.

E' traslado conforme. — A. *Delefortrie*, notario.

## II — NOMEAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

COMPANHIA DE ESTRADAS DE FERRO DO ESPIRITO SANTO E MINAS

*Societate anonyma estabelecida em Bruxellas*

Acta da assembléa geral extraordinaria dos accionistas, realizada logo depois da constituição da sociedade perante Mr. Alphonse Delefortrie, notario em Bruxellas, substituindo seu collega Mr. Charles Paul Marie Van Halteren, notario, impedido hoje, 25 de novembro de 1895, no cartorio do dito notario Van Halteren, rua du Parchemin n. 9, em Bruxellas.

A sessão é presidida pelo Sr. James Dorion, commissario.

Acham-se presentes ou representados todos os accionistas da sociedade, a saber :

1.º O Sr. Visconde do Guahy (Joaquim), banqueiro, residente no Rio de Janeiro (Brazil), agindo :

A — Tanto no seu nome pessoal como por um grupo de pessoas residentes quer na Europa quer no Brazil, e pelas quaes se responsabilisa e comprehendendo principalment :

Manoel Gonçalves Duarte.

Vicente A. de Paula Pessoa.

Carlos Pereira Leal.

José Maria Leitão da Cunha.

Barão de Sampaio Vianna.

Petro Gomes de Athayde.

João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho.

Benedicto A. Bueno.

Guilherme Pereira da Silva Porto.

F. Süsskind.

Todos proprietarios, residindo no Rio de Janeiro.

B — Como procurador de :

a) João Soares de Oliveira, negociante, residente em Pariz, rua des Petites Ecuries n. 50, em virtude de procuração particular datada de 12 de novembro corrente.

b) Edouard Martin, negociante, residente em Pariz, rua des Petites Ecuries n. 50, em virtude de procuração particular datada de 12 de novembro corrente.

2.º O Sr. Henri Bonnet, empreiteiro de obras publicas, residente em Cormelles-en-Parisis (Seine et Oise), agindo no seu nome pessoal como por um grupo, pelo qual se responsabilisa.

3.º O Sr. Paul Dansette, banqueiro, residente em Saint Gilles-Bruxelles, calçada de Charleroy n. 81.

4.º O Sr. João Teixeira Soares, engenheiro, residente no Rio de Janeiro, agindo :

a) tanto no seu nome pessoal ;

b) como procurador do Sr. Pedro Betim Paes Leme, engenheiro, residente em Pariz, boulevard Malesherbes n. 20, em virtude de procuração particular datada de 26 de novembro corrente ;

c) como responsabilizando-se pelo Sr. Arthur Alvim, engenheiro, residente no Rio de Janeiro.

5.º O Sr. Hector Legru, banqueiro, residente em Pariz, rua Louis Le Grand n. 11, agindo :

a) Tanto no seu nome pessoal, como por um grupo pelo qual responde, compreendendo principalmente :

A *Société Générale pour favoriser le commerce et la industrie en France*, sociedade anonyma, estabelecida em Pariz, rua de Provence n. 56 ;

Sr. William Strauss, director de banco, residente em Pariz, rua Quatre Septembre n. 12 ;

Sr. Philippe Schneider, secretario geral de banco, residente em Pariz, rua Quatre Septembre n. 12 ;

Srs. Gault & Grégoire, banqueiros, residentes em Pariz, rua Richelieu n. 104 ;

Sr. Eugène Pecher, proprietario, residente em Bruxellas, avenida Louis n. 80.

b) Como procurador de :

Sr. Auguste Lemoine, corretor, residente em Pariz, rua de la Pompe n. 10, em virtude de procuração particular datada de 23 de novembro corrente ;

Sr. George Filleul Brohy, industrial, residente em Pariz, rua Victor Hugo n. 3, em virtude de procuração particular datada de 23 de novembro corrente ;

Sr. Georges Guebrias de Fredaigues, secretario geral da Sociedade Geral de Pariz, residente em Pariz, rua de Provence n. 56, em virtude de procuração particular datada de 23 de novembro corrente.

c) Como responsabilizando-se pelo Sr. Emile Maillard, industrial, residente em Pariz, rua de Bergne n. 11.

6.º O Sr. Henri Samuel, corretor, residente em Saint-Josse-ten-Noode, avenida de l'Astronomie n. 2.

7.º O Sr. James Dorion, proprietario, residente em Pariz, rua de Compiègne n. 4.

As procurações supra mencionadas acham-se annexas ao contracto constitutivo da sociedade, lavrado pelo notario abaixo assignado, nesta data.

Deliberando de conformidade com os arts. 8º e 26 dos estatutos, a assembléa fica pela primeira vez o numero dos administradores em quatro e por unanimidade chama para exercer essas funcções :

O Sr. Visconde do Gualhy (Joaquim), banqueiro no Rio de Janeiro (Brazil).

O Sr. Hector Legru, banqueiro em Pariz, rua Louis le Grand n. 11.

O Sr. João Teixeira Soares, engenheiro no Rio de Janeiro.

O Sr. Emile Maillard, industrial em Pariz, rua de Berne n. 11.

Todos já nomeados.

A sessão continúa :

De tudo o que o dito notario Delefortrie livrou a presente acta no lugar e data supra, na presença dos Srs. François Rouneau, residente em Saint-Josse-ten-Noode e Georges Davivier, residentes em Bruxellas, testemunhas requeridas.

Depois de litura os membros da assembléa assignaram com as testemunhas e o notario.

(Seguem-se as assignaturas.)

Registrado em Bruxellas. (Sul), 4 de dezembro de 1895, vol. 906, fls. 444 verso, casa 6.

Duas folhas de papel sellado e uma chamada.

Recebi 2 francos e 40 centimos.— O recebedor, *Guillaume*.

E' trasladado conforme.— A. *Delefortrie*.

### *Ratificação*

Perante Mr. Alphonse Delefortrie, notario em Bruxellas,

Compareceu :

O Sr. Ulric Peters, doutor em direito e candidato a notario, residente em Saint-Josse-ten-Noode, rua du Chemin de Fer n. 7, agindo na qualidade de procurador do Sr. Emile Maillard, industrial, residente em Pariz, rua de Berne n. 11, em virtude de procuração particular datada de 26 de novembro ultimo de 1895.

O qual comparecente na sua dita qualidade declarou pelo presente instrumento approvar e ratificar em todo o seu conteúdo dous instrumentos passados perante o notario abaixo assignado

substituindo seu collega Mr. Van Halteren, notario em Bruxellas, em 25 de novembro de 1895, contendo um os estatutos da Companhia de Estradas de Ferro do Espirito Santo e Minas, sociedade anonyma estalecida em Bruxellas, e o outro a nomeação dos administradores desta sociedade.

O comparecente declara approvar e ratificar principalmente a fixação do capital social na quantia de doze milhões e quinhentos mil francos, representada por 25.000 acções de 500 frs. cada uma, a subscripção no nome do dito Sr. Emile Maillard de 100 acções; a entrada de 50 francos sobre cada uma dessas acções; a divisão dos lucros, a nomeação dos administradores entre os quaes se acha comprehendido o dito Sr. Emile Maillard e em geral todas as disposições dos ditos instrumentos nas quaes o Sr. Emile Maillard foi representado pelo Sr. Hector Legru, banqueiro, residente em Pariz, rua Louis le Grand n. 11, que por elle se responsabilizou.

Do que se lavrou o presente, feito e passado em Bruxellas, no anno de 1895, aos 5 de dezembro, na presença dos Srs. François Rouneau, residente em Saint Josse-ten-Noode e Georges Duviervier, residente em Bruxellas, testemunhas requeridas.

Depois de leitura o comparecente assignou com os notarios e as testemunhas.

(Seguem-se as assignaturas.)

Registrado em Bruxellas (Sul), em 5 de dezembro de 1895, vol. 908, fls. 17 retro, casa n. 7.

Recebi dous francos e 40 centimos — O recebedor, *Guilleaume*.

#### *Theor do annexo*

Eu abaixo assignado dou pelo presente procuração ao Sr. Ulric Peeters afim de ratificar a subscripção feita no meu nome de acções da Companhia de Estradas de Ferro do Espirito Santo e Minas no instrumento constitutivo desta sociedade, passado em 25 de novembro de 1895 perante Mr. Delefortrie, approvar os estatutos da dita sociedade e aceitar as funções de administrador que me foram conferidas pela assemblea geral em seguida a esse instrumento.

Pariz, 26 de novembro de 1895. — *Em. Maillard*.

Registrado em Bruxellas. (Sul), em 5 de dezembro de 1895, vol. 139, fls. 52 verso, casa n. 7.

Recebi dous francos e 40 centimos — O recebedor, *Guilleaume*.

E' traslado conforme. — *A. Delefortrie*, notario.

Registrado na Escrivania do Tribunal de Commercio de Bruxellas em 9 de dezembro de 1895.

O exemplar do *Moniteur Belge* e o respectivo anexo, em que estavam insertos estes estatutos, achavam-se revestidos das seguintes declarações:

« Attesto que o *Moniteur Belge* é o unico jornal official na Belgica.

Est attestado é passado sob o n. 347, de 13 de dezembro de 1895, pags. 4.741 a 4.752.

Bruxellas, 13 de janeiro de 1896.— Pelo vice-consul dos Estados Unidos do Brazil, o agente commercial *Lechien*.»

(Sello do Vice-Consulado do Brazil em Bruxellas.)

« Attesto que o presente anexo do *Moniteur Belge* de 13 de dezembro de 1895, pags. 1.357 a 1.364, foi publicado pelo jornal official belga.

Bruxellas, 13 de janeiro de 1896.— Pelo vice-consul dos Estados Unidos do Brazil, o agente commercial *Lechien*.»

(Sello do Vice-Consulado do Brazil em Bruxellas.)

Nada mais continham ou declaravam os ditos estatutos que bem e fielmente traduzi do proprio original impresso em francez no *Moniteur Belge*, jornal official, ao qual me reporto

Em fê do que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 24 de março de 1896.— *Carlos Alberto Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.

Certifico que de novo me foram apresentados os referidos estatutos, contendo mais a seguinte legalisação:

« Reconheço verdadeira a assignatura retro do Sr. *Lechien*, agente commercial do Brazil em Bruxellas.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1896.— Pelo director geral.— *L. P. da Silva Rosa*.

(Estavam colladas estampilhas devidamente legalisadas e inutilisadas, no valor de 5\$500.— *Carlos Alberto Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.



## DECRETO N. 2273 — DE 2 DE MAIO DE 1896

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial da Ipuca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Industrial da Ipuca, devidamente representada, decreta:

Fica approvada a reforma dos estatutos da Companhia Industrial da Ipuca, votada em assembléa geral de accionistas de 6 de novembro do anno passado, mediante o cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 91 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Capital Federal, 2 de maio de 1896. 8.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Reforma dos Estatutos da Companhia Industrial da Ipuca, approvada em assembléa geral de accionistas de 6 de novembro de 1895.

## CAPITULO I

## FINS, SÊDE, CAPITAL E DURAÇÃO

Art. 1.º Sob a denominação de Companhia Industrial da Ipuca, fica constituida uma sociedade anonyma que tem por fim a exploração industrial, agricola e pastoril da fazenda Laranjal na freguezia de Cordeiros, municipio de S. Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A sêde da companhia e seu fôro juridico é na Capital Federal.

Art. 3.º A duração da companhia será de 20 annos (vinte annos), podendo ser prorogada por deliberação da assembléa geral para tal fim convocada.

Art. 4.º O capital social será de trezentos contos de réis, dividido em mil e quinhentas acções de duzentos mil réis cada uma.

## CAPITULO II

## DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 5.º A companhia será administrada por dous directores, eleitos pela assembléa geral e terá um conselho fiscal de tres membros eleitos entre os accionistas.

Art. 6.º Os directores distribuirão os cargos entre si, devendo permanecer um director na fazenda do Laranjal, podendo revesar os cargos si for conveniente.

Art. 7.º A nomeação do pessoal será feita pelo director que dirigir a propriedade da companhia.

Art. 8.º Cada director caucionará para garantia de sua gestão cinquenta acções, até quinze dias depois de sua eleição e, si dentro deste prazo não o tiver feito, será considerado vago o logar e o director em exercicio de accordo com o conselho fiscal chamará um accionista para occupar o logar interinamente até que se reuna a assembléa geral.

Art. 9.º A duração do mandato será de tres annos para a directoria, podendo ser reeleita o annual para o conselho fiscal.

Art. 10. A directoria se reunirá duas vezes por mez e com o conselho fiscal sempre que os interesses da companhia o exigirem, ou para decidir sobre divergencia entre os directores, vencendo neste caso a maioria; de todas as reuniões se lavrará acta explicativa do que for discutido e resolvido.

Art. 11. A falta de exercicio do cargo de director durante trinta dias consecutivos sem causa justificada, será considerada como resignação do mandato e será substituido interinamente até a primeira assembléa geral de conformidade com o art. 8º.

Art. 12. Compete ao presidente:

A — A representação e direcção geral de todos os negocios da companhia e a organização e distribuição dos cargos de maneira a cada director ter attribuições determinadas e respectiva responsabilidade.

B — Constituir-se mandatario com plenos poderes para representar a companhia em Juizo ou fóra delle, com poderes para transigir, receber dos cofres publicos ou particulares, dar quitação e subestabelecer.

C — Arrendar lotes de terras, transigir com os occupantes da fazenda Laranjal, fazer contractos de meação, arrendamento ou aforamento, intentar acções de despejo ou outras, e tudo mais que for conveniente para a exploração da fazenda, por conta propria ou de terceiros.

D — Adquirir material necessario tanto marilimo como terrestre e vender o existente si sua substituição for conveniente, de accordo com o credor hypothecario e annuencia do conselho fiscal. E fazer todas as operações que exigir a boa administração da companhia, podendo contrahir emprestimo, si for necessario, de accordo com o conselho fiscal.

Art. 13. Os directores terão o honorario de quinhentos mil réis mensaes cada um, e mais dezeseis por cento dos lucros liquidos, sendo dez por cento para o director que tiver a seu cargo a administração da fazenda e seis por cento para o outro. O conselho fiscal será remunerado com seis por cento dos lucros liquidos divididos entre si.

## CAPITULO III

## DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 14. A assembléa geral ordinaria terá logar em fevereiro de cada anno e será convocada como determina a lei, as assembléas extraordinarias serão convocadas quando forem necessarias a julgamento da directoria, conselho fiscal ou accionistas representando o quinto do capital, em requerimento feito á directoria, annunciando-se com o prazo de cinco dias, e si não houver numero será annunciada segunda e terceira vez com o prazo de tres dias.

Art. 15. As acções podem ser nominativas ou ao portador.

Art. 16. Cada grupo de cinco acções terá direito a um voto, limitando-se a vinte e cinco votos, podendo o accionista fazer-se representar por procuração conferida a accionista.

Art. 17. A directoria publicará um balancete semetral em julho e annualmente o balanço geral.

## CAPITULO IV

## DOS LUCROS LIQUIDOS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 18. Serão considerados lucros liquidos o producto liquido das explorações constantes do art. 1º.

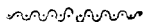
Art. 19. Dos lucros liquidos serão deduzidos semestralmente até dez por cento para o fundo de reserva e o excedente será destinado aos dividendos e porcentagens mencionadas no art. 13º.

Art. 20. Quando o fundo de reserva attingir a cincoenta por cento do capital, o excesso será distribuido aos accionistas.

## CAPITULO V

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 21. Em todos os casos omissos nestes estatutos, observar-se-ha o disposto no decreto de 17 de janeiro de 1890, que rege as sociedades anonymas.



DECRETO N. 2274 — DE 2 DE MAIO DE 1896

Concede autorização á sociedade em commandita por acções Cervejaria  
Brahma—George Maschket & C., para reformar os seus estatutos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a sociedade em commandita por acções Cervejaria Brahma — George Maschket & C., devidamente representada,

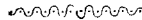
Decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação à sociedade em commandita por acções Cervejaria Brahma—George Maschket & C., para reformar o art. 3º dos seus estatutos, elevando o capital social de seiscentos contos de réis a novecentos contos de accordo com a resolução da assembléa geral de accionistas realizada em 23 de março ultimo.

Capital Federal, 2 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2275 — DE 4 DE MAIO DE 1896

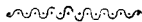
Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 89:48330 destinado ao pagamento de reclamações tratadas por via diplomatica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe expoz o Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a necessidade de manter á disposição do Governo o saldo deixado no credito aberto pelo decreto n. 1990 de 14 de março de 1895, resolve usar da authorisação a que se referem o § 3º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850 e o § 2º do art. 25 da lei n. 2792 de 20 de outubro de 1877, e abrir o credito extraordinario de 89:484\$430 destinado a liquidar reclamações tratadas com apoio diplomatico officioso.

Capital Federal, 4 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2276 — DE 7 DE MAIO DE 1896

Approva a planta dos trabalhos da mina adoptada pelo concessionario engenheiro Guilherme de Capanema, entre os rios Paria e Gurupy, nos termos da clausula 4<sup>a</sup> do decreto n. 10.284, de 30 de julho de 1889.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o engenheiro Guilherme de Capanema, concessionario de mineração nos Estados do Parã e Maranhão,

Decreta:

Fica approvada a planta da zona demarcada entre os rios Paria e Gurupy, nas vertentes do Gurupy-mirim e Caramugy, nos termos da clausula 4<sup>a</sup> do decreto n. 10.284, de 30 de julho de 1889.

Capital Federal, 7 de maio de 1896, 8<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



Sr. Presidente da Republica — O decreto legislativo n. 149 de 18 de julho de 1893, reorganizando o Supremo Tribunal Militar, determina no art. 17 que os juizes togados do mesmo Tribunal percebam vencimentos iguaes aos dos membros da Côte de Appellação da Capital Federal.

Em taes condições elevados os vencimentos destes em virtude do decreto legislativo n. 225 de 30 de novembro de 1894, igual alteração soffreram os vencimentos daquelles juizes, passando elles a perceber-os de accordo com a tabella que acompanhou este decreto, o que deu logar a incluir-se essa despesa no pedido de abertura de credito suplementar de que trata a Mensagem que dirigistes ao Congresso Nacional em 25 de julho do anno findo, tendo além disso a lei do orçamento vigente consignado a verba necessaria para pagamento aos mesmos juizes, segundo a mencionada tabella.

Esta tabella, porém, acaba de ser modificada pelo decreto legislativo n. 363 de 6 de janeiro ultimo na parte referente aos membros da Côte de Appellação, os quaes passaram a perceber cada um mais duzentos mil réis, dando-se ao Poder Executivo a faculdade de abrir no exercicio vigente o credito preciso para occorrer a esse excesso de despesa.

Sendo assim e tendo-se já aberto credito para pagamento nessa conformidade aos membros da Côte de Appellação, con-

vem adoptar-se identico procedimento com relação a juizes do Supremo Tribunal Militar, os quaes, á vista do exposto, estão comprehendidos nas alterações que aquelles venham a ter na remuneração de seus serviços.

Por isso submetto á vossa consideração o presente decreto.

Capital Federal, 7 de maio de 1896.—*Bernardo Vasques.*

DECRETO N. 2277 — DE 7 DE MAIO DE 1896

Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de sete contos e duzentos mil réis (7:200\$) ao § 2º—Supremo Tribunal Militar—do exercicio de 1896, para attender ao augmento de vencimentos dos juizes togados do referido Tribunal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que, á vista do disposto no art. 17 do decreto legislativo n. 149, de 18 de julho de 1893, os juizes togados do Supremo Tribunal Militar percebem vencimentos identicos aos que competem aos membros da Corte de Appellação da Capital Federal;

Considerando que da disposição do decreto legislativo n. 297, de 16 de setembro de 1895, se verifica que os vencimentos dos juizes togados do Supremo Tribunal Militar guardam sempre igualdade com os dos membros da Corte de Appellação da Capital Federal, tanto assim que o Congresso Nacional votou o credito necessario para attender ao augmento dos vencimentos daquelles juizes, e equiparação de taes vencimentos aos fixados a estes no art. 5º do decreto legislativo n. 225, de 30 de novembro de 1894;

Considerando que nestas condições é evidente que o Congresso Nacional, votando o credito preciso para occorrer ao augmento de vencimentos de que trata o art. 2º do decreto legislativo n. 363, de 6 de janeiro ultimo, teve em vista o regimen de igualdade entre os vencimentos dos juizes de um e outro Tribunaes :

Resolve, usando da authorisação que lhe confere o art. 8º do ultimo dos referidos decretos, abrir ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de sete contos e duzentos mil réis (7:200\$) ao § 2º—Supremo Tribunal Militar—para attender ao augmento de vencimentos dos juizes deste Tribunal.

Capital Federal, 7 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 2278 — DE 11 DE MAIO DE 1896

Crea um Consulado na Republica de Nicaragua.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da authorisação que lhe é concedida pelo art. 3.º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895,

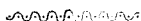
Decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado na Republica de Nicaragua.

Capital Federal, 11 de maio de 1896, 8.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2279 — DE 14 DE MAIO DE 1896

Manda fazer algumas rectificações na Tarifa das Alfândegas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que a nova Tarifa das Alfândegas, publicada com o decreto n. 2261, de 20 de abril do corrente anno, contém alguns erros que convem corrigir:

Decreta que na mesma Tarifa se façam as rectificações constantes da relação que a este acompanha, assignada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.

Capital Federal, 14 de maio de 1896, 8.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

Sr. Presidente da Republica — No decurso do primeiro trimestre do exercicio corrente houve, nas hospedarias de Pinheiro e da Ilha das Flores, excessiva affluencia de imigrantes; entre estes 3.000 individuos de origem polaca, os quaes sob as garantias da disposição de lei que lhes assegura a livre escolha de destino, insistiam em estabelecer-se no Estado do Paraná, cuja administração não dispunha dos indispensaveis recursos para recebê-los e collocar-os convenientemente, a allí permanecerem alojados.

Não podendo o Governo da União, em consequencia desses motivos, expellir os para o ponto preferido, nem constrangê-los a seguir destino diverso, por não lh'o permittir o alludido preceito legal, a necessidade de mantê-los nas hospedarias já mencionadas impoz-se como indeclinavel medida, derivada das exigencias do momento e dos proprios interesses do serviço de immigração, e que acarretou despesas extraordinarias, as quaes foram autorisadas.

Taes despesas elevaram-se á quantia de 386:593\$333, precisando este Ministerio de um credito correspondente á mesma importancia, para saldâ-las, e cuja abertura vos solicito.

Capital Federal, 14 de maio de 1896. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

#### DECRETO N. 2280 — DE 14 DE MAIO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 386:593\$333, para occorrer ás despesas extraordinarias com as hospedarias de imigrantes de Pinheiro e da Ilha das Flores, durante o corrente exercicio.

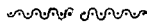
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo aos motivos constantes da exposição que a este acompanha, de accordo com a autorisação contida no art. 6º § 11º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 386:593\$333, para occorrer ás despesas extraordinarias com as hospedarias de imigrantes de Pinheiro e da Ilha das Flores, no corrente exercicio.

Capital Federal, 14 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2281 — DE 14 DE MAIO DE 1896

Concede autorização à Companhia *Minas and Goyaz, Limited*, para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia *Minas and Goyaz, Limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação à Companhia *Minas and Goyaz, Limited*, para funcionar na Republica, limitando-se, porém, aos trabalhos de mineração e seus accessorios nos Estados de Minas Geraes e Goyaz, sob as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viagem e Obras Publicas; ficando os outros serviços mencionados nos respectivos estatutos dependentes de nova autorisação do Governo Federal.

Capital Federal, 14 de maio de 1896, 82 da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2281 de 14 de maio de 1896**

**I**

A Companhia *Minas and Goyaz, Limited*, é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

**II**

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás leis e regulamentos e á jurisdição dos seus tribunaes judiciaes ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente autorisação.

**III**

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer em seus estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorisação para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

**IV**

A infracção da 1ª clausula será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 14 de maio de 1896. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Eu abaixo assignado, Affonso Henriques Carlos Garcia, tradutor publico juramentado e interprete commercial, nomeado pela Junta Commercial desta praça, escriptorio, rua de S. Pedro n. 14, sobrado.

Certifico pela presente em como me foram apresentados uns estatutos escriptos na lingua ingleza, afim de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri, em razão do meu officio, e litteralmente vertidos dizem o seguinte :

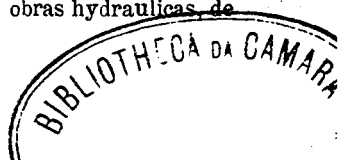
### TRADUÇÃO

Leis sobre companhias de 1862 a 1890

#### COMPANHIA LIMITADA POR ACÇÕES

##### *Memorandum de Associação «da Minas and Goyaz, limited»*

1. O nome da companhia é *Minas and Goyaz limited*.
2. O escriptorio registrado da companhia será situado em Inglaterra.
3. Os fins para os quaes se estabelece a companhia são :
  - a) adoptar e levar a effeito, com ou sem modificação, o contracto a que se refere a clausula 2<sup>a</sup> dos estatutos desta companhia ;
  - b) instituir, celebrar, effectuar, auxiliar ou tomar parte em negocios, obras, contractos, emprezas e operações financeiras, commerciaes, mercantis, industriaes, manufactureiras, de mineração e outras ;
  - c) emprehender e realizar quaesquer negocios, transacções ou operações commummente emprehendidas ou effectuadas por financeiros, promotores de companhias, banqueiros, mineiros, engenheiros de minas, emprezarios, concessionarios, contractantes de obras publicas e outros capitalistas ou negociantes, a realizar quaesquer outros negocios que possam parecer á companhia capazes de serem convenientemente realizados em relação com qualquer dos fins da companhia, ou que possam ser considerados, levantar directa ou indirectamente o valor dos bens ou direitos da companhia ou tornal-os mais rendosos ;
  - d) promover, construir, equipar, manter, melhorar, trabalhar ou dirigir, ajudar ou subscrever para a promoção, construcção, equipamento, manutenção, melhoramento, trabalhos, direcção de trabalhos, emprezas e operações de toda a qualidade, publicas e particulares, estradas, carris de ferro, estradas de ferro, telegraphos, telephones, cabos, navios, embarcações, portos, caes, docas, enseadas, trapiches, pontes, viaductos, aqueductos, reservatorios, obras de agua, cursos de agua, canaes, rios, irrigações, drenagem, engenhos, moinhos, obras de fundição, preparo e lexiviação, obras de ferro, aço, artilharia, engenharia, obras hydraulicas, de



gaz e illuminação electrica, supprimento de forças, pedreiras, commercio de carvão, fornos de coque, fundições, fornos, fabricas, empresas de transporte por terra e agua, fortificações, mercados, bolsas, casas de moeda, edificios publicos e particulares, estabelecimentos de jornaes e de publicação, cervejarias, fabricação de vinhos, distillarias, hoteis, residencias, armazens, officinas e logares de divertimento, recreio ou instrucção, quer para os fins da companhia, quer para vender ou arrendar, ou em restituição de qualquer outra companhia ou pessoa por qualquer causa ;

e) procurar, examinar e explorar minas e terras suppo-tas conterem mineraes ou pedras preciosas, tomar e obter informações em relação a minas, propriedades, districtos e localidades mineraes ; comprar, tomar o arrendamento ou concessão ou por outra forma adquirir algum interesse, manter, vender, dispor e negociar as minas e direitos de mineração e propriedades presumidas conterem pedras mineraes ou preciosas de toda a qualidade e empresas em relação com ellas ; trabalhar, exercer, desenvolver, fazer finanças e tirar proveito das mesmas, comprar, vender, refinar, manipular e negociar em mineraes e metaes de toda a qualidade, e em particular, ouro, prata, e outros metaes e pedras preciosas ;

f) comprar, ou de outra forma adquirir, manter, vender, trocar, tirar proveito, dispor e negociar em bens moveis e immoveis de toda a qualidade, e, em particular, terras, edificios, terrenos, interesses em negocios e empresas, hypotheas, onus, annuidades, patentes, direitos de patentes, propriedades litterarias, licencias, garantias, outorgas, cartas, concessões, arrendamentos, contractos, opções, apolices, dividas e reclamações de livro e qualquer interesse em bens moveis ou immoveis e quaesquer reclamações contra essas propriedades ou contra quaesquer pessoas ou companhia, e fazer transacções de finanças e realizar quaesquer negocios em empresas assim adquiridas ;

g) comprar, ou de qualquer forma adquirir, conservar, vender, manipular, trocar, tirar proveito, dispor, e negociar em direitos de agricultura, de plantação, florestas, pesca e commercio, em todos ou quaesquer productos de fazendas, plantações, de pesca e o terreno, inclusive animaes, grãos, fructos, vinhos, espiritos, algodão, lã, seda, fibras, fumo, café, chá, assucar, madeira, borracha, oleos, productos chimicos, explosivos, drogas, generos de tingir, nitrato, kerozene, ouro, prata, cobre, chumbo, estanho, azougue, ferro e outros metaes, carvão, pedra e outros mineraes, e mercadorias e generos de toda a especie, para entrega immediata ou futura, e quer em estado crú ou manufacturado ou de outra forma, adeantar dinheiro a juro sobre a garantia de todos ou de quaesquer desses productos, mercadorias e generos, e realizar negocios como commerciantes, importadores e exportadores ;

h) fazer e realizar toda a especie de agencia e negocios de commissão, e em particular, cobrar dinheiro, impostos, juros, rendimentos e dividas, negociar emprestimos, achar emprego

do dinheiro, emittir e collocar acções, fundos, *bonds*, *debentures* ou garanties.

i) subscrever, comprar ou de outra fôrma adquirir, conservar, vender, trocar, dispor e negociar em acções, capital, *bonds*, *debentures* ou obrigações de qualquer companhia, quer ingleza, colonial ou estrangeira, ou de qualquer autoridade suprema, municipal, local ou outra ;

j) garantir o pagamento do dinheiro que tiver de ser pago a respeito de *bonds*, *debentures*, contractos, hypothecas, onus, obrigações e titulos de qualquer companhia, quer ingleza, colonial ou estrangeira, ou de qualquer autoridade suprema, municipal, local ou outra, ou de quaesquer pessoas que sejam, quer incorporadas, quer não ;

k) garantir o direito de propriedade ou do gozo della, quer absolutamente, quer sujeito a quaesquer qualificações ou condições, e garantir companhias ou pessoas interessadas ou que estejam para serem interessadas em qualquer propriedade, contra qualquer perda, acções, processos, reclamações ou demandas a respeito de qualquer insufficiencia, imperfeição ou deficiencia de titulo ou a respeito de quaesquer compromissos, onus ou direitos pendentes ;

l) fornecer fundos de deposito e garantia exigidos em referencia a qualquer proposta ou pedido de qualquer contracto, concessão, decreto, ordem, propriedade ou privilegio, ou referente à realização de qualquer contracto, concessão, decreto ou ordem ;

m) em geral fazer e realizar qualquer qualidade de negocio de garantia e emprehender obrigações de toda a qualidade e natureza, e tambem emprehender e executar fidei-commisões de toda a especie ;

n) receber dinheiros, garantias e valores de toda a qualidade em deposito a juros, ou de qualquer fôrma ou para salvaguarda e em geral realizar negocios na companhia de deposito livre ;

o) emprestar dinheiro às partes e nos termos, com ou sem garantia que possam parecer convenientes, em particular a clientes e pessoas que tenham negocios com a companhia, garantir o cumprimento de contractos por membros da companhia ou por companhias ou pessoas que tenham transacções com a companhia, e saccar, acceitar, endossar, descontar, emittir, comprar, vender e negociar em letras de cambio, notas promissorias, saques, conhecimentos, *coupons*, garanties e outros titulos negociaveis, e comprar, vender e negociar em metaes, dinheiro e moeda ;

p) tomar a emprestimo ou levantar dinheiro para os fins da companhia, da maneira e nos termos que possam parecer convenientes e garantir o seu reembolso por meio de *bonds* ou *debentures* resgataveis (esses *bonds* e *debentures* sendo pagaveis ao portador ou de outra fôrma, e distribuidos ou pagaveis ao par ou a premio ou desconto), ou por hypothecas, cautelas, letras de cambio ou notas promissorias, ou por outro qualquer instrumento ou de qualquer outra maneira que possa ser ordenada, e

para qualquer desses fins onerar todos ou qualquer parte dos bens da companhia, presentes e futuros, inclusive o seu capital não chamado, e distribuir as acções da companhia, creditadas como integral ou parcialmente pagas sobre *bonds*, *debentures* emitidos pela companhia, como todo ou parte do preço de compra por qualquer propriedade, comprada pela companhia ou por qualquer consideração valiosa ;

g) fazer doações às pessoas e nos casos, quer de dinheiro ou outros haveres, que possam ser considerados como directa ou indirectamente conducentes a qualquer dos fins da companhia, ou por outra forma convenientes ; e subscrever ou garantir dinheiro para fins de caridade e beneficencia, ou para qualquer exposição ou outro qualquer fim publico, geral ou outro ;

r) celebrar contractos com qualquer governo ou autoridades supremas, municipaes, locais ou outras e obter de qualquer desses governos ou autoridades quaesquer direitos, concessões, patentes e privilegios que possam ser considerados conducentes aos fins da companhia ou a qualquer um delles ;

s) comprar ou de qualquer forma adquirir e emprehender todos ou qualquer parte dos negocios, bens ou clientella e compromissos de qualquer companhia, corporação, sociedade, ou pessoas, fazendo ou estando para fazer quaesquer negocios que esta companhia está autorizada a fazer, ou que a qualquer respeito sejam identicos aos desta companhia, ou que possam directa ou indirectamente contribuir para o beneficio desta companhia, ou de posse de bens considerados apropriados aos fins desta companhia e formar sociedade ou contracto a respeito de lucros, união de interesses ou fusão, concessão ou cooperação reciproca, quer no todo ou em parte com qualquer companhia, corporação, sociedade ou pessoas ;

t) dispor por meio de venda, arrendamento, troca, cessão, hypotheca, ou por outra forma absoluta, condicionalmente ou por qualquer interesse limitado, toda ou parte da empreza, bens, direitos ou privilegios da companhia, como um negocio em progresso ou outra cousa, a qualquer corporação publica, companhia, sociedade ou associação, ou a qualquer pessoa ou pessoas, pelo preço que a companhia possa julgar conveniente ; e em particular por qualquer particular, acções, *debentures* ou outras garantias ou bens de qualquer outra companhia ;

u) promover ou formar, ou auxiliar a promoção ou a formação de qualquer outra ou outras companhias, quer para adquirir, explorar ou negociar com todos ou quaesquer bens, direitos e compromissos desta companhia ou quaesquer dos bens em que esta companhia seja interessada, ou para outro qualquer fim, com poderes para auxiliar essa ou essas companhias, pagando ou contribuindo para as despesas preliminares, ou fornecendo todo ou parte do respectivo capital, ou tomando ou subscrevendo acções preferidas, ordinarias ou deferidas dellas, ou emprestando dinheiro sobre *debentures* ou outra cousa, e outrossim, pagar dos fundos da companhia todas as despesas provenientes da formação, registro, annuncios desta ou de qual-

quer outra companhia, e emittir qualquer subscripção do capital de acções ou empréstimo, inclusive corretagem, e commissões para obter propostas para passar ou garantir a passagem das acções ou de qualquer *debenture*, capital de *debentures* ou outros títulos desta ou de outra qualquer companhia; tambem todas as despezas relativas á emissão de qualquer circular ou aviso, ou impressão, estampação e circulação de procurações ou fórmulas que tiverem de ser enchidas pelos accionistas desta companhia ou em relação com esta ou com outra qualquer companhia; e emprehender a direcção e governo ou outro serviço, direitos e negocios de qualquer companhia, nos termos que possam ser determinados;

e) obter, ou, por qualquer meio, auxiliar a obtenção de qualquer ordem provisional, ou lei de parlamento ou outra authorisação necessaria para habilitar esta ou outra qualquer companhia, para levar a effeito qualquer dos seus fins ou para fazer qualquer modificação na constituição desta ou de outra qualquer companhia; fazer com que esta ou outra qualquer companhia seja legalisada, registrada ou incorporada, sendo necessario, de accordo com as leis de qualquer paiz ou Estado, no qual ella pretenda fazer operações; abrir e escripturar um ou mais registros, colonias ou estrangeiros, de membros desta ou de outra qualquer companhia em qualquer colonia ou dependencia ingleza, ou em qualquer paiz estrangeiro, e abonar qualquer numero das acções nesta ou em outra qualquer companhia, nesse ou nesses registros de membros;

f) distribuir qualquer dos haveres da companhia, entre os membros, em acções, dinheiro ou de outra forma;

g) fazer todas ou quaesquer das supraditas cousas em qualquer parte do globo, como principaes agentes, contractantes, *fidei*-commissarios ou outra forma e, quer só ou conjunctamente com outras, e quer por intermedio de agentes, contractantes, sub-contractantes, *fidei*-commissarios, ou por outra forma, com poderes para nomear um ou novo *fidei*-commissario, pessoas ou corporações, para conservar qualquer propriedade por parte da companhia e permittir que qualquer propriedade fique conservada em poder desse ou desses *fidei*-commissarios;

h) fazer tudo quanto possa ser incidental ou julgado conducente ao conseguimento dos fins supraditos ou qualquer delles, e de forma que a palavra «Companhia» neste *memorandum*, quando applicada que não referente a esta companhia, será considerada incluir qualquer sociedade ou outra corporação ou pessoas, quer incorporadas quer não, e quer domiciliadas no Reino Unido, quer em outra qualquer parte, e os fins especificados em cada um dos paragraphos deste *memorandum* serão considerados como fins independentes e assim não serão de maneira alguma limitados ou restrictos (excepto onde forem expressos por outra forma nesse paragrapho) com referencia aos fins indicados em outro qualquer paragrapho, ou o nome da companhia, e sim executados de uma maneira plena e completa e interpretados em sentido amplo, como si cada um dos ditos

paragraphos definisse os fins de uma companhia separada, distincta e independente.

4. A responsabilidade dos membros é limitada.

5. O capital da companhia é de £ 150.000, dividido em 150.000 acções de £ 1 cada uma.

Nós, as diversas pessoas cujos nomes e endereços vão expressos abaixo, desejando formar-nos em uma companhia, de conformidade com este *memorandum* de associação, concordamos respectivamente tomar o numero de acções no capital da companhia, expresso ao lado dos nossos respectivos nomes:

Nomes, endereço e profissão dos subscriptores	Numero de acções toma- das por cada um
Thos Hamilton Tildesley, 29 Muchamp Road-East Dulevick, contador.....	1
Edwards James Newbatt, 57 Cowley Road, Brixton, S. O. Escrevente de Justiça.....	1
John Oscar Ince, 13 Frognal, Hampstead, N. O. Cavalheiro.....	1
Thomaz William Catterwood, 81 Victoria Park Road, N. E. Contador.....	1
Jesse James Cooper, 105 Clapham Road, Londres, S. O. Empregado do commercio.....	
Robert William Makie, 32 Connaught Mansions Coldharbour Lane Brixton, contador.....	1
Ernest Alfred Collins, 28 Florence Street, Ishington, empregado do commercio.....	1

Datada de 30 de novembro de 1895.

Testemunhas das assignaturas acima:

Frank Butler Liley.

S. Benet Chambers, escrevente de solicitador. — Como cópia fiel assigno — *J. S. Tread*, registrador de companhias anonyms.

#### Leis de companhias, de 1832 a 1890

##### COMPANHIA LIMITADA POR ACÇÕES

##### *Estatutos da « Minas and Goyaz, limited »*

##### Preliminares:

1. Os regulamentos contidos na tabella marcada A, sobre «Leis das companhias, de 1862», não se applicam a esta companhia sinão quando repetidos ou contidos nos presentes.

2. Na interpretação dos presentes, as palavras e expressões terão os seguintes significados, salvo excluido pelo assumpto ou contexto.

«A companhia», significa a « Minas and Goyaz, limited ».

«Os estatutos», significa e inclue «Leis de companhias, de 1862 a 1890» e outra qualquer lei a todo tempo em vigor concernente a companhias anonymas com responsabilidade limitada applicaveis a companhia.

«Os presentes», significa e inclue os estatutos e os regulamentos da companhia a todo tempo em vigor.

«Resolução especial», significa uma resolução especial da companhia, tomada de accordo com as disposições dos estatutos.

«Capital», significa o capital de a todo tempo da companhia.

«Acções», significa as acções em que o capital for a todo tempo dividido.

«Membro», significa membro registrado da companhia, como definido pelos estatutos.

«Directores», significa os directores de a todo tempo da companhia, ou como possa ser o caso, os directores reunidos em assembléa de directoria.

«Assembléa de directores», significa uma reunião de directores devidamente convocada e constituída, ou, como possa ser o caso, os directores reunidos em assembléa.

«Assembléa ordinaria», significa uma assembléa ordinaria dos membros da companhia, devidamente convocada e constituída e qualquer adiamento da mesma.

«Assembléa extraordinaria», significa uma assembléa extraordinaria de membros da companhia devidamente convocada e constituída e qualquer adiamento da mesma.

«Assembléa», significa uma assembléa de membros.

«Escriptorio», significa o escriptorio registrado, a todo tempo, da companhia.

«Sello», significa o sello common, a todo tempo, da companhia.

«Mez», significa mez do calendario.

Palavras expressas no singular, sómente, incluem o plural.

Palavras expressas no plural, sómente, incluem o singular.

Palavras expressas no genero masculino, sómente, incluem o genero feminino.

Palavras exprimindo pessoas naturaes, sómente, incluem corporações, *mutatis-mutandis*.

3. A companhia celebrara já um contracto com James Francis Mc. Andrew, nos termos do plano que, para authenticidade, foi subscripto por dous dos subscriptores deste, e os directores farão effectuar o dito contracto com todos os poderes, porém, para em todo tempo concordar em qualquer modificação dos termos do mesmo plano, antes ou depois de sua execução.

### *Negocios*

4. Os negocios da companhia incluirão os diversos objectos expressos no *memorandum* de associação, e todos os assumptos incidentaes ou conducentes aos mesmos, todos os assumptos actos e cousas que a todo tempo forem convenientes para a obtenção

desses objectos, e terão começo logo que a directoria julgar conveniente, não obstante não tenha tido ainda subscripto todo o capital.

5. O escriptorio da companhia será em Londres ou no local que a directoria possa a todo tempo julgar conveniente; e haverá também escriptorios nos locais que a directoria possa a todo tempo designar, quer na Inglaterra quer no estrangeiro.

#### CAPITAL E ACÇÕES

6. O capital nominal da companhia é de £ 150.000, dividido em 150.000 acções de £ 1 cada uma.

7. As referidas acções poderão ser offerecidas ou emitidas ao publico ou quaesquer pessoas, por uma ou por emissões successivas, da maneira, nas épocas e nos termos que os directores julgarem conveniente.

8. A companhia póde a todo tempo, quer todas as acções então autorisadas tenham sido ou não emitidas, por meio de resolução especial, modificar as condições contidas em seu *memorandum* de associação, de fôrma a augmentar o seu capital pela emissão de novas acções, devendo ser esse augmento e a divisão em acções como a companhia possa determinar e poderá emitir quaesquer acções do capital primitivo ou de qualquer capital augmentado, quer total quer parcialmente, quer com ou sem garantia ou direito de preferencia, seja a respeito do dividendo seja do repagamento de capital, ou ambas as cousas, ou com ou sem direitos, privilegios, prioridades ou vantagens especiaes, ou sujeitos a quaesquer disposições ou condições, e em geral nos termos que a companhia possa determinar, ficando expresso que uma metade dessa ou dessas emissões serão em primeiro logar offerecidas aos membros existentes, ou, não havendo ordem alguma especial, como a directoria possa julgar conveniente.

9. A companhia poderá a todo tempo, por uma resolução especial, modificar as condições contidas no seu *memorandum* de associação, para reduzir o seu capital a uma importancia e da fôrma que a dita companhia a todo tempo, por uma resolução especial, determinar.

10. A companhia poderá a todo tempo, por uma resolução especial, modificar as condições contidas no seu *memorandum* de associação, para, por meio de subdivisão de suas acções a todo tempo existentes ou de quaesquer dellas, dividir o seu capital ou qualquer parte delle, em acções de menor quantia do que a fixada no seu *memorandum* de associação.

11. A companhia poderá a todo tempo modificar as condições contidas no seu *memorandum* de associação, de maneira a consolidar e dividir o seu capital em acções de maior importancia do que as existentes.

12. Si duas ou mais pessoas se acharem registradas como possuidores collectivos de qualquer acção, qualquer dessas pessoas, salvo a directoria determinar de outra fôrma, passará recibos

eficazes de quaesquer dividendos, *bonus* ou outras importancias que tenham de ser pagas por essa acção.

13. Pessoa nenhuma será reconhecida pela companhia como possuidora de qualquer acção por depósito, e a companhia não será responsavel, nem obrigada a reconhecer qualquer interesse de equidade, contingente, futuro ou parcial, em qualquer acção ou qualquer interesse, em qualquer parte fraccional de uma acção (salvo sómente quando por estes for expressamente disposto differentemente), qualquer outro direito a respeito de qualquer acção, excepto um direito absoluto á integridade dessa acção na pessoa ou pessoas então registradas como unico ou como collectivos possuidores.

14. Cada possuidor unico de acções terá, sem pagar, direito a um certificado com o sello, especificando as acções que possuir e a importancia que por ellas tiver pago.

15. Os possuidores collectivos de acções terão, sem pagar, direito a um certificado com o sello, especificando as acções que possuirem e a importancia paga por ellas. A entrega de qualquer destes certificados a qualquer uma das pessoas cujos nomes estiverem inscriptos no registro dos membros como possuidores dessa acção, será sufficiente para todos os seus possuidores collectivos.

16. Si qualquer desses certificados se estragar ou perder-se, este poderá ser renovado sendo davia prova sufficiente que satisfaça os directores desse estrago ou perda e do direito da pessoa ou pessoas que pedirem essa renovação.

17. A companhia terá um direito primitivo e primordial de *hypotheca* sobre todas as acções não integralisadas, das quaes qualquer pessoa seja possuidor ou um dos diversos possuidores collectivos, por todas as chamadas devidas á companhia por elle, quer só, quer conjuntamente com outra qualquer pessoa, e quando uma acção é possuida por mais pessoas, a companhia terá um direito de *hypotheca* sobre ella a respeito de quaesquer chamadas, assim devidas a ella por todos ou quaesquer dos seus possuidores, e não se fará transferencia alguma de acção que não esteja integralisada, sem a approvação dos directores, que terão um direito absoluto para acceitar ou recusar a transferencia e não serão obrigados a dar a razão da recusa.

18. Nenhum membro terá o direito de receber dividendo ou de votar sem que tenha dado á companhia indicação do seu nome e endereço para o registro; e nenhum membro que mudar o seu nome ou lugar de residência (ou que sendo mulher se casar), e nenhum marido desse membro acima mencionado terá direito de receber dividendo ou de votar, sem que seja dado á companhia, para ser registrado, aviso da mudança, e prova razoavel disso aos directores, si estes o exigirem.

19. Nenhum membro exercerá qualquer direito ou privilegio como membro sem que tenha sido registrado no registro dos membros e tenha pago todas as chamadas e outras quantias então devidas e por pagar, pela acção de sua propriedade.

## CHAMADAS

20. A directoria poderá, a todo tempo, sujeita, porém, às condições abaixo mencionadas, fazer as chamadas das quantias por pagar por suas acções como julgar conveniente, comtanto que nenhuma chamada exceda de um quarto da importancia nominal da acção.

21. Quatorze dias, pelo menos, antes, será dado aviso da data e logar designado pela directoria para o pagamento de cada chamada.

22. Haverá um mez, pelo menos, de intervallo entre a data designada para o pagamento de duas chamadas successivas.

23. Será considerada como tendo sido feita na data em que a resolução dos directores autorizando essa chamada foi passada.

24. Si antes ou no dia fixado para o seu pagamento a chamada devida por qualquer acção não for paga, então (si o pagamento dessa chamada não for no interim adiado pelos directores) o possuidor de então dessa acção pagará juros pela chamada, à razão de dez por cento ao anno, desde o dia marcado para o seu pagamento até a data do pagamento effectivo; e membro nenhum terá direito de receber dividendo, de votar ou exercer qualquer privilegio como membro, enquanto elle dever qualquer chamada por qualquer acção da qual elle for possuidor ou um dos possuidores collectivos, ou qualquer juro respectivo que ainda esteja por pagar; porém, adiando o pagamento de qualquer chamada, os directores poderão a todo tempo reintegrar qualquer membro na posse de todos os seus direitos ou privilegios, da maneira, na extensão e nos termos que elles julgarem conveniente.

25. Deixando qualquer membro de pagar toda ou qualquer parte de qualquer chamada no dia fixado para o seu pagamento, a companhia poderá a qualquer tempo futuro intimar o membro em falta pela importancia devida relativamente à dita chamada e juro, ou (como possa ser o caso) relativamente ao juro então por pagar, como acima dito.

26. A directoria poderá, si julgar conveniente, receber de qualquer membro que o queira adiantar, toda ou qualquer das importancias devidas por acções que elle possuir, além das quantias actualmente chamadas; e pelas importancias então pagas adeantadamente ou pelas que a todo tempo excederem das chamadas então feitas e devidas a respeito das acções por conta das quaes foram feitos esses adeantamentos, a directoria poderá pagar ou conceder juros à taxa que o membro que pagar adeantadamente a importancia e a directoria convencionarem; porém a importancia então adeantada não será incluída ou tomada em conta para acertar a importancia do dividendo ou *bonus* a pagar pelas acções a cujo respeito esse adeantamento tiver sido feito. Ficando entendido que, si a qualquer tempo depois do pagamento de qualquer dessas importancias assim pagas adeantadas, a taxa do juro convencionado tiver de ser

paga a esse membro, e parecer á directoria excessiva, será permittido á directoria a todo tempo repagar a esse membro tanto dessas importancias quanto exceder á importancia das chamadas feitas sobre essas acções, salvo havendo convenção expressa em contrario ; e depois desse reembolso, esse membro será obrigado a pagar, e essas acções ficarão sujeitas ao pagamento de quaesquer chamadas futuras como si esse adeantamento não tivesse sido feito.

27. Na verificação, a todo tempo, da quantia destinada para dividendo, principiramente se porá de parte uma quantia sufficiente para pagar e satisfazer os juros a que forem então devidos por dinheiros de chamadas, pagos adeantados.

#### TRANSFERENCIAS DE ACÇÕES

28. O instrumento de transferencia de acções na companhia levará o sello e será na fórma que a directoria possa approvar, assignado pelo transferente e pelo transferido, e aquelle será considerado sempre como possuidor dessas acções até que o nome do transferido esteja inscripto no registro dos membros relativamente a ellas.

29. Os directores poderão recusar o registro de qualquer transferencia de acções feita por um membro a qualquer pessoa que ella não approvar, e não serão obrigados a dar a razão dessa recusa.

30. Todo o instrumento de transferencia deverá ser deixado no escriptorio da companhia para ser registrado, acompanhado da prova que os directores possam razoavelmente exigir para attestar o direito do transferente e com o pagamento dos emolumentos que os directores a todo tempo marcarem ; e, feito isto, os directores, sujeitos aos poderes de que estão revestidos pelo art. 29, registrarão o transferido como membro, e guardarão o instrumento de transferencia.

31. Os livros de transferencias poderão ser encerrados durante os quatorze dias que se seguirem immediatamente a cada assemblea geral ordinaria.

#### TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

32. Os testamenteiros ou curadores de um membro fallecido serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo qualquer direito á acção desse membro, excepto no caso de acções possuidas em collectividade, em cujo caso os sobreviventes sómente serão reconhecidos pela companhia como as pessoas que teem direito a essas acções.

33. Qualquer pessoa que venha a adquirir direito a uma acção em consequencia do fallecimento ou fallencia de qualquer membro, ou em consequencia do casamento de qualquer membro feminino, poderá, depois de apresentar a prova que a todo

tempo for reclamada pelos directores, fazer-se registrar como membro ou fazer uma transferecia da acção ao seu representante, sujeito, no caso de acções não integralisadas, á approvação desse representante pelos directores.

#### CONFISCO E CESSÃO DE ACÇÕES

34. Si qualquer membro deixar de pagar toda ou qualquer parte da importancia devida por distribuição, ou qualquer chamada no dia designado, a directoria poderá depois, durante o tempo em que a importancia ou chamada ficar por pagar, mandar-lhe em aviso exigindo-lhe o pagamento dessa importancia ou chamada, juntamente com juros á razão de dez por cento ao anno e quaesquer despesas que possam ter havido em razão de falta de pagamento.

35. O aviso designará um dia no qual, ou antes do qual, essa chamada ou importancia, bem como os juros e despesas incursos em razão de falta de pagamento, tenham de ser pagos.

Designará tambem o logar onde deverão ser pagos, mencionando que no caso de falta de pagamento na ou antes da data, e no logar designado, as acções a cujo respeito essa importancia ou chamada tenha de ser paga, ficarão sujeitas ao confisco.

36. Si as exigencias de qualquer dos supraditos avisos não forem cumpridas, a acção a cujo respeito esse aviso tiver sido dado antes de pagas quaesquer chamadas, juros e despesas devidas, será confiscada por uma resolução da directoria, tomada para este caso.

37. Quando qualquer, com direito a reclamar uma acção por transmissão e não se tendo habilitado, de accordo com os presentes, quer registrando-se como seu possuidor ou fazendo registrar o seu representante, deixar por doze mezes depois de avisado pelos directores para se fazer registrar, essa acção poderá, a qualquer tempo depois da expiração desse periodo, ser confiscada por uma resolução dos directores para esse fim.

38. Quando for declarada em confisco uma acção, será dado aviso immediato ao possuidor da acção ou á pessoa com direito a reclamar-a, como possa ser o caso, e um lançamento de ter sido dado esse aviso e do confisco, com a respectiva data, será logo feito no registro dos membros em frente a essa acção; porém as disposições deste artigo serão tomadas como directorias somente, e nenhum confisco será de modo algum annullado por qualquer omisão ou negligencia em dar-se esse aviso ou por não fazer-se esse mesmo lançamento.

39. Não obstante se tenha dado qualquer confisco como acima dito, os directores poderão a qualquer tempo, antes que as acções confiscadas tenham sido dispostas, permittir que ellas sejam resgatadas nos termos do pagamento de todas as chamadas e juros devidos e despesas incorridas relativamente a essas acções e em outros termos (caso haja) que elles julgarem conveniente.

40. Toda acção que for confiscada ficará propriedade da companhia e poderá ser cancellada, vendida, redistribuída ou de qualquer forma disposta, quer ao seu possuidor original ou a outra qualquer pessoa, nos termos ou da maneira que a directoria julgar conveniente.

41. Quaesquer membros cujas acções forem confiscadas serão, não obstante o confisco, responsáveis pelo pagamento à companhia de todas as importancias ou chamadas devidas pelas acções na data do confisco, e os respectivos juros, si houver.

42. O confisco de uma acção comprehenderá a extincção na data do confisco de quaesquer juros e quaesquer reclamações e exigencias contra a companhia relativamente à acção e outros quaesquer direitos e compromissos incidentes à acção entre o membro cuja acção é confiscada e a companhia, excepto somente os direitos e responsabilidades que pelos presentes estão expressamente reservados, ou que estão pelos estatutos dados ou impostos no caso de membros passados.

43. Os directores poderão a qualquer tempo accoitar a cessão de qualquer acção por qualquer membro, nos termos e a todos os respeitoes que elles julgarem conveniente.

44. Um certificado escripto, assignado por dois directores e rubricado pelo secretario de que uma acção foi devidamente confiscada de accordo com os regulamentos da companhia, será prova sufficiente dos factos nelles especificados, contra todas as pessoas com direito a essa acção e esse certificado e o recibo da companhia do preço dessa acção constituirão um titulo válido para essa acção; e um certificado de propriedade será entregue a um comprador, o qual sera considerado o possuidor dessa acção, desobrigado de todas as chamadas devidas antes dessa compra, não sera obrigado a importar-se com a applicação do dinheiro da compra, nem o seu direito a essa acção sera affectado por qualquer irregularidade no processo referente a essa venda.

#### GARANTES DE ACÇÕES

45. A companhia, em referencia a quaesquer acções da companhia, que sejam ou que possam ser consideradas como integralmente pagas, terá a liberdade (mas não lhe será obrigatoria) quer immediatamente á distribuição ou depois, de passar com o sello commun a pedido da pessoa registrada ou com direito a sel-o, como possuidor essas acções, e quer a expensas dessa pessoa, quer gratis, conforme seja convencionado entre essa pessoa e a directoria, um garante declarando que o portador do garante tem direito ás acções nelle especificadas; e os directores poderão a todo tempo fazer regulamentos e condições para o pagamento de futuros dividendos sobre essas acções, por *coupons*, annexos ou de outra forma. Porém, o possuidor desse garante não poderá, antes que lhe seja entregue o sem que seja registrado, tomar parte em quaesquer procedimentos, ou votar em qualquer reunião dos membros da companhia.

Si qualquer garante estragar-se ou inutilisar-se, elle poderá ser renovado a expensas do proprietario, provando esse estrago e perda e dando a indemnisação, com ou sem garantias sufficientes que os directores considerarem satisfactorias.

Os possuidores desses garantes não terão direito a avisos de assembléas ou a outros da companhia.

#### ASSEMBLÉAS GERAES

46. A primeira assembléa geral terá logar na data, não exceedingo de quatro mezes depois do resgate da companhia, e no logar que os directores possam indicar.

47. Uma ou mais vezes por anno terão logar assembléas geraes subsequentes nas datas e logares que os directores possam a tempo determinar.

48. As assembléas extraordinarias terão igualmente logar onde os directores na occasião designarem.

49. Os directores poderão, sempre que julgarem conveniente, e a requisição escripta, assignada por membros que possuam então no conjuncto acções na importancia nominal de um quarto do capital então emittido da companhia, convocar uma assembléa extraordinaria. Essa requisição declarará o fim da assembléa proposta a ser convocada e será entregue no escriptorio registrado da companhia.

50. Ao receberem essa requisição, os directores convocarão immediatamente uma assembléa extraordinaria. Si o não fizerem dentro de 14 dias, depois de entregue a requisição, os requerentes ou outros quaesquer membros possuidores da importancia do capital exigido poderão convocar uma assembléa extraordinaria.

51. Todos os negocios que forem tratados em uma assembléa extraordinaria e os que forem tratados em assembléa ordinaria, serão considerados especiaes, como excepção da escolha de um presidente (sendo necessario), sancção do dividendo, verificação das contas e o relatorio ordinario dos directores, e a eleição de directores fiscaes.

52. Sete dias, pelo menos, antes de cada assembléa, será dado aviso por circular aos membros que estejam registrados no Reino Unido, aviso designando o logar, a data e a hora da assembléa; e no caso de negocios especiaes a natureza geral desses negocios, porém a falta de recebimento desses avisos por qualquer membro, não annullará o procedimento de qualquer assembléa da companhia.

53. Todo aviso de uma assembléa convocada por membros, de accordo com os presentes, será assignado pelos membros que a convocarem.

54. Excepto disposição contraria nestes, negocio nenhum, a não ser a declaração de um dividendo, será tratado em qualquer assembléa geral sem que haja *quorum*, na occasião de começar-se a tratar dos negocios, e esse *quorum*, como aqui

abaixo disposto no caso de uma assembléa adiada, será de 10 membros presentes em pessoa.

55. Si passada meia hora do tempo marcado para a assembléa não houver *quorum*, a assembléa si tiver sido convocada á requisição de membros será dissolvida, e em outro qualquer caso adiada para o mesmo dia da proxima semana, no mesmo lugar e á mesma hora para que foi marcada a assembléa original.

56. Em qualquer assembléa adiada, os membros presentes, qualquer que seja o seu numero e a importancia das acções que possuam, poderão decidir todos os assumptos que teriam sido convenientemente resolvidos na assembléa em que teve lugar o adiamento, no caso que numero sufficiente de membros tivesse comparecido a ella.

57. O presidente, si houver, da directoria presidirá a toda assembléa geral da companhia; porém, si não houver presidente, ou si em qualquer assembléa elle não estiver presente dentro de 15 minutos depois da hora marcada para começal-a, ou não queira presidil-a, os membros presentes escolherão um dentre si para presidil-a.

58. O presidente, com o consentimento da assembléa, poderá adiar qualquer assembléa de uma data e lugar para outro, porém em uma assembléa adiada não se tratará de outros assumptos sinão os que ficaram por acabar nesta ou para os quaes foi dado aviso para a assembléa que foi adiada e que deveriam ter sido tratados nella.

59. Qualquer proposta submettida á assembléa será decidida em primeiro lugar pelo levantamento das mãos, e no caso de empate de votos, o presidente, tanto no caso de levantamento das mãos, como no de escrutinio, sendo pedido, terá voto de desempate, além do seu proprio voto.

60. Uma declaração feita pelo presidente, de que passou uma resolução e um lançamento para este fim nos livros de actas da companhia serão prova sufficiente desse facto, sem ser preciso prova do numero ou proporção dos votos collidos em favor e contra essa resolução, salvo sendo immediatamente depois dessa declaração pedido um escrutinio, assignado por cinco membros presentes e com direito de votar nessa assembléa.

61. Sendo pedido um escrutinio, elle terá lugar na data e no ponto, e quer por votação franca ou por espheras, que o presidente designar e o resultado do escrutinio será considerado ser a resolução da assembléa em que foi pedido.

#### VOTO DOS MEMBROS

62. Cada membro terá um voto em cada assembléa geral, relativamente a cada acção que elle possuir, e registrada em seu nome, nunca menos de um mez antes da assembléa.

63. Na votação de levantamento de mãos, cada membro com direito de votar terá um voto sómente.

64. Sendo qualquer membro mentecapto ou idiota ou *noni compos mentis*, poderá votar pelo seu tutor, *curator bonis* ou outro curador legal; e sendo o accionista menor, poderá votar pelo seu tutor ou curador ou qualquer um dos seus curadores ou tutores, si tiver mais de um. Si dous ou mais membros tiverem conjunctamente direito ou a acções, aquelle cujo nome estiver primeiro inscripto no registro de membros como um dos possuidores dessas acções, e não outro, terá direito de votar relativamente ás mesmas.

65. Nenhum membro terá direito de votar em qualquer assembléa geral a respeito de acções delle só ou com outros, enquanto elle só ou conjunctamente com outros dever qualquer importancia ou chamada.

66. Os votos poderão ser dados pessoalmente ou por procuração. Todo procurador será nomeado por instrumento escripto, assignado pelo outorgante, ou si este for uma corporação, com o sello commun e attestado por uma ou mais testemunhas.

67. Toda pessoa autorisada pelo art. 61 a votar poderá nomear um procurador.

68. Pessoa nenhuma agirá como procurador sem que na data da votação seja membro habilitado a votar por si mesmo como tal, nem sem que o instrumento de sua nomeação seja depositado no escriptorio registrado da companhia dous dias antes pelo menos, antes da data da realização da assembléa em que elle pretende votar.

69. Os instrumentos de procuração serão da fórmula seguinte ou de qualquer outra que a directoria possa a todo tempo indicar:

« Minas and Goyaz, limited.

« Eu... de... sendo accionista da «Minas and Goyaz, limited» e habilitado e com direito a.... votos, pelo presente nomeo.... de..., outro accionista da companhia, para votar por mim e no meu lugar na ( ordinaria ou extraordinária, conforme seja ) assembléa geral da companhia, a realizar-se em... de... de 18... e em qualquer adiamento da mesma.

« Em testemunho do que assigno o presente em.... de.... de 18... »

#### DIRECTORES

70. Não haverá menos de quatro nem mais de sete directores e a metade delles, pelo menos, residirá na Inglaterra.

71. Os primeiros directores serão F. Thorp-Becker, S. H. John de Grey, W. P. Lapage, Sir Thos M. F. Parkyns, Bart & Comp. Richards.

72. A capacidade para cada director será a posse no seu proprio nome e direito de mil acções ordinarias, pelo menos.

73. Os directores terão o poder de, a todo e qualquer tempo, nomear quaesquer outras pessoas directores, porém isso de maneira tal que o numero de directores em tempo nenhum exceda

do maximo que para a occasião for fixado ou de accordo com os presentes e de fôrma que nenhuma nomeação em virtude desta clausula terá effeito sem que dous terços pelo menos dos directores no Reino Unido concorram para ella.

74. A companhia poderá a todo tempo, em assembléa geral, augmentar ou reduzir o numero de directores e poderá tambem designar o turno em que esse numero, augmentado ou reduzido, deixará o cargo.

75. Os primeiros directores continuarão em exercicio até a assembléa geral ordinaria da companhia que se realizar no anno de 1898, data em que se retiram do cargo.

76. Na assembléa geral ordinaria que se realizar em 1899 e na de cada anno subsequente, um terço dos directores ou o numero mais approximado a um terço dos directores então existentes, se retirará do cargo.

77. Os directores que tiverem de retirar-se do cargo na assembléa ordinaria a realizar-se em 1899, serão designados por sorteio, salvo ajuste entre si. E em cada anno subsequente os directores a retirarem-se serão os que estiverem ha mais tempo no cargo.

78. No caso que se suscite qualquer divergencia a respeito da retirada do cargo de directores que tenham exercido durante o mesmo tempo, ella será decidida pelos directores, por sorteio.

79. Qualquer director que se retirar, si for dividamente habilitado como acima dito, será reelegivel.

80. Um membro não sendo director retirante, não poderá ser eleito director sem que, dez dias pelo menos ou um mez no maximo antes do dia da eleição de directores, seja dado aviso escripto ao secretario por algum membro habilitado a votar, da sua intenção de se propor á eleição, e tambem aviso escripto pelo membro candidato, de sua vontade de ser eleito.

81. Si em qualquer assembléa em que deva realizar-se a eleição de directores, os logares de directores que retirarem-se ou alguns delles, não estiverem preenchidos, os directores a retirarem-se ou aquelles que não tiverem os seus logares preenchidos, serão considerados terem sido reeleitos.

82. Nenhum director poderá votar em questão em que elle tenha interesse pessoal, além do de membro.

83. O cargo de director vagará:

Si acceitar ou occupar qualquer outro cargo ou logar de lucro na companhia, excepto o de director-gerente, gerente ou agente da companhia ;

Si fallir, tornar-se insolvavel ou fazer concordata com os seus credores ;

Si fôr julgado mentecapto ou vier a perder a razão ;

Si ausentar-se da directoria por mais de tres mezes consecutivos sem o consentimento da directoria ;

Si deixar de possuir o numero preciso de acções que o capacite para o cargo ;

Si resignar o seu cargo ;

Si fizer contracto com a companhia ou si for interessado ou participar dos lucros de qualquer contracto com a companhia

ou outro qualquer trabalho para ella, sem declarar e estabelecer por escripto a natureza do seu interesse, essa declaração, si existe então o seu interesse, será feita na assembléa dos directores em que esse contracto for determinado ou ordenado esse trabalho, e em qualquer outro caso na primeira assembléa dos directores realizada depois da acquisição do seu interesse.

Porém os regulamentos acima serão sujeitos ás excepções seguintes:

Nenhum director deixará o seu cargo por ser membro de alguma corporação, companhia ou sociedade que tenha feito contracto com a companhia ou feito qualquer trabalho para ella, ou por ser interessado em sua capacidade individual como membro de qualquer companhia, corporação ou sociedade em que a companhia possa ter também um interesse. Ficando, porém, entendido que qualquer director que tenha interesse como acima dito declarará a natureza do seu interesse na assembléa da directoria em que esse ajuste é considerado, porém não votará a respeito desse ajuste, contracto, trabalho, aventura ou empreza, e si elle ou elles votarem assim, esse voto não será contado.

84. A companhia poderá, por meio de resolução extraordinaria, demittir qualquer director antes da expiração do seu tempo de exercicio, e por meio de resolução ordinaria nomear um membro qualificado em seu lugar, e esse nomeado occupará o cargo do seu predecessor a todos os respeito.

85. Os directores serão pagos dos fundos da companhia, em remuneração dos seus serviços, da quantia de mil e quinhentas libras por anno, e bem assim, mais a quantia que seja igual a cinco por cento do excedente dos lucros liquidos da companhia contados para dividendo desse anno, e o restante, depois de pagar e providenciar sobre o pagamento de um dividendo de quinze por cento sobre todo o capital de acção ordinaria da companhia integralizado então existente. Toda essa remuneração será dividida entre a directoria na proporção e na maneira que os directores possam determinar.

86. Sendo mandado qualquer director para fóra ou para residir no estrangeiro a serviço da companhia, ou então prestar serviços extra, a directoria poderá ajustar com esse director a remuneração especial desses serviços, quer por meio de salario, commissão ou pelo pagamento de uma somma de dinheiro, estabelecida como esta julgar conveniente.

#### PROCEDIMENTO DOS DIRECTORES

87. Os directores poderão reunir-se para o despacho dos negocios, adiar e regular as duas assembléas como julgarem conveniente e determinar o *quorum* necessario para tratar-se de negocios. As questões tratadas em qualquer assembléa serão

decididas por uma maioria de votos. No caso de empate de votos, o presidente da assembléa terá um segundo voto ou voto de desempate.

88. O presidente da companhia presidirá a assembléa da directoria. Si em qualquer assembléa o presidente não estiver presente na hora marcada para o seu começo, os directores presentes escolherão um de entre si para presidil-a.

89. A directoria poderá, à sua vontade, nomear comissões, consistindo de membro ou membros do seu seio ou outros que a directoria possa julgar conveniente, e delegar a essas comissões qualquer dos seus poderes, a não ser o de fazer chamadas; e a todo tempo revogar e desonerar essa comissão no todo ou em parte, e quer quanto a pessoas ou fins; porém essa comissão assim formada, excepto aqui disposto de outra forma, se conformará com todos os regulamentos que lhe forem prescriptos pela directoria para o exercicio dos poderes que lhe forem delegados.

Os actos praticados por essa comissão, de conformidade com esses regulamentos e no desempenho de suas obrigações, porém não de outra forma, terão a mesma validade e efficacia, como si fossem feitos pela directoria, e os directores terão a faculdade de remunerar os membros de qualquer comissão especial e lançar essa remuneração em despesas correntes da companhia.

90. Os actos da directoria e de qualquer comissão terão, não obstante qualquer vaga nellas, ou qualquer defeito na nomeação de qualquer director ou membro da comissão, tanta validade como si essa vaga ou esse defeito não existisse; e como si cada uma dessas pessoas tivesse sido devidamente nomeada, contanto que os ditos actos tenham sido praticados antes de descobrir-se o defeito.

91. As reuniões e procedimentos de qualquer comissão serão geridos pelas disposições aqui contidas para regularem as assembléas e procedimento dos directores, tanto quanto lhes sejam applicaveis e não sejam incompatíveis com os termos expressos da nomeação dessas comissões respectivamente.

92. Os directores mandarão fazer assentamentos, em livros destinados para isso, dos seguintes assumptos:

1º, de todas as nomeações de officiaes e comissões feitas pelos directores;

2º, dos nomes dos directores presentes a cada assembléa de directores e dos membros de comissões nomeadas pela directoria presentes a cada reunião da comissão (e para isto todo o director ou membro de uma comissão presente a cada reunião assignará o seu nome em um livro apropriado para este fim);

3º, do procedimento de todas as assembléas geraes;

4º, do procedimento de todas as assembléas de directores e comissões nomeadas.

Esses assentamentos serão assignados pelo presidente da assembléa a qual elles se referem ou em que forem lidos, e quando assim assignados serão, não havendo prova de erro, considerados correctos.

93. O sello commum da companhia ficará a cargo do secretario no escritorio registrado da companhia, ficará só sob o governo dos directores e será empregado sómente de accordo com uma resolução da directoria.

94. A companhia fica expressamente autorisada a exercer os poderes conferidos pela « lei de sellos de companhias, 1864 ».

#### PODERES DA DIRECTORIA

95. Os negocios da companhia serão geridos pelos directores, que os poderão executar de accordo com os presentes e com o *memorandum* de associação, da maneira que em seu parecer e discreção elles possam julgar conveniente. Os directores poderão em additamento aos poderes e autorisações a elles, expressamente conferidos nestes, exercer quaesquer poderes da companhia, e praticar os actos e cousas que pelos estatutos ou pelos presentes não forem determinados ou exigidos serem exercidos ou feitos pela companhia em assembléa geral, sujeitos, todavia, a quaesquer regulamentos dos presentes e ás disposições dos estatutos, e aos regulamentos válidos (não sendo incompatíveis com os supraditos regulamentos ou disposições) que possam ser prescritos pela companhia em assembléa geral; porém, nenhum regulamento feito pela companhia em assembléa geral annullará acto algum anterior dos directores que teriam sido válidos si esses regulamentos não tivessem sido feitos.

96. Em particular e sem prejuizo da generalidade do ultimo artigo precedente, os directores poderão, na administração dos negocios da companhia, sujeitos as restricções abaixo contidas, sem mais poderes ou autorisação dos membros, immediatamente á incorporação da companhia, e não obstante o capital nominal só tenha sido parcialmente subscripto, encetar negocios e fazer no nome e pela companhia o seguinte :

a) celebrar contractos ou fazer os ajustes que possam julgar convenientes para providenciar sobre as despesas de promoção e formação de companhia ou outros assumptos referentes a isto ;

b) comprar ou adquirir a todo tempo quaesquer bens moveis ou immoveis, fazer ou acceitar arrendamentos, licenças e outros direitos de quaesquer terras, casas, hypothecas, patentes ou outras propriedades, posse, uso ou occupação do que elles possam considerar do beneficio e vantagem para a companhia, nos termos, prazos, pelos bens ou interesses nelles, como julgarem conveniente ;

c) comprar e vender, por conta da companhia ou por commissão, toda a especie de bens moveis ou immoveis, negociar com elles, vender e dispor de quaesquer bens da companhia, moveis ou immoveis, como possam achar conveniente ;

d) pagar qualquer propriedade comprada para a companhia, em dinheiro ou com acções (tratada ser paga toda ou parcialmente), ou parte em dinheiro e parte em acções, ou da maneira que possam julgar conveniente ;

e) intentar, dirigir, defender, comprometter, submeter a arbitros e abandonar processos legaes e outras reclamações pela e contra a companhia e os directores e seus officiaes, e por outra fôrma, relativas aos negocios da companhia ;

f) affixar o sello em e effectuar o ajuste, convenções, hypothecas, *bonds*, *debentures*, trocas, arrendamentos e outros titulos e documentos que possam julgar conveniente ;

g) conceder prazo a qualquer devedor da companhia ;

h) a todo tempo levantar ou tomar a emprestimo, no nome ou da parte da companhia, as importancias que possam julgar convenientes por meio de hypotheca, ou *debentures*, obrigações, *bonds*, letras, notas, cautelas ou da maneira que possam achar melhor. A quantia assim levantada ou tomada a emprestimo não excederá de £ 25.000 sem a sanção dos accionistas em assembléa geral ;

i) no curso ordinario dos negocios, por parte da companhia, passar, aceitar, sacar ou endossar qualquer nota promissoria, letra de cambio, saque de banco, conhecimentos ou outros identicos instrumentos ;

j) nomear e demittir secretarios, gerentes, engenheiros-consultantes, arbitros, solicitadores, banqueiros, agentes, officiaes e criados, e conferir-lhes respectivamente poderes que não excedam os da directoria, como possam achar conveniente ;

k) determinar sobre o expediente a empregar-se no uso do sello da companhia, e fazel-o executar e fazer regularmentos para a sua guarda e usos ;

l) empregar temporariamente quaesquer dinheiros da companhia sob qualquer garantia movel ou immovel, ou por outra fôrma que elles possam determinar ;

m) em geral (sujeitos ao que nestes consta) á sua absoluta discreção, fazer e executar todo o acto e cousa que possam julgar necessario ou conveniente para a realisação dos negocios da companhia, excepto o acto ou cousa que pelos presentes ou pelos estatutos for prohibido, ficando entendido que si, e quando pelos presentes ou pelos estatutos, for precisa a sanção prévia de uma assembléa geral, elles não agirão sem essa sanção.

97. Parte nenhuma dos fundos da companhia será empregada na compra ou emprestimo de garantias de acções da companhia. Os directores poderão, porém, á sua discreção, aceitar uma cessão de quaesquer acções de qualquer accionista, por meio de pagamento ou por compromisso, no todo ou em parte, de qualquer divida ou responsabilidade desse accionista para com a companhia. As acções assim cedidas poderão ser vendidas ou remittidas da mesma maneira que acções confiscadas.

#### DIVIDENDO E FUNDOS DE RESERVA

98. Os directores poderão, com a sanção da companhia em assembléa geral, declarar um dividendo para ser pago aos accionistas em proporção ás suas acções.

99. Não será declarado dividendo senão tirado dos lucros da companhia. Na expressão «lucros» será incluído qualquer dinheiro recebido por meio de premio sobre acções emitidas a premio pela companhia.

100. A assembleia geral que declarar um dividendo, poderá, por meio de resolução subsequente, autorisar os directores a pagar esse dividendo, no todo ou em parte, pela distribuição de haveres especificos, e em particular, de acções, *debentures*, capital de *debentures* integralmente pagos da companhia, ou acções, capital, *debentures* ou capital de *debenture* de outra qualquer companhia ou em parte de uma forma ou parte de outra, e os directores poderão, si julgarem conveniente, effectuar essa resolução, e quando sobrevier qualquer difficuldade relativamente à distribuição, poderão resolvê-la como julgarem conveniente e em particular, passar certificados fraccionaes e fixar o valor dessa distribuição dos ditos haveres especificos ou qualquer parte delles, e poderão permittir que sejam feitos pagamentos a quaesquer membros sob a base do valor assim fixado, atin de regular os direitos de todas as partes e empregar esses haveres especificos em *fidei-commisario* para as pessoas com direito ao dividendo, como possa parecer conveniente aos directores. Quando for preciso se fará um contracto conveniente de accordo com o art. 25 da lei de companhias de 1867.

101. Os directores poderão, antes de recommendar qualquer dividendo, separar dos lucros da companhia a somma que elles julgarem conveniente, porém nunca menos de 5 % dos lucros líquidos do anno, como fundo de reserva para fazer face a contingencias, ou para igualar dividendos, ou para edificios ou outras propriedades, para a construcção, conservação ou ampliação das obras e edificios que tenham relação com os negocios da companhia, para o resgate do capital empregado em propriedades de uma natureza terminavel, para conservação ou augmento de materiaes ou para outro qualquer fim da companhia, e sujeitos a estes regulamentos, a todo tempo applicar toda ou qualquer parte desse fundo em quaesquer fins da companhia; e os directores poderão empregar a quantia assim posta de parte nos titulos que escolherem, a não serem acções da companhia. Logo que esse fundo de reserva atinja a uma somma igual à metade do capital integralizado da companhia, os directores não serão obrigados a separar nenhuma outra somma para qualquer dos fins acima.

102. Sujeitos, como dito acima, os directores poderão, por seu motu proprio, porém tirando sómente do que elles julgarem ser lucro proveniente dos negocios da companhia, a todo tempo pagar aos accionistas uma somma por conta de dividendo á taxa que elles julgarem conveniente.

103. Todo dividendo pertencerá e será pago (sujeito aos compromissos para com a companhia) aos accionistas que estiverem no registro na data fixada para o pagamento desse dividendo, não obstante qualquer transferencia ou transmissão subsequente de acções.

104. Os directores poderão deduzir dos dividendos por pagar a qualquer accionista quaesquer quantias que este esteja devendo á companhia por conta de chamadas ou por outra causa.

105. Qualquer dividendo declarado ou que tenha de ser pago será avisado ao accionista da maneira abaixo mencionada e não vencerá juros contra a companhia.

#### CONTAS

106. Os directores farão escripturar contas exactas de tudo quanto for necessario para demonstrar o verdadeiro estado financeiro e as condições da companhia.

107. O anno financeiro da companhia será considerado terminar em 31 de dezembro. O primeiro relatorio da posição financeira da companhia incluirá o periodo do registro da companhia até 31 de dezembro de 1896, e este relatorio será apresentado á assembléa geral ordinaria subsequente.

Em todos os annos seguintes um relatorio da posição financeira da companhia será apresentado a cada assembléa geral ordinaria proxima, seguinte ao encerramento do anno financeiro precedente, do qual se mandará a cada accionista uma cópia antes da assembléa.

#### CONTADORES

108. Uma vez por anno, principalmente preparatorio a cada assembléa geral ordinaria, as contas da companhia serão examinadas e a exactidão do relatorio financeiro verificada por um ou mais contadores.

109. Os primeiros contadores serão nomeados pelos directores e depois pela assembléa geral.

110. Os contadores não necessitam ser, podendo, porém, sel-o, accionistas da companhia; porém pessoa que esteja interessada, a não ser como accionista, em qualquer transacção da companhia, não poderá ser eleito contador, e nenhum director ou outro empregado da companhia poderá ser eleito contador enquanto exercendo o seu cargo.

111. A remuneração dos primeiros contadores será fixada pelos directores e subsequentemente pela assembléa geral da companhia.

112. Todo contador poderá ser reeleito ao deixar o cargo.

113. Occorrendo vaga no cargo de contador, os directores poderão preencher-a.

114. Si não for feita eleição de contador, como acima dito, a Junta do Commercio poderá, a pedido de nunca menos de cinco accionistas da companhia, nomear um contador para o anno corrente e fixar a remuneração que lhe tiver de ser paga pelos serviços.

115. A todo contador se dará uma cópia do relatorio financeiro que tem de ser apresentado á proxima assembléa ordi-

naria, e será do seu dever examinal-o com as contas que lhe disserem respeito.

116. Cada contador receberá uma lista de todos os livros escripturados pela companhia e terá a todo tempo razoavel direito de ver os livros de contas. Poderá por conta da companhia empregar revisores ou outras pessoas para auxilial-o no exame dessas contas, e poderá, em relação a ellas, inquirir os directores ou qualquer empregado da companhia.

117. Os contadores certificarão aos accionistas a exactidão do relatorio financeiro e poderão dar as informações aos accionistas sobre o estado dos negocios da companhia, como julgar conveniente.

#### AVISOS

118. A companhia mandará a todo accionista um aviso, pessoalmente ou pelo Correio, em carta de porte pago, a elle dirigido, ao seu logar de residencia, registrado.

119. Quaesquer avisos destinados aos accionistas serão, relativamente a acções a que tenham direito pessoas collectivamente, dados á pessoa mencionada em primeiro logar no registro dos accionistas, e o aviso assim dado será considerado ter sido dado a todos os possuidores dessas acções.

120. Todo o aviso mandado pelo Correio será considerado como entregue no dia seguinte áquelle em que a carta contendo esse aviso foi posta no Correio, e provando-se isso será prova sufficiente de que a carta contendo o aviso foi convenientemente dirigida e posta no Correio.

121. Qualquer accionista residente fóra do Reino Unido, poderá ter endereço dentro do Reino Unido, para onde lhe serão mandados os avisos, e avisos mandados para esse endereço serão considerados terem sido bem mandados. Si não indicar esse endereço, elle não terá direito a avisos.

122. Todo aviso será considerado ter sido mandado aos possuidores de garantas de acções e a accionistas residentes fóra do Reino Unido, que não tenham indicado endereço dentro do Reino Unido, si forem avisados por dous jornaes diários publicados em Londres ou Middlesex; os avisos que a lei exige serem dados por annuncios, serão publicados nos mesmos jornaes.

123. A companhia não será obrigada a mandar aviso aos possuidores de garantas de acções de outra qualquer maneira.

---

Nada mais continham os ditos estatutos, que fielmente vertido proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que, passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 31 de março de 1896. — *Alfonso H. C. Garcia*, traductor publico.



## DECRETO N. 2282 — DE 18 DE MAIO DE 1896

Crea um Consulado na Republica do Salvador.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322 de 8 de novembro de 1895,

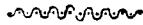
Decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado na Republica do Salvador.

Capital Federal, 18 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2283 — DE 25 DE MAIO DE 1896

Estabelece dous Vice-Consulados no Perú, fixa-lhes as sêdes, e applica-lhes as disposições dos arts. 2º, 3º e 4º do decreto n. 2194 de 16 de dezembro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo á conveniencia de serem estabelecidos dous Vice-Consulados na Republica do Perú, nos portos de Jurimaguas e Caballo-Cocho ; e

Considerando que no orçamento em vigor está consignada a verba de 6:000\$ para gratificação de dous Vice-Consulados na dita Republica, decreta :

Art. 1.º Ficam estabelecidos dous Vice-Consulados na Republica do Perú, sob a jurisdição do Consulado Geral em Iquitos, tendo por sêdes os portos de Jurimaguas e Caballo-Cocho.

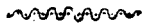
Art. 2.º A cada um dos respectivos vice-consules competirá a gratificação de 3:000\$ annuaes, sendo-lhes applicaveis as disposições dos arts. 2º, 3º e 4º do decreto n. 2194, de 16 de dezembro de 1895.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2284 — DE 25 DE MAIO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 6:333\$310 para pagamento do pessoal e expediente da Delegacia de Terras e Colonisação no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida no decreto legislativo n. 366 de 25 do corrente mez, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de seis contos trezentos trinta e tres mil trezentos e dez réis (6:333\$310) para ser applicado no pagamento do pessoal e expediente da Delegacia de Terras e Colonisação no Estado de Minas Geraes, no anno de 1893.

Capital Federal, 25 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2285 — DE 25 DE MAIO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 115:100\$ para occorrer ás despesas da verba—Agencia Central de Immigração, n. 3 do art. 6º da lei n. 236 de 21 de dezembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no decreto legislativo n. 367 de 25 do corrente mez, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de cento e quinze contos e cem mil réis ( 115:100\$ ) para occorrer ás despesas relativas á verba—Agencia Central de Immigração, n. 3 do art. 6º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.

Capital Federal, 25 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2286 — DE 23 DE MAIO DE 1896

Declara que as porcentagens do regulamento de 15 de junho de 1859 relativas aos curadores deverão ser cobradas e escripturadas como renda dos Consulados brasileiros, quando os respectivos consules exercerem funcção identica á dos mesmos curadores.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo ás disposições da segunda parte do art. 1º do regulamento annexo ao decreto n. 855 de 8 de novembro de 1851,

as quaes gosm os paizes que, em virtude do accordo, acceitam a reciprocidade, quanto aos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 11 sobre successões ;

Considerando que aos Agentes consulares do Brazil no processo da arrecadação dos bens de brasileiros fallecidos, cabem as obrigações de curador de heranças e bens de ausentes,

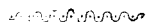
Decreta :

Artigo unico. As porcentagens estabelecidas no decreto n. 2433 de 15 de junho de 1859, que competem aos curadores, cabem igualmente aos consules brasileiros, quando exercerem funções identicas, e serão escripturadas como renda dos Consulados, sem prejuizo dos emolumentos devidos pelos diversos actos taxados na tabella que acompanhou o decreto n. 1327 D de 31 de janeiro de 1891.

Capital Federal, 28 de maio de 1895, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



#### DECRETO N. 2287 — DE 23 DE MAIO DE 1896

Approva a tabella de preços complementar aos orçamentos approvados por decretos ns. 32 e 874, de 3 de dezembro de 1889 e 18 de outubro de 1890, e bem assim os projectos e orçamento de edificios e obras diversas das linhas de Tatuhy a Itararé e Botucatu a Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro União Sorocabana e Ituauna,

Decreta :

Artigo unico. Fica approvada a tabella de preços complementar aos orçamentos approvados por decretos ns. 32 e 874, de 3 de dezembro de 1889 e 18 de outubro de 1890, e bem assim os projectos e orçamento de edificios e obras diversas das linhas de Tatuhy a Itararé e Botucatu a Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 28 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. E MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2288 — DE 28 DE MAIO DE 1896

Approva os estudos, planos e orçamento das obras de melhoramento do porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo.

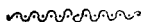
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás disposições do decreto n. 1173 de 17 de dezembro de 1892, que autorisou a construção das obras de melhoramento do porto da Victoria, Estado do Espirito Santo, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os estudos, planos e orçamento, na importancia de 12.370:635\$997, apresentados pela Companhia Brasileira Torrens, concessionaria das referidas obras, e que com este baixam e vão rubricados pelo director geral das Obras Publicas da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 28 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2289 — DE 28 DE MAIO DE 1896

Approva os projectos e orçamentos para installações telegraphicas e semaphoricas em diversas estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

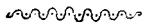
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para installações telegraphicas e semaphoricas, nas estações de Santos, Casqueiro (kilometro 7), Cubaião, Raiz da Serra, Belém, Tunnel (kilometro 121) e Campo Limpo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

Capital Federal, 28 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2290 — DE 28 DE MAIO DE 1896

Approva os projectos e orçamento para construção de novos desvios nas estações de Campo Grande e Jundiahy e outras despesas, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

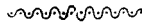
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*,  
Decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Viação e Obras Publicas, para construção de novos desvios nas estações de Campo Grande e Jundiahy, de um poço para abastecimento de agua ás locomotivas e aquisição de nove cofres de ferro, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

Capital Federal, 28 de maio de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2291 — DE 28 DE MAIO DE 1896

Approva, com alterações, as instrucções de 10 de dezembro de 1895, expedidas pelo director das Rendas Publicas do Thesouro Federal, sobre o serviço de descarga no porto de Santos e o encaminhamento das mercadorias para a Alfandega de S. Paulo, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás considerações que lhe foram feitas pelo Ministro dos Negocios da Fazenda e á necessidade de pôr termo aos embaraços que tem impedido a Alfandega de S. Paulo de funcionar com regularidade,

Decreta:

Art. 1.º Ficam approvadas as instrucções de 10 de dezembro de 1895, expedidas pelo director das Rendas Publicas do Thesouro Federal, com autorisação do Ministro da Fazenda, sobre o serviço de descarga no porto de Santos e o encaminhamento das mercadorias para a Alfandega de S. Paulo, exceptuado o parographo unico do art. 22.

Art. 2.º A Alfandega de S. Paulo não dará livre transito ás mercadorias que estiverem sujeitas a taxas de capatazias e armazenagens para com as « Docas de Santos », sem que as mesmas estejam quites com a companhia.

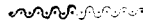
Art. 3.º O prazo de 48 horas, de que trata o art. 17 do regulamento approved pelo decreto n. 1286, de 17 de fevereiro de 1893, deve ser contado d' hora da entrada official dos navios na Alfandega de Santos, excluidos os dias em que por qualquer causa não houver expediente nessa repartição.

Art. 4.º Ficam revogados os arts. 37 e 38 do regulamento de 5 de outubro de 1894, approved pelo decreto n. 1876, de 5 de novembro do mesmo anno, os do regulamento de 17 de fevereiro de 1893, que não se harmonisarem com as instrucções de 10 de dezembro de 1895 e todas as demais disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de maio de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paulo Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 2292 — DE 1 DE JUNHO DE 1896

Declara que os agentes consulares do Brazil em Portugal e suas colonias e os de Portugal no Brazil teem direito ás porcentagens e taxas das tabellas dos respectivos Governos nos processos de heranças, segundo o decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á declaração do protocollo de 29 de maio proximo passado assignado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brazil e pelo Encarregado de Negocios do Reino de Portugal, decreta :

Artigo unico. Os agentes consulares do Brazil em Portugal e suas colonias e os de Portugal no Brazil teem direito ás porcentagens e taxas segundo as tabellas, regulamentos ou ordenanças dos respectivos Governos pelo serviço de arrecadação, administração e liquidação de heranças, nos casos do decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851.

Capital Federal, 1 de junho de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

#### Protocollo

O Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tomando em consideração o que a Legação de Sua Magestade Fidelissima expoz em notas de 21 de junho e 5 de setembro do anno proximo passado, dirigidas ao Ministerio das Relações Exteriores,

relativamente ao decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851, quanto ás porcentagens e taxas que os agentes consulares de Portugal devem receber pela arrecadação, administração e liquidação das heranças de seus nacionaes, nos termos do mesmo decreto, e tendo em vista as disposições brazileiras e portuguezas a respeito desse assumpto, reconhece que os agentes consulares de Portugal no Brazil e os do Brazil em Portugal, pelo exercicio das funcções de natureza administrativa proprias do seu cargo, teem direito ás porcentagens e taxas, segundo as tabellas, regulamentos ou ordenanças dos respectivos Governos.

Fica, portanto, reciprocamente reconhecido tal direito por esta declaração, que é assignada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brazil e pelo Encarregado de Negocios do Reino de Portugal.

Feito em duplicata no Rio de Janeiro, aos 29 dias do mez de maio de 1896. — *Carlos Augusto de Carvalho*. — *João de Oliveira de Sá Camello Lamprea*.



#### DECRETO N. 2293 — DE 1 DE JUNHO DE 1896

Abre á verba — Exercícios findos, do corrente exercicio, um credito supplementar de 21:840\$366, para occorrer ás despesas que foram liquidadas com o serviço quarentenario de Santa Catharina durante o anno de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida ao Poder Executivo no art. 1.<sup>o</sup> do decreto legislativo n. 368, de 26 de maio findo,

Decreta :

Art. 1.<sup>o</sup> Fica aberto um credito supplementar de vinte e um contos oitocentos e quarenta mil trezentos sessenta e seis réis (21:840\$366), á verba — Exercícios findos, do corrente exercicio, para occorrer ás despesas que foram liquidadas com o serviço quarentenario de Santa Catharina durante o anno de 1893, nos termos do aviso do Ministerio do Interior n. 2919, de 2 de outubro de 1895.

Art. 2.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de junho de 1896, 8.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2294 — DE 8 DE JUNHO DE 1896

Publica a adhesão do Governo Britannico à Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo pela colonia de Queensland (Australia).

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão do Governo Britannico à Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo pela colonia de Queensland (Australia), segundo communicou a Legação Franceza, por nota de 17 de maio proximo passado, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 8 de junho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

TRADUÇÃO — Legação da Republica Franceza no Brazil. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1896.

Sr. Ministro — Em execução do art. 18 da Convenção telegraphica de S. Petersburgo, o Governo Britannico, por intermedio do seu representante em Pariz, notificou ao Governo da Republica que adheria, pela colonia de Queensland (Australia), áquelle acto internacional e que essa colonia desejava ser contemplada na 4ª classe dos Estados que fazem parte da União, para a contribuição das despesas communs da Secretaria Internacional das administrações telegraphicas.

Uma proxima communicação da Legação de França no Brazil fará conhecer ao Governo Brasileiro, pela applicação dos §§ 22 e seguintes do regulamento internacional do serviço telegraphico, a importancia das taxas telegraphicas terminal e de transito na colonia de Queensland, como tambem o valor do franco na moeda legal.

Levando esta decisão ao conhecimento do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil, apresso-me a aproveitar a occasião que se me offerece para renovar a V. Ex. as seguranças da minha alta consideração.

*S. Pichon.*

A S. Ex. o Sr. Carlos Augusto de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores.



## DECRETO N. 2295 — DE 11 DE JUNHO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de 5:182\$757 á verba — Exercicios findos, para effectuar o pagamento do vencimento do lente da Faculdade de Direito do Recife, Arce-diago Dr. Luiz Francisco de Souza.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo pelo art. 8º n. 9 da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 55 do regulamento annexo ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, decreta :

Art. 1.º Fica aberto á verba — Exercicios findos, do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de 5:182\$757, destinado ao pagamento do vencimento que compete ao Arce-diago Dr. Luiz Francisco de Souza, como lente das cadeiras de latim do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, relativamente ao tempo decorrido de 5 de março de 1891, em que deixou o exercicio por ter sido jubulado por decreto de 21 de fevereiro do mesmo anno, até 17 de fevereiro de 1892, dia anterior ao em que o reassumiu, visto ter sido reintegrado por decreto de 3 de fevereiro de 1892.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de junho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2296 — DE 11 DE JUNHO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de 9:301\$939 á verba — Exercicios findos, para effectuar o pagamento do vencimento do lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo pelo art. 8º n. 9 da lei n. 360 de 20 de dezembro de 1895, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, decreta:

Art. 1.º Fica aberto á verba — Exercicios findos, do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de nove contos trezentos e um mil novecentos e trinta réis

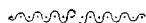
(9:301\$930), destinado ao pagamento do vencimento que compete ao Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, como leute da cadeira de portuguez, do curso annexo á Faculdade de Direito do Recife, relativamente ao tempo decorrido de 5 de março de 1891, em que deixou o exercicio, por ter sido demittido por decreto de 21 de fevereiro do mesmo anno, até 24 de novembro de 1892, dia anterior ao em que o reassumiu, visto ter sido reintegrado por decreto de 13 de setembro do dito anno.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de junho de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 2297 — DE 18 DE JUNHO DE 1896

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 25:000\$, para despendar com o estabelecimento de um pharol de 5ª classe no porto de Macapá, Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 274, de 28 de junho de 1895, abre ao Ministerio da Marinha o credito de 25:000\$, para despendar com o estabelecimento de um pharol de 5ª classe no porto de Macapá, Estado do Pará.

Capital Federal, 18 de junho de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



#### DECRETO N. 2298 — DE 18 DE JUNHO DE 1896

Concede ao cidadão Orozimbo Moniz Barreto autorisação para ligar a Capital Federal ás capitães dos Estados do Espirito Santo, Bahia e Pernambuco por meio de linhas ou cabos telephonicos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o cidadão Orozimbo Moniz Barreto e tendo ouvido os Governadores dos Estados do Espirito Santo, Bahia e Pernambuco, decreta :

Artigo unico. E' concedida ao cidadão Orozimbo Moniz Barreto, ou á empresa que organizar, autorisação para ligar a Capital Federal ás capitães daquelles Estados, por meio de

linhas ou cabos telephonicos, observadas as clausulas que a este acompanham assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 18 de junho de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olympio dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2298 desta data**

I

A presente concessão vigorará, devidamente respeitadas os direitos de terceiros, durante o prazo de vinte e cinco annos, contados desta data, ficando o Governo da União com o direito de resgatar as respectivas obras mediante avaliação de peritos, a partir do sexto anno depois de aberto o trafego.

II

O concessionario submeterá á approvação do Governo o projecto da respectiva installação, não só no que se refere á canalisação electrica, como ainda ás estações e centros telephonicos.

III

As tarifas para o serviço telephónico serão sujeitas á approvação do Governo e só poderão ser alteradas com o seu consentimento.

IV

A fiscalização do serviço agora autorizado será paga pelo concessionario por prestações semestraes adiantadas e será exercida pela Repartição Geral dos Telegraphos.

V

A importancia ad epositar pelo concessionario na thesouraria da Repartição Geral dos Telegraphos para pagamento da fiscalisação de que trata a clausula anterior, será de 6:000\$000 annuaes.

VI

Obriga-se tambem o concessionario ás disposições do art. 13 do regulamento approved pelo decreto n. 1663, de 30 de janeiro de 1894, relativamente á construcção das linhas particulares.

RECEBIDO  
1896

## VII

Emquanto o concessionario não puder ceder ao Governo um fio paralelo, de accordo com o art. 5º do mesmo regulamento, o concessionario se obrigará a fazer gratuitamente o serviço official do Governo.

## VIII

Sempre que for necessario á segurança publica, poderá o Governo suspender o trafego das linhas, sem que o concessionario tenha direito a indemnização alguma.

## IX

A ligação da Capital Federal á capital do Espirito Santo poderá ser feita por cabo submarino ; mas a da capital do Espirito Santo ás da Bahia e de Pernambuco só deverá ser feita por linhas terrestres.

## X

O concessionario contribuirá para os cofres da União com 10 % da renda bruta da empresa.

## XI

A presente concessão caducará si dentro do prazo de dous annos não estiver funcionando a linha entre Victoria e Rio de Janeiro e si dentro de quatro annos não funcionarem as outras, bem como si depois de construidas ellas soffrerem interrupção que dure mais de tres mezes.

Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, 18 de junho de 1896.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2299 — DE 22 DE JUNHO DE 1896

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercio Nacional, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. Fica approvada a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional, de accordo com as alterações votadas em assemblea geral de accionistas de 7 de maio ultimo, mediante o cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 91 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Capital Federal, 22 de junho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## PUBLICA-FORMA

Em meu cartorio me foi apresentado um livro de actas das assembleas geraes da Companhia Commercio Nacional, devidamente numerado e rubricado por «Chaves Faria», com os seguintes termos de abertura e encerramento: «Livro de actas das Assembleas Geraes da Companhia Commercio Nacional. Rio de Janeiro, vinte e um de março de mil oitocentos e noventa e um. — A. C. Chaves Faria, presidente. — Contém este Livro noventa e nove folhas, numeradas e por mim rubricadas. Rio de Janeiro, vinte e um de março de mil oitocentos e noventa e um. — A. C. Chaves Faria ». E do mesmo livro me foi apontada e pedida em publica-fôrma, a seguinte acta, que se achava lavrada a folhas 13 verso: — «Acta numero dez. Assembléa geral extraordinaria da Companhia Commercio Nacional. No dia sete de maio de mil oitocentos e noventa e seis, á meia hora depois do meio-dia, reunidos trinta e dous accionistas, representando quatro mil trezentas e quarenta acções, como consta do livro de inscripção dos presentes, o Sr. Presidente da Companhia declara que estando representados mais de dous terços do capital, abre a sessão e na fôrma determinada nos estatutos, convida a assembléa a indicar, quem presida os seus trabalhos. O Sr. Commendador Castro e Mello propõe e é unanimemente approved, que se conserve na presidencia da Mesa o Sr. o Presidente da Companhia. Este agradece a honra que lhe confere a assembléa e convida para secretario os Srs. Commendador Castro e Mello e Gabriel Filgueiras, que tomam assento a seu lado.

O Sr. Presidente declara o fim da reunião, de accordo com o convite feito pelos jornaes, e convida o Sr. secretario a fazer a leitura da acta da ultima assembléa geral, a qual lida e posta em discussão é em seguida approvada unanimemente. O Sr. Presidente justifica as propostas que tem de submeter ao conhecimento da assembléa, as quaes importam em alterações nos estatutos, e o Sr. secretario logo depois as lê: Proposta: Primeiro: Que o Artigo primeiro dos estatutos fique redigido da seguinte fôrma: Artigo primeiro — Fica instituida a sociedade anonyma Companhia Commercio Nacional — tendo por fim o commercio em grosso e a retalho de generos de producção nacional, taes como assucar, café e outros, consignação de toda a especie, exploração de trapiches e navegação a vapor ou á vela de cabotagem, por si ou pelo modo que melhor convier. — Segundo: Que ao artigo nono se addite: ou dada a vaga, a juizo dos directores que permanecerem, poderá a administração da Companhia continuar a ser feita sómente por dous directores, um dos quaes será o presidente, distribuindo entre os dous as attribuições da directoria, como melhor convier aos interesses sociaes e nesse caso ficará crendo um logar de director substituto, cuja nomeação incumbe aos dous directores prover, até que a primeira assembléa geral ordinaria confirme a nomeação ou eleja outro. O director substituto, quando em exercicio, terá a remuneração de «dous contos de réis» mensaes, Réis dous contos.

O Sr. Presidente submette á discussão as propostas, separadamente, e não havendo quem pedisse a palavra foram postas a votos e approvadas unanimemente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece aos senhores accionistas o seu comparecimento, pedindo-lhes de se conservarem na sala ainda o tempo necessario para se lavrar esta, que é lida, approvada e assignada por todos os presentes.—A. C. Chaves Faria, Presidente.—S. S. Castro Mello, 1º Secretario. Gabriel Filgueiras, 2º Secretario.—H. Dunham.—P. p. A. O. Pinto, Dunham.—P. p. de A. Vaz de Carvalho, p. p. do Lyceo Litterario Portuguez, p. p. de Narcizo F. Silva Neves, Gabriel Filgueiras.—P. p. de D. Constança Th. de Meira Teixeira, Teixeira, Borges & C.—Teixeira Borges & C.—João Vieira da Silva Borges.—Gastão J. Chaves Faria.—P. p. de Giovanni Fogliani e sua mulher, Gastão J. Chaves Faria.—Fins, Nogueira & C.—João Maximino Fins, p. p. J. S. de Castro Barbosa.—P. p. Luiz Augusto Ferreira de Almeida, Guilherme Joppert.—Joaquim M. Nogueira.—Idalio Gonçalves dos Reis.—Octavio Furquim Joppert, por si e sua mulher.—Thomaz Augusto da Silva.—Lindorf França.» Era este o conteudo da acta, que me foi apresentada em o referido livro, ao qual me reporto, de cujo theor e por me ser pedida, bem fielmente fiz extrahir a presente publico-fôrma, que depois de conferir e achar conforme ao original, a subscrevo e assigno em publico e raso nesta Capital Federal, aos 28 de maio de mil oitocentos e noventa e seis. E eu, Antonio Joaquim de Catanheda Junior, tabellião, que subscrevi e assigno em publico e raso.



#### DECRETO N. 2300 — DE 22 DE JUNHO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de cento e vinte oito contos oitocentos e vinte oito mil e quinhentos réis (123:828\$500) á verba 32ª do art. 7º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, para occorrer ás despesas com o fabrico de moedas de nickel e bronze.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil usando da authorisação conferida ao Poder Executivo no artigo unico do decreto n. 370 desta data,

Decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de cento e vinte oito contos oitocentos e vinte oito mil e quinhentos réis (123:828\$500) á verba 32ª do art. 7º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, para occorrer ás despesas com o fabrico de moedas de nickel e bronze; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de junho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2301 — DE 1 DE JULHO DE 1896

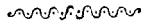
Concede ao Lyceo Parahybano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmas de ensino e modo por que são executados no Lyceo Parahybano, reorganizado de accordo com o regulamento annexo ao decreto n. 1652, de 15 de janeiro de 1894, pelo decreto estadual n. 79, de 8 de junho ultimo, resolve conceder aquelle estabelecimento de instrucção, na forma do disposto no decreto n. 1389, de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891, e 33 paragrapho unico do de n. 981, de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 1 de julho de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2302 — DE 2 DE JULHO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de duzentos contos de réis (200:000\$) para completar o auxilio concedido ao Estado da Parahyba pela lei n. 120 de 8 de novembro de 1892.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 8<sup>o</sup> n. 8 da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, decreta :

Art. 1.<sup>o</sup> Fica aberto ao Ministerio dos Negocios da Fazenda o credito especial de duzentos contos de réis (200:000\$) para completar o auxilio concedido ao Estado da Parahyba pelo decreto legislativo n. 120 de 8 de novembro de 1892.

Art. 2.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de julho de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2303 — DE 2 DE JULHO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 600:000\$ á verba — Exercicios findos, do corrente exercicio, para attender ao pagamento das despesas relativas ás aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida ao Poder Executivo no n. 1 do art. 8º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, decreta :

Art. 1.º Fica aberto á verba n. 32 — Exercicios findos, da vigente lei de orçamento, o credito supplementar de seiscentos contos de réis (600:000\$) destinado ao pagamento das despesas relativas ás aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei, de accordo com a tabella annexa ao referido orçamento.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de julho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2304 — DE 2 DE JULHO DE 1896

Approva o regulamento da navegação de cabotagem.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para fiel execução da lei n. 123, de 11 de outubro de 1892, decreta :

Artigo unico. O serviço de navegação de cabotagem, a que se refere o art. 7º da citada lei, será feito de conformidade com o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 2 de julho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

## Regulamento a que se refere o decreto n. 2304 desta data

### CAPITULO I

#### DA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Art. 1.º A navegação de cabotagem só poderá ser feita por navios nacionaes previamente registrados.

Art. 2.º Entende-se por navegação de cabotagem a que tem por fim a comunicação e o commercio directo entre os portos da Republica, dentro das aguas destes e dos rios que percorram o seu territorio.

Art. 3.º A navegação costeira, tambem chamada de costeagem, que se faz ao longo da costa e depende de observações astronomicas, calculos de pilotagem e marcação de cabo a cabo, não poderá ser confiada a pratico que não seja official de nautica.

Art. 4.º Aos navios das nações limitrophes é permittida a navegação dos rios e aguas interiores, nos termos das convenções e tratados existentes.

X

### CAPITULO II

#### DA NACIONALISAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES

Art. 5.º Para um navio ser considerado nacional é preciso:

I—que seja propriedade de cidadão brasileiro, residente ou não no territorio da Republica, ou de sociedade ou empreza com sede nella e gerida exclusivamente por cidadão brasileiro;

II—que tenha capitão ou mestre brasileiro;

III—que tenha, pelo menos, dous terços de equipagem formados por brasileiros.

§ 1.º Para os effeitos deste regulamento, pela expressão — cidadão brasileiro — se entende :

a) as pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade ;

b) a mulher brasileira casada com estrangeiro, si, pelo contracto ante-nupcial, além de não haver communhão de bens, lhe couber a administração pessoal ou directa dos que lhe forem proprios.

§ 2.º Considera-se nacional :

a) a sociedade em nome colectivo, em commandita simples ou de capital e industria, constituida em territorio da Republica, não podendo, porém, fazer o commercio maritimo de cabotagem sem que seja cidadão brasileiro o gerente, socio ou não ;

b) a sociedade em nome colectivo ou em commandita simples, constituída exclusivamente por brasileiros, fóra do territorio da Republica, si tiver seu contracto archivado no Brazil, a firma inscripta e a gerencia confiada a brasileiro ;

c) a sociedade anonyma ou em commandita por acções constituída em paiz estrangeiro, si, obtida autorisação para funcionar na Republica, transferir para o territorio della sua séde, e tiver por directores ou socios gerentes cidadãos brasileiros.

Art. 6.º Quando, por qualquer motivo, o proprietario do navio deixar de ser cidadão brasileiro, será cassada a carta de nacionalidade e cancellado o registro.

§ 1.º O cancellamento do registro deverá ser requerido, pelo interessado ou seu representante legal, dentro de seis mezes da data em que se der o facto em virtude do qual o navio não possa mais ser considerado nacional.

§ 2.º Passado o prazo de seis mezes, ficará o navio sujeito á apprehensão e venda judicial, considerando-se-o, para todos os effeitos, como contrabando.

### CAPITULO III

#### DO REGISTRO DAS EMBARCAÇÕES

Art. 7.º O registro, a que são obrigadas as embarcações empregadas no serviço de navegação e commercio de cabotagem, sera feito :

a) nos Arsenaes de Marinha das capitães dos Estados em que este serviço estiver a seu cargo, nos termos da legislação em vigor ;

b) nas Capitánias dos Portos dos Estados onde não houver Arsenal de Marinha ;

c) nas Alandegas e Mesas de rendas onde não existirem aquellas repartições ;

d) nas Delegacias do Thesouro Federal onde não houver repartição da marinha de guerra nacional ou aduaneira ;

e) nos Consulados brasileiros de Montevidéo, Buenos-Aires, Assumpção e Iquitos, si os navios tiverem sido adquiridos nas Republicas limitrophes, Oriental do Uruguay, Argentina, do Paraguay ou do Perú.

Art. 8.º O registro se realizará no porto onde tiver domicilio o proprietario. Havendo mais de um proprietario, será feito em nome do que tiver maior quinhão, e sendo iguaes os quinhões, em nome do representante da maioria, previamente escolhido pelos interessados e declarado á autoridade competente em requerimento.

Art. 9.º Para os effeitos do artigo antecedente, o Districto Federal fica equiparado aos Estados e nelle se fará o registro quando o proprietario residir fóra da Republica.

Art. 10. O registro deverá conter:

I—a declaração do lugar onde a embarcação foi construída, e nome dos constructores e a qualidade dos principaes materiaes empregados ;

II—as dimensões da embarcação em metros e decímetros e a sua capacidade em toneladas metricas, comprovadas por certidão de arqueação com referencia á sua data ;

III —a armação de que usar e o numero de cobertas que tiver;

IV — o dia em que foi lançada ao mar ;

V—o nome de cada um dos donos ou compartes e os seus respectivos domicilios ;

VI— a especificação do quinhão de cada comparte, si for de mais de um proprietario e a época de sua aquisição, com referencia á natureza e data do titulo, que deverá acompanhar a petição para o registro.

Art. 11. Si a embarcação for de construcção estrangeira, além das especificações sobreditas, dever-se-ha declarar no registro a nação a que pertencia, o nome que tinha e o que tomou, e o titulo por força do qual passou a ser de propriedade brasileira, podendo omitir-se, quando não conste dos documentos, o nome do constructor.

Paragrapho unico. O auto de vistoria, a certidão de arqueação e todos os titulos justificativos do registro ficarão archivados na repartição competente do lugar em que elle houver sido realizado. .

Art. 12. Provando-se que algum navio registrado como nacional obteve o registro *ob* e subrepticamente, ou perdeu, ha mais de seis mezes, as condições precisas para poder continuar a ser considerado nacional, o inspector do Arsenal de Marinha, o capitão do porto, o inspector da Alfandega, o administrador da Mesa de rendas ou a autoridade competente do lugar em que se houver realizado o registro, ou onde se verificar a infracção dos preceitos aqui estabelecidos, procederá á apprehensão do navio e põ-lo-ha immediatamente á disposição do juiz seccional do Estado onde se realizar a apprehensão para processo, julgamento e imposição da pena criminal.

§ 1.º E' da competencia das autoridades fiscaes a apprehensão do contrabando e o processo administrativo, inclusive a applicação das multas.

§ 2.º Emquanto o juiz não nomear depositario, exercerá tal função a autoridade do lugar a quem competir o registro, conforme o art. 7º, procedendo-se ao arrolamento e inventario de tudo quanto existir a bordo ; do que se lavrará termo assignado pelo capitão ou mestre da embarcação, si o quizer assignar.

§ 3.º As mercadorias encontradas a bordo do navio serão consideradas, para todos os effeitos, como contrabando.

§ 4.º O juiz julgará por sentença a apprehensão e mandará proceder á venda em hasta publica, cabendo da sentença recurso voluntario de appellação com effeito suspensivo.

§ 5.º Effectuada a venda e deduzidas as despesas, inclusive a percentagem dos depositarios, interinos ou effectivos, a qual será arbitrada pelo juiz da 1ª instancia, com recurso de agravo, depositar-se-ha o saldo para ser levantado por quem de direito.

§ 6.º Os praticos das barras e portos, os empregados da policia do porto e da Alfandega e os agentes consulares, sob pena de demissão administrativa, são obrigados a denunciar á autoridade competente do respectivo districto de registro todas as embarcações que incidirem nas disposições do art. 12.

Art. 13. Os registros dos actos e contractos, que pela legislação federal incumbia ás Juntas Commerciaes, ficarão a cargo dos Arsenaes de Marinha, Capitanias de portos, estações fiscaes ou Consulados, nos termos do art. 7º. Nas cartas de nacionalidade far-se-hão as averbações determinadas pelo Codigo do Commercio e mais disposições em vigor, em tudo quanto interessar ao navio e ao seu carregamento.

Art. 14. Nenhum navio registrado poderá ser desmanchado sem que seja cancellado o respectivo registro.

Art. 15. Será cancellado o registro do navio de que não houver noticia por mais de dous annos.

Art. 16. Não estão sujeitos ao registro :

- a) os navios que se empregarem em pescaria nas costas ;
- b) os vapores de reboque, de coberta ou não, que se empregarem no serviço interior dos portos ou rios navegaveis ;
- c) as embarcações á vela ou a vapor destinadas, no interior dos portos, ao transporte de passageiros e suas bagagens, ao serviço de carga e descarga e ao transporte de mercadorias estrangeiras ainda não despachadas para consumo e trasbordadas dos navios que as tiverem conduzido.

§ 1.º Taes embarcações serão matriculadas na Capitania dos portos, na fórma dos regulamentos vigentes.

§ 2.º Qualquer que seja a nacionalidade de seu proprietario, taes embarcações considerar-se-hão essencialmente brazileiras e não poderão, em caso algum, içar outra bandeira que não seja a da Republica.

## CAPITULO IV

### DAS VISTORIAS DAS EMBARCAÇÕES E SUA ARQUEAÇÃO

Art. 17. Nenhum navio será admittido ao registro, nem poderá se apparellhar, sem que tenha sido requerida vistoria a autoridade competente, julgado em condições de navegar e verificada a sua arqueação, segundo o disposto nas instrucções vigentes.

Paragrapho unico. E' da exclusiva competencia da autoridade federal a vistoria das embarcações.

Art. 18. As vistorias serão realizadas por proffissionais dos Arsenaes de Marinha, Capitanias dos portos, Alfandegas, etc.,

conforme estatue o art. 7º, e nos Consulados por pessoas competentes, da escolha do respectivo consul, quando lhes incumbir o registro das embarcações adquiridas ou paradas por motivo de força maior da navegação ou por conveniências commerciaes.

Art. 19. A arqueação será feita por empregados das Alfandegas, conforme a legislação em vigor, ou por pessoas competentes, da escolha dos consules brasileiros, ou dos outros funcionarios a quem incumba o registro nos portos em que não houver repartição aduaneira.

Paragrapho unico. Todas as despesas correrão por conta do proprietario.

Art. 20. Todas as embarcações mercantes a vapor, comprehendidas as do trafego do porto, empregadas no serviço de transporte de cargas ou materiaes e passageiros, reboques, pesca e as de recreio serão vistoriadas em suas machinas, caldeiras e cascos, de seis em seis mezes, sendo uma vez por anno a vistoria feita em secco ou no dique.

§ 1.º A vistoria será feita tendo a embarcação os porões varridos e as caldeiras preparadas para serem examinadas á pressão de agua, si assim se julgar necessario.

§ 2.º Nos portos onde houver Arsenal de Marinha a esta repartição competirá fazer as vistorias. Naquelles portos em que só houver Capitania a vistoria será feita por uma commissão presidida pelo capitão do porto, e composta do 1º machinista e do mestre do navio de guerra que na occasião se achar no porto, ou por profissionaes das embarcações das Alfandegas e Mesas de rendas.

§ 3.º Na falta de profissionaes dessas classes, será feita a vistoria pelo pessoal competente que o capitão do porto ou o inspector da Alfandega ou administrador da Mesa de rendas encontrar na localidade.

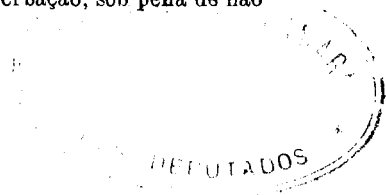
§ 4.º Nos portos estrangeiros a que se refere a lettra e do art. 7º, são competentes para autorisar e presidir á vistoria os consules brasileiros, os quaes nomearão a respectiva commissão.

Art. 21. As vistorias, a que se refere este regulamento, serão gratuitas e deverão ser requeridas á repartição competente pelos respectivos proprietarios, com antecedencia de oito dias.

## CAPITULO V

### DA TRANSFERENCIA DA PROPRIEDADE DAS EMBARCAÇÕES E BAIXA DO REGISTRO

Art. 22. A transferencia ou transmissão de propriedade da embarcação será requerida, no porto em que se realizar o facto, á autoridade encarregada do registro e matricula, na conformidade deste regulamento, fazendo-se a averbação, sob pena de não valer contra terceiros.



Art. 23. A mudança de nome da embarcação será communicada á repartição que effectuou o registro, afim de ser annotada e proceder-se ás necessarias rectificações ou averbações na carta de nacionalisação ; procedendo-se do mesmo modo quanto á mudança do capitão ou mestre do navio.

Art. 24. No caso de ser realizada a venda ou transferencia da embarcação nacional a pessoa que a não possa adquirir nos termos deste regulamento, deverá ser previamente requerida a retirada da bandeira.

Art. 25. O capitão do porto, inspector da Alfandega, agente consular ou autoridade a quem competir o registro não consentirá na transferencia ou baixa do mesmo registro sem que tenha sido realizado o deposito de quantia sufficiente para o pagamento das soldadas e despesas de repatriação da equipagem, calculados conforme os respectivos contractos de engajamento, e na falta destes conforme os preços em vigor para taes serviços no porto de procedencia.

Art. 26. A carta de nacionalisação do navio que perder a qualidade de brasileiro ou for desmanchado será archivada na repartição que a tiver expedido.

## CAPITULO VI

### DA MATRICULA DAS EMBARCAÇÕES E DA TRIPULAÇÃO

Art. 27. A matricula das embarcações nacionaes continuará a ser feita, de seis em seis mezes, na séde do districto de sua navegação, parada ou estadia, nas repartições indicadas no art. 7º.

Art. 28. O pessoal das embarcações de cabotagem continuará a ser matriculado nas Capitaniaes de portos, nos Arsenaes de Marinha ou nas Alfandegas, devendo a matricula ser renovada de seis em seis mezes.

Paragrapho unico. Durante cinco annos, contados da publicação do decreto n. 227 A, de 5 de dezembro de 1894, que prorogou por dous annos o prazo do art. 8º da lei n. 123, de 1892, a matricula a que se referem os arts. 27 e 28 será gratuita, salvo o sello do requerimento.

Art. 29. Nenhuma embarcação será matriculada sem que prove que existem a bordo todos os recursos precisos para os serviços de illuminação e signaes de pharões, indispensaveis á segurança da navegação, nos mares, bahias e rios, bem como os que são imprescindiveis para os incidentes do mar e salvação de passageiros e carregamentos.

Paragrapho unico. Aos fiscaes das linhas de navegação cumpre exercer a mais severa investigação sobre estes serviços.

Art. 30. As embarcações empregadas no serviço de cabotagem são obrigadas a ter a bordo todos os documentos referentes ao seu registro e matricula do pessoal, á qualidade e quantidade de

seu carregamento por procedencia e destino, o rol da equipagem e os manifestos ou relações de carga por numeros e marcas, despachos ou conhecimentos das mercadorias ou generos nacionaes sujeitos a direitos ou nacionalizados, recebidos no porto inicial ou nos intermedios de escala, nos termos dos arts. 344, 363 e 369 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

Art. 31. Por occasião do despacho ou desembarço da embarcação, as repartições fiscaes terão o cuidado de verificar si a embarcação satisfaz todos os requisitos do presente regulamento e mais disposições vigentes.

Paragrapho unico. No caso negativo, cumpre-lhes obstar a sahida da embarcação pelos meios que a legislação aduaneira faculta, dando parte ás autoridades da marinha de guerra do porto, para que se torne effectivo o impedimento do navio até que sejam satisfeitas as exigencias do presente regulamento.

## CAPITULO VII

### DO SERVIÇO DE TRANSITO, REEXPORTAÇÃO, BALDEAÇÃO E REEMBARQUE

Art. 32. Continuum em vigor todas as disposições concernentes á entrada e sahida das embarcações dos portos da Republica, embarque e desembarque de pas-ageiros, serviço de correio, policia e saúde publica, fiscalisação das Alfandegas e Capitánias, actualmente observadas pelas embarcações nacionaes.

Art. 33. As embarcações mercantes brasileiras que fizerem o commercio de transito, baldeação e reexportação ficam sujeitas, quanto ao despacho e fiscalisação nos portos e ancoradouros, ás mesmas disposições que regem as estrangeiras.

Art. 34. A nenhuma mercadoria se concederá transito, baldeação ou reexportação sem despacho processado de accordo com os requisitos e formalidades prescriptos no capitulo 4º do tit. 8º da *Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas*.

Art. 35. A's embarcações estrangeiras será permittido, mediante as cautelas fiscaes e precedendo licença das autoridades aduaneiras para cada viagem, seguir de um para outro porto nacional para se occuparem dos seguintes serviços:

I—carregar ou descarregar mercadorias e objectos pertencentes á administração publica ;

II—entrar em um porto por franquia e seguir com sua carga para outro dentro do prazo regulamentar ;

III—entrar por inteiro em um porto e seguir para outro com a mesma carga, no todo ou em parte despachada para consumo ou reexportação ;

IV—transportar de um para outros portos da Republica pas-sageiros de qualquer classe e procedencia, suas bagagens, animaes e tambem volumes classificados como encomendas, ou productos agricolas e fabris de facil deterioração e valores amoedados ;

V—receber em mais de um porto generos manufacturados ou produzidos no paiz, afim de exportal-os para fóra da Republica ;

VI—levar soccorro a qualquer Estado ou ponto da Republica, nos casos de fome, peste ou outra calamidade ;

VII—transportar quaesquer cargas de um ponto para outro nos casos de guerra externa, commoção interna, vexames e prejuizos causados á navegação e commercio nacional por cruzeiros ou forças estrangeiras, embora não haja declaração de guerra.

Art. 36. Em casos urgentes de segurança ou salvação publica, taes como: fome, peste, guerra externa ou revolução intestina, o Governo da União poderá fretar navios estrangeiros para o serviço de transporte ou quaesquer outros misteres que as circumstancias exigirem.

Art. 37. Fóra destes casos será considerado contrabando, e sujeito ás penas da legislação vigente, o commercio de cabotagem e serviço de transporte, exercido nos portos da Republica por navios estrangeiros.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os casos de arribada forçada, varação ou força maior em que as mercadorias conduzidas por navios estrangeiros de um porto da Republica podem ser vendidas.

Art. 38. Os agentes ou consignatarios das embarcações estrangeiras, a que, nos termos dos artigos antecedentes, for commettido o serviço de transito, baldeação ou reexportação, se obrigarão, perante as Alfandegas, mediante termo de responsabilidade, pelo valor dos direitos das mercadorias que as embarcações transportarem e respectivas multas. A liquidação ou responsabilidade se tornará effectiva dentro do prazo que no mesmo termo for estabelecido, e conforme a legislação em vigor.

Paragrapho unico. Os favores de que gosam os paquetes de linhas regulares não isentam os agentes e consignatarios das respectivas emprezas das obrigações impostas no presente regulamento em tudo quanto interessa ao commercio de transito, baldeação e reexportação.

Art. 39. A baixa da responsabilidade na Alfandega expeditora será dada em vista da certidão, *verbo ad verbum*, da 2ª via do despacho de consumo realizado nas repartições aduaneiras do destino, quando se tratar de mercadorias armazenadas e reexportadas para portos da Republica.

§ 1.º Nos casos de baldeação de um para outro navio, ou de reexportação no mesmo navio, a conferencia e embarque de volumes versará sobre a identidade dos volumes despachados por sua qualidade, quantidade, marcas, contramarcas e numeros, nome da embarcação e do seu commandante.

§ 2.º A certidão de effectiva descarga dos volumes e mercadorias assim despachados, passada pela repartição aduaneira do porto do destino, com todos os requisitos dos respectivos despachos de procedencia, servirá para a baixa da responsabilidade contrahida na repartição expeditora.

§ 3.º O mesmo preceito será observado com referencia ás mercadorias de transitio internacional recolhidas aos entrepostos, ou trafegadas de umas para outras embarcações, mediante o certificado ou authenticidade consular nos documentos acima alludidos, nos termos da legislação em vigor.

Art. 40. O serviço de reembarque de volumes ou mercadorias descarregados em porto estrangeiro e sujeitos a direitos de consumo, obedecerá ás regras em vigor que não forem contrarias ao presente regulamento.

## CAPITULO VIII

### DO SERVIÇO DE EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS JÁ NACIONALISADAS E DOS GENEROS DE PRODUÇÃO NACIONAL

Art. 41. No serviço de despacho e embarque de productos ou generos nacionaes ou de mercadorias estrangeiras já nacionalisadas pelo pagamento dos direitos ou privilegios estabelecidos por tratados celebrados com as nações limitrophes, observar-se-hão os preceitos da legislação vigente, quanto ao regimen aduaneiro e de policia dos portos e ancoradouros, do mesmo modo que no serviço de desembarço em portos de destino.

Art. 42. Os generos nacionaes navegados por cabotagem serão acompanhados de relações de carga assignadas pelo capitão e organisadas em vista dos respectivos conhecimentos, com discriminação de quantidades, numeros, marcas e contramarcas, especie dos volumes e qualidade dos generos ou productos. Esta relação deverá ser exhibida, no acto da entrada do navio, ao guarda-mór ou a quem suas vezes fizer.

Paragrapho unico. As embarcações que pertencerem a companhias ou empresas que se empreguem no serviço da cabotagem em virtude de contracto celebrado com o Governo da União serão regidas de harmonia com o estatuido nos mesmos contractos e no regulamento aduaneiro.

Art. 43. A's embarcações de cabotagem quando transportarem mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, servirão de manifesto as cartas de guia ou 2.ª vias dos respectivos despachos, expeditas pelas Alfandegas da procedencia.

Paragrapho unico. Fica extensiva esta disposição ás embarcações brazileiras de longo curso que receberem nos portos nacionaes, por onde fizerem escala, productos do paiz que tenham similares estrangeiros.

Art. 44. A falta de carta de guia ou 2.ª via do despacho, a que se refere o artigo antecedente, dará logar á percepção dos direitos de consumo como si a mercadoria fosse directamente importada do estrangeiro, incorrendo, além disso, o capitão do navio em multa de 10\$ a 100\$ por volume.

Paragrapho unico. Taes direitos poderão ser restituídos si dentro de um prazo improrogavel, marcado pelo inspector da Alfandega, de accordo com as circumstancias de communicação entre as Alfandegas respectivas, for apresentado documento que prove ter sido a mercadoria despachada para consumo no porto da procedencia.

Art. 45. As Alfandegas e Mesas de rendas remetterão pela propria embarcação que conduzir mercadorias de origem estrangeira já nacionalisadas, reexportadas ou comprehendidas no paragrapho unico do art. 43, as respectivas cartas de guia, notas ou despachos necessarios para o seu prompto desembarço no porto do destino, evitando-se dest'arte que o commercio ou a embarcação seja, pela falta de taes documentos, prejudicado por qualquer forma.

Art. 46. Para boa execução do estatuido no artigo antecedente, os consignatarios, agentes ou capitães das embarcações deverão communicar previamente ás Alfandegas o dia e hora marcados para a sahida das embarcações, affixando avisos nos escriptorios e postos fiscaes de embarque e os publicando na imprensa diaria, de modo que se possa realizar a expedição das mercadorias e fazer as diligencias fiscaes com a precisa regularidade.

Art. 47. O inspector da Alfandega ou o administrador da Mesa de rendas, logo que tiver sciencia da hora da partida do navio, fará, com a necessaria antecedencia, recolher á repartição, de conformidade com o disposto na legislação em vigor, todos os despachos e papeis que se referirem aos generos embarcados, affin de serem, por occasião do desembarço do navio, encaminhadas com officio as respectivas 2<sup>as</sup> vias ao ponto do destino.

Art. 48. Si a partida da embarcação for em dia feriado, ou quando, por interesse do commercio, os embarques se prolongarem até depois da hora do expediente, mediante licença previa da Alfandega, conforme o regimen do ancoradouro, os respectivos chefes providenciarão para que o serviço se execute por intermedio da guarda-moria ou estação do expediente externo nas Mesas de rendas, de modo que a remessa dos papeis indispensaveis á carga do navio e organização dos seus rôes ou manifestos sejam expedidas pela propria embarcação, nos termos do artigo antecedente.

As primeiras vias desses documentos serão no dia seguinte, ou após a partida da embarcação, recolhidas á primeira secção da Alfandega, para os devidos efeitos.

Art. 49. Nos casos em que, á hora da partida da embarcação, previamente annunciada conforme o art. 46, não estiverem satisfeitas as exigencias fiscaes, é licito ao capitão do navio enviar á guarda-moria da Alfandega ou á barca de registro do ancoradouro respectivo sua declaração ou aviso, correndo neste caso sob a responsabilidade dos empregados aduaneiros as consequencias da demora havida no desembarço das embarcações.

Art. 50. No caso de infracção do disposto no art. 46, os consignatarios e agentes ou capitães dos navios ficam sujeitos á

multa de 100\$ a 500\$, a juizo do inspector da Alfandega ou administrador da Mesa de rendas, podendo esta autoridade demorar por mais duas horas a sahida da embarcação para concluir-se o serviço de que tratam os artigos antecedentes, de modo que todo o carregamento seja acompanhado dos respectivos documentos.

Art. 51. Fica expressamente prohibida a pratica em uso nas Alfandegas de remetterem-se as guias e despachos ou notas de generos ou mercadorias embarcados em um navio por embarcações que seguirem depois.

Art. 52. A embarcação empregada no commercio de cabotagem que, por circumstancias de mar ou incidente occorrido em viagem, entrar em porto estrangeiro e receber ou não carregamento, deverá apresentar no porto do seu destino certificado expedido pela autoridade aduaneira ou consular, si for nacional ou estrangeiro o porto onde houver tocado, para os effeitos previstos na *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1.º O presente regulamento entrará em execução no dia 5 de dezembro do corrente anno.

Art. 2.º O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda expedirá, para a completa execução deste regulamento, as tabellas de emolumentos, fórmulas e instruções que forem necessarias; e os dos Negocios da Marinha e Relações Exteriores as que forem relativas aos empregados subordinados a esses Ministerios.

Capital Federal, 2 de julho de 1896. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves*.

## INSCRIÇÃO CIVIL DE PROPRIEDADE

**Porto ou circum**

NUMERAÇÃO	PROPRIETARIO			EMBARCAÇÃO (Lei, etc., etc. Decreto, etc.)				
	NOME (OU NOMES)	ESTADO	DOMICILIO	NOME	ESPECIE	GENERO DE CONSTRUÇÃO	LOGAR DA CONSTRUÇÃO	DATA



## OBSERVAÇÃO

O proprietario fará perante a repartição competente as seguintes declarações, escriptas e por elle assignadas e acompanhadas dos documentos authenticos :

Nome, estado e domicilio do proprietario brasileiro ou da sociedade na fôrma do presente decreto, o nome do navio, sua especie ou armação, o porto nacional a que pertence, o genero de construcção, o logar em que foi lançado ao mar e sua data, a tonelada, segundo o certificado de arqueação, a data, o logar e o tempo da aquisição ou compra. Declarará tambem que nenhuma outra pessoa tem direitos, titulos, interesses, porção ou propriedades, assim como associados, que nenhum estrangeiro é directa ou indirectamente interessado, nos termos do presente decreto. Essa declaração ficará archivada com o numero do registro na repartição competente.

A repartição não dará cópia dessa declaração nem a restituirá sem ordem da administração superior.

(MODELO N. 2)

Titulo de nacionalisação de.....

propriedade de.....,,.

N.º do Registro..... Porto ou circumscrição de.....

O Dr.....

Ministro da Fazenda da Republica dos Estados Unidos do Brazil  
declara :

(Transcrever todos os dizeres do Registro)

Para constar, em nome do Presidente da Republica, se  
passou o presente titulo, que vae assignado pelo Ministro da  
Fazenda.



Thesouro Federal da Republica dos Estados Unidos  
do Brazil

Rio de Janeiro.....

(O titulo da nacionalisação da embarcação deve ser passado  
em nome do Governo e assignado pelo Ministro da Fazenda.  
O chefe da repartição do registro, entretanto, dará titulo provi-  
sorio por quatro mezes, para não prejudicar a embarcação, em-  
quanto o dono promover o titulo definitivo perante a autoridade  
competente.)

( MODELO N. 3 )

Rol de equipagem da embarcação ..... propriedade de ..... do  
 porto (ou circumscrição) de .....

(Arts. 416 e 417 da Consolidação das leis das Alfândegas)

LOGAR DO NASCIMENTO	NÚMERO DA INSCRIÇÃO OU MATRÍCULA	FILIAÇÃO	NOMES	IDADE	QUALIDADE COM QUE FOI EMBARCADO	SALÁRIO POR MEZ
Coarã.....	400	José Pirahiba..	Antonio Pirahiba..	30	Capitão.	200\$
Maranhão..	1.200	Joaquim Francisco.	Manoel Francisco.	32	Immediato.	150\$
"	800	José Patacho...	Joaquim Patacho.	40	Mestre.	80\$
Bahia.....	200	André Bahia...	André Bahia...	24	Marinheiro.	30\$

Apresentado pelo capitão abaixo assignado o presente rol de equipagem do  
 navio ..... despachado para ..... subindo a ..... o  
 numero dos homens de equipagem e ..... passageiros.

(Data).

(Assignatura).

( MODELO N. 4 )



## PASSAPORTE

DE

## Embarcação Brasileira de Commercio

## REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

Sem a apresentação do titulo de nacionalisação não se expedirá o passaporte.

São cousas distintas: uma diz respeito á posse do navio, seu domicilio, etc., outra á isenção de onus e obrigação para com as autoridades maritimas e fiscaes.

A embarcação denominada..... do porto (ou circumscripção) de..... de..... toneladas registrada sob n. .... e domiciliada no porto de ..... tendo sido reconhecida brasileira, tem o direito de navegar com o pavilhão do Brazil, sob o commando do capitão (nome do capitão ou mestre) para partir do porto (*aqui se declarará, para as viagens de longo curso, o destino do navio, terminando assim*: e seguir esta viagem com o presente passaporte até a volta, em um dos portos do Brazil) (*para a cabotagem se dirá somente*: e navegar por cabotagem durante um anno, com o presente passaporte, enquanto não mudar de certificado e de propriedade, e houver espaço para as apostillas (*art. 418 da Consolidação das Leis das Alfandegas*), com a obrigação de se conformar com as leis da Republica e os regulamentos da navegação).

Cumpre a todas as autoridades, aos funcionarios publicos, aos commandantes de navios de guerra, e a todos os outros a quem pertencer, deixar passar segura e livremente o dito *commandante* com o seu navio, sem lhe fazer nem permittir que elle soffra nenhum damno ou impedimento.

Alfandega de.....

O INSPECTOR,

(MODELO N. 5)

## LISTA DE TRIPULAÇÃO

Vapor.....Toneladas..... Destino.....

NS.	NOMEs	EMPREGO	NACIONALIDADE
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			

## DECRETO N. 2305 — DE 2 DE JULHO DE 1896

Approva o projecto e orçamentos para installação de guindastes moveis nas casas de machinas fixas, da Serra e serviço de alimentação de agua ás machinas fixas dos planos inclinados ns. 1 e 4, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

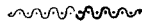
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamentos que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria da Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para installação de guindastes moveis nas casas de machinas fixas, na Serra e serviço de alimentação de agua ás machinas fixas dos planos inclinados ns. 1 e 4, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

Capital Federal, 2 de julho de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2306 — DE 2 DE JULHO DE 1896

Approva o projecto e orçamento para construcção de um armazem provisorio de cargas na estação de Ribeirão Pires, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

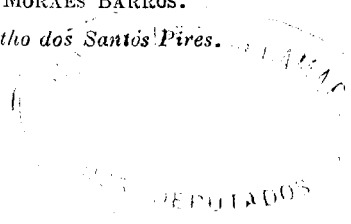
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*,  
Decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construcção de um armazem provisorio de cargas na estação de Ribeirão Pires, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

Capital Federal, 2 de julho de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2308 (\*) — DE 13 DE JULHO DE 1896

Providencia sobre o modo de pagar os juros das apolices ao portador, emitidas em virtude do decreto n. 1976 de 25 de fevereiro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve que no pagamento dos juros das apolices ao portador, emitidas em virtude do decreto n. 1976 de 23 de fevereiro de 1895, se observe o seguinte:

Art. 1.º Aos titulos de que se trata serão annexados vinte coupons, correspondendo cada um ao juro de um semestre na importancia de 25\$000. Pagos todos os coupons os titulos serão substituidos.

Art. 2.º Oito dias antes de devidos os juros serão apresentados na Caixa da Amortisação desta Capital e nas Delegacias ou Alfandegas dos Estados os coupons correspondentes ao semestre, pela ordem de numeração e acompanhados de declaração assignada pelo portador, ao qual será entregue um bilhete determinante do numero dos coupons entregues e da quantia que representarem.

Art. 3.º Vencidos todos os coupons o portador entregará o titulo nas repartições de que trata o artigo anterior, recebendo em troca um recibo do qual conste o numero a que corresponda.

Art. 4.º A repartição que o receber remetterá logo o titulo para o Thesouro Federal afim de ser substituido por outro com a mesma numeração e igual numero de coupons, que será enviado á repartição remettente para ser entregue em nota do recibo em poder do portador.

Capital Federal, 13 de julho de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2309 — DE 16 DE JULHO DE 1896

Crea Delegacias fiscaes nas capitães dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do art. 3º do decreto legislativo n. 358, de 25 de dezembro de 1895, decreta:

Art. 1.º Ficam creadas Delegacias fiscaes nas capitães dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

---

(\*) O decreto n. 2307 não foi publicado.

Art. 2.º O numero, classe e vencimentos dos empregados dessas repartições serão, de conformidade com o art. 7º n. 12 da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, os constantes das tabellas A e B que a este acompanham.

Art. 3.º As novas Delegacias se regerão pelo regulamento approved pelo decreto n. 1495 B, de 30 de dezembro de 1892.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de julho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

**A**

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Delegacias fiscaes do Pará, Pernambuco e Bahia

Pessoal	Empregos	Ordenado	Gratificação	Total de cada emprego	Total de cada classe
1	Delegado.....	6:000\$	3:000\$	9:000\$	9:000\$
2	Primeiros escripturarios..	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
2	Segundos ditos.....	2:600\$	1:400\$	4:000\$	8:000\$
2	Terceiros ditos.....	1:600\$	800\$	2:400\$	4:800\$
2	Quartos ditos.....	1:300\$	700\$	2:000\$	4:000\$
1	Thesoureiro.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$	6:000\$
1	Fiel.....	1:600\$	800\$	2:400\$	2:400\$
1	Cartorario.....	1:600\$	800\$	2:400\$	2:400\$
1	Porteiro.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
2	Continuos.....	800\$	400\$	1:200\$	2:400\$
15					52:200\$

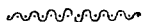
Capital Federal, 16 de julho de 1896. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

**B**

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da  
Delegacia fiscal do Rio Grande do Sul

Pessoal	Empregos	Ordenado	Gratificação	Total de cada emprego	Total de cada classe
1	Delegado.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
2	Primeiros escripturarios...	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
2	Segundos ditos.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	7:200\$
2	Terceiros ditos.....	1:600\$	800\$	2:400\$	4:800\$
2	Quartos ditos.....	1:300\$	700\$	2:000\$	4:000\$
1	Thesoureiro.....	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
1	Fiel.....	1:600\$	800\$	2:400\$	2:400\$
1	Cartorario.....	1:600\$	800\$	2:400\$	2:400\$
1	Porteiro.....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	3:000\$
2	Continuos.....	700\$	300\$	1:000\$	2:000\$
15					48:000\$

Capital Federal, 16 de julho de 1896. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 2310 — DE 20 DE JULHO DE 1896

Crea um Consulado na Palestina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322 de 8 de novembro de 1895 ;

Decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado na Palestina, Turquia da Asia, com séde em Jaffa.

Capital Federal, 20 de julho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2311 — DE 20 DE JULHO DE 1896

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2.220:000\$, para indemnisar prejuizos consequentes da revolta de uma parte da Armada Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 373, de hoje datado, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de dous mil duzentos e vinte contos de réis (2.220:000\$), para indemnisar prejuizos consequentes da revolta de uma parte da Armada Nacional, sendo à Companhia Nacional de Navegação Costeira 1.500:000\$ e a Lage & Irmão 720:000\$000.

Capital Federal, 20 de julho de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 2312 — DE 23 DE JULHO DE 1896

Approva o projecto para modificação da linha entre as estacas 18 e 20, situadas no aterro denominado Rabicho, da Estrada de Ferro Barão de Araruama.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, cessionaria da via-ferrea Barão de Araruama, decreta:

Artigo unico. Fica approvado o projecto que com este baixa rubricado pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para modificação da linha entre as estacas 18 e 20, situadas no aterro denominado Rabicho, da Estrada de Ferro Barão de Araruama.

Capital Federal, 23 de julho de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2313 — DE 23 DE JULHO DE 1896

Approva as bases para organização das novas tarifas da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar as bases que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, para organização das novas tarifas da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

Capital Federal, 23 de julho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Bases para organização das tarifas da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, a que se refere o decreto n. 2313 desta data

## TARIFA I — VIAJANTES

*1ª classe*

80 réis por viajante-kilometro, até 100 kilometros.  
70 réis por viajante-kilometro, de 100 até 200 kilometros.  
60 réis por viajante-kilometro, de 200 kilometros em diante.

*2ª classe*

60 réis por viajante-kilometro, até 100 kilometros.  
45 réis por viajante-kilometro, de 100 até 200 kilometros.  
35 réis por viajante-kilometro, de 200 kilometros em diante.

## TARIFA II — MERCADORIAS A GRANDE VELOCIDADE

*1ª classe*

Bagagens :  
8 réis por 10 kilogrammas-kilometro, até 100 kilometros.  
6 réis por 10 kilogrammas-kilometro, de 100 kilometros em diante.

*2ª classe*

Encomendas:

10 réis por 10 kilogrammas-kilometro.

*3ª classe*

Dinheiro, joias, metaes preciosos, podras preciosas, valores em geral:

8 réis por 10 kilogrammas-kilometro e mais  $1/2$  % *ad valorem*.

*4ª classe*

Gelo, peixe fresco, caça, verduras, fructos, carne fresca, pão, leite, ovos, etc. :

1 real por 10 kilogrammas-kilometro.

*5ª classe*

Cavallos, muares, bois, vaccas, etc., em expedições até 8 cabeças:

80 réis por animal-kilometro, até 100 kilometros.

70 réis por animal-kilometro, de 100 a 200 kilometros.

60 réis por animal-kilometro, de 200 kilometros em diante.

*6ª classe*

Carneiros, porcos, terneiros até um anno, cães, cabras e outros semelhantes:

30 réis por animal-kilometro, até 100 kilometros.

15 réis por animal-kilometro, de 100 kilometros em diante.

*7ª classe*

Pequenos animaes e aves em caixões, engralados, capoeiras e gaiolas:

3 réis por 10 kilogrammas-kilometro.

## TARIFA III—MERCADORIAS A PEQUENA VELOCIDADE

*1ª classe*

Generos de cuidado e de conducção perigosa, objectos de grande volume e pouco peso, etc. :

3 réis por 10 kilogrammas-kilometro, até 50 kilometros.

2,5 do real por 10 kilogrammas-kilometro, de 50 kilometros em diante.

*2ª classe*

Tecidos, artigos de importação em geral, etc.:

1,6 do real por 10 kilogrammas-kilometro, até 50 kilometros.

1,2 do real por 10 kilogrammas-kilometro, de 50 kilometros em diante.

*3ª classe*

Productos do paiz, como xarque, couros, cereaes, etc., sal, materiaes de construcção, machinas e utensilios agricolas e industriaes, materiaes para estradas de ferro, etc.:

1 real por 10 kilogrammas-kilometro, até 50 kilometros.

0,9 do real por 10 kilogrammas-kilometro, de 50 kilometros em diante.

*3ª classe, A*

Expedição de uma mercadoria de 3ª classe por vagão completo:

90 réis por tonelada-kilometro, até 50 kilometros.

80 réis por tonelada-kilometro, de 50 kilometros em diante.

*4ª classe*

Xarque, etc., por vagão completo:

80 réis por tonelada-kilometro, até 50 kilometros.

70 réis por tonelada-kilometro, de 50 kilometros em diante.

— Chifres, ossos, etc.:

0,8 do real por 10 kilogrammas-kilometro, até 50 kilometros.

0,7 do real por 10 kilogrammas-kilometro, de 50 kilometros em diante.

*5ª classe*

Cereaes do paiz, sal, etc., por vagão completo:

70 réis por tonelada-kilometro, até 50 kilometros.

60 réis por tonelada-kilometro, de 50 kilometros em diante.

— Lenha, capim, etc.:

0,7 do real por 10 kilogrammas-kilometro, até 50 kilometros.

0,6 do real por 10 kilogrammas-kilometro, de 50 kilometros em diante.

*6ª classe*

Vehiculos de 4 rodas:

300 réis por vehiculo-kilometro.

*7ª classe*

Vehiculos de duas rodas:  
200 réis por vehiculo-kilometro.

*8ª classe*

Cavallos, muares, bois, vaccas, etc.:  
50 réis por animal-kilometro.

*8ª classe, A*

Cavallos, muares, bois, vaccas, etc., em expedição de oito a 40 cabeças:  
20 réis por animal-kilometro.

*8ª classe, B*

Cavallos, muares, bois, vaccas, etc., em expedição de mais de 40 cabeças:  
20 réis por animal-kilometro, com 35 % de abatimento.

*9ª classe*

Carneiros, porcos, terneiros até um anno, cães, cabras e outros semelhantes:  
15 réis por animal-kilometro.

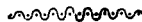
*9ª classe, A*

Carneiros, porcos e outros semelhantes, por meio vagão.  
15 réis por animal-kilometro, com 15 % de abatimento.

*9ª classe, B*

Carneiros, porcos e outros semelhantes, por vagão completo:  
15 réis por animal-kilometro, com 25 % de abatimento.

Capital Federal, 23 de julho de 1896.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2314 — DE 23 DE JULHO DE 1896

Prorroga os prazos fixados para conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro da Tijuca, decreta:

Artigo unico. Ficam prorogados por iguaes periodos, a contar desta data, os prazos fixados para conclusão das obras, por seções, da Estrada de Ferro da Tijuca, de accordo com as clausulas que baixaram com o decreto n. 2039, de 15 de julho de 1895.

Capital Federal, 23 de julho de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2315 — DE 23 DE JULHO DE 1896

Abre á verba — Exercicios findos — do Ministerio da Fazenda o credito de trezentos e cincoenta contos de reis (350:000\$) para pagar a Galeano y Soto e outros, carregadores dos navios *Centauro* e *Celina*.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida ao Poder Executivo no art. 1º do decreto legislativo n. 375 desta data,

Decreta:

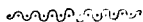
Art. 1.º Fica aberto á verba — Exercicios findos — do Ministerio da Fazenda o credito de 350:000\$ para pagar a Galeano y Soto e outros, carregadores dos navios *Centauro* e *Celina*, como indemnisação dos prejuizos resultantes da repulsa indevida de taes navios do lazareto da Ilha Grande em 1886, fazendo para isso as necessarias operações de credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2316 — DE 23 DE JULHO DE 1896

Altera o numero e os vencimentos dos empregados das Delegacias fiscaes de S. Paulo, Minas Geraes, Cuyabá, Curityba, Therezina e Goyaz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do art. 7º n. 12 da lei n. 360, do 30 de dezembro de 1895, decreta :

Art. 1.º Os vencimentos e o numero dos empregados das Delegacias fiscaes de S. Paulo, Minas Geraes, Cuyabá, Curityba, Therezina e Goyaz, creadas pelo art. 16 do decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, serão os fixados e constantes das tabellas A, B, C e D que a este acompanham.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Delegacias fiscaes de S. Paulo e Minas Geraes

Pessoal	Empregos	Ordenado	Gratificação	Total de cada emprego	Total de cada classe
1	Delegado.....	6:000\$	3:000\$	9:000\$	9:000\$
2	Primeiros escriptura- rios.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
2	Segundos ditos.....	2:600\$	1:400\$	4:000\$	8:000\$
2	Terceiros ditos.....	1:600\$	800\$	2:400\$	4:800\$
2	Quartos ditos.....	1:300\$	700\$	2:000\$	4:000\$
1	Thesoureiro.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$	6:000\$
1	Fiel.....	1:600\$	800\$	2:400\$	2:400\$
1	Cartorario.....	1:600\$	800\$	2:400\$	2:400\$
1	Porteiro.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
2	Continuos.....	800\$	400\$	1:200\$	2:400\$
15					52:200\$

Capital Federal, 23 de julho de 1896. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

**B**

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da  
Delegacia fiscal de Cuyabá

Pessoal	Empregos	Ordenado	Gratificação	Total de cada emprego	Total de cada classe
1	Delegado.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$	6:000\$
1	Primeiro escriptuario	2:100\$	1:100\$	3:200\$	3:200\$
2	Segundos ditos.....	1:600\$	800\$	2:400\$	4:800\$
1	Thesoureiro.....	2:600\$	1:400\$	4:000\$	4:000\$
1	Porteiro e cartorario..	1:600\$	900\$	2:500\$	2:500\$
1	Continuo.....	700\$	300\$	1:000\$	1:000\$
7					21:500\$

Capital Federal, 23 de julho de 1896. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

**C**

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das  
Delegacias fiscaes de Curityba e Goyaz

Pessoal	Empregos	Ordenado	Gratificação	Total de cada emprego	Total de cada classe
1	Delegado.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$	6:000\$
1	Primeiro escriptuario	2:100\$	1:100\$	3:200\$	3:200\$
1	Segundo dito.....	1:600\$	800\$	2:400\$	2:400\$
1	Thesoureiro.....	2:600\$	1:400\$	4:000\$	4:000\$
1	Porteiro e cartorario..	1:600\$	900\$	2:500\$	2:500\$
1	Continuo .....	700\$	300\$	1:000\$	1:000\$
6					19:100\$

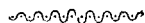
Capital Federal, 23 de julho de 1896. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

## D

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da  
Delegacia fiscal de Therezina

Pessoal	Empregos	Ordenado	Gratificação	Total de cada emprego	Total de cada classe
1	Delegado.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
1	Primeiro escriptuario	2:000\$	1:000\$	3:000\$	3:000\$
1	Segundo dito.....	1:300\$	700\$	2:000\$	2:000\$
1	Thesoureiro.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
1	Porteiro e cartorario..	1:100\$	700\$	1:800\$	1:800\$
1	Continuo .....	700\$	300\$	1:000\$	1:000\$
6					16:200\$

Capital Federal, 23 de julho de 1896. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 2317 — DE 23 DE JULHO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito de 2.501:070\$ para occorrer ás despesas da introdução, transporte e localisação de immigrants durante o terceiro trimestre do actual exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, que fixou a despesa geral da Republica para o actual exercicio, no art. 6º, § 11, ns. 3 e 4, autorizou o Poder Executivo :

1º, a transferir aos Estados por ajuste, ou rescindir mediante accordo, o contracto celebrado com a Companhia Metropolitana, para introdução de immigrants ;

2º, a abrir creditos para occorrer ao pagamento das despesas provenientes da introdução, transporte e localisação de immigrants, até a transferencia ou rescisão do respectivo contracto ;

Considerando que ainda não se realizou transferencia ou rescisão desse contracto :

Resolve, tendo ouvido o Tribunal de Contas, abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de dous mil quinhentos e um contos e setenta mil réis (2.501:070\$) para custear, durante o terceiro trimestre do actual exercicio, as despezas provenientes de introdução, transporte e localisação de immigrants, de accordo com a demonstração junta, assignada pelo respectivo Ministro.

Capital Federal, 23 de julho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Demonstração do credito necessario para occorrer ao pagamento das despezas durante o 3º trimestre de 1896, por consignações não attendidas pelo Congresso e decorrentes da introdução de immigrants nos Estados da União**

#### SERVIÇOS DIVERSOS

Transporte de 15.000 immigrants da Europa, sendo :

Ao cambio de 10

12.000 passagens a £ 6—15—0	1.944:000\$000	
1.500 passagens a £ 3—7—6	121:500\$000	
900 passagens a £ 1—13—9	36:450\$000	2.101:950\$000

600 passagens gratuitas.....	
Gratificação aos consules por <i>visas</i> lançados em documentos de immigrants, ao cambio de 10.....	20:000\$000
Vencimentos, diarias e mais despezas com dous commissarios fiscaes do contracto com a Metropolitana, um em Genova e outro em Lisboa, incluída a differença de cambio.....	18:000\$000
Localisação no Estado do Paraná de 5.000 immigrants polacos ou 800 familias, comprehendidos alimentação e transporte no Estado, medição e demarcação de 300 lotes de terras, construcção de 800 casas provisórias, construcção de caminhos vicinaes, socorros medicos e medicamentos, utensilios para o trabalho e outras despezas inherentes a esse serviço.....	352:400\$000

## AGENCIA NOS ESTADOS

*S. Paulo e Santos*

## Pessoal :

1 Agente.....	750\$000	
1 Escripturario.....	600\$000	
1 Auxiliar de escripta..	<u>450\$000</u>	1:800\$000

## Material :

Expediente, aluguel de casa e eventuaes.....	<u>1:500\$000</u>	3:300\$000
--	-------------------	------------

*Paraná — Paranaguá*

## Pessoal :

1 Agente.....	750\$000	
1 Escripturario .....	600\$000	
1 Porteiro.....	<u>360\$000</u>	1:710\$000

## Material :

Expediente, aluguel de casa e eventuaes.....	<u>1:000\$000</u>	2:710\$000
--	-------------------	------------

*Santa Catharina — Florianopolis*

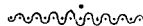
## Pessoal :

1 Agente.....	750\$000	
1 Escripturario :.....	600\$000	
1 Porteiro.....	<u>360\$000</u>	1:710\$000

## Material :

Expediente, aluguel de casa e eventuaes.....	<u>1:000\$000</u>	2:710\$000
		<u>2:501:070\$000</u>

Capital Federal, 23 de julho de 1896. — Antonio Olyntho dos Santos Pires.



## DECRETO N. 2318 — DE 25 DE JULHO DE 1896

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Silveira, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução da lei n. 2395 do 10 de setembro de 1873 e decreto n. 5573 de 21 de março de 1874 ;

Decreta:

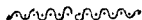
Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Silveira, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 26º regimento de cavallaria, transformado em corpo com tres esquadras, 93º e 94º batalhões de infantaria do serviço activo e 39º do da reserva, elevados a seis companhias cada um, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se o decreto n. 869 de 10 de junho de 1892 e mais disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de julho de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2319 — DE 27 DE JULHO DE 1896

Approva o projecto e orçamento para a mudança das officinas dos Reis para Cabedello, no prolongamento da Estrada de Ferro da Parahyba á Alagôa Grande.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *The Conde d'Eu Railway Company, Limited*, decreta :

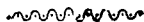
Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para a mudança das officinas dos Reis para Cabedello, no prolongamento da Estrada de Ferro da Parahyba a Alagôa Grande ; sendo a mesma companhia autori-

sada a levar as despesas à conta do custeio em dez exercicios subsequentes.

Capital Federal, 27 de julho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2320 — DE 30 DE JULHO DE 1896

Autorisa os inspectores das Alfandegas e delegados fiscaes a reconhecerem as firmas dos agentes consulares brasileiros, cobrando o sello devido.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que o reconhecimento, no Ministerio das Relações Exteriores, das firmas dos agentes consulares brasileiros exaradas em documentos passados em paizes estrangeiros, quando tem de produzir effeito nos Estados da União, prejudica os interessados pela demora em chegarem ao destino, em consequencia da extensão do territorio da Republica ;

Considerando ainda que, em virtude de resolução do Ministerio das Relações Exteriores de 31 de janeiro de 1890, os agentes consulares brasileiros remetttem ao governador do Estado do Pará o autographo de suas assignaturas, as quaes são alli reconhecidas ; e

Considerando que a continuação dessa pratica poderia ser lesiva ás rendas federaes ;

Decreta :

Art. 1.º Ficam autorisados os inspectores das Alfandegas a reconhecerem as firmas dos agentes consulares brasileiros exaradas em documentos passados em paizes estrangeiros, quando tenham de produzir effeito no territorio do Estado onde é estabelecida a Alfandega e a cobrarem o imposto do sello a que estão sujeitos semelhantes documentos.

Para esse serviço só serão empregadas estampilhas da União.

Art. 2.º No Estado, onde não houver Alfandega, ficam disso incumbidos os delegados fiscaes do Governo Federal.

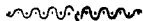
Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de julho de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2321 — DE 4 DE AGOSTO DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 186:467\$680, supplementar a diversas rubricas do art. 2º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorisação contida no decreto n. 397 desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 186:467\$680, supplementar às seguintes rubricas do art. 2º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895:

N. 13. Policia do Districto Federal.....	135:500\$000
N. 21. Instituto Sanitario Federal.....	8:167\$680
N. 40. Corpo de Bombeiros.....	42:800\$000

Capital Federal, 4 de agosto de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

**Demonstração do credito de 186:467\$680 a que se refere o decreto n. 2321 desta data**

N. 13 — Policia do Districto Federal — Diferença votada de menos pela lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895.....	135:500\$000	
N. 21 — Instituto Sanitario Federal — Consignação, aluguel de casa para o Instituto, na razão de 600\$ mensaes e respectivo imposto predial.....	8:167\$680	
N. 40 — Corpo de Bombeiros — Consignação, fardamento e equipamento para 592 praças em vez de 477.....	30:300\$000	
Consignação—acquisição, reparo e conservação do material.....	10:500\$000	
Consignação — expediente da secretario, companhias, estações e postos.....	2:000\$000	42:800\$000
Total.....		186:467\$680

Capital Federal, 4 de agosto de 1896.— O director geral, José Carlos de Souza Borolini.



## DECRETO N. 2322 — DE 6 DE AGOSTO DE 1896

Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Goyaz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Ficam creados no Estado de Goyaz, nos termos do art. 3.º § 1.º da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes de Pyrenopolis, Rio Verde, Morrinhos, Rio Paranahyba, Lagoa Formosa, Posse, Rio Tocantins, Rio Paraná, Palma, Alto Tocantins e Boa Vista, cujos limites serão os das comarcas das mesmas denominações.

Art. 2.º Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4.º e 5.º da citada lei, terá o procurador da Republica um ajudante o haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 6 de agosto de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2323 — DE 6 DE AGOSTO DE 1896

Approva os novos estatutos do Banco Hypothecario e Commercial do Maranhão.

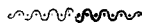
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu o Banco Hypothecario e Commercial do Maranhão, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os novos estatutos do Banco Hypothecario e Commercial do Maranhão e sem effeito os approvados pelo decreto n. 6587, de 23 de junho de 1877.

Capital Federal, 6 de agosto de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2324 — DE 6 DE AGOSTO DE 1896

Approva os projectos e orçamentos para construção de desvios nas estações de Ribeirão Pires, S. Caetano, Braz, Taipas e Perú e Jequery, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construção de desvios nas estações de Ribeirão Pires, S. Caetano, Braz, Taipas, Perú e Jequery, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

Capital Federal, 6 de agosto de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2325 — DE 6 DE AGOSTO DE 1896

Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre Ribeirão de Faria e a cidade de Peçanha, na extensão de 93\*,213, da Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá ;

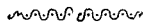
Decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, do trecho comprehendido entre Ribeirão de Faria e a cidade de Peçanha, na extensão de 93\*,213, da Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá ; devendo vigorar para o orçamento a tabella de preços já approvada para toda a linha e o preço do material rodante o que constar das facturas originaes.

Capital Federal, 6 de agosto de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2326 — DE 10 DE AGOSTO DE 1896

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$ para acudir ás despesas com os estudos e aquisição de terrenos para a mudança do Arsenal de Marinha da Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo decreto legislativo n. 378 de 8 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$ para acudir ás despesas com os estudos e aquisição de terrenos para a mudança do Arsenal de Marinha desta capital.

Capital Federal, 10 de agosto de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 2327 — DE 13 DE AGOSTO DE 1896

Publica a declaração do Governo da China de que, tendo intenção de associar-se á União Postal Universal, admittirá sem taxa supplementar, desde o dia 1 de janeiro de 1897, as correspondencias franqueadas com as taxas da União para determinadas localidades chinezas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a declaração do Governo da China de que, tendo intenção de associar-se á União Postal Universal, admittirá sem taxa supplementar, desde o dia 1 de janeiro de 1897, as correspondencias franqueadas com as taxas da União para as localidades chinezas constantes da comunicação do Conselho Federal Suíço de 27 de junho de 1896 ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 13 de agosto de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2328 — DE 20 DE AGOSTO DE 1896

Approva o convenio celebrado em 17 de outubro de 1895 entre os Estados de Pernambuco e Alagôas para a boa fiscalização e cobrança dos direitos nas estações limitrophes dos referidos Estados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o n. 16 do art. 48 da Constituição da Republica, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o convenio celebrado em 17 de outubro de 1895 entre os Estados de Pernambuco e Alagôas para a boa fiscalização e cobrança dos impostos nas estações limitrophes dos referidos Estados, cujas clausulas são as constantes do termo de convenção approvedo pelo Estado das Alagôas por decreto n. 95, de 25 do referido mez, que a este acompanha.

Capital Federal, 20 de agosto de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

DECRETO N. 95— Approva a convenção com o Estado de Pernambuco para boa fiscalização e cobrança dos direitos nas estações limitrophes deste e daquelle Estado.

O Vice-Governador do Estado, em vista da autorisação na lei n. 27, de 19 de maio de 1893, resolve approvar a convenção feita em 17 deste mez com o Estado de Pernambuco para boa fiscalização e cobrança dos impostos nas estações limitrophes deste e daquelle Estado.

Palacio do Governo do Estado de Alagôas em Maceió, 25 de outubro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica. — JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO PEIXOTO. — *Miguel Soares Palmeira.*

## Termo de convenção a que se refere o decreto supra

Aos dezesete dias do mez de outubro de mil oitocentos e noventa e cinco, setimo da proclamação da Republica dos Estados Unidos do Brazil, nesta secção da Sub-Directoria do Contencioso da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, compareceram os Srs. Dr. director desta Secretaria Manoel Nicolão Regueira Pinto de Souza e Benjamin de Verçosa Jacobina, chefe de secção da Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, para assignar o presente termo de convenção entre os Estados de Alagoas e Pernambuco, representados pelo Dr. director da Secretaria da Fazenda deste Estado, Manoel Nicolão Regueira Pinto de Souza, e o chefe de secção da Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, Benjamin de Verçosa Jacobina, de conformidade com o artigo primeiro das disposições geraes da lei sessenta e quatro, de seis de abril de mil oitocentos e noventa e tres, artigo terceiro, paragrapho primeiro, numero dezeses da lei estadual numero cento e vinte e um, de vinte e oito de junho, e lei numero vinte e sete, de dezenove de maio de mil oitocentos e noventa e tres, e mais bases constantes dos officios abaixo transcriptos :

Estado das Alagoas—Palacio do Governo de Maceió, dous de outubro de mil oitocentos e noventa e cinco — Numero vinte e tres — Sr. Governador do Estado de Pernambuco — Segue hoje para essa capital o chefe de secção da Secretaria da Fazenda deste Estado Benjamin de Verçosa Jacobina, que vai autorizado por este Governo a tratar perante vós da convenção que tem por fim facilitar a fiscalisação e cobrança de impostos sobre os productos de um Estado que nas respectivas fronteiras passam para outro sem prévia satisfação dos mesmos impostos.

O referido empregado vos apresentará as bases da convenção, que, depois de firmada, ficará dependente de approvação deste Governo para sua execução.

Saude e fraternidade.— *José Vieira de Araujo Peixoto.*

---

Cópia — Lei n. 27, de 19 de maio de 1893 — Autorisa o Governo a firmar convenções e ajustes com os Estados de Pernambuco e Sergipe, no interesse do commercio e do fisco.— *Gabino Besouro*, Governador do Estado de Alagoas — Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Governador autorizado a fazer, sem character politico, com os Estados de Pernambuco e Sergipe as convenções e ajustes que julgar necessarios, a fim de estreitar as relações do

commerce, harmonisar os interesses do fisco e fomentar o desenvolvimento agricola e colonial do Estado.

Art. 2.º Revogam-se as leis e disposições em contrario.

O Secretario de Estulo dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado de Alagoas, 19 de maio de 1893, 5º da Republica. — *Gabino Besouro*. — *Francisco de A. Hollanda Cavalcanti*.

Publicada na Secretaria dos Negocios da Fazenda, aos 19 de maio de 1893. — Conforme. — O chefe de secção central, *Jacinto Paes P. da Silva*.

Cópia — Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda — Pernambuco, 16 de outubro de 1895 — Secção — N. 1.052.

Sr. Dr. director-geral — Tendo S. Ex. o Sr. Dr. Governador do Estado, por acto de hontem datado, resolvido, de accordo com o art. 1º das disposições geraes da lei n. 61, de 6 de abril de 1893, firmar um convenio provisorio com o Governo do Estado de Alagoas para arrecadação dos impostos de mercadorias deste e daquelle Estado nos municipios limitrophes, com o fim de evitar a falta de pagamento dos impostos respectivos e tendo sido acceitas as bases que baixaram com o mesmo acto, as quaes vos remetto, autoriso-vos a mandar reduzir a termo neste Thesouro o respectivo convenio, que deverá ser por vós assignado e pelo representante do Governo daquelle Estado.

Do mesmo termo deverá ser extrahida uma cópia authentica e remetida ao respectivo Governador.

Saude e fraternidade. — *Pedro Pernambuco*. — Conforme — *Mariano Augusto de Medeiros* — Conforme — *S. de Araújo*.

Palacio do Governo do Estado de Pernambuco, 15 de outubro de 1895.

O Governador do Estado, usando da attribuição que lhe é conferida pelo art. 1º das disposições geraes da lei n. 61, de 6 de abril de 1893, e para boa e fiel execução do disposto no art. 3º, § 1º, n. 16 da lei n. 121, de 28 de junho ultimo, resolve approvar provisoriamente as bases seguintes, para convenção com o Governo do Estado de Alagoas, afim de facilitar a fiscalisação e cobrança dos impostos sobre productos deste e daquelle Estado, nas localidades limitrophes:

1ª

Os empregados fiscaes das localidades limitrophes de um dos dous Estados poderão penetrar no territorio do outro para o fim

de fiscalisar e cobrar os impostos a que estiverem sujeitos os productos deste ou daquelle Estado que passarem a linha divisoria sem a satisfação dos mesmos impostos.

2<sup>a</sup>

No caso de recusa do pagamento dos impostos pelos donos ou conductores, os empregados fiscaes farão apprehensão dos productos como contrabando, procedendo ao deposito e proseguindo nos demais termos da apprehensão, de conformidade com a legislação que rege a materia do Estado.

3<sup>a</sup>

As autoridades fiscaes e policiaes de cada um dos Estados auxiliarão as do outro nas diligencias que se tornarem precisas para a effectividade da fiscalisação e cobrança dos impostos ou apprehensão dos productos, não sendo licito, em caso algum, penetrar no respectivo territorio com força armada.

4<sup>a</sup>

No caso de conflicto entre os exactores dos dous Estados, a autoridade competente, para resolver-o, será o juiz de direito do municipio onde elle se verificar, com audiencia dos mesmos exactores.

5<sup>a</sup>

Os empregados fiscaes e autoridades policiaes de cada um dos Estados, tendo conhecimento da passagem de productos do outro Estado ou presenciando-a sem que seus conductores tragam a prova do pagamento dos impostos, farão detel-os o avisarão aos empregados fiscaes do Estado da procedencia.

6<sup>a</sup>

Os empregados ou exactores fiscaes só poderão exercer as suas funções em outro Estado depois de haverem exhibido seus titulos, devidamente legalisados, na estação fiscal competente.

7<sup>a</sup>

As despesas que occorrerem com as diligencias requisitadas pelos fiscaes de um dos Estados ou pelas autoridades policiaes, serão pagas pelo Estado que das mesmas diligencias auferir proveito.

A presente convenção entrará em vigor depois de ratificada por decreto do Governo do Estado de Alagoas e subsistirá enquanto convier aos Governos dos dous Estados ou não for revogada por leis dos respectivos Congressos.

Em qualquer desses casos haverá comunicação de um ao outro governador.— O Dr. Pedro José de Oliveira Pernambuco, secretario da Fazenda, assim o tenha entendido o faça executar. — *Alexandre José Barbosa Lima.* — *Pedro José de Oliveira Pernambuco.* — Confere — *Henrique de Barros.* — Como tenham declarado os dous representantes aceitar as bases baixadas com o acto de S. Ex. o Sr. Dr. Governador deste Estado, de 15 do corrente mez. En, Augusto Adrião Paulino da Silva, 1º official desta Sub-Directoria, lavrei o presente termo de convenção, que depois de lido, vai assignado pelos mesmos representantes.— *Minoel Nicolio Requeira Pinto de Souza.*— *Benjamin de Vergosa Jacobina.* — Conforme — *Augusto Silva.* — Confere — *Mello Pitta.*



#### DECRETO N. 2329 — DE 20 DE AGOSTO DE 1896

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco do Credito Real de S. Paulo e Minas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de Credito Real de São Paulo e Minas, resolve approvar as alterações, abaixo indicadas, feitas nos estatutos do mesmo banco :

Art. 15 § 2º, diga-se : Ficará também retida a quantia precisa para pagar o principal e juros das dividas, cuja hypotheca haja de ser distractada pelos respectivos credores para serem os mesmos immoveis hypothecados ao banco.

Art. 16, diga-se : Os emprestimos hypothecarios serão pagaveis por annuidades em semestres vencidos.

Art. 22, diga-se : No acto do emprestimo o banco receberá logo do mutuario, ou deduzirá do capital, os juros e direitos de administração, até o dia em que tiver começo o vencimento da primeira annuidade.

Art. 32, diga-se : As letras hypothecarias serão ao portador, transmissiveis por simples tradição (art. 314, lei n. 370, de 2 de maio de 1890).

Art. 34, diga-se : As letras emitidas dentro do semestre só darão direito aos juros do semestre seguinte, mas aos respectivos mutuarios se pagarão os juros a vencer até o dia em

que tiver começo o vencimento da primeira annuidade do seu contracto, inutilisando-se o numero do primeiro semestre impresso no verso das respectivas letras.

Art. 56 § 1º, diga-se : Cada grupo de cinco acções dará direito a um voto, não podendo cada accionista ter mais que dez votos.

Capital Federal, 20 de agosto de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 2330 — DE 20 DE AGOSTO DE 1896

Approva o projecto e orçamentos para construcção de um galpão e desvios no pateo das officinas, em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamentos que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria da Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construcção de um galpão e desvios no pateo das officinas, em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

Capital Federal, 20 de agosto de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2331 — DE 20 DE AGOSTO DE 1896

Autorisa a construcção de uma linha telegraphica entre os pontos extremos da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, Limited*, resolve autorisal-a a construir uma linha telegraphica entre os pontos extremos da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby ; ficando substituido o orçamento que apresentou, pelo que com este baixa rubricado pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 20 de agosto de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2332 — DE 20 DE AGOSTO DE 1896

Approva as plantas e orçamento para installação de um poste telegraphico e um desvio no kilometro 6 da Estrada de Ferro Minas e Rio.

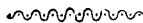
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Minas e Rio, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o orçamento e plantas, que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para installação de um poste telegraphico e um desvio no kilometro 6 da Estrada de Ferro Minas e Rio.

Capital Federal, 20 de agosto de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2333 — DE 20 DE AGOSTO DE 1896

Approva o projecto e orçamentos para installações deapparelhos telegraphicos em todas as estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, para regularidade do movimento de trens.

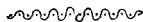
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamentos que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para installações de apparelhos telegraphicos em todas as estações da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, desde o Alto da Serra até S. Paulo, de S. Paulo até Pirituba, de Perús até Belém e de Campo Limpo até Jundiahy, para regularidade do movimento de trens nas mesmas estações.

Capital Federal, 20 de agosto de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2334 — DE 31 DE AGOSTO DE 1896

Approva o regulamento da Estrada de Ferro do S. Francisco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 344, de 5 de dezembro de 1895, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados, para o serviço da Estrada de Ferro do S. Francisco, o regulamento annexo e respectivas tabellas, assignados pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 31 de agosto de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Regulamento a que se refere o decreto n. 2334 desta data

### CAPITULO I

Art. 1.º O serviço conflado à directoria do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, que, pelo decreto n. 2334 desta data, passa a denominar-se Estrada de Ferro do S. Francisco, comprehende a direcção e administração da linha em trafego.

Será dirigido por um director, de livre escolha do Governo, immediatamente subordinado ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

### CAPITULO II

#### DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 2.º O serviço fica distribuido por quatro grandes divisões, na ordem e com as denominações seguintes :

- 1.ª Administração central.
- 2.ª Trafego.
- 3.ª Locomoção.
- 4.ª Linha.

Art. 3.º O director, além de superintender todo o serviço, tem directamente a seu cargo a direcção da 1.ª divisão.

Cada uma das outras divisões será dirigida por um engenheiro-chefe de serviço, immediatamente subordinado ao director, e com as denominações seguintes :

- O da 2ª divisão, chefe do trafego.
- O da 3ª divisão, chefe da locomoção.
- O da 4ª divisão, chefe da linha.

### CAPITULO III

#### PRIMEIRA DIVISÃO

##### *Da administração central*

Art. 4.º E' da exclusiva competencia do director :

§ 1.º A direcção geral dos serviços.

§ 2.º A organização ou approvação dos regulamentos e instrucções para os diversos serviços da estrada.

§ 3.º A organização das condições geraes, especificações e tabellas de preços para as obras, fornecimento e quaesquer trabalhos.

§ 4.º A autorisação das despesas dentro dos creditos consignados na lei orçamentaria do exercicio para os serviços a seu cargo.

§ 5.º A decisão das reclamações, duvidas, contestações e indemnisações.

§ 6.º O estabelecimento e classificação das estações.

§ 7.º O estudo e interpretação das tarifas e as providencias relativas ao desenvolvimento da renda da estrada.

§ 8.º A celebração de contractos de serviços, cessões, encomendas, fornecimentos e ajustes com particulares.

§ 9.º A celebração de ajustes e contractos de trafego mutuo com companhias e emprezas de transportes, uso commum de estações, permutas e outros.

§ 10. A organização do numero e especie dos trens, seus horarios, velocidade e pontos de parada.

§ 11. A nomeação, promoção e demissão de todos os empregados da estrada que por este regulamento não competirem ao Ministro.

§ 12. Propor ao Ministro os empregados que devam por este ser nomeados.

§ 13. A concessão de premios e a imposição de penas aos empregados, de conformidade com as disposições deste regulamento.

§ 14. A adopção de quaesquer medidas e providencias relativas à disciplina, segurança, economia e desenvolvimento da estrada em trafego ou em estudos e construcção.

§ 15. A convocação de um conselho consultivo, para seu esclarecimento, que poderá se compor dos chefes de serviço ou de funcionarios de especialidade, ou de commerciantes conceituados, conforme o objectivo da consulta ou assumpto de que se tratar.

Art. 5.º Os serviços da 1.ª divisão ficam distribuidos em duas secções:

1.ª Secretaria.

2.ª Contabilidade.

Paragrapho unico. A secção de contabilidade abrange as quatro sub-secções seguintes:

1.ª Receita do trafego — Contadoria.

2.ª Contabilidade geral da receita e despesa.

3.ª Thesouraria.

4.ª Almoxarifado.

Art. 6.º A secretaria ficará a cargo do secretario, a quem incumbe:

§ 1.º O expediente geral e registro de toda a correspondencia da directoria.

§ 2.º Os lançamentos dos contractos e ajustes, e o assentamento dos empregados da estrada.

§ 3.º O inventario dos proprios da estrada.

§ 4.º A organização das estatísticas geraes.

§ 5.º O ponto e a organização das folhas de pagamento do pessoal da 1ª divisão.

§ 6.º O registro das encomendas de material rodante e fixo e outras.

§ 7.º A guarda e conservação do archivo respectivo.

§ 8.º O inventario dos moveis e objectos de uso da repartição e a fiscalização do serviço do porteiro, continuos e serventes.

Art. 7.º Ao chefe da contabilidade compete :

§ 1.º Encaminhar e inspecionar o serviço da contabilidade geral da estrada, da arrecadação da receita e respectiva escripturação.

§ 2.º Proceder ao necessario estudo das tarifas, propondo ao director o que lhe parecer conveniente na parte relativa à interpretação e applicação das mesmas tarifas.

§ 3.º Informar sobre as reclamações por excesso de fretes, e em geral sobre quaesquer questões relativas a pagamentos feitos pela estrada ou della reclamados.

§ 4.º Inspecionar o serviço de contabilidade nas estações e a respectiva escripturação.

§ 5.º Fiscalisar a renda que for diariamente recolhida à thesauraria, visar os termos, e verificar, ao menos uma vez por mez, a que estiver por cobrar nas estações.

§ 6.º Examinar, encaminhar e fiscalisar os serviços das tres sub-seções da contabilidade.

§ 7.º Levar ao conhecimento do director qualquer falta ou irregularidade encontrada no serviço das outras divisões, com relação à receita ou à despesa, ou solicitar por seu intermedio esclarecimentos ou qualquer providencia sobre o serviço.

§ 8.º Apresentar mensalmente ao director um relatorio do estado e andamento dos trabalhos e um balancete da applicação dos creditos consignados na lei orçamentaria.

§ 9.º Ter presentes o regulamento de sellos e regulamento do montepio e a parte do regulamento da estrada sobre vencimentos do pessoal, licenças, premios e punições, prestando informações a respeito da applicação delles.

§ 10. Fiscalisar o serviço de compras e fornecimentos.

§ 11. Remetter ao director, em cada mez, e em tres vias, a synops e balancete da receita e despesa do mez anterior, e até 15 de fevereiro, um relatorio do estado dos serviços a seu cargo, acompanhados do balanço da receita e despesa concernentes ao anno anterior, das estatísticas geraes da receita e do orçamento da despesa provavel da 1ª divisão no anno financeiro seguinte.

§ 12. Prestar ao director, com a maior brevidade, todas as informações que exigir, fornecendo-lhe todos os quadros de receita e despesa, pela forma que lhe for determinada.

Art. 8.º Compete à 1.ª sub-divisão:

§ 1.º Verificar todos os documentos de receita, revendo os calculos e applicação das tarifas e archivar-os competente-mente coordenados.

§ 2.º Escripturar nos livros competentes a receita arrecadada e por arrecadar.

§ 3.º Archivar competentemente coordenados todos os documentos da receita.

§ 4.º Fazer imprimir os bilhetes de passagens, rubricar e numerar os livros-talões de todas as verbas da receita.

§ 5.º Organisar as demonstrações das passagens e fretes concedidos aos diversos Ministerios e repartições e a emprezas ou particulares, em virtude de contracto ou accordo.

§ 6.º Organisar mensalmente as contas correntes de receita entre a estrada e companhias ou emprezas em trafego mutuo.

§ 7.º Propor a indemnisação, pelos empregados da estrada, do que por falta ou engano destes se achar desfalcada a renda da mesma estrada.

§ 8.º Organisar as estatisticas parciaes e geraes da receita, cumprindo e fazendo cumprir as instrucções para o serviço da contadoria.

Art. 9.º Compete à segunda sub-secção:

§ 1.º Processar todas as contas de fornecimento, examinando si estão competentemente documentadas e si as quantidades e preços conferem com as dos pedidos e contractos (si os houver) e, finalmente, si o fornecimento foi devidamente autorizado pelo director.

§ 2.º Processar todas as folhas de pagamento do pessoal, verificando si os vencimentos e diarias conferem com os das tabellas e com as ordens em vigor e as declarações constantes da mesma folha, bem como examinar si as alterações que encontrar no pessoal, quer quanto ao seu augmento ou diminuição, categorias, vantagens ou perdas, foram autorisadas ou approvadas pelo director.

§ 3.º Verificar os calculos de todos os documentos da despeza.

§ 4.º Formular todas as contas do que a estrada tiver de receber, quer dos diversos Ministerios, Governos estadoaes e outras repartições, quer de particulares ou emprezas.

§ 5.º Organisar mensalmente as contas correntes da estrada com as emprezas em trafego mutuo.

§ 6.º Escripturar as despezas de todas as divisões dos serviços da estrada e regular as contas entre os diversos serviços.

§ 7.º Ter em dia, nos livros diario, razão e auxiliares, toda a receita e despeza da estrada, na forma das instrucções e modelos exigidos pela Alfandega.

§ 8.º Manter em dia a escripturação relativa ao montepio dos empregados da estrada.

§ 9.º Organisar á parte a escripturação em livro de contas correntes com os armazens, verificando os resultados dos balanços e a responsabilidade dos armazenistas.

Art. 10. A thesouraria ficará a cargo do thesoureiro, que terá sob sua guarda a caixa, por cujos valores e operações é responsável.

Ao thesoureiro incumbem:

§ 1.º Receber e fazer escripturar diariamente no livro caixa a receita ordinaria, extraordinaria e eventual da estrada.

§ 2.º Receber na Alfandega da Bahia, à vista de requisições do director, a importancia das prestações necessarias ao serviço da estrada.

§ 3.º Entregar na Alfandega da Bahia, por ordem do director, a importancia cedrada dos direitos, impostos e multas dos empregados e a renda liquida da estrada.

§ 4.º Fazer, por si ou por seus auxiliares devidamente autorizados, todos os pagamentos da estrada, excepto aquelles que, em virtude de contractos existentes ou que se fizerem, tenham de ser effectuados em outra repartição publica.

§ 5.º Arrolar todos os documentos de receita e despesa que devam ser remettidos à Alfandega da Bahia, na conformidade do decreto n. 10.145 de 5 de janeiro de 1889.

§ 6.º Ir fazer o pagamento das contas de fornecimentos, na cidade da Bahia ou em outra qualquer localidade que for determinada pelo director.

Art. 11. E' do dever e competencia do almoxarife:

§ 1.º Responder pela quantidade e qualidade do material que estiver em deposito.

§ 2.º Manter os armazens e depositos em perfeita ordem e asseio, dirigindo a arrumação e acondicionamento dos artigos sob sua responsabilidade, zelando a sua conservação e limpeza, devendo, no caso de deterioração casual, dar immediatamente parte ao chefe da contabilidade para este propor ao director o que julgar conveniente.

A falta de cumprimento destes deveres sujeita o almoxarife à indemnisação do valor do material deteriorado.

§ 3.º Organisar os pedidos para aquisição do material, de modo que os armazens e depositos se conservem sempre providos dos artigos necessarios para o consumo ordinario.

§ 4.º Assistir ao exame e verificação da qualidade, peso, quantidade e medida do material que tiver de ser recebido.

§ 5.º Providenciar sobre os fornecimentos que forem ordenados pela directoria e assistir à conferencia para a entrega ou remessa do material, tendo em vista que este serviço seja executado com a maior promptidão e regularidade.

§ 6.º Mandar examinar e avaliar o material inservivel que existir ou for recolhido ao almoxarifado, requisitar concerto para o que estiver no caso de poder ser depois novamente fornecido e venda em leilão para o que for imprestavel ou não tiver applicação na estrada.

§ 7.º Assignar os termos e passar as declarações e recibos que devem constituir a sua responsabilidade.

§ 8.º Manter em dia a escripturação dos fornecimentos às divisões, cumprindo-lhe confrontal-a sempre com o serviço correspondente, a cargo do guarda-livros.

§ 9.º Collecção em ordem todos os pedidos, talões, facturas e recibos, bem como os papeis da respectiva correspondencia.

§ 10.º Fazer em Alagoinhas as pequenas compras de material ou objectos que forem pedidos com urgencia.

Art. 12.º A compra de objectos que, em pequena escala, forem necessarios, será feita por um agente despachante e comprador.

Art. 13.º Ao agente despachante e comprador incumbe :

§ 1.º Despachar na Alfandega da Bahia todo o material destinado a esta estrada.

§ 2.º Realizar a compra de objectos que, em pequena escala, forem necessarios, pelo menor preço que puder obter na praça da Bahia.

§ 3.º Comunicar ao chefe da contabilidade, pelo meio mais prompto, a chegada de embarcações ao porto da Bahia, trazendo material para a estrada, e bem assim todas as noticias que sobre ellas tiver antes de sua chegada.

§ 4.º Prestar todas as informações que lhe forem exigidas o dar as precisas providencias para habilitar-se a prestal-as.

§ 5.º Servir de agente de todos os negocios da estrada, na cidade da Bahia e no seu reconejo, de que for incumbido pelo director.

## CAPITULO IV

### 2.ª DIVISÃO — TRAFEGO

Art. 14.º A 2ª divisão comprehende os serviços das estações em trafego, a composição e movimento dos trens, o serviço telegraphico da estrada e tudo que concorre a todos os transportes, quer na exploração industrial da linha em trafego, quer na sua utilização para os serviços administrativos ou de guerra.

Art. 15.º Os trabalhos do escriptorio da 2ª divisão comprehendem :

§ 1.º O expediente principal da divisão, a correspondencia com a directoria, registro dessa correspondencia, protocollo e archivo respectivo, organização dos relatorios e extracção das contas, o processo das reclamações sobre avaria ou perda de bagagens, encomendas e mercadorias, ou de quaesquer outras relativas ao transporte de passageiros ou mercadorias em geral.

§ 2.º A organização das folhas do pagamento da 2ª divisão e assentamento e registro do pessoal, a correspondencia interna da divisão e seu protocollo, registro e o archivo geral.

§ 3.º A conferencia das partes diarias do ponto, o lançamento do livro do ponto geral da divisão, exame e confrontação com os resumos mensaes do ponto, e o registro em livro das folhas de pagamento.

§ 4.º A escripturação em livro dos fornecimentos às estações, carga e descarga dos agentes, despesas das estações, e tudo que concerne, e a dos extractos da renda.

§ 5.º A organização do percurso dos carros e vagões, inclusive dos vagões vãos e em serviço da estrada, e a sua escripturação em livro.

§ 6.º O inventario da divisão, sua escripturação, a separação e carimbo dos documentos, organização de relações, cópias em geral, etc.

Art. 16. Os serviços desta divisão ficam a cargo de um engenheiro chefe do tráfego, a quem compete, além da direcção immediata do escriptorio do tráfego:

§ 1.º Executar as ordens do director relativas à organização do horario dos trens e formação, composição, marcha e emprego util destes.

§ 2.º Fiscalisar a fiel execução dos regulamentos e instrucções que o director expedir para signaes, movimento, policia e segurança dos trens e estações, sobre attribuições dos empregados do tráfego, ou quaesquer outros regulamentos, instrucções e ordens de serviço para o tráfego.

§ 3.º Examinar e fiscalisar o serviço e escripturação das estações e respectivas dependencias, visitando-as com assiduidade, e nunca menos de uma vez por mez, e examinando si estão regularmente feitos todos os serviços nas estações e nos trens.

§ 4.º Velar na fiel applicação das tarifas.

§ 5.º Enviar à secção de contabilidade os documentos remetidos pelas estações, para a respectiva escripturação.

§ 6.º Propor ao director a classificação das estações, numero do pessoal e material de cada uma.

§ 7.º Organisar e fiscalisar todo o serviço de movimento de trens e do telegrapho e da utilização dos trens e dos carros.

§ 8.º Organisar os quadros estatisticos do movimento do percurso, composição e utilização dos trens e vehiculos.

§ 9.º Proceder ao necessario estudo das tarifas, devendo propor ao director as modificações que julgar necessarias no intuito de desenvolver a renda da estrada.

§ 10. Receber, processar e apresentar ao director as reclamações relativas ao transporte de passageiros e mercadorias.

§ 11. Fazer organisar as folhas de pagamento do pessoal da 2ª divisão.

§ 12. Fazer escripturar a despesa propria da divisão.

§ 13. O processo das reclamações sobre avaria ou perda de bagagens, encomendas ou mercadorias, ou de quaesquer outras relativas ao transporte de passageiros ou mercadorias em geral.

§ 14. Inspeccionar o serviço de passageiros nos trens e nas estações, recebimento, guarda e expedição de bagagens, encomendas e mercadorias e policia e asseio das estações e suas dependencias, o recebimento, transmissão e entrega dos telegrammas em serviço da estrada, em serviço publico em geral ou de particulares.

§ 15. A composição e a circulação dos trens e a distribuição dos carros e vagões pelas estações.

§ 16. Apresentar ao director, até o dia 15 de cada mez, o relatório dos serviços da divisão no mez anterior com os quadros demonstrativos contendo os elementos estatísticos e com indicação das occorrencias havidas e das medidas cuja adopção julgar necessaria, e até o dia 31 de janeiro de cada anno um relatório circumstanciado do anno anterior e o orçamento da despesa provavel com os serviços da divisão no anno financeiro seguinte.

§ 17. Organisar, até 31 de dezembro, o pedido de todo o material que deve ser encomendado para o serviço da divisão, no exercicio seguinte.

§ 18. Informar minuciosamente todos os requerimentos e mais papeis que forem, por seu intermedio, transmittidos ao director.

Art. 17. Os agentes das estações estão subordinados directamente ao chefe do trafego, mas são obrigados a prestar a todos os chefes de serviço os auxilios de que dispuzerem e que por elles forem reclamados em bem do serviço da estrada, uma vez que o possam fazer sem prejuizo manifesto do serviço das estações.

Art. 18. Nenhum serviço de qualquer das divisões se fará nas estações e na parte da linha comprehendida entre as chaves respectivas, sem conhecimento prévio do agente da estação.

Art. 19. O serviço telegraphico será franqueado ao publico, sem prejuizo do serviço da estrada.

## CAPITULO V

### 3ª DIVISÃO — LOCOMOÇÃO

Art. 20. A 3ª divisão — Locomoção — comprehende os serviços de tracção e officinas, e abrange tudo quanto concerne ao estudo, construcção, uso, conservação e reparação do material rodante, guindastes, bombas a vapor, pulsometros, etc.

Art. 21. Os serviços desta divisão ficam a cargo de um engenheiro, chefe da locomoção, a quem compete, além da direcção immediata do escriptorio respectivo:

§ 1.º Fazer manter em bom estado as locomotivas, tenders, carros, vagões, tanques, reservatorios e quaesquer accessorios do serviço, confiados à sua guarda.

§ 2.º Inspeccionar o serviço de tracção, designar as locomotivas que devem fazer os trens, pôr à disposição do trafego os carros e vagões em bom estado.

§ 3.º Administrar as officinas de construcção e reparação e suas dependencias, os depositos de locomotivas e de carros, o armazem e os depositos de combustivel e sobressalentes do material rodante.

§ 4.º Executar as ordens do director, relativamente á organização e distribuição do pessoal da locomoção e do serviço das locomotivas.

§ 5.º Estudar e promover, depois de approvadas pelo director, as modificações que forem convenientes ao trem rodante.

§ 6.º Estudar e fazer executar as reparações do trem rodante.

§ 7.º Preparar os planos geraes e de execução para as encomendas de trem rodante e accessorios, quer sejam executados nas officinas da estrada quer em outras officinas, e bem assim as condições geraes e especificações que devem acompanhar os mesmos planos e os respectivos desenhos.

§ 8.º Assistir, por si e por seus auxiliares, á recepção de material encomendado, ordenando todas as experiencias necessarias.

§ 9.º Fazer executar as encomendas das outras divisões mediante requisição dos respectivos chefes, rubricadas pelo director.

§ 10. Organizar e fiscalisar, de accordo com os modelos approvados pelo director, a escripturação, contabilidade e estatística da tracção, officinas, armazens e depositos.

§ 11. Apresentar ao director, até o dia 15 de cada mez, um relatório succinto dos serviços da divisão no mez anterior, com quadros demonstrativos das despezas, elementos estatísticos dos trabalhos e menção do estado do material rodante e fixo e das principaes occurrencias havidas no serviço a seu cargo e, até o dia 31 de janeiro de cada anno, um relatório mais detalhado e circumstanciado: bem como o orçamento da despesa provavel com os serviços da divisão, no anno financeiro seguinte.

§ 12. Organisar, até 31 de dezembro, o pedido de todo o material que deva ser encomendado para o serviço da divisão, no exercicio seguinte.

§ 13. Informar minuciosamente todos os requerimentos e mais papeis que forem, por seu intermedio, transmittidos ao director.

Art. 22. Sem prejuizo do serviço da estrada, poderão as officinas executar quaesquer trabalhos particulares, sempre que esses trabalhos forem autorizados pelo director.

Para a execução desses trabalhos precederá ajuste entre o interessado e o director e o seu producto será recolhido como renda eventual da estrada.

Art. 23. Os trabalhos do escriptorio da 3ª divisão abrangem:

§ 1.º O expediente principal da divisão, correspondencia com a directoria, registro dessa correspondencia, protocollo e archivo respectivo, assentamento e registro do pessoal, confecção das contas em vista dos resultados estatísticos, organização das folhas de pagamento e o registro dessas folhas em livro.

§ 2.º A correspondencia interna da divisão, seu registro e protocollo, a expedição das ordens de serviço para os trabalhos das officinas, sempre assignados pelo chefe da divisão, e o archivo geral.

§ 3.º A confrontação e conferencia dos papeis de ponto do pessoal, partes diarias de diversas procedencias e resumos mensaes de ponto, e o lançamento do livro do ponto.

§ 4.º A separação e carimbo dos impressos e mais documentos da estatistica, conferencia do ponto com o apontador, relações, quadros e cópias.

§ 5.º A organização da estatistica das officinas, conferencia e correção dos documentos relativos para seu lançamento, a escripturação em livro das reparações geraes de cada locomotiva, a em livro das reparações geraes e ordinarias de cada carro, a em livro das reparações geraes e ordinarias de cada vagão, a em livro dos trabalhos diversos effectuados pelas officinas, a escripturação propria dos motores das officinas, dos elevadores a vapor, guindastes a vapor e bombas a vapor. Todas essas estatisticas serão confeccionadas de modo a que se organize a respectiva contabilidade conhecendo-se em separado a despesa com a mão de obra pelos diversos officios ou officinas, e com o material em cada trabalho. O calculo das despesas geraes da divisão, isto é, administração, motores, ferramentas, carvão para as forjas, etc., e a distribuição dellas pelas obras realizadas pelas officinas para conhecimento do seu custo.

§ 6.º A organização da estatistica da tracção, conferencia e correção dos documentos correspondentes para seu lançamento, a escripturação em livro do consumo das locomotivas em serviço, por trens, a do percurso das locomotivas e o exame da nota fornecida pelo escriptorio do trafego sobre o percurso dos carros e vagões, inclusive dos vagões vãos; o colleccionamento dos dados para os relatorios, e a confecção dos respectivos quadros estatísticos.

§ 7.º Ainda a estatistica da tracção, a escripturação em livro do fornecimento feito às locomotivas, de maneira que combine esse lançamento com o do consumo e o verifique, a em livro do fornecimento para os carros e vagões, sua lubrificação, iluminação, conservação e limpeza.

§ 8.º A organização da contabilidade do armazem e depositos, conferencia e correção dos documentos relativos, e a escripturação em livro de carga do armazem na parte relativa ao fornecimento à tracção, e dos depositos, mantidos sempre em dia para a liquidação de responsabilidade, e o inventario geral da divisão.

§ 9.º O auxilio ao chefe da locomoção, na organização das bases para encomendas, orçamentos e especificações, e em estudos e experiencias, a confecção dos desenhos de machinas e outros, o archivo dos desenhos, o gabinete de ensaios e experiencias, os instrumentos e machinas de ensaios, as conferencias de material importado dos Estados Unidos da America do Norte ou da Europa, instrucções, notas de conferencias, facturas, etc. e respectivo archivo, e o livro historico das locomotivas, a cargo do desenhista de 1.ª classe.

§ 10. A contabilidade e estatistica da locomoção serão organisadas de forma que se conheça para a tracção: 1.º, o numero,

especie e percurso dos trens; 2º, o consumo e despesa total e kilometrica por trens, e por locomotivas e vehiculos, com o pessoal e com combustivel, por especies, lubrificantes, etc.; 3º, o percurso das locomotivas e vehiculos carregados ou vazio, e para as officinas: — 1º, o numero, natureza e importancia dos reparos que tiver soffrido cada locomotiva ou vehiculo; 2º, o trabalho util dos operarios, machinas, ferramentas eapparelhos; 3º, o custo, em material e mão de obra, das construcções e reparações.

Art. 24. As officinas e dependencias da tracção ficarão sob a direcção immediata do chefe das officinas que as percorrerá frequentemente e comprehendem:

§ 1.º As officinas de reparação e construcção de machinismos.

§ 2.º As officinas para reparação e construcção de carros e vagões.

§ 3.º Os depositos de machinas e carros e um pequeno laboratorio para ensaio de substancias que tiverem de ser empregadas pela locomoção.

Art. 25. Ao chefe das officinas incumbe:

§ 1.º Dirigir e fiscalisar com o maior zelo todos os trabalhos nas diversas officinas.

§ 2.º Verificar e examinar ou fazer verificar e examinar por um contra-mestre habilitado o estado das locomotivas, carros e vagões na entrada de qualquer das officinas e na sua sahida.

§ 3.º Communicar, por escripto, ao chefe da locomoção quaes os estragos que tiverem as locomotivas quando entrarem para qualquer das officinas, si estão mencionados na guia do chefe de deposito, a que são elles devidos, si ha ou não culpabilidade por parte do respectivo machinista e o que motiva essa responsabilidade.

§ 4.º Na occasião da sahida de qualquer locomotiva dar ao respectivo machinista instrucções completas sobre a maneira pela qual tem de manobral-a, lubrificar-a, limpar-a e empregar o freio, sci ntificando-o de qualquer defeito que por falta de tempo não tenha sido possível reparar e da maneira por que deve proceder para não augmentar o defeito, si este não impedir que ella faça regularmente o serviço.

§ 5.º Quando for necessario, ir em soccorro dos trens que tenham soffrido grandes avarias e auxiliar as manobras necessarias para desimpedir a linha, collocar o material com suas rodas sobre os trilhos, ou transportal-o para as officinas.

§ 6.º Examinar e fazer examinar todas as peças das locomotivas, carros e vagões antes de sahirem das officinas, de maneira que todas as differentes peças estejam perfeitas e bem collocadas, ficando responsavel por qualquer accidente que tiver logar em virtude de falta de concerto, máo acabamento ou assentamento inconveniente do material que tenha sahido das officinas.

§ 7.º Assegurar o serviço dos trens, mesmo facultativos e extraordinarios, tendo sempre em perfeito estado e a disposição do serviço do tráfego, numero sufficiente de locomotivas, carros e vagões.

§ 8.º Providenciar para que haja sempre em deposito grande numero dos sobressalentes necesarios para as locomotivas, carros e vagões, e machinas das officinas, de maneira a facilitar os reparos.

§ 9.º Fazer com que todos os trabalhos das officinas sejam executados com perfeição e o mais rapidamente possível, cabendo-lhe a responsabilidade, bem como ao respectivo contra-mestre, pelos defeitos que apresentarem as obras feitas nas diversas officinas.

§ 10. Observar e empregar todos os meios a seu alcance para que seja cumprido pelos empregados sob suas ordens o regulamento interno da estrada.

Art. 26. Os armazens de materiaes de consumo da locomoção deverão conter o indispensavel para tres mezes e os sobressalentes necesarios para a reparação do material rodante.

## CAPITULO VI

### 4ª DIVISÃO — LINHA

Art. 27. O serviço da via-permanente comprehende todos os trabalhos de conservação, reparação, construção, reconstrução e melhoramentos na linha, edificios e suas dependencias, construção de obras novas na estrada em tráfego, conservação da linha eapparelhos telegraphicos e os armazens.

Art. 28. Os serviços da 4ª divisão ficam a cargo de um engenheiro, chefe da linha, a quem compete, além da direcção immediata do proprio escriptorio:

§ 1.º Manter a linha nas melhores condições, de modo que a circulação dos trens se effectue com a maior regularidade, segurança e economia.

Para esse fim o chefe da linha terá a seu cargo a conservação, reparo e reconstrução das obras de terra e de arte, edificios, caixas de agua, tanques, poços, reservatorios, chafarizes, encanamentos, vallas, açudes e represas de terra ou alvenaria, obras accessorias de consolidação e segurança e conservação da linha e apparelhos telegraphicos e a construção das obras que não forem feitas pela 5ª divisão.

§ 2.º Organisar o serviço de policia da linha, fazendo manter os regulamentos em vigor e as instrucções do director.

§ 3.º Fazer escripturar as despezas da divisão, por natureza da obra, discriminando o que for propriamente conservação,

reparação ou reconstrução do que for obra nova, de fôrma que em qualquer tempo possa-se conhecer o custo de cada obra, as épocas em que foi construída, augmentada ou reparada e no que consistiu esse augmento ou reparo.

§ 4.º Organisar os projectos, desenhos, orçamentos e especificações para as obras e uma tabella de serie de preços para o serviço da reparação e obras novas da estrada em trafégo, a qual será revista annualmente e approvada pelo director.

§ 5.º Inventariar todo o material e utensilios da via-permanente.

§ 6.º Percorrer frequentemente a linha, inspecionando cuidadosamente o seu estado e o modo por que são effectuados os diversos serviços a seu cargo.

§ 7.º Apresentar ao director, até o dia 15 de cada mez, um relatório resumido dos trabalhos executados e das occurencias havidas na via-permanente no mez anterior, fazendo expressa menção do estado da linha, edificios e suas dependencias, do custo e quantidade do material consumido, discriminando os pontos em que foi empregado, e das despesas kilometricas de conservação; e até o dia 31 de janeiro de cada anno, um relatório circumstanciado e detalhado dos serviços do anno antecedente, bem como o orçamento da despesa provavel com os serviços da divisão, no anno financeiro seguinte.

§ 8.º Devanar até 31 de dezembro o pedido de todo o material que deva ser encommendado para o serviço da divisão, no exercicio seguinte.

§ 9.º Informar minuciosamente todos os requerimentos e mais papeis que forem por seu intermedio transmittidos ao director.

Art. 29. Os trabalhos do escriptorio da 4ª divisão abrangem :

§ 1.º O expediente principal da divisão, a correspondencia com a directoria, registro dessa correspondencia, protocollo e archivo respectivo, organização dos relatorios e extracção das contas.

§ 2.º A organização das folhas de pagamento da linha, o assentamento e registro do pessoal, a correspondencia interna da divisão, seu registro e protocollo e o archivo geral.

§ 3.º A conferencia das partes diarias do ponto, lançamento do livro do ponto geral da divisão, exame e confrontação com os resumos mensaes do ponto, e o registro em livro das folhas de pagamento.

§ 4.º O inventario da divisão, registro de pedidos, relações, cópias em geral, etc.

Art. 30. As obras de conservação e reparação ordinaria serão feitas por administração.

As construcções ou reparos de valor consideravel serão feitos, a juizo do director, por administração ou empreitada, mediante series de preços, e dirigidos exclusivamente pelo pessoal tecnico da via permanente.

Si as obras importarem em renovações completas ou na construcção de obras de arte de grande importancia, nada resolverá o director, sem prévia autorisação do Ministro.

## CAPITULO VII

## 5ª DIVISÃO — CONSTRUÇÃO

Art. 31. A 5ª divisão comprehende :

§ 1.º A organização das explorações e estudos para o traçado da estrada e seus ramaes.

§ 2.º A organização dos projectos, orçamentos e instruções para a execução das obras.

§ 3.º A fiscalização de todos os trabalhos e serviços relativos à construção e estudos.

§ 4.º As medições e avaliações para pagamento das obras executadas.

§ 5.º A organização dos certificados para pagamento das obras e serviços executados, relativos à construção.

§ 6.º A organização das folhas de pagamento e do pessoal da 5ª divisão.

§ 7.º A escripturação technica das despesas de construção e de custo de obras.

§ 8.º O apuramento das quantidades de obras e serviços feitos na construção.

Art. 32. O director accumulará as funções de engenheiro chefe.

Art. 33. Ao director engenheiro-chefe, além do que já ficou estabelecido neste regulamento, compete ainda :

§ 1.º A direcção e fiscalização de todos os trabalhos e serviços relativos à construção.

§ 2.º A organização das explorações e estudos necessarios aos ramaes.

§ 3.º A organização dos projectos de execução e orçamento das obras.

§ 4.º A escolha dos locais para as estações, paradas e mais edificios.

§ 5.º Celebrar, com particulares, contractos e ajustes de serviços, concessões ou fornecimentos.

§ 6.º Promover, amigavel ou judicialmente, a aquisição ou desapropriação dos terrenos e benfeitorias indispensaveis para a construção da estrada e de suas obras.

Art. 34. Ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas serão remettidas cópias dos contractos celebrados e dos estudos definitivos da estrada, inclusive os typos geraes e os projectos especiaes dos edificios e obras de arte, e em cuja confecção deverá presidir a economia compativel com a solidez e as mais condições essenciaes de semelhantes construções.

Art. 35. Os orçamentos, despesas occorrentes, e custo effectivo das obras de construção e dos estudos serão escripturados

com o melhor methodo e clareza, por modo que de prompto se possa verificar a despeza real de cada especie de obras, o custo kilometrico de qualquer parte da estrada estudada ou construida e as causas que tenham motivado excesso no orçamento da obra, quando isso aconteça.

Art. 36. Os trabalhos terão andamento compativel com os creditos destinados annualmente para o pagamento das respectivas despesas.

Art. 37. Os serviços do escriptorio tecnico ficam a cargo do 1º engenheiro, a quem compete, além da direcção immediata do escriptorio:

§ 1.º O delineamento do projecto definitivo da estrada e seus ramaes, à vista das plantas e mais documentos do estudo do terreno.

§ 2.º A organização e desenho dos projectos de obras.

§ 3.º Os calculos do cubação e avaliação das obras feitas e projectadas.

§ 4.º A organização dos certificados provisorios e contas finais para pagamento das obras.

§ 5.º A organização dos elementos para a parte dos relatorios do director engenheiro chefe, referentes à construcção e estudos.

§ 6.º A escripturação tecnica da 5ª divisão.

§ 7.º A organização das folhas de pagamento do pessoal da 5ª divisão.

§ 8.º Prestar ao director engenheiro-chefe minuciosas informações e todos os esclarecimentos relativamente aos trabalhos em construcção ou a construir.

§ 9.º Apresentar ao director engenheiro-chefe, até o dia 31 de janeiro de cada anno, um relatorio circunstanciado do anno anterior, relativo a todos os trabalhos feitos pela 5ª divisão, bem como o orçamento para os respectivos serviços no exercicio financeiro seguinte.

Art. 38. Aos chefes de secção incumbem:

§ 1.º Fiscalisar a execução das obras e mais serviços de sua secção.

§ 2.º Dar aos empreiteiros, de accordo com as instrucções do director engenheiro-chefe, as ordens de serviço que forem precisas para a boa execução e melhor marcha dos trabalhos confiados à sua fiscalisação.

§ 3.º Informar minuciosamente todos os requerimentos, papeis e documentos que remetterem ao director engenheiro-chefe.

§ 4.º Apresentar ao director engenheiro-chefe, até o dia 15 de cada mez, um relatorio resumido dos trabalhos da secção durante o mez anterior, e, até o dia 15 de janeiro de cada anno, um relatorio circunstanciado do anno anterior.

§ 5.º Prestar ao director engenheiro-chefe todos os esclarecimentos relativamente aos trabalhos e pessoal da secção a seu cargo.

Art. 39. O director engenheiro-chefe nomeará os auxiliares e mais empregados indispensaveis, fixando-lhes vencimento diario e o local em que devem servir.

## CAPITULO VIII

### DO PESSOAL

Art. 40. O cargo de director engenheiro-chefe só será confiado a engenheiro nacional praticamente habilitado no serviço de construcção ou trafego de vias ferreas, e que notoriamente se recomende pela sua experiencia e capacidade profissional.

Art. 41. Só poderão ser nomeados para os cargos de 1º engenheiro da construcção, chefes de divisão do trafego e chefe da contabilidade, engenheiros que, além de satisfazerem as condições da lei n. 3001 de 9 de outubro de 1880, tenham, pelo menos, oito annos de pratica em trabalhos de construcção ou trafego de estrada de ferro.

Art. 42. Os cargos de chefes de secção da construcção só serão exercidos por engenheiros titulados nos termos da citada lei e que tenham, pelo menos, cinco annos de pratica.

Art. 43. Os logares de engenheiros e conductores de 1ª e 2ª classes só serão exercidos por engenheiros titulados nos termos da lei citada no artigo anterior, podendo, não obstante, os agrimensores habilitados exercer os cargos de conductores de 1ª e 2ª classes.

Art. 44. Será nomeado por decreto o director engenheiro-chefe e por portaria do Ministro:

Paragrapho unico. Sob proposta do director engenheiro-chefe, o chefe do trafego, o chefe da locomoção, o chefe da linha, o 1º engenheiro, os chefes de secção, o chefe da contabilidade, os engenheiros de 1ª classe, o secretario, o thesoureiro, o contador e o guarda-livros.

Art. 45. Serão nomeados pelo director engenheiro-chefe os demais empregados da estrada não mencionados no artigo anterior e constantes da tabella correspondente.

Art. 46. Compete ao thesoureiro e aos armazenistas proporem os respectivos feis.

Art. 47. A admissão e demissão dos empregados denominados operarios, feitores, guardas, trabalhadores, serventes e mais jornaleiros é da competencia dos chefes das divisões, encarregados da direcção immediata de qualquer ramo de serviço, sujeitando, porém, seus actos à approvação do director.

Art. 48. O director engenheiro-chefe é o responsavel pelos abusos que não reprimir, commettidos por seus subalternos na admissão ou demissão do pessoal.

Art. 49. O director engenheiro-chefe designará o seu substituto em suas faltas ou impedimentos temporarios, cabendo ao Ministro, ouvindo o mesmo director engenheiro-chefe, designar o substituto interino, si o impedimento prolongar-se por mais de trinta dias.

Art. 50. Os chefes de divisão e de serviços serão substituidos por quem o director engenheiro-chefe determinar.

Art. 51. O thesoureiro e os armazenistas serão substituidos, conservando a responsabilidade que lhes cabe, pelos seus feis.

Art. 52. Nos impedimentos até oito dias a substituição se fará na ordem hierarchica dos cargos, que será estabelecida nos regulamentos especiaes de cada divisão ou secção ; quando, porém, o impedimento exceder de oito dias, a substituição se fará por designação do director engenheiro-chefe.

Art. 53. Todo empregado que substituir outro em seu impedimento perceberá os vencimentos deste, qualquer que seja o numero de dias em que se der a substituição, de accordo com os avisos-circulares de 20 de agosto de 1894 e n. 7 de 10 de março de 1891, ainda que o substituido esteja no gozo de férias.

Paragrapho unico. Quando, pela natureza especial do serviço, de accordo com a lei referente ás accumulações, a substituição só poderá ter logar com accumulação de funções, a juizo do director engenheiro-chefe e por designação deste, o empregado perceberá, além dos seus vencimentos, a gratificação e a diaria do substituido.

Art. 54. O provimento dos logares que vagarem será feito por tres modos :

- 1.º, livre escolha ;
- 2.º, accesso ;
- 3.º, concurso.

§ 1.º Serão nomeados por concurso, quando o director engenheiro-chefe julgar conveniente, os funcionarios da ultima classe que requieram conhecimentos de instrução primaria.

§ 2.º Serão nomeados por accesso, attendendo-se de preferencia á aptidão, assiduidade e merecimento, os officiaes, os escripturarios, os amanuenses, os agentes de estações, seus ajudantes e feis, os conferentes, os telegraphistas e os conductores de trens.

§ 3.º Serão nomeados por livre escolha para preenchimento de vagas da ultima categoria respectiva :

- 1.º, os engenheiros titulares ;
- 2.º, os desenhistas ;

3.º, todos os empregados não mencionados nos paragraphos anteriores.

Serão igualmente de livre escolha os empregados que tenham de prestar fiança ou caução, quando os que tiverem direito não o possam fazer.

Art. 55. Nenhum empregado será removido sem prévia autorisação do director, ao qual cabe determinar o local onde deverá servir cada empregado ; os chefes de divisão e de secção

poderão, porém, propor o local de residencia dos empregados e sua remoção quando a conveniencia do serviço o exigir, e compete-lhes determinar o local de residencia dos jornaleiros, aos quaes poderão remover.

Art. 56. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada perderá todos os vencimentos.

Si justificar as faltas, ser-lhe-ha descontada sómente a gratificação correspondente aos dias em que faltar, até o maximo de oito dias.

Para sua justificação será sufficiente a simples allegação, por escripto, do empregado, quando o numero de faltas não exceder a tres. Si, porém, for superior a tres e inferior a nove, será necessario apresentar attestado medico.

Além de oito faltas, só será concedido abono si o empregado obtiver licença.

Art. 57. O desconto por faltas interpoladas será correspondente aos dias em que ellas se derem; no caso de faltas consecutivas, serão descontados tambem os dias feriados comprehendidos neste periodo.

Art. 58. São causas justificativas de faltas:

1.<sup>a</sup>, molestia do empregado;

2.<sup>a</sup>, nojo;

3.<sup>a</sup>, gala do casamento.

Paragrapho unico. Compete ao director julgar da justificação das faltas.

Art. 59. As licenças aos empregados serão concedidas até 30 dias pelo director, e as de maior prazo pelo Ministro, precedendo audiencia do director e de accordo com as disposições do decreto n. 4484 de 7 de março de 1870.

Art. 60. As licenças serão concedidas com ou sem ordenado, não se abonando em caso algum as gratificações de exercício.

§ 1.<sup>o</sup> Só por motivo de molestia provada se concederá licença até um anno, podendo ser com ordenado inteiro até seis mezes e de então em diante com metade do ordenado.

§ 2.<sup>o</sup> Por qualquer outro motivo justificado a licença não excederá de seis mezes, e sendo com ordenado ficará sujeita ao seguinte desconto:

Da quinta parte, sendo a licença até dous mezes;

Da terça parte, sendo por mais de dous até quatro mezes;

De duas terças partes, sendo por mais de quatro mezes.

Art. 61. O tempo das licenças concedidas com ordenado, suas reformas e prorrogações dentro de um anno, a contar do dia em que o empregado entrar no gozo da primeira que obtiver, será sommado para o fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo antecedente.

Da mesma forma proceder-se-ha nos periodos annuaes ultteriores.

Art. 62. Nos casos, porém, de licença com ordenado, de que trata o art. 60 e seus paragraphos, findo o prazo maximo de

um anno, não será renovada ou prorogada nessas condições, sem que o empregado volte ao exercício effectivo de seu cargo e nelle permaneça por tempo pelo menos igual ao da ausencia determinada pelo goso da licença.

Art. 63. Ficará sem effecto a licença concedida, si o empregado que a tiver obtido não entrar no goso della dentro do prazo de um mez, contado do dia em que o acto da concessão lhe for communicado.

Art. 64. O disposto nos artigos antecedentes terá applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação, considerando-se como ordenado duas terças partes de seus vencimentos.

Art. 65. As licenças com vencimentos só poderão ser concedidas a empregados que tenham, pelo menos, seis mezes de exercício na estrada ou emprego de que tenham sido para ella removidos.

Art. 66. Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado, sem que tenha registrado a licença na secretaria da estrada, com a declaração do dia em que começou a gozal-a, e sem que se achem satisfeitas as exigencias prescriptas nas leis fiscaes.

Art. 67. O empregado que, sem causa justificativa, faltar seguidamente mais de 15 dias, será considerado demittido.

Art. 68. As horas de trabalho serão fixadas nos regulamentos especiaes que forem expedidos pelos chefes das divisões, com a approvação do director.

Art. 69. Todo o trabalho do pessoal operario, jornaleiro, executado além das horas do respectivo serviço ordinario, será retribuido com um acrescimo, que será fixado pelo director, sob proposta do chefe da divisão.

Art. 70. As faltas disciplinares commettidas por empregados e que não constituirem crime definido na legislação vigente, serão punidas, segundo a gravidade e com as seguintes penas:

- 1.<sup>a</sup> Simples advertencia.
- 2.<sup>a</sup> Repreensão em ordem de serviço.
- 3.<sup>a</sup> Multa, até um mez de vencimentos.
- 4.<sup>a</sup> Suspensão até 30 dias.
- 5.<sup>a</sup> Demissão.

§ 1.<sup>o</sup> O director poderá impor qualquer das penas designadas no artigo antecedente aos empregados de sua nomeação, e as de advertencia e suspensão até 15 dias aos de nomeação do Ministro, a quem dará conhecimento immediato.

§ 2.<sup>o</sup> Os chefes das divisões poderão propor ao director as penas de advertencia e de suspensão e multa ao pessoal sob suas ordens, e impor as de advertencia, multa até 15 dias, e demissão ao pessoal de sua nomeação, com recurso para o director, nos dous ultimos casos.

Art. 71. O empregado que, durante cada trimestre, deixar de comparecer ao serviço por mais de 14 dias, ainda mesmo que tenha estado no goso de licença, ou commetter falta que preju-

dique o serviço, a juízo do director, perderá o direito á gratificação trimensal.

Art. 72. Em caso de accidente em serviço nada se descontará durante o tratamento, dos vencimentos ou diarias dos empregados feridos ou contundidos, podendo o director mandar fornecer os primeiros socorros medicos durante os primeiros oito dias.

§ 1.º Em caso de inutilisação o empregado terá direito a um logar consentaneo com o seu estado e cuja paga seja pelo menos igual á que percebia, fornecendo-lhe a administração os meios artificiaes que a orthopedica aconselha.

§ 2.º Em caso de morte, em consequencia de accidente, o sepultamento será feito a expensas da estrada e se abonará á familia um mez de vencimentos, além do que estiver vencido.

Art. 73. Poderão ser concedidas, mediante autorisação do Ministro, gratificações extraordinarias, como premios ou recompensas de provado zelo, acto de coragem e previsão nos casos de accidentes ou quando estes forem imminentes, procelimento irreprehensivel ou melhoramentos notaveis propostos ou adoptados nos serviços de que estiver encarregado o empregado.

Art. 74. É concedida aposentadoria ordinaria e extraordinaria aos empregados da Estrada de Ferro do S. Francisco.

Art. 75. São condições indispensaveis para obter aposentadoria ordinaria: 1ª, 30 annos de serviço effectivo; 2ª, absoluta incapacidade physica ou moral para continuar no exercicio do emprego.

§ 1.º Na contagem do tempo de serviço não serão attendidos os dias de suspensão e de faltas não justificadas, nem as licenças por mais de 60 dias em cada anno.

§ 2.º A incapacidade physica ou moral verifica-se por exame de tres facultativos e parecer fundamentado do director.

Art. 76. A aposentadoria extraordinaria póde ser concedida: 1ª, ao empregado que, contando dez annos de serviço, se impossibilite de continuar no desempenho do emprego; 2ª, ao empregado que, independente de qualquer outra condição, torne-se inhabil para o exercicio de suas funcções, por ferimento ou mutilação em luta no desempenho do cargo, por molestia adquirida no serviço ou na pratica de algum acto humanitario ou de dedicacão á causa publica.

§ 1.º A's causas de impossibilidade previstas neste artigo são applicaveis as disposições do § 2º do art. 75.

§ 2.º Cessando a impossibilidade e verificado que seja este facto pelo modo indicado no § 2º do art. 75, o empregado poderá ser restituído á actividade do serviço no mesmo logar que exercia ou em outro equivalente, na primeira vaga que houver.

Art. 77. Para os effeitos das aposentadorias só póde contar-se o tempo de serviço na estrada de ferro e em outros cargos publicos.

Art. 78. Na aposentadoria ordinaria o empregado terá direito ao ordenado do logar por elle occupado durante tres annos.

Art. 79. No caso de aposentadoria extraordinaria e na hypothese do § 1.º do art. 75, o empregado terá direito ao ordenado proporcional ao seu tempo de serviço, contado nos termos do art. 75, e na hypothese do n. 2 do art. 75 terá direito a todo o ordenado.

Art. 80. A melhoria de vencimentos só aproveitará para a aposentadoria dous annos depois de tornar-se effectiva.

Art. 81. O empregado, quando aposentado, poderá optar entre o vencimento da aposentadoria pela estrada de ferro e o da outra aposentadoria ou reforma, não podendo em caso algum accumular vencimentos de duas aposentadorias.

Art. 82. A aposentadoria pôde ser dada a requerimento do interessado, ou por determinação do Governo, independente de solicitação.

## CAPITULO IX

### DOS ARMAZENS E DEPOSITOS

Art. 83. Aos armazenistas e encarregados de depositos incumbem :

§ 1.º A arrecadação e classificação do material existente e do que for adquirido para custeio e obras da divisão.

§ 2.º A verificação da quantidade ou peso e qualidade do material no acto de ser recebido, observando-se nos exames a estipulação dos respectivos contractos ou especificação das encomendas e pedidos e as amostras e modelos adoptados.

§ 3.º A organização de pedidos para a aquisição do material necessario para supprimento do armazem.

§ 4.º A satisfação dos pedidos de fornecimentos rubricados pelo chefe da respectiva divisão auterisando o fornecimento, e dos pedidos de combustivel e lubrificantes feitos pelos machinistas.

§ 5.º A escripturação da carga, descarga e movimento do material.

§ 6.º Manter o armazem em perfeita ordem e asseio, acondicionando e arrumando os artigos sob sua guarda, zelando sua conservação, devendo, na hypothese de deterioração casual, dar immediatamente parte ao chefe da divisão para ulterior resolução. A falta do cumprimento destes deveres sujeita-o a responsabilidade.

§ 7.º Requisitar do chefe da divisão, sempre que for necessario, os peritos precisos para examinarem e avaliarem o material inservivel que existir ou for recolhido ao armazem, possibilidade e conveniencia de concerto para o que estiver no caso de ser depois novamente fornecido e venda em leilão para o que for imprestavel ou não tiver applicação na estrada.

§ 8.º Assignar os termos e passar declarações e recibos que devem constituir sua responsabilidade.

§ 9.º Apresentar ao chefe da divisão, até o dia 5 de cada mez, nota, em duas vias, dos fornecimentos feitos durante o mez anterior, e até o fim de janeiro de cada anno uma demonstração geral do movimento do material no anno anterior e um inventário geral do material em ser.

As primeiras vias desses documentos devem ser destinadas á contabilidade.

Art. 84. O armazenista será coadjuvado por um fiel que terá especialmente a seu cargo o exame dos documentos justificativos do movimento da entrada e sahida dos materiaes do armazem, e é responsavel pela legalidade de todos os papeis que servirem de documentos para a escripturação, os quaes, depois de examinados e accitos, serão por elle rubricados.

Art. 85. Os armazenistas da 4ª divisão e seus fieis auxiliarão o conductor em toda a escripturação da secção em que estiver o armazem.

## CAPITULO X

### DA RECEITA E DESPEZA

Art. 86. O pagamento do pessoal será feito mensalmente nos logares do trabalho.

Art. 87. Os fornecimentos e as contas serão pagos na administração central ou excepcionalmente, por ordem do director, em qualquer outro ponto.

Art. 88. Nenhum pagamento será effectuado sem que o respectivo documento tenha sido previamente processado e conferido pela secção encarregado da contabilidade e tenha o *pague-se* do director.

Art. 89. O pagamento ao pessoal da construcção e estudos de ramaes será feito por um dos fieis, designado pelo thesoureiro.

Art. 90. Os pagamentos serão feitos aos proprios empregados, jornaleiros e fornecedores ou a seus procuradores.

O pagamento dos jornaleiros terá logar na presença dos chefes de divisão ou seus ajudantes, chefes de secção, engenheiros, encarregados das residencias, chefes de turmas de exploração e locação, e será fiscalisado pelos mesmos, que darão attestados do pagamento nas competentes folhas. O empregado que effectuar o pagamento é responsavel pelo fiel cumprimento da primeira parte deste artigo, qualquer que seja o motivo allegado para justificar-se.

Art. 91. As folhas de pagamento, contas e outros papeis justificativos de despesa serão organisados em duas vias.

Art. 92. A compra de objectos que, em pequena quantidade, forem necessarios, será feita pelo comprador, que receberá mensalmente do thesoureiro, precedendo ordem do director, até a quantia de 1:000\$000.

A prestação de contas será feita dentro dos dez primeiros dias do mez seguinte.

Art. 93. Os empregados serão responsaveis pelos prejuizos que derem á estrada, em virtude de enganos, erros e omissões que commetterem no exercicio de suas funções.

Art. 94. O fornecimento ou compra dos objectos necessarios ao almoxarifado sómente se effectuará por ordem do director e em concorrência publica, não sendo permittida outra forma de fornecimento sinão quando não se possa conseguil-o por hasta publica.

Art. 95. Para pequenas compras, em Alagoinhas, o almoxarife receberá mensalmente do thesoureiro, em virtude de ordem do director, até a quantia de duzentos mil réis, da qual prestará contas nos primeiros dez dias do mez seguinte.

Art. 96. As despesas do almoxarifado e dos armazens de depositos serão escripturadas e figurarão com a rubrica propria em todas as demonstrações e balanços das despesas da estrada.

Art. 97. As contas, folhas de pagamento e reclamações que não forem satisfeitas até o encerramento do respectivo exercicio não o serão por conta do exercicio seguinte, mas enviadas á Alfandega da Bahia, para o competente processo e liquidação.

Art. 98. Deixarão de ser attendidas as reclamações sobre extravio ou avaria de mercadorias, bagagens e encomendas transportadas pela estrada ou de excesso de frete cobrado por qualquer motivo, si não forem apresentadas á mesma estrada dentro do prazo de um anno, contado de conformidade com o que preceitua o art. 449, § 2º, do Código do Commercio.

Art. 99. A receita da estrada será applicada ao pagamento das despesas do trafego, fazendo o director recolher o excedente, quando haja, á Alfandega da Bahia, ou requisitando da mesma repartição os supprimentos necessarios, dentro da competente verba da lei do orçamento.

Art. 100. As tarifas e regulamentos que interessarem ao publico só terão execução depois de publicados com antecedencia de oito dias pelo menos e afixados nos recintos das estações.

Exceptuam-se os casos de interpretação de tarifas ou de decisões nos casos omissos, nos quaes o que for decidido pelo director terá immediata execução.

Art. 101. A arrecadação das taxas de transportes deverá ser feita de accordo com a exacta e rigorosa applicação das tarifas em vigor, recabindo sobre o empregado ou empregados culpados a responsabilidade pelas diferenças que forem verificadas, quer em relação á receita propria da estrada, quer á arrecadada para outras vias ferreas ou emprezas.

Art. 102. A escripturação da receita e despeza far-se-ha por exercicios, sendo organizada de accordo com as instruções e modelos fornecidos pela Alfandega da Bahia.

Art. 103. Em caso algum o systema de escripturação e contabilidade central se afastará das regras prescriptas pela legislação de fazenda.

Art. 104. As guias, conhecimentos e outros papeis justificativos da receita e despesa da estrada, serão remettidos á Alfandega da Bahia, na conformidade do decreto n. 10.115 de 5 de janeiro de 1889.

Art. 105. As notas de expedição, folhas, boletins, conhecimentos, relações, outros impressos e papeis justificativos da receita, movimento e mais serviço da estrada, serão queimados, desde que estejam devidamente escripturados nos livros competentes e encerradas pelo chefe da respectiva divisão as contas e escripturação de cada anno.

Os livros, contas e recibos serão conservados pelo tempo fixado em lei para guarda de taes documentos.

Art. 106. O director enviará mensalmente á Alfandega da Bahia a synopse da receita e despesa do trafego e da despesa por conta de creditos especiaes, relativas ao mez anterior.

## CAPITULO XI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 107. O director expedirá as instrucções ou regulamentos internos indispensaveis á boa marcha de cada um dos serviços.

Art. 108. Aos chefes de divisão compete organizar e submeter á approvação do director as instrucções e regulamentos que deverão reger os diversos serviços das respectivas divisões, especificando a distribuição e attribuições de cada classe de empregados, e os processos e modelos a adoptar para a escripturação, contabilidade e estatisticas.

Art. 109. Cada uma das divisões terá um registro das nomeações, licenças, promoções, penas e demissão dos respectivos empregados.

Art. 110. O director verificará, uma vez por mez e em dias indeterminados, a caixa e a escripturação central.

Art. 111. O director examinará, quando entender conveniente, por si ou por empregado que designar, a escripturação do almoxarifado, dos armazens e depositos, dando balanço no material existente, e providenciará ácerca do destino que deya ter o imprestavel, encerrando definitivamente as contas até a data em que se ultimar o mesmo exame.

Art. 112. Todos os empregados que arrecadarem dinheiro ou tiverem objectos ou valores sob sua guarda, prestarão uma fiança correspondente á importancia da responsabilidade.

§ 1.º O thesoureiro prestará fiança de 20:000\$000.

§ 2.º Os fideis do thesoureiro, 10:000\$000.

§ 3.º O almoxarife, 5:000\$000.

§ 4.º Os armazenistas, cada um 2:000\$000.

§ 5.º Os fideis dos armazenistas, 500\$ cada um.

Para os mais empregados serão as fianças fixadas pelo director e todas recolhidas pelo thesoureiro à Alfândega da Bahia, á vista de guia do director, e dahi serão levantadas tambem á vista de guia do mesmo director em que se declare achar-se o empregado quite com a estrada, excepto o thesoureiro.

Art. 113. Nos casos de affluencia de serviço, para os quaes seja insufficiente o pessoal das tabellas annexas, poderá o director admitir extraordinariamente alguns auxiliares.

Esses empregados extraordinariós serão dispensados logo que cesse a affluencia do serviço.

Art. 114. O thesoureiro requisitará do director os auxiliares de que carecer, quando os pagamentos fóra da repartição exigirem maior pessoal.

Art. 115. Todos os agentes e empregados da estrada ao serviço das estações, dos trens e da via-permanente usarão uniforme.

Art. 116. Os chefes de divisão e de secção deverão communicar logo ao director, e todos os empregados a seus chefes immediatos, e a quem caiba providenciar de prompto, quaesquer accidentes ou occurrencias extraordinarias que se derem na estrada e suas dependencias.

Art. 117. Nenhum empregado da estrada poderá ser distrahido para commissão ou serviço alheio ao da mesma estrada.

Art. 118. O director só expedirá passes gratuitos para objecto extranho ao serviço da estrada, em virtude de ordem do Ministro.

Poderá, entretanto, conceder os referidos passes aos engenheiros nacionaes e estrangeiros que visitarem a estrada de ferro, e ao pessoal das empresas em trafego mutuo.

Art. 119. Os empregados, quando viajarem em serviço da estrada e os empreiteiros, na fórma de seus contractos, terão passes livres, concedidos estes pelo director e aquelles pelos chefes das divisões, aos empregados sob suas ordens, sendo, porém, indemnizada a caixa da linha em trafego das respectivas importancias das passagens dos empreiteiros, pelas verbas por que correm as execuções dos referidos contractos.

Art. 120. Os empregados, quando em viagem de recreio ou de interesse particular, terão abatimento de 75 % sobre os preços das passagens, nos carros de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes, segundo sua categoria.

Gosarão do beneficio dessa redução de preço todas as pessoas da familia do empregado que residirem debaixo do mesmo tecto e sob sua economia.

Art. 121. O director poderá conceder passagem livre ao empregado e ás pessoas da familia do empregado que residirem debaixo do mesmo tecto e sob sua economia, para viagens motivadas por molestia de certa gravidade.

Art. 122. Os filhos e as pessoas da familia do empregado que residirem debaixo do mesmo tecto e sob sua economia, terão transporte gratuito para a escola e aprendizagem nas fabricas, officinas, etc.

Art. 123. As requisições de passagens e de transportes de material em objecto de serviço publico serão satisfeitas sempre

que forem regularmente feitas pela autoridade competente, sendo a importancia das passagens e fretes levada á conta do Ministerio respectivo, ou do Estado ou repartição requisitante ou da construcção da estrada, devendo figurar como receita do trafego mesmo aquella que não for cobrada.

Art. 124. O director poderá admittir maior numero de praticantes quando as exigencias do serviço o reclamarem.

Art. 125. Para imposição das penas decretadas no regulamento annexo ao decreto n. 1930, de 26 de abril de 1857, contra pessoas extranhas á administração da estrada, terá o director por seus empregados a autoridade conferida naquelle regulamento aos engenheiros fiscaes.

Art. 126. O material fixo, rodante ou de consumo, que tenha de ser importado do estrangeiro, será mandado adquirir pelo Ministro á vista da requisição do director, por intermedio dos commissarios de compras do Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas, incumbidos da aquisição desse material na Europa e nos Estados Unidos da America do Norte, ou será encomendado directamente pelo director si para isso tiver elle obtido, durante sua administração, a precisa autorisação do Ministro.

A requisição deve ser acompanhada de desenhos ou indicações, especificações, designação das fabricas e orçamento de custo, seguro o frete, em moeda nacional e ingleza.

Art. 127. A aquisição do combustivel será realizada pelo director que, com a precisa antecedencia, solicitará do Ministro a ordem de pagamento, quando este houver de ser feito no estrangeiro ou outra praça que não seja a da Bahia.

Art. 128. Até o dia 31 de março de cada anno o director apresentará ao Ministro um relatorio geral do anno anterior, e que será impresso, expondo, com desenvolvimento, o estado das obras e material.

Esse relatorio será acompanhado: 1º, do balanço geral; 2º, da discriminação da receita e despeza por estações e productos, por divisões e por kilometros; 3º, de quadros estatísticos de todos os serviços da estrada; 4º, da despeza das obras, etc.; e dos serviços relativos na parte em construcção; 5º, do quadro do pessoal; 6º, do orçamento das despezas provaveis para o anno financeiro seguinte; 7º, de quaesquer outras informações que possam aproveitar ou interessar á estrada.

Art. 129. Fazem parte deste regulamento as cinco tabellas com as respectivas observações annexas, especiaes ou geraes.

Art. 130. O director dentro de suas attribuições providenciará provisoriamente nos casos omissos do presente regulamento, quando a urgencia do serviço o exigir, e representará immediatamente ao Ministro para que este providencie a respeito.

Art. 131. Ficam revogados o regulamento que baixou com o decreto n. 1052 de 22 de novembro de 1890 e todas as disposições em contrario ao presente regulamento.

Capital Federal, 31 de agosto de 1896.— *Antonio Olynho dos Santos Pires.*

# TABELLA N. 1

## 1ª Divisão — Directoria

DESIGNAÇÃO	NUMEROS	VENCIMENTOS MENSUAES		
		Ordenado	Gratificação	Vencimentos
DIRECTORIA				
Director.....	1	800\$000	400\$000	1:200\$000
1ª SECÇÃO				
Secretaria				
Secretario.....	1	267\$000	133\$000	400\$000
Official.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
1º escriptuario.....	1	133\$000	67\$000	200\$000
2º escriptuario.....	1	107\$000	53\$000	160\$000
Archivista-protocollista.....	1	100\$000	50\$000	150\$000
Amanuense.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
Continuo.....	1	57\$000	28\$000	85\$000
2ª SECÇÃO				
Contabilidade				
Chefe da contabilidade.....	1	167\$000	233\$000	700\$000
1ª SUB-SECÇÃO				
Contadoria				
Contador.....	1	267\$000	133\$000	400\$000
2º escriptuario.....	1	133\$000	67\$000	200\$000
Amanuense.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
Praticantes.....	4	60\$000	30\$000	90\$000
Almoxarife.....	1	267\$000	133\$000	400\$000
Agente e despachante comprador.....	1	233\$000	117\$000	350\$000
2ª SUB-SECÇÃO				
Guarda-livros				
Guarda-livros.....	1	267\$000	133\$000	400\$000
Ajudante.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
Amanuense.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
3ª SUB-SECÇÃO				
Thesouraria				
Thesoureiro.....	1	267\$000	133\$000	400\$000
Fleis do thesoureiro.....	2	140\$000	70\$000	210\$000

### Observação

O thesoureiro e seus fleis terão 15 % dos seus vencimentos para quebras.  
Capital Federal, 31 de agosto de 1896. — Antonio Gyntho dos Santos Pires.

## TABELLA N. 2

## 2ª Divisão — Trafego

DESIGNAÇÃO	NUMEROS	VENCIMENTOS MENSUAES		
		Ordenado	Gratificação	Vencimentos
Chefe de trafego.....	1	437\$000	233\$000	700\$000
ESCRITORIO				
Offical.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
Primeiro escriptuario.....	1	133\$000	67\$000	200\$000
Segundo dito.....	1	107\$000	53\$000	160\$000
Amanuense.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
Praticante.....	1	60\$000	30\$000	90\$000
ESTAÇÕES				
Agentes de 1ª classe.....		160\$000	80\$000	240\$000
Ditos de 2ª idem.....		133\$000	67\$000	200\$000
Ditos de 3ª idem.....		114\$000	56\$000	170\$000
Ditos de 4ª idem.....		94\$000	47\$000	140\$000
Fieis de 1ª classe.....		87\$000	43\$000	130\$000
Ditos de 2ª idem.....		80\$000	40\$000	120\$000
Conferentes de 1ª classe.....		73\$000	37\$000	110\$000
Ditos de 2ª idem.....		67\$000	33\$000	100\$000
Telegraphista encarregado de parada..		80\$000	40\$000	120\$000
Ditos de 1ª classe.....		80\$000	40\$000	120\$000
Ditos de 2ª idem.....		67\$000	33\$000	100\$000
Dito praticante.....		47\$000	23\$000	70\$000
MOVIMENTO				
Chefes de trem de 1ª classe.....		120\$000	60\$000	180\$000
Ditos de 2ª idem.....		100\$000	50\$000	150\$000
Ajudantes de trem.....		80\$000	40\$000	120\$000

## Observações

(1) Os empregados que do publico tenham habitualmente de receber pagamentos, terão 10 % de seus vencimentos, a titulo de quebra.

(2) Os agentes das estações iniciais e finais terão mais 20 % dos seus ordenados.

Capital Federal, 31 de agosto de 1895.—Antonio Olyntho dos Santos Pires.

## TABELLA N. 3

## 3ª Divisão — Locomoção (tracção e oficinas)

DESIGNAÇÃO	NUMEROS	VENCIMENTOS MENSUAES		
		Ordenado	Gratificação	Vencimentos
Chefe de locomoção.....	1	467\$000	233\$000	700\$000
ESCRITORIO				
Official.....	1	150\$000	80\$000	230\$000
2º escriptuario.....	1	107\$000	53\$000	160\$000
Amanuense.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
Praticante.....	1	60\$000	30\$000	90\$000
Desenhista de 1ª classe.....	1	200\$000	100\$000	300\$000
TRACÇÃO				
Chefe de deposito de 1ª classe.....	1	200\$000	100\$000	300\$000
Chefe de deposito de 2ª classe.....	.....	167\$000	83\$000	250\$000
Machinista de 1ª classe.....	.....	160\$000	80\$000	240\$000
Machinista de 2ª classe.....	.....	133\$000	67\$000	200\$000
Machinista de 3ª classe.....	.....	114\$000	56\$000	170\$000
Foguista de 1ª classe.....	.....	80\$000	40\$000	120\$000
Foguista de 2ª classe.....	.....	73\$000	37\$000	110\$000
Foguista de 3ª classe.....	.....	67\$000	33\$000	100\$000
OFFICINAS				
Chefe das officinas.....	1	300\$000	150\$000	450\$000
Contramestre de 1ª classe.....	.....	233\$000	117\$000	350\$000
Contramestre de 2ª classe.....	.....	150\$000	75\$000	225\$000
Contramestre de 3ª classe.....	.....	133\$000	67\$000	200\$000
ARMAZEM				
Armazenista.....	1	180\$000	90\$000	270\$000
Fiel.....	1	100\$000	50\$000	150\$000

## Observação

Aos chefes de depositos, machinistas, foguistas e lubrificadores será concedida, além dos vencimentos, uma gratificação especial, calculada sobre a economia que realizarem em combustivel e lubrificantes de uma tabella, que será organizada pelo chefe e approvada pelo director.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893. — Antonio Olyntho dos Santos Pires.

## TABELLA N. 4

4.<sup>a</sup> Divisão — Linha

DESCRIÇÃO	NUMEROS	VENCIMENTOS MENSUAES		
		Ordenado	Gratificação	Vencimentos
Chefe de linha.....	1	467\$000	233\$000	700\$000
ESCRITORIO				
Desenhista de 1. <sup>a</sup> classe.....	1	200\$000	100\$000	300\$000
Segundo escriptuario.....	1	107\$000	53\$000	160\$000
Praticante.....	1	60\$000	30\$000	90\$000
ARMAZEN				
Armazenistas.....	.....	180\$000	90\$000	270\$000
Fieis.....	.....	100\$000	50\$000	150\$000
LINHA				
<i>Para cada cem kilometros</i>				
Conductor.....	1	267\$000	133\$000	400\$000
Mestre de linha de 1. <sup>a</sup> classe.....	1	130\$000	65\$000	195\$000
Mestre de linha de 2. <sup>a</sup> classe.....	1	110\$000	55\$000	165\$000
Mestre de linha de 3. <sup>a</sup> classe.....	1	90\$000	45\$000	135\$000

Capital Federal, 31 de agosto de 1896. — Antonio Olyntho dos Santos Pires.

## TABELLA N. 5

5.<sup>a</sup> Divisão — Construcção

DESIGNAÇÃO	NUMEROS	VENCIMENTOS ANNUAES		
		Ordenado	Gratificação	Vencimentos
Director engenheiro-chefe.....	.....	7:000\$000	3:500\$000	10:500\$000
Primeiro engenheiro.....	.....	5:000\$000	2:500\$000	7:500\$000
Chefe de secção.....	.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Engenheiro de 1. <sup>a</sup> classe.....	.....	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	.....	2:500\$000	1:250\$000	3:750\$000
Conductor de 1. <sup>a</sup> classe.....	.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	.....	1:800\$000	800\$000	2:400\$000
Auxiliar de 1. <sup>a</sup> classe.....	.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	.....	2:250\$000	1:125\$000	3:375\$000
Desenhista de 1. <sup>a</sup> classe.....	.....	1:750\$000	875\$000	2:625\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	.....	1:280\$000	640\$000	1:920\$000
Escriturario.....	.....			

## Observações

1.<sup>a</sup> Aos empregados do serviço de campo mandará o director engenheiro-chefe abonar uma quantia para cavalgadura, correspondente a 50 % do respectivo vencimento mensal, ficando o empregado obrigado, quando deixar o serviço que lhe dá direito a cavalgadura, a entrar com a quantia que houver recebido, com o desconto de 20 % ao anno, calculado sobre o prazo decorrido desde a data em que se lhe tiver feito o abono.

Decorridos cinco annos depois do abono, considerar-se-ha amortizada a quantia anteriormente recebida e será abonada outra sob as mesmas condições.

2.<sup>a</sup> Só poderão ser nomeadas para os cargos de auxiliares da construcção pessoas que saibam trabalhar perfeitamente com o transito e nivel e tenham conhecimento de desenho linear e topographico.

3.<sup>a</sup> Os chefes de secção em trabalhos de exploração, locação ou construcção receberão, para aluguel de escriptorio, 50\$ mensaes, e os chefes de turmas de exploração ou locação e os engenheiros ou conductores encarregados das residencias nas secções em construcção, 3\$ mensaes para o mesmo fim.

Não sendo possivel obter casa para aluguel, o director engenheiro-chefe mandará fornecer barracas para os trabalhos de exploração e locação, e comprar e construir casas para os trabalhos de construcção, cessando, em qualquer dos dous casos, o abono para aluguel.

4.<sup>a</sup> Aos empregados removidos, por conveniencia do serviço, do escriptorio central para uma secção, ou vice-versa, de uma secção para outra ou de uma residencia para outra da mesma secção, mandará o director engenheiro-chefe abonar, a titulo de despesas de viagem: 1.<sup>o</sup> uma quantia fixa correspondente a cinco dias de vencimentos; 2.<sup>o</sup> outra quantia proporcionada á distancia a percorrer, contada pelo eixo da linha em estudos ou construcção, correspondente ao vencimento de um dia, para cada extensão de 30 kilometros e para a fracção restante; som prejuizo do vencimento e demais vantagens devidas ao empregado durante os dias indispensaveis, a juizo do director engenheiro-chefe, para effectuar-se a mudança.

5.<sup>a</sup> O director accumulando as funcções de engenheiro-chefe terá mais a diaria de 8\$, a titulo de despesas de viagem, durante o tempo em que se achar em exercicio; e os demais empregados, quando em serviço de campo, diarias de 2\$ a 8\$, e quando em serviço nos escriptorios central e das secções, de 1\$ a 4\$000.

As diarias devem variar com a categoria ou vencimento dos empregados, distancia de sua residencia á ultima estação em trafego, e as difficuldades locais de subsistencia.

O 1º engenheiro quando, por determinação do director engenheiro-chefe, visitar as obras em construcção ou linhas em estudos, perceberá a diaria de \$8000.

6.ª Além da diaria que, em virtude da condição 5ª, lhe for fixada, perceberá o fiel pagador uma outra de \$8, durante os dias indispensaveis, a juizo do director engenheiro-chefe, ao pagamento do pessoal fora do escriptorio central, correndo por sua conta todas as despesas comsigo, camaradas e animaes.

7.ª O director engenheiro-chefe, além dos vencimentos marcados na tabella n. 1, enquanto durarem os trabalhos de estudos ou construcção, perceberá uma gratificação mensal de 200\$; o chefe da contabilidade, o secretario, o thesoureiro, o contador, o guarda-livros, o almoxarife e o agente despachante comprador, a de 100\$000.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893. — Antonio Olyntho dos Santos Pires.

## OBSERVAÇÕES GERAES

1.ª O numero do pessoal empregado nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª divisões impraticavel de fixal-o desde já e definitivamente, será estabelecido pelo director engenheiro-chefe, conforme as necessidades ordinarias de serviços e á medida que estes se forem desenvolvendo, dando disso conta ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

2.ª Poderá o director augmentar o numero do pessoal provisoriamente, em caso de affluencia de serviço de caracter transitorio. Será immediatamente dispensado o pessoal assim admittido, logo que termine o motivo da admissão.

3.ª O numero e diaria do pessoal jornalheiro serão fixados pelo director, de accordo com as necessidades do serviço, que poderá abonar de \$200 a 7\$000.

4.ª O director perceberá a diaria de \$8, os chefes de divisões, o chefe da contabilidade e o chefe das officinas a de 7\$ e a de 3\$, a titulo de despesas de viagem, os conductores.

5.ª Os demais empregados terão, além dos vencimentos marcados nas respectivas tabellas ns. 1, 2, 3 e 4, uma diaria até 1\$, e mais outra durante o tempo que se acharem em serviço na linha ou estações ou depositos, quando fora da localidade da residencia habitual, a saber:

De 6\$ aos empregados da thesouraria que forem encarregados de fazer pagamentos.

De 4\$ aos demais empregados da directoria, os dos escriptorios das divisões e armazenistas.

De 1\$ a 4\$ aos empregados de nomeação das estações, quando removidos temporariamente, sempre que não tiverem melhoria de vencimentos, e os operarios das officinas da 3ª divisão.

6.ª Os funcionarios a que se referem as tabellas ns. 1, 2, 3, 4 e 5 que durante cada trimestre não tiverem commetido faltas que prejudiquem o serviço, terão direito a uma gratificação que poderá attingir até uma terça parte dos respectivos vencimentos mensaes.

7.ª Os agentes que accumularem as funcções de telegraphistas perceberão, além dos seus vencimentos, a gratificação mensal de 30\$000.

8.ª Aos empregados que tiverem mais de 20 annos de serviço na propria estrada, exercidos sem faltas graves e sem notas más, os vencimentos serão augmentados de 20 %.

Capital Federal, 31 de agosto de 1895. — Antonio Olyntho dos Santos Pires.



## DECRETO N. 2335 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1896

Sujeita à jurisdição da Alfandega de Florianópolis, no Estado de Santa Catharina, a Mesa de Rendas de Itajahy, no mesmo Estado, e marca-lhe as respectivas attribuições.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade conferida no art. 2º, § 3º, do regulamento que acompanhou o decreto n. 6272, de 2 de agosto de 1876, e tendo em vista as autorisações contidas no decreto legislativo n. 148 A, de 13 de julho de 1893 e art. 8º, n. 3, da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, decreta :

Art. 1.º A Mesa de Rendas de Itajahy, no Estado de Santa Catharina, será de ora em diante considerada estação dependente da Alfandega de Florianópolis, sendo os seus empregados immediatamente subordinados ao inspector da referida Alfandega, com as mesmas attribuições conferidas pela legislação em vigor às Mesas de Rendas de Antonina e S. Francisco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2336 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1896

Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com o art. 7º, n. 11, da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, decreta :

Art. 1.º Os vencimentos, classe e numero dos empregados da Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro, serão os constantes das tabellas A e B, que a este acompanham.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

## A

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados  
da Alfandega de Macahé

Pessoal	Empregos	Ordenado	Gra- tificação	Total de cada emprego	Total de cada classe
1	Inspector .....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Chefes de secção.	3:300\$000	1:700\$000	5:000\$000	10:000\$000
2	Conferentes .....	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000	9:000\$000
2	Primeiros escri- pturarios .....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	8:000\$000
5	Segundos escri- pturarios .....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	15:000\$000
6	Terceiros escri- pturarios .....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	10:800\$000
6	Quartos escri- pturarios .....	900\$000	300\$000	1:200\$000	7:200\$000
1	Guarda-mór ....	3:300\$000	1:700\$000	5:000\$000	5:000\$000
1	Thesoureiro. Que- bras 400\$000..	2:600\$000	1:400\$000	4:400\$000	4:400\$000
2	Fieis .....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	4:000\$000
1	Porteiro .....	1:600\$000	900\$000	2:500\$000	2:500\$000
2	Continuos .....	600\$000	300\$000	900\$000	1:800\$000
1	Administrador de capatazias .....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Fiel de armazem.	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	1:800\$000
33					89:100\$000

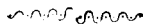
Capital Federal, 3 de setembro de 1896.—*Francisco de Paula  
Rodrigues Alves.*

## B

**Tabella do numero, classe e vencimentos da força dos guardas da Alfandega de Macahé**

Pessoal	Empregos	Soldo	Gra- tificação adicional	Total de cada emprego	Total de cada classe
1	Commandante...	1:400\$000	700\$000	2:100\$000	2:100\$000
1	Sargento.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	1:500\$000
15	Guardas.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	18:000\$000
17					21:600\$000

Capital Federal, 3 de setembro de 1896.—*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



**DECRETO N. 2337 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1896**

Abre ao Ministerio dos Negocios da Fazenda o credito especial de trescentos contos de réis (300:000\$000), para completar o auxilio concedido ao Estado do Piahy pela lei n. 120, de 8 de novembro de 1892.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 8º, n. 8, da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio dos Negocios da Fazenda o credito especial de trescentos contos de réis (300:000\$), para completar o auxilio concedido ao Estado do Piahy pelo decreto legislativo n. 120, de 8 de novembro de 1892.

Art. 2.º A importancia do referido credito será applicada, nos termos do decreto n. 173 A, de 10 de setembro de 1893, ao

pagamento da dívida que o mesmo Estado do Piauí tem para com o Banco da Lavoura e do Commercio do Brazil, sob a responsabilidade da União.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de setembro de 1896, 8.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 2338 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1896

Approva os estudos definitivos e a tabella de preços para execução das obras de duplicação da linha ferrea de Santos a Jundiáhy, inclusive a dos planos inclinados, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *S. Paulo Railway Company, limited*, e

Considerando que, pelos estudos a que procedeu a mesma companhia, ficou verificado ser economicamente inexequível uma linha de locomotivas do systema ordinario para transpôr a Serra do Mar, dentro dos limites fixados pela clausula 17.ª do contracto de 17 de julho de 1895;

Considerando que, de accordo com os pareceres do respectivo engenheiro fiscal e do inspector geral das estradas de ferro, a duplicação dos actuaes planos inclinados, nas condições ora propostas, offerece as vantagens que se tiveram em vista com a novação dos contractos da referida companhia, nos termos do decreto n. 1999, de 2 de abril de 1895;

Considerando que a escolha do traçado exigiu estudos mais demorados do que a princípio se avaliara;

Decreta:

Art. 1.º Ficam approvados os estudos definitivos e a tabella de preços que a este acompanham rubricados pelo director geral de viação da respectiva Secretaria de Estado, para execução das obras de duplicação da linha ferrea de Santos a Jundiáhy, inclusive a dos planos inclinados, modificados estes de acordo com os referidos estudos.

Art. 2.º O plano das obras poderá ser parcialmente modificado na execução, de accordo com o Governo, atin de que o capital total a empregar-se na duplicação da linha não exceda de £ 2,909,000, incluídas as obras a que se referem as clausulas 2.ª, 3.ª, 4.ª, 7.ª, 8.ª, 12.ª e 14.ª do contracto de 17 de julho de 1895.

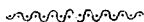
Art. 3.º Para o material importado vigorarão os preços das respectivas facturas, e para a fixação do capital despendido no paiz em valor esterlino, regulará a taxa de cambio do ultimo dia de cada mez para letras bancarias sobre a praça de Londres a 90 dias de vista, quando forem empregados os saldos da companhia. Quando, porém, forem estes insufficientes e a companhia tiver de fazer saques, vigorará a taxa destes para a fixação do valor esterlino.

Art. 4.º Fica prorogado por mais seis mezes o prazo de quatro annos estipulado na clausula 1.ª do decreto n. 1999, de 2 de abril de 1895.

Capital Federal, 3 de setembro de 1896, 8.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 2339 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1896

Publica a adhesão da Noruega á Convenção Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão da Noruega á Convenção Internacional, de 5 de julho de 1890, para a publicação das tarifas aduaneiras, segundo communicou a Legação de Sua Magestade o Rei dos Belgas, por nota verbal de 4 do corrente, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 14 de setembro de 1896, 8.º da Republica.

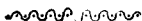
PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dionísio E. de Castro Cerqueira.*

TRADUCÇÃO — Legação da Belgica — N. 275 — Nota verbal — Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1896.

De ordem do seu Governo, a Legação Real da Belgica tem a honra de levar ao conhecimento do Ministerio dos Negocios Estrangeiros do Brazil que a Noruega acaba de notificar ao Governo do Rei a sua adhesão á Convenção Internacional, concluida em Bruxellas a 5 de julho de 1890, para a publicação das tarifas aduaneiras.

Ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica dos Estados Unidos do Brazil.



## DECRETO N. 2340 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1896

Abre o credito de oito mil e quinhentos contos de réis (8.500:000\$)  
ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

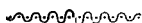
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando das attribuições que lhe confere o § 11 n. 3 art. 6º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de oito mil e quinhentos contos de réis (8.500:000\$) para indemnizar a Companhia Metropolitana pela rescisão do contracto celebrado a 2 de agosto de 1892 para a introdução de um milhão de immigrants procedentes da Europa e possessões portuguezas e hespanholas, de accordo com o termo assignado na Secretaria de Estado do referido Ministerio a 5 do corrente mez.

Capital Federal, 14 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2341 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1896

Declara caduca a concessão do privilegio para construção, uso e gozo do ramal ferreo do Cruzeiro a Santa Cruz, feita pelo decreto n. 436 E, de 4 de julho de 1891.

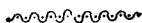
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia Viação Rio e S. Paulo, concessionaria do ramal ferreo do Cruzeiro a Santa Cruz pelo decreto n. 436 E, de 4 de julho de 1891, deixou de executar os trabalhos de construção dentro dos prazos ja exgotados, estabelecidos na clausula III do referido decreto, nem sequer apresentado os estudos definitivos á approvação do Governo, decreta:

Artigo unico. E' considerada caduca a concessão do privilegio feita pelo decreto n. 436 E, de 4 de julho de 1891, á Companhia Viação Rio e S. Paulo, para construção, uso e gozo por 60 annos de um ramal ferreo do Cruzeiro a Santa Cruz.

Capital Federal, 17 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2342 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 34:000\$, supplementar á verba 17ª do art. 4º da lei n. 359 de 30 de dezembro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 386 desta data, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Marinha o credito de 34:000\$, supplementar á verba 17ª do art. 4º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, destinada á aquisição de oleos, mechas e chaminés.

Capital Federal, 17 de setembro de 1895, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 2343 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 123:950\$ necessario para aquisição de moveis, trilhos,apparelhos, embarcações, etc., destinados á Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida ao Poder Executivo no § 5º do art. 8º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895 e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892;

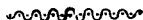
Decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito na importancia de cento e vinte e tres contos novecentos e cinquenta mil réis (123:950\$), necessario para aquisição de moveis, trilhos, apparelhos, embarcações, etc., destinados á Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.

Capital Federal, 21 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2344 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 331:018\$428, supplementar á verba 17<sup>a</sup> do art. 7º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 357 desta data,

Decreta :

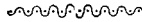
Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de 336:018\$428, supplementar á verba 17<sup>a</sup> do art. 7º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, — Empregados das Repartições extinctas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de setembro de 1895, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2345 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 5.522:847\$682 á verba — Reposições e restituições — para pagamento da divida da União para com o Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 388 desta data,

Decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de cinco mil quinhentos e vinte e dous contos oitocentos quarenta e sete mil seiscentos e oitenta e dous réis (5.522:847\$682) á verba — Reposições e restituições — art. 7º n. 29 da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, para pagamento da divida liquidada proveniente de impostos arrecadados pela União e pertencentes ao Estado de S. Paulo, na forma da Constituição Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



Sr. Presidente da Republica — Não se tendo dado até a presente data execução ao art. 3º da lei n. 266, de 3 de dezembro de 1894, que autorizou o Governo a reconduzir aos Estados a que pertencessem os presos recolhidos ao presidio de Fernando de Noronha cerca de 500 presos que, até terem destino, não podem deixar de ser mantidos pela União e bem assim que a lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, não incluiu credito algum para as respectivas despesas, torna-se necessario o credito extraordinario de 102:599\$200, para o custeio do referido presidio, durante o segundo semestre do corrente anno.

Submetto, pois, á vossa assignatura o decreto junto.

Capital Federal, 21 de setembro de 1896. — *Alberto de Seixas Martins Torres.*

#### DECRETO N. 2346 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 102:599\$200, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, durante o segundo semestre do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que até a presente data não foi possível dar inteira execução ao art. 3º da lei n. 266, de 3 de dezembro de 1894 ;

Considerando que ainda existem no presidio de Fernando de Noronha cerca de 500 presos que, até terem conveniente destino, não podem deixar de ser mantidos pela União ;

Considerando, finalmente, que a lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, não incluiu credito algum para o seu custeio :

Resolve, tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1116, de 17 de dezembro de 1892, abrir o credito extraordinario de 102:599\$200, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha durante o segundo semestre do corrente anno.

Capital Federal, 21 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*

**Demonstração do credito de 102:599\$200, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, durante o segundo semestre de 1896.**

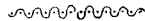
PESSOAL

Para pagamento dos vencimentos do pessoal..... 6:599\$200

MATERIAL

Sustento para 500 presos.....	91:500\$000	
Gratificação a sentenciados operarios .....	2:000\$000	
Medicamentos e dietas.....	2:500\$000	96:000\$000
		<hr/> 102:599\$200

Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado dos Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, 21 de setembro de 1896.— O director geral, *José Carlos de Souza Bordini*.



DECRETO N. 2347 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1896

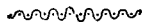
Concede ao Gymnasio da Bahia as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmas de ensino e modo por que são executados no Gymnasio da Bahia, reorganizado de accordo com o regulamento annexo ao decreto n. 1652, de 15 de janeiro de 1894, pela lei estadual n. 117, de 24 de agosto de 1895 e acto do Governador do Estado de 4 de outubro do mesmo anno, resolve conceder áquelle estabelecimento de instrucção, na fórma do disposto no decreto n. 1389, de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891 e 38 paragrapho unico do de n. 981, de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 21 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



## DECRETO N. 2348 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 7:707\$ á verba — Alfandegas, art. 7º n. 12 do orçamento de 1895, para occorrer á despesa da Alfandega do Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 389 desta data,

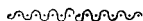
Decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 7:707\$ á verba Alfandegas — art. 7º n. 12 do orçamento de 1895, para occorrer á despesa da Alfandega do Estado do Espirito Santo; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de setembro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2350 (\*) — DE 24 DE SETEMBRO DE 1896

Approva a reforma dos estatutos da companhia Geral de Commercio e Industria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Commercio e Industria, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. Fica approvada a reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas realizada a 8 de agosto ultimo e mediante o cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 91 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Capital Federal, 24 de setembro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



---

(\*) O decreto n. 2349 não foi publicado.

## DECRETO N. 2351 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1896

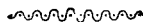
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 350, de 30 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar do setenta e seis contos e duzentos mil réis (76:200\$), sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados — afim de occorrer ao pagamento das despezas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a prorrogação da actual sessão legislativa até 14 de outubro proximo futuro.

Capital Federal, 24 de setembro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



## DECRETO N. 2352 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos Senadores — e 477:000\$ á verba Subsidio aos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 350, de 30 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de seiscentos e dezoito contos setecentos e cinquenta mil réis (618:750\$), sendo 141:750\$ á verba — Sub-

sidio aos Senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio aos Deputados — afim de occorrer ao pagamento das despesas com o subsídio aos senadores e deputados, durante a prorrogação da actual sessão do Congresso Nacional até 14 de outubro proximo futuro.

Capital Federal, 24 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



DECRETO N. 2354 (\*) — DE 28 DE SETEMBRO DE 1896

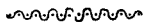
Concede ao Lyceo Maranhense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo as informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo Federal sobre os programmaes de ensino e modo por que são executados no Lyceo Maranhense, resolve conceder a este estabelecimento de instrucção, na forma do disposto no decreto n. 1389 de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891 e 38 paragrapho unico do de n. 981 de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 28 de setembro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



---

(\*) O decreto n. 2353 não foi publicado.

## DECRETO N. 2355 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1896

Autorisa a elevação, até o máximo de £ 200.000, do Capital fluctuante a que se refere a clausula 13<sup>a</sup> do accordo celebrado a 6 de novembro de 1873 com a *S. Paulo Railway Company, limited*.

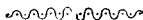
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Fica autorizada a elevação, até o máximo de £ 200.000, do capital fluctuante a que se refere a clausula 13<sup>a</sup> do accordo celebrado a 6 de novembro de 1873 com a *S. Paulo Railway Company, limited*, approvado pelo decreto n. 5525 de 7 de janeiro de 1874 e modificado pelo de n. 8092 de 14 de maio de 1881.

Capital Federal, 2 de outubro de 1896, 8<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2356 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1896

Approva as despesas realizadas pela *S. Paulo Railway Company, limited*, com a Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, de 1 de janeiro de 1892 a 16 de julho de 1895, na importancia de £ 233.008-3-1.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as despesas autorizadas e realizadas pela mesma companhia com melhoramentos da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, de 1 de janeiro de 1892 a 16 de julho de 1895, na importancia total de £. 233.008-3-1, para ser levada à conta do capital de construcção, nos termos do § 1<sup>o</sup> da clausula 7<sup>a</sup> das que acompanham o decreto n. 1999, de 2 de abril de 1895.

Capital Federal, 2 de outubro de 1896, 8<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2357 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1893

Concede autorisação à *The Nacional Brazilian Harbour Company, Limited*, para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Nacional Brazilian Harbour Company, Limited*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação à *The Nacional Brazilian Harbour Company, Limited* para funcionar na Republica, limitando-se porém aos trabalhos de melhoramento do porto de Jaraguá, no Estado das Alagoas, sob as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas; ficando os outros serviços mencionados nos respectivos estatutos dependentes de nova autorisação do Governo Federal.

Capital Federal, 5 de outubro de 1893, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2357 desta data**

I

A *The Nacional Brazilian Harbour Company, Limited*, é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos, e a jurisdicção de seus tribunaes judiciaes ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente autorisação.

III

Nenhum artigo dos estatutos poderá ser entendido ou interpretado em sentido contrario ás clausulas do contracto celebrado

com o Governo Federal, o qual prevalecerá sempre, quaesquer que sejam os termos e a intelligencia das disposições dos mesmos estatutos.

## IV

Fica dependente de autorização do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer em seus estatutos.

Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcíonar na Republica si infringir esta clausula.

## V

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de duzentos mil réis (200\$) a dous contos de réis (2:000\$000).

Capital Federal, 5 de outubro de 1896. — Antonio Olyntio dos Santos Pires.

Eu abaixo assignado John Venn, tabellião publico da cidade de Londres por nomeação real, devidamente juramentado e em exercicio:

Certifico que a traducção em idioma portuguez que vae aqui annexa sob o sello do meu officio é versão fiel e conforme o exemplar official da escriptura de contracto social e estatutos da sociedade *The Nacional Brazilian Harbour Company, limited*, que vae tambem aqui annexo de igual modo e que o dito exemplar official levando a paginas nove quarenta e oito assignaturas que, sendo nesta data posta perante mim reconheço e certifico ser verdadeira do Sr. Ernest Cleave, ajudante archivista de sociedades anonymas na Inglaterra, tem todas as provas de authenticidade que exigem as leis inglezas e em virtude do exposto os referidos exemplar official, assignatura e traducção são todos dignos de toda a fê e credito, tanto nos tribunaes de justiça como fóra delles.

Em testemunho do que, para fazer constar onde convier e para todos os effeitos legais, passo o presente que assigno e faço sellar com o sello do meu dito officio em Londres aos vinte e um de julho de mil oitocentos e noventa e seis. — John Venn, notario publico.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de John Venn, tabellião publico nesta cidade, e, para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente, que assignei, liguei com o documento junto, por mim numerado e rubricado, e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos vinte e oito de julho de mil oitocentos e noventa e seis. — Casimiro Dias Vieira Junior, consul.

TRADUÇÃO — *Certidão de incorporação de uma companhia*  
(*estampilha e sello*)

Pela presente certifico que a sociedade *The Nacional Brazilian Harbour Company, limited*, foi incorporada de conformidade com as leis de sociedades anonymas dos annos de 1862 a 1890, como sociedade de responsabilidade limitada, no dia 17 de julho de 1896.

Dada sob a minha assignatura em Londres, aos dias 21 de julho de 1896. — *Ernest Cleave*, ajudante archivista de sociedades anonymas — Leis de 1862, relativas a sociedades anonymas secc. 174.

Eu abaixo assignado John Venn, tabellião publico da cidade de Londres, por nomeação real devidamente juramentado e em exercicio: Certifico que a traducção que precede é versão fiel e conforme a certidão de incorporação que vae aqui annexa sob o sello de meu officio, e que a dita certidão, estando revestida da assignatura que reconheço ser a propria e verdadeira do Sr. Ernest Cleave, ajudante archivista de sociedades anonymas de Inglaterra, o qual nesta data a subscreveu perante mim, tem todas as provas de authenticidade que exigem as leis inglezas e em virtude do exposto as ditas assignatura, certidão e traducção são todas dignas de toda fé e credito, tanto nos tribunaes de justiça como fóra delles.

Em testemunho do que, para fazer constar onde convier e para todos os effeitos legais, passo a presente que assigno e sello com o sello do meu dito officio, em Londres, aos 21 de julho de 1896. — *John Venn*, notario publico.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de John Venn, tabellião publico nesta cidade, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente que assignei, liguei com o documento junto por mim numerado e rubricado, e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 28 de julho de 1896. — *Casimiro Dias Vieira Junior*, consul.

Tradução — Leis de 1862 a 1893 relativas ás companhias — *The Nacional Brazilian Harbour Company, limited* — Contracto social e estatutos, registrados em 17 de julho de 1896 — Norton, Rose, Norton & Co, 10, Victoria Street, Westminster. S. W.; e 57 1/2, Old Broad Street, E. C.

Leis das companhias, anno de 1862 a 1893 — Sociedade de responsabilidade limitada por accções — Contracto social da « *The Nacional Brazilian Harbour Company, limited* ».

1. O nome da companhia é *The Nacional Brazilian Harbour Company limited*.

2. A séde social da companhia será situada na Inglaterra.

3. Os fins para os quaes se estabelece esta companhia são :

a) Comprar e adquirir uma concessão outorgada a Luiz Felipe Alves da Nobrega e Carlos Dias Oliveira, por decreto do Governo brasileiro, n. 904, de 18 de outubro de 1890, ampliada pelo decreto n. 808 de 4 de maio de 1892, pela lei de 30 de dezembro de 1893, decreto n. 2228 de 6 de fevereiro de 1896, e o contracto celebrado com o Governo brasileiro e datado de 1 de novembro de 1890, para o melhoramento do porto de Jaraguá, nos Estados Unidos do Brazil.

b) Comprar e adquirir quaesquer outras concessões já outorgadas ou que o sejam pelo Governo brasileiro para a execução de quaesquer obras publicas no Brazil, seja qual for a descripção de taes obras publicas.

c) Fazer ajustes com o Governo para a modificação, prolongamento ou variação de quaesquer concessões outorgadas actualmente ou no futuro pelo Governo do Brazil.

d) Obter o devido reconhecimento da companhia no Brazil.

e) Comprar, adquirir, arrendar ou possuir terrenos, salitraes, estabelecimentos iodosos, diques, armazens, machinas, materiaes fixos, edificios, accessorios e construcções no Brazil, e solicitar, obter, comprar, arrendar e adquirir de qualquer outro modo e de tempos a outros quaesquer concessões ou bens no Brazil.

f) Explorar, exercer e dar o devido effeito e applicação aos bens, emprezas, concessões, direitos e negocios que de tempos a outros forem adquiridos pela companhia, e fazer e celebrar contractos mancommunadamente ou em separado com quaesquer companhias, firmas ou pessoas com o fim de dar execução ou relativamente a quaesquer dos objectos da companhia.

g) Empreender e fazer no Brazil e em quaesquer outros logares os negocios de proprietarios de docas, portos, caes de cargas e descargas, trapiches, chatas, lanchas e todos os outros negocios que possam ser convenientemente feitos em relação com os negocios de proprietarios de docas e portos.

h) Adquirir, comprar, arrendar, permutar e de outro modo obter, possuir e manter todos os terrenos, fabricas, edificios e accessorios, e todos os negocios, chaves de negocios, moveis, existencias, e outros bens mobiliarios e immobiliarios, direitos ou privilegios necessarios ou convenientes para os fins sociaes.

i) Comprar, armar, fretar, dar ou tomar de aluguel e de outro modo obter a posse, uso e direito de dispor de navios, lanchas, chatas, e barcos de todas as especies, locomotoras, carros, vagões e material circulante, e fornecer quaesquer outros meios para a conducção de mercadorias e moveis de todas as especies.

j) Requerer, obter e adquirir por compra, arrendamento ou de outro modo, usar, dispor e conceder licenças e autorisações, para o uso e disposição de invenções, cartas patentes, privilegios de invenção, licenças, protecções, registros, concessões, leis e autorisações para ou relativamente a invenções, marcas de fabrica, e outros privilegios e direitos exclusivos e não exclusivos que digam respeito a todos ou quaesquer dos negocios ou opera-

ções sociaes, ou quaesquer beneficios ou interesses nos mesmos de qualquer maneira e sob quaesquer condições.

b) Construir, estabelecer, manter e explorar quaesquer estradas, caminhos, linhas telegraphicas, telephonicas e electricas, operações em pedreiras e minas ou para melhoramento do terrenos, preparar, manufacturar ou dar qualquer outra applicação aos productos de taes pedreiras ou minas, construir linhas ferreas de bonds e canaes, ou adquirir docas, diques, trapiches, caes de desembarque, molhes, armazens, viaductos, aqueductos e todas as especies de serviços de condução terrestre, e todas as especies de embarcações para serviços de condução aquatica e em geral construir ou adquirir quaesquer construcções, obras e empresas, quer de natureza publica, quer de particular, e fazer todas as outras operações cujo estabelecimento ou exploração se considerar vantajoso ou conveniente em relação aos objectos sociaes.

l) Crear capitaes ou tomar dinheiro emprestado, mediante quaesquer hypothecas, *debentures*, valores, hypothecarios ou obrigações da companhia ao par, premio ou desconto, quer sejam amortisaveis, não amortisaveis ou perpetuos garantidos por todas ou qualquer parte das empresas, receitas e bens da companhia, presentes e futuros, incluindo o seu capital não cobrado ou as prestações não integralisadas da companhia, ou com ou sem qualquer garantia ou por qualquer outro meio que a companhia determinar de tempos a outros, e permutar ou converter quaesquer de taes garantias de tempos a outros.

m) Fazer, saccar, acceitar, endossar, emitir, assignar e outorgar escriptos de divida, letras de cambio, e outros valores, escripturas e instrumentos de toda e qualquer descripção.

n) Pagar todos os gastos preliminares e incidentes a organização, formação, estabelecimento e registro da companhia ou de qualquer outra companhia organizada, formava, estabelecida ou registrada pela companhia e todas as corretagens, descontos e outros gastos que se considerem convenientes para collocar todas ou quaesquer das acções e *debentures*, ou outras obrigações da companhia ou de qualquer companhia organizada, formava, estabelecida ou registrada por ella.

o) Pagar ou fazer pagar juros, durante a construcção de quaesquer obras da companhia e antes de serem realizados quaesquer lucros sobre qualquer capital em acções ou obrigações da companhia e repartir por via de dividendos quaesquer juros recebidos do Governo brasileiro de conformidade com a sua garantia e tratar taes juros com lucros sociaes realizados.

p) Dar todos os passos (havendo-os a dar) que forem convenientes para a companhia obter domicilio legal em qualquer paiz ou logar, em que fizer ou desejar fazer negocios, e requerer ou obter quaesquer alvarás régios, cartas de lei, lei parlamentar ou congressal, ou despachos de camaras de commercio, e leis de repartições de Governos estrangeiros ou locais, que se considerem necessarios ou convenientes para habilitar a companhia a levar a effeito quaesquer de seus objectos.

q) Fazer e celebrar contractos ou ajustes de exploração, sociedade ou outros com quaesquer Governos ou autoridades supremas, municipaes, locaes ou outras, ou com qualquer companhia, firma ou pessoa em relação a quaesquer dos fins da companhia ou ao desenvolvimento dos seus negocios ou dos seus bens, e requerer e obter qualquer lei parlamentar ou congressal, concessão, decreto, ordem ou outra autorisação legitima ou sufficiente que habilite a companhia a levar a effeito quaesquer dos seus objectos ou para effectuar qualquer reorganisação da companhia, ou qualquer modificação da constituição social ou para qualquer outro proposito que for ou pareça conducente a quaesquer dos objectos da companhia.

r) Vender todos ou qualquer parte dos bens sociaes total ou parcialmente a dinheiro ou por acções ou obrigações de qualquer outra companhia, e repartir entre accionistas qualquer preço obtido em especie.

s) Fazer qualquer combinação, obrar, unir-se, ou amalgamar-se com, ou comprar ou absorver qualquer outra companhia, corporação, sociedade, firma ou empresa, quer no Reino Unido, America Meridional, quer em outra parte, sob quaesquer condições ou restricções, e com ou sem garantias para o cumprimento de quaesquer obrigações especiaes por qualquer outra companhia ou pessoa, com objectos identicos ou semelhantes ao desta companhia ou a qualquer delles, ou que possua bens convenientes para os propositos desta companhia.

t) Criar e emittir quaesquer acções ou emittir acções que formem parte do capital inicial da companhia, divididas em diferentes classes e tendo quaesquer direitos respectivos, prelações, graduações, garantias ou privilegios, quer fixos, fluctuantes, ou contingentes, amortisaveis ou não, quer relativamente ao capital ou aos dividendos, quer a ambos, e emittir-as ao par, a premio ou a desconto, e emittir e adjudicar acções creditadas como parcial ou plenamente integralisadas, de conformidade com qualquer contracto ou ajuste.

u) Depositar dinheiro em bancos e estabelecimentos de credito, e emprestar e empregar dinheiros sobre quaesquer garantias e valores na Europa, America Meridional e outras partes, segundo melhor entenderem os directores da companhia, e, quando os directores assim o julgarem conveniente, em nome de fidei-commisarios.

v) Praticar todos os actos, assumptos e cousas que forem incidentes ou conducentes por qualquer forma á consecução de qualquer ou de cada um dos objectos mencionados acima.

4. E' limitada a responsabilidade dos accionistas.

5. O capital nominal da companhia é de £ 560.000, dividido em 28.000 acções de £ 20 cada uma, com direito a todos os privilegios e prerogativas constantes dos estatutos sociaes em vigor em qualquer época.

Nós, as varias pessoas cujos nomes e direcções vão subscriptos, desejamos organizar-nos em uma companhia de conformidade

com este contracto social, e respectivamente concordamos em assignar o numero de acções do capital social que vae indicado ao lado dos nossos nomes respectivos.

Nomes, direcções e qualidades dos assignantes	N. de acções ordinarias assignadas por cada signatario.
Jozua Frenkel, 135, Ashley Gardens, S. W., capitão de engenheiros do exercito da India Hollandeza .....	Uma
Albert Johan Franken, 85, Jermyn Street, W., empregado do commercio.....	»
Jacob Steineman, 8, Cedars Avenue, Walthamstow, secretario .....	»
George Windsor Harrison Daniells, 74, Rutland Road, East Ham, empregado do commercio.....	»
Thomas Christopher Richards, 5, Prideaux Road, Stockwell Road, S. W., empregado do commercio.....	»
James William Ward, 14, Marny Road, Clapham Common, S. W., empregado de solicitador.....	»
William George Hardy, 2, Rush Hill Road, Clapham, S. W., empregado do commercio .....	»

Em data dezoete de julho de 1896.

Testemunha das assignaturas supra. -- *A. G. Ferrers Guy*, 57 ½, Old Broad Street, Londres, E. C., empregado dos Srs. Norton, Rose, Norton & C., solicitedores, 57 ½, Old Broad Street, E. C.

E' exemplar conforme. — *Ernest Cleave*, ajudante archivista de companhias anonimas (estampilha).

### **Estatutos da « The National Brazilian Harbour Company, Limited »**

#### **I — INTERPRETAÇÃO**

Art. 1.º Na interpretação da presente escriptura, as seguintes palavras e expressões teem o sentido seguinte, salvo si o excluir o assumpto ou contexto:

(a) «A companhia» significa a sociedade denominada «The National Brazilian Harbour Company, limited».

(b) O «Reino Unido» quer dizer o Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda.

(c) «As leis» quer dizer e incluye as leis relativas a companhias dos annos de 1862 a 1893 e todas e quaesquer outras leis em vigor de tempos a outros, referentes a sociedades anonymas, e que necessariamente digam respeito á companhia.

(d) «A presente escriptura» significa e comprehende o contracto social, os estatutos e os regulamentos da companhia que vigorarem de tempos a outros e constituirá a regra da companhia.

(e) «Deliberação especial» quer dizer uma deliberação especial da companhia, votada de accordo com a secção 51 da lei de 1862 relativa ás companhias.

(f) O «capital», «acções» e «debentures» significam respectivamente o capital, acções e debentures da companhia, existentes de tempos a outros, e os «debentures» incluem os valores hypothecarios e obrigações de todas as especies.

(g) «Prestação» ou numerario pagavel por conta de uma ou mais «prestações» cobradas incluirá os dinheiros pagaveis com respeito ás acções, de conformidade com as condições da adjudicação.

(h) «Accionistas» significa os proprietarios nominativos de acções da companhia ou os portadores de titulos de acções respectivamente.

(i) «Titulos de acções» significa titulos emitidos com referencia ás acções ou valores fraccionarios da companhia, de conformidade com a lei de 1867 relativa a sociedades anonymas, e com a presente escriptura.

(j) «Directores» quer dizer os administradores da companhia em exercicio de tempos a outros, ou, conforme for o caso, a directoria reunida em conselho.

(k) «Conselho» quer dizer uma sessão da directoria devidamente convocada e constituida, ou, conforme for o caso, os directores reunidos em conselho.

(l) «Revisores de contas», «fidei-commissarios» e «secretario» significam respectivamente estes diferentes officiaes da companhia em exercicio de tempos a outros.

(m) «Assembléa ordinaria e assembléa extraordinaria» significam respectivamente uma assembléa geral ordinaria e uma assembléa geral extraordinaria da companhia devidamente convocada e constituida, e quaesquer sessões adiadas dellas.

(n) «Assembléa geral» quer dizer uma assembléa ordinaria ou uma assembléa extraordinaria.

(o) «Escriptorio e sello» quorem dizer respectivamente o escriptorio da séde social e o sello social que a companhia tiver de tempos a outros.

(p) «Mez» quer dizer um mez civil.

(q) As palavras que só signifiquem o numero singular incluem o plural.

(r) As palavras que signifiquem sómente o numero plural incluem o singular.

(s) As palavras que signifiquem sómente o genero masculino incluem o feminino.

## II — CONSTITUIÇÃO

Art. 2.º Os artigos da tabella A da lei de sociedades anonymas, appo de 1862, não serão applicaveis á companhia, excepto na parte que for repetida ou contida nestes estatutos mas em vez della serão os seguintes os regulamentos da companhia, sujeitos, porém, a todas as revogações e alterações legitimas.

## III — NEGOCIOS

Art. 3.º Os negocios da companhia comprehenderão todos os negocios mencionados ou incluso no contracto social e todas as materias incidentes, e poderão começar logo que assim o entenda a directoria, não obstante o facto de que não tenha sido assignada a totalidade do capital.

Art. 4.º Os negocios serão feitos pelos ou sob a fiscalisação dos directorqs e de conformidade com os regulamentos que prescrever o conselho de tempos a outros, sujeito sómente ao dominio das assembléas geraes que indicar a presente escriptura.

Art. 5.º Não poderão os directores empregar os fundos sociaes nem parte alguma dos mesmos na compra ou em empréstimos garantidos pelas acções da companhia.

Art. 6.º A gerencia principal e a direcção ou fiscalisação geral dos negocios sociaes terão logar em Londres, e poderá haver quaesquer conselhos ou agencias no Brazil ou outro paiz que o conselho nomear de tempos a outros.

Art. 7.º Nenhuma pessoa, excepto o conselho e as pessoas que estes autorisar, e que obrarem dentro dos limites das autorisações que lhes forem conferidas, terá o direito de fazer, acceitar ou endossar qualquer escripto de divida ou letra de cambio, ou outro valor cotisavel em nome ou em representação da companhia, e nenhuma pessoa salvo si for expressamente autorisada pelo conselho, e obrar dentro dos limites das autorisações que lhe forem conferidas, terá o direito de celebrar qualquer contracto que imponha qualquer responsabilidade sobre a companhia ou que por outra fôrma obrigue o credito da companhia.

Art. 8.º A séde social será em qualquer logar, em Londres ou outra parte da Inglaterra que a directoria indicar de tempos a outros.

Tambem poderá haver succursaes no Brazil ou outros logares que o conselho designar de tempos a tempos.

## IV — OS PRIMEIROS OFFICIAES

Art. 9.º Os primeiros directores são nomeados pelos signatarios do contracto social, por documento escripto e assignado por elles ou pela maioria delles.

Enquanto não se der tal nomeação dos primeiros directores, os signatarios do contracto social obrarão como directores da companhia, mas não terão a obrigação nem se lhes exigirá que venham a habilitar-se para poderem obrar assim as pessoas nomeadas para primeiros directores.

Poderão obrar como directores da companhia, não obstante que tenham interesses com qualquer vendedor ou pessoa que celebre contracto com a companhia.

#### V — CAPITAL

Art. 10. O capital em acções da companhia é de £ 560.000, dividido em 28.000 acções de £ 20 cada uma.

Art. 11. As certidões das acções e valores fraccionarios e os titulos de acções ou coupons poderão ser pelas quantias, em moeda corrente em qualquer paiz que o conselho entender como equivalente das mesmas quantias em moeda ingleza.

Art. 12. Poderá o conselho de tempos a outros crear dinheiro ou tomal-o emprestado mediante a emissão de quaesquer hypothecas, debentures, valores hypothecarios ou obrigações da companhia, ao par, a premio ou a desconto, amortisaveis, não amortisaveis, ou perpetuos, garantidos por toda ou qualquer parte da empreza, receitas e bens da companhia, presentes e futuros, comprehendendo quaesquer juros garantidos a receber do Governo brasileiro, capital social não cobrado ou as prestações não satisfeitas ou sem taes garantias.

Tal emprestimo ou emprestimos serão pelas importancias que a directoria determinar de tempos a outros, contando que o valor total do dinheiro creado ou tomado emprestado não exceda de £ 1.400.000, em uma época qualquer, sem a sancção da assembléa geral.

Art. 13. Em additamento à referida somma de £ 1.400.000 poderá o conselho do mesmo modo crear dinheiro ou tomal-o emprestado, sujeito ao que dito fica, entendendo-se, porém, que a importancia total creada ou tomada a emprestimo não exceda de £ 25.000, em uma época qualquer, sem a sancção da assembléa geral.

Art. 14. As certidões de valores hypothecarios, os debentures, hypothecas e obrigações poderão ser pagaveis ao portador e poderão ir munidos de coupons que representem os juros pagaveis sobre elles.

Art. 15. A companhia poderá de tempos a tempos, por deliberação da assembléa geral, modificar as condições constantes do contracto social de modo a consolidar o seu capital ou parto do mesmo em acções de maior valor ou subdividir as acções.

Art. 16. Poderá a companhia de tempos a outros modificar as condições contidas no contracto social de qualquer outro modo que as leis autorizem.

## VI — ACÇÕES

Art. 17. Todas as acções serão bens mobiliarios, são transmissíveis como taes, e serão indivisíveis, exceptuando-se as disposições em outro sentido aqui contidas.

Art. 18. Poderá o conselho em qualquer época e de tempos a outros emittir qualquer parte do capital em acções que em qualquer tempo estiver por emittir e quaesquer novas acções que poderão ser creadas, a favor das pessoas, nas proporções, pela forma, e aos preços, a mais ou menos do par, segundo melhor entender a directoria.

Art. 19. Poderá a companhia de tempos a outros, por deliberação da assembléa geral, augmentar o capital social, emittindo novas acções do valor que entender.

Art. 20. Poderá também a companhia, em qualquer tempo, por deliberação da assembléa geral, determinar que quaesquer acções então por emittir, sejam emittidas como pertencentes ou não á mesma classe que as acções em circulação a esse tempo como pertencentes a uma ou mais classes e poderá dar a estas acções qualquer privilegio, preferencia ou garantia especial, seja fixo, fluctuante ou contingente, amortisavel ou não, com relação ao pagamento de dividendos ou juros ou amortisação do capital sobre as acções da companhia então existentes ou por outra forma.

Art. 21. Qualquer capital creado por meio de novas acções, salvo si a companhia determinar o contrario, quando ellas forem creadas, será considerado como parte do capital inicial e ficará sujeito ás mesmas disposições em todos os sentidos, quer seja em relação ao pagamento de prestações, quer á confiscação das acções por falta de pagamento de prestações ou de outro modo, como si tivesse formado parte do capital inicial.

## VII — TRANSFERENCIA DE ACÇÕES

Art. 22. Sujeito ao exercicio do direito que por lei a companhia tem para emittir titulos de acções ao portador e a quaesquer regulamentos da companhia applicaveis á materia, as acções só poderão ser transferidas por escriptura outorgada pelo cedente e pelo cessionario e devidamente averbada no registro de transferencias. A fórmula geral e de costume para transferencias será sufficiente.

Art. 23. O registro de transferencias ficará ao cuidado do secretario sob o dominio do conselho.

Art. 24. Nenhuma pessoa poderá, sem o consentimento do conselho, constituir-se ou fazer-se inscrever como accionista a respeito de qualquer acção, cujo valor não tenha sido integralizado.

Art. 25. Nenhum menor ou interdito poderá ser inscripto como proprietario de qualquer acção.

Art. 26. A pessoa que vier a ter direito a uma acção em virtude de transmissão de interesses na forma da lei não se constituirá accionista em consequencia ; si, porém, se comprovar o seu direito ao conselho, poderá ser inscripta como proprietaria da acção ou poderá transferil-a a qualquer pessoa, contanto que tal pessoa mereça a approvação da directoria, nos casos de acções não integralisadas ; e ficando entendido tambem que o syndico de uma quebra ou da liquidação dos negocios de um accionista não terá, como tal, o direito de fazer-se inscrever, mas comprovando o seu direito ao conselho, poderá transferir a sua acção ou acções.

Art. 27. Não poderá effectuar-se a transferencia de uma acção qualquer sem que se pague à companhia uma taxa de transferencia na importancia de um *schilling*, ou qualquer outra quantia menor que o conselho indicar.

Art. 28. A companhia não ficará obrigada nem reconhecerá interesse algum equitativo contingente, futuro ou parcial sobre qualquer acção nem qualquer outro direito a respeito de uma acção sinão um direito absoluto a ella por parte da pessoa que de tempos a outros estiver inscripta como proprietaria della, salvo o direito tambem de qualquer pessoa, que reclamar a transmissão de interesses na forma da lei, para constituir-se accionista de conformidade com esta escriptura, a respeito de qualquer acção ou para que esta lhe seja transferida.

Art. 29. A companhia terá o primeiro e principal direito de retenção e de garantia sobre todas as acções não integralisadas pertencentes a qualquer accionista relativamente a qualquer quantia devida à companhia por elle, quer só, quer em união com qualquer outra pessoa, e tenha-se ou não vencido o seu pagamento ; e nos casos em que uma acção pertença a mais de uma pessoa, a companhia terá um identico direito de retenção e de garantia sobre ella a respeito de todas as importancias que lhe forem devidas por todos ou qualquer dos seus proprietarios.

Art. 30. Poderá fazer-se valer este direito de retenção vendendo-se todas ou quaesquer de taes acções, contanto que não se faça uma tal venda sinão por deliberação do conselho, depois de expedir-se aviso por escripto ao accionista ou aos seus testamentarios ou administradores, exigindo-se-lhes o pagamento da quantia devida à companhia nessa época, e faltando elles ao pagamento das quantias cobradas dentro de um mez a partir da data do aviso, ou poderá o conselho, si assim o entender, em vez de vender as acções, confiscal-as, de conformidade com as disposições abaixo consignadas.

Art. 31. No caso de uma tal venda terá o conselho o poder de transferir as acções de tal accionista ao comprador, mediante escriptura carimbada com o sello, e de destinar o producto da venda, depois de pagos os gastos correspondentes, para a satisfação da mesma divida ou de qualquer parte della, e o saldo (havendo-o) será entregue ao accionista, seus testamentarios, administradores ou subrogados.

Art. 32. Nenhuma pessoa poderá ser inscripta como cessionaria de uma acção sinão depois que a escriptura de transferencia, devidamente outorgada, tiver sido entregue ao secretario para conservar-se nos archivios sociaes, mas sendo exhibida a qualquer pedido razoavel, e sinão depois de paga a taxa de transferencia prevenida ou de accordo com o artigo precedente, porém em qualquer caso em que não se deva insistir neste artigo, a juízo do conselho, poder-se-ha dispensar d'elle.

#### VIII — CERTIDÕES DE ACÇÕES

Art. 33. As certidões das acções serão carimbadas com o sello, assignadas pelo menos por um director e referendadas pelo secretario.

Art. 34. Cada accionista terá direito a uma certidão por todas as suas acções ou a varias certidões, cada uma por certa parte de suas acções, designando cada certidão o numero distinctivo das acções a que se refere.

Art. 35. No caso de deteriorar-se, perder-se ou destruir-se uma certidão, poderá ser renovada, dando-se ao conselho as provas que o satisfaçam de haver-se ella deteriorado, perdido ou destruido, dando-se a indemnisação, havendo-a, que o conselho considerar adequada, e fazendo-se no livro das actas dos seus trabalhos um assento referente a taes provas, bem como a tal indemnisação.

Art. 36. Todos os accionistas originaes terão direito, na occasião da adjudicação, a uma certidão gratis por todas as acções que lhes forem adjudicadas, mas em todos os outros casos, quando assim o entender a directoria, pagar-se-ha um *schilling* a companhia por cada uma das certidões.

#### IX — TITULO DE ACÇÕES

Art. 37. Sujeito, e nos termos e condições e sob as disposições mencionadas mais abaixo, e de conformidade com as leis, a companhia poderá emittir titulos de acções relativamente a quaesquer acções ou valores integralisados, expondo elles que o portador de cada titulo tem direito ás acções ou valores nelle especificados.

Os titulos de acção serão carimbados com o sello, assignados por um director pelo menos, e referendados pelo secretario.

Art. 38. Os titulos de acções serão pelo numero de acções, ou pela importancia de valores e na lingua e pela forma que melhor entender o conselho.

O numero distinctivo que originalmente pertencia a cada acção irá indicado em cada titulo de acções que represente as acções,

Art. 39. O portador de um titulo em qualquer época (sujeito aos regulamentos da companhia que a esse tempo lhes forem

applicaveis) será accionista da companhia com relação ás acções ou valores mencionados em tal titulo.

Art. 40. A companhia, não obstante qualquer aviso ou noticia que possa receber ou ter, não ficará obrigada nem reconhecerá nenhum outro direito, titulo ou interesse legal ou equitativo sobre ou a respeito de quaesquer acções, sinão os direitos do portador desse titulo, como accionista da companhia, as acções ou valores nelle especificados, e os do portador de qualquer coupon ao pagamento do dividendo ou juros pagaveis por conta delle.

Art. 41. Nenhuma pessoa poderá, como portadora de um titulo, exercer quaesquer dos direitos de accionista sem que exhiba o mesmo titulo e declare o seu nome e direcção, e sem que permita (si e quando assim o exigir o conselho) que se endosse nelle o facto, data, fim e resultado de tal exhibição.

#### X — COUPONS DE TITULOS DE ACÇÕES

Art. 42. Serão emitidos de tempos a outros coupons pagaveis ao portador, com relação aos titulos de acções provendo para o pagamento dos dividendos ou juros pagaveis sobre taes titulos, no numero e fôrma, e pagaveis nos logares em que o conselho melhor entender.

Cada coupon será distinguido com o numero do titulo a que pertencer.

Art. 43. Ao annunciar-se o pagamento de qualquer dividendo ou juros sobre as acções ou valores constantes de qualquer titulo, o conselho publicará um annuncio neste sentido nos jornaes de Londres ou outros, segundo melhor entender.

#### XI — EMISSÃO DE TITULOS DE ACÇÕES

Art. 44. A directoria exercerá todos os poderes da companhia com referencia á emissão de titulos de acções.

Porém o conselho não terá a obrigação de exercer os poderes de emitir titulos de acções quer em geral, quer em um caso particular, de menos, até que assim o tenha por bem a seu juizo livre e absoluto.

Art. 45. Não será emitido titulo algum de acções sinão a pedido por escripto, assignado pela pessoa que nessa época se achar inscripta no registro de accionistas da companhia como proprietaria das acções ou valores com relação aos quaes se deva emitir o titulo.

Art. 46. O pedido será pela fôrma e authenticado do modo que indicar o conselho de tempos a outros, e será entregue no escriptorio, entregando-se ao mesmo tempo ao conselho para serem cancelladas as certidões de acções ordinarias em circulação nessa época que representem as acções ou valores que tenham de ser incluídos nos titulos a emitir, salvo si a directoria,

no exercício de sua discreção e nas condições que lhe parecerem, dispensar tal entrega à cancellação.

Art. 47. Todo accionista nominativo que solicitar a emissão de títulos com referencia a quaesquer acções ou valores, deverá pagar ao conselho ao tempo em que fizer o pedido, si este entender exigil-o, o direito de sello que a lei impõe sob títulos de acções, e bem assim, uma taxa não superior a dous *schillings* e meio por cada titulo, segundo fixar o conselho de tempos a outros.

Art. 48. Si o portador de um titulo em qualquer tempo entregar-o ao conselho para ser cancellado e pagar-lhe o direito de sellos impostos sobre a emissão de um novo titulo de acções com uma taxa, não superior a um *schilling* por cada titulo, conforme fixar a directoria de tempos a outros, poderá o conselho, si assim o entender, passar-lhe um ou mais titulos novos pelas acções ou valores especificados no titulo entregue para ser cancellado, mas em nenhum caso, salvo si tiver o consentimento da assembléa geral, poderá emittir novos titulos por quaesquer acções ou valores com relação aos quaes já tenham sido anteriormente emittidos titulos a menos e até que o titulo de acções emittido anteriormente lhe tenha sido entregue para ser cancellado.

Art. 49. Si o portador de um titulo o entregar para ser cancellado apresentando ao mesmo tempo no escriptorio uma declaração por elle assignada, concebida nos termos e authenticada pela forma que prescrever a directoria de tempos a outros, solicitando ser inscripto como accionista com relação ás acções ou valores especificados no referido titulo, e indicando nessa declaração o seu nome e qualidade ou officio e direcção, terá o direito de fazer-se inscrever como accionista da companhia com relação ás acções ou valores especificados no titulo de acções entregue por esta forma, contanto que si a directoria tiver recebido aviso de qualquer reclamação, por parte de qualquer outra pessoa, com referencia ao mesmo titulo de acções, poderá ella a seu juizo recusar-se a fazer inscrever a pessoa que o entregou como accionista com direito a essas acções ou valores, mas não terá a obrigação de recusar, nem ficará responsavel para com qualquer pessoa por não ter recusado.

## XII — PRESTAÇÕES SOBRE AS ACÇÕES

Art. 50. As sommas pagaveis por conta das acções do capital social serão pagaveis no banco da companhia ou em qualquer outro lugar que o conselho indicar, com o deposito, pelas quotas o forma e nas datas que a directoria prescrever de tempos a outros, quer de conformidade com as condições da adjudicação, quer de outro modo, e poderá o conselho, si assim o entender, cobrar uma ou mais prestações antes de emittil-as. Fica, porém, entendido que o conselho poderá cobrar prestações sobre o capital emittido na Inglaterra, pagaveis em datas differentes das

do capital emittido em paizes estrangeiros. Nenhuma prestação, que não for pagavel sob as condições da adjudicação, poderá exceder de uma importancia por acção que for igual a uma quarta parte do valor nominal da mesma acção, nem poderá ser pagavel dentro de dous mezes depois de vencido o prazo para o pagamento da prestação anterior. Poder-se-ha abonar juros sobre os pagamentos, feitos por conta das prestações satisfeitas antes dos dias indicados para os seus pagamentos a um typo que o conselho determinar, porém não sendo mais que seis por cento ao anno.

Art. 51. Poderá o conselho de tempos a outros, si assim o entender (contanto que a opção seja offerecida em primeiro logar a todos os accionistas sem preferencia), receber de quaesquer accionistas que estejam dispostos a adiantal-os, todos ou qualquer parto dos numerarios devidos sobre as suas acções respectivas, além das quantias realmente cobradas, e as sommas que em qualquer época forem pagas em antecipação da cobrança de prestações, em vez de participar nos dividendos, vencerão juros a qualquer typo que o conselho determinar, não sendo, porém, mais de seis por cento ao anno.

Art. 52. Tambem poderá a directoria do mesmo modo, e sem prejuizo de quaesquer outros poderes que lhe forem conferidos por lei ou pela presente escriptura, fazer ambas ou quaesquer das cousas seguintes :

a) Fazer ajustes por occasião de emittir acções para estabelecer uma differença entre os possuidores de taes acções relativamente á importancia das prestações a pagar, e ás datas dos pagamentos destas prestações ;

b) Pagar dividendos na proporção da quantia cobrada e satisfeita nos casos em que for cobrada e satisfeita uma quantia maior sobre umas acções que sobre outras.

Art. 53. Todas as prestações relativas ás acções serão consideradas cobradas ao tempo em que o conselho votar as deliberações que as autorisarem.

Art. 54. O conselho poderá rescindir qualquer cobrança de prestações.

Art. 55. No caso da directoria rescindir a cobrança de qualquer prestação, terá a faculdade de cobrar-a outra vez de tempos a outros, e de cobrar outras prestações em vez da rescindida.

Art. 56. Os co-proprietarios de uma acção serão mancomunada e separadamente responsaveis pelo pagamento de todas as prestações cobradas por conta della.

Art. 57. Poderá o conselho por qualquer deliberação subsequente designar nova data e logar para o pagamento de uma prestação, no que diz respeito ás pessoas que não a satisfizeram.

Art. 58. Quando cobrar-se uma prestação sobre as acções em qualquer outra occasião que a da adjudicação, dar-se-ha aviso com 14 dias de antecedencia indicando a data e logar nomeados

para o seu pagamento originalmente ou por deliberação subsequente, aos accionistas que tiverem a obrigação de pagá-la, quer ao tempo em que se cobrar a prestação, quer em qualquer época successiva.

Art. 59. No caso de falta de pagamento por 14 dias depois do marcado no aviso para o pagamento de qualquer prestação será expedido, quer immediatamente, quer em época successiva, um segundo aviso ao accionista atrasado exigindo-se-lhe o pagamento immediato, e faltando elle com o pagamento por sete dias depois deste segundo aviso, poderá a companhia (sem prejuizo dos direitos que tem a companhia para confiscar-lhe as acções), fazer citar o accionista atrasado para que satisfaça a importancia por pagar, a qual, salvo outra decisão do conselho, vencerá juros na razão de 10 % ao anno a contar do dia designado para o seu pagamento. A directoria poderá também, quando uma prestação não for paga ao tempo designado para o seu pagamento no aviso original, e depois de dar aviso ao accionista atrasado com a antecedencia de 14 dias, carregar juros sobre esta prestação cobrada a um typo não superior a 10 % ao anno a contar da data nomeada originalmente para o seu pagamento até que se realize este, e as importancias de taes prestações com os juros acima indicados serão « dinheiros devidos a companhia », com relação aos quaes a companhia tem o direito de retenção e de garantia que fica mencionado na presente escriptura.

Art. 60. Nenhum accionista poderá votar ou exercer privilegio algum de accionista enquanto estiver por pagar qualquer prestação que elle dever sobre qualquer acção.

### XIII — CONVERSÃO DE ACÇÕES EM VALORES

Art. 61. As acções nominativas integralisadas ou quaesquer dellas poderão ser convertidas em valores fraccionarios por deliberação da assembléa geral, e quando forem assim convertidas em valores, os varios possuidores de taes valores poderão de então por deante transferir os seus interesses respectivos ou parte dos mesmos interesses, em importancias de não menos de £ 1 do valor nominal, pela mesma forma, e sujeito aos mesmos regulamentos com sujeição aos quaes poderão ser transferidas quaesquer acções do capital social, ou tão approximadamente como o permittirem as circumstancias.

Art. 62. Os varios possuidores de valores terão o direito de participar dos dividendos e lucros da companhia, de conformidade com os seus interesses respectivos em taes valores, e estes interesses, na proporção de suas importancias, conferirão aos seus proprietarios respectivamente os mesmos privilegios quanto ao votar nas assembléas da companhia e outros objectos, que teriam sido conferidos por acções pela mesma importancia, e da mesma classe, do capital social, mas por fórmula que nenhum voto poderá ser conferido por uma quantia inferior a £ 100 em valores preferentes e £ 10 em valores ordinarios.

## XIV — CONFISCAÇÃO DE ACÇÕES

Art. 63. Si qualquer prestação sobre uma acção continuar por pagar por sete dias depois do segundo aviso mencionado acima, poderá o conselho depois de um outro aviso ao accionista com mais sete dias de antecedencia, declarar confiscada tal acção em proveito da companhia.

Art. 64. Poderá o conselho, para que não sejam infringidas as disposições do art. 5º, por contracto com qualquer accionista, acceitar a renuncia ou cancelar a adjudicação de quaesquer acções que elle possuir, nos termos e condições pecuniarias ou outras, segundo a directoria melhor entender.

Art. 65. Quando qualquer dinheiro, a respeito do qual tiver a companhia o direito de retenção e de garantia sobre quaesquer acções nominativas em virtude de qualquer destes artigos, não for pago dentro de um mez depois de expedir-se aviso por escripto ao accionista atrazado ou aos seus testamenteiros e administradores, exigindo que aquelles ou estes paguem a importância que elle a essa época deva á companhia, poderá a directoria em qualquer tempo successivo, enquanto estiver por pagar esse dinheiro ou parte do mesmo, confiscar as ditas acções, e então creditará o valor actual das mesmas acções confiscadas no mercado para contrabalançar aquelle dinheiro, e entregará ao ex-accionista qualquer excesso do dito valor além de tal dinheiro. Fica, porém, entendido, que o conselho não poderá confiscar mais acções que as que forem necessarias para pagar o referido dinheiro. Em caso de disputa, o valor do mercado será fixo por arbitros.

Art. 66. A renuncia ou confiscação de uma acção, envolverá a extinção, ao tempo da renuncia ou confiscação, de todos os interesses, reclamações e pretensões sobre e contra a companhia, a respeito de tal acção e de todos os direitos incidentes á acção, excepto sómente os direitos que pela presente escriptura ficam expressamente reservados.

Art. 67. A confiscação de uma acção ficará sujeita e será sem prejuizo de todos os direitos e reclamações da companhia por conta das prestações em atraso, havendo-as, por conta de juros sobre as prestações em atraso e por todos os outros direitos e reclamações da companhia contra o proprietario de acção ao ser ella confiscada, e do direito que a companhia terá para fazel-o citar com relação a isso; mas a companhia não poderá cital-o sem que primeiro, ao tempo e pela forma que o conselho melhor entender, procure saber o valor da acção no mercado, quer por venda quer por louvação, como indica a presente escriptura, e si o referido valor do mercado é menos que a importância de sua reclamação, então cital-o-ha sómente pelo saldo não satisfeito.

Art. 68. A confiscação de qualquer acção poderá ser perdoada pelo conselho a seu juizo, em qualquer época dentro de 12 mezes depois de declarada a confiscação, pagando o accio-

nista atrasado todas as quantias que elle dever à companhia, todos os gastos causados pela falta do pagamento, e a multa que a directoria considerar justa, mas não se poderá exigir o perdão, como um direito proprio.

Art. 69. A confiscação de uma acção, excepto pela falta de pagamento de qualquer prestação, não prejudicará o direito a qualquer dividendo ou dividendo interino que já tiver sido annunciado. No caso de falta de tal pagamento, a confiscação incluirá todos os dividendos não pagos, os dividendos interinos e os juros vencidos e a vencer.

Art. 70. As vendas e outras disposições de acções renunciadas e confiscadas, poderão ser effectuadas pelo conselho, nas épocas e nas condições que lhe parecerem.

Art. 71. Um certificado por escripto, carimbado com o sello, assignado por um director pelo menos e referendado pelo secretario, estabelecendo que foi devidamente renunciada ou confiscada uma acção de conformidade com a presente escriptura e declarando a data em que foi renunciada ou confiscada, será evidencia concludente do facto certificado a favor de todas as pessoas que posteriormente reclamarem ser proprietarias da acção, e far-se-ha no livro das actas dos trabalhos da directoria um assento relativo à emissão de cada um de taes certificados.

Art. 72. As acções renunciadas ou confiscadas a beneficio da companhia, poderão, a juizo do conselho, ser vendidas ou dispostas por este, ou poderá permittir-se que ellas continuem como si não houvessem sido emitidas, segundo o conselho entender mais vantajoso para a companhia; e enquanto não forem vendidas ou dispostas, poderão ser inscriptas em nome de uma ou mais pessoas que a companhia designar, as quaes pessoas as possuirão sob fidei-commisso para o beneficio da companhia, e estas acções com os seus dividendos, *bonus* e juros constituirão parte dos activos sociaes.

#### XV — ACCIONISTAS INSCRIPTOS E REGISTROS

Art. 73. O registro dos accionistas ficará a cargo do secretario, sob o dominio do conselho.

Art. 74. Todos os accionistas nominativos deverão, de tempos a outros, indicar ao secretario um endereço no Reino Unido, que deverá inscrever-se como seu domicilio, e os logares assim inscriptos de tempos a outros serão considerados suas residencias para os fins exigidos pelas leis e pela presente escriptura.

Art. 75. Si qualquer accionista deixar de indicar um tal endereço no Reino Unido, não terá o direito de receber aviso algum de qualquer das assembleas geraes ou outros trabalhos da companhia, e não ficarão invalidas quaesquer reuniões das assembleas ou outros trabalhos em razão de não ter elle recebido qualquer de taes avisos acima citados.

Art. 76. O secretario deverá, entre as horas de 10 da manhã e do meio-dia, permittir qualquer inspecção do registro de accio-

nistas, ou de qualquer outro registro que as leis disponham, sob a condição de que todo o accionista ou outra pessoa, antes de examinar qualquer de taes registros, assigne o seu nome em um livro destinado a isso, e o secretario, antes de todas as assembleas ordinarias deverá permittir que qualquer accionista que o solicitar, inspecione os livros de contabilidade da companhia, nas épocas e sob as restricções que o conselho indicar, mas sem a autorização expressa da directoria não permittirá outra qualquer inspecção dos livros, registros ou papeis.

## XVI — DIRECTORES

Art. 77. O numero dos directores (sujeito a qualquer alteração que a assemblea geral decretar de tempos a tempos) não será inferior a quatro nem superior a sete.

Art. 78. Cada director deverá possuir não menos de quinhentas libras em acções da companhia, valor nominal, inscriptas em seu proprio nome. Os primeiros directores poderão obrar antes de adquirir as acções que os habilitem, mas serão em todos os casos obrigados a adquiril-as dentro de um mez da data em que forem nomeados, e si não o fizerem, serão considerados como tendo concordado em acceitar estas acções da companhia, as quaes lhes serão adjudicadas immediatamente nesta conformidade.

Art. 79. Os directores só serão responsaveis pelos actos que elles mesmos praticarem ou a que se unirem.

Art. 80. Por occasião da assemblea ordinaria de 1899, e nas assembleas ordinarias dos annos seguintes, vagará os seus cargos uma terça parte dos directores ou si o numero dos directores não é multiplo de tres, então o numero mais approximado, mas não excedente de uma terça parte, e a assemblea elegirá accionistas habilitados para preencher as vagas.

Art. 81. A rotação em que os primeiros directores vagarão os seus cargos, será concordada entre elles mesmos, mas si não concordarem, os directores a vagar serão escolhidos por escrutinio.

Art. 82. Quando suscitar-se qualquer questão quanto á rotação em que qualquer director houver de vagar, será ella decidida pelo conselho.

Art. 83. Si os directores que houverem de vagar forem habilitados, poderão ser re-eleitos.

Art. 84. Nenhuma pessoa, a não ser um dos primeiros directores ou um director que houver de vagar, ou nomeado pelo conselho ou por este recommendado para ser eleito, será elegivel para director, si não tiver possuido por tres mezes pelo menos, as acções que a habilitarem e si não entregar ao secretario ou no escriptorio, no prazo de não menos de 14 dias nem mais de um mez antes do dia designado para a eleição, um aviso por escripto e por ella assignado, em que declare que está disposta a ser eleita para a directoria.

Art. 85. Quando a assembléa ordinaria de qualquer anno deixar de eleger um director, em vez do que houver de vagar, considerar-se-ha que o director que tinha de vagar foi re-eleito, salvo si houver opposição, durante a assembléa, por accionistas que possuam a maioria das acções representadas na assembléa.

Art. 86. Qualquer director vagará o seu cargo si deixar de possuir o numero de acções que o habilite, ou si quebrar, ou si suspender os seus pagamentos, ou fizer composição com os seus credores, ou si perder a razão, ou si por seis mezes consecutivos deixar de comparecer ao conselho, « salvo si o conselho determinar de outro modo. »

Art. 87. Qualquer director, quer pessoalmente quer como membro de uma firma, companhia ou corporação, poderá ter interesses em qualquer operação, empreza ou negocio empreendido ou auxiliado pela companhia, ou em que ella tiver interesses, contanto que conste ao conselho a natureza e extensão dos mesmos interesses, ou poderá ser um dos advogados da companhia, e poderá ser nomeado para qualquer cargo sob as ordens da directoria, com ou sem remuneração.

Art. 88. Nenhum director ficará inhabilitado a obrar como director em consequencia de ter taes interesses ou de ser assim empregado ou nomeado, mas não poderá votar sobre quaesquer assumptos relativos a quaesquer operações, emprezas ou negocios em que tiver interesses.

Art. 89. Poderá um director, em qualquer época, dar aviso por escripto ao conselho indicando que deseja vagar o cargo, e passado um mez, a contar da data em que deu o aviso, ou quando o conselho aceitar-lhe a demissão, seja qual for o primeiro destes casos, e não antes, ficará vago o seu cargo.

Art. 90. Qualquer vaga occasional que se der na directoria, poderá ser preenchida pelo conselho nomeando este um accionista habilitado, e tal nomeação será válida até a reunião da assembléa geral seguinte, e si for então approvada pela assembléa, o accionista assim nomeado occupará em todos os sentidos o lugar de seu predecessor. Poderá tambem o conselho antes do fim do anno de 1897 nomear um ou mais directores adlicionaes.

Art. 91. Poderão continuar os trabalhos os directores restantes, não obstante qualquer vaga ou vagas dallas no conselho.

Art. 92. A remuneração dos directores será a quantia de £ 2.000 por anno, que será repartida entre os directores, nas proporções que o conselho determinar de tempos a outros. Poderá ser augmentada a remuneração dos directores por deliberação da companhia, em assembléa geral. Mas esta remuneração será exclusiva das sommas, havendo as que de conformidade com as disposições abaixo consignadas o conselho contracte pagar a qualquer conselho ou directoria local.

Art. 93. Poderá o conselho nomear um de seus membros como director-gerente, nos termos e condições, com relação a honorarios, duração de exercicios, e outros segundo o conselho houver por bem ; e poderá, sujeito aos termos de qualquer con-

tracto celebrado com qualquer director-gerente de tempos a outros, em sessão do conselho convocada especialmente com este fim, demittir-o do posto de director-gerente, e poderá de tempos a outros preencher qualquer vaga que se der nesse cargo.

Art. 94. O director-gerente não terá que vagar em rotação, durante o termo em que vigorar o seu exercicio, mas si deixar de funcionar como director por qualquer motivo, cessará, *ipso facto* e immediatamente, de ser director-gerente.

Art. 95. O conselho poderá delegar no director-gerente todos ou quaesquer dos seus poderes, excepto os de tomar dinheiro emprestado, ou de confiscar ou de acceitar a renuncia de acções, e este ultimo no exercicio de suas attribuições deverá conformar-se com as regras que lhe forem impostas pela directoria.

#### XVII — CONSELHOS E COMMISSÕES

Art. 96. Haverá sessões do conselho quando e onde os directores entenderem.

Art. 97. Poderá ser convocado um conselho extraordinario, em qualquer época, por um director qualquer, dando esse aviso de dous dias aos outros directores.

Art. 98. O conselho poderá determinar o numero necessario para tratar de negocios. Si não houver decisão em contrario dos dous directores, constituirão numero legal.

Art. 99. O conselho poderá de tempos a tempos nomear um presidente, e si assim o entender, um vice-presidente, por um anno ou periodo menor.

Art. 100. Em todos os casos em que o presidente e vice-presidente estiverem ausentes do conselho, este nomeará um substituto temporario do presidente.

Art. 101. Os trabalhos do conselho serão regulados, em tanto quanto o determinem as ordens vigentes do mesmo conselho, pelas mesmas ordens em vigor, e em todos os outros sentidos, como melhor entenderem os directores presentes.

Art. 102. Todas as questões apresentadas ao conselho, serão decididas por maioria dos votos dos directores presentes em pessoa, cada director tendo um voto.

Art. 103. No caso de empate no conselho, o presidente que estiver servindo nelle terá então um voto preponderante ou de qualidade.

Art. 104. Poderão os directores em sessão do conselho nomear e demittir quaesquer commissões compostas de membros de seu proprio gremio, segundo melhor entenderem e poderão determinar e regular o numero legal para funcionar, os seus deveres e a ordem de seus trabalhos.

Art. 105. Todas as commissões levarão actas de seus trabalhos e delles farão relatorios ao conselho, de tempos a outros.

Art. 106. As actas dos trabalhos de cada sessão do conselho e dos directores que nellas assistirem respectivamente, serão assentadas pelo secretario ao mesmo tempo, ou com a maior brevidade

que for conveniente, depois de encerradas as sessões, em um livro destinado a isso, e serão assignadas pelo presidente da sessão a que se referirem ou pela daquella em que forem lidas.

Art. 107. Taes actas, quando forem assim assentadas e assignadas, serão consideradas, não havendo prova de erro, registros exactos e trabalhos originaes.

Art. 108. O conselho, querendo-o poderá, adiar as suas sessões pelo tempo e para o logar que os directores determinarem.

#### XVIII — PODERES E DEVERES DO CONSELHO

Art. 109. O conselho poderá e deverá, sujeito ao dominio das assembleas geraes (mas não de forma a invalidar qualquer acto do conselho, feito antes de votar-se a deliberação da assemblea geral), fazer e dirigir todos os negocios e assumptos da companhia e exercer todos os poderes, attribuições e discreções da companhia, excepto tão somente os que, de conformidade com as leis e com a presente escriptura ficam expressamente reservados para o exercicio das assembleas geraes.

Art. 110. O conselho, sujeito ás condições aqui contidas, deverá nomear o secretario, segundos secretarios e outros empregados, os banqueiros e os advogados da companhia em quaesquer termos e condições, e poderá de tempos a tempos remover ou demittir a quaesquer delles e (temporariamente ou de outro modo), nomear outros em logar delles, e bem assim concordar e fixar as garantias ou fianças que elles devem prestar (havendo-as), para o mais fiel desempenho de suas obrigações, segundo entender o conselho.

Art. 111. Poderá o conselho de tempos a outros nomear uma ou mais pessoas, como melhor entender, na qualidade de conselho ou directoria local na America do Sul ou em qualquer outra parte do mundo, e poderá delegar nesse conselho ou directoria local todas e quaesquer attribuições que exija o direito da Republica do Brazil ou de qualquer outro paiz e poderá tambem o conselho de tempos a tempos nomear uma ou mais pessoas para agentes ou representantes da companhia em qualquer paiz ou logar e nomear todos os officiaes e empregados que forem necessarios para dar andamento aos negocios sociaes, nos termos e mediante as retribuições que a directoria entender, e poderá de tempos a outros demittir quaesquer de taes pessoas e nomear outras em seu logar.

Art. 112. A directoria poderá de tempos a tempos delegar em qualquer de taes conselhos, directorias, administrações, agentes ou representantes, officiaes ou empregados locais, todos ou quaesquer dos poderes e attribuições do conselho.

Art. 113. O conselho poderá verificar, concordar e pagar todos os gastos da organização e estabelecimento da companhia, e os da emissão ou collocação de quaesquer acções, debentures ou outros valores, que considerarem convenientes, ou os de

qualquer outra companhia, sociedade ou empresa promovida, fundada ou estabelecida pela companhia no todo ou em parte.

Art. 114. O conselho poderá exercer os poderes da lei de 1864 referente a sellos sociaes, os quaes poderes a companhia desde já fica expressamente autorizada a exercer.

Art. 115. O secretario affixará o sello por ordem do conselho, na presença de pelo menos um director, a todos os documentos que necessitem ser sellados, e todos estes documentos serão assignados pelo mesmo director e referendados pelo secretario. Qualquer sello que for usado no estrangeiro, segundo as disposições da «Lei de 1864 referente aos sellos sociaes», será affixado por ordem e na presença da pessoa ou pessoas que o conselho indicar, sendo os documentos sellados com elle assignados pelas pessoas que também designar o conselho.

Art. 116. Todos os cheques, letras de cambio ou escriptos de divida serão assignados, acceitos, saccados ou endossados pela pessoa ou pessoas que o conselho nomear especialmente para tal fim.

Art. 117. As contas do conselho, depois de revisadas e approvadas pela assembléa geral, serão terminantes, excepto emquanto a quaesquer enganos que nellas se descobrirem dentro de dous mezes depois de approvadas.

Art. 118. Os erros descobertos dentro daquelle periodo serão rectificados immediatamente, e as referidas contas serão concludentes passado este periodo.

Art. 119. Os directores perceberão todos os gastos de viagem e outros que fizerem, quando com a approvação do conselho, estiverem empregados no serviço da companhia, e no caso de ter um director que ir ou residir no estrangeiro a serviço da companhia ou que prestar á companhia quaesquer outros serviços extraordinarios, poderá o conselho pagar-lhe qualquer remuneração especial que lhe parecer razoavel.

Art. 120. O conselho poderá, em qualquer caso em que tiver de pagar qualquer somma de dinheiro por qualquer motivo, emittir a favor de qualquer companhia, corporação, autoridade ou pessoa, acções da companhia como integralisadas, no todo ou em parte, ou debentures ou valores hypothecarios, em vez de fazer o pagamento em dinheiro effectivo, e poderá emittir e inscrever taes acções ou debentures ou valores hypothecarios, nessa conformidade, e bem assim poderá adjudicar acções da companhia como integralisadas no todo ou em parte, em satisfação ou reducção de quaesquer reclamações contra ou responsabilidades da companhia, ou de qualquer companhia cujos compromissos e passivos esta companhia possa acceitar, e o dinheiro creditado como pago por conta de taes acções ou debentures ou valores hypothecarios, respectivamente será considerado e tido por pagamento em contado até a sua importancia.

Art. 121. Nenhuma compra, venda, contracto ou ajuste a que se tiver dado a sancção da companhia em assembléa geral, poderá impugnar-se sob o pé de que não se achava dentro dos

limites ou se oppunha aos objectos sociaes, ou é em excesso das attribuições da companhia em assembléa geral ou por qualquer outro motivo.

#### XIX — REVISORES DE CONTAS

Art. 122. Dous revisores de contas, que não necessitam ser accionistas, serão nomeados pela assembléa ordinaria de cada anno, para o anno seguinte, e antes de celebrar-se a primeira assembléa ordinaria o conselho nomeará os revisores de contas, mas nenhuma pessoa poderá ser eleita para revisor de contas si tiver outros interesses que não os de accionista da companhia, em qualquer de suas transacções, e nenhum director ou outro empregado poderá ser eleito enquanto estiver em exercicio. Uma ou mais firmas de contadores publicos poderão ser nomeadas para servir como um ou ambos revisores. Não havendo eleição de revisores de contas pela fórmula que dito fica, poderá a Camara de Commercio, a pedido de não menos de cinco accionistas, nomear um revisor para o anno corrente e fixar o honorario que a companhia deverá pagar-lhe por seus serviços.

Art. 123. A retribuição dos revisores de contas será marcada pela assembléa e estes revisarão as contas da companhia, de conformidade com as leis e com a presente escriptura.

Art. 124. O conselho fará assentar contas fleis e sufficientes dos negocios sociaes, e uma vez por anno entregará aos revisores a conta annual e o balancete, que deverão ser apresentados á assembléa, e o revisor recobel-os-ha e examinal-os-ha e inspecionará pessoalmente os valores da companhia.

Art. 125. Os revisores ou confirmarão as contas e balancete, ou, caso não entendam confirmal-os, deverão preparar um relatório especial sobre os mesmos, e entregar ao conselho as contas e balancete com o relatório, que indicará o resultado do exame dos valores.

Art. 126. Pelo menos sete dias completos antes de ter logar a assembléa ordinaria, o conselho enviará, pelo Correio ou de outro modo, um exemplar impresso das contas e balancete examinados pelos revisores e do relatório dos revisores a todos os accionistas a seus domicilios inscriptos, e ao mesmo tempo mandará dous exemplares de cada um desses documentos ao secretario do departamento de acções e empréstimos da Bolsa de Londres.

Art. 127. Em todas as assembléas ordinarias o relatório dos revisores de contas ler-se-ha perante a assembléa, com o relatório do conselho.

#### X — DIRECTORES, FIDEI-COMMISSARIOS E OFFICIAES

Art. 128. Quando assim o entender o conselho, haverá taes e tantos fidei-commissarios para quaesquer dos objectos da companhia, conforme determinar o conselho, e serão nomeados e

(sujeito aos termos de qualquer escriptura de curadoria ou outro contracto) demittidos pelo conselho, e gosarão das remunerações, poderes e indemnisações, desempenharão as obrigações e ficarão sujeitos aos regulamentos que o conselho determinar.

Art. 129. Os directores, fideicommissarios, revisores de contas, secretario e outros empregados serão indemnizados pela companhia contra todas as perdas e gastos que lhes advierem no ou com desempenho de seus deveres respectivos, excepto os que succederem em consequencia de seus proprios actos ou faltas voluntarias.

Art. 130. Poderá o conselho pagar a qualquer, advogado ou empregado da companhia, por porcentagem ou outra commissão, quer seja calculada sobre a totalidade, quer sobre qualquer parte dos lucros sociaes liquidos ou sobre transacções especiaes.

Art. 131. Nenhum director, fidei-commissario ou outro empregado será responsavel por qualquer outro director, fidei-commissario ou empregado, nem por unir seu nome á assignatura a qualquer recibo ou outro acto de conformidade, nem por qualquer perda ou gasto que soffrer a companhia ou outra pessoa em consequencia de actos ou feitos da companhia, salvo si tal perda ou gasto der-se por motivo de ser proprio acto ou falta voluntaria.

Art. 132. As contas de qualquer fidei-commissario ou empregado poderão ser ajustadas e approvadas ou desapprovadas, no todo ou em parte, pelo conselho.

Art. 133. Si um director, fidei-commissario ou empregado vier a quebrar ou a fazer composição publica com os seus credores, ficará por isso inhabilitado para exercer o cargo de emprego da companhia e deixará de sel-o. Contanto que enquanto não se fizer um assento referente a essa inhabilitação, nas actas do conselho, os seus actos durante o exercicio do seu cargo serão tão validos como si não tivesse ficado inhabilitado assim.

#### XXI—ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 134. A primeira assembléa geral terá lugar em Londres, dentro de quatro mezes, a contar da data do registro da escriptura social e dos estatutos.

Art. 135. Celebrar-se-ha annualmente uma assembléa ordinaria em qualquer lugar no Reino Unido, á hora e no dia, em cada anno, que o conselho indicar de tempos a outros.

Art. 136. A assembléa extraordinaria poderá ser convocada em qualquer época pelo conselho, de seu motu-proprio, e deverá ser convocada por elle quando for entregue ao secretario ou no escriptorio para o conselho um pedido feito per qualquer numero de accionistas, não sendo menos de dez, e possuindo em conjunto não menos de uma decima parte do capital-acções, declarando plenamente o objecto da reunião e assignada pelos solidantes.

Art. 137. Quando o conselho por 14 dias depois da entrega de tal pedido, deixar de convocar a assembléa, de conformidade com elle, poderão convocar a assembléa os mesmos solicitantes, ou um numero igual de accionistas proprietarios da mesma proporção de capital.

Art. 138. Todas as assembléas geraes extraordinarias serão celebradas em quaesquer logares convenientes no Reino Unido, que indicarem o conselho ou as pessoas que convocarem a assembléa.

Art. 139. Cinco accionistas presentes em pessoa constituirão numero legal para uma assembléa geral, para todos os fins, excepto o de adiar-se a assembléa, e para este tres accionistas presentes pessoalmente constituirão o numero.

Art. 140. Não se poderá tratar de negocio algum em qualquer assembléa geral, salvo achando-se presente um numero legal para o mesmo negocio ao começar-se este.

Art. 141. Si dentro de meia hora depois de marcada para a reunião da assembléa, quer original quer adiada, não se achar presente numero legal, dissolver-se-ha a assembléa.

Art. 142. Poderá o presidente, com o consentimento da assembléa, adiar a assembléa geral de tempos a outros e de logares a outros, mas não se poderá tratar de outros negocios em qualquer assembléa geral adiada, sinão os que ficarem por acabar na assembléa geral que for adiada, e que poderiam ter sido tratados na mesma assembléa.

Art. 143. Nenhuma pessoa como portadora de um titulo de acções terá o direito de assistir ou votar ou exercer quaesquer dos privilegios de accionista em qualquer assembléa geral da companhia, ou assignar qualquer pedido ou convocar a assembléa geral si ao menos duas dias antes do marcado para a assembléa, no primeiro caso, ou si antes entregar o mesmo pedido no escriptorio no outro caso, não tiver depositado o dito titulo no escriptorio ou outro logar, ou em um dos outros logares que a directoria indicar de tempos a outros juntamente com uma declaração escripta indicando o seu nome e direcção, e si o mesmo titulo não permanecer em deposito até que tenha sido celebrada a assembléa geral. Não serão recebidos os nomes de mais pessoas que uma como co-proprietaria de qualquer titulo de acções.

Art. 144. Entregar-se-ha ás pessoas que depositarem titulos de acções, um certificado contendo os seus nomes e direcções e o numero de acções ou importancias dos valores fraccionarios comprehendidos nos titulos que depositarem, e este certificado lhes dará o direito de assistirem e votarem nas assembléas geraes, relativamente ás acções ou valores especificados em tal certificado, do mesmo modo como si fossem accionistas inscriptos. Ao devolver-se tal certificado, far-se-lhes-ha a entrega dos titulos com respeito aos quaes elle for passado. No caso de deteriorar-se, perder-se ou destruir-se qualquer de taes certificados poderá elle ser renovado nos mesmos termos que ficam acima dispostos para a renovação de titulos de acções.

Art. 145. Quando o conselho convocar a assembléa geral e quando os accionistas convocarem a assembléa extraordinaria, deverão respectivamente dar aviso da reunião com a antecedencia de nem menos de sete nem mais de 21 dias, mas si qualquer accionista deixar de receber o aviso, isso não invalidará os trabalhos de qualquer assembléa geral.

Art. 146. No caso de adiar-se qualquer assembléa geral por mais de oito dias, o conselho deverá dar aviso da reunião adiada com a antecedencia de pelo menos oito dias, mas si não for adiada por mais de oito dias, não será necessario dar-se aviso algum.

Art. 147. O aviso de convocatoria da assembléa geral e o de adiamento excluirão o dia em que for expedido o aviso, porém incluirão aquelle em que deva ser celebrada a assembléa.

Art. 148. Os avisos de convocatoria das assembléas geraes e os de seus adiamentos serão expedidos por circulares aos accionistas, declarando estas a hora e logar da reunião e o conselho ou os accionistas que convocarem uma assembléa geral deverão tambem dar aviso por meio de annuncios, no caso de existirem titulos de acções.

Art. 149. Não se poderá tratar de negocio algum nas assembléas geraes, sinão os que forem especificados nos avisos de convocatoria e as materias abaixo especialmente mencionadas, excepto nos casos das assembléas ordinarias.

Art. 150. O conselho poderá convocar reuniões de qualquer classe especial de accionistas. As regras e os regulamentos contidos aqui com referencia a convocação, celebração e direcção das assembléas geraes e de suas votações serão applicaveis a quaesquer destas reuniões o mais approximadamente que for possivel.

## XXII—PODERES DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 151. Poderá a companhia, com a sancção de uma assembléa geral, e sujeito a quaesquer condições impostas pela assembléa de tempos a outros, exercer quaesquer dos poderes conferidos pelas leis sobre as sociedades anonymas de responsabilidade limitada por acções.

Art. 152. Poderá qualquer assembléa geral, precedendo aviso para tal fim, por deliberação approvada por dous terços dos votos emittidos pessoalmente ou por procuração, demittir a qualquer director ou revisor de contas, e poderá por simples maioria preencher qualquer vacatura entre os directores ou revisores e poderá marcar os vencimentos dos revisores.

Art. 153. Qualquer assembléa ordinaria sem aviso algum para tal fim, poderá eleger directores ou revisores, e poderá receber o total ou parcialmente rejeitar ou adoptar e confirmar as contas-balancetes e relatorios do conselho e dos revisores respectivamente, e poderá, sujeito ás disposições da presente escriptura, decidir sobre qualquer recommendação da directoria quanto ou em relação a qualquer dividendo.

## XXIII—TRABALHOS DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 154. Todas as assembleás geraes presididas pelo presidente do conselho, ou durante a ausencia destes, pelo vice-presidente, havendo-o, na ausencia destes por um director eleito pelos directores presentes, e na ausencia de todos os directores por um accionista nomeado pelos accionistas presentes.

Art. 155. Em todas as assembleás ordinarias em que tiverem quaesquer directores de vagar os seus cargos, continuarão elles em exercicio até que se dissolva a assembleá, quando cessará o seu exercicio.

Art. 156. Sujeito ao pedir-se escrutinio pela fôrma abaixo mencionada, todas as questões que tiverem de ser decididas por qualquer assembleá geral, salvo sendo resolvida unanimemente, e si não houver outra disposição consignada nas leis, serão decididas symbolicamente por simples maioria dos accionistas pessoalmente presentes, e habilitados a votar na fôrma da presente escriptura.

Art. 157. Em todas as assembleás geraes, si não for pedido o escrutinio sobre qualquer de suas deliberações (immediatamente que o presidente da assembleá declarar o resultado da votação symbolica relativamente a ella) por dous accionistas pelo menos, ou antes da dissolução ou adiamento da assembleá a pedido por escripto e assignado por accionistas que possuam ou representem por procuração pelo menos £ 10.000 do valor nominal das acções em conjuncto, o qual deverá ser entregue ao presidente ou ao secretario, a declaração do presidente expondo que foi approvada uma deliberação e um assento nesse sentido nas actas dos trabalhos da assembleá constituirão evidencia sufficiente dos factos assim declarados, sem precisar de prova do numero ou proporção dos votos emitidos em prol ou contra a deliberação.

Art. 158. No caso de pedir-se um escrutinio, este se praticará pela fôrma, nos logares, e quer immediatamente quer em qualquer outra data, dentro dos oito dias seguintes, segundo dispuzer o presidente da assembleá, e a deliberação determinada pelo resultado do escrutinio será considerada a deliberação da assembleá geral em que se pedir o escrutinio. Nenhum accionista terá o direito de votar no escrutinio si não tiver estado presente na assembleá, ou pessoalmente ou pela representação, e podendo ter então votado sobre a questão quando se propoz ella originalmente.

## XXIV — VOTAÇÃO NAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 159. Em todas as questões que tiverem de ser decididas por escrutinio, cada accionista presente na reunião da assembleá quer pessoalmente quer por procuração, e com direito de votar nella, terá um voto por cada acção de qualquer classe que elle possuir.

Art. 160. Si mais de uma pessoa forem co-proprietarias de uma acção, aquella cujo nome se achar em primeiro logar no registro dos accionistas como uma das co-proprietarias da acção e nenhuma outra é a que tem o direito de votar relativamente a tal acção.

Art. 161. No caso de um accionista vir a perder a razão, poderá elle votar por seu curador ou outro representante legal, mas de outro modo não será possível emittir-se votos relativamente a uma acção de propriedade de pessoa incapacitada.

Art. 162. Qualquer accionista presente pessoalmente na assembléa geral poderá deixar de votar nella sobre qualquer questão, mas si deixar de votar, nem por isso considerar-se-ha ausente da assembléa; nem a sua presença poderá invalidar qualquer procuração que elle tenha passado; excepto no que diz respeito a qualquer questão sobre a qual elle puder votar em pessoa.

Art. 163. Qualquer accionista com o direito de votar poderá, de tempos a outros, nomear qualquer outro accionista como representante para votar por elle em qualquer escrutinio.

Art. 164. Todos os instrumentos de procuração serão por escripto, na fôrma seguinte ou de conformidade com ella, ou o mais approximadamente que as circumstancias permittirem, serão assignados pelos outorgantes e depositados no escriptorio pelo menos quarenta e oito horas antes da marcada para a assembléa geral, na qual tenha de fazer-se uso delles:

« Eu (A. B.), accionista da sociedade *The Nacional Brazilian Harbour Company, Limited*, pela presente nomeio a (C. D.), e na falta delle a (E. F.), ambos accionistas da companhia, para representar-me na assembléa geral da companhia, que terá logar em de de 18 e em todas as sessões adiadas della.

« Em testemunho do que, assigno a presente aos de de 18

« (Assignado)

Todas as escripturas de procuração deverão ser devidamente estampilhadas.

Art. 165. O presidente da sessão de qualquer assembléa geral terá um voto adicional ou preponderante em todos os casos de empate em escrutinio ou de outra fôrma.

#### XIV — ACTAS DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 166. Todos os assentos contidos no livro das actas dos trabalhos das assembléas geraes que exponham ser feitos e assignados de accordo com as leis ou com a presente escriptura, não havendo prova em contrario, serão considerados registros

fieis, e trabalhos originaes da companhia nessa conformidade; e em todos os casos incumbirá inteiramente à pessoa que impugnar os assentos o dever de provar que houve erro.

#### XXVI — FUNDO DE RESERVA E EMPREGO DE DINHEIROS

Art. 167. Antes de repartir qualquer dividendo, a companhia destinará para a amortisação dos *debentures* da companhia quaesquer partes dos lucros sociaes que se concordou em destinar para tal fim. Poderá o conselho, antes de recommendar qualquer dividendo, retirar da parte dos lucros sociaes que de conformidade com a presente escriptura seria de outro modo disponível para o pagamento de dividendos, a somma que elle entender para formar um ou mais fundos de reserva para fazer face a eventualidades, ou para igualar os dividendos, para comprar bens de qualquer natureza dentro dos poderes da companhia (que na opinião do conselho sejam calculados a aproveitar os bens originaes), ou para concertar e manter quaesquer dos bens da companhia; todos os dinheiros assim destinados e todos os outros dinheiros da companhia, que não forem applicaveis immediatamente para quaesquer pagamentos que tenham de ser feitos pela companhia, poderão, sujeitos ás disposições do art. 5º, ser empregados pelo conselho em consolidados inglezes ou em quaesquer outros valores autorizados pelas leis da Inglaterra para o emprego de dinheiros de fidei-commissos por parte dos fidei-commissarios, conforme melhor entender o conselho, de tempos a outros.

Art. 168. Em qualquer caso em que assim entender o conselho, os empregos poderão ser feitos em nome de fidei-commissarios.

#### XXVII — DIVIDENDOS

Art. 169. Os lucros liquidos da companhia em cada anno serão as sommas que o conselho declarar como taes, e com os lucros liquidos (que poderão incluir quaesquer quantias recebidas como premios sobre as acções ou debentures emittidos pela companhia), resalvando-se o poder do conselho para destinar uma somma para o fundo de reserva, como dito fica, poderá a companhia na assemblea geral de cada anno, sujeito a qualquer contracto que for celebrado entre a companhia e os obrigatorios da companhia ou quaesquer fidei-commissarios em representação dos obrigatorios, annunciar um dividendo sobre o capital social em acções ou applical-os de qualquer outro modo que for determinado.

Todos os dividendos (sujeito ás disposições aqui contidas a respeito dos pagamentos adeantados por conta das prestações) serão pagos em proporção ás importancias que de tempos a outros forem pagas ou creditadas como pagas sobre as acções da

companhia e de conformidade com a prelação e os respectivos direitos e attributos das differentes classes de acções.

Art. 170. Não se annunciará dividendo maior que o que o conselho recomendar.

Art. 171. Poderá o conselho annunciar dividendos interinos sobre todo ou qualquer parte do capital social e relativamente a qualquer parte do anno, quando a seu juizo os lucros sociaes liquidos o permittirem.

Art. 172. Os dividendos serão pagos immediatamente que forem annunciados ás pessoas que a elles tiverem direito, pela fórma que os directores determinarem de tempos a outros, e nos casos em que mais de uma pessoa se acharem inscriptas como co-proprietarias de uma acção será sufficiente o pagamento á que se achar inscripta em primeiro logar no registro social.

Art. 173. Quando o accionista estiver individado para com a companhia, todos os dividendos que lhe forem pagaveis, ou uma parte sufficiente, poderão ser destinados pela companhia para a satisfação total ou parcial da divida.

Art. 174. Todos os dividendos pagaveis sobre qualquer acção nominativa serão pagos sómente á pessoa que se achar inscripta como proprietaria de tal acção, na data em que for votada a deliberação annunciando taes dividendos ou aos representantes legitimos de tal pessoa.

Art. 175. Os dividendos não pagos nunca vencerão juros alguns contra a companhia.

#### XXVIII — AVISOS

Art. 176. Todos os avisos que a presente escriptura ou as leis exigirem que sejam expedidos aos accionistas inscriptos que tiverem domicilios inscriptos no Reino Unido, quer pessoalmente quer enviando-se cartas a taes domicilios e no caso de existirem titulos de acções em circulação na época em que forem expedidos os avisos, então os avisos aos possuidores de taes titulos de acções serão dados por annuncios em pelo menos dous jornaes publicados em Londres.

Art. 177. Todas as cartas e avisos, havendo-os, enviados ou emitidos em virtude da presente escriptura, serão assignados ou levarão impressos no fim o nome do secretario ou de qualquer outra pessoa que o conselho nomear em logar d'elle, excepto no caso de qualquer assemblea convocada pelos accionistas, de conformidade com esta escriptura e em tal caso serão assignados ou levarão impressos no fim os nomes dos accionistas que a convocarem ou da maioria delles.

Art. 178. Os avisos que forem assim enviados pelo Correio ao endereço de qualquer accionista inscripto, constante do registro de accionistas, serão considerados como expedidos a elle no dia em que forem deitados no Correio, e para provar tal expedição basta comprovar que a carta foi regularmente endereçada e lançada no Correio.

Art. 179. Os avisos aos portadores de titulo de acções serão considerados como expedidos a elles no dia em que for o seu annuncio publicado nos jornaes, como indicam estes estatutos.

Art. 180. Todos os avisos aos accionistas inscriptos, que se referirem a qualquer acção de propriedade de mais de uma pessoa, serão expedidos ás pessoas cujos nomes se acharem em primeiro logar no registro, e os avisos expedidos por esta fórma serão sufficientes para todos os co-proprietarios de tal acção.

Art. 181. Todo o testamenteiro, administrador, curador ou syndico de quebra ou liquidação e toda outra pessoa que tiver ou reclamar qualquer interesse nas acções de um accionista inscripto, fica obrigado absolutamente por todos os avisos expedidos pela fórma acima indicada, si forem dirigidos ao ultimo domicilio inscripto de tal accionista, não obstante que a companhia tenha por qualquer meio noticia do fallecimento, perda de juizo, fallencia, casamento, ou incapacidade de tal accionista inscripto, ou desse direito equitativo ou outro.

*Nomes endereços e qualidades dos signatarios*

Jozua Frenkel, capitão de engenheiros do exercito da India Hollandeza, 135, Ashley Gardens, S. W.

Albert Johan Franken, 85, Jermyn Street, W., empregado do commercio.

Jacob Steineman, 8, Cedars Avenue, Walthamstow, secretario.

George Windsor Harrison Daniells, 74, Rutland Road, East Ham, empregado do commercio.

Thomas Christopher Richards, 5, Prideaux Road, Stockwell Road, S. W., empregado do commercio.

James William Ward, 14, Marny Road, Clapham Common, S. W., empregado de solicitador.

William George Hardy, 2, Rush Hill Road, Clapham, S. W., empregado do commercio.

Em data de 17 de julho de 1896. — Testemunha, A. G. Ferrers-Guy, 57 1/2, Old Broad Street, Londres, E. C., empregado dos Srs. Norton, Rose, Norton & C., solicitoes, 57 1/2, Old Broad Street, E. C.

E' exemplar conforme— *Ernest Cleave*, ajudante archivista de companhias anonimas (estampilha).



## DECRETO N. 2358 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1896

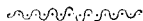
Publica a adesão das Colonias Britannicas da Ascensão e de Santa Helena á Convenção Postal Universal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão das Colonias Britannicas da Ascensão e de Santa Helena ( ilhas ) á Convenção Postal Universal ( convenção principal ), segundo a comunicação do Conselho Federal Suíço, de 8 de setembro proximo passado, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 5 de outubro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



## DECRETO N. 2359 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1896

Abre á verba — Exercícios findos, do orçamento vigente e pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 649:644\$864 para pagamento de garantia de juros á Companhia União Sorocabana e Ituana, concessionaria das linhas ferreas de Botucatu a Tibagy e de Tatuhy a Itararé.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 393 desta data,

Decreta :

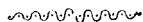
Art. 1.º Fica aberto á verba — Exercícios findos, do orçamento vigente e pelo Ministerio da Fazenda, um credito de seiscentos quarenta e nove contos seiscentos e quarenta e quatro mil oitocentos sessenta e quatro réis (649:644\$864), para pagamento de igual quantia devida por garantia de juros, no periodo de 1890 a 1894, á Companhia União Sorocabana e Ituana, concessionaria das linhas ferreas de Botucatu a Tibagy e de Tatuhy a Itararé.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de outubro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2360 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1896

Altera as escalas das linhas de Macapá e Purús da *Amazon Steam Navigation Company*.

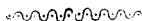
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Amazon Steam Navigation Company*, decreta :

Artigo unico. Na linha de Macapá ficam substituidas as escalas pelos portos de Oeiras, Atica, Tajapurú, Jaburú e Chaves pelas de Curralinho e rio Macacos. Na linha do Purús são supprimidas as escalas de Antimary e Codajaz.

Capital Federal, 8 de outubro de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2361 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1896

Proroga por quatro annos o prazo fixado na clausula 4<sup>a</sup> das que acompanham o decreto n. 436 F, de 4 de julho de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia União Sorocabana e Ituana, resolve prorogar por quatro annos o prazo fixado na clausula 4<sup>a</sup> das que acompanham o decreto n. 436 F, de 4 de julho de 1891, para conclusão das obras do prolongamento das linhas da mencionada companhia até o porto de Santos.

Capital Federal, 8 de outubro de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2363 (\*) — DE 15 DE OUTUBRO DE 1896

Crea um Consulado na ilha de Jamaica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895 ;

Decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado na ilha de Jamaica.

Capital Federal, 15 de outubro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



## DECRETO N. 2364 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1896

Transfere á *The National Brazilian Harbour Company, Limited*, a concessão constante do decreto n. 904, de 18 de outubro de 1890, relativo ás obras de melhoramento do porto de Jaraguá.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas, cessionaria das obras de melhoramento do porto de Jaraguá, decreta :

Artigo unico. Fica transferida á *The National Brazilian Harbour Company, limited*, a concessão constante do decreto n. 904, de 18 de outubro de 1890, relativo á construcção das mencionadas obras, com todos os respectivos onus e vantagens.

Capital Federal, 19 de outubro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*




---

(\*) O decreto n. 2363 não foi publicado.

## DECRETO N. 2365 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 668:250\$, supplementar a diversas rubricas do organimento em vigor, para execução da lei n. 304 de 10 de outubro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo decreto legislativo n. 338, desta data, decreta:

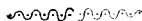
Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Marinha, para execução da lei n. 304, de 10 de outubro de 1895, o credito de 668:260\$, supplementar ás rubricas abaixo mencionadas do art. 4º da lei n. 360 de 30 de dezembro do mesmo anno:

N. 6 — Commissariado Geral.....	1:980\$000
N. 8 — Corpo da Armada e classes annexas.....	436:760\$000
N. 9 — Corpo da infantaria de marinha.....	2:050\$000
N. 10 — Corpo de marinheiros nacionaes.....	24:910\$000
N. 12 — Arsenaes.....	630\$000
N. 15 — Força naval.....	156:884\$000
N. 16 — Hospitales.....	15:046\$000

Capital Federal, 22 de outubro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 2366 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 661:658\$842 para pagamento á Companhia Lloyd Brasileiro por fretamento dos vapores *Iris* e *Aymoré*.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 399 de hoje datado, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 661:658\$842 para pagamento á Companhia Lloyd Brasileiro, sendo 659:658\$842 do fretamento dos vapores *Iris* e *Aymoré*, de accordo com o luto do processo arbitral de 7 de julho do corrente anno, e 2:000\$ da remuneração do arbitro do Governo.

Capital Federal, 22 de outubro de 1896, 8ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



## DECRETO N. 2367 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1896

Altera o plano de uniformes mandado adoptar por decreto n. 1729 A, de 11 de junho, modificado pelo de n. 1834, de 4 de outubro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve alterar o plano de uniformes mandado adoptar pelo decreto n. 1729 A, de 11 de junho, modificado pelo de n. 1834, de 4 de outubro, tudo de 1894, nos seguintes pontos :

## CORPOS ESPECIAES

Tunica — de flanella azul ferrete, em vez de flanella branca.

A sobrecasaca, o dolman e a tunica terão a gola e as carcellas de velludo preto, com as demais modificações do decreto de 11 de junho de 1894.

Calça — de panno azul ferrete, para todos os uniformes, em vez de panno mescla substituidas as listras de panno por cadarço de lã da mesma largura.

## CORPOS ARREGIMENTADOS

*Arma de infantaria*

Capacete — de côr azul ferrete, em vez de cinzento escuro.

Kepi — a copa será azul ferrete, em vez de cinzento escuro, tendo a cinta garance.

Sobrecasaca — a que está adoptada, sendo, porém, a gola toda de panno garance e conservando o actual debrum; a parte do trapeseio será formada por um soutache preto.

Dolman — de panno azul ferrete, com as mesmas alterações indicadas para a gola da sobrecasaca.

Tunica — de flanella azul ferrete, com identicas modificações na gola.

Calça — a actual, sendo, porém, as listras de panno azul ferrete para o segundo, terceiro e quarto uniformes.

*Arma de artilharia*

Capacete — de côr garance para toda a arma; a de campanha e o estado-maior usarão uma granada como distinctivo no emblema, a de posição dous canhões cruzados.

Kepi—de copa garance e cinta azul ultramar para toda a arma, tendo como distinctivo, no emblema, o estado-maior e a de campanha uma granada, e a de posição dous canhões cruzados.

Sobrecasaca e dolman — terão na gola o numero do batalhão ou regimento para a artilharia de posição ou de campanha, e uma granada para o estado-maior.

O uso do actual uniforme, ora modificado pelo presente decreto, será permittido no serviço e fóra delle até 31 de dezembro de 1897.

Capital Federal, 22 de outubro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



# DECRETO N. 2368 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1896

Concede autorisação à *Société Anonyme d'Exploitation aux Etats Unis du Brésil des Brevets J. Reuse*, para funcçãoar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requireu a *Société Anonyme d'Exploitation aux Etats Unis du Brésil des Brevets J. Reuse*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação à *Société Anonyme d'Exploitation aux Etats Unis du Brésil des Brevets J. Reuse* para funcçãoar na Republica, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 22 de outubro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2368, desta data**

**I**

A « Société Anonyme d'Exploitation aux Etats Unis du Brésil des Brevets J. Reuse » é obrigada a ter um representante no Brazil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com os particulares.

**II**

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes, judiciais ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida sociedade reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente authorisação.

**III**

Fica dependente de authorisação do Governo Federal qualquer alteração que a sociedade tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-ha cassada a authorisação para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

**IV**

A infração da primeira clausula será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 22 de outubro de 1896. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Eu abaixo assignado, Affonso Henriques Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial, nomeado pela Junta Commercial desta praça, com escriptorio á rua de S. Pedro n. 14, sobrelo:

Certifico pela presente em como me foi apresentado um *Diário Official* de Bruxellas em que estão publicados uns estatutos es-

criptos na lingua franceza, afim de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio, e litteralmente vertidos dizem o seguinte :

**Estatutos da « Société Anonyme d'Exploitation aux Etats Unis du Brésil des Brevets J. Reuse », Bruxellas**

**I — ESTATUTOS**

Perante Mestre Albert Paelaert, tabellião, residente em Bruxellas, em presença de testemunhas, compareceram :

- 1.º O Sr. Vital Mahieu, corretor de fundos, morador em Bruxellas, rua Trenrenberg n. 11 ;
- 2.º O Sr. Eugène Mahieu, negociante, morador no Rio de Janeiro ;
- 3.º O Sr. John Ruys, proprietario, morador em Bruxellas, rua Joseph II n. 26 ;
- 4.º A companhia geral para a exploração das machinas de fabricar charutos, privilegio Jean Reuse, sociedade anonyma, representada por seu administrador delegado, o Sr. Eugène De Roy, corretor, morador em Bruxellas, rua do Gouvernement Provisoire n. 17 ;
- 5.º O Sr. Henri Van der Elst, proprietario, morador em Bruxellas, boulevard du Régent n. 49 ;
- 6.º O Sr. Alphonse Sainte Marie, proprietario, morador em Bruxellas, rua de Berlaimont n. 20 ;
- 7.º O Sr. Joseph Sainte Marie, proprietario, morador em Bruxellas, rua de Berlaimont n. 20 ;
- 8.º O Sr. Jules Hermet, proprietario, morador em Saint Gille, rua Defacqz n. 57 ;
- 9.º O Sr. Alfred Gilsoul, empregado, morador em Schaerbeek, rua Brelant n. 156 ;
10. O Sr. Auguste Gillain, empregado, morador em Molenbeeck-Saint-Jean, rua de Ribancourt n. 98 A ;
11. O Sr. Franz Peeters, delegado de corretor de fundos, morador em Bruxellas, rua de la Tribune n. 5 ;
12. O Sr. Joseph Deny, proprietario, morador em Bruxellas, rua de la Croix de Fer n. 37 ;
13. O Sr. Constant Huet, empregado, morador em Bruxellas, avenue Louise n. 244 ;
14. O Sr. Franz de Pauw, proprietario, morador em Assche ;
15. O Sr. Joseph Peeters, contador, morador em Antuerpia, Longne, rua d'Argile n. 236 ;
16. O Sr. August Comouth, capitalista, morador em Saint Josse-ten-Noode, rua Royale n. 209, representado pelo Sr. Joseph Deny, acima mencionado, nos termos de uma procuração de proprio punho, datada de 15 de julho corrente, aqui annexa ;

17. O Sr. Victor Wanthier, contador, morador em Bruxellas, boulevard d'Anvers n. 8 ;
18. O Sr. Gustave Huybrechts, negociante de] cerveja, morador em Bruxellas, rua do Marquis n. 3 ;
19. O Sr. Emile Danw, capitalista em Spa ;
20. O Sr. Augustin Léiré Boel, administrador em Molenbeek-Saint-Jean, boulevard Leopold II n. 43 ;
21. O Sr. Edmond Daems, negociante, morador em Bruxellas, rua d'Arenberg n. 18 ;
22. O Sr. Etienne Brossart, representante do commercio, morador em Schaerbeek, rua Gaucheret n. 75 ;
23. O Sr. Felix Vandekerckhose, capitalista, morador em Schaerbeek, rua do Palais n. 68 ;
24. A Sra. Clémencia Van Voteghen, capitalista, moradora em Bruxellas, rua de Pascale n. 1 ;
25. O Sr. Achille Huart Hamoir, proprietario, morador em Schaerbeek, rua de Locht n. 57 ;
26. A Sra. Amandine Sophie Segers, capitalista, viuva do Sr. Nicolas de Lannoy, moradora em Saint Gilles, rua Hotel des Monnaies n. 6 ;
27. O Sr. Jules Dumont, capitão reformado, morados em Bruxellas, rua de la Loy n. 240 ;
28. O Sr. Eugène Sogers, empresario, morador em Bruxellas, rua de Pascale n. 33 ;
29. O Sr. Paul de Closset, proprietario, morador em Saint Josse-ten-Noode, rua du Merinos n. 8 ;
30. O Sr. Auguste Jean Octave Staes, proprietario, morador em Bruxellas, rua Royale n. 174 ;
31. O Sr. Eugène Eyben, capitalista, morador em Saint Josse-ten-Noode, rua Traversière n. 48 ;
32. O Sr. Jules Sacré, empregado, morador em Bruxellas, rua Ducale n. 2 ;
33. O Sr. Marie Alexandre Boulaine, banqueiro, morador em Bruxellas, rua Royale n. 121 ;
34. O Sr. Leon Choppinet, recebedor dos hospitaes d'Enghien, onde mora ;
35. O Sr. Edmond Schimidt, delegado de corretor de fundos, morador em Efferbech ;
36. O Sr. Emile Servais, capitalista, morador em Ixelles, rua Goffart n. 101 ;
37. O Sr. Henry Pierre Tornay, proprietario, morador em Bruxellas, avenue des Arts n. 20 ;
38. A Sra. Berthe le-Petier, capitalista, moradora em Bruxellas, rua de Louvain n. 4 ;
39. O Sr. Emile Leers, corretor de fundos, morador em Fiège, praça Saint Lambert n. 7 ;
40. O Sr. Oscar Vogel, proprietario, morador em Saint Josse-ten-Noode, rua du Moulin n. 65 ;
41. O Sr. Auguste Berlemont, corretor de fundos, morador em Bruxellas, rua Van Orley n. 5 ;

42. O Sr. Léonce Verschueren, corretor de fundos, morador em Bruxellas, praça du Petit Sablon n. 13;

43. O Sr. Henri Samuel, corretor de fundos, morador em Bruxellas, avenue de l'Astronomie n. 2;

44. O Sr. Edmond Stein, corretor de fundos, morador em Bruxellas, rua de L'arbre n. 12;

45. O Sr. Henri Wathé, açougueiro, morador em Schaerbeck, rua Nondel n. 2;

46. A Sra. Fanny Lotar, capitalista, morador em Ixelles, avenue de l'Hippodrome;

47. O Sr. Jules Van Grasdorff, cervejeiro, morador em Schaerbeck, rua de Cologne n. 79;

48. O Sr. Joseph Leyder, capitalista, morador em Bruxellas, rua des Deux Églises n. 46;

49. O Sr. Charles Bastin, empregado, morador em Saint Josse-ten-Noode, rua de Beriot n. 20;

50. O Sr. Emile Neefs, corretor de fundos, morador em Leckerem;

51. O Sr. Emile Beguin, corretor de fundos, morador em Moelenbeck-Saint-Jean, boulevard Leopoldo II n. 44;

52. O Sr. Jules Delhayé, corretor de fundos, morador em Saint Josse-ten-Nood, rua de l'Union n. 1;

53. O Sr. Zacharie Bayot, corretor de fundos, morador em Gilly;

54. O Sr. Alfred Matot, corretor de fundos, morador em Schaerbeck, rua du Progrès n. 96;

55. A Sra. Victoire Lauten, capitalista, viúva de François Hermans, moradora em Bruxellas, rua de la Prévoté n. 4;

56. O Sr. Alfred Wax Weiller, corretor de mercadorias, morador em Bruxellas, boulevard du Hainaut;

57. O Sr. Georges Vander Hofstadt, tenente-adjunto de estado-maior, morador em Esterbeek, rua Gerard n. 120;

58. O Sr. Louis de Wolf, empregado, morador em Bruxellas, rua de la Loi n. 10-a;

59. O Sr. Ferdinand Caenrats, artista pintor, morador em Bruxellas, rua de Louvain n. 52-a;

60. O Sr. Eduard Moselli, corretor de fundos, morador em Bruxellas, rua Grétry n. 20;

61. O Sr. Isidore Edouard Ghémar, corretor de fundos, morador em Bruxellas, rua du Parlement n. 5;

62. O Sr. Georges Bonheur, corretor de fundos, morador em Bruxellas, boulevard du Hainaut n. 89;

63. O Sr. Léon Wagemans, jornalista, morador em Bruxellas, rua Antoine Dansaert n. 61;

64. O Sr. Paul Preevelers, capitalista, morador em Bruxellas, rua de la Fraternité n. 25;

65. O Sr. Ferdinand Poswick, capitalista, morador em Thiange-les-Huy;

66. O Sr. Elie Norga, corretor de fundos, morador em Charleroy, rua de Montigny n. 66;

67. O Sr. Georges Huschler, corretor de fundos, morador em Bruxellas, rua Antoine Dansaert n. 24 ;

68. O Sr. Hilaire Mostdagh, corretor de fundos, morador em Yvelles, rua de Dublin n. 15 ;

69. O Sr. Henry Dury, corretor de fundos, morador em Molenbeck, Saint-Jean, chaussée de Ninove n. 58 A.

Todos os comparecentes acima mencionados, sob os ns. 17 a 19, incluso, representados pelo Sr. Vital Mahieu, corretor de fundos, morador em Bruxellas, rua du Freurenberg n. 11, nos termos das procurações de proprio punho, cujos originaes ficaram aqui annexos.

Os quaes comparecentes pediram ao tabellião abaixo assinado que lavrasse acta dos estatutos da sociedade anonyma que estes declaram formar como segue :

## TITULO I

### *Denominação — Séde — Objecto — Duração*

Art. 1.º Fica formada pelos presentes uma sociedade anonyma, sob a denominação de *Société Anonyme d'Exploitation aux Etats Unis du Brésil des Brevets J. Reuse*.

Art. 2.º A sua séde é estabelecida em Bruxellas. O conselho tem o direito de mudal-a. Ella poderá ter outras sédes administrativas, succursaes, escriptorios e agencias na Belgica e nos Estados-Unidos do Brazil.

Art. 3.º A sociedade tem por objecto explorar nos Estados-Unidos do Brazil a machina de fabricar charutos, privilegio de Jean Reuse.

Póde fazer todas as operações industriaes, financeiras que se referirem directa ou indirectamente ao seu fim e emprehender qualquer industria que for de natureza a dar extracção aos seus productos ou tomar nella parte por qualquer forma que seja.

Art. 4.º A duração da sociedade é fixada em um periodo de 30 annos, a começar da data dos presentes estatutos ; porém o conselho está autorisado a tomar compromissos por um prazo que exceda a este.

A duração da sociedade poderá ser prorogada ou reduzida, de conformidade com as disposições do art. 33, alíneas 2, 3 e 4 dos presentes estatutos.

## TITULO II

### *Fundo social — Acções entradas*

Art. 5.º O capital social é fixado na quantia de dous milhões de francos, representado por vinte mil acções de cem francos cada uma.

Art. 6.º O capital pôde ser augmentado ou reduzido.

Art. 7.º O Sr. Vital Mahieu, acima mencionado, entra para a presente sociedade com o beneficio de um direito de opção que elle obteve da Companhia Geral para a acquisição dos privilegios obtidos nos Estados Unidos do Brazil, em 14 de abril de 1894, sob o n. 1729, e em 27 de março de 1895, mediante o preço de 250.000 francos, e mais a metade dos lucros annuaes que resultarem da exploração do dito privilegio, depois de ter levado em conta o serviço de um primeiro dividendo de 6% das acções e das attribuições aos administradores commissarios e membros da junta directora da sociedade.

Esta opção é dada pelo prazo de tres mezes.

Para o caso em que a sociedade decida levantar a opção, cujo beneficio lhe é aqui conferido, o Sr. Vital Mahieu obriga-se a tomar por sua conta o ajuste da metade dos beneficios de que acima se trata.

Em remuneração á entrada da dita opção e para pol-o em condições de effe tuar o ajuste do beneficio de que se acaba de tratar, o Sr. Vital Mahieu recebe 15.000 acções integralmente pagas.

Art. 8.º As 5.000 acções restantes são subscriptas como segue:

O Sr. Vital Mahieu, quinhentas e trinta acções.....	530
O Sr. Eugène Mahieu, cento e setenta.....	170
O Sr. Ruys, duzentas e cincoenta.....	250
<i>A Companhia Générale pour l'Exploitation des machines à fabriquer les cigares brevets Jean Reuse (sociedade anonyma) mil e duzentas.....</i>	
	1.200
O Sr. Van der Elst, trezentas e setenta e cinco.....	375
O Sr. Alphonse Sainte Marie, cem.....	100
O Sr. Joseph Sainte Marie, cem.....	100
O Sr. Jules Hermet, cem.....	100
O Sr. Alfred Gilsoul, vinte e cinco.....	25
O Sr. Auguste Gillain, vinte.....	20
O Sr. Franz Peeters, vinte e cinco.....	25
O Sr. Joseph Dony, duzentas e dez.....	210
O Sr. Constant Huet, vinte e cinco.....	25
O Sr. Franz de Pauw, quarenta.....	40
O Sr. Joseph Peeters, vinte e cinco.....	23
O Sr. August Comonth, cincoenta.....	50
O Sr. Victor Wanthier, cincoenta.....	50
O Sr. Gustave Huybrechts, cincoenta.....	50
O Sr. Emile Dauw, vinte e cinco.....	25
O Sr. Augustin Boel, dez.....	10
O Sr. Elmond Daems, vinte e cinco.....	25
O Sr. Etienne Brossart, vinte e cinco.....	25
O Sr. Felix Vandekerchose, vinte e cinco.....	25
A Sra. Van Voteghen, dez.....	10
O Sr. Huart Hamoir, cem.....	100
A Sra. Viuva de Lannoy, cincoenta.....	50
O Sr. Jules Dumont, cincoenta.....	50

O Sr. Eugène Sogers, dez.....	10
O Sr. Paul de Closset, cincoenta.....	50
O Sr. Auguste Staes, vinte.....	20
O Sr. Eugène Eyben, dez.....	10
O Sr. Jules Sacré, vinte e cinco.....	25
O Sr. Marie Alexandre Boulaine, cem.....	100
O Sr. Leon Choppinet, dez.....	10
O Sr. Edmond Schimmlt, dez.....	10
O Sr. Emile Servais, dez.....	10
O Sr. Henri Tornay, cincoenta.....	50
A Sra. Berthe Le-Petier, trinta.....	30
O Sr. Emile Leers, quarenta.....	40
O Sr. Oscar Vogel, vinte.....	20
O Sr. Auguste Berlemont, cem.....	100
O Sr. Léonce Verschueren, cincoenta.....	50
O Sr. Henri Samuel, cincoenta.....	50
O Sr. Edmond Stein, vinte e cinco.....	25
O Sr. Wathé, dez.....	10
A Sra. Fanny Lotar, vinte e cinco.....	25
O Sr. Jules Van Graslort, cinco.....	5
O Sr. Joseph Leyder, vinte e cinco.....	25
O Sr. Charles Bastin, cinco.....	5
O Sr. Neefs, vinte e cinco.....	25
O Sr. Emile Beguin, vinte e cinco.....	25
O Sr. Jules Delhaye, vinte e cinco.....	25
O Sr. Zacharie Bayot, cem.....	100
O Sr. Alfred Matot, cincoenta.....	50
A Sra. Viuva Hermans, cincoenta.....	50
O Sr. Max Weller, vinte e cinco.....	25
O Sr. Vander Hofstadt, vinte e cinco.....	25
O Sr. Louis de wolf, dez.....	10
O Sr. Caenrats, dez.....	10
O Sr. Moselli, cincoenta.....	50
O Sr. Isidore Ghémar, dez.....	10
O Sr. Georges Bonheur, cem.....	100
O Sr. Léon Wagemans, dez.....	10
O Sr. Paul Preevelers, dez.....	10
O Sr. Poswick, vinte e cinco.....	25
O Sr. Norga, vinte e cinco.....	25
O Sr. Hushler, vinte e cinco.....	25
O Sr. Mostagh, trinta.....	30
O Sr. Henry Dury, vinte e cinco.....	25

Total, cinco mil..... 5.000

Cada um dos subscriptores pagou na presença do tabellião e das testemunhas abaixo assignadas cincoenta por cento sobre cada uma das acções que subscrevem, e a importancia dessas primeiras entradas, sendo de duzentos e cincoenta mil francos, foi entregue em mãos do Sr. Joseph Peeters, um dos comparecentes, para ser depositada no banco que for designado pelo conselho de administração, a credito da sociedade.

As entradas complementares serão chamadas pelo conselho de administração por meio de cartas franqueadas no Correio.

Será dado aos accionistas um prazo de quinze dias, pelo menos, para o pagamento das entradas chamadas.

Na falta de pagamento na data fixada será devido o juro de pleno direito, sem mais espera, à taxa de seis por cento ao anno a datar do dia exigido.

Art. 9.º Os accionistas estão autorizados a integralisar anticipadamente as suas acções; mas sobre as entradas não determinadas pelo conselho de administração elles só gosarão do juro de tres por cento ao anno.

Art. 10. Si no prazo de um mez, a datar do dia marcado pelo conselho de administração para o contracto das chamadas obrigatorias determinadas, o accionista não tiver effectuado esse pagamento, acrescimo dos juros estipulavos no artigo precedente, o conselho terá, para se pagar das quantias que ficarem devidas por este accionista, a faculdade, sem mais formalidade e sem prejuizo do exercicio de quaesquer outros direitos e acções, de mandar vender na Bolsa as acções do delinquente.

O accionista cujos titulos forem vendidos será responsavel para com a sociedade por todas as quantias que essa execução não tenha podido fornecer à sociedade.

Art. 11. As acções subscriptas ficarão nominativas até a sua completa integralisação.

As acções nominaes são inscriptas no registro escripturado de conformidade com o art. 36 da lei de 18 de maio de 1873, modificada pela de 22 de maio de 1883.

A sua cessão opera-se por uma declaração de transferencia dada e assignada pelo cedente e o cessionario ou seus procuradores e inscripta neste registro.

Art. 12. As acções integralisadas são ao portador.

São assignadas por dous administradores, porém uma dessas assignaturas poderá ser feita por meio de rubrica.

A cessão se opera pela simples entrega do titulo.

Art. 13. O accionista só responde pela importancia das acções que subscrever.

A sociedade só reconhece um proprietario por acções.

Havendo diversos proprietarios ou diversos com direito a uma acção, a sociedade tem o direito de suspender o exercicio dos direitos affectantes a ella até que uma só pessoa seja designada como sendo proprietaria a respeito della.

Os direitos e obrigações inherentes a uma acção seguem o titulo para qualquer mão que elle passe. Todavia o proprietario de uma acção nominal fica responsavel para com a sociedade até a expiração dos tres mezes que se seguirem à publicação da lista dos accionistas prevista no art. 41 da lei.

A posse de uma acção importa adhesão aos estatutos sociais.

Os herdeiros ou credores de um accionista não podem, sob pretexto algum, provocar a apposição de sellos nos bens ou valores da sociedade.

Elles devem, para o exercicio dos seus direitos, conformar-se com os inventarios sociaes e as deliberações do conselho e da assembléa geral.

### TITULO III

#### *Administração — Direcção*

Art. 14. A sociedade é administrada por um conselho composto de cinco administradores pelo menos.

A assembléa geral pôde sempre augmentar ou reduzir este numero.

Os primeiros administradores são nomeados por um periodo que termina depois da assembléa geral ordinaria do anno de 1901.

Este assembléa renova o conselho todo. Depois a assembléa geral ordinaria de cada anno procederá á reeleição ou a substituição de um administrador segundo uma ordem de sahida regulada por meio de sorteio.

O termo será estabelecido de maneira que, por uma ou diversas sahidas, nenhum mandato de administrador exceda a duração de seis annos.

Os administradores são reelegiveis.

Art. 15. Os administradores são nomeados e revogaveis pela assembléa geral.

No caso de vaga de um logar de administrador, os administradores restantes e os commissarios reunidos poderão proverlo provisoriamente. Neste caso, a assembléa geral, na sua proxima reunião, procede á eleição definitiva.

O administrador nomeado em substituição a outro continúa o mandato daquelle que elle substitue.

Art. 16. A assembléa geral pôde attribuir aos membros do conselho de administração emolumentos fixos, além do *tantum* previsto no art. 37 e do reembolso das despesas de remoção.

Art. 17. Cada administrador deve affectar em garantia de sua gestão 50 acções da sociedade, que serão depositadas na sede social ou outro qualquer logar indicado pelo conselho da administração.

Essas não podem ser substituidas sinão depois de quitação dada pela approvação do balanço do exercicio durante o qual as funções de administrador tiverem sido exercidas.

Art. 18. O conselho de administração elege um presidente de entre os seus membros.

No caso de ausencia do presidente, o conselho designa um dos seus membros para substitui-lo.

Art. 19. O conselho de administração reúne-se á convocação do presidente todas as vezes que os interesses da sociedade o exijam.

Elle deve ser convocado quando dous administradores pelo menos o requeiram.

As reuniões tem logar no local indicado nas convocações.

Art. 20. O conselho não pôde deliberar sem que a maioria dos seus membros esteja presente ou representada.

Cada administrador pôde, por simples carta, delegar um outro membro do conselho para represental-o e votar em seu logar e vez.

Nenhum administrador pôde exercer mais de um mandato.

As resoluções são tomadas por maioria dos votos.

No caso de partilha, o voto do presidente é preponderante.

As decisões do conselho são tomadas em actas em um registro especial na sede da sociedade, e assignadas por todos os membros que tenham tomado parte na deliberação.

As cópias ou extractos que tenham de ser apresentados em Juizo ou em outra qualquer circumstancia, serão assignados por um dos administradores.

Art. 21. O conselho de administração é investido dos mais amplos poderes para a administração e a gestão da sociedade.

Tudo que não for expressamente reservado a assembléa geral pelos estatutos, é da competencia do conselho.

Est. pôde principalmente fazer quaesquer aquisições e alienações de bens immoveis, tomar quaesquer empréstimos, mesmo por meio de obrigações ao portador, continuar hypotheccas, consentir e renunciar a quaesquer direitos e consentir na cancellação de quaesquer direitos hypothecarios e inscripções, com ou sem pagamento, comprometter e transigir sobre quaesquer interesses sociaes.

Pôde delegar poderes especiaes e determinados a um ou mais dos seus membros ou a outra qualquer pessoa e fixar os emolumentos referentes a essas delegações.

Art. 22. Pôde, para a administração corrente, tanto nos Estados Unidos do Brazil, como na Belgica, constituir juntas de direcção compostas de administradores ou de outras pessoas.

Além do que lhe é attribuido no art. 37 na partilha dos lucros, elle decidirá si uma indemnisação provisoria ou regular, a recdir sobre as despesas geraes, lhes de verá ser concedida.

Nomeia ou revoga varios directores, determina as suas attribuições, fixa os seus vencimentos e, havendo logar, a sua caução.

Os directores podem ser escolhidos do seio do conselho de administração.

O conselho pôde constituir os vencimentos dos directores em abonos fixos e participações nos lucros annuaes, que serão levados em despesas geraes.

Art. 23. A não ser por delegação especial a um dos membros do conselho ou da directoria a um terceiro, todos os actos que obrigam a sociedade, que não os do serviço diario, são assignados por dous administradores, os quaes não terão, para com terceiros, que justificar-se de uma deliberação prévia do conselho.

## TITULO IV

*Commissarios*

Art. 24. A inspecção da sociedade é confiada a um commissario.

O numero de commissarios pôde sempre ser augmentado por assembléa geral.

Os commissarios exercem as funcções que lhes são marcadas pela lei. Cada anno um commissario é submettido á reeleição.

A assembléa pôde conceder, além das suas despesas de remoção e do *tantième* previsto no art. 37, um vencimento, que não pôde por commissario ser superior ao terço de um administrador.

Cada commissario deve affectar para garantia de suas funcções 25 acções da sociedade, as quaes serão depositadas na caixa social.

Esta caução não pôde ser restituída sinão depois de quitação dada pela approvação do balanço do exercicio durante o qual as funcções dos commissarios tinham sido exercidas.

## TITULO V

*Assembléas geraes*

Art. 25. A assembléa geral, regularmente constituida, representa a universalidade dos accionistas.

Ella se compõe de todos os portadores de acções que tenham observado o art. 27 dos estatutos.

As suas decisões são obrigatorias para todos, mesmo para os ausentes ou dissidentes.

Art. 26. As convocações para todas as assembléas geraes contem a ordem do dia. Ellas são feitas na Belgica, duas vezes, com oito dias de intervallo pelo menos e oito dias antes da assembléa, no *Moniteur Belge*, um jornal de Bruxellas e um jornal do districto, no qual está a sô le social.

Dirigem-se curtas, oito dias antes da assembléa geral, aos accionistas em nome, porém, sem que deva ser justificado o cumprimento dessa formalidade.

Art. 27. Os accionistas inscriptos em nome, cinco dias pelo menos antes da assembléa, serão recebidos á exhibição do seu recibo nominal.

Os proprietarios de acções ao portador serão admittidos á apresentação de um certificado provando o deposito dos seus titulos, cinco dias pelo menos antes da data da assembléa, nos logares que forem designados nos avisos da convocação.

E' permittido fazer-se representar por um procurador que tenha por si mesmo o direito de assistir á assembléa geral e que

seja portador de uma procuração em fôrma e as condições poderão ser determinadas por conselho de administração e que deverá ser depositada tres dias pelo menos antes da assemblea.

As senhoras casadas, os menores, as corporações e estabelecimentos publicos poderão ser representados pelos seus procuradores legaes.

Os co-proprietarios, os usufructuarios e os nus-proprietarios, os credores e devedores assalariados, deverão, para assistir á assemblea, fazer-se representar por uma só e mesma pessoa.

Art. 28. As assembleas geraes se realizam em Bruxellas, no logar indicado pelo conselho de administração.

A assemblea geral annual se reúne, de direito, na ultima quinta-feira de maio, ás 11 horas da manhã.

A primeira assemblea geral annual tera logar em 1898.

Os accionistas podem, em qualquer época, ser convocados em assemblea geral pelo conselho de administração ou pelos commissarios.

Elles o devem ser, a requerimento escripto de accionistas que justifiquem possuir o quinto do numero total das acções.

Art. 29. A assemblea geral é presidida pelo presidente do conselho de administração, ou na falta deste, pelo administrador designado pelo conselho.

O presidente da assemblea nomea o secretario.

Elle designa para escrutadores dous dos accionistas presentes.

Art. 30. A assemblea geral não pôde deliberar sinão sobre as propostas que são enunciadas na ordem do dia.

Nenhuma proposta feita por accionista é posta em ordem do dia sinão quando assignada por accionistas que justifiquem representar o quinto do numero das acções e communicada em tempo util ao conselho de administração; esses accionistas devem estar presentes á assemblea.

O conselho deve reunir a assemblea assim provocada em um prazo que não exceda de 50 dias.

Art. 31. Cada acção dá direito a um voto.

Ninguém podera tomar parte em votação por um numero de acções que exceda da quinta parte do numero total das acções emitidas ou os dous quintos das acções para as quaes elle toma parte na votação.

Art. 32. São reservadas á assemblea geral as questões relativas aos seguintes pontos:

1. Approvação annual do balanço sobre os relatorios do conselho de administração e da junta dos commissarios.

2. Determinação dos dividendos a distribuir.

3. Fixação do numero, nomeação e revogação dos membros do conselho de administração e dos commissarios e determinação de seus emolumentos.

4. Nomeação dos liquidantes e determinação dos seus poderes.

5. Modificação dos estatutos.

6. Fusão com outras sociedades.

7. Augmento ou redução do capital.
8. Prorogação ou dissolução da sociedade.

Art. 33. De uma maneira geral, a assembléa estatue qualquer que seja a porção de capital representada, e as deliberações são tomadas por maioria de votos.

Porém, quando ella tiver de deliberar sobre as questões de modificações nos estatutos, de augmento e de redução do capital, de fusão, de prorogação ou de dissolução anticipada da sociedade, a assembléa só é validamente constituida si os que assistirem à reunião representarem, pelo menos, a metade do capital.

Si não for cumprida, é necessario uma nova convocação, e a nova assembléa estatue qualquer que seja a porção de capital representada pelos accionistas presentes.

Nestes mesmos casos nenhuma resolução será admittida sem que ella reuna os tres quartos dos votos.

Porém no caso previsto pela disposição final do art. 72 da lei sobre sociedades, a decisão poderá ser tomada si for votada pelo quarto das acções presentes ou representadas.

Art. 34. As decisões tomadas em assembléa geral são designadas em actas assignadas pelo presidente e secretario e os dous escriptadores.

Essas actas serão depois transcriptas em um registro especial.

As cópias ou extractos que tiverem de ser apresentados em Juizo ou em outra parte são assignados por um administrador.

## TITULO VI

### *Balanço — Dividendo — Reserva*

Art. 35. Em 31 de dezembro de 1897 encerra-se a escripturação da sociedade e o conselho de administração lavra os seus inventarios e forma o balanço e a conta de lucros e perdas de conformidade com a lei.

O conselho de administração tem a mais absoluta liberdade para a avaliação dos créditos e outros valores moveis e immoveis da sociedade. Elle estabelece estas avaliações do activo da maneira que elle achar mais util para assegurar a boa gestão dos negocios, a estabilidade e o futuro da sociedade.

Art. 36. Quarenta dias, pelo menos ou antes da assembléa geral annual, o conselho de administração entrega os documentos com um relatorio sobre as operações da sociedade aos commissarios, que devem nos 20 dias fazer um relatorio contendo as suas propostas.

Quinze dias antes da assembléa, o balanço e a conta de lucros e perdas são depositados na séde social, á inspecção dos accionistas.

Art. 37. O excedente favoravel, feita a deducção de todas as obrigações sociaes, constitue o lucro liquido da sociedade.

Levanta-se annualmente dos lucros:

1.º Cinco por cento para a formação de fundos de reserva.

Este levantamento cessa de ser obrigatorio quando a reserva legal attinja o decimo do capital social.

2.º A somma necessaria para attribuir ás acções um primeiro dividendo de seis por cento sobre a importancia das quantias de que ellas se acham realisadas de conformidade com as chamadas decretadas.

O excedente é distribuido como segue: oito por cento havendo logar, entre as juntas de direcção instituidas de conformidade com o art. 22; sete por cento aos administradores e á junta dos commissarios, tendo em conta as prescripções da lei sobre as attribuições a fazer-se aos commissarios, e o saldo ás acções a titulo de segundo dividendo.

Art. 38. Os dividendos serão pagos nas épocas e nos logares fixados pelo conselho de administração, que dará conhecimento disso á assembléa geral ordinaria.

Art. 39. Todos os dividendos de acções que não tiverem sido recebidos dentro dos cinco annos da sua exigibilidade serão prescriptos e de propriedade da sociedade.

Art. 40. O balanço e a conta de lucros e perdas deverão, na quinzena de sua approvação, ser publicados por conta da sociedade e aos cuidados dos administradores.

#### TITULO VII

##### *Liquidação*

Art. 41. Na occasião da dissolução da sociedade, que á expiração do prazo, quer por antecipação deste, quer por outra qualquer causa, a liquidação da sociedade terá logar aos cuidados do conselho de administração, então em exercicio, a menos que a assembléa não designe para isto um ou mais liquidantes aos quaes ella determinará os poderes.

A assembléa regula o modo de liquidação.

#### TITULO VIII

##### *Eleição de domicilio*

Art. 42. Todo accionista, administrador ou commissario faz, pelos presentes, eleição de domicilio na casa em que está estabelecida a sêde social, e todas as communicações, intimações e citações poderão ser alli feitas com validade.

## TITULO IX

*Disposições transitórias*

Art. 43. A junta dos commissarios é constituída, para a primeira vez, de um membro, Sr. Joseph Peeters, acima mencionado, que accito, é nomeado para estas funcções.

Art. 44. Logo após a constituição da sociedade, os accionistas, sem outra convocação, se reunirão em assembléa geral para fixar o numero dos membros do primeiro conselho de administração, proceder a sua nomeação, fixar, no caso disso, os emolumentos dos administradores e dos commissarios e deliberar sobre quaesquer assumptos que elles julgarem uteis pôr em ordem do dia da reunião.

Do que se lavra termo feito e passado em Bruxellas, no anno de 1895, em 17 de julho, na presença de Gaspard François Vol-ders, sem profissão, morador em Saint Josse-ten-Noode e Pierre Jean Schyvinch, morador em Bruxellas, testemunhas requisitadas.

Feita a leitura, o comparecente, as testemunhas e o tabellião assignaram.

Seguem-se as assignaturas.

Registrado em Bruxellas (Centro) em 25 de julho de 1896, volume 177, folio 2 verso, casa 1 — Dez folhas de papel sellado.

Recbi 9 francos e 40 centimos. — O recebedor (assignado), *Bogaert*.

Seguem diversas procurações de accionistas passadas a Vital Mahieu para represental-os na formação da sociedade, que não traduzi por desnecessario.

---

Attesto que o *Moniteur Belge* é o jornal official da Belgica, onde são publicados todos os actos legaes e officiaes.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1895. — O consul da Belgica, (assignado) *L. Laureys Junior*.

(Sello do Consulado.)

---

Visto para a legalisação da assignatura do Sr. Laureys, consul da Belgica no Rio de Janeiro, acima exarada e certificada verdadeira.

O encarregado de negocios da Belgica no Brazil. — (Assignado), *E. de Cartier de Marchienne*.

(Sello da Legação da Belgica.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Cartier de Marchienne, encarregado de negocios da Belgica no Brazil.

---

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1896. — Pelo director geral (assignado sobre quatro estampilhas no valor de 550 réis), *L. P. da Silva Rosa*.

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores e sete estampilhas no valor de 2\$880 inutilisadas pela Recebedoria.)

Nada mais continham os oito estatutos que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 22 de setembro de 1896. — *Afonso H. C. Garcia*, traductor publico.



DECRETO N. 2369 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1896

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de S. Paulo do Muriahé, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução da lei n. 2395, de 10 de setembro de 1873 e regulamento n. 5573, de 21 de março de 1874, decreta :

Artigo unico. Fica reorganizada a Guarda Nacional da comarca de S. Paulo do Muriahé, no Estado de Minas Geraes, a qual se comporá do 24º batalhão de infantaria do serviço activo, já existente, mais tres da mesma arma, sob as designações de 254º, 255º e 256º, com oito companhias cada um ; do actual 12º batalhão da reserva e o 136º do mesmo serviço, com igual numero de companhias, e de tres corpos de cavallaria, com quatro esquadões cada um e os ns. 98, 99 e 100, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de outubro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



## DECRETO N. 2370 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1896

Reorganisa a Guarda Nacional do municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução da lei n. 2395 de 10 de setembro de 1873 e decreto n. 5573 de 21 de março de 1874, decreta :

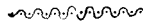
Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional do municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco, se comporá dos actuaes 14º regimento de cavallaria transformado em corpo, com quatro esquadrões, 42º, 43º, 44º e 153º batalhões de infantaria, e 24º e 25º batalhões da reserva, todos elevados a oito companhias cada um, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio.

Art. 2.º Ficam revogados os decretos ns. 221 de 2 de maio de 1891 e 2198 de 21 de dezembro de 1895.

Capital Federal, 23 de outubro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seiras Martins Torres.*



## DECRETO N. 2371 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1896

Crea um commando superior de Guardas Nacionais no municipio da villa do Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução da lei n. 2395 de 10 de setembro de 1873 e decreto n. 5573 de 21 de março de 1874, decreta :

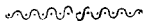
Artigo unico. Fica creado um commando superior de Guardas Nacionais no municipio da villa do Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão, o qual se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 105º e 106º e de oito companhias cada um; um do serviço da reserva, com a denominação de 32º, com igual numero de companhias, e de um corpo

de cavallaria com quatro esquadrões, sob n. 2, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos do referido municipio ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de outubro de 1896, 8.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



# DECRETO N. 2372 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.324:436\$670, para occorrer ás despesas de introdução, transporte e localisação de imigrantes, durante o 1.º trimestre do actual exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, que fixou a despesa geral da Republica para o actual exercicio, no art. 6.º, § II, ns. 3 e 4, autorizou o Poder Executivo a abrir creditos para occorrer ao pagamento das despesas provenientes da introdução, transporte e localisação de imigrantes, até a transferencia ou rescisão do respectivo contracto ;

Considerando que, por termo de 5 de setembro do corrente anno, foi rescindido o contracto celebrado a 2 de agosto de 1892 com a Companhia Metropolitana para introdução de imigrantes ;

Considerando que ha necessidade de liquidarem-se todas as despesas com o serviço de immigração no exterior ;

Considerando que sobre a abertura do credito foi ouvido o Tribunal de Contas ;

Decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de mil trescentos e vinte e quatro contos quatrocentos e trinta e seis mil seiscentos e setenta réis (1.324:436\$670), para custear, durante o 4.º trimestre do actual exercicio, as despesas provenientes de introdução, transporte e localisação de imigrantes, de accordo com a demonstração junta, assignada pelo respectivo Ministro.

Capital Federal, 28 de outubro de 1896, 8.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Demonstração do credito necessario para occorrer ao pagamento das despesas, durante o 4º trimestre de 1896, por consignações não attendidas pelo Congresso e decorrentes da introdução de immigrants nos Estados da União.

Serviços diversos ao cambio de 10:

Transporte de 5.000 immigrants da Europa, sendo:

4.000 passagens a £ 6—15—0=£ 27.000.....	648:000\$000
500 ditas a £ 3—7—6=£ 1.687—10—0.....	40:500\$000
300 ditas a £ 1—13—9=£ 506—5—0.....	12:150\$000
	<hr/>
	700:650\$000

Gratificações aos consules por «vistos» lançados em documentos de immigrants ..... 6:666\$670

Vencimentos, diarias, impostos do escriptorio, passagens de regresso e outras despesas extraordinarias com dous commissarios fiscaes do contracto com a Companhia Metropolitana, um em Genova e outro em Lisboa, incluída a differença de cambio £ 1.500..... 36:000\$000

Localisação no Estado do Paraná de 5.000 immigrants polacos ou 800 familias, comprehendidos alimentação e transporte no Estado, medição e demarcação de 800 lotes de terras, construção de 800 casas provisórias, construção de caminhos vicinaes, soccorros medicos e medicamentos, utensilios para o trabalho e outras despesas inherentes a esse serviço..... 352:400\$000

Transporte de immigrants e de empregados para os Estados, por mar e terra..... 180:000\$000

Hospedaria em Pinheiros:

Pessoal e custeio..... 40:000\$000

#### AGENCIAS NOS ESTADOS

##### *Santos — Estado de S. Paulo*

1 agente .....	750\$000	
1 escriptuario .....	600\$000	
1 auxiliar de escripta .....	450\$000	1:800\$000
	<hr/>	

Material, expediente, aluguel de casa e eventuaes ..... 1:500\$000 1:500\$000

*Paranaguá — Estado do Paraná*

1 agente.....	750\$000	
1 escriptuario.....	60 \$000	
1 porteiro .....	360\$000	
	<hr/>	
	1:710\$000	
Material, expediente, etc.....	1:000\$000	2:710\$000
	<hr/>	

*Florianopolis — Estado de Santa Catharina*

1 agente.....	750\$000	
1 escriptuario.....	600\$000	
1 porteiro .....	360\$000	
	<hr/>	
	1:710\$000	
Material, expediente, etc.....	1:000\$000	2:710\$000
	<hr/>	<hr/>
		1.324:436\$670

Capital Federal, 28 de outubro de 1896. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2373 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1896, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos Senadores, e 477:000\$ á verba — Subsidio aos Deputados.

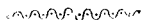
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo n. 1, do art. 8º da lei n. 360, de 30 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1896, o credito supplementar de seiscentos e dezoito contos setecentos e cincoenta mil réis (618:750\$), sendo: 141:750\$ á verba — Subsidio aos Senadores, e 477:000\$ á verba — Subsidio aos Deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas

com o subsídio aos senadores e deputados, durante a nova prorrogação da actual sessão do Congresso Nacional até 14 de novembro proximo futuro.

Capital Federal, 31 de outubro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



DECRETO N. 2374 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1896

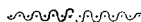
Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 76:200\$, sendo: 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º d. lei n. 360 de 30 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de setenta e seis contos e duzentos mil réis (76:200\$), sendo 33:700\$ a verba -- Secretaria do Senado, e 42:500\$ a verba — Secretaria da Camara dos Deputados, affin de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a nova prorrogação da actual sessão legislativa até 14 de novembro proximo futuro.

Capital Federal, 31 de outubro de 1896, 8º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



104

1005

## DECRETO N. 2375 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1896

Approva, com modificação, os novos Estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco dos Funcionarios Publicos representado pela respectiva directoria, resolve approvar os novos estatutos adoptados pelos seus accionistas na assembléa geral extraordinaria de 18 de julho do corrente anno; ficando, porém, assim redigido o art. 41 § 3º: serão, entretanto, admittidos empréstimos sem seguro de vida até a importancia de quinhentos mil réis (500\$) amortizaveis nos prazos de 2 a 10 mezes, segundo accordo entre a directoria do Banco e o mutuario, descontados, porém, logo o juro de 1 % ao mez e igual taxa como commissão pelo serviço todo especial desses empréstimos e para fundo de garantia.

Capital Federal, 12 de novembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

## Estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos

## CAPITULO I

## SÉDE, DURAÇÃO E FINS

Art. 1.º Em virtude do decreto n. 771, de 20 de setembro de 1890, ficou constituído o Banco dos Funcionarios Publicos, que se regerá pelos presentes estatutos e pela legislação applicavel ás sociedades anonymas.

Art. 2.º O Banco terá sua séde, para todos os effeitos legais, na Capital Federal, e durará quarenta annos, a contar da data da installação; podendo esse prazo ser prorogado pela assembléa geral, si approved pelo Governo.

Art. 3.º O Banco auxiliará os funcionarios publicos:

1.º Fazendo-lhes adiantamentos até a importancia de seis mezes de vencimentos, com amortisação e seguro de vida obrigatorios.

2.º Dando-lhes cartas de fiança para aluguel de casas.

Art. 4.º O Banco poderá receber dinheiro por letras a prazo, de 100\$ (cem mil réis) para cima, estabelecendo a directoria o prazo e as mais condições das mesmas letras.

Art. 5.º Além dessas operações o Banco poderá fazer outras, de vantagem reconhecida, que não contrariem os fins da sua instituição, precedendo deliberação tomada em reunião da directoria com o conselho fiscal e o fiscal do Governo.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL

Art. 6.º O capital do Banco será de 750:000\$ (setecentos e cinquenta contos de réis), dividido em 15.000 acções nominativas de 50\$ (cincoenta mil réis) cada uma, podendo, a juizo da directoria, ser elevado até 2.000:000\$ (dois mil contos de réis), logo que isso se possa conseguir.

Além desse limite, o capital só poderá ser elevado por deliberação da assembléa geral, convocada especialmente para isso.

Art. 7.º Quando se tratar de estender as operações do Banco a qualquer dos Estados da Republica, a directoria poderá transigir com estabelecimento congenere, já existente ou que vier a existir, transferindo-lhe os direitos conferidos pelo decreto n. 771, de 20 de setembro de 1890, precedendo autorisação do Governo.

Art. 8.º A elevação do capital será feita por emissão de acções integradas ou por chamadas de 10 %., com antecedencia nunca menor de 30 dias e de conformidade com o art. 9.º.

Art. 9.º O accionista que deixar de realizar, qualquer entrada no prazo fixado, poderá fazel-o nos 30 dias subsequentes mediante a multa de 1 % sobre a respectiva importancia; não o fazendo, as acções incorrerão na pena de commisso.

Art. 10. As acções que cahirem em commisso serão vendidas pela directoria e o seu producto levado á conta do fundo de reserva.

Art. 11. As transferencias de acções só poderão ser feitas no escriptorio do Banco, mediante termo assignado pelos cedente e cessionario ou seus legitimos representantes, munidos dos competentes poderes.

## CAPITULO III

### DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Art. 12. Dos lucros liquidos de cada semestre serão deduzidos 10 %., sendo 5 % para o fundo de reserva e 5 % para o de prejuizo com os mutuarios, não excedendo de 20 % do capital realiado. O restante será distribuido como dividendo aos accionistas.

Art. 13. Os dividendos não reclamados não vencerão juros e no fim de cinco annos prescreverão em beneficio do fundo de reserva

## CAPITULO IV

## DA DIRECTORIA

Art. 14. O Banco será administrado por uma directoria composta de tres membros (director-presidente, director-secretario e director-gerente), eleitos pela assembléa geral dos accionistas, de seis em seis annos e por maioria absoluta de votos, em escrutinio secreto, decilhando a sorte no caso de empate.

Art. 15. Os directores eleitos distribuirão entre si os tres cargos.

Art. 16. Os directores não poderão entrar em exercicio sem que tenha cada um caucionado 50 acções do mesmo Banco para garantia da sua responsabilidade durante o respectivo mandato, e essas acções só poderão ser levantadas 30 dias depois de approvadas as contas de sua gestão.

A caução será elevada, na proporção da elevação do capital, até o limite de 100 acções.

Art. 17. O director que deixar de prestar a caução dentro de 30 dias, contados da data da sua eleição, será considerado como tendo renunciado o cargo.

Art. 18. Cada director perceberá, em remuneração dos seus serviços, 500\$ ( quinhentos mil réis) por mez.

Art. 19. Os membros da directoria poderão ser re-eleitos, e quando não o forem servirão até a posse dos respectivos substitutos.

Art. 20. Nos casos de impedimento prolongado de algum dos directores, a directoria designará quem o substitua; si a ausencia exceder de seis mezes o cargo será provido com o accionista designado pela mesma directoria conjunctamente com o conselho fiscal; si forem duas as vagas, será convocada a assembléa geral.

Art. 21. O membro da directoria que, por qualquer motivo, deixar de ser funcionario publico, poderá continuar a exercer o cargo até expirar o tempo do seu mandato.

Art. 22. Compete á directoria :

1º, dirigir, zelar e administrar todos os negocios do Banco;

2º, fixar a época e a importancia de cada uma das entradas do capital;

3º, tomar conhecimento e autorisar as operações que entender convenientes, desde que dous dos directores estejam de accordo;

4º, organizar os balanços e as contas que tiverem de ser apresentados á assembléa geral dos accionistas;

5º, resolver sobre o pagamento de todas as despezas e obrigações do Banco, e a arrecadação das rendas e importancias que lhe forem devidas, recolhendo-as a estabelecimento de credito de sua escolha, quando entender conveniente;

- 6º, distribuir semestralmente os lucros líquidos e dividendos ;
- 7º, convocar a assembleia geral ordinaria e extraordinariamente ;
- 8º, prestar ao fiscal do Governo e aos membros do conselho fiscal do Banco os esclarecimentos que exigirem para os exames que lhes compete fazer ;
- 9º, assignar os titulos representativos das acções ;
- 10º, fixar o numero e os honorarios do pessoal do Banco ;
- 11º, elevar o capital até o limite fixado no art. 6º ;
- 12º, finalmente, exercer a administração suprema do Banco.

Art. 23. A directoria se reunirá semanalmente em sessão ordinaria, e extraordinariamente sempre que os interesses do Banco o exigirem, tomando, por maioria de votos, as deliberações necessarias ao bom andamento dos negocios, lavrando-se de tudo acta em livro especial.

Art. 24. Ao director-presidente compete :

- 1º, presidir as sessões ordinarias e extraordinarias da directoria e dirigir os seus trabalhos ;
- 2º, assignar, com o gerente ou com o secretario, os cheques para retirada de dinheiros depositados no estabelecimento de credito escolhido pela directoria ;
- 3º, assignar, com o secretario, as cautelas e os titulos das acções ;
- 4º, apresentar á assembleia geral dos accionistas, em nome da administração, o relatório annual dos factos occorridos, o movimento das operações e o estado do Banco ;
- 5º, designar o director que o deva substituir nos seus impedimentos ;
- 6º, representar o Banco nas suas relações externas ou em juizo, com a attribuição de constituir mandatarios.

Art. 25. Ao director-secretario cumpre :

- 1º, redigir as actas das reuniões da directoria ;
- 2º, assignar a correspondencia e as publicações ;
- 3º, assignar, com o presidente, as cautelas e os titulos das acções.

Art. 26. Ao director-gerente incumbe :

- 1º, dirigir o serviço interno do Banco e, de accordo com os outros directores, nomear os empregados e demittir, suspender e multar os que incorrerem em falta ;
- 2º, organizar e fazer executar o regulamento interno do estabelecimento, depois de approvado pela directoria ;
- 3º, dirigir e fiscalisar os serviços de escripturação, para que seja feito em dia e com regularidade e clareza.

Art. 27. Estabelecendo o Banco caixa filial nos Estados, a directoria providenciará para a respectiva organização, nomeando o pessoal, fixando-lhe vencimentos e dando instruções para a execução do serviço e da fiscalisação.

## CAPITULO V

## DO CONSELHO FISCAL

Art. 28. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes, todos accionistas do Banco.

Art. 29. Seus deveres e attribuições serão os estabelecidos na lei das sociedades anonymas.

Art. 30. Seu mandato será por um anno, podendo ser renovado.

Art. 31. Cada um dos membros effectivos perceberá 150\$ (cento e cincoenta mil réis) mensalmente.

## CAPITULO VI

## DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 32. A assembléa geral dos accionistas será constituida por todos aquelles cujas acções estiverem registradas no Banco 30 dias antes da reunião.

Art. 33. Comporão a mesa um presidente e dous secretarios, aquelle eleito na occasião por aclamação e estes escolhidos pelo presidente aclamado.

Art. 34. O presidente do Banco presidirá a eleição do presidente da assembléa.

Art. 35. Haverá, no decurso do primeiro trimestre de cada anno, uma assembléa geral ordinaria, em que serão apresentados o relatorio e as contas da administração, com parecer do conselho fiscal, procedendo-se em seguida a eleição do conselho por um anno. A eleição da directoria será feita de accordo com o art. 14.

Art. 36. As assembléas geraes extraordinarias serão convocadas quando a directoria e o conselho fiscal julgarem precisas, ou sendo reclamadas pelos accionistas de conformidade com a lei das sociedades anonymas.

O annuncio convocando as assembléas geraes será publicado com 15 dias de antecedencia para as ordinarias e oito para as extraordinarias.

Art. 37. Os accionistas ausentes ou impedidos poderão fazer-se representar nas assembléas por procuradores, accionistas ou não, com direito de voto, nos termos destes estatutos.

§ 1.º O procurador que representar mais de um accionista votará por cada um delles.

§ 2.º As companhias accionistas poderão ser representadas pelos que para isso tiverem faculdades nos respectivos estatutos.

Art. 38. Poderão fazer parte da assembléa geral não só os accionistas que tiverem suas acções livres e desembaraçadas, mas tambem os que as tiverem dado em penhor mercantil, sujeitos uns e outros á condição do art. 32.

Art. 39. Os accionistas que comparecerem inscreverão seus nomes em livro de presença, designando o numero de acções que possuirem ou representarem como procuradores, exhibindo, neste caso, as respectivas procurações, que serão archivadas.

Art. 40. Cada grupo de cinco acções dará direito a um voto, não podendo o accionista ter mais de cem votos.

## CAPITULO VII

### DAS TRANSACÇÕES COM OS MUTUARIOS

Art. 41. Em virtude da decisão da assembléa geral de 26 de maio ultimo, serão reformados todos os empréstimos realizados até 30 de junho do corrente anno, com seguro de vida obrigatorio nunca menor de 1:000\$ (um conto de réis) e calculado de accordo com a tabella adoptada para uso especial do Banco, em operações desta natureza.

§ 1.º Na novação dos contratos feitos e nos que de ora em diante se fizerem, regulará o prazo de um a cinco annos, a juizo da directoria, de accordo com o mutuario, variando a taxa de juros e amortisação entre os limites de 1 a 2 % mensalmente, e mais 1/2 % de commissão, a juizo unico da directoria, em vista da garantia offerecida.

§ 2.º Os novos empréstimos poderão attingir até seis mezes de vencimento do funcionario, contanto que não excedam estes a 2:000\$ (dous contos de réis) no total do semestre.

§ 3.º Fóra destas condições, só serão admittidos empréstimos até a importancia de 300\$ (trezentos mil réis) com amortisação mensal, no prazo de dous a seis mezes, a juizo unico da directoria, descontando-se logo o juro de 1 % ao mez e igual taxa como commissão do Banco, pelo serviço especial dos mesmos empréstimos.

Art. 42. No caso de ser avultada a divida do mutuario e precaria a sua condição, fixada a respectiva importancia, a directoria novará o seu contrato com seguro de vida obrigatorio, aos prazos de 5, 10 ou 15 annos, sendo determinada, por accordo entre as partes, a consignação mensal a descontar nos respectivos vencimentos.

Art. 43. Após o primeiro quinquennio do seguro, e nos quinquennios subsequentes, si occorrer caso de caducidade, o Banco entregará aos mutuarios nessas condições um terço do valor do seu seguro. Dado o caso de morte, pagará ao herdeiro que se habilitar legalmente o valor integral do seguro, independentemente de qualquer responsabilidade que o fallecido possa ter para com elle.

Art. 44. As quotas de amortisação em qualquer transacção augmentarão mensalmente tanto quanto diminuirem as dos juros; sendo, por isso, sempre a mesma a quantia a pagar pelo mutuario (systema Price).

Art. 45. As quotas em qualquer transacção, destinadas a juros, amortisação e commissão, serão cobradas mensal e adeantadamente.

Art. 46. Aos funcionarios que tenham dado procuração ao Banco concederá este cartas de fiança pelo aluguel de casa, cobrando mensal e adeantadamente uma percentagem razoavel. O pagamento do aluguel da casa sera effectuado pelo Banco ao proprietario directamente.

Art. 47. Nos casos em que houver para o mutuario quota mensal de amortisação obrigatoria, quando, por circumstancias inevitaveis ou de orça maior, excepto aposentadoria, o funcionario perceber em um mez menos de 50 % dos seus vencimentos, pode a a directoria dispensal-o temporariamente do pagamento da mesma quota, segundo as circumstancias do caso.

Art. 48. Nenhum funcionario publico poderá transigir com o Banco como mutuario sem ter dado procuração em causa propria, com todas as prerogativas judiciais e nos termos do decreto n. 771, de 20 de setembro de 1890, devendo consignar logo a quota mensal para pagamento de seu debito.

Parapho unico. Tais procurações produzirão seus effectos legais e ficarão archivadas no Banco, sendo as consignações communicadas ás repartições competentes, para os devidos descontos nos vencimentos do mutuario.

Art. 49. Enquanto não estiver solvido um debito o mutuario não poderá contrahir segundo empréstimo, salvo circumstancias muito especiaes e inesperadas, e com as garantias que a directoria exigir.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 50. A directoria fica com todos os poderes para contrahir empréstimos em dinheiro com juros e amortisação pre-fixados nos limites em que a lei o permite, contanto que tal resolução tenha sido approvada, por maioria de votos, em reunião da directoria com o fiscal do Governo e o conselho fiscal.

Art. 51. Quando occorrer caso não previsto em lei ou nos estatutos, será resolvido em sessão da directoria com o fiscal do Governo e o conselho fiscal, podendo nessa sessão ser tomada qualquer deliberação, desde que estejam presentes quatro membros, por constituição em maioria.

Art. 52. Fica a directoria autorizada a requerer dos poderes competentes quaesquer medidas que entender convenientes á prosperidade do estabelecimento, e a celebrar os contratos para esse fim necessarios.

Art. 53. Para todos os effectos destes estatutos, só serão considerados funcionarios publicos os empregados ou pensionistas, civis ou militares, homens ou mulheres, activos ou inactivos,

que perceberem dos cofres da União vencimento fixo, com desconto para o montepio.

Art. 54. Para os empregos do Banco terão preferencia os funcionarios publicos.

Art. 55. O fiscal do Governo junto ao Banco terá as prerogativas marcadas no decreto n. 771, de 20 de setembro de 1890.

Capital Federal.— *José Ignacio Ewerton de Almeida*, director-presidente.— *Thomaz Antonio de Souza Neiva*, director-gerente.— *Sebastião José da Rocha Pereira Mariz Sarmento*, director-secretario.



#### DECRETO N. 2376 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1896.

Modifica as tarifas approvadas pelo decreto n. 1.881, de 7 de novembro de 1894, em vigor na Estrada do Ferro de Caxias a Cajazeiras.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da Estrada de Ferro do Caxias a Cajazeiras, decreta :

Artigo unico. Ficam approvadas as modificações das tarifas approvadas pelo decreto n. 1881, de 7 de novembro de 1894, em vigor na referida estrada de ferro, constantes das bases que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 14 de novembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

#### **Modificações das tarifas approvadas pelo decreto n. 1881, de 7 de novembro de 1894, em vigor na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, a que se refere o decreto n. 2376, desta data**

Art. 1.º Onde se diz « As tarifas ns. 1 e 2 applicam-se » diga-se « A tarifa n. 1 applica-se ».

Art. 15. Onde se diz « tarifas ns. 3 e 4 » diga-se « tarifa n. 1 ».

Art. 19. Onde se diz « tarifa n. 8 » diga-se « tarifa n. 5 ».

Art. 46. Onde se diz « A tarifa n. 5 » diga-se « A tarifa n. 2 » e em lugar de « 300 réis » diga-se « 1\$000 ».

Art. 51. Supprima-se a segunda parte.

Art. 55, 2ª parte e 63. Onde se diz «tarifa n. 6» diga-se «tarifa n. 3».

Art. 64. Onde se diz «A tarifa n. 6 applica-se ás mercadorias em geral, divididas em seis classes» diga-se «A tarifa n. 3 applica-se ás mercadorias em geral, divididas em cinco classes»; supprimindo-se na 2ª parte o seguinte periodo «e as incluídas nas classes 5ª e 6ª», até o final.

Art. 65. Onde se diz «1\$000» diga-se «1\$500».

Art. 76, 2ª parte. Onde se diz «o carregamento ou descarregamento das mercadorias da 5ª e 6ª classes da tarifa n. 6» diga-se «o carregamento ou descarregamento de madeiras, materiaes de construção, machinas e instrumentos agricolas, ferro gusa, minério e machinas para o commercio ou industria e as mercadorias da 5ª classe da tarifa n. 3».

Art. 81, 1ª parte. Substitua-se pelo seguinte «A 1ª classe da tarifa n. 4 applica-se ao transporte de ouro, prata, platina, etc., em moeda ou em obras, pedras preciosas em obras, joias, casquinha de ouro ou prata, moeda-papel e papeis de valor, e a 2ª classe ao transporte de nickel, cobre e bronze, em moeda».

Art. 82. Substitua-se pelo seguinte «A taxa da tarifa n. 4 é applicada por 1:000\$ para a 1ª classe e por 200\$ para a 2ª, contando-se por inteiro qualquer fracção inferior a estas quantias. Além do frete mencionado na tarifa, cada expedição pagará mais a taxa de 1% *ad valorem*, qualquer que seja a distancia. O frete minimo de uma expedição é de 3\$000.»

Art. 92. Onde se diz «tarifa n. 8» diga-se «tarifa n. 5».

Art. 94. Onde se diz «5ª e 6ª classes da tarifa n. 6» diga-se «1ª classe da tarifa n. 5».

Art. 95. Onde se diz «tarifa n. 9» diga-se «tarifa n. 6».

Art. 97. Onde se diz «tarifa n. 9» diga-se «tarifa n. 6».

Art. 105. Onde se diz «tarifa n. 10» diga-se «tarifa n. 6».

Art. 109. Onde se diz «tarifa n. 10» diga-se «tarifa n. 6».

Art. 111. Onde se diz «tarifa n. 6» diga-se «tarifa n. 3».

A 2ª parte substitua-se pelo seguinte. «Para os volumes expressos e para os animais da tarifa n. 9 a taxa será cobrada segundo a tabella A».

Art. 116. Onde se diz «tarifa n. 6» diga-se «tarifa n. 3».

Art. 120. Onde se diz «tarifas ns. 5, 7, 9 e 10» diga-se «tarifas ns. 2, 4 e 6».

Art. 121. Onde se diz «tarifas ns. 6 e 8» diga-se «tarifas ns. 3 e 5».

Art. 122. Onde se diz «tarifa n. 6» diga-se «tarifa n. 3».

Art. 124. Substitua-se a 1ª parte pelo seguinte: «A estrada será avisada com 48 horas de antecedencia, na estação de Caxias, e 72 horas nas outras estações, para quaesquer despachos que se pretenda fazer de madeiras e materiaes de construção, machinas e instrumentos agricolas, ferro gusa, minério e machinas para o commercio ou industria».

Art. 126. 3ª parte. Onde se diz «tarifas ns. 6, 7, 8, 9 e 10» diga-se «tarifas ns. 3, 4, 5 e 6».

Art. 129. Onde se diz « tarifas ns. 6, 7, 8, 9 e 10 » diga-se « tarifas ns. 3, 4, 5 e 6 »; na 2ª parte, em lugar de « n. 5 » diga-se « n. 2 » e de « n. 6 » diga-se « n. 3 ».

Art. 140, 3ª parte. Onde se diz « 500 réis » diga-se « 1\$000 ».

Art. 164. Onde se diz « tarifas ns. 6, 7, 8, 9 e 10 » diga-se « tarifas ns. 3, 4, 5 e 6 ».

Art. 173. Será redigido do seguinte modo: « Exceptuam-se das disposições do artigo antecedente as mercadorias de que trata a 1ª parte do art. 124, as quaes serão taxadas por tonelada », seguindo-se o resto do artigo até o final.

Art. 174, 1ª parte. Onde se diz « tarifas ns. 5, 7, 8, 9 e 10 » diga-se « tarifas ns. 2, 4, 5 e 6; e na 2ª e na ultima parte, em lugar de « tarifa n. 6 » diga-se « tarifa n. 3 ».

Depois da ultima parte deste artigo, accrescente-se o seguinte periodo :

« Quando um volume contiver mercadorias sujeitas a diversas taxas, será applicada a taxa mais elevada a todas as mercadorias ».

Art. 175, 2ª parte ; art. 176 e 1ª condição do art. 180. Depois da palavra —pólvora—accrescente-se : « e quaesquer outras substancias explosivas ».

Art. 199, 2ª parte. Onde se diz « Exceptuam-se as mercadorias da 6ª classe da tarifa n. 6 » diga-se « Exceptuam-se as mercadorias de que trata a 1ª parte do art. 124, por cujo peso », seguindo-se o mais como esta no artigo.

Art. 201, 2ª parte. Fica alterado do modo seguinte : « Neste caso cobrar-se-ha, além do frete e demais taxas, 1/2 % do valor declarado para as expedições das tarifas ns. 3 e 5 ; 1 % para as da tarifa n. 2 ; e 3 % para as da tarifa n. 6. »

Art. 226. Substitua-se pelo seguinte:

Os transportes por conta do Governo Federal ou dos Governos Estaduaes terão os abatimentos de que trata a clausula 24ª do decreto n. 10.250, de 31 de maio de 1889.

Capital Federal, 14 de novembro de 1896.—*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

#### ESTRADA DE FERRO DE CAXIAS A CAJAZEIRAS

##### *Bases da tarifa*

Tarifa	Classe	Passageiros, mercadorias, animais, etc.	Taxas
1	1	Passageiros de 1ª classe, por kilometro e por um.....	70 réis
1	2	Ditos de 2ª classe, idem idem.....	45 »
		As passagens de ida e volta em ambas as classes terão abatimento de 25 % sobre o duplo da tarifa.	

Tarifa	Classe	Passageiros, mercadorias, animaes, etc.	Taxas
2	...	Bagagens e encomendas em trens de passageiros e mixtos, por 10 kilogrammas e por kilometro... O frete minimo de uma expedição é de 1\$000.	8 réis
3	1	Artigos de luxo ou de phantasia, mobilia, espelhos, quadros, perfumarias, objectos de grande volume e pouco peso, etc., por 10 kilogrammas e por kilometro...	6,5 »
3	2	Generos de importação, louça, fazendas, ferragens, machinas em geral, tecidos de fabricação estrangeira ou nacional, productos chimicos e pharmaceuticos, etc., por 10 kilogrammas e por kilometro.....	5,5 »
3	3	Algodão em rama e descaroçado, assucar refinado, purgado ou turbinado, etc., por 10 kilogrammas e por kilometro.....	4 »
3	4	Generos alimenticios de importação ou de exportação, madeiras e materiaes de construcção machinas e instrumentos agricolas por 10 kilogrammas e por kilometro.... A madeira em casca ou falquejada, a cal, tijolos e telhas, quando completar a lotação de um ou mais vagões, terá o abatimento de 25 %.	2,5 »
3	5	Ovos, pão, peixe, leite, fructas frescas, hortaliças, batatas, raizes ou tuberculos, sal, etc., por 10 kilogrammas e por kilometro.... Quando a expedição de generos mencionados na classe n. 5 da tarifa n. 3 completar a lotação de um ou mais vagões, terá o abatimento de 25 %.	2 »
		O frete minimo de uma expedição de qualquer das classes da tarifa n. 3 é de 1\$500.	
4	1	Moeda-papel e papeis de valor, ouro, prata, joias e pedras preciosas por 1:000\$ ou fracção de 1:000\$, por kilometro.....	15 »
4	2	Moeda de nickel, cobre e bronze, por 200\$ ou fracção de 200\$, por kilometro.....	75 »

Tarifa	Classe	Passageiros, mercadorias, animaes, etc.	Taxas
		Além do frete mencionado nesta tarifa, cada expedição pagará mais a taxa de 1 % <i>ad valorem</i> , qualquer que seja a distancia.	
		O frete minimo de uma expedição é de 3\$000.	
5	1	Carros de quatro rodas para transporte de pessoas e generos, por vehiculo e por kilometro.....	320 réis
		Taxa minima por vehiculo para qualquer distancia, 3\$000.	
5	2	Carros de duas rodas para transporte de pessoas e generos, por vehiculo e por kilometro.....	200 »
		Exceptuam-se as carrocinhas de mão, que pagarão pela tarifa designada na pauta.	
		Taxa minima por vehiculo para qualquer distancia, 2\$000.	
6	1	Animaes de montaria, por cabeça e por kilometro.....	85 »
		O frete minimo de uma expedição é de 2\$500.	
6	2	Bois, vaccas e vitellas, por cabeça e por kilometro.....	55 »
		Os bezerros menores de seis mezes que acompanharem as vaccas, nada pagarão.	
		O frete minimo de uma expedição é de 1\$500.	
6	3	Carneiros, cabras, porcos, cães, etc., por cabeça e por kilometro.....	25 »
		O frete minimo de uma expedição é de 1\$500.	
6	4	Aves ou passaros de qualquer especie, por cabeça e por kilometro.	2 »
		O frete minimo de uma expedição é de \$500.	
		Quando a expedição de qualquer das classes da tarifa n. 6 for de mais de vinte (20) cabeças, terá o abatimento de 25 %.	

Capital Federal, 14 de novembro de 1896.—Antonio Olyntho dos Santos Pires.

# TABELLA A

## QUADRO GERAL DAS TAXAS ACCESSÓRIAS

<i>Natureza da operação</i>	<i>Base da percepção</i>	<i>Taxa</i>
Deposito da bagagem entregue para ser registrada no dia seguinte.....	Por volume.....	\$200
Folga do material.....	Por hora e por vagões, minimo 10\$000 .....	1\$000
Carregamento ou descarregamento.....	Por fracção indivisivel de 1.000 kilogrammas...	\$600
Despacho obrigatorio para as tarifas ns. 3, 4, 5 e 6, incluindo o custo de duas notas de expedição.....	Por expedição .....	\$100
Armazenagem, tarifas ns. 2 e 4	Por fracção indivisivel de 10 kilogrammas e por dia..	\$050
Idem, tarifa n. 5.....	Por vehiculo e por dia..	3\$000
Porte de aviso de chegada.....	Por aviso.....	\$200
Seguro contra perda ou avaria, tarifa n. 2 .....	Por 100.....	1
Idem contra perda ou avaria, tarifas ns. 3 e 5.....	Por 100.....	1/2
Idem, idem, contra a perda e damno de animaes, tarifa n. 6	Por 100.....	3
Porte de telegrammas, por estafeta .....	Por telegramma e por kilometro .....	\$500
Idem, idem pelo Correio.....	Por telegramma .....	\$100
Remessa a domicilio dentro do perimetro de dous kilometros de raio em torno da estação, bigagens e encomendas da tarifa n. 2 e mercadorias da tarifa n. 3.....	Por volume até 30 kilogrammas.....	1\$000
Animaes da tarifa n. 6.....	Por volume.....	1\$000

Nota — Os preços para remessa a domicilio são os minimos. A estrada cobrará dos expeditores o que realmente pagar aos conductores intermediarios por ajuste feito com estes. — Capital Federal, 14 de novembro de 1896. — Antonio Olyntho dos Santos Pires.

*Classificação geral das mercadorias***A**

	Classe	Tarifa
Abanos de palha.....	4	3
Abanos de pennas.....	1	3
Absintho.....	1	3
Açafrão.....	2	3
Accessorios de trilhos.....	4	3
Aci'los mineraes.....	1	3
Aço.....	2	3
Aduellas.....	4	3
Agua de Cologne.....	1	3
Aguas melicinos ou mineraes, importadas ou do paiz.....	2	3
Agua-raz.....	2	3
Aguardente nacional.....	3	3
Aguardente estrangeira.....	1	3
Agulhas.....	2	3
Alabastro em bruto.....	3	3
Alabastro em obras.....	1	3
Alambiques e pertences.....	4	3
Alavancos de ferro ou aço.....	2	3
Alcatifas.....	2	3
Alcatraz.....	2	3
Alcool.....	1	3
Alcool nacional.....	3	3
Aletria.....	2	3
Alfafa.....	4	3
Alfazema.....	2	3
Algodão em rama ou descaroçado.....	3	3
Algodão em caroço.....	4	3
Alhos.....	4	3
Almofadas.....	2	3
Almofarizes.....	2	3
Alpiste.....	2	3
Aluminium.....	1	4
Alvaiade.....	2	3
Amendoim ou mendubi.....	4	3
Ancoras.....	2	3
Ancoretas vasias, importadas ou em retorno.....	4	3
Aniagem.....	2	2
Anil.....	2	3
Animaes empalhados ou embalsamados.....	1	3
Animaes pequenos, em cestos ou caixões.....	1	3
Animaes ferozes.....	Convencional	
Angico (resina, gomma ou folhas).....	4	3
Aniz.....	1	3

	Classe	Tarifa
Apparelhos de mesa, porcellana, louça ou vidro.....	1	3
Apparelhos para experiencias physicas ou chimicas.....	1	3
Apparelhos para gaz ou telegraphicos.....	2	3
Arados e instrumentos uteis á lavoura, manuaes, animaes ou a vapor.....	4	3
Arame.....	2	3
Arandelas.....	1	3
Araruta, em pó ou em raiz.....	4	3
Archotes.....	2	3
Arcos de ferro ou madeira.....	2	3
Arções para sellins.....	2	3
Ardozias.....	4	3
Areia .....	4	3
Argolas de metal, ferro, etc.....	2	3
Armações para chapéo de sol.....	2	3
Armações para igrejas.....	1	3
Armações para lojas (ordinarias).....	2	3
Armamento e accessorios de qualquer especie.....	2	3
Armarios.....	1	3
Armarios ordinarios, sem vidros.....	2	3
Arroz nacional ou estrangeiro.....	4	3
Artigos de armario.....	2	3
Artigos de escriptorio ou desenho.....	2	3
Artigos de folha de Flandres, não classificados.....	2	3
Artigos de luxo ou fantasia.....	1	3
Artigos de pacotilha, não classificados.....	2	3
Arvores vivas para jardim ou planta.....	5	3
Asphalto.....	4	3
Assucar bruto.....	4	3
Assucar refinado, turbinado ou purgado.....	3	3
Assucareiros de louça, barro, chumbo ou de folha de Flandres.....	2	3
Assucareiros de porcellana.....	1	3
Ataúdes.....	1	3 e 2
Avêa.....	4	3
Aves em capoeiras, jacás ou gaiolas.....	4	6
Aves empalhadas ou embalsamadas.....	1	3
Azeite doce.....	3	3
Azeite de substancias do paiz, peixe e outros não classificados.....	4	3
Azeitonas.....	2	3
Azulejos.....	2	3

**B**

Bacalhão.....	4	6
Bacias de arame e metal semelhante.....	2	3

	Classe	Tarifa
Bacias de porcellana ou vidro.....	1	3
Baeta.....	2	3
Bagatellas, tacos e bolas.....	1	3
Bahus vasio.....	2	3
Balaio vasio.....	4	3
Balanças.....	2	3
Baldes de ferro, zinco, folha ou madeira....	2	3
Botões.....	1	3
Bambinellas.....	1	3
Bambú.....	4	3
Bancos envernizados.....	1	3
Bancos ordinarios, de madeira ou ferro....	2	3
Bandeiras.....	2	3
Bandejas diversas.....	2	3
Banguês.....	2	5
Banha para cabello.....	1	3
Banha nacional ou estrangeira.....	4	3
Banheiros.....	2	3
Barbante.....	2	3
Barbatanas de baleia.....	2	3
Barracas desarmadas.....	2	6
Barricas e barris vasio, importados ou em retorno.....	4	3
Barrilha.....	2	3
Barro ou argilla.....	4	3
Bastidores de theatros.....	1	3
Batatas alimenticias de qualquer especie....	4	3
Batea.....	4	3
Baunilha.....	2	3
Bebidas espirituosas não classificadas.....	1	3
Beijús.....	5	3
Bengalas.....	1	3
Berços.....	1	3
Bestas.....	1	6
Bezerros.....	2	6
Bigornas.....	4	3
Bilhares, tacos e bolas.....	1	3
Bilros.....	2	3
Biscoutos.....	3	3
Boiões ou botijas vasio, importados ou em retorno.....	1	3
Bois, vaccas ou vitellas.....	2	6
Bolachas ordinarias.....	5	3
Bolsas de viagem, vasio.....	1	3
Bombas.....	2	3
Bonecos.....	1	3
Bonnets.....	2	3
Borra de azeite, gaz, vinho, vinagre, etc....	5	3
Borracha em obras não classificadas.....	2	3
Borracha em bruto.....	4	3

	Classe	Tarifa
Botinas.....	2	3
Botões diversos.....	2	3
Breu.....	2	3
Brinquedos.....	1	3
Brochas para pintar, etc.....	2	3
Bronze bruto ou em obra não classificada....	2	3
Bronze em objectos de arte.....	1	3
Brunidores de café.....	4	3
Bules de porcellana ou metal.....	1	3
Bules de louça, ferro, folha ou barro.....	2	3
Burras de ferro.....	2	3
Burros ou bestas.....	1	6
Bustos.....	1	3

## C

Cabello.....	2	3
Cabello em obra.....	1	3
Cabides envernizados.....	1	3
Cabides de ferro ou madeira.....	2	3
Cabos de arame, canhamo, linho, etc.....	2	3
Cabos de ferramentas, vassoura, etc.....	2	3
Cabrioletes.....	2	5
Cabritos.....	3	6
Caça.....	4	6
Cacão.....	4	3
Cachimbos.....	2	3
Cadaveres. Art. 19— Especial ou.....	1	5
Cadeados.....	2	3
Cadeiras de ferro ou madeira ordinaria.....	2	3
Cadernaes.....	2	3
Cadinhos.....	2	3
Café em côco.....	4	3
Café moido ou em grão.....	3	3
Cafeteiras de porcellana.....	1	3
Cafeteiras de louça, barro, chumbo, etc.....	2	3
Carros.....	4	3
Caixas de guerra.....	1	3
Caixas vasias, de madeira, ferro, chumbo, fo- lha ou papelão.....	2	3
Caixilhos com vidros ou sem elles.....	2	3
Caixões funebres.....	1	3
Caixões vasios.....	1	3
Cal de Lisboa.....	1	3
Cal do paiz e calcareos.....	4	3
Calçado.....	2	3
Caldeiras e accessorios.....	4	3
Camas de ferro, madeira ordinaria e lona...	2	3
Camarões.....	5	3

	Classe	Tarifa
Campainhas de cobre, ferro ou vidro.....	1	3
Camphora.....	2	3
Candieiros com vidros.....	1	3
Candieiros sem vidros.....	2	3
Canella.....	2	3
Cangalhas.....	4	3
Cangica.....	4	3
Canhamo bruto.....	3	3
Canivetes.....	2	3
Canna da India.....	2	3
Canna de assucar.....	5	3
Canôas.....	5	3
Canos de barro.....	4	3
Canos de metal ou ferro.....	2	3
Cantaria bruta ou aparelhada.....	4	3
Caoutchouc bruto.....	3	3
Caoutchouc em obras não classificadas.....	2	3
Capachos.....	2	3
Capim.....	5	3
Capoeiras vasiaas.....	1	3
Capotes.....	2	3
Carangueijos e semelhantes.....	5	3
Carborina.....	2	3
Cardas.....	4	3
Carnauba em cera.....	4	3
Carnauba em palha.....	5	3
Carne fresca.....	5	3
Carne secca ou salgada.....	4	3
Carneiros.....	3	6
Caroços de algodão.....	5	3
Carros funebres.....	1	5
Carros ou carrinhos de mão, nacionaes.....	5	3
Carros idem idem, importados.....	2	3
Carros de passeio.....	1	5
Carros e vagões para estradas de ferro, des- montados.....	4	3
Carroças.....	1	5
Carteiros.....	1	3
Carvão animal.....	2	3
Carvão mineral.....	5	3
Carvão vegetal.....	5	3
Cascalho.....	4	3
Cascas de arvores para cortume e outros fins	5	3
Cascas de côco.....	5	3
Cassarolas.....	2	3
Castanhas da Europa.....	2	3
Castanhas do paiz.....	4	3
Cavallos.....	1	6
Cebollas.....	4	3
Cebollinho.....	4	3

	Classe	Tarifa
Centeio.....	4	3
Cêra bruta.....	4	3
Cêra em vellas ou em obras, não classificadas	2	3
Ceramica (artigos não classificados).....	2	3
Cereaes não classificados.....	4	3
Cerveja estrangeira.....	1	3
Cerveja nacional.....	3	3
Cestos vassios.....	1	3
Cevada.....	3	3
Cevadeiras para mandioca.....	4	3
Cevadinha.....	3	3
Chá nacional.....	3	3
Chá importado.....	2	3
Chales.....	2	3
Chaleiras de ferro ou cobre.....	2	3
Champagne.....	1	3
Chapas de ferro, zinco, etc. para cobertas....	4	3
Chapas de fogão.....	2	3
Chapellaria, artigos não classificados.....	2	3
Chapeleiras vassias.....	2	3
Chapéos.....	1	3
Chapéos de sol ou guarda-chuva.....	2	3
Charruas.....	4	3
Charutos.....	2	3
Chicaras de porcellana.....	1	3
Chicaras de louça, ferro, chumbo, folha ou madeira.....	2	3
Chifres em bruto.....	4	3
Chifre em obras não classificadas.....	2	3
Chlorureto de calcio.....	2	3
Chocolate nacional.....	3	3
Chocolate importado.....	2	3
Chouriços nacionaes.....	4	3
Chouriços importados.....	2	3
Chumbo de municação, em bruto ou em folha..	3	3
Chumbo em obras.....	2	3
Cigarros.....	2	3
Cimento.....	4	3
Cinzas.....	4	3
Cipós.....	5	3
Coadores de mandioca.....	4	3
Cobertores.....	2	3
Cobre em folha, barras ou velho.....	3	3
Cobre em obras não classificadas.....	2	3
Côcos seccoos ou verdes.....	5	3
Cofres de ferro ou madeira.....	2	3
Cognac.....	1	3
Coke.....	5	3
Colchões e pertencas de cama.....	2	3
Colheres de metal, ferro, estanho ou chumbo	2	3

	Classe	Tarifa
Colheres de madeira do paiz.....	4	3
Colla.....	2	3
Colméas .....	5	3
Columnas de ferro fundido.....	4	3
Colza em grão.....	2	3
Combustiveis não classificados.....	4	3
Comestiveis não classificados.....	2	3
Cominhos.....	2	2
Confeitaria (artigos não classificados).....	2	2
Conservas de qualquer qualidade em latas ou vidros.....	2	3
Copos de crystal ou porcellana.....	1	3
Copos de vidro ordinario, ferro, chumbo, madeira ou barro.....	2	3
Coquilhos.....	5	3
Coral.....	1	3
Cordas de linho, canhamo, piassava, etc.....	3	3
Cordas para instrumentos de musica.....	1	3
Correame para tropas.....	2	3
Correntes de ferro ou outros metaes.....	2	3
Cortiça bruta.....	5	3
Cortiça em obras não classificadas.....	2	3
Cortinas e cortinados.....	2	3
Couros frescos, seccos ou salgados.....	4	3
Couros trabalhados ou envernizados.....	3	3
Couros em obra não classificada.....	2	3
Cravo da India.....	2	3
Creosota.....	2	3
Crina vegetal ou animal.....	4	3
Crinolina .....	1	3
Crivos de ferro.....	2	3
Crystal de rocha, bruto.....	4	3
Crystal em obra.....	1	3
Cubas para distillações, engenhos, etc.....	2	3
Cubos, pinos e raios para rodas.....	4	3
Cuias.....	5	3
Cutelaria (artigos não classificados).....	2	3
Cylindros de ferro.....	4	3

**D**

Debulhadores de milho.....	4	3
Dedaes de metal ordinario, ferro, madreperola, osso, marfim, etc.....	2	3
Dentes artificiaes.....	1	3
Dentes de elephante, etc.....	2	3
Descaroçadores de algodão.....	4	3
Descascadores de café ou arroz.....	4	3
Despolpadores de café.....	4	3

	Classe	Tarifa
Diamantes e outras pedras preciosas.....	1	4
Dinheiro.....	1	4
Dobradiças de ferro, latão ou metal semelhante	2	3
Doces ou frutas confeitadas, nacionaes.....	4	3
Ditos estrangeiros.....	2	3
Dormentes de ferro ou madeira.....	4	3
Drogas.....	2	3

**E**

Eixos.....	4	3
Embiras.....	5	3
Encerados para mesa.....	1	3
Encerados para tapetes ou ordinarios.....	2	3
Engenhos para estabelecimentos agricolas....	4	3
Enxadas.....	4	3
Enxergões.....	2	3
Enxofre.....	4	3
Equipamento militar não classificado.....	2	3
Ervilhas seccas ou em latas.....	2	3
Escadas de mão ou para casa.....	4	3
Escaleres.....	5	2
Escorias de metaes.....	4	3
Escovas.....	2	3
Esguião em peças.....	2	3
Espanadores.....	2	3
Especiarias não classificadas.....	2	3
Espelhos.....	1	3
Espiritos não classificados.....	1	3
Eponjas.....	2	3
Esporas de metal ordinario, ferro, etc.....	2	3
Esqueletos para estudos anatomicos.....	1	3
Escrivaninhas de metal ou madeira.....	1	3
Essencias não classificadas.....	1	3
Estacas e escoras, varas ou fachinas.....	5	3
Estampas em folhas.....	2	3
Estampas em quadro.....	1	3
Estantes de ferro ou madeira.....	1	3
Estatuas.....	1	3
Esteiras da India.....	1	3
Esteiras do paiz ou para cangalhas.....	5	3
Estojos de instrumentos chirurgicos, mathe-		
maticos, etc.....	2	3
Estopa bruta ou em obras.....	3	3
Estopim para minas.....	1	3
Estrum.....	5	3
Extracto de carne.....	2	3
Estrados para vagões.....	4	3
Extractos nao classificados.....	1	3

## F

	Classe	Tarifa
Facas de cabo de metal ordinario, ferro, marfim, osso, chifre ou madeira.....	2	3
Farello.....	5	3
Farinha de milho, mandioca ou outras não classificadas.....	4	3
Farinha de trigo, centeio, linhaça ou mostarda	2	3
Fateixas.....	2	3
Favas.....	4	3
Fazendas de algodão, lã e linho.....	2	3
Fazendas de seda.....	1	3
Fazendas do paiz.....	2	3
Fechaduras.....	2	3
Fecula.....	4	3
Feijão.....	4	3
Feltro.....	3	3
Feno.....	4	3
Ferraduras.....	2	3
Ferragens não classificadas.....	2	3
Ferramentas de carpinas, carpinteiros, ferreiros, marceneiros, torneiros, sapateiros, etc.	3	3
Ferro em chapas e barras.....	4	3
Ferro em gusa ou velho.....	5	3
Ferro em obra não classificada.....	2	3
Ferros de engommar.....	2	3
Ferrolhos.....	2	3
Fibras vegetaes não classificadas.....	4	3
Filtros.....	4	3
Fios crus ou de algodão, lã, linho ou seda....	4	3
Fios telegraphicos.....	4	3
Fitas de seda.....	1	3
Fitas diversas.....	2	3
Flechas.....	5	3
Flores artificiaes.....	1	3
Flores naturaes ou medicinaes.....	2	3
Flores de canna e outras para enchimento...	4	3
Fog-reiros.....	2	3
Fogões de ferro batido ou fundido.....	2	3
Fogos artificiaes.....	1	3
Folhas de arvores.....	5	3
Folhas medicinaes.....	3	3
Folhas de cobre, chumbo, estanho, ferro e de Flandres.....	3	3
Folles.....	2	3
Forjas portateis.....	2	3
Fôrmas para assucar, etc.....	5	3
Formicida.....	2	3
Fornalhas e fornos de ferro.....	2	3
Fornalhas para engenho.....	4	3

	Classe	Tarifa
Fouces.....	4	3
Frigideiras de cobre, ferro e estanho.....	2	3
Frutas confeitadas ou seccas, do estrangeiro..	2	3
Frutas frescas ou seccas, do paiz.....	5	3
Fubá de arroz.....	4	3
Fumo.....	2	3

**G**

Gaiolas vasiaas.....	2	3
Galheteiros.....	1	3
Gallinhas.....	4	3
Ganellas.....	5	3
Garfos de cabo de metal, ferro, marfim, osso, chifre ou madeira.....	2	3
Garrafas de crystal ou vidro fino.....	1	3
Garrafas ordinarias vasiaas.....	5	3
Garrações vasiaas.....	4	3
Gatos.....	3	6
Gaz globo, gaz liquido ou gazolina.....	2	3
Gelatina.....	2	3
Geleas.....	2	3
Gelo.....	5	3
Genebra.....	1	3
Gengibre.....	4	3
Gererés.....	2	3
Gigos vasiaas ou em retorno.....	1	3
Giz.....	2	3
Glycerina.....	2	3
Globos de vidro ou louça.....	1	3
Globos geographicos.....	1	3
Goiabadas.....	4	3
Gomma arabica.....	2	3
Gomina de mandioca e outras não classificadas	4	3
Grades de ferro ou madeira para lavoura....	4	3
Gradis para sepultura e para jardim.....	2	3
Granadas.....	1	3
Granadeiras.....	2	3
Gravatas.....	5	3
Graxa animal ou para calçado.....	2	3
Grelhas de ferro.....	2	3
Grelhas para engenhos ou locomotivas.....	4	3
Guano.....	5	3
Guaraná.....	2	3
Guarda-roupa, musica, papeis, etc.....	1	3
Guaritas.....	2	3
Guindastes ou guinchos.....	2	3
Guitarras.....	1	3
Gyradores para estrada de ferro.....	4	3

**H**

	Classe	Tarifa
Harpas.....	1	3
Herva-doce.....	2	3
Hervas medicinaes ou não classificadas.....	2	3
Hortalicas frescas.....	5	3
Hortalicas em conserva.....	3	3

**I**

Imagens.....	1	3
Iman.....	2	3
Impressos.....	3	3
Incenso.....	2	3
Inhame e raizes semelhantes.....	5	3
Instrumentos agricolas.....	4	3
Instrumentos de cirurgia, engenharia, medicina, musica, optica e semelhantes.....	1	3
Ipecacuanha.....	2	3
Isoladores de telegrapho.....	4	3

**J**

Jacás vasio.....	1	3
Jacás em retorno.....	4	3
Jangadas.....	5	3
Jardineiras.....	2	3
Jarras de barro do paiz.....	4	3
Jarras de ferro, metal ordinario ou folha....	2	3
Jarros de porcellana ou louça fina.....	1	3
Jaspe.....	1	4
Jogos de damas, dominós, gamão, xadrez, etc., e accessorios.....	1	3
Jóias.....	1	4
Jumentos.....	1	6
Junco da India ou do paiz.....	2	3

**K**

Kágados.....	2	6
Kaleidoscopio.....	1	3
Kaolim.....	4	3
Kerozene.....	2	3
Kiosques.....	1	3
Kirsch.....	1	3

## L

	Classe	Tarifa
Lã em bruto.....	3	3
Lã manufacturada ou artigos de lã não classificados.....	2	3
Lacre.....	2	3
Ladrilhos de barro.....	4	3
Ladrilhos de louça, azulejo ou marmore.....	2	3
Lages brutas ou aparelhadas.....	4	3
Lambazes.....	4	3
Lambrequins de madeira ou metal.....	2	3
Lamparinas.....	2	3
Lampeões ou lanternas com vidros.....	1	3
Lampeões ou lanternas sem vidros.....	2	3
Lanchas.....	5	3
Lanternas magicas.....	1	3
Lapides para sepulturas.....	2	3
Lapis.....	2	3
Laranja.....	2	3
Latão em barra, bruto ou velho.....	3	3
Latão em obra não classificada.....	2	3
Lavatorios de madeira envernizados.....	1	3
Lavatorios de madeira ordinaria ou ferro.....	2	3
Lebres mortas e outros pequenos animaes..	4	3
Legumes em conserva.....	2	3
Legumes frescos ou seccos.....	4	3
Leite em conserva ou condensado.....	2	3
Leite fresco.....	5	3
Leitões.....	3	6
Lenha em achas ou toros.....	5	3
Lentilhas.....	2	3
Leques.....	1	3
Licores.....	1	3
Licores nacionaes.....	3	3
Limalha de ferro, latão, etc.....	2	3
Limas de aço.....	2	3
Linguas frescas, seccas ou salgadas.....	4	3
Linguigas frescas, seccas ou salgadas.....	4	3
Linha para costura.....	2	3
Linhaça.....	2	3
Linho bruto.....	2	3
Liteiras.....	2	3
Litros (medida).....	2	3
Livros.....	3	3
Lixa.....	2	3
Locomotivas rebocadas (art. 94 especial), — locomotivas desmontadas.....	4	3
Lombo de porco.....	4	3
Lona.....	2	3
Louça de luxo ou porcellana.....	1	3

	Classe	Tarifa
Louça ordinaria.....	2	3
Louça de barro.....	4	3
Louças para escrever.....	2	3
Louças preparadas ou em lages.....	2	3
Lunetas.....	1	3
Lupulo.....	2	3
Lustres com vidros ou crystaes.....	1	3
Lustres sem vidros.....	2	3
Luvás.....	2	3

**M**

Macacos de ferro.....	2	3
Macarrão e outras massas alimenticias.....	2	3
Machados.....	4	3
Machinas aratorias.....	4	3
Machinas de copiar cartas, de costura, de cortar cartões.....	2	3
Machinas destinadas ao preparo ou fabrico de productos agricolas.....	4	3
Machinas de engenhos.....	3	3
Machinas para o fabrico de telhas ou tijolos..	5	3
Machinas para gabinetes de physica ou laboratorio de chimica.....	1	3
Machinas-ferramentas.....	4	3
Machinas de imprimir bilhetes de estrada de ferro.....	2	3
Machinas grandes não classificadas.....	4	3
Machinas metallurgicas ou mineiras.....	4	3
Machinas photographicas.....	1	3
Machinas pequenas não classificadas.....	4	3
Machinas de tecer.....	4	3
Machinas typographicas, lithographicas e autographicas.....	2	a
Machinas a vapor, fixas ou locomoveis.....	4	3
Madeira aparelhada para construção ou obras de marcenaria ou carpintaria.....	3	3
Madeira em bruto, em casca, falquejada, lavrada ou serrada em barrotes, caibros, couçoeiras, cambotas, pranchões ou vigas, ripas e surrafos, etc.....	4	3
Madeira curta até 4 metros de comprimento..	4	3
Madeira em obra não classificada, como portas, janellas, etc.....	3	3
Madeira para tinturaria.....	3	3
Madreperola.....	2	3
Maisena.....	2	3
Malas de viagem, varias.....	2	3
Malhos de ferro.....	2	3

	Classe	Tarifa
Mamona (bagas).....	5	3
Mandioca.....	5	3
Mangas de vidro.....	1	3
Manganez.....	2	3
Mangueiras para bombas.....	2	3
Maniçoba.....	5	3
Manira.....	5	3
Manometros.....	1	3
Manteiga nacional.....	2	3
Manteiga estrangeira.....	1	3
Manteigueiras de metal, louça, vidro, etc....	1	3
Manufacturas de fábricas nacionaes.....	2	3
Manuscriptos.....	2	3
Mappas.....	2	3
Marfim.....	2	3
Mariscos.....	5	3
Marmore bruto.....	4	3
Marmore em obras de arte ou objectos não classificados.....	1	3
Marquezas.....	2	3
Marroquins.....	2	3
Martellos.....	2	3
Mascaras.....	2	3
Maças alimenticias, de trigo, etc.....	2	3
Materiaes de construcção não classificados....	4	3
Materias explosivas ou inflammaveis não clas- sificadas.....	1	3
Materias venenosas.....	1	3
Matte ou herva matte.....	4	3
Medicamentos não classificados.....	2	3
Medidas diversas.....	2	3
Mel de abelhas.....	2	3
Mel de abelhas do paiz, de canna, melado ou melaço.....	4	3
Mel de fumo.....	4	3
Mercurio.....	2	3
Mesas envernizadas.....	1	3
Mesas de ferro ou madeira ordinaria.....	2	3
Metaes brutos não classificados, excepto pre- ciosos.....	3	3
Mica.....	4	3
Milho.....	4	3
Mineraes não classificados.....	4	3
Minerios de chumbo, ferro, zinco, etc.....	5	3
Missangas.....	2	3
Miudos de rezes ou residuos de açougues.....	5	3
Mobilia de luxo com dourados e espelhos, etc.	1	3
Mobilia ou peças de mobilia de vime, madeira ordinaria nova ou usada para sala ou quarto	2	3
Mocho envernizados ou ordinarios.....	2	3

	Classe	Tarifa
Modelos.....	1	3
Moendas para engenhos e pertenças.....	4	3
Moinhos para café, pimenta, etc.....	2	3
Moinhos para a lavoura.....	4	3
Moirões.....	5	3
Moitões.....	2	3
Molas de aço para carros.....	2	3
Moldes.....	1	3
Molduras de madeira envernizada ou dourada	1	3
Moringues de barro ou louça estrangeira....	1	3
Moringues de barro do paiz.....	4	3
Mós.....	4	3
Musicas.....	2	3

**N**

Naphta ou naphthalina.....	2	3
Navalhas.....	2	3
Nickel em moeda.....	2	4
Nickel bruto ou em obras não classificadas....	2	3
Noz-moscada.....	3	3

**O**

Objectos de arte.....	1	3
Objectos de luxo, ferro, cobre, bronze ou outra qualquer qualidade.....	1	3
Objectos de grande responsabilidade ou perigo	1	3
Objectos manufacturados não classificados....	2	3
Objectos de marcenaria e carpintaria desmon- tados.....	3	3
Obras de cabelleireiro não classificadas.....	2	3
Oleados.....	2	3
Oleo de linhaça, amendoas doces, ou colza...	2	3
Oleo de substancias do paiz.....	4	3
Oleo de banha.....	3	3
Opio.....	2	3
Oratorios.....	1	3
Orgãos.....	1	3
Origones.....	4	3
Ornamentos de ferro ou bronze para igrejas.	1	3
Ossos brutos.....	5	3
Ossos em obra não classificada.....	2	3
Ostras frescas.....	5	3
Ouro bruto, em obras ou moedas.....	1	3
Ovas de peixe, frescas, seccas ou salgadas....	5	3
Ovos.....	5	3

## P

	Classe	Tarifa
Padiolas.....	3	3
Paina.....	3	3
Paços.....	2	3
Palanquins.....	2	3
Palha do Chile e outras para chapéus.....	2	3
Palha de milho, coqueiro, canna, palmeira, etc.	5	3
Palitos.....	2	3
Pandeiros.....	1	3
Panellas de barro.....	4	3
Panellas de ferro ou cobre.....	2	3
Panno de qualquer qualidade.....	2	3
Pão.....	5	3
Pãos para tamancos.....	4	3
Papeis pintados, para desenho e escriptorio...	2	3
Papeis para embrulho, impressão, etc.....	3	3
Papelão.....	3	3
Parallelipipedos para calçamentos.....	4	3
Paramentos ecclesiasticos.....	1	3
Pás de ferro ou aço.....	2	3
Passaros em gaiolas.....	4	6
Passaros embalsamados ou empalhados.....	1	3
Passas.....	2	3
Pastas de papel ou papelão.....	2	3
Patronas.....	2	3
Peanhas.....	2	3
Pecas de artilharia desmontadas.....	4	3
Pecas de artilharia com carretas.....	2	5
Pecas de engenho não classificadas.....	4	3
Pecas de locomotivas de machinas não clas-		
sificadas.....	4	3
Pedras de alvenaria ou calçamento.....	4	3
Pedras de afiar, amolar ou açorianas.....	2	3
Pedras de cantaria aparelhada.....	4	3
Pedras de filtrar.....	2	3
Pedra hume.....	2	3
Pedras lithographicas.....	2	3
Pedra pomes.....	2	3
Peixe fresco, secco ou salgado.....	5	3
Peixe em latas.....	2	3
Pelles verdes ou preparadas.....	4	3
Pelles seccas ou salgadas.....	4	3
Pellica.....	2	3
Peneiras de cabello, seda ou arame.....	2	3
Peneiras de palha do paiz.....	5	3
Pennas de ave para enchimento.....	2	3
Perfumarias.....	1	3
Pesos para balanças.....	3	3
Petrechos bellicos ou de caça, não explosivos..	2	3

	Classe	Tarifa
Petrechos bellicos ou de caça explosivos.....	1	3
Petroleo (kerosene).....	2	3
Pez.....	2	3
Phosphoros.....	1	3
Pianos.....	1	3
Piassava.....	5	3
Picaretas.....	4	3
Pichoá.....	3	3
Pilhas electricas.....	1	3
Pimenta da India.....	2	3
Pimenta do paiz.....	5	3
Pinceis.....	2	3
Pinhões verdes ou seccos.....	5	3
Pinos para rodas.....	2	3
Pipas vasiaas.....	1	3
Pipas vasiaas em retorno.....	4	3
Pires de louça, etc.....	1	3
Pires de estanho, madeira ou Flandres.....	2	3
Pistolas.....	2	3
Pixe.....	4	3
Plantas medicinaes não classificadas.....	2	3
Plantas vivas.....	5	3
Plombagina.....	4	3
Polvirinhos.....	2	3
Polvilho.....	4	3
Polvora e artigos inflammaveis.....	1	3
Pomadas.....	2	3
Porcellana.....	1	3
Porphyro bruto.....	4	3
Porphyro em obra.....	2	3
Pós de sapatos.....	3	3
Postes telegraphicos de ferro ou madeira.....	4	3
Potassa.....	2	3
Potes de barro do paiz.....	4	3
Potes diversos.....	2	3
Prata bruta em obras ou moedas.....	1	4
Prateleiras envernizadas.....	1	3
Prateleiras de ferro ou madeira ordinaria....	2	3
Pratos de vidro ou porcellana.....	1	3
Pratos de louça, madeira, folha, etc.....	2	3
Pregos de ferro, cobre, etc.....	2	3
Prelos.....	4	3
Prensas de copiar cartas.....	2	3
Prensas de enfiardar algodão ou hydraulicas..	4	3
Prensas para mandioca ou quaesquer outras.	4	3
Preparações pharmaceuticas.....	1	3
Presuntos.....	2	3
Productos chimicos não classificados.....	2	3
Pucaros de louça ou vidro.....	1	3
Puchadores para gavetas, etc.....	2	3

	Classe	Tarifa
Pudrolythos.....	1	3
Punhaes.....	1	3
Puzzolana .....	4	3

**Q**

Quadros. ....	1	3
Queijos nacionaes.....	4	3
Queijos importados.....	2	3
Quilhas de jogo.....	1	3
Quinquilharias.....	1	3
Quina ou quinineo.....	2	3

**R**

Rabecas ou rabecões.....	1	3
Raios para rodas.....	4	3
Raizes do paiz alimenticias, não classificadas.	5	3
Raizes medicinaes, não classificadas.....	2	3
Raizes para tinturaria, não classificadas ....	2	3
Raladores para mandioca. ....	5	3
Rapadura.....	4	3
Rapé .....	2	3
Raspaduras ou raspas de pontas de veado....	2	3
Ratoeiras.....	2	3
Realejos.....	1	3
Rebollos (pedras de).....	3	3
Redes.....	4	3
Redomas de vidro.....	1	3
Reguas.....	2	3
Relogios de ouro, prata, etc.....	1	4
Relogios de outra qualquer qualidade.....	1	3
Remos.....	5	3
Rendas.....	1	3
Reposteiros.....	1	3
Reservatorios de ferro.....	2	3
Resinas não classificadas.....	4	3
Retortas de metal, vidro ou louça, ou para gaz	1	3
Retratos.....	1	3
Retretes.....	1	3
Retroz .....	2	3
Rhum .....	1	3
Rodas para carros, machinas, etc.....	4	3
Rodetes para machinas.....	4	3
Rolhas.....	2	3
Roscas.....	5	3
Roupa .....	1	3

## S

	Classe	Tarifa
Sabão ordinario, nacional ou importado.....	4	3
Sabonetes.....	1	3
Sabonetes nacionaes.....	3	3
Sacca-rolhas.....	2	3
Saccos vasios.....	2	3
Sagü.....	2	3
Salame.....	2	3
Sal refinado.....	2	3
Sal ordinario.....	5	3
Salitre.....	2	3
Salsa.....	2	3
Sangue de boi.....	5	3
Sanguesugas.....	2	3
Sapatos.....	2	3
Sebo.....	4	3
Seda.....	1	3
Sellins, etc. e accessorios para montaria.....	2	3
Sementes destinadas á agricultura.....	5	3
Serpentinas de vidro, crystal, bronze, etc.....	1	3
Serpentinas para alambiques.....	4	3
Serragens.....	5	3
Serralheria, artigos não classificados.....	2	3
Serras e serrotes.....	2	3
Sinos.....	2	3
Sirgueiro, artigos não classificados.....	1	3
Soda.....	2	3
Sofás de ferro, madeira ordinaria, etc.....	2	3
Solas.....	3	3
Sovelas e instrumentos de sapateiro.....	2	3
Stearina.....	2	3
Substancias de utilidade á lavoura e de pouco peso em relação ao volume.....	5	3
Sulphureto de carbono.....	2	3
Surrões vasios.....	2	3
Suspensorios.....	2	3

## T

Tabaco.....	2	3
Tabatingas.....	4	3
Tabocas.....	4	3
Taboleiros envernizados, envidraçados ou ordinarios.....	1	3
Taboleiros de engenho.....	4	3
Taboletas.....	3	3
Tachas de cobre ou metal semelhante.....	2	3
Tachos para o fabrico de assucar ou farinha..	4	3

	Classe	Tarifa
Tachos para uso domestico, de ferro ou cobre.	2	3
Talhas de barro para agua.....	4	3
Talheres e objectos de cutelaria, excepto ouro ou prata.....	2	3
Tamancos.....	4	3
Tambores de musica.....	1	3
Tambores de ferro ou madeira ordinaria ou para engenho.....	4	3
Tanques de madeira ou metal para engenhos.	4	3
Tapetes.....	1	3
Tapioca ou amido.....	4	3
Taquarassu ou taquaras.....	4	3
Tarrafas.....	4	3
Tartaruga.....	4	3
Tartaruga em obra não classificada.....	2	3
Teares.....	4	3
Tecidos de fabricas nacionaes.....	2	3
Tecidos não classificados.....	2	3
Telhas de barro.....	4	3
Telhas de vidro ou louça.....	2	3
Tenders desarmados.....	4	3
Tesouras.....	2	3
Ticuns ou tucuns.....	2	3
Tigelas de louça, folha, estanho, barro ou marmore.....	2	3
Tijolos de alvenaria.....	4	3
Tijolos de arear.....	2	3
Tinas.....	4	3
Tintas de qualquer qualidade.....	2	3
Tinteiros de qualquer qualidade, excepto ouro ou prata.....	2	3
Tipitis.....	5	3
Toalhas.....	2	3
Tomates em conserva.....	2	3
Torcidas.....	2	3
Torneiras de cobre, metal, ferro ou madeira..	2	3
Torradores de café.....	2	3
Toucinho.....	4	3
Transparentes para janellas.....	1	3
Tapos.....	5	3
Traves e travetas.....	4	3
Travesseiros.....	2	3
Trens de cozinha, de cobre, ferro ou barro, etc.	2	3
Trigo.....	4	3
Trilhos.....	4	3
Trincos.....	2	3
Tubos de barro.....	4	3
Tubos de louça ou metal.....	2	3
Tubos de vidro.....	1	3
Tumulos armados.....	1	3

	Classe	Tarifa
Tumulos desarmados .....	2	3
Turfa .....	5	3
Typos .....	2	3

**U**

Ungentos.....	2	3
Unhas de animaes.....	4	3
Urnas de marmore ou madeira.....	1	3
Urupemas ou peneiras.....	4	3
Utensilios domesticos não classificados.....	2	3
Uvas seccas ou passas.....	2	3

**V**

Vagões armados .....	Art. 94	Especial
Vagões desarmados.....	4	3
Varas.....	5	3
Varandas de ferro.....	2	3
Vassouras de cabello ou crina.....	1	3
Vassouras de piassava ou palha, etc.....	2	3
Velas de carnauba ou sebo.....	4	3
Velas de cera, stearina, etc.....	2	3
Velludo.....	1	3
Velocipedes.....	1	3
Venezianas.....	2	3
Ventarolas.....	1	3
Ventiladores.....	4	3
Verduras.....	5	3
Vermouth.....	1	3
Verniz.....	2	3
Vidros.....	3	3
Vimes.....	3	3
Vinagre nacional ou estrangeiro.....	4	3
Vinho do Porto, Madeira e outros finos.....	1	3
Vinho nacional ou estrangeiro, communs.....	3	3

**X**

Xaropes.....	2	3
Xarque.....	4	3

**Z**

Zabumbas.....	1	3
Zarcão.....	2	3
Zinco em chapas ou em obra não classificada..	2	3



## DECRETO N. 2377 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 23:592\$827, para pagamento das despesas feitas em execução das leis ns. 266 de 24 de dezembro de 1894, 348 de 9 e 360 de 30 de dezembro de 1895.

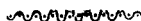
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no decreto legislativo n. 397, de 19 de outubro do corrente anno, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 23:592\$827, para pagamento das seguintes despesas, feitas em execução das leis ns. 266 de 24 de dezembro de 1894, 348 de 9 e 360 de 30 de dezembro de 1895, a saber :

Pessoal dos nucleos coloniaes da Bahia e Pernambuco e extintos pela lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.....	1:640\$000
Idem das hospedarias de immigrantes da Bahia, idem idem.....	463\$000
Idem da Delegacia de Terras de Pernambuco, idem idem.....	554\$449
Ordenado do engenheiro Ulrico Mursa, licenciado pela lei n. 348 de 9 de dezembro de 1895.....	10:000\$000
Delegado de terras do Paraná e Santa Catharina, extinto pela lei n. 30 de 30 de dezembro de 1895.....	6:258\$964
Pessoal das respectivas Delegacias.....	137\$086
Fiscaes de 2ª classe de estradas de ferro, dispensados em virtude da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895.....	2:040\$229
Indemnisação á verba por conta da qual foram pagos estes fiscaes dos vencimentos do mez de janeiro.....	2:499\$999
Capital Federal, 14 de novembro de 1895, 8º do Republica.	

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2378 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 6.524:426\$606 supplementar á verba — Exercicios findos, n. 32 do art. 7º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, para pagamento de dividas de exercicios findos dos diversos Ministerios.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi conferida pelo decreto n. 400 desta data, decreta:

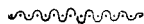
Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de seis mil quinhentos vinte e quatro contos quatrocentos vinte e seis mil seiscentos e seis réis (6.524:426\$606), supplementar á verba — Exercicios findos n. 32 do art. 7º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, para pagamento de dividas de exercicios findos dos diversos Ministerios.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de novembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2379 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 2:693\$952, para occorrer ao pagamento das etapas a que tem direito o capitão-tenente Tancredo de Castro Jauffret, como instructor do Collegio Militar, no exercicio corrente.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 414, de 12 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 2:693\$952, para occorrer ao pagamento das etapas a que tem direito o capitão-tenente Tancredo de Castro Jauffret, como instructor do Collegio Militar, no actual exercicio, sendo 1:288\$560 no 1º semestre, na razão de 7\$080, e 1:405\$392 no 2º semestre, na razão de 7\$638.

Capital Federal, 17 de novembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 2380 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1896

Manda executar os protocollos ns. I, II e III, firmados na Conferencia de Madrid em abril de 1891, para a protecção da propriedade industrial.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Havendo o Congresso Nacional approvado pela lei n. 376, de 30 de julho do corrente anno, os quatro protocollos formulados na Conferencia de Madrid, em abril de 1891, para a protecção da propriedade industrial e o regulamento de execução elaborado pela competente Secretaria Internacional, e tendo sido depositadas as respectivas ratificações na cidade de Berna, em 3 de outubro ultimo, decreta que sejam observados e cumpridos tão inteiramente como nelles se conteem os protocollos ns. I, II e III e o mencionado regulamento.

O protocollo n. IV não entra em execução por não ter obtido dos Estados contractantes a ratificação unanime a que está subordinado.

Capital Federal, 20 de novembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

## PREMIER PROTOCOLLE

*Arrangement concernant la répression des fausses indications de provenance sur les marchandises, conclu entre le Brésil, l'Espagne, la France, la Grande Bretagne, le Guatémala, le Portugal, la Suisse et la Tunisie.*

Les soussignés Plénipotentiaires des Gouvernements des Etats ci-dessus énumérés,

Vu l'article 15 de la Convention Internationale du 20 mars 1883 pour la protection de la propriété industrielle,

Ont, d'un commun accord, et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant :

## ARTICLE I

Tout produit portant une fausse indication de provenance dans laquelle un des Etats Contractants ou un lieu situé dans l'un d'entre eux, serait directement ou indirectement indiqué comme pays ou comme lieu d'origine, sera saisi à l'importation dans chacun des dits Etats.

La saisie pourra aussi s'effectuer dans l'Etat, où la fausse indication de provenance aura été apposée, ou dans celui où aura été introduit le produit muni de cette fausse indication.

Si la législation d'un Etat n'admet pas la saisie à l'importation, cette saisie sera remplacée par la prohibition d'importation.

Si la législation d'un Etat n'admet pas la saisie à l'intérieur, cette saisie sera remplacée par les actions et moyens que la loi de cet Etat assure en pareil cas aux nationaux.

#### ARTICLE 2

La saisie aura lieu à la requête soit du Ministère Public, soit d'une partie intéressée, individu ou société, conformément à la législation intérieure de chaque Etat.

Les autorités ne seront pas tenus d'effectuer la saisie en cas de transit.

#### ARTICLE 3

Les présentes dispositions ne font pas obstacle à ce que le vendeur indique son nom ou son adresse sur les produits provenant d'un pays différent de celui de la vente, mais dans ce cas, l'adresse ou le nom doit être accompagné de l'indication précise et en caractères apparents du pays ou du lieu de fabrication ou de production.

#### ARTICLE 4

Les tribunaux de chaque pays auront à décider quelles sont les appellations qui, à raison de leur caractère générique, échappent aux dispositions du présent Arrangement, les appellations régionales de provenance des produits vinicoles n'étant cependant pas comprises dans la réserve statué par cet article.

#### ARTICLE 5

Les Etats de l'Union pour la protection de la propriété industrielle qui n'ont pas pris part au présent Arrangement seront admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 16 de la Convention du 20 mars 1883 pour la protection de la propriété industrielle.

#### ARTICLE 6

Le présent Arrangement sera ratifié, et les ratifications en seront échangées à Madrid dans le délai de six mois au plus tard.

Il entrera en vigueur un mois à partir de l'échange des ratifications, et aura la même force et durée que la Convention du 20 mars 1883.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des Etats ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Madrid, le quatorze avril mil-huit-cent-quatre-vingt-onze.

Pour le Brésil, *Luiz F. de Abreu*.—Pour l'Espagne, *S. Moret*.—*Marqués de Aguilar*.—*Enrique Colleja*.—*Luis Mariano de Larra*.—Pour la France et la Tunisie, *P. Cambon*.—Pour la Grande Bretagne, *Francis Clare Ford*.—Pour le Guatemala, *I. Carrera*.—Pour le Portugal, *Comte de Casal Ribeiro*.—Pour la Suisse, *Ch. E. Lardet*.—*Moret*.

## PRIMEIRO PROTOCOLLO

*Traducção — Accordo concernente à repressão de falsas indicações de procedencia das mercadorias, concluido entre o Brazil, Hespanha, França, Gran-Bretanha, Portugal, Suissa e Tunisia.*

Os abaixo assignados, Plenipotenciarios dos Estados acima mencionados, em vista do art. 15 da Convenção Internacional de 20 de março de 1883 para protecção da propriedade industrial, concluíram, de commun accordo e sob reserva de ratificação, o ajuste seguinte:

### ARTIGO 1

Todo e qualquer producto que apresentar falsa indicação de procedencia, na qual um dos Estados contractantes ou um lugar situado em um delles, for directa ou indirectamente indicado como paiz ou como logar de origem, será apprehendido no acto da importação em cada um dos ditos Estados.

A apprehensão poderá tambem effectuar-se no Estado em que tiver sido applicada a falsa indicação de procedencia ou naquelle em que tiver sido introduzido o producto com essa falsa indicação.

Si a legislação de um dos Estados não admittir a apprehensão no acto da importação, será esta apprehensão substituida pela prohibição da importação.

Si a legislação de um Estado não admittir a apprehensão no interior do paiz, a apprehensão será substituida pelas acções ou meios que a lei do referido Estado assegurar aos nacionaes em casos identicos.

## ARTIGO 2

A apprehensão será effectuada á requisição, quer do Ministerio Publico, quer de uma parte interessada, individuo ou sociedade, de conformidade com a legislação interior de cada Estado.

As autoridades não serão obrigadas a effectuar a apprehensão em caso de transitio.

## ARTIGO 3

As presentes disposições não impõem que o vendedor indique o seu nome ou o seu endereço nos productos provenientes de um paiz diverso do da venda, mas, neste caso, o endereço ou o nome deve ser acompanhado da indicação precisa, em caracteres bem visiveis, do paiz ou lugar de fabrico ou produção.

## ARTIGO 4

Os tribunaes de cada paiz terão de decidir quaes serão as denominações que, em razão do seu caracter generico, não ficam sujeitas ás disposições do presente accordo, não se comprehendendo todavia na reserva feita por este artigo as denominações regionaes de procedencia dos productos vinícolas.

## ARTIGO 5

Os Estados da União para a protecção da propriedade industrial que não tomarem parte no presente accordo serão, a seu pedido, admittidos a adherir, na forma prescripta pelo art. 16 da Convenção de 20 de março de 1883 para a protecção da propriedade industrial.

## ARTIGO 6

O presente accordo será ratificado e as ratificações serão trocadas em Madrid no prazo de seis mezes, ao mais tardar.

Entrará em vigor um mez depois da troca das ratificações e terá a mesma força e duração que a Convenção de 20 de março de 1883.

Em testemunho do que os Plenipotenciarios dos Estados acima mencionados assignaram o presente accordo em Madrid aos 14 de abril de 1891.

Pelo Brazil, *Luiz F. de Abreu*. — Pela Hespanha, *S. Moret*. — *Marquez de Aguilar*. — *Enrique Calleja*. — *Luis Mariano de Larra*. — Pela França e Tunis, *P. Cambon*. — Pela Gran-Bretanha, *Francis Clare Ford*. — Pela Guatemala, *J. Carrera*. — Por Portugal, *Conde de Casal Ribeiro*. — Pela Suissa, *Ch. E. Lardet*. — *Moret*.

## DEUXIÈME PROTOCOLLE

*Arrangement concernant l'enregistrement international des marques de fabrique et de commerce conclu entre la Belgique, l'Espagne, la France, le Guatemala, l'Italie, les Pays Bas, le Portugal, la Suisse et la Tunisie.*

Les soussignés, Plénipotentiaires des Gouvernements des États ci-dessus énumérés,

Vu l'article 15 de la Convention internationale du 20 mars 1883 pour la protection de la propriété industrielle,

Ont, d'un commun accord, et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

## ARTICLE 1

Les sujets ou citoyens de chacun des États Contractants pourront s'assurer, dans tous les autres États, la protection de leurs marques de fabrique ou de commerce acceptées au dépôt dans le pays d'origine, moyennant le dépôt des dites marques au Bureau international, à Berne, fait par l'entremise de l'Administration du dit pays d'origine.

## ARTICLE 2

Sont assimilés aux sujets ou citoyens des États Contractants les sujets ou citoyens des États n'ayant pas adhéré au présent Arrangement qui satisfont aux conditions de l'article 3 de la Convention.

## ARTICLE 3

Le Bureau international enregistrera immédiatement les marques déposées conformément à l'article 1<sup>er</sup>. Il notifiera cet enregistrement aux États Contractants. Les marques enregistrées seront publiées dans un supplément du Journal du Bureau international au moyen soit d'un dessin, soit d'une description présentée en langue française par le déposant.

En vue de la publicité à donner dans les divers États aux marques ainsi enregistrées, chaque Administration recevra gratuitement du Bureau international le nombre d'exemplaires de la susdite publication qu'il lui plaira de demander.

## ARTICLE 4

À partir de l'enregistrement ainsi fait au Bureau international, la protection dans chacun des États Contractants sera la même que si la marque y avait été directement déposée.

## ARTICLE 5

Dans les pays où leur législation les y autorise, les administrations auxquelles le Bureau international notifiera l'enregistrement d'une marque auront la faculté de déclarer que la protection ne peut être accordée à cette marque sur leur territoire.

Elles devront exercer cette faculté dans l'année de la notification prévue par l'article 3.

La dite déclaration ainsi notifiée au Bureau international sera par lui transmise sans délai à l'administration des pays d'origine et au propriétaire de la marque. L'intéressé aura les mêmes moyens de recours que si la marque avait été par lui directement déposée dans le pays où la protection est refusée.

## ARTICLE 6

La protection résultant de l'enregistrement au Bureau international durera vingt ans à partir de cet enregistrement, mais ne pourra être invoquée en faveur d'une marque qui ne jouirait plus de la protection légale dans le pays d'origine.

## ARTICLE 7

L'enregistrement pourra toujours être renouvelé suivant les prescriptions des articles 1 et 4.

Six mois avant l'expiration du terme de protection, le Bureau international donnera un avis officiel à l'administration du pays d'origine et au propriétaire de la marque.

## ARTICLE 8

L'administration du pays d'origine fixera à son gré et percevra à son profit une taxe qu'elle réclamera du propriétaire de la marque dont l'enregistrement international est demandé.

A cette taxe s'ajoutera un emolument international de cent francs, dont le produit annuel sera réparti par parts égales entre les États Contractants par les soins du Bureau international, après déduction des frais communs nécessités par l'exécution de cet Arrangement.

## ARTICLE 9

L'administration du pays d'origine notifiera au Bureau international les annulations, radiations, renoncations, transmissions et autres changements qui se produiront dans la propriété de la marque.

Le Bureau international enregistrera ces changements, les notifiera aux administrations contractantes et les publiera aussitôt dans son journal.

## ARTICLE 10

Les administrations régleront d'un commun accord les détails relatifs à l'exécution du présent Arrangement.

## ARTICLE 11

Les États de l'Union pour la protection de la propriété industrielle qui n'ont pas pris part au présent Arrangement, seront admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 16 de la Convention du 20 mars 1883 pour la protection de la propriété industrielle.

Dès que le Bureau international sera informé qu'un État a adhéré au présent Arrangement, il adressera à l'administration de cet État, conformément à l'article 3, une notification collective des marques qui, à ce moment, jouissent de la protection internationale.

Cette notification assurera, par elle-même, aux dites marques le bénéfice des précédentes dispositions sur le territoire de l'État adhérent et fera courir le délai d'un an pendant lequel l'Administration intéressée peut faire la déclaration prévue par l'article 5.

## ARTICLE 12

Le présent Arrangement sera ratifié, et les ratifications en seront échangées à Madrid dans le délai de six mois au plus tard.

Il entrera en vigueur un mois à partir de l'échange des ratifications, et aura la même force et durée que la convention du 20 mars 1883.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des États ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Madrid, le quatorze avril mil-huit-cent-quatre-vingt-onze.

Pour la Belgique, *Th. de Bounder de Melsbroeck*. — Pour l'Espagne, *S. Moret*. — *Marqués de Aguilar*. — *Enrique Calleja*. — *Luis Mariano Larra*. — Pour la France et la Tunisie, *P. Cambon*. — Pour l'Italie, *Maffei*. — Pour le Guatemala, *J. Carrera*. — Pour les Pays Bas, *Gericke*. — Pour le Portugal, *Comte de Casal Ribeiro*. — Pour la Suisse, *Ch. E. Lardet*. — *Morel*.

## PROTOCOLLE DE CLOTURE

Au moment de la signature de l'Arrangement concernant l'enregistrement international des marques de fabrique ou de commerce, conclu à la date de ce jour, les Plénipotentiaires des États qui ont adhéré au dit Arrangement sont convenus de ce qui suit:

Des doutes s'étant élevés au sujet de la portée de l'article 5, il est bien entendu que la faculté de refus que cet article laisse aux administrations ne porte aucune atteinte aux dispositions de l'article 6 de la Convention du 20 mars 1883 et du paragraphe 4 du Protocolle de Clôture qui l'accompagne, ces dispositions étant applicables aux marques déposées au Bureau international comme elles l'ont été et le seront encore à celles déposées directement dans tous les pays contractants.

Le présent Protocolle aura la même force et durée que l'Arrangement auquel il se rapporte.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires soussignés ont signé le présent Protocolle de Clôture à Madrid, le quatorze avril mil-huit-cent-quatre-vingt-onze.

Pour la Belgique, *Th. de Bounder de Melsbroeck*. — Pour l'Espagne, *S. Moret*. — *Marqués de Aguilar*. — *Enrique Calleja*. — *Luis Mariano Larra*. — Pour la France et la Tunisie, *P. Cambon*. — Pour le Guatemala, *J. Carrera*. — Pour l'Italie, *Maffei*. — Pour les Pays Bas, *Gericke*. — Pour le Portugal, *Comte de Casal Ribeiro*. — Pour la Suisse, *Ch. E. Lardet*. — *Morel*.

## SEGUNDO PROTOCOLLO

*Tradução—Accordo relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio, concluido entre a Belgica, França, Guatemala, Italia, Paizes Baixos, Portugal, Suissa e Tunisia.*

Os abaixo assignados, Plenipotenciarios dos Governos dos Estados acima mencionados, à vista do art. 15 da Convenção Internacional de 20 de março de 1883, para a protecção da propriedade industrial, concluíram de commun accordo esob reserva de ratificação o ajuste seguinte :

## ARTIGO 1

Os subditos ou cidadãos de cada um dos Estados contractantes poderão garantir em todos os demais Estados a protecção das suas marcas de fabrica ou de commercio admittidas a deposito

no paiz de origem, mediante o registro das ditas marcas na Repartição Internacional em Berna, feito por intermedio da administração do referido paiz de origem.

## ARTIGO 2

São equiparados aos subditos ou cidadãos dos Estados contractantes os subditos ou cidadãos dos Estados que não adherirem ao presente accordo, si satisfizerem as condições do art. 3 da Convenção.

## ARTIGO 3

A Repartição Internacional registrará immediatamente as marcas depositadas, em conformidade com o art. 1°. Ella notificará este registro aos Estados contractantes. As marcas registradas serão publicadas em supplemento do jornal da Repartição Internacional, quer por meio de desenho, quer por meio de descrição apresentada em lingua franceza pelo depositante.

Afim de se dar publicidade nos diversos Estados ás marcas assim registradas, cada administração receberá gratuitamente da Repartição Internacional tantos numeros quantos deseje dos exemplares da referida publicação.

## ARTIGO 4

Desde que for assim registrada na Repartição Internacional, a protecção em cada um dos Estados contractantes será a mesma que si a marca tivesse sido ali directamente depositada.

## ARTIGO 5

Nos paizes, em que as respectivas legislações a isso o autorisem, as administrações, ás quaes a Repartição Internacional notificar o registro de uma marca, terão a faculdade de declarar que a protecção não pôde ser concedida á referida marca no seu territorio.

Essa faculdade deverá ser exercida dentro de um anno, a contar da notificação prevista no art. 3.

A dita declaração assim notificada á Repartição Internacional será por esta transmittida sem demora á administração do paiz de origem e ao proprietario da marca. O interessado terá os mesmos meios de recurso, que si a marca tivesse sido directamente depositada no paiz em que for recusada a protecção.

## ARTIGO 6

A protecção resultante do registro na Repartição Internacional durará 20 annos a contar do registro, mas não poderá ser invocada em favor de uma marca que não gosar mais da protecção legal no paiz de origem.

## ARTIGO 7

O registro poderá sempre ser renovado conforme as prescripções dos arts. 1 e 3.

Seis mezes antes de expirar o prazo da protecção, a Repartição Internacional avisará officiosamente a administração do paiz de origem e ao proprietario da marca.

## ARTIGO 8

A administração do paiz de origem fixará a seu arbitrio, e receberá em seu proveito, uma taxa que ella reclamará do proprietario da marca, de que se pede o registro internacional.

A' dita taxa se addicionará um emolumento internacional de cem francos, cujo producto annual será dividido em partes iguaes entre os Estados contractantes por diligencia da Repartição Internacional, deduzidas as despezas communs determinadas pela execução deste accordo.

## ARTIGO 9

A administração do paiz de origem notificará a Repartição Internacional as annullações, eliminações, renunciias, transmissões e outras mudanças que se derem na propriedade da marca.

A Repartição Internacional registrará estas mudanças, as notificará as administrações contractantes e as publicará logo no seu jornal.

## ARTIGO 10

As administrações registrarão de commum accordo os promenores relativos á execução do presente ajuste.

## ARTIGO 11

Os Estados da União, para protecção da propriedade industrial, que não tomarem parte no presente accordo, poderão a seu pedido adherir a elle na forma prescrita no art. 16 da convenção de 20 de março de 1883 para a protecção da propriedade industrial.

A Repartição Internacional, logo que for informada de haver um Estado adherido ao presente accordo, dirigirá a administra-

ção desse Estado, de conformidade com o art. 3, uma notificação collectiva das marcas que na occasião gosarem da protecção internacional.

Essa notificação assegurará por si mesma ás ditas marcas os beneficios das precedentes disposições no territorio do Estado adherente e fixará o prazo de um anno, durante o qual a administração interessada poderá fazer a declaração prevista pelo art. 5.

#### ARTIGO 12

O presente accordo será ratificado, e as ratificações serão trocadas em Madrid, no prazo maximo de seis mezes. Entrará em vigor um mez depois da troca das ratificações e terá a mesma força e duração que a convenção de 20 de março de 1883.

Em fé do que, os Plenipotenciarios dos Estados acima mencionados assignaram o presente accordo em Madrid, aos 14 de abril de 1891.—Pela Belgica, *Th. de Bounder de Melsbroeck*.—Pela Hespanha, *S. Moret*.—*Marquez de Aguilar*.—*Enrique de Calleja*.—*Luis Mariano de Larra*.—Pela França e Tunis, *P. Cambon*.—Pela Italia, *Maffei*.—Pela Guatemala, *J. Carrera*.—Pelos Paizes Baixos, *Gerike*.—Por Portugal, *Conde de Casal Ribeiro*.—Pela Suissa, *Ch. E. Lardet*.—*Morel*.

#### PROTOCOLO DE ENCERRAMENTO

No acto da assignatura do accordo relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio, concluido nesta data, os Plenipotenciarios dos Estados que adheriram ao dito accordo concordaram no seguinte:

Tendo surgido duvidas sobre o alcance do art. 5, fica entendido que a faculdade de recusa que este artigo deixa ás administrações, não prejudica as disposições do art. 6 da convenção de 20 de março de 1883, nem do § 4 do protocollo de encerramento que a acompanha, disposições que se tornam applicaveis ás marcas depositadas na Repartição Internacional, como foram e serão ainda as depositadas directamente em todos os paizes contractantes.

O presente protocollo terá a mesma força e duração do accordo a que elle se refere.

Em testemunho do que os Plenipotenciarios, abaixo assignados, assignaram o presente protocollo de encerramento, em Madrid, aos 14 de abril de 1891.—Pela Belgica, *Th. de Bounder de Melsbroeck*.—Pela Hespanha, *S. Moret*.—*Marquez Aguilar*.—*Enrique Calleja*.—*Luis Mariano de Larra*.—Pela França e Tunis, *P. Cambon*.—Pela Guatemala, *J. Carrera*.—Pela Italia, *Maffei*.—Pelos Paizes Baixos, *Gerike*.—Por Portugal, *Conde de Casal Ribeiro*.—Pela Suissa, *Ch. E. Lardet*.—*Morel*.

## TROISIÈME PROTOCOLLE

*Protocollé concernant la dotation du Bureau international de l'Union pour la protection de la propriété industrielle, conclu entre la Belgique, le Brésil, l'Espagne, les Etats Unis d'Amérique, la France, la Grande Bretagne, le Guatemala, l'Italie, la Norvège, les Pays-Bas, le Portugal, la Suède, la Suisse et la Tunisie.*

Les soussignés, Plénipotentiaires des Gouvernements ci-dessus énumérés.

Vu la Déclaration adoptée le 12 mars 1883 par la Conférence Internationale pour la protection de la propriété industrielle, réunie à Paris,

Ont, d'un commun accord, et sous réserve de ratification, arrêté le Protocollé suivant:

## ARTICLE 1

Le premier alinéa du chiffre 6 du Protocollé de clôture annexé à la Convention Internationale du 20 mars 1883 pour la protection de la propriété industrielle, est abrogé et remplacé par la disposition suivante:

« Les dépenses du Bureau international, institué par l'article 13, seront supportées en commun par les Etats Contractants. Elles ne pourront, en aucun cas, dépasser la somme de sixante mille francs par année. »

## ARTICLE 2

Le présent Protocollé sera ratifié, et les ratifications en seront échangées à Madrid dans le délai de six mois au plus tard.

Il entrera en vigueur un mois à partir de l'échange des ratifications, et aura la même force et durée que la Convention du 20 mars 1883, dont il sera considéré comme faisant partie intégrante.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des Etats ci-dessus énumérés ont signé le présent Protocollé à Madrid le quinze avril mil-huit-cent-quatre-vingt-onze. — Pour la Belgique, *Th. de Bunder de Melsbroeck*. — Pour le Brésil, *Luiz F. de Abreu*. — Pour l'Espagne, *S. Moret*. — *Marquès de Aguilar*. — *Enrique Calleja*. — *Luis Mariano Larra*. — Pour les Etats Unis d'Amérique, *E. Burd Grubb*. — Pour la France et la Tunisie, *P. Cambon*. — Pour la Grande Bretagne, *Francis Clare Ford*. — Pour le Guatemala, *J. Carrera*. — Pour l'Italie, *Maffei*. — Pour la Norvège, *Arild Huilfeldt*. — Pour les Pays-Bas, *Gericke*. — Pour le Portugal, *Comte de Casal Ribeiro*. — Pour la Suède, *Arild Huilfeldt*. — Pour la Suisse, *Ch. E. Lardet*. — *Morel*.

## TERCEIRO PROTOCOLLO

*Tradução — Accordo concernente a dotação da Repartição Internacional da União para a protecção da Propriedade Industrial, concluido entre a Belgica, Brazil, Hespanha, Estados Unidos da America, França, Gran-Bretanha, Guatemala, Italia, Noruega, Paizes Baixos, Portugal, Suecia, Suissa e Tunisia.*

Os abaixo assignados, Plenipotenciarios dos Governos acima mencionados,

Em vista da declaração adoptada em 12 de março de 1883, pela Conferencia Internacional, reunida em Pariz para Protecção da Propriedade Industrial,

Concluíram de commum accordo e sob reserva de ratificação o protocollo seguinte :

## ARTIGO I

O primeiro paragrapho do numero 6 do Protocollo de encerramento annexo á Convenção Internacional de 20 de março de 1883, para a Protecção da Propriedade Industrial, é revogado e substituido pela disposição seguinte :

As despesas da Repartição Internacional instituida pelo art. 13 serão feitas em commum pelos Estados Contractantes. Em caso algum poderão ellas exceder á quantia de 60.000 francos por anno.

## ARTIGO 2

O presente Protocollo será ratificado, e as ratificações serão trocadas em Madrid no prazo de seis mezes, ao mais tardar.

Entrará em vigor um mez a contar da troca das ratificações e terá a mesma força e duração que a Convenção de 20 de março de 1883, da qual será considerado como fazendo parte integrante.

Em testemunho do que, os Plenipotenciarios dos Estados acima mencionados assignaram o presente Protocollo, em Madrid, ao<sup>s</sup> 15 de abril de 1891.—Pela Belgica, *Th. de Bounder de Melsbroeck*.—Pelo Brazil, *Luis P. de Abreu*.—Pela Hespanha, *S. Moret*.—*Marquez de Aguilar*.—*Enrique Calleja*.—*Luis Mariano de Larra*.—Pelos Estados Unidos, *E. Burd Grubb*.—Pela França e Tunis, *P. Cambon*.—Pela Gran-Bretanha, *Francis Clare Ford*.—Pela Guatemala, *J. Carrera*.—Pela Italia, *Maffei*.—Pela Noruega, *Arild Huitfeldt*.—Pelos Paizes Baixos, *Gericke*.—Por Portugal, *Conde de Casal Ribeiro*.—Pela Suecia, *Arild Huitfeldt*.—Pela Suissa, *Ch. E. Lardet*.—*Morel*.

Règlement pour l'exécution de l'Arrangement du 14 avril 1891 concernant l'enregistrement international des marques de fabrique ou de commerce

ARTICLE 1

Toute demande tendant à obtenir l'enregistrement international d'une marque de fabrique ou de commerce, en vertu de l'Arrangement du 14 avril 1891, devra être adressée par le propriétaire de la marque à l'administration du pays d'origine, en la forme que cette dernière pourra prescrire.

Chaque administration percevra, pour l'enregistrement international, un émolument de 100 francs, plus une taxe qu'elle fixera à son gré et dont le montant lui sera acquis.

ARTICLE 2

Après avoir constaté que la marque est régulièrement enregistrée, l'administration du pays d'origine adressera au Bureau international de la propriété industrielle, à Berne:

a) une demande d'enregistrement, en double exemplaire, portant une représentation typographique de la marque et indiquant:

1<sup>re</sup>, le nom du propriétaire de la marque;

2<sup>e</sup>, son adresse;

3<sup>e</sup>, les produits ou marchandises auxquels la marque est appliquée;

4<sup>e</sup>, la date de l'enregistrement dans le pays d'origine;

5<sup>e</sup>, le numéro d'ordre de la marque dans le pays d'origine.

La représentation typographique de la marque peut être remplacée par une description de cette dernière, en langue française;

b) un cliché de la marque pour la reproduction typographique de cette dernière dans la publication qui en sera faite par le Bureau international. Ce cliché doit reproduire exactement la marque, de manière que tous les détails en ressortent visiblement; il ne doit pas avoir moins de 15 millimètres ni plus de 10 centimètres, soit en longueur, soit en largeur. L'épaisseur exacte du cliché, doit être de 24 millimètres, correspondant à la hauteur des caractères d'imprimerie. Ce cliché sera conservé au Bureau international;

Si la reproduction typographique de la marque, prévue sous lettre a), est remplacée par une simple description, le dépôt du cliché ne sera pas nécessaire;

c) si un des éléments distinctifs de la marque consiste dans sa couleur, il pourra être joint au dépôt 30 exemplaires sur papier d'une reproduction en couleur de la marque;

d) un mandat postal de 100 francs formant le montant de l'enregistrement international.

La demande d'enregistrement sera rédigée d'après la formule annexée au présent Règlement, ou d'après toute autre formule que les administrations des Etats Contractants pourraient adopter ultérieurement d'un commun accord.

Le Bureau international remettra gratuitement aux administrations les formulaires nécessaires.

### ARTICLE 3

Le Bureau international procédera, sans retard, à l'inscription de la marque dans un registre destiné à cet effet.

Ce registre contiendra les indications suivantes :

- 1° La date de l'enregistrement au Bureau international ;
- 2° La date de la notification aux administrations contractantes ;
- 3° Le numéro d'ordre de la marque ;
- 4° Le nom du propriétaire de la marque ;
- 5° Son adresse ;
- 6° Les produits ou marchandises auxquels la marque est appliquée ;
- 7° Le pays d'origine de la marque ;
- 8° La date de l'enregistrement dans le pays d'origine ;
- 9° Le numéro d'ordre de la marque dans le pays d'origine ;
- 10° Les mentions relatives à la radiation ou à la transmission de la marque. (Article 9 de l'Arrangement.)

### ARTICLE 4

L'inscription, une fois faite dans le registre, le Bureau international certifiera, sur les deux exemplaires de la demande, que l'enregistrement a eu lieu, et les revêtira, tous deux, de sa signature et de son timbre. Un de ces exemplaires restera dans les archives du Bureau ; l'autre sera renvoyé à l'Administration du pays d'origine.

En outre, le Bureau international notifiera aux Administrations l'enregistrement opéré, en envoyant à chacune d'elles une reproduction typographique, ou, à défaut, une description en langue française de la marque, et en leur indiquant :

- 1° La date de l'enregistrement au Bureau international ;
- 2° Le numéro d'ordre de la marque ;
- 3° Le nom et l'adresse du déposant ;
- 4° Les produits ou marchandises auxquels la marque est appliquée ;
- 5° Le pays d'origine de la marque, ainsi que sa date d'enregistrement et son numéro d'ordre dans le dit pays.

Dans le cas prévu par l'article 2, lettre c), la susdite notification sera en outre accompagnée d'un des exemplaires de la reproduction en couleur de la marque.

## ARTICLE 5

Le Bureau international pourvoira ensuite à la publication de la marque, qui aura lieu dans un supplément de son journal et qui consistera dans la reproduction de la marque, ou de la description de cette dernière en langue française, accompagnée des indications mentionnées à l'article 4, alinéa 2.

Au commencement de chaque année, le Bureau international fera paraître une table où seront indiqués, par ordre alphabétique et par Etat Contractant, les noms des propriétaires des marques ayant fait l'objet des publications effectuées dans le cours de l'année précédente.

Chaque administration recevra gratuitement, du Bureau international, le nombre d'exemplaires qu'il lui plaira de demander du supplément contenant les publications relatives à l'enregistrement international.

## ARTICLE 6

La déclaration notifiée au Bureau international aux termes de l'article 5 de l'Arrangement (non admission d'une marque à la protection dans un pays) sera par lui transmise sans délai à l'administration du pays d'origine et au propriétaire de la marque.

## ARTICLE 7

Les changements survenus dans la propriété d'une marque, et qui auront fait l'objet de la notification prévue par l'article 9 de l'Arrangement, seront consignés dans le registre du Bureau international. Ce dernier les notifiera à son tour aux administrations contractantes et les publiera dans son journal.

## ARTICLE 8

Six mois avant l'expiration du terme de protection de vingt ans, le Bureau international donnera un avis officiel à l'administration du pays d'origine et au propriétaire de la marque.

Les formalités à remplir pour le renouvellement de l'enregistrement international seront les mêmes que s'il s'agissait d'un enregistrement nouveau, sauf qu'il ne sera plus nécessaire d'envoyer de cliché.

## ARTICLE 9

Au commencement de chaque année, le Bureau international établira un compte des frais de toute nature qui lui auront

été occasionnés, pendant l'année précédente, par l'enregistrement international des marques. Le montant de ces frais sera déduit du total des sommes reçues des administrations, à titre d'émolument pour l'enregistrement international, et l'excédent de recettes sera réparti par parts égales entre tous les Etats contractants.

#### ARTICLE 10

La notification collective, prescrite par l'article 11 de l'Arrangement, contiendra les mêmes indications que la notification prévue par l'article 4 du présent Règlement.

#### ARTICLE 11

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement du 11 avril 1891.

Les administrations contractantes pourront toujours y apporter, d'un commun accord, conformément aux dispositions de l'article 10 du dit Arrangement, les modifications qui leur paraîtront nécessaires.

Avis : Pour être complète, une demande d'enregistrement doit comprendre :

- 1.<sup>e</sup> Deux exemplaires du présent formulaire dûment remplis ;
  - 2.<sup>e</sup> Un étiquette de la marque dimensions : minimum 15 mm, maximum 10 cm, soit en longueur, soit en largeur ; épaisseur 24 mm, à moins que la marque ne soit déposée au moyen d'une simple description ;
  - 3.<sup>e</sup> L'envoi de l'émolument international de 100 francs, en un mandat postal.
- Il peut y être joint :
- 4.<sup>e</sup> 30 exemplaires sur papier d'une reproduction en couleur de la marque, si un des éléments distinctifs de cette dernière consiste dans sa couleur.

## ENREGISTREMENT INTERNATIONAL

DES

### MARQUES DE FABRIQUE OU DE COMMERCE

Pays d'origine de la marque :

Place où une représentation de la marque doit être collée ou apposée

Si la marque est déposée au moyen d'une simple description, celle-ci doit être écrite en langue française dans cet espace

- |  |                |       |
|--|----------------|-------|
| 1. <sup>e</sup> Nom                      | du             | ..... |
| 2. <sup>e</sup> Profession               | propriétaire   | ..... |
| 3. <sup>e</sup> Adresse                  | de la          | ..... |
| 4. <sup>e</sup> Produits ou marchandises | marque         | ..... |
| auxquels                                 |                | ..... |
| la marque est appliquée                  |                | ..... |
| 5. <sup>e</sup> Date d'enregistrement    | de la marque   | ..... |
|  | dans le        | ..... |
| 6. <sup>e</sup> Numéro d'ordre           | pays d'origine | ..... |

L'administration soussignée certifie que la marque ci-dessous est régulièrement déposée en..... et que les indications y relatives, sous chiffres 1 à 6, sont conformes au contenu du registre national des marques de fabrique ou de commerce.

Elle prie le Bureau international de la propriété industrielle, à Berne, d'inscrire cette marque dans le registre international.

L'émolument de 100 francs pour l'enregistrement international est adressé au Bureau international en un mandat postal.

.....de.....189.....



La marque ci-dessus a été inscrite dans le registre international sous le numéro..... à la date du.....189.....

BUREAU INTERNATIONAL

DE LA PROPRIÉTÉ INDUSTRIELLE :



*Tradução — Regulamento para a execução do accordo de 14 de abril de 1891, relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio*

#### ARTIGO 1

Qualquer pedido, para o fim de obter o registro internacional de uma marca de fabrica ou de commercio, em virtude do accordo de 14 de abril de 1891, deverá ser dirigido pelo proprietario da marca á administração do paiz de procedencia, na forma que esta houver prescripto.

Cada administração receberá, pelo registro internacional, um emolumento de 100 francos e mais uma taxa que ella fixará e cujo producto lhe ficará adquirido.

#### ARTIGO 2

Depois de certificar que a marca está regularmente registrada, a administração do paiz de procedencia dirigirá á Repartição Internacional da propriedade industrial, em Berna :

a) Um pedido de registro, em duplicata, contendo um desenho typographico da marca, e indicando :

- 1º, o nome do proprietario da marca ;
- 2º, o seu endereço ;
- 3º, os productos ou mercadorias aos quaes a marca é applicada ;
- 4º, a data do registro no paiz de procedencia ;
- 5º, o numero de ordem da marca no paiz de procedencia.

O desenho typographico da marca pôde ser substituido por uma descripção em lingua franceza.

b) Uma chapa da marca para a reproducção typographica que será publicada pela Repartição Internacional. A referida chapa deve reproduzir exactamente a marca de modo que todos os promenores sejam visivelmente indicados ; não deve ter menos de 15 millimetros, nem mais de 10 centimetros, quer de comprimento, quer de largura. A espessura exacta da chapa deve ser de 24 millimetros, correspondendo á altura dos caracteres da imprensa. A referida chapa será conservada na Repartição Internacional.

Si a reproducção typographica da chapa da marca prevista na lettra a) for substituida por uma simples descripção, será desnecessario o deposito da chapa.

c) Si um dos elementos distinctivos da marca consistir na sua côr, poder-se-ha juntar ao deposito 30 exemplares, em papel, da reproducção em côr da marca.

d) Um vale postal de 100 francos que forma a importancia do registro internacional.

O pedido do registro será redigido segundo a formula annexa ao presente regulamento, ou segundo qualquer outra que os Estados contractantes tenham, ulteriormente, adoptado de commun accordo.

A Repartição Internacional enviará gratuitamente ás administrações os formularios necessarios.

#### ARTIGO 3

A Repartição Internacional fará logo inserever a marca registra-la em um registro especial.

O referido registro terá as indicações seguintes :

- 1º A data da inscripção na Repartição Internacional ;
- 2º A data da notificação ás administrações contractantes ;
- 3º O numero de ordem da marca ;
- 4º O nome do proprietario da marca ;
- 5º Sua residencia ;
- 6º Os productos ou mercadorias aos quaes a marca é applicada ;
- 7º O paiz de procedencia da marca ;
- 8º A data do registro no paiz de procedencia ;
- 9º O numero de ordem da marca no paiz de procedencia ;
- 10º As indicações relativas à retirada ou transmissão da marca (artigo 9 do accordo).

#### ARTIGO 4

A inscripção uma vez feita no registro, a Repartição Internacional certificará, sobre os dous exemplares do pedido, que o registro effectuou-se e porá em ambos sua assignatura e sello. Um dos exemplares ficará nos archivos da Repartição Internacional e o outro será enviado á administração do paiz de procedencia. Além disto, a Repartição notificará o registro effectuado ás administrações, enviando a cada uma dellas uma reprodução typographica ou, em falta desta, uma descripção em lingua franceza, da marca, e indicando :

- 1º A data do registro na repartição internacional ;
- 2º O numero de ordem da marca ;
- 3º O nome e a residencia do depositario ;
- 4º Os productos ou mercadorias aos quaes a marca é applicada ;
- 5º O paiz de procedencia da marca, bem assim a data do registro e o seu numero de ordem no referido paiz de procedencia.

No caso previsto pelo art. 2, letra c), a mencionada notificação será acompanhada de um exemplar da reprodução do colorido da marca.

## ARTIGO 5

A Repartição Internacional providenciará em seguida sobre a publicação da marca, que será feita em um supplemento do seu jornal, e que consistirá na reprodução da marca ou da descripção desta, em lingua franceza, acompanhada das indicações mencionadas no art. 4 § 2.

No principio de cada anno, a Repartição Internacional publicará um quadro no qual serão indicados, por ordem alphabetica e por Estado contractante, os nomes dos proprietarios das marcas constantes das publicações effectnadas no correr do anno precedente.

Cada administração receberá da Repartição Internacional tantos exemplares quantos lhe convier pedir do supplemento contendo as publicações relativas ao registro internacional.

## ARTIGO 6

A declaração, notificada á Repartição Internacional nos termos do art. 5 do accordo (recusa de uma marca á protecção de um paiz), será logo por ella transmittida á administração do paiz de procedencia e ao proprietario da marca.

## ARTIGO 7

As mudanças que occorrerem na propriedade de uma marca e de que tratar a notificação prevista pelo art. 9 do accordo, serão levadas ao registro da Repartição Internacional. Esta as notificará, por sua vez, ás administrações contractantes e as publicará no seu jornal.

## ARTIGO 8

Seis mezes antes de encerrar-se o prazo de protecção de vinte annos, a Repartição Internacional avisará officiosamente á administração do paiz de procedencia e ao proprietario da marca.

As formalidades que se tenham de preencher, para a renovação do registro internacional, serão as mesmas que para um novo registro, excepto a remessa da chapa que será desnecessaria.

## ARTIGO 9

No principio de cada anno, a Repartição Internacional fará uma conta das despesas de toda especie que tiverem sido feitas, durante o anno, com o registro internacional das marcas. A im-

portancia destas despezas será deduzida do total das sommas recebidas das administrações, a título de emolumentos para o registro internacional e o saldo será dividido em partes iguaes por todos os Estados contractantes.

#### ARTIGO 10

A notificação collectiva, prescripta pelo art. 11 do accordo, conterá as mesmas indicações que a notificação prevista pelo art. 4 do presente regulamento.

#### ARTIGO 11

O presente regulamento deverá ser executado a contar do dia em que entrar em vigor o accordo de 14 de abril de 1891.

As administrações contractantes, em todo tempo, poderão fazer nelle, de commun accordo e conforme as disposições do art. 10 do referido ajuste, as modificações que lhes pareçam necessarias.

**REGISTRO INTERNACIONAL**  
DAS  
MARCAS DE FABRICA OU DE COMERCIO

Paiz de procedencia da marca

Lugar em que deve ser collocada  
ou posta a indicação da marca

Si a marca é depositada por  
meio de uma simples descripção,  
deve ser escripta em lingua  
franqueza neste espaço

1.º Nome	do	.....
2.º Profissão	proprietario	.....
3.º Morada	da marca	.....
4.º Productos ou mercadorias	aos quaes a marca é applicada	.....
5.º Data do registro da marca do paiz		.....
6.º Numero do organo de procedencia		.....

Avisos : Para ser completo, um pedido de registro deve conter:

- 1.º Dous exemplares do presente formulário devidamente preenchido;
  - 2.º Uma chapêa da marca (dimensões : minimo 15 mm maximo 10 cm, seja em comprimento seja em largura ; espessura 2 1/2 mm), salvo si a marca for depositada mediante simples descripção.
  - 3.º A remessa do emolumento internacional de 100 francos em vale postal.
- Pode-se ajuntar :
- 4.º 30 exemplares sobre papel de uma reprodução da cor da marca, si o seu distinctivo consistir na cor.

A administração abaixo assignada certifica que a marca acima indicada foi regularmente depositada em ..... e que as indicações a que ellas se referem, constantes do numero 1.º e 6.º, são conformes o conteúdo do registro nacional das marcas de fabrica ou de commercio.

Pede a Secretaria Internacional da Propriedade Industrial, em Berna, que inscreva a referida marca no registro internacional.

O emolumento de 100 francos para o registro internacional é enviado à Secretaria Internacional em um vale postal.

..... de ..... 189...



A marca acima indicada foi inscripta no registro internacional sob o numero..... em data de..... 189...

Secretaria Internacional da  
Propriedade Industrial



.....

## DECRETO N. 2381 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1896

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Espírito Santo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução da lei n. 2395, de 10 de setembro de 1873, e decreto n. 5573, de 21 de março de 1874, decreta:

Art. 1.º São creados no Estado do Espírito Santo 12 commandos superiores de Guardas Nacionais, que se comporão dos batalhões do serviço activo e dos da reserva abaixo mencionados e que serão organizados nas comarcas seguintes:

O 1º na capital do Estado e será composto do 1º, 2º e 3º batalhões do serviço activo e do 1º da reserva;

O 2º na comarca do Cachoeiro de Santa Leopoldina, com o 4º, 5º e 34º do serviço activo e 2º da reserva;

O 3º nas comarcas de Iritituba e Vianna, com o 7º, 8º e 9º do serviço activo e 3º da reserva;

O 4º na de Benevente, com o 10º, 12º, 31º e 32º do serviço activo;

O 5º na de Itapemirim, com o 12º, 14º e 15º do serviço activo e 5º da reserva;

O 6º nas do Cachoeiro de Itapemirim e Rio Pardo com o 16º, 17º e 18º do serviço activo e 6º da reserva;

O 7º na de Itabapoana, com o 19º, 20º e 21º do serviço activo e 7º da reserva;

O 8º na de Nossa Senhora da Conceição da Serra, com o 22º, 23º e 24º do serviço activo e 8º da reserva;

O 9º na de Santa Cruz, com o 25º, 26º e 27º do serviço activo e 9º da reserva;

O 10º na de S. Matheus, com o 28º, 29º e 30º do serviço activo e 10º da reserva;

O 11º na de Alfredo Chaves, com o 11º e 33º do serviço activo e 4º da reserva;

O 12º na de Guandú, com o 6º, 35º e 36º do serviço activo e 12º da reserva.

Art. 2.º Os referidos batalhões terão seis companhias cada um e as suas paradas serão determinadas pelos respectivos commandantes superiores.

Art. 3.º Fica revogado o decreto n. 627, de 21 de outubro de 1891.

Capital Federal, 21 de novembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



## DECRETO N. 2382 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1896

Abre no actual exercicio ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer ás despesas com a continuação dos estudos da nova Capital no Planalto Central.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida no art. 1.º do decreto legislativo n. 415, de 12 do corrente, resolve abrir no corrente exercicio ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de duzentos contos de réis (200:000\$) para ser applicado ás despesas com a continuação dos estudos da nova Capital da União no Planalto Central do Brazil.

Capital Federal, 26 de novembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Martinho.*



## DECRETO N. 2383 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 40:640\$, sendo 17:973\$333 á verba — Secretaria do Senado — e 22:666\$667 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1, do art. 8º da lei n. 360, de 30 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de quarenta contos seiscentos e quarenta mil réis (40:640\$), sendo 17:973\$333 á verba — Secretaria do Senado, e 22:666\$667 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a propogação da actual sessão legislativa até 30 de novembro corrente.

Capital Federal, 26 de novembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



## DECRETO N. 2384 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1896

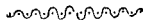
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 332:000\$, sendo 75:000\$ á verba — Subsidio aos senadores, e 257:000\$ á verba — Subsidio aos deputados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo n. 1, do art. 8º da lei n. 369, de 30 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de trescentos e trinta contos de réis (330:000\$), sendo 75:000\$ á verba — Subsidio, aos senadores, e 255:000\$ á verba — Subsidio aos deputados afim de occorrer ao pagamento das despezas com o subsidio aos senadores e deputados, durante a prorogação da actual sessão do Congresso Nacional até 30 de novembro corrente.

Capital Federal, 26 de novembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



## DECRETO N. 2385 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1896

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução da lei n. 2395, de 10 de setembro de 1893 e o respectivo regulamento n. 5573, de 21 de março de 1874, decreta:

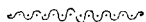
Artigo unico. Fica reorganizada a Guarda Nacional da comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes, a qual se comporá dos actuaes batalhões de infantaria do serviço activo ns. 98 e 99; mais um da mesma arma sob n. 257, dos batalhões da reserva, n. 64 já existente, e ns. 137 e 138, ora creados, com seis companhias cada um e dous corpos de cavallaria, com as designações de 101º e 102º e dous esquadrões cada um, os quaes

se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de novembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



DECRETO N. 2386 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1896

Autorisa, por excepção, a cobrança de fretes por distancias percorridas pelos trens, na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, para o transporte das cannas e lenha destinadas á usina « Engenho d'Agua ».

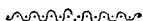
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, decreta :

Artigo unico. Fica autorisada, por excepção, a cobrança de fretes por distancias percorridas pelos trens, na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, para o transporte das cannas e lenha destinadas á usina « Engenho d'Agua », entre os kilometros 35 e 39.

Capital Federal, 27 de novembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



DECRETO N. 2387 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 37:939\$975, para pagamento da indemnisação ao Dr. José Antonio de Pinho Borges, de conformidade com a sentença do Supremo Tribunal Federal, de 25 de fevereiro de 1895.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 1º do decreto legislativo n. 408, de 9 do corrente, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 37:939\$975, para pagamento da indemnisação ao Dr. José Antonio de Pinho Borges,

de conformidade com a sentença do Supremo Tribunal Federal, de 25 de fevereiro de 1895, proveniente do damno causado a terras de sua propriedade, depois da construção, em 1877, de um deposito destinado à alimentação das locomotivas e oficinas da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco, hoje Central d Pernambuco.

Capital Federal, 27 de novembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Martinho.*



DECRETO N. 2388 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito especial de 3:440\$858 para pagamento dos vencimentos dos membros do Tribunal de Contas, desde 14 de outubro a 31 de dezembro deste anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida na 1ª parte do art. 1º do decreto n. 420 desta data, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito especial de tres contos quatrocentos e quarenta mil oitocentos cincoenta e oito réis (3:440\$858), para pagamento dos vencimentos dos membros do Tribunal de Contas, desde 14 de outubro a 31 de dezembro deste anno.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de novembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2389 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.115:208\$500, supplementar á verba — Exercicios findos — do orçamento em vigor, para pagamento de igual somma devida pela Estrada de Ferro de Baturité a Boris Frères, Guilherme Rocha & Comp. e Reinaldo Porto.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 421, desta data, decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.115:208\$500, supplementar á verba — Exercicios findos — do orçamento em vigor, para pagamento de igual somma devida pela Estrada de Ferro de Baturité a

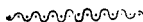
Boris Frères.....	568:200\$725
Guilherme Rocha & Comp.....	380:841\$500
Reinaldo Porto.....	166:166\$275

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de novembro de 1893, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2390 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 2.500:280\$744, supplementar a diversas rubricas do art. 5º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 422, de hoje datado, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Guerra o credito da quantia de 2.500:280\$744, supplementar a

diversas rubricas do art. 5º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, sendo :

§ 1º, Secretaria de Estado e repartições annexas :

Material :

Repartição de Ajudante General:

Expediente e despesas miudas....	2:212\$210	
Impressão do Almanak Militar e de ordens do dia.....	4:019\$000	6:231\$210

§ 5º, Instrução militar — material :

Collegio Militar :

Alimentação para 300 alumnos...	8:350\$400	
Enxoval, lavagem e engomagem.	19:362\$032	
Acquisição e encadernação de livros .....	3:867\$187	31:579\$619

§ 7º, Arsenaes — material :

Expediente e despesas miudas....	9:193\$453	
Materia prima, utensilios, etc....	156:927\$751	
Fretes e carreto de generos, etc..	1:710\$000	167:831\$204

§ 11, Hospitaes e enfermarias — material :

Medicamentos, appositos, etc....	40:804\$524	
Rações, viveres, dietas, etc.....	202:268\$714	
Compra, concerto e lavagem de roupa .....	51:973\$910	
Expediente e despesas miudas....	23:723\$063	
Tratamento de praças, etc.....	14:664\$900	333:435\$111

§ 17, Fardamento — material :

Materia prima e calçado.....		22:988\$253
------------------------------	--	-------------

§ 18, Equipamento e arreios — material :

Equipamento :

Materia prima e calçado.....	22:785\$980	
Arreios, idem.....	72:909\$034	95:695\$014

§ 20, Despezas de corpos e quartéis — material :

Forragens, ferragens, etc.....	445:626\$506	
Compra e concerto de instrumentos	12:607\$300	
Utensilios, agua, asseio e limpeza.	20:374\$826	

Luz.....	70:684\$324	
Carretos, fretes, etc.....	17:145\$930	
Expediente, livros, talões, etc....	40:129\$634	606:565\$520

## § 22, Comissões militares:

Pessoal .....	39:852\$782
---------------	-------------

## § 24, Ajudas de custo:

Pessoal.....	70:678\$055
--------------	-------------

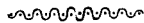
§ 27, Despezas e eventuaes —  
material:

Transporte de tropas, etc.....	546:984\$948	
Alugueis de casa.....	40:479\$081	
Eventuaes .....	37:959\$567	625:423\$396

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



## DECRETO N. 2391 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.787:802\$270, supple-  
mentar a diversas rubricas do orçamento em vigor.

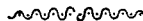
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,  
usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 423  
desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Marinha o credito  
de 1.787:802\$270, complementar ás rubricas 1, 2, 3, 5, 6, 9, 10,  
12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25 e 28 do art. 4º da lei n. 360,  
de 30 de dezembro de 1895.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Manoel José Alves Barbosa.*



## DECRETO N. 2392 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1896

Autorisa a transformação da sociedade anonyma — Cooperativa Quatorze de Julho — em sociedade em commandita por acções, sob a firma Maldonado & Comp.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a sociedade anonyma — Cooperativa Quatorze de Julho — decreta :

Artigo unico. Fica a sociedade anonyma — Cooperativa Quatorze de Julho—autorizada a transformar o seu estatuto social, do typo de sociedade anonyma, para o de sociedade em commandita por acções, sob a firma de Maldonado & Comp., de accordo com as resoluções tomadas pelos accionistas nas assembléas geraes realizadas a 15 e 23 de agosto do corrente anno, e mediante a satisfação das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Martinho.*

## Cooperativa Quatorze de Julho

## PUBLICA-FORMA

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA QUE TEVE LOGAR EM 15 DE AGOSTO DE 1896

Aos 15 dias do mez de agosto de 1896, reunidos na séd: da sociedade, á rua larga de S. Joaquim n. 185, ás 2 horas da tarde, os accionistas abaixo, assumiu a presidencia o Dr. J. Maldonado, presidente effectivo da sociedade, o qual declarando que sendo esta a terceira convocação feita por annuncios e cartas, segundo a lei, visto não se terem reunido accionistas em numero sufficiente nas duas convocações anteriores, declara aberta a sessão com o numero de socios presentes e convida para presidil-a o senador Gil Goulart.

Assumindo esto a presidencia, convida para secretarios os Srs. Dr. Bernardo de Mattos Trindade e Francisco Moreira Soares, os quaes acceitando, tomam os respectivos logares.

O Sr. presidente declara que existe sobre a mesa uma proposta de reforma de estatutos que importa na transformação da

sociedade, de sua fôrma de sociedade anonyma em sociedade em commandita, proposta esta que passa a ler e é a seguinte :

Proposta — Tendo em consideração a escassez numeraria e as restricções do credito que assoberbam o commercio e as industrias em geral, e consequentes embaraços com que tem luctado a companhia no seu natural desenvolvimento, os accionistas abaixo assignados propõem o seguinte :

1º, que se transforme a actual Companhia Cooperativa Quatorze de Julho, em sociedade em commandita por acções, sob a firma Maldonado & Comp., podendo conservar como distinctivo a primeira denominação Cooperativa Quatorze de Julho, para marca de seus productos, documentos, facturas, etc.:

2º, que para esta nova sociedade em commandita se transfira todo o activo e passivo da companhia assim extincta, visto que a sociedade Maldonado & Comp. fica sendo successora universal de todos os direitos, bens e obrigações para todos os effeitos juridicos;

3º, que fiquem sendo socios solidarios da nova sociedade os actuaes accionistas Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado, José Luiz Caminada Junior, Faustino Gaspar Gonçalves e Francisco Alvim Maldonado, com o capital realizado de 20:000\$, e socios commanditarios os outros actuaes accionistas da companhia, pelo valor de suas acções subscriptas na importancia de 130:000\$, continuando, portanto, a ser o capital, ou fundo social, 150:000\$000.

4º, que os accionistas aceitem a minuta do contracto da futura sociedade e firma Maldonado & Comp., apresentada e lida neste acto para ser discutida e incluída na acta, a qual, depois de approvada, será opportunamente transformada em contracto definitivo, observadas todas as solemnidades legais.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1896. — *J. Maldonado.* — *F. Maldonado.* — *José Luiz Caminada.* — *Antonio Gomes dos Passos Perdigão.* — *Honorio Alves de Araujo.* — *Manoel Cordeiro do Amaral.* — *Francisco Fiuza Vaz de Lima.* — *Faustino Gaspar Gonçalves.* — *Bernardo de Mattos Trindade.*

O Sr. Caminada Junior propõe que seja presente ao conselho fiscal especialmente esta proposta e a minuta do contracto a que a mesma se refere, o que sendo feito e a mesma convenientemente estudada, dá o mesmo conselho o seguinte

#### PARECER

Os abaixo assignados, membros do conselho fiscal da Companhia Cooperativa Quatorze de Julho, ouvidos sobre a proposta que foi apresentada em assembléa, estudou-a detidamente e tendo em vista as considerações expostas na mesma assembléa, pelas quaes se vê que por muitos motivos, principalmente pela deficiencia do capital social subscripto, que ainda assim não foi todo

realizado, tem a companhia sido peada no seu natural desenvolvimento, apesar de ter sido habilmente dirigida e contar já com elementos de prosperidade que carecem ser mais amplamente favorecidos, são de opinião que seja acceita e approvada a referida proposta, como conveniente aos accionistas, porque vem ella firmar melhor a responsabilidade dos seus administradores e remover muitos embaraços oriundos da não existencia de uma firma responsavel para com terceiros e que possa operar mais desembaraçadamente, aproveitando principalmente os elementos de credito que sempre padecem nas directorias das companhias anonymas sem firmas.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1896.— *Alberto Macedo de Azambuja*. — *Antonio Gomes dos Passos Perdigão*. — *J. II. A. Jacutinga*, supplente. Lido este parecer em assembléa, conjunctamente a minuta do contracto social em questão e expostas pelo Sr. presidente as razões justificativas de todas as principaes clausulas desta minuta, o Sr. Dr. Bernardo Trindade, pela importancia da questão, propoz que fosse nomeada uma commissão especial para tomar conhecimento do assumpto, estudando-o cuidadosamente e sobre a base da minuta formular o contracto social definitivo da firma commercial Maldonado & Comp., em que se transformará a sociedade pela respectiva approvação por parte da assembléa e accettazione de solidarios, ficando desde já approvada não só a proposta da transformação social como tambem as bases do respectivo contracto consubstanciados na minuta apresentada e apenas dependente da nova reunião a fórma definitiva dos differentes artigos que no contracto poderão ser ampliados ou alterados na redacção final do contracto desde que não importa alteração substancial para a nova fórma social a adoptar e garantia da respectiva execução; devendo ser convocada novamente a assembléa extraordinaria para tomar conhecimento e approvar a fórma definitiva deste contracto, se deliberando na mesma com o numero que comparecer.

Approvada esta proposta, foi eleita a commissão constituida dos Srs. senador Gil Goulart, J. Maldonado e M. A. Silva Reis. O Dr. Bernardo de Mattos Trindade propõe um voto de louvor á directoria pelo resultado obtido até o presente, destacando principalmente o Dr. J. Maldonado, como presidente e fundador da sociedade.

Agradecendo a benevolencia do voto dirigido á directoria, o Dr. Maldonado propõe que, estando resolvida a transformação social, como de facto fica pela deliberação da assembléa, e como não convenha a interrupção do trabalho commercial já em tão prosperas condições, que a Sociedade Anonyma Cooperativa Quartezo de Julho constitue na plenitude de suas funções até o momento preciso de ficarem satisfeitas todas as formalidades legais precisas ao inicio do exercicio da firma Maldonado & Comp., não ficando por essa fórma de permieiro entre a acção das duas sociedade, a que se extingue e a que começa, o mais pequeno espaço de tempo.

Não havendo mais quem pedisse a palavra, o Sr. presidente declara encerrada a sessão. E para constar lavrou-se a presente acta, que vai assignada por todos os socios presentes.

Capital Federal, 15 de agosto de 1896.— *Gil Diniz Goulart.*— *Bernardo de Mattos Trindade.*— *Francisco Moreira Soares.*— *J. Maldonado.*— *Honorio Alves de Araujo.*— *Francisco Fiuza Vaz de Lima.*— *Faustino Gaspar Gonçalves.*— *Arthur Octaviano de Oliveira.*— *Alberto Macedo de Azevedo.*— *J. H. A. Jacutinga.*— *Daniel Alves Pereira Ribeiro Cirne.*— *José Pedro da Silva Camacho.*— *Augusto F. Saldanha da Gama.*— *Antonio Gomes dos Passos Perdigão.*— *Manoel Cordeiro do Amaral.*— *Manoel Antonio da Silva Reis.*— *Belurmino Franco de Miranda.*— *Paulino José Soares Ribeiro.*— *Francisco A. Maldonado.*— *Amaro Gomes de Azevedo.*— *José Luiz Caminha Junior.*

Nada mais se continha nem declarava em o documento, do qual por me ser peido bem e fielmente fiz extrahir a presente publica-forma, que depois conferi e por achal-a conforme ao original, ao qual me reporto, subscrevi e assigno em publico e raso nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ao primeiro dia do mez de setembro de 1896. E eu, Belmiro Corrêa de Moraes, tabellião, subscrevo e assigno em publico e raso. — Em testemunho B. C. M. da verdade.— *Belurmino Corrêa de Moraes.*

## Cooperativa Quatorze de Julho

### PUBLICA-FORMA

#### ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA QUE TEVE LOGAR EM 23 DE AGOSTO DE 1896

Aos 23 dias do mez de agosto de 1896, reunidos na séde da sociedade, á rua Larga de S. Joaquin n. 185, ao meio-dia, os accionistas abaixo assignados, assumiu a presidencia o Dr. J. Maldonado, presidente effectivo da sociedade, o qual, declarando que a presente reunião corresponde a convite feito segundo a deliberação tomada na assembléa geral extraordinaria que teve logar a 15 de agosto do corrente anno, para o fim especial de tomar conhecimento e approvar a fôrma definitiva do contracto social da firma Maldonado & Comp., que, segundo a deliberação tomada naquella assembléa, deverá succeder em transformação da sociedade anonyma Cooperativa Quatorze de Julho, passa a ler a acta da assembléa geral ordinaria, que teve logar a 15 do corrente mez de agosto e igualmente a acta da assembléa extraordinaria desse dia, as quaes foram unanimemente approvadas.

Em seguida propõe para presidente da reunião o Sr. senador Gil Goulart, o qual, com approvação da assembléa, assumindo a

presidência, convida para secretarios os Srs. Dr. Bernardo de Mattos Trindade e Francisco Moreira Soares, os quaes tomaram os seus logares.

O Sr. presidente, apresentando o parecer da comissão nomeada para estudar a minuta do contracto da sociedade em commandita por acções que tem de preceder a sociedade Anonyma Cooperativa Quatorze de Julho, faz a leitura do mesmo, concebido nos termos a seguir:

« A comissão nomeada em 15 de agosto do corrente anno, pela assembléa geral extraordinaria da Companhia Cooperativa Quatorze de Julho para rever e redigir a minuta do contracto que deve regular a futura sociedade em commandita por acções Maldonado & Comp., no curto espaço de tempo que teve para estudar e resolver tão importante materia, confeccionou e vem apresentar a redacção do contracto propondo as modificações e acrescimos seguintes, todos perfeitamente compatíveis com as bases já approvadas na ultima sessão da assembléa geral extraordinaria acima referida.

Ao final do art. 4º accrescente-se: mas não poderá distrahir capitais para operações ou interesse alheios aos fins sociais, para jogo—da Bolsa—nem utilizar a firma em operações de qualquer materia que não sejam no seu interesse exclusivo.

O § 4º do artigo substitua-se pelo seguinte: o conselho fiscal será remunerado com 5 % da renda liquida geral, o que lhe será pago conjunctamente com o dividendo e na proporção do quociente que a cada um couber.

O art. 8º substitua-se pelo seguinte: para recompensar serviços extraordinarios prestados em beneficio do desenvolvimento social, a juizo do gerente, podera o mesmo dispor até 20 % da renda liquida social verificada por balanço, as quotas respectivas devendo ser pagas por occasião da distribuição dos dividendos ou com maior vantagem de tempo, si for possível.

Em seguimento ao art. 17, introduza-se o seguinte: art. 18, alterando-se a seguir a numeração de ordem dos demais artigos, no caso de renuncia do gerente, será o processo a seguir para nomeação ao respectivo substituto o mesmo dos actos anteriores, devendo, porém, na reunião a este respeito, de que trata o art. 16, tomar parte o gerente resignatario, como seu presidente.

Ao final do art. 18, pela alteração de numero de ordem 19 — accrescente-se: e quando o caso for de renuncia do gerente, será este que, notificando a sua resolução ao conselho fiscal, o convidará para a reunião alludida, respeitadas em tudo as determinações das actas anteriores.

Em todos estes casos, a substituição de gerentes ou socios solidarios serão respeitadas as responsabilidades commerciaes, definidas no respectivo colligo.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1896.— *Gil Diniz Goulart.*—  
*J. Maldonado.*

Finda esta leitura, o Sr. Dr. J. Maldonado faz sentir que o parecer está assignado apenas por dous dos membros da comissão, faltando a assignatura do Sr. Dr. Silva.

Eis o que ocorreu devido à dificuldade de conseguirem reunir-se todos para tratar do assumpto, sendo o presente parecer elaborado pelos dous signatarios, e enviado ao Sr. Dr. Silva Reis, o qual com justo escrupulo julgou não dever assignal-o por ser o assumpto de summa responsabilidade e reclamar estudo cuidadoso, que não tinha podido fazer sobre o caso.

E' de sentir que não fosse assim manifestada opinião tão conceituosa, como devia ser a do illustre membro da comissão ausente; entretanto, podendo a assemblea deliberar sobre o parecer apresentado e sujeito ainda ás alterações que na occasião puderein ser suggeridas e approvadas.

Approvada esta indicação, foi posto o parecer em discussão.

O Dr. J. Maldonado, accetando em sua generalidade, apresentou, contudo, a seguinte proposta elucidativa da redacção do § 2º do art. 7º:

Proposta — Proponho que, como elemento de esclarecimento à respectiva redacção do § 2º do art. 7º, accrescente-se: « além das vantagens do cargo que occupar. — 23 de outubro de 1896. Assignado — *J. Maldonado*. »

Posta a votos, esta proposta foi unanimemente approvada.

Em seguida o Sr. Caminada Junior apresenta a seguinte

« Proposta — Propomos que onde convier seja adoptado o artigo seguinte: Por morte do fundador da Cooperativa Quatorze de Julho, seu primeiro presidente e por este contracto primeiro gerente, sua viuva, filhos e filhas perceberão, mensalmente, enquanto durar a sociedade, na razão de um terço para aquella e dous terços para estes, o ordenado que em vida aqui é estabelecido para o gerente, não podendo esta clausula ser alterada em qualquer reforma futura a este contracto.

A proporção dos quinhões acima poderá ser alterada por morte de qualquer dos quinhoodos, a respectiva parte sendo dividida proporcionalmente para os sobreviventes ou sobrevivente até a morte do ultimo.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1896. — *José Luiz Caminada Junior*. — *Alberto M. de Azambuja*. — *Augusto Cesar de Freitas*. — *Antonio Gomes dos Passos Perdigão*. — *F. Alvim Maldonado*. — *Manoel Cordeiro do Amaral*. — *Paulino José Soares Ribeiro*. — *Daniel Alves Pereira*. — *Ribeiro Carne*. — *Francisco Oliveira Soares*. — *Faustino Gaspar Gonçalves*. »

Posta a votos esta proposta, é unanimemente approvada.

Em seguida o Sr. presidente põe a votos o parecer da comissão sobre a forma definitiva do contracto a assignar-se, o qual é unanimemente approvedo, sujeito, contudo, as alterações das duas propostas acima.

Procede-se em seguida á redacção final do contracto da sociedade em commandita por acções Maldonado & Comp., que tem de succeder á Sociedade Anonyma Cooperativa Quatorze de Julho, desde que estejam preenchidas as formalidades legais a respeito; e, sendo a mesma unanimemente approvada pela assembléa e accepta pelos socios solidarios no mesmo contracto indicados, é este assignado pelos mesmos com as testemunhas de todos os accionistas presentes.

O Sr. presidente, dando por encerrados os trabalhos, levanta a sessão, da qual para constar lavrou-se a presente acta, que vae assignada por todos os accionistas presentes á reunião, em seguida as respectivas assignaturas, devendo ser transcripto o contracto social da presente assembléa, assignado o mesmo pelos solidarios da sociedade e mesa que presidiu á assembléa.

Capital Federal, 23 de agosto de 1896.— *Gil Diniz Goulart.*— *Bernardo de Mattos Trindade.*— *Francisco Moreira Soares.*— *J. Maldonado.*— *José Luiz Caminada Junior.*— *Faustino Gaspar Gonçalves.*— *Dr. Affonso Cavalcanti.*— *Manoel Eugenio de Moraes Costa.*— *Augusto Cesar de Freitas.*— *J. H. A. Jacutinga.*— *Daniel Alves Pereira Ribeiro Cirne.*— *Antonio Gomes dos Passos Perdigão.*— *F. A. Maldonado.*— *Alberto M. Azambuja.*— Por procuração do Dr. Orozimbo Augusto de Almeida Loureiro, *F. A. Maldonado.*— *Manoel Cordeiro do Amaral.*— *M. S. Paschoaak Junior.*— *Gentil Homem de Oliveira Roxo.*— *Paulino José Soares Ribeiro.*

Contracto de sociedade em commandita por acções constituída por transformação da Sociedade Anonyma Cooperativa Quatorze de Julho para a firma Maldonado & Comp.

A Sociedade Anonyma Cooperativa Quatorze de Julho, por deliberação tomada em assembléa geral extraordinaria, havida em 15 de agosto de 1896, modifica pelo presente contracto de sociedade em commandita por acções, em que se transforma o seu estatuto social, sob as bases que seguem, contracto este que terá força de escriptura publica.

Art. 1.º São socios solidarios da firma commanditaria Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado, José Luiz Caminada Junior, Faustino Gaspar Gonçalves e Francisco Alvim Maldonado, todos brasileiros domiciliados na cidade do Rio de Janeiro e commanditarios todos os outros accionistas componentes da sociedade, que assim se transforma sob a firma Maldonado & Comp.

Art. 2.º A sociedade poderá addicionar á firma Maldonado & Comp. a denominação « Cooperativa Quatorze de Julho », e terá sua séde nesta cidade do Rio de Janeiro.

Art. 3.º O capital social é de 150:000\$, sendo dos socios solidarios 20:000\$ e dos socios commanditarios 130:000\$, estando já realizados 76:985\$, e pelo presente contracto o numero dos titulos dos commanditarios é reduzido a 2.600, porque os 400

restantes integralizados são transformados nas quatro quotas de 5:000\$ cada uma, que é o capital realizado de cada socio solidario.

Art. 4.º A sociedade poderá operar em qualquer ramo de commercio ou d' industria, conforme os recursos de que vier a dispor no seu futuro desenvolvimento, mas não poderá distrahir capitães para operações ou interesses alheios, utilisar a firma para operações de qualquer natureza que não sejam de seu interesse exclusivo.

Art. 5.º A favor dos gerentes de cada armazem ou officina da sociedade, além do ordenado poderá o gerente da sociedade conceder uma porcentagem de 10%, da renda liquida do respectivo armazem ou officina, com as clausulas de garantias que para este fim estabelecer, de sorte que o benficio não adquira direitos de socio, nem de interessado de industria.

Art. 6.º Será gerente o socio Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado, sendo auxiliado pelos demais socios solidarios, que exercerão as funcões que lhes forem distribuidas pelo gerente, das quaes poderão ser dispensados, conforme as conveniencias da administração, pela qual é principal responsavel o gerente.

Art. 7.º As vantagens de todos os socios solidarios ou dos accionistas serão as dos interesses distribuidos na proporção dos capitães empregados e bem assim as bonificações inherentes às funcões que desempenharem na sociedade, escripturando:

1º, o gerente, que, além do seu ordenado mensal de 1:000\$, terá o interesse de 25 % da renda liquida geral, verificada pelos balanços encerrados;

2º, o socio Faustino Gaspar Gonçalves, que tira o interesse de 10% da renda liquida geral, demonstrada nos balanços, além das vantagens do cargo que occupar;

3º, todos os socios solidarios ou accionistas, que terão um desconto de 5% sobre o valor dos objectos comprados e pagos á vista, ou 3% quando os pagamentos forem realizados no prazo maximo de 40 dias; o conselho fiscal será remunerado com 5% da renda liquida geral verificada pelos balanços e que lhe será paga conjunctamente com o dividendo e na proporção do quociente que a cada um couber.

Art. 8.º Para recompensar serviços extraordinarios prestados em beneficio do desenvolvimento social, a juizo do gerente, poderá o mesmo dispor até 20 % da renda liquida geral verificada pelos balanços, as quotas respectivas, devendo ser pagas por occasião da distribuição dos dividendos ou com maior vantagem de tempo, si possível for.

Art. 9.º Igualmente poderá o gerente effectuar qualquer operação de credito relativa ao desenvolvimento social, precedendo aannuencia da maioria dos outros socios solidarios e audiencia do conselho fiscal.

Art. 10. Em todos os semestres serão verificados os lucros sociaes, e, quando os heuverem serão distribuidos pelos socios de

todas as categorias os dividendos respectivos, que nunca excederão de 9 % ao anno.

Sempre que os interesses semestrais excederem de 9 % será o excesso levado a um fundo especial de reserva e creditado a cada socio, que ficará com direito ao juro de 5 % ao anno pago conjunctamente com os novos dividendos.

Art. 11. Cada socio terá uma caderneta em que semestralmente serão lançadas as importancias inscriptas em seu nome, de accordo com o artigo anterior.

Art. 12. As porcentagens a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 7º estão tambem sujeitas ao regimen do artigo anterior, podendo contudo os socios solidarios respectivos receber a metade dos valores correspondentes, 90 dias depois de verificados.

Art. 13. Será eleito annualmente um conselho fiscal de tres membros, que acompanhará os trabalhos sociaes e que convocará a assemblea geral extraordinaria quando observar negligencia, culpa, dolo, excesso de mandato ou outros factos prejudiciaes á sociedade, pelos quaes julgue responsavel a administração.

Art. 14. O gerente poderá designar um socio solidario ou convidar pessoa estranha para sub-gerente, a qual o substituirá em seus impedimentos temporarios, devendo o sub-gerente não solidario entrar para a caixa social com quantia igual ao capital dos outros socios solidarios, ficando a elles equiparado nas responsabilidades.

Art. 15. Nos seus impedimentos temporarios o gerente será substituido pelo sub-gerente ou, na falta deste, pelo socio solidario que designar.

Esta substituição será logo communicada por escripto ao conselho fiscal.

Art. 16. No caso de morte do gerente, reunidos em sessão, o conselho fiscal e os socios solidarios sobreviventes nomearão um novo gerente, que será immediatamente empossado do respectivo cargo e investido de todas as responsabilidades e garantias da lei o deste contracto.

Art. 17. Na sessão de deliberação a que se refere o artigo anterior, será eleito, dentre os presentes, um presidente *ad hoc*, o qual terá tambem voto de qualidade no caso de empate de votação.

Art. 18. No caso de renuncia do gerente, o processo para nomeação do seu substituto será o mesmo dos artigos anteriores, devendo, porém, na reunião de deliberação, art. 16, tomar parte o gerente resignatario como presidente da mesma reunião.

Art. 19. A reunião para essa deliberação devera ter lugar na sede da sociedade oito dias depois da morte do gerente, a convite de qualquer socio solidario, ou de qualquer membro do conselho fiscal, e quando o caso for de renuncia do gerente, será este que, notificando a sua resolução ao conselho fiscal, o convidará á reunião alludida, respeitadas as determinações dos artigos anteriores.

Em todos os casos de substituição de gerente ou de socios solidarios serão respeitadas as responsabilidades commerciaes deferidas pelo respectivo código.

Art. 20. Não se dando a nomeação ao novo gerente em razão de não comparecimento da maioria dos socios solidarios, o conselho fiscal designará um conselho provisorio e convocará a assembléa geral para eleger o gerente effectivo; si a falta de comparecimento, porém, for dos membros do conselho fiscal, subsistirá a interinidade do gerente provisorio até que se realize a reunião, cujo convite deverá ser feito a seguir, com intervallos sempre de oito dias até que tenha lugar a reunião.

Art. 21. A posse effectiva do novo gerente se dará assignando este um termo perante o conselho fiscal em que se comprometta a observar todas as clausulas do presente contracto, como si o houvesse assignado em original; por essa forma se sujeitará a todos os onus, inclusive a realização do capital com que deve entrar.

Esse termo será archivado na Junta Commercial e ficará fazendo parte integrante deste contracto.

Art. 22. Na admissão de novos socios solidarios, seja em substituição de algum dos pre-existentes, seja por nova entrada, se lavrará sempre um termo analogo, que terá igual destino.

Art. 23. No caso de desintelligencia de algum socio solidario com o gerente, precedendo annuencia dos restantes solidarios, poderá aquelle retirar-se da sociedade, liquidando os seus haveres por occasião do balanço do semestre em que se der o facto, na forma do art. 25, mediante um termo que será devidamente archivado na Junta Commercial.

Art. 24. Por deliberação tomada pelo gerente e maioria dos solidarios, ouvido previamente o conselho fiscal pelo gerente para deliberar a respeito, poderá ser obrigado a desligar da sociedade liquidante seus haveres qualquer socio solidario que por seu proceder incorrecto seja inutil á sociedade.

Art. 25. Os haveres do socio que se desligar da sociedade serão pagos seis mezes depois de seu desligamento, sobre a base do balanço semestral anterior e com o abatimento de 15 % a beneficio da liquidação deixada a cargo da sociedade, salvo direitos de terceiros.

Art. 26. A transferencia de titulos dos commanditarios poderá ser feita em globo ou por parte, acompanhando a mesma no primeiro caso o direito ás inscrições de que trata o art. 11 e respectiva caderneta.

Art. 27. Só no caso de morte de qualquer commanditario será liquidada a sua caderneta, sendo entregue a importancia respectiva com o abatimento de 15 % a beneficio da sociedade.

Art. 28. Os socios solidarios só poderão assignar a firma em negocios de exclusivo interesse da mesma, não poderão fazer parte de qualquer outra firma social, ainda mesmo como commanditarios, nem occupar cargos publicos, nem aceitar agencias de outras firmas ou companhias nacionaes ou estrangeiras, devendo dedicar a esta sociedade todo o seu zelo e actividade,

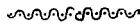
salvo si o socio solidario não chegar a exercer funcção na sociedade ou for dispensado de alguma por tempo indeterminado.

Art. 29. Nas transferencias de acções de socios mandatarios devem sempre ser ouvidos os solidarios, que teem preferencia, quando as transferencias houverem de ser feitas para terceiros não socios.

Art. 30. Por morte do fundador da Cooperativa Quatorze de Julho seu primeiro presidente, e, por este contracto, primeiro gerente, sua viuva, fillos e filhas perceberão mensalmente, enquanto durar a sociedade, dividido na razão de um terço pa a aquella e dons terços para estes, o ordinado que em vida aqui é estabelecido para o gerente, não podendo esta clausula ser alterada em qualquer reforma futura deste contracto. A proporção dos quinhões acima podera ser alterada por morte de qualquer dos quinhoados, a respectiva parte sendo dividida proporcionalmente para os sobreviventes ou sobrevivente até a morte do ultimo.

Art. 31. A sociedade em commandita por acções ora constituida sob a firma Maldonado & Comp. succede a sociedade anonyma Cooperativa Quatorze de Julho de que é cessionaria e subrogada em todos os direitos e obrigações, segundo resolução da assembléa geral extraordinaria de 15 de agosto de 1896.— *Joaquim Gomes de Souza.*— *L. Maldonado.*— *José Luiz Caminatti Junior.*— *Faustino Gaspar Gonçalves.*— *Francisco Alvém Maldonado.*— *Gil Diniz Goulart.*— *Bernardo de Mattos Trindade.*— *Francisco Moreira Soares.*

Nada mais se continha nem declarava em documento que foi-me apresentado, do qual, por me ser pedido, bem e fielmente fiz extrahir a presente publica-fôrma, que conferi, e achando-a em tudo conforme ao proprio original a que me reporto, subscrevo e assigno em publico e raso. Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, aos 3 de setembro de 1896.— E eu, Belmiro Corrêa de Moraes, tabelião, o subscrevo e assigno em publico e raso.— Em testemunho, *Belmiro Corrêa de Moraes.*



#### DECRETO N. 2393 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1896

Altera o art. 11 das instrucções regulamentares approvadas pelo decreto n. 9928 de 29 de novembro de 1883.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Rio de Janeiro And Northern Railway Company, limited.* resolve que o art. 11 das instru-

ções regulamentares approvadas pelo decreto n. 9028, de 29 de novembro de 1883, fique assim alterado :

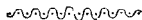
Art. 11. O viajante encontrado no trem sem bilhete pagará o preço da viagem e mais 50 %/, contado da estação inicial da partida do trem, si não provar que entrou em outra ; ou contados desta, si o provar.

O viajante encontrado no trem com bilhete não carimbado ou perempto, além de pagar o preço da viagem, como acima, fica sujeito à multa de dez mil réis (10\$000). Considera-se perempto o bilhete que indicar dia ou trem diverso da arrecadação e o de ida e volta que tiver excedido o prazo.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Martinho.*



#### DECRETO N. 2394 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1896

Concede autorisação à *Société Anonyme Belge d'Industrie au Brésil* para funcionar na Republica.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Société Anonyme Belge d'Industrie au Brésil*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação à *Société Anonyme Belge d'Industrie au Brésil*, para funcionar na Republica, limitando, porém, os seus trabalhos ao estabelecimento de burgos agricolas no Estado de Santa Catharina, segundo os respectivos contractos feitos com o Governo Federal e sob as clausulas que com este buixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viagem e Obras Publicas, ficando os outros serviços mencionados nos estatutos dependentes de nova autorisação do Governo Federal.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Martinho.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2394 desta data**

I

A *Société Anonyme Belge d'Industrie au Brésil* é obrigada a ter um representante na Republica, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á juristicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida sociedade reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente authorisação.

III

Nenhum artigo dos estatutos poderá ser entendido ou interpretado em sentido contrario ás clausulas dos contractos celebrados com o Governo Federal, os quaes, prevalecerão sempre, quaesquer que sejam os termos e a intelligencia das disposições dos mesmos estatutos.

IV

Fica dependente de authorisação do Governo Federal qualquer alteração que a sociedade tenha de fazer em seus estatutos.

Ser-lhe-ha cassada a authorisação para funcionar na Republica, si infringir esta clausula.

V

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896.— *Joaquim Murtinho*.

Eu abaixo assignado, Affonso Henrique Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial, nomeado pela Junta Commercial desta praça, com escriptorio a rua de S. Pedro n. 14, sobrado.

Certifico pela presente em como me foram apresentados uns estatutos, escriptos na lingua franceza, a fim de os tra luzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio, e litteralmente vertidos dizem o seguinte :

## TRADUÇÃO

### Société Anonyme Belge d'Industrie au Brésil

Perante Mestre Edouard Band Halteran, tabellião em Bruxellas :

Compareceram :

1.º João Maria Payssé, negociante, morador em Montevidéo, agindo na qualidade de procurador da Companhia de Colonisação e Industria de Santa Catharina, sociedade anonyma, estabelecida no Rio de Janeiro, em virtude de procuração passada perante Mestre Dario Teixeira da Cunha, tabellião no Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 1895, da qual um traslado, bem como a traducção em lingua franceza, ficaram annexos aos presentes ;

De uma parte.

2.º O Sr. Maurice Anspach, engenheiro, administrador de sociedades industriaes, morador em Bruxellas, rua do Nord n. 26 ;

3.º O Sr. Paul Dansett, presidente da *Caisse Générale de Reports et de Dépôts*, morador em Saint Gilles-les-Bruxelles, Chaussée de Charleroi, n. 81 ;

4.º O Sr. Comte Adrien d'Oultremont, administrador de sociedades industriaes, morador em Bruxellas, Avenue Marnix n. 27 ;

5.º O Sr. Lucien Guinotte, senador presidente do conselho de administração da Sociedade do Gaz do Rio de Janeiro, morador em Bruxellas, Place de l'Industrie n. 35, em nome pessoal ;

6.º O Sr. Hector Legru, banqueiro, morador em Pariz, rua Luis le Grand n. 11 ;

Representado pelo Sr. Joseph Ropsy Chandron, abaixo qualificado, que responde por elle.

7.º O Sr. Victor Méer, administrador delegado da *Société Immobilière d'Anvers*, morador em Antuerpia, rua Gounod n. 25 ;

Representado pelo dito Sr. Lucien Guinotte, que responde por elle.

8.º O Sr. Amédée Robin, engenheiro, morador em Saint Josse-ten-Noode, rua Marie Therese n. 51;

9.º O Sr. Joseph Ropsy Chandron, administrador de sociedades industriaes, morador em Bruxellas, rua de la Science n. 39, em nome pessoal;

10. O Sr. Fernand Schmatzer, administrador de sociedades industriaes, morador em Bruxellas, Avenue Louise n. 267;

Representado pelo dito Sr. Joseph Ropsy Chandron, que responde por elle.

11. O Sr. Léon Somzée, engenheiro honorario das minas, administrador de sociedades industriaes, morador em Schaebeek-lez, Bruxelles, rua des Palais n. 22;

Representado pelo dito Sr. Lucien Guinotte, que responde por elle.

12. O Sr. Théodor Verstraetens, director geral da *Société Générale d'Eclairage et de chauffage par le gaz*, morador em Bruxellas, rua Marie de Bourgogne n. 28;

De outra parte.

Os quaes, agindo a Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina, representada pelo Sr. Payssé, como unica fundadora, e os outros comparecentes como simples subscriptores de ações contra especies de conformidade com o art. 30 da lei de 18 de maio de 1873, modificada pela de 22 de maio de 1886, requereram ao tabellião Van Halteren, abaixo assignado, que lhes lavrasse acta dos estatutos de uma sociedade anonyma que elles declaram formar como segue:

## TITULO I

### DENOMINAÇÃO, SÉDE, OBJECTO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.º A sociedade anonyma constituída pelo presente termo tem por denominação *Société Anonyme Belge d'Industrie au Brésil*.

Art. 2.º A sua séde é em Bruxellas. Ella pôde ter uma séde administrativa ou uma representação official no Brazil.

Art. 3.º A sociedade tem por objecto todas as operações principaes ou accessorias que são susceptíveis de desenvolver as forças de productividade dos Estados confederados da Republica Brasileira, taes como installações de estabelecimentos commerciaes ou industriaes, de agencias, de construcção de caminhos de ferro, estradas e canaes e exploração de vias de comunicação.

Para realisação deste objecto, ella pôde, entre outras, adquirir quaesquer concessões ne-ses Estados, e principalmente as que lhe vão ser transferidas como vaee ser referido no art. 14 dos presentes estatutos, executar todas as condições de-sas concessões, fazel-as valer, estabelecer sobre os terrenos concedidos

instalações de colonias, de exploração industrial o mesmo agrícola, comprar e vender gado; em uma palavra, praticar todas as operações que directa ou indirectamente, no todo ou em partes, se relacionarem a um ou outro ramo de seu objecto ou que forem de natureza a fornecer extracção aos seus productos; constituir sociedades filiaes, por meio de transferencia, cessão ou outro qualquer modo e interessar-se em qualquer outra empresa ou sociedade, tendo no todo ou em partes um fim identico.

Art. 4.º A sociedade terá fim no prazo mais longo fixado pela lei.

A sociedade poderá tomar compromissos por um prazo que ultrapasse a sua duração.

Ella póte ser prorogada successivamente ou dissolvida em qualquer época antes do seu tempo de conclusão.

## TITULO II

### FUNDO SOCIAL, ACÇÕES, OBRIGAÇÕES

Art. 5.º O capital social é fixado na quantia de 4.000.000 de francos, representado em 40.000 acções privilegiadas de 100 francos cada uma; ficam mais creadas 40.000 acções ordinarias sem designação de valor.

Art. 6.º As acções privilegiadas que ficarem após a remuneração das entradas, de que trata o art. 13, são subscriptas em numerario da maneira seguinte:

	Acções
O Sr. Maurice Anspack.....	10
O Sr. Paul Dansette.....	10
O Sr. Conde Adrien d'Oultremont.....	10
O Sr. Lucien Guinotte, em nome pessoal.....	10
O Sr. Hector Legru.....	10
O Sr. Victor Meer.....	10
O Sr. Amedée Robin.....	10
O Sr. Joseph Ropsy Chaudron, em nome pessoal.....	10
O Sr. Fernand Schmatzer.....	10
O Sr. Leon Somzée.....	10
O Sr. Théodor Verstraeten.....	10
<b>Total.....</b>	<b>110</b>

Cada um dos subscriptores satisfaz completamente, na presença do tabellião e das testemunhas abaixo assignadas, todas as acções, e a importancia desses pagamentos, elevando-se a 11.000 francos, foi entregue ao Sr. Amedée Robin, commissario da sociedade, para ser levada a credito desta.

Art. 7.º O capital social pôde ser augmentado ou diminuido por decisão da assembléa geral dos accionistas, deliberando como trata o art. 35.

Todavia o conselho de administração é desde já autorizado a augmentar o capital até dez milhões de francos pela emissão de acções privilegiadas do mesmo typo que as actualmente creadas. Não se poderá emittir acções privilegiadas abaixo do par.

O numero das acções ordinarias nunca poderá ser augmentado mesmo por meio de modificação dos estatutos.

Art. 8.º Os accionistas só respondem pela importancia de suas subscripções.

Os pagamentos a realizar-se sobre as acções terão logar nas épocas que o conselho de administração determinar, o que será levado ao conhecimento dos interessados por cartas selladas.

Os subscriptores terão a faculdade de pagar adeantado todas ou parte de suas acções.

Neste caso elles terão direito sobre as entradas adeantadas a um juro de 3 %, que será levado á conta de despezas geraes.

A sociedade terá sempre o direito, após intimação por carta sellada, para se cobrir das sommas que lhe forem devidas, ou de vender os titulos em atraso de pagamento, ou de reclamar judicialmente o pagamento dessas sommas.

Art. 9.º As acções são nominaes até a sua completa integralisação.

As acções nominaes são inscriptas em um registro escripturado de accordo com as disposições do art. 36 da lei de 18 do maio de 1873, modificada pela de 22 de maio de 1896; a cessão dellas se realiza por uma declaração de transferencia, datada e assignada pelo cedente e pelo cessionario ou por seus procuradores e inscripta neste registro.

Art. 10. As acções inteiramente integralisadas são ao portador, são assignadas por dous administradores; uma das assignaturas poderá ser feita por meio de uma rubrica.

A cessão das acções ao portador se realiza sómente pela entrega do titulo.

Art. 11. O conselho de administração está autorizado a contrahir por meio de emprestimo, obrigações ou outra cousa quaesquer quantias de que elle possa precisar para pôr em exploração as concessões que forem acceptas.

O conselho fixa a troca de juros e de commissão, a fôrma e as garantias especiaes, a duração e o modo de reembolso dos emprestimos.

Art. 12. A sociedade só reconhece um unico proprietario por acções.

havendo diversos proprietarios para uma acção, a sociedade tem o direito de suspender o exercicio dos direitos que a ella assistem até que só uma pessoa seja designada como proprietaria.

Os direitos e obrigações inherentes a uma acção seguem o titulo para quaesquer mãos para que ella passe.

A posse de uma acção importa adhesão aos estatutos sociaes.

Art. 13. Os herdeiros ou credores de accionista não podem,

sob pretexto nenhum, provocar a apposição de sellos nos bens ou valores da sociedade.

Eles devem, para o exercicio dos seus direitos, sujeitar-se aos inventarios sociaes e ás deliberações da assembléa geral.

### TITULO III

#### ENTRADAS

Art. 14. A Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina, acima mencionada, representada como acima dite, entra para a sociedade presentemente constituída com as concessões obtidas do Governo brasileiro em 10 de setembro, 4 e 5 de outubro de 1890, de accordo com os decretos ns. 528, de 28 de junho de 1890 e 974, de 7 de novembro de 1890, salvo o que diz o art. 15 dos 90.000 hectares já adquiridos.

Entra mais com os trabalhos, estudos, despezas e diligencias que ella fez para constituição da presente sociedade.

Em remuneração destas entradas, a Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina receberá :

1º, 39.890 acções privilegiadas ;

2º, a totalidade das acções ordinarias da sociedade.

O preço das entradas só será pago á Companhia Colonisação e Industria quando as concessões, com todas as vantagens e garantias que nellas forem estipuladas, tiverem sido transferidas á sociedade presentemente constituída, com a intervenção do Governo brasileiro e que tiver autorizado a sociedade a funcionar no Brazil.

Art. 15. A Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina dá á sociedade, durante um anno, a datar dos pre-sentes, o direito opcional de adquirir, pelo preço de um milhão de francos, os 90.000 hectares que ella já adquiriu do Governo brasileiro de conformidade com as suas concessões.

### TITULO IV

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRECÇÃO

Art. 16. A sociedade é administrada por um conselho composto de seis membros, pelo menos.

A assembléa geral pôde sempre augmentar este numero.

Os primeiros administradores eleitos serão nomeados por um periodo que expirará depois da assembléa geral ordinaria de 1891.

Nesta data o conselho será renovado. De então em diante um administrador sahirá cada anno. A ordem de sahida será estabelecida por meio de sorte, e havendo mais de seis adminis-

tradores, de maneira tal que por uma ou mais salidas duplas, nenhum cargo de administrador excedera da duração de seis annos.

Os administradores são reelegiveis.

A assemblea geral pôde marcar emolumentos aos membros do conselho de administração além da quota prevista no art. 40.

Cada administrador deve onerar dez accões para garantia de sua gestão. Esta caução só poderá ser restituída após desoneração dada pela approvação do balanço do exercicio, durante o qual as funcções de administrador forem exercidas.

Art. 17. Os administradores são nomeados e revogados pela assemblea geral dos accionistas.

Em caso de vaga do lugar de administrador, os administradores restantes e os commissarios reunidos tem o direito de a prover provisoriamente.

Neste caso a assemblea geral, na sua primeira reunião, procederá á eleição definitiva.

O administrador eleito em substituição a um membro que se demittir ou que cessar por qualquer outra causa de fazer parte da administração, acabará o prazo daquelle que elle substituir.

Art. 18. O conselho de administração elegera um presidente e um vice-presidente entre os seus membros. No caso de ausencia do presidente e do vice-presidente o conselho designará um dos seus membros para presidil-o.

Art. 19. O conselho de administração reunir-se-ha á convocação do presidente, e na sua ausencia, á do vice-presidente, sempre que o exigirem os interesses da sociedade.

Elle deverá ser convocado logo que dois administradores pelo menos o exigirem.

Art. 20. O conselho não poderá deliberar validamente sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

Art. 21. Cada administrador pôde, por simples carta, delegar um outro membro do conselho para represental-o e votar em seu lugar e vez; porém, nenhum administrador poderá exercer mais de um destes cargos.

As resoluções serão tomadas por maioria de votos.

Em caso de empate o do presidente será preponderante.

Art. 22. As decisões do conselho serão inscriptas em um registro especial, escripturado na sede da sociedade, e assignadas por todos os membros que tiverem tomado parte na deliberação.

As cópias ou extractos dessas actas, para serem apresentadas em Juizo, ou em outra qualquer circumstancia, serão assignadas por um dos administradores.

Art. 22. O conselho de administração é investido dos mais amplos poderes para a administração e a gestão da sociedade. Tudo quanto não for expressamente reservado á assemblea geral pela lei, será da competencia do conselho da administração.

Principalmente fixa as despezas geraes da administração, organisa, dirige e vela sobre todas as operações da sociedade, faz quaesquer ajustes de exploração, de participação ou de arrenda-

mento, autorisa a fazer e a tomar empréstimos, sob qualquer forma e nome que seja, consente e aceita garantias moveis ou immoveis, consente em pagamentos sob qualquer forma e nome que seja, autorisa e consente compras ou alienação de bens moveis ou immoveis, obtem, adquire ou aliena concessões, trata, compromette, transige, renuncia a direitos reaes ou pessoas, concede levantamentos de inscripções, transcripções, penhoras ou embargos, mesmo sem que seja justificado o pagamento.

Art. 23. O conselho póle delegar poderes especiaes determinados a um ou diversos membros seus, ou a outra qualquer pessoa.

O conselho de administração nomeia todos os agentes da sociedade e principalmente o director, si o julgar conveniente, determina as suas attribuições, fixa os seus vencimentos e, havendo logar, as suas cações.

Art. 24. Todos os documentos que obrigarem a sociedade, a não serem os de serviço diario, serão assignados por dous administradores, designados para este fim pelo conselho de administração, os quaes não terão que justificar para com terceiros uma deliberação prévia deste conselho.

## TITULO V

### COMMISSARIOS

Art. 25. A inspecção da sociedade é confiada a um ou mais commissarios, nomeados pela assembléa geral e revogaveis por ella. Elles são nomeados por seis annos e sempre reelegiveis.

A assembléa geral pode-lhes attribuir, além da quota prevista no art. 39, um emolumento fixo que não póte ser superior ao terço de um administrador.

Art. 26. Cada commissario deve onerar cinco acções para garantia da sua emissão.

A caução não póte ser restabelecida sinão depois de desoneração dada por approvação do balanço do exercicio, durante o qual as funcções de commissario foram exercidas.

Art. 27. Os commissarios exercem os direitos que lhes são determinados por lei.

## TITULO VI

### ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 28. Assembléa geral, regularmente constituida, representa a universalidade dos accionistas.

Ella se compõe de todos os accionistas que tenham observado o art. 30 dos estatutos.

As decisões são obrigatorias para todos, mesmo para os ausentes e os dissidentes.

Art. 29. As convocações para toda a assemblea geral conteraõ a ordem do dia. Ellas serão feitas por annuncios insertos duas vezes, com oito dias de intervallo pelo menos, e oito dias antes da assemblea no *Moniteur Belge* em dous jornaes de Bruxellas.

Oito dias antes da assemblea serão dirigidas cartas-missivas aos accionistas, nominalmente, mas sem que essa formalidade deya ser justificada.

Art. 30. Os accionistas serão admittidos á assemblea á apresentação de um certificado que prove o deposito dos seus titulos nos logares que os avisos de convocação designarem.

Este deposito devera ser effectuado cinco dias francos antes da data da assemblea.

Os accionistas nominaes serão admittidos á assemblea, contanto que se tenham inscripto cinco dias antes da data da reunião.

E' permitido fazer-se representar por procuração na assemblea geral.

Os portadores de procurações deverão ser tambem accionistas.

O conselho de administração poderá determinar a formula dessas procurações.

Os procuradores deverão ser portadores da procuração dos seus outorgantes.

Todavia, o conselho de administração poderá decidir que as procurações sejam depositadas na sede social tres dias, pelo menos, antes da data da reunião. Nas convocações se dara aviso disso.

As casadas, os menores, as corporações e estabelecimentos publicos que tiverem o direito de assistir á assemblea poderão ser representados respectivamente por seus maridos, tutores, curadores ou directores.

Os co-proprietarios, os usufructuarios e os nus proprietarios, os credores e devedores assalariados deverão, para assistir á assemblea geral, fazer-se representar por uma só e mesma pessoa.

Art. 31. As assembleas geraes se reunirão em Bruxellas e em uma commun districtal de Bruxellas e no logar especialmente designado pelo conselho de administração.

A assemblea geral annual terá logar na ultima segunda-feira do mez de outubro, as 11 horas da manhã e, pela primeira vez, em 1897.

Os accionistas poderão ser convocados em assemblea geral extraordinaria pelo conselho de administração ou pelos commissarios.

Ellas deverão ser a requerimento escripto de accionistas representando o quinto do capital social ou o quinto do numero total das acções.

Art. 32. A assemblea geral será presidida pelo presidente do conselho de administração ou, na falta, pelo vice-presidente ou por outro administrador.

O presidente da assemblea nomeia o secretario.

Elle designa como escurtadores dous accionistas presentes.

Art. 33. A assembléa geral não poderá deliberar sinão sobre as propostas que estiverem enunciadas na ordem do dia.

Nenhuma proposta feita por accionistas será posta em deliberação, sem que esteja assignada por accionistas representando o quinto do capital scial ou o quinto do numero total das acções e si não for communicada ao conselho de administração em tempo util para ser inserta nas convocações.

Art. 34. Cada acção privilegiada ou ordinaria dará direito a um voto.

Ninguém poderá tomar parte na votação por um numero de acções que exceda a quinta parte do numero das acções emittidas ou os dous quintos das acções para as quaes elle tomou parte na votação.

Art. 35. Serão reservadas á assembléa geral as questões relativas aos pontos seguintes:

1º, approvação annual do balanço sobre os relatorios do conselho de administração e do collegio dos commissarios;

2º, determinação dos dividendos a repartir;

3º, nomeação dos membros do conselho de administração e fixação dos seus emolumentos;

4º, nomeação dos commissarios e fixação dos seus emolumentos;

5º, nomeação de liquidantes e determinação dos seus poderes;

6º, modificação nos estatutos;

7º, fusão com outras sociedades;

8º, prorogação ou dissolução antecipada da sociedade;

9º, augmento ou redução do capital social.

Quando ella tiver de deliberar sobre os quatro ultimos pontos, a assembléa só é validamente constituída quando as convocações tenham mencionado qualquer um destes assumptos na ordem do dia e si os que assistirem á reunião representarem a metade do capital social.

Si não for cumprida esta ultima condição será necessario nova convocação, e a nova assembléa deliberará validamente qualquer que seja a porção do capital representado pelos accionistas presentes.

Nestes mesmos casos, resolução nenhuma será tomada sinão reunindo ella tres quartos dos votos, salvo no caso previsto na disposição final do art. 72 da lei sobre as sociedades commerciaes, caso no qual o voto poderá ser admittido si for tomado por um quarto das acções representadas.

Em todos os outros casos, a assembléa decide por simples maioria, e qualquer que seja a quantidade do capital representado.

Art. 36. As decisões tomadas em assembléa geral serão consignadas em actas.

Estas actas serão assignadas pelo presidente, secretario e os dous escriptadores, e serão depois transcriptas para um registro especial.

As cópias para serem apresentadas em Juizo ou em outra qualquer circumstancia serão assignadas por um administrador.

## TITULO VII

## BALANÇO, DISTRIBUIÇÃO E RESERVA

Art. 37. Em 30 de junho de cada anno, e pela primeira vez em 30 de junho de 1897, a escripturação da sociedade é encerrada; e o conselho de administração faz o balanço de conformidade com a lei.

O conselho de administração tem a mais absoluta liberdade para a avaliação dos créditos e dos outros valores moveis e immoveis que compoem o activo social. Elle estabelecerá estas avaliações do activo da maneira que julgar mais util para assegurar a boa gestão dos negocios, a estabilidade e o futuro da sociedade.

Art. 38. 30 dias pelo menos antes da assembléa geral ordinaria, o conselho de administração transmittirá os documentos com um relatório sobre as operações da sociedade aos commissarios, que deverão na quinzena fazer um relatório contendo as suas proposições.

Art. 39. Quinze dias antes da assembléa geral, o balanço e a conta dos lucros e perdas serão depositados na séde social, para serem examinados pelos accionistas.

Art. 40. O excedente favoravel do balanço, feita a deducção das despesas de exploração e do serviço do juro e da amortisação das obrigações, constitue o lucro liquido da sociedade.

E' levantado annualmente dos lucros :

1º, cinco por cento effectuado para a formação do fundo de reserva;

2º, a quantia necessaria para attribuir ás acções privilegiadas sobre a importancia pela qual estiverem integralisadas um primeiro dividendo de seis por cento.

O restante será repartido como segue:

Cinco por cento ao conselho de administração e ao corpo dos commissarios, a dividir entre elles, de maneira tal que os emolumentos de um commissario não ultrapassem o terço dos de um administrador;

Vinte por cento ás acções privilegiadas;

Setenta e cinco por cento entre todas as acções ordinarias.

Art. 41. Todos os dividendos de acções que não forem recebidos dentro de cinco annos de sua exigibilidade serão prescriptos e adquiridos para a sociedade.

Art. 42. O balanço e a conta de lucros e perdas deverão na quinzena da sua approvação ser publicados por conta da sociedade e aos cuidados dos administradores.

## TITULO VIII

## LIQUIDAÇÃO

Art. 43. A sociedade poderá ser dissolvida a todo tempo, por decisão da assemblea geral dos accionistas.

No caso de perda da metade do capital social, os administradores deverão submeter á assemblea geral a questão da dissolução da sociedade ; si o prejuizo attingir a tres quartas partes do capital, a dissolução será proferida pelos accionistas que possuirem um quarto das accões representadas na assemblea.

Art. 44. Logo que se dissolver a sociedade, quer por antecipação, quer á expiração do seu tempo de duração, a liquidação terá logar pelo conselho de administração então em exercicio, a menos que a assemblea geral não designe um ou mais liquidantes para esse fim.

O producto liquido da liquidação servirá primeiro para distribuir cem francos a cada accão privilegiada completamente integralizada e a reembolsar o capital pago sobre cada uma das accões privilegiadas não completamente integralizadas, caso existam.

O excelente será repartido á razão de vinte e dous por cento ás accões privilegiadas, e setenta e oito por cento ás accões ordinarias.

## TITULO IX

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 45. Logo depois da constituição da sociedade os accionistas, reunidos em assemblea geral, sem outra convocação, fixarão para a primeira vez o numero dos administradores, procederão á sua nomeação e deliberarão sobre todos os assumptos que elles julgarem conveniente figurar na ordem do dia desta reunião.

Art. 46. Para a primeira vez só será nomeado um commissario, e por derogação ao art. 25 dos estatutos e applicação do art. 54 § 2º da lei sobre as sociedades commerciaes, é designado para preencher estas funcções:

O Sr. Amedée Robin, engenheiro em Saint-Josse-ten Hood, rua Marie Thérèse 51, acima mencionado.

Art. 47. Si á expiração do prazo previsto, a opção de que trata o art. 15 não for aproveitada, a sociedade será considerada não ter existido e a companhia retomará a livre disposição das suas entradas.

Do que se lavra termo.

Feito e passado em Bruxellas no cartorio, aos 9 de março do anno de 1896.

Na presença dos Srs. François Rousseau, morador em Saint-Josse-ten-Hood e Pierre Hermals em, morador em Bruxellas, testemunhas requisitadas.

Feita a leitura os comparecentes assignaram com as testemunhas e o tabelião.

(Seguem-se as assignaturas.)

Registralos em Bruxellas sul, aos doze de março de mil oitocentos noventa e seis, volume 91, folio 51, casa 1. Recebido por contrato de sociedade frs. 7, por promessa de venda 240: total nove francos e quarenta centimos. — (Assignado) *Guilherme*, receptor.

Para cópia conforme. — (Assignado) *Ed. Van Halteren*. (Sello do tabelião.)

Visto por nós, presidente do Tribunal de primeira instancia de Bruxellas, para legalisação da assignatura do Sr. Van Halteren, tabelião residente em Bruxellas.

Bruxellas, 14 de março de 1896. — *G. Van Moorsel*. (Sello do tribunal.)

Visto no Ministerio da Justiça para legalisação da assignatura do Sr. Van Moorsel, acima exarada.

Bruxellas, 14 de março de 1896. — O secretario geral, *De Latour*. (Sello do Ministerio da Justiça.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. De Latour acima exarada.

Bruxellas, 14 de março de 1896. — Pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros, o director *Alfred Van den Bulcke*. (Sello do Ministerio dos Estrangeiros.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Alfred Van den Bulcke, acima exarada.

Bruxellas, 14 de março de 1896. — Pelo vice-consul dos Estados Unidos do Brazil, o agente commercial, *Lechien*. (Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Lechien, agente commercial em Bruxellas.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1896. — Pelo director geral, (assignado sobre quatro estampilhas no valor de 55 réis) *L. P. da Silva Rosa*. (Sello do Ministerio das Relações Exteriores e seis estampilhas no valor de 4\$180 inutilisadas pela Recebedoria.)

Nada mais continham os estatutos que fielmente verti do proprio original, ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1896. — O traductor publico, *Affonso H. C. Garcia*.



## DECRETO N. 2395 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1896

Concede autorização á *Manchester Fire Assurance Company* para funcionar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Manchester Fire Assurance Company*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação á *Manchester Fire Assurance Company* para estabelecer agencias nesta capital e nas cidades da Bahia, Recife, Santos, S. Paulo e Porto Alegre, mediante as clausulas que a este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas; ficando outrosim a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896. 8.ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Martinho.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2395, desta data**

I

A *Manchester Fire Assurance Company* é obrigada a ter um representante no Brazil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com particulares.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciais ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente authorisação.

## III

A companhia não poderá funcionar enquanto não depositar no Thesouro Nacional a quantia de vinte contos de réis (20:000\$) em apolices da divida publica, por cada uma agencia que abrir, para garantir o pagamento de futuros direitos e obrigações.

## IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia com a declaração do fim a que é destinado e de que não poderá ser levantado sinão por ordem do presidente da Junta Commercial da Capital Federal.

## V

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassida a licença para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

## VI

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de duzentos mil réis (200\$) a dous contos de réis (2:000\$000).

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896.— *Joaquim Martinho*.

---

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro.

Certifico que me foram apresentados em um folheto impresso, em inglez, os estatutos da Companhia contra o fogo intitulada —*The Manchester Fire Assurance Company*, os quaes, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e dizem o seguinte :

### Estatutos da «The Manchester Fire Assurance Company»

Datados de 25 de março de 1847, e completamente registrados, de conformidade com a lei de 7 e 8 Vic. Cap. CX de 29 de março de 1847, e incorporada de conformidade com a lei das companhias de 1862, no dia 22 de outubro de 1862.

Sede 98, King Street.—*Manchester*.

Certificado do registro do despacho ou ordem do tribunal, confirmando a alteração dos fins ou a forma da Constituição.

De accordo com o appenso 2 (1) de 53 e 54 Vic. Cap. 62.

Tendo a *The Manchester Fire Assurance Company* por deliberação especial, alterado os seus fins conforme foi confirmado por um despacho ou ordem da chancellaria do condado palatino de Lancaster, districto de Manchester, datado de 8 de maio de 1893, pelo presente certifico ter registado o dito despacho e uma cópia impressa dos estatutos assim alterados.

Passado e assignado por mim em Londres, aos 16 dias do mez de maio do anno de 1893. — (Assignado) *J. S. Purcell*, registrator de companhias anonymas.

#### TRANSFERENCIA DE AÇÕES

Pele-se aos accionistas que quizerem transferir as suas ações que dirijam um aviso ao secretario no escriptorio da companhia em King Street, numero noventa e oito (Manchester), especificando neste aviso a quantidade e os numeros distinctivos das ações a transferir, o nome, a residencia e a profissão ou emprego da pessoa a quem são transferidas e o preço ou o dinheiro pago em compensação das mesmas.

No escriptorio da companhia dar-se-ão formulas impressas desse aviso, assim como da transferencia que tiver de ser realzada.

Sendo o titulo de transferencia devidamente assignado por ambas as partes, deixando no escriptorio, e com os certificados de ações anteriormente passados, serão entregues novos certificados no nome da pessoa a que é feita a transferencia, mediante pagamento dos emolumentos.

As alterações feitas nestes estatutos e approvadas nas assembleas geraes extraordinarias dos accionistas acham-se insertas em seguida ás clausulas a que dizem respeito.

#### INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO

Escriptura passada no dia vinte e cinco de março no 10º anno do reinado de Sua Magestade a Rainha Victoria e no anno do Senhor de mil oitocentos quarenta e sete.

Entre as diversas pessoas cujos nomes acham-se aqui subscriptos e cujos sellos acham-se aqui affixados (sendo respectivamente accionistas da companhia ou sociedade aqui em seguida mencionada) de uma parte e o Sr. Herbert Spring, de Manchester, no Condado de Lancaster, fidei-commissario por conta da dita companhia ou sociedade, de outra parte.

Visto que por uma escriptura de constituição datada do dia primeiro de junho de mil oitocentos e vinte e quatro e celebrada entre as diversas pessoas cujos nomes acham-se na mesma subscriptos e cujos sellos acham-se na mesma affixados (exceptuan-

do-se os Srs. James Brierley, de Manchester, no Condado de Lancaster, Thomas Heywood, de Manchester e John Barton, de Manchester acima ditos) de uma parte e o dito James Brierley, Thomas Heywood e John Barton de outra parte foi organizada uma companhia com o nome de *The Manchester Fire and Life Assurance Company*, e m um capital de £ 2.000.000 (dous milhões de libras esterlinas) dividido em vinte mil acções de £ 100 (cem libras esterlinas) cada uma, achando-se nas mesmas declarado terem sido pagas dez libras esterlinas sobre cada uma dessas acções e estando declarado na mesma escriptura que o negocio da dita companhia seria fazer ou effectuar seguros contra perda ou damno causado pelo fogo e fazer ou realizar seguros sobre vidas e sobrevivencias e to os os outros seguros relativos á vida, que pudessem ser effectuados de conformi'dade com a lei, inclusive dotações para filhos ou outras pessoas e estabelecer annuidades para vivos ou por outra fórma e sobrevivencias e na dita escriptura de constituição achavam-se contidas diversas clausulas e disposições para a direcção e regularisação dos negocios e operações da dita companhia e contendo a dita constituição uma clausula pela qual se estipulava ou dispunha.

Que, em qualquer occasião em que du s assembléas geraes extraordinarias de accionistas accordarem na resolução de dissolver a companhia, a directoria deixará de passar ou renovar qualquer apolice de seguro contra o fogo ou de vida ou de estabelecer qualquer annuidade por conta da companhia e proceder pela maneira que ella julgar justa e razoavel para fazer face aos compromissos existentes da companhia e fará com que aquelles dos fundos ou dos bens da companhia, que nessa época não consistirem em dinheiro e que não forem necessarios para fazer face aos compromissos existentes da companhia, sejam a to continuo vendidos ou por outra parte com erditos em dinheiro pela fórma e nos termos que a directoria julgar conveniente e depois dessa venda ou conversão fará com que aquelles dos fundos ou bens da companhia que não forem precisos para fazer face aos compromissos existentes da mesma sejam pagos e distribuidos entre os accionistas e outros portadores na occasião, ou seus respectivos testamenteiros, administradores ou representantes nas proporções em que tiverem respectivamente direito aos mesmos e logo depois desse pagamento e distribuição a companhia será dissolvida e o dito instrumento de constituição e toda a clausula, artigo e cousa nelle contida portanto cessará, terminará e ficará nulla.

E visto que em duas assembléas geraes extraordinarias successivas dos accionistas da dita companhia devidamente reunidos no dia 7 de setembro e no dia 23 de setembro ultimo, foi resolvida a dissolução da dita companhia, usando da faculdade para esse fim contida na dita clausula de dissolução do instrumento de constituição no presente em parte mencionado, e em consequencia dessa deliberação e de conformidade com essa clausula de dissolução, a directoria começou a tomar disposição para fazer face aos compromissos existentes da companhia.

## III

E visto que o negocio da companhia era em Manchester, de conformidade com as disposições do dito instrumento de constituição desde a sua data até a dissolução aqui em seguida mencionado da mesma companhia.

## IV

E visto que os accionistas por quem foi resolvida a dita dissolução na época ou logo depois dessa resolução determinaram e acordaram em formar e estabelecer uma nova companhia ou sociedade sob a denominação ou titulo de *The Manchester Fire Assurance Company* para o fim de effectuar seguros contra a perda ou damno pelo fogo com um capital de £ 1.000.000 (um milhão de libras esterlinas) dividido em 10.000 acções de £ 100 (cem libras cada uma) para serem distribuidas entre e attribuidas aos accionistas ou ás pessoas com direito a acções na companhia dissolvida ou áquelles dentre elles que desejarem subcrevel-as ou ás pessoas respectivamente designadas por esses accionistas ou pessoas com direito ás mesmas, como acima dito de conformidade com o numero de suas respectivas acções do capital da dita companhia dissolvida, as operações da dita nova companhia ou sociedade serão feitas em Manchester, King-Street n. 98 (local de operações da dita companhia dissolvida) ou em outro logar que os directores da dita nova companhia ou sociedade julgarem apropriado.

## V

E visto que a dita nova companhia ou sociedade foi no ou cerca do dia 5 de agosto ultimo, provisoriamente registrada de accordo com uma lei do parlamento, votada na sessão do 7.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup> annos do reinado de Sua Magestade a rainha Victoria, e intitulada — Lei para o registro, incorporação e regulamento de companhias anonymas, e projectar obter o completo registro dessa companhia ou sociedade, sujeitando-se á dita lei.

## VI

E visto que a dita companhia ou sociedade assim provisoriamente registrada, como acima dito, é a companhia ou sociedade que se projecta formar ou estabelecer pelo presente instrumento e é a companhia ou sociedade a que se referem as expressões aqui contidas de — a companhia e a dita companhia — e outras expressões referentes a qualquer companhia ou sociedade, excepto onde o contexto demonstra uma significação differente.

## VII

E visto que as ditas 10 acções em que o capital da dita nova companhia ou sociedade deve ser dividido, são respectivamente numerados de um a 10.000 em uma serie regular, e visto que as diversas pessoas respectivamente que são partes no presente instrumento ou em qualquer escriptura da mesma data e que se refira ao presente, sendo respectivamente donos ou pessoas com direito a acções da dita companhia dissolvida ou designados por esses donos ou pessoas respectivamente subscreverem 9.886 dessas acções, que são numeradas de 1 a 9.886, inclusivamente, e o numero de acções subscriptas por cada uma das ditas partes com o numero distinctivo das mesmas acções respectivamente acha-se escripto ou mencionado em frente ao seu nome e sello subscripto e afixado por elle respectivamente no presente instrumento ou a alguma escriptura relativa ao presente.

## VIII

E visto que uma entrada de £ 10 (dez libras sterlingas) por acção sobre todas as acções do capital da dita companhia que pelo presente instrumento se projecta formar ou estabelecer, deve ser pago immediatamente ou logo que for possível após o completo registro da dita companhia.

## IX

E visto que ao dissolver-se a dita *Manchester Fire and Life Assurance Company* e ao celebrar-se o accordo para a formação da dita companhia, que pelo presente instrumento se projecta estabelecer, foi accordado que no caso de e ao ser a dita companhia completamente organizada a primeira entrada ou prestação de £ 10 (libras dez) por acção sobre todas as acções subscriptas pelos accionistas e ou outras pessoas com direito a acções da dita companhia dissolvida ou seus respectivos representantes sera pago ou satisfeito por meio ou pelos fundos ou propriedade da dita companhia dissolvida como aqui em seguida se menciona, e que todos os compromissos, riscos e responsabilidades da e contrahidas pela dita companhia dissolvida em relação as operações da secção de incendio dessa companhia serão assumidos e soffridos pela dita nova companhia e que a mesma companhia ficarem sujeitos a essas ultiores responsabilidades como a que em seguida se menciona e foi ao me-mo tempo convencionado que para prover ao pagamento e satisfação da dita primeira entrada ou prestação de £ 10 (dez libras sterlingas) por acção sobre todas as ditas acções e como compensação da dita nova companhia assumir e soffrer todos os compromissos, riscos e responsabilidades, como acima dito e da mesma companhia ficar sujeita a

outras responsabilidades aqui em seguida mencionadas; o excedente do capital realzado da companhia dissolvida e as suas accumulações, depois de providenciar-se para fazer face a todos os compromissos, riscos e responsabilidades conhecidas da companhia dissolvida, relativos á secção de seguros de vida, das operações da dita companhia e depois de re-tituir aos donos e ás outras pessoas com direito a acções na dita companhia dissolvida uma meta de do capital realzado com um dividendo tirado das ditas accumulações ou tendo em conta esses accionistas ou outras pessoas, e ta bem depois de prover ao reembolso dos accionistas ou out. as pessoas com direito a acções na companhia dissolvida que não subscreverem acções na dita nova companhia ou os capitães, fundos ou títulos e propriedades respectivamente nos quaes ou sob os quaes o dito excedente estiver empregado e em que consistir respectivamente, serão transferidos á dita nova companhia logo depois de completamente registrado, porém que esses fundos, capitães ou títulos e propriedades respectivamente serão assim transferidos sujeitos a todas as responsabilidades existentes que presentemente as effectuarem.

## X

E visto que foi accordado que a quantia de £ 98.860, parte do dito excedente do referido capital e accumulações, e sendo uma somma de dinheiro igual á importancia total da primeira entrada ou prestação de £ 10 (libras dez) por acção sobre todas as ditas 9.886 (nove mil oitocentas oitenta seis) acções assim subscriptas como acima dito, do capital, com a primeira entrada sobre todas as outras acções do mesmo capital constituirá o capital realzado da dita companhia e será levado a uma conta ou fundo que será denominado « Conta de capital » e que o restante do dito excedente ou dos capitães, fundos ou títulos de garantia ou propriedades respectivamente em que o mesmo respectivamente estiver empregado ou em que consistir será considerado como compensação ou retribuição por assumir a dita nova companhia todos os compromissos, riscos e responsabilidades não satisfeitos da companhia dissolvida relativamente aos negocios da secção de incendio da dita companhia e outrosim que tendo em consideração a transferencia do dito excedente dos fundos ou propriedades da dita companhia dissolvida a dita nova companhia assumirá todas as outras responsabilidades (si as houver) da dita companhia dissolvida e soffrerá, pagará, satisfará e se desemborçará de todas as reclamações e exigencias a satisfazer sobre ou contra a dita companhia ou contra os bens ou effectos da mesma ou contra os fidei-commissarios directores ou accionistas dessa companhia por qualquer causa que seja e tambem todas as perdas, custas, despezas, damnos e gastos que forem ou possam ser soffridos ou em que incorrerem os ditos fidei-commissarios, directores ou accionistas ou quaesquer delles em consequencia da projectada transferencia dos ditos fundos

ou propriedade excedentes á dita nova companhia ou em consequencia do referido ajuste ou por outra forma em relação ás premissas ou em consequencia de qualquer divergencia ou controversia ou de qualquer litigio por essa causa ou por outra forma em relação ás premissas.

E foi tambem accordado que o dito restante do referido excedente dos capitães, fundos ou titulos e propriedades respectivamente depois de conseguir ou transferir a quantia de dinheiro que deverá ser como acima se declara a sim transferida deverá constituir (com a primeira prestação ou entrada sobre as ditas acções ainda não subscriptas) a dita «Conta de capital» juntamente com qualquer premio a mais da importancia da primeira prestação de £ 10 (libras dez) que terá de ser paga pelas acções do dito capital ainda não subscripto e quaesquer accrescimos ou qualquer augmento dos ditos fundos ou propriedades excedentes será levado e formará a base de uma conta ou fundo que será denominado «Fundo de garantia».

## XI

E visto que foi accordado que a casa de negocio da dita companhia dissolvida, situada e existente em numero 98, King Street, Manchester, com a mobilia e pertences nella existentes e todas as edificações annexas e tambem algumas edificações no lado opposto de Chancesy Lane, em Manchester acima dito, compradas pela dita companhia dissolvida com a dita casa de negocio ao ser completamente registrada a dita companhia que pelo presente se projecta organizar e logo que a commissão do Conselho Privado do Commercio conceder licença para essa companhia comprar e possuir terrenos, propriedades permanentes, herdades, no caso de ser essa licença necessaria, tornarse-hão propriedade da mesma companhia e que essa casa de negocio e as edificações annexas acima ditas, que são ientas de successão com as mobílias e pertences da dita casa de negocio e que foram com as ditas mobílias e pertences avaliados na quantia de libras 8.668-11-6, serão recebidos e considerados como representando uma somma equivalente no capital da dita companhia.

Portanto, o presente instrumento testemunha que no intuito de formarem e organisarem a dita companhia ou sociedade pela forma acima dita na dissolução da dita *The Manchester Fire and Life Assurance Company* e em consideração ás premissas, cada uma das diversas pessoas que são outorgantes no presente instrumento, tanto quanto diz respeito aos actos e factos delles proprios e delle proprio respectivamente e dos seus respectivos herdeiros, testamentarios e administradores, porém, não mais, ou por outra forma pelo presente por si e seus herdeiros, testamentarios e administradores estipulam e accordam com o dito Herbert Spring, o outorgado como fidei-commisario no nome da dita companhia pela forma seguinte, isto é, que cada uma dellas, as ditas di-

versas pessoas outorgantes, respectivamente ou seus respectivos testamenteiros ou administradores pagará uma prestação ou entrada de £ 10 (dez libras esterlinas) sobre cada acção assim subscripta ou tomada por ella como acima dito no capital da dita companhia ou sociedade logo que ou immediatamente depois que a dita companhia ou sociedade tiver sido completamente registrada de accordo com as disposições e a lei do parlamento do setimo e oitavo annos do reinado de sua magestade intitulada «Lei para o Registro, Incorporação e Regulamento de Companhias de Fundo Associado» e pagarão todas as demais prestações ou entradas que forem ou possam ser chamadas ou cujo pagamento for reclamado sobre cada uma das ditas acções nas épocas e pela maneira aqui em seguida mencionada, excepto que, no que diz respeito ás ditas 9.886 (nove mil oitocentos oitenta e seis) acções numeradas de 1 a 9.886 (de um a nove mil oitocentos oitenta e seis) inclusivamente, em uma serie regular assim já subscriptas, como acima dito, pelas pessoas que fazem parte desta escriptura, que eram proprietarios ou que tinham direito a acções na dita companhia dissolvida ou seus respectivos representantes a dita primeira entrada de £ 10 (dez libras esterlinas) sobre ella será considerada e tida como inteiramente realizada pela ou no pagamento ou transferencia feitos á dita companhia, que pelo presente se projecta organizar, do excedente pelo capital e accumulações da dita companhia dissolvida ou os fundos, capitais ou titulos de garantias e propriedades respectivamente em que ou sobre os quaes os mesmos estejam ou possam consistir, inclusive a dita casa de negocio em King Street, n. 98, em Manchester e os ditos edificios comprados com ella como acima dito e as mobílias e bemfeitorias na dita casa de negocio, que, como acima dito, tenham de ser transferidas á mesma companhia e tambem que cada uma dellas, as ditas diversas pessoas que outorgam o presente, respectivamente ou seus respectivos testamenteiros, ou administradores cumprirão e observarão os diversos compromissos e regras ou regulamentos respectivamente aqui em seguida mencionados, a saber:

## I

Que as diversas pessoas que outorgam o presente, e a pessoa ou pessoas que outorgam qualquer escriptura da mesma data e referente ao presente instrumento e contendo uma convenção de pagar as prestações ou entradas e cumprir, conformar-se ou observar e executar os diversos compromissos, disposições, regras e regulamentos respectivamente aqui contidos, sendo os accionistas primitivos ou aquelles de entre elles que na occasião continuarem a ser accionistas e as diversas pessoas que posteriormente se tornarem accionistas por terem outorgado essa escriptura ou instrumento de transferencia, como aqui em seguida se menciona, contendo um accordo de tomarem a sua acção ou as suas acções, sujeito ás diversas condições

sob as quaes a mesma acção ou as mesmas acções seja ou sejam então possuidas e cumprirem as disposições e compromissos dos presentes estatutos e que serão devidamente devolvidas ao registrador de companhias anonymas, pois que o possuidor ou possuidores respectivamente dessa acção ou acções de accordo com as disposições da dita lei do Parlamento constituirão e continuarão uma companhia ou sociedade com e sob o nome de *The Manchester Fire Assurance, Company* e que o fim ou o negocio da dita companhia será fazer ou effectuar seguros contra a perda ou damno pelo fogo.

Que as seguintes palavras sejam accrescentadas á clausula I dos estatutos: « Fazer e effectuar seguros contra perda ou damno á propriedade de qualquer natureza em transitio por terra ou por agua inclusive a perda, ou presa ou roubo, fazer e effectuar seguros contra a perda ou damno em razão de tormenta, tempestade ou accidente de qualquer natureza quer em terra quer sobre agua quer á propriedade quer á pessoa, fazer e effectuar todos e quaesquer negocios ou fazer todas as materias e cousas como acima dito, quer no Reino Unido quer em quaesquer d.s seus dominios, colonias ou dependencias ou em qualquer paiz ou Estado estrangeiro, fazer e celebrar e levar a effeito quaesquer contractos ou contracto, para tomar a si, fazer e satisfazer todos ou qualquer parte dos seguros ou cauções e compromissos de outra companhia ou sociedade, comtanto que nenhum desses contractos ou contracto prejudique por qualquer forma os direitos ou interesses de possuidores de quaesquer das apolices actuaes da companhia; gerir, arrendar, hypothecar ou fazer outra qualquer transacção relativamente aos bens de raiz, moveis ou semoventes, adquiridos ou possuidos pela companhia de conformidade com a escriptura de accordo, fazer operações de credito para os fins da companhia na conformidade do que ficar autorizado pela escriptura de accordo, fazer por intermedio de quaesquer corporações, companhias ou pessoas todas as transacções que já ficam mencionadas e fazer todas as mais transacções relativas ou conducentes á realisação dos sobreditos fins ou de qualquer dos mesmos ou as que por qualquer outra forma ficarem autorizadas pela referida escriptura de accordo; comtanto que qualquer seguro realizado de accordo com as sobreditas disposições seja feito ou effectuado de combinação com seguro contra perdas ou danos por fogo e abrangido na mesma apolice, sendo aliás admissivel sómente nos casos em que for necessario para promover os interesses da companhia no negocio de seguros contra fogo » Vinte e oito de março e quatorze de abril de mil oitocentos noventa e tres.

## II

Que o capital da referida companhia, como já ficou dito, será de £ 1.000.000 esterlinas dividido em 10.000 acções de £ 100 cada uma, não podendo o referido capital em caso algum ser elevado.

Que se eleve o capital da companhia mediante a emissão de nova série de acções de £.20 cada uma cujo numero não exceda de 50.000, feita na época ou épocas e nas condições relativas ao premio ou mais circumstancias que forem julgadas convenientes em qualquer occasião pela directoria.

Que a clausula primitiva n. 2 e a respectiva emenda de setembro de mil oitocentos sessenta e nove sejam revogadas e substituidas pela seguinte clausula, a saber: «II. O capital da companhia, como já ficou dito, será de £ 2.000.000 esterlinas dividido em 100.000 acções de £ 20 cada uma.» Cinco e vinte e quatro de junho de mil oitocentos e noventa.

Que seja modificada a parte da clausula n. 2 dispondo e declarando que o capital de £ 1.000.000 será dividido em 10.000 acções de £ 100 cada uma, devendo a referida clausula de hora em diante ser do teor seguinte: « Que o capital da referida companhia, como ficou dito, será de £ 1.000.000 esterlinas dividido em 50.000 acções de £ 20 cada uma, não podendo o referido capital em caso algum ser ele ado.» Vinte e oito de setembro de mil oitocentos sessenta e nove.

### III

Que a séde da companhia será o referido predio numero 98, King Street, Manchester, ou outro local que opportunamente for designado pela directoria.

### IV

Que a referida companhia terá directoria composta de doze membros nas condições que ficam depois indicadas e dous fiscaes nas condições que igualmente ficam indicadas depois; e que Edmund Buckley, de Ardwick na referida parochia de Manchester, Esquire, membro do Parlamento, John Burton, de Middleton, no referido condado de Lancaster, Esquire, James Conisderdine, de Cheetham Hill, na referida parochia de Manchester, negociante, James Collier Harter, de Broughton na referida parochia de Manchester, mercador de carne e peixe salgado, Thomas Hilton de Ardwick, na referida parochia, negociante, Thomas Markland, de Withington, no referido condado de Lancaster, negociante, Jos ph Peel de Broughton, na referida parochia, de Manchester, fundidor de ferro, Charles Smith, de Broughton na mesma parochia banqueiro, John Bradshaw Wanklyn, de Pendleton, no referido condado de Lancaster, negociante, Gilbert Winter, de Cheetham Hill na referida parochia de Manchester Esquire, George Withington, de Lidsbury, no referido condado de Lancaster, industrial e James Woold, de Charlton Medlock, no referido condado de Lancaster, Esquire, serão os primeiros e actuaes directores e o referido Edmund Buckley

será o primeiro e actual presidente da directoria e o referido John Burten será o actual e primeiro vice-presidente da mesma e James Kershaw, de Broughton na sobredita parochia, Esquire e Richards Prests, de Ardwick na mesma parochia, Esquire, serão os primeiros e actuaes fiscaes e os referidos directores e fiscaes continuarão a occupar os seus respectivos cargos até que se exonerem dos mesmos ou os pereçam em virtude das disposições do presente instrumento.

E que haverá igualmente cinco fidei-commissarios e os referidos James Costerdine, Thomaz Hilton, Thomaz Markland, Joseph Peel and George Withington serão os primeiros e actuaes fidei-commissarios da referida companhia, sendo nomeados pela directoria, como já ficou declarado, os futuros commissarios e a referida directoria poderá opportunamente demittir qu'esquer fidei-commissarios ou fidei-commissario e preencher as vagas na conformidade das disposições que vão adeanto consignadas; e haverá igualmente um secretario, procurador ou procuradores e banqueiro da referida companhia e o sobredito Herbert Spring será o 1.<sup>o</sup> o actual secretario, John Speakman, de Manchester no sobredito condado, será o 1.<sup>o</sup> procurador e a *Manchester and Liverpool District Banking Company* será o 1.<sup>o</sup> o actual banqueiro, e os referidos secretario, procurador e banqueiro serão considerados funcionarios da directoria.

Que se augmente a dezenove em vez de doze o numero de directores de que trata a escriptura de accordo da companhia, sendo, portanto, constituidos directores, conjunctamente com os actuaes, Sir James Duke, baronete, membro do Parlamento de Portland Place; Thomas Questad Firmis, Esquire, vereador, de Great Tower Street; Henry Charles Chilton, Esquire, de Chancery Land William Mallalieu, de Hatton Garden, negociante; James Cunliffe Pickersgill, de Warneford Court, negociante; John James Saunders, de Brookss Wharf, negociante, todos da cidade de Londres; e Thomas Shepperson, de Clapham, no condado de Surrey, Esquire.

Onze de dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco.

Que será lícito á directoria em exercicio augmentar de ora em diante, em qualquer época ou épocas, o numero de directores, até attingir numero não excedente de vinte e quatro, e nomear e designar o novo director ou directores que forem precisos para completar o numero correspondente ao respectivo augmento, e o director ou directores assim nomeados continuarão a funcionar em virtude de tal nomeação até a primeira reunião semestral da assembléa geral de accionistas, quando as respectivas nomeações poderão ser confirmadas ou cassadas pelos accionistas.

Onze de dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco.

Que as clausulas numero quatro e quarenta e um respectivamente, da escriptura de accordo, limitando a doze o numero de directores ou indicando como tal o numero dos mesmos, serão modificadas e vigorarão como si fosse declarado

nas mesmas que o numero primitivo, em vez de ser de doze, fôra de dezenove ou outro qualquer numero não excellentes de vinte e quatro e correspondente ao numero dos directores que effectivamente estiverem em exercicio na respectiva época, e quanto á referida clausula quarenta e um não terá applicação a qualquer dos directores ora constituídos ou dos que tiverem de ser nomeados pela directoria em cumprimento do que dispõe a segunda resolução enquanto funcionarem em virtude da sua nomeação primitiva, restricção que limita a competencia para occupar o cargo de director ás pessoas que na época da eleição ou nomeação sejam accionistas e o tenham sido durante os seis mezes do calendario anteriores á referida eleição ou nomeação.

Onze de dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco.

## V

Que, visto que a referida companhia dissolvida a *Manchester Fire and Life Assurance Company*, em compensação dos riscos e obrigações assumidas pela companhia ora organizada, as quaes vão adiante enumeradas, faz a esta companhia cessão e transferencia do sobredito saldo do capital e quantias accumulados da mesma companhia dissolvida ou as acções, fundos ou titulos de outros bens em que se acha empregado e de que consiste o mesmo saldo, sendo considerado o excedente, além de quantia igual á importancia total da primeira prestação á razão de £ 10 por cada uma das sobreditas 9.086 acções numeradas 1 a 9.086, justa compensação para os referidos riscos e obrigações, a dita companhia ora organizada assumirá todos os riscos e obrigações hoje em vigor em relação a toda ou qualquer apolice ou a todas e quaesquer apolices de seguro contra perda ou damno por fogo, emittidas pela referida *Manchester Fire and Life Assurance Company*, subsistentes na época da dissolução da mesma companhia, bem como a responsabilidade de todos os mais compromissos e reclamações relativas á secção de seguros contra fogo da mesma companhia, e bem assim a de todos os mais compromissos, reclamações e pretenções a que fica sujeita a referida companhia dissolvida ou os fidei-commissarios, directores ou proprietarios da mesma ou os bens ou haveres da dita companhia, por causa de qualquer negocio, transacção ou circumstancia, e a de todos os prejuizos, custas, onus, danos e despezas em que incorrem os referidos fidei-commissarios, directores ou proprietarios ou qualquer delles, respectivamente em consequencia da transferencia dos remanescentes ou bens da companhia dissolvida para a nova companhia ou em consequencia dos diversos accordos e ajustes que vão respectivamente referidos ou mencionados neste instrumento ou por qualquer outra forma, em relação a

este negocio ou em consequencia de qualquer questão ou controversia ou de qualquer litigio por este motivo ou por qualquer outra circumstancia relativa ao negocio.

## VI

Que em toda apolice ou outro contracto escripto que tenha de ser feito ou celebrado pela companhia ou em seu nome e em que esta se responsabilise por prejuizos ou lhe seja imposta responsabilidade pelos mesmos, inserir-se-ha uma clausula declarando que para occorrer e satisfazer a todas as reclamações e pretensões apresentadas de accordo com semelhante apolice ou em virtude da mesma ficam sujeitos exclusivamente o capital, fundos ou bens da companhia, não cabendo, pois, a nenhum dos directores, accionistas ou membros da companhia responsabilidade alguma pelas reclamações ou pretensões resultantes de semelhantes apolices ou contracto e não lhe devendo ser impostos por este motivo onus algum, afóra a importância representada por sua acção ou acções que fazem parte do capital da companhia, sendo que se tem em vista limitar sempre, tanto quanto for possível, ás acções que, na época da representação de quaesquer reclamações ou pretensões, pertencerem a membros individuaes da companhia a responsabilidade que a esses couber em virtude de qualquer contracto escripto celebrado pela companhia ou em nome da mesma.

Fica, entretanto, expressamente — declarado e estipulado que nenhuma das disposições — que se acham exaradas nesta clausula ou das que tenham de ser consignadas em semelhante apolice ou contracto limitará ou tem por fim limitar a responsabilidade dos accionistas da companhia ou de qualquer dos mesmos ou dos seus respectivos representantes ou haveres, no que diz respeito ao cumprimento e observancia das clausulas do contracto que, de conformidade com os respectivos termos, tem de ser consignadas em cada apolice, ou prejudicar ou modificar o direito que assiste a qualquer pessoa em virtude das mesmas clausulas, de promover, de accordo com o sobredito estatuto, o mediante as restricções constantes do mesmo, o cumprimento de toda e qualquer sentença, mandado ou ordem expedida em consequencia da violação do que fica estipulado em semelhante contracto ou destinado a validar o mesmo, procedendo para este fim contra a pessoa, bens ou haveres de qualquer accionista effectivo ou ex-accionista.

## VII

Que os directores e fiscaes, e os fiscaes-commissarios, agentes e funcionarios, empregados e outros, devidamente autorizados

pelos directores ou encarregados pelos mesmos ou sob as suas ordens, pela fôrma que fica indicada neste instrumento, de tratar de qualquer negocio, transacção ou empreendimento por conta da referida companhia ou sociedade e todo fiador para o pagamento de qualquer direito ou direitos e todo accionista individual respectivamente e toda pessoa com direito ou interesse em qualquer acção que os habilite, na fôrma das disposições que adiante vão consignadas, a nomear ou representar accionistas relativamente a semelhante acção, e os herdeiros, testamenteiros e inventariantes de semelhantes fideicommissarios, director, fiscal, agente, funcionario, empregado, fiador, accionista ou outra pessoa, na fôrma que vae indicada, serão indemnizados e conservados illesos, por conta dos fundos ou bens da referida companhia, de todos os custos, onus, prejuizos, damnos e despesas que os mesmos ou quaesquer delles ou seus herdeiros, testamenteiros ou inventariantes ou quaesquer delles tiverem de soffrer, pagar ou supportar ou os em que tiverem de incorrer ou a que tiverem de sujeitar-se por conta ou em consequencia de qualquer contracto, venda, compra ou emprego de capital que tiver sido feito ou realizado por conta da referida companhia ou em beneficio da mesma ou por conta ou em consequencia de qualquer acto, feito ou obra que os mesmos ou quaesquer delles possam licitamente realizar ou fazer realizar em relação a semelhante contracto, venda, compra ou emprego de capital, ou por qualquer outra fôrma, na promoção dos fins e propositos da referida companhia, ou por conta ou em consequencia de qualquer obrigação ou fiança das referidas pessoas ou pessoa pelos direitos ao Governo, ou por conta ou em consequencia de qualquer pronuncia, accusação, denuncia, acção, demanda, processo, procedimento, ou arbitramento que tiver de ser intentado, encetado, mantido, defendido e continuado em consequencia de semelhante contracto, venda, compra ou emprego de capital ou de semelhante obrigação ou fiança, ou por conta ou em consequencia de outro qualquer acto feito, obra ou negocio, em relação ao cumprimento dos respectivos deveres ou funcções á excepção dos custos, onus, prejuizos, damnos e despesas devidas á falta ou desidia voluntaria de semelhante pessoa ou pessoas, respectivamente.

### VIII

Que as ultimas duas clausulas anteriores, respectivamente exaradas neste instrumento e relativas á limitação da responsabilidade dos accionistas e á immuniçade dos funcionarios da companhia e de todos e quaesquer fiadores ou fiador e todos os accionistas e outros serão sempre, durante a existencia da referida companhia, considerados leis fundamentaes e inalteraveis.

## IX

Que todos os negócios e transacções da companhia serão geridos e administrados de accordo com as diversas regras, regulamentos e disposições, que vão adiante, a saber:

## X

Que os accionistas da referida companhia reunir-se-hão no edificio ou escriptorio da companhia na respectiva época, ou em qualquer outro lugar, em Manchester, que for designado pela directoria, semestralmente, nos respectivos mezes de maio e novembro de 1847 e de todos os annos seguintes, nos dias dos referidos mezes, respectivamente, que forem marcados pela directoria, e cada uma das reuniões será denominada — assembléa geral semestral.

Clausula X — Que da clausula n. X da escriptura de accordo, emendada em novembro e dezembro de 1867, sejam eliminadas as palavras « no mez de fevereiro » e que de ora em diante sejam redigidas e entendidas nesta conformidade a referida clausula X e a respectiva emenda — 5 e 24 de junho de 1890:

X. Que seja modificada e revogada a disposição constante da clausula n. X da escriptura de accordo desta companhia, em virtude da qual se reúnem os accionistas semestralmente nos respectivos mezes de maio e novembro de cada anno e se denomina assembléa geral semestral cada uma das reuniões, ficando preceituado, em substituição da mesma disposição, que se reúnam os accionistas da companhia com o sobredito fim, no mez de fevereiro de cada anno e no dia que for marcado pela directoria, e que seja denominada Assembléa Geral Annual a respectiva reunião, e que de ora avante vigore e seja entendida de accordo com esta emenda a referida clausula n. X da referida escriptura de accordo, como si esta clausula assim emendada fizesse parte da referida escriptura de accordo.

12 de novembro e 3 de dezembro de 1867.

## XI

Que a directoria sempre que o julgue conveniente poderá livremente convocar assembléa geral extraordinaria.

## XII

Que pelos motivos ou circumstancias que vão adiante indicados na clausula ou clausulas relativas ao adiamento das assembléas geraes poder-se-hão adiar tanto as semestraes como as extraordinarias.

## XIII

Que a directoria convocará, dando o competente aviso, as assembleas geraes semestraes e as assembleas geraes extraordinarias e bem assim (nos casos em que for preciso o referido aviso) todas as assembleas geraes adia-las que forem necessarias para qualquer fim, de accordo com as clausulas ou disposições que vão consignadas adiante; e o referido aviso dar-se-ha por meio de annuncio inserido em dous ou mais dos jornaes que se publicam ou circulam em Manchester, bem como por meio de circular enviada a cada accionista que tiver o direito de votar em semelhante assemblea geral e o referido annuncio e circular serão expedidos de tal modo que a primeira publicação do annuncio em cada um dos referidos jornaes e a collocação da circular nos Correios se realizem com antecedencia que não seja menor do que o prazo de quatorze dias nem maior do que o de vinte e um dias, do dia que a directoria tiver marcado para a respectiva reunião; e o referido annuncio e circular indicarão o dia, hora e lugar da reunião e bem assim o assumpto de que se tem de tratar, no caso de não ser este identico aos que se costumam sujeitar á deliberação da assemblea geral em semelhantes occasiões; e no caso de haver assemblea geral extraordinaria ou adiamento por falta de *quorum* ou por motivo de escrutinio, mas tão somente nestes casos, o annuncio e circular indicarão tambem o fim ou fins da reunião; entretanto em qualquer assemblea geral semestral será lícito tratar de qualquer assumpto de que se tiver dado aviso no annuncio e circular convocando a reunião.

## XIV

Que qualquer grupo de cinco ou mais accionistas que possuirem ao todo cincoenta acções, pelo menos, e que tiverem sido cada um accionista pelo prazo de seis mezes de calendario, pelo menos, immediatamente anteriores, poderá em qualquer época requerer á directoria por escripto a convocação de assemblea geral extraordinaria para tratar de qualquer assumpto relativo aos negocios da companhia, podendo, aliás, fazel-o sem dependencia do referido prazo, si cinco ou mais dos mesmos forem accionistas fundadores possuindo o competente numero de acções.

Que seja modificada a disposição constante da clausula XIV, em virtude da qual cinco ou mais accionistas, possuindo ao todo cincoenta acções pelo menos, tem a faculdade de requerer á directoria, por escripto, a convocação de assemblea geral extraordinaria para tratar de qualquer assumpto relativo aos ne-

gócios da companhia, passando a reierida clausula a ser de ora em diante do teor seguinte :

« Que qualquer de cinco ou mais accionistas que possuirem ao todo 250 acções, pelo menos, e que tiverem sido, cada um accionista, pelo prazo de seis mezes do calendario, pelo menos, immediatamente anteriores, poderá em qualquer época requerer á directoria, por escripto, a convocação de assemblea geral extraordinaria para tratar de qualquer assumpto relativo aos fins da companhia, podendo aliás fazel o sem dependencia do referido prazo, si cinco ou mais dos mesmos forem accionistas fundadores, possuindo o competente numero de acções.

Que nas mais clausulas da escriptura de accordo que trata do numero de acções ou ao mesmo se refram indicando o mínimo que qualquer accionista ou quaesquer accionistas devem possuir para tornal-os aptos para exercerem certas funcções, o numero que effectivamente tem de possuir sera cinco vezes o que é indicado como preciso na respectiva clausula, já exarada na referida escriptura, ficando de ora em diante modificadas neste sentido as clausulas com que se encontra semelhante numero. »

Vinte e oito de setembro de mil oitocentos sessenta e nove.

## XV

Que todos os requerimentos, assim dirigidos á directoria para convocação de assemblea geral extraordinaria, serão entregues no edificio ou escriptorio occupado na respectiva época pela companhia e com todos esses requerimentos será claramente indicado o fim para que deve ser convocada a assemblea geral extraordinaria, e si depois de entregue no edificio ou escriptorio occupado pela companhia o requerimento dirigido á directoria, pedindo a convocação da assemblea geral extraordinaria, a mesma directoria no prazo de quatorze dias, contado da data da entrega do dito requerimento, não der aviso pela forma preceituada e acima indicada, de assemblea geral extraordinaria que tenha de funcionar em virtude do referido requerimento dentro do prazo maximo de 28 dias, a contar da data da entrega do referido requerimento, no dia que for marcado, poderão neste caso os accionistas signatarios do requerimento ou cinco dos mesmos possuindo conjuntamente o competente numero de acções, terminado o referido prazo de 14 dias, a contar da data da entrega do requerimento, marcar dia para a reunião dos accionistas em assemblea geral extraordinaria para os fins constantes do requerimento, e depois de darem á directoria aviso por escripto, que será entregue no escriptorio occupado nessa época pela companhia, poderão os mesmos accionistas convocar a assemblea geral extraordinaria, mediante annuncio em dous ou mais jornaes, que se publiquem ou circulem em Manchester, e mediante carta-circular impressa, com os seus nomes impressos no fim da mesma, enviada a cada um

dos accionistas com antecedencia de 14 dias no minimo e 21 dias no maximo do dia marcado para a respectiva reunião; e a referida assembléa geral extraordinaria funcionará no edificio ou escriptorio occupado nessa época pela companhia, realizando-se a reunião entre as 11 horas da manhã e as 4 horas da tarde; e no referido annuncio e carta circular será designado o fim da assembléa geral extraordinaria e marcados o dia, hora e logar da reunião.

#### XVI

Que em cada reunião a assembléa geral será presidida pelo presidente da directoria e no impedimento do mesmo pelo vice-presidente ou no impedimento de ambos por um dos directores presentes, que for escolhido pela assembléa geral, e achando-se ausentes todos os directores ou negando-se a presidir, será escolhido algum accionista presente, possuindo os requisitos já indicados, que o habilitem a votar e este será o presidente da assembléa geral.

#### XVII

Que em todas as assembléas geraes e escrutinios cada accionista e cada representante de accionista demente (si houver) terá direito a um voto pelas acções que possuir até cinco e mais um voto por cada cinco acções além das primeiras cinco; mas, seja qual for o numero de acções possuidas por qualquer accionista, este não terá direito a mais de cinco votos e para ter o direito de votar é preciso que o accionista tenha possuido pelo sobredito prazo de seis mezes de calendario as respectivas acções, tendo porem os accionistas fundadores o direito de exercer em qualquer época, sem dependencia da terminação do dito prazo de seis mezes de calendario, a faculdade proveniente das respectivas acções primitivas, de votar em qualquer assembléa geral ou escrutinio.

#### XVIII

Que todas as questões que tiverem de ser apresentadas em assembléa geral (à excepção das em que sejam precisos dous terços dos votos) e bem assim a escolha em assembléa geral de qualquer pessoa para o cargo de director ou fiscal serão resolvidas por maioria de votos em votação symbolica, competindo neste caso apenas um voto a cada accionista; mas a requerimento de dez ou mais accionistas, possuindo cada um pelo menos dez acções, que o habilitem a votar, a questão depois de resolvida em votação symbolica, poderá ser sujeita à votação, em que será contado o numero total de votos a que tiver direito nessa época qualquer accionista, em virtude das disposições que já vão exaradas neste instrumento.

E neste caso proceder-se-ha immediatamente na assemblea geral á votação por meio de escrutinio sobre a questão ou escolha, que já fóra resolvida em votação symbolica.

## XIX

Que nas questões que, na fórma do que vae indicado adiante, tenham de ser resolvidas por dous terços dos votos dos accionistas presentes, que estiverem habilitados a votar em assemblea geral extraordinaria, proceder-se-ha á votação de accordo com o numero de votos a que na fórma das disposições, que neste instrumento já ficam consignadas, tenham respectivamente direito os referidos accionistas e a votação na assemblea geral será por meio de escrutinio.

## XX

Que si depois de resolvida qualquer questão por meio de escrutinio em assemblea geral, 10 ou mais accionistas, possuindo cada um 10 acções, que os habilitem a votar, entenderem que convem consultar sobre a referida questão a vontade dos accionistas em geral e reclamarem para este fim nova votação por meio de escrutinio em futura occasião, o presidente da assemblea geral marcará dia para a dita votação, dando tempo para a convocação da respectiva reunião pela fórma que já vae indicada e a respectiva votação começará ás 11 horas da manhã, ficando definitivamente encerrada ás tres horas do mesmo dia, e a questão sobre que assim versa a votação considerar-se-ha inteira e definitivamente resolvida, como si a votação tivesse tido lugar na reunião em que fóra reclamada e como si os accionistas que tomaram parte na votação na segunda reunião fossem os mesmos e não outros que se acharem presentes na primeira reunião e tivessem então votado como votaram na segunda reunião.

## XXI

Que em todas as assembleas geraes, quando a votação a que se tenha de proceder não for symbolica, serão nomeados dentre os accionistas presentes, que possuirem cada um pelo menos 10 acções, dous ou mais escrutinadores da respectiva votação, devendo a nomeação ser feita pelo presidente da assemblea geral ou por qualquer outra fórma, que pela mesma assemblea for resolvida.

Nas votações que tiverem lugar em relação á nomeação dos escrutinadores nenhum dos accionistas presentes terá direito a mais de um voto.

## XXII

Que para fazer novas leis, regulamentos e disposições para a companhia e para emendar, modificar ou revogar qualquer das leis, regulamentos e disposições da companhia serão necessários dous terços dos votos dos accionistas competentemente habilitados, que estiverem presentes em duas reuniões successivas de assemblea geral extraordinaria, convocada especialmente para o fim ou nos escrutinios ou escrutinio, que forem reclamados nas referidas reuniões ou em qualquer dellas para conseguir a manifestação da vontade dos accionistas em geral, devendo achar-se presentes nas referidas reuniões ou escrutinios pelo menos cincoenta accionistas representando, conjuntamente, mil accções, que os habilitem a votar.

Que para fazer novas leis, regulamentos e disposições para a companhia e para emendar, modificar ou revogar quaesquer das leis, regulamentos e disposições da mesma companhia serão sufficientes e necessários dous terços dos votos dos accionistas competentemente habilitados, que estiverem presentes em duas reuniões successivas de assemblea geral extraordinaria, convocada especialmente para o fim ou nos escrutinios ou escrutinio a que se refere a clausula n. XXII da sobredita escriptura de accordo, achando-se presentes nas referidas reuniões ou escrutinios vinte e cinco accionistas pelo menos representando, conjuntamente quinhentas accções, que os habilitem a votar e que para dar vigor a esta resolução será revogada, modificada e alterada a disposição da referida clausula XXII, exigindo que as ditas reuniões ou escrutinios compareçam pelo menos cincoenta accionistas, representando conjuntamente mil accções que os habilitem a votar.

Onze de dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco.

## XXIII

Que para resolver sobre a dissolução da companhia ou para confirmar resolução tomada em reunião anterior da assemblea geral extraordinaria, para a dissolução da mesma companhia serão necessários dous terços dos votos dos accionistas competentemente habilitados, que estiverem presentes em assemblea geral extraordinaria, convocada especialmente para o fim ou no escrutinio que nessa assemblea geral tiver sido reclamado para conseguir a manifestação da vontade dos accionistas em geral, devendo comparecer a semelhante assemblea ou escrutinio pelo menos cincoenta accionistas, representando conjuntamente mil accções que os habilitem a votar.

## XXIV

Que cada accionista competentemente habilitado a votar terá o direito de nomear outro accionista igualmente assim habilitado

para represental-o por procuração nas votações e no exercício de outras funções, mas o respectivo procurador não será admittido a assim represental-o nas assembléas geraes ou escrutinios, si a nomeação não for feita por escripto pelo accionista, que quizer exercer o direito de ser assim representado por procuração; e nenhuma procuração vigará senão na reunião para que tiver sido feita na prorrogação da mesma reunião e no escrutinio, que nella ou na respectiva prorrogação tiver sido reclamada; e a nomeação de procurador será feita p-la fórma seguinte ou outra de igual sentido, a saber:

Pelo presente nomeio... para ser meu procurador afim de representar-me e votar para mim e em meu nome na proxima assembléa geral da *Manchester Fire Assurance Company*, que funcionará no dia... e em toda prorrogação da mesma assembléa ou na respectiva prorrogação for reclamado.

Dado em... no dia... de... de 184.

N. B.— Si a procuração se limitar a um ou mais negocios especiaes, estes devem ser designados na mesma.

Fica, porém, estipulado que nenhum accionista terá procuração de mais de trezentos votos sem contar os de que dispuzer em virtude de suas proprias acções.

## XXV

Que todo o accionista que tiver nomeado procurador na fórma do que fica disposto, para todos os fins da assembléa geral, da prorrogação da mesma e do escrutinio para os quaes tiver sido nomeado semelhante procurador, mas não para o fim de fazer parte do numero de accionistas cujo comparecimento pessoal é indispensavel para evitar o adiamento, será considerado presente em virtude dessa procuração, e tudo quanto for feito pelo procurador na respectiva capacidade nas votações e no exercício de outras funções competentes terá o mesmo valor e effeito que teria si fosse feito pelo proprio accionista representado, caso tivesse comparecido pessoalmente á respectiva assembléa geral ou escrutinio.

## XXVI

Que quando em qualquer questão sobre que os accionistas competentemente habilitados tiverem de pronunciar-se si houver empate na respectiva votação, a presidencia da assembléa geral, quer seja symbolica, quer não, a mesma votação (afóra os casos em que sejam precisos dous terços dos votos para resolverem a questão) terá o direito de dar segundo voto ou voto de desempate sem embargo dos votos de que dispuzer como accionista ou como procurador de outro accionista ou accionistas.

## XXVII

Que os votos dados pessoalmente ou por procuração sobre qualquer questão ou assumpto, discutido ou resolvido na assembléa geral ou escrutinio, depois de aceitos ou reconhecidos na mesma assembléa ou escrutinio, não serão mais disputados ou postos em duvida por qualquer motivo ou sob qualquer pretexto, a não ser sob o fundamento de dolo ou de fraude.

## XXVIII

Que, marcado o dia e hora, para a assembléa geral, si dentro de uma hora depois da que estiver marcada não se apresentarem 10 accionistas competentemente habilitados que abram a sessão para as respectivas deliberações, adiar-se-ha a assembléa para outro dia, e, si não estiver presente esse numero de accionistas quando qualquer questão tiver de ser posta a votos em assembléa geral, a assembléa poderá proseguir nos seus trabalhos ou adiar-se para outro dia.

## XXIX

Que, seja qual for o numero de accionistas presentes habilitados a votar, a assembléa poderá adiar-se para outro dia, si a dissolução ou adiamento da reunião for julgado conveniente, antes de terminados os respectivos trabalhos, e si nessa reunião for requerido o escrutinio para a manifestação da vontade dos accionistas em geral, adiar-se-ha a assembléa, mas sem embargo desse requerimento de escrutinio, a assembléa poderá proseguir nos trabalhos relativos a outros negocios.

## XXX

Que si em qualquer occasião se adiar por falta de numero a assembléa geral, marcar-se-ha o dia para a reunião adiada com o prazo preciso para fazer-se a convocação de accordo com o que já fica disposto.

## XXXI

Que no caso de ficar adiada a assembléa geral em consequencia de requerimento de escrutinio apresentado na assembléa geral adiada, dia posterior ao marcado para o escrutinio; mas si por motivo que não seja falta de numero ou requerimento de escrutinio como já vae indicado, a assembléa geral

póde ser prorogada de hora a hora ou de dia a dia ou com o intervallo ou pela fôrma que for deliberado na reunião primitiva ou na respectiva prorrogação.

## XXXII

Que nas assembléas geraes extraordinarias tratar-se-ha sómente dos negocios para que a respectiva assembléa foi convocada; e nas prorogações tratar-se-ha sómente dos negocios pertencentes á respectiva assembléa geral que foi prorogada, e cada prorrogação será considerada a continuação da respectiva assembléa geral de que para todos os effeitos será parte integrante.

## XXXIII

Que em todas as assembléas geraes será organizada pela presidencia, ou pelo secretario sob a direcção da presidencia, acta dos respectivos trabalhos, a qual será lançada no livro competente e assignada pelo presidente que escreverá não só o nome como também a palavra—presidente—, devendo a acta ser sellada com o sello da companhia.

## XXXIV

Que o comparecimento dos directores, registrado pela fôrma que vae adiante indicada, será levado ao conhecimento dos accionistas em todas as reuniões semestraes da assembléa geral.

## XXXV

Que, á excepção dos actuaes directores e fiscaes da companhia, cuja nomeação consta do presente instrumento e dos que forem nomeados pelos directores ou pelos accionistas na reunião semestral da assembléa geral que deve ter logar no mez de maio de cada anno, em virtude da autorisação constante das disposições que vão adiante consignadas neste instrumento, a escolha desses funcionarios será feita nas reuniões semestraes da assembléa geral que se devem realizar em novembro de cada anno.

## XXXVI

Que a assembléa geral na reunião semestral poderá opportunamente autorisar, mediante proposta da directoria (mas não de outra fôrma) a distribuição, por conta dos lucros da com-

panhia os dividendos indicados pela directoria, de accordo com a authorisação constante do que vae adiante disposto e approved pela assembléa geral; e na reunião semestral realizada no mez de novembro a assembléa geral opportunamente autorisará o pagamento da quantia ou quantias que lhe parecerem convenientes, por conta dos fundos ou bens da referida companhia aos directores da mesma em reunião dos serviços que tiverem prestado na direcção e gerencia dos negocios da companhia durante o anno findo, no dia em que se realize a reunião semestral da assembléa geral que autorisa o pagamento e a referida quantia ou quantias serão repartidas entre os directores dentro do prazo de quatorze dias depois da reunião semestral ou terão o destino que a directoria julgar mais acertado e a mesma assembléa geral nas referidas reuniões semestrais opportunamente autorisará o pagamento, por conta dos fundos ou bens da dita companhia, da quantia que lhe parecer conveniente aos fiscoes da companhia, em remuneração do seu trabalho de inspecção e examinar as contas da mesma companhia, e essa quantia será repartida em quinhões iguaes entre os referidos fiscoes ou terá o destino que estes julgarem mais acertado.

Que seja modificada e revogada a disposição constante da clausula numero XXXVI autorizando a assembléa geral em reunião semestral a mandar distribuir opportunamente, mediante proposta da directoria (mas não de outra forma) os dividendos indicados pela mesma directoria de accordo com a authorisação constante do que vae adiante disposto e approved pela assembléa geral, sendo o respectivo pagamento por conta dos fundos da companhia, e em vez do que consta da referida disposição, a directoria depois de conhecidos os resultados da operações do semestre findo em trinta de junho de cada anno poderá mandar distribuir dividendo que será chamado «dividendo provisório» e a assembléa geral, em reunião annual, poderá mediante proposta da directoria (mas não de outra forma) mandar opportunamente distribuir por conta dos lucros da companhia os dividendos indicados pela mesma directoria de accordo com a authorisação constante do que vae adiante disposto e approved pela assembléa geral.

Doze de novembro e tres de dezembro de mil oitocentos sessenta e sete.

### XXXVII

Que á assembléa geral extraordinaria convocada especialmente para o fim, será lícito demittir ou suspender de exercicio qualquer director, por desidia, malversação ou outro motivo razoavel.

## XXXVIII

Que ás duas assembléas geraes extraordinaria e successivas convocadas especialmente para o fim, são conferidos plenos poderes para fazer novas leis, regulamentos e disposições para a companhia ou para emendar, modificar ou revogar integral ou parcialmente as leis, regulamentos e disposições vigentes da mesma companhia, contanto que essas novas leis ou as emendas ou modificações tenham sido previamente propostas pela directoria reunida em sessão extraordinaria e não abranjam emenda, modificação ou revogação das disposições consignadas nesta escriptura relativamente á inserção em todas as apolices ou outros contractos celebrados pela companhia e em seu nome de clausula limitando, tanto quanto for legalmente possível, a responsabilidade dos accionistas individuaes, bem como das disposições consignadas nesta escriptura para a indemnisação geral dos directores e fiscaes, dos fidei-commissarios e de todos e quaesquer fiador ou fiadores e de todos os agentes e funcionarios, empregados e outras pessoas no serviço da companhia, pelos fundos e bens da mesma companhia, e contanto igualmente, que as novas leis, regulamentos e disposições ou as respectivas emendas ou modificações não sejam contrarios ás disposições da sobredita lei de sete e oito, Victoria, capitulo cento e dez e sejam registrados de accordo com a mesma lei no registro de sociedades anonymas.

## XXXIX

Que ás duas assembléas geraes extraordinarias e successivas, convocadas especialmente para o fim, são conferidos plenos poderes para resolver a dissolução da companhia, contanto que a dissolução seja previamente approvada pela directoria e proposta pela mesma.

## XL

Que ás assembléas geraes, sem prejuizo das vigentes disposições e regulamentos da companhia, aos quaes ficam sujeitas, são conferidos plenos poderes, além dos quaes já vão indicados, para dirigir e fiscalisar todos os negocios e interesses da companhia.

## XLI

Que o numero dos directores será, como já fica preceituado, de doze, e para o cargo de director só será elegivel o accionista que na época da eleição ou da nomeação possuir pelo menos vinte acções de que tiver sido proprietario pelo prazo de seis mezes de calendario immediatamente anteriores á data da no-

meação ou eleição, mas esta restrição à elegibilidade não se applica a quaesquer dos directores nomeados em virtude das disposições que já vão consignadas neste instrumento emquanto em virtude da nomeação assim feita continuarem a exercer as respectivas funcções.

Que serão modificadas as clausulas numero quatro e quarenta e um, respectivamente, da escriptura de accordo, limitando a doze ou indicando como tal o numero dos directores e a respectiva disposição vigorará no sentido de serem dezoito os directores ou de outro numero não superior a vinte e quatro como si fosse este o numero primeiramente indicado, em vez de doze, e a restrição constante da clausula quarenta e um, tornando inelegiveis para o cargo de director todos os accionistas que na época da eleição ou nomeação não o tiverem sido, como fica preceituado na mesma restrição, pelo prazo de seis mezes de calendario anteriores á dita nomeação ou eleição, não terá applicação a quaesquer dos directores ora nomeados ou aos que forem nomeados pela directoria em cumprimento da segunda resolução emquanto exercerem respectivamente as suas funcções, em virtude da nomeação primitiva.

Onze de dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco.

Que seja revogada a disposição constante da clausula XLI da escriptura de accordo da companhia, que torna inelegiveis para o cargo de director as pessoas que não tiverem sido accionistas pelo prazo de seis mezes de calendario anteriores á sua nomeação ou eleição.

Dez de novembro de mil oitocentos sessenta e tres.

## XLII

Que a directoria renovar-se-ha pelo terço annualmente, findando o mandato do respectivo terço na época da reunião semestral da assembléa geral, no mez de novembro de cada anno; e os directores cujo mandato assim findar poderão ser reeleitos na reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro do anno seguinte ou em qualquer época posterior, mas não antes dessa reunião.

Que seja modificada e revogada a disposição constante da clausula XLII da escriptura de accordo desta companhia, relativa á reelegibilidade, na reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro do anno seguinte, dos directores cujo mandato tiver terminado na época da reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro de qualquer anno e em vez da referida disposição passa a vigorar a seguinte :

« Que os directores cujo mandato tiver findado na época da reunião semestral da assembléa geral, no mez de novembro de qualquer anno, serão reelegiveis immediatamente na mesma reunião, ou depois, em qualquer reunião subsequente, e a referida clausula XL da dita escriptura de accordo, vigorará

daqui em diante de conformidade com as modificações ora feitas e será entendida como si a dita clausula existisse, assim modificada, na mesma escriptura de accordo.»

Dezoito de outubro de mil oitocentos cincoenta e tres.

### XLIII

Que dentre os directores serão designados por meio do escrutinio, quatro, cujo mandato deve findar na época da reunião semestral da assembléa geral, no mez de novembro de 1847, e dos oito restantes dos directores primitivos serão designados, igualmente por meio do escrutinio, mais quatro, cujo mandato deve findar na época da reunião semestral da assembléa geral, no mez de novembro do anno de 1848, devendo findar na época da reunião semestral da assembléa geral, no mez de novembro do anno de 1849, o mandato dos quatro restantes dos directores primitivos.

E na época da reunião semestral da assembléa geral, no mez de novembro do anno de 1851, todos os annos posteriores, findará o mandato de quatro directores designados na ordem de sua eleição, vagando os cargos dos que por mais tempo tiverem exercido as respectivas funcções.

Que na época da reunião semestral da assembléa geral, no mez de novembro de cada anno, findará o mandato da terça parte ou do numero mais proximo da terça parte dos directores, em vez de quatro, como preceitua a escriptura de accordo e a ordem em que deve findar annualmente o mandato desses directores será a seguinte, a saber: em cada um dos annos de 1856, 1857 e 1858 findará o mandato de quatro dos doze directores actuaes, como teria acontecido si não houvesse augmento do numero de directores e bem assim da terça parte ou do numero mais proximo da terça parte dos directores ora nomeados ou dos que forem nomeados na conformidade da ultima resolução precedente, observando-se a ordem que for determinada pela directoria, por meio de escrutinio, e em cada anno posterior findará o mandato do competente numero de directores designados na ordem de sua eleição, vagando os cargos dos que por mais tempo tiverem exercido as respectivas funcções.

Onze de dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco.

### XLIV

Que os directores poderão em qualquer época renunciar os cargos que occupam.

### XLV

Que todas as vagas provenientes de fallecimento, renuncia, demissão ou terminação de mandato, serão preenchidas por

meio de eleição, em reunião semestral da assemblea geral de accionistas, a excepção das vagas provenientes de fallecimento, renuncia ou demissão que se derem antes da reunião semestral da assemblea geral no mez de maio do anno de mil oitocentos quarenta e sete ou nos intervallos entre reuniões semestraes da assemblea geral, devendo neste caso ser preenchidas as vagas por meio de nomeação feita pela directoria e servindo o director ou directores assim nomeados até a proxima reunião semestral da assemblea geral na qual poderá ser approvada ou cassada pelos accionistas a respectiva nomeação.

## XLVI

Que todo director nomeado para preencher vaga proveniente de qualquer motivo que não seja a terminação do mandato na época da reunião semestral da assemblea geral no mez de novembro, quer seja feita a nomeação pela directoria, quer pela assemblea geral de accionistas em reunião semestral, será considerado o substituído do director cuja vaga — tiver preenchido — e terminará o mandato na época em que o teria terminado o director substituído, si este tivesse continuado até essa época a exercer as respectivas funcções ; mas neste caso o director nomeado para preencher a vaga será desde já reelegivel para o cargo.

## XLVII

Que si em reunião semestral da assemblea geral no mez de novembro deixar de realizar-se a eleição de directores esta eleição que se devia ter realizado na dita reunião po'rá effectuar-se em assemblea geral extraordinaria que será convocada pela directoria para esse fim dentro de 25 dias, pelo menos, depois da referida reunião semestral da assemblea geral, continuando os directores demissionarios a exercer as funcções até que se tenha effectuado a eleição; e o exercicio dos directores escolhidos na referida assemblea geral extraordinaria contar-se-ha da data da reunião semestral da assemblea geral em que a eleição devia ter logar.

## XLVIII

Que nenhum candidato será elegivel em assemblea geral para o cargo de director si não tiver manifestado por escripto o proposito de apresentar-se ou si outrem não tiver manifestado, igualmente por escripto, o proposito de apresental-o, devendo a respectiva declaração por escripto ser entregue com antecedencia de sete dias, pelo menos, do dia marcado para a respectiva assemblea geral, no edificio ou escriptorio da companhia

e a directoria mandará fazer desde logo uma relação escripta ou impressa dos nomes dos candidatos, bem como das pessoas que os tiverem apresentado, e essa relação será affixada em lugar publico e bem visivel, á entrada do escriptorio da companhia ou nos respectivos corredores, ou sala de reunião, ficando ali affixada até o dia da reunião; em caso, porém, de vaga proveniente de fallecimento, renuncia ou demissão, será dispensavel a obrigação de avisar, pela fórma que fica indicada, si a vaga se não tiver dado com antecedencia de quatorze dias do dia marcado para a assemblea geral e neste caso os candidatos que possuirem os competentes requisitos serão elegiveis na referida assemblea geral, para preencher a vaga de director, posto que se não tenha feito constar no edificio ou escriptorio da companhia o proposito de se apresentarem ou de serem apresentados por terceiro, para o respectivo cargo.

#### XLIX

Que uma vez por semana ou nos dias que forem marcados pela fórma que vae indicada a'deante, reunir-se-hão os directores no edificio ou escriptorio da companhia.

Que as sessões hebdomada'rias da directoria realizar-se-hão alternativamente ou de outra fórma, na sede da companhia, em Manchester, e no escriptorio da companhia, na casa n. 96, Cheapside, em Londres, ou em outros edificios em que a companhia na respectiva época tiver os seus oscritorios em Manchester e Londres.

Onze de dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco.

#### L

Que cada reunião assim realizada será denominada sessão da directoria.

#### LI

Que o referido Edmund Buckbey, que fica nomeado presidente da directoria, poderá continuar a occupar o cargo até a dissolução da directoria ou até a sessão final, que realizar-se-ha depois da reunião semestral da assemblea geral de accionistas, no mez de novembro de mil oitocentos quarenta e sete, e que o referido John Burton, que fica nomeado vice-presidente da directoria, continuará a occupar o cargo até a mesma época.

#### LII

Que na primeira sessão da directoria depois da reunião semestral da assemblea geral no mez de novembro de mil oitocentos quarenta e sete e da reunião semestral da assemblea geral

no mez de novembro de todos os annos posteriores serão eleitos o presidente e vice-presidente da mesma directoria para o anno seguinte, e o antigo presidente e vice-presidente, si continuarem a occupar o cargo de director, continuarão a ser o presidente ou vice-presidente até a dissolução dessa directoria; e si vagar o cargo de presidente ou de vice-presidente da directoria, a vaga será preenchida pela directoria que igualmente, no impedimento do presidente e vice-presidente, escolherá presidente e vice-presidente *ad interim*; e o presidente ou vice-presidente demissionario será, si continuar a ser director, desde logo e depois reelegivel.

## LIII

Que o secretario, a pedido de um dos directores, poderá em qualquer época convocar reunião extraordinaria da directoria; e no impedimento do secretario a convocação poderá ser feita por qualquer director; e no caso de ser convocada pelo secretario a dita reunião, a convocação será feita por meio de carta-circular assignada pelo secretario e enviada a cada um dos directores, e si a convocação for feita por director, este assignará a respectiva carta-circular que será enviada a cada um dos mais directores; e na referida carta-circular, quer seja expedida pelo secretario, quer por director, serão marcados o dia e hora da reunião e será indicado, tanto quanto for julgado prudente o fim da mesma.

## LIV

Que para fazer *quorum* é indispensavel o comparocimento de tres directores, pelo menos, ás sessões da directoria.

## LV

Que ás sessões da directoria presidirá o presidente effectivo da mesma e no seu impedimento o vice-presidente e no impedimento de ambos o director que for escolhido pelos directores presentes.

## LVI

Que nas sessões da directoria, quando os directores presentes não estiverem de pleno accordo sobre qualquer questão relativa aos assumptos discutidos, a referida questão será resolvida pelo maioria de votos dos directores que tomarem parte na votação.

## LVII

Que nas sessões da directoria nenhum dos directores terá mais de um voto, á excepção do que estiver presidindo a reunião.

Este, além da faculdade de votar conjuntamente com os mais directores, terá o direito de dar o voto de desempate em todos os casos em que houver votação empatada.

## LVIII

Que nas sessões da directoria, observadas as disposições que já ficam consignadas, as deliberações serão dirigidas como entenderem os directores presentes.

## LIX

Que a nota do comparecimento dos directores a qualquer sessão da directoria e a acta da mesma sessão serão lavradas e conservadas em livro destinado a este fim, devendo ser assignadas pelo presidente da respectiva reunião e selladas, si a directoria o julgar conveniente, com o sello da companhia.

E outrossim que o comparecimento dos directores ás sessões da directoria será levado ao conhecimento dos accionistas na proxima reunião semestral da assembléa geral dos accionistas da companhia.

## LX

Que poderão ser adiadas as sessões da directoria, de accordo com as deliberações desta e o adiamento será pelo tempo e pela fórma que a mesma directoria julgar conveniente.

## LXI

Que para facilitar os trabalhos da directoria relativos aos negocios ordinarios da companhia a mesma directoria organizará uma ou mais commissões compostas de membros seus, conforme se julgar conveniente ; mas as deliberações de semelhante commissão ou commissões ficam sujeitas á approvação da directoria.

## LXII

Que á directoria será licito em qualquer época nomear e manter enquanto julgar conveniente uma commissão ou junta administrativa local composta de um ou mais accionistas da compa-

nhia, bem como nomear e manter emquanto julgar conveniente agente ou agentes que poderão ser ou não ser accionistas da companhia em qualquer cidade, villa ou outro logar da Gran-Bretanha ou Irlanda, podendo os referidos agentes ou agente, si a directoria julgar conveniente, fazer parte da comissão ou junta administrativa local; e cada uma das comissões ou juntas administrativas locais e cada agente respectivamente cumprirá os deveres de que forem opportunamente incumbidos pela directoria em relação aos negocios e interesses da referida companhia; e que a directoria será licito marcar os deveres de semelhantes comissões ou agentes e organizar regulamentos para a direcção dos mesmos, como lhe parecer mais conveniente, demittindo ou removendo em qualquer época qualquer membro da comissão ou agente.

Que na clausula numero sessenta e dous, em seguida ás palavras « de Gran-Bretanha e Irlanda » se acrescentem as palavras « ou de outro paiz », devendo a referida clausula ser assim lida e entendida.

Vinte e oito de março e quatorze de abril de mil oitocentos noventa e tres.

### LXIII

Que sem prejuizo dos poderes já confiados a qualquer comissão local transitoria ou a qualquer dos agentes locais, nomeados em virtude das respectivas disposições e de accordo com os referidos poderes, a directoria terá plena faculdade discrecionaria para acceitar ou rejeitar propostas para seguros e para autorisar ou emittir apolices de seguro, e bem assim para fazer realizar e cumprir qualquer transacção relativa aos negocios da dita companhia.

### LXIV

Que a directoria terá plenos poderes para deliberar e resolver a forma das apolices e sobre as taxas e mais condições das diversas especies de seguro que tiverem de ser realizados pela referida companhia, bem como sobre os casos do riscos ordinarios ou extraordinarios e sobre as épocas, condições e modos de acceitar os mesmos e sobre o pagamento dos respectivos premios e direitos e para modificar e variar opportunamente essas formas, taxas, épocas e condições das futuras apolices, como for julgado conveniente, e para fazer organizar e imprimir propostas e tabellas das taxas.

### LXV

Que a directoria fará com que todas as apolices ou instrumentos de seguro que forem expedidos pela referida companhia sejam sellados com o sello da companhia e assignados por dous, pelo menos, dos directores.

Que seja revogada a clausula primitiva LXV e substituida pela seguinte, a saber: « Clausula LXV: Que a directoria deliberará e opportunamente dará instrucções sobre a forma e assignatura das apolices ou instrumentos de seguro. »

Vinte e oito de março e quatorze de abril de mil oitocentos noventa e tres.

#### LXVI

Que a directoria fará inserir em cada apolice que for emitida pela companhia uma clausula fazendo vigorar, tanto quanto for possível a clausula, que já ficou consignada, limitando a responsabilidade dos diversos accionistas individualmente á importância de sua acção ou acções no capital da referida companhia.

#### LXVII

Que á directoria será licito considerar como seguro effectivo qualquer proposta aceita para seguro sobre que já tiverem sido pagos o premio e direitos vencidos, embora não tenham sido emitidas as respectivas apolices ou instrumentos de seguro.

#### LXVIII

Que em cada apolice a directoria fará inserir ou endossar condição ou estipulação invalidando a referida apolice no caso de serem pagos dentro de quinze dias depois da data marcada na mesma apolice o premio annual sobre a mesma ou os respectivos direitos devidos ao Governo, será licito, entretanto, á mesma directoria considerar como válida a referida apolice apesar da falta de pagamento de premio ou direitos, comtanto que o pagamento de semelhante premio ou direitos seja depois offerecido e aceito no escriptorio da companhia ou em qualquer de suas agencias.

#### LXIX

Que á directoria, si julgar conveniente, será licito conseguir ou aceitar a renuncia de qualquer apolice ou apolices, e bem assim reformal-as, bem como revalidar qualquer apolice ou apolices, que tiverem cahido em commissão ou autorisar a revalidação das mesmas e a proceder como lhe parecer mais conveniente em qualquer sentido, sobre os seguros feitos ou effectuados pela companhia e sobre a manutenção, reforma, revalidação e terminação dos mesmos e sobre todos os respectivos negocios e transacções relativos, bem como sobre a solução de qualquer questão ou reclamação que surgir, em consequencia de semelhante seguro.

## LXX

Que, no caso de se suscitarem questões ou reclamações relativas a apolices ou propostas acceitas, a directoria poderá, pelo modo que lhe parecer mais conveniente, concordar em submeter a arbitramento as referidas questões e reclamações; e no caso de qualquer questão ou reclamação relativa a apolice ou proposta acceita em que se ache interessado qualquer accionista, a directoria poderá, a requerimento do mesmo accionista, si não houver suspeita de fraude, concordar em submeter a questão a arbitramento, e em qualquer dos referidos casos a directoria poderá resolver e determinar que sejam celebrados e levados a effeito todos os contractos, escripturas ou instrumentos que forem precisos para dar vigor ao accordo; e o referido accordo e todos os contractos, obrigações e escripturas que assim tiverem sido feitos terão força compulsoria para a companhia.

## LXXI

Que a directoria fará pagar por conta da companhia todos os prejuizos, reclamações e quantias pagaveis em virtude de qualquer apolice de seguro ou de qualquer proposta acceita e dos sobreditos fundos e bens da companhia serão pagas dentro de tres mezes de calendario depois do respectivo vencimento, todas as mais dividas e obrigações.

## LXXII

Que, depois de acceita pela directoria ou por conta da mesma qualquer proposta de seguro, a referida directoria terá a faculdade de cobrir, si julgar conveniente, com uma apolice ou apolices de outra empresa ou empresas do seguro, a importancia total, ou parte da mesma, do respectivo seguro feito pela referida companhia, e bem assim de manter a referida apolice ou apolices em quanto julgar conveniente e pagar por conta dos fundos ou bens da companhia o respectivo premio ou premios e o direito sobre os mesmos.

## LXXIII

Que, depois de completa a organização da companhia, de cuja fundação se trata neste instrumento, a directoria levará a effeito o accordo feito como fica estipulado entre a mesma companhia e a sobredita companhia dissolvida, até agora denominada *The*

*Manchester Fire and Life Assurance Company*, para transferir á companhia ora organizada o negocio pertencente á secção de seguro contra fogo da referida companhia dissolvida e para assumir a responsabilidade de todos os riscos e obrigações sub-sistentes da mesma companhia por conta de apolices de seguros contra perdas e danos por fogo existentes na época da dissolução e para dar todas as mais providencias que forem precisas sobre os negocios da mesma companhia relativos ao seguro contra fogo ; e assumirá também a responsabilidade de todas as reclamações e pretensões contra a referida companhia dissolvida ou contra os fidei-commissarios, directores ou proprietarios da mesma ou contra os bens e haveres dessa companhia em relação a qualquer negocio, feito ou circumstancia, e de todos os prejuizos, custas, onus, danos e despezas em que tenham incorrido os referidos fidei-commissarios, directores ou proprietarios qualquer delles respectivamente, em consequencia da transferencia dos saldos ou bens da referida companhia dissolvida á companhia ora organizada ou em consequencia dos diversos accordos e do convenio que já fica indicado ou de outra circumstancia relativa ao negocio ou em consequencia de qualquer questão ou controversia ou de qualquer litigio por causa da mesma ou de outra circumstancia em relação ao negocio, tudo pela respectiva compensação que já fica indicada ; e a mesma directoria emitirá as competentes apolices fazendo, cumprindo e levando a effeito tudo que for preciso e concorde em todos os mais negocios feitos, transacções e operações que forem julgadas necessarias e convenientes para o respectivo fim e para o de desonerar a referida companhia dissolvida e os directores e fidei-commissarios da mesma de toda responsabilidade das obrigações e riscos, reclamações, pretensões, prejuizos, custas, onus, danos e despezas, e a mesma directoria, por conta dos fundos e bens da dita companhia ora organizada, pagará, liquidará e satisfará todas as reclamações e pretensões que resultarem das referidas apolices da companhia dissolvida e todas as mais obrigações e os referidos prejuizos, custas, onus, danos e despezas, livrando e desonerando de toda a responsabilidade das referidas reclamações, pretensões, custas, onus e despezas, todos os interessados nos fundos ou bens da dita companhia dissolvida e a mesma directoria, depois de completa a organização da companhia de cuja fundação se trata neste instrumento, levará a effeito e cumprirá todos os contractos e obrigações que em qualquer época ou épocas tiver prévia e successivamente feito com a condição de vigorarem depois da installação da companhia, fazendo, cumprindo e levando a effeito tudo quanto for preciso para este fim e concordando em todos os negocios feitos, transacções e operações que forem necessarias e liquidando e satisfazendo, por conta dos fundos ou bens da dita companhia, todas as reclamações e pretensões resultantes de semelhantes contractos e obrigações e desonando de toda a responsabilidade em relação aos mesmos as pessoas que os tiverem feito.

## LXXIV

Que á directoria será licito contractar e convir, si julgar conveniente, com qualquer outra empresa de seguro contra fogo em qualquer parte do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, sobre a compra ou aquisição dos negocios de semelhante empresa ; e assumir em nome da companhia a responsabilidade de todos os riscos e obrigações da referida empresa mediante as condições e estipulações que julgar razoaveis e á mesma directoria será igualmente licito, no cumprimento do respectivo accordo, pagar por conta dos fundos ou bens da companhia quaesquer quantias que forem precisas para este fim e fazer cumprir e levar a effeito todos os negocios feitos, transacções e operações que em virtude de semelhante accordo tiverem de ser feitos, cumpridos ou levados a effeito, comtanto que em assembléa geral anterior á ratificação legal seja approvado o respectivo contracto de compra feito em virtude desta clausula.

Que seja revogada a clausula primitiva numero LXXIV e seja substituida pela seguinte, a saber: «*Clausula* LXXIV: Que á directoria será licito contractar e convir, si julgar conveniente, com qualquer outra empresa de seguro contra fogo em qualquer parte do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e em qualquer de suas possessões, colonias ou dependencias ou em qualquer paiz ou Estado estrangeiro, sobre a compra ou aquisição dos negocios de semelhante empresa, assumindo em nome da companhia a responsabilidade de todos os riscos e obrigações da referida empresa, mediante as condições e estipulações que julgar razoaveis, e á mesma directoria será licito, no cumprimento do respectivo accordo, pagar por conta dos fundos ou bens da companhia quaesquer quantias que forem precisas para este fim e fazer cumprir e levar a effeito todos os negocios, feitos, transacções e operações que em virtude de semelhante accordo tiverem de ser feitos, cumpridos ou levados a effeito.

E no intuito de tratar em qualquer das possessões, colonias ou dependencias do Reino Unido ou em qualquer paiz ou Estado estrangeiro de qualquer negocio que a companhia na respectiva occasião estiver autorizada a emprehender alli, a mesma companhia poderá organizar outras companhias ou concorrer para a organização das mesmas no Reino Unido ou em outra parte e poderá comprar, adquirir e possuir acções e dispor das mesmas ou adquirir por outra fôrma sociedade ou communhão de interesse em qualquer companhia hoje existente ou em qualquer das que forem depois organisadas ; mas, quanto ás companhias que não tiverem séde no Reino Unido, serão observadas as leis das possessões, colonias, dependencias, paizes ou estados em que as respectivas companhias tiverem s'de e esta companhia poderá garantir dividendos ou juros ás acções ou ao capital de qualquer das companhias e garantir igualmente o cumprimento de todos os contractos e obrigações da dita companhia. »

Vinte e oito de março e quatorze de abril de mil oitocentos noventa e tres.

## LXXV

Que, no caso de vagar em virtude de fallecimento, renuncia, demissão ou remoção por qualquer motivo, o cargo de qualquer dos fidei-commissarios sobreditos ou dos seus successores, a directoria opportunamente nomeará fidei-commissarios para preencher a respectiva vaga.

## LXXVI

Que a directoria poderá acceitar a renuncia de fidei-commissarios e em qualquer época demittil-os ou removel-os.

## LXXVII

Que de ora em diante o secretario da companhia será nomeado pela directoria, podendo ser em qualquer época demittido pela mesma.

## LXXVIII

Que de ora em diante os banqueiros da companhia serão escolhidos pela directoria, que poderá mudar livremente de banqueiros em qualquer época.

## LXXIX

Que de ora em diante os advogados da companhia serão nomeados pela directoria, que poderá livremente demittil-os.

## LXXX

Que o primeiro perito ou architecto e todos os futuros peritos e architectos serão nomeados pela directoria, que poderá livremente demittil-os.

## LXXXI

Que a directoria nomeará e conservará em seu serviço os agentes, funcionarios e empregados de todas as classes que forem indispensaveis ao bom andamento dos negocios da companhia, podendo livremente demittil-os e que a directoria poderá igualmente nomear e demittir livremente os artifices e mais pessoas que tiverem de ser empregados nos serviços da companhia ou por conta da mesma.

## LXXXII

Que a directoria será licito conceder as autorisações e impor os deveres que julgar convenientes ao secretario, advogados, architecto ou perito, agentes e empregados da companhia, inclusive, quanto a estes, autorisação para receber as quantias devidas á companhia e passar as competentes quitações.

## LXXXIII

Que, por conta dos fundos ou bens da companhia, a directoria concederá á commissão ou junta administrativa local que for nomeada pela fórma que ficou indicada a quantia que julgar razoavel em remuneração de seu trabalho e fará o regulamento que lhe parecer mais conveniente, dispondo sobre a applicação da quantia assim concedida, e por conta dos mesmos fundos ou bens da companhia a directoria concederá igualmente a qualquer agente local, quer seja, quer não accionista, a commissão ou outra remuneração que a mesma directoria julgar conveniente por seu trabalho ; e por conta dos referidos fundos ou bens da companhia a directoria igualmente concederá ao advogado ou advogado da companhia a remuneração, emolumentos e compensação para custas e despesas que á mesma directoria parecerem convenientes, e por conta dos mesmos fundos ou bens a directoria igualmente marcará e concederá a remuneração, ordenado ou salario que lhe parecer conveniente para o secretario, architecto ou perito, agentes e empregados da companhia como compensação para os seus serviços ou trabalhos e por conta dos mesmos fundos ou bens da companhia a directoria fornecerá o dinheiro preciso para o pagamento das contas de todos os artifices e outros empregados pela companhia ou por conta da mesma e de todas as mais despesas.

## LXXXIV

Que a sobredita companhia ficará sempre provida de edificio ou escriptorio na cidade de Manchester, devidamente espaçoso e situado, em local commodo, afim de se tratar nelle dos negocios da companhia ou da parte principal dos mesmos e depois de completa installação da companhia de cuja organização se trata neste instrumento, e depois de conseguida licença, si esta for julgada precisa do conselho privado de commercio para comparar e possuir terrenos, edificios e predios, a directoria immediatamente, ou logo que for possível occupará, conseguindo a competente transferencia para os fidei-comissarios da companhia ora ora anisada, o predio numero noventa e oito, King-Street, Manchester que foi occupado como escriptorio pela sobredita Companhia *The Manchester Fire and Life Assu-*

*rance Company* com a respectiva armação e mobília, bem como o predio contiguo do lado opposto de Chancery Lanes, edificios estes construidos em terreno proprio, os quaes foram avaliados na quantia de oito mil seiscentos sessenta e oito libras, onze schillings e seis dinheiros, e esta propriedade será tida e havida como parte do capital realizado da referida companhia ora organizada, da mesma forma como si fosse adquirida e paga por conta do capital realizado da dita companhia depois de completa a installação da mesma, e além do referido escriptorio a companhia poderá ter, si a directoria julgar conveniente, escriptorio em qualquer outro lugar.

## LXXXV

Que a directoria será licito vender, trocar ou arrendar opportunamente, sob as condições que julgar convenientes, qualquer edificio ou escriptorio ou terreno, que nessa época pertencer á dita companhia, e especialmente vender ou trocar com a brevidade possivel ou a arbitrio da mesma directoria, por quaesquer outros terrenos ou edificios os predios contiguos ao sobredito escriptorio, bem como os predios do lado opposto de Chancery Lane, ou quaesquer delles e acrescentar, si a directoria julgar conveniente, quaesquer terrenos ou edificios que forem recebidos em troca do edificio destinado a servir de escriptorio da dita companhia ou adoptar os mesmos e servir-se delles como escriptorio, independentemente do edificio ora destinado a servir de escriptorio, e construir nos mesmos ditos terrenos os edificios que a directoria julgar convenientes ou demolir ou reconstruir, fazer concertos ou melhoramentos em quaesquer edificios existentes nesses terrenos e proceder a seu arbitrio em todos os sentidos.

## LXXXVI

Que, quanto aos edificios ou escriptorio pertencentes á sobre-dita companhia, a parte dos mesmos que não for precisa á companhia para os seus negocios poderá ser cedida pela directoria a qualquer dos directores ou ao secretario ou a qualquer funcionario da companhia ou a qualquer dos empregados da mesma companhia, devendo a directoria exigir ou deixar de exigir, a seu arbitrio, o pagamento de aluguel, taxas ou impostos.

## LXXXVII

Que a directoria conservará sempre em poder dos banqueiros da companhia o saldo que for preciso para occorrer aos pagamentos e despesas correntes da companhia, e no intuito de ter á sua disposição semelhante saldo poderá, na falta de outros

recursos, fazer converter em dinheiro a competente parte dos fundos ou bens da companhia e fará entregar aos referidos banqueiros o producto da respectiva conversão.

#### LXXXVIII

Que todos os pagamentos de quantia maior de vinte libras que tiverem de ser feitos em qualquer época por conta dos fundos ou bens da companhia realizar-se-hão por meio de letra ou cheque sobre os banqueiros da companhia, assignado por dous dos directores e rubricado pelo secretario, não se podendo effectuar semelhante pagamento sinão em virtude de ordem ou resolução da directoria.

Que seja revogada a clausula primitiva LXXXVIII e substituida pela seguinte, a saber: clausula LXXXVIII:

« Que todos os pagamentos de quantia maior de cincoenta libras, que tiverem de ser feitos em qualquer época por conta dos fundos ou bens da companhia, realizar-se-hão por meio de letra ou cheque sobre os banqueiros da companhia. »

Vinte e oito de março e quatorze de abril de mil oitocentos noventa e tres.

#### LXXXIX

Que á directoria será licito autorisar, mediante sua resolução ou ordem, a feitura, emissão ou accete de qualquer letra de cambio, mas não de letra promissoria para os fins da companhia e neste caso as ditas letras de cambio serão feitas ou acceitas por dous dos directores da companhia e em nome dos mesmos, por conta da mesma companhia, e serão rubricadas pelo secretario, e á directoria será licito autorisar, mediante sua resolução ou ordem, o endosso de letras de cambio pertencentes á companhia pelo secretario da mesma para os fins da companhia; e os directores mandarão fazer o competente lançamento de todas essas letras de cambio que forem em qualquer época acceitas, sacadas ou endossadas.

#### XC

Que os fundos ou bens da companhia, que, no entender da directoria, não forem precisos para occorrer ás reclamações e pretensões immediatas contra a companhia, e as despesas da mesma, ou para constituir o competente saldo em poder dos banqueiros, ou para fazer face a quaesquer outros requisitos da companhia, ir-se-hão accumulando tanto quanto, no entender da companhia, for conveniente e possivel, vencendo juros compostos, e neste intuito a directoria, depois de tirar, si for preciso, a competente licença na forma da lei, poderá empregar os

referidos fundos ou bens ou qualquer parte dos mesmos, e todas as rendas dahi provenientes, em titulos parlamentares ou fundos publicos da Gran-Bretanha, ou em acções bancarias ou titulos do Mar Meridional ou das Indias Orientaes, ou em letras do thesouro ou da marinha, ou em apolices da India ou em titulos hypothecarios da Gran-Bretanha e Irlanda, ou na compra de annuidades por uma ou mais vidas, ou por annos terminaveis com uma ou mais vidas, ou de qualquer outra especie, ou em titulos garantidos por meio de apolices ou hypothecas da municipalidade de Manchester, ou em titulos garantidos de estradas de ferro, canaes, navegação fluvial, empreza de fornecimento de agua, barreiras, pontes, taxas parochiaes ou municipaes, ou em quaesquer outros titulos que não sejam simplesmente obrigações pessoases, ou na compra de acções de qualquer companhia de estrada de ferro, que estiver effectivamente em trafego ou que se estiver construindo em virtude de decreto legislativo ou carta de incorporação, ou em titulos hypothecarios, sobre apolices emitidas por qualquer associação ou companhia de seguros por toda a continuação da vida, ou em titulos garantidos pela obrigação ou estipulação pessoal de segurados que hypothequem suas apolices com garantia sobre bens de raiz ou moveis na Gran-Bretanha ou Irlanda, para o pagamento do juro das quantias emprestadas mediante hypotheca e dos premios e das respectivas apolices; e a directoria, quando julgar conveniente, poderá dispor dos referidos titulos em que estiverem empregados os fundos e bens da companhia e fazel-os converter em dinheiro, que por sua vez poderá tornar a ser empregado em acções, apolices ou outros titulos, letras do Thesouro ou da marinha, apolices da India, annuidades e mais titulos, que vão indicados, em qualquer época, como for mais conveniente.

Que em additamento dos titulos que vão indicados na clausula numero noventa da escriptura de accordo da companhia fica autorizada a directoria a empregar os fundos da companhia em apolices ou titulos de Governos estrangeiros ou coloniaes e nas acções ou titulos de qualquer companhia de estrada de ferro estrangeira ou colonial, ou em outros quaesquer titulos nacionaes ou estrangeiros que merecerem o bom conceito da directoria.

E fica ainda resolvido que seja retroactiva esta disposição, vigorando da data primitiva da escriptura.

Vinte e seis de fevereiro e vinte e cinco de março de mil oitocentos noventa e quatro.

## XCI

Que a directoria, depois de tirar a competente licença, si esta, na forma da lei, for precisa, poderá acceitar transferencia, cessão e traspasso dos fundos e bens ou de qualquer parte dos mesmos pertencentes á companhia dissolvida que tiverem, como fica dito,

de ser transferidos, cedidos e traspassados à companhia ora organizada (ficando, porém, sujeitos a todos os respectivos onus e a todas as reclamações ou pretensões e a todas as responsabilidades que lhes competirem), podendo conservá-los ou qualquer parte delles no emprego em que se acham ou absolutamente vendê-los ou dispor delles ou de qualquer parte dos mesmos que for vendável em qualquer época, ou convertel-os de outra forma em dinheiro, a arbitrio da mesma directoria; e poderá empregar o producto da venda ou conversão opportunamente em qualquer época e os dividendos, juros, alugueis, lucros e renda annual, enquanto não se realize a venda e conversão, podendo, aliás, dispor dos mesmos de qualquer outra forma de conformidade com a disposição relativa ao emprego e accumulção dos fundos da companhia ora organizada, justamente como se pratica relativamente aos outros fundos da dita companhia ou a qualquer parte dos mesmos.

### XCH

Que a directoria fará conservar em poder dos banqueiros da companhia ou na casa forte do escriptorio da mesma companhia todas as letras do Thesouro e da marinha, apolices da India, escripturas e mais instrumentos relativos aos fundos ou bens da companhia e bem assim os documentos relativos ás fianças prestadas pelos funcionarios ou agentes da companhia, fazendo organizar listas ou relações dos mesmos documentos que serão apresentados á directoria quatro vezes por anno ou ainda mais vezes si qualquer dos directores o oxigir.

### XCIII

Que, sempre que parte dos fundos ou bens da companhia estiver empregada na compra de annuidades ou consistir das mesmas, por uma ou mais vidas ou por certo prazo de annos que finalise com a cessão de certa vida ou vidas, a directoria será licito, por conta dos fundos ou bens da companhia, effectuar com qualquer associação ou companhia de seguros sobre vida manter um ou mais seguros sobre as respectivas vidas pelas quantias que a directoria, a seu arbitrio, julgar razoavel, mas que não exceda da importancia total do preço pago pela respectiva annuidade ou interesse.

### XCIV

Que, sem ultrapassar os limites que a directoria julgar convenientes, esta providenciará para que a companhia, á vista da sua natureza e da constituição da mesma companhia, seja com isso comportavel; e, á excepção dos bens que tiverem essa

disposição e do saldo em dinheiro descontado em poder dos banqueiros e das letras do Thesouro e da marinha e das apolices da India, a directoria fará distribuir aos fidei-commissarios da companhia, na proporção que lhe parecer conveniente, os fundos e bens da mesma companhia, e na repartição desses fundos e bens entre os fidei-commissarios a directoria providenciará para que a distribuição de qualquer parte especifica dos ditos fundos e bens seja feita a tres fidei-commissarios pelo menos, podendo a directoria mandar opportunamente effectuar, si julgar conveniente, a transferencia da parte especificada desses fundos e bens dos fidei-commissarios em cujo poder se achar para os outros cujo numero não seja menor de tres, numero esse que poderá ficar composto inteiramente de novos fidei-commissarios ou de novos conjuntamente com alguns dos antigos; mas a restricção quanto ao numero não se estende aos casos em que não seja licito figurar sinão o nome de um só fidei-commissario; e a directoria, quando julgar conveniente, fará com que o respectivo fidei-commissario assigne á custa da companhia o competente termo lavrado igualmente á custa da mesma.

## XCV

Que a directoria fará lavrar e assignar as escripturas que forem precisas para tirar do poder do fidei-commissario que tornar-se demente ou que, em virtude das disposições que neste instrumento vão adeante consignadas, for demittido ou renunciar o seu cargo ou deixar de ser fidei-commissario, todos os fundos ou bens da companhia que tiverem exclusivamente a cargo do referido fidei-commissario ou a cargo delle conjuntamente com outros fidei-commissarios da companhia.

## XCVI

Que, em additamento á immuniidade garantida aos fidei-commissarios em virtude das clausulas ou disposições relativas á immuniidade dos funcionarios da companhia em geral, toda a pessoa que deixar de ser fidei-commissario da companhia e bem assim seus herdeiros, testamenteiros ou inventariantes, depois de terem devidamente prestado á directoria conta de todos os negocios relativos aos bens confiados ao dito fidei-commissario desde o principio até o fim do seu exercicio das respectivas funcções e depois de terem passado, cedido e transferido á pessoa ou pessoas designadas pela directoria os respectivos fundos ou bens que estiverem a seu cargo exclusivo ou a cargo delle conjuntamente com outros fidei-commissarios ou depois de terem dado aos referidos fundos e bens o destino indicado pela mesma directoria, sinão dahi em deante, em virtude das disposições consignadas neste instrumento, considerados isentos e desobrigados de toda e qualquer responsabilidade em relação a

qualquer negocio feito, transacção ou operação que tiver sido realíz do, cumprido, levado a effeito ou permittido pelo dito fidei-commissario no exercicio de suas funcções, á excepção de quaesquer custas, onus, prejuizos, dânnos e despesas cuja responsabilidade lhe competir em consequencia de falta ou desmazelo proposital ; e a directoria depois de ter cessado o exercicio das funcções de semelhante fidei-commissario e depois de ter este prestado contas e passado, transferido e cedido os respectivos fundos ou bens da companhia ou depois de ter-lhes dado o competente destino, entregará ao mesmo uma declaração assignada por um ou mais directores devidamente autorizados, fazendo constar que elle deixou de ser fidei-commissario da companhia, ficando em virtude desta disposição desonerado, desobrigado e isento de responsabilidade como ficou indicado ; e essa declaração será em qualquer época prova de desobrigação, desoneração e isenção de responsabilidade, e no sentido desta clausula será considerado fidei-commissario da companhia todo individuo que o for por construcção de equidade, ainda quando não seja regular a sua nomeação.

## XCVII

Que, sem prejuizo das faculdades que a directoria fica autorizada neste instrumento a conferir a qualquer comissão transitoria ou local, agente local ou outra pessoa e da autorisação que foi dada ou que tiver de ser dada ao secretario e aos respectivos empregados da companhia, em relação á arrecadação de dinheiros, a directoria será licito dar quitação effectiva pelas quantias devidas á companhia ; e que as pessoas que tiverem recibo de qualquer quantia, sellado com o sello da companhia e assignado por dous dos directores, não terão de responder pela applicação da respectiva quantia, nem serão responsaveis por qualquer desvio da mesma.

## XCVIII

Que, no caso de fallencia ou insolvencia de devedores da companhia, a directoria nomeará ou designará um ou mais accionistas, conforme lhe parecer mais acertado, incumbidos de provar a divida cuja importancia a companhia tenha de receber da massa fallida os bens do fallido ou insolvente e fará dar os passos que forem precisos para provar a divida e promover o reconhecimento da mesma ; e no caso de semelhante fallencia ou insolvencia a directoria nomeará igualmente representante ou representantes para receber, por conta e em nome da companhia, os rateios que forem vencendo por conta de semelhante divida ; e os recibos dos representantes, assi nomeado, servirão para desonerar effectivamente as pessoas que lhes tiverem feito o pagamento dos respectivos rateios, ficando essas pessoas isentas de

toda e qualquer responsabilidade quanto á má applicação ou falta de applicação dos respectivos dinheiros e quanto á obrigação de dar-lhes o devido destino.

## XCIX

Que a directoria repartirá ou constituirá os fundos ou bens da companhia em tres fundos ou contas distinctas, os quaes não serão confundidos uns com os outros nem tão pouco os pagamentos opportunamente feitos por conta das mesmas ; e esses fundos ou contas serão denominados — Conta de capital, Fundo de garantia e Fundo de premios — ; a conta de capital compor-se-ha das quantias pagas por conta das primeiras entradas dos accionistas da companhia e a importancia das futuras entradas feitas pelos mesmos accionistas ou incluirá as respectivas quantias assim pagas, o fundo de garantia compor-se-ha do que restar do excedente dos fundos em bens da companhia dissolvida que, na conformidade do que já fica estatuido, tenha de ser transferido á companhia, ora organizada, depois de levar á conta do capital a quantia destinada, na fôrma do que já fica estatuido, a este fim para pagamento da primeira entrada de dez libras por cada acção por conta de todas as acções, que, como já fica declarado, foram subscriptas e bem assim dos premios que tiverem de ser pagos por conta de todas as acções que ainda não foram subscriptas e de todo o augmento e accrescimos do referido excedente, bem como de todo o augmento que para o futuro se der em qualquer época mediante accumulção ou de outra fôrma ; e o fundo dos premios compor-se-ha da venda annual da dita companhia proveniente de premios de seguro e de outros lucros (si houver) dos negocios da companhia e de augmento (si houver) da referida venda annual e lucros em qualquer época mediante accumulção ou de outra fôrma.

## C

Que a renda annual dos fundos, de que na respectiva época se compuzer a conta do capital ou que ficarem comprehendidos na mesma, será opportunamente levada á conta do fundo de garantia e fará parte do mesmo.

## CI

Que todos os prejuizos e despezas da companhia e todas as reclamações e pretensões contra a mesma serão pagos e liquidados, em primeiro logar, por conta dos fundos e bens da companhia comprehendidos no fundo de premios ou constituindo o mesmo e, no caso de serem insufficientes os referidos fundos e bens, os respectivos pagamentos serão por conta dos fundos

o bens comprehendidos no fundo de garantia ou constituindo o mesmo conjuntamente com os fundos e bens comprehendidos no fundo de premios ou constituindo o mesmo, devendo ficar exgotado o fundo de garantia antes de recorrer-se aos fundos e bens comprehendidos na conta do capital ou constituindo a mesma.

Que sejam revogadas as clausulas primitivas numeros XCIX, C e CI, ficando substituidas pela clausula seguinte, a saber :

« *Clausula XCIX.* Que a directoria mandará fazer escripturação exacta, pelo systema corrente e e mais conveniente, de todas as transacções da companhia e essa escripturação será feita pelo systema de partidas dobradas nos livros que forem opportunamente designados pela directoria, e que de todas as clausulas e disposições exaradas na escriptura de accordo serão eliminadas as palavras—Fundo de premios e Fundo de garantia—ficando substituidos pelas palavras — Fundo ou fundos e todas as referidas clausulas ou disposições serão de ora em diante assim lidas e entendidas » Vinte e oito de março e quatorze de abril de mil oitocentos noventa e tres.

## CII

Que sob a direcção da directoria dar-se-ha duas vezes por anno balanço nas contas da companhia, isto é, até o dia vinte e cinco de março antes da reunião semestral da assembléa geral no mez de maio e até o dia vinte e nove de setembro antes da reunião semestral da assembléa geral dos accionistas da companhia no mez de novembro e nessa occasião será averiguada a importancia dos lucros ou perdas nos negocios da companhia durante o semestre findo no dia em que for dado o balanço.

Que da clausula n. CII seja modificada e revogada a parte relativa aos balanços semestraes nas contas da companhia, isto é, até os dias vinte e cinco de março e vinte e nove de setembro e que, em vez do que consta dessa disposição, dar-se-ha balanço sob a direcção da directoria ás contas da companhia duas vezes por anno, isto é, até o dia trinta de junho antes de marcar a directoria dividendo provisorio, como fica dito, e até o dia trinta e um de dezembro antes da reunião annual da assembléa geral dos accionistas da companhia, de doze de novembro e tres de dezembro de mil oitocentos sessenta e sete.

Que todas as clausulas e disposições exaradas na referida escriptura de accordo, bem como as resoluções da companhia approvadas nos annos de mil oitocentos cincoenta e tres, mil oitocentos cincoenta e cinco e mil oitocentos sessenta e quatro sejam lidas e entendidas como si as palavras «Reunião annual da assembléa geral» tivessem substituido em toda a parte as palavras «Reunião semestral da assembléa geral» ou «Reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro» e, tanto quanto for preciso, sejam modificadas, alteradas e enten-

didadas de modo a dar pleno vigor a estas resoluções e a todas as medidas tomadas de accordo com as mesmas. Doze de novembro e tres de dezembro de mil oitocentos sessenta e sete.

### CIII

Que nas reuniões semestraes da assembléa geral em todos os annos a directoria poderá indicar os dividendos que, no seu entender, forem justificados pela prosperidade da companhia para serem distribuidos aos accionistas (contanto que a importancia total dos dividendos assim indicados em qualquer anno não exceda de dez por cento por anno sobre o capital realizado da companhia) e os referidos dividendos, si forem approvados pela respectiva assembléa geral dos accionistas em reunião semestral, serão pagos nas épocas e pela fórma que a directoria julgar convenientes, e na reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro de cada anno a directoria poderá indicar a quantia que, no seu entender, por justifica-la pela prosperidade da companhia (depois de prover-se ao pagamento dos referidos dividendos aos accionistas para ser consignada e distribuida ás pessoas que tiverem apolices de seguro em vigor na mesma companhia, não devendo essa quantia, porém, exceder de 10 % da importancia dos premios effectivamente pagos, durante o anno findo, no dia de setembro em que se der balanço as contas da companhia; e a referida quantia, mediante approvação da respectiva assembléa geral em reunião semestral, será distribuida e paga ou devolvida aos possuidores de apolices na proporção e pela fórma que a directoria (em vista das diversas classes de seguros dos respectivos possuidores de apolices e outras circumstancias) julgar convenientes.

E a directoria na reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro de cada anno poderá ainda indicar a distribuição em fórma de bonus, dos lucros da companhia, si a mesma directoria, à vista da situação dos respectivos negocios, o julgar conveniente, devendo esse bonus ser distribuido entre os accionistas e ás pessoas que tiverem direito a apolices da companhia nessa época ou só aos accionistas com exclusão das pessoas tendo direito a apolices si a directoria assim julgar mais conveniente.

E si a assembléa geral na reunião semestral do mez de novembro approvar o ultimo alvitre acima indicado pagar-se-ha o bonus aos accionistas nas épocas e pela fórma que forem marcadas pela directoria, e o bonus adicional (si houver) que tiver de ser pago as pessoas com direito a apolices será distribuido e pago ou devolvido as referidas pessoas, na proporção, nas épocas e pela fórma que a directoria julgar conveniente, e a directoria podera fazer distribuição, pagamento ou devolução ás pessoas com direito a apolices mediante as condições e restricções ou estipulações que lhe parecerem convenientes.

## CIV

Que os dividendos que tiverem de ser pagos opportunamente aos accionistas e a quantia (não excedendo, como já fica declarado, de 10 % da importancia dos premios) que tiver de ser opportunamente consignada e distribuida como bonus às pessoas com direito a apolices, bem como o bonus que tiver de ser opportunamente pago aos accionistas e qualquer bonus adicional (si houver) que tiver de ser distribuido, pago ou devolvido às pessoas com direito a apolices serão pagos por conta dos fundos pertencentes ao — Fundo de premios —, si a directoria não indicar o pagamento de semelhante dividendo e bonus ou quaesquer dolles por conta do — Fundo de garantia, — devendo neste caso os referidos dividendos e bonus ou qualquer parte dos mesmos ser pagos, na forma da indicação, por conta do dito — Fundo de garantia —, si a respectiva assemblea geral de accionistas, em reunião semestral, approvar a indicação.

## CV

Que depois de prover-se ao pagamento de todos os dividendos aos accionistas e dos bonus às pessoas com direito a apolices e bem assim dos bonus aos accionistas e dos bonus additionaes (si houver) às pessoas com direito a apolices, de conformidade com a indicação feita na competente occasião, para o pagamento dos mesmos, e depois de prover-se ao custeio da companhia e ao pagamento e liquidação de todas as despesas e reclamações, o saldo (si houver) dos fundos pertencentes ao — Fundo de premios — será levado depois da respectiva reunião semestral da assemblea geral dos accionistas, com a brevidade que a directoria julgar conveniente, á conta do — Fundo de garantia.

## CVI

Que si qualquer pessoa com direito a bonus em virtude de sua apolice deixar de segurar na companhia antes de ter recebido o bonus, essa pessoa perderá o direito ao mesmo bonus, que reverterá á companhia, devendo ser levado pela directoria á conta do — Fundo de garantia — si a referida pessoa não reclamar dentro do prazo de 12 mezes de calendario, depois de ter deixado de segurar na companhia.

A' directoria será, entretanto, licito autorisar o pagamento do dito bonus em qualquer época, depois de findo o referido prazo de 12 mezes de calendario, si lhe for apresentada explicação satisfactoria do motivo por que o bonus deixou de ser opportunamente reclamado,

Que sejam revogadas as clausulas primitivas ns. CIII, CIV, CV e CVI, e sejam substituidas pela seguinte clausula, a saber :

### CIII

« Que mediante a approvação da assembléa geral, em reunião annual, e com a redução que pela mesma assembléa geral for deliberada, a directoria poderá marcar o dividendo ou dividendos e bonus que forem approvados, pagaveis nas épocas e pela fórma que a directoria julgar convenientes.»

Vinto e oito de março e quatorze de abril de mil oitocentos noventa e tres.

### CVII

Que todos os dividendos e bonus que, mediante indicação da directoria, forem approvados pela assembléa geral dos accionistas da companhia, em reunião semestral, serão annunciados pela directoria, em cumprimento da ordem ou deliberação da mesma assembléa geral, e pela referida directoria serão distribuidos aos accionistas e ás mais pessoas com direito a acções da companhia, subscriptas e possuidas.

### CVIII

Que a directoria fará pagar no edificio ou escriptorio da companhia todos os dividendos e bonus que tocarem ás acções da mesma companhia, e marcará dia para dar-se começo ao pagamento dos mesmos dividendos e bonus, avisando pela fórma que a mesma directoria julgar mais conveniente med ante annuncios em dous ou mais jornaes publicados em Manchester ou com circulação nesta cidade, bem como por meio de circulares.

No caso, porém, de haver atrazo no pagamento das entradas vencidas por conta de qualquer acção deixar-se-ha de pagar ao possuidor da mesma o respectivo dividendo emquanto não estiverem pagas as entradas vencidas.

Os dividendos e bonus que, dentro do prazo de tres annos, não forem reclamados pelos possuidores das respectivas acções poderão, mediante a deliberação da directoria, ser levados á conta do « Fundo de garantia », e depois da referida deliberação os respectivos accionistas ou outras pessoas com direito ás ditas acções perderão o direito aos referidos dividendos e bonus ; mas á directoria fica concedida autorisação discrecionaria, sem força obrigatoria, para mandar, mediante deliberação sua em qualquer época posterior, pagar os referidos dividendos ou bonus, si julgar conveniente ás pessoas que os reformarem.

## CIX

Que á directoria, observadas as disposições da lei sete e oito Victoria, capítulo 110, será licito em qualquer época de ora em diante distribuir a quaesquer pessoas que desejarem subscriver as acções da companhia que ainda não tiverem sido subscritas e bem assim as acções (si houver) cujos subscriptores, depois de tel-as subscripto, se negarem a cumprir este accordo ou qualquer escriptura relativa ao mesmo ou deixarem de fazel-o durante o prazo marcado pela directoria, de seis mezes de calendario pelo menos, a contar da data deste instrumento, e na distribuição das referidas acções a directoria marcará o premio que julgar conveniente, levando a importancia do mesmo á conta do sobredito « Fundo de garantia » e, no caso de serem assim distribuidas na fôrma desta disposição, quaesquer acções cujos subscriptores se tiverem negado a cumprir o presente accordo ou qualquer escriptura relativa ao mesmo ou tiverem deixado de fazel-o durante o referido prazo, será licito á directoria providenciar sobre o pagamento da primeira entrada por conta das acções assim distribuidas aos respectivos ex-subscriptores ou aos seus testamenteiros ou inventariantes, devendo ser effectuado esse pagamento por conta da quantia recebida em pagamento da referida primeira entrada elevada á « Conta do capital » ou por conta dos novos subscriptores das respectivas acções.

A' directoria, porém, será licito dar qualquer outra providencia que lhe parecer mais consentanea com a natureza do respectivo negocio.

## CX

Que, tanto quanto for permittido pela lei de sociedades anonymas, á directoria será licito vender em qualquer época, si julgar conveniente, mas não de outra fôrma, a qualquer pessoa que pela mesma directoria for aceita, mediante o preço e mais condições que lhes parecerem razoaveis, as acções que tiverem cahido em commisso.

## CXI

Que todas as vezes que a directoria, servindo-se da authorisação que lhe confere a disposição precedente, realize a venda de acções cahidas em commisso, ser-lhe-ha licito, si lhe parecer conveniente, mas não de outra fôrma, pagar ás pessoas que teriam direito ás ditas acções, si estas não tiverem cahido em commisso, a importancia integral ou parcial do producto da venda depois de deduzir da mesma importancia a das despesas feitas com a referida venda e depois de deduzir igualmente e reter a importancia das entradas, não pagas, com o competente

juro á razão de cinco libras por cento por anno computado das respectivas épocas em que deviam ter sido feitas as mesmas entradas.

## CXII

Que o producto da venda de acções cahidas em commisso, feita pela directoria, ou a parte restante depois de deduzida a importancia das despesas, bem como a das quantias pagas á pessoa ou pessoas a que teriam pertencido as ditas acções si não tivessem cahido em commisso, terá a seguinte applicação:—quantia igual á importancia das entradas vencidas e não effectuadas será levada á — Conta do capital—e o excedente (si houver) ou a importancia total, no caso de não haver entrada vencida e não realizada, será levado á conta do — Fundo de garantia.

## CXIII

Que sempre que qualquer possuidor de acções da companhia quer seja accionista legal, effectivo e registrado, quer não, de-seja vender á directoria qualquer acção da mesma companhia e manifestar o desejo mediante aviso por escripto entregue no edificio ou escriptorio da companhia, como vae adeante indicado, a directoria poderá si julgar conveniente, mas não de outra forma, comprar em nome da companhia, fazendo o pagamento com dinheiros pertencentes á — Conta do capital — pelo preço que lhe parecer justo e razoavel, a acção ou acções que o respectivo possuidor, dando o aviso convencionado, manifestar desejo de vender, e logo depois de consummada a compra mediante a transferencia da acção ou acções á companhia, ou a um ou a mais dos fidei-commissarios em beneficio da companhia, a directoria mandará fazer o lançamento que lhe parecer conveniente no livro de que se trata adeante e que, será denominado o — Registro de accionistas —, no intuito de fazer constar pelo referido livro que o dito possuidor não tem mais direito á respectiva acção ou acções, e depois de feito o competente lançamento, como fica indicado, no — Registro dos accionistas — a directoria, a requerimento do dito possuidor, dar-lhe-ha em qualquer época certidão escripta do referido lançamento assignada por dous ou mais dos directores e bem assim pelo secretario da companhia e sellada com o sello da companhia, e a directoria poderá opportunamente, em qualquer época, vender as acções que tiver comprado em virtude desta disposição, mediante o preço e mais condições que lhe parecerem convenientes, devendo ser levada á — Conta do capital — a importancia do producto da venda.

Todas as compras e vendas, porém, que se fizerem em virtude desta clausula, devem ser autorizadas pela assembléa geral dos

accionistas, à qual devem ter sido indicadas anteriormente pela directoria.

Que fique inteiramente revogada a clausula n. CXIII da escriptura de accordo desta companhia, autorizando a directoria, mediante as condições indicadas na mesma clausula, a comprar em nome da companhia acções da mesma e a proceder pela forma que ali fica consignada em relação às mesmas acções e em logar do que consta dessa clausula a directoria, si julgar conveniente, poderá comprar a qualquer possuidor de acções, quer este seja accionista registrado ou não, em nome da companhia e com os dinheiros da mesma, quaesquer acções da companhia mediante os preços que a directoria julgar justos e razoaveis, e logo depois de consummada a compra mediante a transferencia da acção ou acções à companhia, ou a um ou mais dos fidei-commissarios em beneficio da companhia, a directoria mandará fazer o lançamento que lhe parecer conveniente no livro de que trata a escriptura de accordo e que será denominado — Registro de accionistas —, no intuito de fazer constar pelo referido livro que o dito possuidor não tem mais direito à respectiva acção ou acções e a directoria poderá opportunamente, em qualquer época, vender as acções compradas pela mesma directoria, em virtude da clausula ou autorisação, substituindo a sobredita clausula n. CXIII da escriptura de accordo, mediante o preço e mais condições que lhe parecerem mais convenientes, devendo ser considerada parte dos fundos da companhia a importancia do producto da venda, e no intervallo a referida acção ou acções serão consideradas pela mesma directoria como meio de emprego da parte do capital da companhia correspondente ao seu custo.

A directoria, porém, não comprará acção alguma com os fundos da companhia e por conta da mesma sem autorisação da assembléa geral dos accionistas nem numero maior das mesmas acções do que o que fôr marcado e prescripto pela assembléa geral que lhe conceder a precisa autorisação; e a faculdade concedida à directoria pela clausula ou autorisação, substituindo a referida clausula n. CXIII da dita escriptura de accordo para vender acções que tiverem sido compradas pela mesma directoria não será exercida sem o consentimento da assembléa geral dos accionistas; a autorisação, porém, poderá estender-se a todas as acções em geral, ficando limitada a quaesquer acções especiaes.

E outrosim, que a faculdade ou autorisação dada à directoria por esta resolução e as instrucções e disposições respectivamente aqui consignadas vigorarão em vez da clausula CXIII da dita escriptura de accordo, substituindo-a, como fica declarado.

Dezoito de outubro de mil oitocentos noventa e tres.

#### CXIV

Que as pessoas que a directoria comprarem acções não serão consideradas e aceitas como accionistas idoneos em relação às

referidas acções enquanto não tiverem pago o respectivo preço; effectuado, porém o pagamento, a directoria providenciara para que sejam lançados no «Registro dos accionistas» os nomes de semelhantes pessoas como possuidoras das referidas acções.

## CXV

Que a directoria terá um livro denominado «Registro dos accionistas» no qual serão opportunamente lançados os nomes e moradas de todas as pessoas que são actualmente accionistas da companhia e das que vierem a sel-o depois, e bem assim o numero de acções a que tiverem respectivamente direito, ficando cada acção differenciada das outras pelo numero e devendo constar igualmente a importancia das entradas feitas por conta da mesma; e a directoria terá, outrossim, um livro denominado «Registro das transferencias» e bem assim cópias escriptas ou impressas de um indice ou resumo deste instrumento approved pelo registrador de sociedades anonymas nomeado em virtude da sobredita lei dos annos, sete e oito do reinado de Sua Magestade actualmente reinante, capitulo cento e doze, devendo a mesma directoria ter igualmente uma relação extrahida do referido «Registro dos accionistas» dos nomes dos mesmos accionistas e os endereços destes constantes das ultimas informações com numero de acções possuidas por cada um, e bem assim a relação dos directores e funcionarios da companhia e cópia do seu regimento interno (si houver archivado no cartorio da repartição do registro), cópia essa que deve estar sellada com o sello da companhia, e a directoria providenciará para que haja tambem os competentes livros do actas para registrar as deliberações e frequencia dos directores e os competentes livros para as contas da companhia, em que serão feitos os lançamentos que se costumam fazer nos respectivos livros de associações congeneres e a directoria fará igualmente guardar no escriptorio da companhia todos os referidos livros para as contas da companhia e todos os mais que a esta pertencerem, e bem assim o balancete que em virtude da sobredita lei de sete e oito Victoria, capitulo cento e dez, secção trinta e nove, e as disposições que neste instrumento vão adeante consignadas, tem de ser organizado semestralmente e entregue aos fiscaes da companhia e o parecer que os fiscaes, em virtude da secção quarenta e um da mesma lei, tem de dar sobre as respectivas contas, bem como este instrumento e todos os mais livros, archivos, papeis, escriptas e documentos relativos aos negocios e interesses da mesma companhia.

## CXVI

Que duas vezes por anno, com quatorze dias, pelo menos, de antecedencia da época em que as contas tiverem de ser submettidas ao exame dos fiscaes, a directoria mandará dar balança

nas mesmas contas o organizar em boa ordem balancete detalhado, e antes de ser submettido ao exame dos fiscaes o referido balancete será visto pela directoria ou por tres dos directores, devendo ser assignado pelos que tiverem visto, e depois pelo presidente da directoria pela forma preceituada na secção trinta e cinco da sobredita lei e transcripta em seguida de ordem da directoria, nos livros da companhia.

#### CXVII

Que com vinte e oito dias, pelo menos, de antecedencia de cada reunião semestral da assembléa geral, a directoria entregará aos fiscaes as referidas contas e balancete e na respectiva reunião semestral apresentará aos accionistas que tomarem parte na mesma o dito balancete e fará proceder á leitura do parecer dos fiscaes sobre o dito balancete e sobre as contas da companhia, conjuntamente com o relatorio da directoria sobre os negocios da associação durante o semestre anterior.

#### CXVIII

Que, durante o prazo de quatorze dias antes de qualquer reunião semestral da assembléa geral e bem assim durante o de um mez depois, a directoria permittirá que sejam examinados por qualquer numero de accionistas não excedente de tres os livros para contas da companhia e todos os mais livros da mesma, o respectivo balancete e o parecer dos fiscaes sobre este, e todos os mais documentos relativos aos negocios da dita companhia, e bem assim em outras épocas si o exame for autorisado por tres dos directores e si não exceder de tres o numero dos accionistas que se apresentarem para examinar os referidos livros e documentos; mas em caso algum será facultado a qualquer accionista o exame dos ditos livros, balancete e relatorios, si o mesmo accionista não tiver manifestado, mediante aviso por escripto dirigido ao secretario, com sete dias, pelo menos, de antecedencia, o desejo de fazer o referido exame, marcando nesse aviso o dia e hora, abrangida esta nas horas em que costuma estar aberto o escriptorio, para o proposto comparecimento para o respectivo fim; e ao dito exame poderão assistir um ou mais dos directores e mediante deliberação da directoria (mas não de outra forma) será enviada a cada accionista cópia do balancete e do parecer dos fiscaes sobre o mesmo conjuntamente com a circular, convocando a respectiva reunião semestral da assembléa geral depois de apresentado o parecer; qualquer accionista poderá, entretanto, requerer por escripto assignando o respectivo requerimento que lhe seja entregue ou remettida cópia do referido balancete e parecer.

E durante as horas em que costuma estar aberto o escriptorio da companhia a directoria, em todas as occasiões que não forem

impropias, permitirá que sejam examinados por qualquer accionista o « Registro dos accionistas », o « Registro das transferencias », o « Indice ou resumo deste instrumento », « Relação dos accionistas », « Relação dos directores e funcionarios », « Cópia do regimento interno » e « Livros de act's da companhia », mas estes ultimos só depois de aviso com sete dias de antecedencia como já se declarou.

## CXIX

Que a directoria, na forma das disposições constantes da referida lei dos sete annos do reinado de Sua Magestade, actualmente reinante, capitulo cento e dez, prestará opportunamente ao registrador de sociedades anonymas, nomeado em virtude da mesma lei, as informações exigidas pelas disposições constantes das respectivas secções dez e onze, quatorze, quarenta e tres e quarenta e sete.

## CXX

Que, em qualquer época, depois de achar-se definitivamente registrada a companhia, a directoria será licito determinar, mediante resolução approvada e assignada em duas reuniões successivas por sete pelo menos dos directores presentes em ambas as reuniões, que todos os accionistas e os testamenteiros e inventariantes de accionistas fallecidos e todas as mais pessoas que em virtude do seu interesse em qualquer acção ou acções tivessem o direito, de conformidade com as clausulas que a este respeito vão adiante consignadas de virem a ser accionistas ou de fazerem accionistas outras pessoas, sejam convidadas por carta-circular ou aviso a pagar, por conta de cada acção que possuirem ou tiverem subscripto a prestação que a directoria julgar conveniente, não devendo, porém, nenhuma entrada exceder de dez libras por cada acção e assim por deante, sempre que a directoria julgue opportuno, contanto que nem uma chamada de capitães seja assim feita sem o consentimento da assembléa geral dos accionistas a não ser no caso da redução da « Conta do capital » a quantia inferior a cem mil libras esterlinas, podendo a directoria neste caso prescindir do consentimento da assembléa geral dos accionistas e em virtude de sua propria autoridade e mediante resolução tomada em duas reuniões successivas, fazer opportunamente chamada, na forma do que vae acima preceituado, de prestações por conta de cada uma das acções da companhia; e cada resolução assim tomada será assignada pelo director que presidir a respectiva reunião no dia em que for approvada a resolução, devendo o director que assim presidir a reunião accrescentar á sua assignatura a palavra « Presidente » e nas demandas instauradas contra qualquer accionista ou contra os testamenteiros ou inventariantes

de accionistas fallecidos e todas as mais pessoas que, na fôrma do que fica indicado, tiverem o direito de vir a ser accionistas ou de fazer accionistas outras pessoas, a prova dessa assignatura, conjuntamente com a prova do que o aviso de que trata a clausula seguinte, ou o que for preceituado pelos estatutos da companhia que vigorarem na respectiva época, foi remetido pelo Correio ao respectivo accionista, ou testamenteiro ou inventariante de accionista fallecido, ou outra pessoa que tiver o direito acima indicado, será prova concludente contra qualquer destes de que a chamada foi effectivamente feita e de que o accionista ou outro interessado teve o competente aviso da mesma.

## CXXI

Que a directoria dará aviso da respectiva chamada de capitães, fazendo pôr no Correio, com um mez de calendario, pelo menos, de antecedencia do dia marcado para a respectiva entrada, uma carta-circular dirigida a todos os accionistas, testamenteiros ou inventariantes de accionistas fallecidos e a todas as mais pessoas que tiverem o direito, como fica indicado, de virem a ser accionistas ou fazerem accionistas outras pessoas, e na referida circular declarar-se-ha a importancia da prestação ou quantia a pagar por conta de cada acção e ficarão marcados os dias e logar em que se tenha de realizar o respectivo pagamento e na referida circular declarar-se-ha tambem que, si a entrada não se tiver feito até o dia marcado, a importancia da respectiva prestação vencerá juros à razão de cinco libras por cento por anno, a contar do dia marcado para a referida entrada e a continuar até a data do effectivo pagamento da prestação; e na dita circular declarar-se-ha outrosim que, si dentro do prazo de dous mezes de calendario, a contar do dia marcado para a referida entrada, não estiver paga a importancia desta com o competente juro, as respectivas acções ficam sujeitas, na fôrma das disposições que vão adeante consignadas, a cahir em commisso, em beneficio da companhia, que, de mais a mais, poderá dar os passos precisos para cobrar a importancia da divida, mediante processo ou demanda contra o devedor remisso e contra as respectivas acções e contra todo o interesse ou beneficio que das mesmas possam provir ao referido devedor.

## CXXII

Que, além das attribuições e faculdades aqui consignadas e expressamente conferidas à directoria, esta poderá exercer igualmente todas as attribuições e faculdades implicitamente emanantes das expressamente conferidas e das disposições e autorisações aqui consignadas; e em todos os casos em que não estiverem expressamente confiadas à directoria ou a outra

corporação ou individuo as faculdades e attribuições, cuja necessidade tiver sido reconhecida, ellas serão exercidas pela directoria, a qual (sem prejuizo das restricções constantes das clausulas e disposições deste instrumento e da referida lei limitando as attribuições da directoria e sem prejuizo tambem das attribuições e faculdades já definidas da assembléa geral) terá a seu cargo a inteira e exclusiva superintendencia, gerencia e direcção da referida companhia e de todos os seus fundos, bens, negocios e interesses.

## CXXIII

Que á directoria, reunida em sessão extraordinaria convocada expressamente para o fim será licito tomar a deliberação de propor a dissolução da companhia, convocando neste caso assembléa geral extraordinaria afim de deliberar sobre a conveniencia da dissolução proposta e si for approvada pela assembléa geral extraordinaria assim convocada a respectiva proposta, a directoria convocará segunda assembléa geral extraordinaria que poderá sancionar ou rejeitar a resolução assim tomada pela primeira, devendo reunir-se a segunda assembléa geral extraordinaria dentro do prazo de quarenta dias, depois de approvada pela primeira assembléa geral extraordinaria a proposta de dissolução; e si esta assembléa sancionar a resolução da primeira para a dissolução da companhia, tratar-se-ha dahi em diante de dar aos negocios da companhia, para a liquidação dos mesmos será licito á segunda assembléa extraordinaria, de accordo com as disposições que vão consignadas adiante, manter a directoria então em exercicio ou, si julgar conveniente, suspender ou exonerar essa directoria e nomear outra composta de outros accionistas ou destes conjuntamente com membros da referida directoria que estiver então em exercicio.

## CXXIV

Que quanto antes, depois de sancionada a resolução para a dissolução da companhia, a directoria por conta dos fundos ou bens da mesma companhia tratará de pagar e satisfazer todas as reclamações e pretensões urgentes contra a companhia, provenientes de apolices de seguro emittidas pela companhia e de outros contractos e obrigações da mesma, e conseguirá que os directores ou gerentes de outra companhia ou sociedade de seguro se encarreguem de pagar e satisfazer as reclamações e exigencias restantes contra a companhia, provenientes das existentes apolices de seguro e de outros contractos ou obrigações sobre os quaes não tiverem apparecido reclamações ou pretensões, devendo estas ser resolvidas quando se apresentarem, e a directoria fará transferir á dita companhia ou sociedade de

seguros ou aos respectivos fidei-commissarios os fundos ou bens da companhia que forem convencionados entre as partes contractantes e cujo valor for sufficiente, conjuntamente com os premios a pagar sobre as apolices existentes, para habilitar a referida companhia ou sociedade a cumprir a obrigação que tiver contrahido, e em relação a esta obrigação a directoria fará com a directoria ou gerencia da referida companhia ou sociedade o ajuste que lhe parecer mais conveniente e neste intuito providenciará para que sejam emprehendidos todos os negocios, transacções e operações que lhe parecerem necessarios ou convenientes para o cumprimento do dito ajuste e, si depois de conseguidos os resultados acima mencionados ainda restarem fundos ou bens da companhia a directoria providenciará para que sejam vendidos, arrecadados ou de outra forma convertidos em dinheiro os referidos bens ou fundos ou a parte delles que em dinheiro já não consistir, e o referido dinheiro proveniente da liquidação dos ditos fundos e bens ou o de que estes consistem será pago e distribuido, de ordem da directoria, nas épocas que esta julgar mais conveniente aos accionistas e as mais pessoas que, em virtude das disposições adeante consignadas neste instrumento, tiverem o direito de vir a ser accionistas ou de fazer accionistas outras pessoas em relação a quaesquer acções da companhia que tiverem sido subscriptas ou que forem possuidas pelos mesmos, tudo na conformidade de seus respectivos direitos e interesses; e apezar de terem cessado as transacções da companhia continuarão em vigor todas as faculdades, privilegios, direitos e deveres dos accionistas e mais pessoas acima mencionadas, inclusive a faculdade de convocar e reunir a assembléa geral dos accionistas, e a de exigir e obrigar o pagamento de mais entradas de capital por conta das acções, comtanto que sejam necessarios para a liquidação da companhia, e para habilitar a directoria a dispor dos fundos ou bens da companhia a prover á satisfação das competentes reclamações e exigencias, e a fazer o pagamento e distribuição que ficam acima indicados, só deixando de vigorar para estes fins, depois de estar feita a disposição final do saldo (si houver) do referido dinheiro, e, quando depois da liquidação definitiva dos negocios da companhia, se tiver feito as competentes disposições dos fundos e bens da mesma directoria, fará annunciar na *London Gazette* a dissolução da companhia, a qual tornar-se-ha effectiva a contar da data do respectivo annuncio.

## CXXV

Que, durante a liquidação dos negocios da companhia, a directoria, enquanto não estiver definitivamente concluido o respectivo trabalho, apresentará uma ou mais vezes em cada semestre, a contar da data da dissolução á assembléa geral extraordinaria, um relatorio ou exposição, mostrando o verdadeiro estado dos fundos ou bens da companhia até a data da respectiva reunião.

## CXXVI

Que, depois de assignado pelo presidente da respectiva assemblea geral extraordinaria o relatorio ou exposiçao que durante a liquidação dos negocios da companhia for submettido á approvaçao da mesma assemblea, a directoria no edificio ou escriptorio da companhia, durante as competentes horas de trabalho, fará apresentar as contas da companhia a dous ou mais accionistas, que para esse fim tiverem sido escolhidos pela respectiva assemblea, e facultará aos mesmos o exame das contas da companhia, no intuito de verificarem a exactidão do dito relatorio ou exposiçao, e collocará á disposiçao dos mesmos accionistas todos os documentos, papeis e recibos que forem precisos para o fim.

## CXXVII

Que, si dentro do prazo de tres mezes, de calendario, um ou mais dos accionistas descobrirem no relatorio ou exposiçao que, na forma do que vao acima preceituado, tiver sido durante a liquidação dos negocios da companhia apresentado pela directoria á assemblea geral extraordinaria, qualquer erro cuja importancia não for de menos de cincoenta libras esterlinas, a directoria, verificando a existencia effectiva do dito erro, providenciará para que este seja sem demora rectificado, devendo, em testemunho da rectificação, ser assignado por tres directores, pelo menos, o relatorio ou exposiçao em que for feita a referida rectificação e que será apresentado á primeira assemblea geral extraordinaria que se reunir depois da verificação da existencia do erro.

## CXXVIII

O sello commum da companhia ficará em poder da directoria e será guardado no escriptorio da mesma companhia, em logar seguro opportunamente designado pela mesma directoria, com as devidas precauções contra o emprego do mesmo, de qualquer forma e para qualquer fim que não forem consentaneos com a sobredita lei de registro de sociedades anonymas e com as disposições deste instrumento.

## CXXIX

Que em caso algum será menor de cinco o numero dos fidei-commissarios da companhia.

## CXXX

Que qualquer fidei-commissario poderá em qualquer época renunciar o seu cargo mediante pedido de exoneração dirigido á directoria, a qual poderá aliás demittir qualquer fidei-commissario que não tiver as devidas habilitações ou que se negar a servir.

## CXXXI

Que dos fundos ou bens da companhia de que, em virtude das instrucções que acima vão consignadas neste instrumento, for opportunamente empossada a companhia na sua qualidade de corporação ou de que for empossado qualquer dos respectivos fidei-commissarios, a posse será assim dada á dita companhia ou aos ditos fidei-commissarios em deposito, afim de que tenham esses fundos e bens conjuntamente com os respectivos alugueis, juros, dividendos e venda annual (á excepção do edificio ou escriptorio da companhia e dos edificios ou escriptories de succursaes da mesma companhia (si houver) o emprego e applicação que a directoria opportunamente ordenar; e bem assim afim de que nos casos em que a directoria mandar vender quaesquer bens seja consummada em deposito a referida venda, sendo assim realizadas e levadas a effeito todas as transferencias, traspassos, sessões e garantias que forem precisas para o fim e a fim de que seja permittida igualmente em deposito, a occupação do edificio ou escriptorio da companhia e dos edificios e escriptories das succursaes da companhia (si houver) pelas pessoas e para os fins que forem indicados pela directoria ou o emprego dos mesmos pela fórma que a mesma directoria ordenar.

## CXXXII

Que o recibo passado por qualquer fidei-commissario da companhia em exercicio que for depositario, na respectiva época, de fundos, titulos ou bens da companhia de quantias provenientes dos referidos fundos, titulos ou bens, ou de qualquer parte dos mesmos, ou provenientes da venda, disposição ou conversão dos referidos fundos, titulos ou bens ou qualquer parte dos mesmos e tambem os referidos recibos, escriptos de qualquer fidei-commissario da companhia, a quem, de ordem da directoria, for paga qualquer quantia, servirão para desoncar os respectivos pagantes de toda e qualquer responsabilidade pela má applicação ou falta de applicação das referidas quantias e de toda e qualquer obrigação de preoccupar-se com a applicação das mesmas, e no caso de provirem essas quantias de fundos, titulos ou bens de que se achem empossados os fidei-commissarios que passarem os recibos, de toda a obrigação de indagar si os

referidos recibos foram passados de ordem da directoria ou mediante a autorisação da mesma ou de indagar si a venda de fundos, titulos ou bens da companhia de que se achasse empossada a companhia na qualidade de corporação ou de que se achassem empossados quaesquer fidei-commissarios da companhia foi autorisada ou ordenada pela directoria ou si foi realizada mediante preço autorizado pela directoria ou de indagar em qualquer caso si as pessoas que passaram os recibos foram effectivamente na respectiva época fidei-commissarios da companhia devidamente nomeados na forma das disposições deste instrumento.

## CXXXIII

Que em todos os negocios relativos a fundos ou bens da companhia de que se achar empossado qualquer fidei-commissario, quer exclusivamente, quer conjuntamente com um ou mais dos outros fidei-commissarios ou em qualquer outro negocio da companhia com que elle, em virtude de seu cargo, tiver de preoccupar-se ou interessar-se, esse fidei-commissario procederá, si não tiver instrucções da directoria, em sentido contrario, de accordo com os conselhos do advogado da companhia; e a conta do mesmo advogado será paga pela directoria com dinheiro pertencente aos fundos ou bens da companhia; e si a respeito dos referidos fundos, bens ou negocios qualquer fidei-commissario da companhia julgar conveniente consultar outro advogado ou ser aconselhado pelo mesmo, a respectiva despesa correrá por conta do proprio fidei-commissario.

## CXXXIV

Que os actuaes fiscaes e todos os que forem nomeados de ora em diante completarão o prazo de exercicio de suas funcções na época da reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro.

## CXXXV

Que sempre haverá dous fiscaes da companhia.

## CXXXVI

Que todos os fiscaes que de ora em diante forem nomeados devem ser possuidores de dez acções, pelo menos, cada um, e devem tel-as possuido, para serem elegiveis ou reelegiveis, por seis mezes, pelo menos, depois (mas não antes) de ter-se completado o prazo de seis mezes, a contar da data em que foi registrada a companhia e os seus nomes devem constar da

relação apresentada pela companhia ao registrador de sociedades anonymas; mas esta clausula a respeito d' elegibilidade dos fiscaes não vigora em relação aos nomeados neste instrumento, nem a nenhum delles, enquanto continuarem no exercicio de suas funcções, em virtude da respectiva nomeação.

Que ficará sem effeito a clausula n. CXXXVI da escriptura de accordo da companhia, que torna indispensavel aos fiscaes a qualidade de accionista.

Vinte e tres de fevereiro de mil oitocentos setenta e cinco.

#### CXXXVII

Que as vagas que se derem no cargo de fiscal antes da reunião semestral da assembléa geral no mez de maio de mil oitocentos quarenta e sete poderão ser preenchidas ou por meio de eleição feita pelos accionistas que tiverem o direito de votar, ou por meio de nomeação feita pelo conselho privado de commercio, na conformidade da lei já mencionada, e todas as vagas que se derem no dia da referida reunião semestral e as que se tiverem dado antes sem serem preenchidas até áquella data serão preenchidas nessa reunião semestral por meio de eleição feita pelos accionistas que tiverem o direito de votar, e as que se derem em época posterior á data dessa reunião serão preenchidas por meio de eleição feita na reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro, si a respectiva vaga resultar da terminação do prazo por que foi eleito o respectivo fiscal, ou em assembléa geral extraordinaria si resultar de qualquer outra causa.

#### CXXXVIII

Que na reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro de mil oitocentos quarenta e sete e na reunião semestral da assembléa geral no mez de novembro de todos os annos posteriores vagarão os cargos dos fiscaes, os quaes serão preenchidos nessa reunião por meio da eleição feita pelos accionistas presentes que tiverem o direito de votar, sendo reelegiveis os respectivos fiscaes, e em qualquer reunião semestral da assembléa geral na referida época os accionistas presentes que tiverem o direito de votar preencherão as vagas que se tiverem dado por motivo do fallecimento dos respectivos fiscaes ou por qualquer outro motivo, si essas vagas não tiverem sido antes preenchidas.

#### CXXXIX

Que vagando por motivo que não seja o da terminação do prazo por que foi escolhido o respectivo fiscal, o cargo de um dos fiscaes da companhia, a directoria poderá, si a vaga se der

depois da reunião semestral da assembléa geral no mez de maio de mil oitocentos quarenta e sete, convocar assembléa geral extraordinaria para o fim expresso de preencher a dita vaga, e a pessoa assim escolhida bem como a que for nomeada antes da reunião semestral da assembléa geral no mez de maio de mil oitocentos quarenta e sete ou na occasião dessa reunião ficará substituindo o fiscal em cujo cargo se der a vaga e deixará esse cargo na época em que esse fiscal o teria deixado; a qual reunião semestral da assembléa geral no mez de maio poderá pela directoria ser convidada extraordinariamente afim de que seja preenchida a vaga que se tiver anteriormente dado no cargo de fiscal.

## CXL

Que, si a assembléa geral em qualquer reunião semestral deixar de preencher a vaga que lhe cumprir preencher no cargo de fiscal, essa vaga, como no caso de falta analoga em relação ás vagas na directoria, será preenchida em reunião da assembléa geral extraordinaria convocada pela directoria expressamente para o fim e no intervallo os fiscaes (si houver) que tiverem completado o prazo para que haviam sido escolhidos, reassumirão e continuarão o exercicio até que se proceda á eleição, si os lords da commissão do Conselho Privativo de Commercio não tiverem nomeado fiscal; e o prazo de exercicio dos fiscaes eleitos pela assembléa geral extraordinaria em semelhante reunião ou em prorogação da mesma será contado da data da prévia assembléa geral, quer semestral, quer extraordinaria, em que se devia ter preenchido a vaga, e todos os actos officiaes desse fiscal no respectivo intervallo serão por consequente válidos; e si em qualquer occasião houver uma só vaga em cargo de fiscal ou si um dos fiscaes não puder ou não quizer servir, outro fiscal poderá incumbir-se dos respectivos deveres cujo cumprimento terá a mesma força legal como si estivesse completo o numero de fiscaes ou si ambos os fiscaes tivessem servido.

## CXLI

Que será indicado no escriptorio da companhia, com antecedencia de sete dias, o nome de qualquer pessoa que tiver de ser proposta em qualquer reunião semestral da assembléa geral, mas para a reeleição de fiscaes em exercicio não se exige a respectiva indicação, e a directoria fará escrever legivelmente ou fará imprimir a relação dos nomes dos candidatos e os das pessoas que os apresentarem para ser affixada em logar publico e visivel, na sala principal do escriptorio da companhia, ou na entrada, ou nos corredores do mesmo, e ahi conservada até a data da eleição.

## CXLII

Que o cargo de fiscal poderá ficar vago não só pela terminação do respectivo prazo ou por fallecimento, como também pela renúncia feita por escripto e assignada pelo respectivo fiscal e entregue á directoria ou por demissão mediante deliberação da assembléa geral extraordinaria convocada expressamente para o fim ou *ipso facto* pela demencia declarada de qualquer fiscal.

## CXLIII

Que os fiscaes da companhia em exercicio examinarão as respectivas contas de inteira conformidade com a referida lei dos annos sete e oito do reinado de sua magestade actualmente reinante, cap. 110.

## CXLIV

Que o secretario da companhia em exercicio sellará com o sello da mesma (mediante autorisação de dous ou mais directores, mas não de outra fôrma) as apolices e mais documentos que o exigirem e mediante a autorisação da directoria rubricará todos os cheques e saques contra os banqueiros da companhia e todas as letras de cambio que tiverem de ser feitas ou aceitas por quaesquer dos directores de ordem da referida directoria e endossará todas as letras de cambio feitas pela companhia ou recebidas pela mesma ou por sua conta e assignará todos os annuncios, cartas e avisos relativos ás assembléas geraes annuaes ou extrordinarias ou relativos a propostas sobre seguros ou relativos ao pagamento de premios, ou apolices ou relativo a outro qualquer negocio que diz respeito a seguros, premios ou apolices e enfim toda a correspondencia relativa aos negocios da companhia; e todas as circulares feitas de ordem da directoria levarão a assignatura do mesmo secretario, escripta ou impressa, e o secretario dará o devido destino a todos esses annuncios, cartas, avisos, circulares e outra correspondencia e fará ou mandará fazer as competentes minutas, extractos e lançamentos, expedindo devidamente os avisos de conformidade com a clausula e disposições constantes deste instrumento e procederá sempre de accordo com as ordens da directoria, cujas instrucções tratará de cumprir, e obedecer na administração e gerencia dos negocios ordinarios da companhia.

## CXLV

Que os substitutos nomeados pela directoria nos impedimentos do secretario e os que forem nomeados pela mesma directoria

para preencher as vagas que se derem no respectivo cargo terão os mesmos deveres, attribuições e faculdades que competem ao secretario em virtude das disposições deste instrumento.

#### CXLVI

Que si qualquer accionista ou testamenteiro ou inventariante de accionista fallecido ou qualquer pessoa com o direito de vir a ser ou instituir accionista na conformidade das respectivas clausulas ou disposições constantes deste instrumento deixar de pagar qualquer prestação vencida por conta das acções que possuir, ou em relação as quaes tiver os direitos e interesses acima mencionados, a directoria poderá debital-o com juro sobre a respectiva prestação á razão de cinco por cento por anno, a contar da data do respectivo vencimento e a continuar até a do pagamento da prestação.

#### CXLVII

Que quanto ás futuras entradas de capital que a directoria tiver de chamar em virtude da respectiva autorisação acima consignada neste instrumento, cada accionista e cada testamenteiro ou inventariante de accionista fallecido e cada pessoa com o direito, como fica acima indicado, de vir a ser ou instituir accionista que, dentro do prazo de um mez de calendario depois do dia marcado no visto que a directoria na conformidade do que vai acima preceituado, tiver de dar, não tiverem feito a referida entrada, serão de novo convidados, mediante segundo aviso acompanhado de segunda via do primeiro, a que reportar-se-ha de ordem da directoria e ser-lhes-ha dirigido a fazer immediatamente a dita entrada, mas a falta do segundo aviso dirigido, na conformidade desta clausula, ao respectivo accionista ou a outro interessado não terá o effeito de eximil-o da obrigação de pagar juro sobre a importancia vencida ou de perder as acções cahidas em comisso ou de sujeitar-se a qualquer outra pena que a directoria tiver o direito de applicar-lhe.

#### CXLVIII

Que si qualquer accionista ou testamenteiro ou inventariante de accionista fallecido ou qualquer pessoal com direito, como fica acima indicado, de vir a ser ou instituir accionista, deixar de pagar qualquer prestação vencida ou juro (si houver) sobre a primeira prestação dentro de dous mezes de calendario depois de ter-se-lhe dado ou expedido aviso do definitivo registro da respectiva companhia, e, quanto ás futuras prestações, durante o prazo de dous mezes de calendario, depois do dia marcado para o respectivo pagamento, constante do primeiro

aviso que lhe for expedido, da respectiva chamada de capitães, será lícito á directoria em qualquer época depois da terminação do referido prazo declarar cahidas em commisso as respectivas acções do accionista remisso, que perderá as prestações já pagas, si houver, e todos os beneficios e vantagens provenientes das mesmas; será lícito, entretanto, á directoria relover o referido accionista do commisso em que tiverem cahido as acções, em virtude destas disposições, marcando as condições que lhe parecerem razoaveis e releval-o igualmente, si julgar conveniente, da obrigação de pagar juros sobre as prestações atrasadas; mas nem a applicação da pena do commisso, nem o relevamento da mesma, nem outro qualquer procedimento que houver em relação ás respectivas acções terá o effeito de privar a companhia do direito que lhe compete, em virtude das disposições constantes da secção cincuenta e cinco da sobredita lei dos annos sete e oito do reinado de Sua Magestade, actualmente reinante, de accionar o accionista remisso ou outro responsavel ou do que lhe competir por qualquer outro motivo de accional-o.

#### CXLIX

Que todos os fundos e bens da companhia e as acções de cada accionista serão considerados bens moveis e como taes transmissiveis.

#### CL

Que cada acção será indivisivel e todas as acções serão numeradas em ordem regular de um a dez mil.

Que seja revogada e substituida pela clausula seguinte a clausula primitiva numero CL, bem como a respectiva emenda de setembro de mil oitocentos sessenta e nove:— « CL. Que cada acção será indivisivel e todas as acções serão numeradas em ordem regular de um a dez mil.» Cinco e vinte e quatro de junho de mil oitocentos e noventa.

Que seja modificada a clausula numero CL que dispõe que sejam numeradas, em ordem regular, de um a dez mil as acções da companhia, passando de ora em diante a ser do theor seguinte :

Que cada acção será indivisivel e todas as acções serão numeradas, em ordem regular, de um a cincuenta mil.

Vinte e oito de setembro de mil oitocentos sessenta e nove.

#### CLI

Que serão transferiveis sob as condições que vão adeante indicadas todas as acções cujas entradas vencidas estiverem inteiri-

ramente pagas e as cujas entradas, de conformidade com o que vae acima indicado, se considerassem pagas, mas tão sómente as ditas acções e não outras.

## CLII

A nenhum accionista será licito possuir mais de duzentas acções á excepção das que lhes advirem por meio de instituição, casamento, legado, fallencia ou representação e á excepção tambem, quanto aos fidei-commissarios da companhia, das de que forem empossados nessa qualidade, de accordo com as disposições que vão adeante consignadas e que não será licito registrar duas ou mais pessoas como accionistas com dominios de uma ou mais acções.

Que seja absolutamente revogada a clausula numero CLII que dispõe que a nenhum accionista será licito possuir mais de duzentas acções a não ser nas condições que vão ali indicadas (isto é, á excepção das que lhes advirem por meio de instituição, casamento, legado, fallencia ou representação, e bem assim das que possuir como fidei-commissario).

Dez de novembro de mil oitocentos sessenta e tres.

Que em lugar da clausula primitiva numero CLII, que já foi revogada, vigore a clausula seguinte, isto é, clausula CLII:

« Que, figurando na relação dos accionistas diversas pessoas como possuidores de certas acções, a pessoa cujo nome occupar o primeiro lugar no respectivo registro como possuidor das ditas acções será considerada possuidor unico das mesmas no que diz respeito a remessa de avisos, mas os condomínios são individuaes e collectivamente responsaveis pelas respectivas entradas de capital, e no caso de fallecimento são reconhecidos pela companhia como accionistas só os sobreviventes. »

Vinte e oito de março e quatorze de abril de mil oitocentos noventa e tres.

## CLIII

Que os testamenteiros ou inventariantes de accionista fallecido ou os respectivos legatarios ou parente mais proximo, com o consentimento dos referidos testamenteiros ou inventariantes, ou o preposto do accionista fallido, ou insolvente ou o marido de accionista do sexo feminino, legatario, testamenteiro, inventariante do sexo feminino, legataria ou parente mais proxima de accionista fallecido poderão, si forem aceitos pela directoria, ser accionistas e possuidores das acções do respectivo accionista fallecido, fallido ou insolvente ou da respectiva accionista, ou poderão instituir ou nomear accionistas e possuidores das referidas acções; e qualquer pessoa que, de conformidade com esta clausula, tiver o direito de vir a ser ou de instituir ou nomear accionista poderá dar aviso por escripto logo depois de advir

o seu direito ou titulo de seu nome e residencia, o qual será entregue no escriptorio da companhia e tornar-se-ha, quer seja dado, quer não o referido aviso, responsavel por todas as entradas de capital vencidas ou por vencer, por conta das referidas acções e terá o direito de receber no intervallo, ou até que se tenha aproveitado do dito direito ou titulo, os dividendos ou bonus, cuja distribuição se tiver de realizar por conta das ditas acções durante os dous annos posteriores á época do advento do mesmo titulo, entretanto, consummada a transferencia por meio de escriptura nas condições que vão adeante indicadas, pagar-se-hão a quem fizer as vezes de proprietario das acções nas respectivas transferencias todos os dividendos ou bonus atrasados, si houver, que tiver em vencido até a época da transferencia, e ainda que tenham decorrido mais de dous annos depois do advento do respectivo titulo, contanto que estejam pagas e satisfeitas nessa época todas as prestações que tiverem sido chamadas, bem como os juros, si houver, sobre as mesinas.

## CLIV

Que as pessoas que na fôrma indicada tiverem o direito de vir a ser ou de instituir ou nomear accionistas apresentarão e, si for preciso, deixarão por prazo razoavel no escriptorio da companhia certidão do respectivo testamento ou de nomeação de inventariante ou da escriptura de transferencia ou outro documento ou prova do direito que se attribue, afim de que se possa lançar no competente livro da companhia nota ou extracto do mesmo documento, o que ao secretario compete fazer ou mandar fazer com toda a exactidão.

## CLV

Que quando qualquer accionista tiver instituido outro a quem deseje transferir acções e quando as pessoas que, como fica acima indicado, tiverem o direito de vir a ser, instituir ou nomear accionistas desejarem sel-o ou tiverem instituido outra pessoa, os referidos accionistas ou pessoas que tiverem a pretensão de institui-los farão entregar no escriptorio da companhia um aviso por escripto indicando o nome, idoneidade e residencia de cada uma das pessoas propostas para serem accionistas e o numero de acções que se trate de transferir-lhe, e as pessoas que tiverem o direito e o desejo de vir a ser accionistas farão entregar aviso analogo manifestando o referido desejo e indicando o numero de acções que deseje possuir, e o secretario fará chegar ao conhecimento da directoria na proxima sessão ou á comissão de directores autorizada a tratar de semelhantes negocios, a qual, depois de deliberar sobre a proposta, a acceitará ou rejeitará e, si lhe for requerido, passará certidão, assignada por dous directores, da approvação ou

reprovação para ser entregue á pessoa que tiver dado o aviso, não lhe sendo, porém, lícito impedir que o possuidor de uma ou mais acções adquira ainda outras, contanto que o numero total de suas acções não exceda de duzentas sem incluir as que tiver adquirido por meio de instituição, casamento, representação, fallencia ou legado ou as de que tiver sido empossado como fidei-commissario da companhia.

## CLVI

Que a transferencia de acções de um para outro accionista, quer seja feita pelo primeiro, quer por pessoa com o direito de vir a ser accionista ou de instituir terceiro como tal á sua requisição ou pedido, quer em virtude de venda que a directoria mandar fazer de acções cahidas em commisso ou das que tiverem sido compradas pela directoria em nome e por conta da companhia, de accordo com disposições que vão acima consignadas, será feita por meio de escriptura ou instrumento em que deve obrigar-se o accionista que fizer a aquisição das respectivas acções a sujeitar-se a todas as condições a que se subordinasse a posse das respectivas acções na época da transferencia ás disposições da presente escriptura, de accordo, devendo esse instrumento ser lavrado de conformidade com o modelo K da referida lei dos annos sete e oito do reinado de Sua Magestade, actualmente reinante, capitulo cento e dez, ou em sentido analogo ; e toda a despeza com a escriptura será paga pela pessoa que fizer a aquisição das acções transferidas para o seu nome, e o referido instrumento será depositado e guardado no escriptorio da companhia, e o nome e residencia do novo accionista e o numero de acções que lhe forem transferidas, distinguindo-se cada uma pelo respectivo numero, e a importancia das respectivas entradas de capital que tiverem sido feitas, serão lançadas no registro exigido, como consta acima, pelas disposições da referida lei e denominado — Registro dos accionistas — e ao secretario compete fazer ou mandar fazer os respectivos lançamentos e lettreiros com toda a exactidão.

## CLVII

Que, logo que a directoria tiver approvedo, qualquer accionista proposto e estiver lavrada a escriptura de transferencia e assignado pelas respectivas partes com a competente participação da transferencia ao registrador de sociedades anonymas, de conformidade com o que vai acima indicado, o cessionario será virtualmente o possuidor das respectivas acções ; e nem o ex-accionista nem pessoa alguma, a não ser o referido concessionario, seus testamentarios ou inventariantes, a contar da data da referida escriptura, terá o direito de fazer á companhia, quer na lei, quer na equidade, qualquer reclamação fundada no di-

reito do dito ex-accionista em relação às ditas acções, nem tão pouco fazê-lo aos possuidores destas, a não ser em relação aos juros e dividendos cuja distribuição tivesse sido ordenada antes da data do lançamento e lettreiro, e a não ser em relação a despesas supervenientes e prejuizos soffridos, si houver, na transferencia de acção, demanda, litigio ou outro processo em que tiver sido parte, despesas e prejuizos esses de que tenha de ser indemnizado, na conformidade do que vae acima indicado, por conta dos fundos e bens da companhia; e a contar da data da scriptura o mesmo ex-accionista ficará definitivamente isento e desonerado de todas as mais responsabilidades, obrigações em relação às referidas acções e de todas as reclamações e preferências relativas às mesmas e a certidão que lhe tiver de ser passada pela directoria, de conformidade com o que vae adiante preceituado, será tida em qualquer época como prova de quitação e desobrigação de toda e qualquer responsabilidade, como fica acima declarado, em relação às referidas acções, sem prejuizo, porém, das disposições da lei de registro de sociedades anonymas.

#### CLVIII

Que depois do competente lançamento feito pela firma indicada no «Registro dos accionistas» a directoria dará a cada accionista primitivo que assignar este instrumento ou qualquer escriptura relativa ao mesmo ou outra escriptura ou instrumento de transferencia, depois de feito no dito «Registro dos accionistas» o competente lançamento ou alteração, uma ou mais cautelas de suas acções, de conformidade com o modelo I da lei dos annos sete e oito do reinado de Sua Magestade actualmente reinante; e nos casos indicados na secção cinquenta e tres da referida lei a directoria poderá emittir novas cautelas em substituição das acima mencionadas e ao accionista que deixar de possuir parte das acções constantes da cautela que lhe tiver sido entregue, mas não todas essas acções, a directoria poderá dar nova cautela da forma indicada, da qual devem constar o numero de cada uma das acções que não tiverem sido transferidas e o nome e residencia do accionista, bem como a declaração de continuarem essas acções ainda registradas no seu nome no competente livro, e essa cautela será carimbada em letras graudas com as palavras « não se pôde ceder interesse em qualquer acção mediante a entrega desta cautela e sim tão sómente mediante a transferencia nos livros da companhia », ou serão impressas na cautela as referidas palavras; e o custo da respectiva cautela que, em virtude das disposições deste instrumento, for dada pela directoria a qualquer accionista, inclusive a despesa de sello, será pago pelo mesmo accionista; e para a companhia e o respectivo accionista a cautela será prova concludente da qualidade de accionista e possuidor das acções constantes da mesma cautela, continuando essa prova a vigorar

emquanto, por meio de escriptura de transferencia lavrada de conformidade com as condições acima indicadas, não forem cedidas as respectivas acções a outro accionista.

## CLIX

Que, si qualquer pessoa adquirir acções da companhia por cessão ou legado, ou por qualquer outro meio, ou si houver contracto assegurando-lhe a aquisição de acções pelos meios indicados, em beneficio de terceiro ou para qualquer fim presente ou futuro que não estiver inteiramente livre e desembaraçado, ou si a posse dessas acções estiver sujeita a qualquer onus em beneficio de terceiro, ou si houver contracto sujeitando-a a semelhante onus, o recibo da pessoa que, de conformidade com as disposições deste instrumento, for accionista e possuidor das mesmas acções será, sem embargo de qualquer pretensão ou reclamação de terceiro, plena quitação de qualquer divida da companhia por conta das mesmas acções, ficando a dita companhia e os outros accionistas da mesma, por meio deste recibo, inteiramente desonerados de toda e qualquer obrigação de se preoccuparem da applicação ou da falta de applicação da respectiva importancia.

## CLX

Que todos os votos, actos, transacções e negocios que forem realizados em beneficio ou por conta da companhia por pessoa que ocupe ostensivamente o cargo de fidei-commissario, a presidencia da assembléa geral, directoria, commissão ou sub-commissão de directores ou o cargo de director, fiscal, membro da commissão ou junta provisoria ou local, agente, secretario, contador ou escriptuario, ou exerça quaesquer outras funções e bem assim todos os votos, actos, transacções e negocios, cuja realização for permittida por semelhante funcionario ou empregado no legitimo exercicio de suas attribuições serão validos, obrigatorios e definitivos para a companhia e para os accionistas da mesma e para todos os interessados em relação ás respectivas acções, ainda quando tenha sido irregular ou invalida a eleição ou nomeação do referido funcionario ou empregado e ainda quando tambem este se tenha tornado incompativel com o cargo ; e em acções, demandas ou outros processos, por conta ou em nome da companhia, contra qualquer accionista não ha necessidade de provar a regularidade ou validade da eleição ou nomeação do respectivo fidei-commissario, presidente, director, fiscal, membro da commissão ou junta provisoria ou local, agente, secretario, contador, escriptuario ou outro funcionario ou empregado ou de qualquer pessoa que estiver ostensivamente no exercicio das respectivas funções ; e si em semelhante acção, demanda ou outro processo contra qualquer

accionista este oppuzer a objecção de ser irregular ou invalida a dita eleição ou nomeação, será admittida esta clausula, para contrariar essa objecção ; entretanto, depois de protesto contra a irregularidade da eleição ou nomeação de qualquer funcionario ou empregado, ou contra a permanencia do mesmo no respectivo cargo ou emprego depois de tornar-se incompativel, feito por escripto e assignado por tres ou mais accionistas, não será válido ou obrigatorio o voto, acto, transacção ou negocio realizado pelo dito funcionario ou empregado na sua qualidade official, si tiver sido effectivamente irregular ou invalida a eleição ou nomeação ou si o funcionario ou empregado permanecer no cargo ou emprego depois de ter-se tornado effectivamente incompativel ; serão irritos e nullos, porém, os protestos que não forem feitos na occasião de occupar-se a presidencia contra a irregularidade da escolha de presidente de assemblea geral, de directoria, ou de commissão ou sub-commissão de directores.

## CLXI

Que qualquer carta relativa a qualquer negocio da companhia expedida do escriptorio da mesma e posta no Correio com direcção a qualquer accionista ou aos testamenteiros ou inventariantes de accionista fallecido ou a pessoa com o direito de vir a ser ou instituir ou nomear accionista, será aviso competente e sufficiente do respectivo conteúdo à pessoa a que for assim dirigida, contanto que a respectiva direcção tenha o nome e endereço do respectivo accionista que constarem do « Registro dos accionistas » ou os dos respectivos testamenteiros, inventariantes ou outras pessoas acima indicadas conforme a declaração feita no escriptorio da companhia na forma das disposições que ficam acima consignadas ; e si qualquer accionista testamenteiro, inventariante ou outra pessoa acima indicada tiver deixado de entregar no escriptorio da companhia indicação do nome e endereço, a referida carta será dirigida ao nome e endereço da pessoa registrada como ultimo accionista e possuidor das acções a que se refira a carta, o que será aviso competente e sufficiente do seu conteúdo para toda e qualquer pessoa que tenha ou allegue qualquer direito, titulo, reclamação ou pretensão em relação ás referidas acções.

## CLXII

Que a companhia não será licito contrahir emprestimo como não será licito aos directores ou qualquer delles emittir letras promissorias ou fazer dividas a não ser nos casos em que se tornem irrealizaveis os pagamentos a vista.

## CLXIII

Que sempre que houver conflicto ou divergencia entre accionistas ou entre um ou mais accionistas e testamenteiros, inventariantes, legatarios, ou parentes mais proximos de accionista fallecido ou cessionarios de accionistas fallecidos ou insolventes em relação aos negocios e interesses da companhia, as respectivas questões serão submettidas a arbitramento pela forma que vae em seguida indicada (a saber), uma das partes na questão, quer seja uma só pessoa ou mais, nomeará um arbitro e a outra parte, quer seja uma só pessoa quer mais, nomeará arbitro tambem e os dous arbitros assim nomeados, dentro do prazo de dez dias, a contar da data de sua nomeação, si ambos tiverem sido nomeados no mesmo dia, ou dentro do prazo de dez dias depois da nomeação do segundo, si não tiverem sido ambos nomeados no mesmo dia, escolherão terceiro arbitro sendo concludente e final o laudo de dous entre os tres, e, si dentro do prazo de dez dias, os dous arbitros se negarem a escolher terceiro ou não puderem chegar a accordo sobre a respectiva escolha, ou si qualquer das partes na questão se negar a nomear arbitros, ou si o não tiver feito dentro de dez dias depois de ter sido convidado por escripto pela outra parte a fazel-o, em qualquer destes casos, o associado, o presidente o tribunal do Banco da Rainha em Westminster em exercicio terá a faculdade de ser o arbitro unico ou, si proferir, de nomear o arbitro que o substitua, e o laudo do mesmo associado ou do substituido por elle escolhido será final e concludente; e o arbitro ou arbitros a que for submettida a questão, como fica acima indicado, terão o direito de apresentar um ou mais laudos sobre os diversos pontos em litigio e esses laudos serão obrigatorios para as respectivas partes ainda quando não resolvam concludente e decisivamente a questão toda, e a nenhum dos accionistas ou dos legatarios, testamenteiros, ou inventariantes de accionistas, fallecidos ou dos cessionarios de accionistas fallecidos ou insolventes, será licito instaurar acção ou demanda contra quaesquer outras ou contra os arbitros por motivo dos interesses envolvidos na questão submettida a arbitramento; e si os arbitros o exigirem, ser-lhes-hão presentes todos os livros, papeis e documentos que forem precisos, defendendo, porém, do consentimento da directoria a apresentação dos mesmos; e as partes na respectiva questão serão interrogadas sob juramento perante os arbitros si estes assim o entenderem, e a submissão será praxe do Tribunal do Banco da Rainha de Sua Magestade em Westminster.

E nesta escriptura fica igualmente declarado que, em virtude do referido accordo sobre a transferencia, feita desde já á companhia ora fundada, ou logo que for possivel depois do registro definitivo da mesma do sobredito sabdo dos fun'os ou bens da dita companhia dissolvida denominada *The Manchester Fire and Life Assurance Company* e em vista do que

fica convencionado, os diversos proprietários e mais pessoas e com direito a acções da referida companhia dissolvida, que são os outorgantes neste contracto, sendo, como ficou declarado, subscriptores de acções da referida companhia ora fundada fazem o presente contracto e accordo com o sobredito Herbert Spring, fidei-commissario nomeado para representar a mesma companhia, seus testamenteiros e inventariantes, pela forma seguinte, a saber:

Que o referido saldo dos sobreditos fundos e bens da dita companhia dissolvida será desde logo, ou logo que for possível, depois do registro definitivo da companhia ora fundada, cedido, transferido e entregue, á custa da mesma companhia, pela forma mais conveniente á dita companhia ou aos respectivos fidei-commissarios para os fins da companhia e que os fidei-commissarios da referida companhia dissolvida e todas as mais pessoas precisas á custa da companhia ora fundada, ficando livres e isentos de despesa analogia tratarão de fazer cumprir e levar a effecto todos os actos, feitos, transacções e negocios que forem precisos ou convenientes para a realização dos fins da presente companhia.

Em fé do que vão a presente escriptura assignada e selada pelas respectivas partes nos dias que vão depois declarados junto dos respectivos nomes.

E eu, William Slaten, da cidade de Manchester, no Reino de Inglaterra, notario publico, devidamente admittido e juramentado, pelo presente certifico que o documento impresso aqui annexo contém uma cópia authentica do instrumento de constituição original da *The Manchester Fire Assurance Company* e das deliberações alterando e reformando as mesmas, votadas em assembléas geraes extraordinarias da companhia.

Em testemunho do que affixeí aqui a minha assignatura e o meu sello official no dia 20 de janeiro de mil oitocentos noventa e seis.

(Assignado) *William Slaten*, notario publico.

(Sello notarial.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro de William Slaten, tabellião na cidade de Manchester, e para constar onde convier a pedido do mesmo passei o presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Vice-Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Manchester, aos vinte e um dias de janeiro de mil oitocentos noventa e seis.

(Assignado) *James W. Hall*, agente commercial.

(Sello e estampilhas consulares.)

(Estavam sete estampilhas devidamente inutilizadas no valor colectivo de treze mil setecentos e cincoenta réis.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. James Watson Hall, agente commercial do Brazil em Manchester.

Rio de Janeiro, doze de junho de mil oitocentos noventa e seis. — Pelo director geral, *L. P. da Silva Rosa*.

Nada mais continham ou declaravam os ditos estatutos da *The Manchester Fire Assurance Company*, que bem e fielmente traduzi do proprio original escripto em inglez ao qual me reporto.

Em fê do que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos dias treze de junho de mil oitocentos noventa e seis.

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico, interprete commercial juramentado.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1896. — *Carlos Alberto Kunhardt*.



# DECRETO N. 2396 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1896

Concede autorisação á Companhia Contra os Riscos de Transportes e Accidentes de toda natureza « La Foncière » para funcçãoar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Contra os Riscos de Transportes e Accidentes de toda natureza « La Foncière », devilmente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á Companhia Contra os Riscos de Transportes e Accidentes de toda natureza « La Foncière » para funcçãoar na Republica, com uma agencia nesta capital, mediante as clausulas que a este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*

## Clausulas a que se refere o decreto n. 2396, desta data

### I

A Companhia Contra os Riscos de Transportes e Accidentes de toda natureza « La Foncière » é obrigada a ter um representante na Republica dos Estados Unidos do Brazil, com plenos e

illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com particulares.

## II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judicarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente authorisação.

## III

A companhia não poderá funcionar enquanto não depositar no Thesouro Federal a quantia de 20:000\$, em apolices da divida publica, para garantia.

## IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia com a declaração do fim a que é destinado, e de que não poderá ser levantado sinão por ordem do presidente da Junta Commercial da Capital Federal.

## V

Fica dependente de authorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a authorisação para funcionar no Brazil si infringir esta clausula.

## VI

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1896. — *Joaquim Murtinho*.

---

“ Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da Praça do Rio de Janeiro.

Certifico que me foram apresentados os estatutos da Companhia de Seguros Contra os Riscos de Transportes e os Accidentes de qualquer natureza, denominada « La Foncière », escriptos em

francez, os quaes a pedido da parte traduzi litteralmente para o idioma nacional e dizem o seguinte a saber :

## TRADUÇÃO

### LA FONCIÈRE

Companhia de Seguro Contra os Riscos de Transportes e os Accidentes de toda natureza. (A Compagnie Lyonnaise d'assurance maritime réunie. Sociedade anonyma. Capital 25 milhões.)

## ESTATUTOS

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Srs.:

Jules Charles Roux, administrador do Comptoir National d'Escompte, de Paris e da Compagnie de Suez em Paris, *Presidente* — Gustave Robert, ex-juiz do Tribunal de Commercio de Marselha, em Paris, Vice-Presidente.

Bignenault de Prechessa administrador da Société des Anciens établissements Cail em Paris.

Charles Chambefort, administrador do Comptoir National d'Escompte de Paris, em Paris.

Augusto Chabrières, da casa Chabrières, Monel & Comp., em Lyão.

Jules Enders, administrador do Credit Lyonnais, em Paris.

Augustin Fernand, presidente da Camara do Commercio de Marselha, em Marselha.

Ferdinand Guérin, da casa Ve. Guérin et Fils, membro da Camara do Commercio de Lyon, em Lyão.

Harly Perrant, notario honorario, ex-presidente da Camara dos Notarios de Paris, em Paris.

Cyprien Lacroix, da antiga Casa Lacroix, Cousin & C., em Lyon.

Comte Raymond Lavaurs, administrador da Companhia de Fives Lille, em Paris.

Leroy Beaulieu (Paul), do Instituto.

De Saint Laumer, ex-redactor do Conselho de Estado, em Paris.

Emmanuel Sautter, em Paris.

### DIRECÇÃO

Os senhores :

Ch. Mouttier, director geral em Paris.

Séries, director adjunto em Lyão.

## LA FONCIÈRE

Companhia de Seguros Contra os Riscos de Transportes e os Accidentes de qualquer natureza. Sociedade anonyma — Capital: 25 milhões.

## ESTATUTOS

## TITULO I

## FORMAÇÃO — DENOMINAÇÃO — SEDE — DURAÇÃO — FINS

Art. 1.º Fica formada entre os proprietarios das acções aqui em seguida creadas uma sociedade anonyma de seguros contra os riscos de transportes e os accidentes de toda e qualquer natureza.

Art. 2.º A sociedade tem a denominação de *La Foncière* — Companhia de Seguros Contra os Riscos de Transportes e os Accidentes de qualquer natureza.

Art. 3.º A sede social é em Pariz.

A sociedade reserva-se o direito de estabelecer agencias filiaes em toda a parte que reconhecer opportuno.

Art. 4.º A duração da sociedade é fixada em 60 annos consecutivos, a contar de sua constituição definitiva, salvo os casos de prorogação ou de dissolução, previstos por estes estatutos.

Art. 5.º A sociedade tem por objecto:

- 1º, o seguro dos riscos de transportes por terra;
- 2º, o dos riscos de navegação maritima;
- 3º, o dos riscos de navegação interior;
- 4º, o seguro dos accidentes de qualquer natureza, que possam succeder ás pessoas e ás cousas em qualquer lugar e sob qualquer forma que seja, durante todo o periodo do tempo marcado pela apolice;
- 5º, os emprestimos a risco maritimo;
- 6º, os emprestimos hypothecarios sobre navio;
- 7º, quaesquer operações que sejam inherentes aos fins que precedem, e mesmo cobrir os riscos de guerra concernentes aos que se acham acima enumerados.

Art. 6.º A sociedade pôde fazer seguros, participando os segurados dos lucros que delles resultarem.

Art. 7.º O maximo do valor que a sociedade pôde conservar sobre um só risco é fixado em francos (1.500.000).

Todavia esse algarismo poderá ser excedido, mas sob a condição de fazer cobrir o excedente por meio de re-seguros.

Art. 8.º As operações da sociedade estendem-se a toda a França, podem tambem estender-se ás colonias, assim como ao estrangeiro.

Art. 9.º Todas as operações extranhas aos fins acima especificados e a collocação dos seus fundos, são vedadas á sociedade.

Os fundos da sociedade, excepção feita das quantias necessarias para occorrer ás necessidades do serviço corrente, devem ser empregados na aquisição de bens immoveis, em titulos de renda sobre o Estado, vales do Thesouro ou outros valores creados ou garantidos pelo Estado, em acções do Banco de França, em obrigações do departamento e das communas do *Crédit Foncier* de França e das companhias francezas de estradas de ferro que tenham um minimo de juros garantido pelo Estado.

## TITULO II

### ACÇÕES — ENTRADAS — TRANSFERENCIAS DE ACÇÕES — ACCIONISTAS

Art. 10. O capital é fixado em 25.000.000 de francos, e dividido em 50.000 acções de 500 francos cada uma.

Art. 11. A sociedade reserva-se o direito de augmentar ou de diminuir o seu capital.

O augmento ou diminuição do fundo social não poderão ter lugar sinão em virtude de uma deliberação da assembléa geral dos accionistas, tomada nas fórmãs e condições determinadas pelo art. 5.

O fundo social á medida e á proporção que for emitto torna-se affecto á garantia dos compromissos sociaes.

Art. 12. Uma primeira quarta parte da importancia das acções subscriptas, isto é, 125 francos por acção, é paga pelos accionistas anteriormente á constituição da sociedade.

O restante, si for necessario fazer chamada do mesmo, será pago nas proporções e nos prazos fixados pelo conselho de administração.

Art. 13. Cada subscriptor, independentemente das acções subscriptas, será obrigado a entrar para a caixa social, na occasião da entrega dos titulos, com tantas vezes 50 francos quantas acções elle possuir.

O producto desta entrada será empregado em constituir desde o inicio das operações da companhia um fundo de previdencia, e em fazer face, fóra do capital, ás despesas de constituição da sociedade, nas quaes entrarão as quantias a pagar ou a despendar para assegurar á sociedade o concurso da organização da *Foncière — Incendie* e o uso do seu titulo.

Art. 14. As acções não nominativas podem ser, depois de terem metade realizado, convertidas em acções ao portador, em virtude de uma deliberação da assembléa geral, conformando-se com as disposições do art. 3º do decreto de 22 de janeiro de 1868.

Art. 15. Cada acção dá direito a uma parte proporcional na propriedade do activo social, nos lucros a distribuir, na reserva e no fundo de previdencia.

Art. 16. As acções são destacadas de um registro de talão, revestidas de um numero de ordem e assignadas por dois administradores.

Art. 17. As acções são negociaveis depois de realizada a entrada da primeira quarta parte.

Art. 18. A transmissão das acções ao portador tem lugar pela simples tradição dos titulos e das acções nominativas, não se realiza sinão em virtude de uma transferencia escripta nos registros da sociedade.

A transferencia é assignada pelo cedente e o cessionario ou pelos seus procuradores.

O director menciona no verso dos titulos a realização da formalidade da transferencia. Todas as despesas occasionadas pela transferencia são por conta do adquirente.

A sociedade pôde exigir que a assignatura e a idoneidade das partes sejam certificadas por um official publico, e neste caso ella não é responsavel pela validade da transferencia.

Só serão admittidos a transferencia os titulos cujas entradas vencidas tiverem sido realizadas.

Art. 19. Os accionistas não são responsaveis pelos compromissos da sociedade, sinão até a concurrencia da importancia das suas acções.

Art. 20. As chamadas de fundos serão annunciadas aos accionistas, por um aviso inserto um mez pelo menos antes da época fixada para o pagamento, em um dos jornaes de annuncios legais de Pariz.

Art. 21. Na falta de pagamento nas épocas determinadas o juro é devido por cada dia de demora, à razão de 5 % ao anno.

A sociedade pôde intentar a acção pessoal contra os remissos; pôde tambem, quer distinctamente do procedimento judicial pessoal, quer conjunctamente com elle, mandar vender as acções dos remissos sem outra formalidade do que uma simples notificação dirigida por carta franqueada ao domicilio eleito com oito dias de antecedencia e que tenha ficado sem effeito. Estas acções são vendidas simultaneamente ou successivamente por duplicata na Bolsa de Pariz, por conta e a expensas, riscos e perigos dos remissos.

Os novos titulos passados aos adquirentes terão os mesmos titulos, os mesmos numeros que os titulos primitivos, que ficarão annullados e deixam de ter valor algum em poder dos proprietarios desapossados.

Do producto da venda deduz-se primeiramente os juros e as despesas, depois as entradas mais antigas em atraso; o *deficit* fica por conta do accionista desapossado e dos seus co-responsaveis, o a sociedade procederá judicialmente á sua cobrança por todas as vias de direito; o excedente, si o houver, pertence ao accionista.

O director fará menção do cumprimento destas formalidades no registro de talão das acções.

Art. 22. As acções são indivisiveis em relação á sociedade, que não reconhece sinão um só proprietario para cada acção.

Todos os proprietarios indivisos de uma acção são obrigados a fazerem-se representar junto á sociedade por um só dentre elles.

Art. 23. Os direitos e obrigações inherentes á acção seguem o título, quaesquer que sejam as mãos por que passe.

A posse da acção importa de pleno direito adhesão aos estatutos da sociedade e ás decisões da assembléa geral.

Art. 24. Os herdeiros ou representantes de um accionista não terão ingerencia alguma na administração da sociedade por pedido de partilha de licitação ou de opposição de sellos; não podem lançar-lhe embargo nem requerer balanço ou inventario e para o exercicio dos seus direitos devem cingir-se aos balanços sociais, assim como ás deliberações da assembléa geral e do conselho de administração.

### TITULO III

#### ADMINISTRAÇÃO

Art. 25. A sociedade é administrada por um conselho nomeado pela assembléa geral de accionistas.

Este conselho compõe-se de nove membros, pelo menos, e de 27 no maximo.

A duração das suas funcções é de seis annos.

A primeira assembléa geral confere aos membros nomeados por ella o direito de designar os membros complementares do dito conselho, que terão as mesmas attribuições que os primeiros nomeados até a ratificação da sua nomeação pela proxima assembléa geral.

Art. 26. O conselho renova-se por terços de dous em dous annos, os membros que sahem por occasião da primeira e da segunda renovação são designados pela sorte, e depois pela ordem da antiguidade.

Os membros que se retiram são indefinidamente reelegiveis.

A primeira renovação realizar-se-ha na assembléa geral que se reunirá no mez de maio de 1881.

( Veja-se na primeira pagina a composição actual do conselho de administração. )

Art. 27. Cada um dos administradores deve ser proprietario de 100 acções, as quaes são affectas na totalidade á garantia de todos os actos da gestão, mesmo das que forem exclusivamente pessoais a um dos administradores.

Estas acções são nominativas, inalienaveis, revestidas de um carimbo indicando a inalienabilidade e depositadas na caixa social.

Art 28. O conselho nomeia entre seus membros um presidente e, si o julgar util, um vice-presidente, e fixa a duração das suas funcções. Nomeia igualmente um secretario, que póde ser escolhido fóra do conselho.

No caso de ausencia dos membros titulares, a sessão é presidida pelo mais velho dos administradores presentes.

Art. 29. No caso de fallecimento, de retirada ou de impedimento permanente de um ou de mais administradores, o conselho de administração pôde preencher provisoriamente as vagas até a primeira assembléa geral que procederá á eleição definitiva.

Os administradores assim nomeados não ficarão exercendo essas funções sinão durante o tempo de exercicio que restava aos seus predecessores.

Art. 30. O conselho de administração se reúne na sôde social tantas vezes quantas o exigirem os interesses da sociedade e pelo menos uma vez por mez.

Elle é convocado extraordinariamente no caso de urgencia.

Art. 31. Para que uma deliberação seja válida, sete membros pelo menos devem assistir ao conselho.

As decisões são tomadas pela maioria de votos dos membros presentes.

No caso de empate, o voto do presidente ou de quem o substituir é preponderante.

No conselho ninguem pôde votar por procuração.

As deliberações do conselho de administração são transcriptas em um registro especial e assignadas pelo presidente e por um dos administradores.

As cópias ou extractos destas deliberações que tiverem de ser apresentados, serão certificados pelo presidente ou pelo administrador que o substituir.

Art. 32. Os administradores não contraem, em razão da sua gestão, nenhuma obrigação pessoal, nem solidaria, relativamente aos compromissos da sociedade, elles não respondem sinão pela execução do seu mandato (art. 32 do Código do Commercio).

Ser-lhes-hão dadas fichas de presença, cujo valor é fixado pela assembléa geral.

Art. 33:

1º, o conselho da administração é revistido dos poderes os mais amplos, para a administração da sociedade ;

2º, tem principalmente os poderes seguintes os quaes são enunciativos e não limitativos ;

3º, representa a sociedade para com terceiros ;

4º, delibera e estatue sobre todos os negocios da sociedade ;

5º, autorisa o seguro dos riscos de guerra ;

6º, decide a criação de succursaes e de agencias ;

7º, nomeia e revoga quaesquer agentes e empregados, fixa os seus ordenados e emolumentos ;

8º, liquida e ajusta a importancia das perdas e damnos que a sociedade tiver a pagar ;

9º, verifica, ajusta e regularisa cada anno e sujeita á approvação de assembléa geral a cifra dos lucros, a das reservas e do fundo da previdencia e determina o emprego dessas reservas e desse fundo de previdencia ;

10º, fixa, si houver logar, a importancia e as épocas das chamadas de fundo ;

11º, autorisa quaesquer retiradas, transferencias, alienação de fundos, titulos de renda e valores pertencentes á sociedade ;

12º, decide quaesquer compras, vendas, cessões, trocas e alienações de bens moveis ou immoveis de qualquer natureza, dá quitações, requer a inscripção ou registro e consente o levantamento das hypothecas com ou sem pagamento ;

13º, todavia, essas alienações, quitações e cancellações podem ser consentidas pelo director, sómente quando se tratar de valores que não excedam de 2.000 francos ;

14º, o conselho convoca a assembléa geral quando o julgar util ;

15º, delibera e estatue sobre as propostas a fazer á assembléa geral para as modificações a introduzir nos estatutos para a prorrogação, a dissolução antecipada da sociedade ou a fusão desta com outras sociedades, indica a ordem do dia das assembléas geraes ;

16º, escolhe os membros do conselho do contencioso, que pôde chamar, quer do seio do conselho de administração quer da assembléa geral ;

17º, autorisa qualquer acção judiciaria, qualquer compromisso e quaesquer transacções ;

18º, pôde conferir quaesquer hypothecas, consentir quaesquer anterioridades, tratar, transigir, comprometter, aquiescer e substabelecer ;

19º, o conselho pôde delegar os seus poderes por um mandato especial, para um objecto determinado e por um tempo limitado.

Finalmente são conferidos todos os poderes ao conselho de administração para concluir, sob as condições que elle julgar favoraveis para os interesses da sociedade de quaesquer convenções, tendo por fim subrogar esta por via de compra ou por outra fórma, nos proventos e riscos de quaesquer apolices, contractos e compromissos de qualquer sociedade de seguros contra os riscos de transportes existentes ou em liquidação, que consentir em, ceder toda ou parte da sua carteira e mesmo do seu activo móvel e immovel.

#### TITULO IV

Art. 34. A execução das deliberações do conselho de administração e todas as operações do serviço corrente, são confiadas a um director auxiliado por um ou mais administradores delegados pelo conselho.

Art. 35. O director é nomeado pelo conselho de administração. Pôde ser revogado, mas a sua revogação não pôde ser pronunciada sinão em uma assembléa do conselho, reunida para este fim e com uma maioria de dous terços pelo menos dos membros do conselho em exercicio.

Art. 36. O director regularisa e dirige o trabalho dos escriptorios, propõe ao conselho a nomeação e revogação dos empregados, os diversos pagamentos a cargo da sociedade, e todas as medidas que julgar uteis.

Fixa e ajusta as condições geraes e particulares dos contractos de seguros e de reseguros, subscrive e assigna as apolices, assim como os extractos.

Realiza os reseguros das quantias que possam exceder o maximumo fixado pelo art. 7º, assim como dos riscos que elle entender não dever guardar.

Art. 37. Salvo o caso em que o conselho de administração deliberar sobre questões pessoais ao director, este assiste às reuniões com voto consultativo.

Art. 38. O director deve ser proprietario de 25 acções pelo menos, que são inalienaveis e ficam depositadas na caixa social como garantia da sua gestão, até a verificação das suas contas. Elle recebe vencimentos annuaes cuja importancia é fixada pelo conselho.

Art. 39. Os actos judiciarios, tanto na qualidade de autor como de réo, assim como todos os actos administrativos, serão exercidos no nome do conselho de administração, a procedimentos e diligencias do director, o qual pôde substabelecer para este fim qualquer official judicial ou civil.

Art. 40. As receitas e despesas da sociedade, os vales de premios, de redução de seguro, quitações e seguros, as transferencias de titulos de renda, e outros fundos inscriptos no nome da sociedade, as escripturas de aquisição de bens immoveis, venda ou troca, os ajustes e convenções com ou sem hypotheca, as procurações e as commissões de agentes e de delegados da companhia, a correspondencia, effeitos commerciaes, endossos, letras de cambio, cheques e ordens de caixa, são assignados pelo director e um administrador.

Art. 41. O conselho de administração pôde nomear um director-adjunto ou um sub-director para fazer as vezes do director nas occasiões e dentro dos limites determinados pelo conselho.

## TITULO V

### ASSEMBLÉA GERAL

Art. 42. A assembléa geral regularmente constituida representa a totalidade dos accionistas.

Ella compõe-se de todos os accionistas proprietarios desde tres mezes, pelo menos, na occasião da convocação, de 20 acções com todas as entradas realizadas.

No caso de não haver bastantes possuidores de 20 acções para a constituição da assembléa geral, esta pôde ser completada pelos accionistas que possuirem menos de 20 acções, segundo a ordem decrescente.

No dia da reunião a lista dos accionistas achar-se-ha sobre a mesa.

Art. 43. Ninguém poderá fazer-se representar na assembléa sinão por um membro da assembléa.

Art. 44. A assembléa geral reune-se de direito, cada anno, de primeiro a trinta e um de maio.

Reunir-se-ha além disto extraordinariamente todas as vezes que uma deliberação do conselho reconhecer a sua utilidade.

Art. 45. As convocações são feitas 15 dias antes da reunião, por um aviso inserto em dous dos jornaes de Pariz designados para a publicação dos annuncios legais e por cartas dirigidas, por ordem do presidente do conselho de administração, dos accionistas proprietarios de 20 acções nominativas, ou mais, inscriptas nos registos da sociedade de se trez mezes pelo menos.

Todavia, no caso de urgencia, de que o conselho de administração será juiz, o prazo para a convocação da assembléa geral poderá ser reduzido a cinco dias.

Art. 46. A assembléa é regularmente constituída quando os membros presentes ou representados reúnem entre si a quarta parte das acções emittidas.

Art. 47. Si esta condição não for preenchida em uma primeira convocação, será feita uma segunda, com 15 dias de intervallo pelo menos.

Neste caso, o espaço do tempo entre a convocação e o dia da reunião é reduzido a 10 dias.

Os membros presentes na segunda reunião deliberam validamente qualquer que seja o seu numero e o das suas acções, mas sómente sobre os assumptos que constarem da ordem do dia da primeira.

Art. 48. A assembléa é presidida pelo presidente ou pelo vice-presidente do conselho de administração, na sua falta, pelo administrador que o conselho designar.

As funções de escrutadores são preenchidas pelos dous accionistas presentes mais fortes e, no caso de recusarem, por aquelles que se lhes seguirem na ordem da lista, até aceitarem.

A Mesa designará o secretario.

Art. 49. As deliberações são tomadas pela maioria do votos dos membros presentes.

Cada um delles tem tantos votos quantas vinte acções elle possuir, sem que ninguem possa ter mais de dez no seu nome pessoal, nem mais de vinte tanto no seu proprio nome como na qualidade de mandatario.

Todo o membro da assembléa geral tem direito a um voto, ainda mesmo que o numero das suas acções não se eleve a 20 no caso previsto pelo art. 42.

Art. 50. Nenhum outro assumpto, a não ser os que constarem da ordem do dia, poderá ser sujeito á deliberação.

Art. 51. A assembléa geral ordinaria toma conhecimento do relatório do presidente ou do vice presidente do conselho de administração, na sua falta do administrador que o conselho designar, sobre a situação dos negocios sociaes.

Toma igualmente conhecimento do relatório e das observações dos commissarios.

Nomeia os administradores e os commissarios todas as vezes que houver lugar de substituil-os.

Os administradores e os commissarios são nomeados pela maioria de votos.

O escrutinio secreto para a nomeação dos administradores pôde ser reclamado por 20 membros, representando pelo menos a decima parte do capital social.

Art. 52. As deliberações da assembléa, tomadas de conformidade com os estatutos, obrigam a todos os accionistas, mes no ausentes ou dissidentes.

Art. 53. Ellas constarão de actas insertas em um registro especial e assignadas pela maioria dos membros, que compuzerem a mesa.

Uma folha de presença destinada a assignatar o numero dos membros que assistirem á assembléa e o das suas acções, ficará annexa á minuta da acta.

Ella será revestida das mesmas assignaturas.

Art. 54. A justificação a fazer para com terceiros, das deliberações da assembléa, resultará de cópias ou extractos, certificados conformes pelo presidente ou pelo vice-presidente do conselho de administração ou pelo administrador designado para fazer as funções de presidente.

Art. 55. A assembléa geral pôde fazer nestes estatutos todas as modificações que julgar uteis. Ella delibera principalmente e estatue, quando lhe for proposto pelo conselho de administração, sobre o augmento ou a diminuição do fundo social, sobre a pro-rogação ou dissolução antecipada da sociedade, sobre a fusão com outras sociedades e em geral sobre todos os casos não previstos pelos estatutos.

Nestes diversos casos, a metade do capital social pelo menos deve ser representada.

## TITULO VI

### COMMISSARIOS

Art. 56. A assembléa geral designa um ou mais commissarios, accionistas ou não, encarregados de fazer um relatório á assembléa geral annual seguinte, sobre a situação da sociedade, sobre o balanço e sobre as contas apresentadas pelo conselho de administração.

Durante o trimestre que preceder a época marcada pelos estatutos para a reunião da assembléa geral, os commissarios teem o direito, todas as vezes que o julgarem conveniente no interesse social, de tomarem conhecimento dos livros e de examinar as operações da sociedade.

Poderão sempre, no caso de urgencia, convocar a assembléa geral dos accionistas, as suas funcções duram um anno, são reelegiveis.

A extensão e os effeitos da responsabilidade dos commissarios para com a sociedade são determinatos pelas regras geraes do mandato.

## TITULO VII

### BALANCETES SEMESTRAES — CONTAS — BALANÇO — DIVISÃO DE LUCROS

Art. 57. O anno social começará em 1 de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

O primeiro exercicio comprehenderá o tempo a decorrer da data da constituição definitiva da sociedade até 31 de dezembro de 1880.

Cada semestre será organizado e posto á disposição dos commissarios-censores um balancete resumido da situação activa e passiva da sociedade.

Além disso, em cada anno estabelecer-se-ha uma enumeração dos valores moveis e immoveis, de todas as dividas activas e passivas da sociedade.

Será aberta uma conta de primeiro estabelecimento, que comprehenderá todas as despesas feitas para conseguir a constituição definitiva da sociedade, de conformidade com o art. 13 supra.

Art. 58. O balanço, balancete e a conta de lucros e perdas serão postos á disposição dos commissarios 40 dias, o mais tardar, antes da assembléa geral.

Art. 59. Quinze dias antes da reunião da assembléa geral, todo o accionista pôde tomar conhecimento, na séde social, do balanço e da lista dos accionistas e fazer-se entregar cópia do balancete resumindo o balanço e o relatorio dos commissarios.

Art. 60. As contas da sociedade são ajustadas em 31 de dezembro de cada anno e são apresentadas com o balanço á assembléa geral annual, que depois de ter ouvido os relatorios do conselho de administração e dos commissarios, fixará, si houver logar, a importancia dos lucros a dividir.

Art. 61. Os proventos da empreza, feita a deducção de todos os encargos sociaes e das despesas de toda natureza, constituem os lucros.

Destes lucros retirar-se-ha antecipadamente por anno:

1.º Vinte por cento para formar o fundo de reserva prescripto pela lei, destinado a occorrer ás necessidades e despesas extraordinarias ou imprevistas.

2.º Uma quantia sufficiente para fornecer aos accionistas o juro de cinco por cento sobre o capital por elles realizado.

Depois de feitas as retiradas antecipadas acima mencionadas, a assembléa geral poderá ainda prelevar, antes de qualquer distribuição, uma quantia destinada a augmentar o fundo de previdencia.

As propostas, sobre este assumpto, si emanarem do conselho de administração, não poderão ser rejeitadas sinão por uma maioria composta dos dous terços dos votos presentes ou representados.

O que restar, salvo a quota que possa ser attribuida pelo conselho ao director e ao pessoal, sera repartido na proporção de nove decimas partes para as acções a titulo de dividendo e de uma decima parte para o conselho de administração.

Art. 62. Quando o fundo de reserva tiver chegado á quinta parte do fundo social, a retirada antecipada annual poderá ser suspensa ou continuada segundo for resolvido a tal respeito pela assembléa geral.

Mas esta retirada antecipada tornará a ter logar logo que a reserva tornar-se inferior ao algarismo de cinco milhões de francos.

Art. 63. Os pagamentos de juros e de dividendos terão logar cada anno um mez depois de fixados pela assembléa geral; serão feitos na séde social ou nos logares indicados pelo conselho de administração.

Art. 64. Os juros e dividendos de qualquer acção, quer nominativa quer ao portador, são validamente pagos ao portador do titulo ou do coupon.

Art. 65. Todo juro ou dividendo não reclamado dentro de cinco annos da sua exigibilidade fica propriedade da sociedade.

## TITULO VIII

### PROROGAÇÃO — DISSOLUÇÃO — LIQUIDAÇÃO

Art. 66. Dous annos antes da época fixada para a expiração da sociedade, os accionistas reunidos em assembléa geral resolverão si tem logar prorogar a sua duração.

No caso de affirmativa, a decisão da maioria não obriga a minoria, mas os accionistas dissidentes são obrigados a acceitar a parte que reverter ás suas acções no activo da sociedade, conforme constar do ultimo balanço.

Art. 67. O conselho de administração pó le em qualquer época e por qualquer causa que seja propor a uma assembléa geral extraordinaria a dissolução antecipada e a liquidação da sociedade.

Art. 68. No caso de perda de uma quarta parte do capital os administradores terão de provocar uma assembléa geral afim de estatuiem sobre a questão da dissolução da sociedade.

A dissolução tem logar de pleno direito no caso de perda de um terço do capital.

A resolução será, em todos os casos, tornada publica.

Art. 69. No caso de dissolução da sociedade, a liquidação será feita ao cuidado do conselho de administração então em exercício, a menos de haver deliberação em contrario da assemblea geral.

Os liquidantes poderão em virtude de uma deliberação desta assemblea fazer o traspasso ou entregar para uma outra sociedade com todos os direitos, accções e obrigações da sociedade dissolvida ou com o activo liquido da liquidação.

Art. 70. A pedido dos liquidantes os accionistas são obrigados a effectuar as entradas necessarias para extinguir o passivo até a concurrencia do que for devido sobre as accções.

Art. 71. No anno que se seguir á sua entrada em funcções, os liquidantes são obrigados a convocar uma assemblea geral, tomar conta da sua gestão e apresentar uma exposição da situação, á vista da qual a assemblea tomará as medidas necessarias para a apuração da liquidação.

Art. 72. Os capitães da sociedade não são repartidos entre os accionistas sinão depois de extinctos os riscos vigentes, devendo a sociedade apresentar uma garantia sufficiente para os compromissos tomados por ella durante todo o periodo de duração dos riscos.

## TITULO IX

### DIVERGENCIAS

Art. 73. Todas as divergencias que possam suscitar-se entre os socios sobre a execução dos presentes estatutos, serão sujeitas á jurisdicção dos tribunaes de Pariz.

As divergencias que affectarem o interesse geral e colectivo da sociedade não poderão ser dirigidas contra o conselho de administração ou um dos seus membros sinão no nome da massa dos accionistas e em virtude de uma deliberação da assemblea geral.

Todo accionista que quizer provocar uma contestação desta natureza deverá, 15 dias pelo menos antes da proxima assemblea geral, communicar-a ao presidente do conselho de administração que terá de incluir a proposta na ordem do dia desta assemblea.

Si a proposta for rejeitada pela assemblea geral, accionista algum poderá reproduzi-la em Juizo, em um interesse particular; si ella for acolhida, a assemblea geral designará um ou mais commissarios para acompanhar a divergencia.

As intimações a que der lugar o processo serão dirigidas unicamente ao commissario.

Nenhuma intimação individual poderá ser feita aos accionistas.

No caso de contestações todo accionista terá de fazer eleição de domicilio em Pariz e qualquer notificação e intimação serão validamente feitas no domicilio por elle eleito, sem se attender á sua residencia actual.

Na falta de eleição de domicilio, as notificações judiciais e extra-judiciais serão validamente feitas no Tribunal Civil do Sena.

O domicilio eleito formalmente ou implicitamente importará attribuições de jurisdicção aos tribunaes competentes do Sena, tanto sendo autor como sendo réo.

## TITULO X

### PODERES PARA AS PUBLICAÇÕES

Art. 74. Para fazer publicar os presentes estatutos, o auto de declaração de subscrição e de realização de entrada, e a acta da assembléa geral que constitue a sociedade, tollos os poderes necessarios são conferidos ao portador de uma cópia ou extracto desses documentos devidamente regulares.

### *Disposições transitórias*

A presente sociedade não ficará definitivamente constituida sinão depois que :

I — Todas as acções tenham sido subscriptas, o que será provado por uma declaração feita pelo Sr. Martin e pelo Sr. Conde Rozan, comparecentes, aos quaes os outros dão poderes para esse fim, declaração que será contida em um instrumento passado perante notario e que sera lavrado em seguida ao presente e ao qual será annexa a lista dos subscriptores, contendo as entradas realizadas.

II — Que uma assembléa geral que reunir-se-ha no mez que se seguir á subscrição do capital social e que deverá representar pelo menos a metade deste capital tiver :

1º, verificado a veracidade da declaração de subscrição e de realização de entradas ;

2º, nomeado um ou mais commissarios encarregados de estudar as vantagens particulares estipuladas pelos estatutos e de fazer um relatorio a este respeito na assembléa geral seguinte.

III — E que uma segunda assembléa representando igualmente pelo menos a metade do capital social, depois de ter ouvido a leitura do relatorio ou dos commissarios que será impresso e posto á disposição dos accionistas cinco dias antes tenha :

1º, estatuido sobre a approvação das ditas vantagens ;

2º, confirmado a nomeação dos administradores ;

3º, nomeado um ou mais commissarios para a verificação das contas do primeiro exercicio ;

4º, verificado a acceitação das suas funcções pelos administradores e os commissarios presentes ;

5º, estatuido sobre a approvação do tratado que deve ser celebrado entre os comparecentes, como fundadores da presente sociedade e a Sociedade de Seguros Contra Fogo *La Foncière*, tendo por objecto assegurar o concurso da sua organização e o uso do seu titulo á *La Foncière — Transports*.

E a presente sociedade não será constituída sinão si o dito tratado receber a approvação da assembléa geral.

Para cada uma dessas assembléas, o prazo para a convocação poderá ser reduzido a oito dias e esta convocação inserta no jornal denominado *Petites-Affiches* sóment: no caso em que estas assembléas geraes não reúnem um numero de accionistas sufficiente, será tomada uma deliberação provisoria e uma nova assembléa geral será convocada, conforme o prescreve o artigo trinta da lei de 24 de julho de mil oitocentos sessenta e sete.

Na assembléa geral dos accionistas de trinta de dezembro de mil oitocentos setenta e nove a sociedade ficou definitivamente constituída.

E' cópia certificada conforme.

Pariz, trinta e um de dezembro de mil oitocentos noventa e cinco.— *La Foncière (La Lyonnaise réunie)*.— Um administrador, (assignado) — *G. Robert*.— O director, (assignado) — *Ch. Montier*.

Visto por nós, Maire do segundo districto, para legalisação da assignatura dos Srs. Robert e Montier.

Pariz, tres de janeiro de mil oitocentos noventa seis.— (assignado) *H. Aron*. (Sello da Mairie.)

Visto, para legalisação da assignatura do Sr. Aron, aljunto do Maire do segundo districto.

Pariz, quatro de janeiro de mil oitocentos noventa e seis.— O prefeito do Sena, pelo prefeito, o conselheiro de prefeitura delegado (assignado) — *Pelisse*. (Sello da Prefeitura.)

O Ministro dos Negocios Estrangeiros certifica verdadeira a assignatura do Sr. Pelisse.

Pariz, seis de janeiro de mil oitocentos noventa e seis.— Pelo ministro, pelo chefe de secção, delegado (assignado) — *E. Corpel*. (Estava um sello.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. E. Corpel, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros desta Republica.

Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Pariz, seis de janeiro de mil oitocentos noventa e seis.

(Estavam estampilhadas no valor de quatro mil e cincoenta réis, devida mente inutilisadas.)

(A firma do Sr. Consul do Brazil em Pariz, estava legalisada no Ministerio do Exterior nesta Capital em seis de fevereiro corrente.)

Nada mais continham ou declaravam os ditos estatutos que bem e fielmente traduzi do proprio original impresso em francez, ao qual me reporto.

E n'fê do que passei o presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos seis de fevereiro de mil oitocentos noventa e seis.— *Carlos Alberto Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.



## DECRETO N. 2397. — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1896

Manda executar o Accordo firmado em 19 de novembro de 1896 com o Ministro de Sua Magestade o Rei da Italia sobre as reclamações italianas.

◊ Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Havendo o Congresso Nacional approvado pela lei n. 425 de 5 do corrente mez e anno o Accordo firmado em 19 de novembro ultimo com o Ministro de Sua Magestade o Rei da Italia sobre as reclamações italianas, decreta que seja observado e cumprido tão inteiramente como nella se contém.

Capital Federal, 7 de dezembro de 1896, 8.º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

## ACCORDO

Os Governos do Brazil e da Italia, reconhecendo a difficuldade de se entenderem sobre o merito de algumas das reclamações italianas que, parecendo a uma das Partes injustas e a outra justas, foram objecto de discussão, convem em que sejam liquidadas mediante um só acto, que não importará abandono, por parte delles, dos principios que tem sustentado; e para esse fim o Ministro de Estado das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brazil e o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade o Rei de Italia, abaixo assignados, devidamente autorisados pelos seus Governos, tem estipulado o seguinte:

1.º O Ministro de Estado das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brazil pagará, logo que o presente Accordo for approvado pelo Congresso Nacional, ao Representante do Real Governo da Italia a somma de quatro mil contos de réis, moeda corrente.

2.º Com o pagamento dessa somma ficará o Governo Brasileiro

## ACCORDO

I Governi del Brasile e d'Italia, riconoscendo la difficoltà d'intendersi sul merito di alcuni dei reclami italiani che, sembrando all'una delle Parti ingiusti e all'altra giusti, furono l'oggetto di discussione, convengono che sieno liquidati mediante un solo atto, che non importi l'abbandono per essi dei principii sostenuti; e a questo effetto il Ministro di Stato delle Relazione Estere della Republica degli Stati Uniti del Brasile e l'Inviato Straordinario e Ministro Plenipotenziario di Sua Maestà il Re d'Italia, sottoscritti, debitamente autorizzati dai loro Governi, hanno stipulato quanto segue:

1.º Il Ministro di Stato per le Relazione Estere della Republica degli Stati Uniti del Brasile verserà, non appene il presente Accordo sarà approvato dal Congresso Nazionale, al Representante del Reale Governo d'Italia, la somma de quattromila contos di réis moneta corrente.

2.º Col pagamento della predetta somma il Governo Brasiliano

livre de toda intervenção do Governo Italiano pelas reclamações apresentadas até a data do presente Accordo pela Régia Legação da Italia no Brazil ao Ministerio Federal das Relações Exteriores, ás quaes até agora se não deu ou a respeito das quaes se não estipulou outra solução; de modo que por nenhuma causa ou razão poderão essas reclamações ser de novo apresentadas ou sustentadas.

3.º O Governo Italiano, ficando unico e exclusivo Juiz da validade das reclamações, terá plena e illimitada faculdade de distribuir a dita somma por sua propria conta e a seu agrado, sem que o Governo Brasileiro entre no exame do modo de distribuição, nem das reclamações que forem ou não admittidas á indemnisação.

4.º Si algum reclamante recusar a indemnisação que lhe for attribuida pelo Governo Italiano, a somma recusada será restituída ao Thesouro da Republica e o reclamante conservará o direito de recorrer aos competentes Tribunaes brasileiros, bem entendido, sem qualquer ulterior intervenção do Governo Italiano.

5.º O Governo de Sua Magestade o Rei de Italia já deu a sua approvação ao presente Accordo e o Governo da Republica o submeterá á do Congresso Nacional na sua actual sessão.

Feito e assignado em dous exemplares, cada um delles escripto nas linguas portugueza e italiana, na cidade do Rio de Janeiro, aos dezenove dias de novembro de mil oitocentos noventa e seis.

(L. S.) — *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

(L. S.) — *R. de Martino.*

será liberato da ogni intervento del Governo Italiano per i reclami presentatissimo alla data del presente Accordo della Regia Legazione d'Italia nel Brasile al Ministro Federale delle Relazioni Estere, ed ai quali non fu data, o per i quali non fu stipulata sinora n' altra soluzione; di modo che per nessuna causa o ragione quei reclami potranno mai più essere ripresentati o sostenuti.

3.º Il Governo Italiano, rimanendo solo ed esclusivo Giudice dalla validità dei reclami, avrà piena ed illimitata facoltà di distribuire la predette somma per proprio conto ed a suo beneplacito senza che il Governo Brasiliano entri nullo esame del modo della distribuzione, ni dei reclami che saranno o non saranno ammessi adridennità.

4.º In caso qualche reclamante rifiutasse la indennità che gli sarà attribuita dal Governo Italiano, la somma rifiutata sarà restituita al Tesoro della Republica e il reclamante conservará il suo diritto di ricorrere al Tribunali brasiliani competenti, senzo, bene inteso, qualsiasi ulteriore intervento del Governo Italiano.

5.º Il Governo di Su Maestà il Re d'Italia ha già data la sua approvazione al presente Accordo e il Governo della Republica lo sottometterà alla approvazione al Congresso Nazionale entre l'attuale sessione.

Fatto e firmato in doppio originale esteso in lingue portoghese e italiana nella città di Rio de Janeiro, il giorno diciannove del mese di novembre mila ottocento novanta sei.

(L. S.) — *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

(L. S.) — *R. de Martino.*



## DECRETO N. 2398 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1896

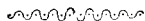
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 206:250\$, sendo 47:250\$ á verba — Subsidio aos senadores — e 159:000\$ á verba — Subsidio aos deputados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. I do art. 8º da lei n. 360, de 30 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de duzentos e seis contos duzentos e cincoenta mil réis ( 206:250\$ ), sendo 47:250\$ á verba — Subsidio aos senadores — e 159:000\$ á verba — Subsidio aos deputados — afim de occorrer ao pagamento das despesas com o subsidio aos senadores e deputados durante a prorogação da actual sessão do Congresso Nacional até 10 de dezembro corrente.

Capital Federal, 8 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



## DECRETO N. 2399 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 29:000\$, sendo 12:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 17:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

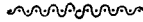
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. I do art. 8º da lei n. 360 de 30 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1896, o credito supplementar de 29:000\$, sendo 12:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 17:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados — afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção

e publicação dos debates do Congresso Nacional durante a prorrogação da actual sessão legislativa até 10 de dezembro corrente.

Capital Federal, 8 de dezembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



DECRETO N. 2401 (\*) — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 4.000:000\$, em moeda nacional, para execução do Accordo firmado em 19 de novembro proximo passado com o Ministro de Sua Magestade o Rei de Italia sobre as reclamações italianas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorisação concedida pelo art. 2º da lei n. 425, de 5 do corrente mez.

Decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de quatro mil contos de réis (4.000:000\$) para execução do Accordo firmado, em 19 de novembro proximo passado, com o Ministro de Sua Magestade o Rei de Italia sobre as reclamações italianas.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



---

(\*) O decreto n. 2400 não foi publicado.

## DECRETO N. 2402 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1896

Accepta as modificações adoptadas pelo Governo de Sua Magestade Britannica e o dos Estados Unidos da America sobre as regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamentos no mar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tomando em consideração o que expoz o Governo de Sua Magestade Britannica relativamente á modificação do art. 15 do regulamento annexo ao decreto n. 1988, de 14 de março de 1895, no intuito de tornar mais claras as suas disposições, e attendendo a que essa modificação já foi accepta por outras nações que tomaram parte na Conferencia Maritima Internacional, realzada em Washington, com o fim de regulamentar as regras para evitar abalroamentos no mar :

Resolve annuir á supradita modificação, devendo o art. 15 do decreto n. 1988 de 14 de março de 1895 ser observado de accordo com a traducção que a este acompanha, revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de dezembro de 1896, S<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Manoel José Alves Barbosa.*

## TRADUCÇÃO

Acto reformando outro approved em 19 de agosto, sob o titulo de acto estabelecendo regras para prevenir abalroamentos no mar.

Decreto-se pelo Senado e Casa de Representantes dos Estados Unidos da America, reunidos em Congresso, que o art. 15 do acto approved em 19 de agosto de 1890, sob o titulo de

Acto estabelecendo regras para prevenir abalroamentos no mar, seja reformado da maneira seguinte :

« Art. 15. Todos os signaes que este artigo prescreve para navios em movimento, serão dados :

- 1º, pelos navios a vapor, com apito ou sireia ;
- 2º, pelos navios, assim de vela como rebocados, com a busina de cerração.

Os sons prolongados de que trata este artigo devem ter de quatro a seis segundos de duração.

Os navios a vapor deverão estar providos de um eficaz apito ou sereia em que o som não encontre o menor obstaculo, e de fortes businas de cerração em que o som seja tirado pela acção do ar comprimido e tambem de um sino apropriado. (Em todos os casos em que as regras prescrevam o uso do sino, pôde este ser substituido por um tambor, a bordo dos navios turcos ou um gongo a bordo de pequenos navios de vela.) Os navios de vela de capacidade superior a 20 toneladas deverão ser providos de businas de cerração e sinos, como os descriptos acima.

Em tempo de cerração, nevoeiro, queda de neve, ou fortes torrentes de chuva, quer de dia quer de noite, os signaes de que trata este artigo serão usados da seguinte fôrma :

(a) Os navios a vapor, desde que tenham seguimento, deverão fazer ouvir de dous em dous minutos, pelo menos, um som prolongado (—).

(b) Os navios a vapor que, por estarem com a machina parada não tiverem seguimento, ou se acharem sem liberdade de acção, deverão fazer ouvir, de dous em dous minutos, pelo menos, — dous sons *prolongados*, espaçados de cerca de um segundo (— —).

(c) Os navios de vela em movimento deverão fazer ouvir, de minuto em minuto, pelo menos, quando amurados por **BBB** — um som curto (—); quando amurados por **BBB** — dous sons successivos (— —); e quando mareados com vento para ré do travez—tres sons curtos successivos (— — —).

(d) Os navios ancorados deverão, de minuto em minuto, tocar o sino vivamente, por espaço de cinco segundos, mais ou menos.

(e) Os navios que derem reboque, os que se occuparem em lançar, recoger ou suspender cabos telegraphicos e, os que em movimento não possam, entretanto, desviar-se de outro qual-quer navio, por se acharem sem liberdade de acção ou impossibilitados de manobrar de accordo com este regulamento, deverão, em lugar dos signaes prescriptos nas subdivisões (a) e (c) deste artigo—dar tres sons successivos, com intervallos nunca menores de dous minutos, a saber: um prolongado, seguido de dous outros curtos (— — —).

Os navios rebocados poderão tambem dar este signal e nunca outro.

Os navios de vela e embarcações de capacidade inferior a 20 toneladas não serão obrigados a usar dos signaes acima mencionados, porém, uma vez que os não empreguem, deverão fazer ouvir, pelo menos, de minuto em minuto, outro qualquer signal sonoro, bastante eficaz.

Sec. 2.<sup>a</sup>— Que o dito acto de 19 de agosto de 1890, assim reformado, começará a produzir seus effeitos logo depois da sua proclamação pelo Presidente da Republica.»

Approvado em 10 de junho de 1890.

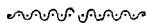
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve, de accordo com o Governo de S. M. Britannica e o dos Estados Unidos da America do Norte, que as regras constantes do regulamento annexo ao decreto n. 1988, de 14 de março de 1895, para evitar abalroamentos no mar, com as modificações adoptadas pelo decreto n. 2402, de 10 de dezembro do anno findo, comecem a vigorar no dia 1 de julho do corrente anno.

Capital Federal, 6 de março de 1897, 9<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Manoel José Alves Barbosa.*



DECRETO N. 2403 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1896

Proteja, por quatro annos, o prazo fixado na clausula 3<sup>a</sup> do decreto n. 155, de 18 de abril de 1891, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo.

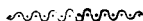
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os engenheiros Manoel Lara e Roberto Normanton, concessionarios da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo, decreta :

Artigo unico. Fica prorogado, por quatro annos, o prazo fixado na clausula 3<sup>a</sup> do decreto n. 155, de 18 de abril de 1891, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo.

Capital Federal, 11 de dezembro de 1896, 8<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PFREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 2404 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 70:000\$, supplementar á verba n. 13 do art. 2º da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895.

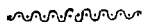
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve, usando da autorisação concedida pelo decreto n. 430, desta data, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de setenta contos de réis (70:000\$), supplementar á verba n. 13 do art. 2º da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895.

Capital Federal, 14 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



## DECRETO N. 2405 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1896

Regula a substituição dos *bonus* do Banco da Republica do Brazil por notas do Thesouro Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento do art. 1º, § 2º, ultima parte, da lei n. 427, de 9 de dezembro de 1896, resolve que a substituição dos *bonus* do Banco da Republica do Brazil se faça segundo o disposto nas instrucções que com este baixam.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*

## Instrucções para a substituição dos *bonus* do Banco da Republica do Brazil a que se refere do creto n. 2405 desta data

Art. 1.º Os *bonus* emitidos conforme o decreto n. 183 C, de 23 de setembro de 1893, art. 10, ficam substituidos por notas do Thesouro Nacional.

Art. 2.º A substituição se fará na Thesouraria Geral do Thesouro Nacional, trocando se os *bonus* por notas, em valores equivalentes ao nominal.

Art. 3.º Para este fim, os *bonus* existentes nas estações publicas, assim como os que se acharem em mão de outros possuidores, serão apresentados ao Thesouro Nacional, até o dia 31 de janeiro de 1897, data em que terminará a substituição e cessarão os juros.

Art. 4.º São inteiramente retirados os *bonus* da circulação e somente continuarão a vencer os juros do art. 10 do citado decreto de 1893, os convertidos pela lei n. 427, de 9 do corrente mez, e segundo o disposto no seu art. 3º, letra b.

Art. 5.º O Thesouro Nacional organizará a escripturação dos *bonus*, quanto ao seu recebimento e troca, de modo a determinar e registrar exactamente a substituição, verificando o numero, o valor, a procedencia e a authenticidade.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1896. — *Bernardino de Campos*.



### DECRETO N. 2405 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1896

Declara que a União assume a responsabilidade das emissões bancarias e extingue a faculdade emissora concentrada no Banco da Republica do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe confere o art. 1º da lei n. 427, de 9 de dezembro de 1896, resolve o seguinte :

Art. 1.º A União assume a responsabilidade exclusiva dos bilhetes bancarios actualmente em circulação.

§ 1.º Ficam pertencendo à União os lastros depositados pelos bancos em garantia dos mesmos bilhetes e revogado o art. 6º da lei n. 183 C, de 23 de setembro de 1893 ;

§ 2.º E' declarada extinta a faculdade emissora concedida a instituições bancarias por leis anteriores e concentrada no Banco

da Republica do Brazil, e bem assim fica extincto o direito exclusivo de emissão de notas ao portador conferido ao mesmo banco pelo art. 15 da citada lei ;

§ 3.º O Governo substituirá os bilhetes bancarios ora em circulação por notas do Thesouro Nacional, fixando para isso os prazos e o modo de substituição.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



#### DECRETO N. 2407 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de 1:074\$060 á verba — Exercicios findos, para pagamento das etapas a que tem direito o capitão-tenente Tancredo de Castro Jauffret.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida ao Poder Executivo na 2ª parte do decreto n. 414 de 12 de novembro ultimo, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 35 do Regulamento annexo ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892,

Decreta :

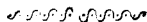
Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de um conto setenta e quatro mil e sessenta reis (1:074\$060) á verba — Exercicios findos, para pagamento das etapas a que, de accordo com o aviso do Ministerio da Guerra ao da Fazenda, de 17 de novembro proximo findo, tem direito o capitão-tenente da Armada, Tancredo de Castro Jauffret, como instructor do Collegio Militar, no periodo decorrido do 1º de agosto a 31 de dezembro de 1895.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2408 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1896

Institue uma comissão de cinco membros, sob a presidencia do presidente do Banco da Republica do Brazil, para apresentar um plano de revisão dos estatutos do mesmo banco e colligir esclarecimentos acerca dos bens e propriedades do banco que possam ser uteis ao serviço publico.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 2º da lei n. 427, de 9 de dezembro corrente e para execução do que nelle se dispõe, decreta :

Art. 1.º Fica instituida uma comissão de cinco membros, sob a presidencia do presidente do Banco da Republica do Brazil, a qual incumbirá :

§ 1.º Apresentar um plano de revisão dos estatutos do banco, de accordo com o regimen da citada lei, propondo as modificações convenientes, relativamente ao que se acha em vigor.

§ 2.º Colligir os esclarecimentos precisos acerca dos bens e propriedades do banco que possam ser uteis ao serviço publico e dos preços e valores pelos quaes devam ser adquiridos por encontro de contas.

Art. 2.º Poderá a comissão, no desempenho do seu dever, solicitar das repartições competentes as informações necessarias e deverá concluir o seu trabalho dentro de um mez, a contar da nomeação.

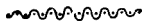
Art. 3.º O Governo arbitrará conveniente subsidio para os trabalhos da comissão.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de dezembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA .

*Bernardino de Campos .*



## DECRETO N. 2409 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1896

Approva o regulamento do Tribunal de Contas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo no n. 1 do art. 48 da Constituição da Republica,

Decreta :

Artigo unico. Fica approvado o regulamento, que a este acompanha, expedido para execução do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro ultimo, que reorganisa o Tribunal de Contas; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*

Regulamento do decreto legislativo n. 392 de 8 de  
outubro de 1896, que reorganisa o Tribunal de  
Contas

PARTE PRIMEIRA

ORGANISAÇÃO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

CAPITULO I

CONSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL

SECÇÃO I

PESSOAL, NOMEAÇÃO, EXERCÍCIO, PROMOÇÃO E VENCIMENTOS

Art. 1.º O Tribunal de Contas, instituido no art. 89 da Constituição e reorganizado pelo decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro do corrente anno, terá sua sede na Capital Federal e jurisdição em toda a Republica.

Art. 2.º O Tribunal de Contas tem para o expediente dos serviços a seu cargo uma repartição annexa, composta do pessoal mencionado no art. 10 e na tabella junta a este regulamento.

Art. 3.º O pessoal do Tribunal divide-se em — pessoal delictivo e pessoal de expediente.

Art. 4.º O pessoal deliberativo do Tribunal compõe-se de quatro membros : o presidente e tres directores com voto.

Art. 5.º O presidente e os directores serão nomeados pelo Presidente da Republica, com a approvação do Senado.

Depois de nomeados não poderão ser demittidos pelo Governo e só perderão os logares não sendo confirmada a nomeação, ou sendo aposentados, provada a invalidez, observados os preceitos do decreto legislativo n. 117 de 4 de novembro de 1892.

Art. 6.º Os membros deliberativos do Tribunal de Contas, depois de confirmadas as nomeações pelo Senado, só perderão os logares si forem condemnados em crime a que esteja imposta a pena de perda do emprego.

Não são passíveis, em caso algum, de pena disciplinar, quer esta consista em reprehensão publica ou particular, quer em suspensão administrativa, e serão julgados, nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 7.º Os membros do Tribunal nomeados quando reunido o Congresso, não entrarão em exercicio, sem approvação do Senado.

Si a nomeação se der no intervallo das sessões, o nomeado entrará em exercicio, sendo considerado em comissão até a deliberação do Senado.

O mesmo se observará si feita a nomeação na constancia do Congresso, este, por qualquer circumstancia, a liar ou encerrar as sessões sem que o Senado haja podido tomar conhecimento da nomeação.

Art. 8.º A approvação do Senado deverá ser solicitada em mensagem do Poder Executivo dentro de tres dias, a contar da nomeação, no caso do 1.º *alinea* do art. 7.º, ou nos primeiros quinze dias da reunião do Congresso, nas hypothses dos 2.º e 3.º *alinea*s do mesmo artigo.

Art. 9.º Exgotados aquelles prazos, o Senado pôde conhecer das nomeações independentemente de mensagem, desde que ellas estejam publicadas no *Diario Official*.

Art. 10. O pessoal para o expediente dos serviços do Tribunal compõe-se de :

- 3 sub-directores,
- 1 secretario,
- 14 primeiros escripturarios,
- 14 segundos escripturarios,
- 16 terceiros escripturarios,
- 10 quartos escripturarios,
- 1 cartorario,
- 1 ajudante do cartorario,
- 4 continuos.

Art. 11. São de nomeação do Presidente da Republica : os sub-directores, os escripturarios e o secretario.

Art. 12. Na reorganisação do Tribunal, segundo o decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896, os sub-directores e os primeiros e segundos escripturarios serão de livre escolha do Presidente da Republica.

O preenchimento das vagas que ocorrerem depois de reorganizado o Tribunal dar-se-ha por meio de accesso — e as nomeações só terão lugar em virtude de proposta do Tribunal, apresentada por intermedio do respectivo presidente.

Art. 13. Os terceiros e quartos escripturarios só poderão ser nomeados dentre as pessoas habilitadas no concurso a que se proceder de conformidade com os arts. 88 e seguintes deste regulamento.

Art. 14. O secretario será nomeado pelo Presidente da Republica, sob proposta do presidente do Tribunal. Não poderá ser nomeada pessoa que não haja sido proposta; esta pôde, porém, ser recusada, si entender o Presidente da Republica que o proposto não tem a idoneidade precisa.

Art. 15. São de nomeação do presidente do Tribunal :

O cartorario,  
O ajudante do cartorario,  
Os continuos.

Art. 16. Os empregados nomeados para o Tribunal de Contas são obrigados a apresentar-se para tomar posse e entrar em exercicio do cargo dentro de 30 dias da nomeação. Não é permittivel a tomada da posse sem a entrada em effectivo exercicio.

Art. 17. Os empregados servirão nas directorias que lhes forem designadas por portaria do presidente que os podera remover de uma para outra, conforme a conveniencia do serviço publico o reclamar.

Art. 18. O presidente e os outros membros do Tribunal de Contas não podem exercer outra qualquer função publica ou commissão.

Art. 19. Os sub-directores e escripturarios não poderão ser designados pelo Governo para commissão alguma.

Art. 20. Não poderão ser conjunctamente membros do Tribunal parentes consanguineos ou affins, na linha ascendente ou descendente, e até ao segundo grão na collateral.

Art. 21. A nenhum membro do Tribunal é permittido intervir na decisão de negocio seu, de algum seu parente até ao segundo grão inclusive, contado segundo o direito civil.

Na acta da sessão far-se-ha menção de haver sido cumprido este preceito.

Art. 22. O presidente, os directores e os empregados da repartição do Tribunal de Contas terão os vencimentos constantes da tabella annexa a este regulamento.

## SECÇÃO II

### SUBSTITUIÇÃO

Art. 23. O presidente do Tribunal será substituido em seus impedimentos pelo director mais antigo no cargo, e, em igualdade de circumstancias, pelo mais idoso.

Art. 24. Os directores, os sub-directores e o secretario serão substituidos pelos sub-directores e primeiros escripturarios que o presidente designar.

Art. 25. O substituto perceberá sempre o proprio ordenado e a gratificação do substituido, ainda nos casos em que este deva recebê-la por achar-se afastado da repartição, por serviço gratuito e obrigatorio.

Art. 26. Quando o logar estiver vago, ou não tiver o respectivo proprietario direito a vencimento algum, o empregado que o preencher terá direito a receber integralmente esse vencimento em logar do seu que perderá.

Art. 27. O cartorario será substituido pelo respectivo ajudante e, na falta deste, pelo empregado que o presidente designar, e que perceba vencimento inferior ao do substituido. O ajudante terá por substituto o continuo que o presidente designar.

### SECÇÃO III

#### FREQUENCIA DA REPARTIÇÃO. PENAS CORRECCIONAES. LICENÇAS.

Art. 28. O expediente das sub-directorias e da secretaria começará ás 10 horas da manhã e durará cinco horas.

Dada a hora regimental, será encerrado o ponto pelo sub-director, pelo secretario ou por quem suas vezes fizer, que remetterão este ao presidente e aquelle ao director respectivo uma relação dos empregados que houverem faltado, mencionando-se nella a razão da falta.

No caso de não ser conhecida a causa do não comparecimento do empregado ao expediente, declarar-se-ha essa circumstancia na relação.

Art. 29. Os directores poderão prorrogar as horas do expediente das respectivas sub-directorias e o presidente o de todas as sub-directorias e o da secretaria, quando o serviço assim o exigir.

Art. 30. Em casos especiaes, e só por grande conveniencia do serviço, poderão os directores permittir que um ou outro empregado organise fóra da repartição, em tempo breve, algum trabalho urgente.

Art. 31. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada perderá todo o vencimento.

O que faltar por motivo justificado soffrerá o desconto da gratificação.

Art. 32. São motivos justificados :

- a) a molestia do empregado;
- b) o nojo;
- c) o casamento.

Art. 33. As faltas por molestia, que excederem de tres dias seguidos em cada mez, serão provadas com attestado de medico, salvo deliberação em contrario do presidente ou do director.

Art. 34. No caso de molestia prolongada, o empregado terá direito ao respectivo ordenado integral si justificar mensalmente a sua enfermidade com attestado de medico.

Ao presidente e aos directores é dado rejeitar por justos motivos a justificação das faltas assim dadas.

Art. 35. O empregado que entrar na repartição dentro de uma hora depois de encerrado o ponto, e justificar a demora perante o sub-director, e o que se retirar uma hora antes de findo o expediente, com permissão do sub-director, soffrerão desconto da metade da gratificação.

Art. 36. O que entrar uma hora, ou mais, depois de encerrado o ponto, ainda que justifique a demora, e o que retirar-se antes das 3 horas, ainda que seja por motivo attendivel, perderão toda a gratificação.

Art. 37. O empregado que retirar-se sem permissão do sub-director e antes de findo o expediente, perderá todo o vencimento.

Art. 38. Ao secretario compete encerrar o ponto dos empregados seus auxiliares, no qual assignarão tambem o cartorario, seu ajudante e os continuos que não estiverem ao serviço das sub-directorias. As respectivas faltas dependem de justificação do presidente.

Art. 39. As penas disciplinares a que ficam sujeitos os empregados do Tribunal de Contas são advertencia e suspensão.

A primeira pôde ser imposta pelo presidente, directores e sub-directores.

A segunda pôde sel-o pelo presidente em referencia aos empregados das tres directorias, inclusive os sub-directores, e pelos directores aos das respectivas sub-directorias.

Art. 40. A pena correccional de suspensão não poderá exceder de 15 dias, salvo por deliberação do Tribunal, que poderá interpol-a por tempo de 30 dias. Ella terá applicação nos seguintes casos:

a) de desobediencia, negligencia e falta de cumprimento de deveres;

b) de falta de comparecimento, sem causa justificada, por oito dias seguidos ou por 15 interpolados durante o mesmo mez, ou em dous seguidos.

No caso de medida mais severa, o presidente do Tribunal representará ao Ministro da Fazenda.

Art. 41. Da pena correccional de suspensão não caberá recurso; ella terá como effeito a perda de todos os vencimentos.

Art. 42. A suspensão decretada como medida preventiva privará o empregado da gratificação do emprego e a decorrente da pronuncia fal-o-ha perder, além da gratificação, metade do ordenado, até ser afinal condemnado ou absolvido, sendo-lhe neste ultimo caso restituída a metade do ordenado, que houver perdido.

Art. 43. Os empregados do Tribunal de Contas podem obter licença por 30 dias concedida pelo presidente e por mais tempo, até um anno, pelo Ministro da Fazenda.

Art. 44. A licença por molestia conserva ao empregado o direito à percepção do ordenado integral pelo tempo de seis mezes, e à metade por mais outro tanto tempo.

Art. 45. A licença concedida por qualquer outro motivo não dá direito a vencimento algum, nem pôde ser concedida por mais de tres mezes em cada anno.

Art. 46. O tempo das licenças concedidas por diversas vezes dentro de um anno contar-se-ha para o effeito dos arts. 44 e 45.

Art. 47. Toda licença entende-se concedida para ser gosada onde convier ao empregado.

Art. 48. A licença deve ser apresentada ao *cumpra-se* do presidente dentro de 15 dias de sua concessão, sob pena de ficar sem effeito.

Art. 49. O empregado licenciado que for promovido antes de entrar no goso da licença terá direito a perceber, durante ella, o ordenado do logar do accessio si puder apresental-a ao *cumpra-se* no prazo do artigo antecedente.

Art. 50. O empregado que, finda a licença, não apresentar-se à repartição perderá todo o vencimento ainda que dê parte de doente ; si provar molestia, não será havido como tendo abandonado o emprego.

#### SECÇÃO IV

##### APOSENTADORIA

Art. 51. O presidente e os directores do Tribunal de Contas só terão direito à aposentadoria após 10 annos de serviço e provando invalidez.

Art. 52. A aposentadoria por tempo de serviço maior de 10 annos e menor de 30 só dará direito ao ordenado proporcional ao tempo de serviço.

Art. 53. A aposentadoria por tempo de 30 annos dará direito à percepção de todos os vencimentos.

Art. 54. O presidente e os directores, cujas nomeações foram approvadas pelo Senado em 17 de outubro de 1896, só poderão aposentar-se com os vencimentos de que trata o § 13 do art. 1º do decreto legislativo n. 392 de 8 do mesmo mez e anno depois de decorridos 10 annos da decretação dos mesmos ; poderão, porém, desde que tenham 30 ou mais annos de serviço, aposentar-se com todos os vencimentos da tabella annexa ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892.

Art. 55. A aposentadoria dos demais empregados do Tribunal de Contas regular-se-ha pelo decreto legislativo n. 117 de 4 de novembro de 1892.

Art. 56. Devem ser contados para a aposentadoria os serviços:

- a) no exercicio de emprego publico de nomeação do Governo e estipendiado pelo Thesouro Federal;
- b) no Exercito ou na Armada como official ou praça de pret, se o referido tempo já não tiver sido incluído em reforma militar;
- c) como addido em qualquer repartição.

Art. 57. Os serviços que houver prestado em repartições da Fazenda das antigas provincias e na Camara Municipal da ex-Côrte serão contados, para a aposentadoria, até um terço do serviço geral.

Art. 58. No tempo de serviço em repartições geraes ou federaes se descontará o de licenças e de faltas por molestia excedentes a seis mezes e o das faltas não justificadas; no serviço de repartições das ex-provincias só se contará o tempo de exercicio effectivo, excluidas quaesquer interrupções; a liquidação do tempo dos serviços na Marinha ou no Exercito far-se-ha de accordo com a legislação militar.

## CAPITULO II

### JURISDIÇÃO, COMPETENCIA E ATTRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

#### SECÇÃO I

##### JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 59. O Tribunal de Contas tem jurisdicção propria e privativa sobre as pessoas e as materias sujeitas á sua competencia.

Art. 60. A essa jurisdicção estão sujeitos todos os responsaveis por dinheiro, valores e material pertencentes á Republica, ainda que residam fóra do paiz.

Art. 61. O gestor de dinheiros publicos está sujeito á jurisdicção do Tribunal de Contas pelo simples facto da gestão e só por acto do Tribunal pôde ser liberado da sua responsabilidade.

Art. 62. Todos quantos houverem tido sob sua guarda o administração valores e bens da Republica, por acto do Governo ou por contracto, estão adstrictos á prestação de contas perante o Tribunal.

Art. 63. Estão sujeitos á jurisdicção do Tribunal de Contas os funcionarios que houverem recebido, em nome da Republica, depositos de terceiros, pelos quaes a Republica responda como obrigada; si taes depositos forem subtrahidos ou extraviados, ao Tribunal cabe julgar da responsabilidade pela subtracção ou pelo extravio.

Art. 64. Estão igualmente sujeitos á jurisdicção do Tribunal, para o effeito de prestação de contas, todos os funcionarios estipendiados pelos cofres da União, com excepção dos Ministros do Presidente da Republica, que derem causa á perda de valores pertencentes á União, ou pelos quaes esta deva responder.

Art. 65. A jurisdicção do Tribunal abrange as viuvas, os herdeiros, os representantes e os fiadores dos responsaveis e todos aquelles que pelas pessoas ou pelos bens dos mesmos responsaveis hajam contrahido qualquer onus que os constitua na obrigação de garantir sua gestão.

Art. 66. São considerados responsaveis e como taes sujeitos á jurisdicção do Tribunal de Contas, aquelles que receberem dinheiros por antecipação ou adiantamento, nos termos dos arts. 3º e 8º do decreto n. 10.145 de 5 de janeiro de 1889.

## SECÇÃO II

### COMPETENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 67. O Tribunal de Contas tem competencia :

- a) como fiscal da administração financeira para o effeito de apreciar a execução das leis da receita e da despesa publicas ;
- b) como Tribunal de Justiça para o fim de julgar as contas dos responsaveis, estabelecendo a situação juridica entre os mesmos e a Fazenda Publica e decretando a liberação daquelles ou condemnando-os ao pagamento do que deverem ao Thesouro por alcance.

Art. 68. A função fiscalisadora do Tribunal é exercitada por meio de exame prévio instituido :

- a) sobre os actos da publica administração que visam a exacção da arrecadação da receita ;
- b) sobre o modo de applicação da receita á despesa publica, em face da lei do orçamento ;
- c) sobre as contas em que os Ministros apresentam os resultados finais da receita apurada e da despesa effectuada e estabelecem o balanço do credito e do debito da gerencia financeira.

Art. 69. Em referencia á receita compete-lhe :

§ 1.º Examinar os decretos e as instrucções do Governo que tenham por fim regular a arrecadação dos impostos e taxas e mandar registral-os si os impostos e as taxas estiverem contemplados na lei da receita e a sua arrecadação dever ter logar no exercicio.

§ 2.º Rever os balancetes mensaes de todas as estações e repartições publicas que arrecadarem receita, para o effeito de verificar si a receita foi arrecadada de accordo com a lei, si está devidamente classificada, e a quanto monta a renda realizada e a por arrecadar.

§ 3.º Confrontar os balancetes mensaes e o seu resultado com o balanço do exercicio, para o effeito de apurar si foram observadas as devidas discriminações na classificação da receita e si a exactidão da arrecadação desta se deduz da comparação do balanço com as demonstrações da mesma arrecadação, que o Ministro da Fazenda deverá enviar, logo que esteja publicado.

Para o fiel e rigoroso desempenho desta attribuição pôde o Tribunal solicitar do Ministerio da Fazenda a remessa dos documentos justificativos da receita, que julgar necessários.

§ 4.º Verificar as fianças e cauções que devem prestar todos os que arrecadarem, applicarem e conservarem sob sua guarda e administração dinheiros, valores e bens pertencentes à Republica, seja qual for o Ministerio a que pertençam, e approvar as que julgar idoneas e sufficientes.

Exceptuam-se as cauções que se tornam effectivas por meio de deducção dos vencimentos dos responsaveis, as quaes continuarão a ser prestadas de accordo com as leis e decretos que regularem a sua formação.

§ 5.º O Tribunal comunicará, dentro de 48 horas, ao Ministerio respectivo as razões da recusa da approvação das fianças e cauções, afim de serem satisfeitas as diligencias e formalidades exigidas.

Art. 70. Em referencia à despesa, é da competencia do Tribunal :

§ 1.º Velar por que a applicação dos dinheiros publicos se dê de accordo com as leis do orçamento da despesa e os creditos especiaes e addicionaes regularmente abertos.

Esta verificação terá logar :

Examinando si os mandatos de despesa expedidos pelos differentes Ministerios e as ordens de pagamento do Ministerio da Fazenda, ainda que consistentes em telegrammas, guardam conformidade com os dizeres e as dotações das verbas dos orçamentos e são a fiel applicação de taes verbas segundo as discriminações das tabellas explicativas da proposta do Governo, as distribuições dos creditos dos diversos Ministerios e as demonstrações dos creditos addicionaes registrados pelo Tribunal.

Esta conformidade é o criterio para a aferição da legalidade da despesa ordenada, afim do Tribunal autorisar ou recusar o registro.

As ordens de pagamento só terão vigor dentro do exercicio.

§ 2.º Instituir exame sobre as tabellas de distribuição dos creditos feitas pelos Ministerios e ordenar o seu registro quando julgar-as formuladas de accordo com as tabellas explicativas da proposta, as verbas do orçamento e a demonstração dos creditos addicionaes.

§ 3.º Verificar si os contractos que dão origem á despesa foram celebrados para terem vigor unicamente dentro do anno financeiro, salvo tratando-se do serviço de colonisação e de supprimento de fardamento ás praças do Exercito e da Armada

por fabricas nacionaes, e si o serviço contractado tem na lei do orçamento dotação que possa provel-o de recursos até sua ultimação.

§ 4.º Instituir exames sobre os mandados e avisos de adeantamento a fazer a repartições, a empregados ou a particulares que tiverem a seu cargo a execução de serviços previstos no orçamento, e fazel-o registrar quando por meio delle se tratar de prover á despesa com serviço de caracter urgente, feito por administração e impossivel de ser antecipadamente precisado em seu quantitativo, por ser incerto e indeterminado.

§ 5.º Emitter parecer sobre as propostas para a abertura de creditos supplementares e extraordinarios, nos termos das leis de 9 de setembro de 1850, de 20 de outubro de 1877 e mais actos posteriores.

O Governo deverá submeter a proposta previamente ao exame do Tribunal, afim de que este verifique si é legal o uso desse expediente de contabilidade publica.

§ 6.º Fazer o confronto dos balanços geraes dos exercicios com os resultados das contas dos responsaveis e com as autorisações legislativas.

Os balanços trarão de ora em deante, em annexo, a classificação da despesa segundo os responsaveis que a tiverem levado a effeito.

O confronto far-se-ha acompanhando as divisões dos balanços a que se referem os arts. 41 da lei n. 38 de 3 de outubro de 1834 e 14 da lei n. 106 de 11 de outubro de 1837.

§ 7.º Apurar a legalidade das aposentadorias, quer quanto á concessão das mesmas, quer quanto á fixação dos vencimentos de inactividade, em face das leis que regulam a contagem do tempo de serviço para as referidas concessões e fixações.

§ 8.º Instituir exame sobre as concessões de meio soldo e monte pio, militares e civis, para o effeito de apurar a sua legalidade quanto ás pessoas nellas contempladas e quanto á importancia do meio soldo e pensões concedidas.

§ 9.º Expor, em relatorio dirigido annualmente ás casas do Congresso, a situação da Fazenda Federal; propor as medidas tendentes á melhor arrecadação da receita e á fiscalisação da despesa; emitter parecer sobre a expansão desta e suas causas, e fazer menção dos abusos e omissões praticados na execução das leis do orçamento e no que entenderem com a administração fiscal.

Art. 71. Compete ao Tribunal de Contas, como Tribunal de Justiça :

§ 1.º Processar, julgar em unica instancia e rever as contas de todas as repartições, empregados e quaesquer responsaveis, que, singular ou collectivamente, houverem arrecadado, administrado e despendido dinheiros publicos ou valores de qualquer especie, inclusive o material, pertencentes á Republica, ou por que esta seja responsavel e estejam sob sua guarda.

a) Esta competencia abrange os individuos que houverem contractado com qualquer dos Ministerios serviços para desem-

penho e execução dos quaes houverem recebido quantias ou valores pertencentes à Republica ;

b) Aquelles que houverem recebido do Governo commissão para o desempenho da qual hajam tido, por supprimento ou adiantamento, dinheiros publicos, são responsaveis de facto, e como taes estão sujeitos à prestação de contas, perante o Tribunal, do emprego e applicação que houverem dado ás quantias recebidas, sendo os alcances em taes contas cobraveis pela mesma forma de processo pela qual o são os dos demais responsaveis.

§ 2.º Suspender os responsaveis que não satisfizerem as prestações das contas ou não entregarem os livros e documentos de sua gestão dentro dos prazos fixados nas leis e nos regulamentos ou, não havendo taes prazos fixados, quando forem intimados para esse fim.

§ 3.º Ordenar a prisão dos responsaveis que, estando condemnados ao pagamento do alcance fixado em sentença definitiva do Tribunal, ou tendo sido intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processo corrente de tomada de contas, procurarem ausentar-se furtivamente, ou abandonarem o emprego, a commissão ou o serviço de que se acharem encarregados, ou que houverem tomado por empreitada.

a) O tempo de duração da prisão administrativa não poderá exceder de tres mezes, findo o qual serão os documentos, que houverem servido de base à decretação da medida coerciva, remettidos ao procurador geral da Republica para instaurar o processo por crime de peculato, nos termos do art. 14 do decreto legislativo n. 221 de 20 de novembro de 1894 ;

b) A competencia conferida ao Tribunal por esta disposição em sua primeira parte não prejudica a do Governo e seus agentes, na forma da segunda parte do art. 14 da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, para ordenar immediatamente a detenção dos responsaveis por saldos não recolhidos, e provisoriamente a do responsavel com alcance fixado pelo Tribunal, até que este delibere sobre a dita prisão, sempre que assim o exigir a segurança da Fazenda Nacional.

§ 4.º Impôr multas aos responsaveis remissos ou omissos em fizerem a entrega dos livros e documentos para o ajuste de contas nas épocas marcadas nas leis, regulamentos, instrucções e ordens relativos ao assumpto ou nos prazos que lhes forem designados.

§ 5.º Ordenar o sequestro dos bens dos responsaveis ou seus fiadores em quantidade sufficiente para segurança da Fazenda.

§ 6.º Fixar á revelia o debito dos responsaveis que não apresentarem as suas contas, os livros e documentos de sua gestão.

§ 7.º Mandar passar quitação aos responsaveis correntes em suas contas.

§ 8.º Julgar extinctas as cauções de qualquer natureza pela quitação dos responsaveis e livres os valores depositados e ordenar o levantamento do sequestro dos que declarar exonerados para com a Fazenda Publica.

§ 9.º Apreciar, conforme as provas offerecidas, a allegação de força maior feita pelos responsáveis, nos casos de extravio dos dinheiros publicos e valores a seu cargo, para ordenar o truncamento das contas dos responsáveis quando, por esse motivo, tornarem-se illiquidaveis.

§ 10. Julgar os embargos oppostos ás sentenças por elle proferidas e admittir a revisão do processo de tomada das contas, em virtude de recurso da parte, ou do representante do ministerio publico.

## CAPITULO III

### ATTRIBUIÇÕES DOS FUNCIONARIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS

#### SECÇÃO I

##### DO PRESIDENTE

**Art. 72. Compete ao presidente :**

§ 1.º A suprema direcção dos serviços do Tribunal.

§ 2.º Ordenar o registro diario das ordens de pagamento e mandados de despeza nos termos do § 4º do art. 2º do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896.

§ 3.º Conveçar, presidir e dirigir as sessões do Tribunal, manter a ordem nas discussões, apurar os votos, deliberar conjunctamente com os membros do Tribunal, votando em ultimo logar, com voto de qualidade, nos casos de empate.

§ 4.º Assignar as quitações e expedir em seu nome as resoluções e ordens do Tribunal, e fazel-as executar.

§ 5.º Aceitar dos directores e do secretario a promessa de fiel cumprimento do dever e dar-lhes posse.

§ 6.º Conceder licença até 30 dias em cada anno.

§ 7.º Corresponder-se directamente com os differentes Ministerios, repartições superiores da Republica e Mesas das casas do Congresso federal.

§ 8.º Designar os empregados que teem de servir nas directorias.

§ 9.º Distribuir pelas directorias os serviços do Tribunal, nos termos do art. 7º do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896.

§ 10. Impor penas disciplinares aos empregados do Tribunal, inclusive aos sub-directores.

§ 11. Organisar, com os dados fornecidos pelas directorias e pelo secretario, o relatorio dos trabalhos do Tribunal, que deverá ser annualmente apresentado ao Congresso.

§ 12. Ordenar a expedição de certidões dos documentos que se achiarem recolhidos ao cartorio do Tribunal.

§ 13. Rubricar os livros das actas das sessões e dos termos de posse dos membros e dos empregados do Tribunal.

§ 14. Expedir as instrucções e regimentos que julgar precisos ao bom andamento dos serviços e regular funcionamento das repartições do Tribunal.

Art. 73. O presidente presta compromisso perante o Ministro da Fazenda.

## SECÇÃO II

### DOS DIRECTORES

Art. 74. E' da competencia dos directores:

§ 1.º Relatar nas sessões do Tribunal os papeis e processos dos negocios e assumptos a cargo das respectivas directorias, discutindo-os e votando-os.

§ 2.º Assignar as actas das sessões e as sentenças e accordãos proferidos pelo Tribunal nos processos de tomada de contas e de cancelamento ou trancamento das mesmas.

§ 3.º Escrever as razões justificativas dos não registros e dos que forem feitos sob protesto.

§ 4.º Dirigir e fiscalisar os trabalhos das sub-directorias respectivas.

§ 5.º Mandar passar certidões dos documentos em andamento na directoria.

§ 6.º Aceitar dos empregados designados para a sub-directoria a promessa de fiel cumprimento do dever, e dar-lhes posse.

§ 7.º Julgar as faltas de comparecimento dos empregados.

## SECÇÃO III

### DOS SUB-DIRECTORES

Art. 75. Os sub-directores teem por attribuições:

§ 1.º Regular e fiscalisar immediatamente os trabalhos da respectiva sub-directoria, observando as ordens e instrucções que lhes forem dadas ou transmittidas pelo respectivo director, observando a fiel execução das mesmas.

§ 2.º Informar, por escripto, após detido exame e estudo cauteloso dos documentos, com minudencia, fundamentando devidamente o seu parecer, todos os negocios da competencia da sub-directoria.

§ 3.º Designar aos empregados os serviços de que devam encarregar-se, instruindo-os no sentido de facilitar e simplificar

o trabalho, sem prejuizo da exacção da operação das materias sujeitas ao seu exame.

§ 4.º Rubricar os livros das sub-directorias.

§ 5.º Subscrever as certidões.

§ 6.º Encerrar o ponto dos empregados, mencionando nelle todas as circumstancias que decorrerem a respeito de cada empregado.

§ 7.º Assignar as folhas para o pagamento dos empregados e os certificados mensaes.

## SECÇÃO IV

### DO SECRETARIO

Art. 76. Cabe ao secretario do Tribunal:

§ 1.º Dirigir o pessoal do serviço da secretaria, segundo as instrucções que receber do presidente.

§ 2.º Assistir ás sessões do Tribunal, lavrar as actas, escrever os despachos e sentenças nellas proferidos, dar-lhes publicidade, expedir as quitações que forem concedidas nos julgamentos de contas.

§ 3.º Organisar um arrolamento geral de todos os responsaveis sujeitos á prestação de contas, qualquer que seja o Ministerio a que pertençam, fazendo as alterações que forem occorrendo a respeito dos mesmos responsaveis.

## SECÇÃO V

### DO CARTORARIO, DO AJUDANTE DESTA E DOS CONTINUOS

Art. 77. O cartorario é o archivista do Tribunal de Contas, e como tal compete-lhe:

§ 1.º Ter limpa e seguramente depositados e classificados todos os papeis concernentes a negocios findos, processados no Tribunal ou que, em razão do assumpto sobre que versarem, houverem sido remettidos para o archivo do Tribunal pelas repartições publicas.

§ 2.º Organisar os indices necessarios para facilitar a busca de papeis.

§ 3.º Ministrarr, mediante pedido dos empregados, os papeis e livros que forem necessarios para a expedição de trabalhos que se estejam processando ou organisando nas sub-directorias do Tribunal.

§ 4.º As requisições que forem dirigidas ao archivo, solicitando qualquer livro, conta ou processo, serão sempre rubricadas pelos chefes das repartições de onde emanarem.

§ 5.º Da entrega dos documentos requisitados, o cartorario cobrará recibo na propria requisição, o qual só poderá ser resgatado mediante a restituição dos papeis a que se referir.

§ 6.º Passar certidões em cumprimento de despacho do presidente:

a) Apresentado ao cartorio requerimento despachado pela presidencia, pedindo certidão, que deva ser extrahida dos livros e papeis alli existentes, o cartorario procederá ás necessarias buscas e exames e dará a certidão segundo o que constar do negocio sobre que versar o requerimento;

b) As certidões deverão ser passadas nos proprios requerimentos, podendo continuar em tantas folhas de papel de igual formato quantas forem necessarias, as quaes serão rubricadas pelo cartorario;

c) Os requerentes, sempre que puderem, deverão declarar no proprio requerimento o dia, o mez e o anno a que respeitarem os factos ou os documentos de que a certidão houver de tratar.

§ 7.º Entregar ás partes os documentos que o presidente mandar restituir, ficando certidões passadas a pedido dos impetrantes, ou mediante recibo, quando não haja necessidade do documento ou papel.

§ 8.º Vedar o ingresso no cartorio a pessoas particulares, excepto para receberem os documentos que lhes houverem de ser entregues.

§ 9.º Prover ao asseio e á ordem do cartorio.

Art. 78. Ao ajudante cabe auxiliar o cartorario em seu trabalho e substitui-lo em suas faltas.

Art. 79. E' dever dos continuos:

§ 1.º Cuidar do asseio dos moveis, livros e utensilios do gabinete do presidente e dos directores e das sub-directorias do Tribunal.

§ 2.º Prover as mesas dos objectos necessarios ao expediente.

§ 3.º Acudir ao chamado dos empregados das directorias, cumprir as ordens dos mesmos em objecto de serviço, avisal-os quando procurados e conduzir os papeis no movimento interno do Tribunal.

§ 4.º Fazer as notificações e citações ordenadas pelo presidente e pelos directores do Tribunal.

## CAPITULO IV

### MINISTERIO PUBLICO

Art. 80. O ministerio publico será representado perante o Tribunal de Contas por um bacharel ou doutor em direito, nomeado pelo Presidente da Republica e demissivel *ad nutum*.

Art. 81. O representante do ministerio publico é o guarda da observancia das leis fiscaes e dos interesses da Fazenda perante

o Tribunal de Contas. Comquanto represente os interesses da publica administração, não é todavia delegado especial e limitado desta, antes tem personalidade propria, e no interesse da lei, da justiça e da Fazenda Publica tem inteira liberdade de acção.

Art. 82. O representante do ministerio publico assiste às reuniões do Tribunal e toma parte nas discussões; não tem direito de voto nem relata papeis, mas assigna os accorlãos e as decisões com declaração de ter sido presente.

Art. 83. Cabe-lhe dizer, por exigencia do relator, por decisão do presidente, ou a seu pedido, verbalmente ou por escripto, em todos os papeis e processos sujeitos á decisão do Tribunal.

Art. 84. Tem como attribuições:

§ 1.º Promover perante o Tribunal de Contas os interesses da Fazenda e requerer tudo que for a bem e para resalva dos direitos da mesma.

§ 2.º Promover a revisão das contas em que se der erro, omissão, falsidade ou duplicata em prejuizo da Fazenda.

§ 3.º Levar ao conhecimento do Ministerio respectivo qualquer dolo, falsidade, concussão ou peculato que dos papeis sujeitos ao Triounal se verificar houver o responsavel praticado no exercicio de suas funcções.

§ 4.º Promover a imposição das multas que ao Tribunal caiba infligir e dada a imposição communicar o facto remettendo cópia do acto que a houver deliberado ao procurador seccional para tornar effectiva a cobrança.

§ 5.º Responder de direito nos papeis de que lhe for dada vista por despacho do presidente do Tribunal.

§ 6.º Remetter ao procurador seccional cópias authenticas das sentenças proferidas pelo Tribunal na tomada das contas de responsaveis para ser promovida a execução da mesma, perante o juiz federal da secção.

Art. 85. E' obrigatoria a audiencia do representante do ministerio publico:

a) nos casos de prescripção;

b) nos de verificação, approvação e levantamento de fiança e cauções dos responsaveis, seja qual for o Ministerio a que pertencerem;

c) nas tomadas de contas, antes do julgamento, para requerer as medidas e diligencias precisas e opinar sobre o estado do processo, depois do julgamento para promover o processo e as decisões sobre os embargos e recursos de revisão que interpuzer por parte da Fazenda, e dizer sobre taes recursos, quando interposto pelas partes;

d) nos casos de consulta sobre a abertura de creditos addicionaes e de registro dos mesmos;

e) nos processos de aposentadoria, montepio e meio soldo para dizer sobre a legalidade da fixação dos vencimentos da inactividade e das pensões em face das leis reguladoras do assumpto;

f) nos contractos de qualquer natureza, que deem origem á despesa, ou realizem operações de credito.

Art. 86. O representante do ministerio publico pôde, quando necessario, pedir ao presidente do Tribunal um escriptuario para o serviço do expediente a seu cargo.

Art. 87. E' lícito ao representante do ministerio publico solicitar do presidente e dos directores do Tribunal de Contas e dos chefes de qualquer repartição publica os esclarecimentos, as informações e as certidões de que precisar para o exacto exercicio de suas attribuições de guarda das leis fiscaes e dos interesses da Fazenda Publica.

## CAPITULO V

### CONCURSOS

Art. 88. As nomeações para os cargos de terceiros e quartos escriptuarios do Tribunal de Contas só poderão recahir em pessoas habilitadas em concurso celebrado de accordo com as disposições deste regulamento.

Art. 89. As materias do concurso para os logares de . quartos escriptuarios são:

- grammatica da lingua nacional ;
- grammatica das linguas franceza e ingleza ;
- arithmetica e suas applicações ao commercio e ás repartições de Fazenda ;
- algebra até equações do segundo grão ;
- escripturação por partidas dobradas.

§ 1.º O exame de grammatica nacional deverá de preferencia consistir na redacção de uma peça official, que os examinadores farão o candidato analysar grammatical e logicamente.

§ 2.º O exame de arithmetica constará de problemas relativos a operações commerciaes e financeiras, como descontos, juros, cambio, etc.

Art. 90. Para ser provido no cargo de terceiro escriptuario deve o candidato mostrar-se habilitado, em concurso, nas seguintes materias:

- principios rudimentares de contabilidade publica ;
- legislação de Fazenda, principalmente quanto aos preceitos geraes que regulam a tomada de contas dos responsaveis ;
- pratica de repartição.

Art. 91. O 4º escriptuario que não der prova de aptidão profissional no concurso para 3º escriptuarios que tiver logar após dous annos de sua nomeação, ou que deixar de comparecer a este, salvo caso de molestia comprovada a juizo do Tribunal, será demittido.

Art. 92. A commissão directora do concurso organizará um questionario, podendo modelar-se, no que for applicavel, pelo de 2 de setembro de 1890, para o concurso dos empregados de Fazenda.

Art. 93. Tres dias depois de publicado este regulamento, e dentro de oito dias de abertura de qualquer vaga de quarto ou de terceiro escriptuario, o presidente do Tribunal de Contas fará annunciar a abertura do concurso no *Diario Official* e em duas das folhas de maior circulação desta Capital, por tempo de 30 dias no primeiro caso, e pelo de 60 no segundo.

Art. 94. Si dentro do primeiro destes prazos não apparecer concurrente algum o Presidente da Republica proverá os logares, ficando os nomeados obrigados á prestação de provas de habilitação, dentro do prazo que fór marcado nos decretos de nomeação.

Art. 95. Presidirá os concursos uma comissão nomeada pelo presidente do Tribunal de Contas e composta de um director, de um sub-director e de um primeiro escriptuario do mesmo Tribunal, servindo de secretario o empregado que for proposto por ella.

Art. 96. Si a regularidade do serviço do Tribunal o exigir, poderá o presidente designar pessoal differente, ou solicitar do Ministro da Fazenda designação de pessoal do Thesouro ou das repartições de Fazenda.

Art. 97. Ao presidente da comissão directora do concurso, que for director do Tribunal de Contas, ou ao presidente deste quando tal circumstancia não se der, compete fazer a nomeação dos examinadores, cujo numero será sempre par, os quaes, quando se tratar de concurso de 4º escriptuario, poderão ser conjunctamente ou não empregados de Fazenda e pessoas extranhas á classe.

Art. 98. Para serem inscriptos para o concurso de quartos escriptuarios deverão os candidatos provar perante a comissão :

- a) que teem mais de 18 e menos de 25 annos de idade ;
- b) que são de bom procedimento. A comissão examinará o valor dos documentos offerecidos — recusando os que não forem de grande idoneidade, quer quanto á força juridica probante, quer quanto á sua veracidade.

Art. 99. Para serem admittidos ao concurso de terceiros escriptuarios os candidatos deverão apresentar á comissão :

- a) certidão das notas que tiverem no ponto da repartição, quer quanto a frequencia, quer quanto a penas disciplinares;
- b) attestado do sub-director sobre sua aptidão para o serviço publico.

Art. 100. Si o concurso não puler ter logar, ou proseguir, por molestia ou impedimento de algum membro da comissão ou de qualquer examinador, o presidente da comissão levará immediatamente o facto ao conhecimento do presidente do Tribunal para providenciar.

Art. 101. Os trabalhos diarios do concurso deverão durar seis horas, salvo caso de força maior.

Art. 102. O exame constará de duas provas, escripta e oral.

Para a primeira serão concedidas de uma a tres horas e para a segunda o tempo que os examinadores e a commissão julgarem precisos para ajuizarem da habilitação do concorrente.

Art. 103. Os pontos para a prova escripta serão antecipadamente escolhidos pela commissão e pelos examinadores da materia.

Art. 104. Para a prova escripta serão entregues ao candidato duas folhas de papel, rubricadas pelo presidente da commissão e pelo examinador.

Em uma o candidato transcreverá o ponto, datando-a e assignando-a, e na outra fará a prova, sem assignal-a.

Restituídas as duas folhas ao presidente, dar-lhes-ha este o numero de ordem, conservará em seu poder a primeira até depois do julgamento da prova, e entregará a segunda ao examinador a fim de que a verifique e lance nella o seu parecer.

Art. 105. No exame oral é facultado aos membros da commissão e aos examinadores arguirem o candidato.

Art. 106. A commissão fiscalizará severamente o concurso no sentido de evitar que seja falseada a prova de habilitação de modo que a torne illusoria; assim prohibirá que os candidatos levem para as mesas livros, papel ou objecto que possa auxiliar-os na prova escripta; que saiam do seu logar, ou communicem com pessoa alguma, e que qualquer pessoa se approxime das mesas em que estiverem escrevendo.

Art. 107. O candidato que infringir qualquer destas prohibições não poderá concluir a prova escripta.

Art. 108. O concorrente que não comparecer á prova ou que não terminal-a ainda que pelo motivo do artigo antecedente, será considerado reprovado.

Art. 109. A' prova oral deverão assistir todos os membros da commissão e todos os examinadores presentes. Si algum precisar de ausentar-se temporariamente da sala, suspender-se-ha a prova até a sua volta.

Art. 110. Concluída a prova escripta proceder-se-ha ao julgamento, ouvido o parecer dos examinadores que terão o cuidado de ler detidamente as provas dos candidatos, e segundo o que for accordado lavrar-se-ha a nota em cada uma das provas.

O candidato que tiver nota má na prova escripta não será admittido ao exame oral.

Art. 111. O julgamento da prova oral de cada candidato terá logar logo que ella terminar; proceder-se-ha a elle por meio de cédulas que serão recolhidas a uma urna, fechada á chave pelo presidente da commissão, as quaes serão preparadas pelo secretario antes de principiar o exame, terão a mesma cor e formato, e conterão além do nome do concorrente, uma a palavra *habilitado* e outra a palavra *inhabilitado*.

Art. 112. O examinando que na prova escripta não commetter erro ou omissão alguma terá a nota de *approvado* ple-

namente; o que commetter alguns erros mas revelar possuir noções assentadas sobre a materia, a juizo dos examinadores e da commissão, terá a nota de *approvedo*.

Na prova oral será classificado com a nota de *plenamente* o examinando que obtiver todas as cedulas com a declaração de *habilitado* e a nota de *approvedo* o que obtiver o maior numero dessas cedulas.

Art. 113. Terminado o trabalho de cada dia o secretario lavrará uma acta em que se consignarão os pontos dados, os nomes dos examinandos, as notas conferidas e tudo o mais que occorrer durante o acto.

Esta acta será lavrada pelo secretario, em livro rubricado pelo presidente do Tribunal, e assignada pela commissão e pelos examinadores.

Art. 114. Terminados os trabalhos do ultimo dia do concurso proceder-se-ha á classificação dos concurrentes, de accordo com as notas que tiverem obtido.

Influirá na classificação dos candidatos a terceiros escripturarios a aptidão, o comportamento e a assiduidade que tiverem demonstrado.

Art. 115. O quadro da classificação será enviado ao presidente do Tribunal acompanhado de officio ou relatorio, segundo o caso o exigir, da commissão directora do concurso, e de todos os actos dos trabalhos diarios.

Art. 116. Si o presidente do Tribunal approvar o concurso enviará ao Ministro da Fazenda o quadro da classificação para que possa ter logar a nomeação dos terceiros e quartos escripturarios, nos termos do § 4º do art. 1º do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896.

O concurso para logares de quartos escripturarios só vigorará por dous annos.

## CAPITULO VI

### FERIAS

Art. 117. Aos empregados do Tribunal de Contas serão concedidos annualmente doze dias uteis de ferias. Este tempo póe ser reduzido, a juizo do director, em referencia aos empregados que tiverem sido pouco assiduos no serviço.

Art. 118. O presidente e os directores teem direito ao goso de igual numero de dias de ferias. Quando afastados do exercicio dos cargos por esse motivo, serão substituidos de accordo com as disposições deste regulamento. Estas substituições não dão direito a maior vencimento.

Art. 119. As ferias serão gosadas por turmas organisadas de modo a não haver estorvo na marcha do expediente.

## PARTE SEGUNDA

## MECANISMO FUNCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

## CAPITULO I

## SECÇÃO I

DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS E DA ORDEM DOS TRABALHOS  
NAS MESMAS

Art. 120. O Tribunal de Contas reunir-se-ha sempre que o presidente convocar-o. As sessões ordinarias terão logar uma vez por semana, e as extraordinarias quando a regularidade do serviço o exigir.

Art. 121. O Tribunal só pôde funcionar achando-se presente a maioria de seus membros.

Art. 122. O Tribunal toma as suas resoluções por maioria de votos, regulada a votação por precedencia de antiguidade ou de idade de seus membros e votando em ultimo logar o presidente.

Art. 123. Nos casos de empate o voto do presidente é decisivo.

Art. 124. Aberta a sessão com o numero legal de membros do Tribunal, o presidente dará a palavra ao director mais antigo, ou ao mais idoso, si existir mais de um com igual antiguidade, para relatar os papeis que houverem de ser sujeitos à deliberação.

Art. 125. A' proporção que forem sendo relatados, serão os papeis discutidos e votados, sendo licito ao vencido dar os fundamentos do voto, os quaes serão transcriptos na acta da sessão em seguimento à assignatura do discordante.

Art. 126. As decisões de character administrativo serão lavradas na reunião do Tribunal e rubricadas pelo presidente, quer sejam interlocutorias, quer de natureza definitiva, formuladas por *considerandos* em que se produzam os fundamentos da decisão, sempre que a importancia do assumpto o aconselhar.

Art. 127. As sentenças e julgamentos de character contencioso terão a forma de accordãos e poderão ser redigidos pelo relator fora das sessões. Na sessão immediatamente seguinte serão sujeitos à apreciação do Tribunal e, no caso de obterem a approvação deste, serão assignados por todos os membros presentes, guardada a ordem da antiguidade ou da idade, segundo o disposto no art. 124.

Art. 128. Decididos pelo Tribunal todos os assumptos sujeitos á sua apreciação, o presidente designará o dia da seguinte reunião e levantará a sessão.

Art. 129. Terão preferencia, como objecto de deliberação, os papeis que trouxerem a nota de — urgente —, entre os quaes se reputarão sempre comprehendidas as ordens de pagamento que se referirem a ferias de assalariados e a contractos com prazo fixo, as consultas prévias do Governo sobre a abertura de creditos extra-orçamentarios e o registro de taes creditos abertos de accordo com as leis em vigor.

## SECÇÃO II

### DOS SERVIÇOS A CARGO DAS DIRECTORIAS

Art. 130. Os serviços a cargo do Tribunal de Contas serão distribuidos pelo presidente ás tres directorias creadas no art. 7º do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896.

Art. 131. A' 1ª e á 2ª competem o exame, o registro e a escripturação:

- a) das ordens de pagamento ;
- b) dos contractos ;
- c) da distribuição e escripturação dos creditos ;
- d) dos adeantamentos e supprimentos ás repartições, ou aos empregados e particulares ;
- e) dos creditos addicionaes ;
- f) dos vencimentos de inactividade ;
- g) das penções de montepio e meio soldo.

Art. 132. O serviço far-se-ha por Ministerios, sendo distribuidos pelo presidente ás duas directorias os attinentes aos seis Ministerios em que se divide a administração publica.

Art. 133. A 3ª directoria será incumbida:

- a) da tomada das contas dos responsaveis pela arrecadação da receita e ordenação do pagamento da despesa ;
- b) do confronto dos resultados obtidos pelos pagamentos do Tribunal, feito por exercicios e capitulos, segundo as divisões da lei da receita, com as receitas descriptas nos balanços geraes da Republica e por exercicios, artigos e verbas, segundo as divisões da lei da despesa, com a despesa descripta nos mesmos balanços e com a autorisada em lei ;
- c) da suspensão, multa e prisão dos responsaveis ;
- d) do processo dos recursos interpostos das sentenças sobre tomadas das contas ;
- e) do exame dos casos de extravio de dinheiros publicos e de perda e destruição dos valores e do material pertencentes á Republica.

Art. 134. Pertence igualmente á 3.<sup>a</sup> directoria:

a) verificar si os responsaveis apresentam as contas, os livros e os documentos relativos á sua gestão, dentro dos prazos marcados ;

b) requisitar do Tribunal a fixação de prazos e a applicação das penas aos responsaveis omissos.

Art. 135. Publicado este regulamento, o presidente do Tribunal fará a indicação dos Ministerios cujos serviços devem caber a cada uma das duas directorias que teem de occupar-se com a fiscalisação da receita e da despesa.

Art. 136. Na mesma occasião distribuirá pelas tres directorias o pessoal conforme aconselhar a conveniencia do serviço e a nova divisão do mesmo.

## CAPITULO II

### REGISTRO

#### SECÇÃO I

##### NATUREZA DO REGISTRO, SEU PROCESSO PREPARATORIO NAS SUB-DIRECTORIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 137. O registro consiste na inscripção do acto em livro proprio com especificação da natureza do acto, da autoridade que o expediu ou subscreveu, da importancia do mesmo, do credito orçamentario, adicional ou especial a que deva ser computado, ou em que precise ser classificado e da data do registro.

Art. 138. O registro é simples ou sob protesto, prévio ou *a posteriori*.

Art. 139. O primeiro é a inscripção de que trata o art. 137, feita sem que haja sido objecto de impugnação a legalidade do acto a registrar; é realizado sob protesto o registro do acto approved pelo Presidente da Republica, nos termos do § 3.<sup>o</sup> do art. 2.<sup>o</sup> do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896, a despeito da impugnação do Tribunal de Contas; o registro prévio é o que se leva a effeito antes de fazer-se obra pelo acto proposto a registro; *a posteriori* é o registro do acto consummado.

Art. 140. O registro simples, prévio ou *a posteriori* pôde ser ordenado pelo Tribunal reunido em sessão, ou pelo presidente do Tribunal nos casos infra especificados.

Art. 141. As instrucções, os decretos e quaesquer actos relativos á arrecadação da receita, as ordens de pagamento expedidas por meio de avisos dos diversos Ministerios, por despachos do Ministro da Fazenda e do director da contabilidade do Thezouro Federal, os contractos, as consultas sobre a abertura de

creditos addicionaes, os decretos legislativos e executivos autorisando ou abrindo creditos de qualquer natureza, as distribuições de creditos dos diversos Ministerios e as que são feitas ás repartições ordenadoras de despeza por delegação e os processos de aposentadoria, montepio e meio soldo serão dirigidos ao presidente do Tribunal, que os distribuirá ás 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> sub-directorias, segundo o Ministerio a que pertencer o serviço.

Art. 142. Dada a entrada dos actos nos protocollos das sub-directorias, serão immediatamente presentes aos sub-directores, que os distribuirão e farão processar, afim de apurar-se a legalidade substancial e formal dos mesmos.

Art. 143. Os decretos e as instruções referentes á exacção da receita serão estudados em face da respectiva lei do orçamento para o effeito de se verificar si o imposto ou as taxas decretadas pelo Governo estão conformes com as autorisadas na referida lei.

Art. 144. As ordens de pagamento serão examinadas para verificar-se a observancia do § 1.<sup>o</sup> do art. 70 deste regulamento e especialmente:

a ) si estão instruidas com documentos que comprovem a despeza ;

b ) si podem ser capituladas nas rubricas das verbas ou de suas discriminações, segundo as tabellas explicativas da proposta do orçamento ;

c ) si não abrangem despesas previstas em mais de uma rubrica da lei de meios ;

d ) si a dotação da verba ou a consignação da rubrica, segundo as discriminações das tabellas explicativas da proposta, tem credito que comporte a despeza ;

e ) si, tratando-se de despesas autorisadas em contracto precedentemente registrado, está ella ordenada de conformidade com as clausulas reguladoras do *quantum*, das épocas e das condições das prestações, respeitado o preceito do art. 19 da lei n. 3018 de 5 de novembro de 1880, e as excepções estabelecidas no art. 16 da lei n. 3140 de 30 de outubro de 1882 e no art. 7.<sup>o</sup> § 4.<sup>o</sup> da lei n. 3397 de 24 de novembro de 1888 ;

f ) si, tratando-se de despesas provisórias previstas em leis especiaes, ou providas por creditos extraordinarios, para acudirem a necessidades oriundas de circumstancias transitorias, estão ellas de accordo com o orçamento e distribuição do credito que a de-vera acompanhar, para justificar a applicação do mesmo credito ;

g ) si a ordem do pagamento traz a indicação do agente da repartição que ha de satisfazê-la ;

h ) si, na hypothese de transferencia de despesas de umas para outras repartições com o consequente transporte de consignações, quando permittivel em face dos principios de contabilidade publica, se ordenou a annullação das quantias transferidas nos creditos respectivos.

Art. 145. No que entende com os contractos, além da verificação ou observancia do disposto no § 2.<sup>o</sup> do art. 70, serão elles examinados nas sub-directorias em face dos actos legislativos e

regulamentares que os autorisarem, e estudados cautelosamente nas condições e formalidades com que houverem sido celebrados, conforme os preceitos da contabilidade publica.

Art. 146. O registro dos contractos far-se-ha em livros, nos quaes serão mencionados:

- a) o numero do registro ;
- b) a data do despacho do Tribunal ;
- c) o nome do contractante ;
- d) o aviso remettendo o contracto ;
- e) a data em que este foi celebrado ;
- f) a qualidade ou natureza do serviço contractado ;
- g) o tempo da duração do contracto ;
- h) o valor dos serviços contractados ;
- i) as clausulas estipuladas sobre pagamento, em resumo, na casa das observações.

Art. 147. Para a fiscalisação das despesas oriundas de contractos, abrir-se-ha uma conta corrente a cada um, escripturada em livro para esse fim destinado.

O debito de tal conta será formado pela somma estipulada na concessão e o credito pelas importancias das ordens de pagamento expedidas em observancia do contracto.

Art. 148. As propostas para abertura de creditos extraordinarios e supplementares, apresentadas ao Tribunal, serão estudadas em face das disposições dos arts. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, 12 da lei n. 1177 de 9 de setembro de 1862, 25 da lei n. 2792 de 20 de outubro de 1877, 20 da lei n. 3140 de 30 de outubro de 1882, 20 § 1º da lei n. 3229 de 3 de setembro de 1884, 8º da lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, 8º n. 1 da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895 e desse estudo apurar-se-ha:

1º), no caso de credito extraordinario :

- a) si a despesa podia ter sido prevista na lei do orçamento ;
- b) si é tão urgente que não possa aguardar a votação do credito pelo Congresso ;
- c) si o Ministro da Fazenda, ouvido previamente, declarou ter o Thesouro recursos para fazer face ao credito ;

2º), na hypothese de credito supplementar:

- a) si a dotação da verba orçamentaria ou a consignação da rubrica é insufficiente para a despesa, em vista da demonstração que acompanhar a proposta ;
- b) si a despesa é urgente ;
- c) si são decorridos nove mezes do exercicio, salva a disposição do art. 8º n. 1 da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895 ;
- d) si a verba cuja dotação se pretende ampliar é daquellas a que a lei permite abrir creditos supplementares ;
- e) si, com a abertura do credito, não é excedido o computo maximo permittivel aos creditos supplementares ; afim de proporcionar elementos para apreciação desta circumstancia, haverá um livro em que serão mencionados todos os creditos supplementares, qualquer que seja o Ministerio a cujo orçamento se referirem.

Art. 149. No estudo dos processos das aposentadorias verificará a sub-directoria si as concessões estão de accordo com os preceitos da lei que as regulam, sia contagem do tempo do exercicio está feita com exactidão e si os vencimentos de inactividade estão fixados nos titulos de conformidade com as leis e guardada a proporção com o tempo de exercicio.

Verificarão as sub-directorias si as concessões de montepio civil e militar e as de meio-soldo estão de accordo com as leis que regem as respectivas pensões.

Art. 150. Si o credito da verba ou a consignação da rubrica não comportar a despesa ordenada, por ser insufficiente, a sub-directoria opinará pela recusa do registro, fundamentando o seu parecer; igual procedimento terá no caso de não estar a classificação da despesa feita de accordo com os principios reguladores da especialidade orçamentaria.

## SECÇÃO II

### DETERMINAÇÃO DO REGISTRO PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL

Art. 151. Processada a ordem de pagamento na respectiva sub-directoria e emitido parecer pelo sub-director, será remettida ao director para dizer sobre o registro.

Art. 152. Si o director entender que a ordem é legal, por conter os requisitos do art. 144, proporá o seu registro; no caso contrario opinará no sentido da recusa do registro e remetterá os papeis ao presidente do Tribunal.

Art. 153. O presidente do Tribunal, após exame detido dos papeis e depois de obtidos os esclarecimentos de que necessitar, ou ordenadas as diligencias que entender precisas, resolverá como lhe parecer mais acertado.

No caso de julgar que a ordem de pagamento deva ser registrada lançará, com sua propria letra, o despacho de *registre-se* no aviso, officio ou mandado que contiver a ordem de despesa, e o *pague-se* do Ministro da Fazenda ou do director da contabilidade do Thesouro Federal e devolverá os papeis á sub-directoria para effectuar o registro.

Art. 154. Si parecer ao presidente e ao director, de accordo ou em divergencia com as informações da sub-directoria, que a despesa não é legal, o presidente affectará o caso á decisão do Tribunal, unico competente para deliberar no sentido da recusa do registro.

Art. 155. O presidente do Tribunal é competente para ordenar o registro *à posteriori* de todas as despesas a que se referem as letras *b, d e e* do § 6º do art. 2º do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896, que forem determinadas sob a fórma de ordens de pagamento ou de mandados ou pedidos de supprimeções, quando estes constituírem adeantamentos ou antecipações e não simples movimento de fundos.

Art. 156. Os registros ordenados pelo presidente serão affectos ao Tribunal em sua primeira reunião ordinaria, para o effeito de fazel-os inserir na acta detalhadamente ou por meio de referencia aos numeros do *Diario Official* em que houverem sido publicados.

### SECÇÃO III

#### ORDENAÇÃO DO REGISTRO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 157. Compete exclusivamente ao Tribunal reunido em sessão resolver sobre o registro prévio :

- a) dos contractos;
- b) dos creditos additionaes e especiaes ;
- c) e das distribuições dos creditos ministeriaes, ou da alteração destas operada no decurso do exercicio.

Art. 158. Preparado o processo para o registro do contracto, de accordo com o estabelecido nos arts. 70 § 3º e 145 do presente regulamento e interpostos os pareceres do Director respectivo e do representante do ministerio publico, será sujeito o contracto á apreciação do Tribunal, que ordenará ou recusará o registro, segundo parecer-lhe que o contracto guarda ou não conformidade com os principios de contabilidade publica e os preceitos do direito commun que regulam a sua formação.

Art. 159. Deliberado o registro, procederá a elle a sub-direcção de accordo com o disposto no art. 146.

Art. 160. Os creditos additionaes só poderão ser mandados registrar pelo Tribunal si por occasião de sua abertura houverem sido observadas as condições e os requisitos do art. 148.

Art. 161. O Tribunal ordenará o registro dos creditos extraordinarios que o Governo abrir durante a permanencia do Congresso, si forem destinados a prover a despesas com epidemia ou qualquer calamidade publica, sedição, insurreição, rebellião e outras da mesma natureza.

Art. 162. O Tribunal ordenará o registro das tabellas de distribuição dos creditos dos diversos Ministerios, quando estiverem organisadas de conformidade com o disposto nos arts. 3º n. 5 e 9º das instrucções de 15 de abril de 1840 e 3º do decreto n. 178 de 30 de maio de 1842 e observarem as discriminações das tabellas explicativas da proposta do orçamento.

Art. 163. As tabellas de distribuições dos creditos registrados pelo Tribunal não poderão ser alteradas no decurso do exercicio, salvo o caso de erro substancial ou de calculo, occorrido na confecção das mesmas.

Art. 164. O Tribunal só pôde apurar a legalidade de despesas, depois de realizadas, quando constarem de ordens de pagamento ou de mandados de supprimento de fundos, e de operações de credito devidamente autorisados nos seguintes casos :

- a) de pagamento de letras do Thesouro e de quaesquer titulos da divida fluctuante e dos juros devidos ;

- b) de despesas miudas e do expediente das repartições ;
- c) de operações de credito autorisadas em lei, quando for necessaria a reserva para o seu bom exito ;
- d) de supprimentos de fundos para compra de generos alimenticios, combustivel e materia prima para as officinas de estabelecimentos publicos e para as estradas de ferro ;
- e) de despesas feitas em periodo de guerra ou em estado de sitio.

Art. 165. Os porteiros e mais encarregados das despesas miudas e das do expediente das repartições prestarão mensalmente contas da applicação das quantias recebidas, documentando o emprego das que excederem de dez mil réis e relacionando as demais.

Art. 166. O Thesouro só fará ao responsavel novos adiantamentos á vista da decisão do Tribunal julgando comprovada a despesa feita com a applicação do adiantamento anterior.

Art. 167. O exame do Tribunal instituir-se-ha, nos casos do art. 158, sobre as ordens de pagamento e de supprimento de fundos, as contas e quaesquer documentos das operações realizadas ou sobre os processos que ás mesmas houverem dado origem ou causa, para o que serão todos enviados pelo Ministerio respectivo dentro de 48 horas de sua expedição.

Art. 168. Si o Tribunal entender que taes despesas foram legalmente feitas ordenará o registro simples ; ao contrario, mandará registral-as sob protesto, fazendo as devidas communicações, nos termos do art. 178 deste regulamento.

Art. 169. Não é admissivel o registro *à posteriori* fóra dos casos mencionados no art. 164.

Art. 170. Si qualquer Ministro remetter ao Tribunal ordem de pagamento já executada para registro *à posteriori* fóra dos casos mencionados no art. 164, o Tribunal devolverá a ordem e por occasião da tomada das contas do funcionario que houver effectuado o pagamento apurará a responsabilidade do mesmo, considerando alcance a importancia paga.

Art. 171. As despesas de caracter reservado e confidencial serão registradas desde que o credito da respectiva consignação as comportar.

A nota de confidencial ou reservado posta no aviso ou no mandado de pagamento pelo ordenador é sufficiente para que o Tribunal, sem maiores indagações, proceda nos termos do primeiro alinea deste artigo.

#### SECÇÃO IV

##### RECUSA DO REGISTRO E REGISTRO SOB PROTESTO

Art. 172. Si os actos relativos á receita, expedidos pelo Governo, não guardarem conformidade com as disposições e autorisações contidas na respectiva lei do orçamento, e os

determinativos de despesa não estiverem revestidos de todos os requisitos demonstrativos de sua legalidade, o Tribunal recusará o registro, dentro de dez dias, e dará comunicação do facto ao Ministro ordenador da despesa.

Art. 173. As ordens de despesas são consideradas illegaes :

- a) quando tiverem falta de solemnidades externas e formaes;
- b) quando nellas se der omissão de solemnidades internas ou substanciaes.

Art. 174. Importa carencia de solemnidades externas :

- a) o não estar a ordem ou o aviso expedido com assignatura do Ministro, do chefe da repartição competente para tal fim, ou de funcionario a que o Ministro haja dado delegação expressa ;
- b) o não ter sido a ordem dirigida ao funcionario que tiver competencia para cumpril-a, tornando effectivo o pagamento.

Art. 175. Dá-se omissão de solemnidades substanciaes :

- a) quando a despesa ordenada não puder ser capitulada na rubrica da verba do orçamento ou na de qualquer das discriminações em que as tabellas explicativas a houverem dividido ;
- b) si a dotação da verba ou a consignação da rubrica não comprehender a ;
- c) si for mandada computar em credito extraordinario illegalmente aberto, não apresentado ao registro do Tribunal, ou ao qual este haja recusado registro ;
- d) quando a despesa não estiver devidamente comprovada ;
- e) quando o serviço a que se pretende prover por meio de ordem de pagamento não pertencer ao exercicio corrente ;
- f) quando o serviço pertencer a exercicio findo e a respectiva ordem de pagamento não houver sido expedida após o processo estabelecido no decreto n. 10.145 de 5 de janeiro de 1889.

Art. 176. As decisões em virtude das quaes o Tribunal de Contas negar o registro aos actos da exacção da receita e ás ordens de pagamento e avisos determinativos de despesas, aos creditos extraordinarios, ás tabellas de distribuição de creditos, aos contractos dependentes de registro e ás concessões de aposentadorias, meio-soldo, montepio e pensões, serão fundamentadas e os fundamentos reproduzidos no officio de comunicação que se expedir ao Ministro da Fazenda ou ao ordenador da despesa.

Art. 177. Si o Ministro ordenador julgar que a cobrança do imposto ou a despesa ordenada e não registrada deve ser executada, submeterá o caso ao presidente da Republica, em exposição escripta nos mesmos papeis onde constar o despacho fundamentado de que trata o artigo antecedente.

Art. 178. Si o Presidente ordenar por despacho que os alludidos actos sejam praticados, o Tribunal os registrará sob protesto, dando de tudo conhecimento detalhado ao Congresso no relatorio annual.

Art. 179. Nenhuma ordem de pagamento será executada pelos pagadores sem o registro simples ou sob protesto ordenado pelo presidente ou pelo Tribunal e annotado na ordem ou no documento de despeza, por meio de carimbo.

Art. 180. O pagador que infringir este preceito incorrerá em responsabilidade criminal por executar ordens illegaes e ser-lhe-ha levada em alcance na tomada das contas a importancia indevidamente paga.

### CAPITULO III

#### TOMADA DAS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS

##### SECÇÃO I

PROCESSO PREPARATORIO DA TOMADA DAS CONTAS: a) NA SUB-DIRECTORIA DO TRIBUNAL; b) NAS DELEGACIAS FISCAES, NAS ALFANDEGAS, NAS CONTADORIAS MILITARES, NAS REPARTIÇÕES DOS CORREIOS E TELEGRAPHOS E DAS ESTRADAS DE FERRO CUSTEADAS PELA UNIAO.

Art. 181. A tomada das contas dos responsaveis póde instaurar-se:

- por exercicio ;
- por gestão ;
- por execução de contracto ;
- para liquidação de comissão ;
- para comprovar a applicação de adeantamento.

Art. 182. O processo da tomada das contas dos responsaveis inicia-se:

- a) a requerimento do responsavel ;
- b) *ex-officio*, por acto da sub-directoria, e, no caso de omissão desta, por ordem do director ;
- c) a requerimento do representante do ministerio publico nos seguintes casos :

na hypothese de não ser iniciado, nos termos da lettra b), passados sessenta dias das épocas fixadas em lei ;  
quando o responsavel deixa o logar ;

si se verificarem administrativamente faltas de valores confiados á sua guarda e a autoridade administrativa levar o facto ao conhecimento do Tribunal para a tomada das contas.

Art. 183. O responsavel que requerer a tomada de suas contas apresentará uma relação dos livros e documentos que comprovem a sua gestão.

O que não for funcionario publico, além dos referidos livros e documentos, apresentará conta corrente das operações que tiver realizado.

Art. 184. Levando o secretario ao conhecimento do director respectivo que na época prefixada em lei o responsavel não compareceu a solicitar o exame de suas contas, o director fal-o-ha intimar pelo continuo, por carta ou por edital, segundo o caso, para em prazo, que fixar, vir prestar as suas contas, ou remetter os livros e documentos de sua gestão, si residir fóra da séde do Tribunal, sob pena de lh'as serem tomadas á revelia e de incorrer o responsavel na multa e na suspensão comminadas em lei.

Art. 185. Para que o representante do ministerio publico possa promover a tomada das contas dos responsaveis, no prazo da letra c) do art. 71, ser-lhe-hão enviadas pelo secretario as relações dos responsaveis sujeitos á prestação de contas, com indicações das épocas em que as deverão apresentar.

Art. 186. A iniciação do processo de tomada de contas, por qualquer dos modos estabelecidos no art. 182, constitue o responsavel em Juizo para todos os effeitos de direito.

Art. 187. Apresentada pelo responsavel a conta ao sub-director, ou a este remettida officialmente, terá ella, em acto continuo, entrada em protocollo especial, onde se fará menção da data da entrada, da data e procedencia do aviso, officio ou requerimento, do nome e qualidade do responsavel, do periodo da conta e do seu destino ou distribuição, levando-se á casa das observações tudo quanto possa esclarecer. A conta tomará o numero de ordem da entrada no protocollo, e o responsavel ou quem a tiver pessoalmente apresentado poderá exigir do protocollista recibo visado pelo sub-director. Na hypothese de serem as contas e os documentos e livros a ella referentes remettidos ao cartorio, por deliberação do sub-director, o cartorario fará lançamento em livro proprio da entrada dos papeis e dos livros que os acompanharem.

Art. 188. O sub-director designará em seguida o escriptuario que deverá tomar a conta, o qual assignará carga no livro respectivo, que deverá mencionar em casas distinctas as indicações seguintes :

Numero, que será o da entrada no protocollo, nome e qualidade do responsavel, periodo da conta, data de sua distribuição ao escriptuario e recibo deste, data da apresentação, intimação, allegação e julgamento ; fazendo-se na columna das observações as referencias que forem de mister.

No começo do livro haverá um indice alphabetico.

Art. 189. No exame das contas que lhe forem distribuidas verificará o escriptuario,

quanto á receita :

a) si a conta considerada arithmeticamente está certa ou tem algum erro ;

b) si considerada em relação ás leis é ou não satisfactoria, isto é, si a renda de que faz menção está ou não comprehendida na lei do orçamento ;

c) si foi ou não arrecadada no tempo devido ;

d) si o responsavel deteve-a indevidamente em seu poder, ou si a recolheu no prazo legal aos cofres publicos ;

e quanto à despesa :

a) si considerada arithmeticamente está certa ou errada ;

b) si a ordem de despesa ou de pagamento está registrada pelo Tribunal de Contas ;

c) si a despesa foi feita em pagamento de ordem a que o Tribunal houvesse negado o registro, sem que se cumprissem os preceitos dos arts. 177 e 178 ou em quantitativo superior à registrada ;

d) si as despesas feitas nas Delegacias fiscaes e Alfandegas dos Estados o foram em contraposição às distribuições de creditos registrados no Tribunal para as referidas estações.

No exame das contas, tanto de receita como de despesa, o escriptuario dirá si ella foi ou não apresentada no devido tempo e neste ultimo caso si ha razão que justifique a falta de pontualidade do responsavel.

Art. 190. Nenhum empregado examinará as contas do mesmo responsavel pertencentes a annos consecutivos, excepto no caso de estarem em atraso e de poderem ao mesmo tempo ser tomadas as de diversos annos.

Art. 191. Si para estar habilitado a emittir parecer sobre a conta, julgar o escriptuario indispensavel a audiencia do responsavel, a requisitará, fazendo subir o processo ao sub-director para ordenal-a. A informação do responsavel será sempre fornecida por escripto e junta ao processo, o qual não sahirá do poder do escriptuario, fazendo-se sempre a requisição de informações por officio, salvo determinação em contrario do sub-director.

Ao responsavel é facultado o exame do processo na sub-directoria para fornecer, com precisão e à vista da inspecção das peças que constituem a conta, os esclarecimentos exigidos.

Art. 192. Concluido o primeiro exame da conta, o director e o sub-director poderão fazel-a examinar de novo por outro escriptuario, si encontrarem defeito na primeira liquidação, ou si a importancia da responsabilidade do exactor lhes parecer exigir esta medida de cautela.

O segundo examinador da conta emittirá opinião sobre o primeiro exame, impugnando as observações que parecerem infundadas, concordando com as que lhe parecerem procedentes e adicionando as que entender necessarias para o inteiro esclarecimento da conta e instrucção do Tribunal, quando houver de julgal-a.

Art. 193. Entregue a conta ao sub-director, ordenará este as diligencias precisas para a liquidação da mesma, podendo solicitar, por intermedio do presidente do Tribunal, de qualquer repartição publica as informações e os documentos para elucidação da conta.

Desde que entenda que esta se acha em condições de ser julgada, passal-a-ha ao director com o seu parecer.

Art. 194. O director, depois de examinada a conta, si a considerar preparada para ser julgada, apresental-a-ha ao Tribunal.

Art. 195. Si dos exames a que se houver procedido concluir-se que o responsavel está quite ou em credito para côm a Fazenda Federal, o Tribunal julgará as contas sem mais audiencia ou citação do mesmo responsavel.

Na hypothese de apurar-se na liquidação das contas qualquer alcance, o director, antes de apresental-as a julgamento, fará citar o responsavel por portaria expedida a qualquer continuo do Tribunal, por officio registrado ou por edital publicado no *Diario Official*, segundo o caso, para allegar o que for a bem de seu direito, produzir documentos, constituir procurador na sede do Tribunal ou declarar o domicilio para o effeito de ser nelle notificado das decisões que forem proferidas na tomada das contas, sejam ellas interlocutorias ou definitivas.

Si o responsavel não constituir procurador, nem declarar o domicilio, do modo acima indicado, será considerado revel e não receberá notificação pessoal das decisões proferidas, as quaes, em todo caso, serão publicadas no *Diario Official*.

Art. 196. Si o responsavel houver fallecido, as notificações a que se refere o artigo precedente serão feitas ao seu fiador, á sua viuva, aos seus herdeiros, aos tutores ou curadores destes, enfim aos seus representantes legais, como testamenteiros e inventariantes dos seus espolios.

Art. 197. As intimações para os effeitos do art. 195 fixarão o prazo de 30 dias, que poderá ser elevado a 60, havendo motivo attendivel. Os prazos correrão da entrega da certidão da intimação ao secretario do Tribunal, da recepção do officio registrado, attestado pelo recibo do destinatario, e da publicação do edital no *Diario Official*.

Art. 198. Findos os prazos, si os responsaveis ou as partes interessadas allegarem alguma cousa no sentido de explicar o alcance, de impugnat-o ou de se defenderem de qualquer culpa que os faça incorrer em multa ou suspensão, o director fará devolver o processo á sub-directoria com as allegações do interessado para emitir o seu parecer, depois de ouvidos os empregados que tiverem funcionado no processo.

Art. 198. Emittido o parecer do director, irão as contas ao presidente do Tribunal, que as enviará ao representante do ministerio publico. Sômente na hypothese de não julgar este necessario qualquer diligencia ou esclarecimento em prol dos interesses da Fazenda, serão apresentadas ao Tribunal para decisão final.

Art. 199. Si o representante do ministerio publico opinar pela realização de qualquer diligencia, o presidente a ordenará em despacho interlocutorio e devolverá o processo á directoria respectiva, para que ella tenha logar.

Art. 200. Concluido o processo de exame na sub-directoria com o parecer do director e realizada a diligencia requerida pelo representante do ministerio publico, serão as contas apresentadas ao Tribunal para julgamento.

Art. 201. Si o Tribunal entender que as contas se acham devidamente preparadas, proferirá sentença fundamentada julgando o responsavel quite, em credito ou em debito para com a Fazenda Federal, conforme o caso; si, porém, julgar necessario algum esclarecimento, ou a verificação dos calculos, ou qualquer diligencia, proferirá despacho interlocutorio ordenando a providencia.

Art. 202. Terminada a discussão das contas em Tribunal e apurado o vencido, lavrará o relator o accordão, declarando-se nelle o nome do responsavel, a natureza de sua responsabilidade, o tempo a que ella se refere e si está quite, em credito ou em debito.

Art. 203. Quando o Tribunal julgar o responsavel em debito, fixará em termos precisos no accordão a importancia desse debito, e condemnará o devedor ao pagamento.

Art. 204. Nas contas prestadas mensalmente pelos thesoureiros, pagadores e mais responsaveis dessa natureza, não farão objecto de condemnação como debito os saldos de caixa apurados mensalmente, e o Tribunal poderá julgar boas as contas prestadas pelo emprego das quantias adiantadas pelo Thesouro a taes responsaveis, mencionando, porém, com precisão os saldos da caixa, que passarão á conta do mez seguinte.

Art. 205. O Tribunal fixará o prazo, dentro do qual os chefes das repartições e mais estações subordinadas deverão apresentar os livros e documentos da escripturação e lançamento das contas dos dinheiros e valores da Republica, para que se possa verificar annualmente a tomada das contas dos responsaveis.

Art. 206. Os responsaveis que não apresentarem as contas e os livros de sua gestão, e os chefes que, por omissão ou por facto proprio, derem causa á falta de apresentação de taes contas e livros, nos prazos que o Tribunal houver fixado, ou nos legaes, incorrerão nas multas comminadas nos regulamentos respectivos, as quaes serão impostas pelo Tribunal de Contas, em virtude de representação do director respectivo.

Art. 207. As Delegacias fiscaes, as Alfandegas, as contadorias militares, as repartições dos correios e telegraphos e das estradas de ferro custeadas pela União não proferirão sentença alguma nos processos de tomada de contas que instituirem; deverão, porém, organizar com o mais apurado escrupulo taes processos, observando os tramites estabelecidos nos diversos *lites* do § 2º do art. 3º do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896.

Art. 208. Ultimado o processo, os delegados fiscaes, os inspectores das Alfandegas, os contadores da marinha e da guerra, os chefes das contadorias geraes dos telegraphos e dos correios, e da Estrada de Ferro Central e das demais custeadas pela União apreciarão em despacho proferido, nos mesmos processos, os factos occorridos na tomada das contas e o grão de responsabilidade do funcionario, e remetterão tudo directamente ao presidente do Tribunal de Contas, para o julgamento definitivo.

Art. 209. O director incumbido da directoria, que tiver a seu cargo a tomada das contas, expedirá a todas as repartições, a

que se refere o art. 203, instrucções para melhor e mais simples organização do processo preparatorio que lhes incumbe, para a apuração da responsabilidade dos funcionarios que tiverem tido sob sua administração dinheiros e valores da Republica.

## SECÇÃO II

### INTIMAÇÕES DAS SENTENÇAS E RECURSOS

Art. 210. O responsavel quando comparecer a prestar suas contas, si residir fóra da séde do Tribunal, constituirá neste procurador sufficiente para receber as notificações e intimações que houverem de ser feitas no decurso do processo das contas ou, finalizado este, da sentença que as tiver julgado.

A falta de comparecimento pessoal ou a de constituição de procurador na séde do Tribunal importa a revelia do responsavel.

Art. 211. Residindo o responsavel na séde do Tribunal, ou havendo nelle constituido procurador, as notificações, citações e intimações far-se-hão pelos continuos do Tribunal, em virtude de despacho ou portaria do presidente ou do director respectivo, segundo o caso.

Art. 212. Occorrendo o fallecimento do responsavel durante o processo da tomada das contas, serão notificados a viuva e os herdeiros para constituirem procurador, que acompanhe o processo até sua ultimação e receba a intimação da sentença final. Si a viuva e os herdeiros do responsavel não forem conhecidos, a notificação terá logar por edital publicado no *Diario Official*.

Art. 213. Na hypothese de serem as contas tomadas á revelia do responsavel, a sentença publicar-se-ha no *Diario Official*.

Art. 214. O comparecimento espontaneo do responsavel perante o Tribunal dispensa a intimação e purga a revelia em que haja anteriormente incorrido.

Art. 215. Das datas das notificações, citações e intimações correrão os prazos assignados para o comparecimento, para a realização das diligencias e para passarem em julgado as sentenças do Tribunal.

Art. 216. Das sentenças proferidas pelo Tribunal no julgamento das contas dos responsaveis são admissiveis os seguintes recursos :

a) de embargos oppostos no decendio da intimação ou da publicação da sentença no *Diario Official* ;

b) de revisão, quando interposto nos casos e prazos estabelecidos neste regulamento.

Art. 217. Ao responsavel é licito oppôr embargos á sentença proferida pelo Tribunal em processo de tomada de contas, quando se fundarem : no pagamento da quantia reconhecida e fixada como alcance ; em quitação legal e competentemente

concedida ; na necessidade de declaração do julgado e em prescrição da dívida oriunda do alcance.

Art. 218. Os embargos de pagamento e quitação devem ser provados por meio de documentos com força probatoria fornecidos pelas repartições competentes para dal-os.

Art. 219. Os embargos de declaração só terão logar quando houver na sentença alguma obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão sobre ponto que devera ter sido apreciado no julgado.

Art. 220. Os embargos deverão ser offerecidos dentro do decurso da notificação da sentença, feita por qualquer dos meios admittidos neste regulamento, inclusive a publicação no *Diario Official*, a qual supprime a citação edital.

Art. 221. Serão interpostos por petição na qual se exponha o fundamento do recurso com a maior precisão.

Art. 222. Apresentado o recurso na secretaria do Tribunal, o secretario fal-o-ha subir ao presidente com informação de achar-se ou não interposto dentro do prazo legal. O presidente mandará dar vista ao director respectivo e ao representante do ministério publico.

Instruido com os dous pareceres será o papel relatado em sessão pelo director ; o Tribunal decidirá si o recurso deve ser admittido ou rejeitado *in limine*.

Art. 223. No caso de rejeição, proceder-se-ha á execução da sentença nos termos do presente regulamento.

Art. 224. Admittidos os embargos, o processo irá á sub-directoria, remettido pelo director, para serem examinados em seus fundamentos e prova dada, seguindo-se os mesmos tramites do anterior processo da tomada das contas. Emitted pelo director o seu parecer, será ouvido o representante do ministério publico.

Art. 225. Depois da audiencia deste, subirão os embargos á apreciação do Tribunal, que os julgará provados, ou não, e, segundo o caso, relevará o responsavel da condemnação, ou, confirmando esta, ordenará a extracção da cópia authentica da sentença, que deverá ser remettida ao Juizo federal de secção para a execução.

Art. 226. Os embargos de declaração serão interpostos por petição, em que se requiera que o Tribunal declare a sentença ou o torne expresso o ponto omittido da condemnação. Junta a petição ao processo, irá este ao representante do ministério publico, que emitirá o seu parecer e passará o processo ao director respectivo, que o relatará perante o Tribunal.

Quer o embargante, quer o representante do ministério publico podem juntar documentos aos embargos até a sessão do julgamento.

Art. 227. Da sentença que julgar as contas e fixar o alcance do responsavel, da que rejeitar *in limine* ou julgar não provados os embargos, cabe o recurso de revisão.

Art. 228. Este recurso só pôde ser interposto uma vez e para o mesmo Tribunal. Tem por fim a revisão do processo e do jul-

gado e como effeito a suspensão da execução da sentença. Só pôde fundar-se :

- a) em erro de calculo nas contas ;
- b) na omissão, duplicata ou errada classificação de qualquer verba do debito ou do credito ;
- c) em falsidade do documento em que se tenha baseado a decisão ;
- d) na superveniencia de novos documentos com efficacia sobre a prova produzida.

Art. 229. E' admissivel :

a) quando interposto pela parte interessada, dentro dos cinco annos fixados no art. 1.<sup>o</sup> do decreto n. 857 de 12 de novembro de 1851 para prescrição do seu direito contra a Fazenda Publica ;

b) quando requerido por esta, emquanto não prescreve o seu direito contra o responsavel, nos termos do art. 9.<sup>o</sup> do decreto de 1851 citado e do art. 19 da lei n. 3396 de 24 de novembro de 1888 ;

c) dentro do prazo de cinco annos, a contar da decisão recorrida, quando for interposto pela parte ou pela Fazenda Publica, com o fundamento de haver sido baseada a decisão, que julgou as contas, em documentos viciados de falsidade.

Nesta hypothese a falsidade pôde ser deduzida e provada no processo do recurso, ou demonstrada com sentença proferida no Juizo criminal ou civil, segundo o caso.

Art. 230. O recurso de revisão interpõe-se por meio de petição dirigida ao presidente do Tribunal, apresentada ao secretario, dentro dos prazos estabelecidos no art. 229 e instruida com os documentos demonstrativos de qualquer dos fundamentos do art. 228.

Art. 231. Recebido o recurso, o presidente envia-o-ha ao director respectivo para fazel-o examinar na sub-directoria e verificar si deve ou não o mesmo ser admittido. Com o parecer do representante do ministerio publico, a quem o presidente dará vista, será apresentado ao Tribunal, que o admittirá, si o julgar em qualquer dos casos do art. 228 dentro dos prazos do art. 229 ; fóra destas condições, recusal-o-ha, desprezando-o *in limine*.

Art. 232. Admittido o recurso por preencher as condições legais, si o Tribunal entender que se fazem precisos esclarecimentos ou que é necessario algum documento, além dos apresentados, converterá o julgamento em diligencia e por despacho interlocutorio exigirá os esclarecimentos, o documento ou a prova que parecer necessaria, e fixará ao recorrente um prazo improrogavel, não inferior a sessenta dias, para cumprimento do despacho.

Findo o prazo, ou effectuada, antes d'elle terminado, a diligencia ordenada, o Tribunal julgará o recurso.

Não terá logar a revisão das contas si, findo o prazo fixado, não houver sido cumprida a diligencia.

Art. 233. Na revisão, ainda que promovida pela parte interessada, podem ser emendados todos os erros, por menores que sejam, embora a emenda se faça, não no interesse do recorrente, mas no da Fazenda Publica. Igual procedimento se terá no recurso interposto pelo representante do ministerio publico, quanto aos erros ou enganos prejudiciaes ao responsavel.

### SECÇÃO III

#### EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS PROFERIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 234. Decorrido o decennio da notificação ou publicação da sentença, si nesta o Tribunal houver julgado o responsavel quite ou em credito para com a Fazenda Nacional, será devolvido o processo á sub-directoria respectiva depois de expedida quitação ao responsavel e de se ter officiado para o pagamento do saldo a seu credito.

Art. 235. Si contra o responsavel houver sido usada qualquer medida assecuratoria da execução da sentença, como sequestros e arrestos, será, com certidão da mesma sentença, requerida ao Juizo que houver ordenado o sequestro ou arresto em favor da Fazenda, expedição de mandado de levantamento de taes actos.

Art. 236. Si o responsavel houver prestado contas finais, por haver sido exonerado ou aposentado, o Tribunal ordenará no final da sentença que se dê baixa na fiança, que seja cancellada a inscripção da hypotheca e que se faça restituição dos depositos feitos em caução da gerencia do mesmo responsavel.

Art. 237. Si a sentença do Tribunal tiver julgado o responsavel em alcance e concluido por condemnal-o ao pagamento em prazo determinado, voltará o processo á sub-directoria para ser notificado o responsavel, por qualquer dos meios deste regulamento, para no prazo fixado entrar com o alcance e juros correspondentes.

Art. 238. Tendo fallecido o responsavel, a intimação será feita á sua viuva ou aos seus herdeiros o interessados na successão.

Art. 239. Não acudindo o responsavel, sua viuva e seus herdeiros a fazerem a entrada no prazo estabelecido, será intimado o fiador, communicando-se-lhe a pena de cobrar-se o alcance judicialmente.

Art. 240. Na falta de pagamento do alcance e dos juros devidos, será extrahida na secretaria cópia authentica do accórdão do tribunal, que será enviada ao representante do ministerio publico, para que seja remettida ao procurador seccional afim de promover a execução da condemnação.

Art. 241. Os embargos oppostos na execução, quando infrinquentes ou modificativos do accórdão, serão julgados pelo Tribunal de Contas, ao qual será devolvido o processo. Quando referentes ao processo da execução, julgal-os-ha o juiz federal da secção.

## CAPITULO IV

## CONTRASTEACÃO DOS BALANÇOS DEFINITIVOS DOS EXERCÍCIOS E DAS CONTAS MINISTERIAES POR MEIO DO RESULTADO DAS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS.

Art. 242. O balanço geral do exercício será examinado e verificado pelo Tribunal de Contas, tendo em vista as leis dos orgãos, os créditos additionaes e as autorisações legislativas especiaes, e comparado com as contas dos diversos Ministerios e com as contas individuaes dos responsaveis.

Art. 243. Comparam-se os resultados obtidos pelo julgamento do Tribunal, por exercicios e capitulos e segundo as previsões da lei da receita, com as receitas descriptas nos balanços geraes da Republica; por exercicios, artigos e verbas, segundo as divisões da lei da despesa, com a despesa descripta nos mesmos balanços e com a autorisada em lei.

Art. 244. O confronto tem por fim verificar:

a) si as receitas e despesas descriptas no balanço geral da União (art. 14 da lei n. 106 de 11 de outubro de 1837 e art. 17 do decreto n. 41 de 20 de fevereiro de 1840) e nas contas de cada Ministerio guardam conformidade com as que se apurarem no julgamento das contas individuaes dos responsaveis;

b) si ha conformidade entre os referidos balanços e o resultado das contas dos responsaveis na parte attinente á liquidação e arrecadação da receita autorisada e ao ordenamento e effectivo pagamento das despesas votadas;

c) si os mencionados balanços e as contas dos responsaveis estão accordes na menção das operações da thesauraria, dos movimentos de fundos, das annullações de créditos e de despesas, da eliminação por prescripção dos direitos creditorios e das obrigações da fazenda;

d) si nesses documentos se encontram elementos que expliquem as divergencias existentes entre os mesmos, quanto a qualquer dos factos das letras a, b e c do presente artigo;

e) si na arrecadação da receita, na distribuição dos fundos e no pagamento das despesas procederam os Ministerios regularmente e com observancia das autorisações legislativas e de accordo com os preceitos da contabilidade publica.

Art. 245. Os resultados desses exames e comparações devem constar dos mappas seguintes, sujeitos ás epigraphes:

## RECEITA PUBLICA

## MAPPA N. 1

Demonstração da receita liquidada, arrecadada e em divida, formula-la segundo os artigos da lei do orçamento.

## MAPPA N. 2

Comparação da receita orçada com a liquidada e arrecadada no anno financeiro e no exercicio.

## MAPPA N. 3

Comparação, por artigos, da receita liquidada, arrecadada e em divida, segundo as contas dos responsaveis e o balanço geral da União.

## DESPEZA PUBLICA

## MAPPA N. 1

Quadro geral da despesa do anno financeiro autorisada, liquidada, paga e em divida, classificada por Ministerios.

## MAPPA N. 2

Quadro comparativo da despesa, pertencente ao exercicio, liquidada segundo os balanços ministeriaes, com a autorisada, segundo os credits legislativos.

## MAPPA N. 3

Comparação da despesa do anno financeiro e do exercicio por Ministerios, cofres e verbas, segundo os balanços ministeriaes e as contas dos responsaveis.

## OPERAÇÕES DA THESOURARIA

Mappa das operações da thesouraria do anno financeiro, com menção de cada uma das operações do movimento de fundos na receita e despesa e comparação entre esta e aquella.

Art. 246. Estes mappas e quadros devem ser acompanhados de dous outros attinentes á situação da administração da Fazenda e á da divida publica.

O primeiro destes ultimos mappas, demonstrando o estado da administração da Fazenda no ultimo dia do exercicio, fará o confronto da receita e da despesa autorisadas com a liquidada, a realzada e a em debito.

O segundo, para indicar, em referencia aos empréstimos contrahidos o trazidos ao conhecimento do Tribunal, o estado da di-

vida publica no ultimo dia do exercicio, conterá as seguintes especificações :

- a) demonstração da divida publica em seus desenvolvimentos, com a menção dos juros, quotas e prazos da amortisação ;
- b) quadro dos encargos provenientes das aposentadorias, jubilações e reformas que houverem sido registradas pelo Tribunal.

## CAPITULO V

### RELATORIO

Art. 247. O Tribunal apresentará, annualmente, ao Congresso, durante a sessão legislativa e por intermedio de seu presidente, um relatorio acompanhado de quadros demonstrativos, no qual offereça do modo claro elementos de informação sobre :

1) a situação da Fazenda Publica Federal, no dia 31 de março do anno corrente ;

2) as omissões, os abusos e as violações da lei, praticados na execução do orçamento em todas as suas partes e disposições ;

3) as reformas necessarias para que a contabilidade publica offereça garantias de exactidão na administração do patrimonio nacional, na arrecadação da receita orçada, na distribuição e applicação da mesma ás despesas fixadas, com fiel e severa observancia da lei do orçamento, em suas secções, capitulos e artigos de despesa, comprehendidas nestes todas as discriminações feitas nas tabellas explicativas das propostas ;

4) o numero, a natureza e a importancia dos creditos addicionaes abertos pelo Poder Executivo, no intervallo das sessões do Congresso Nacional, a conformidade de taes creditos com os preceitos da legislação que regulam o seu uso, os que tiverem sido registrados e aquelles a que o Tribunal houver negado o registro, e os fundamentos dessa negativa ;

5) o resultado, em quadros resumidos, do exame das contas dos responsaveis para com a Fazenda Publica e dos julgamentos sobre ellas proferidos ;

6) as operações de credito a que se refere o art. 2º § 6º lettra C do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896 ;

7) os contractos que houverem sido registrados, ou não, pelo Tribunal ;

8) os registros sob protesto das ordens de pagamento e os fundamentos das recusas de registro que deram causa aos mesmos.

Art. 248. As directorias do Tribunal fornecerão ao presidente, na época por elle determinada, os elementos que elle julgar precisos para a confecção do relatorio.

## CAPITULO VI

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 249. Em favor dos responsaveis cuja tomada de contas não se tiver realizado até 31 de dezembro de 1890 o Tribunal mandará expedir quitação e ordenará o levantamento das cauções e dos depositos com que houverem afiançado a sua gestão, declarando prescriptas as respectivas contas.

Art. 250. Não serão declaradas prescriptas as contas dos responsaveis que tiverem em seu poder saldos que hajam deixado de recolher no tempo devido.

Art. 251. Aos que tiverem responsabilidade por gestão no periodo de 1º de janeiro de 1891 a 16 de janeiro de 1893, serão tomadas as contas mediante exame arithmetico (arts. 33 n. 1 e 34, n. 1 das Instr. de 26 de abril de 1832) e confrontação dos documentos justificativos das verbas das despesas.

Si o exame arithmetico das contas concluir pela existencia de alcance, passar-se-ha a instituir o processo de tomada de contas, de conformidade com as disposições deste regulamento.

Art. 252. No caso do artigo precedente a iniciação da tomada das contas não poderá exceder de 60 dias contados da apresentação pelo responsavel, seu procurador ou representante legal, dos documentos e livros necessarios para tal fim ou dos processos preparatorios organisados nas Delegacias fiscaes e nas Alfandegas. A duração deste processo não podera prolongar-se além de seis mezes. Pelo excesso deste prazo incorrerão em responsabilidade os empregados encarregados deste serviço.

Art. 253. Ficam resalvados da disposição do artigo antecedente os casos de força maior, nos quaes se comprehende o de necessidade de esclarecimentos ou de apresentação de documentos instructivos das verbas ou contas, por parte dos responsaveis ou das repartições fiscaes.

Art. 254. E' considerado alcance para o effeito das disposições supra o saldo em poder dos exactores da Fazenda (§ 1º do art. 8º do decreto n. 4153 de 6 de abril de 1868), dos responsaveis, de qualquer Ministerio, que não houverem recolhido os saldos de caixa nas épocas fixadas nos regulamentos (Decrs. n. 277 C de 22 de março de 1890, art. 26, § 6º, n. 348 de 16 de abril de 1890, art. 95 do Decr. n. 406 de 17 de maio de 1890 combinado com o art. 17 do regimento interno da thesouraria da E. de F. Central do Brazil, § 11 do art. 406 do Decr. n. 1663 de 30 de janeiro de 1894, art. 518 do Decr. n. 1692 de 10 de abril de 1894, etc.) e os adiantamentos cuja applicação não houver sido devidamente comprovada e conservarem-se em poder dos responsaveis, sem ser por ordem precisa do Ministerio respectivo (art. 8º do Decr. n. 10.145 de 5 de janeiro de 1889).

Art. 255. Quando for apresentado ao Tribunal de Contas requerimento do responsavel que se julgue achar em qualquer dos

casos do art. 6º do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896, o presidente mandará ouvir o cartorário, que deverá informar, si as contas do responsável foram objecto de processo, e si, no caso de se ter instituido exame, existia alcance previsto, ou pelo exame arithmetico, ou por ter o responsável saldo em seu poder.

Art. 256. Com a informação, o cartorário remetterá a petição, acompanhada do processo que existir, á directoria competente para a tomada das contas, a fim de approvar a existencia do alcance por condemnação ou por detenção de saldos liquidos em poder do responsável.

Art. 257. Concluido o processo arithmetico da tomada das contas, si não houver alcance nas contas posteriores ao 1º de janeiro de 1891, o Tribunal mandará passar quitação ao responsável e levantar a caução.

Si houver alcance, ordenará que o mesmo seja recolhido, depois de fixal-o, procedendo-se ulteriormente e segundo o caso, de conformidade com as disposições deste decreto.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1896.

*Bernardino de Campos.*

**Tabella do numero, classificação e vencimentos dos funcionarios  
do Tribunal de Contas**

( Arts. 2º, 4º, 10, 22 e 80 do regulamento n. 2409 desta data )

NUMERO	CLASSIFICAÇÃO	VENCIMENTO ANNUAL DE CADA UM		
		ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
<i>Pessoal deliberativo</i>				
1	Presidente.....	10:000\$000	8:000\$000	18:000\$000
3	Directores.....	10:000\$000	5:000\$000	15:000\$000
<i>Ministerio publico</i>				
1	Representante.....	10:000\$000	5:000\$000	15:000\$000
<i>Pessoal de expediente</i>				
3	Sub-directores.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Secretario.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000
14	Primeiros escripturarios.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
14	Segundos escripturarios.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
16	Terceiros escripturarios.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
10	Quartos escripturarios.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1	Cartorario.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
1	Ajudante do cartorario.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
4	Continuos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000

**Observação**

Da gratificação do presidente consideram-se 3:000\$ como gratificação adicional, na conformidade do art. 1º § 13 do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1896.— Bernardino de Campos.



## DECRETO N. 2410 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1896

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 20:000\$, ao cambio de 27, para as despesas da rubrica — Extraordinarias no exterior — no exercicio de 1896.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, achando-se autorisado pela lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, art. 8º, n. 1, e tendo observado o que dispõe o art. 35 do decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 20:000\$, ao cambio de 27 dinheiros sterlinos por mil réis, para ser applicado à rubrica — Extraordinarias no exterior — do orçamento do exercicio de 1896.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



## DECRETO N. 2411 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1896

Autorisa a Companhia Docas de Santos a fazer a dragagem e desobstrucção do porto de Santos, de conformidade com o disposto no art. 6º § 11 da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia do publico serviço e aos interesses commerciaes do Estado de S. Paulo, que reclamam a dragagem e total desobstrucção do porto de Santos, atim de completar a serie de melhoramentos alli em via de execução e tornal-o de franco accesso em todos os tempos a navios de qualquer calado, de conformidade com o disposto no art. 6º § 11 da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, autorisa a Companhia Docas de Santos, cessionaria das obras de melhoramentos desse porto, a executar os referidos serviços, observadas as seguintes clausulas.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2411, desta data**

**I**

A Companhia Docas de Santos obriga-se a fazer a dragagem e completa desobstrucção do porto de Santos, não só na zona comprehendida entre a linha NS., que passa pelo extremo Oeste da ilha Barnabé e as margens naturaes do porto, como em todo o canal até a fortaleza da barra.

**II**

A dragagem, uma vez iniciada, não poderá ser interrompida, attingindo a principio a profundidade de sete (7) metros abaixo das aguas minimas em toda a zona, e posteriormente a de oito (8) metros que será mantida por excavação constante.

**III**

O minimo do serviço a executar annualmente será de um milhão (1.000.000<sup>mas</sup>) de metros cubicos, e o producto da dragagem será transportado para fóra da barra e depositado onde não possa prejudicar o canal e o porto.

**IV**

A desobstrucção do porto abrange a destruição completa de todos os navios alli submergidos e os abandonados não só no canal como nos ancoradouros.

**V**

A companhia adquirirá por sua conta o material necessario ao serviço de dragagem e de transporte para fóra da barra, de modo a poder satisfazer as condições exaradas na clausula 3<sup>a</sup>.

**VI**

O custo do material, devidamente justificado, será levado á conta do capital da companhia, revertendo, porém, para a União todo o material, como as demais obras constantes dos seus contractos, perfeitamente conservado, fluído o prazo da concessão.

## VII

A companhia dará começo ao serviço de dragagem dentro do prazo de um anno, devendo, porém, começar o serviço de desobstrucção dentro do prazo de 30 dias, tudo a contar da data da assignatura do respectivo contracto.

## VIII

Como remuneração do serviço de que trata, fica a companhia autorisada a elevar a taxa de um e meio (1 1/2) reaes por kilogramma, estabelecida no decreto n. 1072, de 5 de outubro de 1892, a dous e meio (2 1/2) reaes por kilogramma das mercadorias que forem carregadas ou descarregadas no caes de sua propriedade.

## IX

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas incorrerá a companhia nas penas comminadas na clausula 13<sup>a</sup> do decreto n. 9978, de 12 de julho de 1888.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1896. — *Joaquim Mur-tinho*.



## DECRETO N. 2412 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1896

Providencia sobre o resgate do papel-moeda em circulação e sobre o serviço dos juros e amortisação da divida externa.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no uso da autorisação que lhe foi dada pelos arts. 3º e 4º da lei n. 427, de 9 de dezembro corrente, decreta:

Art. 1.º A somma actual de papel-moeda será gradualmente retirada da circulação até que o seu valor attinja ao de quatro mil réis por oitava de ouro, de vinte e dous quilates, de conformidade com o art. 1º da lei n. 401, de 11 de setembro de 1846.

Art. 2.º Para as operações do resgate ficam exclusivamente destinados, sem se lhes poder dar outra applicação, os seguintes recursos :

§ 1.º O producto da renda de cincoenta mil apolices, ouro, de um conto de réis, juro de quatro por cento (4 %), provenientes dos lastros das emissões bancarias ;

§ 2.º Os juros e amortisações de oitenta mil contos de bonus convertidos, pagos na fórma do art. 10 da lei n. 183 C, de 23 de setembro de 1893 ;

§ 3.º As prestações com que o Banco da Republica entrar para a liquidação da sua divida ao Thesouro, pelo modo o condições que de accordo com o mesmo Banco forem combinados, não sendo inferior a cem mil contos o total apurado para este effeito, qualquer que seja a redução do referido debito por encontro de contas na aquisição de bens e propriedades que possam ser uteis ao serviço publico ;

§ 4.º Os saldos que se verificarem annualmente no orçamento ;

§ 5.º Dous terços do producto do arrendamento das estradas de ferro da União, emquanto a taxa de cambio for inferior a dezoito (18) dinheiros por mil réis, e apenas um terço quando essa taxa se elevar.

Art. 3.º O Ministro da Fazenda com os recursos designados providenciara para que até o fim do anno de 1897 estejam resgatados pelo menos dez por cento (10 %) das notas em circulação, em 1898 mais quinze por cento (15 %), em 1899 mais vinte por cento (20 %), em 1900 mais vinte e cinco por cento (25 %), até que se possa manter o regimen da conversibilidade.

Art. 4.º As sommas, que tendo sido decretadas não forem applicadas ao resgate, serão depositadas em ouro amoeado ou em barras no Thesouro, afim de constituirem um fundo permanente de conversão.

Paragrapho unico. Para constituição ou renovação dessa reserva metallica, igualmente cobrarão as estações aduaneiras os impostos de importação em ouro, desde que a taxa cambial seja superior a dezoito (18), calculando-os ao cambio do dia.

Art. 5.º Além dos funcionarios que por lei fazem ou fiscalizam o serviço do resgate, o Ministro da Fazenda nomeará uma comissão de banqueiros e negociantes com o fim de assistir e authenticar, em acto publico, a incineração das notas recolhidas, lavrando disso uma declaração assignada, em que se especificará a somma resgatada com a determinação dos valores das respectivas cedulas e o mais que for mister.

Art. 6.º Do producto do arrendamento das estradas de ferro da União, o terço restante até o cambio de 18, e os dous terços quando a taxa for superior, serão applicados ao serviço dos juros e amortisação da divida externa, não sendo, em hypothese alguma, facultada ao Governo outra applicação.

Paragrapho unico. Si para o serviço alludido forem sufficientes os recursos votados no orçamento, deverá o Ministro da Fa-

zeuda applicar a somma consignada na aquisição de titulos da referida divida.

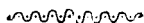
Art. 7.º Ficam sujeitos á fiscalisação do Tribunal de Contas os actos decorrentes das disposições deste decreto, podendo esta instituição oppôr-se ao registro das despezas que constituirem applicação indevida dos recursos creados para os fins que a lei claramente designou.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896, 8.º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2413 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1896

Estabelece as bases para o arrendamento das estradas de ferro pertencentes á União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere a lei n. 427, de 9 de dezembro corrente, em seu art. 4º, ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e para execução do disposto na mesma lei, decreta:

Art. 1.º O arrendamento de todas as estradas de ferro da União durará pelo espaço de sessenta (60) annos.

Art. 2.º O preço do arrendamento constará de uma contribuição inicial, computada apenas em cinco milhões esterlinos, pagos no acto da assignatura do contracto; de uma annuidade, base da operação, fixada pela mais vantajosa das propostas; e de um adicional de 20 % sobre o que exceder de 12 % da renda liquida de todo o capital effectivamente empregado nas estradas.

Art. 3.º O concorrente será obrigado a juntar um certificado á proposta que apresentar, de haver depositado no lugar determinado pelo Governo a quantia de cincoenta mil libras esterlinas (£ 50.000), como garantia da assignatura do contracto. O concorrente que for preferido e que deixar de assignar o contracto dentro de trinta dias, a contar da data da publicação da preferencia, perderá o deposito em favor dos cofres da União.

Art. 4.º A despeza de fiscalisação correrá por conta do arrematante ou companhia, que para esse fim entrará com cem contos de réis (100:000\$) annuaes, em prestações semestraes adeantadas.

Art. 5.º O arrematante manterá as linhas, edificios, officinas e mais dependencias, material fixo e rodante, em perfeito estado de conservação, devendo augmentar o material rodante de accordo com as necessidades do trafego e entregar ao Governo, fino o prazo do arrendamento, e sem indemnisação alguma, as linhas, edificios, officinas e mais dependencias, material fixo e rodante, em perfeito estado de conservação.

Art. 6.º O arrematante gosará de preferencia para a construcção dos prolongamentos e ramaes que concorrerem para o desenvolvimento e facilidade do trafego, respeitados os direitos adquiridos por concessões anteriores. Poderá tambem construir novas linhas para o serviço de suburbios, dobrar as linhas por toda a extensão das estradas arrendadas e alargar a bitola da Central do Brazil nas zonas em que esse alargamento lhe pareça conveniente.

Art. 7.º As estradas arrendadas gosarão de favores iguaes aos de todas as estradas de ferro de concessão do Governo Federal.

Art. 8.º O arrematante terá o direito de proceder á revisão nos preços de unidade das differentes especies de transporte de accordo com o Governo, podendo applicar ás differentes tarifas taxas variaveis com o cambio. Poderá tambem organizar novos horarios, que só serão postos em execução depois de approvados pelo Governo.

Art. 9.º O Governo fica com o direito de tomar posse das linhas e material rodante temporariamente para operações militares, mediante indemnisação, a qual nunca será superior á média da receita dos periodos correspondentes no quinquennio precedente á occupação pelo Governo.

Art. 10. O Governo terá o direito de encampar as estradas e ramaes, decorridos os primeiros trinta (30) annos, quando altos interesses da União o exigirem e precedendo autorisação do Congresso Nacional. O valor da encampação será pago em ouro e determinar-se-ha pela renda média liquida do ultimo quinquennio. Esta renda média liquida transformada ao cambio do dia representará 5 % (cinco por cento) em ouro da importancia que, augmentada do valor das obras feitas nos tres ultimos annos, será paga pelo Governo ao arrematante.

Art. 11. O foro da companhia que se organizar para a exploração das estradas de ferro será o da Capital da União, embora tenha ella séde em paiz estrangeiro, e, nesse caso, deverá ella manter um representante no Brazil investido de todos os poderes em direito precios para preencher as suas funcções.

Art. 12. E' garantido ao Governo o direito de impor multas de dous a vinte contos de réis e a pena de rescisão sem indemnisação, em casos que serão especificados no edital e no contracto.

Art. 13. Ficam garantidos os direitos á aposentadoria e montepio de que gosam alguns empregados actuaes das estradas de ferro de accordo com as leis vigentes.

Si alguns dos actuaes empregados perderem seus logares em virtude de redução de pessoal, terão elles o direito de preferen-

cia nas nomeações para as repartições dos Telegraphos, Correios ou outras em que seus serviços possam ser aproveitados.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896, 8<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



DECRETO N. 2415 (\*) — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1896

Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> Ficam creados no Estado de Sergipe, nos termos do art. 3.<sup>o</sup>, § 1.<sup>o</sup>, da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional em cada uma das tres circumscripções federaes em que se dividirá a respectiva secção, dos quaes comprehenderá a 1.<sup>a</sup> as comarcas de Maroim, Laranjeiras e Itabaiana, a 2.<sup>a</sup> as da Capella, Propriá e Gararú e a 3.<sup>a</sup> as da Estancia, Rio Real e Lagarto, e cujos limites serão os das comarcas que as compoem.

Art. 2.<sup>o</sup> Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup> da citada lei terá o procurador da Republica um ajudante e haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896, 8<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Alberto de Seixas Martins Torres.*



---

(\*) O decreto n. 2414 não foi publicado.

## DECRETO N. 2416 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1896

Proroga, até 31 de dezembro do corrente anno, o prazo fixado na clausula 2<sup>a</sup> do decreto n. 10.153, de 5 de janeiro de 1889, para apresentação dos estudos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha.

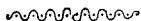
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Bahía e Minas, cessionaria da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha, e nos termos da autorisação constante do decreto n. 385, de 17 de setembro ultimo, decreta:

Artigo unico. Fica prorogado, até 31 de dezembro do corrente anno, o prazo fixado na clausula 2<sup>a</sup> do decreto n. 10.153, de 5 de janeiro de 1889, para apresentação dos estudos definitivos da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896, 8<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 2417 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1896

Manda observar na Estrada de Ferro Central do Brazil o regulamento modificado pela lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896 e faz extensiva tal modificação ás demais estradas de ferro da União, no que lhes for applicavel.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, cujo art. 6<sup>o</sup> § 13 altera e revoga varias disposições do decreto n. 2247, de 26 de março de 1896, manda que nos serviços da Estrada de Ferro Central do Brazil seja observado o regulamento, que com este baixa, assignado pelo Dr. Joaquim Duarte Murtinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, ficando extensivas as modificações ordenadas nos termos da lei ás demais estradas de ferro da União em tudo quanto lhes for applicavel.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*

## Regulamento a que se refere o decreto n. 2417 desta data

### CAPITULO I

#### DA ORGANISAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 1.º O serviço a cargo da directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil comprehende a direcção e administração da estrada em trafego.

Será dirigido por um director de livre escolha do Governo, immediatamente subordinado ao Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, auxiliado por quatro sub-directores nomeados pelo dito Ministro, sob indicação ou proposta do director.

Paragrapho unico. O director reunirá os sub-directores em conselho consultivo, quando julgar conveniente ouvir o parecer dos mesmos em collectividade, cabendo-lhe, todavia, exclusiva responsabilidade pelas resoluções que adoptar.

### CAPITULO II

#### DA DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 2.º O serviço da estrada se distribuirá pelas cinco divisões, que vão indicadas na ordem e com as denominações seguintes:

- 1ª, administração central ;
- 2ª, trafego ;
- 3ª, contabilidade ;
- 4ª, locomoção ;
- 5ª, via permanente e edificios.

Art. 3.º A primeira divisão fica sob a immediata direcção do director.

Cada uma das outras divisões será dirigida por um sub-director com a denominação correspondente.

Art. 4.º E' da exclusiva competencia do director:

§ 1.º A superintendencia e direcção geral de todos os serviços ;

§ 2.º A nomeação de todos os empregados da estrada, que por este regulamento não competir ao Ministro, o propôr os que por este tenham de ser nomeados ;

§ 3.º A organização ou approvação dos regulamentos e instrucções para os diversos serviços da estrada ;

§ 4.º A autorisação das despesas dentro dos credits destinados aos serviços a seu cargo ;

§ 5.º A interpretação das tarifas e as providencias relativas ao desenvolvimento da renda da estrada ;

§ 6.º A decisão das reclamações concernentes ao serviço da estrada ;

§ 7.º A celebração de contractos de serviços, cessões, fornecimentos e ajustes com particulares ;

§ 8.º A celebração de contractos ou ajustes com as companhias e empresas de transporte, para o estabelecimento de trafego mutuo, uso commum de estações, permutas e outras ;

§ 9.º A imposição de penas e concessões de licenças aos empregados, de conformidade com as disposições deste regulamento ;

§ 10.º A adopção de quaesquer medidas tendentes á disciplina, segurança, economia e desenvolvimento do trafego da estrada ;

§ 11. Fixar o horario dos trens, seu numero, velocidade e pontos de parada ;

§ 12. Representar ao Governo, propondo as medidas que julgar necessarias para o regular funcionamento do serviço da estrada, quando escapem ás suas attribuições ou não previstas neste regulamento ;

§ 13. Promover perante as autoridades constituidas os processos de responsabilidade do pessoal da estrada, nos casos previstos em lei para garantir a segurança do trafego, a manutenção da ordem no serviço e a arrecadação da respectiva renda ;

§ 14. Zelar pelo fiel cumprimento deste regulamento e das ordens do Governo concernentes ao serviço.

Art. 5.º São attribuições dos sub-directores :

§ 1.º Superintender e dirigir o serviço da respectiva divisão, tomando as providencias necessarias para mantel-o em condições satisfactorias, propondo ao director as que não estiverem ao seu alcance ou não forem de sua alçada ;

§ 2.º Distribuir o pessoal sob suas ordens, regular suas attribuições e fazer observar rigorosamente os regulamentos relativos ao serviço da respectiva divisão ;

§ 3.º Fiscalisar, como chefe, todos os trabalhos, que se executarem na divisão, que forem de sua competencia, de modo que se façam com a necessaria economia e presteza ;

§ 4.º Fiscalisar a execução dos contractos concernentes ao respectivo serviço ;

§ 5.º Dar posse, admitir, dispensar, licenciar e punir os empregados da divisão nos casos previstos neste regulamento, que couberem em sua alçada ;

§ 6.º Informar ao director sobre todas as occurrencias do respectivo serviço e apresentar-lhe mensalmente um relatorio resumido sobre a marcha do serviço da divisão, com os dados precisos para que possa formar seguro juizo a respeito e resolver sobre os casos occurrentes ;

§ 7.º Cumprir e fazer cumprir as ordens e instrucções do director concernentes ao mesmo serviço ;

§ 8.º Prestar ao director o seu concurso, quando exigido, para elucidação das questões sobre que houver este de deliberar com relação ao serviço da estrada.

### CAPITULO III

#### PRIMEIRA DIVISÃO

##### *Da administração central*

Art. 6.º A administração central comprehende o expediente concernente a todos os serviços de exclusiva competencia do director, quer em suas relações externas, quer internas; a arrecadação das rendas da estrada e de todas as quantias, que se destinarem ao seu custeio e melhoramentos; a applicação de umas e outras nesse objecto e prisação de contas ao Thesouro; a aquisição de todo o material preciso ao serviço da estrada.

Subdividir-se-ha pelas seguintes secções:

- 1.ª Secretaria.
- 2.ª Thesouraria.
- 3.ª Pagadoria.
- 4.ª Intendencia.

Art. 7.º A secretaria será dirigida por um secretario, incumbindo-lhe:

- § 1.º O expediente official da directoria;
- § 2.º O lançamento dos contractos e ajustes, o assontamento dos empregados e o registro de toda a correspondencia official da directoria;
- § 3.º O inventario dos proprios da estrada;
- § 4.º A guarda e a conservação do archivo central;
- § 5.º A organização das folhas de pagamento do pessoal da administração central.

Art. 8.º A thesouraria ficará a cargo de um thesoureiro, que terá sob sua guarda a caixa, por cujos valores e operações é irresponsavel, competindo-lhe:

- § 1.º Receber e fazer escripturar diariamente no livro caixa a receita ordinaria, extraordinaria e eventual da estrada;
- § 2.º Entregar no Thesouro, por ordem do director, a renda liquida da estrada e a importancia cobrada dos direitos e impostos;
- § 3.º Fazer por si ou por seus auxiliares, devidamente autorizados, todos os pagamentos da estrada, excepto do pessoal, que será effectuado pela pagadoria, á qual prestará os fundos precisos, precedendo ordem do director, e aquelles que, em virtude de contractos existentes ou que se fizerem, tenham de ser effectuados em outra repartição publica;

§ 4.º Arrolar todos os documentos de receita e despesa, que devam ser remettidos ao Thesouro, na conformidade do decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889.

Art. 9.º O exame e escripturação dos documentos comprobativos da receita e despesa ficam a cargo de um escrivão, que depois de examinal-os os rubricará.

O escrivão é responsavel pela legalidade de todos os papeis que servirem de documentos da escripturação.

Art. 10. A pagadoria ficará a cargo de um pagador, a quem compete:

§ 1.º Effectuar o pagamento de todo o pessoal da estrada, por si ou por seus auxiliares, autorisados legalmente, recebendo do thesoureiro, mediante autorisação do director, os fundos precisos, de que prestará provisoriamente contas mensalmente, recolhendo os saldos á thesouraria;

§ 2.º Fazer escripturar toda a despesa concernente a esse serviço e arrolar os respectivos documentos, afim de serem em devido tempo remettidos ao Thesouro para liquidação de contas finaes.

Art. 11. Ficam reunidos em uma só repartição, sob a denominação de—Intendencia—os serviços do almoxarifado, da agencia de compras, dos despachos, da carga e descarga e de impressão.

Art. 12. A intendencia terá como chefe o intendente, que será auxiliado por um ajudante, cabendo-lhe:

§ 1.º Propor ao director as providencias necessarias para acquisição de todo o material e mais objectos necessarios ao custeio da estrada, quer tenham de ser directa ou indirectamente importados do estrangeiro, quer por compra no mercado;

§ 2.º Fiscalisar a entrada do que for adquirido para o fim indicado, quanto á qualidade e quantidade e dar o conveniente destino;

§ 3.º Fazer armazenar classificadamente os materiaes e mais objectos, que convenha adquirir para ter em deposito, de modo que os supprimentos se façam a tempo e com opportuniidade, quando requisitados;

§ 4.º Fazer despachar os pedidos autorisados pela directoria para supprimento nas obras e de todo o serviço da estrada;

§ 5.º Fazer manter os depósitos em boa ordem e a respectiva escripturação, de modo a facilitar, tanto quanto possível, o conhecimento do que nelles existir, para evitar que se façam acquisições desnecessarias;

§ 6.º Assignar todos os documentos de entra-las e sahidas que constituem a sua responsabilidade;

§ 7.º Fazer examinar e avaliar o material inservivel que existir ou for recolhido á intendencia, requisitar o concerto do que puder ser de novo fornecido, ou vendido em leilão por imprestavel ou que não tenha applicação na estrada;

§ 8.º Apresentar á directoria, até o dia 15 de cada mez, um mappa dos fornecimentos feitos ás diversas secções de serviço no mez precedente e até o fim de fevereiro de cada anno, uma demonstração geral do movimento do material do anno anterior e um inventario geral do material em ser ; trabalhos estes que deverão ser organisados pelo escrivão.

Art. 13. O director expedirá regulamentos especiaes, dando conveniente organização aos differentes serviços comprehendidos na primeira divisão, definindo as attribuições do respectivo pessoal comprehendido na tabella n. 1 e estabelecendo os livros, modelos e processos, que deverão ser adoptados na escripturação e contabilidade respectivas.

## CAPITULO IV

### SEGUNDA DIVISÃO

#### *Trafego*

Art. 14. A segunda divisão tem a seu cargo o serviço do trafego, comprehendendo o despacho e transporte de cargas e o movimento de passageiros, bem como a applicação das medidas usuaes, que garantem a segurança e regularidade na circulação dos trens e a ordem no mesmo serviço.

Art. 15. O serviço da segunda divisão distribuir-se-ha por um escriptorio central e por quatro inspectorias, tres das quaes sob a denominação de—Inspectorias do trafego—se applicarão ao serviço do trafego propriamente dito, e a 4.ª, sob a de—Inspectoria do telegrapho e da illuminação—, referir-se-ha a serviços accessorios, concernentes ao mesmo trafego.

Art. 16. O sub-director do trafego superintende o serviço da 2.ª divisão, ficando sob sua immediata direcção o escriptorio central, que fará:

§ 1.º O expediente geral da divisão;

§ 2.º A organização dos horarios dos trens ;

§ 3.º A expedição de ordens de serviço, concernentes ao trafego ;

§ 4.º A organização dos relatorios mensaes e annuaes concernentes ao serviço do trafego;

§ 5.º A organização das folhas de pagamento do respectivo pessoal ;

§ 6.º A organização e conservação do archivo especial da divisão;

§ 7.º O registro resumido dos contractos relativos ao serviço do trafego ;

§ 8.º Os assentamentos do pessoal da divisão que constituem a fé de officio do mesmo pessoal;

§ 9.º O registro das fianças ;

§ 10. O processo das reclamações provenientes do serviço do tráfego ;

§ 11. A organização da estatística do tráfego ;

§ 12. A distribuição geral do pessoal da divisão ;

§ 13. O processo das irregularidades no serviço dos trens e das estações.

Art. 17. Para o serviço do tráfego será a estrada dividida em tres districtos, a cargo de outros tantos inspectores subordinados ao sub-director da divisão, sob cujas ordens e instrucções exercerão as seguintes attribuições:

§ 1.º Fiscalisar o movimento dos trens nas respectivas circumscripções ;

§ 2.º Fiscalisar o serviço das estações comprehendidas nos respectivos districtos, não só quanto à organização, manobras e despacho dos trens, como em relação à recepção e despacho das mercadorias e serviço de passageiros ;

§ 3.º Processar as irregularidades que se derem no serviço do districto a seu cargo, tomando as providencias precisas para sanal-as ou propondo ao sub-director as que não estiverem a seu alcance ;

§ 4.º Fazer proceder ás indagações necessarias para descobrimento das mercadorias que se extraviarem, de modo a obter os dados precisos para o respectivo processo ;

§ 5.º Providenciar nos casos de accidentes, não só quanto ao restabelecimento do serviço, como em relação à segurança e commodidade dos passageiros e arrecadação das mercadorias sujeitas a extravio ;

§ 6.º Propor os empregados do districto, que devam concorrer para o preenchimento das vagas que se derem, impor penas disciplinares aos empregados sob suas ordens, ou propo-l-as ao sub-director, quando não couberem em sua alçada e distribuil-os segundo as conveniencias do serviço ;

§ 7.º Organisar a estatística do movimento no respectivo districto.

Art. 18. Aos inspectores do tráfego é immediatamente subordinado todo o pessoal das estações comprehendidas nos respectivos districtos e o dos trens, que ahi circularem.

Art. 19. Os inspectores do tráfego serão auxiliados por sub-inspectores, cujo numero será fixado pelo director, segundo as necessidades do serviço.

Art. 20. O serviço telegraphico, da iluminação e outros accessorios do tráfego será dirigido immediatamente por um engenheiro com a denominação de inspector do telegrapho e da iluminação e comprehenderá : o serviço telegraphico, electrico, telephonico, chronometrico e de iluminação, tanto dos trens, como das estações, competindo-lhe:

§ 1.º A installação, reparação e inspecção das linhas eapparelhos telegraphicos, telephonicos de *block system* e qualquer applicação da electricidade ;

§ 2.º Instalação e conservação da iluminação das estações e dos trens ;

§ 3.º A fiscalisação do serviço chronometrico ;

§ 4.º O processo das irregularidades que se derem no serviço de transmissão pelosapparelhos electricos, recepção e entrega de telegrammas e quaesquer outras, que se derem no serviço telegraphico ;

§ 5.º A distribuição dos telegraphistas pelas estações do conformidade com o quadro approved ;

§ 6.º A imposição de penas disciplinares aos empregados sob suas ordens nos limites prescriptos neste regulamento, bem como propor ao sub-director as que não estiverem em sua alçada ;

§ 7.º A proposta das nomeações dos empregados sob suas ordens para preenchimento das vagas que se derem ;

§ 8.º A organisação da estatística e de toda a escripturação concernente ao respectivo serviço.

Art. 21. O inspector do serviço telegraphico e de iluminação será auxiliado por tres sub-inspectores.

Art. 22. Os inspectores prestarão ao sub-director todas as informações que lhes forem exigidas, cabendo-lhes propor qualquer medida que for conveniente adoptar para a regularidade, boa ordem e melhoramento dos serviços a seu cargo, cumprindo e fazendo cumprir as ordens e instrucções que receberem.

Art. 23. Para regularidade dos trabalhos a cargo da divisão, serão organzados pelo sub-director regulamentos especiaes para cada serviço, os quaes só terão vigor depois de approveds pelo director.

## CAPITULO V

### TERCEIRA DIVISÃO

#### *Contabilidade*

Art. 24. O serviço da contabilidade comprehende a fiscalisação e escripturação da receita e despesa da estrada no que não ficar por este regulamento directamente subordinado a primeira divisão, bem como o estudo das tarifas ou de suas modificações, que tenham de ser submettidas á approvação do Governo.

Art. 25. O serviço da contabilidade será dirigido pelo sub-director respectivo e subdividir-se-ha por duas secções:

1.ª Da receita ;

2.ª Da despesa e contabilidade geral.

Art. 26. Ao sub-director, além da superintendencia de todo o serviço da divisão, compete a direcção immediata dos trabalhos de organisação ou revisão das tarifas, a expedição de instrucções para a applicação das mesmas e para todo o serviço da divisão.

Art. 27. A 1.<sup>a</sup> secção será dirigida por um contador, a quem compete:

§ 1.<sup>o</sup> Verificar os documentos de receita propria ou alheia, fazendo os calculos e applicações das tarifas;

§ 2.<sup>o</sup> Escripтурar discriminadamente, em livros especiaes, a receita arrecadada e por arrecadar, com designação das procedencias e dos responsaveis;

§ 3.<sup>o</sup> Organizar mappas quinzenaes dos passageiros, as demonstrações dos passageiros, fretes e impostos por conta dos Ministerios, dos Estados, repartições, empresas, companhias ou particulares, que tenham contractos ou accordos com a estrada; as contas correntes da receita de todos os serviços discriminadamente; as estatisticas parcial e geral da receita e todas as demonstrações sob esta rubrica, que tenham de servir de base aos trabalhos da 2.<sup>a</sup> secção;

§ 4.<sup>o</sup> Organizar os processos dos responsaveis da renda da estrada, providenciando sobre sua instauração, proseguimento, conclusão e remessa, para os devidos effeitos, ficando todos registrados;

§ 5.<sup>o</sup> Extrahir guias de reposição e de restituição por multas, fretes deficientes ou excedentes, indemnisações por extravios ou consumo, armazenagens, estadias, sendo todas registradas;

§ 6.<sup>o</sup> Extrahir certificados de despachos, cópias de notas de expedição e de quaesquer documentos de receita, que forem requeridos por interessados ou requisitados pela 2.<sup>a</sup> secção ou por qualquer das divisões da estrada;

§ 7.<sup>o</sup> Escripтурar os livros de fé de officio dos empregados da divisão;

§ 8.<sup>o</sup> Organizar os resumos mensaes do ponto e as folhas de pagamento do pessoal, as tabellas dos vencimentos e diarias, e ordens em vigor;

§ 9.<sup>o</sup> Imprimir os bilhetes de passagens, fornecer-os, bem como cadernetas de coupons e passes temporarios para quaesquer applicações de transito pela estrada, provendo as estações, tanto delles, como dos livros e talões de receita, numerados e carimbados, levando tudo á conta dos respectivos requisitantes;

§ 10. Requisitar directamente da 2.<sup>a</sup> secção e, por intermedio do sub-director, das estações ou das outras divisões, quaesquer esclarecimentos de que careça para o serviço proprio, assim como prestar os que lhe forem reclamados para o serviço que lhes pertence;

§ 11. Archivar, convenientemente clasificados e coordenados, todos os documentos de receita e papeis pertencentes aos serviços até que sejam dados em consumo ou recolhidos ao Thesouro Federal.

Art. 28. A 2.<sup>a</sup> secção, que será dirigida por um guarda-livros, compete:

§ 1.<sup>o</sup> Redigir e expedir a correspondencia commercial da estrada e as encomendas do material que se tiverem de fazer dentro ou fóra do paiz, e registrar os respectivos preços;

§ 2.º Examinar, verificar, processar todas as contas de despesas competentemente documentadas, conforme os pedidos e contractos autorisados ;

§ 3.º Formular todas as contas dos Ministerios, empresas ou particulares que forem devidas á estrada, iniciando a sua cobrança pelos meios competentes ;

§ 4.º Confeccionar as contas correntes mensaes da estrada com os Governos estadoaes, empresas e companhias em trafega mutuo, por impostos e fretes e extrahir, cheques dos saldos que lhes competirem, para serem pagos na forma dos respectivos contractos ;

§ 5.º Extrahir guias de credito e debito da thesouraria e proceder á escripturação clara e precisa dos documentos que se lhe referir, para tomada de contas do thesoureiro, as quaes deverão ser demonstradas em balancetes mensaes apresentados ao director até 15 do mez subsequente ;

§ 6.º Organisar :

a) as synopses e os balancetes mensaes, estes da receita e despesa do trafego e aquelles da receita e despesa effectiva da estrada, que devem ser remettidos ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas e ao Thesouro Federal ;

b) a demonstração dos creditos e classificação dos titulos de despesas por exercicio ;

c) o balanço definitivo do exercicio financeiro para ser remettido ao Thesouro ;

d) o relatorio annual da divisão, que deve ser remettido ao director, acompanhado do balanço geral do exercicio findo e annexos referentes e do orçamento geral da receita e despesa da estrada para o exercicio seguinte ;

§ 7.º Escripturnar as despesas de todas as divisões do serviço da estrada e regular as contas entre os diversos serviços ;

§ 8.º Escripturnar nos livros Diario, Razão e Auxiliares toda a receita e despe a da estrada, cingindo-se ás instrucções e modelos fornecidos pelo Thesouro Federal ;

§ 9.º Requisitar directamente da 1ª secção e das outras divisões, por intermedio do sub-director, todos os esclarecimentos que forem precisos para execução dos serviços, assim como prestar os que lhe forem pedidos por aquellas para os trabalhos que lhes competem ;

§ 10. Archivar, convenientemente classificados e coordenados, todos os documentos e papeis relativos aos serviços, afim de serem oppórtunamente recolhidos ao Thesouro Federal ou dados em consumo.

Art. 29. O sub-director da divisão organisará regulamentos especiaes para a boa direcção dos serviços a cargo de cada uma das secções da mesma, os quaes só vigorarão precedendo approvação do director.

## CAPITULO VI

## QUARTA DIVISÃO

*Locomoção*

Art. 30. A 4.<sup>a</sup> divisão, que será dirigida pelo sub-director da locomoção, incumbem todo o trabalho mecânico, a fabricação, conservação e reparação de todo o material rodante (locomotivas, carros e vagões) e a execução de qualquer obra metallica necessaria ao serviço da estrada.

Art. 31. O serviço da 4.<sup>a</sup> divisão distribuir-se-ha por um escriptorio central e tres secções :

- 1.<sup>a</sup> Da tracção.
- 2.<sup>a</sup> De officinas de machinas.
- 3.<sup>a</sup> De officinas de carros.

Art. 32. O sub-director, além da superintendencia de todos os serviços da divisão, terá sob sua immediata direcção os trabalhos do escriptorio central, ao qual incumbem :

§ 1.<sup>o</sup> Fazer o expediente geral da divisão ;

§ 2.<sup>o</sup> Expedir instrucções e ordens para todos os serviços a cargo da divisão ;

§ 3.<sup>o</sup> Organisar os planos geraes de execução, orçamentos e especificações para as encomendas de trem rolante e seus accessorios, quer tenham de ser executados nas officinas da estrada, quer em outras do paiz ou do estrangeiro ;

§ 4.<sup>o</sup> Fazer os pedidos de tudo que for necessario para o serviço da divisão, fiscalisar e verificar o fornecimento dos materiaes requisitados, quer para ter applicação immediata, quer para o abastecimento dos depositos ;

§ 5.<sup>o</sup> Organisar as estatisticas, escripturação e contabilidade concernentes ao serviço da divisão ;

§ 6.<sup>o</sup> Confeccionar os relatorios, tanto mensaes como annuaes, que tem de ser remettidos á directoria ;

§ 7.<sup>o</sup> Processar as folhas de pagamento do pessoal e as contas de fornecimento de material para o serviço da divisão.

Art. 33. São dependencias da locomoção :

1.<sup>o</sup> As officinas para reparação de machinas ;

2.<sup>o</sup> As officinas para a fabricação e reparação dos carros e vagões ;

3.<sup>o</sup> Os depositos e armazens para a conservação das machinas, carros e vagões, de combustivel, lubrificantes, sobressalentes e de todo o material necessario para o consumo, devendo-se manter onde for conveniente um pequeno laboratorio para ensaio e exame das substancias que houverem de ser empregadas no serviço.

Art. 34. Os depósitos de materiaes de consumo da locomoção deverão conter o indispensavel para dous mezes e sobresalentes necessarios para a reparação do material rodante.

Art. 35. A 1.<sup>a</sup> secção tem a seu cargo o serviço da tracção e será dirigida immediatamente por um dos ajudantes com a respectiva denominação; competindo-lhe:

§ 1.<sup>o</sup> A distribuição das machinas no serviço do trafego;

§ 2.<sup>o</sup> A distribuição do pessoal applicado ao serviço das machinas;

§ 3.<sup>o</sup> A fiscalisação do serviço dos depósitos de machinas e de carros e do trabalho de conservação do material rodante;

§ 4.<sup>o</sup> A verificação de fornecimento dos depósitos parciaes de combustivel e-lubrificantes e fiscalisação do respectivo consumo, mantendo os depósitos em condições de satisfazer as exigencias do trafego;

§ 5.<sup>o</sup> A manutenção da ordem e da disciplina no serviço a seu cargo, pelos meios facultados neste regulamento;

§ 6.<sup>o</sup> A obtenção dos dados estatísticos concernentes ao serviço das machinas e mais material rodante;

§ 7.<sup>o</sup> A confecção das folhas de pagamento do respectivo pessoal.

Art. 36. As duas outras secções, ás quaes incumbe o trabalho das officinas de machinas e material de transporte, ficarão a cargo immediato de cada um dos outros ajudantes com a respectiva denominação, competindo-lhes:

§ 1.<sup>o</sup> Dirigir os trabalhos das officinas, de conformidade com as ordens e instrucções que receber do sub-director;

§ 2.<sup>o</sup> Distribuir o pessoal correspondente e fiscalisar o trabalho,

§ 3.<sup>o</sup> Manter a ordem e a disciplina nas officinas, impondo ou propondo ao sub-director as penas em que incorrerem os operarios e as recompensas de que se fizerem merecedores;

§ 4.<sup>o</sup> Fazer os pedidos do material preciso com as especificações necessarias e fiscalisar o respectivo recebimento e applicação;

§ 5.<sup>o</sup> Organisar os dados estatísticos sobre os trabalhos das officinas para serem present's ao sub-director;

§ 6.<sup>o</sup> Prestar ao sub-director todas as informações que por este forem exigidas, concernentes ao serviço e propor as medidas necessarias á boa marcha dos trabalhos a seu cargo;

§ 7.<sup>o</sup> Organisar as folhas de pagamento do respectivo pessoal;

§ 8.<sup>o</sup> Cumprir e fazer cumprir por seus subordinados todas as ordens que receber do sub-director com relação aos serviços sob sua immediata direcção.

Art. 37. A contabilidade e estatistica da locomoção serão organisadas de fórma que se conheça:

1.<sup>a</sup>) para cada locomotiva e serie de vehiculos:

1.<sup>o</sup>, o numero, natureza e importancia dos reparos que tiverem soffrido;

2.<sup>o</sup>, o consumo e despeza kilometrica em combustivel e lubrificantes;

3.<sup>o</sup>, o percurso feito;

b) para as officinas: o trabalho util dos operarios, machinas e appparelhos e o custo em material e mão de obra das construcções e reparos.

Art. 38. Será organizado um inventario descriptivo de todo o material rodante, fixo e das officinas. Este inventario será revisto e conferido semestralmente pelo sub-director.

Art. 39. As officinas poderão, sem prejuizo do serviço da estrada, executar quaesquer trabalhos particulares, precedendo autorisação da directoria, levando-se a importancia ajustada pelo sub-director à conta da renda eventual da estrada.

Art. 40. Annexa à locomoção funcionará uma escola de primeiras letras e de noções scientificas, cujo conhecimento for indispensavel aos empregados das officinas meçanicas e aos machinistas que dirigem as locomotivas.

O director fará organizar o respectivo programma de ensino, que será submettido à approvação do Governo, ficando a sua applicação sob a immediata fiscalisação do sub-director da divisão.

## CAPITULO VII

### QUINTA DIVISÃO

#### *Via permanente e edificios*

Art. 41. A superintendencia da 5.<sup>a</sup> divisão fica a cargo do sub-director da via permanente e edificios. O serviço respectivo será distribuido por um escriptorio central e pelas residencias em que for a linha em trafego subdividida.

Art. 42. O escriptorio central, sob a immediata direcção do sub-director, comprehenderá duas secções, uma technica, outra administrativa; sendo o sub-director auxiliado por um ajudante.

Art. 43. No escriptorio central serão executados os seguintes trabalhos, além de outros occurrentes:

§ 1.<sup>o</sup> O expediente da divisão;

§ 2.<sup>o</sup> A organização dos projectos, orçamentos e especificações para todas as obras de conservação e de melhoramentos;

§ 3.<sup>o</sup> A escripturação dos depositos devidamente classificada segundo a natureza das obras, discriminando-se o que for propriamente conservação e custeio do que constituir construcções novas;

§ 4.<sup>o</sup> A expedição de ordens concernentes ao serviço da divisão;

§ 5.<sup>o</sup> A organização de relatorios mensaes e annuaes que devem ser apresentados ao director, de conformidade com as instruções que serão indicadas no regulamento especial da divisão;

§ 6.º O inventario de todo o material e utensilios da via permanente;

§ 7.º Os pedidos de tudo que for necessario para o serviço da divisão;

§ 8.º O processo das folhas de pagamento de todo o pessoal da divisão.

Art. 44. O serviço da via permanente comprehende a conservação, reparação e melhoramentos da via permanente e execução das obras novas que se tornarem necessarias.

Na superintendencia deste serviço será o sub-director auxiliado por outro ajudante, com a denominação de ajudante da via permanente.

Art. 45. O serviço da via permanente se subdividirá em districtos de residencia com a extensão que for conveniente, ficando cada districto a cargo de um engenheiro residente, a quem competirá :

§ 1.º Fiscalisar o trabalho das turmas de conservação da linha e as obras de reparação dos edificios comprehendidos na residencia;

§ 2.º Dirigir a execução de obras novas que nellas tenham de ser executadas administrativamente ou fiscalisal-as, si forem feitas por contracto;

§ 3.º Indicar ou propor ao sub-director as medidas que forem necessarias para a regularidade do serviço e para manter em perfeito estado de conservação a linha e edificios comprehendidos na residencia;

§ 4.º Fazer pedidos do que for necessario ao respectivo serviço;

§ 5.º Organizar os pontos para as folhas de pagamento do respectivo pessoal;

§ 6.º Cumprir e fazer cumprir as ordens que receber do sub-director concernentes ao serviço;

§ 7.º Fornecer ao mesmo todos os dados precisos para confecção dos relatorios no que disser respeito á residencia;

Art. 46. As construcções novas e reparações de custo consideravel serão executadas, sempre que for possivel, por empreitada de series de preço, ou em globo, devendo ser os respectivos contractos das empreitadas approvados pelo Ministro.

## CAPITULO VIII

### DO PESSOAL

#### *Nominação, demissões, substituições e accessos*

Art. 47. O cargo de director só será confiado a engenheiro nacional, que se recomende pela sua experiencia e capacidade profissional, demonstrada na pratica de serviços congenes, anteriormente prestados ao paiz.

Art. 48. Só poderão ser nomeados para os logares de sub-directores engenheiros nacionaes que, além de satisfazerem as condições da lei n. 3901, de 9 de outubro de 1880, tenham revelado, na pratica de trabalhos profissionais, aptidão especial para o exercicio do cargo.

Art. 49. Os cargos de inspectores do trafego, de ajudantes de divisão e os de residentes serão preenchidos por engenheiros que, satisfazendo as condições da lei supracitada, tenham pelo menos tres annos de pratica na propria estrada ou em outras congeneres.

Art. 50. Serão nomeados, por decreto, o director, e, por portaria do Ministro, sob proposta do director, os sub-directores, os inspectores, os ajudantes de divisão, o secretario, o thesoureiro, o pagador e o intendente.

Art. 51. Serão nomeados pelo director, por proposta dos sub-directores, ou dos respectivos chefes, os engenheiros residentes e os demais empregados titulados, indicados nas tabellas annexas.

Art. 52. A admissão e demissão do pessoal não titulado é da competencia dos sub-directores, sob cujas ordens servirem.

Art. 53. O director designará o seu substituto em suas faltas ou impedimentos temporarios; cabendo ao Ministro, ouvido o mesmo director, designar o substituto interino de entre os sub-directores, si o impedimento prolongar-se por mais de 30 dias.

Art. 54. O sub-director da 2.<sup>a</sup> divisão será substituido pelos inspectores, e os das outras pelos respectivos ajudantes, todos na ordem de antiguidade, e na falta destes por quem o director designar.

Art. 55. O thesoureiro e o pagador serão substituidos pelos fieis, conservando sempre a responsabilidade.

Art. 56. No impedimento dos demais funcionarios, aos quaes pela natureza do cargo e responsabilidade que este acarrete, for indispensavel dar substitutos, mas sómente nestes casos, a substituição se fará por indicação do sub-director, sob cujas ordens servirem, respeitando-se, tanto quanto possivel, a ordem hierarchica.

Art. 57. Todo empregado que substituir a outro em seu impedimento temporario, nos casos previstos no artigo anterior, perceberá a gratificação deste, perdendo a do cargo que exercer effectivamente.

Art. 58. O provimento dos logares que vagarem, cuja nomeação competir ao director e sub-directores, se fará sempre por accesso dos cargos immediatamente inferiores, prevalecendo o merecimento comprovado pelos antecedentes.

§ 1.º A admissão na primeira categoria, qualquer que seja a natureza do serviço, precederá sempre o concurso com liberdade de inscripção, respeitadas sómente as disposições da lei;

§ 2.º Serão isentos de concurso os cargos de fieis, que serão admittidos por indicação dos funcionarios sob cuja responsabilidade servirem, e os cargos que não exigirem habilitações especiaes.

*Vencimento, licenças e tempo de trabalho*

Art. 59. Competem aos empregados os vencimentos marcados nas cinco tabellas e observações annexas, parciaes e geraes, não devendo, porém, ser accumuladas gratificações de mais de uma tabella.

A palavra «empregados» deve ser entendida sómente em relação aos titulos; as vantagens de que gosam extraordinariamente não são applicaveis aos que sem titulos exercerem qualquer profissão no serviço da estrada e os jornaleiros.

Art. 60. O empregado que exercer interinamente logar vago perceberá a respectiva gratificação.

Art. 61. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada perderá todos os vencimentos.

Si justificar as faltas, ser-lhe-ha descontada sómente a gratificação correspondente aos dias que faltar.

§ 1.º A ausencia do serviço por mais de oito dias só poderá ser justificada por licença concedida por quem competir;

§ 2.º A justificação das faltas poderá ter logar por simples allegação, si a ausencia não exceder de tres dias, devendo comprová-la com attestado medico, si exceder de tres até oito dias, ficando sujeito em qualquer dos casos a julgamento do director ou seus immediatos auxiliares, a quem delegar essa attribuição.

Art. 62. O desonto por faltas, justificadas ou não, será correspondente aos dias em que ellas se derem; quando consecutivas, serão tambem descontados os dias feriallos comprehendidos neste periodo.

Art. 63. São causas justificativas de faltas:

- 1º, molestia do empregado;
- 2º, nojo;
- 3º, gala de casamento.

Art. 64. As licenças aos empregados serão concedidas até 90 dias pelo director, as que excederem a esse prazo pelo Ministro, precedendo audiencia do director e de accordo com as disposições do decreto n. 4484, de 7 de março de 1870.

Art. 65. Ficará sem effeito a licença concedida, si o empregado, que a tiver obtido, não entrar no goso della dentro do prazo de um mez, contado do dia em que o acto da concessão for publicado no *Diario Official* ou lhe for communicado.

Art. 66. As licenças com vencimentos só poderão ser concedidas a empregados que tenham pelo menos seis mezes de exercicio na estrada ou emprego de que tenham sido para ella removidos.

Art. 67. Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado sem que tenha registrado a licença na secretaria da estrada, com a declaração do dia em que começou a gosá-la e sem que se achem satisfeitas as exigencias prescriptas nas leis fiscaes.

Art. 68. O empregado que, sem causa justificada, faltar seguidamente mais de 15 dias, será considerado demittido.

Art. 69. As horas de trabalho serão fixadas nos regulamentos especiaes que forem expedidos pelas sub-directorias, com approvação do director.

Art. 70. Todo o trabalho do pessoal operario, jornaleiro, executado além das horas do seu respectivo serviço ordinario, será retribuido com um acrescimo, que será fixado nos regulamentos especiaes de cada divisão.

Art. 71. Poderá o director mandar abonar até 2/3 dos vencimentos ao operario de qualquer categoria que por motivo de accidente em serviço ficar impossibilitado de trabalhar, enquanto durar o impedimento.

Art. 72. Os empregados que durante o anno não tiverem dado mais de dez faltas justificadas, nem hajam soffrido qualquer pena disciplinar, poderão no anno seguinte gosar até dez dias de férias, seguidos ou intercalados.

O empregado em férias, nas condições deste artigo, terá direito a todos os vencimentos.

#### *Pena*

Art. 73. As faltas disciplinares commettidas por empregados que não constituírem crime definido na legislação vigente serão punidas, segundo a gravidade, com as seguintes penas:

- 1.º, simples advertencia ;
- 2.º, reprehensão em ordem de serviço ;
- 3.º, multa até um mez de vencimentos ;
- 4.º, suspensão até 30 dias ;
- 5.º, demissão.

§ 1.º O director poderá impor as penas designadas neste artigo a qualquer empregado da estrada, excepto sómente a de demissão quanto aos que forem de nomeação do Governo ;

§ 2.º Os sub-directores poderão impor aos empregados seus subordinados as penas de advertencia, reprehensão em ordem de serviço, multa até oito dias e suspensão até 15 dias, sendo licito aos inspectores, ajudantes de divisão e engenheiros residentes impor a de advertencia, multa até tres dias e de suspensão até oito ;

§ 3.º Das penas comminadas neste artigo poderá haver recurso para o superior immediato.

#### *Aposentadorias*

Art. 74. E' applicavel aos empregados da estrada a lei n. 117, de 4 de novembro de 1892, que regula as aposentadorias aos funcionarios publicos federaes.

Art. 75. Fora das condições exigidas nessa lei, os mesmos empregados só poderão ser aposentados extraordinariamente, quando em consequencia de molestia adquirida ou accidentes occorridos

no exercício do respectivo cargo, se tornem incapazes para todo o serviço, por invalidez provada, mediante inspecção medica exigida pela legislação vigente.

Paragrapho unico. A aposentadoria extraordinaria, concedida de conformidade com este artigo, dá direito á percepção de uma parte do ordenado proporcional ao numero de annos de serviço effectivo, considerando-se que o ordenado por inteiro corresponde a vinte e cinco annos e sendo o abono minimo correspondente a dez, qualquer que seja o numero de annos de serviço inferior a este minimo.

## CAPITULO IX

### DA RECEITA E DESPEZA

Art. 76. A receita da estrada, constituida principalmente pela renda de seu trafego, abrange tambem qualquer renda extraordinaria ou eventual resultante do proprio serviço.

Art. 77. A despesa da estrada é constituida pelos vencimentos e salarios, pagos ao respectivo pessoal, pelo custo dos materiaes que forem adquiridos para o respectivo serviço, aquisição de terreno e em geral todo o pagamento devidamente autorizado por lei ou por deliberação do Governo.

Art. 78. A escripturação da receita e despesa far-se-ha por exercicios, sendo organisa de accordo com as instrucções e normas adoptadas pelo Thesouro Federal.

Art. 79. Em caso algum o systema de escripturação e contabilidade da estrada se afastará das regras prescriptas pela legislação de Fazenda.

Art. 80. As guias, conhecimento e outros papeis justificativos da receita e despesa da estrada serão remettidos ao Thesouro Federal, na conformidade do decreto n. 10.115, de 5 de janeiro de 1889.

Art. 81. As contas, folhas de pagamento e outros documentos de despesa que não forem satisfeitos até o encerramento do respectivo exercício, não serão por conta do exercício seguinte, mas enviados ao Thesouro Federal para o competente processo e liquidação.

Art. 82. Deixarão de ser attendidas as reclamações sobre estração ou avarias de mercadorias, bagagem e encomendas transportadas pela estrada ou de excessos de frete cobrao por qualquer motivo, si não forem apresentados á mesma estrada dentro do prazo de um anno, contado de conformidade com o art. 449, § 2º, do Código Commercial. As que, porém, forem apresentadas dentro deste prazo, depois de processadas, serão immediatamente pagas, lançando-se a despesa á conta do exercício em que se effectuar o pagamento.

Art. 83. O director enviará semanalmente ao Thesouro Federal a receita arrecadada com a devida demonstração.

Art. 84. O pagamento do pessoal será feito mensalmente nos logares do trabalho, salvo autorização especial do director.

Art. 85. As folhas de pagamento e quaesquer contas a pagar, exceptuadas as despesas miudas, de conformidade com o decreto n. 998 A, de 12 de novembro de 1890, serão remettidas ao Thesouro Federal, sendo entregue ao thesoureiro da estrada a respectiva importancia e effectuado o pagamento das contas na thesouraria ou, excepcionalmente e por ordem do director, em qualquer outro ponto da estrada.

Art. 86. Nenhum pagamento será effectuado sem que o respectivo documento tenha sido previamente processado e conferido pela divisão de contabilidade e tenha o — pague-se — do director.

Art. 87. O fornecimento ou compra de material e de quaesquer objectos necessarios para as obras da estrada e custeio do respectivo serviço, quer para terem applicação immediata, quer para supprimento dos armazens do almoxarifado, se effectuarão mediante autorização do Ministro, por ordem do director e em concorrência publica, de preferencia.

Art. 88. A compra de objectos em pequena quantidade, que for necessario adquirir de prompto, será feita por compra no mercado, a dinheiro, para o que se farão ao intendente os adiantamentos precisos pela thesouraria, preceendo ordem do director. Destes adiantamentos o intendente prestará contas mensalmente.

Art. 89. As despesas da intendencia serão escripturadas e figurarão com a rubrica propria em todas as demonstrações e balanços das despesas da estrada.

Art. 90. As tarifas e regulamentos que interessarem ao publico só terão execução depois de publicados com antecedencia de oito dias, pelo menos, e affixados nos recintos das estações.

Exceptuam-se os casos de interpretação de tarifas ou de decisões nos casos omissos, nos quaes o que for decidido pelo director terá immediata execução.

Art. 91. A arrecadação das taxas de transporte deverá ser feita de accordo com a exacta e rigorosa applicação das tarifas em vigor, recalhindo sobre o empregado ou empregados culpados a responsabilidade pelas differenças verificadas, quer em relação á receita propria da estrada, quer á arrecadada para outras vias-ferreas.

Art. 92. As notas de expedição, folhas, boletins, conhecimentos, relações, outros impressos e papeis justificativos da recoita, movimento e mais serviço da estrada, serão queimados, desde que estejam devidamente escripturados nos livros competentes e encerradas pelo chefe da respectiva divisão as contas e escripturação de cada anno. Os livros, contas e recibos serão conservados pelo tempo fixado em lei para a guarda de taes documentos.

## CAPITULO X

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 93. O director, ouvidos os chefes de serviço, expedirá as instrucções ou regimentos internos indispensaveis á boa marcha de cada um dos serviços.

No regulamento especial de cada divisão, que será organizado sob proposta do respectivo chefe, se fará a distribuição dos seus empregados, definindo as attribuições de cada classe, e se indicarão os processos e modelos a adoptar para a escripturação, contabilidade e estatisticas correspondentes.

Art. 94. Cada uma das divisões terá um registro das nomeações, penas e demissões dos respectivos empregados.

Art. 95. O director verificará uma vez por semana, ou sempre que entender conveniente, a caixa e a escripturação central.

Art. 96. O director fará examinar mensalmente, por um ou mais empregados, que designar, a escripturação da intendencia e respectivo almoxarifado, dando-se balanço no material existente e providenciando no destino, que deva ter o que não for applicavel ao serviço da estrada ou achar-se inutilizado, encerrando-se definitivamente as contas até a data em que se ultimar o mesmo exame.

Por igual modo procederá em relação á escripturação e depósitos de todas as divisões de serviço.

Art. 97. Todos os empregados que arrecadarem dinheiro ou tiverem objectos ou valores sob sua guarda prestarão uma fiança correspondente á importancia da responsabilidade.

§ 1º, o thesoureiro prestará fiança de	60:000\$000
§ 2º, o pagador de.....	50:000\$000
§ 3º, os feis do thesoureiro e pagador	10:000\$000
§ 4º, o intendente .....	40:000\$000
§ 5º, o ajudante do intendente.....	10:000\$000
§ 6º, o almoxarife.....	10:000\$000
§ 7º, os feis do almoxarife.....	5:000\$000
§ 8º, os ajudantes de feis.....	3:000\$000
§ 9º, os guardas.....	500\$000

Para os demais empregados serão as fianças fixadas pelo director.

Art. 98. Nos casos de serviço urgente resultante de accidentes não previstos, mediante authorisação do Ministro, o director admitirá os auxiliares necesarios, que só perceberão gratificações que o mesmo fixar, sob proposta dos chefes de serviço.

Art. 99. O thesoureiro, o pagador e o intendente requisitarão do director auxiliares de que carecerem, quando os respectivos serviços assim o exigirem, por não ser sufficiente o pessoal das tabellas.

Art. 100. Todos os agentes e empregados da estrada ao serviço das estações, dos trens e da via-permanente usarão uniforme, que será marcado pelo director.

Art. 101. Todos os empregados, sob pena de demissão, deverão comunicar logo a seus chefes immediatos, e a quem caiba providenciar de prompto, quaesquer accidentes ou occorrencias extraordinarias, que se derem na estrada e suas dependencias.

Art. 102. Nenhum empregado da estrada poderá, sob pena de perda de emprego, accumular este com qualquer commissão ou serviço extranho á estrada, salvo os obrigatorios por lei.

Art. 103. Nenhum transporte, quer de passageiros, quer de mercadorias, poderá ser concedido a titulo gratuito, quando for extranho ao serviço da estrada.

As concessões feitas com este caracter serão levadas á conta da repartição ou autoridade que as requisitar.

Art. 104. Os empregados, quando viajarem em serviço da estrada, e os empreiteiros na forma de seus contractos, terão passaes livres, concedidos estes pelo director e aquelles pelos chefes das divisões respectivas.

Estes passaes serão recolhidos e conferidos com os demais bilhetes.

Art. 105. O director poderá conceder passagem livre ao empregado ou pessoas de familia do empregado, que residirem sob o mesmo tecto e a suas expensas, para viagens motivadas por molestia provada.

Art. 106. Os filhos e as pessoas de familia do empregado, que residirem debaixo do mesmo tecto e sob sua economia, terão transporte gratuito para a escola e aprendizagem nas fabricas, officinas, etc.

Art. 107. As requisições de passagens para transporte de serviço publico só serão attendidas, quando regularmente feitas por autoridade competente, sendo a importancia das passagens e fretes levada á conta do Ministerio respectivo, ou do Governo do Estado em cujo nome for feita a requisição, devendo figurar como renda da estrada.

Art. 108. Para a applicação das penas e-tabelecidas no regulamento annexo ao decreto n. 1930, de 26 de abril de 1857, contra pessoas extranhas á administração da estrada, terá o director, por seus empregados, a autoridade conferida naquelle regulamento aos engenheiros fiscaes.

Art. 109. Todo o combustivel, material fixo, rodante ou de consumo, que tenha de ser importado do e-trangeiro, será contractado pelo director, preceituando autorisação do Ministro.

Art. 110. Até o dia 15 de fevereiro o director apresentará ao Ministro relatório resumido do anno anterior, no qual exporá com o possivel desenvolvimento o serviço feito e trabalhos executados, o estado da estrada sob todos os aspectos, indicando as medidas necessarias para manter o respectivo trafego em condições satisfactorias, bem como o orçamento detalhado das

despesas provaveis para o anno financeiro seguinte. Até 30 de abril apresentará relatorio geral que será acompanhado:

- 1º, do balanço Geral ;
- 2º, da discriminação da receita e despesa por estações, por productos, por divisões e por kilometros ;
- 3º, dos quadros estatísticos de todos os ramos de serviço da estrada e do quadro do pessoal ;
- 4º, finalmente, de quaesquer outras informações que possam interessar ao serviço.

Art. 111. O director, dentro de suas attribuições, providenciara provisoriamente nos casos omissos do presente regulamento, quando a urgencia do serviço o exigir, e representará immediatamente ao Ministro para que este providencie definitivamente.

Art. 112. Ficam revogados todos os regulamentos e disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896.—*Joaquim Murtinho.*

## TABELLA N. 1

1.<sup>a</sup> Divisão — Administração central

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Director.....	1	16:000\$	8:000\$	24:000\$	24:000\$
Secretaria					
Secretario.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Official.....	1	3:800\$	1:900\$	5:700\$	5:700\$
Primeiros escriptura- rios.....	2	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
Segundos ditos.....	2	2:800\$	1:400\$	4:200\$	8:400\$
Terceiros ditos.....	3	2:400\$	1:200\$	3:600\$	10:800\$
Quartos ditos.....	3	1:800\$	900\$	2:700\$	8:100\$
Archivista.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Continuos.....	2	1:200\$	600\$	1:800\$	3:600\$
Thesouraria					
Thesoureiro.....	1	5:600\$	2:800\$	8:400\$	8:400\$
Escrivão.....	1	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Fieis.....	3	3:000\$	1:500\$	4:500\$	13:500\$
Ajudantes de fieis...	3	2:600\$	1:300\$	3:900\$	11:700\$
Ajudante de escriptura	1	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Quartos escriptura- rios.....	2	1:800\$	900\$	2:700\$	5:400\$
Continuos.....	2	1:200\$	600\$	1:800\$	3:600\$
Pagadoria					
Pagador.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Escrivão.....	1	2:600\$	1:300\$	3:900\$	5:400\$
Fieis.....	3	3:000\$	1:500\$	4:500\$	13:500\$
Ajudantes de fieis...	3	2:600\$	1:300\$	3:900\$	11:700\$
Ajudante do escriptura	1	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Quarto escriptuario	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Continuo.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
Intendencia					
Intendente.....	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Ajudante de inten- dente.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAIS
Almoxarife. ....	1	4:000\$	2:000\$	6:000\$	6:000\$
Escrivão do almoxarife. ....	1	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Encarregado da carga e descarga. ....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Despachante. ....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Mestre da offeina typographica. ....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Armazenista. ....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Fieis. ....	2	3:000\$	1:500\$	4:500\$	9:000\$
Ajudante de escrivão. ....	1	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Ajudantes de fieis. ....	2	2:600\$	1:300\$	3:900\$	7:800\$
Ajudantes do encarregado da carga e descarga. ....	2	2:000\$	1:000\$	3:000\$	6:000\$
Terceiros escripturarios. ....	3	2:400\$	1:200\$	3:600\$	10:800\$
Quartos ditos. ....	4	1:800\$	900\$	2:700\$	10:800\$
Continuo. ....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$

## Observações

1ª

O director perceberá uma diaria maxima de 8\$, para despezas de viagem, a qual lhe será abonada, mediante declaração sua por escripto, referido o objecto e o tempo de viagem.

2ª

O thesoureiro, o pagador, os fieis do thesoureiro e do pagador e seus ajudantes perceberão, além dos respectivos vencimentos, uma gratificação correspondente a 10 % para quebras, quando em exercicio de seus cargos.

3ª

Uma vez fixado pelo director, não poderá ser augmentado o numero dos guardas da administração central e o dos feitores, serventes e trabalhadores da intendencia.

4ª

Aos empregados da thesouraria e pagadoria, encarregados de fazerem pagamentos fóra da Capital Federal, se abonará a diaria de 6\$, durante o tempo em que se acharem ausentes.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896.—*Joaquim Martinho.*

## TABELLA N. 2

2.<sup>a</sup> Divisão — Trafego

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Sub-director .....	1	10:000\$	5:000\$	15:000\$	15:000\$
Escriptorio central					
Official .....	1	3:800\$	1:900\$	5:700\$	5:700\$
Chefes de secção....	3	3:400\$	1:700\$	5:100\$	15:300\$
Desenhista .....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Primeiros escriptu- rarios .....	4	3:200\$	1:600\$	4:800\$	19:200\$
Segundos ditos.....	4	2:800\$	1:400\$	4:200\$	16:800\$
Terceiros ditos.....	4	2:400\$	1:200\$	3:600\$	14:400\$
Quartos ditos.....	6	1:800\$	900\$	2:700\$	16:200\$
Archivista.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Continuos.....	2	1:200\$	600\$	1:800\$	3:600\$
Inspectoria do trafego					
Inspectores de trafego	3	8:000\$	4:000\$	12:000\$	36:000\$
Sub inspectores de trafego .....	....	4:000\$	2:000\$	6:000\$	\$
Segundos escriptu- rarios.....	3	2:800\$	1:400\$	4:200\$	12:600\$
Terceiros ditos.....	3	2:400\$	1:200\$	3:600\$	10:800\$
Quartos ditos.....	3	1:800\$	900\$	2:700\$	8:100\$
Inspectoria do telegrapho					
Inspector do telegra- pho .....	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Sub-inspectores d o telegrapho.....	3	4:000\$	2:000\$	6:000\$	18:000\$
Chefe de secção.....	1	3:400\$	1:700\$	5:100\$	5:100\$
Primeiro escriptu- rario .....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
Segundo dito.....	1	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Terceiro dito.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Quartos ditos.....	2	1:800\$	900\$	2:700\$	5:400\$
Continuo .....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
Mestre (1. <sup>a</sup> classe)....	1	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Armazenista .....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Machinistas (3ª classe) ....	....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Serviço telegraphico das estações					
Telegraphistas de 1ª classe.....	....	2:800\$	1:400\$	4:200\$	
Ditos de 2ª classe....	....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Ditos de 3ª » ....	....	1:760\$	880\$	2:640\$	
Ditos de 4ª » ....	....	1:200\$	600\$	1:800\$	
Movimento dos trens					
Conductores de 1ª classe.....	....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	
Ditos de 2ª classe....	....	2:800\$	1:400\$	4:200\$	
Ditos de 3ª » ....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Ditos de 4ª » ....	....	1:200\$	600\$	1:800\$	
Estações					
Agentes de estação especial.....	....	3:800\$	1:900\$	5:700\$	
Ditos de 1ª classe....	....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	
Ditos de 2ª » ....	....	2:800\$	1:400\$	4:200\$	
Ditos de 3ª » ....	....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Ditos de 4ª » ....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Ditos de 5ª » ....	....	1:800\$	900\$	2:700\$	
Ajudante de estação especial.....	....	3:000\$	1:500\$	4:500\$	
Ditos de estação de 1ª classe.....	....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Fieis recebedores....	....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Fieis de armazem....	....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	
Fieis de estações do interior.....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Ajudantes de fieis de armazem.....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Bilheteiros.....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Conferentes de 1ª classe.....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	
Ditos de 2ª classe....	....	1:600\$	800\$	2:400\$	
Ditos de 3ª » ....	....	1:200\$	600\$	1:800\$	

**Observações****1ª**

O numero de agentes, conductores de trens, telegraphistas, de cada classe, será fixado pelo director, sob proposta do sub-director do tráfego, segundo exigirem as necessidades do serviço, e, uma vez fixado, não poderá ser augmentado.

**2ª**

O numero e diaria do pessoal jornaleiro, dos operarios e aprendizes das officinas electrica e de illuminação serão fixados pelo director, sob proposta do sub-director do tráfego.

**3ª**

Os bilheteiros e feis recebedores perceberão, além de seus vencimentos, uma gratificação correspondente a 10 % para quebras, quando em exercicio de seus cargos.

**4ª**

Os agentes e conferentes que accumularem as funções de telegraphista perceberão, além de seus vencimentos, a gratificação mensal de 100\$000.

**5ª**

Aos agentes e seus ajudantes da Estação Central e de qualquer outra em que ainda não possua a estrada casas para as respectivas residencias, poderá o director mandar abonar mensalmente uma quantia para aluguel de casa, segundo a importancia da estação e da localidade.

**6ª**

O sub-director perceberá uma diaria maxima de 8\$ e os inspectores de 6\$, para despezas de viagem, as quaes só serão pagas em vista de attestado do funcionario immediatamente superior, no qual se mencionarão o objecto e o tempo da viagem.

**7ª**

Os empregados de estações, quando removidos temporariamente por conveniencias do serviço, terão uma diaria de 4\$, quando dahi não lhes resultarem vantagens mais elevadas e da differença, si as vantagens que resultarem da remoção forem menos elevadas.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896.—*Joaquim Martinho.*

## TABELLA N. 3

## 3ª Divisão — Contabilidade

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Sub-director.....	1	10:000\$	5:000\$	15:000\$	15:000\$
E-scriptorio					
Official.....	1	3:800\$	1:900\$	5:700\$	5:700\$
Terceiro escriptura-	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
rio.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Quarto dito.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
Continuo.....	1				
1ª secção					
Contador.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Ajudante de contador	1	3:400\$	1:700\$	5:100\$	5:100\$
Primeiros escriptura-	8	3:200\$	1:600\$	4:800\$	38:400\$
rios.....	10	2:800\$	1:400\$	4:200\$	42:000\$
Segundos ditos.....	12	2:400\$	1:200\$	3:600\$	43:200\$
Terceros ditos.....	25	1:800\$	900\$	2:700\$	67:500\$
Quartos ditos.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Archivista.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Impressor de bilhetes	3	1:600\$	800\$	2:400\$	7:200\$
Ajudantes de impres-	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
sor.....					
Continuo.....					
2ª secção					
Guarda-livros.....	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Ajudantes de guarda-	2	3:400\$	1:700\$	5:100\$	10:200\$
livros.....					
Primeiros escriptura-	2	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
rios.....	2	2:800\$	1:400\$	4:200\$	8:400\$
Segundos ditos.....	2	2:400\$	1:200\$	3:600\$	7:200\$
Terceros ditos.....	2	1:800\$	900\$	2:700\$	5:400\$
Quartos ditos.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
Continuo.....					

**Observações**

1ª

Aos empregados da contabilidade, que tiverem de ausentar-se da Capital Federal em serviço da mesma, será abonada, em quanto se conservarem ausentes, além dos vencimentos, uma diaria, que será fixada pelo director, segundo as circumstancias.

2ª

O numero e diaria dos carimbadores, bem como do pessoal jornaleiro, será fixado pelo director, sob proposta do sub-director.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896. — *Joaquim Murtinho*.

## TABELLA N. 4

## 4ª Divisão — Locomoção

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Sub-director.....	1	10:000\$	5:000\$	15:000\$	15:000\$
Escriptorio central					
Official.....	1	3:800\$	1:900\$	5:700\$	5:700\$
Primeiros escriptu- rarios.....	4	3:200\$	1:600\$	4:800\$	19:200\$
Segundos ditos.....	4	2:800\$	1:400\$	4:200\$	16:800\$
Terceiros ditos.....	5	2:400\$	1:200\$	3:600\$	18:000\$
Quartos ditos.....	5	1:800\$	900\$	2:700\$	13:500\$
De-enhistas de 1ª clas- se.....	2	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
Ditos de 2ª classe.....	2	2:800\$	1:400\$	4:200\$	8:400\$
Ditos de 3ª ».....	2	2:000\$	1:000\$	3:000\$	6:000\$
Encarregado do depo- sito geral.....	1	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Ajudante do deposito geral.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Continuos.....	2	1:200\$	600\$	1:800\$	3:600\$
Tracção					
Ajudante de divisão..	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Chefes de deposito de machinas.....	....	3:600\$	1:800\$	5:400\$	\$
Ajudantes de ditos...	....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	\$
Armazenistas.....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	\$
Machinistas de 1ª clas- se.....	....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	\$
Ditos de 2ª classe.....	....	2:800\$	1:400\$	4:200\$	\$
Ditos de 3ª ».....	....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	\$
Ditos de 4ª ».....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	\$
Officinas de machinas					
Ajudante de divisão..	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Chefe de officinas...	1	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Mestres de officinas..	....	3:600\$	1:800\$	5:400\$	\$
Ajudantes de officinas	....	2:800\$	1:400\$	4:200\$	\$

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Officinas de carros					
Ajudante de divisão..	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Chefes de officinas...	....	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
Mestres de officinas..	....	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
Ajudantes de ditos...	....	2:800\$	1:400\$	4:200\$	4:200\$
Escola profissional					
Professora do 1 <sup>as</sup> let- tras.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
Professores do ensino profissional.....	....	\$	\$	\$	\$

### Observações

1<sup>a</sup>

O sub-director perceberá uma diaria maxima de 8\$ e o ajudante da tracção de 6\$, para despesas de viagem, as quaes só serão pagas em vista de attestado do funcionario immediatamente superior, no qual se mencionarão o objecto e o tempo da viagem.

2<sup>a</sup>

O numero de mestres de officinas e seus ajudantes e de machinistas das differentes classes, de encarregados do depositos e armazenistas será fixado pelo director, sob proposta do sub-director.

3<sup>a</sup>

O numero e diaria dos foguistas, graxeiros, carvoeiros, aprendizes de officinas, trabalhadores e serventes serão igualmente determinados pelo director, sob proposta do sub-director.

4<sup>a</sup>

Aos machinistas e foguistas que não soffrerem punições durante o trimestre, será concedida uma gratificação, segundo o numero de kilometros de percurso, de conformidade com uma tabella organizada pelo sub-director e approvada pelo director.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896.—*Joaquim Martinho.*

## TABELLA N. 5

## 5ª Divisão — Via permanente e edificios

CATEGORIAS	NUMEROS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	VENCIMENTOS	TOTAES
Sub-director .....	1	10:000\$	5:000\$	15:000\$	15:000\$
Escriptorio central					
Ajudante tecnico...	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Official.....	1	3:800\$	1:900\$	5:700\$	5:700\$
Primeiros escriptura- rios.....	3	3:20\$	1:600\$	4:800\$	14:400\$
Segundos ditos.....	4	2:800\$	1:400\$	4:200\$	16:800\$
Terceiros ditos.....	5	2:400\$	1:200\$	3:600\$	18:000\$
Quartos ditos.....	6	1:800\$	900\$	2:700\$	16:200\$
Deseñistas de 1ª classe.....	2	3:200\$	1:600\$	4:800\$	9:600\$
Ditos de 2ª classe....	4	2:800\$	1:400\$	4:200\$	16:800\$
Ditos de 3ª » ....	4	2:000\$	1:000\$	3:000\$	12:000\$
Archivista.....	1	1:800\$	900\$	2:700\$	2:700\$
Continuos.....	2	1:200\$	600\$	1:800\$	3:600\$
Conservação da linha					
Ajudante de divisão.	1	8:000\$	4:000\$	12:000\$	12:000\$
Engenheiros residen- tes.....	....	6:400\$	3:200\$	9:600\$	\$
Mestres de linha de 1ª classe.....	....	2:800\$	1:400\$	4:200\$	\$
Ditos de 2ª classe....	....	2:200\$	1:100\$	3:300\$	\$
Ditos de 3ª » ....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	\$
Armazenistas de 1ª classe.....	....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	\$
Ditos de 2ª classe....	....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	\$
Encarregado da con- servação dos si- gnaes Saxby.....	....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	\$

**Observações**1.<sup>a</sup>

O sub-director perceberá uma diaria maxima de 8\$, e o ajudante da via-permanente de 6\$, para despezas de viagem, as quaes só serão pagas em vista de attestado do funcionario immediatamente superior, no qual se mencionarão o objecto e o tempo da viagem.

2.<sup>a</sup>

O numero de residentes, de mestres de linha das differentes classes e de armazenistas será fixado pelo director, sob proposta do sub-director.

3.<sup>a</sup>

O numero e diaria dos feitores, operarios, guardas, trabalhadores e serventes serão igualmente fixados pelo director, sob proposta do sub-director.

4.<sup>a</sup>

Os mestres de officios vencerão pelo tempo de trabalho o que for previamente ajustado.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896.— *Joaquim Martinho.*

**OBSERVAÇÕES GERAES**1.<sup>a</sup>

Os empregados que contarem mais de 20 annos de effectivo serviço, descontadas as faltas justificadas ou não, perceberão mais, como gratificação, a quinta parte dos vencimentos.

2.<sup>a</sup>

Todos os empregados, quer titulados quer jornaleiros, das estações de Belém, Macacos, Orienta e Sant'Anna, perceberão mais 25 % d. s. vencimentos que lhes competirem, em razão da insalubridade desses logares.

Iguaes vantagens poderá o director conceder aos empregados que, em circumstancias extraordinarias, forem servir fóra da Capital Federal, em pontos atacados por epidemias e durante o tempo epidemico.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1896.— *Joaquim Martinho.*

## DECRETO N. 2418 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1896

Modifica o regulamento sobre a venda de bilhetes das loterias estaduais no Districto Federal, mandado observar pelo decreto n. 1941, de 17 de janeiro de 1895, e providencia sobre as loterias federaes de accordo com os arts. 1.<sup>o</sup> n. 29 e 24 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução dos arts. 1.<sup>o</sup> n. 29 e 24 da lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, decreta :

Art. 1.<sup>o</sup> E' permittida a venda, no Districto Federal, dos bilhetes das loterias dos Estados, autorisadas pelos respectivos Governos, ou sejam extrahidas na Capital Federal ou nos mesmos Estados, comtanto que satisfaçam as condições estatuidas neste regulamento.

Art. 2.<sup>o</sup> Não podem ser annunciados ou expostos à venda no Districto Federal os bilhetes das loterias dos Estados, emquanto os thesoureiros, contractadores ou agentes não tiverem preenchido as seguintes formalidades :

1.<sup>o</sup>, registrar na repartição fiscal das loterias : a) cópia autentica da lei estadual que houver concedido ou autorisado a loteria ; b) cópia autentica do plano approved, si não estiver incorporado na lei ; c) o contracto ou cópia autentica delle, quando o houver celebrado para a extracção ; d) documento de responsabilidade do Estado para o effectivo pagamento dos premios sorteados e dos bilhetes vendidos, quando não se levar a effecto o sorteio ;

2.<sup>o</sup>, prestar fiança de quarenta centos de réis em apolices da divida publica ;

3.<sup>o</sup>, recolher ao Thesouro Federal a importancia do imposto de 4 %, quando as loterias forem vendidas e extrahidas no Districto Federal sob a fiscalisação do Governo ; o de 2 1/2 % de sello adhesivo sobre o valor total dos bilhetes expostos à venda, quando a extracção da loteria se realizar nos respectivos Estados e a venda se fizer na Capital. Na primeira hypothese, o recolhimento do imposto de 4 % será feito mediante guia do fiscal das loterias e relativamente ao capital de cada loteria ou serie de loteria a extrahir. Na segunda hypothese, o sello, na razão de 2 1/2 %, será collado a cada bilhete ou fracção de bilhete que tiver de ser exposto à venda, cobrando-se como si fossem de mil réis as fracções de valor inferior a essa quantia.

Emquanto não houver estampilha especial para este imposto, o fiscal das loterias dará guia para recolhimento de 2 1/2 % sobre o valor dos bilhetes na forma acima indicada.

Paragrapho unico. Os bilhetes de cada loteria, além da indicação exacta do capital da mesma, deverão conter a declaração impressa de que a loteria é estadual, a que Estado pertence, a lei que a autorizou e o nome da instituição beneficiada.

Art. 3.º O registro de que trata o art. 2º n. 1 será precedido de rigoroso exame dos documentos exigidos por lei.

Não poderá ser registrada para a venda de bilhetes no Districto Federal a loteria em cuja concessão ou contracto tenha havido preterição das disposições das leis referentes ao assumpto, ou em que houver estipulação da qual resulte redução, por minima que seja, do beneficio consagrado naquellas leis. Neste caso, o fiscal das loterias deve communicar o facto ao Ministro da Fazenda, para que este o apresente ao Governo do Estado que houver feito a concessão.

Tambem não poderão ser registradas as loterias concedidas pelas Camaras Municipaes ou Intendencias.

Art. 4.º Para o registro da loteria será computado o capital na totalidade de cada concessão, declarando-se o numero das loterias e das series, quando houver.

A quem requerer o registro dar-se-ha gratuitamente certidão, logo que estejam preenchidas as condições do art. 2º, fazendo-se menção de tudo.

Art. 5.º Não se permitirá que sejam expostos á venda os bilhetes, sem que estejam arrecadados os impostos; estes não serão accoitos sem prova de ter sido effectuada a caução, a qual sómente poderá ser prestada mediante guia passada pelo fiscal das loterias (art. 2º).

Art. 6.º As loterias, cujos bilhetes tiverem de ser vendidos no Districto Federal, ficam sujeitas á ordem em que se acharem inscriptas ou registradas, assignando-lhes o fiscal a data e hora em que se deva proceder a sorteio, de accordo com os respectivos thesoureiros, contractadores ou agentes; tendo em vista a condição essencial de não as collocar em dia em que tenham de ser extrahidas as loterias annuaes nesta Capital, não as preterindo, nem prejudicando as da Santa Casa da Misericórdia e estabelecimentos annexos, do Montepio dos Servidores do Estado, e dos Institutos dos Meninos Cegos e dos Surdos-Mudos, garantidos pelo art. 14 da lei n. 3348, de 20 de outubro de 1887. Só em relação ás loterias dos Estados poderá haver sorteio de mais de uma em um dia.

Art. 7.º E' prohibido annunciar a serie com os algarismos da totalidade da loteria. Cada serie deve ser annunciada por sua justa importancia.

O annuncio, como o bilhete, deve indicar o dia e a hora do sorteio, e, chegada esta, não poderá continuar exposto á venda bilhete algum da loteria ou serie a extrahir-se.

Art. 8.º Além das listas affixadas logo após a extracção ou publicadas pela imprensa por communicacão telegraphica, será feita a publicacão pelos jornaes, com assignatura do thesoureiro, contractador ou agente, logo que receba a confirmacão da lista por via postal.

Art. 9.º Por consideracão alguma será recusado ou adiado pagamento do premio, quando apresentado o bilhete premiado, ainda que por erro ou engano da communicacão telegraphica tenha sido o mesmo premio indevidamente pago a outro.

Art. 10. Quando, tendo deixado de ser pagos os premios ou de ser effectuado o sorteio annunciavel, o Governo do Estado a que pertence a loteria houver providenciado, fazendo effectivo o pagamento dos premios, o Ministro da Fazenda, mediante requisição justificada do mesmo Governo, lhe mandará entregar toda a caução ou a parte della correspondente aos pagamentos feitos e na especie e pelo valor em que tiver sido realizada. Restando alguma parte, esta continuará em deposito, para ser levantada por quem de direito. Nesses casos não será mais permitida a venda de bilhetes de tal loteria, nem o respectivo sorteio nesta Capital.

Art. 11. É prohibido aos contractadores ou thesoureiros de loterias estadoaes, que não se tiverem habilitado nos termos do art. 2º, para vender bilhetes do Districto Federal, ter aqui escriptorio ou agencia para venda, distribuição, recebimento de encomendas ou pagamento de premios de taes bilhetes.

O fiscal das loterias requisitará do chefe de policia o fechamento desses escriptorios ou agencias.

Art. 12. Ao fiscal das loterias incumbe :

1º, inscrever em livro especial a data em que lhe forem apresentados os documentos de que trata o n. 1 do art. 2º, com o extracto do que nelles se contiver ;

2º, guardar os ditos documentos no archivo a seu cargo ;

3º, anotar em protocollo especial as guias de que trata o art. 5º, mencionando as respectivas importancias e a data em que tiverem sido recolhidas ao Thesouro ;

4º, fazer no mesmo protocollo todas as declarações relativas ás occorrencias de cada loteria, começando pela effectividade da caução e pagamento dos impostos ;

5º, fornecer a certidão do registro nos termos do art. 4º ;

6º, fazer apprehensão dos bilhetes de loterias estadoaes expostos em contravenção ás disposições deste regulamento ;

7º, impedir, pelos meios legais ao seu alcance, ou mediante requisição ás autoridades competentes, a entrada e venda no Districto Federal de bilhetes de loterias estrangeiras e apprehendel-os onde os encontrar ;

8º, impor as multas indicadas neste regulamento ;

9º, fazer lavrar os autos ou termos de apprehensão e multas ;

10, assistir a todos os sorteios de loterias que se operarem nesta Capital, fixando e publicando previamente o lugar onde se procederá á extracção, de conformidade com o art. 6º ;

11, dirigir e regular o processo de sorteios, tendo sempre em consideração a brevidade da operação e a garantia do direito das partes ;

12, communicar ao Ministro da Fazenda e ao chefe de policia, quando destes dependerem as providencias, todas as infracções deste regulamento ;

13, suggerir ao Ministro da Fazenda todos os alvitre e solicitar as providencias que parecerem convenientes para correctivo de abusos e plena garantia da execução da lei;

14, relatar nos dous primeiros mezes de cada anno as occurrencias do anterior; com as observações que a pratica aconselhar;

15, delegar ao seu ajudante qualquer de suas attribuições.

Art. 13. O fiscal, seu ajudante e o escrivão serão nomeados pelo Ministro da Fazenda.

O fiscal perceberá annualmente doze contos de réis, o ajudante oito contos de réis e o escrivão seis contos de réis.

Art. 14. Consideram-se infractores das disposições legais :

1º, os thesoureiros, contractadores ou agentes de loterias estaduais que venderem ou annunciarem á venda, pagarem os premios ou fizerem qualquer outra operação relativa a bilhetes de loterias, sem terem observado os requisitos do art. 2º e o que está prescripto nos arts. 7º a 11 e 17;

2º, as pessoas que passarem taes bilhetes, offerecendo-os á venda, ou de qualquer modo fizerem delles objecto de negocio, em contravenção aos mesmos artigos;

3º, os que os venderem de loterias não annunciadas na forma da lei;

4º, as que receberem bilhetes de loterias estrangeiras; as que os venderem por conta propria ou alheia, e as que os comprarem.

Art. 15. Nos casos de contravenção, o fiscal das loterias imporá as multas pelo modo seguinte :

§ 1.º Aos thesoureiros, contractadores, emissores ou agentes de loterias estaduais que incorrerem na falta de observancia do art. 2º, n. 3º, 2ª parte, multa até o valor do sello sobre o capital total da loteria.

Aos mesmos, quando infringirem qualquer outra disposição do art. 2º, multa de 1:000\$000.

Aos mesmos, quando infringirem os arts. 6º e 7º, multa de 500\$000.

Quando infringirem o art. 9º, multa de 300\$000.

Si a infracção for no art. 8º, multa de 100\$000.

§ 2.º A's pessoas que infringirem a disposição do n. 2º, art. 15, perda dos bilhetes e multa de 200\$. Na reincidencia, multa de 400\$ e assim por deante, até 1:000\$000.

§ 3.º Aos infractores do n. 4, do art. 15, perda dos bilhetes e multa correspondente ao valor dos mesmos.

Art. 16. Quando não se effectuar o pagamento das multas dentro de tres dias, contados da imposição ou decisão do recurso, si a parte o tiver interposto nesse prazo, a importancia da multa sahirá da caução e ficará por esse facto interrompida a licença para extracção da loteria ou sorteio da serie, até que seja reforçada a caução com quantia igual á que tiver sahido della.

Si o multado não tiver caução no Thesouro e não pagar em tres dias, contados da imposição da multa, o fiscal das loterias extrahirá conta, que será remettida á Directoria do Contencioso, afim de que esta providencie com urgencia sobre a sua arrecadação, no Juizo competente, salvo a decisão do Ministro da Fazenda sobre o recurso, a qual, si for favoravel, será communicada para suspender-se a execução.

Art. 17. Aos contraventores do art. 9º não será permittido continuarem no exercicio das funcções, até que seja pago o premio devido ao portador do bilhete.

Art. 18. Os bilhetes apprehendidos serão recolhidos, sob a guarda da fiscalisação das loterias, em involucros lacrados, com todas as declarações necessarias e conservados até final julgamento da contravenção, sendo então incinerados os não premiados.

Art. 19. Pertencerá ao apprehensor metade dos premios porventura obtidos pelos bilhetes apprehendidos, e metade das multas em que incorrerem os infractores, sendo o resto recolhido ao Thesouro e escripturado como receita eventual da União.

Art. 20. Além do que está determinado nos ns. 6º e 7º do art. 12, incumbe a apprehensão aos fiscaes do imposto de consumo de fumo, ao thesoureiro das loterias da Capital Federal e aos seus agentes, e ás autoridades policiaes da qualquer categoria, que logo communicarão ao fiscal, para os fins convenientes.

Art. 21. Os termos de apprehensão e multas serão firmados pelas testemunhas presenciaes, quando as houver e se prestarem, consignando os valores e numeração dos bilhetes, a loteria ou serie a que pertencerem, os nomes do infractor e do apprehensor, e tudo mais que convenha a um documento de contravenção.

§ 1.º Não poderão figurar com testemunha os guardas ou quizesquer pessoas do serviço que estiver incumbido aos funcionarios investidos da faculdade de apprehensão.

Art. 22. Não será admittida no Districto Federal a venda da loteria que tenha deixado de fazer sorteio annunciado, que não tenha pago os premios opportunamente, que tenha incorrido em multa em cada extracção ou em mais de uma multa em um sorteio.

Art. 23. Para o processo da contravenção, nos casos em que elle se torne necessario, é competente o pretor do districto em que se der a apprehensão.

A contravenção do art. 2º, o recebimento e venda de bilhetes de loterias estrangeiras, a venda de bilhetes depois da hora annunciada para a extracção ou de bilhetes de loterias ou series já extrahidas ou ainda não annunciadas, serão actos equiparados aos de contrabando e processados como este.

Art. 24. Das decisões do fiscal das loterias haverá recurso para o Ministro da Fazenda, dentro em tres dias, contados da data da decisão, ouvido o fiscal, que responderá em 48 horas.

Art. 25. Não poderão ser expostas á venda as loterias federaes, antes de approvados pelo Governo os respectivos planos, o

sem que estejam pagos o imposto de 2 % e a quota de fiscalização creados pela lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 24, § 6º.

§ 1.º Os planos dessas loterias serão apresentados com a necessaria antecedencia ao Ministro da Fazenda, que, ouvindo o fiscal, os approvará ou não. No caso de não serem approvados, deverão ser apresentados outros, de conformidade com o que for ordenado.

O Ministro da Fazenda poderá, a requerimento dos thesoureiros ou contractadores, modificar os planos já approvados, todas as vezes que o julgar conveniente.

§ 2.º O imposto de 2 % será recolhido ao Thesouro pela forma indicada no art. 2º, n. 3, 1ª parte, e a quota de fiscalização, por semestres adeantados.

§ 3.º Os bilhetes de cada loteria deverão conter, além da indicação exacta do capital da mesma, a declaração impressa de que a loteria é federal, a lei que autorizou e o nome da instituição beneficiada.

§ 4.º Satisfeitas as exigencias deste artigo, o fiscal das loterias marcará, de accordo com os thesoureiros ou contractadores, o dia e a hora em que se deve proceder ao sorteio de cada loteria.

Art. 26. Os Estados que acceitarem o disposto nos §§ 3º e 5º do art. 24 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, ficando habilitados a perceber a quota annual de 39:650\$, além das designadas no § 2º do referido artigo da lei citada, deverão communisar ao Ministro da Fazenda o seu assentimento, afim de ser arrecadada a quota que lhe é correspondente.

Art. 27. As loterias federaes ficam sujeitas, além das leis em vigor que peculiarmente as regem, ás disposições deste regulamento sobre fiscalização e ás demais que lhes forem applicaveis.

Art. 28. Fica marcado a todos os thesoureiros, contractadores ou agentes de loterias o prazo de 15 dias para se habilitarem de accordo com as disposições deste regulamento.

Art. 29. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2419 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1896

Transfere para o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o Observatorio do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, nos termos do disposto no § 2º do art. 18 da lei n. 403, de 24 de outubro do corrente anno, transferir para o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o Observatorio do Rio de Janeiro.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



## DECRETO N. 2420 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1896

Approva o regulamento para a cobrança do imposto de consumo de fumo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida ao Poder Executivo no n. 1º do art. 48 da Constituição da Republica, decreta :

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento, que a este acompanha, para a cobrança do imposto de consumo de fumo, expedido de accordo com a autorização constante do n. 8º do art. 2º da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896 ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*

## Regulamento para a cobrança do imposto de consumo de fumo a que se refere o decreto n. 2420 desta data

### CAPITULO I

#### DO IMPOSTO DE CONSUMO DE FUMO

Art. 1.º O imposto a que está sujeito o consumo do fumo e seus preparados será cobrado de accordo com a tabella annexa a este regulamento.

Art. 2.º Recae sobre a venda ou seja em lugar determinado ou por mercador ambulante, qualquer que seja a forma por que se realize, do fumo em bruto ou preparado, sem excluir o de procedencia estrangeira, que já tenha pago os respectivos direitos de importação.

Art. 3.º Considerar-se-ha:

§ 1º, fumo em *bruto* — o em folha, molho ou pasta, corda ou rolo;

§ 2º, fumo *preparado* — o picado, desfiado ou migado ou o convertido em charuto, cigarro e rapé de qualquer modo preparado e qualquer que seja a sua denominação.

Art. 4.º A taxa de consumo não comprehende:

§ 1º, o fumo em bruto vendido pelo productor ao fabricante, ou mercador, quando de produção de lavoura sua ou dos seus rendeiros, empregados ou trabalhadores;

§ 2º, o fumo em bruto vendido a retalho pelo productor aos seus rendeiros, empregados ou trabalhadores;

§ 3º, o fumo em bruto vendido pelos rendeiros empregados ou trabalhadores ao proprietario das terras em que for cultivado, constituindo intermediario para entregal-o a commercio;

§ 4º, o fumo em bruto, picado, desfiado ou migado vendido pelo mercador a fabricante ou a mercador e que não se acho exposto;

§ 5º, o fumo preparado, que não estiver exposto, vendido pelo fabricante ao mercador.

### CAPITULO II

#### DO REGISTRO

Art. 5.º Todos os fabricantes, administradores de depositos e mercadores de fumo em bruto ou por qualquer modo preparado registrarão annualmente, até 31 de janeiro de cada anno, cada casa que empregada tiverem nesse trafego.

Pagos os impostos de industrias e profissões e outros devidos á Municipalidade, o registro lhes dará direito a esse negocio, seja de importação, exportação, consignação ou a varejo.

Art. 6.º Pelo registro para o commercio de fumo pagarão de sello a saber :

1ª) fabricantes de preparados de fumo, donos ou administradores de estancques e mercadores por grosso ou em grande escala.....	100\$000
2ª) mercadores exclusivamente de fumo e seus preparados, vulgarmente chamados charuteiros:	
Com fabrico.....	50\$000
Sem fabrico.....	30\$000
3ª) mercadores com diversos ramos de negocio, como sejam : botequins, bilhares, casas de pasto, de generos alimenticios e outros identicos, que vendam fumo e seus preparados como additivo ao seu commercio.....	20\$000
4ª) mercadores ambulantes e particulares que fabriquem por conta propria ou alheia.....	20\$000

Os plantadores de fumo não estão sujeitos a imposto de consumo e não precisam registro para vender os productos de sua colheita.

Paragrapho unico. O registro terá por fim dar ao Thesouro e ás repartições arrecadadoras do imposto o conhecimento exacto do local e do capital da venda das diversas fabricas e casas de commercio que fizerem o mercado de fumo.

Art. 7.º Os registros são transferiveis e serão cobrados integramente em qualquer tempo que sejam tirados.

Art. 8.º Quem deixar de negociar em fumo e seus preparados é obrigado a fazer a devida declaração á repartição fiscal no prazo de 30 dias.

Art. 9.º Quem quizer commerciar em fumo, deverá solicitar á repartição competente o registro.

### CAPITULO III

#### DA ARRECADAÇÃO

Art. 10. O imposto será pago por meio de estampilhas espeziaes, vendidas pela Recebedoria e Alfandega na Capital Federal, pelas Alfandegas, Delegacias onde não as houver, Mesa de Rendas e Agencias fiscaes.

Art. 11. Haverá duas especies de estampilhas, uma para o fumo e seus preparados de procedencia estrangeira e outra para os productos nacionaes, cujo valor, formato e signaes caracteristicos serão determinados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 12. O deposito central das estampilhas na Capital Federal será na Casa da Moeda e nos Estados nas Alfandegas e, na falta destas, nas Delegacias.

Art. 13. Da Casa da Moeda serão as estampilhas remetidas à repartição que na Capital Federal conceder as guias de registro e às Alfandegas ou Delegacias, na falta dessas, de conformidade com as requisições dos respectivos chefes.

§ 1.º A remessa às estações arrecadadoras no Estado do Rio de Janeiro, com excepção de Nitheroy e S. Gonçalo, que estão sob a jurisdição da Recebedoria, será feita pela Casa da Moeda mediante ordem da Directoria das Rendas Publicas e nos demais Estados pela respectiva Alfandega ou Delegacia, de conformidade com as requisições dos respectivos chefes.

Art. 14. A's pessoas habilitadas sómente nos termos do art. 6.º é permittido o fornecimento de estampilhas, de accordo com o modelo E.

Art. 15. A's pessoas nas condições do art. 14 fornecer-se-hão estampilhas por meio de compra nas repartições competentes, em importancia nunca inferior a

200\$000 na Capital Federal,  
100\$000 nas capitães dos Estados,  
80\$000 nas cidades de primeira ordem,  
40\$000 nas demais cidades e villas de primeira ordem,  
20\$000 nos outros logares.

Art. 16. Haverá na Casa da Moeda um registro do qual conste o mez e anno em que começou a distribuição, para venda, das estampilhas de cada valor, com designação dos signaes característicos.

Desse registro é permittido dar-se certidão.

Art. 17. As estampilhas serão colladas pelo mercador ou fabricante no envoltorio externo, de modo que, aberto este fiquem inutilizadas, observando-se o seguintes:

- 1º) nos pacotes, saccos de papel e nas caixas—nos fechos;
- 2º) nas barricas—nos cabeços;
- 3º) nas latas, tanto sobre a parte inferior da orla da tampa como sobre o corpo da lata—na parte immediata á orla;
- 4º) nos demais envoltorios, quaesquer que sejam suas fôrmas e dimensões — sobre as partes em que devem ser abertos;
- 5º) nos maços de cigarros e de charutos vendidos fóra das caixas —na banda ou faixa que os reunir e nos charutos soltos — no centro de cada um em fôrma de anel.

Paragrapho unico. Os dous extremos do maço serão apanhados por uma fita de papel, cujas pontas se prendam á banda ou faixa no logar onde a estampilha tenha de ser collada.

Art. 18. As estampilhas consideram-se inutilizadas e sem effeito legal quando fragmentadas, colladas a maços cujas bandas, faixas ou fitas estejam quebradas, ou quando formarem anel

frouxo nos charutos soltos, de modo a poderem ser transferidas de um para outro, e deverão ser colladas:

1º) quanto ao fumo de procedencia estrangeira, por occasião do despacho de importação ;

2º) quanto ao de producção nacional, antes de exposto á venda.

Art. 19. Para completar a importancia da taxa legal, poderão ser colladas estampilhas de valores diversos. Quando se houver de collar mais de uma, deve sel-o seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que em ultimo lugar estiver collada.

## CAPITULO IV

### DA FISCALISAÇÃO E CONTABILIDADE

Art. 20. Para este serviço serão nomeados pelo Ministro da Fazenda até 12 fiscaes para a Capital Federal e tres para os municipios de Nitheroy e S. Gonçalo, sujeitos todos á Recebedoria.

Art. 21. Nos Estados a fiscalisação será feita pelas Alfandegas e, na falta destas, pelas Delegacias, conforme se acharem as fabricas e os depositos nas circumscripções destas, por empregados designados pelo respectivo chefe, não devendo ser de categoria superior á do segundo escriptuario e que serão substituidos de seis em seis mezes. Nos logares onde não houver taes repartições, a fiscalisação será feita por pessoa idonea proposta pelo chefe da repartição fiscal ou pelo agente fiscal na localidade por intermedio da Alfandega ou da Delegacia, com informação destas, sujeita á approvação do Ministro da Fazenda. Taes fiscaes ficarão subordinados aos chefes das repartições ou agentes que os propuzerem.

Art. 22. Os inspectores das Alfandegas ou os delegados fiscaes dividirão cada Estado em tantas circumscripções quantas forem convenientes para a boa fiscalisação, ou separando districtos e freguezias nas capitaes de maior producção, ou isolando municipios ou contemplando diversos dos que mais proximos se acharem, de modo que haja facilidade e promptidão no serviço fiscal.

Art. 22. Os chefes das repartições fiscaes, toda vez que entenderem necessario, ou por falta de fiscal ou de agente, ou para inspecionar o serviço de fiscalisação, nomearão um empregado do quadro dos funcionarios de suas repartições para proceder a exame minucioso na escripturação das fabricas e nos depositos e casas mercadoras, com assistencia do respectivo fiscal; abonando-se a esse funcionario uma gratificação para a despeza de transporte e não excedente ao vencimento mensal dos fiscaes.

Logo que assim procederem, os chefes communicarão á autoridade superior o facto justificando-o, ficando entendido que, si

dessa fiscalização resultar culpabilidade para o fiscal, será proposta ou concedida sua exoneração.

Art. 23. As gratificações dos fiscaes serão fixadas sobre proposta dos chefes das respectivas repartições entre os limites de 200\$ a 300\$ mensaes na Capital Federal e de 100\$ a 200\$ nos Estados, podendo nestes ser elevada a 250\$ para as circumscripções já formadas que tiverem mais de 10 fabricas ou que comprehendem mais de tres municipios com fabricas, depositos e casas mercadoras.

Art. 24. Será igualmente abonado aos fiscaes :

a) 5 % do producto liquido da renda arrecadada nas zonas por elles fiscalizadas ;

b) 50 % das multas por elles impostas e effectivamente arrecadadas.

Art. 25. Os fiscaes são obrigados a apresentar até 15 de janeiro de cada anno um relatório de seus trabalhos, acompanhado de mappas estatísticos, indicando as medidas que reputarem necessarias para acautelar os interesses da Fazenda Nacional.

Estes relatórios, bem como os mappas demonstrativos do commercio de fumo em cada circumscripção e com o resumo das casas registradas e das que não satisfizeram essa exigencia, serão pelos fiscaes entregues aos chefes das repartições a que forem subordinados, que os remetterá, acompanhado de parecer á Directoria das Rendaz Publicas, dentro de 30 dias.

Art. 26. Os donos ou administradores de fabricas de fumo e seus preparados organizarão escripta em livro especial de accordo com o modelo G por onde se possa ver mensalmente as sahidas dos productos para consumo e bem assim o movimento de estampilhas.

§ 1.º Estes livros serão sellados, rubricados ou authenticados nas respectivas repartições locais.

§ 2.º Taes livros serão examinados pelos fiscaes do imposto ou por empregados que o chefe da repartição designar. A exactidão da escripta especial poderá ser corroborada pelo exame da escripta geral.

§ 3.º Na escripturação fiscal deve figurar discriminadamente a parte relativa á venda do fumo por qualquer forma preparado, de maneira a facilitar o exame de que trata este artigo.

Art. 27. Nas estações fiscaes haverá um livro em que serão inscriptos os esclarecimentos constantes das guias de registro dos estabelecimentos.

Art. 28. A escripturação será feita nos seguintes livros :

De inscripção—art. 27—modelo A, Caixa Geral — modelo B.

Art. 29. Os agentes estaduais perceberão :

5 % da venda das estampilhas ;

50 % das multas por elles impostas e resultantes de verificação ou fiscalização propria, que forem effectivamente arrecadadas,

Art. 30. Todo individuo que fabricar cigarros é obrigado a empregar rotulos com a declaração do nome e da rua e numero da casa do fabricante.

Art. 31. Os que desacatarem ou injuriarem por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalisação no exercicio de suas funcções e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na fórma do Código Criminal, podendo o funcionario offendido prender e solicitar para esse fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

Paragrapho unico. Além das providencias que a autoridade policial tomar sobre o facto, o empregado offendido lavrará um auto acompanhado do rol das testemunhas, o qual será pelo chefe da repartição remettido ao promotor publico.

## CAPITULO V

### DAS MULTAS

Art. 32. A rectusa ao exame da escripturação especial ou a falta de escripturação sujeitará o infractor á multa de 1.000\$ a 5.000\$000.

Art. 33. Ficam sujeitos á multa de 300\$ a 600\$ todos os estabelecimentos em que for encontrada pelos fiscaes ou pelos empregados nomeados pelos chefes a escripta atrasada; devendo ser em acto continuo lavrado no proprio livro o termo de infração e enviado o auto á autoridade competente.

Art. 34. A falta de rotulos nos cigarros sujeitará o infractor á multa de 200\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Por esta multa será responsavel o mercador que expuzer á venda cigarros sem os requisitos do art. 30.

Art. 35. Os infractores dos arts. 17 e 18 incorrerão nas seguintes penas:

1º, de 100\$ a 200\$, os que expuzerem á venda fumo em bruto ou preparado sem collar a estampilha pelo modo determinado;

2º, de 500\$ a 1.000\$, os que expuzerem á venda fumo nacional em envoltorio com estampilhas fragmentadas ou com indícios de ter sido servida e os que apresentarem estampilhas nas mesmas condições, para serem colladas por occasião do despacho de importação;

3º, de 400\$ a 800\$, os que collocarem as estampilhas de modo tal que possam ser transferidas e novamente utilizadas.

Art. 33. Incorrerão na multa de 200\$ a 400\$ os que expuzerem á venda fumo e seus preparados sellados com estampilha inferior á devida e os que collocarem fumo e seus preparados de produção nacional em envoltorio dos de procedencia estrangeira.

Art. 37. São passíveis da multa de 2:000\$ a 5:000\$, além das penas comminadas no Código Criminal, os que usarem ou fabricarem estampilhas falsas.

Art. 38. Estarão sujeitos ás multas comminadas pela art. 40 do decreto n. 1624, de 11 de fevereiro de 1893, os registros pagos depois do prazo determinado pelo art. 5°. Este artigo só comprehende as casas registradas que não vierem satisfazer o respectivo sello dentro do prazo regulamentar.

Art. 39. Estas multas serão applicadas a cada volume que as motivar e elevadas ao dobro nas reincidencias.

Art. 40. As multas impostas no actual regulamento serão applicadas no maximo aos fabricantes, mercadores ou negociantes de fumo, que não tiverem o competente registro.

Art. 41. O consumidor que tolerar ou occultar qualquer das infracções antecedentes, é considerado e punido como si fosse autor dellas.

Art. 42. As multas serão impostas pelos chefes das estações encarregadas da venda das estampilhas, mediante processo administrativo, que terá por base o auto de infracção.

§ 1.º Este auto será lavrado :

1º, pelo encarregado ou fiscal da respectiva estação fiscal em relação ás infracções commettidas dentro dos limites da jurisdicção;

2º, por qualquer pessoa.

§ 2.º Quando o auto for lavrado por pessoa que não seja empregado do Ministerio da Fazenda ou das agencias estadcaes encarregadas das rendas federaes ou pelos fiscaes da estação competente, será assignado pela pessoa que o lavrar, pelo infractor e por duas ou mais testemunhas, e no caso contrario pelos empregados e pelo infractor.

§ 3.º Recusando-se o infractor a assignal-o, será isto declarado no auto.

## CAPITULO VI

### DOS RECURSOS

Art. 43. Das decisões das repartições arrecadadoras quanto ás multas, haverá recurso interposto pelos prejudicados no prazo de 30 dias contados da data da decisão, por meio do requerimento ao Ministerio da Fazenda, transmittido com o respectivo processo e informação, pela repartição que officiou no processo.

§ 1.º Estes recursos não podem ser acceitos sem que previamente seja depositada a importância da multa.

§ 2.º O recurso perempto não será encaminhado á instancia superior e o que for assim encaminhado não será tomado em consideração.

Art. 41. O recurso é voluntario ou *ex-officio*.

§ 1.º O recurso voluntario será interposto pelos que se julgarem prejudicados e de accordo com o artigo antecedente.

§ 2.º O recurso *ex-officio* será interposto pelos agentes encarregados da cobrança nos Estados, quando houverem proferido despacho favoravel á parte, por intermedio das repartições a que forem subordinados, no prazo de 15 dias com effeito suspensivo.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 45. O presente regulamento começará a ser executado nesta Capital e nos Estados, de accordo com o decreto n. 572, de 12 de julho de 1890.

Art. 46. Os estabelecimentos onde houver fabricação de cigarros estão sujeitos ao sello do imposto pelo fumo empregado na manipulação dos mesmos.

Art. 47. Salvo a jurisdicção da Recebedoria da Capital Federal, a classificação das cidades e villas para execução do art. 15 servirá a que foi feita em virtude dos arts. 44 e 45 do decreto n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888.

Art. 48. O fumo preparado não sahirá das fabricas nem poderá ser importado, exposto á venda ou vendido sinão em caixas, latas, pacotes ou saccos de papel.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os maços de charutos e de cigarros, assim como os charutos soltos, si se acharem nas condições do n. 5 do art. 17.

Art. 49. O fumo em bruto não poderá ser vendido ao consumidor sinão em envoltorios da mesma especie dos indicados no artigo antecedente, quando a venda effectuar-se de quantidade retirada daquelle em que houver sido acondicionado pelo productor.

Art. 50. O fumo de procedencia estrangeira, que for despachado para consumo e retirado das Alfandegas, será sellado com as estampilhas de que trata o art. 11 e o empregado competente as inutilisará com a data de modo a não poderem ser novamente empregadas.

Art. 51. Para o registro de que trata o art. 5º, os impetrantes deverão apresentar á respectiva estação fiscal guias em duplicata por elles firmadas e organisadas de accordo com os modelos C e D. Em um dos exemplares das guias, que deve ficar na repartição para os effeitos dos arts. 27 e 52, serão notados o recebimento do sello devido e o numero de ordem lançado na primeira via.

Art. 52. As repartições arrecadadoras do imposto farão acompanhar a prestação de conta annual, das declarações ou guias

de que trata o artigo antecedente o de uma demonstração das estampilhas vendidas, de accordo com o modelo F.

Art. 53. A importancia das multas que não forem pagas amigavelmente será cobrada por meio executivo.

Art. 54. São admittidas denuncias contra os infractores deste regulamento, cabendo ao denunciante dous terços da multa que por tal meio for imposta e effectivamente arrecadada. Havendo mais de um denunciante, os dous terços da multa serão divididos por elles.

Art. 55. Revogam-se as disposições em contrario.

#### Tabela das taxas a quo ficam sujeitos o fumo e seus preparados

(REGULAMENTO, ART. 40)

Fumo em bruto de procedencia estrangeira.....	Por 500 grammas ou fracção desta unidade.....	250 réis
Fumo picado, desfiado ou mi-gado inclusive o manufacturado em cigarros, de produção nacional.....	Por 25 grammas ou fracção desta unidade.....	010 réis
Fumo picado, desfiado ou mi-gado de produção estrangeira.....	Por 25 grammas ou fracção desta unidade.....	050 réis
Charutos de fabrico estrangeiro.....	Por um.....	100 réis
Rapé de fabrico nacional....	Por 125 grammas ou fracção desta unidade.....	010 réis
Rapé de fabrico estrangeiro..	Por 125 grammas ou fracção desta unidade.....	100 réis
Charuto vendido em caixa ou de preço de fabrica, superior a 80 réis.....	Por um.....	002 réis
Charutos vendidos a granel ou de preço de fabrica, inferior a 80 réis.....	Cento.....	020 réis
Cigarros de produção estrangeira .....	Por maço de 20.....	050 réis
	Por fracção excedente de 20.....	050 réis

Os cigarros de mortalha ou capa de fumo de procedencia estrangeira pagarão o dobro da ultima taxa. Papel para cigarros e semelhantes, em livrinhos ou mortallas, 23500 por kilogramma.

## MODELO — A

(Fl. 1)

F. (*Rubrica do chefe*)

N. 1 — ANTONIO DE OLIVEIRA, com fabrica de preparar fumo  
nesta capital, á rua..... n....

---

Registrado pela declaração n. 1 de hoje.

Pagou de registro.

Comprou em estampilhas de diversos valores § , pela guia n. 1  
de hoje.

Em..... de..... de 189...

O escriptuario,

F.

Renovou o registro para o corrente anno. — Declaração n. de  
hoje.

Em..... de..... de 189...

O escriptuario,

F.

Solicitou e obteve registro para venda ambulante, occupando duas  
pessoas. — Declaração n. de hoje.

Em..... de..... de 189...

O escriptuario,

F.

Transferiu o estabelecimento e venda ambulante a João Alcantara  
em..... do corrente mez. — Declaração n. de hoje.

Em..... de..... de 189...

O escriptuario,

F.

MODELO - B

898

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DEVE				CAIXA				HAVER		TOTAL DO DIA
1897	Janeiro	2	Importancia recebida em estampilhas especiaes de fumo do (logar da procedencia), conforme a guia n. data a saber :		1897	Janeiro	2	Importancia das estamp pilh as vendidas a F. sob guia n. a saber :		
			1.000 de 20 réis....	20\$000				200 de 20 réis...	4\$000	
			3.000 de 50 réis....	15\$000				400 de 50 réis..	20\$000	
			500 de 250 réis....	125\$000	160\$000	"	"	200 de 250 réis..	50\$000	74\$000
			4.500					" Idem a P. sob a guia n. a saber :		
								400 de 20 réis..	2\$000	
								200 de 50 réis..	10\$000	12\$000
					1897	Janeiro	3	Importancia etc.		86\$000

## MODELO — C

O abaixo assignado declara que, sendo (fabricante, mercador ou negociante de fumo e seus preparados) á rua..... deseja o registro exigido pelo art. 5º do decreto n..... para se habilitar a esse ramo de commercio.

(DATA)

(Assignatura por extenso da firma individual ou da razão social).

.....

Registra-lo sob o n..... a fls..... do livro n.... o

(Sello inutilizado com assignatura do empregado).

## MODELO — D

O abaixo assignado declara que continúa no presente anno o seu *(estabelecimento ou negocio ambulante de fumo)* e solicita renovação da licença, que lhe foi concedida pela inscrição n..... em .... de ..... de 189..

*(Logar e data).*

F. *(Assignatura do declarante ou seu representante legal).*

Averbado na inscrição n..... de .... de ..... de 189.. e pagou o sello de talão n..... desta data.

*(Data e rubrica do escrivão).*



## MODELO — F

Demonstração das estampilhas especiaes do imposto de consumo do fumo vendidas pela ( a estação ) no mez de... ultimo na importancia de ( por extenso )

---

1.500 do valor de 10 réis, na importancia de.....	15\$000
750 idem... 20 » idem.....	15\$000
150 idem... 30 » idem.....	4\$500
150 idem... 40 » idem.....	6\$000
300 idem... 50 » idem.....	15\$000
150 idem... 60 » idem.....	9\$000
150 idem... 100 » idem....	15\$000
150 idem... 200 » idem.....	30\$000
150 idem... 1\$000 » idem.....	150\$000
75 idem... 2\$000 » idem.....	150\$000
<hr/> 8.525	<hr/> 409\$500

---

Acompanham as guias ns.....

(Logar e data).

(Assignatura do responsavel e do escrivão).

MODELO — G

Mapa demonstrativo da casa commercial de propriedade..... à rua..... n..... no mez de.....de 189...

CONSUMO						ESTAMPILHAS				
DATA	FUMO		RAPE	CHARUTOS (PREÇO SUPERIOR A 80 RÉIS)	CHARUTOS (PREÇO INTERIOR A 80 RÉIS)	DATA	IMPORTANCIA DAS COMPRADAS	IMPORTANCIA DAS EMPREGADAS NOS PREPARADOS	SALDO EXISTENTE	OBSERVAÇÕES
	Destinado, picado ou migado	Empregados em cigarros								

## DECRETO N. 2421 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1896

Approva o regulamento para a cobrança do imposto de consumo de bebidas alcoolicas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida ao Poder Executivo no n. 1º do art. 48 da Constituição da Republica, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento que a este acompanha, para a cobrança do imposto de consumo de bebidas alcoolicas, expedido de accordo com a autorização constante do n. 8º do art. 2º da lei n. 428, de 10 de dezembro do 1896; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1896, 8ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*

Regulamento para cobrança do imposto de consumo  
de bebidas fabricadas no paiz, a que se refere  
o decreto n. 2421, desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO DE CONSUMO DE BEBIDAS

Art. 1.º O imposto de consumo de bebidas fabricadas no paiz será cobrado por meio de estampilhas e pelas taxas estabelecidas na tabella annexa a este regulamento.

Paragrapho unico. Só serão sujeitas a imposto as bebidas constantes da mesma tabella.

Art. 2.º O imposto recae sobre a venda ou seja em lugar determinado ou por mercador ambulante, qualquer que seja a forma por que se realize, e não comprehende o alcool e a aguardente fabricados no paiz.

Art. 3.º O imposto é exigivel ao sahir o producto das fabricas para o consumo ou quando for exposto á venda.

Art. 4.º Para os effeitos deste regulamento, serão considerados fabricas os estabelecimentos em que forem preparadas bebidas por meio de machinismos,apparelhos, instrumentos ou vasilhame de qualquer especie.

## CAPITULO II

## DA ARRECADAÇÃO

Art. 5.º O imposto será cobrado por meio de estampilhas especiaes vendidas pela Recebedoria, na Capital Federal e pelas Alfandegas ou Delegacias, onde não houver essas repartições, Mesas de rendas e Agencias fiscaes—nos Estados.

Art. 6.º Haverá varios typos de estampilhas, cujo valor, formato e signaes caracteristicos serão determinados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 7.º O deposito das estampilhas será na Casa da Moeda, nas Alfandegas ou Delegacias, mediante a administração do director, inspectores e delegados e sob a guarda dos thesoureiros.

Art. 8.º Da Casa da Moeda serão remettidas á Recebedoria, na Capital Federal e ás Alfandegas ou Delegacias, nos Estados, de conformidade com a requisição dos respectivos chefes, e ás Agencias fiscaes do Estado do Rio de Janeiro, exceptuados Nitheroy e S. Gonçalo, que ficam sob a jurisdição da Recebedoria, mediante ordem da Directoria das Rendas Publicas.

Nas mesmas Alfandegas e Delegacias far-se-ha a distribuição das estampilhas pelas outras estações fiscaes encarregadas da cobrança.

Paragrapho unico. A disposição deste artigo não obsta a remessa directa das ditas estampilhas a qualquer das mesmas estações fiscaes, dando-se aviso á Alfandega ou Delegacia competente para debitar os responsaveis e tomar-lhes contas.

Art. 9.º Haverá na Casa da Moeda um registro de onde conste a data em que começar a distribuição para a venda das estampilhas de cada valor, com a designação dos signaes caracteristicos por que se distingam. Desse registro dar-se-hão certidões.

Art. 10. As pessoas habilitadas ao mercado de bebidas fornecer-se-hão das estampilhas por meio de compra nas estações e repartições competentes, em importancia nunca inferior a

200\$000 na Capital Federal.

100\$000 nas capitaes dos Estados e em Nitheroy.

80\$000 nas cidades de 1.ª ordem dos Estados.

60\$000 nas outras cidades e no municipio de S. Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

40\$000 nas villas de 1.ª ordem.

20\$000 nos outros logares.

Art. 10. Sómente ás pessoas habilitadas a negociar em bebidas é permitido o fornecimento de estampilhas.

Art. 11. As estampilhas serão colladas pelo fabricante ou mercador, pela fórma seguinte :

— Nas garrafas, botijas, frascos, etc., sobre a rolha de modo que as extremidades da estampilha fiquem tambem colladas ao gargalo e se inutilisem ao abrir.

Art. 12. Nas fabricas e depositos de bebidas alcoolicas, que tenham barris, pipas, quartolas ou reservatorios com bebidas destinadas a consumo nas mesmas fabricas ou depositos e suas dependencias, os ditos barris, pipas, quartolas ou reservatorio terão as estampilhas colladas em logar visivel.

Neste caso as estampilhas serão especiaes, terão a data do anno e representarão o pagamento do imposto por um anno.

Art. 13. Os fabricantes de bebidas acondicionadas pelo modo declarado no art. 12, deverão manifestar á estação fiscal competente, dentro de 30 dias da publicação deste regulamento, o consumo dessas bebidas no anno de 1896, servindo isso de base para o calculo do valor em estampilhas a vender para o de 1897, e bem assim deverão de tres em tres mezes remetter á repartição competente um boletim desse consumo para servir de base para os annos seguintes.

Art. 14. De accordo com a declaração do artigo antecedente serão fornecidas as estampilhas especiaes em quantidade nunca inferior á importancia de um semestre.

Art. 15. Para completar a taxa legal poderão ser colladas estampilhas de valores diversos. Quando se houver de collar mais de uma, deve selo seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que em ultimo logar estiver collada.

Art. 16. As estampilhas consideram-se inutilisadas e sem effeito legal quando fragmentadas ou colladas de modo a poderem ser transferidas e novamente usadas, e devem ser colladas antes da exposição á venda.

Art. 17. Nos barris ou pipotes com cerveja destinada a *choppis*, a estampilha deverá ser collada sobre a rolha que fecha o orificio onde deve adaptar-se a bomba extractora do liquido e de modo que, ao tirar-se a rolha, seja inutilisada a estampilha. As fabricas de cerveja que produzirem este artigo serão obrigadas ao cumprimento das disposições dos arts. 13 e 14.

### CAPITULO III

#### DO REGISTRO E INSCRIÇÃO

Art. 18. Todos os fabricantes, administradores e mercadores de bebidas nacionaes, por qualquer modo preparadas, registrarão annualmente, até 31 de janeiro de cada anno, cada casa que tiverem empregada nesse trafego.

Pagos os impostos de industrias e profissões e outros devidos á Municipalidade, o registro lhes dará direito a esse negocio, seja de exportação, consignação, por grosso ou em grande escala ou a varejo.

Art. 19. Pelo registro para o commercio de bebidas pagarão de sello, a saber:

Capital Federal, Nitheroy e capitães dos Estados :

Fabricas.....	200\$000
Depositos das fabricas.....	50\$000
Mercadores.....	20\$000

Para os demais logares se cobrará metade destas taxas.

Art. 20. O registro terá por fim dar ao Thesouro o ás repartições arrecadoras do imposto o conhecimento exacto do local e do capital das rondas das diversas fabricas e casas de commercio, que fizerem negocio de bebidas.

Art. 21. Para o registro se apresentarão guias em duplicata, firmadas pelo impetrante com declaração de rua e numero e qualidade do negocio. Uma guia será entregue à parte, devidamente sellada e outra ficará na repartição para os effeitos do art. 22, notando-se o pagamento do sello e o numero de ordem. (Modelos B e C.)

Art. 22. Da concessão das guias de registro, a repartição arrecadora do imposto formará um cadastro (modelo A) que indique todas as casas empregadas nesse commercio.

Art. 23. As guias de registro serão transferíveis e cobradas integralmente em qualquer tempo que sejam feitas.

Art. 24. O mercador ambulante solicitará tantas guias de registro quantas pessoas empregar nesse commercio.

Art. 25. O exercicio simultaneo de qualquer industria no mesmo estabelecimento não exime da obrigação do registro.

## CAPITULO IV

### DA FISCALISAÇÃO E CONTABILIDADE

Art. 26. A fiscalisação deste imposto incumbe especialmente ás repartições mencionadas no art. 5º.

Art. 27. A fiscalisação será exercida pelos fiscaes do imposto de consumo de fumo sempre que for possível, e augmentando-se-lhes o numero de accordo com as exigencias do serviço e arbitrando-se pelo acrescimo de serviço uma gratificação de 50 %/, de seus vencimentos, além das seguintes vantagens:

- a) 5 %/ do producto liquido da arrecadação correspondente á zona da estação fiscal em que serve;
- b) 50 %/ das multas por elles impostas, que forem effectivamente arrecadadas.

Os agentes fiscaes nos Estados perceberão :

- a) pelo registro a quota correspondente á arrecadação das rendas federaes;

- b) 5 % das vendas de estampilhas ;
- c) 50 % das multas por elles impostas, resultante de fiscalização propria e que forem effectivamente arrecadadas.

Art. 28. Os chefes das repartições poderão designar um empregado de sua confiança para proceder exame minucioso nas fabricas, podendo abonar uma gratificação não excedente dos vencimentos dos fiscaes.

Paragrapho unico. Si dessa fiscalização resultar culpabilidade para o fiscal, deverá ser exonerado ou proposta sua demissão á autoridade competente.

Art. 29. Para a fiscalização do imposto de bebidas aproveitará a divisão de zona feita para o imposto de fumo.

Art. 30. Os fiscaes deverão apresentar até 15 de janeiro um relatório de sua inspecção, indicando as providencias que reputarem necessarias para acautelar os interesses da Fazenda Nacional, acompanhado de um mappa demonstrativo das casas que commerciareem neste ramo em sua circumscripção.

Paragrapho unico. Este relatório deverá ser dentro de 15 dias onviado pelo chefe da repartição á Directoria das Rendas Publicas, acompanhado de parecer emittindo opinião precisa sobre o assumpto.

Art. 31. Os donos ou administradores das fabricas organizarão em livro especial (modelo G) escripta, por onde se possa examinar e fiscalisar mensalmente ou diariamente as sahidas dos productos para consumo e o movimento de estampilhas.

§ 1.º Esses livros serão sellados e rubricados ou authenticados nas respectivas repartições locais.

§ 2.º A escripturação fiscal da fabrica poderá comprehender a do deposito ou depositos pertencentes á mesma firma ou razão social.

§ 3.º Taes livros serão examinados pelos fiscaes ou por empregados que o chefe da repartição designar e, quando esses tiverem duvida sobre a exactidão da escripta especial, pedirão o exame da escripturação geral do estabelecimento.

§ 4.º Na escripturação deve figurar discriminadamente a parte relativa á venda, de maneira a facilitar o exame de que trata este artigo.

Art. 32. As repartições arrecadadoras farão acompanhar a prestação de contas annual das declarações de que trata o art. 21 e de uma demonstração das estampilhas vendidas de accordo com o modelo — F.

Art. 33. A escripturação será feita nos seguintes livros :

Da Inscricção — modelo — A.

Caixa Geral — modelo — E.

Art. 34. Será tambem considerada contrafacção, sujeita ás penas do mesmo codigo e á apprehensão, a fabricação e a importação de rotulos e marcas de productos estrangeiros, que se prestem á falsificação de bebidas ou productos nacionaes para serem vendidos como estrangeiros com a marca ou com o rotulo

fabricado no paiz (art. 31 da lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895).

Art. 14. Os que desacatarem por qualquer maneira ou injuriarem os encarregados da fiscalisação no exercicio de suas funções serão punidos, na fôrma do Código Criminal.

Para esse fim o chefe da repartição enviará ao promotor publico o auto, que será lavrado pelo empregado offendido e acompanhado do rol das testemunhas.

Parapho unico. Nesses casos, o empregado procederá de accordo com o estabelecido no regulamento para consumo de fumo.

## CAPITULO V

### DAS MULTAS

Art. 35. A recusa ao exame da escripta especial ou a falta da mesma sujeitará o infractor á multa de 2:000\$ a 5:000\$000.

Art. 36. Os que deixarem de observar os arts. 12 e 13 incorrerão na multa de 3:000\$ a 5:000\$000.

Art. 37. Ficam sujeitos á multa de 600\$ a 2:000\$ todos os estabelecimentos em que for encontrada pelo fiscal ou empregado designado pelo chefe a escripta em atrazo; devendo ser, em acto continuo, lavrado no proprio livro o termo de infracção e enviado o auto á autoridade competente.

Art. 38. Incorrerá na multa de 200\$ a 1:000\$ os que expuzerem á venda bebidas da tabella annexa sem a competente estampilha e de modo determinado pelos arts. 11 a 13.

Art. 39. Ficarão sujeitos á multa de 2:000\$, além das penas do Código Criminal, os que usarem ou fabricarem estampilhas falsas ou se servirem das que já foram usadas.

Art. 40. Fica comminada a multa de 2:000\$ a 5:000\$ aos estabelecimentos que venderem bebidas fabricadas no paiz com rotulo ou marca estrangeira, afim de furtar-se ao pagamento do imposto de consumo.

Art. 41. Ficam sujeitos os reincidentes ao dobro das multas em que incorreram.

Art. 42. Estas multas serão em todos os casos impostas no maximo quando os fabricantes, mercadores e negociantes fizerem esse commercio sem o competente registro.

Art. 43. O consumidor, que tolerar ou occultar qualquer das infracções dos artigos antecedentes é considerado e punido como si fôsse autor dellas.

Art. 44. As multas serão impostas pelo chefe da estação encarregada da venda das estampilhas, mediante processo administrativo, que terá por base o auto da infracção.

§ 1.º Este auto será lavrado:

I, pelo empregado ou agente da respectiva estação fiscal, em relação á infracção, arts. 11 a 13, dentro dos limites da jurisdição ;

II, por qualquer pessoa, em relação ás infracções dos demais paragraphos do referido artigo.

§ 2.º Quando o auto for lavrado por pessoa que não seja empregado ou agente da respectiva estação fiscal, será assignado pela pessoa que o lavar, pelo infractor e por duas ou mais testemunhas, e quando pelo empregado ou agente, por este e pelo infractor.

§ 3.º Recusando-se o infractor a assignal-o, será isso declarado no auto.

## CAPITULO VI

### DOS RECURSOS

Art. 45. Os que se julgarem prejudicados com as decisões sobre multa poderão recorrer dentro do prazo de 30 dias, contados da data em que forem proferidas, por meio de requerimento, transmittido ao Ministro da Fazenda, com o processo e informação pela repartição que houver proferido a decisão recorrida.

Art. 46. Haverá também recurso *ex-officio* das decisões proferidas pelos encarregados da cobrança nos Estados em favor das partes interessadas.

O recurso será interposto no prazo de 15 dias da data das decisões e seguirá por intermedio das repartições a que estiverem subordinados os empregados incumbidos da cobrança.

Art. 47. O recurso por imposição de multa só será acceito sendo previamente depositada a importancia na repartição competente.

Art. 48. Não se tomará conhecimento dos recursos interpostos fora dos prazos referidos, nem dos que forem irregularmente encaminhados.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 49. Este regulamento terá execução na Capital Federal e nos Estados, no prazo determinado pelo decreto n. 572, de 12 de julho de 1890.

Art. 50. Nenhuma transferencia de registro se permitirá sem que o vendedor se mostre quite das multas de que porventura seja devedor.

Art. 51. Na classificação das cidades e villas, para execução do art. 14, servirá a que foi feita em virtude dos arts. 44 e 45 do regulamento mandado observar pelo decreto n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, decreto n. 86 de 24 de dezembro de 1889.

Art. 52. Quando for transferido o negocio o novo proprietario apresentará á respectiva estação no prazo de oito dias, contado da data da aquisição, a guia do registro para ser averbada, sob pena de ficar sem effeito o registro.

Art. 53. A importancia do sello e das multas, que não for paga amigavelmente, será cobrada por meio executivo.

Art. 54. São admittidas denuncias contra os infractores deste regulamento, cabendo ao denunciante  $\frac{2}{3}$  da multa que por tal meio for imposta. Havendo mais de um denunciante, os  $\frac{2}{3}$  da multa serão divididos por elles.

Art. 55. Revogam-se as disposições em contrario.

Tabella das taxas a que ficam sujeitas as bebidas de producção nacional

(REGULAMENTO, ART. 4<sup>o</sup>)

Cerveja.....	Garrafa..	\$010
Idem.....	Litro...	\$060
Bebidas constantes do n. 126 da classe 9 <sup>a</sup> da tarifa..	Litro...	\$300
Idem do n. 127 da classe 9 <sup>a</sup> da tarifa.....	Litro...	\$100
Vinhos artificiaes e demais bebidas fermentadas, que possam ser assemelhadas ou vendidas como vinho de uva, etc., champagnez, cujo fabrico for autorizado pelo Governo.....	Garrafa..	1\$000
Aguas mineraes artificiaes, gazosas ou não.....	Litro...	\$050

### MODELO — A

N. 1 José Antonio da Silva com negocio á rua.....  
n.                      nesta

Registrado pela declaração n. 1 de hoje.

### Pagon de registro

Comprou em estampilhas de diversos valores.

Pela guia n. 1 de hoje. Em..... de..... de.....

(i) escriptorio,

Comprou em estampilhas de diversos valores.

Pela guia n. 15 de hoje. Em..... de..... de.....

0) escripturario,

Renovou o registro para o corrente anno. Declaração n. de  
hoje. Pagou de sello

Em de de

O escripturario,

Solicitou e obteve registro para..... mercadores ambulantes.

Em de ue

O escripturario,

Transferiu o estabelecimento e venda ambulante a.....  
Em                      de                      de

O escriptuario,



## MODELO — B

F..... negociante á rua..... n.....  
desejando negociar em bebidas nacionaes, vem de accordo com o art....  
do decreto n..... de..... de..... de 189.... solicitar  
respectivo registro.

..... em.... de..... de 189...

(Assignatura do negociante ou razão social)

Registrado sob o n..... ás fls..... do livro.....

(Data inu	tilisando	a estampilha)
(Assi	gnatura	do empregado)

(Na 2ª via o empregado declara o sello pago.)

## MODELO — C

F..... negociante á rua..... n.....  
desejando continuar a negociar em bebidas nacionaes, vem de accordo  
com o art.... do decreto n..... de..... de..... de 189....  
solicitar a renovação de seu registro sob n.....

..... em.... de..... de 189...

(Assignatura do negociante ou razão social)

Averbado no registro n..... de..... de..... de 189...  
fls..... do livro.....

(Data inu	tilisando	a estampilha)
(Assi	gnatura	do empregado)

## MODELO — D

N.

O abaixo assignado, inscripto sob n. \_\_\_\_\_, precisa das seguintes estampilhas do imposto de bebidas alcoolicas:

[illegible]

Importa em (*por extenso*)

(Data e assignatura)

Recebi em (data e assinatura)

Averbado a fls..... do livro de inscrições n. 1, em.....de  
.....de 189....

O escrivão.

F.

Poder Ejecutivo 1896

58

# MODELO — E

914

DEVE				CAIXA				HAVER			
4	Jan.	1897	Importancia de estampilhas de bebidas recebidas :					6	Jan.	1897	Importancia vendida a F.
			de 40 réis..... 100	4\$000							sendo :
			» 100 » ..... 500	50\$000							de 40 réis 30 1\$200
			» 300 » ..... 1\$000	300\$000	354\$000						» 100 » 200 20\$000
											» 300 » 150 45\$000
											66\$200
								6	Jan.	1897	Importancia vendida a S.
											sendo :
											de 40 réis 50 2\$000
											» 100 » 100 10\$000
											» 300 » 500 150\$000
											162\$700 223\$000
								10	Jan.	1897	Importancia vendida a B.
											etc.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## MODELO — F

**Demonstração das estampilhas especiaes do imposto de bebidas alcoolicas, vendidas pela (a estação) no mez de..... ultimo, na importancia de (por extenso)**

---

1.500 do valor de	10 réis, na importancia de.....	15\$000
750 idem.....	20 » idem.....	15\$000
150 idem.....	30 » idem.....	4\$500
150 idem.....	40 » idem.....	6\$000
300 idem.....	50 » idem.....	15\$000
150 idem.....	60 » idem.....	9\$000
150 idem.....	100 » idem.....	15\$000
150 idem.....	200 » idem.....	30\$000
150 idem.....	1\$000 » idem.....	150\$000
75 idem.....	2\$000 » idem.....	150\$000

---

3.525

---

409\$500

Acompanham as guias ns.....

(Logar e data)

(Assignatura do responsavel e do escrivão)

# MODELO — G

Mapa demonstrativo da casa commercial de propriedade de.....rua.....no mez de .....de 189...

MOVIMENTO DO CONSUMO NA FABRICA		OBSERVAÇÕES
Data		
	Garrafa de cerveja	
	Garrafa de cerveja vendida em chopps ou em barris nas fabricas.	
	Litro de bebidas do n. 126 da classe 9 <sup>a</sup> da tarifa.	
	Litro de bebidas do n. 127 da classe 9 <sup>a</sup> da tarifa.	
	Garrafa de vinho artificial assemelhado ao de uva.	
	Litro de aguas mine- raes, artificiaes, gazosas ou não.	
MOVIMENTO DE ESTAMPILHAS		
Data		
	Importancia comprada	
	Importancia das em- pregadas nos pre- parados.	
	Saldo existente	

## DECRETO N. 2422 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1896

Approva os estudos definitivos da 2ª e 3ª secções da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Bahia e Minas, cessionaria da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, da 2ª e 3ª secções da linha ferrea de Victoria a Peçanha.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1896, 8º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*

RECEBIDOS

